



CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 13ª SESSÃO À 20ª SESSÃO DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 32 Nº 04
22 DE FEVEREIRO A 29 DE FEVEREIRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS.
BRASÍLIA – BRASIL
2008

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA

(2007-2008)

PRESIDENTE	Senador GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE	Senador TIÃO VIANA (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE	Senador ÁLVARO DIAS (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO	Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO	Senador GERSON CAMATA (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO	Senador CÉSAR BORGES (PFL-BA)
4º SECRETÁRIO	Senador MAGNO MALTA (PR-ES)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	PAPALÉO PAES (PSDB-AP)
2º Senador	ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)
3º Senador	JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)
4º Senador	FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eptácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**
- vago*

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
ADVOCACIA		Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Heráclito Fortes.....	43
Registro de Manifesto do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	613	Críticas à tramitação de projetos e medidas provisórias no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Alvaro Dias.....	93
Louvor ao senador Geraldo Mesquita Júnior pelo pronunciamento em solidariedade a categorias que lutam por uma reivindicação. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Heráclito Fortes.....	615	Apelo ao Presidente do Senado para que solicite a compreensão do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que seja votada a PEC nº 87, sobre a transposição dos servidores de Rondônia. Senador Expedito Júnior.....	211
Considerações acerca da importância do defensor público. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Mão Santa.	616	Pedido para que o Presidente Garibaldi Alves Filho aguarde a possibilidade de um novo acordo entre o Estado do Paraná e a Secretaria do Tesouro Nacional acerca de uma multa do Paraná para intervir junto ao Supremo Tribunal Federal. Senador Osmar Dias.....	212
AMAZÔNIA		Apoio do PMDB ao Senador Paulo Paim e à sua luta em favor dos menos favorecidos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Valdir Raupp. ...	266
Preocupações acerca do futuro da Amazônia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior. Senador Cristovam Buarque.....	92	Registros feitos acerca da regulamentação das medidas provisórias e da análise do regimento de tramitação delas, acerca da constitucionalidade das mesmas e acerca de uma nova regulamentação de funcionamento da Comissão de Orçamento. Senador Romero Jucá.....	320
Defesa da criação do Ministério da Amazônia. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	613	Cabimento em encaminhar crédito extraordinário por medida provisória. Discórdia em votação de um orçamento. Senador José Agripino.....	321
ARTIGO DE IMPRENSA		Comentário sobre polêmica criada com relação a anexo apreciado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Senador Renato Casagrande.....	322
Registro do artigo intitulado “Política vai parar de ganhar com a miséria”, publicado no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 28 de fevereiro de 2008. Senadora Ideli Salvatti.....	503	Considerações acerca da questão orçamentária e da obstrução de pautas das casas do Congresso. Senador Inácio Arruda.	323
Registro do artigo “Crédito para Educar” de Jorge Gama, Secretário Municipal de Governo da cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal <i>Hoje</i> . Senador Paulo Duque.....	619	Comentário acerca de matéria que citava S.Exa. no jornal <i>Folha de São Paulo</i> . Senador Neuto de Conto.	324
ATUAÇÃO PARLAMENTAR			
Contestação à pesquisa que exalta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e critica outras áreas do Governo. Senador Mão Santa.	41		
Apoio ao pronunciamento do Senador Mão Santa acerca das contradições do Governo Lula.			

	Pág.		Pág.
Questiona o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, sobre o anunciado recomeço da obstrução parlamentar, dificultando os trabalhos do Congresso Nacional. Senador Eduardo Suplicy.....	516	CÓDIGO PENAL	
Resposta ao Senador Eduardo Suplicy acerca da obstrução anunciada pelo PSDB. Senador Arthur Virgílio.....	517	Contrário ao regime semi-aberto para crime hediondo. Senador Valter Pereira.	301
Relato da viagem feita por S.Exa. aos Municípios de Marapanim e Santarém, no Pará. Senador Flexa Ribeiro.....	520	COMISSÃO	
Defesa da lisura do Senador José Maranhão e do Deputado José Pimentel, que compõem a Comissão de Orçamento. Dúvidas acerca dos outros componentes da Comissão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Arthur Virgílio.	554	Considerações sobre as irregularidades na Comissão Mista de Orçamento. Senador Sérgio Guerra.....	204
Repercussão da entrevista concedida por S.Exa. ao jornalista Heródoto Barbeiro, da rádio CBN, e análise sobre a mesma feita pela jornalista Lúcia Hippolito. Senador Pedro Simon.	607	Considerações acerca da Comissão de Orçamentos do Congresso Nacional e pedido para que seja isento dessa comissão. Senador Flexa Ribeiro.....	319
Apoio ao discurso do Senador Pedro Simon feito na semana de 22 de fevereiro de 2008, sobre Cuba e suas possíveis mudanças. Considerações acerca de citação do Presidente Lula sobre baixar a Reforma Tributária por decreto. Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes.	609	Apoio à decisão do Senador Flexa Ribeiro de se ausentar da Comissão de Orçamentos. Expressa opinião de que todos os Senadores do PSDB deveriam fazer o mesmo. Senador Arthur Virgílio..	319
		Opinião e testemunho acerca do debate envolvendo a Comissão de Orçamento. Senador Francisco Dornelles.	324
BANCO		Considerações acerca da Comissão de Orçamento. Senador Valdir Raupp.	329
Reflexão sobre os sucessivos recordes de lucro obtidos pelos bancos no Brasil. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	91	Considerações acerca da proposta de extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Senador Sibá Machado. .	332
Comentário sobre a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos acerca da federalização do Banco do Estado do Piauí. Senador Mão Santa.	186	Sugestão para que seja criada uma Comissão Permanente de Inquérito. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Cristovam Buarque.	511
Considerações sobre a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos acerca da federalização do Banco do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Inácio Arruda.....	187	Decisões do PSDB, com relação à Comissão de Orçamento, em protesto a irregularidades que ali ocorrem. Senador Arthur Virgílio.....	515
Solicitação para que seja incluída na pauta de votação a indicação da desembargadora Kátia Magalhães Arruda para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Senador Flexa Ribeiro.....	206	Apoio às decisões do PSDB com relação à Comissão de Orçamento. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	516
Críticas a lucratividade exagerada dos bancos no País. Senador Antonio Carlos Valadares.....	294	Relato sobre os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Senador José Maranhão.....	546
Críticas à excessiva carga tributária do País. Senador Mão Santa.....	296	Cumprimento ao Senador José Maranhão e ao Deputado José Pimentel pelo trabalho desempenhado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Jayme Campos.....	546
		Considerações acerca de reunião que participou sobre os rumos do Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Heráclito Fortes. .	547
CALAMIDADE PÚBLICA		Questionamento acerca da saída dos membros do PSDB da Comissão de Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Wellington Salgado de Oliveira.	552
Preocupação com as inundações na cidade de São Paulo. Senador Cristovam Buarque.	85	Resposta ao questionamento do Senador Wellington Salgado e proposta de outra CPI do	

	Pág.		Pág.
Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Arthur Virgílio.....	552	valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. Senador Alvaro Dias.....	309
(CPI)		Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. Senador Jefferson Péres. ..	311
Perplexidade com o depoimento de Rogério Tadeu Buratti, registrado em cartório, negando declaração feita à CPI dos Bingos acerca do Deputado Palocci. Senador Efraim Moraes.....	43	Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. Senador Osmar Dias.	311
Registra o acordo feito com o Líder do Governo Romero Jucá para viabilizar entendimento no compartilhamento da presidência e relatoria da CPI dos cartões corporativos. Senador José Agripino.	203		
Considerações cerca da CPI dos cartões corporativos. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Gerson Camata.....	506		
(CPMI)			
Relato sobre reunião do PMDB destinada a indicar o Senador Neuto de Conto para presidir a CPMI dos cartões corporativos. Senador Valdir Raupp.	268	CULTURA	
Considerações sobre a CPMI dos cartões corporativos e convite para Presidir a mesma. Senador Jarbas Vasconcelos.....	269	Referências a projeto em favor do teatro brasileiro. Senadora Rosalba Ciarlini.....	304
Considerações acerca da CPMI dos cartões corporativos. Senador Neuto de Conto.....	270	Apoio aos artistas que visitam o Senado para solicitar a aprovação de uma lei orgânica para o teatro brasileiro. Senador Cristovam Buarque.	305
Apoio ao PMDB e questionamento por ser esse o partido com a maior bancada do Senado e da Câmara e tenha que continuamente ceder para acalmar a Casa. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	270		
Acordo entre PMDB e PSDB acerca da Comissão Mista de Inquéritos dos Cartões Corporativos e da CPI do Senado. Senador Valdir Raupp. ...	329	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
Expectativas de que a CPMI irá investigar a fundo as despesas realizadas por intermédio dos cartões corporativos do Governo. Senadora Rosalba Ciarlini.....	505	Registro do lançamento, dia 25 de fevereiro de 2008, pelo Presidente Lula, do Programa Territórios da Cidadania, que é um programa de desenvolvimento regional sustentável de garantia de direitos sociais. Senadora Roseana Sarney.....	109
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO		Alerta ao Governo Federal da importância da implementação de algumas obras de infra-estrutura na região Norte, que já possuem um consenso e foram aprovadas com cobertura orçamentária. Senador Valdir Raupp.	539
Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. Senador José Agripino.	307	Reivindicação a respeito do orçamento destinado ao Piauí. Aparte ao Senador José Maranhão. Senador Mão Santa.....	550
Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no		Críticas à Medida Provisória 418/2008, por conter medidas que provocarão danos à economia do Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio..	599
		Protesto contra a diminuição de recursos federais para o Estado do Piauí. Senador Heráclito Fortes.....	603
		Testemunho do empenho do Senador Heráclito Fortes em tentar melhorar o orçamento do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito fortes. Senador Mão Santa.	605
		Questionamentos acerca do Governador do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito fortes. Senador Pedro Simon.	605

IV

	Pág.		Pág.
Comentário sobre o veto do Sr. Presidente da República a SUDAM e SUDENE. Senador Mão Santa.....	618	conjunto de carreiras daquela instituição. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	526
DESMATAMENTO		GOVERNO FEDERAL	
Comparação entre o desmatamento no Estado do Amazonas e no Estado do Acre e da política empregada em ambos os Estados. Aparte ao senador Arthur Virgílio. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	600	Considerações acerca da situação do ex-Ministro Antonio Palocci, sob investigação de denúncias apresentadas por um delegado de Ribeirão Preto e por membros do Ministério Público de São Paulo. Senador Tião Viana.....	96
ECONOMIA		Comentário acerca das contribuições que o ex-Ministro Antonio Palocci prestou ao Governo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador João Pedro.....	97
Euforia quanto a independência absoluta do Brasil nas questões da dívida externa e preocupação com as exportações. Senador João Tenório...	48	Comentário acerca de pesquisa feita sobre o prestígio do Poder Legislativo. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa.....	98
Satisfação com a conquista, em reservas, alcançada pelo Brasil para pagamento da dívida externa, alerta para a dívida interna. Senador Paulo Paim.....	81	Testemunho sobre o ex-Ministro Antonio Palocci. Aparte ao senador Tião Viana. Senador Eduardo Suplicy.....	99
Considerações acerca das dívidas interna e externa do País. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque.....	83	Considerações acerca do caso do ex-Ministro Antonio Palocci. Aparte ao senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque.....	100
Análise acerca das dívidas e da política econômica do Brasil. Senador Cristovam Buarque.....	85	Reitera posicionamento em relação ao discurso proferido na última sexta-feira, sobre acusação feita por Rogério Tadeu Buratti ao ex-Ministro Palocci. Senador Efraim Moraes.....	100
Crítica à comentário da Governadora do Pará ao afirmar que os madeireiros ilegais são importantes para a economia do Estado. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senadora Marisa Serrano.....	183	Resposta à citação feita pelo Senador Efraim Moraes em pronunciamento acerca das acusação feita por Rogério Tadeu Buratti ao ex-Ministro Palocci. Senador Tião Viana.....	101
Apoio à redução da contribuição do empregador sobre a folha de pagamento, junto a um aumento da tributação sobre os lucros para garantir um reajuste à Previdência. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Paulo Paim.....	295	Acrescenta ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti dado da pesquisa CNT/Sensus acerca do grau de confiabilidade que a população tem na gestão do Governo e no Presidente da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Sibá Machado.....	189
EDUCAÇÃO		Considerações sobre o combate à corrupção e a reforma tributária. Senador Alvaro Dias.....	194
Registro da criação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 200 novos Cefets – Centro Federal de Educação Tecnológica no Brasil. Senador Magno Malta.....	214	Saudação ao Governo Federal pela iniciativa de lançar o Programa Territórios da Cidadania. Senadora Fátima Cleide.....	196
EXERCÍCIO PROFISSIONAL		Defende a prioridade para instalação da CPI dos cartões corporativos. Senador Arthur Virgílio.....	202
Registro da posse do Doutor Edmundo Machado Ferraz, médico pernambucano, como Presidente da nova Diretoria do Diretório Nacional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Senador Marco Maciel.....	57	Considerações sobre a questão do uso irregular dos cartões corporativos. Senador Papaléo Paes.....	298
Acordo firmado entre a Advocacia Pública Federal da União e o Governo Federal para a melhoria de salário e condições de trabalho para um		Apoio à indignação do Senador Osmar Dias com relação a atitudes governamentais em referência a projetos de autoria dos senadores. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Flexa Ribeiro.....	313

	Pág.		Pág.
Indignação com relação ao competência que o Poder Executivo está exercendo sobre o Senado Federal. Senador Tasso Jereissati.....	313	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Rosalba Ciarlini...	124
Considerações acerca de críticas contra a imposição de Medidas Provisórias. Senador Tião Viana.....	314	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e comentário acerca de projetos necessários para melhorar a situação dos mesmos. Senador Mario Couto.....	125
Considerações acerca da aprovação de Medidas Provisórias atribuídas pelo Governo. Senador Mão Santa.....	315	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e apoio às causas deles. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	126
Considerações acerca relação entre Governo e o Congresso Nacional. Senador Antonio Carlos Júnior.....	329	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador José Nery.....	128
Advertência ao Presidente Luiz Inácio para os princípios da Administração. Aparte ao Senador Mário Couto. Senador Mão Santa.....	510	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senadora Serys Slhessarenko.....	129
GOVERNO ESTADUAL		Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Magno Malta.....	133
Considerações sobre as atividades irregulares no programa Luz Para Todos no Estado do Piauí, citado no relatório da inteligência da Polícia Federal. Senador Mão Santa.....	106	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Valter Pereira.....	135
Repúdio à atitude do Governador do Estado de Rondônia com relação à educação. Senadora Fátima Cleide.....	196	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Papaléo Paes.....	137
Manifestação em defesa do Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia. Senador Expedito Júnior.....	518	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Mão Santa.....	139
Considerações acerca da transposição dos servidores e do caso Beron. Aparte ao Senador Expedito Júnior. Senador Valdir Raupp.....	519	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Leomar Quintanilha.....	141
Protesta contra a corrupção do governo do Piauí e crítica especialmente a falta de transporte aéreo para a região. Senador Mão Santa.....	556	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e apoio às suas causas. Senadora Lúcia Vânia.....	142
Correção de informação dada sobre as cidades visitadas pelo governador do Piauí na Europa. Senador Heráclito Fortes.....	612	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Flávio Arns.....	143
HOMENAGEM		Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado e considerações acerca da regulamentação da concessão de aposentadoria aos servidores públicos sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Senador Antonio Carlos Valadares.....	145
Saudações ao Ministro do Conselho Constitucional da França e ao Embaixador da França no Brasil, presentes no Plenário do Senado Federal no dia 25 de fevereiro de 2008. Senador Eduardo Suplicy.....	110	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado. Senadora Roseana Sarney.....	154
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Alvaro Dias.....	120	Convite ao Senador Cristovam Buarque para inauguração do Pólo Presencial da Eadcon, em Teresina-Pi, onde será feita uma homenagem a S.Exa pela luta em defesa da Educação Superior de Qualidade. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa.....	184
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado. Senador Efraim Morais.....	121	Cumprimento a Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, por ter convertido o PT à responsabilidade fiscal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Azeredo.....	190
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado, ocorrido no dia 24 de janeiro. Senador Flexa Ribeiro.....	123		

	Pág.		Pág.
Homenagem às empresas brasileiras EMBRAER e HELIBRAS, ambas líderes em tecnologia na fabricação de aeronaves. Senador Eduardo Azeredo.....	190	Voto de pesar à Governadora Ana Júlia Carepa, ao seu pai e ao seu irmão, pelo falecimento de membro da família. Senador Arthur Virgílio.....	342
Apoio à homenagem do Senador Eduardo Azero à empresa brasileira EMBRAER. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo. Senador Cristovam Buarque.....	191	Em nome da bancada do PT, subscreve voto de pesar a toda a família da governadora Ana Júlia Carepa, cujo irmão tem um cunhado que foi assassinado em assalto. Homenagem póstuma ao Padre José Simionato, da Congregação dos Padres Combonianos. Senadora Fátima Cleide.....	342
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado, ocorrido no dia 24 de janeiro. Senador Renan Calheiros.....	192	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Marco Maciel.....	460
Saudação à comitiva de artista de teatro, cinema e televisão que visita a Casa. Senadora Rosalba Ciarlini.....	304	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Marcelo Crivella.....	461
Saudação à visita de autoridades municipais que convidam para a terceira Festa dos Imigrantes de Carambeí no Paraná, entre 4 e 5 de abril de 2008. Senador Alvaro Dias.....	305	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senadora Kátia Abreu.....	462
Satisfação em relação à conduta do Senador Garibaldi Alves Filho como Presidente do Senado Federal. Senador Marconi Perillo.....	323	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senadora Lúcia Vânia.....	463
Elogios ao Presidente Garibaldi Alves Filho por sua administração do Senado. Senador Mário Couto.....	332	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador José Agripino.....	465
Elogios ao Senador Mão Santa. Homenagem aos médicos e servidores que prestam serviço no setor médico do Senado Federal. Senador Paulo Duque.....	514	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senadora Serys Slhessarenko.....	467
HOMENAGEM PÓSTUMA		Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Marconi Perillo.....	468
Solidariedade às famílias dos vitimados no desastre com embarcação que transitava do Pará para o Amazonas. Senador Geraldo Mesquita.....	91	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Aparte ao Senador Marconi Perillo. Senador Arthur Virgílio.....	469
Homenagem ao Sr. Ernesto Illy, um revolucionário da indústria do café, falecido no dia 24 de fevereiro de 2008. Senador Gerson Camata.....	180	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Gilberto Goellner.....	470
Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Jonas Pinheiro. Senador Renan Calheiros.....	192	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Valter Pereira.....	473
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, com apresentação de projeto denominando "Senador Jonas Pinheiro" a rodovia BR-163. Senador Jayme Campos.....	195	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Valter Pereira.....	473
Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Agostinho Patrus. Senador Eduardo Azeredo.....	210	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Valter Pereira.....	473
Voto de pesar à Governadora Ana Júlia Carepa, em especial ao seu irmão Arthur Carepa, pelo assassinato de seu cunhado Haroldo Luís Pereira Moreira, vítima de assalto em Belém, Pará. Senador Flexa Ribeiro.....	341	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Valter Pereira.....	473

	Pág.	VII	Pág.
blica a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Jayme Campos.....	474		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador César Borges.....	475		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Cristovam Buarque.....	476		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Eduardo Azeredo.....	477		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Mão Santa.....	477		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Flexa Ribeiro.....	479		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Eduardo Suplicy.....	480		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	481		
IGREJA			
Saúda a criação, pelo Papa Bento XVI, da diocese de Florianópolis, no Estado do Piauí, desmembrando-a da cidade de Oeiras. Regozijo pela nomeação do Bispo Dom Augusto Alves da Rocha para Florianópolis e de Dom Juarez Souza da Silva para Oeiras. Senador Heráclito Fortes.....	341		
JOGO DE AZAR			
Críticas ao decreto que alterou a lei aprovada pelo Congresso Nacional, permitindo que clubes com dirigentes condenados por corrupção participem da Timemania. Senador Alvaro Dias.....	205		
Agradecimentos ao Presidente Garibaldi Alves Filho pelos esclarecimentos sobre a Lei da Timemania. Senador Alvaro Dias.....	536		
		LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	
		Agradecimento às manifestações de apoio a projeto de autoria de S.Exa. propondo um adicional de periculosidade aos vigilantes. Senadora Serys Slhessarenko.....	89
		Justificativa para apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, de sua autoria, que vincula o montante das multas aplicadas pelas infrações às ações de habilitação e reabilitação profissional e social. Senador Tião Viana.....	302
		Comentário acerca da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37 apresentado pelo Senador Tião Viana. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Eduardo Azeredo.....	303
		Considerações acerca da decisão do Governo de reduzir os valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos. Senador Arthur Virgílio.....	599
		LIVRO	
		Recomendação do livro “Reinventando o Governo”, de Ted Gaebler e David Osborne. Senador Mão Santa.....	298
		MULHER	
		Destaque para o trabalho do Pcdob em relação à participação das mulheres na vida política, nas instâncias partidárias e no País. Senador Inácio Arruda.....	343
		MUNICÍPIOS	
		Defesa da votação da Proposta de Emenda à Constituição 13, de 2003, que dispõe sobre a organização dos municípios. Senador Sérgio Zambiasi..	507
		OFÍCIO	
		Ofício nº 8, de 2008, que encaminha Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008 (Medida Provisória nº 398/07, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 26-2-08, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”..	371

	Pág.		Pág.
Ofício nº 12, de 2008, que encaminha Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, de autoria da Presidência da República, que “altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praça da marinha”. Senador Heráclito Fortes.....	567	Casa de origem), que denomina “Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha” a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão. Senadora Fátima Cleide.....	18
ORÇAMENTO		Parecer nº 95, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820, de 2000, na Casa de origem). Senador Alvaro Dias.....	80
Considerações sobre as irregularidades na Comissão Mista de Orçamento. Senador Sérgio Guerra.....	204	Parecer nº 96, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho. Senador Cristovam Buarque.....	164
Em resposta ao senador Sérgio Guerra, defende a transparência da Comissão Mista de Orçamento. Senador Francisco Dornelles.....	206	Parecer nº 97, de 2008 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 254, de 2007, (nº 936/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí. Senador Inácio Arruda.....	256
Reflexão sobre o respeito aos parlamentares na destinação de recursos orçamentários por meio de emendas. Senador Papaléo Paes.....	238	Parecer nº 98, de 2008 (da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura), sobre a Mensagem nº 39, de 2008 (nº 26/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Fernando Brito Fialho para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. Senador Romero Jucá.....	262
Indignação contra a criação de uma nova modalidade de emenda de Relator, o anexo da lei de diretrizes orçamentárias. Senador Sérgio Guerra.	340	Parecer nº 99, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica. Senador Tião Viana.....	306
Críticas ao modelo de Orçamento nacional. Senador Heráclito Fortes.....	553	Parecer nº 100, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 129, de 2008). Senador Adelmir Santana.....	427
Justificativas às afirmativas feitas pelo Senador Heráclito Fortes em seu pronunciamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Maranhão.....	554	Parecer nº 101, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Pro-	
Advoga mudanças institucionais no processo de elaboração do Orçamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador José Maranhão.....	555		
PARECER			
Parecer nº 92, de 2008 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte. Senadora Marisa Serrano.....	7		
Parecer nº 93, de 2008 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. (Em audiência nos termos do Requerimento nº 958, de 2007). Senador Valdir Raupp.....	12		
Parecer nº 94, de 2008 (da Comissão de Educação Esporte e Cultura), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007 (nº 6.633/2006, na			

Pág.	Pág.
posta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que da nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira. Senador Eptácio Cafeteira.	429
Parecer nº 102, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para alterar regras pertinentes às eleições, mandato e posse do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos, e acrescenta os arts. 95, 96, 97 e 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Senador Arthur Virgílio.....	433
Parecer nº 103, de 2008 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006 nº 70/2003, na Casa de origem, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca. Senador Antonio Carlos Valadares.	442
Parecer nº 104, de 2008 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 2, de 2008 (nº 999/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Senador Francisco Dornelles.....	445
Parecer nº 105, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem), que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha. Senador Heráclito Fortes.....	562
Parecer nº 106, de 2008 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre a Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, o estudo de todas as matérias que se encontram em tramitação nesta Casa e que tratem da questão do Trabalho Escravo. Senador José Nery.....	565
Parecer nº 107, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”. Senador Maguito Vilela....	569
Parecer nº 108, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”. Senador Efraim Morais.....	572
Parecer nº 109, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”. Senador Cristovam Buarque.....	572
Parecer nº 110, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”. Senador César Borges.....	574
Parecer nº 111, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.299, de 2007, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem (passagens, estadia etc.) de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa. Senador Alvaro Dias.....	574
Parecer nº 112, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.301, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País. Senador Tião Viana.....	575
Parecer nº 113, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.304 de 2007. Senador Efraim Morais.....	576
Parecer nº 114, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.310, de 2007. Senador Magno Malta.	576
Parecer nº 115, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.312, de 2007. Senador Alvaro Dias.....	577
Parecer nº 116, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.341, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes psiquiátricos. Senador Tião Viana.	578

	Pág.		Pág.
Parecer nº 117, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.343, de 2007. Senador Efraim Morais.....	578	nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia. Senador Gerson Camata.....	584
Parecer nº 118, de 2008 (para instruir decisão da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.347, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco. Senador Magno Malta.....	579	Parecer nº 127, de 2008, sobre o Requerimento nº 1.395, de 2007, que solicita que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia. Senador Gerson Camata.....	585
Parecer nº 119, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.352, de 2007, que objetiva obter do Ministro dos Transportes informações sobre a situação em que se encontra a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre. Senador Magno Malta.....	579	Parecer nº 128, de 2008 (da mesa), sobre o Requerimento nº 1.437, de 2007, que objetiva obter do Ministro de Estado das Cidades informações sobre as ações que têm sido adotadas no sentido de assegurar, no trânsito, a “convivência pacífica” entre pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas. Senador Tião Viana.....	586
Parecer nº 120, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.357, de 2007, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre as faixas de frequência destinadas à radiodifusão que foram transferidas para os serviços de telecomunicações. Senador Tião Viana.....	580	Parecer nº 129, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.484, de 2007. Senador Efraim Morais.....	587
Parecer nº 121, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.375, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acompanhadas de documentação, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários acerca de operações de compra e venda de ações da Petrobrás no período que especifica. Senador Gerson Camata.....	581	Parecer nº 130, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.485, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer que sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações concernentes ao vôo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, conforme farto noticiário da imprensa, teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina. Senador Alvaro Dias.....	587
Parecer nº 122, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.380, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por aquela pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País. Senador Tião Viana..	582	Parecer nº 131, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.486, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas. Senador Alvaro Dias....	588
Parecer nº 123, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.388, de 2007. Senador Efraim Morais.....	582	Parecer nº 132, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.493, de 2007. Senador Alvaro Dias.....	589
Parecer nº 124, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.389, de 2007. Senador Efraim Morais.....	583	Parecer nº 133, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 11, de 2007. Senador Alvaro Dias.....	589
Parecer nº 125, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.393, de 2007, que solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais. Senador Gerson Camata.....	583	Parecer nº 134, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 242, de 2006, que requer a solicitação de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a emissão de títulos no exterior, por parte do Banco BMG e do Banco Rural. Senador Gerson Camata.....	590

	Pág.		Pág.
POLÍTICA			XI
Reflexão sobre a conceituação generalizada no País, de que quem faz política é corrupto. Senador. Cristovam Buarque.	181	Considerações acerca da carta-renúncia do Presidente de Cuba, Fidel Castro. Senador Pedro Simon.....	29
Apoio ao discurso do Senador Cristovam Buarque acerca da visão da sociedade brasileira sobre os políticos e a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Jefferson Péres.....	183	Análise acerca da situação de Cuba e do povo cubano. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes.	34
Considerações acerca do momento político em que o Senado e o País se encontram. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	543	Oposição ao envio de mensagem ao Presidente da Assembléia Nacional de Cuba. Aparte ao senador Pedro Simon. Senador Cristovam Buarque...	36
POLÍTICA DE TRANSPORTES		Considerações acerca de Cuba e de sua política internacional. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador João Pedro.	40
Comunicação feita ao povo mato-grossense da aprovação no Senado, de projeto de lei, para federalização de algumas rodovias do Estado. Senador Jayme Campos.....	342	Reação da imprensa brasileira em relação aos acontecimentos em Cuba. Senador Cristovam Buarque.	85
Solicita apoio ao projeto que federaliza rodovias em Mato Grosso. Senador Jayme Campos....	540	Preocupação com cidadãos brasileiros que estão tendo problemas para ingressar em diversos países da Europa. Senador Eduardo Suplicy.	110
Relato de visita realizada juntamente com o Ministro Hélio Costa ao Ministro Alfredo Nascimento, e a garantia de investimentos em infra-estrutura de estradas no Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira.....	543	Aviso de que o Presidente José Ramos-Horta, do Timor Leste, já se restabeleceu do atentado que sofreu. Senador Eduardo Suplicy.....	177
Relato de reunião com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para pedir providências rápidas para a solução dos problemas dos familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM, em Congonhas, no dia 17 de julho de 2007. Senador Arthur Virgílio. ..	558	Considerações sobre a exportação de carne bovina para a Europa e do embargo da União Européia. Senador Antonio Carlos Valadares.....	178
POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA		Considerações a respeito da libertação de quatro parlamentares que estavam seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Senador Inácio Arruda.	343
Pedido de leitura do Projeto de Lei sobre o Código de Defesa do Contribuinte e explicação dos benefícios do Projeto. Senadora Kátia Abreu.....	333	Considerações acerca do conflito na Colômbia e registro do número de exilados cubanos que encontram-se no Brasil. Aparte ao Senador Inácio Arruda. Senador João Pedro.	344
POLÍTICA EXTERNA		Reconhecimento da importância do papel do Presidente Lula no contexto do Mercosul, e considerações sobre a possibilidade da entrada de Cuba no referido Bloco comercial. Senador Geraldo Mesquita Júnior.	496
Comentário acerca da candidatura do Senador Americano Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. Senador Paulo Paim.	22	A condição dos seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e posicionamento em favor de uma ação de força multinacional para extinguir a guerrilha. Senador Gerson Camata.	512
Apoio ao pronunciamento do Senador Paulo Paim, acerca da candidatura do Senador Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Cristovam Buarque.....	24	Convite da Comissão de Relações Exteriores para comparecimento ao Senado da Senadora Piedad Córdoba, que tem se empenhado para que haja entendimento entre o governo colombiano de Álvaro Uribe e as Farc e possa haver a libertação de reféns. Senador Eduardo Suplicy.....	513
Considerações acerca da cultura e das eleições norte americanas. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador João Pedro.	25	Agradecimento ao empenho da Comissão de Relações Exteriores e apoio ao requerimento de convite à Senadora Colombiana Piedad Córdoba, solicitando também o convite a Sra. Ingrid Betan-	

	Pág.		Pág.
court, que se encontra seqüestrada pelas FARC. Senador Gerson Camata.....	513	Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Valter Pereira.....	222
Considerações sobre a passividade do Governo em relação ao embargo da União Européia à carne bovina brasileira. Senador Jayme Campos.	540	Reivindicação de famílias dos municípios de Alto Paraíso e Buritis, em Rondônia, que solicitam audiência com a Ministra Marina Silva para fazer um acordo a respeito de suas moradias que encontram-se próximas ou dentro de reservas ecológicas. Senador Expedito Júnior.....	357
Registro e comentários acerca do afastamento do poder do líder cubano Fidel Castro. Senador José Nery.....	557	Processo de desmatamento em crescimento, que alcançou impacto nacional e internacional no Estado do Pará. Audiência com a Ministra Marina Silva para discutir alternativas para o problema do desemprego em virtude da fiscalização das madeiras ilegais. Comentários sobre a reportagem do Jornal O Liberal intitulada "TRT abre fogo contra o Ibama". Senador José Nery.	363
POLÍTICA INDUSTRIAL		Considerações acerca do desmatamento na Amazônia e solicitação por um entendimento para trabalhar as políticas públicas da Amazônia. Aparte ao Senador José Nery. Senador João Pedro.....	363
Crítica à não aprovação do projeto que regulamenta a fabricação de pneus remoldados no País. Senador Alvaro Dias.....	94	POLÍTICA PARTIDÁRIA	
Conversão da produção acadêmica brasileira em invenções que produzam patentes. Senador Gerson Camata.	449	Referências à matéria publicada na revista Piauí, sobre o ex-Ministro José Dirceu. Críticas ao Sr. Luis Favre, marido da Ministra Marta Suplicy. Senador Heráclito Fortes.....	52
POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE		POLÍTICA SALARIAL	
Observações às experiências positivas com atividades econômicas realizadas de forma sustentável na Amazônia. Senador João Pedro.....	54	Satisfação de anunciar ao País o novo índice do salário-mínimo. Senador Paulo Paim.....	266
Considerações sobre o projeto franco-brasileiro da criação da Universidade da Biodiversidade da Amazônia. Senador Papaléo Paes.	84	Comentário acerca da política de recuperação de salário mínimo. Aparte ao senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti.....	267
Comunicação de fórum internacional de parlamentares realizado no Brasil para discutir as mudanças climáticas. Senadora Serys Slhessarenko.	185	Cumprimentos ao êxito da melhora do salário mínimo e decepção com o veto ao aumento de 16.7% no salário dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Mão Santa.....	267
Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Senador Flexa Ribeiro.....	215	Comparação entre períodos do salário mínimo e da economia brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sibá Machado.	267
Exaltação do trabalho prestado pela Ministra Marina Silva ao Longo de sua experiência como Ministra de Estado do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Sibá Machado....	217	POLÍTICA SOCIAL	
Apoio ao pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, com relação à criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Expedito Júnior.	219	Registro do lançamento, dia 25 de fevereiro de 2008, pelo Presidente Lula, do Programa Territórios da Cidadania. Senadora Serys Slhessarenko.	89
Considerações acerca do desmatamento na Amazônia e do ocorrido no Município da Tailândia, onde foi feita uma manifestação para expulsar os fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado e do IBAMA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador José Nery.....	219	Saudação ao Programa Territórios de Cidadania. Senadora Ideli Salvatti.	272
Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Jayme Campos..	220		

	Pág.	XIII	Pág.
Considerações sobre o lançamento do Programa Territórios de Cidadania. Senador Sibá Machado.....	274	tura Indígena Brasileira”, e dá outras providências. Senador Cristovam Buarque.....	62
PRESIDENTE		Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos. Senador Valter Pereira.	64
Leitura da Mensagem Presidencial de 2008 ao Congresso Nacional. Senador Gilvam Borges..	497	Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE). Senador Valter Pereira.	67
Crítica ao Sr. Presidente da República, pelo desrespeito aos partidos de oposição no Congresso Nacional. Senador Heráclito Fortes.....	612	Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008 dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. Senador Valter Pereira.....	72
PREVIDÊNCIA SOCIAL		Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica. Senador Valter Pereira.	75
Solicitação de apoio da Senadora Ideli Salvatti para aprovação do Projeto de Lei do Senador nº 58, sobre os aposentados. Aparte à Senadora Ideli Salvatti. Senador Flexa Ribeiro.....	189	Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2008, que denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163. Senador Jayme Campos.....	166
Defesa da votação da derrubada do veto ao aumento dos aposentados e pensionistas do INSS. Senador Mão Santa.....	501	Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social. Senador Tião Viana.	168
Defesa do aumento salarial aos aposentados e pensionistas. Senador Mário Couto.....	508	Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008, que altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente. Senador Demóstenes Torres.	171
PROJETO DE LEI DA CÂMARA		Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB. Senador Renato Casagrande.....	172
Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440/2007, na Casa de origem) (de iniciativa do Presidente da República), que altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.....	527	Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2008, que concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue. Senador Lucia Vânia.....	175
PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO		Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2008, que altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. Senadora Lúcia Vânia.	175
Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008 (proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007), que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.....	371	Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2008, que altera o § 2º do art. 1º do Estatuto da Advoca-	
PROJETO DE LEI DO SENADO			
Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática “História e Cul-			

	Pág.		Pág.
cia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para prever a atuação de advogado na alteração contratual constitutiva de pessoa jurídica. Senador Marcelo Crivella.....	252	ção de cargos de representação do Governo na administração indireta sejam privativos de servidor público ou de empregado público concursados. Senador Jarbas Vasconcelos.....	254
Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2008, que acrescenta § 4º ao art. 161 do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir a forma qualificada de esbulho possessório. Senador Marconi Perillo.....	253	Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2008, que dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente. Senador Edison Lobão Filho.....	484
Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2008, que define 2009 como o Ano do Ensino Técnico. Senador Gerson Camata.....	489	Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2008, que altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo. Senador Valter Pereira.....	487
Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomoteres. Senador Marconi Perillo.....	490	RECURSO	
Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014. Senador Expedito Júnior.....	492	Anúncio de liberação de recursos para municípios do Amapá. Senador Gilvam Borges.....	28
Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, que altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento. Senador Expedito Júnior.....	493	REFORMA POLÍTICA	
Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, que dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida. Senador Expedito Júnior.....	494	Ressalte para a necessidade de uma reforma política no Congresso Nacional. Senador Gilvam Borges.....	28
PROJETO DE RESOLUÇÃO		Considerações acerca do sistema político brasileiro e da forma de Estado. Senador Marco Maciel.....	102
Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2008, que autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999. Senador Inácio Arruda.....	258	Apoio ao pronunciamento do Senador Marco Maciel acerca do sistema político brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador João Pedro... ..	105
Projeto de Resolução nº 6, de 2008, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Senador Francisco Dornelles.....	447	REFORMA TRIBUTÁRIA	
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO		Saudações ao anúncio de que o poder Executivo enviará proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional e considerações acerca do que poderá ser feito. Senador Adelmir Santana....	48
Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2008, que altera o art. 37 para impor que a ocupa-		Anuncia que o Presidente Lula enviará ao Congresso Nacional, na semana de 26 de fevereiro de 2008, nova proposta de reforma tributária. Senadora Ideli Salvatti.....	188
		Considerações sobre a realização da reforma tributária. Senador Arthur Virgílio.....	202
		Considerações sobre a reforma tributária. Senador Alvaro Dias.....	536
		Considerações sobre a proposta de reforma tributária do Governo, enviada ao Congresso Nacional. Senador José Agripino.....	541
		Anúncio de que apresentará projetos com propostas para redução da carga tributária brasileira e controle de seu crescimento. Senador Adelmir Santana.....	591

REGIMENTO INTERNO

Indagação de quando o projeto de lei, de autoria do Senador Tião Viana, que regulamenta a PEC 29, que trata da regulamentação da saúde pública no Brasil, entrará na Ordem do Dia. Senador Antonio Carlos Valadares. 199

Indagação de quando o projeto de lei, de autoria do Senador Tião Viana, que regulamenta a PEC 29, que trata da regulamentação da saúde pública no Brasil, entrará na Ordem do Dia. Senador Flexa Ribeiro..... 199

Questão de ordem onde defende a atualização do Regimento Interno do Senado e questiona a possibilidade de autorizar a votação de matérias relevantes nas comissões, durante o trancamento da pauta, para análise de medida provisória. Senador Tião Viana..... 529

REQUERIMENTO

Requerimento nº 159, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 17 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes; e que sejam especialmente convidados os Senhores: Ministro de Estado da Defesa e o Comandante do Exército Brasileiro. Senador Romeu Tuma..... 21

Requerimento nº 160, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 28 de fevereiro de 2008, destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro. Senador Marconi Perillo. 61

Requerimento nº 161, de 2008, que requer a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do diretor do “Sistema a Crítica de Rádio e Televisão”, Rui Souto de Alencar, 58 anos, ocorrida no dia 17 de fevereiro de 2008, em Manaus (AM) e solicita que esta deferência do Senado Federal seja comunicada aos familiares do homenageado, aos funcionários e à direção da Rede Calderaro de Comunicação (RCC) e aos diretores do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do Amazonas (SIDERPAM). Senador João Pedro. 102

Requerimento nº 162, de 2008, que solicita licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2008 para representar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas públicas sobre Drogas, evento a cargo da Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República. Senador Romeu Tuma. 158

Requerimento nº 163, de 2008, que requer, na forma de aditamento ao Requerimento nº50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril de 2008. Senador Inácio Arruda..... 158

Requerimento nº 164, de 2008, que requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 114 e 150 de 2008, que a sessão destinada a comemorar os oitenta anos da Fundação do Jornal O Povo, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março de 2008, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno. Senador Inácio Arruda. 158

Requerimento nº 165, de 2008, que requer voto de pesar pelo falecimento do jogador Antônio do Nascimento Rodrigues, natural do Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família. Senador Antonio Carlos Valadares..... 159

Requerimento nº 166, de 2008, que requer explicações ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior considerando que a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 42, de 19 de dezembro de 2006, manteve, por tempo indeterminado, a incidência do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue, à alíquota de 9%, abandonando o escalonamento até zero previsto em resoluções anteriores. Senadora Lúcia Vânia..... 159

Requerimento nº 167, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido em São Paulo, do ator Rubens de Falco. Senador Arthur Virgílio..... 160

Requerimento nº 168, de 2008, que requer Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, município de Itacoatiara–AM. Senador Arthur Virgílio. 160

Requerimento nº 169, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 25 de fevereiro de 2008, em São Paulo, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado o radialista brasileiro. Senador Arthur Virgílio..... 161

Requerimento nº 170, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 25 de fevereiro de 2008, em São Paulo, do ator Oswaldo Louzada, consagrado ator brasileiro de televisão. Senador Arthur Virgílio..... 161

Requerimento nº 171, de 2008, que requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito do contrato firmado entre o Estado do Piauí, o Banco do Estado do Piauí

	Pág.		Pág.
(BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil. Senador Heráclito Fortes...	162	Rio de Janeiro, pela conquista da 18ª Taça Guanabara, em 2008. Senador Arthur Virgílio.....	251
Requerimento nº 172, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva, superintendente regional da Codevasf no Piauí. Senador João Vicente Claudino.....	162	Requerimento nº 181, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao administrador Josué Cláudio de Souza Filho, pela sua posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas. Senador Arthur Virgílio.....	251
Requerimento nº 173, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrús, ocorrido em São Paulo, em 24 de fevereiro de 2008. Senador Eduardo Azeredo.....	163	Requerimento nº 182, de 2008, que requer Voto de Incentivo para novos embates no Futebol do Brasil – e também de agradecimento pelo que fere até aqui ao notável craque Ronaldo, o grande fenômeno esportivo mundial, que honra as cores brasileiras e o esporte em todo o Universo. Senador Arthur Virgílio.	251
Requerimento nº 174, de 2008, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à cidade de Oeiras (PI), ao Bispo Augusto Alves da Rocha e ao Bispo Juarez Souza da Silva. Senador João Vicente Claudino.	249	Requerimento nº 183, de 2008, que requer nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do Padre José Simionato, da Congregação dos Combonianos, que faleceu no dia 27 de fevereiro de 2008. Senadora Fátima Cleide...	252
Requerimento nº 175, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 121-Complementar e do PLS nº 156-Complementar, ambos de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por versarem sobre a mesma matéria: regulamentação do § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata dos recursos mínimos a serem aplicados em saúde. Senador Marconi Perillo.	249	Requerimento nº 184, de 2008, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 3 a 7 de março, tendo sido designado pelo Presidente da Casa para representar o Senado Federal na Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008). Senador João Tenório.....	483
Requerimento nº 176, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 303, de 2005, com os seguintes projetos, que já tramitam em conjunto, PLC nº 151/2001; PLS nº 145/2000 e PLS nº 370/1999. Por regularem a mesma matéria. Senador Flexa Ribeiro.....	249	Requerimento nº 185, de 2008, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade à família do Monsenhor Rômulo Neves Balestrero. Senador Gerson Camata..	483
Requerimento nº 177, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no plenário do Senado Federal em homenagem a Luiz Viana Filho, ex-Senador, ex- Presidente do Senado e Patrono da Biblioteca, a realizar-se no dia 26 de março de 2008, às 11 horas. Senador Efraim Moraes.....	250	Requerimento nº 186, de 2008, que requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, por se tratar de matéria de elevado interesse para a defesa do consumidor. Senador Expedito Júnior.	484
Requerimento nº 178, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi, que dedica a vida à difusão do Judô no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países. Senador Arthur Virgílio.	250	Requerimento nº 187, de 2008, que requer Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pelo seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica. Senador Arthur Virgílio.....	568
Requerimento nº 179, de 2008, que requer Voto de Louvor à sambistacantora Mart'Nália, pela produção do CD "Aula de Samba – a História do Brasil através do Samba", idealizado por seu irmão Martinho Filho, os dois filhos do notável sambista Martinho da Vila. Senador Arthur Virgílio.....	250	Requerimento nº 188, de 2008, que solicita informações a Governadora do Estado do Pará, através do Ministério da Saúde. Senador Cícero Lucena....	568
Requerimento nº 180, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao Clube Regatas Flamengo, do	250		
		SALÁRIO MÍNIMO	
		Apelo para que seja votado Projeto de Lei nº 42, que regulamenta uma política permanente do salário mínimo a partir do dia 01 de março, até 2.023. Senador Paulo Paim.	302

Pág.	Pág.
<p>Apelo para que seja votado Projeto de Lei nº 42, que regulamenta uma política permanente do salário mínimo a partir do dia 01 de março, até 2.023. Senador Paulo Paim.....</p> <p>Comunicação da não votação do Projeto de Lei 42 que garante uma política permanente de recuperação do salário mínimo. Senador Paulo Paim.....</p> <p>SAÚDE</p> <p>Cobranças da imediata votação da proposta que trata de percentuais a serem aplicados pela União, por Estados e Municípios na saúde. Senador Osmar Dias.....</p> <p>Leitura de um e-mail demonstrando a precariedade da rede hospitalar pública do Piauí. Senador Mão Santa.....</p> <p>SENADO FEDERAL</p> <p>Registro de posse do Dr. Gilberto Goellner, no lugar do Senador Jonas Pinheiro, pelo falecimento do titular. Senador José Agripino.....</p> <p>Boas vindas ao Senador Gilberto Goellner que tomou posse no lugar do Senador Jonas Pinheiro, pelo falecimento do titular. Senador Jayme Campos.....</p> <p>Votos, em nome do PSDB, de bom desempenho ao Senador Gilberto Goellner, que assumiu a cadeira de Senador do Mato Grosso. Senador Eduardo Azeredo.....</p> <p>Considerações acerca de um conjunto de PECs que têm a finalidade de aperfeiçoar a questão da suplência do Senado. Senador Sibá Machado.....</p> <p>Exigência para que a pauta das Sessões Plenárias do Senado sejam cumpridas. Senador Antonio Carlos Valadares.....</p> <p>Apela para que o Regimento seja cumprido efetivamente, sempre iniciando a Ordem do Dia às 16 horas, para não causar prejuízos e injustiças a muitos. Senador Papaléo Paes.....</p> <p>Apoio ao posicionamento do Senador José Agripino com relação ao debate da reforma tributária em um ambiente de denúncias. Aparte ao senador José Agripino. Senador Renato Casagrande.....</p> <p>Explicação Pessoal acerca da intenção que possui com o pronunciamento que fez sobre o uso das Medidas Provisórias. Senador Tasso Jereissati.....</p>	<p>Ponderação acerca do debate de mérito da medida provisória 395/2007. Senador João Pedro..</p> <p>Comentário sobre problemas que geram obstáculos para o andamento normal da sessão plenária. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Explicações acerca de questionamentos apontados durante a sessão, como plágio de projetos e medidas provisórias sobre abertura de crédito ordinário. Senadora Ideli Salvatti.....</p> <p>Considerações acerca de questões discutidas, na sessão, sobre inconstitucionalidade. Senador Tasso Jereissati.....</p> <p>Considerações acerca do uso das Medidas Provisórias. Senador Heráclito Fortes.....</p> <p>Indicação da Senadora Marisa Serrano para a Presidência da CPMI dos Cartões Corporativos. Considerações acerca do trabalho feito na CPI das ONGs. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Esclarecimento acerca das intenções de S.Exa. para ter proposto da CPI das ONGs. Senador Romero Jucá.....</p> <p>Sugestão para resolver a discussão sobre anexo de proposta que envolve a Comissão de Orçamento. Senador Renato Casagrande.....</p> <p>Indicação da Senadora Marisa Serrano para a Presidência da CPMI dos Cartões Corporativos. Considerações acerca de requerimentos de S.Exa. e do Senador Romero Jucá que encontram-se na mesa. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Esclarecimentos acerca da apresentação de requerimento para o cumprimento de acordo feito em reunião no gabinete do Presidente do Senado e da denúncia sobre a Comissão de Orçamento. Senador Cícero Lucena.....</p> <p>Esclarecimento acerca de acordo sobre a instalação da CPMI. Senador José Agripino.....</p> <p>Pedido para que seja suspensa a discussão da Medida Provisória nº 395, de 2007. Senadora Ideli Salvatti.....</p> <p>Justificativas a requerimentos apresentados por S.Exa. Senador Arthur Virgílio.....</p> <p>Contraposição em relação à pesquisas que apontam falta de credibilidade dos políticos. Senador Mão Santa.....</p> <p>Considerações acerca da Desmoralização do Congresso Nacional. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Geraldo Mesquita.....</p>
306	316
341	317
341	318
273	319
618	322
211	325
211	327
214	328
214	328
294	330
304	331
304	334
308	338
314	358
	594
	611

XVIII

	Pág.		Pág.
TELECOMUNICAÇÕES		TRIBUNAIS	
Ponderações sobre a criação da TV Pública. Senadora Marisa Serrano.....	199	Encaminhamento à votação do parecer nº 90, de 2008, que submete à apreciação do Senado a indicação da Dr ^a Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo. Senador Inácio Arruda.....	210
Ponderações sobre a criação da TV Pública. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Flexa Ribeiro.....	200		
Ponderações sobre a criação da TV Pública e sobre a atitude do Presidente da República de enviar o assunto por Medida Provisória. Aparte à Senadora Marisa Serrano. Senador Alvaro Dias.	201	VIOLENCIA	
TRABALHO		Registra o assassinato do presidente da associação de moradores no município de Lábrea - AM. Senador João Pedro.....	203
Ressalte para a contribuição que as confederações patronais (Sesc, Senac, Sesi, Senai, Sebrae, Senat, Sest e Senar) prestam para o País. Senador Adelmir Santana.	450	Reforço da denúncia feita pelo Senador João Pedro, de um assassinato, praticado por pistoleiros, no Município de Lábrea, no sul do Amazonas e cobra providências do Governador do Estado. Senador Arthur Virgílio.	207

Ata da 13ª Sessão não Deliberativa, em 22 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Efraim Morais, Mão Santa e João Pedro

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, coordenados pela encantadora e competente Drª Cláudia Lyra.

Nesta sexta-feira, 22 de fevereiro do ano de 2008, precisamente às 9 horas e 05 minutos, reúne-se o Senado da República do Brasil, o melhor nesses 183 anos de história. Nunca este Senado trabalhou às sextas-feiras, e aqui estamos.

Sobre a mesa, ofício da Ministra de Estado do Meio Ambiente que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO DA MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

– Nº 77/2008, de 15 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 983, de 2007, da Senadora Kátia Abreu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, à Requerente.

Foi juntada cópia das informações ao processado da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência recebeu do Ministério da Fazenda o **Aviso nº 7, de 2008** (nº 38/2008, na origem), encaminhando, nos termos dos arts. 3º e 4º da Resolução nº 20, de 2004, do Senado Federal, o relatório sobre as Operações de Administração de Passivos realizadas pela União no ano de 2007, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração

de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional do Exterior.

Informa, ainda, que o Tesouro Nacional não realizou emissões externas de títulos da República no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2007.

O expediente, juntado ao processado da referida Resolução, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É o seguinte o Aviso recebido:

Aviso nº 7, de 2008

Aviso nº 38/MF

Brasília, 31 de janeiro de 2007

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal

Assunto: Relatório sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência o anexo Relatório sobre as Operações de Administração de Passivos realizadas pela União no ano de 2007, no âmbito do Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, consoante o disposto nos arts. 3º e 4º, ambos da Resolução nº 20, de 16 de novembro de 2004, dessa Casa Legislativa.

2. A propósito, informamos que, no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2007, o Tesouro Nacional não realizou emissões externas de títulos da República Federativa do Brasil, na forma prevista no inciso I do art. 1º, da referida Resolução.

Respeitosamente, – **Nelson Machado**, Ministro de Estado da Fazenda Interino.

Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior

ASSUNTO: PROGRAMA DE RECOMPRAS 2007 – RELATÓRIO DE EXECUÇÃO EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 4º. INCISO I DA RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 20, DE 16/11/2004.

1. Dentro da estratégia definida nos últimos Planos Anuais de Financiamento – PAF¹ o Tesouro Nacional vem implementando um “Programa de Recompras de Títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa Brasileira”, objetivando resgatar antecipadamente títulos de emissão da República com a finalidade de melhorar o perfil do passivo brasileiro externo, contribuindo assim para a redução da percepção do risco Brasil.

2. Em 2006, em parceria com o Banco Central do Brasil, na qualidade de agente do Tesouro Nacional, foram recomprados o equivalente a US\$ 6,1 bilhões em valor de face, incluindo bônus com vencimentos até 2010, posteriormente estendidos até 2012, suavizando o perfil de vencimentos da Dívida Pública Federal externa – DPFe, conforme Relatório de Execução encaminhado a essa casa através do Aviso MF Nº 4, de 2007 (nº 82/2007, na origem).

3. Em razão do sucesso obtido, o Programa foi mantido em 2007, de forma a proporcionar ao Tesouro Nacional um importante instrumento na administração de seu passivo externo. Com isso, o Tesouro Nacional passou a atuar diretamente no mercado a partir de janeiro, realizando as recompras através de sua mesa de operações, na Coordenação-Geral de Operações da Dívida Pública – CODIP, não adotando nenhuma restrição em relação a prazos, incluindo todos os bônus externos, independente de seu vencimento². A continuidade do Programa de Recompras levou em consideração, entre outros fatores, a avaliação positiva que agências de classificação de risco têm feito em relação a esse tipo de iniciativa.

¹ Trata-se de um instrumento de gestão fiscal que define os objetivos e diretrizes da administração da Dívida Pública Federal. Por meio do PAF, o Tesouro Nacional expressa seu compromisso com a redução dos custos, o monitoramento dos riscos e o planejamento estratégico dessa dívida, contribuindo para aumentar a confiança dos investidores.

² Em 2006 o Programa de recompras estava limitado a títulos com vencimento até 2012.

Relatório de execução – Programa de recompras pág 2/5

4. A redução da dívida externa, aliada à emissão de títulos referenciados em reais, tem garantido ao Tesouro acesso ao crédito externo em condições cada vez mais favoráveis, permitindo a queda nos custos das emissões públicas e privadas. No âmbito da Dívida Pública Mobiliária Federal Externa, continuou-se a promover, em 2007, operações de natureza qualitativa, visando fortalecer pontos de referência (*benchmark*) e corrigir distorções na curva de juros brasileira, sempre respeitando as condições de mercado.

5. Em 2007 o Tesouro Nacional recomprou o montante de US\$ 7,0 bilhões em valor financeiro, correspondendo a US\$ 5,4 bilhões em valor de face. Esses valores significam que foram retirados do mercado 12,15% do estoque de títulos Globais denominados em dólares americanos – Gráfico 1. A tabela abaixo demonstra o resultado do Programa em 2007 por título alvo, bem como seu saldo final.

Bônus	Saldo Inicial	Montante Recomprado						Montante recomprado em 2007	Saldo Final
		Jan/Fev	Mar/Abr	Mai/Jun	Jul/Ago	Set/Out	Nov/Dez		
BR08N	582,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	582,34
BR08	991,70	0,00	17,70	0,00	0,00	0,00	0,00	17,70	974,00
BR09F	269,93	8,00	5,80	0,00	0,00	0,00	0,00	13,80	256,13
BR09	1.005,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.005,23
BR10	428,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	428,83
BR10N	962,18	20,00	52,70	9,00	15,00	8,21	15,00	119,91	842,27
BR11	756,96	15,00	30,90	0,00	32,50	12,00	0,00	90,40	666,56
BR12	1.108,72	40,00	70,60	51,33	41,30	15,80	0,00	219,03	889,69
BR13	1.246,43	0,00	74,08	15,00	113,01	5,00	0,00	207,08	1.039,35
BR14	1.173,61	0,00	145,40	40,40	59,00	119,20	15,00	379,00	794,61
BR15	2.100,00	0,00	75,00	182,62	13,00	35,00	25,00	330,62	1.769,38
BR17	2.025,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.025,00
A Bond	4.508,57	178,00	48,00	105,00	179,00	123,00	213,30	846,30	3.662,27
BR19	1.500,00	35,00	45,00	5,00	15,00	47,47	20,00	167,47	1.332,53
BR20	760,07	0,00	34,90	6,00	0,00	27,36	8,59	76,85	683,22
BR24	2.060,81	12,00	67,00	41,80	56,84	8,20	58,28	244,11	1.816,70
BR24N	740,27	20,00	7,00	5,00	0,00	8,00	0,00	40,00	700,27
BR25	2.250,00	68,00	135,00	136,52	37,95	5,60	5,00	388,07	1.861,93
BR27	3.435,77	6,00	88,00	367,81	22,00	23,94	141,42	649,16	2.786,61
BR30	1.016,70	17,50	45,09	54,35	5,00	21,05	29,50	172,49	844,21
BR34	2.697,80	40,00	209,00	0,00	5,00	24,81	12,00	290,81	2.406,99
BR37	2.500,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,04
BR40	5.157,31	105,00	587,00	104,00	309,00	0,00	0,00	1.105,00	4.052,31
TOTAL	44.097,51	564,50	1.738,16	1.123,84	903,59	484,63	543,08	5.357,80	38.739,71

US\$ Milhões

Relatório de execução – Programa de recompras pág 3/5

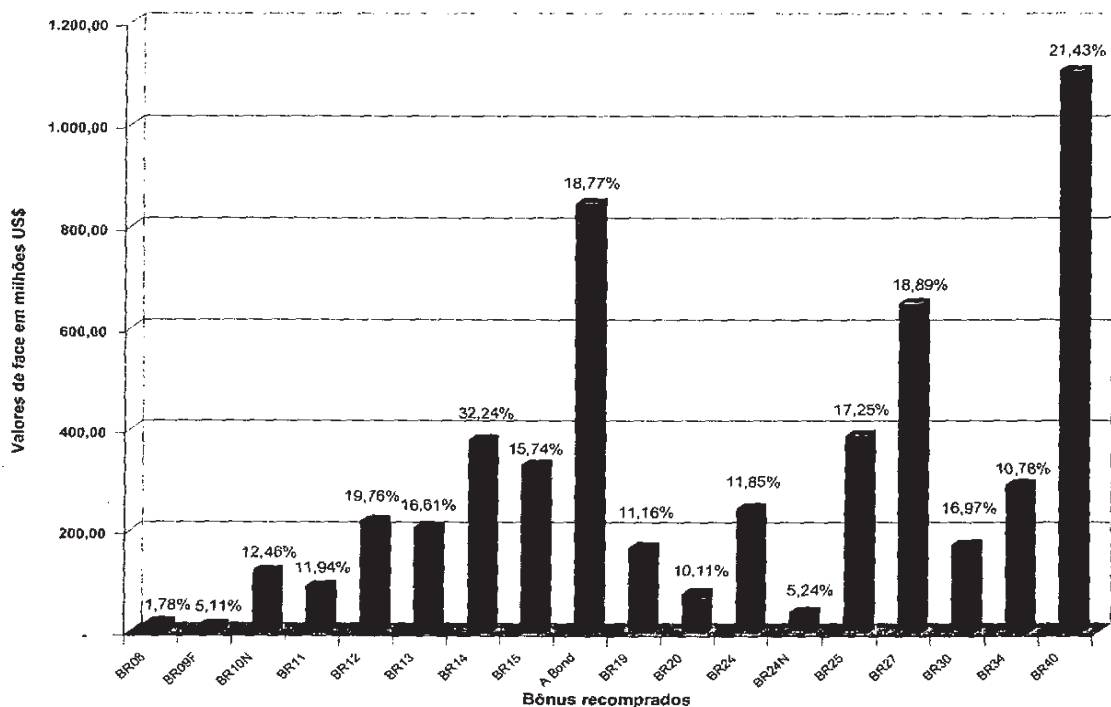


Gráfico 1: Títulos Recomprados

6. O fluxo de pagamentos externo foi reduzido em aproximadamente US\$ 14,9 bilhões no período de 2007 a 2040, sendo US\$ 5,4 bilhões em principal e US\$ 9,5 bilhões referentes a juros. O gráfico 2, representa a redução do fluxo de pagamentos de principal e juros obtidos, considerados os títulos incluídos no Programa, comparando-se as previsões antes e após as recompras ocorridas em 2007.

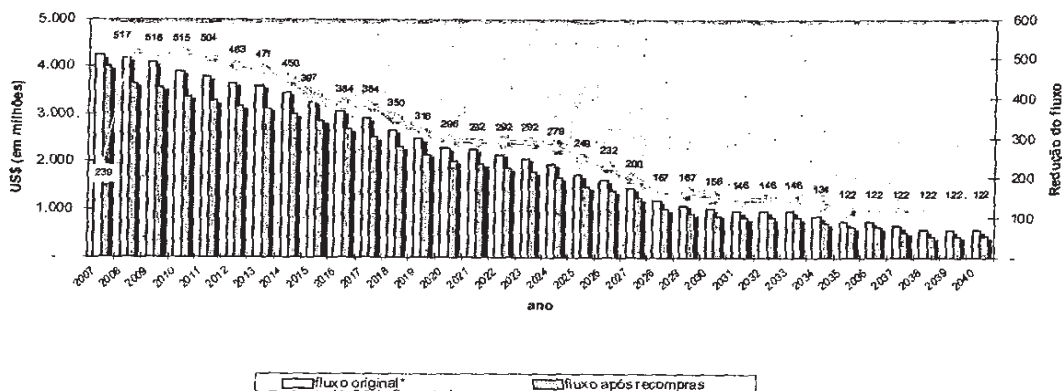


Gráfico 2: Redução no fluxo de pagamentos

Relatório de execução – Programa de recompras pág 4/5

7. Ressalta-se que os títulos foram recomprados no mercado secundário por um preço abaixo do preço considerado justo para determinado prazo segundo o modelo de avaliação do Tesouro Nacional. Portanto, o programa de recompras gerou ganhos a valor presente para o Tesouro Nacional.

8. Em 2007, o Tesouro Nacional continuou realizando as emissões de títulos denominados em reais. Estas demonstraram a boa receptividade dos investidores estrangeiros aos títulos soberanos brasileiros denominados em reais, uma vez que, ao adquirirem o título, acreditam na estabilidade da moeda brasileira.

9. Além disso, podemos destacar alguns indicadores que mostram que o Tesouro Nacional tem empreendido esforços no sentido de melhorar o perfil da Dívida Pública Federal - DPF e, em especial, da Dívida Pública Mobiliária Federal externa - DPMFe, como o alongamento do perfil de vencimentos da dívida externa (Gráfico 4), e a maior participação da dívida externa denominada em reais (tabela 1), o que vem reduzindo a percepção do risco-Brasil.

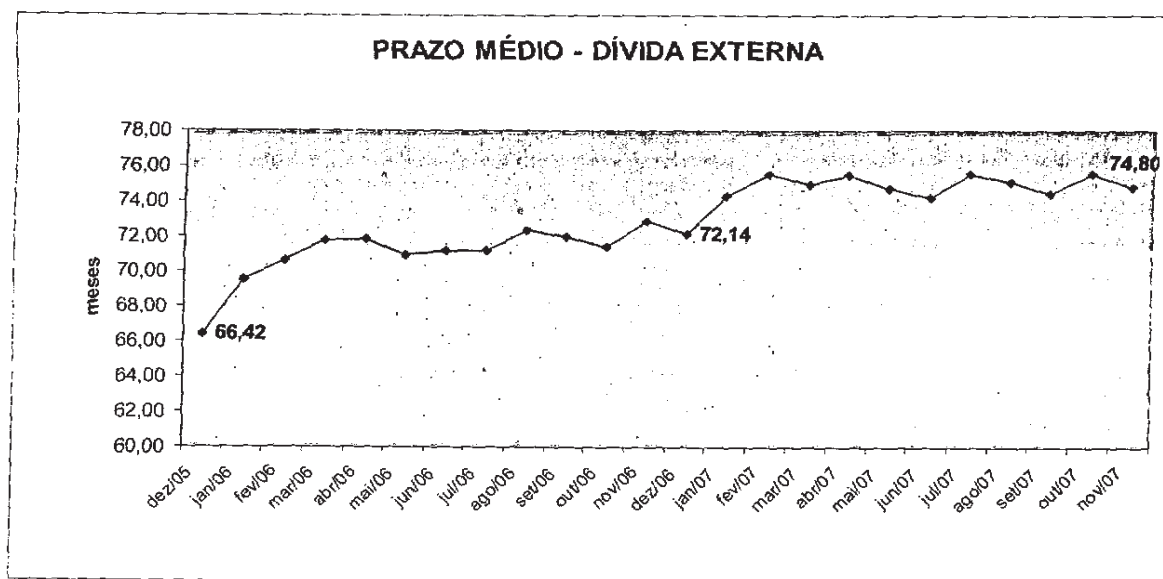


Gráfico 4: Alongamento do prazo médio da dívida externa

Relatório de execução – Programa de recompras pág 5/5

DPFe	diz/06	nov/07
estoque em real (%)	4,68%	9,78%
prazo (meses)	72,14	74,80
estoque (US\$)	67,1	61,8

	emissões	recompras
março/US\$	3,04 bilhões	6,99 bilhões

* Financeiro referente às emissões da Dívida Externa Mobiliária.

Tabela 1: percentual da dívida externa denominada em Real (R\$)

Por fim, no contexto do Programa de Emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior, de que trata a Resolução do Senado Federal nº 20, e em cumprimento ao art. 4º do referido normativo, informamos que, no trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2007, o Tesouro Nacional não realizou emissões de títulos da República, na forma prevista no inciso I do art. 1º do mesmo normativo.

Em 25 de janeiro de 2008


Elcio Fábio de Brasil Camargo
Secretário do Tesouro Nacional - Substituto

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 92, DE 2008.

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte.

Relatora: Senadora **Marisa Serrano**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 75, de 2006, de iniciativa do Deputado Eduardo Gomes, objetiva alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) para incluir o ensino “da cultura, especialmente em suas expressões regionais” na composição do currículo obrigatório dos ensinos fundamental e médio.

Propõe uma nova redação para o § 2º do art. 26 da referida Lei, a fim de que seu intento seja incorporado ao ordenamento jurídico nacional.

Na Câmara dos Deputados, a matéria foi aprovada em sede de decisão terminativa pelas Comissões de Educação e Cultura, com substitutivo, e de Constituição e Justiça e de Cidadania, que acolheu a redação oferecida por aquele colegiado.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que, após decisão por esta Comissão, será apreciado também pelo Plenário.

II – Análise

A LDBEN, em seu art. 26, estabelece que os currículos dos ensinos fundamental e médio, a par de uma base nacional comum, poderão diversificar-se, de acordo com as características regionais e locais em que for ministrado, levando-se em conta a sociedade, a cultura, a economia e a clientela a que se destina.

Mais que isso, dispõe, no § 1º desse mesmo artigo, que tais currículos devem conter, “obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil”.

Sob esse prisma, destaca, no parágrafo seguinte, que o ensino da arte será componente igualmente obrigatório nos diversos níveis da educação básica, com o objetivo de “promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

O projeto em exame busca, num certo sentido, mesclar e aprimorar as determinações do capta e dos dois parágrafos, ao propor a redação que ora se examina.

Com efeito, ao valorizar as “expressões regionais” da arte e da cultura, busca regionalizar “o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política” de nosso país, conforme destaca o § 1º do art. 26.

Por outro lado, ao incluir o ensino da cultura no currículo obrigatório, está reforçando o que já objetiva o § 2º desse mesmo dispositivo, ou seja, a promoção do “desenvolvimento cultural dos alunos”.

De modo que, visto sob essa perspectiva, o projeto original e o substitutivo oferecido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados inovam, tão-somente, no aspecto da regionalização de tais manifestações artístico-culturais, o que constitui o grande mérito da iniciativa.

A atividade cultural brasileira, por sua diversidade, requer maior zelo por parte do poder público, a fim de se manterem fiéis as tradições e a genuinidade de suas manifestações.

Os meios de comunicação, cada vez mais poderosos, ainda mais em época da chamada “convergência tecnológica”, têm dinamizado a cultura em proveito dos valores do eixo Rio – São Paulo, ao tempo em que negligenciam, em suas produções, a riqueza da criatividade e da tradição regional e local.

Com isso, globalizam-se e, por conseqüência, se uniformizam os conceitos e os padrões de comportamento sócio-cultural, a ponto de deixarem de fazer sentido as manifestações tradicionais de comunidades inermes para fazerem valer seus valores. Cedem, por força de tais conceitos dominantes.

Nesse aspecto é que reside a importância da iniciativa em exame, ou seja, a valorização dos aspectos regionais – tão desprezados pelos meios de comunicação – no ensino das modalidades artísticas, como parte componente da grade curricular dos cursos fundamental e médio.

Tendo em vista que a cultura, em sentido amplo, já está sendo atendida, como visto, pelo disposto no § 1º do art. 26 da LDBEN, optou-se por oferecer emenda destinada a sua exclusão do texto da nova redação oferecida ao § 2º, mas preservando-se a ênfase nas manifestações artísticas regionais.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº. 75, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CE

Suprima-se a expressão “e da cultura”, constante do § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, nos termos propostos pelo art. 1º do PLS nº 75, de 2006.

Sala da Comissão, 12 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 075/06 NA REUNIÃO DE 12/02/08
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

linh B. Sen. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>Flávio Arns</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE <i>Fátima Cleide</i>	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Antônio Carlos Valadares</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Sérgio Zambiasi</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO <i>João Ribeiro</i>	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>Valter Pereira</i>
PAULO DUQUE <i>Paulo Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES <i>Heráclito Fortes</i>	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>Marco Maciel</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>
ROSALBA CIARLINI	6- ROMÉU TUMA <i>Roméu Tuma</i>
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>
RELATOR	
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa Ribeiro</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Vide Adin 3324-7 de 2005

Vide Decreto n° 3.860, de 2001

**Estabelece as diretrizes e bases da
educação nacional.**

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o **caput** devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei n° 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei n° 10.793, de 1º-12-2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja

escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARAGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relatora: Senadora **Iris de Araújo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 75, de 2006 (PL n° 5.434, de 2005, na Casa de origem), altera o § 2º do art. 26 da Lei n° 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Pela nova redação do dispositivo, a Lei, além do ensino da arte, passa a exigir também o da cultura, especialmente em suas expressões regionais, como componente obrigatório dos currículos da educação básica, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, o PLC n° 75, de 2006, encontra-se em análise na Comissão de Educação, e segue para decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

O texto atualmente em vigor do referido § 2º do art. 26 da LDB apresenta o seguinte teor: O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Note-se que a alteração proposta pelo projeto de lei apenas inclui, no texto original, a expressão: e da cultura, especialmente em suas expressões regionais. Ocorre, contudo, que essa determinação já está contemplada no **caput** do mesmo art. 26 que diz que a base comum dos currículos dos ensinos fundamental e médio deverá ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Além disso, é importante salientar que o termo cultura serve para designar uma gama muito abrangente de fenômenos. Cultura, por exemplo, pode ser entendida, num sentido figurado, como o cabedal de conhecimentos, a ilustração, o saber de uma pessoa ou grupo social; ou, num sentido antropológico, como conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social. Podemos também entender cultura como forma ou etapa evolutiva das tradições e valores intelectuais, morais, espirituais (de um lugar ou

período específico); como civilização; ou ainda, como complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins.

Por essas características, não faz sentido incluir cultura como disciplina de um currículo. Ela, na verdade, deve ser conhecida e entendida por meio do estudo das diversas disciplinas curriculares como Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes, etc. Somente por meio dessa abordagem transversal e multidisciplinar o aluno poderá compreender a complexidade da cultura em toda a sua especificidade.

Dessa forma, a alteração proposta pelo projeto de lei em epígrafe, além de desnecessária do ponto de vista da Lei, apresenta-se inadequada dos pontos de vista pedagógico e educacional.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (PL nº 5.434, de 2005, na Casa de origem).

Sala da Comissão. , – **Iris de Araújo**, Relatora.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

Relator *ad hoc*: Senador **Raimundo Colombo**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 75, de 2006 (PL nº 5.434, de 2005, na Casa de origem), altera o § 2º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Pela nova redação do dispositivo, a LDB, além do ensino da arte, passa a exigir também o da cultura, especialmente em suas expressões regionais, como componente obrigatório dos currículos da educação básica, promovendo, dessa forma, o desenvolvimento cultural dos alunos.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi aprovada pela Comissão de Educação e Cultura, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Nesta Casa, o PLC nº 75, de 2006, após a análise desta Comissão de Educação, segue para decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – Análise

O texto atualmente em vigor do referido § 2º do art. 26 da LDB apresenta o seguinte teor: O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

Note-se que a alteração proposta pelo projeto de lei apenas inclui, no texto original, a expressão: e da cultura,

especialmente em suas expressões regionais. Ocorre, contudo, que essa determinação já está contemplada no *caput* do mesmo art. 26, que estatui que a base comum dos currículos dos ensinos fundamental e médio deverá ser complementada por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Além disso, é importante salientar que o termo cultura serve para designar uma gama muito abrangente de fenômenos. Cultura, por exemplo, pode ser entendida, num sentido figurado, como o cabedal de conhecimentos, a ilustração, o saber de uma pessoa ou grupo social; ou, num sentido antropológico, como conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc. que distinguem um grupo social. Podemos também entender cultura como civilização, como forma ou etapa evolutiva das tradições e valores intelectuais, morais, espirituais (de um lugar ou período específico); ou ainda, como complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligados à criação e difusão das belas-artes, ciências humanas e afins.

Por essas características, não faz sentido incluir cultura como disciplina de um currículo. Ela, na verdade, deve ser conhecida e entendida por meio do estudo das diversas disciplinas curriculares, como Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes, etc. Somente por meio dessa abordagem transversal e multidisciplinar o aluno poderá compreender a complexidade da cultura, em toda a sua abrangência e especificidade.

Dessa forma, a alteração proposta pelo projeto de lei em epígrafe, além de desnecessária do ponto de vista da Lei, apresenta-se inadequada dos pontos de vista pedagógico e educacional.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (PL nº 5.434, de 2005, na Casa de origem).

Sala da Comissão, – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

PARECER AO TEXTO DO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2006, QUE ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

À Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal

A/C Secretário Júlio Linhares

Assunto: Parecer sobre o Texto do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte nas escolas brasileiras.

Excelentíssimos Senhores Senadores,

1. A alteração proposta no texto em questão não atende às necessidades da área de artes, de modo geral, e da música, em particular. O acréscimo proposto em nada altera a essência do art. 26, § 2º da LDBEN primeiramente porque não especifica as modalidades ou linguagens artísticas a serem desenvolvidas nas escolas de educação básica. Além disso, utiliza o termo cultura de forma restritiva, pois separa arte e cultura e não considera que o próprio currículo se constitui como uma seleção da cultura. Em segundo lugar porque a ênfase em “expressões regionais” em nada contribui para a ampliação e respeito à diversidade cultural que caracteriza as sociedades contemporâneas.

2. A atual LDBEN, embora indique a obrigatoriedade do “ensino de arte”, é ambígua em seus termos. A expressão “ensino de arte” permite uma multiplicidade de interpretações, o que tem acarretado a manutenção de práticas polivalentes de educação artística e a ausência do ensino de música nas escolas de educação básica. Muitos concursos públicos recentes, realizados para o magistério em diversas regiões do País, persistem em buscar professores de “educação artística”, quando o Conselho Nacional de Educação já homologou diretrizes curriculares que prevêem formação de professores específicos em cada uma das artes (artes visuais, música, teatro e dança). Ou seja, a escola de educação básica continua buscando professores polivalentes de educação artística enquanto que os cursos superiores não mais formam esse tipo de profissional (ver, por exemplo, a Resolução nº CNE/CS 2/2004, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Música).

3. São freqüentes no âmbito dos quadros escolares as ocorrências nefastas geradas pela imprecisão da lei em vigência, comprometendo a absorção de mão-de-obra qualificada nos concursos públicos e gerando graves distorções na atividade curricular assim como nos quadros de professores concursados.

4. Os movimentos dos educadores musicais já deflagrados, em âmbito nacional, mediante manifestos e encontros de classe de profissionais, no sentido de se fazer cumprir o art. 227 da Constituição Brasileira que propõe como “absoluta prioridade” o “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente” os direitos do exercício pleno da cidadania da criança e do adolescente, entre os quais, o acesso à cultura.

5. O sistema de educação básica é a única estrutura do Estado capaz de atingir todas as crianças, adolescentes e jovens brasileiros e brasileiras por sua

natureza institucional, sendo, portanto, a forma mais democrática de se propor o acesso aos bens simbólicos e materiais dinamizados na cultura e nos processos históricos da Nação, mediante políticas públicas claras e propositivas.

Nesses termos, emitimos parecer contrário à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem).

Reladoras:

Profª Drª Liane Hentschke

Presidente da International Society for Music Education (ISME)

Professora do Departamento de Música e do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profª Drª Magali Kleber

Professora do Departamento de Música da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Profª Drª Luciana Del Ben

Professora do Departamento de Música e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Música da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Porto Alegre, 6 de outubro de 2006.

Em amplo apoio a este parecer, são signatários:

Prof. Dr. Sérgio Luiz Ferreira de Figueiredo

Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM).

Profª Drª Cristina Grossi

Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM) Membro do Grupo de Educação Musical (GEM) da Universidade de Brasília (UnB)

Profª Ms. Lurdiana Costa Araújo

Presidente da Associação dos Arte-Educadores do Distrito Federal (ASAE_DF)

Profª Drª Suzete Venturelli

Diretora do Instituto de Artes da Universidade de Brasília (IDA/UnB)

Prof. Ms. José Mauro Barbosa Ribeiro

Presidente da Federação de Arte-Educadores do Brasil (FAEB)

Profª Ms. Bárbara Tavares dos Santos

Faculdade de Artes Dulcina de Moraes – Área de Teatro – Brasília

Felipe Radicetti, músico, compositor.

Coordenador do GAP – Grupo de Articulação Parlamentar Pró-Música

PARECER Nº 93, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. (Em audiência nos termos do Requerimento nº 958, de 2007).

Relator: Senador **Valdir Raupp**

I – Relatório

O PLC nº 42, de 2007, estabelece que o salário mínimo, a partir de 1º de abril de 2007, será de R\$380,00 (trezentos e oitenta reais). Tal disposição também constou da Medida Provisória nº 362, de 2007.

No período de 2008 a 2011, os reajustes do salário mínimo serão antecipados em um mês por ano até que a majoração ocorra em 1º de janeiro, conforme a seguir:

- 1º de março de 2008;
- 1º de fevereiro de 2009;
- 1º de janeiro de 2010;
- 1º de janeiro de 2011.

O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo, a partir de 2008, corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real, o salário mínimo será acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB ocorrido dois anos atrás (ou seja, em 2008, além do INPC, o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006).

Por fim, o projeto dispõe que até 31 de dezembro de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispendo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive. Além disso, será constituído grupo interministerial, sob coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo.

Alteração introduzida na Câmara dispõe que a União não poderá realizar transferências voluntárias de recursos aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que, comprovadamente, descumprirem as disposições desta proposição.

O PLC nº 42, de 2007, foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos exatamente como veio da Câmara. Por força da aprovação do Requerimento nº 958, de 2007, determinou-se que, sobre o presente projeto, também fosse ouvida a Comissão de Assuntos Sociais.

Foram apresentadas duas emendas ao PLC nº 42, de 2007, no âmbito da CAS, ambas do Senador Paulo Paim. Uma delas estende o aumento dado ao salário mínimo para todos os benefícios mantidos pela Previdência Social. A outra emenda propõe que, a título de aumento real, o salário mínimo receba o dobro do crescimento do PIB e estabelece que, caso não seja enviado novo projeto com regras para valorização do salário mínimo, continuam valendo as regras aprovadas na proposição em pauta.

II – Análise

No que concerne à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade não foram detectados vícios que prejudiquem o projeto.

É extremamente meritório estabelecer regras para o reajuste do salário mínimo, pois, assim, cria-se uma política de valorização de seu valor, que não dependa da conjuntura econômica e política do momento. Como consequência, resguardamos os trabalhadores, aposentados e pensionistas deste País que recebem o piso nacional.

Salutar também é a antecipação da data-base do salário mínimo. Ao fixar seu reajuste em janeiro, fica facilitada a discussão de seu valor no âmbito das discussões do orçamento federal.

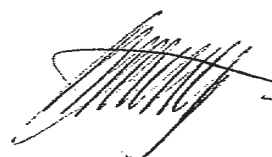
Com relação às emendas apresentadas no âmbito da CAS. Entendemos que não cabe estender o percentual de aumento do salário mínimo a todos os beneficiários da previdência, pois, além de o Brasil apresentar um vultoso déficit previdenciário, não há cálculo atuarial que defenda aumentos reais para benefícios previdenciários. Para estes, o máximo que pode se conferir é a correção monetária. A outra emenda propõe que, a título de aumento real, o salário-mínimo receba o dobro do crescimento do PIB. Acreditamos que o dobro da variação do PIB é percentual demasiadamente alto para aumento real do salário-mínimo, pois pode trazer problemas no mercado de trabalho, incentivando a informalidade, e nas contas públicas, principalmente na Previdência Social, uma vez que mais de 70% dos benefícios são equivalentes ao piso nacional.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007, não acatando as emendas oferecidas.

Sala da Comissão,

, Presidente



Relator

**EMENDA DESTACADA E APROVADA
NA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**

EMENDA Nº 1-CAS
(ao PLC Nº 42/2007)

**Dispõe sobre o valor do salário-mínimo
a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a
sua política de valorização de 2008 a 2023.**

O Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2007 pas-
sará a vigorar com as seguintes alterações.

“Art. 7º É assegurado a todos os benefi-
cios mantidos pela Previdência Social o mes-
mo reajuste e a mesma política de valorização
estipulados nesta lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data
de sua publicação”.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/02/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Arns</i>	2- SERYS SLHESARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Botelho</i>	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>Paim</i>	4- (vago)
MARCELO CRIVELTA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB) <i>Valadares</i>
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
GIM ARGELLO (PTB)	7- MAGNO MALTA (PR)
JOSÉ NERY (PSOL) <i>Nery</i>	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Mesquita</i>	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Raupp</i>	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI <i>Ciarlini</i>	4- ROMEU TUMA (PTB) <i>Tuma</i>
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES <i>Papaleo</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE <i>Buarque</i>

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

EMENDA Nº 1 - CAS AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13/02/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PDT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	2- SERYS SLHESARENKO (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR)
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i>	4- (vago)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) <i>Antônio Carlos Valadares</i>
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT)
GIM ARGELLO (PTB)	7- MAGNO MALTA (PR)
JOSÉ NERY (PSOL) <i>José Nery</i>	8- (vago)
PMDB-TITULARES	PMDB SUPLENTE
ROMERO JUCÁ	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita Júnior</i>	2- VALTER PEREIRA
(vago)	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	4- ROMEU TUMA (PTB) <i>Romeu Tuma</i>
EDUARDO AZEREDO	5- CÍCERO LUCENA
LÚCIA VÂNIA	6- SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>

**FRAGMENTOS DAS NOTAS TAQUIGRÁFICAS
DA REUNIÃO DA COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS, REALIZADAS
EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008**

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Bom, o item 1 da pauta é uma decisão não terminativa, Projeto de Lei da Câmara nº 42/2007, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007. E estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. O autor é o Presidente da República, e o Relator é o Senador Valdir Raupp. O projeto, se não me engano, estava no Plenário, mas em função das emendas que foram sugeridas pelo Senador Paulo Paim tiveram que voltar a essa Comissão. Portanto, eu passo já imediatamente a palavra ao Relator, Senador Valdir Raupp... Desculpa diretrizes para sua política de valorização de 2008 a 2023. Me perdoe. Concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp para proferir o seu relatório.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia, Sr^{as} e Srs. Senadores, o PLC nº 42/2007 estabelece que o salário mínimo a partir de primeiro de abril de 2007 será de 380 reais. Tal disposição também constou da Medida Provisória nº 362/2007. No período de 2008 a 2011 os reajustes de salário mínimo serão antecipados em um mês por ano até que a majoração ocorra em primeiro de janeiro. Exemplo, primeiro de março de 2008, primeiro de fevereiro de 2009, primeiro de janeiro de 2010 e aí até 2011 em primeiro de janeiro. O reajuste para preservação do poder aquisitivo do salário mínimo a partir de 2008 corresponderá à variação acumulada do INPC. A título de aumento real o salário mínimo será o acrescido de percentual idêntico ao do crescimento real do PIB, ocorrido dois anos atrás, ou seja, em 2008 além do INPC o salário mínimo receberá aumento equivalente à variação do PIB em 2006.

Portanto, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o salário mínimo deste ano deverá ficar em torno de 413 reais. Eu fico imaginando aqui, Senador Paulo Paim, V. Ex^a e outros parlamentares também alguns anos atrás brigavam para que o salário mínimo chegasse a cem dólares. Eu lembro muito bem dessa discussão. E hoje já está passando mais de 200 dólares. É sinal de que o nosso real está forte e que o poder aquisitivo do assalariado está melhorando. Por fim, o projeto dispõe que até 31 de dezembro de 2011, o Poder Executivo da União encaminhará ao Congresso Nacional o projeto de lei dispondo sobre a política de valorização do salário mínimo para o período compreendido entre 2012 e 2023, inclusive. Além disso, será constituído Grupo Interministerial sob coordenação com o Ministério do Trabalho e Emprego, encarregado de definir e implementar sistemática de monitoramento e avaliação da política de valorização do salário mínimo. Alteração introduzida na Câmara dispõe que a União não poderá realizar transferências voluntárias de recursos aos Estados, Distrito

Federal e aos municípios, e comprovadamente descumprirem as disposições dessa proposição. O PLC nº 42/2007 foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos exatamente como veio da Câmara. Por força da aprovação do Requerimento nº 958/2007 determinouse que sobre o presente projeto também fosse ouvida a Comissão de Assuntos Sociais. Foram apresentadas duas emendas ao PLC nº 42/2007 no âmbito da Casa. Ambas do Senador Paulo Paim. Uma delas estende o aumento dado ao salário mínimo para todos os benefícios mantidos pela Previdência Social. A outra emenda propõe que a título de aumento real o salário mínimo receba o dobro do crescimento do PIB, e estabelece que caso não seja enviado novo projeto com regras para a valorização do salário mínimo, continuam valendo as regras aprovadas na proposição em pauta.

Da análise. No que concerne a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade não foram encontrados vícios que prejudicam o projeto. É extremamente meritório estabelecer regras para o reajuste do salário mínimo, pois assim cria-se uma política de valorização de seu valor que não dependa da conjuntura econômica e política do momento. Como consequência resguardamos aos trabalhadores aposentados e pensionistas deste País que recebem o piso nacional. Salutar também é a antecipação da data básica do salário mínimo. Ao fixar-se ao reajuste em janeiro fica facilitada a discussão de seu valor no âmbito das discussões do orçamento federal.

Com relação às emendas apresentadas no âmbito da CAS, entendemos que não cabe estender o percentual de aumento do salário mínimo a todos os beneficiários da previdência, pois além do Brasil apresentar um vultoso déficit previdenciário, não há cálculo atuarial que defenda aumentos reais para benefícios previdenciários. Para esses o máximo que pode-se conferir é a correção monetária.

A outra emenda propõe que a título de aumento real, o salário mínimo receba o dobro do crescimento do PIB. Acreditamos que o dobro da variação do PIB é percentual demasiadamente alto para aumento real do salário mínimo, pois pode trazer problemas no mercado de trabalho, incentivando a informalidade, e nas contas públicas, principalmente na Previdência Social, uma vez que mais de 70% dos benefícios são equivalentes ao piso nacional.

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara, nº 42/2007, não acatando as emendas oferecidas. É o voto, Sr^a Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Em discussão o parecer do Senador Valdir Raupp. Para discutir, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Sr^a Presidente, Senadora Patrícia Saboya, Senador Valdir Raupp. Eu primeiro queria justificar minhas duas emendas e quero fazer uma defesa muito rápida aqui pra gente poder votar e continuar avançando na pauta.

Primeiro, essas duas emendas elas são fruto inclusive de um debate da comissão mista composta de 11 senadores e 11 deputados que durante um ano estudou a política de salário mínimo e dos aposentados e pensionistas. Estavam ali todos os partidos. E por unanimidade foi aprovado o meu relatório que contemplava o reajuste do salário mínimo conforme o dobro do PIB, inclusive que foi dado pelo Presidente Lula durante os últimos quatro anos. Se fizermos uma análise dos cinco anos do Presidente Lula, nós mostraremos com números e dados que foi dado um reajuste real correspondente ao dobro do PIB e o resultado para a economia foi muito bom. Portanto, que está aí o resultado, cerca de 10 milhões de pessoas com carteira assinada, a miséria absoluta diminuindo, enfim, a qualidade de vida melhorando, foi fonte geradora de emprego porque reativou o próprio mercado interno.

A outra emenda, da qual eu até quero me agarrar mais, no bom sentido, devido ao desespero dos aposentados e pensionistas. Entendo que é um avanço que veio da Câmara... – Voltando à Emenda nº 2, quando diz que pelo menos, daqui para frente, até 2023, teremos pelo menos uma política que vai garantir a inflação mais o PIB. E por isso que o salário mínimo muito bem aqui colocado pelo Senador Raupp poderá chegar a 412, até 413 reais.

Bem, voltando à Emenda nº 1 que é dos aposentados e pensionistas. Eu tenho aqui, por exemplo, um editorial do **Jornal de Pernambuco**. Só como exemplo. Tem um outro que é um editorial do **Estado de São Paulo**. Onde eles reproduzem com muita fidelidade eu diria os argumentos que aqueles que atuam nessa área dos aposentados e pensionistas, estou me referindo às entidades, inclusive, demonstrando que se não houver uma política de reajuste para os benefícios dos aposentados e para os pensionistas, nós não daremos mais do que cinco, seis anos todos os aposentados e pensionistas do País estarão recebendo somente um salário mínimo. Um salário mínimo todos nós sabemos que é pouco ainda. Mas todos reconhecem que o valor do salário mínimo é muito pequeno no nosso País, apesar dos avanços que reconheço que aconteceram no Governo Lula. Por isso que o que eu estou colocando no momento aqui, eu sei que é um outro debate que está no PL nº 58, que trata inclusive e que há um movimento forte na sociedade aqui no Congresso, chegou com um milhão e duzentas mil assinaturas dizendo que temos que pagar toda a perda acumulada, desde o ato da concessão do benefício aos aposentados e pensionistas que ganhavam, por exemplo, no ato da aposentadoria correspondente a 6 salários mínimos e estão ganhando 3. Quem ganhava 3 está ganhando 1. Esse PL é um outro debate. Eu nem fui tão arrojado nesse debate. Eu só coloquei o seguinte, já que estão estipulando uma política mínima para o salário mínimo até 2023, que se estenda também para o velhinho que está comprovado pela Fundação Getúlio Vargas que

a inflação dele é mais alta do que a população mais jovem, pelo menos a mesma política de reajuste. Ou seja, o próximo reajuste, vamos dar um exemplo, digamos que entre inflação em PIB para quem está na ativa, o salário mínimo vai ter um reajuste correspondente... Vou dar só como exemplo de 8% ou 10%, se nós não ajustarmos o aposentado vai ganhar só cinco. E assim sucessivamente. Ou seja, o correspondente ao PIB que é o crescimento da economia que a gente fala tanto em distribuição de renda tem que pensar na ativa e quem também está aposentado que todo mundo sabe os planos de saúde avançam cada dia mais que passa. Eu dizia ontem no plenário e vou encerrar aqui essa pequena justificativa, os aposentados e pensionistas estão abandonando o plano de saúde, pagaram ao longo de uma vida, mas com o arrocho dos seus vencimentos, eles não conseguem mais sustentar o plano de saúde. Então pagaram, seria digamos um benefício que eles ganharam por terem historicamente contribuído para aquele plano, de uma hora para outra tem que abandonar e ficar somente com o INSS.

Por isso que eu faria um apelo a todos os Senadores, votação simbólica, sei que esse debate vai ainda para o Plenário, que aprovássemos pelo menos a Emenda nº 1 aquela que diz que se estenderá essa mesma política de reajuste para o aposentado e pensionista. Já que eu sempre falo para o Movimento Sindical Brasileiro e pretendo entrar num outro momento com debate aqui, numa audiência pública, quem sabe a partir da subcomissão e da comissão, de nós demonstrarmos que o trabalhador que está na ativa hoje é o aposentado de amanhã. Então é um equívoco daqueles que se preocupam com o reajuste somente do salário mínimo para quem está na ativa e não se preocupa com o reajuste dos aposentados e pensionistas devido até ao fator previdenciário, ele perde no momento que se aposenta e depois os reajustes ele passa a receber ou a metade ou 1/3 daquilo que é dado ao salário mínimo.

Então o apelo que eu faço é que a gente aprovasse simbolicamente, pelo menos a Emendas nº 1 e depois faremos um outro debate no plenário que vai contemplar os milhões de aposentados e pensionistas. Era isso. E num reconhecimento enorme aqui o Valdir Raupp, nosso Senador, conversei um pouco com ele antes, ele disse: Faça o destaque de uma das emendas e se a Comissão acatar o Plenário que decida. Seria isso, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Obrigada, Senador Paulo Paim. Tenho que colocar então o requerimento de destaque da primeira emenda. Nos termos do art. 312 do Regimento Interno do Senado Federal requeiro a votação em separado para a Emenda nº 2 de autoria do Senador Paulo Paim ao PLC nº 42/2007.

Sala das Comissões, Senador Paulo Paim. Com a palavra... Desculpa, em votação. Só ler a emenda.

O Projeto de Lei da Câmara nº 42/2007 passará a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 7º É assegurado a todos os benefícios mantidos... Desculpa, é assegurado a todos os benefícios mantidos pela Previdência Social mesmo reajuste e mesma política de valorização estipulados nesta lei.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Em votação esse destaque. O requerimento de destaque. Se todos concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Senador Flávio Arns... é só o requerimento. Isso aqui foi só requerimento de destaque da primeira emenda. É porque o Senador Flávio Arns quer falar.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Eu pedi só rapidamente a palavra porque lá no Paraná o Senador Paulo Paim é extremamente conhecido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – E querido, né? [risos]

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT – PR) – Por um conjunto de méritos, mas particularmente em relação à sua luta, devida, eu diria a favor do salário mínimo, entre outros aspectos, mas também da questão dos aposentados e pensionistas. Então quando eu vou num evento no Paraná os aposentados e pensionistas chegam para mim e dizem: Apóia o Paulo Paim. “Claro, vou apoiar o Paulo Paim porque além de ser meu amigo concordo também com os argumentos dele”. E quero dizer que concordo integralmente com a questão levantada. Porque ele levantou o dado de que o custo de vida do aposentado é um custo de vida, inclusive, maior do que o custo de vida do jovem. Nós fizemos como V.Exª se lembra audiências públicas sobre planos de saúde. A inflação do plano de saúde não segue a inflação habitual da sociedade. Tanto que nos últimos dez anos, praticamente todo ano o plano de saúde acumulou uma alta equivalente ao dobro da inflação medida no nosso País.

Então, depois de uns quatro ou cinco anos a pessoa aposentada não pode mais ter plano de saúde, como o Senador Paulo Paim colocou. E as pessoas dizem: Me aposentei com três salários mínimos, quatro, agora estou recebendo um salário mínimo. E daqui um tempo todo mundo vai estar recebendo um salário mínimo. E o salário mínimo não deveria ser de quatrocentos, quatrocentos e pouco no Brasil. O salário mínimo tinha que ser, sei lá eu, de mil reais, mil e duzentos, mil e trezentos. Existem cálculos diferentes. Se alguém achar que as necessidades de uma família vão ser atendidas com salário mínimo de 400 reais, quer dizer, um absurdo absoluto. Apesar, como o Senador Valdir Raupp colocou,

de ter havido todos nós sabemos, um avanço. Mas o grande problema que eu sempre digo é que quem decide que somos nós os tribunais e tal, nós não recebemos o salário mínimo. Porque se nós recebêssemos o salário mínimo, acho que nós já teríamos resolvido essa questão. Nós recebemos 40 salários mínimos. Nós deveríamos ter uma lei que dissesse: O homem público não pode ganhar mais do que 20 salários mínimos, por exemplo. Aí certamente o salário mínimo rapidamente chegaria nos mil reais, nos 800 reais, nos 1.200 reais. Seja por parte dos tribunais, que ganham... Não ganham 40. Os tribunais ganham 60 salários mínimos. Os Ministros dos tribunais, 60 salários mínimos.

Então, 60 salários mínimos é um escândalo, 40 salários mínimos também é... A gente vai num País desenvolvido e vai dizer qual é a diferença do salário mínimo para o salário de um Tribunal, de um Parlamentar? É uma diferença de 15, 10, 15, sei lá, mil dólares. A pessoa ganha 15 mil dólares, 10 mil dólares, 15 mil dólares. Não sei quanto, mas seria 15 a 20.

Então, no dia que nós dissermos ninguém no Brasil pode ganhar mais do que, por exemplo, 20 salários mínimos, poderíamos apresentar um projeto. Uma mudança na Constituição nesse sentido. Podemos até assinar juntos. Não se ganha do que mais que 20 salários mínimos. Aí vamos todos caprichar para que o salário mínimo chegue a mil. E dentro do argumento do Paulo Paim, que isso significa dinamização de economia, geração de emprego, imposto, vermos nessa ótica. Então, quer dizer que eu sou favorável ao destaque.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável do projeto, ressalvado o destaque da Emenda nº 1. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, em votação agora a Emenda nº 1, de autoria do Senador Paulo Paim. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Parabéns ao Senador Paulo Paim. [palmas]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Srª Presidente, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Pois não, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Eu quero apenas dizer da satisfação que tenho de estar participando desse evento aqui. Cumprimentar o Senador Paulo Paim, é meritório o destaque de V.Exª e certamente que o senhor colocou aqui é a realidade dos fatos. Vivemos num País de desigualdade aqui. Em todos os sentidos. E os aposentados, como o se-

nhor bem disse aqui, no longo da história, cada dia que passa perde-se o poder de compra, o seu poder até mesmo de tratar de sua saúde. De forma que projetos como esse, eu confesso aqui nessa Comissão que me sinto honrado sobremaneira de participar como Senador da República e ter essa primazia de votar. Na medida que lamentavelmente o País cresce sua economia, tem grandes avanços, mas lamentavelmente o aposentado está no esquecimento. Falo isso com muita perfeição, sobretudo conhecimento de causa que eu tenho membro de minha família. Você está aqui, por exemplo, Paulo Paim, meu velho e querido pai que já foi que Deus deu a ele um bom lugar, mas tenho minha velha mãe com 85 anos que contribuíram 35 anos e meu pai contribuiu 40 anos. No fim da sua vida, que ele tinha o direito de aposentar com salário digno, aposentou com 660 reais. Ora, contribuiu 40 anos, e no fim da vida, precisava de um dinheirinho mais para comprar um remédio para tratamento de saúde, recebia 600 reais. De forma que projetos como esses eu confesso que me sinto orgulhoso de participar e dar aqui meu voto na certeza que só assim iremos construir um País com certeza com mais justiça social. Parabéns Senador Paulo Paim.

SRª PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Obrigada, Senador Jayme Campos, com a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Eu só queria pedir desculpas, eu gostaria muito de poder ficar aqui até o final da Sessão, mas tem uma reunião de líderes acontecendo, e eu vou ter que...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Eu agradeço a presença.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Está muito extensa a pauta do plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – Com certeza. Agradeço a V. Exª a presença. Muito obrigada.

Bom, parabéns mais uma vez ao Senador Paulo Paim por essa conquista tão importante. Com a palavra V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS) – Srª Presidente, me permita que o nosso Relator Valdir Raupp queria também agradecer a ele. Que ele entendeu os argumentos, não queria criar nenhum obstáculo e naturalmente a gente vai tentar dialogar com o Governo para ver se consegue manter a emenda no plenário.

Então, antes do Relator sair eu queria agradecer a ele e todos Senadores e Senadoras e claro, especialmente a V. Exª.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SA-BOYA (PDT – CE) – É um prazer. Que bom. Parabéns mais uma vez.

PARECER Nº 94, DE 2008

Da Comissão de Educação Esporte e Cultura sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007 (nº 6.633/2006, na Casa de origem), que denomina “Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha” a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.

Relatora: Senadora **Fátima Cleide**

I – Relatório

A proposição visa homenagear Ivar Figueiredo Saldanha, mediante a atribuição de seu nome à segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, atualmente em fase de conclusão.

O autor argumenta que os logradouros ganham personalidade quando adotam o nome de pessoas ilustres para sua identificação, prática já tradicional na nossa cultura. A denominação aqui proposta corresponderia a esse princípio, na medida em que Ivar Figueiredo Saldanha é uma figura eminente na política do Maranhão, estado do qual foi Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual por mais de 23 anos e Prefeito da cidade de São Luís. Natural de Rosário, teria seu nome perfeitamente identificado com a paisagem do Estreito dos Mosquitos, cuja travessia inúmeras vezes realizou nos deslocamentos entre sua cidade natal e a capital do estado.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto foi apreciado e aprovado nas Comissões de Viação e Transportes, de Educação, Cultura e Desporto e de Constituição e Justiça e de Redação.

No Senado Federal, onde foi distribuído com exclusividade para a Comissão de Educação, o projeto não recebeu emendas.

II – Análise

A Constituição Federal estabelece, no art. 22, XI, que compete à União legislar sobre transportes, cabendo ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, dispor sobre todas as matérias de competência da União. O PLC nº 67, de 2007, portanto, não contém vícios de iniciativa e apresenta-se em conformidade com os preceitos constitucionais.

A proposição encontra amparo na Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, “que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação”, a qual estabelece que, mediante lei especial, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de

via poderá ter, supletivamente à terminologia oficial, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

Finalmente, é pertinente no que tange ao mérito, uma vez que o homenageado foi figura importante na história recente do Maranhão e preenche plenamente os requisitos necessários ao pleito que ora se apresenta.

III – Voto

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007.

Sala da Comissão, 12 de fevereiro de 2008.

[Assinatura], Presidente

[Assinatura], Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 067/07 NA REUNIÃO DE 12/02/08 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: *[Assinatura]* SEN. CRISTOVAM BUARQUE

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS <i>[Assinatura]</i>	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO <i>[Assinatura]</i>	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE RELATORA <i>[Assinatura]</i>	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO	ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>[Assinatura]</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA <i>[Assinatura]</i>
PAULO DUQUE <i>[Assinatura]</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL <i>[Assinatura]</i>	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU <i>[Assinatura]</i>
ROSALBA CIARLINI <i>[Assinatura]</i>	6- ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO <i>[Assinatura]</i>
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES
-------------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts.

39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

.....
LEI Nº 6.682, DE 27 DE AGOSTO DE 1979

Dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação, e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As estações terminais, obras-de-arte ou trechos de via do sistema nacional de transporte terão a denominação das localidades em que se encontrem, cruzem ou interliguem, consoante a nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação.

Parágrafo único. Na execução do disposto neste artigo será ouvido, previamente, em cada caso, o órgão administrativo competente.

Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecidas no artigo anterior, uma estação terminal, obra-de-arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação ou à humanidade.

Art. 3º São mantidas as denominações de estações terminais, obras-de-arte e trechos de via aprovadas por lei.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de noventa dias, estabelecendo, inclusive, o início de sua execução.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 27 de agosto de 1979; 158º da Independência e 91º da República. – **JOÃO FIGUEIREDO**
– **Eliseu Resende.**

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 92 e 94, de 2008**, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte referentes às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006** (nº 5.434/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que *estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte (determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da*

cultura nos diversos níveis da educação básica); e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007** (nº 6.633/2006, na Casa de origem), que *denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

- Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 159, DE 2008

Sr. Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado, a realização de Sessão Especial no dia 17 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes; e, nos termos do § 1º do mesmo artigo, que sejam especialmente convidados os Senhores:

Ministro de Estado da Defesa e o Comandante do Exército Brasileiro.

Justificação

No longínquo dia 19 de abril de 1648, os Montes Guararapes, em Pernambuco, foi palco da vitoriosa batalha contra o invasor holandês das terras brasileiras. Em verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, genuinamente brasileiras, brancos, índios e negros unidos pelo sentimento nacionalista que afloravam nos brasileiros, expulsaram o invasor estrangeiro e escreveram nas páginas da nossa história a memorável epopéia de Guararapes.

Nesta luta vitoriosa não havia apenas homens reunidos em torno de um simples ideal de liberdade, mas sim, as bases do Exército Nacional de uma Pátria.

Por isso, no dia 19 de abril comemora-se o dia do Exército Brasileiro, e para homenagear e destacar a importância dessa Instituição para o nosso País, submetemos à apreciação deste Plenário o presente Requerimento, solicitando a aprovação da realização da sessão especial.

Sala das Sessões, 22 de fevereiro de 2008.

de ve

SENADOR ROMEU TUMA

Galvão (Sen. Mão Santa)

(Sen. Augusto Botelho)

João (Sen. Estevão de Azevedo)

(Sen. Heraclides Furtado)

(Sen. Magno Malta)

Armando (Sen. Rosalvo Borklein)

Paulo (Sen. Paulo Duguet)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Há oradores inscritos.

Como primeiro orador, por cessão do Senador Gerson Camata, chamo para usar da tribuna o Senador Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul. Se misturarmos Martin Luther King e Obama, teremos nosso Paulo Paim.

V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, V. Ex^a acabou tocando no tema sobre o qual vou discorrer nesta manhã de sexta-feira. Mas, antes de dar início ao tema, quero dizer que tenho muito carinho pelo jornalista Cláudio Humberto, que, ontem, na Comissão de Direitos Humanos, em que falei sobre o Senador Barack Obama, alertou-me para ter cuidado na pronúncia do nome do Senador. Quero agradecer ao jornalista Cláudio Humberto, que é meu amigo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a tem lido os livros do Cláudio Humberto? Leu o livro *Poder sem Pudor*?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Tenho muito respeito por ele. Temos conversado diversas vezes, e ele me alertou sobre a pronúncia, principalmente no caso do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O grande erro do Presidente Collor foi ter afastado o Cláudio Humberto, que sabia defendê-lo autenticamente. Sem dúvida alguma...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É um grande jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Pois diga para ele que, na minha sugestão, o nosso Senador Paulo Paim é uma mistura de Obama com Martin Luther King.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, estamos vivendo, com certeza absoluta, um momento muito peculiar, que, dependendo de como irão transcorrer os fatos, poderá ser um marco histórico no contexto mundial. O debate das eleições dos Estados Unidos da América se entrelaça com o sentimento de todos aqueles que, ao longo de suas vidas, acreditaram – e acreditam – que um mundo diferente era possível.

Senhoras e senhores, no dia 20 de janeiro de 2009, tomará posse o 44^o Presidente dos Estados Unidos da América, de acordo com o resultado das

eleições de 4 de novembro de 2008. É, sem dúvida, um acontecimento de importância mundial, pois o candidato eleito irá dirigir, Senador Mão Santa, por quatro anos, a maior economia mundial, o maior poderio militar do planeta, o maior acervo científico e tecnológico, do conhecimento em geral – e, além desses, há outros fatores que contribuem para tornar os Estados Unidos da América a maior potência mundial.

Vale salientar que o fato de os Estados Unidos enfrentarem uma das maiores crises econômicas, desde a Grande Depressão de 1929, não implica perda de relevância desse importante pleito para o mundo inteiro e, particularmente, para o Brasil.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, se, até o dia 4 de novembro de 2008, não ocorrer nenhum acontecimento extraordinário, nenhuma reviravolta, o próximo Presidente dos Estados Unidos será escolhido entre os Senadores Barack Obama e John McCain.

Pela primeira vez na história daquele país, existe a possibilidade real de um negro ser Presidente da República. Isso representa um acontecimento marcante, num país que, até os anos 60, praticava a segregação racial de forma aberta, como a que obrigou a intervenção federal no Estado do Alabama.

Sr. Presidente, por questão de justiça, é bom registrar que, para este momento acontecer, o povo negro americano e o povo branco passaram por grandes embates, por momentos decisivos, como a aprovação das políticas afirmativas, que, aqui no Brasil, resume-se ao Estatuto da Igualdade Racial, semelhante ao aprovado pelo congresso americano após a caminhada em Washington.

Cumprimento, mais uma vez, o Presidente Lula por ter feito, esta semana, um apelo ao Congresso Nacional, para que aprovasse os direitos civis dos negros brasileiros, para que aprovasse o Estatuto da Igualdade Racial.

Lembro também o inesquecível Martin Luther King, que deu sua vida por essa causa, e de outros líderes da caminhada do povo norte-americano.

A candidatura de Barack Obama aponta para novos tempos. Filho de homem negro e de mulher branca, já nos tempos de colégio, em Chicago, Obama se tornou líder comunitário, com um grupo de base da igreja, que buscava melhores condições de vida para as vizinhanças pobres que sofriam com a praga do crime e com a falta de investimentos que beneficiassem a população carente.

Barack Obama deu seguimento à sua luta e, assim, veio a ser eleito Deputado Estadual e, mais tarde, Senador. Continuou sempre firme em sua trajetória em favor dos direitos civis e contra as condições adversas em que viviam os mais humildes.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Senador Gilvam Borges, Senador Cristovam Buarque, Senador Eurípedes Camargo, sempre acompanhei a caminhada de grandes líderes, que sempre digo que são nossos espelhos. Acompanhei a caminhada de Nelson Mandela, que derrubou o **apartheid** e que chegou à Presidência da África do Sul; acompanhei a caminhada de John Kennedy, que era defensor dos direitos humanos e que chegou à Presidência dos Estados Unidos; acompanhei a caminhada e o assassinato, que chocou o mundo, de Mahatma Gandhi, que derrotou o império britânico e que também, como Kennedy, foi assassinado.

Bonita também, ninguém pode negar, é a trajetória do nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, um nordestino, um metalúrgico que alcança a Presidência do País e que está operando mudanças importantes na vida do povo brasileiro. A vitória do Presidente Lula, em duas vezes sucessivas – e o resultado das pesquisas o prova –, mostra uma verdadeira revolução em matéria de conceitos no continente americano.

Hoje, estou vivendo outro momento, Senador Mão Santa, que gera sentimentos em mim, que, de tão profundos, são difíceis de descrever ou até mesmo de falar. Sem dúvida, é um grande feito para os Estados Unidos e para o mundo em geral a candidatura desse homem negro, que luta pelos direitos civis, que busca a inclusão das pessoas com deficiência, que não aceita, Senador Cristovam, crianças fora da escola, que pretende colocar a saúde ao alcance de todos, que, inclusive, pediu a Washington que colocasse os interesses de grandes empresas de lado e se concentrasse na reforma da saúde, da educação e da segurança. É um homem voltado, sem sombra de dúvida, para os direitos humanos.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse homem reconhece também que grande parte do progresso alcançado pelos Estados Unidos teve como mola propulsora o mercado aberto, mercado este do qual fazemos parte, e isso é muito positivo, porque deixa as portas abertas e fortalece as parcerias, neste momento em que o Mercado Comum Europeu boicota a produção de carne do Brasil.

Barack avança mais. Barack, ontem, à noite, foi ousado: disse, para temor dos conservadores, que este é o momento de ampliar as relações com Cuba.

Acredito que a vitória de Obama terá reflexos positivos na relação entre Brasil e Estados Unidos em todas as áreas. Obama disse, recentemente, em entrevista à BBC, o seguinte: “O Brasil fez um excelente trabalho em estimular a sua indústria de combustíveis alternativos, e os Estados Unidos devem seguir esse

exemplo”. Ele teceu elogios à cooperação entre Brasil e Estados Unidos na área de biocombustíveis.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou, e não nego, admirador desse homem que vem lutando pelos direitos da população por que acredita que esse é o modo de construir algo novo. O pensamento dele se ajusta demais com aquilo que penso. É um pensamento moderno, que se assemelha com o daqueles que pensam olhando para o horizonte, olhando para o conjunto da floresta, olhando para os habitantes da floresta, não somente para um detalhe na floresta.

A força de sua mensagem avança para além das diferenças entre negros e brancos. Ele busca a mudança entre aquilo que foi e aquilo que será. Ele quer uma pátria para todos, conforme ele mesmo disse. Durante seu discurso de vitória, na primária democrática da Carolina do Sul, ele disse, Senador Eurípedes: “Esta eleição não irá opor negos e brancos. Ela opõe o passado e o futuro”.

Em seu livro **A Audácia da Esperança**, que tive a alegria de ler, suas palavras, que fazem parte de um discurso que ele proferiu na Convenção Nacional Democrata de 2004, foram: “Não existem os Estados Unidos dos negros, os Estados Unidos dos brancos, os Estados Unidos dos descendentes de latinos ou os Estados Unidos de asiáticos – existem apenas os Estados Unidos da América”.

Ele complementa, dizendo:

Para as pessoas que citam esse seu discurso, essa idéia reflete uma visão dos Estados Unidos finalmente livres do passado de Jim Crow e da escravidão, dos campos de concentração japoneses e dos bóias-frias mexicanos, das tensões trabalhistas e dos conflitos culturais – um país que concretiza o desejo de Martin Luther King de não sermos julgados pela cor da nossa pele, mas pelo nosso caráter.

E parece que esse pensamento, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, vem ao encontro dos anseios da população daquele país. Disse um eleitor: “Ele é um homem negro e é um grande orador. É como Martin (o reverendo Martin Luther King), que tinha muitos cor-religionários brancos”.

Sr. Presidente, é inegável o fato de que Obama representa uma revolução em termos de combate à discriminação, pois ele conhece a realidade dos brancos, dos negros, dos asiáticos, dos latinos, dos índios, dos pobres e dos ricos.

Ele mesmo afirma em seu livro:

Quando ouço os comentaristas dizendo que meu discurso é sinal de que chegamos à “política pós-racial” ou de que já vivemos em uma sociedade sem discriminação racial, preciso fazer uma ressalva. Dizer que todos for-

mamos um só povo não é sugerir que nele as questões de raça foram superadas, nem que a luta pela igualdade foi vencida (...)

Segue ele dizendo:

(...) embora minha própria criação dificilmente seja um exemplo típico da experiência afro-americana – e embora, por sorte e circunstância, eu hoje ocupe uma posição que me separa da maioria dos solavancos e contusões que o negro comum precisa enfrentar –, sou capaz de relatar a ladainha usual de pequenos insultos que me foram direcionados ao longo de meus 45 anos (...)

Repeti, aqui, Senador Heráclito Forte, trechos do discurso de Obama, porque isso faz parte da vida, tenham certeza todos os senhores, de todos os homens e mulheres negros!

Esse homem está querendo a renovação. E ele, certamente, conta com a fonte de inspiração que move todos nós a agir melhor hoje do que agimos ontem. Ele afirmou, enfaticamente: “Nossos valores espirituais têm tanta importância quanto o PIB”.

O grande apoio que ele tem recebido, senhores e senhoras, dos jovens de todas as cores, de todas as etnias e de todas as religiões demonstra, de forma clara, que as mudanças são muito, muito bem-vindas.

Alguns dizem que Obama é um sonhador. Eu diria, Sr. Presidente, que a vida já provou que, se você acredita, seu sonho poderá, sim, se tornar realidade.

Lembro as palavras do Professor Cândido Mendes, que salienta: “A subida do Senador de Illinois, ainda sem freios, é de uma bofetada nesse mesmo *status quo* de uma nação disposta a virar a mesa, por uma vez, do que está aí”. É corajoso o Professor Cândido Mendes, que disse essas palavras, que introduzi no meu pronunciamento, a respeito da grande mudança que pode ser essa disputa eleitoral nos Estados Unidos, com a eleição de um presidente negro.

Sr. Presidente, de fato, eu me confesso apaixonado por este momento especial. Não é que a gente queira, como disse a esposa de Obama, endeusá-lo. Não é isso. Disse Michelle Obama: “Obama é um homem como todos os outros, mas um homem de muita força para fazer as mudanças de que os Estados Unidos precisam”.

Vejo-me, Sr. Presidente, empolgado. Este é um momento especial, porque traz a esperança de novos tempos. É um sentimento gratificante na história da Humanidade.

Nossas vidas só têm sentido se forem dedicadas a novos rumos, ao alcance de mãos cansadas, de ombros fatigados, de almas mutiladas pela injustiça, de corações angustiados que esperam um amanhã melhor,

sejam eles de homens ou de mulheres, de negros, de brancos, de índios, de ciganos, de crianças, de idosos, de deficientes. Enfim, essa luta é permanente, para que se combata qualquer tipo de discriminação, inclusive religiosa e sexual.

Nossa visão tem de ser para todos, tem de ser para todos. Não há como não olhar para os sem-teto, não há como não olhar para os sem-salário, para os sem-terra, para a difícil caminhada do homem do campo.

Ao mesmo tempo em que gostaríamos de ver os homens e as mulheres na terra, trabalhando e produzindo, devemos também olhar e fortalecer o espírito dos produtores do agronegócio. A ligação do amanhã será, sim, entre empregados e empregadores, entre empreendedores e consumidores. Nós podemos construir essa realidade. Eu sei que tudo é possível, e haveremos de chegar lá.

Chegará um dia, Senador Mão Santa, em que todos perceberão que o lucro é bom, mas deve ser para todos. Chegará um dia em que todos entenderão que defender o meio ambiente é defender a vida. Nesse dia, todos perceberão que valeu a pena lutar. Nesse dia, a justiça, que pode ser verdadeira, será real. A História passará, nesse dia, a assumir nova face.

Espero eu que o exemplo de Barack Obama, de ser contra a guerra e de ser um amante da paz e dos direitos humanos, sirva para as novas lideranças do Brasil e do mundo, onde, efetivamente, o ser humano esteja em primeiro lugar.

Sr. Presidente, antes de conceder um aparte ao Senador Cristovam, quero concluir esta parte do meu pronunciamento.

Não tenho dúvida de que os homens e as mulheres que defendem um mundo melhor para todos serão os líderes que se vão encontrar com o nosso povo, como as águas dos rios que rompem obstáculos, contornam as montanhas e seguem seu destino, para se entrelaçar com as águas verdes dos mares.

Senador Cristovam, concedo o aparte a V. Ex^a, com muita alegria.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, primeiro, quero dizer que esse discurso não deveria ser interrompido.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Penso ser corretíssimo que este aparte – creio – tenha sido feito no final. Em segundo lugar, acho que o senhor deveria fazer a tradução desse discurso e mandá-lo para a equipe do Obama. Isso tem um significado para nós todos do Senado. Agora, vou entrar no juízo: concordo plenamente com sua fala, de que representa uma mu-

dança a aceitação de um negro como candidato viável à presidência. Já houve outros, mas sem viabilidade para marcar posição; desta vez, é um candidato que tem tudo para ganhar. Essa é uma mudança radical de cultura. Mas há mais do que isso: não é apenas por ser negro, mas também por trazer uma política diferente, como o senhor falou. Ele traz uma renovação – além da cara –, uma renovação da política. O Presidente Lula trouxe uma nova cara, mas eu gostaria de ver mais radicalismo na maneira como ele leva adiante as mudanças sociais neste País, não as econômicas, porque eu sempre defendi – e o senhor sabe – que não há outra política econômica.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sou testemunha da sua posição.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Daí os resultados que começam a se ver agora: o Brasil virando credor, graças à continuidade de uma política antiga; não é uma política de hoje. Para mim, não há espaço para a revolução na economia. Virá um dia, mas não há hoje. O espaço da revolução está na educação, especialmente, e no social, em geral. Barack Obama representa o espírito de novidade. Há outra coisa: é preciso fazer justiça, porque, ainda que não fosse ele o escolhido pelo Partido Democrata, já haveria uma mudança de cultura, pois a candidata que venceria seria uma mulher. Uma mulher como candidata viável à Presidência da República é uma revolução cultural tão grande quanto a eleição de um negro, ou quase tão grande, digamos – talvez, não tanto –, porque o machismo pode ser um pouco menos forte do que o racismo, mas ambos são grandes embaraços à democracia no mundo inteiro. Finalmente, eu queria dizer que – isso é o que precisamos refletir – há o sentimento de desejo de mudança no mundo inteiro. Os Estados Unidos estão vindo até um pouco atrasados, eles estão depois de alguns países da América Latina, depois mesmo de alguns países europeus, como Portugal, que elegeu socialistas; como a Espanha, que elegeu um socialista; como a Itália, que elegeu Romano Prodi. Há uma onda nova por aí, uma onda em que não está muito claro qual é programa, em que cada um até diz de forma diferente um do outro. Mas, Senador João Pedro, há uma onda de mudança no mundo, uma onda de novidade na política, e alguns precisam saber disso. O eleitor cansou de votar no mesmo. Isso se reflete nos Estados Unidos e se reflete, com todos os erros que possamos reconhecer, de vez em quando, na Venezuela, na Bolívia, no Equador e, agora, no Paraguai. Há um clima, uma onda de mudança, uma onda de novidade. Alguns vão tentar surfar nessa onda por oportunismo, com posições reacionárias e conservadoras e com discursos progressistas. Vai

surgir isso. Veremos candidatos que vão ignorar todos os seus discursos do passado, para surfarem nessa onda da novidade. Outros vão manter a coerência de defenderem mudanças desde sempre, e, quem sabe, essa onda carregue esses e não os outros oportunistas. Nos Estados Unidos, estamos vendo essa onda claramente. Vou concluir. Desculpe-me pelo aparte tão longo num discurso tão importante!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – É uma satisfação ouvir o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Até o candidato republicano, ele próprio, tem traços de novidade também, embora não em relação à guerra do Iraque, porque é um conservador igual aos Estados Unidos, talvez porque tenha ficado preso, durante cinco anos, no Vietnã. Mas até ele apresenta propostas diferentes em relação ao atual governo norte-americano. Então, o discurso de V. Ex^a, na verdade, é sobre a onda de novidade que está nos anseios do povo, querendo encontrar eleitores candidatos. Hoje, é o eleitor que está buscando o candidato, não é o candidato que está buscando eleitores. O eleitor está buscando o candidato que reflita essa onda de novidade, e seu discurso é muito bom, porque traz o que está acontecendo nos Estados Unidos, para que a gente aprenda também aqui. Parabéns pelo seu discurso! Reafirmo minha sugestão: traduza esse discurso e o mande para a campanha do candidato Obama.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. V. Ex^a, como sempre, é muito gentil. O aparte de V. Ex^a só fortalece a linha do meu pronunciamento. Confesso a V. Ex^a que acatarei sua sugestão: vou fazer o encaminhamento do pronunciamento, que é um gesto deste Senador do Parlamento brasileiro, que se identifica, e muito, pela forma como eu tenho atuado no Parlamento, com essa bela mensagem que Obama tem levado neste momento aos Estados Unidos. E eu o faria, sem sombra de dúvida, a outro presidente, branco ou negro, que, em um outro país, tivesse o mesmo ponto de vista.

É claro que, aqui, no Brasil, fiz referências ao Presidente Lula, que representa, como V. Ex^a mesmo mencionou, essa renovação, em nível internacional, pela sua postura, pela maneira de agir, pela recondução ao cargo, por duas vezes, pelo povo brasileiro e pela forma como ele se apresenta hoje perante a Nação, e as pesquisas assim demonstram.

Obrigado, Senador Cristovam.

Concedo o aparte ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Paulo Paim, quero parabenizá-lo pelo belo discurso, pela reflexão acerca dos fatos relativos à eleição nos Estados Unidos. V. Ex^a faz, no nosso Parlamento, na

nossa Casa, uma reflexão importante, uma análise importante. É evidente que as eleições nos Estados Unidos não poderiam passar despercebidas de todos nós, principalmente de um Senador militante, de um Senador engajado, como V. Ex^a. Existe no Brasil, inclusive, um representante do Partido Democrata. Diria mais: se eu estivesse nos Estados Unidos, eu votaria nele.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Declarei meu voto aqui também.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Veja só: esse é um fato novo. Inclusive, estou me policiando, tenho procurado adotar uma postura mais paciente, mais terna, com a sociedade americana. Minha cultura, minha formação política é antiamericana, apesar de haver coisas importantes nos Estados Unidos. Mas esse debate que se está dando trata da América Latina e dos latinos. A posição dele é a mais avançada, nesse sentido, em relação à posição de todos os candidatos, frente à guerra do Iraque, frente à questão do Oriente Médio. A posição dele é a mais avançada, pois rompe com a postura autoritária e bélica das políticas dos Estados Unidos. Então, o Senador Obama é a novidade. Espero que seja a novidade com conteúdo. Espero que ele ganhe as primárias e, quem sabe, seja o caminho para um novo paradigma para a humanidade. A posição dele em relação ao momento que Cuba está vivendo, com a renúncia do grande líder Fidel Castro, também é uma posição avançada para a postura dos Estados Unidos. Parabenizo V. Ex^a pela reflexão, pela análise! Estou torcendo para que o resultado dessa eleição faça os Estados Unidos mudarem sua política em relação à América Latina, à Ásia, enfim, ao mundo. O Senador Cristovam Buarque tocou num assunto importante. No caminho da análise do Senador Cristovam Buarque, eu diria que há um movimento nas Américas. E a história é muito curta. Se observarmos o período de 2002 a 2008, vamos verificar que há uma tendência da sociedade, do eleitorado, de votar no novo. Isso passou, é verdade, pelo Chile, pelo Brasil. Isso começa com Lula, com Evo Morales. Se analisarmos detidamente o significado político, histórico e sociológico da vitória de Evo Morales, veremos que é de uma grande riqueza, pois significa uma ruptura com o passado – precisamos mergulhar nisso e compreender. Também cito Hugo Chávez. Penso que há uma onda incontrolável na sociedade, há um movimento extremamente positivo, renovador, rompendo paradigmas, e isso chegou à América do Norte. Destaco aqui o financiamento da campanha do Senador Obama: mais da metade do financiamento da campanha está sendo feita individualmente. Há, inclusive, isso. As outras candidaturas recebem fundamentalmente de empresas, e a dele é do cidadão americano e da cidadã americana. Isto me

chama a atenção: a condução do processo e a presença da juventude americana. Que coisa bonita! Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a! Que o resultado eleitoral dos Estados Unidos seja bom não apenas para o povo americano, mas também para a humanidade!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador João Pedro, pelo aparte qualificadíssimo, tocando, como o Senador Cristovam, de forma muito ampla, nessa onda positiva, que espero que se estenda por todo o planeta. Os líderes, efetivamente, têm compromisso com as políticas humanitárias.

Da tribuna, neste momento, eu lhes confesso muito orgulhoso desse crescimento do ser humano, em que as propostas conservadoras são obrigadas a recuar, em que as propostas que defendem a guerra, o confronto, a morte e a destruição da natureza estão sendo atropeladas por homens e mulheres que acreditam – com isso, termino, Senador Mão Santa – que a construção de um mundo novo é possível.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Paulo Paim, apenas lembramos que Obama é filho do estudo. Ele se formou em Ciências Políticas e, logo depois, em Direito. Tem escritório de advocacia, o mais forte, há quinze anos. Ele está enquadrado em Sócrates, que diz: “Só há um grande bem, que é o saber; só há um grande mal, a ignorância”.

Em homenagem a V. Ex^a, que é uma mistura de Obama e de Martin Luther King, vou ler um *e-mail* que recebi a respeito da luta por aquele veto em que o Presidente deu o aumento aos aposentados – e foi muito boa a luta – e que diz: “V. Ex^a leve à tona também para discussão no plenário o projeto do Senador Paulo Paim que extingue o fator previdenciário do cálculo das aposentadorias”. É o que diz Júlio Eduardo Ayres Borges.

Em homenagem a V. Ex^a, ao Rio Grande do Sul, a Bento Gonçalves, à Guerra da Farroupilha, que foi a luz para a libertação dos escravos e da República, peço permissão para ler aqui um verso mandado por um poeta do Rio Grande do Sul. Professor Cristovam Buarque, ele diz: “Em tempo: os erros de português fazem parte do folclore gaúcho e da liberdade poética”. O poeta é João Pedro Freitas, Bagé. Atentai bem ao que pensa o poeta gaúcho:

*Buenas, meu Senador!
O cumprimento é de um gaúcho,
Aqui não se usa luxo,
Nem os homem e nem as mulhé,
Nesta cidade da Bagé,
Que é a rainha da fronteira,
Uma cidade hospitaleira,*

Desta terra de sepé.
 Me desculpe, Senador,
 Essa minha liberdade,
 Mas eu me sinto à vontade,
 Para abrir minha garganta,
 E dizer que a sua cultura é tanta,
 Que retumba nesse Senado,
 Se alguém está atrapalhado,
 Basta chamar o Mão Santa.
 Vou lhe dizer, Senador.
 De como é lindo lhe ouvir,
 O senhor a repelir,
 O que fazem os alopados,
 Se fazendo de coitados,
 E embolsando o dinheiro
 De todos os brasileiros,
 Ainda querem ser respeitados.
 É uma vergonha, Senador.
 É roubo todos os dias,
 Chegam roubar em parceria,
 Roubam do peão e da prenda,
 Ainda tem quem os defenda.
 Eu sou obrigado a reclamar,
 Aonde vamos chegar,
 Sem nenhuma reprimenda.
 Vou lhe contar Senador.
 Não dá mais para agüentar,
 Os alopados só querem ganhar,
 Primeiro, criaram o mensalão,
 Pegaram dinheiro de montão.
 Mas acabou o filezinho,
 Aí eles deram um jeitinho,
 Agora eles compram com cartão.
 E os aposentados, Senador!
 Não respeitam os velhinhos,
 Tá diminuindo o dinheirinho,
 Nem pro remédio eles tem.
 E o Presidente nesse vai e vem,
 Só aumenta a carga tributária,
 Prá garantir a viagem e a diária,
 E os velhos continuam sem.
 Meu querido, Senador.
 Não desista da peleia,
 Porque aqui a coisa tá feia,
 Mas não podemos se entregar.
 Caso o senhor venha precisar,
 Pode me mandar um recado,
 Que estou de cavalo encilhado,
 Para fazer eles recuar.
 Isso vai ter que ter um basta,
 Pois não dá mais prá agüentar,
 Eles só querem viajar,
 Fazer festa e extrepolia,

Isso virou uma anarquia.
 Nós não temos nem pro fumo,
 Vamos como ovelha pro consumo,
 Mas eles só querem mordomia.
 Acredite, meu Senador,
 Porque aí e como aqui,
 Ou, lá no seu Piiiiauí,
 Todo mundo descontente,
 Quem fala verdade, não mente,
 Eu nem conheço o senhor,
 Mas é o melhor orador,
 Prá defender nossa gente.
 Vou encerrar Senador,
 Mas antes vou lhe pedir,
 Para o senhor não disistir,
 Em vez de se apequenar se agrande,
 E não deixe que lhe mande,
 Nunca demonstre cansaço,
 E, receba um forte abraço,
 Deste gaúcho do Rio Grande.

O Rio Grande do Sul é essa grandeza. Foi lá que nasceu a rebeldia da mais bela guerra da história do Brasil, a Guerra dos Farrapos, com os Lanceiros Negros, com o nascer da esperança e da liberdade dos escravos e da República.

Aqui, ô Heráclito, temos de reconhecer que nossa delegação é medalha de prata, porque a delegação Rio Grande do Sul é medalha de ouro nesse caso, com Paim, com Pedro Simon e com Zambiasi.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, permita-me dizer que conheço muito a cidade de Bagé. Não poderia deixar de fazer um pequeno registro a respeito da poesia folclórica, bonita, que fez esse gaúcho.

Bagé é administrada pelo Partido dos Trabalhadores. O Prefeito é Luiz Mainardi, que tem a aceitação de 80% da população e que foi reeleito por duas vezes. Sou contra o terceiro mandato – de outra sorte, ele seria reeleito outra vez –, mas tenho a certeza de que ele fará o sucessor.

Fico feliz por perceber que o povo gaúcho acompanha o debate que fazemos aqui, no Congresso Nacional. Aproveito a oportunidade para dizer que, na terça-feira próxima, às 10 horas, este Senado vai debater dois projetos de minha autoria: o PL nº 58, que garantirá aos aposentados o mesmo percentual de reajuste dado ao salário mínimo, que V. Ex^a apóia, e também o fim do fator previdenciário; e a emenda que fiz ao PL nº 42, que está pronto para ser votado e que garante a recuperação das perdas dos aposentados.

Senador Mão Santa, é importante que o povo gaúcho e o povo brasileiro saibam que esta Casa está

debatendo. Nós haveremos de construir uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados.

Muito obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Consultando a lista de oradores inscritos, convidamos para usar da palavra o Senador Gilvam Borges, do Estado do Amapá.

O Senador Cristovam Buarque está aí. Ele lembra a V. Ex^a que Antoine de Saint-Exupéry dizia que a linguagem é uma fonte de desentendimento. E eu, cristão como V. Ex^a, abençoado por Deus, abro a Bíblia. O Provérbio n^o 15 diz que a palavra branda afasta a ira e que a palavra dura suscita o furor.

V. Ex^a usa da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje, após um triste episódio, que constrangeu a todos nós e a Casa, por uma brutal atitude que foi merecedora de repúdio por grande parte da sociedade.

Recebi, há pouco, as considerações de alguns colegas. O Presidente da Casa apelou no sentido de que eu aguardasse e evitasse um confronto que pudesse trazer algumas seqüelas e conseqüências, e, com certeza, isso iria ocorrer esta manhã. A Nação iria saber diferenciar os tipos de personalidades que representam muito bem. Deixarei para outras oportunidades, e, se o fato novamente vier a ocorrer... Também seria deselegante de minha parte não contar com a presença do protagonista desse episódio de ontem – um pequeno atrito, mas que repercutiu.

Sou um homem de boa convivência e sempre estou defendendo os interesses do Estado e do Brasil, com projetos, emendas, ações nos Ministérios, trabalhando diuturnamente, produzindo.

Lamentavelmente, o Senador Mário Couto não está aqui. Se ele estivesse aqui, eu não atenderia ao apelo do Presidente da Casa. Pediria desculpas, mas a ele me dirigiria, fazendo as minhas considerações desta tribuna. Mas, já que o Senador Mário teve que ir ao Estado do Pará, vou esperar a próxima semana. Vou aguardar o Presidente da Casa chegar, atendendo a seu apelo e de outros Senadores que me ponderaram.

Temos, assim, uma coragem muito grande, que Deus nos deu. Sou um homem de paz, mas nunca fugi a uma boa briga. Sempre temos posições muito firmes desta tribuna. O meu Estado me conhece muito bem. As pessoas que convivem comigo, desde 1990, aqui no Congresso Nacional, tanto na Câmara como no Senado, sabem perfeitamente da minha postura.

Mas vamos ao que interessa.

Dinheiro na conta: Prefeitura Municipal de Santana, Ordem bancária n^o AOB-913758, Banco do Brasil. Novamente recursos para o sistema de abastecimento de água. Valor: R\$ 36.373,00. É pouco? Sim. Mas cada moeda que chega gera empregos para nosso Estado, que prospera.

Dinheiro na conta, novamente, para o Governo do Estado. Banco do Brasil, conta: 60852, agência n^o 3575. Valor liberado: R\$23.000,29. Execução do Projeto de Formação de Multiplicadores em Educação Ambiental para o Consumo Sustentável.

Prefeitura Municipal de Santana, novamente. Comunico ao nosso segundo maior Município que há bastante recurso chegando a Santana. Ministério das Cidades remete recursos federais. A Caixa Econômica Federal é o agente financeiro. Conta n^o 66471177, agência n^o 0658. Valor: R\$390.000,00 para a Prefeitura de Santana.

Desde ontem estamos acompanhando e anunciando os recursos que estão chegando para que o Prefeito tome conhecimento, também os Vereadores, as lideranças comunitárias, o Ministério Público, as entidades todas. É importante que esses recursos cheguem, mas tenham o conhecimento público. São recursos para a construção de habitação para famílias de baixa renda. São recursos importantes.

Governo do Estado do Amapá, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, Dnit. Valor: R\$342.556,00. Estudo de impacto ambiental para elaboração de projetos para construção da rodovia BR-156, trecho Cachoeira de Santo Antonio ao Oiapoque, subtrecho Laranjal do Jari ao Oiapoque.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a hipocrisia, o jogo teatral, os sepulcros caiados, a desfaçatez, o cinismo indignam. Eu, pelo menos, sou um homem que prezo muito os valores morais, a honradez, as posições sempre assumidas e firmes. Quando tenho alguns deslizos ou alguns erros – nós os cometemos, naturalmente, isso é da condição humana –, assumo e peço desculpas. Mas lamento e sofro muito por ter, em certos momentos, de fazer algumas concessões para também atender aos apelos, às ponderações que são sábias.

Esta Casa tem passado por momentos difíceis, e, portanto, sempre tenho levantado esta questão de que precisamos da grande agenda positiva para o Congresso Nacional. Perguntei ao Presidente Lula por que a reforma política não ocorre, por que a reforma tributária não ocorre. Ele me respondeu que é complexo, porque é preciso o envolvimento das duas Casas, Senado e Câmara; e que o grande retalho de interesses nacionais dificulta esses procedimentos. A

Nação pede, realmente, que façamos com que essas reformas ocorram.

Já fiz, mais ou menos, uns quinze pronunciamentos sobre reforma política. Muitas matérias tramitam. O Senado já fez seu dever de casa, mas as matérias estão na Câmara ainda, travadas por problemas de ordem política e por interesses diversos. Infelizmente, a reforma não ocorre. É a mãe de todas as reformas a reforma política, porque disciplina a vida da Nação em todos os sentidos: as regras se estabelecem, e a democracia.

Mas, Sr. Presidente, a Bancada Federal do Amapá, com assento aqui no Congresso Nacional, a nossa representação – o Presidente Sarney, o Senador Papaléo, eu, Deputado Evandro Milhomen, Fátima Pelaes, Davi Alcolumbre, Lucenira Pimentel, Jurandil Juarez, Janete Capiberibe –, todos nós estamos fazendo um grande trabalho em favor de interesses que já estão sendo atendidos no Amapá. Nós estamos e estaremos sempre defendendo os mais altos interesses do Amapá.

Na semana que vem, estaremos tratando de um assunto importante, que é a construção da Hidrelétrica de Santo Antonio, no extremo sul do Estado. Aqui, nós estamos trabalhando as obras estruturantes e recursos no Orçamento. Eu queria destacar essa atuação porque nós trabalhamos harmonicamente, trabalhamos coordenadamente. Tenho a satisfação de ser líder dessa bancada no Congresso Nacional. Todos os dias, a partir de terça-feira, estaremos nos reunindo e atuando nos Ministérios.

Quero deixar um forte abraço ao meu Estado e pedir desculpas, não por ter sido da minha iniciativa uma ação tão brutal de quem desceu desta tribuna de forma violenta, tentando fazer uma agressão. Tive que repelir, mas, sem dúvida, há constrangimentos. Ficamos constrangidos. Não é por medo, não, porque o meu Estado me conhece, sabe perfeitamente. E isso não vai se repetir, eu garanto. Não vai se repetir porque nós não vamos permitir. Vamos estar aqui nesta tribuna e vamos defender idéias. E, muitas vezes, eu estarei no dia-a-dia encontrando, convivendo com o Senador Mário Couto e com todos os outros colegas, e nós estaremos aqui no embate. Nesta tribuna, ninguém é mais que ninguém. Todos são iguais na capacidade intelectual, na disposição física, na condição de ter as mesmas prerrogativas de Senador. Recolho o meu trem de pouso e retorno para o Estado do Amapá, diante de todos os apelos. Para mim e para o Senador Mário Couto, nós continuaremos os mesmos. Mas tenho certeza de que, se eu viesse a fazer hoje à Nação o pronunciamento que está aqui, o Senador Mário Couto não seria mais o mesmo a partir de hoje,

nem eu também, porque agrego experiências a cada dia. É como o filósofo sempre diz: ao mergulhar no rio, nem o rio nem o mergulhador são os mesmos.

Portanto, em nome da paz, da prosperidade, da tranquilidade e em nome da Casa, declino do meu pronunciamento de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Gilvam Borges, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Mão Santa, que será o próximo orador, se não quiser permutar mais adiante.

Senador Pedro Simon, V. Ex^a tem a palavra por vinte minutos, com a costumeira tolerância deste Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, primeiro agradeço a meu companheiro e amigo, brilhante Senador Mão Santa, que está em estado de graça com as publicações da *Época* e da *Piauí* – que não tem nada a ver com o Estado do Piauí, mas é uma revista de intelectuais –, que o apontam como um fenômeno de seriedade e de credibilidade e astro de primeira grandeza hoje na televisão brasileira.

Só espero que S. Ex^a não aceite nenhuma daquelas propostas irrecusáveis da Globo e nos deixe para ser artista global, pois, a Globo está precisando de gente que aumente alguns de seus programas no Ibope, e S. Ex^a é o campeão do Ibope da nossa televisão.

Sr^s e Srs. Senadores, é interessante o nosso Senado. Às vezes, debatemos longamente matérias, importantes ou não, e, às vezes, há um silêncio em torno de situações que são manchetes, praticamente, no mundo inteiro. Eu não poderia, meu querido Presidente, deixar de tecer alguns comentários sobre um assunto que está pautando a mídia internacional nesta semana: trata-se da carta– renúncia do Presidente Fidel Castro depois de 49 anos e vários dias no poder como Presidente ou como Primeiro Ministro de Cuba.

Cuba é um pequeno país, uma ilha situada na América Central, com pouco mais de 110 mil km², algo como vinte vezes o tamanho geográfico do Distrito Federal, um pouco maior que o Estado de Pernambuco, menos de metade do Estado do Rio Grande do Sul; uma população de 11 milhões de pessoas, pouco maior que os gaúchos e igual à da Cidade de São Paulo.

Mas por que um acontecimento político, num país tão pequeno, pouco mais de um centésimo da nossa área geográfica do Brasil e de 6% da nossa população, desperta tamanha atenção em todos os países do planeta? Talvez a renúncia do Presidente de um dos menores países esteja hoje inclusive empanando a atenção da mídia, e até é o ponto principal.

Nós sabemos que a eleição americana, nas suas primárias, está em um apogeu de debate, numa fantástica ascensão de Barack Obama, tido como um concorrente apenas para participar, provável vice da ex-Primeira Dama, está empolgando uma campanha fantástica. Ontem – geralmente na campanha americana acontecem essas coisas: de repente aparece uma loira bonita, na vida de um candidato republicano, que está praticamente indicado, e não se sabe quais são as conseqüências – ainda ontem, no debate, no Texas, entre a ex-Primeira Dama e Obama, a expectativa de todos os americanos, eu diria de todo mundo que acompanhou o debate, foi sobre o que eles falariam da renúncia de Fidel Castro. É porque, fora do País, a história cubana, com Fidel Castro e Che Guevara à frente dos revolucionários à época de Cuba, se construiu com muito mais do que fatos, muito mais do que fatos concretos. Na verdade, ela teve o condão de construir sonhos. Ela espelhou a luta libertária de dezenas de povos e países em um tempo em que vicejavam regimes de exceção, principalmente ao sul da mesma América. A figura de Che Guevara foi muito mais do que um retrato no peito, muito mais do que fotos nas paredes do mundo, a figura de Che Guevara simbolizou, contraditoriamente ao que se publica hoje, à ilha de Fidel Castro, desejos de liberdade.

A bandeira de Cuba, um país de onde se noticia o poder pela força, também tremula contraditoriamente nos movimentos pela paz, até porque a mensagem “Há que se endurecer...” vem acompanhada de “sem perder a ternura jamais”. Eu vi essa frase pelo mundo afora – “Há que se endurecer...” e mais embaixo da figura de Che Guevara: “sem perder a ternura jamais”.

Cuba, portanto, é notícia, mais do que pelo que é, mais do que aquilo que Cuba é. A notícia é maior do que isso porque ela representou, política e ideologicamente, o que nós todos sonhamos no passado.

Eu não quero entrar neste contraditório de que Cuba é um paraíso, que não é, ou de que Cuba é o terror para outros, que também não é. Não é essa a discussão que eu acho deva ser travada. Há emoção em ambos os lados: dos que defendem o regime cubano, que eu acho difícil – eu não defenderia; e o dos que lhe atribuem características diabólicas, com o que eu também não concordo – não é verdade.

Parece até não haver um meio termo nessa violenta contradição. Mas, apenas, das minhas críticas à falta de liberdade em Cuba, e ela existe – não há a liberdade que gostaríamos que existisse –, há muito o que preservar dos progressos sociais evidentes naquele pequeno país e que temos de reconhecer.

São outros os tempos neste mundo globalizado, muito diferente da época da revolução cubana, o mundo dividido entre Rússia e Estados Unidos, entre capitalismo e comunismo. Isso não existe mais hoje.

O comunismo desapareceu e o capitalismo está vivendo uma crise que nós conhecemos. Vivemos em um mundo de mercado internacionalizado, como o atual. Não se concebe ainda a manutenção do boicote ao povo cubano, orquestrado pelos Estados Unidos. E lá se vão 40 anos.

Que interesses estariam por trás desse boicote? É evidente que não será o mercado cubano, afinal, pouco mais de 10 milhões de habitantes, nada mais do que uma pequena margem, nada mais do que uma pequena parte da demanda reprimida em qualquer outro país, como o Brasil. Um milhão de cubanos que se pode dizer que estão no mercado internacional, que podem comprar, consumir. Hoje, repito, pouco mais de 10% de cubanos possuem algum possível e eventual potencial efetivo de demanda. Pouco mais de um milhão de consumidores, quando muito. Também aí, mais uma vez, Cuba entra no cenário econômico e político pelo que representa muito mais do que pelo que ela é de fato. Isso não significa que a realidade não seja um fato.

Diz o noticiário que dezenas de presos políticos permanecem em celas cubanas. Diz também que foram encarcerados exatamente pelos seus ideais de liberdade. Claro que não posso aceitar, eu que bem conheci como funcionam os cárceres políticos nos nossos anos de exceção. Eu com Teotônio Vilela e outros, na luta pela fim da tortura, percorremos este Brasil inteiro até libertarmos todos os presos políticos. E me lembro, lá no Ceará, quando soltamos o último deles... Eu não consigo conceber a idéia da existência, ainda hoje, de presos políticos, principalmente porque defendem o livre direito de escolha. Que se prendam os que cometeram delito, mas que se livrem os que defendem exatamente a liberdade!

Ainda há pouco tempo, soubemos do fuzilamento de cubanos. Fui um dos que protestaram contra esse absurdo. Tomou-me de assalto a indignação, mas tal e qual o que Cuba representa, é a mesma indignação quando vejo milhares de pessoas inocentes mortas pelas bombas, pelos mísseis, lançados exatamente por aqueles que se arvoram os donos da liberdade.

E, no Iraque, o que está acontecendo? E, em vários países do mundo, o que está acontecendo?

Eu estou entre aqueles que querem ver, a partir da renúncia de Fidel, uma Cuba caminhando cada vez pela plenitude democrática, mas quero também vê-la independente. Por isso, temos de reconhecer que terá de haver mudanças urgentes dentro e de fora para dentro na realidade cubana. Dentro, propiciando aos cubanos a liberdade de escolha sobre os seus destinos o mais breve possível. De dentro para fora, eliminando imediatamente o boicote econômico que perdura há mais de 40 anos.

Como falar em liberdade interna se não se permite a força para que essa liberdade se exerça na sua plenitude? Eu continuo confiante em Cuba, que ela prosseguirá na hipótese de abertura política que tanto se cobra por meio da imprensa, como modelo de atuação nos segmentos dos mais importantes da vida humana.

A pequena ilha deve continuar sendo espelho para todos os demais países, no campo da saúde, por exemplo. Repito: ao lado da abertura política, há de se reconhecer o que significa Cuba em vários setores sociais. A saúde é um espelho. Quem não se lembra das seqüelas do desastre de Chernobyl, pois as feridas do vazamento nuclear foram cicatrizadas pela ciência médica cubana.

Quantos são os males epidêmicos que encontraram em Cuba a vacina salvadora? Quantos são os médicos cubanos que se espalham por periferias do mundo capitalista, socorrendo quem está fora dos limites do mundo globalizado? Bom será, portanto, se a liberdade, ainda que tardia, raiar em Cuba. Mas que essa mesma liberdade seja alcançada com a manutenção dos ganhos sociais que o país, às duras penas, conseguiu nessas mesmas quase cinco décadas de persistência.

Desejo, como tantos, uma Cuba livre, mas não quero que a ilha de Fidel Castro se transforme numa realidade de muitos outros países onde hoje, embora se diga que se respire a liberdade, milhões de crianças continuam morrendo de fome e de doenças plenamente curáveis. A dor da fome é a mesma em Cuba, no Brasil, na Namíbia e até em setores dos Estados Unidos.

Frei Betto escreveu no final de um artigo, anteatem, do *Correio Braziliense*. Ele se lembra de que, neste ano ainda, esteve em Cuba e, na saída do aeroporto, viu dois cartazes enormes. Um, dizendo: “A cada ano, 80 mil crianças morrem vítimas de doenças evitáveis. Nenhuma delas é cubana”. Outro cartaz: “Esta noite 200 milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma delas é cubana”.

Importante essa análise feita por Frei Betto a olho nu, há pouco mais de dois meses, quando estive em Cuba.

Eu estou certo de que a manutenção da falta de liberdade política em Cuba tem correlação com o boicote econômico que lhe impuseram. Um pecado que se tenta remir. Passo exatamente a dizer: que dêem o primeiro passo, exatamente aqueles que mais pregam a necessidade da instalação da plena liberdade.

Virá certamente a liberdade – depois, lhe darei com o maior prazer – se nós pudermos ver terminar a triste e absurda atitude dos americanos, há mais de quarenta anos, de boicotar a ilha. Boicotaram, lá atrás, quando armas russas, infelizmente, quiseram se instalar em Cuba. A invasão da Baía dos Porcos, único traço negro da biografia de Kennedy, na verdade, tem causas e tem efeitos.

Antes de se esperar que algo aconteça após o afastamento de Fidel Castro, que se levante o bloqueio econômico e o bloqueio político que ainda se mantém sobre o país. Enquanto isso não acontecer, não haverá moral suficiente para se cobrarem ações concretas internamente. Eu não tenho dúvida.

Saiu Fidel Castro. Levanta-se o bloqueio econômico e o mundo inteiro estará cobrando absoluta liberdade interna em Cuba.

Portanto, no desejo de que haja liberdades políticas absolutas, não me dirijo unicamente ao novo mandatário que será escolhido e, parece-me, será o irmão de Fidel Castro que, aliás, em todas as manchetes dos últimos tempos, tem falado ao exterior, principalmente aos americanos, dando a entender claramente que quer uma mudança, mas dizendo que deseja uma reproximação com os americanos e o término, no futuro, do boicote. Dirijo-me principalmente ao governo dos Estados Unidos. O boicote econômico tem que acabar de imediato. Não faltará ao presidente americano apoio para esse gesto. Mesmo entre os cubanos residentes nos Estados Unidos, há forte apoio para que se restabeleça o diálogo com Cuba.

Um fato sem precedentes, acho que pela primeira vez no congresso americano: Fidel renunciou, manchete no mundo inteiro, e na última terça-feira, em questão de horas, 104 congressistas americanos, democratas e republicanos, enviaram correspondência à Secretaria de Estado, Sr^a Condoleezza Rice, pedindo revisão completa da política americana em relação a Cuba.

Reparem como a repercussão é esta: o congressista, a imprensa e a sociedade americana entenderam que tem que se aproveitar e jogar nessa aposta.

E não vamos aqui discutir. Não, primeiro, o novo presidente tem que fazer isso para, depois, fazermos aquilo. Vamos fazer um gesto. Vamos determinar a

abertura gradual, o término do boicote. E o mundo inteiro estará a cobrar a caminhada para plenitude democrática em Cuba.

A imprensa americana corre no mesmo sentido. Por exemplo, **Washington Post**, um dos jornais de maior repercussão nos Estados Unidos, afirma que a política punitiva americana para Cuba fracassou. Que foram inúteis os esforços do governo americano para derrubar Fidel Castro. Na mesma matéria, a articulista cita o Brasil como exemplo dos países que, ao contrário dos Estados Unidos, optaram por manter relações construtivas com Cuba e que poderiam até se beneficiar com isso.

E acrescento: a política americana com Cuba não só fracassou como contribuiu para que se mantivesse por mais tempo o regime de Fidel Castro. Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Penso assim. Se não houvesse agressão americana, se houvesse diálogo, se Cuba continuasse pertencendo à Organização dos Estados Americanos, se eles se reunissem e debatessem, Cuba não teria ido para a Rússia, para a União Soviética, afirmando que era a única opção que tinham para sobreviver. Dar-se-iam condições. Se os Estados Unidos não tivessem fechado o mercado com Cuba, primeiro, com o açúcar, de quem era seu grande comprador. E de repente, não tendo mais o que fazer e a Rússia chegando e dando mesada para que sobrevivessem, enfim, se não tivesse acontecido isso, acho muito difícil que Cuba tivesse tido Fidel Castro por 50 anos. Porque isso ficou e inspirou outros povos favoráveis a transformações sociais e criou uma antipatia ao americano, o que não precisava.

O Brasil poderá desempenhar um papel importante neste momento de transição cubana. Nessas confusões de Presidente da Venezuela, da Bolívia, para onde é que vai, para onde é que não vai, em que, diga-se de passagem, o Presidente Lula tem mantido uma posição de respeito e compreensão, de entendimento e de diálogo. Mantém o entendimento com o seu amigo Bush – como ele diz –, mas mantém o entendimento com o Presidente da Venezuela, da Bolívia, da Argentina. Estão se reunindo, se não me engano hoje, a Presidente da Argentina com o Presidente brasileiro e o da Bolívia. E a Presidente da Argentina abertamente fazendo um apelo à compreensão do Lula. Espero eu que se encontrem e se acertem. O Brasil, repito, poderá desempenhar papel importante neste momento de transição cubana.

Talvez até como uma reparação histórica. Foi o nosso País um dos principais mentores – triste memória – à época da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Nós também não tínhamos democracia. O nosso regime era muito triste.

Agora o Brasil tem todas as condições de contribuir nesse processo de distensão das relações cubano-americanas. Essa idéia é também bastante difundida na imprensa norte-americana. Para os articulistas dos principais jornais daquele país, o Brasil tem condições de ocupar o espaço hoje cobiçado por Hugo Chávez da Venezuela, não com o mesmo objetivo, mas com a competência, com a capacidade, com aquilo que quer o Brasil, a total integração americana.

Há também diversos segmentos da realidade cubana que estão exigindo cooperação. A infra-estrutura cubana está sucateada: as estradas são precárias, não há rede ferroviária, os portos estão no limite da capacidade, o serviço de telefonia é de má qualidade.

Em alguns campos, já há conversações entre os dois governos. Já está havendo conversações entre Cuba e o Brasil, reforçadas no encontro recente entre o Presidente Lula e Raúl Castro.

No campo do petróleo, já há até entendimentos. Os maiores especialistas de relações internacionais dão conta de que essa cooperação entre Brasil e Cuba não se restringe a aspectos econômicos, mas principalmente a aspectos políticos. Segundo eles, o Brasil pode contribuir com Cuba para avançar nos aspectos políticos, nos aspectos econômicos, mantendo os ganhos no campo social. Isto que é importante: Cuba avançar no aspecto político, mas manter os ganhos no campo social.

Muito se falou, durante muito tempo, sobre um tal de sonho americano. A história recente parece indicar que quem sonhou acordou. Muitos atribuem também à história cubana nos últimos 50 anos um pesadelo, mas foi igualmente em outros moldes um sonho. Quem sabe tenhamos todos acordado. E agora, tenham de enfrentar uma nova realidade que se impõe, corrigindo os erros em ambas as partes.

Não se cultiva a liberdade entre os cubanos retirando-lhes a liberdade. Repito, não se cultiva a liberdade entre os cubanos retirando-lhes a liberdade. Não se pode apagar os sonhos, nem o americano nem o cubano, mas é preciso acordar para uma nova realidade.

Clóvis Rossi, na **Folha de S. Paulo**, conta uma história presenciada em Genebra, na comemoração, em 1997, dos 50 anos do GATT, hoje Organização Mundial do Comércio. Cenário mais do que perfeito para os líderes dos países maiores, comerciantes do mercado internacional. Não para uma pequena ilha, boicotada nas suas necessidades mais fundamentais. Os discursos dos grandes líderes das maiores economias do mundo seguiam sonolentos, sem nada a dizer e nada prometer, até que foi anunciada a chegada de Fidel Castro. Um grande alvoroço, seguido de um si-

lêncio sepulcral. Fidel Castro foi aplaudido por todos, sem que nenhum alimentasse qualquer simpatia pelo regime cubano. Fidel Castro abria seu discurso citando Calderón de la Barca: “**La vida es sueño, y los sueños, sueños son**”. A vida é um sonho, e os sonhos, sonhos são.

Há uma corrente de pensamento que defende a idéia de que nada mudará em Cuba com a saída de Fidel Castro. Há um pensamento contrário de que a saída de Fidel Castro, a sua renúncia, acarretará uma radical e eminente transformação.

Acho que, por coerência de quem defende a liberdade, essa decisão deve caber ao povo cubano, democraticamente. Não por imposição de quem quer que seja, de uma ditadura, por meio de um boicote. Se parcela expressiva do Congresso norte-americano, de diferentes partidos, já se posicionou contrária ao boicote a Cuba, não há razão para que fiquemos inertes neste momento histórico para o povo cubano. No mínimo, temos de nos posicionar contrários ao embargo que se mantém há tanto tempo contra aquele país. Muitas coisas têm de mudar? Têm de mudar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Mas se V. Ex^{as} me perguntarem, hoje, na minha opinião, qual é o fato mais cruel, mais brutal, mais doloroso que existe no mundo inteiro, direi que é a penitenciária de Guantánamo, a penitenciária que os Estados Unidos mantêm no território cubano. É o maior absurdo, o maior escândalo, a maior estupidez. O país dono da liberdade, o país que tem o exemplo, a admiração do mundo inteiro mantém a penitenciária mais brutal lá, no próprio território cubano, cercada. Ali não tem justiça, não tem liberdade, não tem juiz, não tem promotor, não tem defesa, não tem nada. E os povos americanos vivem lutando para que não se use a tortura, como se está usando lá; para que se dê o direito de defesa, que lá não tem. Nessa escalada dos últimos anos, o Sr. Bush foi radicalizando, foi radicalizando e, naquela penitenciária, símbolo do que tem de pior na humanidade, nada chegou. Absolutamente nada chegou.

Quero que este discurso seja a justificação pura de uma moção, meu querido Presidente da minha Comissão, que, se houver entendimento – não serei radical de apresentar –, possamos encaminhar, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, presidida por V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, para pedirmos o fim do embargo, do bloqueio, e o apelo total para que Cuba retorne à plenitude democrática.

Volto a repetir, sou fã da política externa do Presidente Lula. Não aceito as críticas que fazem: “Mas no Brasil tem gente passando fome, e o Brasil perdoou uma dívida para Angola”. Acho que está certo. Não é aquele dinheirinho que fará falta. Vamos resolver o problema da corrupção, do desgoverno, dos erros enormes que temos aqui. Mas, como vários jornais da imprensa mundial mostraram ontem, o Brasil ter uma política externa aberta, de diálogo, de entendimento é positivo.

Lutei na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional quando apareceu até um requerimento rompendo com o Presidente da Bolívia, considerando-o nosso inimigo. Eu achei que não. “Mas ele nacionalizou nossas empresas!” Sim, mas levamos a questão com tanta competência, que estamos lá hoje: Bolívia, Brasil e Argentina, continuando. Os caras estão-nos pagando, e nós resolvemos. Se isso tivesse acontecido no Governo Fernando Henrique e o velho PT estivesse na oposição, ele enlouqueceria. Iria para a rua exigindo rompimento. Hoje, o Lula é diferente. Se houvesse aquele rompimento, caminharíamos direitinho e de cabeça aberta para o que os Estados Unidos queriam. Os Estados Unidos não querem a organização americana. Os Estados Unidos odeiam o Mercosul e a ampliação dele. Os Estados Unidos querem fazer o que vêm fazendo: relação direta com o Chile, para nos esmagar. Temos de caminhar como a Europa. O maior exemplo do mundo, no final do século passado, foi o espetacular entendimento da Europa. Guerras milenares e seculares, uma guerra de 100 anos entre França e Inglaterra; Alemanha e Itália, ódios, e, hoje, está aí: o euro é figura estável. Quem quer aplicar com confiança aplica no euro, e não no dólar.

Queremos fazer isso na América; temos condições de fazer isso na América. Sarney, Presidente da República, e o Presidente argentino, Alfonsín, fizeram isso. Fizeram aquilo que se esperava entre Brasil e Argentina. Os americanos e muita gente diziam: “É inevitável uma guerra do Brasil com a Argentina, inevitável”. Meu Estado pagou o preço. Até hoje, estamos querendo mudar. Cento e cinquenta quilômetros na área da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e com a Argentina não podem aparecer. Não se pode construir nada. Ferrovia no Rio Grande do Sul tem bitola estreita, porque na Argentina a bitola é larga, e, no Brasil, a partir de Santa Catarina, é bitola larga. Metade do Exército brasileiro ficou na fronteira com a Argentina: Livramento, cinco quartéis, cinco batalhões diferentes; Uruguaiana, a mesma coisa; Alegrete, a mesma coisa; Santiago, a mesma coisa. A não ser no futebol, nunca houve nada. Hoje, existe um entendimento espetacular.

Quando Geisel construiu Itaipu, isso quase foi uma ameaça de guerra. Nunca passou pela cabeça do Brasil: “vamos construir Itaipu para fazer um reservatório, para, um dia, largar as águas em cima da Argentina, indo até Buenos Aires”. Até porque, para se fazer isso, tinha de alagar o Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Mas se chegou a um entendimento, e, hoje, estamos fazendo, juntos, o sistema hidrelétrico Brasil/Argentina.

Meu querido companheiro Heráclito, dar-lhe-ei o aparte, mas é que V. Ex^a tem o dom de ir para um lado e me tirar do meu raciocínio. Quero terminar meu discurso para, depois, responder o que V. Ex^a quiser.

Entenda, Senador Heráclito, estou numa posição fria. Agora não é o momento de se analisarem os 40 anos de Fidel Castro. Isso é história. Não é hora de analisar os 40 anos do boicote americano. É hora de vermos o que podemos fazer. É hora de tentar dar um passo positivo. Vamos, com isso, ensinar de forma espetacular a América toda: fim do boicote. E todos, claro, vamos caminhar no sentido da democracia. E vamos chegar lá, no final americano.

O Brasil viveu uma ditadura fascista, dolorosa, cruel. E, se dependesse do americano, estaríamos nela até agora. O povo brasileiro é que acabou com ela, porque os americanos deram apoio total à ditadura, desde a queda de Jango, quando os navios, com os *mariners*, estavam aqui para entrar, se Jango resistisse, até à queda de Pinochet, de onde eles emergiram até a Argentina e até o Uruguai. E esses países, o eixo do totalitarismo do mundo, o Cone Sul, transformaram-se num eixo de liberdade e de democracia por conta própria, não por causa dos americanos.

Então, agora, uma ilhazinha, que é simbólica ali, que no passado era o local de veraneio, principalmente sexual, de americanos... Que se dêem chances, mas Cuba nunca mais vai ser o que foi em termos de turismo. Poderá ser bom, mas, hoje, ali, na América Central, há tantos pontos, há tanta atração, há tantos lugares espetaculares, que Cuba poderá ser apenas mais um, e não como era há 50 anos: o grande centro de jogo, de turismo e de sexualidade.

O debate americano está nesse sentido. É interessante, Sr. Presidente, acompanhar como está o debate da campanha americana. O candidato americano do Partido Republicano – que já é ele – é um herói de guerra. Ele foi, durante cinco anos, prisioneiro no Vietnã. É um grande herói. Nos Estados Unidos, há algo interessante: lá, ninguém fala em ser comunista ou em não ser comunista. Esse problema não existe. Lá, fala-se em ser conservador, ultraconservador ou mais ou menos liberal. John McCain é considerado pelos ultraconservadores como liberal. Então, ele tem

de ser duro na maneira de falar para conseguir apoio da ultradireita americana, que é muito dura, é muito exigente e muito radical. Então, a imprensa diz que ele está indo devagar para não perder o apoio dos reacionários da ultradireita do seu partido.

Obama deixou claro que o caminho é o de conseguir liberdade e paz na América.

O Lula, na minha opinião, com muita categoria, não respondeu, não falou ainda, a não ser coisas óbvias. Acho que ele está certo. Acho que ele tem de ir devagar. Acho que ele tem de ir sempre devagar, mas acredito que... Se este Congresso tivesse a categoria de fazer um documento de auto-estima sério, responsável, sem adjetivo, sem análise e sem querer tomar partidos: “Ah, mas Cuba, mas Fidel Castro, mas a ditadura, mas a violência...”; ou, então: “Mas os americanos e não sei o quê...”, se conseguíssemos chegar a um entendimento – e esse lugar tem de ser aqui, bravo Presidente da Comissão, aqui, na Comissão de Relações Exteriores –, poderíamos fazer um documento da maior importância. E poderíamos levar a idéia para a reunião do Congresso do Mercosul, que se realizará nos primeiros dias de março, em Montevideu. Podemos conversar antes com a Argentina, Venezuela, Paraguai, Uruguai, e a delegação brasileira, em conjunto com as outras, apresentar esta moção: Chega! Vamos terminar o boicote e buscar a plenitude democrática em Cuba.

Sr. Presidente, a vida reserva momentos e posições que temos de ter a coragem de encarar. O trem está passando, e esta é a oportunidade do Brasil.

Meu amigo Paim, que é o único do PT que está neste plenário – há dois, perdão –, e V. Ex^a, meu querido colega do Amazonas, eu pediria que telefonassem ao Lula. Neste momento, ele está na Argentina com a presidente da Argentina e com o presidente da Bolívia. Seria importante, seria manchete mundial se, já nessa reunião, o Lula falasse aos dois presidentes sobre a possibilidade de uma reunião, de uma convocação extraordinária da OEA, Organização dos Estados Americanos, para debaterem esta matéria: o futuro; não o passado, mas o futuro.

Presidente da minha Comissão, Senador Heráclito, estou aguardando V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon. V. Ex^a faz hoje, aqui, um discurso histórico: isento, tranqüilo, relatando a saga do povo cubano, que a minha geração e a de V. Ex^a acompanharam durante quase 50 anos. A real situação de Cuba é difícil de ser analisada, porque, geralmente, quem se submete a fazê-lo não o faz com isenção. Esse é o grande mal.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade, é verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Fazem-no sempre com radicalismo, os contra e os a favor.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Exatamente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não dizem respeito ao essencial da questão, que é o povo cubano, que foi quem sofreu durante todo o período. Ninguém, por exemplo, se lembra que a revolução romântica comandada por Fidel, Che Guevara e tantos outros saiu da rua, feita por um povo insatisfeito com a orgia, com a corrupção, com a jogatina e com os desmandos cometidos por outra ditadura cruel.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fulgêncio Batista.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é verdade? O povo não tinha acesso ao fausto e à riqueza dos turistas, na quase totalidade americanos, numa época em que o racismo estava arraigado e, muitas vezes, Cuba, por ser uma ilha sem nenhum preconceito racial, sabemos disso, pagava um preço maior. É evidente que, se não tivesse nascido do povo, aquela manifestação jamais teria existido.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É evidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como também, Senador Pedro Simon, se houvesse uma insatisfação latente do povo cubano, ele teria acabado com o atual regime com manifestações de protestos, incêndio. V. Ex^a sabe o que acontece quando há insatisfação. Eu ouvi, nas três vezes em que estive em Cuba, declarações de cubanos: “Nós não temos outra saída. Nós temos que conviver com esse regime. Nós temos que aprender”. Eles temiam o retorno aos desmandos e àquela velha época. Senador Pedro Simon, V. Ex^a falou de outra coisa fantástica: a burrice da política externa americana. A gente não consegue entender como, em um país com essa potência, produtor de cientistas, de artistas, de tudo, não se consiga encontrar um pensador estratégico, um pensador político para cuidar das questões externas do país. São truculentos ou omissos. Uma coisa me marcou muito: certa vez, o Sr. Henry Kissinger esteve no Brasil, um homem cantado e decantado como hábil negociador. Eu participei de um jantar com ele, num restaurante de Brasília, e um grupo seleto de parlamentares convidados. O Presidente da Câmara era Inocêncio Oliveira, que participou também. De repente, cobrei a questão de Cuba. Ele me disse: “Não, Cuba é uma questão interna”.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Interna dos Estados Unidos?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Veja bem, V. Ex^a, de quem eu ouvi aquilo! Do Sr. Henry Kissinger. Passei, a partir daí, a ter uma profunda decepção com aquele homem. Em 1985 – e daí vem a minha admiração pela luta dos cubanos –, estive na União Soviética, em Moscou. Era o começo da *perestroika*, da abertura. Fomos recebidos pelo Gorbachev, em audiência. José Fragelli era o Presidente do Senado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não tinham lançado a *perestroika* ainda.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Estavam lançando, estavam na lei seca, estavam no início e, naquele momento, ele tinha a atenção do mundo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Figura mundial da maior importância na época.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Estava no auge, e o presidente era o Gromiko. Gorbachev nos disse uma coisa fantástica: “Felizmente, vocês são do Brasil. O Brasil é o país do futuro”. Isso que nós estamos vendo um pouco hoje. “Nós cometemos um erro, mas não vamos continuar a fazê-lo. Nós não agüentamos mais subsidiar o açúcar de Cuba e, sendo assim, o regime está no chão.” Isso foi em 1985. O Gorbachev caiu, saiu, entraram outros e o Fidel está aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Acabou a União Soviética.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é, acabou a União Soviética e o Fidel está aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E Cuba ficou.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – E Cuba ficou. São coisas, Senador Simon, que me deixam encantado. Evidentemente, dentro do espírito do seu pronunciamento, não estou aqui para fazer a defesa, nem para fazer o ataque a esta figura de Fidel Castro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É olhar para frente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ele cumpriu o papel.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso aí.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Cuba é o espírito do Hemingway. Não do Hemingway depressivo, no final da vida, mas do Hemingway aventureiro, que percorreu o mundo. Quem vê, hoje, a preparação gradativa – isso eles devem muito ao espanhol – que Cuba está fazendo, por meio da infra-estrutura de hotelaria, da quantidade de hotéis de bandeira espanhola feitos na ilha, percebe que, há algum tempo, de maneira silenciosa, eles vêm-se preparando para essa dita e inevitável globalização. Por fim, V. Ex^a fala sobre uma

mensagem. Acredito que devamos, sim, mandar essa mensagem, neste momento histórico.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite, apenas para ajudar? Falei, aqui, em reunirmos a Comissão, sob a presidência de V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Claro!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Depois, pensei em convidarmos o Ministro das Relações Exteriores. Apenas como sugestão, penso que V. Ex^a poderia reunir alguns membros da Comissão para, numa reunião fechada com o Ministro das Relações Exteriores, fazermos as coisas...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Em reunião aberta, vamos ter que falar oficialmente, não sei o quê. Se falarmos ali, vamos estudar uma fórmula e, depois, levá-la adiante.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a tem razão. Quero pegar, inclusive, a idéia, Senador Cristovam, que também é membro da Comissão. O nosso primeiro passo seria fazer um comunicado, demonstrando o posicionamento da nossa Comissão, dirigido a uma figura extraordinária chamada Ricardo Alarcón, que é, hoje, o Presidente da Assembléia Nacional. Conheço o Alarcón de debates e encontros por esse mundo velho sem porteira. Ele é uma figura extraordinária, foi embaixador de Cuba na ONU e é o presidente da Assembléia Nacional de Cuba e uma pessoa importantíssima nesse processo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – No domingo, vão-se reunir para escolher o novo presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não é verdade? Seria uma demonstração nossa de apreço ao Parlamento neste momento de transição, porque a transição cubana vai depender deles, mas, principalmente, da tolerância e do comportamento do mundo. Ela não pode ser afrontada apenas porque o Fidel Castro resolveu sair de cena. Terá que ser respeitada. Eles terão o direito de definir o seu destino e devemos, concordo plenamente com V. Ex^a, estimulá-los e incentivá-los a escolher e a traçar esse destino.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Estou plenamente de acordo com V. Ex^a. Podemos até já iniciar. O Senador Cristovam falará comigo e tenho certeza de que concorda. Começaríamos com a mensagem da Comissão ao presidente da assembléia cubana. Se V. Ex^a concordar, na terça ou na quarta-feira, poderíamos pedir uma audiência fechada com o Ministro da Relações Exteriores e, depois disso, V. Ex^a e a Comissão poderemos ir adiante no que for possível fazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Poderíamos convidar. Eu o pediria de antemão, pois não consultei a Comissão mas vou tomar essa liberdade.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até porque, nessa ida lá, podemos ir como cidadãos, como Senadores da República.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pediríamos, inclusive, ao Senador Cristovam que se encarregasse da elaboração desse documento destinado ao Ricardo Alarcón e o entregaríamos ao Embaixador de Cuba no Brasil.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Isso aí.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Presidente.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Certo? Agradeço a V. Ex^a pelo aparte nesse oportuno discurso. Quero dizer que, por três vezes, V. Ex^a usou a expressão “*cuba libre*”, que foi, para o Cristovam e para toda uma geração, a bebida, o aperitivo, a mistura do rum cubano com a Coca-Cola americana.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Aquela foi a primeira mensagem ao mundo de que era preciso haver a paz entre os países. Infelizmente, os governantes não entenderam. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei o aparte.

A mensagem ao Presidente da Assembléia é altamente positiva. Ele deve ter acompanhado o Presidente Lula lá na Argentina. Então, devemos marcar para quarta-feira, na minha opinião, uma reunião fechada com o Ministro, para, em conversa, vermos em que podemos avançar, para a gente não ir para um lado e ele ir para outro. Isso em dois sentidos: tanto na manifestação do Congresso Nacional como em relação à nossa opinião sobre o que pensamos que o Governo brasileiro, o Presidente Lula e S. Ex^a devem fazer.

Com a maior alegria, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Neste aparte, falo ao senhor, Senador Pedro Simon, e ao mesmo tempo ao presidente da Comissão, meu querido amigo Heráclito. Entendo perfeitamente a intenção. Acho-a correta; acho até lógico tudo isso, mas penso que não funcionará. Porque uma mensagem ao presidente da assembléia, por menos que pareça que a gente esteja se oferecendo, já terá efeito contrário. Achei sábia a declaração, hoje, do Ministro Celso Amorim:

“Nós não fomos chamados para intermediar nada”. É capaz que esteja sendo, mas tem de ser feito de uma maneira discreta, sabem por quê?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até por causa da ciúmeira.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sabem por quê? Porque se se disser que vai-se iniciar uma participação, vai-se imaginar intervenção. Se se falar em transição, vai-se imaginar que Cuba é desse jeito por causa de Fidel Castro sozinho. Não é. Tem-se de analisar que lá existem debates, apesar de um partido único. O Partido Comunista Cubano, como disse Fidel Castro uma vez, é mais dividido em posições diferentes do que os Partidos americanos Republicano e Democrata. Os Partidos americanos Republicano e Democrata são mais parecidos do que as tendências dentro do Partido Comunista. Hoje, reconhecer que vai haver uma transição é reconhecer que havia um ditador, que Fidel Castro impunha tudo. Fidel Castro canalizava o que estava no conjunto do Partido. Aliás, nesse sentido – e só nesse sentido –, eu o acho muito parecido com o Presidente Lula, que canaliza todas as divergências que têm dentro do PT; e, hoje, não só as do PT, mas de uma quantidade de partidos que aglutinam. A ponto até – eu não sou do PT, desculpe-me, Senador João Pedro, estou me metendo – de ninguém falar no Senador Suplicy como possível candidato a presidente, o que, certamente, as direções do PT não querem, embora, na opinião pública, ele teria mais votos do que todos os outros membros do PT.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador,...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Só para fechar. Então, eu acho bom que a gente faça a reunião, mas não no sentido de querer influir em transição, não no sentido de se oferecer na intermediação. Vamos dizer que a gente vai ter uma conversa sobre o que está acontecendo na América Latina – no Paraguai, na Bolívia, nos demais países –; aliás, nós temos um documento sobre os países fronteiriços e poderíamos ampliá-lo, e aí entraria Cuba também. Mas nada – a meu ver – que hoje pareça que “Cuba está mudando”. Eu acho que nada que a gente fizer nesse sentido vai ser bem recebido dentro de Cuba.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam Buarque, com sua permissão, Senador Pedro Simon. Talvez V. Ex^a não tenha entendido. V. Ex^a estava muito absorvido em preparar o seu discurso, na qualidade de próximo orador.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Aliás, respondendo ao jornalista que não entendeu também o que eu disse recentemente em um discurso.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Talvez! Mais uma vez: o espírito do Senador Simon é o mesmo que o meu, ou seja, de não-intervenção nas questões internas, mas, sim, de confiança.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Sei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Na realidade, Cuba passa por um processo de mudança com eleição agora no final de semana.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas eu quis dizer...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Nós queremos demonstrar a nossa confiança na maturidade do povo cubano em definir o seu futuro e o seu destino. É o registro que estamos fazendo sem nenhuma interferência.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas vai parecer. Comecei o meu aparte, aqui, dizendo que entendia o sentimento, entendia a lógica. Mas o que vale nisso é o que parece, não é o que está por trás. Hoje, dar-se-ia a entender que, saindo Fidel Castro, Cuba vai mudar; que não só é uma intervenção, como também um oferecimento de intervenção. Eles seriam obrigados, diplomaticamente, a recusar. Hoje, se se quer fazer alguma coisa por Cuba...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Recusar o quê, Senador?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Recusar qualquer oferta, qualquer sugestão. Hoje, se a gente quiser fazer uma coisa por Cuba, só tem uma coisa...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, V. Ex^a continua sem entender. Só um minuto. Espera aí.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Propor o quê, que eu não entendi? Propor o quê?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Propor ser intermediário entre os Estados Unidos e Cuba.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Ninguém está oferecendo isso, Senador Cristovam! Está havendo um erro.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a é muito inteligente, eu sei. Mas não me ache tão bobo assim. Em nenhum momento eu iria entender isso! Pelo amor de Deus!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Senador não entendeu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Tudo o que V. Ex^a está dizendo está correto. Só que V. Ex^a parte do princípio de que nós somos meio bobos em propor que o Brasil faça a mediação. Seria uma estupidez! Cairia no ridículo!

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas o seu discurso está por trás disso. É público já. A essa

altura, é público. Esse discurso está sendo assistido, provavelmente, na Embaixada de Cuba.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, V. Ex^a não entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Solicito aos Srs. Senadores que coordenemos o debate.

Com a palavra o orador que está na tribuna. S. Ex^a está livre para conceder apartes a V. Ex^{as}.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Desculpe-me, estou extrapolando o meu tempo, mas V. Ex^a, na sua grandeza, na sua competência...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – V. Ex^a completou exatamente uma hora na tribuna, que parecem seis minutos, pela importância e, acima de tudo, pelo debate.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Digo a V. Ex^a que, na sua grandeza, na sua competência, V. Ex^a está entendendo que eu estou defendendo a posição do Senado Federal numa situação importante.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Perfeitamente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quero dizer que acho que foi boa a intervenção do Senador Cristovam. Ele está certo num sentido: nós temos de ter cuidado para que não saia daqui que estamos querendo aparecer em como será feita a interferência, em como será a ligação de Cuba com o mundo, a ligação de Cuba com o americano. Se fizermos isso, cairemos no ridículo. Aí eu concordo contigo. E é até bom a gente já parar por aí para pensar nisso. Então, vou esclarecer a V. Ex^a: eu acho que a nossa posição deve caminhar no seguinte sentido. Não me passa pela cabeça que o Lula... Tanto que disse a V. Ex^a que, por exemplo, o Lula pode falar lá na Argentina, hoje, com a Presidente da República Argentina, com o Presidente da Bolívia, para iniciar um entendimento. Não temos de assumir o comando desse entendimento, porque senão vamos cair no ridículo. A ciuemeira já toma conta. Agora, que nós podemos caminhar nesse sentido, podemos. Por isso sequer falo – repare, V. Ex^a – de fazermos uma reunião na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e tampouco de convocarmos o Ministro das Relações Exteriores para vir à Comissão, mas, sim, de irmos falar até ele, para conversarmos sobre qual é o caminho. Repare: não estou falando em negociação; estou falando em irmos ao Ministro das Relações Exteriores saber qual é o caminho. Agora, o que eu, Pedro Simon, Senador da República, estou dizendo desta tribuna, o que eu penso – eu – é que, neste momento, não é hora de olhar para trás, não é hora de analisarmos as coisas erradas ou as coisas certas de Cuba; não é hora de analisarmos se tudo

começou com a Baía dos Porcos, com a invasão errada e fracassada dos Estados Unidos; ou que tudo começou com os russos, aprontando mísseis para os Estados Unidos. Isso é outra coisa.

Acho que, agora, temos de olhar para a frente. Quando V. Ex^a disse que Fidel Castro saiu, mas o regime continuou, o povo está nisso, V. Ex^a tem razão. Mas V. Ex^a também há de concordar que o próprio Raúl Castro – o irmão dele – está dizendo que está querendo dialogar. E ele já falando, com todas as letras, que, no exercício da presidência da república, as coisas têm de começar e que ele está pronto para discutir o levantamento do boicote. E ele sabe que, quando se fala em levantamento do boicote, tem de ter condições internas. Então, Cuba está caminhando nesse sentido. E o que eu estou dizendo é que temos de fazer um trabalho, a começar pelo Parlamento. Estou dizendo a V. Ex^a que devemos falar primeiramente com a delegação, com o nosso Líder, o nosso querido Senador do Acre, que é presidente da delegação brasileira, para falar com a Argentina, com o Uruguai, com a Venezuela e com o Paraguai antes de nos reunirmos para uma mensagem de todos, se aprovada no congresso latino-americano.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Cristovam, queria deixar a coisa bem clara: V. Ex^a, repito, não prestou atenção ao espírito do pronunciamento, tanto é que o Senador Simon elogiou a posição do Ministro das Relações Exteriores ao fazer a sua declaração.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu ouvi.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A questão não é essa, Senador Cristovam. A questão é que, como Parlamento soberano, até porque não temos o que oferecer a não ser solidariedade, a não ser o acompanhamento, o nosso otimismo para com o futuro da ilha, senão apenas um gesto político desta Casa, que tem ligações sabidas com o regime da ilha. É apenas um gesto de boa vizinhança e de simpatia com a atual situação de transição que ocorre em Cuba, por desejo do Sr. Fidel Castro que, sem ninguém pedir, foi lá e disse: “Olha, eu não estou mais em condições físicas, vou entregar”. Ele não aceitou a recondução, e a Assembleia, no domingo, vai eleger. Vamos nos manifestar diante do novo quadro institucional em apoio, em confiança e no desejo de que a ilha encontre o destino melhor que o seu povo pleiteia. Não vamos sair disso. Pelo menos, acho que é a intenção do Senador Simon, até porque sabemos de uma coisa muito importante: o desentendimento dos Estados Unidos com Cuba não foi pelo paredão, não. No período do paredão, os Estados Unidos continuaram apoiando Cuba. Desentenderam-

se depois. Vamos deixar essa coisa bem lógica. Tenho horror a ser envolvido em questões infantis, muitas vezes de condimentação ideológica, que não cabem no caso. Tenho pelo povo cubano o maior apreço, tenho pelo povo cubano um respeito muito grande, até pela identificação que ele tem com o Brasil: a musicalidade, o espírito alegre, aquela coisa toda. E, no momento, o discurso do Senador Pedro Simon, quando evoca o futuro e quer que se deixe de lado o passado, é exatamente nesse sentido. Muito obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não. Claro que sim.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Comecei dizendo que entendo o sentimento, entendo a lógica, mas a oportunidade é a maneira de fazer. Hoje, pelo que eu imagino que está-se passando em Cuba, a única mensagem correta, do ponto de vista deles, que eles poderiam aceitar, sabe qual é? “Lamentamos muito que por razões de saúde o Presidente Fidel Castro teve que se afastar”. Qualquer coisa além disso,...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então é melhor não fazer nada, por enquanto.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Essa é a minha posição. Por isso não tenho como escrever, senão comentar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Vamos resumir, dizendo: “Então volta, Fidel”.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não, não estou dizendo isso. Estou dizendo que, na ótica...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Por enquanto, não vamos fazer nada.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Eu não estou dizendo que é isso o certo. Eu estou dizendo como é que eu receberia se estivesse no lugar do substituto dele. Diplomacia se faz colocando-se no lugar do outro. Quem está no lugar do Fidel Castro hoje? Neste momento? Daqui a um mês, pode mudar tudo. Hoje, ele tem que dizer que não há transição nenhuma, que é uma substituição de cara, nem de sobrenome vai ser.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o próprio Raúl está dizendo, com todas as letras.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas quando a gente mandar isso, ele vai parar de dizer. Se é que ele vai dar importância. Ou não vai dar importância. Isso tem que partir de dentro primeiro, e depois se entra. Tenho a impressão de que o Ministro Celso Amorim, como o senhor...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Até concordo. Vamos esperar o pronunciamento. Vamos esperar o pronunciamento do presidente que vai ser eleito.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso, vamos esperar a posse, vamos esperar pelo discurso.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Pedro Simon, bem rápido.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu só queria que o Senador Cristovam me respondesse uma pergunta. Quando V. Ex^a tem um amigo que quer muito bem, e nasce um filho desse seu amigo, V. Ex^a se sente impedido de parabenizá-lo pelo nascimento?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não. Mas não nasceu um filho.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Porque está nascendo em Cuba...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas não dá para a gente reconhecer como filho.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Por que não dá para a gente, se o mundo todo está falando nisso?

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Porque não começou ainda. Não começou a nascer ainda.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Como não começou? Começou, é claro que começou.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Mas eles não querem reconhecer. Não querem.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB. Fazendo soar a campanha.) – Srs. Senadores, vou pedir ao Senador Pedro Simon que conclua o brilhante pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Vou fazer isso.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Pedro Simon, trinta segundos.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Tenho certeza de que os Srs. Senadores terão tempo suficiente para o debate no decorrer não desta sessão, mas na próxima semana.

Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu encerro sim.

Apenas acho que foi muito interessante no seguinte aspecto: se nós três, que pensamos igual, que temos a mesma idéia, o mesmo propósito, já nos atrapalhamos, como é que vai ser lá fora? É bom ver como devemos agir. Repito: não estou propondo nenhuma ação externa nem pública. Eu, Pedro Simon, posso dizer o que penso. Acho que o Senador Cristovam não me impede de dizer isso; eu. É claro que outra coisa é o Congresso brasileiro, o Governo brasileiro. Estou falando como cidadão. Os 104 congressistas americanos – repare V. Ex^a, Senador Cristovam – não falaram o que vai acontecer em Cuba, não falaram nada. Dirigiram-se à Ministra Condoleezza, dizendo: “Suspenda o boicote”. Cento e quatro congressistas americanos

dirigiram uma mensagem. Não foram apenas os 104, e os demais contra. Em algumas horas, eles colheram a assinatura de quem estava ali e enviaram a mensagem. Talvez muitos mais assinem. Reparem como está criando um impacto nesse sentido.

O que estou propondo: vamos quarta-feira conversar com o Ministro das Relações Exteriores sobre a sua maneira de encaminhar. Vamos; isso eu acho importante. Agora, o que eu penso, o que eu digo nesta tribuna, o que eu vou dizer lá fora e o que eu vou dizer ao Ministro das Relações Exteriores, o que eu peço que o companheiro do PT leve ao Lula, é neste sentido: eu acho que o Brasil deve dirigir...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, só uma pergunta ao Senador Heráclito, como ele me fez: V. Ex^a estaria de acordo que a gente fosse lá e fizesse um documento à Embaixada Americana ou ao governo americano pedindo a suspensão do bloqueio? Aí estou de acordo. Plenamente. Se for isso, estou de acordo. O Senador Heráclito aceita isso?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De maneira nenhuma. V. Ex^a não quer que avance o processo de um lado e quer...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Espera aí. Agora falo eu. O Senador Cristovam propõe nós enviarmos uma mensagem a Cuba dizendo:...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Não, a Cuba não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – “Que pena que Fidel Castro saiu. Nós estamos de luto porque Fidel Castro saiu”. Eu não concordo. Agora, o Cristovam propõe: “Eu concordo em ir aos Estados Unidos pedir que rompam com o bloqueio”. Eu também não concordo. Eu acho que não é nem uma coisa nem outra. Nem uma nem outra.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Permita-me, tenho que esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Senador Pedro Simon, Senador Heráclito e Senador Cristovam, vou conceder três minutos ao orador, para que V. Ex^a conclua, Senador. O debate é importante, mas acredito que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida pelo Senador Heráclito Fortes, deverá dar continuidade a esse debate.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Concordo com V. Ex^a. Até porque V. Ex^a me permitiu o tempo todo, mas o debate agora não está tendo um bom caminho. Só se V. Ex^a me permitir, concederei a palavra ao Senador do PT, que ainda não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Claro, o tempo é de V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado, Excelência.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Serei rápido. Primeiro, parabéns pelo discurso, pela análise. Segundo, para entrar nesse debate último, vamos atentar que há um clima favorável a esses encaminhamentos pela renúncia de Fidel, que penso que foi um gesto bonito, pela sua história. Esta discussão está havendo lá dentro de Cuba, com as suas principais lideranças. A conjuntura internacional também é favorável a esses encaminhamentos, Senador Pedro Simon. O próprio debate nas primárias dos Estados Unidos é sobre o mesmo tema. Portanto, há um clima favorável para duas questões ligadas à história do povo cubano: o fim do bloqueio, que não é só por parte dos Estados Unidos; muitos países amigos dos Estados Unidos não têm relação com Cuba por conta dos Estados Unidos. Precisamos acabar, até como gesto de solidariedade, com esse bloqueio. A outra é Cuba participar da OEA. É um absurdo um país com onze milhões de habitantes não participar dessa organização, que é a organização dos nossos países. A conjuntura interna de Cuba e a conjuntura internacional são favoráveis para atender, e nós encaminharmos a partir das preocupações de V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a foi muito feliz, até porque na OEA estavam, várias vezes, vários regimes de países americanos com ditadura absoluta. Ninguém exigiu democracia para estar na OEA.

Mas encerro, Sr. Presidente. Acho que os irmãos brasileiros que vão tomar conhecimento deste pronunciamento haverão de entender nosso desejo.

Se o Brasil sentir isso, e se o Ministro...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Os irmãos brasileiros e os irmãos cubanos, latinos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Como?

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a disse que os irmãos brasileiros vão ter acesso a este debate. Os irmãos latinos, os irmãos cubanos, com certeza, vão conhecer esta discussão da manhã de hoje.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

E creio, Sr. Presidente, que o ilustre Senador Cristovam, o nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, eu e mais outros teremos condições, se isso for possível, de conversar com o Ministro das Relações Exteriores e ver o andamento das coisas. Mas que é um momento importante e que devemos fazer algo, creio que sim.

Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Morais. DEM – PB) – Eu que parabenizo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Efraim, que preside esta reunião de sexta-feira deste Senado da República, o melhor da história de 183 anos. Nunca dantes o Senado se abriu às sextas-feiras, só conosco, às segundas-feiras também.

Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo Sistema de Comunicação, Professor Cristovam Buarque, Cícero, que dizem ser o maior orador romano, disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. E vou ter que falar depois do melhor orador do País, que é o Pedro Simon, não só o melhor orador, mas um homem de excelsas virtudes da democracia que possuímos.

Mas, Presidente Efraim Morais, hoje vou entrar na Paraíba. A mídia aqui – todos nós, Parlamentares, recebemos – chama a minha atenção. Escolheram para símbolo da justiça uma mulher – não há coisa melhor; está certo –, mas botaram-na cega, porque a Justiça é cega. Está certo. Vê melhor quem vê com o coração. “O essencial é invisível aos olhos” – Antoine de Saint-Exupéry. Admito que a Justiça possa ser cega, mas não pode ser ridícula.

Atentai bem, Senador Pedro Simon. O Ministério pede cassação do Governador tucano da Paraíba; do Governador do PMDB de Santa Catarina; do Governador do PMDB de Tocantins; de Ivo Cassol, gente muito boa – não sei nem o seu Partido, mas ele está acima de qualquer um –; do Governador do Maranhão, um médico muito, muito respeitado; até do defunto Otton Pinto, Efraim, para pegarem o Vice.

Interessante. Agora, essa blindagem não é só do Lula, não. É de todo o PT – o do Piauí, há dois dias, a TV Globo colocou no noticiário. Ontem, o nosso Senador João Pedro, entusiasmado com o programa do Governo Luz para Todos, mostrou a força dessa programação lá no Amazonas; também o Senador Delcídio Amaral confirmou isso em seu Estado. Mas no Piauí foi só roubalheira – a Gautama. Está, há dois dias, em *O Globo*, no Jornal Nacional. Só roubalheira... Foi gravado, umas nove vezes, o Governador com a Gautama: “Tem que ser a Gautama. Eu preciso. Se não for, eu não ganho”. E o Vice-Governador, também, está gravado.

Senador Efraim Morais, atentai bem. Esse negócio de carteira – deram lá para todo mundo, e o pior é que chegaram e deram mesmo. Deram carteira, confirmaram, réu confesso e tal... Aí, Senador Efraim Morais, sabe o que o TRE lá do Piauí fez? Deu uma multa. Quer dizer, reconheceu a corrupção, a bandidagem e deu uma multa. Se multou é porque houve, é porque reconheceu. Agora, os outros estão toda hora aí. O negócio é ser mesmo desse PT, que se fica blindado.

Chega um aqui e discursa, e não pega nada no Lula. Ele pode fazer.

Ô, Efraim, atentai bem, que mal estão fazendo? Não pega nada no Luiz Inácio? Não pega o sanguessuga; não pegam os que assaltaram o Banco Rural. E o Mensalão? Não pega o cartão corporativo, não pega nada. Que negócio é esse, nada pega? Quer dizer que somos idiotas? Não temos discernimento? Luiz Inácio ataca a imprensa, uma Ministra usa esse cartão corporativo... Ouvi um padre estrangeiro, no Leblon, dizendo que deveria ser excomungado, e estou com o padre. Estou com o padre, porque ali está Cristo. O Luiz Inácio tinha que pelo menos ter estudado o catecismo, já que não gosta de ler a Bíblia; no catecismo aprendemos que não devemos roubar. E, se ele se aprofundasse mais, Efraim, veria que está escrito no livro de Deus que a quem muito é dado mais é cobrado. Então, essa gente a quem o próprio Luiz Inácio deu tanta confiança, prestígio e o cargo de Ministro procede assim!? Não pega. Ele cometeu um dos piores erros.

Quero dizer que essa pesquisa é toda mentirosa. Não tem nada disso. Efraim, não existe isso aí.

Ora, num País em que se compra mandato hoje... Compra-se mandato de Governador, de Prefeito, de Senador, compra-se tudo; imaginem se não se compra uma pesquisinha. Agora, ela é burra. Ô, grande Secretário Executivo, Júlio, da Comissão de Educação, como pode ser verdadeira uma pesquisa que bota o Presidente lá em cima? E a mesma pesquisa diz: segurança é uma porcaria, abaixo de 10%; saúde, pega pau, abaixo de 20%; educação, pega pau. E o responsável por isso tudo está lá em cima. Não. É contra um juízo, um raciocínio. A ciência de administração diz: unidade de comando, unidade de direção. Só há um responsável, um comandante. Não existe essa situação. Pesquisas compradas, falsificadas. Aqui escutamos a voz do povo. Recebo de 800 a 1.000 *e-mails* por dia, que não condizem com isso. Cristovam, seus *e-mails* coincidem com a pesquisa anunciada? Os meus, não.

Tenho um aqui, que mostrei ao Heráclito, escrito à mão.

Alcione Vasconcelos, 66 anos, insultando-me. É o único em que me insultam, porque chamei o Luiz Inácio de generoso. Está aqui, à mão. Recebo milhares todo dia. Hoje mesmo, já li cedo versos de um gaúcho. Generoso... Ele disse: “Não é generoso, não, ô Mão Santa. Até V. Ex^a está falhando! Ele está acabando com os aposentados, estão todos morrendo de fome. O Congresso deu um aumento de 16,7%, que foi baixado para 4%”.

E é verdade, ô Efraim!

O maior homem que conheci, no Piauí, na Paraíba, foi meu padrinho de Rotary. Ô Cristovam Buarque, ele deve estar no céu, mas se enforcou, há poucos dias, e é o melhor homem que conheci. Era meu padrinho de Rotary. Sei que ele está no céu, porque a gente não é julgado por um instante, mas por uma vida. Atentai bem. E, no fim da vida, esse homem de-

cente, correto, meu padrinho de Rotary, enforcou-se, por quê? Um homem de vergonha, decente, o melhor. Conheço esses Senadores todos, não há um como ele. Ele se enforcou, aposentado, por quê? Porque, no fim de sua vida, sua encantadora mulher, para a qual ele deu a vida, internou-se num hospital, e ele não podia pagar a conta.

Essa é a história do aposentado. Aposentados, que passaram a vida pagando – 35 anos – para ter direito a 10 salários, estão recebendo quatro salários. Esta é a verdade. Esse *e-mail* me insulta aqui por ter chamado o Luiz Inácio. Então, Luiz Inácio, não é verdade; os aloprados estão lhe ganhando. Ulysses Guimarães disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. Eu ouço. Vossa Excelência não pode estar tão bem quando a segurança vai tão mal. Isso aqui não é um país, isso é uma barbárie. Isso não é civilização, não é.

Eu andei ali agora, em Madri, andei em Lisboa, bem aí, em Buenos Aires: não tem negócio de bala perdida e assalto, ninguém engana, ninguém mente e ninguém rouba. Às 4 horas da manhã eu andava de mão dada com a Adalgisa. Convido o Luiz Inácio a pegar sua encantadora Marisa e andar de mãos dadas no Rio de Janeiro, na Cinelândia de noite, na rua do Ouvidor, lá na Confeitaria Colombo, onde nos anos 60 a gente ia namorar, tomar chocolate às 5 horas, saía de noite. Hoje, às 5 horas da tarde fecha, porque não tem mais segurança.

Lá no meu Piauí, Heráclito Fortes, você conhece o Cardoso, sogro do João Matos, ele foi se operar, foi ao banco tirar o dinheiro, agora nesta semana, para pagar o cirurgião, R\$30 mil. É acompanhado, quando ele chega em casa, alguém entra com uma moto, deu coronhada, tomou dinheiro e pronto.

Isso é uma barbaria. E podemos dizer porque o homem que entende mais de política não é o Cristovam Buarque, que está ali ligado no telefone, não; é o professor Norberto Bobbio. O Fernando Henrique vivia a citar Norberto Bobbio. Ele era Senador. A Itália, que é correta, tem uns senadores vitalícios. Ela convida os luminares – são cinco luminares no país – a serem Senadores. Não precisa ter voto, tem que ter saber, ter história. E Norberto Bobbio era esse Senador. E ele diz: o mínimo que você tem que exigir de um governo é a segurança: a segurança à vida, à liberdade e à propriedade.

Quem se sente seguro aqui? Ninguém. Mas por quê?

Ô, Luiz Inácio, aquela de Vossa Excelência dizer que a sua Ministra é gente boa, que não fez nada, que foi vítima da imprensa por dez dias, por isso que Vossa Excelência a aconselhou a sair, foi um grande mal. Foi um grande mal. Átila, o rei dos hunos, diz que administrar era fácil, era premiar os bons e punir os maus.

O cartão corporativo, não interessa se foi pouco usado por valor de uma tapioca; é o mau exemplo. Padre Antonio Vieira já dizia: palavra sem exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta.

Então, se os Ministros procedem assim, com a falta de decência, o que nós podemos exigir dos mais pobres, dos que não estudaram, dos que não têm benefício, dos que não têm segurança? Então, Vossa Excelência deu também um mau exemplo.

Eu falaria ao Luiz Inácio – não ia citar, para ele ler... Mas, Professor Cristovam Buarque, olhe aqui um autor como você: Patrick Charaudeau, em *Discurso Político*. Ele é um intelectual como V. Ex^a, professor da Universidade de Paris, Diretor de Centro de Análise. Olhe o que ele diz aqui, professor. Atentai bem! “O argumento de ignorância retira da acusação a possibilidade de atribuir ao acusado a intenção voluntária de cometer um ato que causa prejuízo ao outro”. Ao declarar “eu não sabia”, “eu nunca vi”, o sujeito pleiteia a inocência, o que o libera, em parte, de sua responsabilidade.

Professor Cristovam, o Luiz Inácio é esperto. Mas o estudo disseca. Nós sabemos que não. Ele é o chefe da Nação. Uma Nação que exige uma administração aceita os princípios de administração inspirados por Henri Fayol: unidade de comando e unidade de direção. Essa unidade é o Presidente da República. É ele o responsável. Como o autor aqui diz, isso é uma fuga. O responsável nós só temos um. Isso quem diz é o estudo, os princípios de administração, essas escolas, unidade de comando e de direção, que para se administrar nós temos de saber que tem o planejamento, o e ensinar, o orientar, o coordenar e o fazer o controle. Isso cabe ao comandante.

Sei, ô João Pedro, que ele não gosta muito dos livros, mas eu podia lembrar ao Luiz Inácio uma sabedoria popular, um provérbio. Eu nunca vi uma sabedoria popular errar. Até na Bíblia há centenas de provérbios escritos por Salomão. Cada macaco no seu galho.

O Luiz Inácio, Heráclito, disse: A Ministra? Não teve nada, ela não fez nada, é a imprensa que está massacrando a Ministra.

Luiz Inácio, Vossa Excelência é o Presidente da República. O Poder Executivo é para fazer obra. O povo dividiu os poderes, construiu o Legislativo, que nós representamos, para fazer leis boas e justas, e o Poder Judiciário para julgar.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Equípotes, iguais; um fiscalizando e controlando o outro. Vossa Excelência está se alvoroçando. Vossa Excelência entulha aqui de medidas provisórias querendo fazer lei; agora, no Judiciário. Deixe o Judiciário julgar!

Por exemplo, o padre estrangeiro, de quem assisti à missa, no domingo, no Leblon, na Igreja Santa Mônica, na sua homilia, dizia sobre a tentação. O evangelho era a tentação. Tentação das mulheres de biquíni; tentação do pecado; tentação da televisão; tentação... Aí ele disse: tem agora uma nova tentação, que é esse cartão... esse cartão... O padre era estrangeiro, e os

fiéis completaram: corporativos. E ele disse: devia era excomungar.

Então, Luiz Inácio passa mão e diz que não foi nada, que ela é companheira. Deixe a Justiça julgar. Deixa nascer a CPI; encaminharam para a Justiça. Cada macaco em seu galho.

Com aparte o nosso Senador Heráclito Fortes, do Piauí.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Mão Santa, V. Ex^a toca num assunto que vem mostrar ao País as contradições do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva usa e abusa da sua blindagem e comete alguns exageros, quando diz que a imprensa ou que a Oposição – ora é a imprensa, ora é a Oposição – massacrou a Ministra Matilde Ribeiro. A verdade é outra: o que massacrou a Ministra Matilde foi o seu Governo, que fez uma demissão sumária, dando-lhe um tratamento diferenciado do que deu aos outros dois ministros. Dois outros ministros com despesas de valor maior – um até reconheceu de imediato e prometeu a devolução imediata, ou disse que devolveu, mas com os gastos maiores – estão aí. A Ministra Matilde, se é que foi massacrada, ela foi massacrada pelo Governo. O Presidente Lula tem de reconhecer isso. Agora, veja bem, Senador Efraim Morais. O Presidente Lula fala da imprensa que massacra, mas não fala da imprensa que é massacrada. Estamos vivendo aí um problema que envolve uma extraordinária profissional do jornalismo, Elvira Lobato, que entrou numa briga com a Igreja Universal.

(Interrupção do som.)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não quero entrar no mérito da questão por ora, mas o Presidente Lula imediatamente se solidariza na briga, toma um lado, ficando contra a imprensa. Ora, partindo do Presidente da República, aí sim, é um massacre, porque é o mandatário maior do País contra o exercício de uma profissional, o exercício profissional de uma cidadã, de uma jornalista, que é Elvira Lobato. Confesso inclusive que não conheço – sou bem franco – a matéria que gerou toda essa polêmica, mas eu acho que o Presidente Lula pelo menos tinha que se silenciar como mandatário da Nação e deixar que a Justiça decida. De forma que me congratulo com V. Ex^a e aproveito para me solidarizar também com a Elvira, pela profissional que é, pelos longos anos de carreira, e espero que ela não tenha a sua vida profissional, o direito de ganhar o pão e sustentar a vida, interrompida por essa série de ações que neste momento correm na Justiça contra ela, por um artigo só. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Fazemos nossas as palavras do inteligente representante do nosso Piauí. Naquele livro, *O Príncipe*, Maquiavel já pregava que se deveria separar governo de igreja. Então, uma igreja processa uma jornalista, e o Presidente já chega julgando. E não foi isso. Isso é o absolutismo. Ele entra aqui e faz as medidas provisórias, e nós permitimos:

Ele faz as leis. Agora, ele está julgando. Meu João Pedro, esse absolutismo é que fez o povo insatisfeito ir às ruas e gritar: liberdade, igualdade e fraternidade. E o absolutismo caiu.

Os reis caíram. E o povo criou essa república, o governo do povo, pelo povo e para o povo, dividida em três poderes, que acho não sejam nem três poderes. Entendo que o poder é Deus e que somos instrumentos da democracia. Instrumento executivo, Sua Exce^lência o Presidente da República; instrumentos nós, para fazermos leis; e instrumentos da Justiça para julgar. Poder é o povo que trabalha, que paga impostos, que nos paga como instrumentos. Então, Luiz Inácio tem que entender isso.

Efraim, já que começamos falando na Paraíba, quero dizer que o melhor Presidente para o Piauí foi Eptácio Pessoa, que começou o porto. Ontem, o Senado homenageava os 200 anos de abertura dos portos. Eptácio Pessoa iniciou o porto do Piauí.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – João Pedro, V. Ex^a – quis Deus estar aí – é do PT. E o Piauí tem um porto, iniciado por Eptácio Pessoa, avançado por João Paulo dos Reis Velloso quando foi ministro. Foram enterrados uns US\$100 milhões e faltam US\$10 milhões para terminar.

E viemos aqui abrir o livro de Deus que diz: “Pedi e dar-se-vos-á...”. O Deus cristão do Piauí manda-me aqui para que ele conclua esse porto de Luiz Correia, iniciado pelo paraibano Eptácio Pessoa; que viabilize a ferrovia que ele prometera. Isso é fundamental para a ZPE da cidade de Paranaíba. Esse é o pedido. Uma maneira de Luiz Inácio agradecer o apoio que sempre teve no Piauí.

Então, essas são as nossas palavras, na certeza de que há tempo ainda de o nosso Presidente resgatar os seus compromissos com o Piauí, concluindo nosso porto, que agora tem recurso, porque já no ano que passou nos botamos uns R\$ 15 milhões; e, agora, R\$ 30 milhões para viabilizar o nascimento do porto do Piauí.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Muito obrigado.

Vamos ouvir agora o Senador Efraim Morais, 1º Secretário da Mesa do Senado da República, por vinte minutos.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro, que preside esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero compartilhar com esta Casa, que é a mais alta instância do Poder Legislativo e representa a Federação brasileira, a minha perplexidade em relação a um grave – diria até gravíssimo – fato que nos afronta e que os jornais recém noticiaram com preocupante descrição.

Com relação a isso, no final, já antecipando, vou pedir a V. Ex^a que determine a publicação nos *Anais* do Senado Federal do editorial de hoje do jornal *O Estado de S. Paulo*: O que a Retratação não Muda. Vou pedir, ao final, que V. Ex^a determine sua inclusão nos *Anais* da nossa Casa.

Mas, Sr. Presidente, eu me refiro ao espantoso e inacreditável depoimento do Sr. Rogério Tadeu Buratti, ex-secretário municipal da Prefeitura de Ribeirão Preto nos anos 90, durante a gestão do Deputado Federal e ex-Ministro Antonio Palocci.

O depoimento, registrado em cartório, nega tudo que Buratti disse a esta Casa, mais especificamente à CPI dos Bingos, que tive a honra de presidir e cujo Relator, na época, era o Senador Garibaldi Alves, Presidente desta Casa, Presidente do Senado Federal, Presidente do Congresso Nacional. Mais do que negar, Srs. Senadores, inverte radicalmente os conceitos que emitiria a respeito do seu ex-chefe, o eminente Deputado Palocci, que se transfigura em administrador probo, competente e – vejam só! –, injustiçado.

Tudo o que cerca esse ato é estranho e suspeito, Senador Adelmir. O depoimento foi registrado em junho do ano passado e evidentemente que passou despercebido pela mídia nacional. Junho do ano passado e só agora, somente agora, quando os jornais noticiam que está próximo o depoimento de Antonio Palocci ao Supremo Tribunal Federal.

Só agora, quase um ano depois, depoimento este relativo àquele processo do mensalão em que figura como réu, ao que parece sob encomenda pela defesa do ex-Ministro. Só posso acreditar que tenha sido esse o objetivo. Nele, Buratti, que havia acusado o Ministro Palocci de chefiar um esquema de corrupção junto aos fornecedores da Prefeitura de Ribeirão Preto, mencionando inclusive a existência de um mensalão de R\$50 mil pagos ao então Prefeito, nega tudo. Buratti negou tudo. E diz, com a maior cara dura, que “não existe um único indício de irregularidade na administração Palocci”. E ainda disse Buratti que atribui isso a pressões do Ministério Público. Buratti atribui tudo que ele disse a pressões do Ministério Público, ou seja, as declarações iniciais que prestou e que serviram de ponto de partida para as investigações que resultaram na demissão do Ministro Palocci e na demissão e inclusão na lista dos 40 mensaleiros sob investigação do STF.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, se não bastasse a falta de idoneidade do Sr. Buratti para acusar o Ministério Público, bastaria recapitular seu depoimento a esta Casa, principalmente na CPI dos Bingos, onde não sofreu, Senador João Pedro – V. Ex^a não estava na Casa naquele momento –, nem sequer uma única,

ou qualquer coação para desmoralizar a retratação fajuta que faz o Sr. Buratti.

E o que disse o Sr. Buratti à CPI dos Bingos? É óbvio que não cabe aqui reproduzir a íntegra do seu depoimento, que está à disposição de quem quiser examiná-lo nos Anais desta Casa, mas vou resumir a essência de suas acusações ao ex-Ministro, que reputo gravíssimas e que dão a seu presente depoimento vira-casaca contornos de escárnio com a opinião pública brasileira e, claro, com esta Casa.

O advogado Rogério Buratti, ex-amigo íntimo do Ministro Palocci, ex-Ministro, e seu principal colaborador durante anos, depôs à CPI dos Bingos no dia 26 de agosto de 2005; já havia deposto a autoridades policiais de Ribeirão Preto e ao Ministério Público. O escândalo que protagonizava e difundia ao público já havia produzido dezenas de manchetes de jornais e revistas e ocupado o horário nobre das televisões. Suas palavras, como o Brasil inteiro se lembra, instalaram uma crise de governo que teve como desfecho a demissão do Ministro da Fazenda, que era, na época, a principal peça da administração do Governo Lula.

Buratti iniciou seu depoimento confirmando as denúncias de que a empresa coletora de lixo Leão Leão (vamos abrir aspas para as palavras do Sr. Buratti) e dizendo “contribuía com R\$50 mil mensais para a Prefeitura de Ribeirão Preto (...)”. Isso foi dito, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta Casa, na CPI dos Bingos, que presidi com muita honra, tendo ao meu lado o Senador Garibaldi Alves Filho, que foi o Relator.

Quando Buratti deixou a Secretaria de Governo da Prefeitura, acusado de corrupção, foi trabalhar exatamente na Leão Leão, que além de pagar a mesada ao Prefeito, tornou-se financiadora de sua campanha a Deputado Federal.

São palavras do Sr. Buratti, não minhas, que indagado se estaria disposto a repeti-las perante o acusado – o então Ministro Antonio Palocci – respondeu que sim.

Segundo ele, as mesadas – que chamava de “contribuições” – eram uma espécie de “regra do jogo”, e que elas não eram definidas pela empresa, mas pelos beneficiários.

Disse que não chegara a presenciar o Prefeito Palocci negociando as propinas, mas afirmou que esse tipo de negociação era de conhecimento do Prefeito. O Sr. Buratti disse literalmente:

“O fato é que nenhuma empresa, seja pequena, seja grande, faz algum tipo de contribuição sem que o patrão maior (no caso, a Prefeitura) tome conhecimento”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Buratti nos disse ainda que os pagamentos ocorriam não apenas em Ribeirão Preto, mas se repetiam em outras prefeituras de outras cidades da região, com administração de outros partidos políticos. E mais, sem que nenhum

Senador o pressionasse ou ameaçasse, como disse, na retratação, que tinha sido pressionado.

Aqui não. No Senado, nenhum Senador ou nenhuma Senadora o pressionou ou o ameaçou, e os registros aqui estão para quem quiser consultá-los. Ele disse também que empresas de bingo de São Paulo e do Rio de Janeiro contribuíram para a campanha eleitoral do Presidente Lula.

Essas foram as palavras, na CPI dos Bingos, do Sr. Rogério Buratti. São fatos que pertencem à história e, hoje, estão sob investigação do Poder Judiciário. Suas declarações descem a detalhes, mencionam nomes, datas, lugares, cifras, etc.

Como, então, esse cidadão, o Sr. Buratti, supõe que pode agora revogá-las num gesto furtivo de prestar depoimento às escondidas num cartório de São Paulo, sem que tenha de vir a público explicar o seu gesto? Suspeitíssimo gesto, diga-se de passagem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associe-me à indignação do Delegado Benedito Antônio Valencise – de Ribeirão Preto – que acompanha o caso desde o início e classificou de falcatrua a retratação de Rogério Buratti. Também faço minhas as palavras do Procurador Aroldo Costa Filho, segundo as quais a retratação não tem nenhum valor. “A palavra dele” – de Buratti, diz o Promotor – “foi o início da investigação”. E disse ainda que tudo o que disse está provado.

Quem ou o quê estaria, então, por trás dessa súbita mudança no comportamento dessa personagem que saiu da obscuridade para tornar-se pivô de um dos maiores escândalos da história da nossa República?

Como disse no início da minha fala, Sr. Presidente, quero compartilhar com esta Casa a minha perplexidade e a minha indignação. Como Senador e, mais ainda, como Senador que colheu o depoimento de Rogério Buratti, sinto-me pessoalmente afrontado com esse episódio, que deixa mal não apenas o seu agente explícito, mas também aqueles que figuram no episódio como sujeitos ocultos. Dispensio-me de citar nomes. O Brasil e esta Casa os conhece. Considero este episódio, em relação ao qual peço a investigação do Senado, um capítulo tardio do mensalão.

Sr. Presidente, não pode passar em branco. Por isso mesmo, concluo minhas palavras solicitando à Mesa que impetre notícia-crime, no Ministério Público, contra o Sr. Rogério Tadeu Buratti para prestar esclarecimentos.

Baseados em algumas informações – o Regimento Interno do Senado Federal não tem um dispositivo específico –, consultamos a Assessoria da Casa e observamos que o art. 27 do Código de Processo Penal...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

Já a Lei nº 1.579, de 1952, que regulamenta as comissões parlamentares de inquérito, dá-nos informações que vamos anexar ao nosso pronunciamento.

Para encerrar, Sr. Presidente, reiterando a V. Ex^a o que diz o editorial O que a Retratação não Muda, de **O Estado de S. Paulo**: “O desmentido que Buratti registrou secretamente não altera a história”.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Será atendido o pleito de V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Agradeço a V. Ex^a.

E ainda **O Estado de S. Paulo** publica uma matéria dos jornalistas Fausto Macedo e Ricardo Brandt, que tem como título Promotor Ameaça Autuar Buratti por Falso Testemunho.

Veja bem, V. Ex^a. Pedirei a compreensão...

(Interrupção do som.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a mais um ou dois minutos. Agradeço a V. Ex^a e vou concluir nesses dois minutos, pode ter certeza.

Em determinado momento, o artigo diz o seguinte:

O promotor destacou que Palocci não estava sob investigação.

“Importante frisar que, a partir das informações de Buratti, conseguimos provas importantes. Foi ele quem nos indicou o caminho espontaneamente. Não houve pressão. Sem Buratti seria impossível encontrar as provas que incriminavam Palocci.”

Aí, o Sr. Roberto Telhada, advogado de Buratti, diz: “É nulo de origem o ato que os promotores praticaram. Meu cliente foi coagido. Por isso, fez acordo para denunciar o Ministro. A retratação vale sim”.

Agora, pergunto: e, aqui no Senado, ele foi coagido? E, aqui no Senado, ele recebeu alguma pressão? Não, aqui, sob juramento, ele deu seu depoimento.

Por isso, a nossa preocupação, em nome desta Casa, do Brasil e dos brasileiros. Não podemos passar em branco, repito. Vou concluir o meu pronunciamento dizendo que estou solicitando à Mesa, da qual faço parte, que impetre notícia-crime no Ministério Público contra o Sr. Rogério Tadeu Buratti, para prestar esclarecimentos sobre essa retratação feita no seu depoimento na CPI dos Bingos, da qual participei como presidente e como relator o Presidente desta Casa.

Agradeço, Senador João Pedro, a V. Ex^a pela tolerância.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Promotor ameaça autuar Buratti por falso testemunho

Segundo Aroldo Costa Filho, se ele confirmar retratação quando for ouvido em juízo, poderá ser preso em flagrante, além de ficar sujeito a pena de até 4 anos

**Fausto Macedo
Ricardo Brandt**

O empresário Rogério Buratti poderá ser autuado em flagrante por falso testemunho se negar à Justiça aquilo que declarou em agosto de 2005 à polícia e ao Ministério Público sobre o suposto envolvimento do ex-ministro Antonio Palocci (Fazenda) com a máfia do lixo de Ribeirão Preto. A advertência foi feita ontem pelo promotor Aroldo Costa Filho, da força-tarefa que investigou a segunda gestão Palocci na Prefeitura de Ribeirão (2000-2002).

Buratti havia acusado o ex-ministro de ter recebido mensalão de R\$ 50 mil. Com base em sua denúncia, a promotoria formalizou acusação contra Palocci, atribuindo-lhe autorizações de aditamentos irregulares ao contrato para coleta de lixo. O empresário foi incluído no rol de testemunhas da acusação.

Em junho do ano passado, porém, o ex-acusador de Palocci retratou-se dessa acusação em declaração registrada em um tabelião de notas. "Se ele confirmar essa retratação quando for ouvido em juízo, poderá ser preso em flagrante e processado por

falso testemunho, sujeito a pena de até 4 anos de reclusão", assinalou Aroldo Filho.

O promotor destacou que Palocci não estava sob investigação. "Importante frisar que a partir das informações de Buratti conseguimos provas importantes. Foi ele quem nos indicou o caminho espontaneamente. Não houve pressão. Sem Buratti seria impossível encontrar as provas que incriminavam Palocci."

"É nulo de origem o ato que os promotores praticaram", rebateu o advogado Roberto Telhada, que defende Buratti. "Meu cliente foi coagido. Por isso fez acordo para denunciar o ministro. A retratação vale sim."

José Roberto Batochio, criminalista que defende Palocci, revoltou-se com a afirmação do delegado Benedito Valencise, segundo o qual a retratação de Buratti é falcatrua. "Causa surpresa e indignação o açodamento com que certas pessoas estão lançando juízo de valor sobre situações que desconhecem. Adjetivar de forma grosseira fato que contraria suas expectativas não é uma atitude serena nem equilibrada."

O que a retratação não muda

Dois anos depois de acusar o então ministro da Fazenda, Antonio Palocci, de receber R\$ 50 mil mensais da empreiteira Leão Leão, que fazia a coleta de lixo em Ribeirão Preto, quando ele ocupava pela segunda vez a prefeitura da cidade, entre 2000 e 2002, o seu ex-secretário de Governo Rogério Tadeu Buratti deu o dito pelo não dito... ou melhor, disse que mentiu. Como revelou na edição de quarta-feira deste jornal o repórter Fausto Macedo, em 28 de junho de 2007 Buratti registrou em um tabelionato de São Paulo uma declaração extrajudicial renegando tudo que afirmara em agosto de 2005, primeiro à Polícia Civil e ao Ministério Público, logo em seguida à CPI dos Bingos, como testemunha-chave nas investigações sobre as denúncias contra seu antigo chefe. A denúncia contra Palocci foi encaminhada ao STF, em razão do foro privilegiado a que tem direito como deputado federal.

O Grupo de Atuação Especial e Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público, que apura casos de corrupção, estima que, nas duas gestões Palocci, o município paulista foi garfado em R\$ 30 milhões em pagamentos por serviços não executados ou superfaturados pela Leão Leão. Em contrapartida, a empresa - da qual Buratti viria a ser vice-presidente - pagava o referido pedágio mensal que o então secretário de Finanças, Ralf Barquete (já falecido), e o prefeito repassavam ao PT - como o acusador salientou, à guisa de atenuante para seu antigo chefe. Não tivesse Buratti se trans-

formado em desafeto de Palocci - ao que tudo indica por motivos que não seria apropriado detalhar -, permaneceria oculto mais esse esquema armado pelo partido que outrora se fazia passar por ético, para acumular "recursos não-contabilizados" que pavimentariam o seu caminho para a Presidência da República.

Do mesmo modo, não fosse a zanga do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, que ameaçou denunciar quem estava se apropriando das propinas para a caixa do PT de concessionárias locais de serviços públicos, ao descobrir que

O desmentido que Buratti registrou secretamente não altera a história

o produto da extorsão vinha sendo privatizado, tampouco viria à tona mais um exemplo inequívoco do jeito petista de governar, antes ainda de irromper o escândalo-síntese do mensalão. E Celso Daniel teria continuado vivo para assumir, como programado, a coordenação do programa do candidato presidencial Lula da Silva, em 2002 - o que, por ironia do destino, tocou afinal ao companheiro Palocci. Só a partir dos depoimentos incriminadores de Buratti foi possível tomar conhecimento da dupla personalidade do acusado: uma, a do administrador estelar da economia nacional, fiador da presidência Lula junto aos interlocutores do País; outra, a do disciplinado praticante do escabroso sistema de arrecadação de fundos do partido que iria "mu-

dar tudo isso que está aí".

À luz dessas evidências, a retratação do empresário que havia assentido à delação premiada só pode ser uma farsa ou uma capitulação. "Ou eles (Buratti e Palocci) se compuseram, ou ele (Buratti) está sendo coagido", especula o delegado Antonio Valencise, que em 2005 indiciou o ex-prefeito no inquérito sobre a sujeira com o lixo de Ribeirão Preto. Em qualquer hipótese, raciocina, "é uma verdadeira falcatura". No desmentido, Buratti invocou um suposto "estado de coação". Ele teria concordado com as "exigências" do Ministério Público e da polícia, depois de ter sido "desmoralizado diante dos filhos e familiares", e por estar preocupado com a saúde da mãe. E teria sido acometido de pânico ao depor à CPI, "temendo nova prisão diante das câmaras de televisão que transmitiam o evento para todo o País".

Agora, descoberta a retratação, recorre a outro argumento: não pode provar o que afirmou sobre a mensalidade de R\$ 50 mil da Leão Leão, pois "é uma história que passa por uma pessoa (o ex-secretário Barquete) que está morta". Soa mais verossímil o trecho de sua inquirição no Congresso em que declara que, ao denunciar Palocci, viveu o "maior conflito" de sua vida. Não porque estivesse dividido entre falar a verdade e ir para a cadeia ou caluniar um inocente para ser deixado em paz. Mas porque o acusado - "um homem íntegro e correto" - "tinha uma trajetória ligada ao partido". Esse é o drama: no PT, o que não falta são pessoas de bem que se dispõem a fazer o mal para ajudar o partido.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Será acatado o requerimento de V. Ex^a, Senador Efraim Morais.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para falar por dois minutos, para dar uma informação importante.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Pois não, Senador. Deixe-me apenas olhar a relação. O Senador Cristovam Buarque já não se encontra no plenário, bem como o Senador Heráclito Fortes. O próximo inscrito é este Senador.

Concedo a palavra a V. Ex^a, Senador João Tenório, pelos dois minutos solicitados.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, tenho uma informação que, de certa maneira, empolga o País: a nossa independência absoluta nas questões da nossa dívida internacional. Hoje, o País tem um equilíbrio absoluto entre aquilo que deve e aquilo que tem em reservas cambiais. Isso, aparentemente, é algo extremamente favorável – e, de fato, o é –, porque concede ao País tranquilidade, sobretudo neste momento de instabilidade econômica que vive o mundo e que se pode agravar de maneira mais intensa. Mas existe outra face – em tudo no mundo, existem duas faces –, que é a repercussão profunda que isso proporciona na produção nacional, sobretudo aquela voltada para as exportações.

Hoje, segundo as primeiras informações, nosso câmbio é de R\$1,69 para US\$1.00, o que faz com que haja um constrangimento econômico, eu diria, quase insuportável para este segmento tão importante da vida nacional, que são as exportações. Se, de um lado, essa notícia de ontem é extremamente positiva para o País, pois dá a tranquilidade necessária neste momento de indefinições econômicas que envolvem o mundo como um todo, de outro lado, traz preocupação e constrangimento muito forte para esse segmento, que é tão importante para a vida nacional, aquele que, de fato, gera o excedente de US\$45 bilhões por ano, que é a sobra entre aquilo que o Brasil importa e aquilo que o Brasil exporta.

Essa é uma preocupação, mas este é um momento de euforia, por outro lado, pois se cria essa estabilidade. Isso dá ao capital especulativo uma tranquilidade muito grande, porque se sabe que, no momento em que se quiser sair do País, isso poderá ser feito sem constrangimento. Mas, ao mesmo tempo, isso cria, sim, para a economia real, para aqueles que produzem no País, uma preocupação muito grande, porque o subproduto desse fato está levando a uma dificuldade muito grande nas exportações e também a uma competição meio

desequilibrada no mercado interno entre aquilo que o Brasil produz e aquilo que o Brasil importa.

Era isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de acrescentar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (João Pedro. Bloco/PT – AM) – Obrigado, Senador João Tenório.

Concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana, por permuta com este Senador, por vinte minutos.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem a oportunidade de se redimir de omissões que tisnam a sua imagem. Refiro-me à notícia de que, depois de um ano e meio de discussões, o Poder Executivo vai enviar para o Congresso uma proposta de reforma tributária.

Permitam-me, Sr^s e Srs. Senadores, lembrar as sábias afirmações do eminente Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves, na abertura dos trabalhos desta Legislatura.

[...] O Congresso brasileiro vem-se atrofiando dia após dia; Executivo e Judiciário tomam para si, sem qualquer pudor, a atividade legislativa. No atual cenário político, o que está sob ameaça não é a legitimidade dos representantes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. É a própria democracia, pois não basta reconhecer que o Congresso tem estado mesmo aquém das expectativas nacionais, se não for capaz de assumir responsabilidades e ocupar, na plenitude, as ações que por direito e dever lhe cabem [...]

A percuciente análise da proposta governamental e o aperfeiçoamento que deverá brotar das nossas discussões serão fundamentais para se alcançar uma reforma tributária consentânea com as aspirações brasileiras. Este é o momento de afirmação deste Congresso.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a reforma tributária é um consenso nacional. Do cidadão mais humilde, passando pelo pequeno, médio ou grande empresário, acadêmicos, profissionais liberais, gestores das finanças públicas, até chegar aos membros do Congresso Nacional, todos concordam, ainda que sob óticas diferentes, que é necessária uma revisão do sistema tributário brasileiro.

Se assim é, a primeira pergunta com a qual nos deparamos é a seguinte: por que não se fez essa reforma? E a segunda: qual seria o sistema adequado? A explicação é simples: a reforma tributária, ou se formos mais além, a reforma fiscal – reestruturação que envolveria examinar o binômio receita e gasto e, em

última análise, o tamanho do Estado – faz emergir um gigantesco conflito distributivista entre os que pagam os tributos e os que os recebem; entre os próprios entes federativos, detentores do poder de tributar e, finalmente, entre os diversos segmentos econômicos do setor produtivo.

Os desníveis econômicos e as diferentes vocações produtivas regionais agravam mais ainda esse dissenso, dificultando sobretudo a concepção técnica e a gestão política de um modelo compatível com essas desigualdades naturais. Por isso, reformar o sistema tributário é um extraordinário desafio, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista político.

Para enfrentar esse desafio, não há, no meu entendimento, como ignorar que qualquer modelo de sistema tributário deve atender, no mínimo, a cinco requisitos básicos:

- primeiro, o da produtividade, na medida em que o volume de recursos arrecadados devem ser suficientes para promover os gastos públicos; segundo, o da neutralidade;
- segundo o qual o sistema, tanto quanto possível, não deve interferir nas decisões dos agentes econômicos;
- terceiro, o da equidade, traduzido na justiça social, de modo a fazer com que os tributos e os gastos beneficiem, preferencialmente, os mais necessitados;
- quarto, o do respeito aos direitos e garantias fundamentais dos contribuintes, orientado pelo princípio da segurança jurídica sob pena de se malferir o Estado de Direito; e
- quinto, o da simplicidade, consubstanciado, ainda que em termos relativos, pela facilidade de compreensão das normas e pela comodidade no cumprimento das obrigações.

No caso do Brasil, um País de regime federativo, um sexto requisito soma-se aos já citados: a preservação da autonomia jurídico-financeira dos entes federados, traduzida na capacidade local de obtenção, gerenciamento e disponibilidade de recursos financeiros, suficientes ao custeio dos encargos que lhes cabe satisfazer no contexto constitucional.

Relativamente a este ponto crucial de qualquer reforma que venha a ser tentada no Brasil pela via de mudança constitucional no sistema tributário, cumpre frisar que a Constituição Federal, no seu art. 60, § 4º, sequer admite a deliberação, pelo Congresso Nacional, de proposta de emenda que vise a abolir a forma federativa de Estado. E não deve ser descartada a hipótese de que eventual perda da capacidade de obtenção, gerenciamento e disponibilidade de recursos

corre o risco de ser interpretada como ruptura do modelo federativo, atraindo a incidência do mencionado § 4º do art. 60.

Portanto, salvo mediante instalação de uma assembléia constituinte, não haveria, em princípio, como reformar a estrutura dos sistema tributário suprimindo de fato a autonomia financeira da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Outro ponto a ser sopesado, que deriva do bom senso e da experiência comparada, é que propostas tributárias ditas revolucionárias não se encaixam no figurino internacional, e, se implantadas, dificultariam a inserção do País no mundo globalizado, no qual vivemos hoje.

O caminho mais seguro parece ser exatamente o adotado pela maioria esmagadora dos países: o de fazer com que a tributação incida sobre bases imponíveis clássicas, tais como a renda, a propriedade, a circulação de mercadorias e o consumo de bens e serviços.

Nesse passo, embora a atração por tributos reputados como não-declaratórios permaneça muito forte, é utópico imaginar um sistema tributário em que não haverá leis, regulamentos, portarias, complexidades técnicas, incertezas jurídicas, demandas judiciais, evasão e, em menor ou maior grau, custos administrativos públicos e privados.

Vale lembrar que em outros países desenvolvidos ou emergentes, que lograram alcançar níveis avançados de racionalidade econômica, segurança jurídica e simplicidade operacional em seus sistemas tributários, tais fenômenos não foram eliminados.

Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos cinquenta anos, o Brasil conviveu com duas megarreformas do sistema tributário. A primeira, datada de 1965, por meio da Emenda Constitucional nº 18, que vigorou a partir de 1967. A segunda, veio com a Constituinte de 1988. Além disso, por duas vezes, em 1999 e em 2003, chegou-se perto de um consenso para alterar o núcleo do modelo tributário. Isso aconteceu com a aprovação, por comissões especiais do Congresso Nacional, de projetos de Emenda Constitucional, sob os nºs 175-A e 41-A, dos quais foram respectivamente relatores os Deputados Mussa Demis e Virgílio Guimarães. Tais projetos, porém, em face de conflitos surgidos com os Estados e Municípios e do insuficiente respaldo do Governo Federal, ao lado de outros fatores, não vieram a ser aprovados nas condições exigidas pela Constituição Federal, ou seja, em ambas as Casas do Congresso Nacional, pelos necessários três quintos dos votos em dois turnos.

Desprezadas essas frustradas tentativas mais abrangentes, o sistema tributário, após 1988, sofreu su-

cessivas emendas pontuais, devidamente promulgadas e em pleno vigor. Sob essa perspectiva, seria possível considerar que o processo de reforma tributária começou faz tempo, não obstante a impressão geral propagar a idéia de que nada teria sido feito nesse campo.

Seria correto afirmar ainda, ressaltando-se a posição de cada intérprete, ou os interesses de cada grupo, que essas modificações restritas foram, regra geral, positivas. É majoritária, contudo, a idéia de que o sistema tributário brasileiro, a despeito dos aperfeiçoamentos implementados nos últimos anos, apresenta distorções e problemas significativos.

Esse conjunto de problemas e distorções, acredito, poderia ser assim resumido:

- carga tributária elevada e desproporcional aos serviços públicos ofertados;
- complexa, gravosa, superposta, desconexa e fragmentada tributação sobre o consumo;
- acentuada complexidade na base normativa;
- base contributiva concentrada;
- sobretaxação da folha de salários.

Todos esses problemas são indiscutivelmente importantes e de complexa solução, mas dois deles reclamam comentários específicos. Com efeito, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), em data posterior, à da revisão da metodologia de cálculo do PIB pelo IBGE, a carga tributária brasileira chegou, em 2006, a 35,21% do PIB, o que equivale a uma transferência de recursos da ordem de R\$800 bilhões das cadeias produtivas e das famílias para os cofres públicos. Trata-se de extração patrimonial manifestamente desproporcional ao nível dos serviços públicos ofertados à população.

O tamanho dessa carga implica, figurativamente, que, em cada ano, 127 dias de trabalho dos brasileiros seriam dedicados ao pagamento de tributos.

Também é possível observar, por outro ângulo, que a evolução da carga tributária distancia-se da curva de crescimento do PIB *per capita*. Na verdade, há uma gritante disparidade entre estes parâmetros: a arrecadação tributária nacional, em dez anos, entre 1997 e 2006, cresceu, praticamente, dez pontos em relação ao PIB (de 25,47% para 35,21%), o que corresponde a um aumento de 38%, enquanto o PIB, *per capita*, sofreu variação positiva da ordem de 10%.

Esses dados consolidam a percepção de que teríamos chegado a um limite máximo, na proporção em que a manutenção da trajetória da já pesada carga tributária concorre para limitar o desenvolvimento do País; interfere nas decisões de investir dos agentes

econômicos; reduz a competitividade das empresas e faz crescer a informalidade, retroalimentando o autofágico processo de majoração dos tributos.

Nesse contexto, afigura-se recomendável examinar a viabilidade político-jurídica de adoção de uma salvaguarda drástica, ou seja:

- inserir nas atribuições constitucionais do Senado competência para, por maioria absoluta, estabelecer teto máximo da carga tributária brasileira;

- fixar, em seguida, esse teto em um percentual do PIB;

- constituir e fazer funcionar junto ao Congresso Nacional um conselho, com recursos técnicos e materiais suficientes, ora designado provisoriamente de Conselho Consultivo de Acompanhamento da Carga Tributária, composto por um representante do Ministério da Fazenda; um representante dos Estados, indicado pelo Confaz; um representante dos Municípios, indicado pela Associação dos Secretários de Finanças das Capitais; e por quatro cidadãos de notável saber e experiência na matéria, dois indicados pela Câmara dos Deputados e dois, pelo Senado Federal, sendo a Presidência desse colegiado exercida por um dos representantes do Congresso Nacional.

Caberia, em síntese, ao referido Conselho Consultivo, nos termos definidos em resolução conjunta do Congresso Nacional:

- elaborar, anualmente, relatório de avaliação sobre a evolução da carga tributária;

- fazer recomendações para o aperfeiçoamento do sistema tributário, visando, preferencialmente, às medidas de redução da carga tributária;

- assessorar o Congresso Nacional nas questões acima mencionadas.

A segunda questão que merece destaque nesse tópico diz respeito à estrutura da tributação sobre o consumo, certamente, hoje, a base impositiva homogênea mais produtiva do sistema tributário brasileiro, capaz de arrecadar, a grosso modo, recursos da ordem de R\$350 bilhões, cerca de 15% do PIB.

A rigor, a tributação sobre o consumo adotada no Brasil apresenta as seguintes distorções básicas:

- superposição e sobretaxação;
- base normativa complexa e desarmônica;

- disfunções na tributação das operações interestaduais;

- conflito das políticas relativas a incentivos locacionais;
- custos administrativos públicos e privados onerosos;
- dificuldade de inserção do País no cenário internacional.

Diferentemente do que sucede em uma centenas de países, o Brasil não possui um único Imposto sobre o Valor Agregado (IVA). Possui, na verdade quatro impostos, de modelos semelhantes mas não necessariamente idênticos, sendo três federais e um estadual.

Os tributos federais são o IPI, de incidência limitada aos produtos industrializados, a Cofins e o PIS, estes de incidência ampla e plurifásica. Na esfera dos Estados e do Distrito Federal, está prevista a competência para instituir o ICMS, igualmente de incidência ampla e plurifásica.

A reengenharia da estrutura da tributação sobre o consumo pressupõe a adoção de medidas corajosas de racionalização, dentre as quais alinharíamos as relacionadas abaixo:

- a extinção do IPI, acumulada, porém, com mecanismo compensatório em favor da Zona Franca de Manaus;
- a fusão da Cofins e do PIS/Pasep em uma única contribuição, com uma só legislação, mantendo-se a sistemática não-cumulativa, com incidência nas importações e não incidência nas exportações;
- em moldes próximos aos preconizados nas PECs, o de nº 175-A e 41-A, a que já fizemos referência, fazer com que o ICMS se converta em imposto de competência tributária compartilhada – entre União, Estados e Distrito Federal –, atribuindo-se, porém, exclusivamente aos Estados e ao Distrito Federal a arrecadação correspondente, resguardando-se dessa forma o equilíbrio financeiro federativo.

Essa nova modelagem traria vantagens claras: a primeira é que a legislação do ICMS, hoje confiada, em boa parte, a 27 unidades federativas, seria unificada nacionalmente. Somente isso já garantiria uma gigantesca simplificação normativa no sistema tributário, na medida em que a legislação daquele imposto –mormente no tocante às disposições regulamentares – tornou-se extremamente complexa, instável e desarmônica.

A segunda vantagem é que se eliminaria a superposição com o IPI, um imposto federal em franco processo de obsolescência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF) – Peça a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais alguns minutos para concluir.

A terceira vantagem viria com a implantação gradual de sistemática de tributação baseada no chamado princípio de destino, em substituição ao sistema misto atual, que cobra o tributo na origem e no destino, mecanismo desconforme com a fórmula usada na maior parte do mundo.

A quarta vantagem seria a superação das inadmissíveis disfunções da tributação nas operações interestaduais, causadoras de evasão fiscal, concorrência desleal e de crescentes conflitos entre os Estados, entre os contribuintes e o Estado e entre os próprios contribuintes.

A quinta vantagem consistiria na eliminação da predatória “guerra fiscal” entre os Estados, que, além de inconstitucional, causa inúmeros malefícios, dentre estes a anulação recíproca das vantagens advindas dos incentivos locacionais concedidos, em detrimento dos próprios Estados concedentes.

Finalmente, a sexta vantagem seria a harmonização internacional desse tipo de tributação com a maioria dos países que utilizam o IVA (cerca de uma centena). O Brasil, além de ser o único País que mantém diversos impostos dessa natureza, é um dos poucos em que o tributo de maior arrecadação foi posto na competência privativa da anuidade subnacional, caso do ICMS.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é evidente que a autonomia jurídico-financeira é pressuposto de uma federação autêntica – mas essa autonomia pode-se manifestar pela outorga das funções de obtenção, gerenciamento e disponibilidade dos recursos financeiros (e não apenas pela outorga de competência privativa que pressupõe o poder de legislar). E esse primeiro tipo de outorga estaria plenamente assegurado com o modelo que ora suscito, especialmente porque as funções de arrecadação, fiscalização e gerenciamento de recursos ficariam vinculadas aos Estados e ao Distrito Federal. Em suma, manter-se-ia “a unidade na pluralidade”, essência do regime federativo.

Ademais, cabe ponderar que o atual modelo do ICMS é um dos principais focos de complexidade do sistema tributário. E quanto maior for essa complexidade, menor será, em contrapartida, a competitividade dos agentes econômicos.

Anote-se, ainda, que problemas relacionados com o ICMS fizeram com que a regulamentação da recente Lei Complementar nº 123/2006 – que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, conhecida como Lei Geral – se tornasse excessivamente complexa, a ponto de de-

sestimular, em muitos casos, a adesão de empresas àquele regime, concebido exatamente para simplificar, desburocratizar e reduzir ônus tributários.

Em próximo pronunciamento, Sr. Presidente, nesta Casa, pretendo apresentar proposta de um conjunto de ações de racionalização e de simplificação do sistema tributário, e de garantia dos direitos fundamentais dos contribuintes, visando a minimizar as distorções apontadas. Todavia, quero, desde já, destacar a necessidade urgente de se adotar como norma pétrea a seguinte medida: vedar-se-ia a utilização de medidas provisórias para instituir ou aumentar tributo.

Com a implantação de medidas como as que aqui foram esboçadas, a competência para tributar dos entes federativos, mediante cobrança de impostos e contribuições, passaria a ter estrutura sistematizada, resguardadas, de um lado, as atuais competências para instituir taxas e contribuições de melhoria vinculadas aos correspondentes poderes de polícia, serviços e obras, e permanecendo inalterados, de outro, os demais dispositivos do sistema tributário constitucional. Pretendo, como assinaiei, apresentar em breve o detalhamento de como poderiam se harmonizar essas medidas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, ao finalizar, quero dizer que os brasileiros não agüentam mais pagar tantos impostos. O tamanho da carga tributária, faço questão de reafirmar, chegou, em 2006, a 35,21% do PIB. Trata-se, como disse, de extração patrimonial que não condiz, de forma alguma, com o nível dos serviços públicos ofertados à população.

Vivemos todos, pobres e ricos, empregados e empresários, numa estranha zona de desconforto. Este é claramente o momento para o Congresso Nacional não abdicar de suas prerrogativas. Mas, ao contrário, propor medidas que impliquem examinar o binômio receita e gasto e, em última análise, o tamanho do Estado brasileiro, para, de imediato, buscar uma redução dessa perversa carga tributária, que põe em risco e compromete o desenvolvimento do País.

Cinco pecados capitais – Sr. Presidente, peça mais um minuto – são claros no sistema tributário brasileiro:

- carga tributária elevada demais para o atual estágio de desenvolvimento do País;
- ineficiência, que distorce a alocação dos recursos;
- complexidade na forma de recolhimento desses tributos;
- concentração na União. Ninguém pode ignorar que tanto Estados e Municípios criam os seus impostos, mas hoje há uma superconcentração dessa tributação no poder central;

– socialmente injusta. Um dos entraves é o fato de ela ser socialmente injusta e altamente regressiva.

Além disso, traz distorções alocativas e impostos cumulativos. Temos, hoje, seis tributos – V. Ex^a disse-os aqui – voltados para a arrecadação de funções específicas; 29 contribuições; 13 impostos e 28 taxas. Agora, pretende-se criar mais uma vinculada à questão da tevê pública.

Tudo isso, Sr. Presidente, assusta-nos. Mas estamos na iminência de receber um projeto de reforma, que, espero, seja examinado por todos nós.

Estudo recente do Banco Mundial afirma, entre 187 países pesquisados, que estamos em 138^o, no que diz respeito à complexidade; em 177^o, portanto, no penúltimo, no que diz respeito ao tempo de acumulação para recolhimento, e em 158^o como o País que mais taxa o lucro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. João Pedro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Depois do brilhante pronunciamento do Senador Adelmir Santana, do partido Democratas, do Distrito Federal, também um grande líder empresarial, que proporciona milhares e milhares de empregos na Capital da República, chamamos, com muita satisfação, para ocupar a tribuna, o Senador Heráclito Fortes, do partido Democratas, do Piauí.

Logo em seguida, está inscrito o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores, do Amazonas.

Coloquei o número 10 ali, mas não são os minutos e, sim, a nota que dou a V. Ex^a, um grande parlamentar do Piauí e do Brasil.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos sabem nesta Casa que tenho pavor a trazer assunto familiar para esta Casa, pois sou contra atingir família. É uma coisa que eu preservo, porque acho que não podemos misturar as bolas. Mas, hoje, infelizmente, vou ter de sair um pouco da rotina. A contragosto, vou ter de responder daqui, embora não merecesse resposta, ao atual marido da Ministra do Turismo, Marta Suplicy, o Sr. Luis Favre.

Antes, porém, quero chamar atenção para um fato. Não temos dúvida alguma, Senador Mão Santa, que a bela matéria da jornalista Daniela Pinheiro, publicada na revista *Piauí*, contendo entrevista feita com o ex-Ministro José Dirceu, será o roteiro dos acontecimentos políticos de todo este ano. O primeiro efeito foi

uma briga interna no Partido dos Trabalhadores, com ataques ao ex-Ministro e com respostas. Essa matéria contém algumas revelações fantásticas. A distância da pátria, a solidão, o tempo livre fez com que o ex-Ministro revelasse à repórter algumas coisas que, talvez, no dia-a-dia brasileiro, ele que é um homem muito ocupado, não tivesse condições de fazê-lo.

Senador Adelmir Santana, o ex-Ministro Dirceu, conversando com um companheiro chamado Olaf, que lhe perguntara sobre vários companheiros do passado, respondeu: “O franco-argentino está se metendo demais, vou dar um pau nele em meu **blog**”. “Quem?”, quis saber Olaf. “O Luis Favre, o Felipe”, respondeu Dirceu, referindo-se ao nome de batismo – Felipe Belisário Wermus – do marido da Ministra Marta Suplicy.

Desde já, começamos em desvantagem, pois o cidadão tem três nomes. E aí, em um artigo em seu *blog*... Eu não sabia que ele tinha *blog*. Agora virou moda, pessoas com tempo livre fazem *blog*. Casualmente, isso chegou às minhas mãos. É um *blog* denominado Leituras do Luis Favre, e aparece, Senador João Pedro, uma fotografia do seu correligionário numa pose de fazer inveja, parecendo um segurança de dançarina de canção. Fantástico! Pela pose do cidadão a gente vê mais ou menos o seu conteúdo. É um verdadeiro segurança de dançarina de canção, ali nas cercanias do Moulin Rouge. Acusa a oposição. Acusa a oposição de querer o debate sobre a ética. O Sr. Favre não quer que a oposição brasileira, ele, um franco-argentino, não quer permitir que o Brasil, que os brasileiros discutam a ética. Quero pedir desculpas à Marta Suplicy, por quem tenho o maior apreço, por ter de fazer este discurso contra o marido dela. Mas é porque ele não deveria se meter nisso.

Aliás, Mão Santa, vou contar uma historinha de um cidadão que influenciou muito a minha vida pública e, tenho a certeza, também a de V. Ex^a. João Clímaco d’Almeida, um extraordinário político piauiense, que era conhecido, carinhosamente, por todos nós como Joqueira. Conta-se, Adelmir – veja o que é a ciência popular –, que o Joqueira, que foi fundador do Banco Agrícola do Piauí – esse que está agora sendo federalizado –, todos os dias, saía do Banco para, no vizinho, tomar um cafezinho. Esse vizinho era o fotógrafo Totó Ribeiro, que ainda vive e é uma figura extraordinária. Ali, eles conversavam, colocavam a prosa em dia, e outros companheiros também participavam. Eram vizinhos, parede com parede, o fotógrafo e o banco. Um dia, chega um cidadão, vira-se para o Totó, que era Vereador de Teresina, e diz: “Compadre Totó, me empreste cinco mil réis?”. O Totó mudava de assunto, e o cara insistia: “Compadre Totó, não me falte. Me empreste cinco mil réis. Eu estou precisando”. Na terceira

vez, o Joqueira, muito sabido, muito experiente, disse: “Meu amigo, mude de assunto. Você está criando um constrangimento ao nosso querido amigo Totó. Ele é um homem de palavra. Ele fez um trato com o banco aqui do lado, que é o seguinte: nem o banco tira retrato, nem ele empresta dinheiro”.

Sr. Luis Favre – como é o nome dele mesmo? Ele tem três nomes. Deixe-me ver: Felipe ou Belisário –, vá ganhar seu dinheiro e deixe a oposição do Brasil cuidar das suas tarefas. Sr. Luis Favre, escolha outro caminho. Respeite a oposição do Brasil. V. S^a que é acolhido, recebido tão bem pelos brasileiros, não atrapalhe a Marta. Deixe a Marta seguir seu caminho. Para que trazer... O senhor traz uma polêmica sem autoridade para isso. O que fez no Brasil? Disputou mandato? Participou legalmente de algum partido? Foi e cumpriu um bom papel de primeira-dama de São Paulo. Tenho todo respeito. Agora, deixe a oposição em paz. Não é tarefa de V. S^a. Procure o que fazer. Se quer fazer disto aqui máquina de gerar dinheiro, caminho errado. Não é da acusação. A oposição brasileira tem a consciência do seu papel.

Eu não sei se o Zé Dirceu cumpriu a promessa de dar o pau nele no *blog*. Não sei, mas vou procurar saber. Agora, que ele merece, merece. Ele cria problemas dentro do próprio PT e, agora, vem querer mexer com a oposição brasileira, minha gente? Cria problema constantemente e, agora, quer fazer isso dentro da oposição. Não, Sr. Favre. Nós não aceitamos isso. Nós repelimos, e vamos dar o troco tantas vezes o senhor queira fazer.

Agora, é desproporcional, porque ele faz essa acusação à oposição brasileira num *blog* de meia-tigela, de repercussão nenhuma, naturalmente apenas para prestar serviço e mostrar serviço àqueles a quem deve prestar consultoria, porque de alguma coisa ele deve viver. Mas que respeite a oposição.

A melhor coisa para quem tem atividades multifacetadas, digamos assim, é não ter inimidade. O Zé Dirceu já está zangado com o senhor, disse que o senhor falou demais. E olha que esse Zé Dirceu sabe das coisas, ele deve ter o senhor pela garganta, porque o senhor deve ter feito por merecer. Resolva seus problemas internos, resolva sua questão com o seu partido, e deixe a oposição brasileira em paz!

Peço desculpas à Dona Marta. Não gosto de atingir família. Respeito.

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Mas seu marido, Marta, está provocando a oposição brasileira, sem legitimidade nenhuma, sem autoridade nenhuma para fazê-lo.

Encerro minhas palavras pedindo ao Sr. Favre para trabalhar e deixar a oposição brasileira, porque ela sabe cumprir com seu papel.

É lamentável, Marta. Desculpe-me. Não gostaria de falar do seu marido, mas ele não tem o direito de se escorar na sua proteção, na sua luta para agredir quem inclusive a respeita.

De forma que faço, constringidamente, este registro na certeza de que, se esse cidadão franco-argentino voltar a agredir a oposição brasileira, terá respostas nesta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Brilhante o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, que buscou como fonte de inspiração à sua argumentação um dos políticos mais importantes da história do Piauí: João Clímaco D’Almeida, o Joqueira. Ele chegou a governar o Estado por duas vezes, sendo vice-Governador, Heráclito. O Joqueira.

Vou lhe contar aquela inspiração do Joqueira.

Ô, Senador Heráclito Fortes, um dia, estávamos na ante-sala do Governador do Estado do Piauí Lucídio Portella, irmão de Petrônio Portella, que foi Senador da República. Eu e Juarez Tapety éramos seus líderes. Joqueira tinha sido duas vezes Governador do Piauí, Senador Adelmir Santana: vice de Petrônio, assumiu dois meses; e vice de Ovídio, dez meses. Perguntaram ao Joqueira, citado agora por Heráclito Fortes, naquela inteligência dele: “Ô Joqueira, você ainda queria ser governador outra vez?”. Eu estava na sala, era Deputado Estadual novo, Adelmir Santana, e, como queria ser governador, me aproximei dele para ouvir a resposta. Então, o Joqueira, aquela figura, que foi engraxate, foi banqueiro, foi Deputado, Presidente da Assembléia, vice-Governador, Governador e Deputado Federal, ele parou e disse: “Não. Eu já estou com idade avançada. Mas o que me lembro de ser governador é que eu comi do bom e do melhor e nunca meti a mão no bolso pra pagar”. Aí o cara perguntou: “Mas você queria ser outra vez?”. Ele disse: “Eu queria para me vingar daqueles que ajudei e que, depois, me traíram”. Nisso, ele traduziu a vida política.

Senador Heráclito Fortes, queremos cumprimentá-lo e também ser solidários à jornalista Daniela Pinheiro, que fez uma reportagem extraordinária sobre o ex-Ministro José Dirceu. E aquela revista que recebe o nome de *Piauí* é de intelectuais, de empresários que buscaram um grandioso nome, que é o nome do nosso Estado e da nossa gente. Hoje, é uma das revistas dos intelectuais mais poderosos que existem no Piauí.

Daniela Pinheiro, sem dúvida alguma, entrou na galeria das grandes jornalistas com aquela reportagem ímpar sobre o ex-Ministro José Dirceu.

Convido para usar da palavra, como último orador desta sexta-feira, 22 de fevereiro, o Senador João Pedro, do Partido dos Trabalhadores do Estado do Amazonas.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste início de tarde aqui no Senado da República, quero me manifestar acerca dos episódios que envolveram a apreensão de mais de doze mil metros cúbicos de madeira no Município de Tailândia, no Estado do Pará, 280 quilômetros a sudoeste de Belém.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o debate sobre a Amazônia ganha importância e urgência, porque não podemos mais conviver, tolerar a ilegalidade. Vivemos em um Estado democrático, e a Amazônia é uma região muito importante para o Brasil, fundamental para a vida dos brasileiros que lá vivem – algo em torno de 23 milhões. E é uma região que faz fronteira com países estratégicos, que compõem esse grande bioma que é a Amazônia pan-americana, importante para a humanidade.

Veja V. Ex^a que não estou abrindo mão da soberania nacional. Mas o que se fizer contra a Amazônia terá reflexo para a humanidade. Precisamos romper com a política do imediatismo, da terra arrasada. Precisamos, Senador Heráclito Fortes, estabelecer um ambiente de discussão com a sociedade civil, para encontrarmos um ponto de equilíbrio entre a questão ambiental e o desenvolvimento econômico da região.

A Amazônia é especial. Não podemos, de forma alguma, compactuar com a agressão, com a barbárie contra o meio ambiente, a floresta, os rios, os lagos, mas devemos colocar-nos também em defesa das populações que estão ali. Precisamos, então, encontrar esse ambiente, para desenvolvermos, trabalharmos a Amazônia, para gerarmos renda e emprego naquela região.

O que não pode acontecer é o Estado de direito, os fiscais do Ibama, a Polícia Federal, a Secretaria Estadual do Pará, todas essas instituições ficarem acuidas frente à ilegalidade, à prepotência, à brutalidade de alguns setores que exploram a madeira naquele ponto da Amazônia.

A imprensa noticiou, Sr. Presidente, o confronto, a tentativa de impedir que o Ibama autuasasse as empresas. Na cidade de Tailândia, existem 140 serrarias. É bom lembrar que a comercialização da madeira sem manejo é proibida desde 1965 – isso não é coisa da Ministra Marina Silva. Desde 1965 a lei brasileira proíbe comercializar, derrubar a madeira nessa região, sem que haja manejo. A postura da Ministra Marina

Silva não pode ser outra senão a de defesa do Estado, senão a de uma política de Estado. O Brasil tem leis, e não podemos aceitar o que a imprensa noticiou lá naquele ponto da Amazônia.

Quero chamar a atenção da Casa, para dizer que na Amazônia não existe só ilegalidade. Há muita coisa boa naquela região. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, conheço ações relevantes, que orgulham o País.

No mês de janeiro, tive a oportunidade de viajar até o Município de Tefé, juntamente com o Ministro Mangabeira Unger, com o Ministro Gilberto Gil; com Secretários de Governo no Estado do Amazonas – o Secretário Virgílio Viana, que trabalha com a questão ambiental, e o Secretário Eronildo Bezerra, da Produção Rural –; com o Presidente do Ipaam, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas, Professor Neliton Marques; com a Deputada Vanessa, do Estado do Amazonas, para compor uma comitiva que estava discutindo questões da Amazônia, no âmbito de um projeto em que o professor Ministro Mangabeira Unger trabalha políticas para a Amazônia do ponto de vista de um planejamento estratégico de médio a longo prazo.

Pois bem, tivemos a oportunidade de conhecer – e esse é o lado positivo desta reflexão que faço –, de navegar pelos rios do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, projeto que está ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, aí está um modelo de desenvolvimento sustentável que trabalha a questão ambiental, mas fundamentalmente as famílias que vivem nos lagos e rios dos Municípios de Alvarães, Uarini, Tefé, que compõem esse grande território, esse grande projeto, que é o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.

No território abrangido por esse projeto, existe um hotel. O projeto compreende o manejo florestal, o manejo do peixe pirarucu, um dos mais saborosos, que envolve todas as famílias que ali moram. E moram nesse território algo em torno de seis mil famílias tradicionais, ribeirinhas.

Quero chamar a atenção das nossas autoridades e da sociedade civil para um trabalho que é referência, inclusive, internacional, porque já existe algo similar no Peru e na Argentina. Parece que na Tailândia também há uma cópia, um estudo, a iniciativa de se trabalhar a experiência aqui no médio Solimões, no interior da Amazônia, no interior do Amazonas.

Presidente Mão Santa, então, temos saída para a Amazônia. Não é deixá-la como um santuário, mas trabalhar com sabedoria, com a ciência, com a pesquisa, com a tecnologia. Mamirauá é dirigido pela Sr^a Ana Rita Alves. Com ela, uma equipe de pesquisadores,

de biólogos, de engenheiros florestais, de engenheiros agrônomos está fazendo um trabalho que, com certeza, orgulha a todos que o conhecem – orgulha o Brasil, orgulha a defesa da Amazônia, orgulha a luta dos povos da Amazônia em defesa da vida, em defesa de trabalhos que possam orgulhar a todos nós que defendemos a Amazônia pan-americana.

Faz uma semana, no final de semana passada, eu estava no Município de Carauari. Vou encerrar, para registrar também mais um trabalho positivo, um trabalho que envolve a luta das populações tradicionais. Desci no Município de Carauari, um município de 25 mil habitantes, no rio Juruá, num rio que tem a presença fortíssima da seringueira, e ali visitei uma Resex, Presidente Mão Santa. As populações ali estão trabalhando com a produção de óleos. Nessa Resex, em que há a presença do Ibama, do Inbra, da Universidade Federal do Amazonas, eles trabalham com a extração do óleo da andiroba. Eles coletam a semente da andiroba. Já possuem lá uma pequena fábrica de beneficiamento, uma usina de beneficiamento, e esse óleo está sendo vendido aqui para o Sudeste, para algumas empresas. E a floresta está em pé. É pouco o impacto ambiental. Ali tem geração de renda, qualidade de vida, com esse trabalho. Há em torno de seiscentas famílias nessa Resex, na Resex do Médio Juruá, no Município de Carauari.

Quero inclusive mencionar alguns nomes que dirigem esse processo junto às populações tradicionais, como Manoel Silva Cunha, que é o Presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros; sua esposa, que mora ali, no meio de um seringal, Maria Lucinéia; o Adevaldo Costa, que é um dirigente, que é uma referência da luta dos povos desta região; o Ademar Cruz; o Francisco Pinto, que é Secretário de Produção; o Elson Pacheco; o Manuel Cosme; a Susi, que é uma militante das lutas sociais do Município de Carauari; o Francisco Flávio, enfim, tive oportunidade de voltar a este trabalho na Resex do Médio Juruá.

Quero, Sr. Presidente, finalizar dizendo que visitei o Prefeito e tive um encontro com professores, com populares lá no município, mas é inesquecível o final de semana, porque dormi lá no meio da floresta, no seringal, junto com essas populações, com esses trabalhadores que estão fazendo um bem. E, com certeza, é o diferencial, esse trabalho é o diferencial na Amazônia, porque é possível viver-se bem, com dignidade, sem derrubar a floresta.

Apresentei um requerimento nesta semana para a formação de uma comissão temporária externa do Senado Federal, composta por no mínimo dois membros da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, da Comissão de

Agricultura e Reforma Agrária, para conhecermos uma experiência no Município de Itacoatiara, que trabalha o manejo florestal, que trabalha a certificação da madeira. É importante que o Senado conheça essas experiências positivas, essas experiências que nós precisamos ampliar lá na Amazônia, porque o ato de Tailândia envergonha o nosso País, a Amazônia. Não precisa ter esse confronto entre a ilegalidade e os fiscais do Ibama. Não precisa ter isso. Precisamos encontrar um caminho para compatibilizar verdadeiramente o desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e o respeito ao meio ambiente.

A Amazônia é uma região estratégica para o Brasil, a Amazônia é uma região estratégica para o mundo. O nosso planeta não pode viver sem a Amazônia. Não vamos fazer nada? Vamos fazer, vamos fazer com a responsabilidade de quem preza pelo presente e pelo futuro do nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Após brilhante pronunciamento do Senador João Pedro, que representa o Amazonas do PT, antes de encerrarmos esta sessão, registramos a presença de três piauienses: o Senador Heráclito Fortes, Mão Santa, que preside, e Adelmir Santana, piauiense que emprestamos ao Distrito Federal e que representa tão bem a grandeza de 300 mil piauienses que construíram e desenvolvem esta Capital. S. Ex^a é piauiense também da região do Uruçuí, que os maranhenses quiseram registrar lá, mas o registramos em Uruçuí, e, recentemente, isso foi ratificado pela Câmara Municipal de Uruçuí, que deu a ele, nessa dúvida se é maranhense ou piauiense, porque nasceu no limite, o título de cidadão de Uruçuí.

Mas queremos aproveitar a presença do Senador João Pedro, que representa o Presidente da República – é o único do PT que está trabalhando aqui, neste que é o melhor Senado da República em 183 anos... É simples, nunca dantes na história deste Senado, em 183 anos, ele abriu às sextas-feiras, e estamos aqui. Então, vamos passar ao João Pedro – que representa aqui o Partido dos Trabalhadores, o lado bom do Partido – uma informação que talvez o Luiz Inácio não saiba, porque o estão levando para aquilo do Goebbels Duda Mendonça: “Uma mentira muitas vezes repetida, torna-se verdade”: o que tem de obras inacabadas neste País, está fora do contexto!

Eu lembraria o Apóstolo Tiago, que disse: “Fé sem obra já nasce morta”. Este Governo não tem obras, esta é a verdade. Só no Piauí, João Pedro – queremos que V. Ex^a advirta o Presidente da República, pois ganhou bonito as eleições no Piauí, o Governador é do PT –, vejamos quantas são:

– Porto de Luís Correia, iniciado por Epitácio Pessoa, faltam US\$10 milhões para um modelo reduzido;

– estrada-de-ferro. Ele prometeu, em campanha política, que estaria pronto em 60 dias o trecho Parnaíba–Luís Correia e, em quatro meses, Teresina;

– ZPE de Parnaíba, que depende dessas duas;

– ponte sesquicentenária, que foi prometida para os 150 anos de Teresina – e a cidade vai completar 158 anos. Nesse mesmo rio, Heráclito Forte construiu uma ponte em 100 dias; eu fiz outra em 87 dias no meu Governo. Então, isso fica feio para um governo, são oito anos! E nós fizemos, eu fiz uma ponte e ainda coloquei o nome de Wall Ferraz, em homenagem ao ex-Prefeito do PSDB, com o dinheiro, engenheiro, construtor, operário, tudo, do Piauí e convidei Fernando Henrique Cardoso para bailar na ponte, vendo a grandeza do porto;

– Hospital Universitário. O que funciona é um ambulatório. Era uma trindade, a grande Líder do PT, mulher. Nós conseguimos apenas, ela ainda em vida, que funcionasse um ambulatório;

– Ponte Luzilândia. Eu e Heráclito botamos várias dotações orçamentárias para lá;

– Estrada do Cerrado. O Piauí é a última fronteira agrícola. Temos onze milhões de cerrado. Hoje, pessoas do sul vão adquirir lá, depois de Balsa, no Maranhão, de Barreiras, na Bahia, é o cerrado piauiense. As estradas estão piores do que quando deixei o Governo, porque vieram os invernos e acabaram com o que nós fizemos – eu, como bravo Prefeito, filho da região;

– pronto-socorro de Teresina. Atentai bem! Um compromisso do Governo Federal – Prefeitura e Estado – começado por Heráclito Fortes. Ele foi Prefeito em 1979. Já vai para 20 anos;

– Universidade do Delta do Piauí, Campus Avançado Ministro Reis Velloso na cidade de Parnaíba, aprovada no Senado, já na Câmara, com parecer positivo do Deputado Federal que foi Ministro da Educação no Governo de Fernando Henrique Cardoso;

– Eclusa na barragem da Hidrelétrica de Guadalupe. Prometem cinco hidrelétricas e não terminam a que Juscelino Kubitschek começou, concluída por Carlos Castello Branco que fornece energia para o Piauí, para o Ma-

ranhão. Falta eclusa, impedindo a navegabilidade do rio Piauí.

- Fábrica de leite em pó em Parnaíba;
- Aeroportos internacionais em Parnaíba e São Raimundo Nonato. Só agora há uma linha mamária de um empresário parnaibano que liga Parnaíba a Teresina, Fortaleza e São Luís.

- Metrô de superfície de Teresina, parado.

- Projeto de Tabuleiros Litorâneos e Guadalupe, parado.

- A usina de biocombustível de mamona foi um fracasso total. Não tem economicidade.

Então, é esse o apelo que os Senadores do Piauí, aqui representados por mim e Heráclito Fortes, fazemos à Sua Excelência, o Presidente da República, para que conclua essas obras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O Sr. Senador Marco Maciel enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores,

No dia 11 de janeiro, deste ano, tomou posse à nova diretoria do Diretório Nacional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, presidida pelo Doutor Edmundo Machado Ferraz, médico pernambucano, que pela primeira vez tem em sua direção, profissionais fora do eixo Rio–São Paulo.

O Dr. Edmundo Ferraz graduou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (1963), realizou o Doutorado e Livre-Docência em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (1971–1975); Pós-doutorado no Departamento de Cirurgia do Guy's Hospital da Universidade de Londres (1975-1976); Consultor da Organização Mundial da Saúde e da Universidade Harvard, Professor Titular por concurso público de Técnica Cirúrgica (1987) e de Cirurgia do Aparelho Digestivo (1990) da Universidade Federal de Pernambuco. É fundador e Presidente do Centro de Estudos Prof. Eduardo Wanderley Filho, entidade pública sem fins lucrativos de apoio ao Serviço de Cirurgia Abdominal da UFPE.

Pelos relevantes serviços à medicina e a pesquisa o Dr. Edmundo foi eleito e em seu discurso de posse manifestou-se da seguinte forma:

“É uma grande honra assumirmos a Presidência e o Diretório Nacional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões legitimados por uma eleição direta em que o grande vencedor do processo eleitoral foi a nossa Instituição, que saiu do embate enaltecido pela lisura e dignidade com que se processou a disputa.

Fundado em 1929, pela quarta vez em sua história o Colégio Brasileiro de Cirurgiões escolhe por eleição direta a sua direção.

E então, pela primeira vez, assume a Presidência um candidato fora do eixo Rio–São Paulo, que detém um pouco mais de 50% dos votos que decidem o processo eleitoral.

Oriundo de Recife, descendente de famílias sertanejas, trazido para essa casa por Renato Pacheco Filho, a quem presto minhas homenagens neste momento, tomando posse em 1972 aqui na Rua Visconde de Silva 52, na antiga e belíssima sede que antecedeu este moderno prédio que guarda o nome de seu fundador.

Quatro vezes vice-presidente regional do setor III duas vezes mestre do capítulo de Pernambuco e representando nossa entidade em diversas ocasiões na Comissão Nacional de Infecção Hospitalar no Ministério da Saúde e na Federação Latino-americana de Cirurgia, participando de inúmeras comissões nacionais e internacionais.

Participamos intensamente da vida de nossa instituição nos últimos 35 anos.

Conheço, portanto os anseios e expectativas de desempenho dos membros de nossa entidade.

Honado, como referi anteriormente, mas com muita humildade, assumimos esta missão de liderar homens e mulheres livres e conscientes, os cirurgiões brasileiros presentes em todo território nacional e ansiosos por participarem no crescimento de nossa instituição.

Na formação do Diretório Nacional agregamos profissionais da maior qualificação e liderança reconhecidos em suas áreas de conhecimentos e atividades compromissados com a integração nacional e a modernização de nossa entidade e que também contribuíram de forma importante para a nossa história e a de diferentes sociedades da cirurgia brasileira.

Com o seu pioneirismo e atuação, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões liderou o desenvolvimento da cirurgia no século passado, iniciando a sua expansão para o território nacio-

nal a partir da década de 40 por intermédio da criação e expansão dos capítulos estaduais.

Contudo as exigências aumentaram no século XXI, em um cenário em que cerca de 140 milhões de brasileiros são usuários de um sistema único de saúde, muito bem concebido e garantido por nossa Constituição, porém com um sistema de financiamento inadequado e insuficiente, que não paga o custo de seu funcionamento e coloca em choque a necessidade de tratamento da maioria de nossa população, e a incapacidade dos profissionais de saúde de cumprirem adequadamente essas obrigações, como se fôssemos nós os responsáveis pelo péssimo atendimento prestado a nossa população, particularmente em situações de urgência ou nas necessidades de emprego de procedimentos de alta tecnologia.

A pressão de companhias seguradoras, que atendem cerca de 35 milhões de brasileiros, o trabalho médico mal remunerado e cada vez mais exigido em condições precárias de exercício profissional, a necessidade da educação continuada nas áreas remotas, distantes dos grandes centros urbanos, e premidos pela avassaladora demanda de novos conhecimentos e tecnologias que exigem novos aprendizados, re-aparelhamento e manutenção preventiva, maior custo, disseminação do conhecimento e, sobretudo, treinamento exigidos pela expectativa dos novos métodos e pela rapidez com que se tem processado o progresso.

Esses desafios têm tudo a ver com nossa gestão e com a responsabilidade de nossa instituição, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Certamente que temos muito a oferecer às demandas da sociedade brasileira e de nossas instituições governamentais, particularmente o Ministério da Saúde.

É inadmissível, em pleno século XXI, que não estejam vacinadas todas as crianças do mundo, que teria um custo menor do que o lançamento de um submarino nuclear.

É inadmissível que nos dias de hoje morra um paciente de cada 300 que são admitidos em um hospital e que cerca da metade desses óbitos sejam cirúrgicos e preveníveis.

É fundamental nos associarmos a um esforço mundial em andamento, capitaneado pela Organização Mundial da Saúde para redução até o ano 2020 das taxas de infecção do sítio cirúrgico, de efeitos adversos e erro médico,

que têm cifras extremamente elevadas e são passíveis, pela evidência acumulada, de serem drasticamente reduzidas e controladas.

O Colégio Brasileiro de Cirurgiões detém o conhecimento e a tecnologia para auxiliar o Ministério da Saúde nesta tarefa inadiável.

O Programa de Qualidade já iniciado na gestão José Reinan Ramos, articulado com outros programas internacionais em que vários de nós participamos, agregados a tecnologias de medicina baseada em evidência, telemedicina e outros processos de difusão do conhecimento e de modificação e avaliação do treinamento, serão importantes metas de gestão.

Cursos de avaliação de qualidade, a partir deste ano nos Estados Unidos, passarão a influenciar o sistema de pagamentos dos serviços prestados baseados na qualidade e nos resultados e irão certamente forçar a adoção e aprimoramento do sistema que também contribuirá para o treinamento e educação do cirurgião.

Desse modo, é inadiável que tecnologia da educação e treinamento disseminados para todo território nacional, onde quer que se encontre o cirurgião brasileiro, seja compromisso de nossa gestão.

Mas também que fique muito claro nosso compromisso com a história e a tradição do Colégio Brasileiro de Cirurgiões, que foi ao longo do tempo capaz de modernizar-se e adaptar-se à rapidez do desenvolvimento e das necessidades da cirurgia brasileira.

O processo eleitoral que se encerrou dignifica essa circunstância e cria um momento impar, sem precedente na história de nossa instituição a trajetória torna-se diferente.

Vamos utilizar o conhecimento e a sabedoria; a audácia e a prudência.

Não vamos temer a discussão.

Como dizia o poeta espanhol Antonio Machado, “não há caminho definido.

Como caminhantes, construiremos o caminho ao caminhar.

Como nas utopias de Mario Quintana, “se as coisas são inatingíveis ... ora!

não é motivo para não querê-las, que tristes os caminhos se não fora a mágica presença das estrelas!”

Os poetas são sempre os arautos que nos ensinam como converter tarefas impossíveis e sonhos em realidades não imaginadas.

Carlos Pena Filho, poeta pernambucano, referindo-se a nossa cidade considerou que o Recife “era metade roubada ao mar ‘e metade à imaginação pois é do sonho dos homens que uma cidade se inventa’.

E de que mais é capaz o sonho dos homens?

De tudo.

Particularmente quando celebramos a vida.

Todos os dias.

Em todos os recantos.

Em nossa atividade diária.

Mas, não faremos nada sozinhos.

Temos de ter pressa e prazo.”

Precisamos trabalhar associados com outras entidades médicas, com a Associação Médica Brasileira e o Conselho Federal de Medicina, a Academia Nacional de Medicina e a sociedade civil organizada.

As mudanças imprescindíveis nas áreas da educação e da saúde necessitam da participação, do compromisso e da integração de todos.

Como o traçado do nosso caminho, iluminado pelas estrelas de Mário Quintana e pelo sonho dos homens de Carlos Pena Filho.

O povo brasileiro, de paciência infinita, é mundialmente reverenciado pela capacidade reconhecida de viver o momento. Vamos utilizar a vontade coletiva de mudar e influenciar.

Vamos perseguir a utopia.

Vivemos a Sociedade do Espetáculo que Guy Tabord descreveu tão bem.

Nessa sociedade, “qualidade de vida” – ou “**lifestyle**” – tem modulado a escolha das especialidades médicas no mundo inteiro.

Na América, três especialidades correm sério risco de recrutamento: a ortopedia, a neurocirurgia e a obstetrícia. A cirurgia geral também sofre este estigma.

Que pena que jovens médicos, pensando no retorno de uma vida teoricamente mais confortável, não vivenciem esse privilégio existencial que dignifica a existência humana, que é ser cirurgião e receber, cirurgia após cirurgia, uma recompensa insubstituível de celebração da vida que nós cirurgiões conhecemos tão bem.

Em 2001 apenas 6,1% dos estudantes sênior de medicina nos Estados Unidos optaram por cirurgia geral.

O crescente número de alunas nos cursos de graduação em medicina (mais de 50%) futuras mães e ao mesmo tempo profissionais de saúde, também concorre para esse fenômeno.

A falta de assistência e apoio ao cirurgião geral tem também motivado o abandono ou a diminuição da atividade de muitos, particularmente quando adquirem a experiência imprescindível ao desempenho de suas atividades.

Este apoio tem muito a ver com nossas Sociedades e o Colégio Brasileiro de Cirurgiões precisa voltar-se também para tema dos dias atuais.

Tive o privilégio acadêmico de substituir por concurso público, nas cátedras de Técnica Operatória o Professor Eduardo Wanderley Filho, criador há quase 60 anos do Núcleo de Cirurgia Experimental da Universidade Federal de Pernambuco, que tem praticamente a idade de nossa Universidade, e também Prof. Salomão Kelner na cátedra de Cirurgia do Aparelho Digestivo.

Dois professores excepcionais, pelos seus compromissos na história da UFPE e da cirurgia brasileira, a quem presto meus tributos de gratidão e reconhecimento nesse momento.

Dizia o Prof. Eduardo Wanderley Filho, definindo o perfil do cirurgião, que “dele se exige equilíbrio e maturidade, experiência e serenidade, capacidade de decisão rápida e improvisação, o espírito de comandar e obedecer, de ser metódico e ousado, de ser humilde, honesto e humano”.

Seu filho, Jorge Eduardo Wanderley, neurocirurgião e posteriormente professor de literatura na Universidade Estadual do Rio de Janeiro, falecido há poucos anos em uma visita ao Recife, poeta integrante da antologia dos 100 melhores sonetos brasileiros, tomou o mote do pai e escreveu, como se fosse uma saga, este belíssimo poema, intitulado:

“Humilde, Honesto e Humano:

Humilde, se no triunfo alcançado
pressente o novo embate disfarçado;
Humilde, se é o mesmo em qualquer

ato,

dando a tudo e a todos igual trato;
Humilde, se conserva a convicção
De que a vida é tempo e transforma-

ção;

Honesto, se consegue em seu recato
Levar atado ao gesto o impulso exato;
Honesto, se perante a multidão
repete o que pensou em solidão;
Humano, se persiste e luta a esmo
E estende a todos forças e esperança;
Humano, se consente a insegurança
de ser humano até consigo mesmo.”

Vamos concluir, portanto, como Ariano Suassuna:

“Vamos erguer a frente, honrar o chão da raça e entrar, como no sol, na terra estranha”, honrando com nosso esforço e compromisso a história perene do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Grato pela atenção de todos.

Senhor Presidente,

Desejo, ao registrar a posse do professor Edmundo Machado Ferraz, fazer votos de êxito ao presidente empossado e demais membros da Diretoria do Diretório Nacional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar esta sessão de sexta-feira, 22 de fevereiro, toda coordenada pela nossa Secretária-Geral da Mesa Dr^a Cláudia Lyra.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 12 minutos.)

Ata da 14ª Sessão Não Deliberativa, em 25 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Alvaro Dias, Papaléo Paes e Mão Santa

(Inicia-se a sessão às 14 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007**, de autoria do Senador Expedito Júnior, que altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir que bolsas remanescentes do programa sejam destinadas a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2007** (nº 74/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Avahy FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro; e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2007** (nº 114/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga auto-

rização à Associação Comunitária de Rádio Macabu Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 5/08 – LPDT

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foi designado o Senador Osmar Dias para compor, como suplente, a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONG e OSCIP, criada pelo Requerimento nº 201 de 2007.

Ao ensejo renovo a Vossa Excelência protesto de elevada estima e consideração. – Senador **Jefferson Peres**, Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência designa o Sr. Senador Osmar Dias, como suplente, para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito das ONGs e OSCIPs, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 160, DE 2008

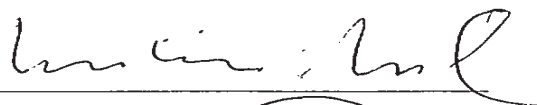
Requeremos, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 28 de fevereiro de 2008, destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

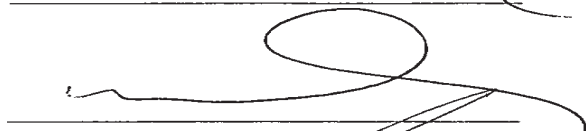
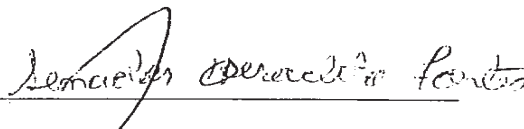
Justificação

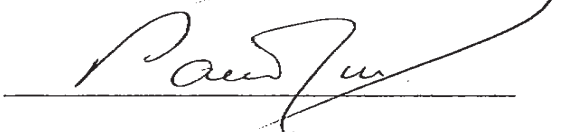

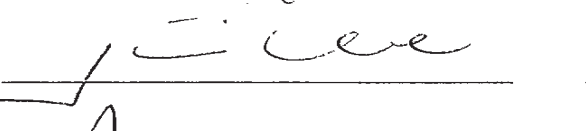
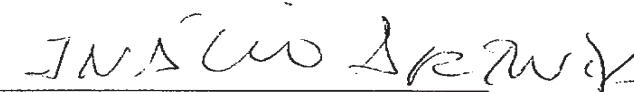
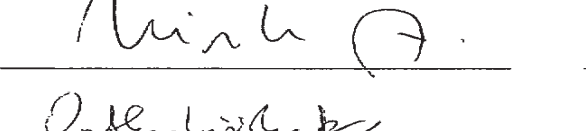
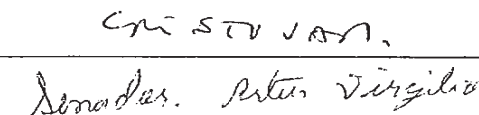
Em 20 de fevereiro de 2008, o Senado Federal viveu um triste momento com o falecimento do Senador Jonas Pinheiro, do Democratas do Mato Grosso, um verdadeiro defensor da agricultura, que sempre atuou em favor do povo matogrossense.

Para prestarmos uma justa homenagem ao nosso querido Senador é que solicito esta Sessão Especial, para juntamente com os meus Pares homenagearmos um colega tão importante para o parlamento brasileiro e o povo de Mato-Grosso.

Sala das Sessões, 25 fevereiro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, PSDB – GO.










O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, Projeto de Lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 31, DE 2008

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino facultativo da temática “História e Cultura Indígena Brasileira”, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 29:

“Art. 29. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, toma-se facultativo o ensino sobre História e Cultura Indígena Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História e Cultura Indígena Brasileira.

§ 2º Os conteúdos referentes á História e Cultura Indígena Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Este projeto de lei é inspirado na Lei nº 10.639, sancionada em 2003, de autoria da Deputada Esther Grossi, que inclui a “História e Cultura Afro-Brasileira”

no currículo das escolas. Procuo agora criar condições para implantação de um currículo na rede oficial de ensino que inclua o ensino de “História da Cultura Indígena Brasileira”. Visa o projeto a restauração da contribuição do povo indígena no desenvolvimento do país.

Quebra-se, além disto, a triste realidade do que a Deputada Esther Grossi, na justificação de seu projeto chama de “sistema oficial de ensino, que cada vez mais, se apresenta como um veículo de sustentação do racismo, distorcendo o passado cultural e histórico do povo” indígena.

Continuando a justificação da Deputada Ester Grossi: “A discriminação racial nas escolas públicas manifesta-se no momento em que os agentes pedagógicos não reconhecem o direito á diferença e acabam mutilando a particularidade cultural de um importante segmento da população brasileira que é discriminado nas salas de aula, nos locais de trabalho e na rua, não apenas por aquilo que é dito. Mas, acima de tudo, pelo que é silenciado.” Basta substituir a idéia da “Cultura Africana” por “Cultura Indígena” e a justificação da Lei nº 10.639 se adapta plenamente ao projeto de lei que visa incorporar o conhecimento do mundo indígena na formação de nossos estudantes

“O Brasil é, fundamentalmente, um País de formação pluriétnica e multicultural. Mas o povo indígena “ocupa posições subalternas em relação à classe dominante, que considera a cultura” indígena “inferior e primitiva, sob a ótica e os parâmetros da cultura branca, que exclui dos currículos escolares e dos livros didáticos a verdadeira contribuição indígena na história, desenvolvimento e na cultura do País.”

“Assim, toma-se imperioso e de fundamental importância que se resgate a história do povo indígena, “reformulando o currículo escolar nas suas deformações mais evidentes, que impedem a aproximação” do povo brasileiro em geral com parte indígena “da sua identidade étnica”. “E também que se desenvolvam programas de conscientização de todos os agentes envolvidos no processo de educação, para que a escola promova uma educação sem complexos, enriquecida de um senso antropológico, contribuindo para a criação de uma sociedade em que todos tenham direitos e possam gozar das mesmas oportunidades, seja no plano social, econômico e político na Nação.”

Se o projeto de lei da Deputada Esther Grossi foi aprovado e virou uma lei, a partir de 2003, sancionada pelo Presidente Lula e por seu Ministro de Educação,

que subscreve o presente projeto de lei, esta proposta se justifica plenamente, para o que peço o apoio de todos os senadores.

Sala das Comissões, 25 de fevereiro de 2008.
– Senador **Cristovam Buarque**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Presidente da República Faça saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

CAPÍTULO II Da Educação Básica

SEÇÃO I Das Disposições Gerais

Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural.

.....
(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência comunica ao Plenário que recebeu Relatório nº 3, de 2007-CN (parcial), da Comissão Mista Especial, criada através do Ato Conjunto nº 1, de 2007, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil, com apresentação de proposições e recomendações que serão encaminhadas aos órgãos competentes.

O Relatório concluiu pela apresentação de 8 projetos e de um requerimento.

De acordo com o art. 142 do Regimento Comum, os projetos elaborados por Comissão Mista serão encaminhados, alternadamente, ao Senado e à Câmara dos Deputados.

São as seguintes proposições que terão a tramitação iniciada no Senado Federal:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 206

Altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10.

§ 5º O processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos deverá

levar em conta as recomendações e diretrizes emanadas do Plano de Ação Nacional de Enfrentamento das Mudanças Climáticas.

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O licenciamento ambiental é o procedimento por meio de que o órgão ambiental Competente permite a localização, ampliação e instalação, operação de empreendimentos e de atividades que utilizam os recursos ambientais e que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.

Trata-se de um procedimento administrativo realizado pelo órgão ambiental competente, seja ele federal, estadual ou municipal. Esse procedimento visa ao licenciamento de instalações, ampliações, modificações e operações dessas atividades e empreendimentos, constituindo um dos instrumentos de gestão ambiental estabelecidos pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, também conhecida como Lei da Política Nacional do Meio Ambiente.

No licenciamento ambiental são avaliados impactos causados pelo empreendimento, sendo que as licenças ambientais estabelecem as condições para que a atividade ou o empreendimento causem o menor impacto possível ao meio ambiente. Sendo um instrumento de caráter preventivo, é essencial para garantir a preservação da qualidade ambiental. Esse conceito amplo deve abranger aspectos que contemplem a eficiência econômica, a justiça social e a qualidade ambiental, na perspectiva de poder contribuir para uma melhor qualidade de vida das gerações futuras.

O Direito Ambiental depende, para o seu aprimoramento, de uma visão transdisciplinar do meio ambiente, constituindo um ramo da ciência jurídica que atravessa várias áreas do conhecimento humano e pressupõe uma interação racional entre o homem e a natureza como condição imprescindível para assegurar o futuro de ambos. Nesse contexto, é indispensável dotar o ordenamento jurídico das salvaguardas que compõem o direito intergeracional a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Considerando a exigência de urgentes medidas com relações às mudanças climáticas globais atual-

mente em curso, o Congresso Nacional não pode se eximir da sua responsabilidade de aprimoramento do ordenamento jurídico, com os olhos voltados para o bem estar das futuras gerações.

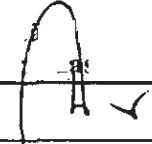
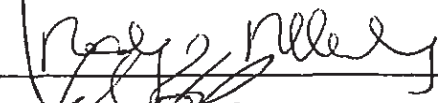


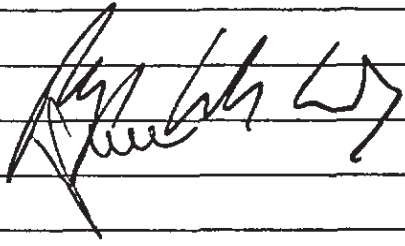
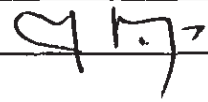

O Plano de Ação de Enfrentamento das Mudanças Climáticas que está sendo elaborado pelo Governo Federal com o objetivo de organizar nacionalmente todas as ações referentes às questões relacionadas com as mudanças climáticas e seus desdobramentos sociais, econômicos e ambientais, além de propor iniciativas coordenadas com as já existentes e que somem esforços para reduzir o impacto das mudanças climáticas, representa uma

referência confiável para o aprimoramento da Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, dotando-a de instrumentos capazes de incorporar as novas exigências que os cenários elaborados pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) evidenciam.

Pela relevância e urgência do tema, peço o apoio de Vossas Excelências no sentido de dotar a Lei nº 6.938, de 1981, dos imprescindíveis instrumentos que permitam o seu aprimoramento diante dos grandes problemas com os quais se defronta a sociedade mundial.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Valter Pereira (PMDB-MS)	
Romeu Tuma (DEM-SP)	
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Cícero Lucena(PSDB/PB)	
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	
Delcídio Amaral (PT-MS)	
Euclides Mello (PTB-AL)	
Jefferson Péres (PDT/AM)	
Magno Malta (PR-ES)	
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	
Renato Casagrande (PSB-ES), <i>Releitor</i>	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
Fátima Cleide (PT-RO)	
DEPUTADOS TITULARES	ASSINATURA
Dr. Adilson Soares (PR-RJ)	
Fernando Ferro (Bloco PT-PE)	
Iran Barbosa (Bloco PT- SE)	
Colbert Martins (PMDB-BA)	
Rebecca Garcia (PP - AM)	
Rose de Freitas (Bloco PMDB-ES)	
Augusto Carvalho (PPS-DF)	
Eduardo Gomes (PSDB-TO), <i>Presidente</i>	

Luiz Carreira (DEM-BA)	
Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)	
Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)	
Sarney Filho (PV-MA)	
DEPUTADOS SUPLENTE	ASSINATURA
Homero Pereira (Bloco PR-MT)	
Lelo Coimbra (Bloco PMDB-ES)	
Leonardo Monteiro (PT-MG)	
Rocha Loures (PMDB-PR)	
Paulo Teixeira (PT-SP)	
Ricardo Barros (Bloco PP-PR)	
Mendes Thame (PSDB-SP)	
Jorge Khoury (DEM-BA)	
Marina Maggessi (PPS-RJ)	
Maria Helena (Bloco PSB-RR)	
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	
Fernando Gabeira (PV-RJ)	

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Regulamento

Texto compilado

Mensagem de veto

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

.....
Art. 10. A construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental,

dependerão de prévio licenciamento de órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 1º Os pedidos de licenciamento, sua renovação e a respectiva concessão serão publicados no jornal oficial do Estado, bem como em um periódico regional ou local de grande circulação.

§ 2º Nos casos e prazos previstos em resolução do CONAMA, o licenciamento de que trata este artigo dependerá de homologação do IBAMA. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 3º O órgão estadual do meio ambiente e o IBAMA, esta em caráter supletivo, poderão, se necessário e sem prejuízo das penalidades pecuniárias cabíveis, determinar a redução das atividades geradoras de po-

luição, para manter as emissões gasosas, os efluentes líquidos e os resíduos sólidos dentro das condições e limites estipulados no licenciamento concedido. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

§ 4º Compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA o licenciamento previsto no **caput** deste artigo, no caso de atividades e obras com significativo impacto ambiental, de âmbito nacional ou regional, (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

Dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei trata da natureza jurídica da Redução Certificada de Emissão (RCE).

Art. 2º A RCE constitui uma unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa, correspondente a uma tonelada métrica de dióxido de carbono (CO₂) equivalente, calculada de acordo com o Potencial de Aquecimento Global, definido na Decisão nº 2 da Conferência das Partes nº 3 (COP-3) ou conforme revisão subsequente, de acordo com o art. 5º do Protocolo de Quioto.

Parágrafo único. A RCE referida no **caput** deve ser certificada por Entidade Operacional Designada (EOD) credenciada pelo Conselho Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), designada pela COP, e registrada junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 2º
X – Redução Certificada de Emissão.
..... (NR)”

Art. 4º O **caput** do art. 8º da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIV:

“Art. 8º
XIV – nos lançamentos a débito em contas correntes de depósito relativas a operações de compra e venda:

a) de Redução Certificada de Emissão realizadas em recintos ou sistemas de negociação de bolsas de valores e no mercado de balcão organizado;

b) de contratos referenciados em Redução Certificada de Emissão, em suas diversas

modalidades, negociados em bolsas de valores, de mercadorias e de futuros.

..... (NR)”

Art. 5º As operações relativas à RCE ficam isentas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários – IOF.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em dezembro de 1997, a Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima aprovou em Quioto, no Japão, um Protocolo que passou a ser conhecido como “Protocolo de Quioto”. Esse tratado estabelece compromissos e metas concretas para os países desenvolvidos no que tange à redução das emissões de gases de efeito estufa.

O Protocolo estabelece que os países desenvolvidos terão a obrigação de reduzir suas emissões coletivas de gases de efeito estufa (GEE) em pelo menos 5%, se comparados aos níveis de 1990, para o período entre os anos 2008-2012.

Segundo o Protocolo, os países terão certa flexibilidade no estabelecimento de medidas para o cálculo e a redução das emissões. O Protocolo estabeleceu alguns mecanismos de flexibilização para implementação das obrigações pelos países com metas de redução, o que lhes permite patrocinar parte da obrigação de redução das emissões fora de seu território.

De maior interesse para o Brasil é o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O mecanismo pode ser implementado desde a entrada em vigor do Protocolo, dando início oficialmente à operação do chamado “mercado de carbono”.

O MDL é um instrumento que permite aos países desenvolvidos financiar projetos de redução ou comprar volumes de redução de emissões resultantes de iniciativas desenvolvidas em países emergentes. Ou seja, a redução de uma unidade de GEE emitida ou “seqüestrada” da atmosfera voluntariamente por um empreendimento situado em um país em desenvolvimento pode ser negociada no mercado mundial com países desenvolvidos (ou empresas situadas neles) que precisam desses créditos para cumprir suas metas junto ao Protocolo de Quioto. Assim, com esse mecanismo de flexibilização, toma-se possível reduzir as emissões globais de GEE e, ao mesmo tempo, abre-se importante alternativa para o desenvolvimento sustentado dos países emergentes.

As quantidades das reduções ou remoções de gás carbônico atribuídas a uma atividade no âmbito do MDL resultam em Reduções Certificadas de Emis-

sões (RCE), medidas em tonelada métrica de CO₂ equivalente.

A regulamentação das RCE deverá resultar em benefícios significativos para o País. A institucionalização do mercado de RCE estimulará a entrada de divisas e viabilizará a implantação de um número crescente de projetos de MDL no Brasil, com isso contribuindo para a expansão do nível de emprego no País e a maior qualificação tecnológica de nossas empresas.

O potencial desse novo título pode ser inferido pelo que já rendeu ao País, mesmo sem regulamentação: os projetos brasileiros já resultaram na emissão de 12,6 milhões de RCE, o que gerou uma receita estimada de R\$250 milhões (o Brasil possui apenas 110 projetos registrados no Conselho Executivo do MDL).

É importante que a organização do mercado de RCE seja pautada em conceitos tecnicamente apropriados e reconhecidos internacionalmente, permitindo, assim, a livre e segura transação do ativo no mercado.


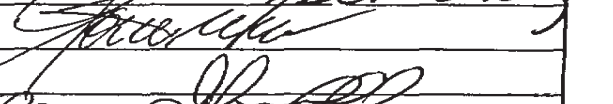
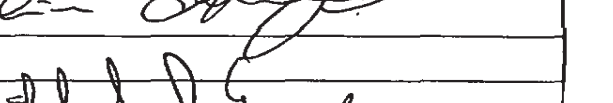
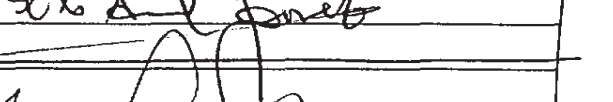
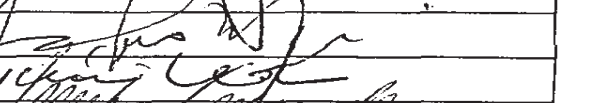





Nesse sentido, optamos por equiparar a RCE a valor mobiliário e, portanto, colocá-la sob o pálio regulatório da CVM. Tal escolha foi feita após análise minuciosa de um leque de opções, que possibilitaria


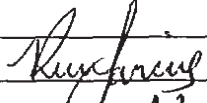
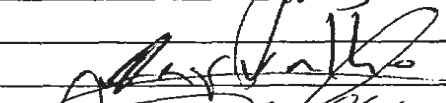
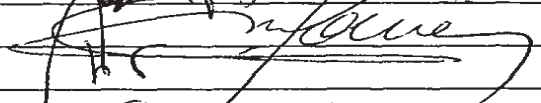
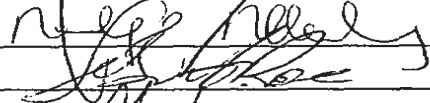
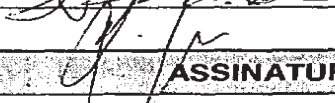
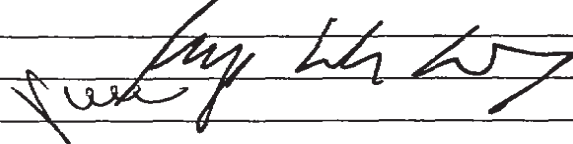

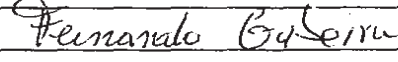
afigurar a RCE como: **commodity** ambiental, título de crédito, valor mobiliário, derivativo ou, simplesmente, ativo negociado em contrato de compra e venda.

A fim de incentivar a formulação de novos projetos de MDL e, por conseguinte, a negociação da RCE, uma vez ser de interesse do governo e toda a sociedade brasileira, propomos a redução a zero da alíquota da CPMF e a isenção do IOF incidentes sobre as operações de compra e venda de RCE, bem como os contratos referenciados nesse novo ativo mobiliário. Não há que falar em renúncia fiscal, pois, como já foi mencionado, busca-se estimular o surgimento de um mercado que ainda é incipiente, cuja receita fiscal é, portanto, irrisória. Não se aplicam ao caso, pois, as disposições do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Assim, acreditamos que a regulamentação proposta criará um mercado que propiciará a troca de recursos e de tecnologias entre os países, bem como fomentará o desenvolvimento sustentável daqueles mais pobres, contribuindo para o fortalecimento do próprio mercado financeiro. Para tanto, contamos com apoio dos nobres Colegas no sentido de aprovarmos essa proposição.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Valter Pereira (PMDB-MS)	
Romeu Tuma (DEM-SP)	
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Cícero Lucena (PSDB/PB)	
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	
Delcídio Amaral (PT-MS)	
Euclides Mello (PTB-AL)	
Jefferson Péres (PDT/AM)	
Magno Malta (PR-ES)	
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	
Renato Casagrande (PSB-ES), <i>relator</i>	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
Fátima Cleide (PT-RO)	
DEPUTADOS TITULARES	ASSINATURA
Dr. Adilson Soares (PR-RJ)	

Fernando Ferro (Bloco PT-PE)	
Iran Barbosa (Bloco PT- SE)	
Colbert Martins (PMDB-BA)	
Rebecca Garcia (PP - AM)	
Rose de Freitas (Bloco PMDB-ES)	
Augusto Carvalho (PPS-DF)	
Eduardo Gomes (PSDB-TO), <i>Presidente</i>	
Luiz Carreira (DEM-BA)	
Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)	
Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)	
Sarney Filho (PV-MA)	
DEPUTADOS SUPLENTE	ASSINATURA
Homero Pereira (Bloco PR-MT)	
Lelo Coimbra (Bloco PMDB-ES)	
Leonardo Monteiro (PT-MG)	
Rocha Loures (PMDB-PR)	
Paulo Teixeira (PT-SP)	
Ricardo Barros (Bloco PP-PR)	
Mendes Thame (PSDB-SP)	
Jorge Khoury (DEM-BA)	
Marina Maggessi (PPS-RJ)	
Maria Helena (Bloco PSB-RR)	
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	
Fernando Gabeira (PV-RJ)	

LEGISLAÇÃO CITADA
NEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 6.385, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1976

Texto compilado

Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários.

Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

I – as ações, debêntures e bônus de subscrição; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

II – os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

III – os certificados de depósito de valores mobiliários; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

IV – as cédulas de debêntures; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

V – as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

VI – as notas comerciais; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

VII – os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

VIII – outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes; e (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

IX – quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo,

que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

§ 1º Excluem-se do regime desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001) (Vide art. 1º da Lei nº 10.198, de 14-2-2001)

I – os títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal; (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

II – os títulos cambiais de responsabilidade de instituição financeira, exceto as debêntures. (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

§ 2º Os emissores dos valores mobiliários referidos neste artigo, bem como seus administradores e controladores, sujeitam-se à disciplina prevista nesta Lei, para as companhias abertas. (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

§ 3º Compete à Comissão de Valores Mobiliários expedir normas para a execução do disposto neste artigo, podendo: (Parágrafo incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

I – exigir que os emissores se constituam sob a forma de sociedade anônima; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

II – exigir que as demonstrações financeiras dos emissores, ou que as informações sobre o empreendimento ou projeto, sejam auditadas por auditor independente nela registrado; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

III – dispensar, na distribuição pública dos valores mobiliários referidos neste artigo, a participação de sociedade integrante do sistema previsto no art. 15 desta Lei; (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

IV – estabelecer padrões de cláusulas e condições que devam ser adotadas nos títulos ou contratos de investimento, destinados à negociação em bolsa ou balcão, organizado ou não, e recusar a admissão ao mercado da emissão que não satisfaça a esses padrões. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31-10-2001)

.....
LEI Nº 9.311, DE 24 DE OUTUBRO DE 1996

Vide arts. 75, 84 e 90 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias do Texto compilado

Institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, e dá outras providências.

.....
Art. 8º A alíquota fica reduzida a zero:

I – nos lançamentos a débito em contas de depósito de poupança, de depósito judicial e de depósito em consignação de pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, introduzidos pelo art. 1º da Lei nº 8.951, de 13 de dezembro de 1994, para crédito em conta corrente de depósito ou conta de poupança, dos mesmos titulares;

II – nos lançamentos relativos a movimentação de valores de conta corrente de depósito, para conta de idêntica natureza, dos mesmos titulares, exceto nos casos de lançamentos a crédito na hipótese de que trata o inciso II do art. 2º;

III – nos lançamentos em contas correntes de depósito das sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, das sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, das sociedades de investimento e fundos de investimento constituídos nos termos dos arts. 49 e 50 da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, das sociedades corretoras de mercadorias e dos serviços de liquidação, compensação e custódia vinculados às bolsas de valores, de mercadorias e de futuros, e das instituições financeiras não referidas no inciso IV do art. 2º, bem como das cooperativas de crédito, desde que os respectivos valores sejam movimentados em contas correntes de depósito especialmente abertas e exclusivamente utilizadas para as operações a que se refere o § 3º deste artigo; (Vide Lei nº 9.539, de 1997) e (Vide Lei nº 10.892, de 2004)

IV – nos lançamentos efetuados pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e caixas econômicas, relativos às operações a que se refere o § 3º deste artigo;

V – nos pagamentos de cheques, efetuados por instituição financeira, cujos valores não tenham sido creditados em nome do beneficiário nas contas referidas no inciso I do art. 2º;

VI – nos lançamentos relativos aos ajustes diários exigidos em mercados organizados de liquidação futura e específico das operações a que se refere o inciso V do art. 2º;

VII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito para investimento, aberta e utilizada exclusivamente para realização de aplicações financeiras de renda fixa e de renda variável, de qualquer natureza, inclusive em contas de depósito de poupança. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

VIII – nos lançamentos a débito nas contas especiais de depósito a vista tituladas pela população de baixa renda, com limites máximos de movimentação e outras condições definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 11.110, de 2005)

IX – nos lançamentos relativos à transferência de reservas técnicas, fundos e provisões de plano de benefício de caráter previdenciário entre entidades de

previdência complementar ou sociedades seguradoras, inclusive em decorrência de reorganização societária, desde que: (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

a) não haja qualquer disponibilidade de recursos para o participante, nem mudança na titularidade do plano; e (Incluído nela Lei nº 11.196, de 2005)

b) a transferência seja efetuada diretamente entre planos ou entre gestores de planos. (Incluído pela Lei nº 11.196, de 2005)

X – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de residente ou domiciliado no Brasil ou no exterior para liquidação de operações de aquisição de ações em oferta pública, registrada na Comissão de Valores Mobiliários, realizada fora dos recintos ou sistemas de negociação de bolsa de valores, desde que a companhia emissora tenha registro para negociação das ações em bolsas de valores. (Vide Medida Provisória nº 281, de 2006) (Incluído pela Lei nº 11.312, de 2006)

XI – na liquidação antecipada por instituição financeira, por conta e ordem do mutuário, de contrato de concessão de crédito que o mesmo mutuário tenha contratado em outra instituição financeira, desde que a referida liquidação esteja vinculada à abertura de nova linha de crédito, em valor idêntico ao do saldo devedor liquidado antecipadamente pela instituição que proceder à liquidação da operação, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XII – nos lançamentos a débito em conta corrente de depósito de titularidade de entidade fechada de previdência complementar para pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social, relativos a aposentadoria e pensão, no âmbito de convênio firmado entre a entidade e o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

XIII – nos lançamentos a débito em conta especial destinada ao registro e controle do fluxo de recursos, aberta exclusivamente para pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, decorrente de transferência para conta corrente de depósito de titularidade do mesmo beneficiário, conjunta ou não, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 1º O Banco Central do Brasil, no exercício de sua competência, expedirá normas para assegurar o cumprimento do disposto nos incisos I, II, VI, VII, X, XI, XII e XIII do **caput** deste artigo, objetivando, inclusive por meio de documentação específica, a identificação dos lançamentos previstos nos referidos incisos. (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

§ 2º A aplicação da alíquota zero prevista nos incisos I, II e VI deste artigo fica condicionada ao cum-

primento das normas que vierem a ser estabelecidas pelo Ministro de Estado da Fazenda.

§ 3º O disposto nos incisos III e IV deste artigo restringe-se a operações relacionadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, dentre as que constituam o objeto social das referidas entidades

§ 4º O disposto nos incisos I e II deste artigo não se aplica a contas conjuntas de pessoas físicas, com mais de dois titulares, e a quais quer contas conjuntas de pessoas jurídicas.

§ 5º O Ministro de Estado da Fazenda poderá estabelecer limite de valor do lançamento, para efeito de aplicação da alíquota zero, independentemente do fato gerador a que se refira.

§ 6º O disposto no inciso V deste artigo não se aplica a cheques que, emitidos por instituição financeira, tenham sido adquiridos em dinheiro.

§ 7º Para a realização de aplicações financeiras, é obrigatória a abertura de contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 8º As aplicações financeiras serão efetivadas somente por meio de lançamentos a débito em contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 9º Ficam autorizadas a efetivação e a manutenção de aplicações financeiras em contas de depósito de poupança não integradas a contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo, observadas as disposições estabelecidas na legislação e na regulamentação em vigor. (Incluído nela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 10. Não integram as contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo: (Incluído nela Lei nº 10.892, de 2004)

I – as operações e os contratos de que tratam os incisos II e III do **caput** do art. 85 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

II – as contas de depósitos judiciais e de depósitos em consignação em pagamento de que tratam os parágrafos do art. 890 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973; (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

III – as operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 22 desta Lei, quando sujeitas a ajustes diários. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 11. O ingresso de recursos novos nas contas correntes de depósito para investimento será feito exclusivamente por meio de lançamento a débito em conta corrente de depósito do titular, por cheque de sua emissão, cruzado e intransferível, ou por outro instrumento de pagamento, observadas as normas

expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 12. Os valores das retiradas de recursos das contas correntes de depósito para investimento, quando não destinados à realização de aplicações financeiras, serão pagos exclusivamente ao beneficiário por meio de crédito em sua conta corrente de depósito, de cheque, cruzado e intransferível, ou de outro instrumento de pagamento, observadas as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 13. Aplica-se o disposto no inciso II do **caput** deste artigo nos lançamentos relativos a movimentação de valores entre contas correntes de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 14. As operações a que se refere o inciso V do **caput** do art. 22 desta Lei, quando não sujeitas a ajustes diários, integram as contas correntes de depósitos para investimentos. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 15. A partir de 1º de outubro de 2006, os valores de resgate, liquidação, cessão ou repactuação das aplicações financeiras existentes em 30 de setembro de 2004, exceto em contas de depósito de poupança, poderão ser creditados diretamente ao beneficiário, em conta corrente de depósito para investimento, de que trata o inciso VII do **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 16. No caso de pessoas jurídicas, as contas correntes de depósito não poderão ser conjuntas. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

§ 17. Em relação às operações referentes às contas correntes de depósito para investimento ou em relação à manutenção destas, as instituições financeiras, caso venham a estabelecer cobrança de tarifas, não poderão exigí-las em valor superior às fixadas para as demais operações de mesma natureza, observadas as normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional. (Incluído pela Lei nº 10.892, de 2004)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

Dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais legalmente estabelecidos,

e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

Art. 2º O art. 44-B da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44-B.
.....

§ 2º Caso a CRF não seja alienada, o proprietário rural fará jus a subvenção anual de R\$50,00 por hectare vinculado à CRF, limitado ao máximo de 200 hectares por proprietário rural.

§ 3º O valor da subvenção de que trata o § 2º poderá ser abatido do saldo devedor de operações de crédito rural realizadas junto a bancos oficiais federais e bancos cooperativos. (NR)”

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º
.....

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos, bem como o abatimento de que trata o § 3º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. (NR)”

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A regulamentação da exploração econômica do meio ambiente, bem como a conceituação e a quantificação das áreas mínimas a serem obrigatoriamente preservadas encontram-se no Código Florestal Brasileiro, instituído pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. A legislação contempla basicamente dois tipos de áreas que devem ser preservadas: a Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal.

Ocorre que muitas propriedades rurais possuem área de preservação ambiental maior que a exigida em Lei. No entanto, essas propriedades que preservam o meio ambiente além do legalmente exigido não são beneficiadas por isso.

O Código Florestal criou o Certificado de Reserva Florestal (CRI), título que pode ser emitido por proprietários rurais que mantêm voluntariamente reserva legal além dos limites legalmente estabelecidos, ou que implementam servidão florestal, ou que criam reservas particulares do patrimônio natural. Esses certificados podem ser alienados a outros proprietários rurais, para

serem utilizados na compensação da área de reserva legal exigida.




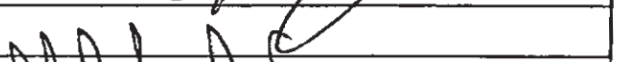




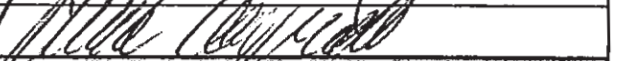




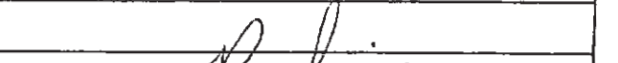
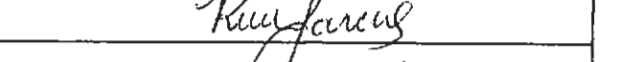
Entretanto, entendemos que a preservação do meio ambiente é de interesse de toda a sociedade. Por esse motivo, apresentamos o presente projeto de lei, que cria subvenção de R\$50,00 por hectare, a ser paga aos detentores de CRF que não tiverem sido alienados. O projeto permite também que a subvenção seja paga na forma de descontos no saldo devedor de dívidas de crédito rural.

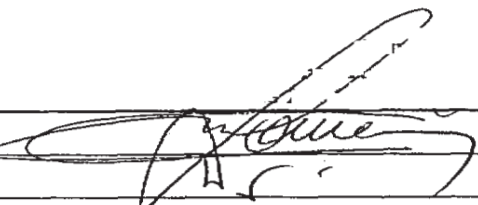
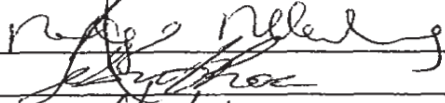


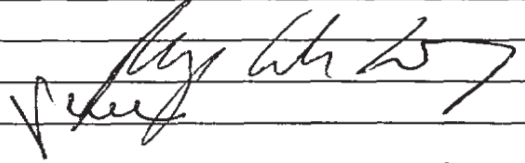
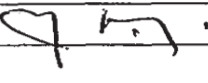
Ressalte-se que a Comissão Mista Especial sobre as mudanças climáticas, da qual sou presidente,

tem constatado a importância do conceito de políticas de compensação pela preservação do meio ambiente. O maior exemplo disso são os créditos de carbono instituídos pelo Protocolo de Kyoto, e que são concedidos às empresas que reduzem a emissão de gases do efeito estufa.

Dessa forma, propomos, no presente projeto de lei, que nada mais é que a instituição de uma política compensatória destinada aos agricultores que contribuem efetivamente para a preservação do meio ambiente.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Valter Pereira (PMDB-MS)	
Romeu Tuma (DEM-SP)	
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Cícero Lucena (PSDB/PB)	
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	
Delcídio Amaral (PT-MS)	
Euclides Mello (PTB-AL)	
Jefferson Péres (PDT/AM)	
Magno Malta (PR-ES)	
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	
Renato Casagrande (PSB-ES) <i>relator</i>	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
Fátima Cleide (PT-RO)	
DEPUTADOS TITULARES	ASSINATURA
Dr. Adilson Soares (PR-RJ)	
Fernando Ferro (Bloco PT-PE)	
Iran Barbosa (Bloco PT- SE)	
Colbert Martins (PMDB-BA)	
Rebecca Garcia (PP - AM)	
Rose de Freitas (Bloco PMDB-ES)	
Augusto Carvalho (PPS-DF)	

Eduardo Gomes (PSDB-TO), <i>Presidente</i>	
Luiz Carreira (DEM-BA)	
Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)	
Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)	
Sarney Filho (PV-MA)	
DEPUTADOS SUPLENTE	ASSINATURA
Homero Pereira (Bloco PR-MT)	
Lelo Coimbra (Bloco PMDB-ES)	
Leonardo Monteiro (PT-MG)	
Rocha Loures (PMDB-PR)	
Paulo Teixeira (PT-SP)	
Ricardo Barros (Bloco PP-PR)	
Mendes Thame (PSDB-SP)	
Jorge Khoury (DEM-BA)	
Marina Maggessi (PPS-RJ)	
Maria Helena (Bloco PSB-RR)	
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	
Fernando Gabeira (PV-RJ)	

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965

Vide texto compilado

Institui o novo Código Florestal.

Art. 44-B. Fica instituída a Cota de Reserva Florestal – CRF, título representativo de vegetação nativa sob regime de servidão florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural ou reserva Legal instituída voluntariamente sobre a vegetação que exceder os percentuais estabelecidos no art. 16 deste Código. (incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

Parágrafo único. A regulamentação deste Código disporá sobre as características, natureza e prazo de validade do título de que trata este artigo, assim como os mecanismos que assegurem ao seu adquirente a existência e a conservação da vegetação objeto do título. (incluído pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

LEI Nº 8.427, DE 27 DE MAIO DE 1992

Dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a conceder, observado o disposto nesta Lei, subvenções econômicas a produtores rurais, sob a forma de: (Redação dada pela Lei nº 9.848, de 26-10-1999)

I – equalização de preços de produtos agropecuários ou vegetais de origem extrativa; (Incluído pela Lei nº 9.848, de 26-10-1999)

II – equalização de taxas de juros e outros encargos financeiros de operações de crédito rural. (incluído pela Lei nº 9.848, de 26-10-1999)

Parágrafo único. Consideram-se, igualmente, subvenção de encargos financeiros os bônus de adimplência e os rebates nos saldos devedores de financiamentos rurais concedidos, direta ou indiretamente, por bancos oficiais federais e bancos cooperativos. (Redação dada pela Lei nº 11.524, de 2007)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008**Altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos §§ 9º e 10:

“Art.26.
.....

§ 9º Os empreendimentos referidos no § 5º deste artigo poderão ter a totalidade dos encargos de conexão ao sistema de distribuição custeados pela concessionária, permissionária ou autorizada de distribuição, conforme regulamentação, podendo a sua respectiva parcela de participação financeira ser paga com a energia produzida.

§ 10. Os empreendimentos referidos no § 5º deste artigo poderão emitir Certificados de Energia Renovável (CER), a que se refere a alínea e do inciso II do art. 3º da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, observada regulamentação do Poder Executivo, para financiar seus empreendimentos. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabe-se que uma das virtudes de nossa matriz energética é a alta participação das fontes renováveis. Para que a matriz preserve esse perfil, mesmo em face da enorme expansão na demanda por energia, é importante encontrar mecanismos que permitam incorporar ao Sistema Integrado Nacional, não apenas os grandes empreendimentos hidroelétricos, mas também os pequenos aproveitamentos hidráulicos e aqueles com base em energia solar, eólica, biomassa e outras fontes renováveis.

No momento, a lei permite a livre conexão dos autoprodutores à rede das concessionárias, desde que eles arquem com esse custo. Tal exigência faz sentido, na medida em que não se deseja onerar ainda mais o consumidor de energia elétrica, impondo-lhe custos adicionais de conexão. Ocorre que os custos de conexão, ainda que se justifiquem do ponto de vista econômico, podem constituir um investimento além da capacidade do pequeno au-

toprodutor ou produtor independente. O resultado é que o livre acesso normalmente permanece apenas uma possibilidade legal e não se transforma num instrumento de geração de renda, eficiência e sustentabilidade no dia-a-dia.

O não-aproveitamento do potencial desta energia produzida a partir de fontes renováveis representa uma perda muito significativa para todos. Perde o País, que vê aumentar o risco de sua matriz energética se tornar cada vez menos limpa e mais ameaçada de desabastecimento. Perde o autoprodutor que, incapaz de escoar aquele excedente, não recebe a renda que poderia investir em sua empresa, para aumentar volume e eficiência. Perde o produtor independente que não consegue viabilizar seus pequenos empreendimentos. Enfim, perde a comunidade local, que poderia ser dinamizada pelas operações desta produção.

Para estimular o mais amplo aproveitamento do excedente de energia gerada pelos autoprodutores que usam fontes renováveis, o presente projeto propõe dois novos procedimentos.


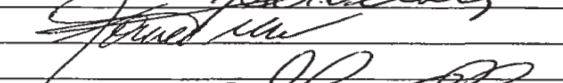
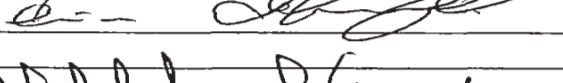



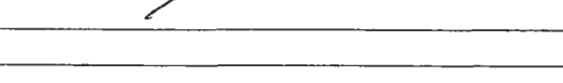

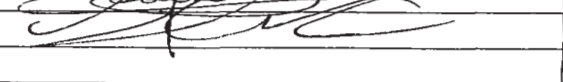
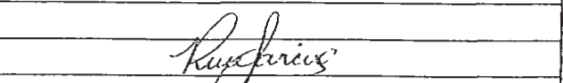


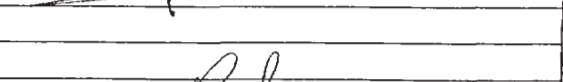
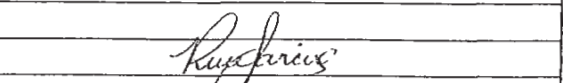
O primeiro destina-se especificamente a concretizar aquelas conexões de produção consideradas viáveis do ponto de vista econômico-financeiro. Consiste em abrir o caminho para que concessionárias, permissionárias ou autorizadas de distribuição construam a infra-estrutura de conexão e depois obtenham ressarcimento com a energia repassada pelo produtor. Os termos do entendimento serão fixados em regulamento e a concessionária não sofrerá qualquer prejuízo.


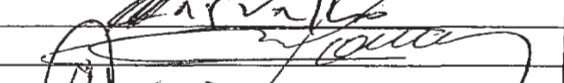
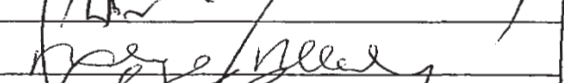


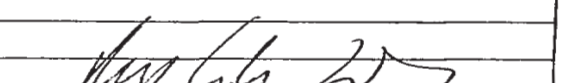
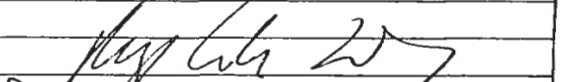

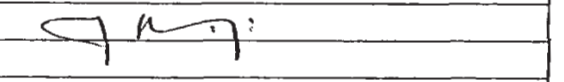

A segunda inovação consiste em autorizar esses mesmos produtores a emitir Certificados de Energia Renovável (CER) e oferecê-los ao mercado. Com os recursos arrecadados, os empreendedores poderiam financiar o aumento da produção e, até mesmo, a construção da própria infraestrutura de conexão à rede de distribuição de energia.

Ambos os procedimentos estão alicerçados no funcionamento do mercado e não requerem quaisquer subsídios do Poder Público. Restringem-se a agilizar as operações financeiras que permitirão o maior aproveitamento dos excedentes de energias renováveis.

Em razão do alcance ambiental e social do projeto e de sua conformidade com a grande meta da política energética do País, que é a de assegurar a expansão da produção de energia utilizando-se da matriz energética a mais limpa possível, solicito o apoio de meus pares para a transformação deste projeto em lei.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2007.

SENADORES TITULARES	ASSINATURA
Valter Pereira (PMDB-MS)	
Romeu Tuma (DEM-SP)	
Raimundo Colombo (DEM-SC)	
Cícero Lucena (PSDB/PB)	
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	
Delcídio Amaral (PT-MS)	
Euclides Mello (PTB-AL)	
Jefferson Péres (PDT/AM)	
Magno Malta (PR-ES)	
Inácio Arruda (PCdoB-CE)	
Renato Casagrande (PSB-ES) <i>Relator</i>	
SENADORES SUPLENTE	ASSINATURA
Arthur Virgílio (PSDB-AM)	
Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	
Fátima Cleide (PT-RO)	
DEPUTADOS TITULARES	ASSINATURA
Dr. Adilson Soares (PR-RJ)	
Fernando Ferro (Bloco PT-PE)	
Iran Barbosa (Bloco PT-SE)	
Colbert Martins (PMDB-BA)	
Rebecca Garcia (PP - AM)	
Rose de Freitas (Bloco PMDB-ES)	

Augusto Carvalho (PPS-DF)	
Eduardo Gomes (PSDB-TO) <i>Presidente</i>	
Luiz Carreira (DEM-BA)	
Rodrigo Rollemberg (Bloco PSB-DF)	
Sebastião Bala Rocha (PDT-AP)	
Sarney Filho (PV-MA)	
DEPUTADOS SUPLENTE	ASSINATURA
Homero Pereira (Bloco PR-MT)	
Lelo Coimbra (Bloco PMDB-ES)	
Leonardo Monteiro (PT-MG)	
Rocha Loures (PMDB-PR)	
Paulo Teixeira (PT-SP)	
Ricardo Barros (Bloco PP-PR)	
Mendes Thame (PSDB-SP)	
Jorge Khoury (DEM-BA)	
Marina Maggesi (PPS-RJ)	
Maria Helena (Bloco PSB-RR)	
Perpétua Almeida (PCdoB-AC)	
Fernando Gabeira (PV-RJ)	

*LEGISLAÇÃO CITADA**ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996

Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências.

.....
 Art. 26. Cabe ao Poder Concedente, diretamente ou mediante delegação à Aneel, autorizar: (Redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004)

I – o aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000kW é igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica; (Redação dada pela Lei nº 9.648 de 1998)

II – a compra e venda de energia elétrica, por agente comercializador (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

III – a importação e exportação de energia elétrica, bem como a implantação dos respectivos sistemas de transmissão associados; (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

IV – a comercialização, eventual e temporária, pelos autoprodutores, de seus excedentes de energia elétrica. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

V – os acréscimos de capacidade de geração, objetivando o aproveitamento ótimo do potencial hidráulico. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

§ 1º Para o aproveitamento referido no inciso 1 do **caput** deste artigo, para os empreendimentos hidroelétricos com potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e para aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa e co-geração qualificada, conforme regulamentação da Aneel, cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW, a Aneel estipulará percentual de redução não inferior a 50% (cinquenta por cento) a ser aplicado às tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição, incidindo na produção e no consumo da energia comercializada pelos aproveitamentos. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 2º Ao aproveitamento referido neste artigo que funcionar interligado e ou integrado ao sistema elétrico, é assegurada a participação nas vantagens técnicas e econômicas da operação interligada, especialmente em sistemática ou mecanismo de realocação de energia entre usinas, destinado a mitigação dos riscos hidrológicos, devendo também se submeter ao rateio

do ônus, quando ocorrer. (Redação dada pela Lei nº 10.438, de 2002)

§ 3º A comercialização da energia elétrica resultante da atividade referida nos incisos II, III e IV, farse-á nos termos dos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 1996. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998)

§ 4º É estendido às usinas hidrelétricas referidas no inciso I que iniciarem a operação após a publicação desta Lei, a isenção de que trata o inciso I do art. 4º da Lei nº 7.990 de 28 de dezembro de 1989. (Incluído pela Lei nº 9.648 de 1998)

§ 5º O aproveitamento referido no inciso 1 do **caput** deste artigo, os empreendimentos com potência igual ou inferior a 1.000 (mil) kW e aqueles com base em fontes solar, eólica, biomassa cuja potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição seja menor ou igual a 30.000 (trinta mil) kW poderão comercializar energia elétrica com consumidor ou conjunto de consumidores reunidos por comunhão de interesses de fato ou de direito cuja carga seja maior ou igual a 500 (quinhentos) kW, independentemente dos prazos de carência constantes do art. 15 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, observada a regulamentação da Aneel, podendo o fornecimento ser complementado por empreendimentos de geração associados às fontes aqui referidas, visando a garantia de suas disponibilidades energéticas, mas limitado a 49% (quarenta e nove por cento) da energia média que produzirem, sem prejuízo do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 6º Quando dos acréscimos de capacidade de geração de que trata o inciso V deste artigo, a potência final da central hidrelétrica resultar superior a 30.000 kW, o autorizado não fará mais jus ao enquadramento de pequena central hidrelétrica. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

§ 7º As autorizações e concessões que venham a ter acréscimo de capacidade na forma do inciso V deste artigo poderão ser prorrogadas por prazo suficiente à amortização dos investimentos, limitado a 20 (vinte) anos. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

§ 8º Fica reduzido para 50 kW o limite mínimo de carga estabelecido no § 5º deste artigo quando o consumidor ou conjunto de consumidores se situar no âmbito dos sistemas elétricos isolados. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002)

.....
 LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia

Elétrica (PROINFA), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, dá nova redação às Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nº 9.648, de 27 de maio de 1998, nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, nº 5.655, de 20 de maio de 1971, nº 5.899, de 5 de julho de 1973, nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e dá outras providências.

.....
Art. 39 Fica instituído o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos de Produtores Independentes Autônomos, concebidos com base em fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa, no Sistema Elétrico Interligado Nacional, mediante os seguintes procedimentos: (Regulamento)

I – na primeira etapa do programa: (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

a) os contratos serão celebrados pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS até 30 de junho de 2004, para a implantação de 3.300 (três mil e trezentos) MW de capacidade, em instalações de produção com início de funcionamento previsto para até 30 de dezembro de 2008, assegurando a

compra da energia a ser produzida no prazo de 20 (vinte) anos, a partir da data de entrada em operação definida no contrato, observados os valores e pisos definidos na alínea **b** deste inciso; (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004) (Vide Medida Provisória nº 181, de 2004)

b) a contratação a que se refere a alínea **a** deverá ser distribuída igualmente, em termos de capacidade instalada, por cada uma das fontes participantes do programa e a aquisição da energia será feita pelo valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte, valor este a ser definido pelo Poder Executivo, mas tendo como pisos cinquenta por cento, setenta por cento e noventa por cento da tarifa média nacional de fornecimento ao consumidor final dos últimos doze meses, para a produção concebida a partir de biomassa, pequenas centrais hidrelétricas e energia eólica, respectivamente; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

c) o valor pago pela energia elétrica adquirida na forma deste inciso I, os custos administrativos, financeiros e encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação, serão rateados, após prévia exclusão da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês, entre todas as classes de consumidores finais atendidas pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente

ao consumo verificado; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

d) a contratação das instalações de que trata este inciso I, far-se-á mediante Chamada Pública para conhecimento dos interessados, considerando, no conjunto de cada fonte específica, daquelas habilitadas, primeiramente as que tiverem as Licenças Ambientais de Instalação – LI – mais antigas, prevalecendo, em cada instalação, a data de emissão da primeira LI, caso tenha ocorrido prorrogação ou nova emissão limitando-se a contratação por Estado a vinte por cento das fontes eólica e biomassa e quinze por cento da Pequena Central Hidrelétrica – PCH; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

e) concluído o processo definido na alínea **d** sem a contratação do total previsto por fonte e existindo ainda empreendimentos com Licença Ambiental de Instalação – LI – válidas, o saldo remanescente por fonte será distribuído entre os Estados de localização desses empreendimentos, na proporção da oferta em kW (Quilowatt), reaplicando-se o critério de antiguidade da LI até a contratação do total previsto por fonte; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

f) será admitida a participação direta de fabricantes de equipamentos de geração, sua controlada, coligada ou controladora na constituição do Produtor Independente Autônomo, desde que o índice de nacionalização dos equipamentos e serviços seja, na primeira etapa, de, no mínimo sessenta por cento em valor e, na segunda etapa, de, no mínimo, noventa por cento em valor; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

g) fica a Eletrobrás autorizada, no caso da não contratação a que se referem as alíneas **d** e deste inciso, pela insuficiência de projetos habilitados, a celebrar contratos por fonte até 28 de dezembro de 2004, da diferença entre os 1.100 (mil e cem) MW e a capacidade contratada por fonte, seguindo os mesmos critérios adotados nas alíneas **d** e deste inciso; (Redação dada pela Lei nº 11.075, de 2004)

h) no caso das metas estipuladas para cada uma das fontes não terem sido atingidas conforme estabelece a alínea **g** caberá à Eletrobrás contratar imediatamente as quotas remanescentes de potência entre os projetos habilitados nas demais fontes, seguindo o critério de antiguidade da Licença Ambiental de Instalação; (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

II – na segunda etapa do programa:

a) atingida a meta de 3.300 MW, o desenvolvimento do Programa será realizado de forma que as fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa atendam a 10% (dez por cento) do consumo anual de energia elétrica no País, objetivo a ser alcançado

em até 20 (vinte) anos, aí incorporados o prazo e os resultados da primeira etapa;

b) os contratos serão celebrados pela Eletrobrás, com prazo de duração de vinte anos e preço equivalente ao valor econômico correspondente à geração de energia competitiva, definida como o custo médio ponderado de geração de novos aproveitamentos hidráulicos com potência superior a 30.000 KW e centrais termelétricas a gás natural, calculado pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

c) a aquisição far-se-á mediante programação anual de compra da energia elétrica de cada produtor, de forma que as referidas fontes atendam o mínimo de 15% (quinze por cento) do incremento anual da energia elétrica a ser fornecida ao mercado consumidor nacional, compensando-se os desvios verificados entre o previsto e realizado de cada exercício, no subsequente;

d) o produtor de energia alternativa fará jus a um crédito complementar, calculado pela diferença entre o valor econômico correspondente à tecnologia específica de cada fonte, valor este a ser definido pelo Poder Executivo, e o valor recebido da Eletrobrás, para produção concebida a partir de biomassa, pequena central hidrelétrica e eólica; (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

e) até o dia 30 de janeiro de cada exercício, os produtores emitirão um Certificado de Energia Renovável – CER, em que conste, no mínimo, a qualificação jurídica do agente produtor, o tipo da fonte de energia primária utilizada e a quantidade de energia elétrica efetivamente comercializada no exercício anterior, a ser apresentado à Aneel para fiscalização e controle das metas anuais;

f) o Poder Executivo regulamentará os procedimentos e a Eletrobrás diligenciará no sentido de que a satisfação dos créditos complementares de que trata a alínea d não ultrapasse 30 (trinta) dias da requisição de pagamento feita pelo agente produtor;

g) na ordenação da contratação, que será precedida de Chamada Pública para conhecimento dos interessados, a Eletrobrás aplicará os critérios constantes do inciso 1, alíneas **d**, e **f**, observando, ainda, o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses entre a assinatura do contrato e o início de funcionamento das instalações;

h) a contratação deverá ser distribuída igualmente, em termos de capacidade instalada, por cada uma das fontes participantes do Programa, podendo o Poder Executivo, a cada 5 (cinco) anos de implantação dessa Segunda Etapa, transferir para as outras fontes o saldo de capacidade de qualquer uma delas,

não contratada por motivo de falta de oferta dos agentes interessados;

i) O valor pago pela energia elétrica adquirida na forma deste inciso II, os custos administrativos, financeiros e os encargos tributários incorridos pela Eletrobrás na contratação, serão rateados, após prévia exclusão da Subclasse Residencial Baixa Renda cujo consumo seja igual ou inferior a 80kWh/mês, entre todas as classes de consumidores finais atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, proporcionalmente ao consumo verificado. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 1º Produtor Independente é Autônomo quando sua sociedade, não sendo ela própria concessionária de qualquer espécie, não é controlada ou coligada de concessionária de serviço público ou de uso do bem público de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, nem de seus controladores ou de outra sociedade controlada ou coligada com o controlador comum. (Redação dada pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 2º Poderá o Poder Executivo autorizar à Eletrobrás realizar contratações com Produtores Independentes que não atendam os requisitos do § 1º, desde que o total contratado não ultrapasse a vinte e cinco por cento da programação anual e dessas contratações não resulte preterição de oferta de Produtor Independente Autônomo, observando-se, no caso da energia eólica, que na primeira etapa do Programa o total das contratações seja distribuído igualmente entre Autônomos e não Autônomos. Redação dada pela Lei nº 10.762 de 11-11-2003.

§ 3º Caberá ao Ministério de Minas Energia a elaboração de Guia de Habilitação por fonte, consignando as informações complementares às Licenças Ambientais de Instalação, necessárias à participação no Proinfra. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 4º Somente poderão participar da Chamada Pública, Produtores que comprovem um grau de nacionalização dos equipamentos e serviços de, no mínimo, sessenta por cento, na primeira etapa e noventa por cento na segunda etapa, em cada empreendimento. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 5º As concessionárias, permissionárias e o Operador Nacional do Sistema – ONS emitirão documento conclusivo relativo ao processo de acesso aos sistemas de transmissão e distribuição, conforme Procedimentos de Rede, no prazo máximo de trinta dias após a contratação do empreendimento pela ELETROBRÁS, cabendo à Aneel diligenciar no sentido de garantir o livre acesso do empreendimento contratado pelo critério de mínimo custo global de interligação e reforços nas redes, decidindo eventuais divergências e

observando os prazos de início de funcionamento das centrais geradoras estabelecidos neste artigo. (Incluído pela Lei nº 10.762, de 11-11-2003)

§ 6º Após um período de 3 (três) anos da realização da Chamada Pública, o Produtor Independente Autônomo poderá alterar seu regime para produção independente de energia, mantidos os direitos e obrigações do regime atual, cabendo à Eletrobrás promover eventuais alterações contratuais. (Incluído pela Lei nº 11.488, de 2007)

§ 7º Fica restrita à 1ª (primeira) etapa do programa a contratação preferencial de Produtor Independente Autônomo. (Incluído pela Lei nº 11.488 de 2007)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os Projetos de Lei do Senado nºs 32 a 35, de 2008, tramitarão nos termos do disposto no art. 143 do Regimento Comum.

O Relatório vai à publicação em suplemento ao Diário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 95, DE 2008

(Da Comissão Diretora)

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820, de 2000, na Casa de origem).

A Comissão Diretora apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820, de 2000, na Casa de origem), que altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Sala de Reuniões da Comissão, 25 de fevereiro 2008.

ANEXO AO PARECER Nº 35 DE 2008

Redaçai di vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820, na Casa de Origem).

Altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, para dispor sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 47 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 47. A administração da sociedade cooperativa competirá, conforme dispuser o estatuto, ao Conselho de Administração e à Diretoria, ou somente à Diretoria.

§ 1º O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, composto exclusivamente de sócios eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 4 (quatro) anos, sendo obrigatória a renovação de um terço de seus membros, competindo-lhe a alta gestão da sociedade e o controle da direção.

§ 2º Aplica-se o disposto no § 1º quanto à eleição, mandato e renovação da Diretoria, quando inexistir Conselho de Administração.

§ 3º O estatuto poderá criar outros órgãos necessários à administração.” (NR)

Art. 2º O art. 56 da Lei nº 5.764, de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 56. A administração da sociedade cooperativa será fiscalizada, assídua e minuciosamente, por um Conselho Fiscal, constituído de no mínimo 3 (três) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, com igual número de suplentes, todos associados eleitos pela Assembléia Geral, com mandato nunca superior a 2 (dois) anos, sendo obrigatória a renovação de dois terços de seus componentes.

..... “ (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, pela ordem.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito que V. Exª me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Exª é o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Há oradores inscritos.

Por permuta com o Senador Gilvam Borges, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Senadora Serys, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Senador Alvaro Dias, que preside a sessão, eu gostaria de pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– V. Ex^a fica inscrita em segundo lugar.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, Presidente da sessão, Senador Mesquita Júnior, Senador Papaléo Paes, Senador Cristovam Buarque, Senadora Serys, quero falar um pouco sobre um tema que, com certeza, pautou os principais veículos de comunicação nesse fim de semana: a notícia sobre nossa dívida externa.

Sr. Presidente, com certeza, a notícia é extraordinária, é alvissareira. Ficamos sabendo que o Brasil tem mais dólares em caixa do que os necessários para pagar a totalidade da sua dívida externa. Conforme relatório do Banco Central, as reservas em janeiro chegaram à casa dos US\$188,5 bilhões, enquanto que a dívida total fica em US\$184 bilhões. Se tivéssemos de pagar, Senador Mesquita Júnior, toda a dívida externa em uma só tacada, ainda teríamos US\$4 bilhões em caixa.

Eu tinha de tocar nesse assunto, porque, com certeza, nossa geração acompanhou esse debate. Muitas foram as passeatas, as caminhadas e os protestos que fizemos pelo não-pagamento da dívida externa. Faço parte dessa geração. Por isso, Sr. Presidente, não há dúvida, o fato é inédito e coloca o País, pela primeira vez, na condição de credor no cenário internacional. Chego a pensar, Senador Papaléo, que é como se uma pessoa da família que eu percebia totalmente endividada de repente me dissesse que economizou, fez o balanço e descobriu que, em vez de apenas pensar em atenuar a dívida, já havia pago toda ela e ainda tinha dinheiro até para me emprestar.

Isso, sem sombra de dúvida, é demonstração de que a política econômica do Governo está dando certo. Mérito, não se pode negar, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de toda sua equipe, que soube-

ram compreender a conjuntura externa, articular bem, trabalhar bem com ela.

Cumprimento aqui o Presidente do Banco Central, e o faço com toda tranquilidade. Nunca fiz, ao longo do meu mandato, uma única crítica ao Presidente do Banco Central, ex-Deputado Federal eleito pelo PSDB, convocado pelo Presidente Lula, Henrique Meirelles, com sua política agressiva na cumulação de reservas. Está aí o resultado.

Por uma questão também de justiça, parabéns ao Ministro do Planejamento, o ex-Deputado Paulo Bernardo. Quero também cumprimentar o ex-Ministro da Fazenda, hoje Deputado, Antonio Palocci.

Senador Cristovam – sei que falará também em seguida – V. Ex^a já dizia há muito tempo: “O eixo da política econômica está bem. Não mexam nisso”. Falávamos isso, inclusive, na reunião da Bancada do PT. Ouvindo V. Ex^a e outros, também estou muito tranquilo, porque nunca fiz uma crítica ao ex-Ministro Antonio Palocci. Nunca fiz.

Cumprimento também o Ministro Guido Mantega por esse resultado.

Desenvolvendo meu discurso, lembrando sempre a forma como o povo do Rio do Grande vê questões como essa, eu poderia dizer o seguinte: o Brasil está com a guaiaca recheada de pila! É expressão lá do meu Rio Grande.

Há que se destacar que menos da metade da dívida, ou seja, US\$68 bilhões, é dívida pública. Os outros US\$116 bilhões são da responsabilidade de empresas privadas. São recursos captados no exterior, muitas vezes a custo mais baixo do que no País, para financiar projetos de expansão ou novos empreendimentos. E isso não deixa de ser positivo.

O novo momento dá base para buscarmos o chamado grau de investimento, ou seja, a nota dada ao País pelas agências de risco e que funciona como um aval para as aplicações estrangeiras – com certeza, o País está em ótimo momento.

Nesse sentido, a capacidade de pagamento da dívida, de honrarmos nossos compromissos, ajuda a fortalecer o País contra qualquer tempestade financeira internacional. O dinheiro estrangeiro que entrar fará com que nossa economia doméstica tenha novos impulsos, com geração de mais emprego e, naturalmente, com aumento da renda do povo brasileiro. Sobre isso, disse o diretor do Centro de Economia Mundial da Fundação Getúlio Vargas e ex-Presidente do Banco Central, Carlos Langoni:

O fim da dívida externa brasileira servirá de atalho para o grau de investimento.

O Brasil será o segundo país emergente do mundo, atrás só da China, a continuar

atraindo investimentos de longo prazo com força, mesmo com a crise financeira...

...Com mais dólares no Brasil, o real vai-se valorizar e a inflação vai ceder ainda mais.

Sr. Presidente, é verdade que, embora seja um feito histórico, a transformação em credor externo não significa a redenção das contas públicas.

O Tesouro Nacional divulgou o tamanho da dívida interna em janeiro: R\$1,311 trilhão, 1,68% menos do que no mês anterior. Reduzir esse valor e, principalmente, a proporção em relação ao PIB passa a ser o grande desafio. Desafio, creio eu, que o Governo está sabendo encaminhar bem, haja vista que o fato de sermos agora credores é, no meu entendimento, o princípio do que chamo de cultura de governabilidade, ou seja, independentemente de quem for o próximo governante, a casa estará arrumada. Isso é responsabilidade para com o povo brasileiro e com o crescimento do País.

Como eu tenho dito, Sr. Presidente, e volto a repetir, o Brasil passa por uma nova fase, em que, penso eu, as ideologias e as discussões com matizes políticos estão sendo colocadas de lado.

Sr. Presidente, para algumas gerações de brasileiros, é como se um fantasma fosse exorcizado. Lá se vão os anos em que pregávamos, como eu disse na abertura, a moratória e até plebiscito para saber se o País deveria ou não pagar a dívida externa. O PT fez dessa luta uma de suas marcas. Não as negamos, pois temos consciência, nas entranhas de nossa vida pública, da capacidade de nos adequarmos a essa nova realidade ora conquistada. Os críticos podem fazê-la. Isso faz parte da democracia. E os números estão aí para serem apresentados e discutidos para a felicidade, espero eu, do povo brasileiro, já que estou acreditando muito que, agora, sim, vamos investir no social.

Eu poderia dizer, Senador Cristovam, e quero passar, depois, a V. Ex^a: quem não se lembra das intermináveis negociações com o FMI? A última vez que fomos ao FMI foi em 2005, mas para anteciparmos o pagamento de uma dívida de US\$15 bilhões, que, diga-se de passagem, foi contraída antes mesmo do Governo Lula.

Creio que estamos entrando, como eu já disse, em uma nova era, num amanhã com um novo sol e um novo dia para todos os brasileiros.

Lembro, aqui, o que disse, recentemente, o Presidente Lula no Congresso Nacional da Argentina, durante visita oficial a **los hermanos**.

Disse ele:

O País tem de aproveitar este momento e começar a gastar mais com infra-estrutura. Quantas pontes, rodovias e outras obras po-

dem ser realizadas a partir deste momento, depois de 500 anos de história em que fomos devedores?"

Todos nós concordamos com o Presidente. Seria como desacreditar no futuro e no nosso potencial se nos expressássemos, aqui, de forma diferente. Estou otimista e, por certo, tenho de registrar a certeza de que este momento positivo também será aproveitado para avançarmos ainda mais nas políticas de combate às desigualdades sociais.

Amanhã de manhã, Senador Cristovam, Senador Alvaro Dias, Senador Mozarildo, Senador Efraim e Senador Papaléo, teremos, aqui, uma sessão, que se iniciará às dez horas, em que vamos discutir a situação de nove milhões de aposentados e pensionistas, que estão com defasagem nos seus vencimentos de mais de 70%.

Este não seria o momento de olharmos para os nove milhões de idosos que estão com um prejuízo em seus vencimentos de mais de 70%?

A Casa já se posicionou e disse que o Brasil – este foi o resultado, mas sou um democrata e, embora tenha votado de forma diferente, eu o respeito – podia abrir mão da CPMF, que equivalia a mais ou menos R\$40 bilhões. Vemos, agora, que dá para pagar toda a dívida externa e ainda sobrarem US\$4 bilhões. Não é a hora de olharmos para os idosos, que têm esperança de que esse seja o momento em que esta Casa aprovará o projeto que lhes garantirá o mesmo percentual – nada mais, nada menos – de reajuste concedido ao salário mínimo?

Eu poderia lembrar o nosso grande Betinho, o sociólogo Herbert de Souza, que propôs que “em mutirão vencêssemos o flagelo da fome”. Eu diria que venceremos, porque ainda estou na expectativa de que isso acontecerá.

Essa dívida externa, que tanto fez o País sofrer duras penas, agora se cala – não há mais dívida externa –, como se, ao ouvir o rufar dos tambores nas ruas, ao ouvir o grito do nosso povo, se retirasse do teatro de combate. Agora, há um novo combate, o combate do investimento interno, o combate efetivo à fome, o combate da situação do nosso povo em relação à saúde, o combate que eles querem que façamos, e que faremos, ao lado dos nove milhões de aposentados.

Eu diria mais: essa mesma dívida externa, que outrora foi fonte negadora de direitos humanos, hoje tem o seu fim anunciado. E podemos dizer que o seu pagamento deverá se tornar uma fonte de direitos humanos, pois, se não há dívida externa e temos US\$4 bilhões a mais, é hora de investirmos em políticas de direitos humanos.

Aliás, permitam-me lembrar as palavras de João Batista Herkenhoff, que disse que a dívida externa é

a principal responsável pela fome e pelos problemas sociais existentes no chamado Terceiro Mundo.

Essa mesma dívida, outrora, fez a nossa Pátria, o Brasil, adotar políticas recessivas. Agora, sabe-se que não estamos mais acorrentados à dívida externa. Não estamos mais acorrentados à dívida externa!

Que bom seria se outros países, principalmente da América Latina e do continente africano, estivessem vivendo esta mesma sensação de poder optar por pagar ou não a dívida externa, sabendo que existem excedentes!

Sr. Presidente, reitero as minhas palavras: temos de valorizar este momento, pois ele é inédito, é histórico, mas também devemos abrir picadas e enveredar rumo ao futuro, como os bandeirantes fizeram partindo de São Paulo, ou como os birivas, no Sul. Sei que muita gente deve-se perguntar: “O que são birivas?” Refiro-me aos tropeiros que atravessavam o Estado e iam para o centro do País, juntamente com suas mulas e seus cavalos, para fazer os seus negócios.

Por que não, Sr. Presidente, este momento ser emoldurado por uma reforma tributária condizente com as necessidades do País, mas também dos trabalhadores e dos empregadores?

Até o momento, Senador Mesquita Júnior, olhei com carinho para o debate da reforma tributária, mas tenho visto que o que foi divulgado, até este momento, pela imprensa tem uma ótica que não consegui alcançar ainda, com relação aos direitos dos trabalhadores e dos aposentados. É o momento, sim, de pensarmos nos empreendedores, nos empregadores, mas também nos trabalhadores, nos desempregados, nos aposentados. Essa reforma tributária deve buscar distribuição de renda, deve caminhar na linha de melhor distribuição das receitas entre a população, fortalecendo os Estados e os Municípios. Que tenhamos a coragem de efetivamente conspirar, no bom sentido, para um novo pacto federativo, com responsabilidade social!

Senador Cristovam, dentro do meu tempo ainda...

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, eu fico satisfeito que o senhor tenha trazido esse assunto. Lembre que a nossa geração, de fato, é a geração da dívida. Temos que comemorar essa manchete, mas temos que comemorar analisando com rigor. Primeiro, é preciso lembrar que o saldo ainda não existe de fato, por duas razões. Primeira, ele não está incluindo as dívidas das empresas estrangeiras sediadas no Brasil, com suas matrizes – isso não foi considerado dívida. Mas, se elas quiserem pagar essa dívida, que não deve ser também tão alta, elas vão ter que comprar dólar. Mas a segunda me preocupa mais: é que um país só pode dizer que está com saldo depois de guardar por 60, 90 e até 120 dias reservas para importar o que precisar em caso

de uma crise geral. E esse dado não está existindo. Ou seja, esse é o dinheiro que temos, maior do que o que devemos. Mas, se usássemos todas as reservas para pagar, estaríamos, como se diz, “fritos”. Precisamos ter reservas estratégicas, permanentes, isso por 90 a 120 dias, para as importações. Esse é um ponto, mas é técnico. Preocupa-me mais aquele no qual o senhor tocou: é aproveitar o momento para olhar as outras dívidas. No mesmo dia em que saiu a manchete de que agora o Brasil é credor, lá dentro, escondido, foi publicado que aumentou a dengue no Rio de Janeiro. Não podemos nos esquecer disso. O que me preocupa é que a dengue saiu das manchetes principais e foi para a manchete de baixo. De repente, nos aliviámos e dizemos: “não temos problema de dengue”. Temos problemas com a dengue, temos problema com meninos fora da escola, temos problemas na educação. E fico feliz de o senhor ter lembrado que eu sempre disse que a política econômica tinha que ser sustentada, mantida, e não pode ser reinventada. Isso é o passado. A política econômica agora é uma: responsável ou irresponsável. Não existe mais política econômica de esquerda ou de direita. Existe política econômica responsável ou irresponsável. E, felizmente, o Presidente Lula e o PT escolheram o caminho da política econômica responsável. Isso quer dizer que não existe mais esquerda? Não. A esquerda está no social, está na revolução pela educação, está na revolução na saúde, está no tratamento correto dos nossos velhinhos. Esse é o lado que se precisa, como o senhor disse, trabalhar duro, porque agora nem sequer a desculpa da dívida a gente tem mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam Buarque, como sempre, tenho que cumprimentar V. Ex^a pelo aparte, com muita sabedoria, equilíbrio e tranqüilidade. Estou pegando exatamente por esse lado. Eu poderia até lembrar da tribuna uma frase que é sua e, se me permitir, eu poderia repeti-la, pois V. Ex^a não me pediu segredo. Em uma reunião de bancada, V. Ex^a dizia: “por mim, deixem o Malan mais 100 dias”. Ou seja, para dar continuidade. Então, não estou dizendo que o mérito é somente deste Governo. É um processo que vem sendo construído, e sua frase vem se somar a isso que estou tentando expressar aqui neste momento.

Mas quero usar este grande momento para dizer que agora dá para pensar nos idosos; agora dá para pensar na situação da saúde no nosso País, que nos preocupa muito; agora dá para pensar numa melhor distribuição de renda; agora não tem por que não investirmos, ainda mais, no social. Esse é o eixo do meu pronunciamento.

Complementando a construção feita até o momento em relação à dívida externa, V. Ex^a lembra muito

bem que temos que ter um lastro, porque senão poderemos ter problemas no futuro.

Concordo na íntegra com V. Ex^a e digo que não há mais motivo nenhum para não aprovarmos, quem sabe amanhã já, a política que vai garantir aos aposentados a mesma política que entendemos possível ao salário mínimo até 2023, que é assegurar o mesmo percentual de reajuste. Estão prontos para ser votados tanto o PL n^o 58 como o PL n^o 42, como também aquele que termina com o fator previdenciário, que é o grande apelo, diria, daqueles que estão na ativa. E quem está aposentado quer a aprovação do PL n^o 58 e do PL n^o 42. Esse assunto, aprofundaremos amanhã.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes para uma comunicação inadiável. V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estado do Amapá já se tornou referência nos assuntos relacionados à proteção da biodiversidade amazônica e às práticas modernas de desenvolvimento sustentável. Com 97% de sua cobertura vegetal intacta e tendo 56% do território destinado às áreas de conservação, o povo amapaense se impôs a condição de lidar com os recursos naturais de forma mais inteligente e racional possível.

Das imensas possibilidades econômicas oferecidas pela vasta biodiversidade amazônica, nosso destino manifesto retirou sua missão: transformar a Amazônia em uma ferramenta não de inação obscurantista ou predatória, mas de ação progressista de desenvolvimento com equilíbrio ambiental.

São muitos os desafios, Sr. Presidente, que se apresentam para o povo amazônico no curso dessa caminhada. A ambição desmedida de predadores, o tráfico internacional de suas riquezas e o aparelhamento de sua cortina verde para operações criminosas a transformaram em uma região onde a ação do Estado surge como premente e essencial.

Aqui abro parênteses para dizer que o Estado tem grande responsabilidade, sim, na manutenção de determinadas ONGs mal intencionadas que hoje detêm muito mais informações sobre a nossa Amazônia do que o próprio Governo. Aí a responsabilidade, porque a maioria dessas ONGs é sustentada por verbas do Governo Federal, verbas estaduais; enfim, existe a manutenção de ONGs. Isso aconteceu na minha terra, no Estado do Amapá, onde se exploraram minérios e se controlou a revolta dos povos indígenas nessas re-

giões com a ajuda de informações dadas por ONGs. Somos testemunhas disso.

Digo isso, nobres colegas, de forma bastante ampla e plural. Refiro-me ao Estado não apenas em sua função repressora e de patrulhamento, mas sobretudo em sua capacidade como indutor de idéias, políticas e ações inovadoras. É desse pressuposto que parte a irretocável idéia de se criar uma universidade, Senador Cristovam Buarque, voltada para o estudo e para a proteção da biodiversidade amazônica.

Tal projeto, Sr. Presidente, surgiu durante os trabalhos do I Congresso Internacional de Proteção Jurídica da Biodiversidade da Amazônia, ocorrido em Macapá no ano de 2006. Fruto da união de pesquisadores e estudiosos brasileiros e franceses, consubstanciada na fronteira amazônica do Amapá com a Guiana Francesa, a Universidade da Biodiversidade da Amazônia faz parte de um amplo projeto de cooperação bilateral franco-brasileira na área ambiental, reafirmado pela recente visita conjunta dos Presidentes Sarkozy e Lula àquela região.

Entendemos ser essa iniciativa como da mais absoluta e inquestionável relevância para o nosso País. Desgraçadamente, por aqui ainda se estuda e se pesquisa muito pouco sobre o que acontece na Amazônia e sobre o que a Amazônia tem a nos oferecer. Estamos muito aquém, do ponto de vista científico, de conhecermos com profundidade o imenso patrimônio natural de que dispomos.

Com o intercâmbio oferecido pelos franceses, que também fazem parte da Amazônia por meio de seu território ultramarino, tal iniciativa acadêmica de natureza binacional poderia encetar um novo ciclo de compreensão, de investigação e de maior domínio sobre as perspectivas naturais e econômicas geradas pela maior floresta tropical do mundo.

O conhecimento, minhas Senhoras e meus Senhores, é a maior arma de dominação do mundo moderno. É o diferencial que distingue a independência da subjugação, a real soberania da autonomia fictícia.

A nação que verdadeiramente deseja desenvolver-se com altivez e segurança não tem outra escolha que não seja a de incentivar a busca contínua pelo conhecimento, pela inovação tecnológica e pela criação de novos e autônomos mecanismos de geração de renda. No caso da Amazônia, tal imposição se torna ainda mais pronunciada, dadas as suas gigantescas potencialidades e vulnerabilidades.

O fato é que, se realmente desejamos integrar a Amazônia em um grande projeto nacional de desenvolvimento, o primeiro passo fundamental é desvendá-la.

Estou absolutamente convicto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que o incremento educacional e científico proporcionado por uma universidade voltada especificamente para o estudo da biodiversi-

dade amazônica dará uma nova perspectiva a esse grande projeto.

É nossa obrigação, como povo formador e constituinte do grande grupo territorial amazônico, produzir conhecimento sobre sua natureza. Tal tarefa se relaciona diretamente à própria segurança e proteção de seu patrimônio que, desconhecido e vulnerável, se torna presa fácil da cobiça e do tráfico internacional.

Não são por outras razões, meus caros colegas, que exorto o Governo brasileiro a assumir o compromisso de efetivar, com brevidade e diligência, a criação da universidade direcionada à biodiversidade amazônica, em parceria com a França. Com o seu surgimento, poderemos não só conhecer melhor o nosso grande patrimônio natural, mas sobretudo protegê-lo com maior eficácia das ameaças que o cercam.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz este pronunciamento dada a necessidade e o nosso interesse pela questão amazônica, mais propriamente pela sua biodiversidade. E deixo aqui registrada a participação da mesma intenção do Desembargador Gilberto Pinheiro, que me enviou o Ofício nº 063, de 2007, datado de 11 de dezembro de 2007, no qual faz referência a todos nós que fazemos parte do Amapá e da responsabilidade que temos na biodiversidade amazônica, a fim de que participemos de todas as ações necessárias para a criação de uma universidade franco-brasileira sobre biodiversidade e desenvolvimento sustentável da Amazônia. Portanto, agradeço ao Dr. Gilberto Pinheiro, Desembargador do meu Estado, que se preocupa e luta muito pela nossa Amazônia, mais propriamente pela nossa biodiversidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador Marco Maciel. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

Logo após, a Senadora Serys Slhessarenko, para uma comunicação inadiável.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, em primeiro lugar, dizer ao Senador Papaléo Paes que ele conta com o meu total apoio na idéia dessa universidade voltada para os assuntos do desenvolvimento sustentável, especificamente no caso da Amazônia.

De certa maneira, na UnB, criamos o Centro de Desenvolvimento Sustentável – uma unidade pequenina, onde dou aula toda semana –, que tem essa visão, mas não a pretensão de ser uma universidade apenas para isso.

A proposta rompe com a visão tradicional de universidade organizada por departamentos, por ca-

tegorias do conhecimento. O senhor está na frente, e propõe uma universidade organizada por objetivos de estudos. Conte com o meu apoio.

Senador Tião Viana, ao dizer isso, de certa maneira, justifico a abertura que pensava em fazer para este discurso, porque a gente, que fala por aí, aprende que deve falar de um tema só em cada discurso. Dois, já ninguém presta atenção. E eu estava pensando em falar em quatro, mas, com o tema da universidade, do Senador Papaléo, já falaria em cinco. Mas é que os cinco temas, sobretudo os quatro em que eu pensei em falar, se unem em torno da idéia de buscar a verdade em relação aos temas em discussão, Senador Mesquita.

Nas últimas décadas, caminhamos para a idéia de que temos de pensar branco, preto, mas sem analisar as coisas como elas são.

Aliás, sobre isso, Sr. Presidente, observo que o tempo para o meu pronunciamento está marcado de maneira errada, de cinco minutos, e não o de vinte, como deve ser.

Começo pelo tema que discutimos há pouco, de o Brasil ser hoje um país credor. Primeiro, é claro que esse é um grande salto em relação a todo o tempo. Mas vamos analisar o assunto.

Se analisarmos o assunto, a gente vai ver que, primeiro, faltam os detalhes técnicos de uma reserva estratégica, que é, no mínimo, de três meses, das importações e da dívida entre as empresas estrangeiras que agem no Brasil. Mas isso é técnico, e não me interessa. O que me interessa é politicamente.

O que temo é que a gente deixe de perceber que a dívida é mais ampla, é financeira, externa e interna, mas também social. A gente não pode esquecer isso. No mesmo dia e no mesmo jornal em que se falava do saldo do Brasil, lá embaixo, pequeno, estava que a dengue aumentou. Se você for ler o jornal com olhos de preocupação social, vai ver que estamos em débito, mesmo que tenhamos que comemorar.

Fico contente por estarem aqui o Senador Tião Viana e a Senadora Serys Slhessarenko, que também me ouviram, muitas vezes, falar, lembrando o que disse o Paim. Há muito tempo, digo que a política econômica não tem como mudar. Não há mais política econômica de esquerda ou de direita. Existe política econômica responsável ou irresponsável, competente ou incompetente, mas não de esquerda ou de direita. Hoje, de esquerda e de direita é o Orçamento. E o nosso é de direita. Nós não temos um orçamento de esquerda, apesar de termos, felizmente, recursos indo para o Bolsa-Família.

Do ponto de vista assistencial, temos um orçamento generoso, o que para mim é um grande avanço.

A generosidade é uma das maiores qualidades que um ser humano pode ter, e, portanto, um governo também. Uma das maiores qualidades da esquerda não é apenas ser generosa, mas generosa e transformadora, transformadora e revolucionária. Isso o nosso Orçamento não é. Não por culpa do Poder Executivo apenas, obviamente, mas sobretudo por culpa nossa, desta Casa, do Congresso em geral.

Não estamos fazendo a mudança no lugar certo, onde é preciso fazer a mudança. Felizmente, o PT e o Presidente Lula tiveram a sensibilidade, a responsabilidade e a competência, duas coisas, de manter uma política econômica que terminou dando frutos. O crescimento vem, a estabilidade, a confiança. Nada é pior na economia das últimas décadas do que não pagar uma dívida. Não pagar uma dívida é muito mais caro do que pagá-la. Claro que quando você não pode pagar mesmo, você não paga, mas vai pagar um preço muito mais alto depois. Em algum momento, isso reverte contra você.

Portanto, a maneira como a política econômica foi seguida, responsável e competentemente – e vamos falar com franqueza –, seguindo basicamente os princípios que já vêm de algum tempo, desde o Governo Itamar, algumas coisas até do Governo Collor, o que não podemos esquecer, quando abriu os portos brasileiros. Isso deu resultado. Por que falo disso? Para fazermos o mesmo com as políticas sociais. Por que a gente não faz?

Permita-me, com todo o carinho, uma crítica. A mudança de enfoque da escola para a família foi um passo atrás. Ao retirarmos a palavra escola da bolsa e adicionarmos família, saímos da idéia de educar para a de assistir.

Deixamos de dizer a uma senhora, a uma família, a uma mãe “Você recebe esse dinheiro, porque seu filho estuda”, para dizer “Você recebe esse dinheiro, porque é pobre”. Foi um retrocesso essa mudança de política. Tinha-se de avançar além do que Fernando Henrique deixou, e não regredir, embora se aumentando o número, como Lula felizmente fez.

Além disso, mesmo que se mantenha o Bolsa-Escola, mesmo que se tivesse mantido o MEC – porque, ao se tirar a administração do Ministério da Educação para o Ministério de assistência social, mesmo que ele se chame Desenvolvimento Social, ao se fazer essa mudança, perdeu-se o compromisso radical com a educação –, deixou-se de ser revolucionário, transformador. Foi-se generoso, mas não transformador. Essa duas coisas já seriam muito. Agora, faltava outra: investir para valer na educação.

E aí entro no outro ponto que as pessoas não estão entendendo também. É relacionado ao que é

legal e ao que é imoral. Eu disse algo aqui, e muita gente não entendeu; saiu nos jornais, de uma maneira equivocada, que eu estaria justificando os gastos da Universidade de Brasília – não da Universidade de Brasília, mas da Finatec – com apartamento funcional do reitor. Claro que sou radicalmente contra isso. Eu fui reitor. Tinha o direito de ir para um apartamento que existia naquela época, e não fui. Mais ainda: fizemos um leilão, e o dinheiro foi para o alojamento estudantil. Senador Alvaro Dias, então, tenho todo o direito de dizer que isso é um absurdo completo.

Agora, para mim, o grave é que isso é capaz de ser legal. Quando a gente diz que uma coisa é legal, não está justificando: está dizendo que é um absurdo maior ainda ser legal uma coisa que é imoral. Durante 400 anos, neste País, a escravidão foi legal. Nenhum escravocrata, que batia em negro escravo, poderia ser preso, por bater num negro escravo. Era legal. Até que saiu uma lei que disse que o açoite não era mais legal. Mas continuava legal a escravidão. Até que surgiu uma lei que disse que, quando nascesse o filho de uma escrava, este ficaria livre aos 21 anos. Ainda assim a escravidão continuou legal. Alguns anos depois, fez-se a Lei do Sexagenário, que dizia que, passados 60 anos, o escravo ficaria três anos trabalhando ainda, mas depois estaria livre. Mas a escravidão continuou legal.

A moral vem antes do legal, não só do ponto de vista ético, como também do político, porque os legalistas terminam defendendo as leis como são. São os moralistas que são capazes de um dia transformar sua moral em uma lei, como fez Joaquim Nabuco, que viveu num mundo onde a escravidão era legal, embora, na sua moral, a escravidão fosse algo maldito. Ele conseguiu transformar, junto com todos os outros abolicionistas, aquilo que lhe parecia imoral em algo que passou a ser ilegal.

Preocupo-me com aqueles que criticam apenas esses gastos do reitor como sendo ilegais, até porque quem diz se é ilegal não somos nós, mas a Justiça, e temo que, no fim de contas, termine sendo legal. Aí, sim, é grave.

A lei orçamentária que aprovamos aqui comete uma das maiores imoralidades deste País, legalmente. Ou não é imoral reservarmos recursos para construir palácios, quando o povo não tem água nem esgoto, e o aprovamos aqui. Vamos aprovar no Orçamento, que não aprovamos ainda, recursos para construir palácios públicos neste País e vamos deixar gente sem água e sem saneamento.

É ou não imoral construir e mobiliar palácios públicos, sabendo que há crianças em escolas sem água, sem luz elétrica neste País? Eu me preocupo com algo mais grave do que a legalidade: a imoralidade.

Volto a insistir: o projeto de lei orçamentária que vamos aprovar, que se transformará em lei – portanto, será legal – e que determinará para onde irão os recursos públicos deste País virá eivado de imoralidades, ainda que sem nenhuma ilegalidade. Quando nós, Senadores e Deputados, aprovamos um projeto de lei e o Presidente o sanciona, ele fica legal, mesmo que haja aberrações. A história deste País, ao longo de todo o tempo, tem tido aberrações morais, mas legais.

Vou continuar insistindo em que, para mim, o grave é o crime contra as prioridades, muito mais que o crime contra uma lei. No caso do Brasil, a maior parte das prioridades são legalizadas por nós, embora reflitam uma postura imoral do ponto de vista de quem se beneficia. Essa verdade está muito difícil de passar, porque queremos ver as coisas brancas ou pretas: ou você diz de um jeito ou de outro; você não pode analisar as coisas com mais detalhes.

Um exemplo – o terceiro assunto – é a reação da imprensa brasileira em relação ao que acontece em Cuba, sobretudo dirigido ao Fidel Castro, como se ele fosse um demônio ou um santo. Na verdade, Cuba, de fato, tem tido ações, ao longo desses 50 anos, que ferem o espírito democrático na ótica que nós, brasileiros, defendemos.

Claro que a gente não quer um partido único. Claro que a gente não pode aceitar uma imprensa controlada, ainda que os cubanos digam que, quando se está em guerra, controla-se a imprensa, como Bush fez durante a Guerra do Iraque – obviamente, de uma maneira muito mais discreta, até porque os Estados Unidos têm muitos jornais, e Cuba só tem um, dois, do Governo. Nenhum de nós pode aceitar isso.

Agora, não podemos esquecer o que significa um país latino-americano resistir 50 anos a um bloqueio feito pelos Estados Unidos. E não é um país como o Brasil, de 8,5 milhões de quilômetros quadrados e a 8 mil quilômetros de distância. Falo de um país a 150 quilômetros de distância, com 10 milhões de habitantes, uma ilha pequena. Tem-se que reconhecer isso, mesmo se criticando o resto.

Tem-se que reconhecer que os indicadores sociais de Cuba, hoje, 50 anos depois, são melhores que os dos países escandinavos. Tem-se que reconhecer, mesmo se criticando, até para se ter força para criticar a existência de um partido único e não de um sistema pluripartidário; até para criticar uma imprensa controlada, quando a gente defende a liberdade de imprensa.

Hoje, no Brasil, parece difícil, Senadora, a gente fazer um discurso como esse. Vejo metade dos que me assistem contra mim, porque estou dizendo que Fidel

Castro controla a imprensa; e, metade contra mim, porque digo que lá toda criança tem escola.

Fui, na semana passada, à aula inaugural de uma escola, que acho que os Senadores deveriam visitar, em Jacarepaguá, mantida pelo Sesc. Uma escola que não terá horário integral: terá internato para todas as crianças. Mas não é só para as crianças: os professores vão viver dentro do **campus** dessa escola – um *campus* que parece uma universidade, com um teatro, um restaurante, uma escola do Sesc. Os professores vão ganhar R\$7 mil por mês e mais o apartamento.

E, se quiserem comer no restaurante – onde comi, e a comida é excelente –, vão pagar simbolicamente.

Eles me disseram que pesquisaram o mundo inteiro, para ver onde iam encontrar um sistema que servisse para eles. Encontraram duas ou três escolas nos Estados Unidos; em raríssimos outros países, encontraram escolas iguais a essa; em Cuba encontraram diversas iguais a essa. Estou falando do Sesc, do comércio, de empresários que vão fazer aquilo funcionar. A gente tem que aprender a analisar as coisas.

Finalmente, dos quatro sobre os quais disse que ia falar, além do quinto, da universidade do Senador Papaléo Paes, é o assunto das inundações em São Paulo.

Estão botando a culpa nas chuvas, esquecendo-se de que elas não têm para onde correr. E as chuvas, as águas, rebelam-se. Não são só os seres humanos, as massas, o povo que se revolta contra a opressão: a água também. Uma cidade que tem seis milhões de automóveis, só para colocá-los em fila – fiz as contas um dia desses –, precisaria de 2,4 mil hectares. Então, é uma cidade asfaltada, a água não tem para onde correr. E mais, por onde a água corria, nos seus caminhos foi preciso fazer regos estreitos. A água se rebela. Pôr a culpa só na chuva é um equívoco.

Vamos reconhecer que nós, ao longo desses últimos 100 anos – faço sempre questão de dizer “nós, brasileiros” –, definimos um programa, um projeto, uma estratégia de desenvolvimento que desprezava a natureza, que se concentrava apenas na indústria como um indicador do futuro e do progresso, e que um dia nos faria pagar esse preço das inundações e um preço maior quando houver o aquecimento global, Senadora Serys, a senhora que luta por isso. Precisamos analisar os projetos com mais detalhes, Senador Tião. Não é ser a favor ou contra apenas. É saber por que se é a favor ou contra. É saber em que se é a favor e em que se é contra. É saber como atingir todos os aspectos da sociedade brasileira para transformá-la.

Sei que é difícil manter o entendimento quando se fala em mais de uma coisa ao mesmo tempo. Eu falei em quatro e ainda inventei de apoiar a universidade do Senador Papaléo, colocando cinco itens. Mas

em torno desses cinco tem uma coisa: a idéia de que a verdade é mais complexa do que ela hoje aparece para cada um de nós; é o fato de que aqui nós estamos mais preocupados com a lei do que com a moral, com o legal do que com o moral. Aqui nós perdemos aquilo que tivemos 120 anos atrás, na lei da abolição da escravidão: perdemos o espírito de querer transformar as leis para fazê-las coerentes com os valores éticos e morais de um povo. Isso a gente perdeu.

Quando a Universidade de Brasília, repito – não a Universidade, mas Finatec – mobília um imóvel onde vai morar o reitor, talvez não esteja cometendo nenhum crime. Crime estaria se fosse para mobiliar o apartamento próprio do reitor. Mas, embora não esteja cometendo um crime, se não estiver – vou deixar para os advogados e os juizes decidirem –, há um crime de prioridades. Enquanto o alojamento estudantil está quebrando, ruindo, a gente gastar dinheiro no apartamento de um reitor é um crime contra as prioridades, mesmo que não seja ilegal.

Mas não é só lá que se faz isso. Aliás, as universidades têm uma tradição de austeridade. E eu vou aos *campi*, eu os visito e, em geral, são mais austeros do que todos os edifícios do Poder Judiciário. Tudo daqui deste Congresso é muito mais luxuoso do que as instalações do *campus* da universidade. Mais razão até para condenar a decisão de mobiliar com luxo o apartamento do reitor. Mas tem gente que vai achar que estou justificando, porque estou dizendo que talvez – e isso é o que é pior – seja legal.

Além disso, eu queria saber para onde foram as outras lixeiras vendidas na loja que vendeu aquela para o apartamento do reitor, porque eu não acredito que tenha vendido só uma lixeira como aquela em toda Brasília.

Tirando de lado as lixeiras para os ricos que têm como desperdiçar dinheiro, acho que deve ter muito órgão público, hoje, com lixeira cara, com luxo desnecessário. E a gente fica só em um. A gente não percebe que o problema é muito mais profundo. Não é apenas de lei, é de moral. Não é apenas de ética do comportamento de quem decidiu, é da ética das prioridades de para quem se decidiu. Não é só de onde vem, é para onde vai o dinheiro. Isso, mesmo na comunidade que está contra o uso daquele apartamento, como eu também estou – e dei prova na minha vida pública de ser contra esse tipo de coisas –, mesmo esses que são contra terminam fechando os olhos, porque, na verdade, querem uma lei que lhes sirva, e não uma moral que sirva a todo o povo. Querem exigir a legalidade que impede de tirar dinheiro do setor público para o bolso privado. E é correto não querer isso. Mas não estão preocupados com a ética que tira dinheiro do setor público para o setor

público, do setor público para os ricos, do setor público para os pobres; do setor público do presente para o setor público que constrói o futuro, como é o caso da bolsa-família, que é óbvio que é corretíssima, mas é do presente, não está construindo o futuro. É um projeto para o presente, não está construindo o futuro. É claro que o futuro começa no presente, mas não pode deixar que ele se esgote no presente.

Precisamos fazer um esforço, nesta Casa, nesse momento de tanta indignação com o uso errado de recursos em um projeto, para ver que há muitos outros projetos. Há fila na hora de fazer emenda do que tenho chamado de MSP, de palácio. Tem o MST – Movimento dos Sem Terra; e tem o MSP – Movimento dos Sem Palácio. Pior é que os sem palácio têm força, os sem palácio usam gravata, os sem palácio calçam sapatos, entram aqui, são amigos da gente e terminam entrando para o Orçamento os recursos que servem para a construção dos palácios, dos apartamentos de reitores, do mobiliário de reitores, e não para eliminar os casebres, colocar água, colocar saneamento, fazer com que as escolas sejam bem equipadas e os professores bem remunerados.

Sr. Presidente, agradeço os três minutos que me concedeu.

Peço desculpas por falar de tantos temas, sabendo que para ser entendido deveria falar somente em um.

Por isso eu tenho que explicar: esse um que tentou unificar todos os exemplos é o um da busca da verdade na discussão dos problemas no Brasil; não ficarmos naquilo que os filósofos chamam de maniqueísmo: é de um jeito ou é de outro. Entendermos que as coisas aparecem com uma complexidade que exige um esforço para entender, exige coragem para assumir o que muitas vezes parece ambivalência, mas ambivalência cujo nome certo é verdade, porque ela é muito complexa, muito complicada e exige de nós não apenas lucidez mas coragem de falar como deve e não como querem ouvir.

Por isso, todos querem ouvir apenas um assunto, de um lado ou do outro. Eu falei em muitos, tentando mostrar o que há por trás de cada um deles, pelo lado positivo e pelo lado negativo.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Senadoras e Senadores.

Durante o discurso so Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, para uma comunicação inadiável.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Pedro Simon.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu também gostaria de falar sobre vários assuntos, como o Senador Cristovam anunciou aqui, e ainda pegar uma carona na fala de S. Ex^a. Como secretária de educação de Estado que fui, a fala de S. Ex^a sobre educação foi perfeita e quero assinar embaixo, assim como também a questão das mudanças climáticas.

E aí, com certeza, durante esta semana, se tudo der certo, pretendo falar sobre o Fórum Internacional de Mudanças Climáticas. Tivemos, no Brasil, na semana que passou, mais de 120 senadores e deputados de todos os países do G8+5 e de mais cinco outros países da África, ocasião em que discutimos, com profundidade, a questão das mudanças climáticas. Estiveram presentes a nossa Senadora Marina Silva – um brilho ímpar a participação da Ministra Marina nesse evento – e o nosso Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que lá falou por quase uma hora, traçando os parâmetros com determinação sobre a questão que trata do meio ambiente no Brasil. Mas não são esses os temas que falarei hoje.

Aqui eu queria falar, Sr. Presidente, sobre o lançamento que o Presidente Lula fez hoje do Programa Territórios da Cidadania. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou, hoje, oficialmente, no Palácio do Planalto, o grande Programa Territórios da Cidadania. O novo Programa, que reúne 135 ações de desenvolvimento regional e de garantia de direitos sociais, beneficiará, só neste primeiro ano, cerca de mil Municípios brasileiros. Os sessenta territórios foram escolhidos por apresentarem o menor Índice de Desenvolvimento Humano do País (IDH) e baixo dinamismo econômico. O investimento previsto é de R\$11,3 bilhões no ano de 2008.

O Presidente Lula deixou realmente muito claro que este é o início, de forma bastante determinada, da superação do Bolsa-Família. Enquanto for preciso –ele foi categórico – o Bolsa-Família continuará. Mas este Programa é, realmente, um começo, de forma diferenciada, da saída do Bolsa-Família, a fim de que as pessoas tenham condições de uma vida digna sem necessidade de políticas compensatórias.

Por sua concepção e gerenciamento, o chamado Territórios da Cidadania difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações

para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável.

Um exemplo concreto: não basta financiar a construção de um laticínio em uma região desprovida de eletricidade suficiente para fazer funcionar os equipamentos ou de estradas para escoar a produção. É necessário, antes, suprir a região com eletrificação, com estradas etc.

Por essa razão, o Programa envolve, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, quinze ministérios. Serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa-Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (Cras) com a ampliação dos Programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e construção de cisternas.

O conjunto de ações dos ministérios englobados no Territórios da Cidadania visa à melhoria da qualidade de vida de milhões de brasileiros.

Territórios da Cidadania é um esforço concentrado do Governo Federal para superar de vez a pobreza no meio rural com um planejamento que alia visão territorial e eficiência nos investimentos públicos. O País está crescendo e já era hora de fazermos um programa dessa magnitude para que ele cresça para todos [ressaltou em sua fala o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel].

Lá no nosso Mato Grosso, Sr. Presidente, participou diretamente da videoconferência o nosso Município de Alta Floresta, contando com a população, autoridades, entidades organizadas, o companheiro Deputado Brunetto e grandes líderes de lá, como o companheiro Valdemir.

Realmente, ficamos bastante empolgados com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero aqui, ainda aproveitando esse restinho de tempo que nos sobra, agradecer as manifestações que têm chegado ao meu gabinete, vindas das mais diversas cidades, dos mais diversos rincões de nosso País, expressão de apoio e aplauso ao projeto que apresentei em nosso Senado Federal, propondo que a categoria dos vigilantes passe a ter direito, na sua rotina de trabalho, a um adicional por periculosidade.

Infelizmente, o meu tempo é pouco e não posso fazer essa fala hoje, mas me comprometo, ainda esta semana, a voltar à tribuna para completá-la.

Vou ler o último parágrafo e pediria que o meu discurso sobre o projeto de lei que tenho sobre os vigilantes seja registrado na íntegra no Senado da República.

A todos os vigilantes que acompanham a nossa trajetória, a minha saudação, a minha solidariedade, e o meu compromisso solene: apresentamos o projeto e vamos conversar, articular, procurar trabalhar com os demais Srs. Senadores nas comissões, no plenário, de forma que essa proposta possa avançar com maior celeridade. Julgo importante que, além do meu gabinete, com tantas mensagens que tanto me honram, tanto justificam a nossa atuação, a nossa vontade e o nosso esforço cotidiano, os vigilantes e as vigilantes procurem também dialogar com os parlamentares dos seus Estados; que procurem a mídia, falem desse projeto e o divulguem, com a certeza de que esse tipo de trabalho é fundamental para que possamos vencer a batalha pela aprovação desse aperfeiçoamento da legislação, da nossa CLT.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DA SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero desta tribuna agradecer as manifestações que têm chegado ao meu gabinete, vindas das mais diversas cidades, dos mais diversos rincões deste vasto país, expressando apoio e aplausos ao projeto que apresentei neste Senado Federal propondo que a categoria dos vigilantes passe a ter direito, na sua rotina de trabalho, a um adicional por periculosidade.

Vejam que este mandato em que atuo é um mandato popular, expressão da livre manifestação de mais de 600 mil eleitores do meu querido estado do Mato Grosso e portanto se enriquece sobremaneira sempre que conta com esta participação da sociedade, de homens e mulheres de todo o Brasil que entendem, como nós, que a legislação trabalhista precisa ser aperfeiçoada e que o vigilante merece uma justa recompensa pelos riscos a que se expõe em nome de todos.

Quero aqui lembrar, como já expressei na justificativa de meu projeto, que o adicional de periculosidade é uma formulação legal que surgiu para estabelecer uma compensação monetária ao empregado cuja vida ou incolumidade física se encontrem em elevado risco,

em razão das condições em que se desenvolve a sua relação de trabalho.

Ou seja, é um instituto de segurança e proteção do trabalho, que visa a garantir, na impossibilidade de eliminação do risco, um apoio, ainda que imperfeito, ao trabalhador, em razão do desgaste físico e psicológico evidente a que se encontra sujeito. Só que o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (fixado através do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), e que vem tendo um contínuo aperfeiçoamento, graças a alguns importantes legisladores que passaram por este Congresso Nacional, como o saudoso senador carioca Nelson Carneiro, ainda não se lembrou dos vigilantes, no que se refere à periculosidade.

Veja, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a CLT reconhece como de periculosidade, unicamente, as condições de exposição a substâncias inflamáveis e explosivas (art. 193). Além disso, a Lei nº 7.369, de 20 de setembro de 1985, concede adicional semelhante ao empregado que trabalhe no setor elétrico, em condições de periculosidade.

O legislador, portanto, adota um conceito de periculosidade que se prende, exclusivamente, ao risco de acidente que envolva as instalações e o meio ambiente intrínseco à relação do trabalho. No entanto, a saúde e incolumidade física do trabalhador não se encontram ameaçadas apenas pela possibilidade de incêndio, de explosão ou de descarga elétrica. Sim, vivemos outros tempos, envolvidos por outros costumes – e não podemos mais, aqui neste Senado Federal, neste Congresso, virarmos as costas à situação vivida por aqueles homens e aquelas mulheres que atuam como vigilantes.

O ofício de vigilante é sabidamente arriscado. A elevadíssima incidência da criminalidade em nosso País, ao longo dos últimos trinta anos, tornou praticamente uma exigência a contratação de serviços privados de segurança, em quase todos os ramos de atividade econômica.

A ameaça à vida do vigilante é mais do que evidente. A violência de grupos criminosos, como temos visto diariamente nas páginas dos jornais, nos telejornais, não conhece limites. A utilização indiscriminada de armas de fogo é uma constante e o vigilante constitui, com regularidade, o primeiro e principal alvo dos criminosos. O perigo está à espreita em todos os cantos e os bravos vigilantes, que se expõe a todos os riscos, em favor de seus concidadãos, devem ter o devido reconhecimento por sua importante e, digo mesmo, imprescindível atuação. Entendo que é uma questão de honra que este Senado se pronuncie, se manifeste, em defesa desta categoria – e por isto apresentei o meu projeto, com a confiança de que ele terá

a aprovação dos meus pares, certamente sensíveis à condição de trabalho dos vigilantes e das vigilantes, pelo Brasil afora.

Ressalte-se, também, que, ao contrário de algumas atividades perigosas, na acepção da CLT, a atividade do vigilante não comporta eliminação do risco. A própria natureza do ofício já torna automática a exposição do trabalhador ao risco representado pelo crime. O projeto que apresentei, portanto, é uma tentativa de sanar essa lacuna legal e conferir ao trabalhador e, indiretamente, aos seus familiares e à sociedade como um todo, uma compensação, ainda que imperfeita, reiteramos, ao risco a que se expõem os trabalhadores do setor de vigilância patrimonial e pessoal e transporte de valores. Destaque-se que, nesse mister, buscamos manter a paridade com as hipóteses já contempladas de pagamento do adicional de periculosidade, para garantir a equidade entre as diversas categorias.

A todos vigilantes que acompanham esta minha fala, a minha saudação e a minha solidariedade. E o meu compromisso solene: apresentamos o projeto e vamos conversar, articular, procurar os demais senadores nas comissões, no plenário, de forma a que esta proposta possa avançar com maior celeridade. Julgo importante que, além do meu gabinete, com as mensagens que tanto me honram, tanto me envaidecem, tanto justificam a minha atuação e o esforço cotidiano que faço nesta casa, que os vigilantes e as vigilantes procurem também os demais parlamentares, que procurem a mídia, que falem e divulguem este projeto, com a certeza de que a pressão social é fator fundamental para vencermos a batalha pela aprovação deste aperfeiçoamento na legislação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior, por cessão do Senador Pedro Simon.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para seu pronunciamento.

Em seguida, fará uso da palavra o Senador Alvaro Dias, para uma comunicação inadiável.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de mais nada meus agradecimentos ao Senador Pedro Simon pela cessão do seu espaço.

Hoje venho disposto a tratar de um assunto que trouxe a esta Casa em 2003, que se refere à questão dos bancos e dos sucessivos e absurdos recordes de lucros auferidos por esses bancos.

Mas, antes de tocar nesse assunto, Senador Papaléo, eu não podia deixar de manifestar a minha solidariedade às famílias de dezenas de amazônidas como nós que tiveram familiares vítimas de um naufrágio, agora recente, de uma embarcação que transitava do Pará para o Amazonas. V. Ex^a é sabedor e conhecedor do assunto. É daqueles desastres que chamo de desastre anunciado.

Venho aqui falando, sistematicamente, que precisamos voltar a nossa atenção, a nossa disposição e nossas ações concretas para a Amazônia brasileira de forma firme e consistente. Cheguei a propor aqui, até como provocação, a instituição do Ministério da Amazônia, que concentraria preocupações, reflexões e ações voltadas para aquela grande região e com base em um projeto nacional para ela, a fim de que possamos sair da situação de correr atrás do prejuízo. Na Amazônia, até hoje, corremos atrás do prejuízo, corremos para apagar incêndios.

Sobre este desastre, o naufrágio de uma embarcação, Senador Buarque, em que dezenas de crianças, inclusive, perderam a vida devido a uma irresponsabilidade na semana passada, proferi aqui um discurso tratando da Amazônia.

Fiz questão de trazer o texto do meu discurso porque, nele, eu dizia, à certa altura, que, quando temos de viver correndo atrás do prejuízo é porque, por imprevidência ou incuria, não nos programamos para evitá-lo. Anos após anos nos mostramos surpresos e indignados com os desastres que na Amazônia se repetem com uma frequência imperturbável quando, no fundo, sabemos tratar-se de desastres previamente anunciados.

E provoqueei o Plenário, Senador Papaléo:

Querem ver? Todos os anos centenas de pessoas morrem nos rios da Amazônia vítimas de naufrágios de embarcações precárias que não oferecem a mínima segurança, e nada é feito para acabar com essa tragédia.

Deus me livre, mas parece que eu estava vaticinando o acidente que acaba de acontecer na semana passada. Fiz isso, Senador Papaléo, pela constatação dramática que fizemos. Somos expectadores de que isso acontece repetidas vezes na Amazônia.

Empresas que têm a gestão do transporte fluvial naquela região devem ganhar uma fortuna e não são compelidas a modernizar suas embarcações, a oferecer-lhes uma segurança maior. Centenas, milhares de pessoas se movimentam nos rios da Amazônia, grandes, pequenos e médios rios, nas situações mais precárias que se podem imaginar. Esses desastres nos deixam surpresos, mas não devem surpreender ninguém. São todos desastres anunciados. E vamos

ainda abrir os jornais e ver notícias de outros desastres. Quando vamos parar com isso?

A Marinha está completamente desaparelhada naquela região. Há declarações disso hoje por parte da Marinha brasileira.

A fiscalização já passou de precária. As embarcações são verdadeiros alçapões, verdadeiras armadilhas para as pessoas que usam esse transporte porque não têm outra maneira de se locomover, Senador Papaléo Paes. Isso que é dramático. As pessoas vão para o cadafalso. As pessoas entram numa embarcação daquelas... E você tem declarações, depoimentos de pessoas que dizem: "Olha, eu entro aqui com o coração apertado, porque eu sei que, a qualquer momento, a gente pode perder a vida". Mas é porque não têm opção. Como a maioria da população que vive na Amazônia, não tem opção para fazer coisas diferentes daquelas que fazem.

Então, precisamos, Senador Papaléo Paes, sensibilizar o nosso Governo Federal, que, em contato com os Governos estaduais, deve fazer um levantamento dessa situação e tomar providências concretas, imediatas. Daqui a uma semana, daqui a um mês, esquecemos esse naufrágio; daqui a dois meses, um outro naufrágio com mais dezenas de pessoas inocentes, vítimas da irresponsabilidade de empresário guloso, de um Governo omissivo, de uma fiscalização inexistente. Quando é que vamos parar com isso?

Então, mais uma vez, estamos aqui trazendo este assunto. A Amazônia, se os brasileiros não abrirem os olhos, eles vão falar da Amazônia como algo que deixou de ser nosso. Então, é bom que a gente se compenetre disso. Que a gente abra os olhos para essa triste realidade.

Antes de entrar no assunto que me trouxe, hoje, aqui, a esta tribuna, ouço o aparte do Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Primeiro, quero reafirmar aqui que o seu projeto não deve ser só para provocar. Eu acho que merece, sim, a gente pensar na idéia de um ministério da Amazônia, que até já houve. Segundo, quero falar que não podemos perder a Amazônia. Mas existem duas maneiras de perdê-la: a primeira é entregá-la à voracidade dos grandes países; a segunda é nós mesmos destruí-la. Se destruímos a Amazônia, ela não é mais nossa, pode continuar lá no território dizendo que é brasileiro, mas deixou de ser. Quando a gente tirar o último barril de petróleo, os poços de petróleo deixarão de ser nossos; serão de ninguém, serão zerados. A gente não pode deixar que a Amazônia seja perdida por imposição internacional, como já tem gente aí dizendo há muito tempo, aliás, há décadas. Mas também não podemos deixar que

ela se perca porque a gente a destruiu. Nós vivemos num condomínio. O planeta Terra, hoje, é um condomínio com mais de 200 países, cada um é como se fosse um apartamento. Cada um é soberano, mas tem responsabilidade com o resto. Ninguém tem direito de tocar fogo nos móveis do seu apartamento, mesmo que os móveis sejam seus e mesmo que o apartamento seja seu. Você não tem o direito de deixar a torneira aberta a noite inteira, mesmo que você pague a conta de água, porque vai vazar para o resto. A Amazônia é nossa, mas temos a obrigação de zelar por ela como um grande patrimônio da humanidade inteira. Então, ela é nossa para protegê-la e usá-la a serviço da população que ali vive, porque também o resto do Brasil exigir manter a floresta, deixando o povo passando fome lá, não está direito. A gente paga fortunas aos Estados e Municípios que têm petróleo, a gente paga *royalties* altíssimos para esses Municípios. Mas não queremos pagar **royalty** à população que mora na Amazônia. Está na hora de criar um "**royalty** verde", que eu tive a honra de propor como projeto, e de zelar pela Amazônia, defendendo-a como brasileira, a serviço da humanidade inteira.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Buarque.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago hoje aqui uma reflexão, que já fazia em 2003, acerca dos lucros abusivos, excessivos, escorchantes que os bancos aqui no nosso País auferem, sob o olhar complacente e bondoso do povo brasileiro.

Os bancos no Brasil vêm batendo sucessivos recordes de lucros, há pelo menos quatro anos. E, de acordo com a opinião do próprio Presidente da República, é bom para o País que assim seja. O que seguramente pode ser bom para os banqueiros, mas péssimo para os correntistas, é que esse lucro seja auferido, em grande parte, com o produto de tarifas escorchantes, que se generalizaram e se tornaram praxe depois do fim do processo inflacionário. Algo que pode ser comprovado pelas importâncias pagas aos diferentes órgãos públicos nos três Poderes do Estado, para que as contas-movimento e as contas-salário de seus servidores sejam mantidas neste ou naquele estabelecimento, numa concorrência predatória em que os únicos prejudicados são os referidos servidores que, ao contrário do que ocorre com os metalúrgicos de São Paulo e do ABC, por exemplo, não têm a liberdade de escolha do banco em que desejam manter as suas contas-salário.

O Congresso Nacional tem grande parte da responsabilidade por esse estado de coisas, pois tramitam, tanto no Senado quanto na Câmara, projetos de lei assegurando esse direito aos servidores públicos,

sem que sejam, sequer, objeto de nossa consideração, como de resto ocorre, sempre que se trata de proposições de iniciativa parlamentar. Não se admira que, em conseqüência, há pelo menos 30 anos, todas as pesquisas de opinião apontem o Legislativo como o último dos três Poderes do Estado na credibilidade percebida pelos cidadãos.

Aqui, Sr. Presidente, decide-se, em primeiro lugar, os interesses do Executivo; logo em seguida, os das grandes corporações; em terceiro lugar, os das categorias organizadas e, em último lugar, os dos cidadãos que não dispõem de poder de pressão.

Essa percepção é quase a mesma em relação ao Judiciário. Todos devem estar lembrados da odisséia que representou o julgamento da Adin promovida pela Federação dos Bancos, para declarar que o Código de Defesa do Consumidor não se aplicava aos estabelecimentos de crédito em suas relações com os respectivos clientes. Nas mãos de um ilustre e eminente ex-membro do Supremo Tribunal Federal, o pedido de vista dormitou durante nada menos de dois anos nas gavetas do Supremo!

Tratando desses assuntos, pronunciei, em fevereiro e março de 2003, três discursos que fiz publicar, com o título que me foi sugerido de “Banco Central: Paraíso dos banqueiros, purgatório dos bancários e inferno dos brasileiros”. Neles lembrei que apenas a receita de tarifas de alguns dos grandes bancos no País superava o montante da folha de pagamento de seus empregados.

Não bastasse o abuso sistematicamente praticado pelos bancos na relação com seus clientes, muito a contragosto, por serem titulares compulsórios de contas-salário, deve-se acrescentar a ação igualmente predatória do Banco Central, guardião dos mais sagrados interesses de bancos e banqueiros.

A autoridade monetária do País cria e institui, a seu alvedrio e sem limites, tarifas que gravam correntistas dos bancos brasileiros, para atender às mais mezinhas de suas obrigações. É o caso do encargo que pesa sobre as transferências interbancárias, acima de determinado valor, para atender às despesas decorrentes da obrigação do Banco Central de comunicar à Comissão de Coordenação das Atividades Financeiras – COAF –, as movimentações acima de R\$10 mil.

A situação seria dolorosa se não fosse dramática. O Banco Central defende os interesses dos bancos e banqueiros; os sindicatos, as federações e a confederação dos bancários zelam pelo interesse dos empregados dos bancos. E quem tutela os interesses dos cidadãos que são correntistas compulsórios dos bancos se as grossas paredes e as cúpulas que cobrem os plenários da Câmara e do Senado não permitem

que aqui chegue e repercuta o clamor contra os abusos, as aberrações e as ultrajantes decisões que afetam milhões de brasileiros, decretadas por essa nova versão dos sete sábios do Sião?

Exatamente por isso, estou revivendo, nos últimos dias, a sucessão de pronunciamentos que fiz desde 2003, neste plenário, menos para cumprir um dever de todo e qualquer Parlamentar e mais, sobretudo, para manifestar perante a Casa a indignação que ouço nas ruas e que, de outra maneira, jamais chegaria até aqui.

Senador Papaléo, é o que me traz hoje a esta tribuna. Como eu disse, estou revendo, rememorando a existência de projetos, de pronunciamentos que fiz logo que cheguei nesta Casa. Na semana passada, fi-lo com relação à pretensão do Governo, estampada em matérias grandiosas, de que enfim resolveu encarar a máfia dos cartórios.

Eu, logo que cheguei aqui, protocolei projeto que tirava da exclusividade dos cartórios a possibilidade de registrar cidadãos e cidadãs por este País afora, seja nas instalações das Forças Armadas, seja em escolas, seja em hospitais. Ou seja, tirava o monopólio que hoje têm os cartórios para o registro de pessoas. E a situação, em razão desse fato, é que milhares de brasileiros até hoje não podem acessar serviços públicos, não podem ser beneficiários de ações públicas, porque carecem da existência de um reles registro de nascimento.

Logo que cheguei aqui, fiz protocolar nesta Casa projeto que disciplinava a divulgação e publicidade de bebidas alcoólicas. O Governo também, recentemente, anunciou que vai agir em relação a esse assunto. Ou seja, são assuntos que nós, Parlamentares, trazemos a esta Casa e, por vezes, transformamos em projetos de lei e que mereciam das Casas, tanto do Senado quanto da Câmara, quando nada a apreciação, Senador Papaléo. Mas são projetos que dormitam em nossa Casa, que dormitam na Câmara dos Deputados, e, daquela forma a que já nos habituamos aqui, o Poder Executivo vem, como vampiro, e apropria-se das idéias e iniciativas como se antes de seus badalados anúncios nenhuma preocupação houvesse entre os Parlamentares deste Congresso Nacional acerca daqueles assuntos.

Senador Alvaro Dias, concedo, com muito prazer, a V. Ex^a o aparte.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a, com competência e senso de oportunidade, aborda questão relevante para que o Congresso possa realmente alcançar os seus objetivos no que diz respeito à produção legislativa. Os projetos dormitam nas gavetas tanto do Senado quanto da

Câmara durante anos e os problemas pressionam a sociedade. Recentemente, houve o encontro dos dois Presidentes, Garibaldi Alves Filho, do Senado Federal, e Arlindo Chinaglia, da Câmara dos Deputados, em que se estabeleceu uma prática de aprovarmos um pacote de projetos do Senado na Câmara e, na contrapartida, o Senado aprovaria um pacote de projetos originados na Câmara. Estabeleceu-se que o primeiro tema seria segurança pública. Há projetos importantíssimos aprovados pelo Senado que estão aguardando deliberação na Câmara. E, certamente, essa prática, se adotada com eficiência, poderá inclusive resolver questões como essas suscitadas por V. Ex^a – projetos de sua autoria que, lamentavelmente, acabam perdendo a oportunidade de aprovação. Imagino que não basta definir que teremos uma seleção de projetos de Senadores, escolhida pelo Presidente da Câmara. É preciso que todos os projetos aprovados pelo Senado sejam prioridade para a Câmara dos Deputados. Esse é o entendimento, a meu ver, que deve ser razão de um encontro do Presidente do Senado com o da Câmara. O Senado assume o compromisso de aprovar todos os projetos oriundos da Câmara como prioridade e a Câmara aprovaria os nossos projetos. Seria a forma de valorizar o Poder Legislativo. Estamos, é claro, como avalistas de projetos do Executivo; estamos como linha auxiliar do Poder Executivo; estamos sendo desvalorizados a cada passo, sobretudo em função da edição de medidas provisórias. A questão das medidas provisórias também se debate aqui, há tanto tempo, e não se encontra solução. Não vejo dificuldades!. Se adotarmos o critério da admissibilidade com base na juridicidade e constitucionalidade, eliminaremos 80% a 85% das medidas provisórias encaminhadas pelo Governo; irão todas para o Arquivo, porque mais de 80% das medidas provisórias são inconstitucionais, como é inconstitucional essa que vem agora e que já está aí sendo aprovada pela Câmara dos Deputados, que cria a TV Pública. Essa é uma medida provisória inconstitucional. Então, se adotarmos esse critério de que medida inconstitucional vai para o Arquivo, nós vamos desobstruir a pauta certamente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senador Álvaro, V. Ex^a mostra o caminho das pedras. O Congresso Nacional precisa sair dessa posição, por vezes até subserviente, de dar importância máxima à tramitação de medidas provisórias. Lembro aqui, e já o fiz uma vez – estou concluindo, Senador Papaléo –, o próprio Líder do Governo que antecedeu o Senador Jucá, nosso prezado amigo Senador Mercadante, disse aqui, há pouco mais de um ano, admitiu, como Líder do Governo, que mais da metade das

medidas provisórias que aqui chegam no Congresso Nacional não tinham razão de chegar dessa forma.

Temos aí já um argumento precioso de quem tem forte trânsito nesta Casa, representava o Governo nesta Casa como Líder e tem essa compreensão.

Portanto, precisamos dar um basta, parar de choramingar, porque o que ficamos fazendo aqui é isto Senador Papaléo, choramingar em razão do acúmulo de medidas provisórias, e não tomamos uma atitude no sentido de rejeitá-las porque a grande maioria – como disse o Senador Álvaro Dias – carece dos fundamentos mínimos necessários para que possam ser inclusive apreciadas nesta Casa.

Portanto, precisamos nos voltar para dentro desta Casa, porque, olhem, não é teoria da conspiração, mas, às vezes, sinto no ar, Senador Álvaro Dias, que nada é de graça e que, de fato, há um movimento – seja de onde parta – no sentido de desmerecer as ações do Congresso Nacional, de desmoralizar o Congresso Nacional. E o que estamos vendo em nosso País é que isso de fato está ocorrendo, porque estamos presenciando um momento em que há um forte desequilíbrio entre os Poderes da Nação e isso não é saudável para a democracia, isso não é bom para o povo brasileiro.

A forma que temos de retomar o equilíbrio dos Poderes em nosso País é prestigiarmos a nossa Casa, prestigiarmos a Câmara dos Deputados, no sentido de darmos prioridade à tramitação e à apreciação dos projetos que são de uma quantidade imensa, de origem e de autoria dos próprios Parlamentares. Se não fizemos isso com ênfase e com determinação, Senador Álvaro Dias, não sei aonde iremos parar.

Portanto, é o nosso recado, Senador Papaléo Paes.

Agradeço pelo tempo concedido por V. Ex^a.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a por ter trazido à discussão temas tão importantes como os que fizeram parte de seu discurso. Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

V. Ex^a fará uso da palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o Senador Flávio Arns, há algum tempo, apresentou um projeto de lei no Senado Federal com objetivo de regulamentar a fabricação de pneus remoldados no Brasil. Um projeto inteligente, compatibilizando os interesses

do progresso econômico com geração de emprego, de renda e de receita pública e a indispensável obrigação da preservação ambiental.

Esse projeto mereceu a atenção dos Srs. Senadores, tramitou nas comissões técnicas, houve um intenso debate sobre o assunto, mas a solução não ocorreu. Um projeto, a meu ver, preservacionista e não depredador. No entanto, por resistência do Governo, o projeto não foi aprovado. Conseqüência: 1.200 funcionários, trabalhadores de uma empresa paranaense, a BS Colway Pneus, foram demitidos. Empregos diretos. Não estamos fazendo referência aos empregos indiretos eliminados em razão dessa intransigência governamental.

Imaginar que um projeto como aquele, que estabelecia rigorosamente uma regulamentação em defesa da ecologia e da preservação ambiental, pudesse transformar o Brasil num grande lixão é assumir o discurso de empresas multinacionais interessadas em eliminar essa concorrência.

O encerramento das atividades dessa empresa se deu em razão de liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal, que proibiu a empresa de importar as carcaças usadas na fabricação dos pneus remoldados.

Na verdade, o que se trava é um confronto entre empresas multinacionais interessadas em assegurar amplo domínio desse segmento da nossa economia, sem cumprir as suas obrigações com a preservação ambiental.

O fechamento dessa empresa do Paraná representou o fim também de inúmeros programas sociais exemplares, patrocinados pela BS Colway. Entre eles, podemos citar os dez mil beneficiados da Vila da Cidadania, do grupo de escotismo e do Bom Aluno. A Prefeitura de Piraquara calcula que, com o corte da produção, o Município deixou de receber em torno de R\$2 milhões em repasses de ICMS.

Esse lixo-pneu, realmente, constitui um gravíssimo problema no nosso País, e o Governo não exige das empresas multinacionais que façam a coleta dos pneus inservíveis, atirados pelas ruas, pelos terrenos baldios e servem para moradia de dengue. São, sem dúvida alguma, causa do crescimento da doença em muitos Estados do País.

Essa empresa paranaense idealizou um programa denominado Rodando Limpo, responsável pelo recolhimento de pneus retirados de circulação, com a coleta de praticamente todos os pneus velhos do Estado do Paraná. Até 2005, foram coletados mais de 8 milhões de pneus inservíveis.

O programa Rodando Limpo proporcionou, a custo zero para o Governo do Paraná, a redução de 99,7%

do número de casos de dengue no Estado. E houve episódios, há tempos, que colocaram o Paraná entre um dos Estados que havia a maior incidência de dengue no País – a cidade de Londrina é um exemplo.

O programa Rodando Limpo foi implementado no Paraná, mas depois foi para outros Estados, inclusive do Nordeste, como Paraíba, Pernambuco, Alagoas, com previsão de ser instalado em todas as unidades da Federação, incluindo São Paulo.

O programa recebeu o prêmio Valor Social 2003. Um júri de especialistas indicados pelo Instituto Ethos (responsabilidade social) e a Akatu (consumo consciente) elegeu essa empresa como vencedora do prêmio na categoria Respeito ao Meio Ambiente.

O pioneirismo e o êxito foram marcas desse programa. Um dado relevante: essa empresa já recolheu no Paraná mais de 13 milhões de pneus inservíveis no meio ambiente. Na Paraíba, em Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, foram recolhidos 3 milhões de pneus inservíveis. Esses números falam por si só.

Portanto, a indagação que se faz é: quem protegerá esses trabalhadores desempregados?

O Governo foi intransigente. O Governo atendeu ao apelo das empresas multinacionais, que, na verdade, trabalharam para impedir que se estabelecesse um parâmetro mais correto para preços dos produtos negociados. Obviamente, esses pneus remoldados proporcionavam uma redução dos preços cobrados pelas empresas multinacionais. A concorrência que se estabelecia vinha em benefício de um preço mais justo para os consumidores de pneus no País.

Não tenho tempo para concluir o pronunciamento em relação às anotações que fiz, Sr. Presidente Paaléo Paes.

Mas o fechamento dessa principal fábrica de pneus remoldados no País ocorreu na esteira de tratamento desigual nas ações judiciais por parte da Advocacia Geral da União. E a pergunta que faço é: por quê?

Por que, das 24 fábricas de remodelagem de pneus no Brasil, só essa empresa paranaense e uma outra empresa também do Paraná foram atingidas pelas ações? É a pergunta que queremos formular à Advocacia Geral da União. E as demais empresas? Por que não foram alcançadas por essas medidas judiciais? Por que esse tratamento que desrespeita o princípio da isonomia? Por que se utilizar de dois pesos e duas medidas? Será que é porque o Sr. Francisco Simeão era um líder no combate aos interesses das empresas multinacionais de pneus no Brasil?

Não somos contra a presença delas no território nacional. Que atuem aqui, que invistam, que gerem empregos, mas que se estabeleça uma competição

igual, uma competição que possibilite ao povo brasileiro obter uma vantagem.

Toda ação governamental no Paraná e no resto do País que envolva coleta e destinação de pneus usados deve pautar-se pelo programa Rodando Limpo, um exemplo de preservação ambiental. Reinventar a roda não seria uma atitude esperada pelo gestor público. A lacuna deixada pelo programa, que agora desaparece, é uma realidade lamentável. Esperamos que as empresas que operam nesse segmento não enxerguem apenas o lucro de suas operações comerciais, mas tenham vivo o compromisso com a ecologia e a saúde pública.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, como orador inscrito, por cessão do Senador Heráclito Fortes.

V. Ex^a dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos dias, venho assistindo aos noticiários, acompanhando o dia-a-dia da imprensa, e vi matérias que seguidamente se referiam à situação do ex-Ministro Antonio Palocci. Tratavam da condição de investigado que ele vive hoje, em razão das denúncias apresentadas por um delegado de Ribeirão Preto e por membros do Ministério Público de São Paulo. Penso que o dever do País, dos segmentos políticos, nesta hora, é de acompanhamento, de serenidade, de devida isenção, de devida tranquilidade, para que a Justiça, com absoluta isenção, com não-envolvimento passional no caso, cumpra seu papel e faça o justo julgamento do caso. Minha expectativa era essa.

Meu colega Senador Efraim Moraes, na semana passada, trouxe considerações de grande indignação sobre o resultado que a imprensa noticiou. Sinto-me também no dever de tecer alguns comentários sobre o assunto, já que tenho a mais clara impressão favorável à honradez, à dignidade e à história pública do ex-Ministro Antonio Palocci. Agi assim dentro da CPI dos Bingos. V. Ex^a testemunhou aquele momento, um momento difícil da luta política que travamos.

Se pudéssemos deixar esse caso ser devidamente apurado pelas instâncias do Poder Judiciário e se seu julgamento fosse levado a termo com absoluta isenção, estaríamos fazendo um bem enorme ao País.

A imprensa noticiou que o principal responsável pelas acusações levadas ao Ministério Público até o

momento, o Sr. Rogério Buratti, retirava todas as acusações em razão de afirmar constrangimentos e outras situações que o levaram a fazer tais denúncias, que foram aproveitadas pelo Ministério Público. Vale lembrar a situação em que se encontrava aquele rapaz – os meios de comunicação, no Brasil, noticiaram perfeitamente: estava algemado; estava com roupa de presidiário; recentemente, havia recebido uma fita denúncia sobre suas conversas telefônicas, investigadas à porta de sua casa, para sua família receber pela manhã; e seu depoimento junto ao Ministério Público estava sendo gravado e transmitido ao vivo como um *show*, como uma espécie de *Big Brother*. E aí ele foi levado a toda uma situação de denúncia e de afirmações sobre todo aquele episódio, com questões passionais envolvidas.

Vivíamos um momento de acirrada disputa político-partidária, disputa que previa as eleições de 2006, a possível reeleição do Presidente Lula. Os indicadores econômicos do País estavam perfeitamente delineados e apontavam, com muita certeza, para bons resultados, o que se confirma hoje com os resultados da macroeconomia, com todos os indicadores das reservas cambiais do Brasil, das reservas externas do País, da política de juros, da redução da relação dívida/PIB. Os indicadores eram francamente favoráveis, com a política de crédito, com o Programa de Aceleração do Crescimento. Enfim, todos os horizontes eram muito favoráveis no Brasil, como bem disseram aqui, hoje, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Paim e outros.

O Ministro Palocci tinha pleno reconhecimento público das virtudes da condução da política macroeconômica do Governo, “sem reinventar a roda”, seguindo aquilo que acreditava ser adequado no Governo anterior e procurando fazer sua parte de ajuste gradual e responsável na economia brasileira. O resultado foi uma espécie de linchamento moral, dramático. Acusações de toda ordem levaram-no à renúncia da condição de Ministro e à reclusão voluntária da vida pública. A seguir, enfrentou apenas uma eleição a Deputado Federal, sendo bem votado e consistentemente reconhecido pelo seu Estado de São Paulo. Foi ainda um marco no debate sobre a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) na Câmara dos Deputados, ou seja, sobre a disciplina fiscal e sobre a responsabilidade fiscal no Brasil.

Então, temos de ter a devida serenidade. Hoje, o Brasil parece ter como único verbo o verbo “denunciar”, e o Parlamento está completamente absorvido nesse caminho: não consegue fazer a reforma política, não consegue encaminhar e decidir sobre a reforma tributária, não consegue fazer uma revisão do processo

legislativo em si, não consegue ter um trato definitivo e virtuoso com os outros Poderes. Está vítima de si mesmo. Quando se olha a pesquisa de reconhecimento e de credibilidade, verifica-se que há apenas 0,5% de confiança no nosso Poder Legislativo, Poder no qual acredito e no qual sei que o Senador Papaléo e outros muitos aqui acreditam. Queremos que ele se afirme bem, porque a essência da democracia está no Poder Legislativo, mas estamos vítimas de nós mesmos.

Precisamos sair dessa roda-viva. Temos de construir caminhos. A impressão que tenho é a de que estamos numa cena de *video game*, em que alguém está com arma na mão e em que cada pessoa que aparece no campo político tem de ser derrubada, tem de ser exterminada. É um cenário dramático da vida nacional.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana...

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – A essência de um Partido como concepção programática, a visão ideológica que se deve apresentar para a sociedade, a responsabilidade nas reformas estruturais, a postura estruturante sobre a política brasileira parecem não fazer parte do cotidiano da vida nacional.

Parece-me que o Ministro Palocci deve ter direito a um julgamento sereno, isento, absolutamente desprovido do envolvimento emocional da política, para poder ser feita a devida justiça no caso dele.

E trago a lembrança das minhas palavras dentro da própria CPI. O Senador Efraim trouxe a preocupação de que a CPI fosse considerada e respeitada no seu exercício e na sua atividade, pois queria a valorização dos depoimentos apresentados no seu pronunciamento, o que é absolutamente legítimo. Mas isso não invalida que alguns possam ter sido eivados de falhas em razão de um momento passional da política brasileira.

Em relação à denúncia mais forte contra o ex-Ministro Palocci da tal das varreduras na Prefeitura de São Paulo, tenho os números aqui. Ele não fez a licitação quando assumiu a prefeitura no ano de 2001. A licitação foi feita em anos anteriores, em 2000. Foram três decisões emergenciais, porque já havia uma denúncia e uma investigação sobre o preço da varredura na prefeitura de Ribeirão Preto por um partido que não era o nosso e que estava administrando Ribeirão Preto anteriormente. Foram três decisões de contratos emergenciais com a empresa Leão & Leão, quando não era a gestão do Ministro Palocci. E a empresa atuava em dezenas de prefeituras de São Paulo, não somente na prefeitura de Ribeirão Preto, na gestão do ex-Ministro Palocci. Está aqui: o preço pago pela gestão anterior, que foi autora da denúncia contra o Ministro Palocci, no ano seguinte, era um preço maior por varredura por

quilômetro quadrado em muitos itens do que o verificado na própria gestão do Ministro Palocci.

Então, por que não deixar isso ser encaminhado com a devida serenidade para a Justiça brasileira, para que, sem paixões, sem comportamento maniqueísta, seja estabelecido o que, de fato, é um julgamento justo e legítimo sobre uma personalidade como o ex-Ministro Palocci?

Longe de mim querer antecipar a inocência do Ministro Palocci! Quero é que se faça justiça, quero é que ele tenha o direito de fazer sua defesa sem ser vilipendiado na sua honra e na sua história. Foi Vereador em São Paulo, militou no movimento estudantil, sonhou com todas as causas da liberdade. Foi Deputado Estadual; Deputado Federal; Prefeito por duas vezes, reconhecido no julgamento popular; Ministro de Estado, sem qualquer mancha de desvio de conduta. Por que, de repente, passou a ser vítima de linchamento imediato, cruel, da sociedade brasileira?

Vamos dar tranqüilidade ao julgamento, para que as decisões sejam dadas apenas sob o manto das normas jurídicas brasileiras, porque esse vai ser o melhor caminho.

Aqui, fico muito à vontade para fazer esse apelo, porque sei o valor que tem uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que não pode cair no campo da vulgarização. O papel do Poder Legislativo é muito maior do que apenas o de denunciar. A denúncia é uma virtude, tem de ser prerrogativa legítima, porque faz parte do horizonte fiscalizador do Poder Legislativo, mas temos de formular e construir caminhos, de definir os grandes temas nacionais. Com todos esses ataques, deixamos o Executivo plenamente de bem com a sociedade brasileira, e nós, do Poder Legislativo, estamos mal, porque estamos conduzindo de maneira equivocada o debate nacional e o papel de ser Governo e de ser Oposição, aqui, neste Parlamento. Então, que sejamos capazes de fazer uma revisão melhor do que o simples debate maniqueísta!

Concedo um aparte ao Senador João Pedro, ao Senador Mão Santa e ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Tião, V. Ex^a trata, nesta tarde, de destacar a vida de um grande brasileiro. Não tenho dúvida de que o Deputado e ex-Ministro Antonio Palocci está entre os grandes brasileiros, os grandes homens públicos. Ele compõe essa legião de brasileiros que deu grandes contribuições ao nosso País. Agora mesmo, quando o Brasil passa de devedor internacional a credor internacional, ali está a presença do Ministro Antonio Palocci. Essa mudança qualifica o Brasil e expõe nossa economia à tranqüilidade. Na condução desse grande momento que está vivendo a sociedade brasileira, não podemos

deixar de mencionar a presença do Ministro Palocci. Lembro que, quando iniciou o Governo do Presidente Lula, o Ministro Palocci tomou decisões duras e amargas. O risco Brasil não era o de agora, o País vivia o descrédito internacional naquele momento, em 2002 e 2003, e havíamos passado pelo Fundo Monetário Internacional um ano antes, em 2003. Enfim, houve a presença do Ministro Palocci. Quero concordar com as palavras de V. Ex^a e dizer que precisamos ter tranqüilidade na condução, na expectativa e no esclarecimento da postura de um dirigente político, de um militante, de um ex-prefeito, de um deputado estadual e de um Ministro que conduziu esse processo graças ao qual estamos vivendo dias de grandes resultados em nossa economia. Precisamos avançar muito. Quero destacar que o Ministro Palocci deu essa grande contribuição para a condução da economia, no primeiro Governo do Presidente Lula. Concordo com V. Ex^a que a Justiça deve julgar com tranqüilidade, sem as emoções daquele contexto que viveu, efetivamente, a CPI. A CPI tem de ser um instrumento. Por favor, não é nada contra a CPI, mas alguns atores, alguns participantes da CPI estão tomando uma posição que, realmente, surpreende todo o Brasil. Espero que a posição tomada, mudando sua opinião, seja no sentido de esclarecer, de contribuir para com a verdade. Então, V. Ex^a está coberto de razão quando levanta essa questão. Quero, neste aparte, prestar minha solidariedade. Que essa peça, que só agora a imprensa veio a conhecer, sirva para ajudar a Justiça brasileira a conduzir e concluir essa questão em que o Ministro Palocci está envolvido!

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro. O que quero é apenas justiça. Não estou, aqui, com a presunção de fazer a defesa do Ministro Palocci, de afirmar sua inocência ou de querer condená-lo precocemente, mas apenas espero que a Justiça possa, com absoluta liberdade e com isenção, fazer o julgamento necessário sobre aquele episódio.

Não tiro da cabeça, ouvindo seu aparte, Ibsen Pinheiro e Alcení Guerra. Ibsen Pinheiro, 16 anos após um linchamento dos mais perversos da história do julgamento político brasileiro, foi devidamente inocentado pelo jornalista que o acusara então.

Precisamos ter o devido cuidado para que a paixão da política não faça um juízo de valor moral de maneira precipitada.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Permite-me, Senador?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Com o maior prazer, Senador Papaléo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Não sou de interferir junto ao orador, nem é permitido que o Presidente faça aparte, mas não quero, de forma alguma, ser levado em consideração quanto a isso. Pela minha condição de médico e pela minha formação humanística, quero dizer a V. Ex^a que, infelizmente, o ex-Ministro Palocci, médico e, atualmente, Deputado Federal, pela opinião pública já está completamente linchado. Que Deus permita que ele tenha, pelo menos, condições de se defender perante a Justiça! Sei que vai ser feita justiça, mas ele, mesmo sendo inocentado, levará muitos anos para recompor todo esse dano que foi causado à sua figura.

Qualquer um de nós está sujeito a sofrer injustiças. Não há dor maior para alguém do que a dor de uma injustiça, principalmente para um homem público cuja vida fica exposta da maneira como expuseram a vida do Ministro Palocci, o qual, sem julgamento, já foi condenado diante da opinião pública.

Prefiro aguardar o julgamento legal e, enquanto ele não for julgado culpado, considerá-lo inocente, deixando essa discussão política ser feita com respeito pela figura de um cidadão que pode estar sendo injustiçado plenamente.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, que faz uma ponderação, na condição de Presidente da Casa, neste momento, sobre procedimentos que devemos ter em relação à Justiça brasileira. Isso só enriquece a minha fala. Muito obrigado.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa, ao Senador Suplicy e ao Senador Cristovam.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, eu só queria perguntar: qual é a porcentagem que deram ao prestígio do Poder Legislativo?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Foi de 0,5%.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Olha, isso é mentira, é mentira, é mentira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É pesquisa. Pesquisa é ciência.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não é ciência, não. É mentira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Estatística é matemática.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Não, e vou dizer o porquê. Vou provar a verdade. Não existe isso. Olhe, pense num Parlamento, principalmente neste Senado. Vamos olhar para as caras que estão aqui, como a de Marco Maciel. Só esse garante 50%. Marco Maciel é o maior nome de virtude do Brasil. V. Ex^a é orgulho para a ciência médica e é professor. Nós nos orgulhamos disso, fui à sua terra. Efraim Morais teve passagem pela Câmara, é de família política da Paraíba, e eu

o conheço. E há aqui o Professor Cristovam e o Suplicy. Agorinha, vim do Rio de Janeiro. Não existe isso. Essa é uma campanha dirigida que temos de rechaçar como estou rechaçando. Nunca dantes houve um Senado da República como este. Olhe para Papaléo Paes, para seu prestígio, para o conceito pelo qual zela e que trouxe da sua profissão de origem. Agora mesmo, vim do Rio de Janeiro, e não ocorre isso. Dei autógrafa, tirei retrato, nunca houve uma manifestação contrária. Agorinha, eu vinha aqui com o Bolsonaro, que disse: “Mão Santa, está aqui um militar que quer tirar um retrato com você. Ele disse que nunca falou com um Senador”. Era um militar! Nós gozamos de bom conceito. Isso é uma mentira. Veja o Senado, numa segunda-feira! Em 183 anos, nunca dantes houve um fato como este. Temas importantes foram dissecados e analisados à luz desse debate. Então, tudo foi bem. Faço minhas suas palavras, mas essa é uma campanha difamatória, porque não sinto isso. Não tenho mensalão. Então, gosto muito de Buenos Aires, porque lá tudo é barato. Papaléo, eu ia saindo com a Adalgizinha, e me disseram: “É você o Mão Santa?”. “É, sou”. Havia fotografos. Aquilo era meio Brasil, lá em Buenos Aires. Não foi por mim, não, mas porque sou Senador da República. Então, parte do prestígio de um Marco Maciel é transferida para nós. Esta é uma Casa de alta respeitabilidade, em que se tem confiança, como os militares pediram. Amanhã, por exemplo, haverá uma sessão, que o Paim saiu para organizar, em defesa dos aposentados do Brasil. Então, não é isso. Recebo, diariamente, cerca de oitocentos a mil *e-mails*, e não há isso, não. Ninguém está batendo, não. Estão dando força para continuarmos na luta para aprimorarmos a democracia, de que V. Ex^a é um exemplo. Só o Senador Marco Maciel garante 50%, e nós, outros, estamos acima dos outros Poderes. Nenhum, nem o Executivo, nem o Judiciário, neste momento da democracia, está acima de nós. Aquele oficial da Marinha brasileira disse: “O Brasil espera que cada um cumpra seu dever”. Estamos cumprindo o nosso dever. Não vamos faltar à democracia e ao Brasil.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que é um amigo afetuoso, Senador Mão Santa.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Cristovam, com a compreensão do Presidente Papaléo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Tião Viana, com respeito ao depoimento de V. Ex^a sobre o ex-Ministro da Fazenda e Deputado Federal Antonio Palocci, gostaria de dar o testemunho do meu conhecimento de muitos anos sobre o ex-Ministro, desde o início da história do Partido dos Trabalhadores,

de que fui fundador, em 1980. Conheci o médico sanitário Antonio Palocci ao tempo em que eu era Deputado Estadual, 1979/1982, e também interagi com ele no período 1983/1986. Naquela época, o médico sanitário Antonio Palocci prestava assessoria, dentre outros, ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais no interior de São Paulo, como o de Guariba. Eu acompanhei os movimentos sociais, as greves de trabalhadores. Muitas vezes, Antonio Palocci ajudava no diálogo junto aos trabalhadores rurais. Acompanhei Antonio Palocci quando ele foi Deputado Estadual, quando foi Prefeito de Ribeirão Preto. Em 1995, o Prefeito Antonio Palocci foi um dos que tiveram a iniciativa de instituir um programa de renda mínima associado à educação, em Ribeirão Preto. A proposta havia sido de uma vereadora, Joana Leal Garcia. Ele, como Prefeito, disse que não teria objeção a que ela apresentasse e, se o projeto fosse aprovado pela Câmara Municipal, ele estaria de acordo. Palocci me convidou para dialogar a respeito com a sua equipe de secretários, assim como para participar da audiência pública na Câmara Municipal. Ali eu estive, com o plenário completamente lotado. Muitas vezes, interagi com Antonio Palocci, que foi inclusive presidente estadual do Partido dos Trabalhadores. Numa época em que Antonio Palocci poderia ter sido escolhido candidato ao Governo do Estado de São Paulo, em 1998, certo dia, ao final de uma reunião do diretório nacional, o Presidente Lula me perguntou: “O que você acha de a Deputada Federal Marta Suplicy ser candidata ao governo?”. Eu disse: “Parece-me uma boa idéia, mas é preciso dialogar com o Palocci, que é presidente e potencial candidato”. Então, fomos para a minha residência e tivemos um diálogo, eu, a Marta e o Antonio Palocci, que avaliou que ela poderia ir muito bem. Realmente, ela quase foi ao segundo turno; em decorrência disso, depois foi candidata a prefeita, vitoriosa, no ano 2000. Cito esses exemplos, e outros: quando Ministro da Fazenda, foram inúmeras as vezes em que fui ao seu gabinete dialogar com ele sobre temas de políticas públicas. Conversamos sobre política econômica, e levei para dialogar com ele o economista Paulo Nogueira Batista Júnior. Conversamos com toda a sua equipe. Só quis ilustrar que foram muitas as vezes em que dialoguei com Antonio Palocci. Quero dar o meu testemunho de que, em todas essas ocasiões, nunca vi qualquer atitude ou qualquer palavra de Antonio Palocci que não fosse de defesa extremamente séria da coisa pública. Quando ele aqui veio à CPI presidida pelo Senador Efraim Moraes, fiz questão de dar o meu testemunho, e hoje o renovo. Inclusive, quando em depoimentos os mais diversos em sessão secreta daquela CPI, não houve qualquer prova, qualquer testemunho de que ele tivesse agido com incorreção no que diz respeito ao trato com o dinheiro público,

tanto como Prefeito quanto como Ministro da Fazenda. Em especial na área da Fazenda, felizmente, ele muito acertou. Os efeitos da política por ele desenvolvida, que está sendo continuada pelo Ministro Guido Mantega, que era parte da sua equipe, são demonstrados hoje por números. Então, eu gostaria apenas de aqui acrescentar este testemunho sobre alguém que conheci. Sinto-me na responsabilidade de dizer essas coisas, Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a, cujo depoimento só engrandece o meu pronunciamento. Tenho certeza de que tanto o Ministro Palocci como aqueles que conhecem a vida dele e acompanharam a sua vida pública têm a mais elevada consideração a V. Ex^a pelas palavras apresentadas nesta hora. V. Ex^a só confirma ser um homem de tantas virtudes morais e de vida como é, Senador Suplicy.

Antes de ouvir o aparte do Senador Cristovam, para encerrar, Sr. Presidente, lembro um gesto de Palocci, além do da bolsa-família a que o Senador Suplicy se referiu: bibliotecas. Nenhum prefeito, na história deste País, em quatro anos, edificou oitenta bibliotecas em seu Município. Foi na gestão de Palocci como Prefeito que Ribeirão Preto se tornou a cidade de maior leitura *per capita* do País.

Parece-me muito difícil acreditar que quem tenha um olhar para o conhecimento, para a cultura, para a educação possa se deixar levar por desvios tão nefastos à vida pública. Só espero que um julgamento justo seja feito, sem que tenhamos que absolvê-lo ou condená-lo precipitadamente.

Ouçó o Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Tião, eu o felicito por trazer esse assunto com essa clareza. Não estamos julgando o ex-Ministro, estamos apenas querendo que ele seja tratado com o direito de qualquer cidadão. Ao mesmo tempo, não perco a ocasião para dizer que não se deve esquecer todo o passado da pessoa que comete um erro, se é que o cometeu. Este País tem uma dívida com o Ministro Palocci, durante o período em que ele foi Ministro da Fazenda, pela responsabilidade com que tratou os assuntos financeiros e pela competência que demonstrou. O que vimos nesta semana em relação à dívida tem a ver com o trabalho dele naquele período. Primeiro, reconhecer-lhe todos os méritos; segundo, tratá-lo com o respeito a que todo cidadão tem direito.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a V. Ex^a.

Encerro, agradecendo ao Presidente Papaléo Paes pela tolerância com o tempo. Reafirmo que, quando o Senador Efraim Morais veio à tribuna tecer suas considerações, S. Ex^a o fez buscando, de maneira

muito consistente, a defesa das prerrogativas de uma comissão parlamentar de inquérito. Esse é o nosso papel como Senadores da República.

Muito obrigado, Senador Papaléo Paes.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Tião Viana.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a usar a palavra pelo art. 14. Fui citado tanto pelo Senador Tião Viana quanto pelo Senador Suplicy. Solicito a V. Ex^a o tempo necessário às explicações.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu caro e estimado Senador Tião Viana, é meu dever vir a esta tribuna já que na última sexta-feira fiz comentários a respeito deste assunto que a mídia publicou. Quero repetir algumas posições em relação ao nosso discurso.

Como muito bem mencionou V. Ex^a, a nossa preocupação é com esta Casa, nossa preocupação é com o trabalho das Sr^{as} e dos Srs. Senadores. V. Ex^a teve uma atuação brilhante na CPI dos Bingos – que reitero tive a honra de presidir –, que teve como Relator o hoje Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho.

E nós observamos com surpresa – em meu pronunciamento, deixo bem clara a minha indignação em relação ao fato – o que fez o Sr. Buratti. Manifestei perplexidade e indignação diante do depoimento quase que secreto – quase que secreto –, feito em cartório, por Rogério Tadeu Buratti, negando tudo o que havia afirmado em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos, em 2005. Eu ouvi o depoimento, V. Ex^a ouviu, e vimos, estávamos presentes, seja nas sessões secretas seja nas sessões transmitidas ao vivo, que ele, Buratti, acusou o então Ministro da Fazenda Antônio Palocci de receber propina de R\$50 mil mensais da firma Leão Leão. V. Ex^a se lembra disso. Aqui, eu coloquei as palavras do Sr. Buratti.

E solicitei, no final do meu discurso, que a Mesa do Senado – da qual eu e V. Ex^a fazemos parte – impletre *notitia criminis* no Ministério Público contra Rogério Tadeu Buratti, para prestar esclarecimentos sobre a retratação que fez em relação ao seu depoimento na Comissão, realizada de maneira livre e sem pressões.

V. Ex^a citou aqui a forma como ele prestou depoimento à Polícia ou ao Ministério Público.

Mas V. Ex^a também é testemunha de que, em nenhum momento, nem este Presidente, Presidente da CPI dos Bingos, ou qualquer dos Parlamentares que fizeram parte daquela CPI, como o Senador Suplicy, V. Ex^a, eu, o Senador Papaléo e tantos outros, em nenhum momento, em nenhum sequer, fizemos qualquer tipo de coação contra o Sr. Rogério Buratti. O que ele disse lá, disse de livre e espontânea vontade. O que ele afirmou lá, afirmou sob juramento. O que nós, os Senadores, não podemos admitir, principalmente nós que participamos da CPI, é que esse cidadão, às escondidas, quase que às escondidas, preste um depoimento e diga que tudo o que disse é mentira.

Não. Isso não vamos aceitar. Não vamos aceitar porque, amanhã, qualquer que seja o cidadão que venha a depor nesta Casa... Imagine Duda Mendonça vir dizer que tudo o que ele disse é porque estava brincando, era questão de *marketing*, era só para fazer um **marketing**, tudo aquilo que ele disse era mentira. Ou que o Marcos Valério diga que tudo o que ele disse era mentira. Paciência. Vamos esperar que a Justiça julgue.

Não, de forma nenhuma, coloquei nada contra, e nada tenho de pessoal contra o Ministro Palocci, mas o que não admito e não admitirei é que qualquer cidadão... E é bom que se diga: se não bastasse a falta de idoneidade do Sr. Buratti para acusar o Ministério Público, onde não sofreu qualquer coação para desmoralizar a retratação fajuta que fez o chefe.

O Sr. Buratti, dentro da CPI, não teve isso, e disse tal qual estava escrito em seu depoimento.

Por isso, não nos cabe continuar discutindo a questão. Não cabe a nós condenar nem inocentar antecipadamente qualquer que seja o cidadão. Do contrário, vamos cair... E há uma coincidência. Eu não vou ler, mas peço ao Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão... A **Folha de S. Paulo** traz hoje uma matéria de Fernando de Barros e Silva, que se chama "Piada de salão", e diz o seguinte:

Como Jacinto Lamas, ex-tesoureiro do PL (hoje PR), e o próprio Delúbio Soares, figura notória, nomes e personagens menos sugestivos também foram arrancados de sua obscuridade pelo escândalo do mensalão. Eram todos, muitos ainda são, operadores do partido [o Partido de V. Ex^a teria o Delúbio, e o PR, o Lamas], homens da máquina, gente invisível para o público, mas valorizada internamente pela ficha de serviços prestados à 'causa'.

É o caso de Henrique Pizolatto, o ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil; é também o caso de Rogério Buratti, ex-secretário

de Governo de [do então Prefeito] Antônio Palocci.

No final, diz: "Tinha razão Delúbio quando avisou, lá no início, que o mensalão ainda iria virar piada de salão. Este nunca falou à toa. Gênio".

O que não vamos deixar é que isso aconteça, que o Sr. Delúbio seja realmente esse gênio, que diz que tudo que acontece no Congresso vira piada: CPI é piada, denúncia é piada, a imprensa denuncia, é piada. Não vale nada porque está todo mundo blindado.

Meu caro Senador Tião Viana, são os esclarecimentos que faço a V. Ex^a, lembrando que, em meus discursos, destaquei que as declarações de Buratti foram amplas, desceram a detalhes, mencionando nomes, datas, lugares e cifras. Hoje, esses fatos pertencem à história, não sendo possível revogá-los no gesto furtivo de prestar depoimento às escondidas em um cartório, sem vir a público explicar o gesto suspeitíssimo.

Foi o registro que fiz. E acredito que em defesa desta Casa, em defesa do Parlamento, contra um cidadão que não tem crédito para a opinião pública e, tenho certeza, nem para V. Ex^a ou para qualquer um desses casos.

Por isso, Sr. Presidente, esperamos que a Justiça julgue, e que o resultado do julgamento seja verdadeiro, até porque não temos que contestar a decisão da Justiça, e sim cumpri-la.

Sr. Presidente, agradeço a forma carinhosa e decente com que V. Ex^a sempre nos trata. V. Ex^a, que foi um grande companheiro na CPI dos Bingos, sabe da forma democrática, elegante e cordial com que tratei não apenas o Ministro, mas também o Sr. Buratti, quando prestaram depoimento em nossa CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Efraim Morais. A solicitação de V. Ex^a será atendida de acordo com o Regimento.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos do art. 14, gostaria de dar uma explicação pessoal muito breve, por ter sido citado.

De modo muito objetivo, e já concluindo, cumprimento o Senador Efraim Morais pelas explicações apresentadas, o que deixa clara a sua condição de ex-Presidente da CPI, com a defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, a seriedade com que se deve tratar matérias como as que S. Ex^a citou. É absolutamente natural que no PT tenha havido erro histórico da parte

de alguém, como no partido de S. Ex^a. Por exemplo: quando ele cita o Delúbio no meu, nós lembramos de Hildebrando Pascoal no dele. Essas coisas fazem parte da política brasileira e em nada maculam a honra de quem tem honra e a firme decisão de fazer política com grandeza.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senador Tião Viana.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 161, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 215, III, c, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do diretor do “Sistema A Crítica de Rádio e Televisão”, Rui Souto de Alencar, 58 anos, ocorrida no último dia 17, em Manaus (AM).

Solicito que esta deferência do Senado Federal seja comunicada aos familiares do homenageado, aos funcionários e à direção da Rede Calderaro de Comunicação (RCC) e aos diretores do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do Amazonas (SIDERPAM).

Justificação

Rui Souto de Alencar, 58 anos, prestou relevantes serviços ao Magistério Superior e ao desenvolvimento dos meios de Comunicação Social do Estado do Amazonas, deixou um legado de ações relevantes para a história do Amazonas. Na condição de professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), contribuiu na formação de várias gerações de comunicadores até aposentar-se. Como especialista em administração de empresas de radiodifusão, foi diretor da Televisão Educativa do Amazonas (hoje IV Cultura), e diretor, durante 23 anos, do “Sistema A Crítica de Rádio e Televisão”, pertencente à Rede Calderaro de Comunicação (RCC). Como um dos principais executivos da RCC, Rui Alencar exerceu, também, cargos de direção nas instituições classistas do setor, no Amazonas e no Brasil.

Nascido na cidade de Coari (a 370 quilômetros de Manaus em linha reta), no Médio Solimões, Rui Alencar migrou para Manaus em busca de melhores condições para estudar e trabalhar. Graduou-se bacharel em Comunicação Social na Ufam e tornou-se Mestre pela Universidade de São Paulo (USP). Professor destacado pela rigidez na formação de quadros profissionais destinados a mudar o perfil burocrático dos meios de comunicação do Amazonas, Rui Alencar foi logo conduzindo a condição de executivo do setor, desde o começo da década de 1980. Tanto na academia

quanto na iniciativa privada, Rui Alencar desenvolveu suas funções orientadas pela possibilidade de contribuir com o aperfeiçoamento das relações humanas.

Pode-se dizer que Rui Alencar deixou exemplos que o tornarão um marco da história do Amazonas pela sensatez, tolerância, magnanimidade e senso de justiça, seja como pai de família, seja como companheiro de trabalho, seja como dirigente empresarial de um dos setores mais importantes e mais complexos da modernidade.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2008. – Senador **João Pedro**, PT/AM.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Com a palavra o Senador João Pedro para encaminhar a votação.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que não está bem formulado o requerimento, porque se trata da Rede Calderaro.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Rede Calderaro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Sim; é o grupo filiado à SBT no Amazonas.

No dia seguinte ao falecimento do jornalista, professor da Universidade Federal do Amazonas, aposentado, uma pessoa muito querida, uma referência do jornalismo lá no Amazonas, participei de um evento em que o Senador Arthur Virgílio e o Senador Jefferson Péres também prestaram uma homenagem à memória do Professor Rui Souto Alencar, ou Rui Alencar como era conhecido. Foi uma perda para o jornalismo, para a Universidade do Amazonas, mesmo estando aposentado; foi uma perda como dirigente da comunicação lá no Amazonas. E não poderia ser outro o gesto deste Senador, que conheceu esse servidor público, esse dirigente dos meios de comunicação do Amazonas.

Espero, pois, que o Senado encaminhe esse voto de pesar pela memória, pelo passado e pelo presente do Professor Rui Alencar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento de V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento Interno.

Com a palavra, o Senador Marco Maciel, que fará uso da palavra como orador inscrito, por permuta com o Senador Cristovam Buarque, que já falou como segundo inscrito.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Papaléo Paes, Sr^{as} e Srs. Senadores, o federalismo é uma das relevantes questões abertas da agenda de política institucional do Congresso brasileiro.

O Brasil independente viveu 67 anos, a partir de 1822, como Estado unitário, que o Ato Adicional de 1834, ao extinguir os Conselhos Gerais de Províncias e criar as Assembléias Legislativas Provinciais, instituiu o que o historiador Pedro Calmon designou de “semifederalismo” – isso porque havia certa descentralização no ato de governar.

Nos 119 anos seguintes, experimentamos todas as modalidades de organização federativa, desde o modelo de viés norte-americano, adotado em 24 de fevereiro de 1891, com a nossa primeira Constituição republicana. Passamos do Estado unitário do Império para o Estado federal, assim explicitamente proclamado na Constituição a que me referi, de 1891: república federativa, bicameral, presidencialista.

O unitarismo voltou a preponderar durante o período do Estado Novo, ou seja, de 1937 a 1945, com Getúlio Vargas à frente, até chegarmos ao federalismo compartilhado, como se chamava, ou solidário, que começou a ser aplicado com a Carta de setembro de 1946. É bom lembrar que a Carta de 1946 foi considerada liberal, visto que restituiu as liberdades públicas e dotou o País de modernas instituições. Só aí, a meu ver, teve início a discriminação de rendas em nosso sistema tributário, partilhando-se as receitas públicas entre a União, os Estados e os Municípios.

A nova sistemática induziu à proliferação dos Municípios, como forma de aumentar, por essa via, por meio da repartição do Imposto de Renda, os recursos a eles destinados, o que importava em benefício indireto para os Estados em que se localizavam os Municípios.

Essa discriminação de renda se manteve, desde então, como meio de amenizar a assimetria econômica, social, demográfica e territorial de nosso federalismo republicano. Para evitar as crescentes demandas por recursos tributários dos demais entes federativos, a União passou, a partir de 1988, a primeira Constituição após o processo de abertura política do País, a aumentar a carga tributária com a adoção de contribuições, gênero da espécie tributos, que se tornou renda exclusiva do Governo Federal. Isto é, a União não criou mais novos impostos, mas contribuições – somente os impostos são repassados a Estados e Municípios; as contribuições ficam exclusivamente nas mãos da União.

As reivindicações pela partilha dessas contribuições tendem a progredir de forma geométrica, evidência da necessidade de urgente reformulação do sistema tributário nacional, consentânea não somente às demandas de Estados e Municípios, mas sobretudo às necessidades dos cidadãos.

Fundos destinados ao financiamento das áreas de infra-estrutura, como transportes, portos, aeroportos e comunicações, cujos recursos têm sido esterilizados sob o argumento de gerar superávit primário, indispensável à hígidez, isto é, à saúde das contas públicas, precisam ser blindados contra o contingenciamento orçamentário, sob pena de estarmos substituindo o planejamento plurianual de caráter permanente, insistentemente reclamado pelo País e exigido pela Constituição, por programas ocasionais sujeitos às incertezas das sucessões presidenciais.

A repartição harmônica entre competências constitucionais e recursos para a sua materialização deve obedecer ao sadio princípio federativo, segundo o qual nada do que possa ou deva ser feito pelos Municípios seja atribuído aos Estados, e nada do que possa e deva ser feito pelos Estados possa ser arrogado pela União, ou pelo Governo Federal, conforme recomenda o salutar princípio da subsidiariedade. Aliás, esse princípio teve origem na Doutrina Social da Igreja, e quem primeiro o expressou, de forma muito precisa, foi o Papa Pio XI, numa encíclica, se não estou equivocado, chamada **Quadragesimo Anno**. Foi ele que defendeu esse princípio, entendido como descentralização na prestação dos serviços sociais, que uma instituição menor pode fazer não deve ser delegada a uma instituição maior. Assim, aquilo que o Município pode fazer não deve ser tarefa do Estado, e aquilo que o Estado pode fazer não deve ser exercitado pela União. O País é muito grande, e esse princípio se lhe aplica como uma luva; conseqüentemente, quanto mais descentralizarmos o ato de administrar, melhor para a sociedade, para a cidadania.

Em outras palavras, antes de repensarmos o sistema representativo, com seus componentes essenciais e interdependentes – o sistema eleitoral, o sistema partidário e o sistema de Governo –, é indispensável rediscutirmos o próprio sistema político, que inclui os modelos de organização do Estado, a começar por nossa estrutura federativa. Ou seja, precisamos aprimorar a forma de Estado, a forma e o sistema de Governo e estabelecer o que mais nos convém nos dias que vivemos, sobretudo nos albores deste novo século.

Definidas as atribuições e redistribuídos os recursos retirados da sociedade, para a manutenção do Estado e dos governos, outra tarefa prioritária é a de evitarmos os paralelismos onerosos das funções do Poder Público, estimulados pela crescente burocracia oficial em todos os Poderes do Estado e em todos os níveis de governo.

Nosso sistema tributário talvez seja dos mais onerosos por se multiplicar pelas três instâncias de governo, gerando sobreposição das diferentes atribuições que

as compõem: a função de tributação, a função de fiscalização e a função de arrecadação. União, Estados e Municípios mantêm enormes estruturas para fiscalizar os tributos a que estão obrigados os contribuintes e não para fiscalizar as pessoas físicas e jurídicas que a eles estão sujeitos. O resultado é que as exigências fiscais, como a inscrição no cadastro fiscal, se multiplicam por três, num paralelismo rigorosamente dispensável, que onera cada vez mais o “custo Brasil”.

Tributos não declaratórios e refratários à sonegação podem ser uma alternativa para a simplificação do sistema tributário, desde que as verbas geradas sejam suficientes e bastantes para atender às necessidades de criação de meios nas diferentes esferas no nosso sistema federativo.

Cabe, a propósito, insistir na necessidade de viabilizar um ajuste fiscal que busque melhorar a qualidade dos tributos e contribuições, muitos deles marcados por alta regressividade, simplificar a legislação, caracterizada por um chorrilho de textos legais, e reduzir a carga que pesa sobre os cidadãos e as empresas. Lembre-se de que os cidadãos recolhem anualmente mais de um terço de seus salários e rendimentos ao Erário. Por fim, mas não finalmente, uma verdadeira reforma fiscal não pode ignorar a questão federativa, tema que deve emergir dos debates, pois é essencial à superação das desigualdades sociais e disparidades regionais.

Com a proclamação da República, deixamos de ser um estado unitário e nos convertemos em Estado federativo, conforme prescreveu a Constituição de 1891, a primeira Carta republicana.

A Constituição de 1988, vide o art. 18, foi além ao incluir entre os entes da federação, os municípios. O federalismo brasileiro era caracterizado pela presença dos entes que eram a União, os Estados e o Distrito Federal.

Com a de 1988 – a Constituição Cidadã, como chamou certa feita Ulysses Guimarães –, passamos a adotar o que Miguel Reale chamou de “federalismo tri-no”, porque, além da União e dos Estados – envolvendo os Estados e o Distrito Federal –, passamos a contar também como entes federativos os Municípios.

O que diz o art. 18?

“A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.”

Ocorre, Sr. Presidente, que a nossa federação é marcada de grande concentração de tributos e contribuições na União, como já disse, em detrimentos dos

Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A CPMF, agora revogada, além de elevar a carga das pessoas físicas e jurídicas, não era repassada aos Estados, Distrito Federal e Municípios, por constituir uma contribuição e não um imposto, como já tive ocasião de salientar. Daí a enorme repercussão positiva da sociedade brasileira à decisão do Senado adotada na madrugada do dia 13 de dezembro do ano passado.

Sr. Presidente, “O fato” – dizia o escritor Aníbal Fernandes – “é sagrado; o comentário é livre”. A verdade é que o Senado agiu com sentimento cívico e determinação ao baixar, via extinção da CPMF, o volume do chamado “custo Brasil”.

O fim da CPMF não causou, tampouco, nenhum problema de monta para o Governo Federal. Antes serviu de oportunidade para evitar gastos supérfluos.

E, por falar nisso, gostaria de lembrar que o jornal *Valor*, edição de hoje, página A8, informa que “Ajuste ao fim da CPMF será mais fácil do que o previsto”. E mais, a matéria das jornalistas *Claudia Safatle e Mônica Izaguirre observa*:

“Se o corte de gastos ficou muito aquém do anunciado inicialmente e ainda sobraram recursos para atender as emendas parlamentares, talvez tenha sido precipitada a reação do governo de aumentar o IOF e a CSLL [que são contribuições]. Historicamente [continuo citando a matéria das jornalistas a que me referi], o governo nunca executa a totalidade do orçamento e, quando precisa, faz os controles de gastos na boca do caixa. (...) Isso só reforça a impressão de que a carga tributária está por demais elevada”.

Sr. Presidente, ao encerrar, portanto, minhas palavras, desejo frisar a necessidade de, no ajuste fiscal que o Governo anuncia e pretende, para esse fim, enviar, nos breves dias, uma proposta de emenda à Constituição ao Congresso Nacional, é necessário pensarmos fortalecer a federação. Leia-se por esse caminho fortalecendo-se os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sem o que não construiremos um País justo, portanto, que não ostente tantas disparidades sociais e regionais.

Os Estados Unidos da América do Norte, que em 1789 promulgara a sua primeira Constituição, tiveram cuidado com a questão fiscal ao definir o seu federalismo. Não foi por outra razão que a Constituição de 1789 levou 11 anos para ser concluída. Por que essa demora? Porque as questões foram todas discutidas e debatidas à saciedade, de tal maneira seu texto ainda hoje se encontra em vigor, mais de 200 anos, tendo apenas 26 emendas, enquanto que a Constituição

brasileira de 1988, com menos de 20 anos, já tem 62 emendas.

Por que o êxito do constitucionalismo americano? Porque eles souberam não somente construir um verdadeiro estado federal mas como tiveram a visão de que a questão fiscal era essencial à definição e à formatação desse estado federal.

Daí por que os Estados Unidos da América do Norte constituem hoje uma grande nação e, conseqüentemente, um país que tem instituições sólidas, bem vertebradas e que ajudam a fazer com que, em que pese às dificuldades que todas as nações atravessam, conseguem manter um bom nível de desenvolvimento.

Daí por que eu acho fundamental, encerrando as minhas palavras, que, neste...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Marco Maciel, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Pois não, nobre Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Acompanhei o pronunciamento de V. Ex^a, que começa destacando o momento histórico do início do presidencialismo aqui no Brasil, com a Constituição de 1891. E V. Ex^a percorre as nossas Constituições até chegar ao momento que a sociedade brasileira vive, em que há uma unanimidade em defesa da reforma tributária. O Governo Lula – inclusive, hoje, estive numa solenidade no Palácio do Planalto, no lançamento do programa Territórios de Cidadania – anunciou que a reforma chegou aqui, mas que ainda é preciso fechar mais entendimentos entre os governadores – e V. Ex^a abordou esse aspecto –, partidos políticos, lideranças sindicais, bem como trazer o componente da sociedade civil organizada para formatar a proposta da reforma tributária. Concordo. V. Ex^a levanta pontos importantes. Eu gostaria de dialogar com V. Ex^a, porque faz uma abordagem e entra na questão da reforma política, como estudioso, como homem público de vasta experiência. Há vinte anos temos, sem dúvida alguma, uma Constituição mais avançada. Apesar de todas as críticas que existem à Constituição de 88, ela é avançada principalmente – e há capítulos importantíssimos como referência internacional – na questão ambiental e nas questões sociais. É um avanço importante, uma conquista da sociedade brasileira. Quero dialogar com V. Ex^a, que levanta a questão tributária e outras questões, com um pouco da história das nossas Constituintes. Será que não está na hora de a sociedade brasileira participar e o Congresso começar a levantar a necessidade de uma Constituinte? As questões que V. Ex^a levanta podem levar a uma Constituinte: representação, federação, autonomia, relação entre os entes federativos. São questões de fundo. Então, penso assim,

e o meu Partido vem levantando isso – levantou no seu último congresso. Há vinte anos, estamos vivendo um contexto histórico, a nossa economia é outra, há uma nova configuração na América Latina, há uma...

(Interrupção do som.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – (...) exigência. Já termino. E há avanços nas questões regionais no Brasil mesmo. Aqui estou colocando para V. Ex^a, não me contrapondo, mas levantando essa questão para V. Ex^a analisar da necessidade de convocação de uma nova Constituinte, para avançarmos.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Nobre Senador João Pedro, vou procurar ser breve, respondendo ao aparte que V. Ex^a formulou, porque meu tempo está praticamente expirado. Porém, gostaria de dizer, de forma sintética, que a Constituição de 1988 tem poucos dispositivos considerados cláusulas pétreas, ou seja, imodificáveis. A Constituição de 1988 não considera a República cláusula pétrea, o que, a meu ver, precisa voltar a constar no constitucionalismo brasileiro.

Enfim, não são muitas as cláusulas pétreas na Constituição, o que significa dizer que o legislador constituinte derivado, que somos nós, enquanto representantes do povo, na Câmara dos Deputados, e representantes dos Estados, no Senado Federal, temos o direito, conseqüentemente, por meio de emenda, de emendar o texto constitucional. .Aliás, muitas alterações vêm sendo feitas por emendas constitucionais.

Então, acho que não há necessidade de uma Constituinte, mesmo porque isso importaria em, talvez, recorrer a um mecanismo não previsto na Constituição, que levasse à convocação do povo para eleger um Congresso, exclusivamente, para tratar de uma nova Carta.

Não estão prefigurados, na minha opinião, esses pressupostos para que façamos uma nova Constituição. O caminho melhor e talvez mais simples, mas posso estar equivocado, é aquele que temos desenvolvido por meio de emendas à Constituição, tanto na Câmara quanto no Senado, aprimorando o texto, corrigindo distorções. Isso concorreria para melhorar a nossa Constituição.

Como V. Ex^a salientou, nobre Senador João Pedro, a Constituição de 88 tem muitos avanços positivos – participei da Constituinte de 1988 –, mas, como toda obra humana, tem suas falhas e imperfeições, que precisam ser corrigidas. E advogo que devemos ir além no aperfeiçoamento das instituições, indispensáveis ao bom travejamento do nosso ordenamento jurídico-constitucional.

Enfim, é o que penso. O aparte de V. Ex^a importaria uma resposta bem mais estudada e mais longa da que estou oferecendo, em vista a limitação do tempo.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia.

S. Ex^a fará uso da palavra como orador inscrito, por permuta com a Senadora Lúcia Vânia. Por isso, terá 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Papaléo, Presidente Garibaldi Alves que está presente também e Presidente Marco Maciel que 87 vezes assumiu a Presidência – esse é o nosso Senado –, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e os que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, lá no meu Piauí, Marco Maciel, teve um jornalista muito brilhante que foi Deputado Estadual comigo, Deoclécio Dantas. Ele era radialista, Papaléo, madrugava e acordava o Piauí. Ele dizia: “Isto é uma lástima”. Depois surgiu Boris Casoy aí: “Isto é uma vergonha”.

O que eu vou relatar aqui é uma lástima e uma vergonha. Fico a meditar, ô Garibaldi, nós somos dos três – não somos poder, isso era negócio de Montesquieu – instrumentos da democracia. Poder é Deus – Marco Maciel está ouvindo. Poder é o povo que trabalha e paga a conta. Nós somos instrumentos da democracia.

Mas nós somos o melhor instrumento, Garibaldi. V. Ex^a deu contribuição para isso. Então, vejamos...

Ô Suplicy! Suplicy está aqui, merece a admiração de São Paulo, do Brasil. Muito antes da sua tese de renda mínima, ele deu a este País... Por isso é que todo mundo diz que o Suplicy teve um montão de votos, foi eleito. Mas a etiologia – nós somos médicos e sabemos disso –, a causa é que ele foi “vereadorzinho” lá de São Paulo, assumiu a Presidência da Câmara e teve austeridade. Austeridade é seriedade casada com honestidade. Ele foi austero. Aquilo chamou a atenção de São Paulo, capital, de São Paulo, Estado, e do Brasil. Isso é o que nos falta, Marco Maciel. Nós, dos três instrumentos, somos o melhor. Nós somos melhor do que o Executivo e melhor do que o Judiciário. Por que nós, Papaléo, V. Ex^a que está presidindo com todo...? Atentai bem, eu vejo aí os TRES, os TSEs dizendo que vão cassar governador.

Outro dia saiu numa dessas revistas de importância... Graças a Deus existe, graças a Deus, existe, ô Marco Maciel, o poder da imprensa! Que seria deste País sem a imprensa? Era o quarto poder, acho que é

o primeiro hoje. Ela tem buscado a verdade. Há os que a condenam, como o nosso Presidente da República, que em um momento mais infeliz pegou a sua Ministra – a campeã dos cartões corporativos – e deixou de ser Presidente para julgar, dizendo que não era nada não aquilo. Aconselhou-a a sair por estar sendo massacrada pela imprensa.

Não estava não! Foi uma vergonha aquele uso do cartão corporativo. Se os valores não são tão grandes, como são useiros e vezeiros, no entanto, o mau exemplo! Padre Antonio Vieira dizia que a palavra sem exemplo é como um tiro sem bala. O exemplo arrasta. Então, foi um mau exemplo a todas as brasileiras e brasileiros.

Mas, na semana passada, o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, mostrou no Piauí o Luz para Todos. Foi uma falta de vergonha para todos que governam este País e o Estado do Piauí – foi o *Jornal Nacional*, não fui eu não. Luz para Todos! Os pobres investiram em geladeira, fizeram poço, e o dinheiro, roubado. Este é o momento que vivemos.

Rui Barbosa está ali, Zezinho, porque ele fez uma divisão. Ele dizia: “De tanto ver triunfar as nulidades; de tanto ver prosperar a desonra, de tanto ver crescer a injustiça. De tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”. Chegou este momento com o governo do Partido dos Trabalhadores no Brasil e no meu Piauí.

Papaléo, o *Jornal Nacional* dava que estão massacrando a imprensa. Então, eles são blindados. É o que se diz no PT. Fala-se, então, para a Justiça cassar o Governador do MDB de Santa Catarina, um homem de muito pulso, um homem muito honrado, muito honesto, foi ministro. Vamos cassar o da Paraíba; vamos cassar o do Tocantins; vamos cassar o de Rondônia; vamos cassar o de Roraima – até finado ele é, até morto ele foi, assumiu o vice.

Mas o interessante, Papaléo, é que os do PT ficam blindados. Ô Presidente Garibaldi, a Justiça é simbolizada por uma mulher – não há coisa mais interessante do que uma mulher, a pureza da mulher vestida de branco e com os olhos vendados.

Admito, Senador Garibaldi, que a Justiça possa ser cega, mas ridícula, não. Antoine de Saint-Exupéry dizia que o essencial é invisível aos olhos. Quem vê bem, vê com o coração. Quer dizer, o mais corrupto de todos é o do PT do Piauí. Aí está, saiu no *Jornal Nacional*.

Mas a revista **IstoÉ**, campeã de publicidade, fala das provas da Operação Navalha. Olha aí técnico, faz de conta que é o Mercadante, que é o Tião Viana, que é a Ideli, bota assim do tamanho do **outdoor**: “As provas da Operação Navalha”. O Zuleido, o Silas e o

Governador do Piauí. É do PT e é blindado. Entre os cassados, não tem mais corrupto do que isso. Está aqui, é blindado, não se fala!

Olha, o TRE de lá viu que houve um assalto no Detran. Deram carteira para todos os eleitores. Tanto é, atentai bem, Suplicy, que eles multaram o governador; quer dizer, reconheceram que foram, num período eleitoral, cometidos todos os abusos, toda a corrupção, tanto que multaram, mas não se fala em multar o do PMDB de Santa Catarina, o da Paraíba, do Maranhão – o do Maranhão, um velho decente e honesto, é médico, e eu conheço e todo o Brasil conhece.

E o de Rondônia, o finado? Estão querendo cassar o finado. Isso é ridículo. E o do Piauí? Atentai bem, o que diz a **IstoÉ**. A reportagem é longa, e ele foi citado por 17 vezes naquelas gravações. E, aí, como é do PT, desaparece. Dezesete vezes, a Polícia Federal gravou as traquinagens do PT, e não se fala! Eh, Santa Catarina, já está 3 x 0. Vamos tirar o “bichinho”. Olhe o da Paraíba, olhe o do Tocantins e o de Rondônia – trabalhador como o que o Ivo Cassol. E o finado Ottomar Pinto, que até já está no céu. E, aqui, os traquinas do PT, o TRE multou, reconhecendo... Então, a Justiça pode ser cega, mas ridícula não deve ser.

Está aqui a maior: 17 vezes... Está aqui, foi gravado: “É citado 17 vezes no relatório da inteligência da Polícia Federal sobre o programa Luz para Todos. Só perdeu para o ex-ministro Silas Rondeau, que eles gravaram, aí, 18 vezes. Ele foi medalha de prata, aí, da corrupção.

Continuo. Operação Navalha. Papaléo, aquela sanguessuga saiu em todas. Aquela das ambulâncias teve várias audiências lá. A outra revista, **Época**, extraordinária revista, nova, moderna, a revista que tem opinião. Aqui na capa está o “Fidelzão”. O Fidel mandava matar quem roubava lá, Suplicy. Mas, olhe aqui: “Contrato sob suspeita” e, de novo, o Governador do PT, que não sai. Está vendo, Garibaldi? De novo, o Governador do PT, do Piauí, que não sai. Fala-se do nosso do PMDB de Santa Catarina; fala-se da Paraíba; fala-se do Tocantins; fala-se de Rondônia; fala-se do finado, que está no céu. Até querem cassar o finado, que foi eleito, mas não se fala... E está aqui: “Repasse suspeito”.

Para ser breve, Papaléo, olha o que diz a revista **Época**, em letras grandes: “Em um único dia de 2003, o Governo do Piauí dispensou licitação, aprovou o plano da Finatec e firmou contrato”. Eles são ligeiros... Então, isso é o PT.

Ô Papaléo, eu votei no Luiz Inácio, ô Guerra, em 1994. Votei. Quem que não acreditava na história? Pai da ética, da virtude, da decência, da honradez era o PT.

Mandaram que eu indicasse o Presidente da Companhia Energética, e eu indiquei. Eu indiquei. Olha, sabe como é que eu não estou aqui? Sabe por que eu

não estou aqui, ô Papaléo? Sabe por que eu não estou aqui? Porque eu vi que a malandragem era grande, e o indicado fui eu que indiquei mesmo.

O primeiro homem, ô Garibaldi, que denunciou neste País... Eu não disse mensalão, mas eu disse mesada. Tem mesada no Piauí. Está na coluna do Cláudio Humberto, aquele bravo jornalista: “Mão Santa diz que tem mesada”. Fizeram a maior pressão para eu voltar atrás.

Um mês depois, dois meses, apareceu o termo mensalão.

Agora, eu tinha de me livrar para estar aqui, Papaléo, porque eu que indiquei mesmo. Eu sabia dessa luz santa, eu sabia da mesada. Eu sabia porque eu governei o Piauí. Os empreiteiros me diziam que do custeio eram tirados 10%. Aí só tinha um jeito. Eu chamei daqui, pela primeira vez no Brasil, quando era forte, quando era todo poderoso, Zé Dirceu de Zé Maligno, viu, Garibaldi? Eu, aqui. Não foi outro, não. Ele era poderoso. Ele era mais forte do que o Luiz Inácio. Naquele tempo, era. Zé Dirceu, não foi esse Roberto Jefferson, não. Fui eu, chamei de Zé Maligno!

Aí, no dia seguinte, Zé Maligno, poderoso, tirou aquele que eu tinha indicado. Caiu na banana, e eu estou livre de estar aqui, nessa corrupção. Foi a única maneira que encontrei, ô Zé Maligno. Todo mundo se lembra. Fiz dois pronunciamentos aqui, denunciando essa corrupção. Por isso, este é o melhor Senado da República em 183 anos.

É preciso entender o que é um Senado da República. A ignorância é audaciosa. Senado da República é para fazer três coisas só. É preciso entender. Por isso, Rui Barbosa está aí. Qual foi a obra que ele fez? Ele nunca foi executivo! Alguém lutou mais pelo aperfeiçoamento democrático do que Rui Barbosa? Libertou os negros, ô Senador Eurípedes; fez a República; foi Secretário de Fazenda e, quando viu os militares tomarem gosto com o primeiro Presidente militar, com o segundo e quase com o terceiro e vieram lhe oferecer a chave do cofre, o Ministério da Fazenda, ele disse: “Não troco as trouxas de minhas convicções pelo Ministério”,

e foi para a oposição. Por isso, nós estamos aqui e só ele está aí. Quantos em 183 anos passaram por aqui?

Mas ele cumpriu, ele engrandeceu este Senado da República. E não foi só aqui, não. Foi no Direito Internacional, em Haia. Este Senado aqui é só pra fazer leis boas e justas. E, se nós não fazemos mais, é porque o Poder Executivo se intromete aqui e bota as medidas provisórias. Tem três aí, está parado. Ninguém pode fazer nada, se não forem analisadas.

Segundo, é controlar. Acabou o absolutismo. Foi o povo que construiu isso, gritando “liberdade, igualdade e fraternidade”. Caiu o absolutismo, uno, dos reis. O rei

era um deus na terra; Deus era um rei no céu. E dividiu esse poder. Agora, o poder, ô Garibaldi – entenda, Garibaldi –, tem de ser equípote, igual. Um frear o outro. Nós temos de frear o Executivo, temos de frear o Judiciário. E eles têm de nos frear, e nos freiam.

Mitterrand, ô Luiz Inácio, antes de morrer, escreveu um livro, gravado, pediu colaboração a um Prêmio Nobel, ô Papaléo, e ele disse assim: “Eu quero deixar aos governantes esta mensagem: fortaleçam os contrapoderes”. É para o Luiz Inácio nos fortalecer e não nos enterrar, nos humilhar, nos avacalhar, deixar publicar uma pesquisa de que aqui tem menos de 1% de credibilidade.

Nisso, eu não acredito. Por onde ando, tiro retrato, dou autógrafa e sou aplaudido. Papaléo, aqui não. Só se for a quadrilha dos aloprados do PT. Nós, não. Hoje mesmo vim do Rio de Janeiro, onde tirei muitos retratos, dei autógrafos. As pessoas separam o joio do trigo, sabem separar. V. Ex^a já se constrangeu em algum lugar? Em nenhum. Senador Garibaldi, Senador Marco Maciel? Não.

Fizemos, em 23-5-2007, um pronunciamento denunciando isso que agora chegou à imprensa. O Senado deve fiscalizar, controlar.

Terceiro item. Norberto Bobbio, o mais sábio dos parlamentares na história da República, senador vitalício convidado, disse que o parlamento só vale pela denúncia que pode fazer. Não precisava. Aquele nosso Senador, pai do Governador de Alagoas, Teotônio Vilela, moribundo, morrendo de câncer, disse-nos aqui que resistir falando, falar resistindo é a função do parlamento. Nós denunciemos aqui, no dia 23.05.2007, o que a imprensa livre está denunciando: a corrupção do PT no Brasil e no Piauí. Até quando os aloprados do PT vão zombar do País?

O site 180graus.com. Olha aqui, é volumoso. Mas serei breve. “O Governador do Piauí é citado dezessete vezes em gravações nessa imoralidade, nesse mar de corrupção”. Isso foi denunciado aqui, ô, Suplicy, aqui!

Wellington Dias, aqui na gravação, dezessete vezes. Ô, Papaléo [você estava aí]:

“É citado por um dos presos participante de reuniões nas quais foram discutidas obras do Piauí, cujas licitações teriam sido direcionadas para a Gautama apontada”. E, nas gravações, ele diz: “Tem que ser logo, porque assim eu perco a eleição”.

Dezessete vezes – não é uma vez, não. Só perdeu para o Silas Rondon, que foi citado dezoito vezes.

Então, num pronunciamento longo, nós, no dia 23 de maio de 2007, já denunciávamos a corrupção.

E repetimos outro maior no dia 4 de junho de 2000: “Mão Santa denuncia corrupção e descaso na administração estadual no governo do PT no Piauí” e no Brasil.

E cito vários portais: 180graus.com; Carlos Pessoa, da Parnaíba; Acessepiauí, daquele grande jornalista; Jogo Aberto.

Então, essa é a verdade.

Voltaire, num Parlamento como este, disse: “À majestade tudo, menos a honra”. Não poderia eu entregar a Luiz Inácio a minha honra. Daí o nosso afastamento, o nosso distanciar do Partido dos Trabalhadores, porque nós antevíamos isso. Nós aprendemos com Ulysses Guimarães que disse: “O cupim que corrói a democracia é a corrupção”. Então, foi esse o nosso afastamento.

E aqui nós denunciemos. Então, esta é a Casa que cumpre a sua função de Senado da República, que é este tripé: fazer leis boas e justas, fiscalizar o Governo e denunciar.

Brossard, nossa história recente. Ele chegou aqui no período mais difícil – a ditadura –, Papaléo, e ele falava. Sabe quantas horas ele falava? Brossard tem discurso de três horas. Aí, Petrônio Portella, do meu Piauí, limitou para uma hora. Ele falava três vezes por semana, dava três horas. Denunciando. Foi graças a Brossard nas oposições, como Rui Barbosa, como eu, que salvaguardamos esta democracia.

Outro dia, numa feliz decisão deste Senado, enteramos um dos 76 impostos que existem aqui. E, agora, nessas medidas provisórias, vem mais uma, mais uma televisão para o Governo fazer propaganda.

Papaléo, fiquei num hotel, e sabe que tem uma TV NBR do Governo para fazer 24 horas de propaganda. Vi a tarde toda. Já tem cadeia, rádios nacionais, a Hora do Brasil!

Não seria mais correto o Governo pegar esse dinheiro e pagar as empresas de rádio falidas que têm neste Brasil livre, explorado todo dia no seu horário nobre, na hora da Voz do Brasil, para fazer propaganda do Governo? Esses empresários não pagam, não cumprem com os seus deveres?

Então, é isto para esta Casa: vem aí mais esse sistema de despesas. É esse dinheiro, junto com o dos cartões corporativos, junto com o do mensalão, junto com o das obras roubadas no meu Piauí e no meu Brasil, que está faltando nos hospitais, nas escolas sucateadas e na segurança do povo brasileiro.

Essas são as nossas palavras. Que possamos enterrar o grande mal que existe hoje na política do Brasil: a corrupção.

Então, é para isso que o Senado tem de estar vigilante. Temos de ser a Casa de aconselhamento para o Poder Executivo. Na história do mundo, os Senados são chamados os pais da pátria. Justamente no momento

de maior dificuldade, Moisés, o líder ungido por Deus, quis desistir, porque o povo ia buscar os prazeres e a adoração ao bezerro de ouro, simbolizando as riquezas. Ele quis desistir, quebrou a lei e ouviu a voz:

“Busque os mais velhos e experientes e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”. Aí nasceu a idéia do Senado.

E este Senado não vai faltar ao Brasil, não vai deixar de aperfeiçoar a democracia, que foi a melhor criação do povo na história da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra à Senadora Roseana Sarney pela liderança do PMDB.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB – MA. Pela Liderança do PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o desafio deste século é levar cidadania a todos os brasileiros, com tudo que ela implica, isto é, maiores oportunidades, educação, saúde, trabalho e conhecimento, que sempre resultam em melhorias de renda e de qualidade de vida para todos, especialmente no meio rural, onde ainda residem nossas maiores dificuldades.

O Presidente Lula lançou hoje o programa Territórios da Cidadania com esse objetivo. O programa, de iniciativa do Governo Federal, será executado em parceria com os governos estaduais e municipais e também com a participação da sociedade, ou seja, envolve todas as esferas do Poder Executivo e de apoio social na direção única de fazer melhores as vidas dos que ainda padecem das dificuldades advindas da distância e do isolamento – os que mais precisam e para quem tudo é mais urgente e vital.

Territórios da Cidadania é um programa de desenvolvimento regional sustentável de garantia de direitos sociais, voltado às regiões do País que mais precisam, com o objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania.

Com um trabalho de integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, serão desenvolvidos planos específicos para cada uma das regiões alcançadas – território –, sempre com a participação da sociedade. Assim, um Conselho Territorial envolvendo todas as esferas participantes elaborará um plano de desenvolvimento com uma agenda pactuada de ações.

Nesta primeira fase, já foram definidos conjuntos de Municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o Município e menores que o Estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas

e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Com investimentos previstos de R\$11,3 bilhões, em 2008, serão beneficiados 60 territórios em todo o Brasil. Em 2009, serão 120. Mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais são os focos das ações do programa.

Foram escolhidos os territórios de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e de baixo dinamismo econômico. Esse foi o critério de escolha do Senhor Presidente da República.

Sr^{as} e Srs. Senadores, por sua concepção e gerenciamento, o Territórios da Cidadania difere de outros programas sociais por não se limitar a enfrentar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento harmonioso e sustentável. Portanto, realmente alavancador e permanente.

Um exemplo concreto: não basta financiar a construção de um laticínio em uma região desprovida de eletricidade suficiente para fazer funcionar os equipamentos, ou de estradas para escoar a produção. É necessário, antes, suprir a região com eletrificação e estradas. Por isso, justamente, o Territórios da Cidadania envolve 15 Ministérios, com ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do programa Luz para Todos; a recuperação da infra-estrutura de assentamentos com a ampliação também do Bolsa-Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; além da construção de escolas, obras de saneamento básico e construção de cisternas.

Para o Maranhão, o Programa destinará R\$933,6 milhões para aplicação, e essa aplicação será feita em quatro territórios, sendo estes: Cocais, Baixo Parnaíba, Lençóis Maranhenses/Munim e Vale do Itapecuru. Cinqüenta e cinco dos 217 Municípios maranhenses serão beneficiados por esse programa.

Esse programa, portanto, é um momento especial de esperança para os maranhenses e brasileiros e, em particular, para todos nós que sonhamos com um Brasil melhor e mais igual para todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, sem prejuízo da ordem dos oradores inscritos.

V. Ex^a terá vinte minutos para seu pronunciamento como orador inscrito.

Registro a presença do nobre Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, que tem ao seu lado companhias ilustres, que serão anunciadas pelo Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Caro Presidente, Senador Papaléo Paes, o Presidente Garibaldi Alves está acompanhado neste instante, em visita ao plenário do Senado, pelo Exm^o Sr. Renaud Denoix de Saint Marc, Ministro do Conselho Constitucional da França, e pelo Exm^o Sr. Antoine Pouillieute, Embaixador da França no Brasil. Sou informado de que o Sr. Renaud Denoix, Ministro do Conselho Constitucional da França, veio ao Brasil para fazer uma palestra no Supremo Tribunal Federal a respeito da ordem constitucional da França.

Poderemos receber diversos ensinamentos da tradição de liberdade, igualdade e fraternidade, que são os anseios maiores da constituição francesa.

Quero dar muitas boas-vindas e, sobretudo, dizer o quanto todos nós brasileiros temos aprendido com a tradição, a experiência e o conhecimento acumulado dos franceses.

A Senadora Roseana Sarney também está recebendo S. Ex^{as}, juntamente com o Presidente Garibaldi Alves.

Portanto, eu gostaria de saudá-los e de dizer da felicidade de nós, brasileiros, podermos contar com a contribuição do Sr. Renaud Denoix sobre o controle de constitucionalidade das leis francesas no Supremo Tribunal Federal.

Sua palestra se dará amanhã, 26 de fevereiro, no Supremo Tribunal Federal, em solenidade presidida pela Ministra Ellen Gracie.

Muito obrigado.

Sr. Presidente, aproveito a visita do Embaixador da França, da delegação francesa, para aqui falar de uma preocupação grande com respeito justamente aos brasileiros que têm encontrado dificuldade quando chegam em diversos países da Europa.

Recentemente, a imprensa brasileira, em especial a **Folha de S.Paulo**, divulgou a notícia de que os brasileiros são os mais barrados pelo Reino Unido. Dez mil, cento e oitenta cidadãos brasileiros foram impedidos de entrar, em 2005 e 2006, no Reino Unido, mas as autoridades do Reino Unido têm negado que tenha havido qualquer problema, como o de discriminação, mas há de se salientar que são inúmeras as queixas de brasileiros – sobretudo de brasileiras – que, ao chegarem ao aeroporto de Londres, encontram dificuldade para visitar o país.

Por outro lado, tem havido reportagens na imprensa brasileira sobre como a Espanha tem barrado brasileiros. O país impede a entrada de oito viajantes por dia, e não tem havido a devida assistência aos detidos.

Ainda neste domingo, o jornalista Elio Gaspari assinalou na **Folha de S.Paulo** e também em *O Globo* que “a Espanha esquece que já exportou pobres”.

Diz Elio Gaspari:

O embaixador espanhol no Brasil, Ricardo Peidró Conde, precisa avisar à polícia do aeroporto de Madri que ela está envenenando as relações de seu país com Pindorama. Aplicando os critérios de admissão exigidos pela União Européia, ela repatria 1 em cada 100 brasileiros que desembarcam no país. Faz isso porque muitos deles podem se transformar em trabalhadores sem documentos. Poderia exercitar a gentileza que o embaixador espera receber dos brasileiros, mas age com a inteligência de um parafuso.

A física Patrícia Camargo Magalhães, de 23 anos, foi deportada no último dia 12 depois de ficar detida por 53 horas numa sala do aeroporto. Ela teve a infelicidade de passar por lá a caminho de Lisboa, onde participaria de um congresso científico.

A polícia não deu valor às suas explicações, nem a um fax de um professor da USP. Ela acha que fez o certo, pena.

Peidró Conde talvez possa contar à turma do aeroporto que, na história dos dois países, foi o Brasil quem mais acolheu miseráveis em busca de terra e trabalho. Foram 717 mil, desde o século 19, 128 mil entre 1948 e 1972. Depois de 1910, quando o governo espanhol dissociou-se da exportação de pobres para fazendeiros rapinadores, muitos deles foram contrabandeados por Gibraltar.

A onda migratória de brasileiros é coisa recente e tomara que acabe.

Eles seriam 70 mil só na Espanha. A santanização dos passaportes nacionais é fruto do preconceito. Um preconceito igual ao que houve contra os espanhóis que, por pobres, eram vistos no Brasil como delinqüentes ou, por exaltados, como anarquistas. Entre 1915 e 1918, 403 espanhóis foram mandados às penitenciárias do Rio de Janeiro. (Ficam fora dessa conta os donos do Bateau Mouche, que naufragou durante o reveillon de 1988, no Rio de Janeiro, matando 55 pessoas.) Na cana de La Moraleja há apenas 40 brasileiros.

A revista **Época**, em reportagem de Carina Rabelo, desta semana, informa:

Desde 2002, após um aquecimento da economia gerado por um boom imobiliário, houve um aumento na oferta de empregos na Espanha e o país se converteu em um dos destinos preferidos de imigrantes de todo o mundo. Os brasileiros descobriram as oportunidades que a Espanha oferece e hoje são a sétima população com maior presença no país – mas dos 110 mil imigrantes apenas 68 mil vivem legalmente. Além das oportunidades de trabalho, a facilidade da língua, o clima e a presença dos compatriotas fazem o contingente aumentar a cada ano. O preço para ingressar no solo espanhol, porém, tem saído caro para os brasileiros. Cerca de três mil viajantes foram barrados no aeroporto em 2007 e tiveram que voltar para casa.

A física Patrícia Camargo Magalhães, 23 anos, e a turismóloga Camile Gavazza Alves, 34 – barradas no aeroporto de Madri no dia 10 de fevereiro –, não tinham intenção de morar no país. Patrícia faz mestrado na Universidade de São Paulo (USP) e iria defender um projeto de pesquisa num congresso internacional em Lisboa. Camile planejava estudar inglês durante seis meses em Dublin, na Irlanda, e investiu R\$20 mil na viagem. Elas estavam num voo com conexão na Espanha e depois seguiriam para seus destinos. Mas a viagem e o sonho delas foram interrompidos sem nenhuma justificativa. “Os espanhóis simplesmente não foram com a nossa cara”, afirma Camile, que não recebeu explicações das autoridades espanholas por ter sido barrada. “No meu caso, eles falaram que faltavam documentos, mas não especificavam quais”, diz Patrícia. Dos 20 brasileiros detidos, todos os 12 homens foram liberados na hora. As oito mulheres ficaram retidas e sete voltaram ao Brasil.

Pelo direito internacional, cada nação tem liberdade para decidir sobre a entrada de estrangeiros em seu solo, e as justificativas das recusas não são obrigatórias.

Às duas cabia um único direito – a assistência da embaixada. “Minha irmã conseguiu falar com o Itamaraty, mas não tivemos nenhum retorno”, declara Patrícia. Um amigo dela que mora em Madri chegou a ir ao consulado, mas não encontrou nenhum funcionário. Ligou diversas vezes para o telefone de emergência do órgão, deixou mensagens, mas não teve retorno. Resultado: elas ficaram sem nenhum apoio

durante três dias, comendo pão duro, carne seca e batatas fritas esmagadas, com 40 pessoas, numa sala de 50 m² e poucas cadeiras. Não tinham onde tomar banho ou dormir, e a disputa pelo telefone era tensa. “Tinha uns 30 latinos lutando na fila por um minuto no telefone público. Eu levei 14 horas para conseguir falar com a minha família. E os policiais gritavam com a gente, dizendo que quem estava pagando a nossa comida era o governo espanhol e que o Brasil não gastava um centavo com a nossa permanência lá”, conta Camile.

O Itamaraty alega, através da sua assessoria de imprensa, que os funcionários do consulado não tinham como telefonar para elas por que o número disponibilizado era um telefone público. O professor de mestrado de Patrícia enviou ao órgão um fax com documentos que comprovavam a participação da pesquisadora num congresso, mas não teve retorno, porque, segundo o Itamaraty, não havia o número no fax. Nenhum funcionário da embaixada deu assistência às brasileiras. O cônsul-geral do Brasil em Madri, Gelson Fonseca Júnior, apenas pediu esclarecimento às autoridades espanholas por telefone e *e-mail* no dia seguinte. O órgão afirma que o consulado em Madri recebe cerca de 150 chamadas por dia, tem apenas três diplomatas e poucos funcionários. Ou seja, falta estrutura para atender à comunidade brasileira na Espanha, que aumenta a cada dia. Pelo visto, resta aos turistas contar com a própria sorte.

Há, hoje, uma estimativa de quatro milhões de brasileiros vivendo em países estrangeiros, sendo a Europa um dos principais destinos: no Reino Unido, há cerca de 150 mil; em Portugal, 150 mil; na Itália, 132 mil; na Espanha, 110 mil; na Alemanha, 46 mil; na França, 30 mil.

Sr. Presidente, diante desse quadro, considero muito importante que realizemos, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, uma audiência pública relativa aos brasileiros que se encontram em situação como essa no exterior. Quero anunciar que apresentarei formalmente, nesta quinta-feira, perante a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, requerimento propondo essa audiência pública. Inclusive, quero sugerir aos diversos Senadores que pensem em quais autoridades, estudiosos e pesquisadores que podem contribuir para que especifiquemos o tratamento adequado que brasileiros e brasileiras devem receber no exterior, sobretudo quando chegam a aeroportos como os de Madri, de Londres, de Paris, de Lisboa, de

Berlim, de Roma, lugares onde são muito numerosos os brasileiros que procuram uma oportunidade.

Será importante que, mais e mais, caminhemos na direção da livre circulação de pessoas entre os países. Os países da União Européia dão, hoje, um exemplo muito importante de maior liberdade de locomoção dos seres humanos entre os países membros. Hoje, praticamente todos os habitantes dos 24 países que compõem a União Européia têm liberdade de locomoção, tanto nos países da Europa Ocidental, quanto da Europa Oriental.

Nós, na América do Sul, sobretudo, mas também na América Central e na América do Norte, precisamos ter como objetivo que, mais e mais, as pessoas possam ter liberdade de locomoção, liberdade de escolha sobre onde estudar, onde trabalhar, onde viver. Nossos países terão uma integração de fato se houver a integração econômica e social, não apenas do ponto de vista do capital e dos bens de serviço, mas também da efetiva liberdade de movimento dos seres humanos, sem quaisquer muros, como os que separam hoje os Estados Unidos do México; sem quaisquer proibições de circulação de pessoas, como as que, infelizmente, existem ainda hoje entre os Estados Unidos da América e Cuba. É muito importante que estimulemos o governo norte-americano e o governo cubano a acabarem com as proibições de cidadãos norte-americanos visitarem Cuba e de cidadãos cubanos visitarem os Estados Unidos da América.

Quando de sua eleição e posse ontem em Cuba, pela Assembléia Nacional de Cuba, o Presidente Raúl Castro mencionou que diversas proibições que atualmente existem em Cuba poderão ser extintas. Espero, Senador Papaléo Paes e Senador Mão Santa, que, entre essas proibições, esteja aquela que limita o livre acesso de cidadãos cubanos aos Estados Unidos e vice-versa. Que possam os norte-americanos visitarem Cuba, como fazem hoje livremente os mexicanos e os canadenses!

Tenho a convicção de que, se os Estados Unidos acabarem com o bloqueio econômico em relação a Cuba, isso contribuirá celeremente para que, inclusive, a economia cubana venha a ter um salto de desenvolvimento e, mais do que isso, também caminhe em direção à sua própria democratização.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, gostaria de encaminhar à Mesa requerimento, nos termos dos arts. 13 e 14, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, no sentido de que seja autorizada minha ausência do País entre os dias 26 e 27 de fevereiro de 2008. Amanhã à tarde, deverei seguir viagem para Quito, no Equador, atendendo a convite da Universidad Andina Simon Bolívar para participar do Fórum dos Processos Constituintes e da Saúde na América Latina. Trata-

se de convite da própria Assembléia Constituinte do Equador, que, em colaboração com a Universidade do Equador, em Quito, irá realizar o Fórum dos Processos Constituintes e da Saúde na América Latina. Portanto, participarei da conferência “Processo Constituinte, a Construção da Eqüidade e a Saúde no Brasil”. Nessa oportunidade, também sugerirei à Assembléia Constituinte do Equador que considere seriamente a proposta da renda básica de cidadania.

Participarão desse evento pessoas que atuam nas áreas de economia e de seguridade, no intuito de difundir experiências, além de possibilitar a redução da desigualdade econômica, permitindo às pessoas uma vida mais digna.

Saliento que farão parte dessa mesma conferência, ao meu lado, o Dr. Paulo Buss, Reitor da Universidade FioCruz do Rio de Janeiro; a Dr^a Sônia Fleury; e o Exm^o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Deputado Arlindo Chinaglia, que ali fará palestra sobre “O processo constituinte do Brasil, avanços e limites do Sistema Único de Saúde”.

Portanto, quero aqui informar-lhes, Senadores Mão Santa e Papaléo, que, amanhã à tarde e na quarta-feira, infelizmente, não vou poder ouvi-los. por causa do honroso convite que a Assembléia Constituinte do Equador me faz. Na quinta-feira, já cedo, estarei de volta.

Muito obrigado.

Durante o discurso so Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento. Temos plena convicção de que V. Ex^a vai representar, com muita competência e grandeza, este Senado e o Brasil no Congresso que será realizado na República do Equador.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência comunica ao Plenário que foram designados para representar a Casa nos funerais do Senador Jonas Pinheiro os seguintes Senhores Senadores:

- Kátia Abreu
- Marisa Serrano
- Neuto de Conto
- José Agripino
- Serys Slhessarenko
- Demóstenes Tores
- Marco Maciel
- Delcídio Amaral
- Romeu Tuma
- Lúcia Vânia

- Augusto Botelho
- Cícero Lucena
- Mão Santa
- Heráclito Fortes
- Sérgio Guerra
- Arthur Virgílio
- Adelmir Santana
- Antonio Carlos Júnior
- Rosalba Ciarlini

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que será realizada sessão especial no dia 26 do corrente, às 10 horas, destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado, nos termos do **Requerimento nº 4, de 2008**, do Senador Paulo Paim e de outros Srs. Senadores.

É preciso reviver Juscelino Kubitschek, que disse, em momento de inspiração, que a velhice é uma tristeza; desamparada, é uma desgraça. Então, essa é uma maneira de o Senado da República reviver a situação dos aposentados do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova*

redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dis-*

põe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob n^{os} 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1^o pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta; 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob n^{os} 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1^o pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda n^o 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob n^{os} 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1^o pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos

termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2^o do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob n^{os} 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1^o pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n^o 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2^o pronunciamento: (sobre a Emenda n^o 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

N^o 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n^{os} 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob n^o 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n^o 20, de 1999, com a Emenda n^o 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de
1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003;
e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20,
de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18
e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui*

parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20,
de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)*

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com

as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos*

arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005,

na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar,

de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1302, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que *requer, com fundamento no art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, seja instituída, no âmbito do Senado Federal, a Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.*

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator ad hoc: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

35

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

36

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

37

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

38

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 45 minutos.)

Ata da 15ª Sessão Especial, em 26 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho e Paulo Paim

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 27 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o Dia Nacional do Aposentado, de acordo com o Requerimento nº 4, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores.

Convido para tomar assento à mesa dos nossos trabalhos o Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, Dr. Luiz Marinho. (Palmas.)

Convido o autor do requerimento, Senador Paulo Paim. (Palmas.)

Convido o Presidente do Instituto Mosap, Edison Guilherme Haubert. (Palmas.)

Convido o Sr. Benedito Marcílio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – Cobap. (Palmas.)

Convido o Sr. Nísio Tostes, representando os aposentados desta Casa, o Senado Federal. (Palmas.)

Antes de passar a palavra aos oradores designados pela liderança dos Partidos com assento nesta Casa que irão homenagear o Dia dos Aposentados, comemorado em 24 de janeiro e agora celebrado pelo Senado Federal, quero dizer da minha satisfação de presidir esta sessão e de estar aqui ao lado deste Senador que tem sido infatigável, que se tem mostrado de uma obstinação sem par, o Senador Paulo Paim (Palmas), o maior incentivador dessa luta em favor dos aposentados, em favor de uma política de previdência social que contemple melhor aqueles que são os aposentados de nosso País.

Quero, ao mesmo tempo em que digo da nossa satisfação, reafirmar a disposição e a vontade dos Senadores com assento nesta Casa de melhorarem os mecanismos de controle da Previdência Social, adotando políticas públicas que efetivamente recuperem o poder de compra do salário mínimo, o que, reconhecemos, está sendo feito. Não é a ideal, mas está sendo feita uma política de recuperação do salário mínimo. Mas está chegando a hora de se fazer

também uma política de recuperação dos benefícios dos aposentados. (Palmas)

Estou presente aqui, ao lado do Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que é consciente dessa necessidade dos aposentados e dessa defasagem que existe hoje entre a política de recuperação do salário mínimo e a política de recuperação dos proventos dos aposentados. O Ministro, mais do que ninguém, tem-se dedicado a fazer com que possamos ter finalmente uma política que venha a possibilitar isso que seria um grande passo para que o nosso País tivesse uma política social e pudéssemos dizer que é um país justo na hora em que pudéssemos dar aos aposentados o que eles merecem. Dar a César o que é de César, dar aos aposentados o que merecem os aposentados. (Palmas)

Mas nós sabemos que, entre o discurso e a prática, às vezes, temos uma dificuldade muito grande, dificuldade essa que só poderá ser superada se nós não perdermos essa capacidade de indignação com a situação dos aposentados, mas também de mobilização como os senhores estão fazendo e também uma capacidade de diálogo que não venha exigir realmente do Governo aquilo que ele não possa conceder.

Vejo, portanto, uma oportunidade que nos dá o Senador Paulo Paim de ouvir aqui oradores que certamente trarão sugestões, trarão informações, até porque, quanto maior for a expectativa de vida do trabalhador, paradoxalmente, maior será a sua perda. Então que possamos ter aqui uma discussão amadurecida a respeito dessa situação. Um país que cresce como o nosso, um país que vem tendo agora expectativas de crescimento ainda maior, se Deus quiser, um país que está tomando esse rumo não pode deixar para trás aqueles que tanto contribuíram, aqueles que tanto lutaram para que a realidade de hoje fosse uma realidade muito melhor que a de ontem. (Palmas.)

Senhoras e senhores aqui presentes, meu caro Ministro Luiz Marinho, dizem que às vezes não é bom olhar para trás. Mas está na hora de este País olhar para trás e ver que lá ficaram os aposentados, aqueles que tanto contribuíram para o progresso deste Brasil. (Palmas)

Muito obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras que aqui vieram.

Concedo a palavra...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O Hino Nacional, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Aliás, o Senador Paulo Paim está me advertindo aqui – eu na qualidade de Presidente ainda esteirante, novato...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sou um eterno assessor seu.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Paulo Paim está me advertindo para o nosso dever cívico e patriótico de ouvirmos de pé o Hino Nacional.

(Execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ouviremos agora a música “Meu Velho”, de Altemar Dutra, interpretada pela cantora Sônia de Menezes Lyra, acompanhada pelo maestro Paulo Hahon.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, que falará em nome da Liderança do PSDB.

Em seguida, o Senador Efraim Morais falará pela Mesa Diretora do Senado Federal. (Palmas.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho; Exm^o Sr. Luiz Marinho, Ministro da Previdência Social. Senador Paulo Paim, autor do requerimento; autoridades já nominadas, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. aposentados, Sr^{as} aposentadas, visitantes, uma sessão especial para homenagear o aposentado nos remete a algumas reflexões. Os aposentados e pensionistas contribuíram ao longo de uma vida para a construção do País e, como tal, merecem todo respeito, reconhecimento e, acima de tudo, a nossa admiração.

Como já afirmei, a Previdência foi a maior conquista do homem no século XX, concebida para assegurar a todos uma vida digna na velhice. O marco da Previdência Social brasileira é a publicação, em 24 de janeiro de 1923, da Lei Eloy Chaves, que determinou a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias

Nesses 85 anos, a Previdência passou por várias fases, como a das caixas de aposentadorias e pensões, a dos institutos de aposentadorias e pensões, a do INPS, até chegar aos atuais Ministério da Previdência Social e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O aposentado com mais experiência e, por conseguinte, com percepção mais apurada da realidade que

o cerca, assistiu com perplexidade, no final de 2003, a uma reforma previdenciária de caráter eminentemente fiscal e com gritantes inconsistências, passando ao largo dos problemas estruturais do setor.

Foi uma reforma que subtraiu direitos adquiridos historicamente pelos aposentados e pensionistas brasileiros. A nossa indignação ficou registrada no voto em separado que apresentamos no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A luta por um tratamento digno é luta diária dos aposentados. O desrespeito perpetrado contra os aposentados e pensionistas se manifesta de diversas formas: nas filas que humilham e submetem o aposentado a tratamento desumano, na burocracia excessiva, nos direitos adquiridos aviltados e no valor corroído das aposentadorias.

Um estudo da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip) mostra que o trabalhador brasileiro ganha cada vez menos ao se aposentar. Segundo a Anfip, enquanto em 2004, o trabalhador se aposentou, em média, com benefício igual a R\$955,18, no ano de 2005 esse valor minguou para R\$925,70 (valores atualizados pelo INPC).

A entidade também ressaltou estagnação no número de benefícios concedidos. Em 2004, as novas aposentadorias por tempo de contribuição somaram 3,662 milhões. Em 2005, o número apresentou crescimento marginal de 1,8%, para 3,702 milhões.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um terço dos aposentados permanece no mercado de trabalho em função de ter uma aposentadoria insuficiente para manter um padrão de vida razoável. Nesse contexto, para milhares de aposentados comuns, arregaçar as mangas é sinal de luta extrema pela sobrevivência.

Vale ressaltar que, nos países desenvolvidos, a realidade é outra. Com uma aposentadoria satisfatória, que geralmente é reforçada por planos de previdências complementar, os idosos só voltam a trabalhar se desejarem.

Lamentavelmente a Previdência no Brasil foi pilhada por sonegadores e roubada por quadrilhas. A propósito, não poderia deixar de mencionar a luta travada no Paraná pelos quase cinco mil aposentados e pensionistas, por meio da Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado.

Quando da privatização do Banestado, o Governo Federal aportou R\$2,550 bilhões para a sua capitalização, especificando o aporte de R\$253 milhões destinados à contribuição ordinária para o Fundo de Pensão. E outra parcela de R\$294 milhões para a cobertura de ajuste atuarial. Essa última parcela não foi repassada, mas foi liberada, conforme correspondência

de 31 de julho de 2002, encaminhada à Associação dos Aposentados do Banestado pelo Banco Central. Um mistério insondável: esse volume de recursos foi desviado para onde?

O Fundo de Pensão do Banestado, hoje administrado pela área de recursos humanos do Itaú, tinha, em 31 de agosto de 2007, um ativo líquido de R\$2,431 bilhões. Desde a privatização, a nova entidade patrocinadora não faz nenhum aporte de recursos. A sua rentabilidade vem se dando pela aquisição de títulos federais para fazer face aos seus compromissos de cobertura, definidos em lei, dos seus associados. E o mais dramático: os aposentados continuam sendo descontados para o fundo, pagando como contribuintes. Hoje, são 4.896 o total de aposentados e pensionistas.

A luta solitária e corajosa que a Associação dos Funcionários Aposentados do Banestado vem travando para influenciar na condução do seu patrimônio legítimo é um exemplo emblemático das agruras impostas àqueles que contribuem e não podem usufruir de direitos adquiridos

Vejam o caso dos ex-funcionários da Varig: recebem apenas 40% dos benefícios a que têm direito. Os aposentados do Banespa, igualmente, percorrem verdadeira *via crucis*.

O itinerário tortuoso desses aposentados reproduz a luta insana travada por milhares de aposentados em nosso País. É preciso reconhecer a importância dos aposentados na sociedade contemporânea. Uma atitude de respeito pelos aposentados é o mínimo que se impõe a cada um de nós, investidos de mandato popular.

Gostaria de fazer referência a alguns projetos de minha autoria que tramitam no Congresso Nacional:

1) Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2007: isenta do Imposto de Renda Pessoa Física quaisquer rendimentos percebidos por maiores de 75 anos, desde que não percebam rendimentos de aposentadoria superiores ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social;

2) Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2007: estabelece novas regras para a manutenção da condição de titular de plano de saúde em caso de rescisão de contrato de trabalho ou de aposentadoria;

3) Projeto de Lei do Senado nº 56, de 2007: dispõe sobre a concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais. O trabalhador rural pode requerer aposentadoria por idade, no valor de um salário mínimo, durante trinta anos, contados a partir de 24 de julho de 1991, desde que comprove

o exercício de atividade rural, ainda que descontínua, no período anterior ao requerimento do benefício;

4) Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2007, inclui o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do Imposto de Renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma;

5) Projeto de Lei do Senado Nº 179, de 2004, segundo o qual excetua-se a aposentadoria, no valor de um salário mínimo, do cálculo da renda mensal *per capita* para a percepção do benefício da prestação continuada, ou seja: no cálculo da renda mensal **per capita** não se computará a aposentadoria no valor de um salário mínimo concedida a qualquer membro da família.

A nossa homenagem aos idosos do nosso País. Um país que não respeita os seus idosos, não é digno de ter futuro!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, que falará pela Mesa Diretora do Senado Federal.

Convido para ocupar assento à Mesa o Presidente da Comissão do Idoso, o Senador Leomar Quintanilha. (Palmas.)

O SR. EFRAIM MORAIS (DEM – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmº Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves; Exmº Sr. Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho; meu caro companheiro de Senado Federal, Exmº Sr. Senador Paulo Paim, autor do requerimento desta sessão ao lado de outros Sr^{as} e Srs. Senadores; peço permissão aos companheiros, Senadores e Senadoras, para fazer esse registro.

Sei da luta de todos nesta Casa, mas queria aqui destacar uma luta extraordinária desse grande Senador, desse amigo que, desde os idos de 1991, na Câmara dos Deputados é meu companheiro. Na época, o Senador Paulo Paim era da Oposição e travava a mesma luta que trava hoje em defesa dos aposentados, estando hoje no Governo. Tive a felicidade de acompanhar os seus passos na Câmara, quando eu era do Governo, e, agora, estou na Oposição, mas não mudamos o nosso pensamento e a nossa idéia. Por isso, registro a luta de V. Ex^a por esta extraordinária classe: a classe dos aposentados no Brasil. (Palmas)

Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados

e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados no Senado Federal; Srs. Diretores desta Casa; Sr. Presidente; meus caros Senadores e Senadoras; minhas senhoras e meus senhores; é com grande satisfação que participo desta sessão de homenagem aos aposentados, especialmente na condição de representante da Mesa Diretora desta Casa.

Presto esta homenagem ao segmento de nossa população que tem sido sistematicamente espoliado por sucessivos governos que fazem dele bode expiatório de políticas econômicas predatórias e de administradores inescrupulosos.

Aposentadoria não é benesse. É direito conquistado em décadas de trabalho e contribuição previdenciária. E a história dessa conquista é um dos momentos altos da civilização humana, o que não impede que sofra ameaças recorrentes por parte de governantes das mais variadas ideologias. Por essa razão, ainda hoje permanece como tema tratado com muita restrição pela sociedade. Em parte talvez porque o próprio conceito de aposentadoria remonta a fins do século XIX. Antes disso, as posses acumuladas indicavam se as pessoas viveriam a velhice bem ou mal.

Sr. Presidente, apenas a partir do momento em que o governo alemão, nos idos de 1870, estabeleceu que os trabalhadores tivessem uma série de direitos é que se conseguiu conceber que o recebimento de um benefício financeiro a partir de determinada idade não era um favor, mas uma obrigação do Estado para com seus cidadãos.

No Brasil, infelizmente, a idéia de que a aposentadoria é um direito do trabalhador teve uma longa história. Iniciativas isoladas remontam aos anos 20 do século passado, mas foi a partir da década seguinte que deixou de ser tabu, passando a ser prevista em lei para todos que contribuíram durante determinado período para a previdência social.

A história, no entanto, demora décadas para avançar: foi preciso esperar pela Constituição de 1988 para que a aposentadoria fosse estendida para todos os brasileiros, independentemente de contribuição após uma determinada idade.

Como se pode perceber, a aposentadoria vem sendo implantada há décadas no Brasil. Não é uma luta fácil ou simples, ainda mais quando muitos dos que se dizem defensores dos aposentados são apenas repetidores de velhos discursos com muitas palavras e poucas ações.

O trabalhador brasileiro está cansado de promessas que não se materializam; de discursos que não têm consequência prática. Por essa razão, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, resolvi dar um passo adiante: apresentei o Projeto de Lei nº 421, de 2007,

que visa a alterar a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988. Sr^{as} e Srs. Senadores, o que o meu projeto representa? Essa é a pergunta que se faz. É simples: a materialização de um conceito, qual seja, como já disse, o de que a aposentadoria não é um favor prestado pelo Estado, mas um direito do trabalhador. O projeto visa a isentar o aposentado do pagamento de Imposto de Renda.

Hoje, já existe uma dedução a que o aposentado faz jus. O diferencial introduzido por meu projeto é a gradação, ou seja, a partir dos 66 anos, a isenção aumenta gradualmente até tornar-se integral aos 70 anos. Assim, aos 66 anos, a isenção é de 20%; aos 67, de 40%, até alcançar 100% aos 70 anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, meus caros aposentados, o tributo se chama Imposto de Renda, logo, é um absurdo que seja cobrado sobre aquilo que não é oriundo de renda, mas das contribuições realizadas pelo trabalhador ao longo de sua vida.

Aposentadoria não é renda, mas poupança que o trabalhador forma ao longo da vida para que possa manter-se adequadamente ao término de sua atividade laboral. Além disso, a contribuição para a previdência social é compulsória, ou seja, é feita a despeito da vontade do trabalhador.

Apesar dessas características, o Estado cobra Imposto de Renda do aposentado como se ele ainda fosse trabalhador ativo. Isso é um erro do ponto de vista jurídico, mas, sobretudo, é ato injusto e que afronta o próprio princípio formador da idéia de aposentadoria: o de que o trabalhador, após certa idade, deve receber um rendimento pelos seus anos de trabalho a fim de ter uma velhice sem sobressaltos. Quero, com minha proposta, garantir que a velhice do brasileiro seja vida com dignidade.

Todos nós conhecemos pessoas que mesmo aposentadas continuam a trabalhar, pois a aposentadoria é insuficiente para cobrir as despesas mensais. Há milhares de casos de homens e mulheres aposentados que trabalham, pela necessidade de pagar um plano de saúde, remédios ou simplesmente comida.

Busco, com esse projeto de lei que se encontra em apreciação na Comissão de Assuntos Sociais no Senado Federal, tornar a vida dos brasileiros acima de 65 anos um pouco menos sofrida. Se esse projeto tornar uma só vida menos árdua já terá valido a pena, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Aguardei esta sessão de homenagem a esse segmento de nossa população – sessão justa e necessária – para dar notícia dessa iniciativa e reiterar que continuarei dando a esse tema a prioridade que merece, de modo a fazer da aposentadoria o que de fato a inspirou: o reconhecimento ao valor do trabalho.

Hoje, nos termos em que é tratada entre nós, é quase uma punição ao trabalhador.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um país que não cuida de seus idosos deixa de beneficiar-se de um patrimônio de sabedoria e experiência que representam. E o Brasil tem sido reincidente nesse equívoco. Cumpre mudar esse procedimento. Minha proposta é um passo nessa direção. Outros precisam – e serão dados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Autoridades, convidados, aposentados, eu tenho agora um outro compromisso assumido anteriormente e, por isso, terei de me retirar, mas antes quero fazer um apelo aos oradores que irão ocupar a tribuna do Senado nesta sessão especial em homenagem aos aposentados. Há dez oradores inscritos. Então, faço um apelo para que cada orador, com exceção do Sr. Ministro, que é um convidado especial e que trará a palavra do Governo, fale apenas por dez minutos, a fim de que a sessão não se prolongue demais. Não que os aposentados não estejam dispostos a participar desta sessão, mas o plenário está cedido para esta homenagem e precisa abrigar a sessão ordinária a partir das 14 horas, impreterivelmente, de acordo com o Regimento.

Portanto, faço esse apelo porque não quis deixar essa missão, que não é das mais agradáveis, para o Senador que assumirá com muita justiça a presidência dos trabalhos.

Agradeço novamente a atenção que foi dispensada às minhas palavras e passo a Presidência ao Senador Paulo Paim, que anunciará o próximo orador.

Muito obrigado. (Palmas.)

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos e minhas amigas, quero responder, de pronto, aos muitos que perguntaram quando eu iria falar como Senador que solicitou esta sessão. Aceitei o convite do Senador Garibaldi para fazer o pronunciamento de encerramento da sessão. Então, quando todos tiverem usado da palavra, falarei, a pedido do Senador Garibaldi, encerrando a sessão.

Peço a todos que se mantenham dentro do tempo, para permitir que todos possam falar. Tivemos uma grata surpresa: há cerca de nove Senadores inscritos e também o Ministro Luiz Marinho, que também trará a sua mensagem.

Então, de imediato, passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Exm^o Sr. Senador Paulo Paim, que preside esta sessão justa em homenagem aos aposentados e às aposentadas do nosso País; Exm^o Sr. Luiz Marinho, Ministro da Previdência Social; Exm^o Sr. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão do Idoso; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados no Senado Federal; senhores heróis do Brasil que contribuíram com a vida de trabalho para que este País pudesse chegar aos patamares em que hoje se encontra; estendo a mesma saudação às heroínas que são as trabalhadoras aposentadas deste País; senhoras e senhores, não poderia deixar de juntar-me às justas homenagens hoje prestadas aos aposentados pela passagem do seu dia, comemorado há um mês, em 24 de janeiro, antes, portanto, do início da atual sessão legislativa.

Mais uma vez o nobre Senador Paulo Paim tomou a feliz iniciativa de propor esta sessão especial, dando a todos nós a oportunidade de celebrarmos os aposentados e de renovarmos nossos compromissos com a solução dos muitos problemas que ainda os afligem.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, de que um dos temas recorrentes desta homenagem será a sempre aberta questão da defasagem das aposentadorias. E não sem razão, Senador Paim. V. Ex^a tem capitaneado aqui, no Senado Federal, como o fez na Câmara Federal, a defesa dos aposentados do nosso País, e nós nos somamos, como tantos outros Senadores e Senadoras, nessa luta para que possamos dar uma condição digna de vida àqueles que tanto contribuíram, como eu disse no início, para o desenvolvimento do nosso País.

Tomemos, por exemplo, a situação dos aposentados que recebem mais de um salário mínimo. Há, inequivocamente, uma distorção na maneira como são reajustadas as aposentadorias. Nos últimos cinco anos, os aposentados que recebem um salário mínimo tiveram seus ganhos quase dobrados, enquanto os demais receberam pouco menos de 60% de aumento. Não questiono, obviamente, a justiça dos aumentos do salário mínimo – ao contrário, defendo ardorosamente a valorização desse piso salarial. No entanto, não podemos continuar com essa política de “niveleção por baixo”, a que conduz inevitavelmente essa forma de reajustar os benefícios.

Portanto, é imperativo que sejam revistos os critérios adotados para a definição do índice de reajuste

dos aposentados que recebem mais que o mínimo, não só buscando eliminar a discrepância entre os que recebem o salário mínimo e os que recebem mais, mas também procurando um índice que reflita melhor a realidade dos aposentados.

Dados da Fundação Getúlio Vargas, por exemplo, mostram que a inflação, calculada para os idosos, levando em conta as suas necessidades primárias, tem sido cerca de 27% superior aos índices oficiais desde 1994 – e temos de levar em conta que boa parte de nossos aposentados são pessoas que precisam de atenção especial em saúde, precisam de um plano de saúde que lhes dê a garantia de um atendimento digno. Evidentemente, são penalizados na outra ponta pelos planos de saúde, com reajustes impostos aos que chegam na chamada melhor idade. As aposentadorias ficam achatadas ao longo do tempo, levando-os a terem de retornarem, como aqui já foi dito, a uma ocupação, não por vontade própria, mas pela necessidade de sustentar a si e a sua família.

Portanto, em função disso, Senador Paim, gostaria aqui de lembrar uma proposição muito oportunamente apresentada por V. Ex^a, o PLS nº 58/2003 – e nós estamos, Sr. Ministro, em 2008, já se vão cinco anos e o projeto não caminha –, atualmente aguardando parecer na Comissão de Assuntos Econômicos, que trata justamente dessa questão fundamental. Encontrar uma maneira de reajustar os benefícios, Senador Paim, que seja, ao mesmo tempo, a mais justa para os aposentados e a mais factível para o Estado não é tarefa simples. Tenho certeza, porém, de que este Parlamento está à altura da tarefa, se puser todo o seu empenho na solução do problema.

Quero aqui conclamar todos os nossos Pares da Comissão de Assuntos Econômicos, que está agora reunida. Sairei daqui rumo a essa Comissão para pedir urgência, a fim de que o projeto esteja em pauta na próxima reunião, que será terça-feira que vem. (Palmas.)

Quero terminar, Sr. Presidente, lembrando que não é apenas uma atenção especial ao valor das aposentadorias que devemos aos aposentados. Devemos aos aposentados! Não podemos nos esquecer de que, com o passar do tempo, com a mudança do perfil demográfico da população brasileira e com as melhorias na qualidade de vida, que se traduzem em mais longevidade, a população aposentada vai crescer. Temos de ser capazes de pensar políticas públicas eficazes, Sr. Ministro, dirigidas especialmente a essas pessoas. Isso é, ao mesmo tempo, uma questão de justiça social e uma demonstração de gratidão pelo muito que nossas trabalhadoras e trabalhadores aposentados fizeram por todos nós e pelo nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Sr. Ministro, Srs. integrantes da Mesa oficial, a questão da Previdência Social, de um modo geral, é uma dessas questões estratégicas...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... cujo equacionamento adequado marca o grau de maturidade de uma sociedade. Estamos aqui diante de uma questão peculiar de justiça: não se trata apenas de determinar o que nós, que partilhamos o mesmo tempo, devemos uns aos outros, mas de determinar o que nós devemos aos que nos antecederam e que, com seu trabalho, ajudaram a construir o contexto em que nos inserimos, assim como o que devemos às gerações futuras. Ainda temos de avançar muito no sentido de encontrar uma equação mais justa na questão da Previdência Social, Sr. Ministro Luiz Marinho.

Ocasões como esta homenagem, que nos permitem retomar ou reforçar nossa reflexão em torno dessas questões, são sempre bem-vindas, na medida em que representam um passo a mais na solução que todos esperamos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo a V. Ex^a para que conclua, pois há doze oradores e se inscreveram mais três.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Concluo em um minuto, Sr. Presidente. A todos os aposentados e aposentadas do meu Brasil e em especial aos do meu querido Estado do Pará, deixo aqui meu sincero agradecimento pelo trabalho que realizaram e que tornou possível sermos o que hoje somos.

Ao terminar, quero fazer uma homenagem especial a todos aqueles que lutam, como o Senador Paulo Paim e tantos outros Senadores e Senadoras, entre os quais me incluo, para que possamos fazer a justiça que os aposentados e as aposentadas do Brasil merecem.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senador Flexa Ribeiro falou pela Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria.

Passamos a palavra, neste momento, à nobre Senadora Rosalba Ciarlini, pela Liderança do Democratas.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, com o apelo desta Presidência para que observe esse tempo.

A SRA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pela Liderança do Democratas. Sem revisão da oradora.) – Tentarei cumprir, Sr. Presidente, até porque acho que os discursos mais bem-vindos são os mais curtos.

Quero cumprimentar V. Ex^a, Sr. Presidente; o Sr. Ministro e todas as associações representativas dos aposentados. Sr^{as} e Srs. Senadores, quero pedir permissão para cumprimentar, em primeiro lugar, a autoridade maior hoje nesta Casa: todos vocês, senhoras e senhores, que durante toda uma vida ajudaram a construir o Brasil de hoje. (Palmas.)

São os cabelos prateados – benditos cabelos prateados! – de experiência, de exemplo, de luta, de dedicação, de participação. Homens e mulheres que, no campo ou nas cidades, doutores ou peões, que, com o seu suor, com a sua dedicação, com a sua participação, impulsionaram este País, o País que hoje já mostra os números da ampliação da expectativa de vida, fruto de avanços sociais e desenvolvimento. Nós estamos aqui para dizer a vocês: muito obrigada! Nós somos o reflexo da luta de vocês, do trabalho de vocês. (Palmas.)

E não é justo que, depois de décadas e décadas, no mínimo trinta anos, na hora do merecido descanso, do merecido reconhecimento, estejam, como nós sabemos, milhares por aí mendigando um bico, uma renda extra, um outro trabalho. Na hora em que deveriam estar tendo oportunidade do lazer, de conviver com tranquilidade com a família que construíram, de estar sorrindo com os netos, com os bisnetos, é nessa hora que bate a angústia maior. Quantos não conseguem nem honrar os compromissos com os medicamentos, porque o salário, a aposentadoria, a cada ano, injustamente, vai encolhendo.

Quero aqui assumir com os senhores e senhoras do meu Brasil, homens e mulheres de cabelos prateados, homens e mulheres de luta e exemplo para todos nós, o compromisso não somente da Senadora Rosalba, lá do Rio Grande do Norte, o compromisso que é do Democratas, de estarmos não somente apoiando, mas estarmos multiplicando as nossas forças, convocando a todos. Não podemos permitir... Propostas existem, como a do Senador Paim, e muitos outros projetos meritórios, de apoio, de reconhecimento, de recuperação do justo valor que os senhores merecem. Não podem ser tratados de forma diferente de outros trabalhadores. (Palmas.)

Vocês trabalharam, vocês se sacrificaram, vocês têm uma história a ser contada de lutas. Então, quero aqui trazer o meu apoio, o meu compromisso maior.

E neste dia em que o Senado presta esta homenagem a todos os aposentados do nosso Brasil, eu quero também, de coração, lembrar dos meus aposentados, especialmente daquele a quem aproveito para fazer uma homenagem: meu pai, de 84 anos. (Palmas.)

Falo das injustiças perpetradas contra quem trabalhou a vida inteira e que, ao se aposentar, pensava

que aquela renda ia permanecer para que pudesse chegar ao último suspiro com tranquilidade, mas vemos acontecer o que acontece com os senhores: a renda diminui e vocês muitas vezes tem de esperar a ajuda dos filhos – porque, graças a Deus, formaram todos seus filhos – quando gostariam de continuar ajudando a cada um deles.

Este é o sentimento que trago aqui: de reconhecimento, de valorização e de dizer mais uma vez: muito obrigada, vocês fazem este Brasil! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradeço à Senadora Rosalba, que ficou exatamente dentro do tempo, até com o limite de mais três minutos.

De imediato, passo a palavra ao Senador Mão Santa, que dispõe, também, de dez minutos. (Pausa.)

Dando prosseguimento à lista, concedo a palavra ao Senador Mário Couto. Em seguida, falará o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Paulo Paim; Sr. Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho; Senador Leomar Quintanilha, em cujo nome saúdo todas as autoridades que compõem a Mesa desta sessão especial; prezados aposentados e aposentadas deste País, inicialmente, quero falar um pouco de um companheiro que no dia-a-dia das sessões plenárias se preocupa com os aposentados e aposentadas deste País. Preocupa-se com o sofrimento de cada brasileiro aposentado e pensionista.

Está no sangue, no sangue do Senador, esta causa. Olho todos os dias para ele, às vezes conversamos sobre as providências que poderíamos tomar para minimizar o sofrimento dos aposentados deste País.

Vi há poucos instantes uma Senadora se emocionar. E é para se emocionar mesmo. A cada ano que passa, a situação piora, e nós não podemos prever o que pode acontecer com os aposentados, que merecem tanto mérito, que mereciam hoje ser homenageados de uma outra forma – porque notem que todos os oradores que subiram à tribuna para se pronunciar vieram questionar, e não homenagear. E eu vou seguir a mesma linha, porque eu sei que vocês querem a solução do problema de vocês, principalmente. Sei até que dispensam homenagens, mas que não dispensam a solução do problema de vocês. (Palmas)

Às vezes colegas me chamam de duro: “Mário Couto, tenha mais calma!”. Eu sou duro nas questões que tocam o meu coração. Não posso deixar de ser. Eu sou duro nas questões que sensibilizam o cidadão e a cidadã. E esta é uma. Esta é uma questão séria.

Já disse isto ao Senador Paulo Paim: fico muito feliz por estar hoje aqui vendo vários Senadores irmanados nesta mesma causa. Até pensei um dia que éramos menos, hoje vejo que somos bastantes. Tenho recebido *e-mails* de todo este País, mostrando contra-cheques, Ministro, que revelam a miséria em que vive o aposentado hoje neste País.

Eu lhe agradeço, Ministro, por ter vindo. Espero que V. Ex^a, neste momento, seja uma esperança para todos que vieram aqui e que nos assistem pela TV Senado e nos ouvem pela Rádio Senado.

Disse o Senador que me antecedeu que nós precisávamos de ações. E eu quero aqui deixar algum fluxo de ações, Sr. Ministro, para que o V. Ex^a possa nos ajudar. Vamos eleger o ano de 2008 como o ano das soluções dos problemas dos aposentados. Estou apresentando requerimento, Senador Paulo Paim, nesta Casa, para que os Senadores votem e definam este como o ano dos aposentados, para que se chame a atenção das autoridades e elas possam reconhecer o sofrimento de cada um de vocês. (Palmas.)

O Presidente Lula disse – e nada contra o Presidente, mas quero neste momento rever algumas palavras do Presidente –, em um comício, que ele não entendia por que uma pessoa que se aposentava com dez, vinte, salários mínimos, depois de pouco tempo passava a receber quatro, cinco, salários mínimos. Acho que o Presidente continua não entendendo. Ele precisa entender, precisa reconhecer a dificuldade do ser humano aposentado. Não se pode conviver com isso, Ministro. Não há explicação. Seja qual for a explicação dada a mim, eu não aceitarei. Eu só aceito uma explicação: a solução desses problemas. Essa é a única explicação que eu aceito.

Eu não aceito explicações quando olho para o quadro e vejo: em 2003, o salário mínimo foi a R\$240,00, com reajuste de 20%; o dos aposentados, 19,71%. Oxalá continuasse assim! Em 2004, R\$260,00 de salário mínimo – 8,03% de reajuste; 4,53% para o dos aposentados; em 2005, R\$300,00 o salário mínimo – reajuste de 15,40%; o dos aposentados, 6,35%; em 2006, R\$350,00 o salário mínimo; 16,67% de reajuste; o dos aposentados, 5%. Em 2007, R\$380,00 – 8,6% de reajuste; para os aposentados, 3,3%.

Já vou terminar. Queria eu poder falar aqui por uma hora. Infelizmente, não tenho mais tempo. Para terminar, quero deixar uma sugestão, com todo respeito a V. Ex^a e mais uma vez, agradecendo a vinda de V. Ex^a, Sr. Ministro. Vamos votar, nesta Casa, o projeto do Senador Paulo Paim. (Palmas.)

No ano passado, eu ainda não estava aqui, pois sou Senador de um ano de mandato, mas está aqui a notícia de que vocês foram com o Presidente des-

ta Casa pedir que o projeto viesse à pauta. Não veio. Esse projeto já teve cinco relatores. O último relator é o Líder do Governo, Romero Jucá, com quem já falei. Antes, porém, de descer da tribuna, quero deixar uma sugestão, meu caro Presidente Paulo Paim, que possamos ir ao Senador Romero Jucá pedir-lhe que dê o seu parecer. Não importa qual seja o parecer, mas que ele dê o parecer ao projeto, para que ele venha a plenário. Sei que o projeto vai ser aprovado em plenário, não tenho dúvida disso. (Palmas.)

Que nós possamos mandar esse projeto com o apoio do Ministro. Aí, Ministro, eu lhe peço, lá do fundo do meu coração, que olhe para todos e veja a tensão e a aflição de cada um. Olhe nos olhos de cada um e peça ao Presidente que não vete o projeto. Não adianta se aprovar o projeto aqui e o Presidente vetar lá. E V. Ex^a é a autoridade maior para conceder esse benefício a todos nós. Peça que ele respeite a decisão do Congresso Nacional, que quer ver o aposentado numa situação melhor.

Vou descer, Sr. Presidente. Lamento, porque eu queria falar um pouco mais. Mas quero pedir a todos vocês que possamos fazer uma homenagem a um grande lutador. Eu vejo nele a presença de cada um de vocês todos os dias nesta Casa. Quero pedir um pequeno favor a cada um de vocês: que me ajudem a homenagear um homem que, apesar do Partido, não olha a cor partidária, olha o ser humano em si, a causa em si, um homem de um coração que toca em favor daqueles que precisam, que dá o próprio sangue por essa questão. Peço a cada um de vocês: vamos ficar de pé – é rapidinho – só para fazer uma homenagem a ele, a um homem que não vai deixar esta causa por nada, como eu. Como eu! Eu não deixarei esta causa por nada. Seremos sempre decentes.

Peço a Deus que, um dia, não seja preciso radicalizar, mas, se for necessário, estarei junto com vocês. Uma salva de palmas ao nosso grande Paim, merecedor desta homenagem, merecedor do reconhecimento dos aposentados e das aposentadas deste País. (Palmas.)

Muito obrigado, Ministro. Eu confio em V. Ex^a. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, ao nobre Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Senador Geraldo Mesquita Júnior, V. Ex^a tem a palavra por 10 minutos.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, que preside esta sessão.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, senhoras e senhores aposentados, ilustres membros da Mesa, a quem cumprimento na pessoa do Ministro Luiz Marinho, quero iniciar o meu pronunciamento pelo gancho deixado aqui pelo Senador Mário Couto, quando fala do Senador Paim como um Parlamentar de causa. É verdade! Costumo dizer que o Senador Paulo Paim é daqueles Parlamentares que estão no Congresso Nacional há muitos anos defendendo causas, e não coisas. A causa dos aposentados é uma das causas em que o Senador Paim pensa ao dormir e ao acordar.

Quero dizer a todos que, ao lado do Senador Paim, há um número de Parlamentares que nos dá esperança e segurança de afirmar que, talvez neste momento, consigamos avançar no sentido da aprovação de projetos que irão ao encontro dos anseios da grande maioria dos aposentados deste País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, senhoras e senhores aposentados presentes, mais justo do que homenagear os aposentados mortos é amparar os aposentados vivos, assegurando-lhes o cumprimento do que dispõe a nossa Constituição Federal tanto em seu art. 201, §§ 3º e 4º, quanto no art. 58 e respectivo Parágrafo Único das Disposições Constitucionais Transitórias. Vamos lembrar:

“O § 3º do art. 201 diz que todos os salários de contribuição considerados para o cálculo do benefício serão devidamente atualizados na forma da lei.”

“O § 4º estabelece que é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.”

Como a tal da lei ainda inexistente nas duas décadas que a Constituição de 1988 completará neste ano, a esse argumento aferra-se a Previdência Social para negar um benefício que é direito líquido e certo no texto constitucional, como se a lei fosse indispensável para definir o que é a atualização do valor real dos salários e benefícios previdenciários. O Congresso tem sua parcela de responsabilidade nessa omissão, por não pressionar o Poder Executivo, ao qual compete a iniciativa da lei que cria ônus ou importe em despesa para a União. Ainda mais que esse direito tem sido reiterada e insistentemente reconhecido pela Justiça brasileira. Mas dívida maior é a do Poder Executivo, cujos titulares, de 1988 até esta data, omitiram-se ante o compromisso solenemente estabelecido pela Constituição, que todos juraram respeitar e defender.

Mas não é só, Sr. Presidente. O art. 58 das Disposições Transitórias também prescreve que “os benefícios

de prestação continuada, mantidos pela Previdência Social na data da promulgação da Constituição, terão seus valores revistos, a fim de que seja restabelecido o poder aquisitivo, expresso em números de salários mínimos, que tinham na data de sua concessão, obedecendo-se a esse critério de atualização até a implantação do plano de custeio e benefícios referidos no artigo seguinte”. Mais do que isso, prescreve seu parágrafo único que “as prestações mensais dos benefícios atualizadas de acordo com este artigo serão devidas e pagas a partir do sétimo mês a contar da promulgação da Constituição.” Aí está, senhoras e senhores, o critério de avaliação que a Previdência alega faltar. Está, como se vê, no próprio texto constitucional, calcado na quantidade de salários mínimos que passou a ser, desde 5 de outubro de 1988, o valor do salário mínimo.

Todos nos lembramos de que todas as campanhas presidenciais de 1988 até esta data foram, inequivocamente, aproveitadas para que os candidatos, independentemente de sua orientação ideológica, ou de suas convicções partidárias, promettessem aposentadorias dignas e justas, pelo menos com base no valor efetivo das contribuições dos trabalhadores. O que nós temos visto, porém, é que se reajusta o salário mínimo por um determinado fator e o das aposentadorias não obedece ao mesmo padrão. Terão, porventura, os aposentados menos necessidades a suprir do que aqueles que estão em atividade? Pode-se alegar que os recursos despendidos durante a vida ativa com o transporte diário, que consome boa parte da renda dos trabalhadores, serão fatalmente economizados na inatividade. Mas se trata de um argumento falacioso e falso, se lembrarmos que é na aposentadoria, fase em que está a maioria ou a quase totalidade dos idosos, que os encargos com remédios e demais prescrições médicas aumentam. Esse argumento de que os aposentados podem ganhar menos do que quando estavam na ativa é de uma perversidade insuperável, e é típico daqueles burocratas insensíveis, que se mantêm nos escalões do poder atendendo de forma servil ao mandatário de plantão. (Palmas.)

Todos os dias assistimos ao espetáculo de aposentados que demandam os postos de saúde em busca dos remédios de uso continuado, sem que sejam atendidos, por motivos que vão da falta ocasional ao atraso na reposição dos estoques.

Nas mensagens que recebemos, a respeito desta comemoração, está o apelo pela inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2006, ambas do nosso companheiro Senador Paulo Paim. O Congresso Nacional não pode ignorar o pedido de

oito milhões de aposentados e pensionistas, que há vinte anos vêm seu direito postergado, ignorado e descumprido pela incúria de sucessivos governos e a omissão do Legislativo.

Meu apelo é o mesmo desses brasileiros esquecidos, endereçado aos líderes partidários e ao ilustre Presidente da Casa, Senador Garibaldi, para que sejam incluídas na Ordem do Dia de nossos trabalhos as proposições que podem resolver uma justa demanda que se arrasta nos tribunais ante a indiferença dos sucessivos governos ao apelo dos que deram a maior parte de sua vida ao desafio do crescimento econômico e que padeceram uma sucessão de planos econômicos frustrados que oneraram seus ganhos, durante mais de duas décadas. O remédio que a Constituição assegurou aos aposentados e a seus descendentes não pode continuar a ter o travo amargo da desilusão ante a qual o País vê estiolar-se a esperança desses nossos irmãos.

Como dizíamos antigamente, Senador Paim, e precisamos voltar a dizer hoje, a luta continua. Vamos fazer por onde esse projeto seja colocado em pauta e vamos aprová-lo com toda certeza nesta Casa.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra ao Senador José Nery, Líder do PSOL, e, em seguida, à Senadora Serys Slhessarenko.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Exm^o Sr. Ministro de Estado da Previdência Social Luiz Marinho; Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Subcomissão do Idoso no Senado Federal; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, quero saudar a presença de todos neste Plenário, especialmente a dos que participam de associações e de movimentos que têm como tarefa principal a defesa dos interesses dos aposentados, para esta justa sessão de homenagem pelo Dia Nacional do Aposentado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Srs. Deputados Federais que até há pouco estavam presentes aqui, o crescimento da população idosa é um fenômeno mundial: em 1950, com 204 milhões e previsão para, em 2050, chegar a 1,9 bilhão, o que representará um quinto da população mundial. A expectativa de vida no Brasil está projetada para 80 anos, em 2025.

O envelhecimento é um direito e sua proteção, um direito social. O art. 9º da Lei nº 10.741, de 2003,

diz que é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa proteção à vida e à saúde mediante efetivação de políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

Quero lembrar que a aposentadoria faz parte de um direito conquistado a partir da luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras. Infelizmente, as reformas neoliberais vivenciadas no Brasil, tanto no Governo anterior quanto no Governo atual, que a elas deu continuidade, têm criado enormes dificuldades para a garantia e a manutenção de direitos dos aposentados e pensionistas, tornando a vida dos brasileiros idosos cada vez mais penosa. Falo especialmente contra as seguidas reformas previdenciárias, que, em vez de garantir e ampliar direitos, na verdade, suprimiram, retiraram direitos dos trabalhadores, dos aposentados especialmente. (Palmas.)

Quero registrar a importância da aprovação do Estatuto do Idoso, no final de 2003, fato que materializou mais de 10 anos de luta pelos direitos de idosos e idosas.

Nesta sessão especial em homenagem ao Dia Nacional do Aposentado, é forçoso reconhecer que muito precisa ser feito para que o País esteja preparado para conviver com o fenômeno do aumento da expectativa de vida de nossa população. É preciso lembrar que milhares de brasileiros e brasileiras com mais de 60 anos foram espancados, torturados ou induzidos ao suicídio nos últimos anos; milhões de brasileiros idosos se encontram em situação precária de vida, compondo a multidão de pobres de nosso País; que os nossos aposentados recebem pouco e gastam praticamente todos os seus recursos com remédios, com assistência à saúde; que os Estados e Prefeituras, com raríssimas exceções, não possuem ações públicas direcionadas à assistência aos idosos.

Por isso, aproveitando essa merecida homenagem, quero reafirmar meu compromisso com a garantia dos direitos dos aposentados a uma vida digna.

Portanto, somamo-nos à reivindicação das entidades filiadas à Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas para trabalhar pela aprovação de vários projetos, entre os quais os de autoria do Senador Paulo Paim, que são símbolos da conquista e da garantia de dignidade para os aposentados do nosso País, que vem sendo insistentemente protelada.

Portanto, cada aposentado, cada pensionista, cada trabalhador e trabalhadora precisa estar muito atento a quem, aqui, neste Congresso e neste Senado, a quem, no Governo, realmente está interessado em garantir direitos que estão inscritos na Constituição, que precisam ser preservados, mas que, tristemente, são vilipendiados, fruto da incompreensão da importância

que têm os nossos aposentados e aposentadas na sua luta pela sobrevivência, na construção do nosso País com o seu trabalho, com a luta cotidiana de cada um, de cada uma. Mas aos idosos e à velhice não são garantidas aquelas condições mínimas de dignidade a que todos têm direito.

Quero homenagear, em especial, a todos que lutam, se organizam, que estão na Confederação, nos sindicatos, nas associações, nos movimentos, mas quero homenagear, em nosso imenso País, aqueles mais empobrecidos, mais excluídos, mais abandonados, aqueles e aquelas que chegaram à melhor idade – assim deveria ser de fato –, mas não têm qualquer benefício do Estado, que não têm sequer o benefício da prestação continuada – o que é muito pouco –, e muitos não o tem porque sequer possuem os documentos para identificar-se. Faltam-lhes documentos básicos da cidadania para ter acesso a um benefício do Estado.

Quero homenagear os desvalidos, os que, por este País afora, seja no campo, seja nas cidades, estão excluídos de qualquer benefício, de qualquer assistência do Estado brasileiro, da Nação brasileira, porque a esses, principalmente, devem-se dirigir as atenções no sentido da sua inclusão, como cidadão e cidadã, nas políticas de assistência, na aposentadoria, no benefício da prestação continuada, para que possamos resgatar e garantir a dignidade dessas pessoas.

Quero também, neste momento, dizer que me somo aos que me antecederam e aqui disseram da importância de os líderes partidários pressionarem para a inclusão, na pauta, dos projetos que beneficiam os aposentados. Esse é um compromisso...(Palmas.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) ..., esta é uma tarefa inadiável no ano em que o mundo celebra os sessenta anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, no ano em que o Brasil celebra os vinte anos da Constituição de 1988, a chamada Constituição-cidadã. Mas ela não será verdadeiramente cidadã enquanto as ações do Parlamento e dos governos não incluírem, efetivamente, todos os direitos que deveriam ser assegurados aos aposentados e idosos de nosso País.

Recebam nossa homenagem, nossa saudação. Mas, como fizeram alguns dos meus colegas, eu não poderia encerrar minhas palavras sem dizer a vocês que somos aqui testemunhas vivas e permanentes da dedicação do verdadeiro sacerdócio, da verdadeira determinação de um dos mais brilhantes dos nossos pares, de um dos companheiros da vida pública e parlamentar neste Senado, que honra o Brasil, honra o Rio Grande do Sul, Estado que representa, e que honra, principalmente, os trabalhadores e trabalhadoras deste

País, que honra os aposentados, que honra a luta pela valorização do salário mínimo, que se empenha para, efetivamente, combater e erradicar o trabalho escravo ainda existente no Brasil, daquele cuja atuação se identifica com os mais legítimos direitos de nosso povo. Tal qual fizeram meus colegas que me antecederam – eu sei que os senhores acompanham – quero dizer que todos temos o orgulho de ter na Presidência da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, autor desta sessão de homenagem aos aposentados do Brasil, e de saudar esse timoneiro da luta do nosso povo, da luta dos aposentados, que é o Senador Paulo Paim, orgulho da luta dos aposentados brasileiros. (Palmas.)

Finalmente, digo que aqui estarei sempre defendendo e apoiando todas as iniciativas que venham a ampliar direitos dos aposentados, das idosas e dos idosos brasileiros. Em nosso mandato, representando aqui o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, em nenhuma circunstância votaremos a favor de qualquer proposta que vise a diminuir direitos dos trabalhadores; votaremos por aquilo que vier a ampliá-los. É o nosso compromisso. É a nossa luta.

Parabéns a todos vocês pelo exemplo de compromisso com a construção de um Brasil mais digno e mais justo!

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, que falará pelo Bloco de Apoio ao Governo.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Luiz Marinho, senhores que compõem a Mesa, faço, muito especialmente, uma saudação a todos os aposentados e às aposentadas, razão e sentido deste momento que a gente está vivendo aqui no Senado da República.

Quero, antes de começar minha fala, que vai ser breve, eu prometo, fazer uma homenagem muito especial às mulheres aposentadas, porque o Dia Internacional da Mulher vem aí, dia 8 de março, e nós, mulheres, sabemos todo o processo de discriminação que sofremos através dos tempos. Então, uma homenagem muito especial às companheiras mulheres.

Quero também fazer uma saudação especial aos homens aqui presentes, porque sabemos que são homens solidários, fraternos, generosos, que sempre ajudaram e vão continuar nos ajudando nessa luta pelo fim da discriminação.

Sr. Presidente, o Dia Nacional dos Aposentados é uma data muito importante para milhares e milhares de brasileiros e brasileiras que são homenageados e

homenageadas por tudo com que contribuíram para o crescimento desta grande Nação. Neste dia, também as centrais sindicais se reúnem para cobrar medidas que possam fazer justiça a essa categoria que cresce cada dia mais e que merece de todos nós o respeito devido.

Hoje, a maior luta dos aposentados é pela recomposição das perdas salariais. Não temos dúvida disso. A luta por melhoria nas condições de qualidade de vida, melhor tratamento dos aposentados e pensionistas têm de ser motivos de reflexão e alerta permanentes para todos nós. Pontos como a construção de uma farmácia popular, alta programada, auxílio-doença e a criação do conselho do idoso, com sua participação em temas como saúde, transporte, educação e tudo mais.

Eu, senhoras e senhores, fui Secretária de Educação e Cultura do meu Estado de Mato Grosso. Faz tempo, mais de 20 anos. Quando eu fui Secretária, há mais de 20 anos – fui Secretária por um ano; aí, eu fui mandada embora –, havia toda uma programação, uma busca, uma discussão não para que conseguíssemos simplesmente inserir a questão do idoso num currículo, mas para que pudéssemos trazer o idoso, com a competência, com a experiência que tem, para dentro das nossas escolas, para contar sua história de vida, sua experiência, suas conquistas e suas dificuldades às nossas crianças, aos nossos alunos. Tentei fazer isso, mas, infelizmente, meu tempo por lá foi pouco e não consegui levar essa proposta avante. Mas essa proposta não é difícil, senhoras e senhores, de ser levada.

Deixo aqui um alerta aos Secretários de Educação de todos os Estados do nosso País para que busquem trazer essa discussão para a escola, porque há muita riqueza dentro de cada um e de cada uma dos nossos aposentados, que precisa ser conhecida, que precisa realmente ser contada às nossas crianças e aos nossos jovens, que hoje sentem falta disso.

Costumo dizer aos meus netos, às minhas netas, aos meus *pequetitos*, como costumo chamá-los, que eles têm que conversar com as pessoas de mais idade, que têm que buscar essa experiência, que têm que buscar conhecer como eles conquistaram determinado espaço na sociedade, as dificuldades, inclusive, como aconteceram, porque, infelizmente, nossos jovens e nossas crianças hoje se aconselham muitas vezes com pessoas que não são as mais devidas. Por isso, há muito desvirtuamento, especialmente dos nossos jovens na nossa sociedade.

Digo sempre que tenho oportunidade e digo agora, aqui desta tribuna, àqueles jovens que porventura estejam nos ouvindo que ouçam as pessoas que têm mais idade, que ouçam os nossos aposentados, que

conversem com eles sobre os problemas que têm, que busquem nessa experiência espelho para continuidade de suas vidas. Tenho certeza de que isso vai contribuir muito para a melhoria da nossa sociedade, especialmente para o rumo dos nossos jovens e das nossas crianças que vêm aí.

Quero ainda dizer que, além de tudo isso que estou dizendo aqui, da necessidade da participação dos nossos aposentados junto à construção de uma nova sociedade, de uma sociedade melhor para todos, sem desperdício do conhecimento dos nossos aposentados, que talvez seja necessário um PAC que destrave, de vez por todas, as conquistas de direitos dos aposentados no Brasil, alertando os nossos governantes para a necessidade de políticas públicas de valorização daqueles que muito já contribuíram para o desenvolvimento do País.

Digo tudo isso porque, senhoras e senhores, nos meus três mandatos de Deputada Estadual no meu Estado de Mato Grosso, lutei concretamente por algumas conquistas, como a acessibilidade gratuita em transportes públicos ao idoso. Fui muito firme, foi uma luta muito difícil, foi muita mobilização, mas foi uma conquista concreta do nosso mandato o projeto de lei de acessibilidade ao transporte gratuito intermunicipal no Estado de Mato Grosso, tanto é que eles dizem, a título carinhoso à minha pessoa, que eu sou a madrinha dos idosos, dos aposentados no meu Estado de Mato Grosso.

Isso me orgulha muito.

Sr. Presidente, junto com o Deputado Wilson Santos, que hoje não é do meu Partido e é Prefeito da Capital de Mato Grosso, fomos responsáveis, à época, pelo fim de um privilégio em Mato Grosso. Eu me refiro ao FAP, aposentadoria, do meu ponto de vista, indevida, aos Parlamentares do Estado de Mato Grosso. Terminamos com essa aposentadoria aos Parlamentares de Mato Grosso porque achamos que era indevida. Não foi mérito só meu, mas também do então Deputado Wilson Santos.

Eu acho que a gente precisa lutar por conquistas, mas também lutar contra aquilo que é indevido, contra aquilo que a gente acha que é vergonhoso, por exemplo, aposentadorias com oito, doze anos, do meu ponto de vista totalmente indevidas. Conseguimos lá terminar.

Então, com tranqüilidade e autoridade, homenageio nesta data todos os aposentados e aposentadas do nosso imenso Brasil e, em especial, do meu querido Mato Grosso. Em nome do Sr. Silvino Monteiro, uma pessoa de bastante idade no nosso Mato Grosso, mas um batalhador, um lutador dia e noite pelas conquistas dos aposentados, quero homenagear todas

as lideranças e todos os aposentados do meu Estado de Mato Grosso.

Para encerrar, quero dizer aqui que temos notícias de que, hoje, em nosso País, nós já temos mais de 11 mil pessoas com mais de 100 anos. Mais de 11 mil pessoas com mais de 100 anos! E eu quero dizer aqui, com a força do meu coração: que todos que estão aqui e que não estão aqui; que milhares, que centenas de milhares, que milhões de pessoas vamos chegar a mais de 100 anos, com certeza, neste País, com qualidade de vida, com qualidade de vida, sim, e com qualidade de vida proporcionada por políticas públicas da melhor qualidade, para que a possamos chegar a mais de 100 anos com uma vida muito boa.

Parabéns a todos e a todas e a minha homenagem sincera e o meu abraço muito carinhoso a todos e a todas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, é com muita satisfação que passo a palavra ao Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que aceitou quando esta Presidência, juntamente com o Presidente Garibaldi, fez o convite. S. Ex^a, de pronto, colocou-se à disposição para estar aqui, a fim de dialogar conosco. Então, o Ministro vai à tribuna e disporá do tempo que entender necessário.

Em seguida, terão a palavra, pela ordem de inscrição, os Senadores Valter Pereira, Leomar Quintanilha, Papaléo Paes e a Senadora Lúcia Vânia.

Depois, farei o pronunciamento de encerramento.

O SR. LUIZ MARINHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, o meu boa-tarde a todos os companheiros e companheiras, nossos queridos aposentados, aposentadas e pensionistas que estão presentes e os de todo o nosso País.

Quero cumprimentar o nosso querido irmão, amigo e companheiro Senador Paulo Paim, que preside, neste momento, a sessão.

Antes, eu quero dizer a vocês por que pedi para falar agora. Eu me programei para ficar aqui das dez horas ao meio-dia. Às 9h45, estava no gabinete do Presidente Garibaldi. Infelizmente, tenho que cumprir a agenda e procuro fazer isso com determinação, sem atrasar os compromissos assumidos. Então, peço licença a vocês para falar agora e sair em seguida.

Quero cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, companheiro, irmão e amigo; Benedito Marcílio, companheiro de muitas lutas, Presidente da Cobap; Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; e Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado.

Quero cumprimentar os meus companheiros, Senadores, Senadoras, Deputados presentes, a Presidente da Anfip, companheira Assunta, que está aqui prestigiando também esta sessão.

Eu quero dizer a vocês que vou falar do projeto do Senador Paim, mas, antes, quero falar para vocês e para o Brasil, em breves palavras, o pouco que nós estamos procurando fazer à frente da Previdência. O Benedito Marcílio é testemunha disso, pois tem acompanhado, fizemos vários debates já neste quase um ano em que estou à frente da Previdência Social. Para muitos, parece que eu assumi há muito tempo a Previdência, mas, na verdade, eu assumi dia 29 de março do ano passado. Portanto, vou completar um ano à frente da Previdência daqui a pouco.

O Presidente Garibaldi disse aqui, na abertura, que às vezes é muito fácil falar, mas entre o falar e o fazer há uma distância. O mundo real é mais concreto, mais difícil e mais duro do que às vezes o simples desejo das palavras. De fato, nós podemos constatar isso.

A Previdência Social, meus companheiros, a impressão que eu tenho, como Ministro da Previdência hoje, é que ela estava abandonada, um pouco largada, descuidada, por décadas e décadas a fio. Então, nós traçamos a tarefa e o planejamento metódico de curto, médio e longo prazo, para fazer frente a tantas demandas existentes em cada canto deste País, em cada agência, em cada posto da Previdência Social. Nós resolvemos algumas delas, outras teremos que resolver ainda no tempo. E uma das que nós resolvemos foram as filas horrorosas, trágicas, desrespeitosas para os nossos aposentados. Não somente para os nossos aposentados, porque os trabalhadores da ativa, também, quando tinham que recorrer a um auxílio doença, a um auxílio acidente, a um benefício qualquer, enfrentavam aquelas filas horrorosas em todas as agências. As pessoas, às vezes, atravessavam a noite em fila para tentarem ser atendidas no dia seguinte. Isso já ficou para trás na história do nosso País e nesses 85 anos de história da Previdência Social.

Mas isso não basta. É preciso fazer um processo de agendamento que guarde uma relação rápida, para que o pessoal não precise esperar tanto. Não basta a condição de marcar de casa em uma agência, de forma confortável, ligando para o número 135, se essa agenda vai demorar muito tempo para ser feita; é preciso também perseguir que esse agendamento seja feito dentro do prazo razoável. E esta é exatamente a demanda que nós estamos trabalhando neste momento.

É preciso garantir condições de trabalho aos nossos servidores e servidoras, que são quem de fato podem garantir um bom atendimento a todos os brasi-

leiros e brasileiras nas nossas agências. Mas é preciso deixar claro que é necessário enfrentar um debate até ideológico que, às vezes, ocorre nesta Casa, no Congresso Nacional e na sociedade.

Quando se fala em concurso, muitos já vêm dizer que os concursos são porque o Governo Lula é muito estatizante, é muito isso, é muito aquilo, e quer inchar a máquina pública. Os concursos são para criar melhores condições estruturais do Estado Brasileiro, para bem atender ao povo brasileiro. E nesse sentido, há neste momento um concurso no INSS, para contratar dois mil novos funcionários, dois mil novos servidores, para melhorar os serviços em cada canto, em cada agência do nosso País. Mas isso ainda é insuficiente, quero avisar os senhores. No ano que vem, haverá um novo concurso, está previsto um novo concurso para 2009, e ainda um outro concurso para 2010, para ir criando condições para, de fato, resolvermos, de uma vez por todas, o atendimento aos companheiros e companheiras.

Para vocês terem uma idéia da minha introdução, esses dias eu abri um encontro de qualificação, de formação, Senador Paim, e um servidor deu o seguinte depoimento: “Ministro, eu estou há quinze anos na casa. Nunca tive oportunidade de participar de um curso de qualificação”. São quinze anos! Muitos gerentes e chefes de agências, porque se destacavam no trabalho, eram colocados para chefiar ou para gerenciar, sem a oportunidade de um processo de gerenciamento, para poderem dar conta da sua tarefa. Como pode funcionar uma casa assim? Esse é o histórico da nossa Previdência das últimas décadas.

Estou chamando a atenção dos senhores para dizer que estamos trabalhando com muito afinco. No ano passado, consegui junto ao Presidente da República, quando assumi o Ministério da Previdência Social, além de toda a liberação do Orçamento, R\$385 milhões adicionais, para poder planejar a reformulação de todas as agências – estava prevista em 2007 e faremos em 2008 –, a ordem de mil reformas e onze novas agências especializadas em concessão de benefícios, para poder adequar o atendimento da nossa companheirada na Previdência Social.

Conseguimos para este ano R\$180 milhões, que já estão disponíveis para a Dataprev fazer os investimentos e a modernização da empresa, a fim de melhorar seus sistemas e garantir que o INSS possa funcionar adequadamente em cada agência espalhada pelo nosso País.

Estamos trabalhando para criar condições de blindar o nosso sistema e combater as fraudes. Estamos sendo rigorosos no combate às fraudes, e há a força-tarefa que estamos fazendo junto com a Polícia

Federal. Inclusive prometi ao nosso Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, na semana passada, que vou dobrar os recursos disponíveis para as forças-tarefas que temos em parceria com a Polícia Federal, para combater e debelar as quadrilhas organizadas que tentam fraudar a Previdência Social em todo o País.

Mas não é somente isso. Além de prender – foram presas 121 pessoas no ano passado –, de desbaratar as quadrilhas, é preciso blindar o nosso sistema, para dificultar e evitar que novas fraudes continuem ocorrendo em nosso País.

Junto com isso, aumentei a quantidade de advogados que busquem analisar cada processo administrativo disciplinar para debelar de uma vez por todas a minoria dos maus servidores que se utilizam da condição de servidor público para fraudar a Previdência. Nesse sentido, no ano passado, fiquei em primeiro lugar no *ranking*, como o Ministro que mais demitiu servidor público. Digo isso com muita tristeza, porque quando a gente demite um servidor é porque ele não estava cumprindo o papel de servidor público. Mas registro, mais uma vez, que se trata de uma minoria insignificante da casa que utiliza esses métodos.

Por essa razão, quando falamos isso, é para fortalecer e valorizar a maioria esmagadora das servidoras e servidores públicos deste País que honram a condição de serem servidores públicos brasileiros.

Para terminar, companheirada, quero dizer a vocês que, além de trabalhar a melhoria de gestão, o combate às fraudes, dar garantia e melhoria, é preciso tratar os aposentados e aposentadas com a dignidade e o respeito que eles merecem. E é nessa condição que eu venho aqui hoje, para prestar essa homenagem aos nossos aposentados e aposentadas do nosso País. (Palmas.)

Digo isso porque tenho-me relacionado com vocês há muito tempo. Encontrei aqui, Paim, vários companheiros que caminharam os quarenta quilômetros comigo na primeira marcha do salário mínimo quando eu era Presidente da CUT. Encontrei aqui vários companheiros aposentados com os quais debati ao longo do tempo como Presidente da CUT. E lá, como Presidente da CUT, eu dizia que era preciso conquistar junto ao governo uma proposta que buscasse valorizar a condição do salário mínimo para haver melhor poder de compra.

Quando assumi o Ministério do Trabalho, pedi ao Presidente Lula uma condição para assumir o cargo: que me autorizasse a construir uma política que valorizasse o poder de compra do salário mínimo, e essa condição me foi dada.

Essa política existe hoje. Por essa razão, o salário mínimo vem crescendo ano após ano no nosso Governo, mais do que aconteceu na história recente do nosso País. Essa é uma conquista para milhões e milhões de trabalhadores e trabalhadoras da ativa e aposentados. Aliás, a maioria dos aposentados e pensionistas do nosso País está enquadrada no salário mínimo, sendo altamente beneficiada por essa conquista.

Junto com o salário mínimo, também consegui formular a política, respaldada pelo Presidente Lula e pelo Governo e aprovada nesta Casa e no Congresso Nacional, para que não houvesse defasagem na tabela do Imposto de Renda durante o nosso Governo. Portanto, o Presidente Lula terminará os oito anos de seu Governo sem nenhuma defasagem na tabela do Imposto de Renda. Isso é importante porque, nos governos anteriores, a tabela do Imposto de Renda ia sendo defasada. Somente isso injeta na economia R\$4 bilhões por ano que ficam no consumo, na movimentação da economia, e o salário mínimo introduz mais R\$30 bilhões por ano.

Por essa razão, a economia está crescendo de maneira sustentável: o mercado interno está expandindo.

Essa situação levou a uma reclamação forte dos nossos companheiros e companheiras das entidades de aposentados e pensionistas: o fato de o salário mínimo crescer além da inflação e as aposentadorias aumentarem apenas conforme a inflação criou uma distorção. Não é uma defasagem. É uma distorção.

Ouvi atentamente os Senadores que se pronunciaram até agora, falando da necessidade de votar o projeto do querido Senador Paulo Paim. Só quero chamar atenção para o seguinte: quando votarem o projeto, destinem, por favor, receita também. Pediram o meu apoio aqui. Se houver receita destinada, terão o meu apoio no projeto. (Palmas.) O Presidente Garibaldi Alves Filho diz: "Falar é fácil, fazer é mais difícil". Precisamos deixar claro se há ou não receita, porque aprovar simplesmente pode não resolver a questão.

Devemos agir com extrema responsabilidade nesse processo. Acima de tudo, queremos olhar para nossos filhos e netos – ainda não tenho netos, mas há projeto para tê-los em breve, pois minha filha, que já é casada, embora muito nova para meu gosto, talvez possa incluir-me também no time dos avós – e ter consciência de que não estamos fazendo nada agora que comprometa a sustentabilidade da Previdência no futuro.

Esse é um desafio para mim, para cada um de nós aqui, para os Senadores e Senadoras, para cada brasileiro e brasileira do nosso País. Se trabalharmos assim, podemos encontrar uma equação boa.

Disse ao Benedito Marcílio na última audiência que fiz com a Cobap: Como Ministro da Previdência, tenho toda disposição de dialogar, sempre. E há uma questão que, às vezes, as lideranças colocam e a respeito da qual eu digo: Podemos estudar dessa forma. Qual é? Se é verdade que temos o impacto da inflação, o impacto no custo de vida diferenciado para os aposentados, podemos estudar, com o IBGE, com o Instituto de Pesquisas Econômicas, se é possível constituir um indicador que busque responder a essa equação. Isso é um estudo, essa é uma possibilidade, e coloco que há abertura para fazê-lo.

Então, quero aqui, com estas palavras, agradecer a atenção dos senhores e das senhoras, deixar um abraço forte para cada companheiro e companheira aqui e desejar que Deus continue nos iluminando e nos guiando nas decisões que tenhamos que tomar em torno desse e de qualquer assunto, para que nós possamos ter, acima de tudo, sustentabilidade em nosso sistema previdenciário, com muito respeito pelos nossos aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, um forte abraço, fiquem com Deus! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Quero, de imediato, passar a palavra, pela ordem de inscrição, ao Senador Magno Malta.

Senador Magno Malta, V. Ex^a dispõe da palavra por 10 minutos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr. Ministro Luiz Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, peço licença para informar à Casa, como S. Ex^a já havia anunciado, o Ministro, neste momento, vai retirar-se, mas continuamos com a nossa sessão.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, eu não poderia me furtar desse privilégio de me congratular, de abraçar, de homenagear os aposentados do meu País. E o faço, abraçando os aposentados do meu Estado e também V. Ex^a, que, antes de ter uma vaga, um assento no Parlamento federal, eu já o admirava tanto pela sua luta, pelo seu desprendimento em favor da causa do aposentado brasileiro, em favor da causa do meu pai e da minha mãe. Quando me tornei Deputado Federal com V. Ex^a, tive o prazer de vê-lo agir e encampar o sentimento do seu coração. Cheguei ao Senado Federal junto com V. Ex^a, Senador Paim, e a marca mais contundente de V. Ex^a, incluindo a luta pelos aposentados, é a luta pela vida humana.

Tem muita coisa que eu não consigo entender. Eu tenho muito medo de sessão solene, porque a gente acaba falando o que os outros já falaram e, quando busca informação, busca na Internet, e os números são sempre os mesmos, os nomes são os mesmos, acaba-se falando as mesmas coisas e a sessão solene, muitas vezes, se torna uma tortura para quem está presente, porque costuma-se falar as mesmas coisas. Não quero torturar ninguém mais do que já são torturados os aposentados, mas há coisas que não consigo compreender.

As conquistas que os aposentados têm no Brasil, aliás, não podemos debitar este momento na conta do Presidente Lula nem de seu Governo. Os maus tratos aos aposentados é uma coisa antiga. Esse procedimento nocivo para com os aposentados é tão velho... Não podemos debitar na conta do Presidente Lula esses maus tratos que vêm de longo tempo, senão implorar a ele que a misericórdia que cerca o seu coração e que o leva na direção dos pobres do Brasil, onde ele tem centrada a grande visão de seu Governo, se essa misericórdia alcançar os aposentados do Brasil, teremos todos os problemas dos aposentados resolvidos.

Penso que o problema do aposentado no Brasil não se dá para resolver fazendo conta, Senador Mão Santa. A conta tem de passar pelo intelecto. Tratar da questão daqueles que construíram o País tem de passar pelo coração, Senador Paim. Essa questão tem de vir pela via da sensibilidade e atingir o intelecto. Se a via for inversa, vamos ficar remando, remando, como estamos fazendo hoje aqui: homenageando quem construiu o Brasil.

Existem coisas muito tristes em tudo isso. É triste ver, Senador Valter Pereira, alguém que ajudou a construir esta Nação e a ela deu seus melhores dias, deu suas energias, sua juventude e, quando chega no melhor de sua idade, vive o pior de seus dias, porque é muito raro você encontrar um aposentado que tenha condições absolutas de pagar a farmácia no final do mês. O normal é encontrar aposentados que não têm como pagar a farmácia.

Esses homens deram as suas vidas, suas energias e construíram investindo o pouco que tinham nos filhos, e aqueles que assim o fizeram, que deram educação para os filhos, e filhos que ainda têm o olho voltado para o pai, para a mãe, na visão bíblica de que quem honra pai e mãe prolonga seus dias, esses filhos assumem o pai e a mãe na velhice, assim como eu fiz com os meus, porque foi esta Nação que eles construíram com suas energias, com seus melhores dias.

Na sua terceira idade, que é um grande momento na sua vida, até porque quem foi que disse que a idade é o requisito para a morte? Requisito para a morte é

estar vivo. E daí não entender por que os aposentados, em sua idade madura, são relegados a um plano secundário. Porque o requisito para morrer é estar vivo. O jornal mostra todos os dias gente de 2, 15, 20, 30, 40, 50 anos de idade que morrem, e conhecemos gente de 60, 70, 80 e que está viva. A idade não é requisito da morte. O requisito da morte é estar vivo. E por que os aposentados deste País são relegados a um plano secundário? Por que eles já não são mais úteis para o mercado de trabalho? Outra coisa que não entendo. Com todo o vigor, com toda a energia, com todo o seu raciocínio, seu tirocínio, tudo no lugar, prontos a ensinar, prontos a colaborar.

Existe uma experiência, Senador Paulo Paim, não sei se verdadeira, não posso afirmar, mas quem me falou não iria contar uma mentira deste tamanho: que a Azaléia, aquela empresa que era do seu Estado e foi para a Bahia, exatamente para minha Itapetinga, cidade em que fui criado no interior da Bahia – e agradecemos aqueles dez mil empregos que foram para lá; atingiram minha Macarani, onde nasci, cidade pequenininha, Itapetinga, por ali – mas, disseram que a Azaléia instituiu um programa chamado Meu Último Emprego. Começou a admitir pessoas acima de 50 anos de idade, e mudou a vida da fábrica, mudou a história da empresa, com dedicação, com felicidade, com responsabilidade. Então, essa é uma força que ou estamos querendo matar, ou estamos querendo fazer dormir na marra, no Brasil, que é a força do aposentado brasileiro. Senador Paim, até por que “último emprego” não é pejorativo, porque o primeiro emprego pode ser o último. Você pode arrumar um emprego com 20 anos de idade e morrer. Então, nada é pejorativo. Acho que é importante que tenhamos a visão de que o aposentado é peça tão importante para este País quanto um menino de 25 anos, 30 anos de idade.

Quando se diz: “Fizemos uma conquista, os aposentados agora vão ganhar um passe de ônibus”, acho isso tão triste. Parece que está dando esmola para quem não precisa de esmola, para quem tem força de trabalho, para quem tem energia, para quem tem capacidade, quem tem vivacidade, quem tem sabedoria para dar, esbanjar. “Ah, foi uma conquista, vamos dar isso para eles agora”. Como quem dissesse: “Coitado dos velhinhos. Vamos dar isso para eles agora. Vamos dar uma forcinha para eles”.

Senador Paim, é difícil entender como um indivíduo no melhor das suas energias recebe um salário e, quando pede sua aposentadoria, parece que ele pede, quando assina, implora às pessoas para levá-lo a um plano secundário. E aí seu salário desaba. E seu salário não tem equiparação nunca mais. Os re-

ajustes são absolutamente menores que os reajustes daqueles que estão na ativa.

Por isso, eu disse, no começo da minha fala, que não consigo compreender por que esses números tentam determinar essa questão. Isso é de difícil compreensão para mim. Sou filho de uma mulher que morreu ganhando meio salário mínimo por mês, nem aposentada foi, e filho de um pai que morreu aos 74, aposentado, que, se eu não pudesse comprar os remédios dele, nem remédio iria ter, talvez nem vivesse os 74 anos. E com todas as dificuldades da minha mãe, que era uma faxineira, ela ajudou a construir este País, com todas as deficiências do meu pai, que era um simples relojoeiro, ele ajudou a construir este País, porque a minha vida, a minha honra, é fruto da honra deles, que ajudaram a construir este País. (Palmas.)

Então, fico muito triste, Senador Paim. Quero encerrar a minha fala fazendo um pedido ao Presidente Lula, e, mais uma vez, reafirmo que essa miséria toda que se faz contra os aposentados não é algo novo nem nasceu no Governo dele, não debito na conta dele. O Presidente Lula é um homem de coração sensível e, quando fala de pobre, fala com verdade. Quando criou esses programas todos, gostem ou não, as pessoas gostam. O País tem 40 milhões de pessoas que já sofreram tanto, que já foram tão humilhadas e espezinhadas, que já foram espoliadas e esfoladas, que não venham com essa história de ensinar a pescar porque não vão aprender mais não. Tem que dar o peixe na mão deles mesmo, mas tem que ensinar os filhos deles... (Palmas.)

Agora, o filho deles tem que receber inclusão social, escola, cidadania. E o Presidente Lula está fazendo mais de duzentos Cefets no Brasil para formar mão-de-obra, para que, mais tarde, eles não precisem mais do Bolsa-Família; mas, hoje, os pais precisam, sim. Então, goste quem quiser gostar.

Então, peço ao Presidente Lula que, com essa mesma sensibilidade, raciocine com o coração a situação dos aposentados no Brasil e chame o seu Ministro, o nosso querido Marinho, e seus técnicos – técnico é gente muito intelectual e é difícil para mim alcançá-los, porque, na sua grande maioria, estudaram em bons cursinhos, e alguns foram até de carro importado, e alguns fizeram curso em Harvard, e eles têm tanta técnica que tudo o que eles falam, se der certo, eles são gênios e, se der errado, foi o povo que não cooperou. Então, não sei conversar com eles, porque essa coisa técnica não entra no meu coração.

Peço ao Presidente Lula que, tão sensível às causas daqueles que são discriminados, chame a todos eles, junte todo eles e peça-lhes, se possível, pelo amor de Deus, que trate a questão dos aposentados

com o coração, dentro da visão que Sua Excelência tem tido com os pobres do Brasil. Não que os aposentados sejam pobres. Mas, mutilados como já foram, humilhados, espezinhados e relegados a um plano secundário, é preciso que alguém tenha uma atitude dessa natureza para devolver aquilo que é de direito do aposentado brasileiro.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento o Senador Magno Malta, que cumpriu o tempo solicitado por esta Presidência.

De imediato, passo a palavra ao Senador Valter Pereira e, em seguida, ao Senador Mão Santa, ao Senador Papaléo Paes, ao Senador Quintanilha e à Senadora Lúcia Vânia – o Senador Papaléo Paes lembra aqui que está na frente do Senador Mão Santa. Depois, farei o meu pronunciamento de encerramento desta brilhante sessão, que está mostrando a disposição do Senado da República de aprovar o PL nº 58. (Palmas.)

O SR VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente ilustre Senador Paulo Paim; Senador Papaléo Paes, componente da Mesa Diretora; Senador Sérgio Zambiasi; Senador Leomar Quintanilha, que se ausentou neste instante para atender a compromisso na Comissão que preside; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap); Sr. Edison Guilherme, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, figura largamente conhecida de todos os Senadores, já que, nesta Casa, ocupou vários cargos importantes, inclusive de Chefe de Gabinete de alguns Senadores, como no caso do Senador Pedro Simon e de outros, ouvi atentamente a fala de todos os Colegas que me antecederam.

Mas, no início do meu pronunciamento, antes de me reportar ao que disseram os meus Colegas, não poderia deixar de homenagear, na figura desses eminentes baluartes do movimento dos aposentados, que tão bem representam esse segmento importante da sociedade brasileira, que estão compondo a Mesa, não poderia deixar de homenagear aqueles que estão aqui no plenário. Muitos com cabelos brancos, com sulcos profundos que o tempo impôs à face de cada um.

Não poderia deixar de homenagear aqueles que estão aqui, mulheres e homens, como aqueles que estão alhures, incluindo os do meu Estado de Mato Grosso do Sul. Quero, hoje, homenagear a todos aqueles do meu Estado que estariam neste plenário se ele estivesse mais perto. Mas, tenho certeza, estão com

o coração pulsando nesta sessão que, hoje, traz tanta emoção a todos nós.

É bem verdade que nós não podemos imaginar que o aposentado, neste dia, só recebe homenagens e só recebe flores, porque esta é uma sessão que nos leva também a uma reflexão profunda, que tem sido feita no Senado, sim, através dos representantes do povo brasileiro, da Federação brasileira nesta Casa, encarnada, sobretudo, na figura deste grande Senador que preside a sessão, Senador Paulo Paim.

E essa reflexão se faz necessária, porque, efetivamente, as criaturas que chegaram no ocaso da vida e que estão trabalhando, lutando, resistindo, têm tudo a ver com as pessoas que representam a sociedade aqui no Senado Federal.

Quantos não são os Senadores e os Deputados filhos de aposentados? Aqui falou o Senador Magno Malta, há poucos instantes, de sua condição de filho de uma aposentada que viabilizou os seus primeiros passos, que o empurrou para a vida.

A homenagem é justa e a reflexão necessária porque, embora o Congresso Nacional, especialmente o Senado, que é onde se presta esta homenagem, tenham se manifestado e agido no sentido de dar a devida recompensa pelos trabalhos realizados, pela dificuldade da vida ativa, apesar de dotarmos este País e os aposentados em particular de numerosos diplomas legais que balizam uma melhor condição de vida, ainda existe muita iniquidade a rondar a vida de cada aposentado do nosso País.

Assisti aqui ao pronunciamento do ilustre Ministro da Previdência Social, Luiz Marinho, que falou de grandes conquistas. Indiscutivelmente sua gestão tem avanços que nós devemos reconhecer e precisamos, por isso, dizer que ele está cumprindo bem o seu dever.

No entanto, tenho que divergir do ponto que ele enaltece como uma conquista e eu diria que está mais no campo de uma aspiração, de uma esperança; está mais no campo de um sonho do que de uma conquista: as filas. Não posso deixar aqui de reconhecer que as filas, que tanto constroem os aposentados, ainda não acabaram. Há filas tanto nos estabelecimentos públicos quanto nos estabelecimentos privados. A lei que obriga a dar prioridade para os idosos, e aí se incluem os aposentados, obviamente, ainda não se aplica na sua inteireza. Existe muita fila, sim, existe muita humilhação, sim, e isso precisamos remover.

O relacionamento da Administração Pública com o contribuinte, com o aposentado e com quem ainda não se aposentou passa por uma política de pessoal que estamos ainda distantes de ver, que estamos distantes de compartilhar, uma política de pessoal em

que é preciso ter prioridade e que infelizmente não tem tido esse *status* em muitas e muitas administrações. É preciso que se reconheça que não é da atual Administração o descaso com o contribuinte, de maneira geral, com o cidadão brasileiro. Essa política de descaso vem de antanho, vem de muito tempo.

É preciso, aqui lembrou o Ministro, cujo Ministério está oferecendo alguns cursos de capacitação, que o servidor público tenha uma consciência muito clara de que o serviço público é um serviço de toda a sociedade e, como tal, o servidor público é um servidor da própria sociedade, porque o Estado é o instrumento, é a ferramenta da sociedade, e é preciso que ele seja treinado, que ele seja conscientizado, que ele tenha efetivamente um compromisso de atender bem, porque ele é pago pela sociedade e, portanto, tem que atender com respeito, com zelo e sobretudo com muito amor, todos aqueles que o procuram como pessoas da comunidade, em especial aqueles que têm, a denunciar a sua idade, os cabelos brancos. Esses precisam de um pouquinho mais de respeito do que aqueles que são cidadãos comuns. É exatamente esse cidadão, essa cidadã de cabelos brancos que estamos homenageando hoje.

Gostei da proposta, Presidente Paim, de se unificarem todos os projetos que dizem respeito aos interesses dos aposentados. Se isso acontecer, estará lá uma proposta de minha autoria que V. Ex^a subscreveu, uma PEC que visa a garantir que os pensionistas todos tenham tratamento isonômico, porque hoje existe uma distinção de tratamento entre os pensionistas.

Uns ganham um valor e outros ganham outro. Isso tudo aconteceu por quê? Começou com a Lei nº 8.213, de 1991, que trata dos benefícios da Previdência; depois, passou pela Lei nº 9.032 e pela Lei nº 9.528. O legislador, naquela ocasião, buscou essa equiparação. Mas, na hora da aplicação, o que aconteceu? Quem ficou para trás passou a receber menos do que os atuais. Então é preciso corrigir esta iniquidade. E a PEC de minha autoria, que V. Ex^a assinou, Sr. Presidente, busca exatamente estabelecer o respeito ao princípio da isonomia para que todos tenham um benefício uniforme.

Gostaria de ter falado aqui, Sr. Presidente, enquanto estava presente o Ministro Luiz Marinho, porque eu gostaria de lhe dar uma sugestão, uma sugestão para ele tomar uma iniciativa sem nenhum risco de quebrar a Previdência: abolir, acabar com a contribuição obrigatória de 11%, que incide sobre os benefícios recebidos por todos os aposentados.

Não se justifica, Sr. Presidente, cobrar de quem foi para a inatividade a contribuição para a manutenção da Previdência. E posso assegurar a V. Ex^a e asseguro

rar aos Parlamentares que estão presentes aqui hoje – eu não fiz o registro do Senador Arns, que chegou aqui há poucos instantes e já estava notando a falta dele porque é um grande parceiro também desta causa –; posso assegurar a V. Ex^{as} e assegurar a todo o País que abolir essa contribuição não vai quebrar a Previdência porque, no contexto das receitas deste País, no contexto de todo o Orçamento, é um valor muito pequeno, muito pequeno para o Estado, mas muito grande, muito importante para todos os aposentados, especialmente aqueles que estão na base da pirâmide social.

Então, fica aqui de público a proposta que, tenho certeza, será encampada por V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Faço um apelo a V. Ex^a.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ... e que será encampada também pelos demais colegas.

Encerro as minhas palavras dizendo a todos as senhoras e os senhores que o Senado Federal, além de representante da Federação, além de representante dos Estados, com certeza, é a Casa dos aposentados.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos, de imediato, a palavra ao Senador Papaléo Paes e em seguida ao Senador Mão Santa, que, inscrito há muito tempo, cedeu seu lugar a outros Senadores.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores; Sr. Benedito Marcilio, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Haubert; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado; senhoras aposentadas e senhores aposentados e pensionistas; demais presentes, senhoras e senhores, a homenagem que ora prestamos aos aposentados e pensionistas brasileiros pelo Dia do Aposentado é, além de gratificante, muito oportuna.

Gratificante, porque faz bem à alma expressar os sentimentos de reconhecimento e de gratidão àqueles que por tanto tempo contribuíram para o bom funcionamento da sociedade brasileira. Oportuna, porque essa ocasião se revela propícia para o reexame das condições em que vivem os aposentados e os pensionistas brasileiros, sobrevivendo com poucos recursos e ainda, muitas vezes, garantindo a subsistência de suas famílias, após uma vida inteira de dedicação ao trabalho.

Como é de amplo conhecimento, o dia 24 de janeiro foi escolhido para homenagear os aposentados. Nessa data, em 1923, ocorreu a assinatura da Lei Elói

Chaves, que criou a caixa de aposentadorias e pensões para os empregados de todas as empresas privadas de estradas de ferro, então existentes.

Anteriormente à vigência da citada lei, a Previdência Social atendia exclusivamente aos servidores do Governo Federal, o que evidencia o alcance da medida, que passou a representar um marco no nosso sistema previdenciário.

O Brasil tem hoje, de acordo com a Dataprev, cerca de 25 milhões e 100 mil aposentados que percebem o benefício médio de 540 reais. A maioria deles, quase 15 milhões, recebe o salário mínimo, o que é muito pouco para a sua própria manutenção e muito menos para a manutenção de suas famílias. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas (Sintap) lembra que a desvinculação entre o salário benefício e o salário mínimo, ocorrida em 1991, deixou desprotegido esse segmento, que tem reduzido a cada dia o seu poder de compra. Assim, benefícios que antigamente eram razoavelmente superiores ao salário mínimo vão sendo arrojados e só não se situam em patamar inferior a este porque a Constituição não permite.

Aqui, senhoras e senhores, quero registrar que esse foi mais um dos calotes que o Governo deu nos aposentados e pensionistas. Muitos de nós não testemunhamos pessoas fazendo sacrifício, tirando da sua família, da boca dos seus filhos, para dar uma contribuição para ter, na sua aposentadoria, a tranquilidade de receber, por exemplo, oito ou dez salários mínimos de aposentadoria, e, depois, o Governo, mais uma vez, deu o calote nos aposentados.

A preocupação, senhoras e senhores, se justifica. Ainda de acordo com o Sintap, estudos recentes indicavam que em dez anos 95% dos aposentados e pensionistas brasileiros estarão ganhando o minguado salário mínimo, caso não haja uma mudança no cálculo de reajuste dos seus benefícios. Para essa entidade, “é preciso considerar a Previdência como um importante mecanismo de distribuição de renda e de minimização dos efeitos da exclusão social.

Há dois anos, conforme reportagem *Hora do Povo*, 3.773 ou 67,8% dos 5.561 municípios brasileiros tinham como principal recurso econômico as aposentadorias e pensões. Esses benefícios além de sustentarem os 23 milhões e 100 mil aposentados, segundo informavam as reportagem, sustentavam também indiretamente 55 milhões de pessoas, aproximadamente 45% da população brasileira.

As observações do periódico são corroboradas pela psicóloga Anita Liberalesso, ex-coordenadora do Curso de Pós-Graduação em Gerontologia da Unicamp. Contestando a idéia muitas vezes disseminada de que

os idosos não contribuem para a sociedade e demandam muitos gastos públicos, ela afirma que às vítimas na falta de soluções, ou seja, na falta de ação do Governo, são apontadas como culpadas pela situação.

E aqui, Srs. e Sr^{as} aposentados e pensionistas, não podemos esquecer que nenhum dos senhores, e futuramente nós, que estaremos integrando este grupo de aposentados, são culpados de o Governo fazer mau uso do dinheiro público, destinado única e exclusivamente à manutenção do futuro das pessoas que tantos serviços prestaram ao Brasil.

Ninguém é culpado se gastaram o dinheiro com obras que não têm nada a ver com a Previdência; ninguém é culpado se o Governo hoje cobra dos aposentados 11% desse salário – desculpem-me, por favor, – miserável que os aposentados recebem, contribuindo assim – desculpem-me mais uma vez o termo que eu usei – com novecentos e tantos milhões, que, para o Governo, não significa nada, absolutamente nada.

O Governo deveria tomar a sua responsabilidade, principalmente o Presidente Lula, que tanto em seus pronunciamentos, em suas diversas candidaturas, usou o discurso em favor do aposentado. A simples suspensão da criação dessa TV pública, que é uma excrescência, que não tem nada a ver, isentaria as senhoras e senhores, que descontam 11% dos seus salários, dessa contribuição. O Senhor Presidente não está cumprindo com o seu papel perante os aposentados e pensionistas brasileiros.

Quero dizer às Senhoras e aos Senhores que eu, talvez, seja o único da história nesta atual Legislatura que saiu de um Partido da situação, porque eu fazia parte da base de apoio ao Governo – eu era do PMDB – para ir para a Oposição. Por que eu fiz isso? Porque, na Reforma da Previdência, na imprevista e pernicioso Reforma da Previdência, votei sempre contra o Governo. E está presente aqui mais um integrante do PMDB, Senador Mão Santa, que votou sempre contra o Governo. Nosso voto não foi contra o Governo, não, foi a favor dos aposentados e pensionistas. Então, depois fiquei sem ambiente, porque passei a ser discriminado, como um opositor dentro da base de apoio ao Governo. Sacrifiquei minha participação no Governo ao passar para a Oposição exatamente porque ficaria com a minha consciência muito pesada, se tivesse votado a favor da reforma da Previdência. (Muito bem! Palmas.)

Queria dizer que me lembrei da contribuição de 11% devido a uma referência muito feliz feita pelo Senador Valter Pereira. S. Ex^a foi muito feliz. Só faltou ele dizer que se o Governo não criar a TV Pública ele poderá suspender a contribuição de 11% dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, vou encerrar a minha participação.

A situação dos aposentados e pensionistas tem sido uma das minhas preocupações ao longo de minha vida pública. Por ocasião dos debates e da votação da Reforma da Previdência, fui sempre solidário com essa categoria, tendo destacado naquela ocasião o papel da Previdência Social como instrumento de distribuir renda. Na época, enfatizei o fato de que a melhor distribuição da renda, principalmente, no meio rural, devia-se principalmente aos idosos e às mulheres.

Além disso, Sr. Presidente, sempre me preocupou o fato de que os aposentados e pensionistas, em função de sua idade mais elevada, têm gastos extraordinários com medicamentos e planos de saúde, os quais, freqüentemente, são reajustados em índices superiores aos da inflação.

Todas essas circunstâncias justificam o pleito que há muito vem sendo feito por essa categoria, de reposição das perdas acumuladas e de adoção, para cálculo dos benefícios, de um índice especial, que contemple, além da variação do INPC, também a variação real do Produto Interno Bruto.

A essas mudanças no cálculo dos benefícios, devem-se acrescentar outras medidas de inclusão dos aposentados e dos idosos em geral, como programas de educação permanente, programas de capacitação profissional, promoção da saúde e combate ao preconceito etário. Só assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, poderemos nos orgulhar dos nossos aposentados e festejar o seu dia com dignidade e alegria. Só assim, estaremos retribuindo a sua abnegação e a sua disposição de lutar pela família e pela sociedade brasileira.

Sr. Presidente, são essas as minhas palavras que trouxe aqui por escrito. E, tendo em vista que me referi ao Presidente da República como membro do PT, que usou muito nos palanques a questão dos aposentados e pensionistas para se eleger, quero aqui fazer justiça a V. Ex^a., Senador Paim. V. Ex^a é um orgulho para todos nós brasileiros e para esta Casa, porque é um verdadeiro defensor do trabalhador brasileiro e do aposentado, confrontando muito com seu Partido. (Palmas.)

Essa justiça se estende ao Senador Flávio Arns, a quem peço desculpas porque, quando tentei visualizá-lo, V. Ex^a estava encoberto. Não estou aqui, senhoras e senhores, fazendo demagogia, aquela hipocrisia barata em que um elogia o outro para manter determinadas características parlamentares. Estou falando isso com justiça. V. Ex^a e o Senador Paulo Paim são as pessoas mais preocupadas com a questão social brasileira e enfrentam seus partidos. V. Ex^a também está na minha conta de um homem responsável com a sociedade ao

participar do vigor, junto com o Senador Paulo Paim, para a melhoria da qualidade de vida do brasileiro, principalmente, hoje, em relação aos aposentados.

Agradeço a V. Ex^{as} e desejo que os senhores aposentados, as senhoras aposentadas e pensionistas mantenham a esperança. Um dia os senhores, as senhoras e nós seremos vencedores.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

Enquanto S. Ex^a se desloca até a tribuna, quero cumprimentar todos os aposentados, pensionistas e lideranças que estão nesta Casa desde as 9 horas da manhã. A sessão iniciou-se às 10 horas, mas todos estão aqui desde as 9 horas. Ainda não almoçaram, e com certeza esta sessão não terminará antes das 14 horas.

Quero dizer que, depois da fala do Senador Mão Santa, por iniciativa das lideranças dos aposentados muito bem representados aqui na Mesa, eles vão entregar, Senador Mão Santa, uma rosa com uma mensagem aos Parlamentares que estão no plenário. Naturalmente, aqueles que não estiverem aqui a receberão, num segundo momento, em seu gabinete. As rosas, que ficarão na tribuna, são muito mais uma homenagem e um pedido para que todos se posicionem a favor dos projetos. Todos foram aqui listados. Há, por exemplo, a questão do veto, do PL 58, do PL 42 e também do fim do fator previdenciário.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Paulo Paim, que preside esta sessão que comemora o Dia do Aposentado, peço sua permissão de não citar nomes de autoridades ou lideranças, porque são muitas e eu poderia esquecer alguma. Mesmo involuntariamente, seria imperdoável.

Mas eu não poderia deixar de aproveitar esta oportunidade para saudar uma mulher do Piauí – Maria Cristina Lima de Sousa, Diretora de Aposentados e Pensionistas da Federação Nacional do Fisco Estadual – e também dois conterrâneos do nosso Estado: Luís Lima, de Teresina, e José de Sousa Neto, lá de Barras.

Meus senhores, encantadoras senhoras brasileiras e Parlamentares, é com grande satisfação e honra que uso da palavra neste auspicioso instante no Senado da República. Tenho 65 anos de idade e sou já aposentado como médico-cirurgião.

Somos irmãos. Durante 65 anos, Paim, foi longa e sinuosa a chegada até aqui. Ganhamos verdadeiras honrarias, verdadeiros títulos e homenagens. Mas há uma que me comove muito, muito mesmo – evidente-

mente, iguala-se ao título de médico, e acho a ciência médica a mais humana das ciências, e o médico, um benfeitor –, a de administrador, que consegui na Fundação Getúlio Vargas, em gestão pública. Sou oficial da reserva do Exército Brasileiro; fui secretário de Saúde, prefeito da minha cidade, deputado, governador. E aqui estou. Mas um desses títulos me dá muito orgulho. Eu tenho o título do homem mais importante deste País, para mim, Juscelino Kubitschek. Existe, a psicologia e a neurolingüística dizem, modelagem. Quando você quer ser um cantor, pensa no Roberto Carlos; um jogador, pensa no Pelé; um líder sindical, pensa no Paulo Paim. E aí vai. (Palmas.)

E eu, médico, cirurgião, político, fui buscar esse modelo em Juscelino. Então, muito me comoveu quando, no primeiro ano de Senador, ganhei, quando Juscelino fazia 100 anos, do Memorial, a medalha Juscelino Kubitschek. E não vai haver mais; ninguém vai mais ganhar.

Vocês poderão chegar até a Presidência da República, e o País estará muito bem na mão desses Senadores, mas esse, como já se passaram cem anos, não vai ter mais. Eu sabia que eram duas medalhas que iam dar ao Congresso. Havia o Paulo Octavio aqui, da família, e eu não podia ser ingênuo. Aí eles avisaram que meu nome estava sendo cogitado, mas eu não acreditei, Paim. Quase ninguém foi, Leomar Quintanilha. Eu não acreditei porque Antonio Carlos Magalhães queria, desejava e merecia. Tinha convivido com ele mais tempo. Então, eu não iria ousar pensar em vencer. Mas na hora H eles me chamaram para receber. Aí eu indaguei por que, e eles disseram que eu e o Papaléo tínhamos sido os Senadores que mais haviam citado Juscelino Kubitschek aqui. Isso valeu.

É com muito orgulho que tenho esse documento e mais outro também, no primeiro ano no Senado. É gratificante, é emocionante. Esse negócio de dizer que o povo não reconhece... Eu acho que o povo entende que este é o melhor Senado da história da República do Brasil. Que nós tivemos problemas, tivemos. Cristo, quando andou aqui, fez um Senadinho bem pequeno, convidou só 12. Ele não teve problemas lá entre eles? Como é que nós não haveríamos de ter? Nós temos esse ideal.

No dia 10 de dezembro de 2003, recebi um título muito honroso e que guardo:

“Instituto Mosad

Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas

O Instituto Mosad confere ao Excelentíssimo Senhor Senador Mão Santa o título de *Persona Grata*, em reconhecimento a sua luta na defesa dos servidores públicos ativos, apo-

sentados e pensionistas, com o digno voto na reforma da Previdência, honrando o juramento em cumprimento do Estado Democrático de Direito e os princípios fundamentais da Constituição Federal.

Brasília, 10 de dezembro de 2003.”

Assinado pelo Presidente da Diretoria, pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário. (Palmas.)

Não tem aquele da televisão, aquele momento de glória, o instante de glória? Então, estamos aqui.

Quero ajudar o nosso Presidente da República. Todos nós queremos. Mas, Paim, a bem da verdade, eu só tenho trazido *e-mail* elogiando o Paim. Hoje, vai variar, Paim. Ouça a voz rouca das ruas. Mas não se zangue, não, porque depois vou voltar com um ruim para mim:

“Para Senador Mão Santa.

Digníssimo Senador:

Deviam mudar o disco sobre o salário mínimo dos aposentados. Todo ano a mesma conversa: o Senador Paulo Paim toma a frente e faz comentários sem fim, prometendo a defesa do salário dos aposentados. Depois nunca mais fala e o assunto é esquecido. Agora, outra vez, está em pauta e vai acontecer a mesma coisa, porque, se ele quisesse, como a força do Governo, colocava em pauta a derrubada do veto do Presidente sobre o assunto(...) Francisco Ferreira Neto.”

Mas não vai ser não. Não se contrarie, não, porque outro dia, Lúcia Vânia, eu disse: “Luiz Inácio é generoso”. Peguei pior do que esse: “Não repita não, Mão Santa, ele está acabando com a gente, com os aposentados”. De verdade em verdade, eu vos digo. Então, essa é a realidade.

O Ministro devia estar aqui até o fim, não tinha compromisso mais importante do que com os aposentados. Não existia.

Olha, ele diz: “Faça a mudança e mostre a receita”. Foi feito. Este Senado é bom. Eles não entendem o que é democracia. Este Senado instituiu uma comissão para estudar os problemas que saltam aos olhos dos aposentados. Presidente: Tasso Jereissati – todos conhecem a competência administrativa de Tasso Jereissati. Vice-Presidente: Paulo Paim, o maior de todos os líderes operários. Ele é uma mistura de Martin Luther King e Obama. Foi pressionado a largar. Mas mesmo assim entramos madrugadas adentro.

O Ministro foi-se embora. Ministro, entramos nas caladas da noite, dias, meses, e fomos buscar com responsabilidade, com gratidão, com amor, com respeito ao aposentado. E botamos tudo direitinho no Or-

çamento. Aposentado merece 16,7%. Chegamos nós, os responsáveis, os pais da Pátria.

Ó Luiz Inácio, Deus, quando viu seu líder preferido, Moisés, perder a paciência, quebrar a lei e ir contra a riqueza representada pelos bezerras de ouro, disse: “Busque – não desista – os mais velhos, os mais experimentados e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo”.

Mário Couto, aí nasceu a idéia deste Senado. Onde está o Ministro? Foi-se embora. Devia estar aqui, para ver a verdade.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Um minuto dá, porque Jesus fez o pai-nosso em um minuto, que nos leva ao céu.

Mas acho que o próprio Luiz Inácio – não vou colocar “mais generoso” –, em um momento de boa reflexão, disse: “Estou arrodado de aloprados por todo lado”.

Acho que foram os aloprados que fizeram. Onde estava o Ministro? Ele baixou de 16,7% para 4%. Votou. Agora, digo: onde estava Luiz Inácio? Castro Alves está no mundo, porque, no navio negreiro... Ó Deus, ó Deus, onde estás que não vejo! Aí baixou. E o jogo democrático foi interrompido.

Que ele tem direito a se influenciar por aloprado tem, mas esse veto tem que voltar aqui para dizer quem está com Paim, quem está com o Senado. (Palmas.)

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E nunca votou.

Então, é isso. Há muitas coisas, e eu queria dizer o seguinte: Paim, aprenda com a história. Nosso amigo Fernando Collor, por que ele caiu? Quando ele caiu, Paim, tu estavas aqui, não estavas? Acompanhei a história – votei nele para Presidente, como muitos brasileiros. Sabe quando ele caiu? Eu aqui faço a reflexão na história. No dia em que a Justiça – bem aventurados os que têm fome e sede de justiça –: “os velhinhos aposentados merecem 147%”, ele, num arroubo: “Não, não dou, não!”. Aí é que foi. Vieram os velhinhos, os filhos dos velhinhos, os netos dos velhinhos...

Luiz Inácio, sua situação não é boa; é baseada na mentira. Digo-lhe por que não é boa. Faça uma pesquisa na verdade dos nossos velhinhos, dos nossos aposentados. Agora, o Goebels Duda Mendonça diz que uma mentira repetida se torna verdade: “Não devemos mais a ninguém. Sou um credor. Temos mais do que os gringos”. Vossa Excelência deve, Vossa Excelência deve aos aposentados do Brasil, aos nossos velhinhos, a quem tomamos a bênção e que construíram esta Pátria.

Paim, para terminar mesmo, você é a mistura do Nat King Cole e do Obama, não sei por que o seu Partido não bota seu nome na pesquisa. Você merece. Sim, mas J. Cristo, Jesus, Jesus, ô Papaléo, ele veio aqui, não andou? Andou. Aí ele disse uma frase que a muitos comove, acho que o homem é o homem e a circunstância, a circunstância dele, não sei, para dar o exemplo: “Deixai vir a mim as criancinhas”. E, aqui e agora, neste País cristão, se Cristo voltar a andar nas ruas do meu Piauí, de Brasília e do Brasil, Ele vai dizer assim: “Deixai vir a mim os velhinhos aposentados que estão sendo enganados e sofridos”. Com a ajuda de Deus e as bênçãos, que continuem merecendo a nossa gratidão, o nosso respeito e a nossa luta e que sejam, com a ajuda de Deus reconhecidos e partam fortes, bravos e felizes desta reunião. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus amigos, estou fazendo um apelo a todos, porque, às 14h, teremos que encerrar esta sessão.

Então, faço agora aquele ato que foi pedido a mim pelas lideranças dos aposentados. Peço à cantora Sônia de Menezes que apresente a música “É isso aí” e, ao término da música, os aposentados entregarão aos Srs. Senadores e Senadoras a rosa, simbolizando a luta pelas principais propostas dos aposentados.

(Execução da música.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, faço um apelo a todos no sentido de que retornem a seus lugares e sentem-se novamente, pois vamos continuar a sessão, ouvindo o Senador Quintanilha, que é o Presidente da Subcomissão dos Idosos desta Casa.

Teremos ainda a Senadora Lúcia Vânia, o Senador Flávio Arns e este Senador que vai fazer o encerramento desta sessão, claro, sem antes falar do nosso sempre Líder de todas as comissões, Senador Valadares.

Por favor, peço a todos que liberem a tribuna. Aqueles que não colocaram a rosa, coloquem-na na tribuna da esquerda para que o Senador Quintanilha use a tribuna da minha direita.

Informo à Casa, Senador Quintanilha, que, após o encerramento, o Presidente Garibaldi vai receber os aposentados e suas lideranças no seu gabinete, onde vamos entregar-lhe também as rosas, por sugestão dos líderes dos aposentados, solicitando a S. Ex^a que coloque em votação os projetos mais importantes para os aposentados e pensionistas, entre eles o PL n^o 58.

Uma salva de palmas ao Senador Quintanilha. (Palmas.)

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Senador Paulo Paim, que preside esta tão bonita solenidade, procurarei ser o mais breve possível, ilustre Presidente, até para que todos possamos, como tenho certeza, é o desejo da Casa, ouvir as manifestações de V. Ex^{as}.

Ilustre Sr. Benedito Marcílio Alves, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional de Servidores Aposentados e Pensionistas; meus ilustres colegas de Parlamento, Deputados Federais, Senadores; Sr. Nísio Tostes, representando os aposentados do Senado; Srs. presidentes e dirigentes de sindicatos, associações e outras entidades representativas da categoria; sr^{as} e srs. servidores aposentados do Senado Federal e de todo o País; senhoras e senhores, esta bela, importante, oportuna e necessária homenagem que o Senado presta nesta sessão especial destinada a comemorar o Dia Nacional do Aposentado, seguramente será um marco definitivo nas relações que presidem a convivência entre o trabalhador aposentado brasileiro e este Senado Federal.

Permitam-me, portanto, queridos aposentados, nesta sessão de homenagem tão bonita que o Senado lhes presta lembrar aqui uma aposentada querida e importante, minha mãe Lili Quintanilha, que hoje luta bravamente no leito de uma UTI de um hospital em Goiânia para vencer mais um dos desafios da sua vida, para vencer um acidente vascular que a acometeu. Estou seguro de que, com a graça de Deus, ela haverá de vencer mais este desafio. Professora aposentada, só alcançou esta posição depois da dedicação de uma vida inteira, de mais de 35 anos investindo na inteligência, na formação, na capacitação das novas gerações, já que ela, professora do ensino fundamental, se dedicava a essa nobre missão na área da educação brasileira.

É com a força desse amor, com o respeito e a admiração que nutro por essa extraordinária mulher, exemplo vivo da força e da coragem da mulher brasileira, que quero expressar o meu sentimento de respeito e de admiração, na saudação que faço a cada mulher, a cada homem aposentado presente neste ato, bem como a cada mulher, a cada homem aposentado pelo Brasil afora.

Depois, seguramente, de uma vida inteira de entrega, de trabalho, de dedicação, no esforço pessoal de cada um, vivendo cada um a sua vida e a sua própria circunstância, enfrentando os seus próprios tropeços e dificuldades, as suas angústias, os seus sofrimentos, as suas esperanças num trabalho cotidiano pela construção de uma sociedade mais sensível, mais respeitosa e mais justa, nem sempre se colhe, Sr. Presidente, o

reconhecimento pela importância da sua contribuição para esse processo de desenvolvimento do País; nem sempre se conta, Sr. Presidente, com uma compensação financeira compatível com o seu esforço, com a sua dedicação e com o valor do trabalho prestado ao nosso País.

A presença física dos senhores hoje, nesta Casa, seguramente representando os aposentados brasileiros, estreitando essa relação com os representantes dos diversos estratos sociais, das diversas atividades econômicas deste País, neste dia de homenagem que o Senado presta ao aposentado brasileiro, seguramente contribuirá para estreitar essa relação com os membros desta Casa, que se dedicam com muito interesse, com muito afinho para minorar as dificuldades, diminuir o sofrimento, atenuar os problemas que o trabalhador brasileiro tem na relação que mantém com as diversas instituições públicas ou privadas.

Aqui, nós não somos meras testemunhas dessa ação vigorosa, desse trabalho intenso. Aqui, nos debates e discussões do dia-a-dia, temos sempre presente, com muito respeito e interesse, a relação que deve presidir entre empregador e empregado, sobretudo buscando agir como faz, com muita maestria e raro brilho, o Senador Paulo Paim, à frente da Comissão de Direitos Humanos e Participação Legislativa, sem mencionar a ação de S. Ex^a por inteiro, nas demais dependências desta Casa. É, seguramente, o Senador Paulo Paim, meu querido amigo e colega, o grande timoneiro, o grande defensor das ações que tramitam nesta Casa e resultam em interesses do trabalhador brasileiro.

É na Comissão presidida por S. Ex^a que existe a Subcomissão Permanente do Idoso, que tenho a honra de presidir e cujos membros são agentes ativos, participativos e comprometidos com a causa do trabalhador. É aqui, no foro adequado para a discussão dos grandes temas e problemas nacionais, que as suas sugestões, críticas e idéias serão sempre bem-vindas, para que possamos efetivamente legitimar o trabalho que vimos fazendo aqui em benefício da sociedade brasileira e, de modo particular, em direção aos interesses do trabalhador aposentado brasileiro.

Por isso, entendo que vocês se superaram em todas as suas dificuldades, e ainda entendem que devem nos homenagear; nos comove bastante esse gesto simples de nos entregar seguramente uma das mais bonitas manifestações da natureza, que é a flor, a rosa. É uma das mais bonitas manifestações de amor da natureza. E vocês acham de entregá-las a nós, seus representantes aqui no Senado e no Congresso Nacional. Nós ficamos felizes e lisonjeados com essa homenagem, mas temos a convicção e a certeza de que quem tem

de ser homenageado são vocês, cada um dos aposentados, cada um dos trabalhadores que deram sua vida para este País.

Portanto, trabalhadores aposentados do meu País, meus parabéns, minhas homenagens, meu profundo respeito. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Agradecemos ao Senador Quintanilha e de imediato passamos a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia, que já havia se inscrito há muito tempo, mas cedeu a oportunidade para outros Senadores que tiveram que retornar para as Comissões.

A SRA LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim; Sr. Benedito Marcílio Alves da Silva, Presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas; Sr. Edison Guilherme Haubert, Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Aposentados e Pensionistas; Sr. Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado; Srs. Parlamentares; meus companheiros que aqui estão, Senador Antonio Carlos Valadares e Senador Flávio Arns; senhores convidados, senhoras e senhores, eu vou procurar ser breve e não ser repetitiva. É muito comum a mulher na tribuna buscar se expressar através da emoção, mas eu acredito que uma reunião como esta não pode só tratar da emoção; ela precisa, acima de tudo, buscar a razão.

Estamos aqui hoje não só prestando uma homenagem aos aposentados e pensionistas. Estamos aqui hoje, também, para prestar contas daquilo que fizemos e dizer aos senhores dos desafios que temos de enfrentar para que possamos, no próximo ano, chegar com vitórias efetivas, com resultados efetivos do nosso trabalho. Portanto, quero aqui dizer, como Vice-Presidente da Subcomissão do Idoso e como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, do meu empenho nessa luta ao lado dos Senadores que aqui estão.

Fui Secretária Nacional de Assistência Social no Governo Fernando Henrique Cardoso, trabalhava ao lado do Ministro da Previdência Social. Enfrentei vários desafios ali. Ontem, como hoje, os governos sempre resistem quando se trata da questão do aposentado e pensionista.

Naquela ocasião, embora o Presidente da República tivesse o desejo enorme de regulamentar o benefício da pessoa idosa e da portadora de deficiência, a área econômica sempre repetia aquilo que nós estamos cansados de ouvir: “se regulamentar o benefício, a Previdência está quebrada”. No entanto, nós regulamentamos o benefício, e hoje nós temos centenas e centenas de pessoas que trabalharam a

vida inteira, não tiveram oportunidade de se aposentar, mas que contam hoje com o benefício equivalente a um salário mínimo, não só o idoso, mas também a pessoa portadora de deficiência.

Naquela ocasião, outro argumento que se apresentava a mim, como Secretária que regulamentou esse benefício, era dizer que a Previdência estava muito preocupada em acabar com as filas – vejam os senhores que o atual Ministro repete aqui a sua preocupação com as filas – e que aquele benefício iria trazer mais problemas, porque nós teríamos nessas filas idosos e deficientes que chamariam a atenção da imprensa.

Mas nenhum desses argumentos foi capaz de demover a minha persistência e a minha crença de que aquele era o momento. E assim o fizemos.

Aqui, no Congresso Nacional, tenho trabalhado ao lado dos Senadores que se preocupam com o social. E eu tenho orgulho de dizer que a presença dos Senadores ligados ao social aqui, por diversos matizes ideológicos e políticos, tem mudado o comportamento desta Casa. Esta Casa tinha toda a atenção, como ainda tem, da imprensa, da mídia nacional, para os problemas voltados à economia, às questões do Estado. As questões sociais eram levadas para segundo plano.

O Ministro falou da importância do Governo na questão de reajustar o salário mínimo de acordo com a inflação ou acima dela, como foi feito, com o que fico muito feliz. Mas é preciso que se faça justiça a esta Casa, muitas vezes condenada pela sociedade pelos desvios e desacertos. Aqui existe uma resistência, que não tem partido, cujo partido é o Brasil. E essa resistência é liderada por Paulo Paim. Quando o Governo, a que ele pertence, diz que a Previdência poderá quebrar por isso ou aquilo ou por alguma conquista para aquele que trabalhou a vida inteira, ele bate na mesa e impõe, com respeito, a sua posição. Foi assim com o salário mínimo aqui. Ele montou uma comissão para estudar e acompanhar, permanentemente, o desempenho do salário mínimo. Assim, fizemos as contas, ouvimos todo mundo, ouvimos o lado que aprovava e o lado que não aprovava, estabelecemos o contraditório e fomos para dentro da Comissão de Orçamento. Lá, o Ministro disse que era preciso que fosse apresentada a receita para que se criasse qualquer benefício para o aposentado idoso. Nós fomos lá para dentro da Comissão de Orçamento e encontramos um recurso e o oferecemos para o Governo reajustar o salário mínimo acima da inflação. (Palmas.)

Portanto, é preciso que se faça justiça, Paim. Você funciona em favor do trabalhador brasileiro, seja ele ativo ou inativo, como um Quixote dentro desta Casa,

como um professor de todos nós, e com sua coragem e sua persistência nós temos avançado.

Neste dia, quando os senhores apresentam uma carta ao Presidente da República pedindo a volta do Conselho Nacional da Previdência, quero aqui aplaudir-los, porque lá é o fórum onde os senhores poderão colocar as suas dificuldades, lá é o fórum em que o Governo precisará ouvi-los com veemência. (Palmas.)

Quando os senhores colocam, por meios de uns dados apresentados pelo IBGE, a questão do impacto da inflação sobre a terceira idade, os senhores estão cobertos de razão. Nós temos, aqui, no Senado da República, que buscar mecanismo que venha minimizar esse impacto e apresentá-lo para os senhores no próximo ano, no dia em que vamos comemorar o dia do aposentado.

Este é um compromisso, Paim, que nós temos que assumir hoje.

Quando os senhores pedem que o projeto de Paulo Paim, que equipara o trabalhador inativo ao ativo e faz outras equiparações, os senhores estão cobertos de razão, porque aquele que trabalhou, aquele que ajudou a construir este País... Se hoje nós temos um país que zera a sua dívida externa, isso não se deve a governo algum, mas à coragem e à persistência do povo brasileiro, que muito fez para que chegássemos a este momento. (Palmas.)

Portanto, deixo aos senhores o meu abraço, o meu carinho e o meu reconhecimento. Ao abraçá-los, quero abraçar, de forma especial, todos aqueles que me são caros, todos os pensionistas e aposentados do meu Estado, o Estado de Goiás, além dos meus pais e dos meus avós, que também ajudaram a construir este País.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Aviso a todos que estamos praticamente encerrando esta sessão. Ainda vão fazer uso da palavra os Senadores Flávio Arns e Antonio Carlos Valadares, e eu vou concluir. Depois, vamos todos ao encontro com o Presidente Garibaldi Alves Filho, que faz questão de recebê-los para que vocês entreguem uma carta com as principais reivindicações dos aposentados.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco/PT – PR. Pronúncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades componentes da Mesa já nominadas, colegas e amigos aqui presentes, o Dia Nacional do Aposentado convida-nos, sem dúvida, a fazer uma parada, uma reflexão, a pensar sobre a caminhada empreendida, os pontos positivos, os pontos que devem ser enaltecidos, as dificuldades, os percalços e os desafios que precisam

ser enfrentados pelos aposentados como movimento social organizado.

Eles devem ter, no Senado Federal, onde ocorre esta sessão, e na Câmara dos Deputados, um canal para que possamos todos, por meio deste entrosamento de esforços, buscar os caminhos de que a área necessita, não por uma questão de pena ou sentimento semelhante, mas por direito e cidadania.

Quando pensamos, nesta parada, naquilo que realmente deve ser enfatizado, quero também, a exemplo do que fizeram as pessoas que me antecederam, ressaltar a importância do aposentado: nossos pais, parentes e amigos, as pessoas que estão presentes e representam esse universo de milhões de brasileiros que deram o melhor de si na sua caminhada pela vida, pelo desenvolvimento, pela democracia e pela participação para que as gerações que estão hoje atuando no Brasil pudessem ter uma vida melhor. Foi uma caminhada – como deve ser de fato – de construção, exigindo, por isso, de todos nós, olhando para trás, respeito em primeiro lugar. Essa caminhada tem de ser reconhecida no dia de hoje.

Ao mesmo tempo, devemos ter em vista os desafios. Quando olhamos para os aposentados ou para as pessoas que deram essa contribuição em termos de desenvolvimento e de democracia, pensamos, primeiramente, em cidadania, em dignidade e em direitos que devem ser respeitados. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Idoso, de autoria do Senador Paulo Paim. Isso deve ser destacado, porque no Estatuto do Idoso, a cidadania está presente. Quer dizer, existe o grande desafio de transformar a lei em realidade, de transformar um instrumento legal em algo concreto para o Brasil, para o brasileiro e para o aposentado.

E vemos quantos problemas estão sendo enfrentados na realização desses direitos, seja na educação, seja na assistência, seja na habitação, seja no transporte, seja no trabalho, seja na acessibilidade, seja no deslocamento, seja na consideração de dignidade e de respeito. Como é difícil transformar a lei em realidade! Como é difícil colocar essa lei nas políticas públicas! Como é complicado, infelizmente, que as políticas públicas tenham recursos previstos no Orçamento para que essa lei deixe de ser uma letra morta e passe a ser uma realidade em nosso País!

Esse é um desafio. É importante termos a lei, termos o Estatuto, mas há o desafio de transformar esse Estatuto em realidade. Quando nós vamos, por exemplo, a instituições em que idosos, aposentados e pessoas que realmente têm mais dificuldade de sobrevivência necessitam de apoio maior do Poder Público,

vemos quanta dificuldade há para manutenção dessas entidades. Não recebem recurso de lugar algum.

Se formos olhar os orçamentos dos Ministérios, os orçamentos das Secretarias nos Estados e os orçamentos das Secretarias nos Municípios, nós ainda vamos ver que existe muito pouco recurso público destinado para a terceira idade, para o idoso, para o aposentado, para as pessoas que precisam ter os seus direitos garantidos ainda no decorrer da vida.

Então, é um desafio, sem dúvida alguma. É um desafio grande, tirando-se do Estatuto o aspecto principal, que é o salário, a renda, quer dizer, o fruto do trabalho no decorrer da vida. Ninguém quer favor. As pessoas querem, na verdade, respeito para a caminhada. (Palmas.)

Querem organização para o planejamento que tiveram para a época da aposentadoria. Agora, vêm, na aposentadoria, que não podem ter a vida para a qual haviam trabalhado e se planejado, porque, na verdade, os reajustes, o sinal concreto, o valor a ser repassado não atende àquilo para o qual trabalharam e pensaram no decorrer da vida.

Os exemplos foram dados. A inflação do aposentado muitas vezes não é a inflação de quem está na ativa. Basta ver a área da saúde, por exemplo. O aposentado, a pessoa da terceira idade tem necessidades diferenciadas em termos de saúde, e essas necessidades precisam ser atendidas. Os remédios, nem sempre disponíveis na farmácia básica, são aqueles remédios que a pessoa da terceira idade, que o aposentado necessita para ter uma vida saudável. Se olharmos os planos de saúde, a inflação do plano de saúde não é a inflação que a população toda acompanha pelos meios de comunicação.

Se a inflação no ano passado foi de 3%, 4%, a inflação dos planos de saúde foi quase de 10%. Nestes últimos anos, a inflação dos planos de saúde foi uma inflação que, na verdade, significou praticamente o dobro daquilo que a inflação do cotidiano trouxe para a população.

Há que se refletir sobre tudo isso. A população, os aposentados precisam sentir o esforço do encaminhamento, a dedicação do Congresso Nacional, para resolver definitivamente essa questão do reajuste dos seus benefícios.

Eu diria que esse é o sinal mais concreto para que a cidadania a que me referi antes venha a acontecer. Esse é o desafio do Congresso. (Palmas.)

Com esta homenagem que foi prestada aos Senadores e Senadoras, com a entrega das flores, com a presença, com a palavra, com o ânimo que percebemos presente nesta solenidade, ficamos pensando

como é que podemos também fazer disso uma obstinação no Senado.

Então, Sr. Presidente, permita-me sugerir que, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da qual V. Ex^a é o Presidente, e na Subcomissão em que o Senador Leomar Quintanilha é o Presidente e a Senadora Lúcia Vânia é Vice-Presidente, possamos, semanalmente, fazer uma análise dos avanços e das dificuldades da legislação, das políticas públicas, dos recursos para a área e, particularmente, da discussão do que se denomina valor real ou valor nominal previsto na Constituição, para que o reajuste do aposentado possa, na verdade, representar o retorno, o reconhecimento de todo o trabalho que esse aposentado, essa aposentada apresentou para o desenvolvimento do Brasil.

Que possamos, semanalmente, fazer essa análise na Comissão, para que não deixemos o assunto morrer, para que não deixemos para daqui a dois anos, três anos. Que, ano que vem, possamos, desta tribuna, deste plenário, dizer que somos pessoas de fé, que acreditamos nessa área, e que somos pessoas de obra também, porque a fé sem obras é morta em si mesmo. Que, ano que vem, possamos prestar contas e dizer do caminho, do esforço que está sendo feito para a mudança desta realidade.

Quero, então, enaltecer este dia novamente, parabenizar os aposentados pela luta, pelo trabalho, pela dedicação e, ao mesmo tempo, dizer que este dia também seja um momento de reflexão sobre os principais desafios enfrentados pela área, entre eles, sem sombra de dúvida, o desafio salarial, do benefício.

Obrigado.

Abraços a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– De imediato, passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Quero, mais uma vez, agradecer ao Senador Garibaldi. Nosso tempo já terminou, e S. Ex^a concordou, para que eu possa falar, em atrasar, inclusive, o início da sessão do Senado, coisa que não acontece. É muito difícil abrir este precedente.

Portanto, uma salva de palmas ao Senador Garibaldi Alves Filho. (Palmas.)

Ao mesmo tempo, o Senador Valadares disse que fará um pronunciamento rápido, para que possamos ir aos encaminhamentos finais.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão histórica em comemoração ao Dia do Aposentado, demais membros da Mesa aos quais homenageio e instituições que representam com muita dignidade, senhores apo-

sentados, presidentes de associações, Senadores e Senadoras, o homem comum considera, sem dúvida alguma, a aposentadoria uma situação especial de alguém que, tendo trabalhado a vida inteira, recolheu-se ao descanso, merecendo dos poderes públicos a devida atenção, a segurança, para que tenha esse alguém, no gozo da aposentadoria, os seus direitos reconhecidos. Entretanto, Sr. Presidente, na vida real, apesar da exaltação feita por todos os políticos, por todos os homens públicos aos aposentados, não é isso o que acontece. Aqui, como os vários oradores já se referiram, os aposentados ainda têm muitos direitos a serem conquistados e reconhecidos, inclusive, Sr. Presidente, os funcionários públicos que trabalham em regime especial, em situação de risco. Visando amparar esses trabalhadores, funcionários públicos do Brasil, somando-me ao trabalho, à luta do Senador Paim, apresentei um projeto de lei complementar, que recebeu o nº 68, dispondo sobre a concessão de aposentadoria a servidores públicos nos casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Na verdade, esse direito já é reconhecido pela Constituição, mas falta uma regulamentação. Essa regulamentação veio por meio do Projeto de nossa iniciativa, que, infelizmente, já estava aqui para ser votado esta semana, mas um dos nossos colegas Senadores sugeriu que outra Comissão, a Comissão de Assuntos Econômicos, fosse ouvida, e o Relator na Comissão de Assuntos Econômicos já foi designado – o Senador Romero Jucá, Líder do Governo. Esse benefício vem, sem dúvida alguma, corrigir uma falha da nossa legislação, porque vem caminhando no atendimento à reivindicação justa dos servidores públicos que trabalham nessa situação de risco. Esperamos que a Comissão de Assuntos Econômicos vote logo essa matéria e que venha a Plenário.

E, de resto, senhores aposentados e senhoras aposentadas, no momento em que os senhores e as senhoras distribuíram para nós esta rosa que, como disse Quintanilha, simboliza amor e também simboliza solidariedade, união, amizade, distinção, experiência, que esta homenagem recebida por esta Casa seja convertida em trabalho, em reconhecimento e em iniciativas que não apenas louvem o que vocês fizeram no passado, razão do engrandecimento desta Nação que é o Brasil, reconhecendo não só votando, como também apresentando propostas, como tantos outros Senadores apresentaram, não só o Senador Valadares e o Senador Paim, mas tantos outros que aqui nesta Casa diuturnamente pensam no reconhecimento da causa que vocês defendem, porque o que vocês defendem não é o direito como uma dádiva,

mas o direito como reconhecimento e como dever de justiça do povo brasileiro, aqui representado no Senado Federal.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS.)

– Obrigado a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Valadares, que atendeu ao nosso pedido. S. Ex^a tinha muito mais para falar e deixou que eu usasse os seis minutos que eram de direito dele.

Senhores, sei que estão cansados, sei que não almoçaram, sei que se deslocaram de seus Estados de origem, representando aqui todo o Brasil, mas sei que estão na política de resistência – estava conversando com o Marcílio sobre isso –, porque ainda vamos para uma outra atividade em seguida, com todos os senhores e senhoras e o Presidente da Casa.

Quero agradecer ao Presidente Garibaldi Alves Filho a forma como os recebeu e vai continuar recebendo-os no ato contínuo. Quero cumprimentar o Ministro Luiz Marinho, que poderia até se negar a vir aqui, mas veio, ouviu e levou uma das mensagens, cujo conteúdo já me foi perguntado por alguns funcionários.

Olhem a sensibilidade dos nossos idosos aposentados. Está escrito na frente: “Devias vir para ver os meus olhos tristonhos e, quem sabe, sonhavas meus sonhos por fim”. É um verso do Cartola. Mas dentro, quando se abre, diz o seguinte: “Contamos com vocês. Aprove, por favor, os Projetos n^{os} 58, que é a recuperação dos benefícios, o de n^o 296, a Emenda ao PL n^o 42 e a derrubada do veto dos aposentados”.

Parabéns pela iniciativa e pela criatividade! *(Palmas.)*

Cumprimento aqui o Presidente da Cobap, Benedito Marcílio, o Presidente do Mosap, Edison Guilherme, o meu amigo Nísio Tostes, representante dos aposentados do Senado, enfim, a todos os Deputados e Senadores.

Confesso a vocês que em momentos como este eu passo a noite escrevendo. Na noite passada, eu escrevia e pensava como começar este pronunciamento sobre a situação dos aposentados e pensionistas em nosso País. Queria falar – e quero falar – algo que toque os corações das pessoas, não só o de milhões que nos estão assistindo neste momento pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, mas também os do Executivo. Essa causa é nobre; ela necessita a sensibilidade, a atenção de cada um dos brasileiros, afinal atinge a todos de forma direta e indireta.

Gostaria muito, senhores e senhoras, de ver aqui no Congresso Nacional Parlamentares de todos os partidos defendendo e votando a favor dos aposentados e pensionistas *(Palmas)*. Ah, como seria bom se eu pudesse ver Parlamentares do DEM, do PDT, do

PMDB, do PP, do PR, do PRB, do PSB, do PSB, do PSOL, do PT e do PTB, todos unidos, deixando de lado as divergências partidárias. Nós vamos cuidar da nossa gente, do nosso povo, dos nossos pais, dos nossos avós, dos nossos bisavós – aqueles que nos deram a vida!

Senhores e senhoras, às vezes, eu penso o que fazer para sensibilizar a todos. Chego mesmo a implorar que me venha uma inspiração divina. Eu sou um homem de fé, de esperança.

E acredito na liberdade, na igualdade e na justiça.

Aqui nesta Casa, podem crer, avançamos muito em outras áreas. Avançamos com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Estatuto do Idoso. Avançamos, sim, na política de salário mínimo. Mas na questão do aposentado, nada. Aprovamos as reformas do Judiciário e da Previdência – polêmicas, sim. Aprovamos o projeto de regulamentação das centrais sindicais. Mas para os aposentados, nada.

Sinto que quando se fala nas nossas crianças, em educação, em segurança, nas reformas tributária e política, quando se fala na política das mulheres, do meio ambiente, quando se fala das dívidas interna e externa, do pacto federativo, a atenção de todos fica numa única sintonia. Mas quando se fala dos aposentados, o resultado é nada.

Olho este quadro e fico pensando: meu Deus, meu Deus, onde estamos errando? Por que não conseguimos aprovar e avançar? Que os aposentados recebam pelo menos o mesmo percentual que é dado ao salário mínimo. *(Palmas.)* Por que não aprovar isso?

Vocês podem crer que a minha forma de falar é muito mais tranqüila às vezes. Neste momento, está forte. Mas é um grito de desespero, não é um exagero. Eles estão morrendo. Vocês não imaginam os milhares e milhares, os milhões de correspondências que tenho e que já não são mais assinadas pelo aposentado, mas pelo filho ou pelo neto que dizem estar brigando ainda pelo direito dele, que já foi.

Os salários diminuem de forma drástica. É um desespero, sim. Nós que falamos tanto, nós... nós, da defesa da vida, dos direitos humanos... Nossos aposentados e pensionistas não têm direito à vida? Defendê-los é defender o direito à vida digna. É bom que se lembre que não estou falando de meia dúzia, eu não estou falando de um milhão de pessoas; estou falando de aproximadamente nove milhões de aposentados e pensionistas que ganham pouco mais de um salário mínimo e de reajuste, a não ser

a inflação, nada! Isso não pode continuar, não pode continuar! (Palmas.)

Trabalhar, pagar impostos, passar o maior tempo longe da família, isso não é se doar a um País? Parece-me que se esqueceram disso. É esse silêncio que dói; é esse silêncio que dói na alma. Acreditem, eles depositam em nós sua última esperança. Ah, como seria bom, meus amigos e minhas amigas, se pudéssemos hoje sair daqui e ir até a sala do Presidente do Senado, o que faremos, e pedir que ele coloque com urgência a aprovação dos PLS nºs 58, 296 e 42, e do veto ao reajuste dos aposentados. (Palmas.)

É muito fácil, se daqui da tribuna do Congresso, eu só cobrar do Executivo. Mas nós podemos deliberar, nós aqui podemos deliberar. Amanhã, o Congresso Nacional vai apreciar 65 vetos, inclusive a Emenda nº 3. E a pergunta que fica: o veto dos aposentados está entre os 65? Não.

É esse o pedido que vamos levar agora ao Presidente Garibaldi.

Quero sintetizar o meu discurso, mas eu gosto muito do Mahatma Gandhi e lembro-me de uma frase em que ele diz: “Se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova”. Vamos mudar o rumo da história dos nossos aposentados e pensionistas. Nós, Parlamentares, somos peças fundamentais para que isso aconteça, afinal quem legisla somos nós – o Congresso tem de assumir a sua responsabilidade. Vamos colocar essa matéria em votação. Nada melhor que este dia de hoje, 26 de fevereiro, mas estamos nos lembrando do dia 24 de janeiro, dos 85 anos da Previdência. Votar a favor dos aposentados é a melhor forma de homenageá-los. Essa é a melhor forma e está ao alcance das nossas mãos.

Confesso a vocês que, às vezes, parece que a preocupação com os idosos não existe. Parece-me que alguns consideram os aposentados invisíveis, e vocês não são invisíveis: estão aí esperando as respostas.

É inaceitável que, enquanto os planos, os medicamentos e os gastos com a alimentação aumentam, os vencimentos dos aposentados e pensionistas diminuem e, perdoem-me, vou usar um linguajar gaúcho neste momento e dizer como se fala lá no Sul: parece-me que o reajuste dos aposentados cresce como rabo de cavalo, para baixo, porque não cresce nunca, não avança nunca! (Palmas.)

Lembramos, neste dia 26 – e sei que essas mulheres e homens já não podem mais usar a greve como instrumento de pressão, também não podem fazer grandes passeatas e mobilizações, afinal a maioria tem idade avançada, mas vocês estão aqui, demons-

trando que podem fazer acontecer. Pode parecer para alguns murmúrio; para outros, mais adiante, um silêncio; o menor som ecoa, mas com força, junto a todo o povo brasileiro, eu vou dizer o por quê: é esta a força que poderá ser sentida nas urnas. Todos sabemos que essas pessoas votam e podem decidir um processo eleitoral neste País. (Palmas.) Inclusive para a Presidência da República, afinal são mais de vinte milhões de pessoas e esse número cresce todos os anos, pois o País envelhece. Pode ser que alguns não gostem, mas estamos vivos, vamos envelhecendo e aumentando. Seremos rapidamente 30 milhões. São milhões de brasileiros, que, certamente, serão ouvidos pelos seus netos, pelos seus filhos, pelos seus bisnetos, pelos seus amigos e, se vocês influenciarem – inclusive os que estão me assistindo em suas casas –, somente em dois votos, 20 milhões, com mais dois votos, podemos representar 60 milhões de eleitores neste País. (Palmas.)

Por que tanta insensibilidade diante dessa força social, política e econômica? Sim, econômica. Eu já dizia na briga do salário mínimo: aumentem o salário mínimo que vamos reativar toda a economia interna.

Aumentem o salário corretamente – e pode ser feito, eu vou mostrar aqui, dos 9 milhões de aposentados e pensionistas que ganham um pouquinho mais que o salário mínimo –, aí, sim, vamos ver o que é crescimento de economia e ainda gerando mais empregos.

Senhoras e senhores, tenho certeza de que, na abertura, quando ouvimos a música Meu Velho, todos se emocionaram. E eu me dou ao direito de repetir um pedacinho dela aqui, porque sou apaixonado por este hino dos aposentados, que diz:

É um bom tipo, meu velho
Que anda só e carregando
Sua tristeza infinita
De tanto seguir andando
Eu o estudo desde longe
Velho meu querido velho
Agora caminha lento
Como perdoando o vento
Eu sou teu sangue meu velho
Teu silêncio e o teu tempo
Seus olhos são tão serenos
Sua figura é cansada
Pela idade foi vencido
Em ti o passado lembra
Só a dor e o sofrimento
Tem sua história sem tempo
Velho meu querido velho...

Eu quero aqui demonstrar que, apesar do tempo, vocês estão aqui e exigem todos os seus direitos. É isso que esse meu velho, meu querido velho está fazendo. (Palmas.)

Vocês podem ter certeza de que eu sei muito bem o que estou fazendo. As pessoas que assistem a esta sessão, não é só nesta sala, a TV Senado está ao vivo para todo o Brasil, e eles estão nos assistindo, eu sei, lá nos asilos, e sabem que nós temos razão; lá nos hospitais, nas casas, lares, junto com suas famílias ou mesmo longe delas, e eles estão sentindo a energia que nós estamos sentindo neste momento.

Nós estamos com vocês, que estão aí assistindo à luta dos aposentados e pensionistas. Vocês, que estão aqui no plenário, estão vivendo este momento e, para mim, é um momento muito bonito.

O Brasil é um país enorme, rico. Temos riquezas naturais, como, por exemplo, a mais recente descoberta de uma nova bacia de petróleo. Nossas reservas internacionais já ultrapassam o valor da dívida externa e ainda sobram US\$4 bilhões. É um País que abriu mão de R\$40 bilhões que eram arrecadados pela CPMF.

Se há tanta reserva assim, não há razão para não pagar aos aposentados e pensionistas e parar com o discurso de que a Previdência está falida, porque ela não está falida neste País! (Palmas)

Querem que eu aponte outras fontes de recursos? Aponto. Pelo que está sendo divulgado em matéria de reforma tributária, haverá uma redução na alíquota da contribuição do empregador, patronal, de 20% para 14%. Isso será uma renúncia em seis anos, que pode chegar a R\$30 bilhões.

Ora, se a Previdência está falida, como é que eu posso apresentar uma reforma tributária dizendo que estou reduzindo a contribuição de empregador de 20% para 16% e não aponto outra fonte de receita para os aposentados?

Eu concordo com a redução do empregador, mas vamos aumentar o percentual a ser pago sobre o faturamento ou sobre o lucro. Aí, com certeza, tem lógica e a Previdência arrecada muito mais. (Palmas.) Os bancos vão pagar muito mais.

Falei aqui das riquezas do Brasil. Porém, a maior fortuna do nosso povo não é essa riqueza material.

Porém, a maior fortuna do nosso povo não é essa riqueza material. A maior fortuna do nosso povo, a maior riqueza são vocês, o nosso povo, a nossa gente; povo que é reconhecido por sua solidariedade, por sua fé, por nunca perder a esperança e sempre apontar para um futuro melhor para todos.

Essa fé e esperança transparecem nas centenas e centenas de correspondências, que sei que todos

recebem aqui nesta Casa. Nossos aposentados dizem que estão se unindo pela votação dos projetos. Unem-se em oração, independentemente de qualquer tipo de religião ou de matriz político-partidária.

Confesso a vocês que quero resumir o máximo o que escrevi. Mas, aqui, peguei uma conversa de Leonardo Boff com Dalai Lama, esse grande guru da humanidade. Quando Leonardo Boff pergunta qual a religião ideal, pensava Leonardo Boff que Dalai Lama diria que a religião ideal era a dele. Mas, não. O grande Dalai Lama respondeu: “A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor (...) que te faz mais sensível, mais desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... A religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião”.

Dalai Lama dá essa mensagem que achei linda. Por isso, temos que estar desarmados com esse debate.

Esse é um debate contra ninguém, é um debate somente a favor dos aposentados e pensionistas do nosso País. (Palmas)

Seria ótimo, senhores e senhoras, se seguissemos esse exemplo e nos tornássemos mais humanitários, independente de quais sejam nossas crenças, nossos partidos e nossas diferenças. Se não respeitarmos nossos idosos, se não tivermos políticas de recuperação dos benefícios dos nossos aposentados e pensionistas, com certeza não estaremos sendo humanitários.

Nossos aposentados estão pensando neste momento, tenho certeza: “Quando éramos jovens, usavam exaustivamente o nosso trabalho. Aí nossas vozes eram ouvidas. Mas, agora, nos deixam ao léu”. Senhores, isto não está certo. É preciso efetivamente que os Poderes constituídos olhem com mais carinho, com mais respeito para você, que está nos assistindo neste plenário, ou pela TV Senado, ou ouvindo pela nossa rádio. Você que está em casa, sentado no sofá, na poltrona, num banquinho ou numa cadeira, ou mesmo de pé, você que está ouvindo no carro, você que está ouvindo no ônibus, você que está deitado em casa ou no hospital, você que acabou de fazer o seu exercício ou você que volta do campo, depois de uma jornada, para junto da família, precisamos mudar a visão e a forma de agir em relação a você, que deposita em nós toda a confiança.

Sr. Presidente, poderia eu aqui ler inúmeras mensagens e não vou ler. Estão todas aqui. Quero somente ler uma: “Tenho diabetes II. Em 2007, tive um AVC e passei a ter muito mais gasto com medicamentos e a me locomover com o auxílio de uma bengala. Espero que não haja mais demora e que meu reajuste venha

antes da minha passagem obrigatória deste mundo para o outro. Que o grande Arquiteto do Universo possa iluminar suas mentes diuturnamente, principalmente na luta dos nossos benefícios”.

Senhoras e senhores, antes de terminar, vou conceder um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paulo Paim, quero dizer a todos os que aqui estão que, por conta das atividades do Senado, eu não pude estar aqui o tempo que gostaria. Mas acompanhei o máximo pelo rádio, pelo que eu pude esta sessão. Posso dizer, Senador Paulo Paim, que é uma das sessões que mais audiência teve de quantas já aconteceram aqui. E isso por que nela é tratado um problema que aflige a todos que já estão hoje aposentados e aqueles que vão estar um dia aposentados. Não podia deixar de dar uma mensagem nesse finalzinho, de agradecer ao grande defensor de vocês, que é o Senador Paulo Paim, e também de parabenizá-lo. Quero dizer que contem conosco. Liderados do Senador Paulo Paim nesta luta, podem contar conosco! Quero ainda deixar uma mensagenzinha: que lembremos também dos aposentados que vão existir daqui a 40 anos, que são as crianças de hoje, lembrando-nos que a melhor maneira de cuidarmos de uma aposentadoria para as crianças que daqui a 40 anos serão aposentados é investir bem na educação das crianças hoje. Investir na educação hoje é inclusive ajudar a acabar esse tal de “déficit” da Previdência que alguns dizem existir. Esse déficit vai desaparecer se investirmos hoje radicalmente na educação igual para todos, na escola do filho do trabalhador tão boa quanto a escola do filho do patrão. Nesse dia, a aposentadoria dos patrões não será melhor do que a aposentadoria dos trabalhadores. Um grande abraço a todos vocês. Contem conosco! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu quero passar a palavra, em seguida, ao Senador Suplicy.

Mas eu queria dizer ainda que é fundamental, podem crer os senhores, que consigamos aprovar o fim do fator previdenciário, porque quem está na ativa hoje e está nos assistindo neste momento não sabe que, na hora de calcular o seu benefício, o fator previdenciário reduz o benefício em até 40%, no caso da mulher, e no do homem, em 35%. Nós temos de lutar neste Congresso para acabar também com o fator previdenciário.

Eu sei que é tarde e todos estão com compromisso, mas queria apenas ler para a vocês a canção, de que gosto muito, aqui interpretada pela nossa convidada. Depois, encerro em um minuto. O nome da música é “É isso aí” e diz:

Há quem acredite em milagres
Há quem cometa maldades
Há quem não saiba dizer a verdade
É isso aí
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores”.

É isso aí, vamos fazer como o vendedor de flores, vamos ensinar nossos filhos a escolher seus Deputados e Senadores. Afinal, somos milhões de eleitores.

Meus amigos, não percam a esperança!

Termino com uma frase do Gandhi: “Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Que a luz, que a energia do universo guie nossos passos e palavras! Vocês, como ninguém, merecem todo o nosso amor e todo o nosso carinho. Por isso, estamos aqui com vocês.

Muito obrigado!

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM:

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pensei muito em como começar este pronunciamento sobre a situação de nossos aposentados e pensionistas.

Queria falar algo que pudesse tocar os corações das pessoas, pois a causa que defendemos aqui precisa disso.

Ela necessita da sensibilidade e da atenção de cada um dos brasileiros, afinal, atinge a todos nós, de forma direta ou indireta.

Eu gostaria muito, Sr^{as} e Srs. Senadores, de ver aqui no Congresso Nacional Parlamentares de todos os partidos defendendo e votando a favor dos nossos aposentados.

Parlamentares do DEM, do PDT, do PMDB, do PP, do PR, do PRB, do PSB, do PSDB, do PSol, do PT e do PTB.

Sr^{as} e Srs. Senadores, às vezes penso o que fazer para sensibilizar a todos. Chego mesmo a implorar que me venha uma inspiração divina.

Eu tenho muita fé, esperança, acredito na liberdade, na igualdade e na justiça.

Sr. Presidente, avançamos aqui com a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, e do Idoso. Avançamos também no salário mínimo, mas, na questão dos aposentados, nada.

Aprovamos as reformas do Judiciário, da Previdência e o projeto das Centrais Sindicais. E para os aposentados, nada.

Sinto que, quando se fala nas nossas crianças, em educação, em segurança, nas reformas tributária e política, que quando se fala das mulheres, do meio ambiente; quando se fala das dívidas interna ou externa; do pacto federativo, sinto a atenção de todos, sinto a sintonia entre nós.

Olho esse quadro e fico pensando: Meu Deus, em que estamos errando? Por que não conseguimos avançar e aprovar o reajuste igual ao salário mínimo para os aposentados?

A situação de nossos aposentados é desesperadora. E não exagero ao dizer isso.

Eles estão morrendo, seus salários diminuindo de forma drástica... É de se desesperar, sim.

Nós falamos tanto em defesa da vida e dos direitos humanos... Nossos aposentados e pensionistas entram nesse contexto. Defendê-los é defender o direito à vida digna.

E aqui é bom ressaltar que não estou falando de meia dúzia ou de um milhão de pessoas. Estou falando de aproximadamente 9 milhões de pessoas!

Trabalhar, pagar impostos, passar mais tempo no trabalho que com a família... Isso é se doar a um país, não podemos nos esquecer disso.

É esse silêncio que dói na alma. Acreditem, eles depositam em nós a sua última esperança.

Ah, como seria bom, meus amigos e minhas amigas, se pudéssemos, hoje, sair daqui e ir até a sala do Presidente do Senado e garantir a urgência, conforme requerimentos que estou apresentando neste momento, para a apreciação do PLS nº 58, do PLS nº 296, do PLC nº 42 e do veto ao reajuste dos aposentados.

Amanhã, o Congresso Nacional apreciará 65 vetos, inclusive a Emenda nº 3. O veto dos aposentados, nada.

Matérias que estão prontas para a pauta.

- o PLC nº 42/07 que prevê políticas de reajustes e valorização para o mínimo e no qual aprovamos, na CAS, emenda que estende essa política para todos aposentados e pensionistas;
- o PL nº 101/07 que está na Câmara e é resultado do relatório da Comissão Mista do Salário Mínimo. Ele, além de reajustar o mínimo segundo o PIB mais duas vezes a inflação, também garante o reajuste para aposentadorias e pensões;
- o PLS nº 58/03 que pretende resgatar o poder aquisitivo de aposentadorias e pensões;
- o veto ao reajuste de 16,67% aprovado em 2006 na Câmara e aqui no Senado, e que está pronto para ser votado no Congresso.
- a PEC nº 24/03 que estabelece que os recursos da Seguridade Social devem permanecer na Seguridade;

– o PLS nº 296/03 que extingue o fator previdenciário e tantos outros.

É preciso, Sr^{as} e Srs. Senadores, colocar essas matérias em votação o mais rápido possível.

Como disse Mahatma Gandhi, “*se queremos progredir, não devemos repetir a história, mas fazer uma história nova*”.

Vamos mudar o rumo da história de nossos aposentados e pensionistas.

Nós somos peças fundamentais para que isso seja alcançado, afinal, somos legisladores. O Congresso tem de assumir a sua responsabilidade.

Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje estamos aqui lembrando o Dia Nacional do Aposentado, comemorado em 24 de janeiro, e os 85 anos da Previdência.

Colocar essas matérias em votação seria uma excelente forma de comemorar essas datas e votar em favor delas, a melhor maneira de homenagear nossos aposentados e pensionistas.

Parece-me, às vezes, que a preocupação com eles não existe.

Parece-me que para alguns é como se elas fossem invisíveis.

É inconcebível que, enquanto os planos de saúde, os medicamentos, o custo de vida, os gastos com alimentação e outros, aumentem, os vencimentos dos aposentados e pensionistas diminuam, ou, como diz o gaúcho, cresçam como rabo de cavalo, para baixo.

Sr. Presidente, sei que essas mulheres e homens já não podem usar a greve como forma de pressão.

Também não podem fazer grandes passeatas ou mobilizações, afinal, a maioria tem idade bem avançada.

Mas, eles querem e podem se fazer ouvir.

Pode parecer um murmúrio para alguns, mas diante do silêncio, o menor som ecoa com força junto ao povo brasileiro.

E essa força poderá ser sentida nas urnas. Todos sabemos que essas pessoas votam e que podem decidir uma eleição, inclusive para a Presidência da República, afinal são mais 20 milhões de pessoas. É um número que cresce ano a ano, pois o País envelhece.

São milhões de brasileiros que certamente serão ouvidos pelos netos, filhos, bisnetos, amigos.

Se eles influenciarem somente mais duas pessoas, estaremos falando em 60 milhões de eleitores.

Por quê, então, tanta insensibilidade diante dessa força social, política e econômica?

Sim, econômica, pois ao receber mais, o aposentado gastará mais e isso fortalece a economia interna.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho certeza de que todos se sensibilizaram com a música “Meu Velho”, cantada no início desta sessão.

Cito aqui alguns trechos:

É um bom tipo meu velho
Que anda só e carregando
Sua tristeza infinita
De tanto seguir andando
Eu o estudo desde longe (...)
Velho, meu querido velho
Agora caminha lento
Como perdoando o vento
Eu sou teu sangue meu velho
Teu silêncio e o teu tempo

Seus olhos são tão serenos
Sua figura é cansada
Pela idade foi vencido (...)

Em ti o passado lembra
Só a dor e o sofrimento
Tem sua história sem tempo
Velho, meu querido velho”

Isso com certeza toca e mexe com a sensibilidade de todos nós, não soa apenas como a letra de mais uma canção.

As pessoas que assistem a esta sessão, seja nos asilos, nos hospitais, nas casas lares, junto com suas famílias ou mesmo longe delas, estão sentindo a energia que eu estou sentindo neste momento.

Vocês que estão aqui no Plenário estão vivendo este momento.

Sr. Presidente, o Brasil é um País enorme e rico. Temos riquezas naturais, como por exemplo, a mais recente descoberta de uma nova bacia de petróleo.

Nossas reservas internacionais já ultrapassam o valor da dívida externa e ainda sobram U\$4 bilhões.

O País abriu mão de R\$40 bilhões que eram arrecadados pela CPMF.

Se há tantas reservas assim, não há razão para não pagar os aposentados, nem para dizer que a Previdência é deficitária.

Cito aqui a proposta de reforma tributária que nos próximos dias será encaminhada ao Congresso.

Pelo que vem sendo divulgado, haverá redução da alíquota da Contribuição Previdenciária Patronal de 20% para 14%. Será uma renúncia que, conforme alguns dados, poderá chegar a R\$30 bilhões em seis anos.

Lembro que a Comissão Mista do Salário Mínimo apontou esse caminho, mas, para preservar a Previdência, aumentávamos a contribuição sobre os lucros ou faturamento.

Sr. Presidente, falei aqui das riquezas do Brasil. Porém, sua maior fortuna é o nosso povo, a nossa gente. Povo que é conhecido por sua solidariedade e, principalmente, por ter fé e nunca perder as esperanças de dias melhores.

Essa fé e essa esperança transparecem nas centenas de cartas que recebo diariamente.

Nossos aposentados dizem que estão se unindo em oração, independentemente de quais sejam as religiões.

Isso me faz lembrar um diálogo que li entre o teólogo Leonardo Boff e o monge budista, Dalai Lama.

Em um intervalo de uma mesa-redonda sobre religião e paz entre os povos Boff perguntou ao Dalai Lama qual seria a melhor religião.

Segundo o próprio Leonardo Boff, ele esperava que o monge dissesse que era o budismo tibetano ou as religiões orientais.

Porém, o Dalai Lama afirmou o seguinte:

A melhor religião é a que mais te aproxima de Deus. É aquela que te faz melhor’ (...) que te faz mais sensível, mais desapegado, mais amoroso, mais humanitário, mais responsável... A religião que conseguir fazer isso de ti é a melhor religião.

Minhas amigas e meus amigos, seria ótimo se seguissemos esse exemplo e nos tornássemos mais humanitários, independentemente de quais sejam nossas crenças, nossos partidos e quaisquer outras diferenças.

Temos de refletir, de pensar.

Se não respeitarmos nossos idosos, se não tivermos políticas de recuperação dos benefícios de nossos aposentados e pensionistas, não estaremos sendo humanitários.

Nossos aposentados estão pensando: “enquanto éramos jovens, usavam exaustivamente o nosso trabalho, aí nossas vozes eram mais ouvidas, agora, nos deixam ao léu”.

Da forma como as coisas estão, isso não está certo.

É preciso, efetivamente, que os poderes constituídos olhem com mais carinho e mais respeito para você que está aqui neste Plenário ou nos assistindo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio.

Você que está aí sentado no sofá, na poltrona, em um banquinho, em uma cadeira ou mesmo de pé. Você que está no carro, que está no ônibus, você que está deitado, em casa ou no hospital, você que acabou de fazer seu exercício ou que volta do campo para junto da família, precisamos mudar a visão e a forma

de agir em relação a você que deposita toda sua confiança em nós.

Sr. Presidente, eu vou ler trechos de mensagens que recebo em meu gabinete. Sei que não sou o único a recebê-las, mas aqui falo pelas que li. Como são milhares, selecionei apenas uma de cada estado e do Distrito Federal.

“...a nossa situação se torna cada vez mais difícil porque não temos uma aposentadoria digna...estou completamente desiludido de tudo. Manoelito, de Campos – Rio de Janeiro”

“...trabalhei como bancário durante 36 anos sem contar o tempo que trabalhei na roça. Me aposentei com 8 salários e meio e aos 83 anos recebo 3. Dario Machado, de Itajubá – Minas Gerais”

“...contribui com 5 salários durante 35 anos e hoje estou recebendo como aposentado menos de 50%. José Alves da Silva, de Teresina/Piauí”

“...meu esposo saía de casa a pé ou de bicicleta e corria uma longa distância para chegar no trabalho insalubre, muito barulho,...

... muita poeira para receber uma merca de aumento, acho na verdade que teria que ser igual ao mínimo, pois não está dando para comprar remédio, comida, roupa, calçado, muitos estão vivendo com a ajuda dos filhos..., Lindaura, de Salvador-Bahia”

“...nós aposentados estamos a beira do precipício pois quem se aposentou com 8 salários não pode estar recebendo 4... Moisés Meireles, Recife-Pernambuco”

“...perdi metade da aposentadoria e junto com ela a dignidade...tenho vergonha de encontrar meus antigos alunos pois eles me confundem com um maltrapilho... Aloyzio Muller, de São Gabriel – Rio Grande do Sul”

“...Todos nós aposentados estamos na penúria, não podemos nos alimentar, a saúde pública está falida, não vou escrever o que falta, pois falta tudo. Eu preciso operar catarata nos 2 olhos mas como? Se mais da metade do meu benefício está sendo tirado... Therezinha da Silva, de Campo Grande-Mato Grosso do Sul”

“...recebo um salário pois perdi tudo com essa defasagem. Não tenho dinheiro para comprar nem um sapato, uma comida, divido as despesas com os filhos e netos. É uma vergonha. Ítalo, de Manaus-Amazonas”

“...passei a vida toda trabalhando, uma vida sofrida para agora aos meus 80 anos receber um salário mínimo? Com esse dinheiro ninguém consegue viver com dignidade pois não tem dinheiro nem para pagar as contas, e os remédios então? Vou morrer pois nem dinheiro tenho para comprar esses remédios. João, de Cruzeiro do Sul –Acre”

“...estou com 77 anos, sou forçado a pagar meu plano de saúde que meus filhos que ajudam a pagar...rogo ao bom Deus para melhorar a nossa situação de vida que passamos vários anos sofrendo devido a defasagem do meu benefício. Geraldo, de Maceió – Alagoas”

“...trabalhei duro para receber 5 salários e agora que poderia estar protegida pela lei, tenho esse desgosto pois a menos de 2 anos estarei ganhando o mesmo que um trabalhador que pagou sobre um salário... Shirley, de Santarém-Pará”

“...quem vai querer entrar para o sistema da previdência com o terrorismo que é feito contra a aposentadoria... Rubens, de Goiânia-Goiás”

“...comprei e paguei minha aposentadoria e hoje tenho o direito de recebê-la. Sebastião, de Fortaleza-Ceará”

“...nós acompanhamos todos os anos a discussão do salário mínimo em função do repasse dos aposentados. Todo ano é a mesma coisa vem um índice para o mínimo e outro para os aposentados. O que vem ocorrendo é simplesmente cruel. Mercedes, de Boa Vista – Roraima”

“...trabalhei a vida toda para morrer sem remédio, dinheiro, comida... Maria Aparecida, de Natal – Rio Grande do Norte”

“...eu, aposentado me encontro em situação financeira desesperadora, agravada por moléstia crônica de minha esposa em tratamento por mais de 3 anos. Já não agüentamos mais, pedimos socorro. O que nos aposenta-

dos fizemos de tão mal para merecermos tudo isso... Cássio, de São Luiz – Maranhão”

“...sou aposentado e sempre tive uma vida simples, trabalhei aos 12 anos pois perdi meu pai aos 3; trabalhei 40 anos e me aposentei com 6 salários da época assim consegui uma vida razoavelmente confortável mas atualmente não consigo manter compromissos como IPTU, água, luz, telefone e despesas... José Monte, de União da Vitória – Paraná”

“...quando me aposentei recebia 8 salários, hoje recebo 4 e isso tem causado um grande transtorno em minha vida. Jorge Soares, de Vitória – Espírito Santo”

“...meu Deus ser aposentado é pecado? Porque tanto sofrimento? Acordo todas as manhãs sonhando com um dia que nós aposentados seremos lembrados... Francisco de Paula, de João Pessoa – Paraíba”

“...já não suportamos mais, estamos em busca de socorro. Cadê o nosso reajuste digno? Patrícia, de Palmas – Tocantins”

“...com essa política de reajuste de aposentados estão querendo exterminar todos nós. José Antônio, de Cuiabá – Mato Grosso”

“...quero reajuste decente. Eu paguei, não é favor, é direito! Joaquim, de Taguatinga – Distrito Federal”

“...se continuar com essa defasagem estarei impossibilitado de cumprir com os meus compromissos, especialmente com meu plano de saúde. Isso me levará a engrossar as fileiras dos hospitais públicos que já não suportam os que lá vão em busca de socorro... Maria de Lourdes, de Macapá – Amapá”

“...aposentados doentes, falidos e sem perspectiva de vida, estamos morrendo... Joana, de Porto Velho – Roraima”

“... na minha casa o que eu comprava antes, hoje já não consigo comprar mais... Raquel, de Aracajú – Sergipe”

“...não suportei mais tamanha defasagem no meu salário de aposentado. É preciso que se aprove uma Lei que nos garanta o mesmo

índice do salário mínimo... Leonardo, de Joinville – Santa Catarina”

“Alem de sofrer de Diabetes II,ha mais de 20 vinte anos, em.2007, vim a sofrer um AVC passando a ter mais gastos com medicamentos e me locomovendo com o auxilio de uma bengala.

“Espero que não haja mais demora, que o meu reajuste venha antes da minha passagem obrigatória deste para o Verdadeiro Mundo...”

“Que o Grande Arquiteto do Universo, possa iluminar suas mentes diuturnamente, principalmente na luta em benefício de seus semelhantes, agradeço de coração o que possam vir a fazer em meu benefício, na aprovação ainda em vida deste brasileiro....Atenciosamente,

Batuíra Escobar, de Bauru/São Paulo”

Senhoras e Senhores, como se vê, o problema é de todos, de cada um de nós.

Não é justo que aqueles que contribuíram por uma vida tenham de vir aqui mendigar o que é deles por direito.

Meus amigos e minhas amigas, aqui eu faço um apelo ao imaginário de cada um: pensem em seus pais, em seus avós, bisavós, nos tios ou mesmo nos vizinhos, aposentados ou pensionistas.

Agora imaginem essas pessoas indo pegar sua aposentadoria ou sua pensão e perceber que o que elas ganham mal dá para os remédios que necessitam.

Algo está errado.

Sr, Presidente, eu não poderia encerrar sem falar do Fator Previdenciário. Não é correto, não é justo.

Não é correto o trabalhador se aposentar e, no momento em que faz isso, ver seus vencimentos serem reduzidos em até 40%.

Os trabalhadores que estão na ativa ainda não perceberam o quanto o Fator Previdenciário trará prejuízos no momento da sua aposentadoria.

Por isso a luta para acabar com o Fator tem de ser de todos os trabalhadores que contribuem para o Regime Geral, de todas as entidades:sindicatos, federações, confederações, centrais e a Cobap, aqui representada pelo seu presidente Benedito Marcílio.

Meus amigos e minhas amigas, sei que as perguntas que vocês estão fazendo são: onde está o Executivo? Onde está o Legislativo? Onde está o Judiciário?

Ecoa como protesto, um choro, um lamento.

Como vocês podem notar, entre as milhares de cartas que recebo, muitas delas dizem: “*não queremos ganhar o mesmo que os senhores, salários em média de 15 a 30 mil reais ... Só queremos receber sobre aquilo que pagamos. Só queremos receber o que é nosso por direito e que fica, no máximo, entre 1 a 7 salários mínimos.*”

Meus amigos e minhas amigas, na semana passada estive no Palácio do Planalto durante as atividades de posse da Seppir.

Lá o Presidente Lula disse com todas as letras: “*não afrouxem, não se deixem encolher. Façam mobilizações, apresentem a sua pauta.*”

As filosofias orientais dizem que a felicidade nasce de nossas próprias mãos.

Façamos então a nossa felicidade ajudando aquelas cujas mãos já estão cansadas.

Temos de querer para os outros o que desejamos para nós mesmos.

O momento é este. É agora. Nós é que temos de fazer acontecer. Nós é que temos de resolver. É uma questão de justiça.

Como diz a canção “É isso aí”, interpretada pela cantora Ana Carolina:

“Há quem acredite em milagres
Há quem cometa maldades
Há quem não saiba dizer a verdade

É isso aí
Um vendedor de flores
Ensinar seus filhos a escolher seus amores”

É isso aí. Vamos fazer como o vendedor de flores: vamos ensinar nossos filhos a escolher seus Deputados e Senadores.

Afinal, somos milhões de eleitores.

Meus amigos, não percam as esperanças.

Termino com uma frase de Gandhi: “*Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados.*”

Que a luz, que a energia do Universo guie nossos passos e palavras.

Vocês, como ninguém, merecem nosso amor e nosso carinho. Por isso, nós estamos aqui.

Um abraço para todos.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)

– Senador Paulo Paim, apenas, para cumprimentá-lo pela iniciativa desta comemoração do Dia Nacional dos Aposentados e Pensionistas, que teve tanto conteúdo. V. Ex^a conseguiu mobilizar a consciência nacional em solidariedade aos que tanto trabalharam e merecem

estar sendo, adequadamente, remunerados por todos os brasileiros. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Eu gostaria que a comissão que vai comigo ao gabinete do Senador Garibaldi recolhesse as flores para levá-las a S. Ex^a, que as receberá e as remeterá a todos os outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Sra. Senadora Roseana Sarney enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendida.

A SRA. ROSEANA SARNEY (PMDB/MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Hoje celebramos o Dia Nacional dos Aposentados. Gente que dispôs energia e força na construção de sonhos e ideais, na formação de famílias, na luta pela sobrevivência digna, no empenho para participar do trabalho em favor do nosso país, de seus estados, suas cidades e suas comunidades, e hoje empresta a nós todos sua generosa sabedoria aprendida no dia a dia de labuta, dores e alegrias.

São heróis – anônimos ou não – que cumpriram uma etapa da vida e alcançaram o justo período de ser mais da família, do lazer e do sereno descanso.

Merecem nossas homenagens e nosso apreço pelo que representam na nossa história pessoal, e na história brasileira. São memória vivas dos caminhos já percorridos. São motivação para o que ainda não sabemos, mas queremos e precisamos aprender. São espelho e amparo. São os que nos dão força para seguir em frente, sem abrir mão de sonhar e lutar pelos nossos ideais. Fazem-nos lembrar da responsabilidade que temos com os seus legados, que temos com o presente, com o passado e com o futuro.

Assim, deixo aqui hoje: Parabéns pelo seu dia. Muito obrigado por tudo o já feito. Que Deus lhes abençoe e preteja neste segundo e terno momento da vida. A vocês, caros aposentados, todo o nosso respeito e eterno carinho.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a presente sessão. Obrigado a todos. (Palmas.)

(*Levanta-se a sessão às 14 horas e 38 minutos.*)

Ata da 16ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 26 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Tião Viana, Alvaro Dias,
Papaléo Paes, Mão Santa e Romeu Tuma

ÀS 14 HORAS E 43 MINUTOS, ACHAM-
SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SE-
NADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

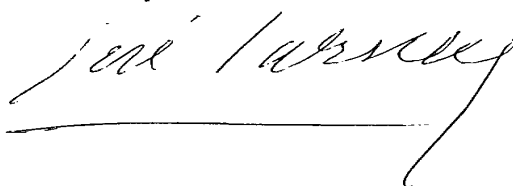
Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 26/2/2008 07:48:30 até 26/2/2008 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X	X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X	Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X	X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X	X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	X					
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X	X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	X					
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X					
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X					
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	X					
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	X					
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	X					
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X	X					
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	X					
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X					
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X	X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	X					
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X					
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X					
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X					
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X	X					
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X	X					
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X	X					
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	X					
DEM	RN	JOSÉ AGRÍPINO	X	X					
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	X					
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	X					
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	X					
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X					
Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA	X	X					
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	X					
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	X					
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	X					
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	X					
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X	X					
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	X					
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X	X					
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	X					
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	X					
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X					
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	X					
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	X					
PTB	SP	ROMEU TUMA	X	X					

Compareceram: 71 Senadores



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2007** (nº 1.506/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2007** (nº 164/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2007** (nº 208/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejiptó para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2007** (nº 253/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2007** (nº 275/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2007** (nº 151/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananalense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2007** (nº 171/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2007** (nº 225/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2007** (nº 236/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2007** (nº 247/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2007** (nº 217/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2007** (nº 89/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2007** (nº 241/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Acas – Associação Comunitária de Alto Santo – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2007** (nº 297/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada*

na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia;

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007** (nº 300/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais; e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007** (nº 313/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

Tendo sido aprovada em apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos, a matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sobre a mesa, Ofícios 1º Secretário a Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. nº 4/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 5.973, de 2005 (nº 401/03 no Senado Federal), o qual “Altera o inciso IV do **caput** do art. 117 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para definir como causa interruptiva da prescrição a publicação

da sentença ou acórdão condenatório recorrível.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.596, de 29 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serragli**,
Primeiro-Secretário

OF. nº 5/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.345, de 2005 (nº 99/05 no Senado Federal), o qual “Dispõe sobre a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serragli**,
Primeiro-Secretário.

OF. nº 6/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 6.348, de 2005 (nº 190/05 no Senado Federal), o qual “Institui o Dia Nacional do Teste do Pezinho a ser comemorado no dia 6 de junho de cada ano.”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.605, de 5 de dezembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serragli**,
Primeiro-Secretário.

OF. nº 7/08/PS-GSE

Brasília, 20 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 1.100, de 2007 (nº 80/07 no Senado Federal), o qual "Institui o ano de 2007 como Ano Nacional Oscar Niemeyer", foi sancionado pelo Exceletíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 11.611, de 14 de dezembro de 2007.

2. Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da mensagem e do texto da lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 162, DE 2008

Senhor Presidente,

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência a apresentar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas públicas sobre Drogas, evento a cargo do da Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República, a realizar-se no Rio de Janeiro, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, solicito licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 163, DE 2008

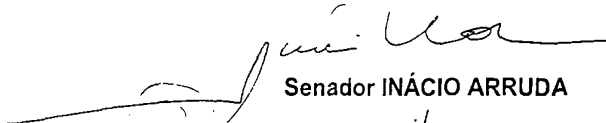
Requeiro, nos termos do art. 199, § 1º do Regimento Interno, na forma de aditamento ao Requerimento nº50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril de 2008.

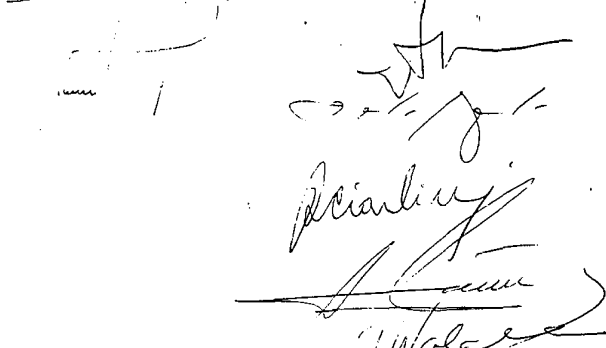
Justificação

Em razão da não proposição de data específica para realização da Sessão Especial para comemoração

do centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, proposta pelo RQS 50/2008 – SF, aditamos o presente requerimento para que a supracitada Sessão seja realizada em 8 de abril do corrente ano, tendo em vista que a ABI completará 100 anos no dia 7 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, de 2008


Senador **INÁCIO ARRUDA**

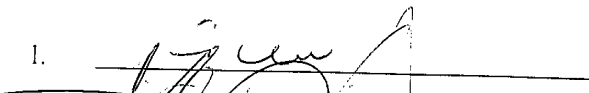
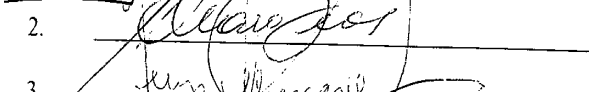
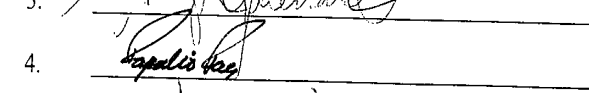
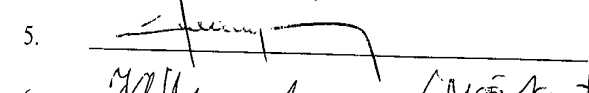
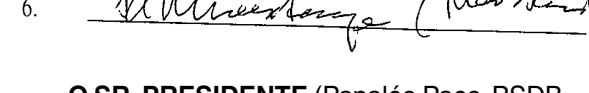
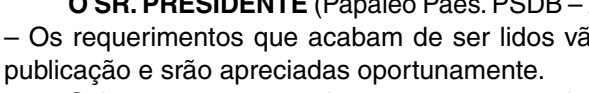


REQUERIMENTO Nº 164, DE 2008

Requeremos, em aditamento, aos Requerimentos nºs 114 e 150, de 2008, que a sessão destinada a comemorar os oitenta anos da Fundação do Jornal **O Povo**, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março de 2008, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008.

1. 
2. 
3. 
4. 
5. 
6. 

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão apreciadas oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 165, DE 2008

Requerimento de voto de pesar.

Requeiro, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal e de acordo com as tradições da Casa, voto de pesar pelo falecimento do jogador Antônio do Nascimento Rodrigues, natural do Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família.

Justificação

Faleceu no último dia 21 de fevereiro o jogador de futebol e dos atletas mais edificantes do desporto sergipano e brasileiro, que é Antônio Nascimento Rodrigues, conhecido como Charuto. Considero importante esse registro, porque se trata de uma homenagem não apenas a um futebolista de primeira hora, mas um homem que se dedicou ao esporte como poucos no Estado de Sergipe.

É uma homenagem merecida, pois Charuto jogou na seleção sergipana de futebol, representando de modo brilhante nosso Estado. Sinto-me compelido a parabenizar esse atleta, prestando a última homenagem de forma emocionada a esse grande jogador de futebol, que faleceu aos 87 anos de idade. Ele era funcionário público autárquico aposentado, pai de três filhos; exemplo de chefe de família: bom filho, bom marido, bom pai. Um atleta que é padrão, um exemplo a ser seguido pelas novas gerações.

Charuto começou sua vida esportiva jogando pelo Palestra em 1939. Transferiu-se para o Club Esportivo Sergipe, onde foi campeão. Em seguida foi jogar no Vasco Esporte Clube, onde também a faixa de campeão envergou. Todavia, foi no Cotinguiba Esporte Clube, a mais antiga agremiação socioesportiva do Estado de Sergipe, nascida em 10 de outubro de 1909, que Antônio Nascimento Rodrigues, o Charuto, realizou-se plenamente. O voto de pesar é uma homenagem que fazemos a esse símbolo do esporte nacional.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, PSB/SE

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 166, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando que a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 42, de 19 de dezembro de 2006, manteve, por tempo indeterminado, a incidência do Imposto de Exportação sobre o couro **wet blue**, à alíquota de 9%, abandonando o escalonamento até zero previsto em resoluções anteriores, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, as seguintes informações:

1 – Que efeitos, positivos e negativos, foram gerados pela política adotada pela Camex de tributar a exportação de couro **wet blue**, de 2000 até hoje?

2 – Que razões fundamentaram a decisão da Camex (Resolução nº 42, de 17 de dezembro de 2006) de eliminar a redução progressiva a zero da alíquota do Imposto de Exportação sobre couro **wet blue**, prevista nas Resoluções nº 1, de 14 de janeiro de 2004, e 42, de 6 de dezembro de 2005?

3 – As condições de mercado atuais ainda justificam a manutenção do citado gravame? Por quê?

4 – Quais são as condições necessárias e suficientes para que a Camex venha a eliminar ou reduzir o imposto de exportação de que se trata?

5 – As medidas de política tributária, financeira e de comércio exterior de proteção e fomento da indústria calçadista objeto da Resolução Camex nº 40, de 27 de setembro de 2007, e da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, foram ou serão capazes de amenizar ou extirpar a crise que afetou a referida indústria? Nesse novo contexto de política industrial, ainda se justificaria manter o Imposto de Exportação em questão como instrumento de apoio ao setor calçadista?

6 – Qual foi a arrecadação anual do Imposto de Exportação sobre couro **wet blue**, a partir de 2000?

7 – Que produtos foram gravados pelo Imposto de Exportação no período de 2000 a 2007? Quais alíquotas foram aplicadas? Quais as razões que motivaram a respectiva taxação?

Justificação

Entidades empresariais representativas da pecuária e da indústria de curtume, sobretudo as das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, têm reivindicado

a retirada imediata do Imposto de Exportação de 9% incidente, desde 2000, sobre o couro **wet blue**. Alternativamente, aceitam a redução progressiva a zero que o próprio governo havia estabelecido.

Em defesa do pleito, aduzem vários argumentos, entre os quais:

a) as alterações do cronograma de redução do IE desequilibram as condições de negociação da indústria brasileira no mercado internacional e deixam o setor sem uma perspectiva concreta de produção e comercialização;

b) a imposição do IE para obtenção de agregação de valor às exportações de couro só seria aceitável se vinculada a uma política governamental de consolidação dessa agregação. A promessa governamental de destinar ao setor curtidor os recursos oriundos do IE para melhorar a qualidade do couro e remunerar adequadamente o pecuarista não foi cumprida. O instrumento foi utilizado de maneira isolada e precária; além de ineficaz, prejudicou, seriamente, os produtores da matéria-prima, ao depreciar o seu valor, em benefício de uma pequena parcela da cadeia produtiva;

c) a cadeia produtiva do couro e do calçado inclui pecuaristas, frigoríficos, curtidores, calçadistas, químicos e produtores de artefatos. A grande maioria desses segmentos defende o livre comércio;

d) o problema da indústria brasileira de calçados – principal beneficiária, em tese, do IE – é sua menor competitividade comparada à indústria chinesa. O IE não contribui em nada para a solução dessa equação; mesmo sujeitas a ele, as exportações do **wet blue** cresceram 55%, no período de 2000 a 2005, demonstrando total inexistência de relação de causa e efeito.

Recentemente, a indústria calçadista foi beneficiada com um elenco de medidas de ordem tributária, financeira e de política de comércio exterior, que aumentaram a proteção tarifária e reduziram custos internos. Assim, o gravame imposto à indústria coureira, supostamente em benefício da indústria calçadista, parece não mais se justificar.

O Congresso Nacional delegou ao Poder Executivo a competência para relacionar os produtos sujeitos ao IE e fixar as respectivas alíquotas, ficando, impossibilitado de, no curto prazo, reverter eventuais decisões equivocadas tomadas por aquele Poder. Não abriu mão, contudo, de fiscalizar e monitorar os atos do Poder Executivo.

O presente requerimento de informações se justifica pela necessidade de o Congresso Nacional conhecer as razões de política cambial, de comércio exterior e industrial que motivaram a Camex a criar e manter o referido imposto, para avaliar a procedência das reclamações dos setores prejudicados.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será despatchado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos o seguintes:

REQUERIMENTO Nº 167, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido em São Paulo, do ator Rubens de Falco.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de Rubens de Falco, consagrado ator brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Rubens de Falco.

Justificação

Rubens de Falco, consagrado ator brasileiro, dedicou a vida ao cinema e à televisão, atuando em 20 novelas, quatro minisséries e em 30 filmes. Sua atuação em novelas atravessou fronteiras e ganhou o mundo. Foi na novela “Escrava Isaura” que ele alcançou o maior êxito no País e no exterior. Entre os filmes, figuram Pixote, o Monge e a filha do carrasco. Das minisséries, o público conserva agradável lembrança pela sua interpretação em “Grande Sertão Veredas” e em “Memorial de Maria Moura”. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado ator brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 168, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, município de Itacoatiara–AM.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, no Município de Itacoatiara–AM. No acidente morreram 16 pessoas. Até agora, foram identificadas 15, a saber:

Lucas da Cruz Nunes (29 anos de idade)
 Jarcilene da Silva Nunes (25)
 Lucas da Cruz Júnior (8)
 Adriel Vitor da Silva Nunes (5)
 Rainara Taiane Chaves (3)
 Jenifer Serrão (3)
 Ana Lúcia Serrão
 Antonia Vieira (82)
 José Luis Costa Leitão (49)
 Maria Socorro Silva Leitão (44)
 Aline Santos Castro (1)
 Rogério da Gama Caio (9)
 Marina Aragão Ribeiro (44)
 Genival Soares de Paulo (28)
 Marina Aragão Ribeiro (48)

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos Governos do Amazonas e do Pará.

Justificação

Era madrugada do dia 20 de fevereiro. Pouco mais de 100 passageiros, gente simples que não tem outro meio de locomoção, viajavam de Alenquer, no Pará, para Manaus. Entre eles, em maioria, trabalhadores, algumas famílias e, com estas, crianças. De repente, o imprevisto, já quase de madrugada: a colisão do barco, de madeira, com uma balsa metálica. Foi a hora do desespero e de uma luta desesperadora para salvar os passageiros. Deles, 95 conseguiram escapar. Outros 16 não tiveram a mesma sorte. Morreram no rio Amazonas, numa tragédia que abalou o meu Estado e o País todo. Independentemente de outras considerações, como a necessidade de oferecer mais segurança para a navegação no Amazonas, ergo minha voz e meu sentimento mais profundo pela dor que todos nós sentimos com a morte desses passageiros. Deste Plenário, interpretando o pensamento dos amazonenses, requeiro este Voto de Pesar como homenagem póstuma do Senado da República às vítimas do naufrágio.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 169, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em São Paulo, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado o radialista brasileiro.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado redator do rádio brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Giuseppe Ghiaroni.

Justificação

Ghiaroni: Basta o sobrenome para que todos se lembrem desse notável radialista brasileiro, que se consagrou principalmente como redator do rádio brasileiro. Nos anos 40, quando a Rádio Nacional, do Rio de Janeiro, era ouvida quase que religiosamente em todo o País, Ghiaroni já aparecia como um dos melhores redatores da emissora. De notável capacidade de trabalho, produzia diversos programas semanais e uma novela diária. Ele é o autor do “Monólogo das Mãos”, que logrou grande êxito na interpretação de Bibi Ferreira e Lúcio Mauro. Um dos seus últimos encargos foi como redator da “Escolinha do Professor Raimundo”, de Chico Anísio. Ghiaroni era uma pessoa simples e muito estimada. É, pois, merecedor do Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado radialista brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 170, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em São Paulo, do ator Oswaldo Louzada, consagrado ator brasileiro de televisão.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento, em 22 de fevereiro de 2008, de oswaldo louzada, consagrado ator brasileiro.

Requeiro, ademais, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos familiares de Oswaldo Louzada.

Justificação

Quem não se lembra de Oswaldo Louzada, o louzadinha, como era carinhosamente chamado pelo seu grande público, habituado a vê-lo nas novelas da Globo? Na semana passada, o Brasil perdeu esse estimado ator, que começou uma vitoriosa carreira

na Rádio PanAmericana, de São Paulo, em 1912. Em 1944, estreou no cinema, com dois filmes: “Gente Honesta” e “É proibido sonhar”. Lousada desaparece cinco anos antes de completar um século de existência. Vai fazer falta. Por tudo isso, requeiro o Voto de Pesar como homenagem do Senado da República ao consagrado ator brasileiro.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 171, DE 2008

Nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda as seguintes informações a respeito do contrato firmado entre o Estado do Piauí, o Banco do Estado do Piauí (BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil:

I – Qual foi o valor do contrato pactuado e qual a forma e prazo do pagamento ao Estado?

II – Existe parecer jurídico elaborado por entidade independente dos contratantes em favor da dispensa de licitação na escolha do Banco do Brasil para a venda da folha de pagamentos do Estado?

III – Que tipo de avaliação foi realizada para a definição do valor do contrato? Houve tomada de preços ou algum tipo de consulta aos eventuais interessados na compra da folha, além do Banco do Brasil?

Justificação

Em paralelo ao processo de privatização de diversos bancos estaduais, os respectivos Estados optaram por vender suas folhas de pagamentos a bancos privados e estatais. Nesse processo, a propósito de algumas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal pronunciou-se no sentido da constitucionalidade dessa venda, considerando que os pagamentos dos servidores constituem numerário distinto das disponibilidades de caixa dos entes estaduais

e municipais, estas sim obrigadas, por preceito constitucional, a ser depositadas em bancos oficiais.

Ao mesmo tempo, tendo em vista o interesse comercial envolvido nessas operações, refletido nos vultosos preços pagos pelos bancos em algumas dessas vendas, nos Acórdãos proferidos pelo STF a respeito das ADIN, ficou estabelecido que a exclusividade concedida quanto ao depósito de folhas de pagamentos deveria ser precedida de licitação ou concorrência.

Neste momento em que a incorporação do BEP ao Banco do Brasil requer a autorização do Senado Federal, tem-se conhecimento de que a folha de pagamento do Estado do Piauí foi vendida com exclusividade ao Banco do Brasil, sem concorrência pública.

Sendo assim, visando a assegurar a maior transparência possível a essa operação, que é de grande interesse para o Estado e para o Banco do Brasil, solicitamos, por intermédio do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, informações mais detalhadas sobre a referida venda.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Heraclito Fortes**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos o seguintes:

REQUERIMENTO Nº 172, DE 2008

Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva, superintendente regional da Codevasf no Piauí.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Hildo Diniz da Silva, ocorrido no dia 30 de janeiro de 2008, na cidade de Teresina, no Estado do Piauí.

Requeiro, mais, que este voto seja levado ao conhecimento da Sra. Rita Nunes Silva, com quem ele era casado e, por seu intermédio, aos demais familiares.

Justificação

O Voto de Pesar ora requerido ao Senado da República é um preito de saudade ao Sr. Hildo Diniz da Silva, Superintendente Regional da Codevasf no Piauí, pelo que representou como figura humana e por suas atividades em prol do desenvolvimento do nosso querido Estado.

Natural de São Mamede, no Estado da Paraíba, era formado pela Faculdade de Agronomia do Submédio São Francisco e membro da Associação Brasileira de Irrigação e Drenagem e dos Engenheiros Agrônomos de Pernambuco. Era um exemplo de homem público, devido ao seu comprometimento, retidão e honestidade com o qual conduzia a Superintendência Regional da Codevasf no Estado do Piauí.

Por estas razões, Hildo Diniz da Silva é merecedor da homenagem póstuma desta Casa.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**, PTB/PI.

REQUERIMENTO Nº 173, DE 2008

Requeiro, nos termos do inciso II do art. 218 do Regimento Interno, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrús, ocorrido em São Paulo, em 24 de fevereiro de 2008.

Justificação

Agostinho Patrús, mineiro de Belo Horizonte, estava internado no Hospital Sírío-Libanês, em São Paulo, foi deputado por seis legislaturas consecutivas, de 1983 a 2006.

Médico formado pela Faculdade de Medicina da UFMG em 1966, líder classista, ocupou a presidência da Associação Médica de Minas Gerais por dois mandatos.

Seu primeiro cargo público foi o de secretário adjunto da Secretaria de Estado da Saúde, em 1981, no Governo Francelino Pereira.

Elegeu-se deputado estadual, para a 10ª Legislatura (1983-1987). Reeleito para as cinco legislaturas seguintes, alternou o exercício do mandato parlamentar com o desempenho de vários cargos no Poder Executivo Estadual.

Na Assembléia Legislativa, foi presidente de várias comissões, entre elas a de Saúde e de Educação. Durante o Governo de Hélio Garcia, foi eleito para o cargo de 1º Secretário da Mesa, 1991 e 1992. Assumiu a Presidência da Casa no primeiro biênio do Governo Eduardo Azeredo, 1995 e 1996, chegando a assumir o Governo do Estado, conforme preceito constitucional.

Nacionalmente teve atuação marcante tendo sido presidente do Colégio de Presidentes das Assembléias Legislativas Estaduais e da União Nacional dos Legislativos Estaduais (UNALE), do qual foi fundador.

Agostinho Patrús foi, ainda, secretário de Estado da Casa Civil, 1997 e 1998, no Governo Eduardo Azeredo, e de Transportes e Obras Públicas, 2003 a

2006, no primeiro mandato do Governador Aécio Neves. Recentemente, foi indicado para o cargo de diretor vice-presidente da Cemig.

Entre as condecorações que recebeu, estão as medalhas do Mérito Legislativo, da Inconfidência, Carlos Chagas, Santos Dumont e Juscelino Kubitschek.

Desde 2005, estava filiado ao DEM (ex PFL). Deixa como herdeiro político o filho Agostinho Patrús Filho (PV), que exerce seu primeiro mandato.

Foi velado no Salão Nobre da Assembléia onde compareceram o Governador do Estado, ex-Governadores, Senadores, Secretários de Estado, Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos, Vereadores, lideranças políticas, jornalistas e os familiares e amigos que o acompanharam pela vida afora, sendo sepultado no Cemitério do Bonfim, em Belo Horizonte, em 25 de fevereiro.

Sua habilidade política, a seriedade e a busca permanente pelo consenso tem o reconhecimento unânime de correligionários e adversários. Preocupou-se em dotar a Assembléia Legislativa de mais transparência, com a criação da TV Assembléia e de programas que deram maior celeridade ao trabalho do Parlamento mineiro, “visando sempre o interesse da população”, na expressão do Presidente da Assembléia, Deputado Alberto Pinto Coelho.

Para o Governador Aécio Neves, a política mineira sofre grande perda com o falecimento do ex-Deputado, destacando a colaboração de Agostinho Patrús no Executivo, “passagem marcada por muita suavidade com as pessoas, muito afeto, o que para nós mineiros é extremamente importante e uma de nossas principais características”.

Para mim, que tive o privilégio do seu convívio como Deputado, Presidente da Assembléia e depois como Secretário da Casa Civil, posso testemunhar a amizade, a lealdade, o cumprimento dos deveres, a obediência ao que tivesse sido acordado e o aprendizado legado por ele em buscar permanentemente o entendimento, fugindo absolutamente do confronto. Minas perde em sabedoria com sua ausência.

Deixa viúva a médica Orcanda Andrade Patrús e os filhos Agostinho Patrús Filho – que é Deputado Estadual (PV), Breno Andrade Patrús e Lucas Andrade Patrús.

Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2008.

EDUARDO AZEREDO



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, Parecer da Comissão de Educação que passo a ler.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 96, DE 2008

Da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), que submete à apreciação do

Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.

A Comissão de Educação, em votação secreta realizada em 26 de fevereiro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Francisco Dornelles sobre a Mensagem nº 255, de 2008, opina pela aprovação da indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, por 25 votos favoráveis, 0 contrário e 0 abstenção.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 255, DE 2007

PRESIDENTE: <i>Crivello</i> EN: CRISTOVAM BUARQUE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO <i>Ref</i>
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES <i>Alves</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli</i>	5- FRANCISCO DORNELLES RELATOR
INÁCIO ARRUDA <i>Arruda</i>	6- MARCELO CRIVELLA <i>Crivello</i>
RENATO CASAGRANDE <i>Casagrande</i>	7- MAGNO MALTA <i>Malta</i>
SÉRGIO ZAMBIASI <i>Zambiasi</i>	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO
PMDB	
WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA <i>Mão Santa</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Raupp</i>	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE <i>Duque</i>	5- JARBAS VASCONCELOS
(VAGO)	6- (VAGO)
GERSON CAMATA <i>Camata</i>	7- NEUTO DE CONTO <i>Neuto</i>
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
(VAGO)	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES <i>Maria do Carmo</i>	3- (VAGO)
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO <i>Colombo</i>	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI <i>Ciarlini</i>	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO <i>Perillo</i>	7- CÍCERO LUCENA <i>Lucena</i>
MARISA SERRANO <i>Serrano</i>	8- EDUARDO AZEREDO <i>Azeredo</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo</i>	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO <i>Flexa</i>	10- LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vania</i>
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PÉRES

RELATÓRIO

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

Nos termos do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição da República, combinado com os §§ 1º e 3º da Medida Provisória (MPV) nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o Presidente da República submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), até 14 de dezembro de 2010, em complementação ao tempo remanescente do mandato do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.

Informações biográficas e dados referentes ao perfil profissional do indicado acompanharam a mensagem presidencial.

A Agência Nacional do Cinema é o órgão oficial de fomento, regulação e fiscalização das indústrias cinematográfica e videofonográfica, dotada de autonomia administrativa e financeira.

Criada em 6 de setembro de 2001, por meio da Medida Provisória nº 2.228-1, vinculou-se, à época, ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Em 13 de outubro de 2003, por força do Decreto nº 4.858, passou a fazer parte da estrutura do Ministério da Cultura, mantendo-se como agência independente, na forma de autarquia especial.

Entre seus objetivos gerais, está o de promover, sob todos os aspectos, a cultura nacional e a língua portuguesa, mediante o estímulo ao desenvolvimento da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

Nesse sentido, a atuação de sua Diretoria é de fundamental importância, razão pela qual seus integrantes devem possuir estreita afinidade com as questões ligadas à cultura, em especial no que diz respeito aos sistemas audiovisuais de transmissão de conteúdos.

A aprovação dos nomes dos componentes desse colegiado pelo Senado Federal, após instrução da matéria por parte do órgão técnico competente, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte confere ao Parlamento brasileiro uma responsabilidade de vulto, ao permitir-lhe participar do processo de validação da escolha feita pelo Chefe do Poder Executivo, em face da qualificação pessoal e profissional dos indicados para determinados cargos públicos, como o que ora se examina.

No caso presente, trata-se de substituição, em meio de mandato, de um membro da Diretoria Colegiada da Agência, nos termos do que dispõem o **caput** e os §§ 1º e 3º do art. 8º da MPV nº 2.228-1, de 2001. Esses dispositivos determinam que a Ancine seja conduzida por uma diretoria composta de um Di-

retor-Presidente e três Diretores, com mandatos não coincidentes de quatro anos, e que, em caso de vaga no curso do mandato de membro da Diretoria Colegiada, sua sucessão será feita em complementação ao prazo remanescente.

Resta saber do atendimento ao § 1º do mesmo art. 8º da citada medida provisória, segundo o qual os membros da Diretoria deverão ser brasileiros, de reputação ilibada e elevado conceito no seu campo de especialidade, critérios que poderão ser avaliados com base na experiência profissional do indicado, bem como nos cargos exercidos na administração pública.

O Senhor Sérgio Henrique de Sá Leitão é jornalista, cineasta e fotógrafo. Graduou-se pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui curso de pós-graduação em políticas públicas e **marketing**.

Foi diretor da distribuidora Vereda Filmes e atuou como consultor especializado em audiovisual e entretenimento na IBM, Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Rio de Janeiro, TV Minas, BMA, Avon Cosméticos, Brasil Telecom e ABPI-TV.

Assessorou também a Presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, ocasião em que coordenou a criação do Departamento de Economia da Cultura e do Programa de Apoio à Cadeia Produtiva do Audiovisual daquele órgão.

De 2003 a 2006, chefiou a representação do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro e ocupou as funções de Chefe de Gabinete e Coordenador das Assessorias do Ministro da Cultura, além de ter sido Secretário de Políticas Culturais daquele Ministério.

Coordenou, entre outros, os programas Copa da Cultura, Música do Brasil, Cultura-Prev e Economia da Cultura.

Trabalhou na equipe que formulou o Programa Brasileiro de Cinema e Audiovisual e participou, como membro, do Conselho da Petrobras Cultural.

Foi ainda vice-presidente da Comissão Interamericana de Cultura, da Organização dos Estados Americanos; assessor da Diretoria da ClearChannel Entertainment do Brasil; editor dos jornais **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil** e diretor de redação do **Jornal dos Sports** e da revista **Volleyball**; crítico de cinema; colunista; diretor de filmes de curta-metragem, de clipes, de documentários e de comerciais.

Publicou sete livros e catálogos, com destaque para o premiado **Futebol-arte: a cultura e o jeito brasileiro de jogar**, editado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

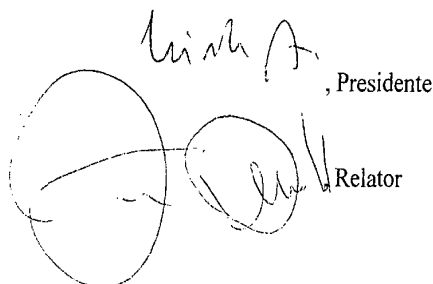
Coordena o módulo “Desenvolvimento e ação estratégica” e ministra a disciplina Economia da Cultura, no programa de pós-graduação em Gestão Cultural

da Universidade Cândido Mendes, e é membro do Conselho do Projeto de Exportação de Artes Visuais da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX).

Desde outubro de 2007, assessora a Diretoria da Ancine.

Destacados os dados biográficos do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, resta a esta Comissão a apreciação e o julgamento de seu nome, conforme a Mensagem Presidencial nº 255, de 2007 (nº 939, de 2007, na origem), para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema, em cumprimento preliminar às exigências do art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição da República, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 2001.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008.



, Presidente
Relator

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 36, DE 2008

Denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominada Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição tem por objetivo homenagear este grande homem público que tanto fez por Mato Grosso e pelo desenvolvimento do agronegócio em nosso País.

A BR-163, que liga Cuiabá (MT) a Santarém (PA), é conhecida por sua fundamental importância logística, sendo por muitos chamada de “rodovia da produção”. Nada mais justo, portanto, que associá-la ao nome do benemérito Senador Jonas Pinheiro, incansável defen-

sor das causas da região Centro-Oeste, sobretudo de sua produção agrícola.

Para esta legítima homenagem, espero contar com o indispensável apoio dos ilustres colegas, em ambas as Casas do Congresso Nacional.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Jayme Campos**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esportes, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 37, DE 2008

Acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-A:

Art. 19-A Anualmente, para o financiamento das ações de habilitação e reabilitação profissional e social, previstas na Subseção II da Seção VI do Capítulo II do Título III da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, ao Ministério da Saúde será destinada, obrigatoriamente, a totalidade do montante arrecadado com a aplicação das multas pelo descumprimento do seu art. 93.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Organização Internacional do Trabalho (Convenção nº 15, de 1º de junho de 1983) estabelece como finalidade da habilitação e reabilitação profissional permitir que uma pessoa com deficiência obtenha e mantenha um emprego adequado e nele progrida, promovendo-se assim a sua inclusão social.

Nesse contexto insere-se nossa proposta que busca, de maneira mais efetiva, assegurar às ações de habilitação e reabilitação profissional e social, de que trata a Subseção II, Seção VI, Capítulo II, Título III, da Lei nº 8.213, de 1991, recursos financeiros específicos, provenientes da aplicação de multa pelo descumprimento das normas ali presentes. Isso, num momento que são crescentes e estratégicas as ações de políticas desenvolvidas com o objetivo de construir um contexto inclusivo de trabalho, que envolvam a implantação de serviços de apoio à pessoa com deficiência e ações dirigidas à sociedade, destinadas a eliminar barreiras sociais e físicas.

É bem verdade que, sob a ótica da hermenêutica constitucional, há a compreensão da existência da unidade orçamentária, segundo a qual deve existir um único orçamento, que compreende todas as receitas e despesas, qualquer que seja sua natureza. Dessa forma, o orçamento fiscal da União deverá conter a projeção de receitas e despesas de todos os Poderes, de seus órgãos, fundos e demais entidades da administração direta e indireta, instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Não há, porém, restrição constitucional no que diz respeito à vinculação de recursos provenientes de multas, ainda que devam constar do orçamento da União. Operacionalmente, portanto, devem passar pela conta única do Tesouro Nacional, para, posteriormente, serem destinados aos órgãos que os produziram, em conformidade com a alocação dos recursos públicos prevista e autorizada pela lei orçamentária.

Concretamente, em nossa proposta, o efeito final dessa vinculação é o de assegurar montantes de recursos ao Ministério da Saúde para as ações de habilitação e reabilitação profissional e social, no mínimo, correspondentes aos valores arrecadados pela aplicação de multas pelo descumprimento das normas contidas no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

Acreditamos que, com a presente medida, o Estado poderá assegurar maior proteção ao segurado incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho e às pessoas portadoras de deficiência, bem como prover-lhes os meios para a sua (re)educação e (re)adaptação profissional e social e, assim, participarem do mercado de trabalho e do contexto em que vivem.

Dada a relevância do tema, temos certeza de que os nobres pares emprestarão todo apoio a esta iniciativa, que possui indiscutível alcance social.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

SUBSEÇÃO II

Da Habilitação e da Reabilitação Profissional

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.

Parágrafo único. A reabilitação profissional compreende:

a) o fornecimento de aparelho de prótese, órtese e instrumentos de auxílio para locomoção quando a perda ou redução da capacidade funcional puder ser atenuada por seu uso e dos equipamentos necessários à habilitação e reabilitação social e profissional;

b) a reparação ou a substituição dos aparelhos mencionados no inciso anterior, desgastados pelo uso normal ou por ocorrência estranha à vontade do beneficiário;

c) o transporte do acidentado do trabalho, quando necessário.

Art. 90. A prestação de que trata o artigo anterior é devida em caráter obrigatório aos segurados, inclusive aposentados e, na medida das possibilidades do órgão da Previdência Social, aos seus dependentes.

Art. 91. Será concedido, no caso de habilitação e reabilitação profissional, auxílio para tratamento ou exame fora do domicílio do beneficiário, conforme dispuser o Regulamento.

Art. 92. Concluído o processo de habilitação ou reabilitação social e profissional, a Previdência Social emitirá certificado individual, indicando as atividades que poderão ser exercidas pelo beneficiário, nada impedindo que este exerça outra atividade para a qual se capacitar.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I – até 200 empregados.....2%;
- II – de 201 a 500.....3%;
- III – de 501 a 1.000.....4%;
- IV – de 1.001 em diante.....5%.

§ 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante.

§ 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados, fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados.

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e a de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 38, DE 2008

Altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 244-A da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 244-A.....

§ 2º Constituem efeitos obrigatórios da condenação:

I – a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento utilizado na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente;

II – a perda de valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente, em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da unidade da Federação em que foi cometido o crime.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A prostituição infantil é uma das maiores ignomínias com as quais o mundo convive e que no Brasil se tornou comum, vergonhosamente comum. São crianças com 10 anos de idade, às vezes até menos, que vendem sexo por uns poucos trocados para comprar comida, que são exploradas por cafetinas, aliciadores e às vezes pela própria família. São adolescentes que, em vez da escola, vão para os pontos de prostituição. É o futuro do Brasil violado por abandono, descaso e impunidade.

Infelizmente, as políticas públicas em busca da erradicação dessa barbárie têm sido tímidas e não conseguem sequer minorar o problema. Ao contrário, os números se apresentam cada dia mais assustadores, cada noite mais assombrosos. Como é impossível ter dados precisos sobre assunto de tão difícil pesquisa, até porque têm sido pequenos o esforço e os investimentos no estudo da questão, o UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância, estima que sejam 500 mil os menores explorados no Brasil. Meio milhão de crianças e adolescentes. Meio milhão. É um número absurdo, mas o absurdo maior é existir essa modalidade de crime, em qualquer quantidade. Como escreveu a Doutora Maria Cecília de Souza Minayo na monografia

“A prostituição infantil sob a ótica da sociedade e da saúde” sobre os dados pouco ou nada confiáveis:

“O ato de quantificar revela uma lógica presente no discurso político e popular, na busca de legitimar ‘cientificamente’ as proposições e alertar para a gravidade dos fenômenos. Esse costume, no entanto, acaba por gerar o efeito contrário. Ou seja, alimenta a crença de que os problemas são insolúveis. E, além disso, o hiperbolismo dos dados pressupõe que a importância do tema é dada pela sua extensão e menos pela sua significância social e humana. A prostituição infantil parece não escapar desse raciocínio de magnitude dada pelos números. Ou seja, para que fosse reconhecido enquanto questão social e objeto de investimento público seria necessário que sua existência fosse reconhecida estatisticamente”.

A Doutora Minayo, que é pesquisadora-líder no Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli, da Fundação Oswaldo Cruz (o Claves da Fiocruz), fez o citado trabalho analisando depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionou na Câmara dos Deputados de maio de 1993 a março de 1994. Desde então, década e meia depois, houve outras CPI no Congresso Nacional, inclusive em 2003, presidida pela Senadora Patrícia Saboya e relatada pela Deputada Maria do Rosário, que concluiu ser a exploração sexual de menores no Brasil “um crime que tomou proporções de epidemia”. Além de investigações das comissões no Congresso, houve também CPI e CEI em Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas por todo o País. Ou seja, o Poder Legislativo se move nos debates sobre a exploração sexual de menores e tem tomado iniciativas para dotar o Poder Judiciário de meios legais para punir os responsáveis.

Em uma das Comissões Especiais, na Câmara Municipal de Goiânia, em 1997, o relatório concluiu que na capital e em algumas cidades de Goiás havia 700 meninas, de 9 a 14 anos, em 125 pontos de prostituição, levadas por cem agenciadores. A “magnitude dada pelos números”, para usar termos da Doutora Minayo, teve a consequência de chocar setores da sociedade e alguns reagiram. O Governo do Estado criou delegacias específicas e políticas públicas focadas no combate a esse absurdo, que, segundo o relatório do Vereador Djalma Araújo na comissão, promovia, entre os clientes, leilões e bingos tendo como prêmio a virgindade de crianças. Clientes cadastrados pelos organizadores pagavam, à época, de R\$2 mil a R\$5 mil por uma semana de sexo com meninas de 9 a 15

anos de idade. Esses clientes eram pessoas tidas como insuspeitas, como empresários, engenheiros, médicos, odontólogos. O aliciamento era feito até em portas de escolas.

O relatório foi enviado para órgãos internacionais como o Unicef e debatido em diversos lugares, entre eles a Universidade Federal de Goiás. Ali, alunos do Mestrado de Ciências Penais, na turma de "Criminologia" do Professor-Doutor Pedro Sérgio dos Santos, passaram a estupefação para a prática e sugeriram a redação de uma Proposta e Emenda à Constituição, apresentada pelo então Deputado Pedro Canedo, de Goiás. A PEC recebeu o número 243, de 2000, assinada por outros 326 deputados. Acrescia ao texto constitucional o artigo 243-A, com a seguinte redação:

"Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência da prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente será imediatamente confiscado e os recursos obtidos reverterão ao Fundo de Combate à Prostituição Infanto-Juvenil".

Justificação à PEC do então Deputado Pedro Canedo: "A prostituição infanto-juvenil está disseminada por todo o País, em todas as classes sociais, através das fronteiras, em verdadeira cadeia internacional, onde crianças e adolescentes são traficados, vendidos e leiloados como objetos. Quadrilhas especializadas atuam junto aos hotéis, boates, motéis, taxistas, doleiros, embarcações e outros, captando, treinando e escravizando crianças e adolescentes para a prostituição (...). Meninos e meninas encontram-se prostituídos, alguns de tenra idade, impelidos pela fome ou pela fuga da violência doméstica, incesto, estupro e pelo pornoturismo e outros fatores. Os exploradores variam desde quadrilhas especializadas até os próprios pais ou responsáveis, policiais, agências de turismo e de modelos e traficantes de drogas".

A PEC recebeu relatório favorável e foi aprovada por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados, mas acabou arquivada no dia 31 de janeiro de 2003, com base no artigo 105 do Regimento Interno daquela Casa: "Finda a legislatura, arquivar-se-ão todas as proposições que no seu decurso tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, bem como as que abram crédito suplementar, com pareceres ou sem eles". Quatro anos depois, o Deputado Pedro Wilson apresentou o Requerimento nº 401, solicitando

o desarquivamento da proposta. No dia 24 de abril de 2007, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados indeferiu o desarquivamento. Dada a relevância do tema e a necessidade de punição aos criminosos, o presente projeto retoma o assunto, com algumas modificações, agora no Estatuto da Criança e do Adolescente, mas o mesmo propósito: que os bandidos, além da liberdade que usam para a barbárie, percam valores e bens móveis e imóveis utilizados na prática ou exploração de prostituição de menores.

Não se pode dar trégua aos autores da degradação. É necessário que cumpram a pena de reclusão de quatro a dez anos e paguem multa, como já prevê o artigo 244-A do ECA, e ainda fiquem sem os meios que usaram para explorar a prostituição infantil. Como se sabe, não existe caso de alguém que tenha ficado em reclusão durante dez anos porque explorou a prostituição de menor. O certo seria ficar esse tempo todo em regime integralmente fechado. Melhor ainda: dez anos recluso para cada criança ou adolescente atingida. No entanto, a lei é frouxa e sua interpretação e aplicação, ainda mais. Nas raras vezes em que o criminoso é pego, já que a regra é agir livremente durante décadas e décadas, fica preso durante pouco mais de ano. Em sua defesa e na subsistência enquanto está na cadeia, gasta o dinheiro que ganhou com a prostituição das crianças. Quando sai, espera-o aqui fora o patrimônio amealhado na exploração dos menores. São situações que não podem continuar.

O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, prevê em seu artigo 91 que um dos efeitos da condenação é "a perda em favor da União, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a prática do fato criminoso". O presente projeto reforça a intenção do legislador da reforma da Parte Geral do Código Penal de 1984, quando já havia se tornado insuportável ouvir o riso dos criminosos zombando de suas vítimas.

O tema é tão grave que mereceu do legislador constitucional de 1988 a inscrição na Carta Magna do parágrafo único ao artigo 243, no Título IX, Das Disposições Constitucionais Gerais:

"Todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá em benefício de instituições e pessoal especializados no tratamento e recuperação de viciados e no aparelhamento e

custeio de atividades de fiscalização, controle, prevenção e repressão do crime de tráfico dessas substâncias.”

A iniciativa foi importante a ponto de reduzir a quase zero a plantação de maconha, porque a iminência de perder a fazenda tornou vigilantes os proprietários, inclusive os honestos. É o que se pretende com a alteração proposta no presente projeto. A preferência por modificar a lei infraconstitucional e não a própria Carta Magna em nada altera o propósito nem afetará sua aplicação. O perdimento dos bens usados na exploração sexual de crianças e adolescentes será observado diretamente, como foi o caso dos traficantes de drogas, pelos mais diferentes setores da sociedade, que já se cansaram das duas vergonhas: a prostituição de menores e a impunidade de quem lucra com sua exploração.

Além da parte legal, tem a moral. Os bandidos e sua clientela não têm escrúpulo de se aproveitarem de uma pessoa ainda em formação física. Porém, a reprovação à barbárie tem de ultrapassar o escárnio e o tempo de pena e alcançar o bolso, o cofre, o patrimônio dos criminosos, que em geral são desprovidos de respeito, decência e dignidade. É vital esses marginais saberem que, além de presos, processados e condenados, vão perder o dinheiro e os bens móveis e imóveis. Há, também, o lado pedagógico: ao observarem que os autores dessa modalidade de delito estão sendo pegos e ficando sem o patrimônio, os demais exploradores podem se convencer a abandonar prática tão abominável e quem tiver a intenção de entrar para o crime se confrontará com a possibilidade da reprimenda econômica aliada aos efeitos penais.

A observação do cumprimento da nova mudança no ECA será imediata por parte de membros da Magistratura e do Ministério Público, de Organizações Não-Governamentais (ONG) sérias e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) honestas, de entidades representativas, dos conselhos tutelares, das polícias e dos agentes públicos de modo geral. Se a exploração sexual atinge de modo indelével o futuro das vítimas, demole também a imagem do Brasil no exterior, com conseqüências imediatas, a começar de retaliações. Como um país que não consegue cuidar da integridade física de suas crianças quer ter o respeito internacional? Punir os algozes é parte da resposta.

O Brasil está recheado de interrogações sobre a proteção a suas crianças e seus adolescentes. O próprio Ministério da Justiça divulgou que há prostituição infantil em todas as capitais das unidades federativas. Em pesquisa divulgada em 2005 pela

Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, apareceram quase mil cidades brasileiras no mapa da exploração sexual de menores. Em números precisos, 937 dos 5.561 municípios pesquisados pelo órgão do Governo Federal tinham pontos de opróbrio. Dado hiperbólico? Acredita-se que tenha ocorrido o contrário, ou seja, um número subestimado. Ainda assim, oficialmente, de acordo com um órgão da Presidência da República, somadas as populações das cidades com exploração da prostituição de crianças e adolescentes formariam uma das 20 maiores nações do planeta em termos demográficos. Considerado o território, formariam um grande país – grande, ressalte-se, em área, mas mínimo na pequenez do desrespeito a seus filhos.

Na média, a vítima mais constante do aliciamento e da exploração é do sexo feminino, tem 11 anos (idade na qual, de acordo com o ECA, ainda é criança) e vive em condições de pobreza. O aliciador, na maioria das vezes, é vizinho, parente ou amigo da família. Por isso, torna-se difícil flagrar a prática do crime, até porque interessa a muita gente deixar como está para ver como é que fica. Flagrado, o criminoso escapa por alguma filigrana jurídica. De volta às ruas, recebe os automóveis, os imóveis e o dinheiro que havia auferido e continua a explorar a prostituição. Essa é a média que sai das estatísticas. Essa é a Idade Média da qual o Brasil não está conseguindo sair.

Uma das filigranas é a econômica. Com o presente projeto, ela se extinguirá, ao menos nos casos em que o criminoso for pego. Como não tem sentimento, o explorador de menor só sente o que lhe toca no bolso, no cofre, na conta bancária, no patrimônio. Com a perda de valores e bens em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, será possível custear pelo menos em parte a tentativa de reparação dos danos provocados. A prostituição afeta tão profundamente o lado psicológico que, quando adultas e distantes da prática abjeta, as vítimas continuam sofrendo as seqüelas dos tempos da exploração. São também efeitos as doenças, notadamente as sexualmente transmissíveis, a gravidez e as violências comum e doméstica. Não é exagero afirmar que a maioria acaba viciada em drogas lícitas, como bebidas alcoólicas e cigarro, e ilícitas. O Fundo servirá exatamente para auxiliar na manutenção do tratamento desses males, geralmente caro e que tem de ser ininterrupto. Essa modalidade de perdimento ainda não é a ideal contra os bandidos, pois deveriam ser alcançados seus outros bens, além dos que usam para exploração de menores, até porque facilitaria o pagamento de indenizações.

Se aliciadores, clientes e cafetinas sabem muito bem o que estão fazendo e quanto estão lucrando, às crianças e aos adolescentes vitimados não é dado sequer o direito de optar: são levados por adultos, inclusive porque não têm capacidade de discernimento entre as alternativas. Especialistas garantem que nenhuma criança e nenhum adolescente escolhem a prostituição. Uma vez nas garras da monstruosidade, é complicado se livrar. Algumas vítimas ficam tanto tempo sob o jugo que, como desde pequenas não conhecem outro mundo, podem achar que é normal ser exploradas. São necessárias campanhas, de educativas a punitivas, para combater um efeito, já que a causa é social, pois não se pode esperar a realização do sonho de acabar com a pobreza no Brasil para só então se atacar os criminosos da prostituição infanto-juvenil. Nas campanhas contra a infâmia, como nos tratamentos dos danos, serão usados os recursos arrecadados com os bens e valores aqui referidos.

A aprovação do presente projeto é uma resposta legislativa eficiente, porque ataca os algozes e favorece suas vítimas. Assim, auxilia o Brasil a se livrar de uma mancha, a mácula de conviver com a exploração sexual de suas crianças e seus adolescentes.

Sala das Sessões 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Demóstenes Torres**.

LEGISLAÇÃO CITADA

Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no **caput** do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no **caput** deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23-6-2000)

(À Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 39, DE 2008

Cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado o Fundo Soberano do Brasil (FSB), fundo financeiro, em moeda estrangeira, com prazo indeterminado de duração, cujo objetivo é captar e aplicar recursos em ativos financeiros ou em projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico e social brasileiro.

Parágrafo único. O FSB será composto por papel moeda e títulos públicos cotados em dólares dos Estados Unidos da América.

Art. 2º Constituem recursos do FSB:

I – recursos orçamentários;

II – transferências realizadas pelo Governo Federal ou por instituições financeiras federais;

III – parte das reservas internacionais brasileiras, nos termos do que dispõe o art. 3º;

IV – recursos captados junto ao mercado financeiro nacional ou internacional;

V – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;

VI – doações, nos termos da legislação vigente;

VII – resultado das aplicações em títulos públicos federais, obedecida a legislação vigente sobre a matéria;

VIII – legados; e,

IX – recursos de outras fontes.

Art. 3º Na hipótese de as reservas internacionais brasileiras ultrapassarem o limite do percentual de 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto do ano anterior, o Banco Central está autorizado a depositar no FSB as reservas que excedam esse limite.

Art. 4º O FSB será regulamentado pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. O regulamento estabelecerá o órgão colegiado responsável por sua gestão e que ficará encarregado de:

I – definir os critérios de deliberação;

II – definir as diretrizes para captação e aplicação de recursos;

III – aprovar os projetos que forem submetidos;

IV – avaliar a execução dos projetos que forem financiados; e

V – aprovar as prestações de contas.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A presente proposição visa trazer para o Congresso Nacional a discussão sobre a proposta de criação do Fundo Soberano do Brasil (FSB). A pro-

posta em questão vem sendo discutida por membros do Poder Executivo, cujo requisito único é de que o País mantenha superávits fiscais continuados, ou seja, de superávits após a dedução do pagamento dos juros.

Reportagens jornalísticas revelaram que tanto o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, como o Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, fizeram menção ao plano de criar um fundo soberano. Por acreditarmos que o assunto é de alto interesse nacional, defendemos que o Congresso Nacional também participe da discussão. A Constituição Federal, em seu artigo 167, inciso IX, veda “a instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização legislativa”.

A idéia que justificou a criação do FSB foi a busca de uma alternativa para a aplicação das reservas internacionais brasileiras. Nos termos do art. 3º deste PLS, na hipótese de as reservas internacionais ultrapassarem o percentual de 10% do PIB, o Banco Central poderá depositar no FSB o montante que exceda esse limite.

Não há como negar que as reservas internacionais brasileiras apresentaram crescimento explosivo durante os anos recentes. Quando o Presidente Lula assumiu, em janeiro de 2003, as reservas, segundo o conceito de liquidez internacional, estavam em US\$37.823 milhões. Ao final de 2006, elas haviam saltado para US\$85.839 milhões. Segundo o sítio do Banco Central na Internet, elas teriam atingido a cifra de US\$178.496 milhões em 5 de dezembro de 2007.

Em estudo recente do FMI, Jeanne e Rancièr estimaram que o nível ótimo de reservas internacionais para uma economia emergente média seria em torno de 10% do PIB.

Considerando que a maior parte das reservas internacionais é aplicada em ativos de curto prazo de baixo rendimento, a criação do FSB poderia ser uma alternativa lucrativa para o Tesouro.

Entendemos que já está mais do que na hora de direcionar os bilhões de dólares excedentes das reservas internacionais para projetos que tragam benefícios concretos para o povo brasileiro.

Diante do exposto e da relevância da proposta, contamos com o apoio dos nobres pares para sua aprovação.

Sala de Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Renato Casagrande**.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II Das Finanças Públicas

Seção II Dos Orçamentos

.....
Art. 167. São vedados: (EC nº 3/93, EC nº 19/98, EC nº 20/98, EC nº 29/2000 e EC nº 42/2003)

.....
IX – a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, DE 2008

Concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto de Exportação os produtos classificados nas posições 4104.11 e 4104.19 da Nomenclatura Comum do Mercosul (couros e peles curtidos de bovinos (incluídos os búfalos), depilados, mesmo divididos, mas não preparados de outra forma).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Decreto nº 3.684, de 7 de dezembro de 2000, gravou o couro **wet blue** com o Imposto de Exportação (IE) à alíquota de 9%. Posteriormente, as Resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 15, de 10 de maio de 2001; nº 37, de 28 de novembro de 2001; nº 28, de 18 de novembro de 2002; nº 33, de 27 de novembro de 2003; nº 1, de 14 de janeiro de 2004; nº 42, de 6 de dezembro de 2005; e nº 42, de 19 de dezembro de 2006, mantiveram a incidência nos níveis de 9% e 4%. Por duas vezes, a incidência da alíquota zero, prevista para ocorrer a partir de 1º de janeiro de 2006 e 1º de janeiro de 2008, foi suspensa. A Resolução da Camex nº 42, de 2006, ora em vigor, abandonou o escalonamento para baixo programado nas duas resoluções anteriores, fixando a alíquota em 9%, por prazo indeterminado.

Só a elevação de 4% para 9%, em 2007, custará ao setor exportador US\$ 50 milhões, pois estimou-se exportar US\$ 1 bilhão neste ano. Desde o início da taxa, a transferência de recursos do setor privado

para o setor público soma mais de US\$ 310 milhões. Esses recursos não estão sendo aplicados em ações que possibilitem avanço tecnológico, com vistas à produção de couros de maior valor agregado.

A indústria de calçados, no afã de convencer as autoridades a tributar o produto, argumentou que a exportação do **wet blue**: **a)** valorizaria a matéria-prima, afetando, negativamente, a exportação de calçados; **b)** causaria problemas na oferta da matéria-prima no mercado interno.

Entretanto, os dados estatísticos relativos à produção, importação e exportação de couro (acabado, **crust** e **wet blue**), à exportação de calçados (de qualquer matéria e de couro) e aos preços do couro foram, percucientemente, analisadas em estudo encomendado por entidades representativas da pecuária e da indústria de curtumes, que constituem os elos iniciais da longa cadeia produtiva do setor. O estudo, encaminhado aos membros do Congresso Nacional, chegou às seguintes conclusões:

a) o crescimento da exportação do **wet blue** se deve ao crescimento do abate bovino. Quando o gado se concentrava nas regiões Sul e Sudeste, o couro tinha como destino preferencial a indústria de calçados, basicamente localizada no Vale dos Sinos (RS) e na região de Franca (SP). Quando o rebanho se expandiu nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, os curtumes se instalaram junto aos rebanhos para industrializar e exportar couros, gerando emprego e renda;

b) a indústria calçadista não comporta todo o couro industrializado no País, consumindo, apenas, 30%. O restante é excedente e tem que ser exportado, inclusive na forma de acabado e semi-acabado, que, mesmo com a exportação de **wet blue**, vem crescendo;

c) a quantidade de couro que sobra para a indústria produzir calçados para o mercado interno é superior à demanda, quer se considere a quantidade efetiva de calçado de couro exportado ou aquela que seria necessária, caso todo calçado exportado fosse de cabedal de couro;

d) a indústria calçadista importa a matéria-prima da Argentina livremente, sendo que os fabricantes-exportadores têm importado, anualmente, cerca de dois milhões de couros, em regime de **drawback**;

e) a proporção de calçado de couro sobre o calçado total exportado foi declinante no período de 2000 (72%) a 2005 (55%);

f) o argumento de que a exportação do **wet blue** afeta o preço e, em consequência, atrapalha a exportação de calçado, é falacioso, pois dados dos períodos de 1992 a 1994 e de 2000 a 2005 demonstram que nos anos em que o preço da matéria-prima esteve mais elevado a exportação foi mais expressiva em valor;

g) a crise que o setor calçadista enfrenta é motivada por outras razões; nada tem a ver com problemas – inexistentes – de abastecimento ou de preço da matéria-prima no mercado interno.

Essas conclusões demonstram, por si só, que não mais se justifica a manutenção do imposto de exportação sobre o couro **wet blue**. Queremos, contudo, aduzir as seguintes razões adicionais em suporte da eliminação desse famigerado tributo:

- 1) a única alternativa para não exportar é jogar o couro fora; os US\$ 3 bilhões exportados nos últimos dez anos teriam ido para o lixo;
- 2) a exportação de **wet blue** é a porta de entrada para a exportação de couro de maior valor agregado; muitas empresas que iniciaram suas operações com aquele hoje só operam com este;
- 3) as indústrias que o produzem estão, majoritariamente, localizadas no Centro-Oeste, Norte e Nordeste, criando empregos e renda;
- 4) o produtor (rural) é quem acaba pagando a conta, pois há clara transferência de renda do setor primário para o industrial; prejudica-se o elo mais importante da cadeia, a pecuária, que mais necessita de incentivo para melhorar a qualidade do couro brasileiro;
- 5) a taxa não foi acompanhada de uma política governamental de fomento à agregação de valor. O aumento que se verificou na exportação de couro de maior valor se deu naturalmente;
- 6) essa tributação está a serviço de empresas que querem dominar o mercado por meio da compra de matéria-prima, a preço aviltado, a exemplo do que ocorreu na Argentina e no Uruguai;
- 7) se o cerne da justificativa que resultou na taxa é exportar valor agregado, o Governo teria que atuar da mesma forma no que respeita aos demais produtos primários que compõem a nossa pauta de exportação. Teria de tributar o minério de ferro em benefício da indústria siderúrgica; o aço, em favor da indústria automobilística; a soja, para favorecer a indústria de farelo e óleo; o café em grão, para agregar valor em café torrado e solúvel; o algodão e outras fibras vegetais, para

beneficiar a indústria têxtil e de vestuário; e assim sucessivamente.

Por último, é de se destacar que o Governo, enfim, atendeu parcialmente às demandas ao adotar um “pacote” de medidas de apoio à indústria calçadista, capaz de atenuá-la da crise, O “pacote” compreende:

I – a Resolução nº 40, de 27 de setembro de 2007, da Camex, que elevou para 35% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre calçados;

II – a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, que:

a) permite o desconto integral dos créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) a partir do mês de aquisição no mercado interno ou de importação de bens de capital destinados à fabricação de calçados;

b) autoriza a União a conceder subvenção econômica, sob as modalidades de equalização de taxas de juros e de concessão de bônus de adimplência sobre os juros nas operações de empréstimo e financiamento destinadas especificamente às empresas calçadistas e de artefatos de couro;

c) considera preponderantemente exportadora, para fins de benefício da suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre os insumos que adquirir, a empresa calçadista cuja receita bruta decorrente de exportação seja superior a 60% de sua receita bruta total de venda de bens e serviços. Como regra geral, o percentual é de 70%.

Entretanto, mesmo tendo acertado o foco, o Poder Executivo ainda não acenou com a retirada do Imposto de Exportação de 9% sobre o couro **wet blue**, que, na prática, não ajuda a indústria calçadista, mas prejudica a indústria de curtume.

Por fim, cumpre-nos advertir que, quanto ao disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), ou seja, quanto aos condicionantes à concessão de benefício de natureza tributária, tais como: **a)** estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deve iniciar sua vigência e nos dois seguintes; **b)** alternativamente: **b.1)** inclusão do montante da renúncia na lei orçamentária e demonstração de que ela não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias; ou **b.2)** aumento compensatório de receita; entendemos que,

por força do § 1º do mesmo artigo, essas exigências não seriam aplicáveis a projeto de lei que previsse isenção do IE sobre o **wet blue**, uma vez que tal benefício não corresponderia a tratamento diferenciado. De fato, a incidência do IE sobre o couro é que constitui tratamento diferenciado; a não-incidência é a regra geral.

O projeto que ora apresento à consideração dos meus Pares visa pôr fim a esta situação absurda. A isenção tributária específica nele proposta impedirá que o Poder Executivo continue a usar de forma equivocada a delegação legislativa que o Congresso Nacional lhe outorgou relativamente ao Imposto de Exportação.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lucia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO Nº 3.684, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre o Imposto de Exportação incidente sobre os couros e peles compreendidos nos códigos 4104.10, 4104.22 e 4104.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM.

O Presidente da República, no uso da atribuição que confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista disposto no Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, com as alterações introduzidas pelo art. 1º da Lei nº 9.716, de 26 de novembro de 1998,

Decreta:

Art. 1º Os couros e peles, inteiros, de bovinos, de superfície unitária não superior a 2,6 m² (dois metros e sessenta centímetros quadrados) ou 28 pés² (vinte e oito pés quadrados) e os couros e peles, de bovinos, pré-curtidos de outro modo e qualquer outro, classificados nos códigos 4104.10, 4104.22 e 4104.29.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL – NCM, ficam sujeitos à incidência do Imposto de Exportação à alíquota de nove por cento.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo aplica-se também na exportação dos produtos objeto de registro de exportação que já esteja aprovado pelo órgão competente na data da publicação deste decreto, no Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX e que venha a sofrer alteração, inclusive no que se refere ao prazo de validade para o embarque.

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às exportações destinadas aos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Art. 2º A Secretária da Receita Federal poderá editar normas para aplicação do disposto neste decreto.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos até 30 de novembro de 2001.

Brasília, 7 de dezembro de 2000; 179º da Independência e 112º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Pedro Malan – Marcus Vinicius Pratini de Moraes – Alcides Lopes Tápias.**

(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 41, DE 2008

Altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos:

Penas – detenção, de seis meses a dois anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se do fato houver exposição a dano potencial à incolumidade de outrem (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Trânsito Brasileiro (CTB) pune a embriaguez ao volante, desde que exponha a “dano potencial a incolumidade de outrem”. Noutras palavras, o simples fato de dirigir embriagado não constitui crime na legislação brasileira. Necessário se faz verificar o perigo concreto, isto é, se o motorista conduziu o veículo de tal forma a colocar em risco a integridade física de uma ou mais pessoas.

Assim, a responsabilidade penal por embriaguez ao volante passa por dois obstáculos difíceis. O primeiro é a recusa de passar pelo teste do bafômetro, tendo em vista o princípio constitucional de que ninguém está obrigado a produzir prova contra si mesmo (consoante o disposto no art. 5º, LV, da Constituição Federal e no art. 8º, item 2, g, da Convenção Ameri-

cana sobre Direitos Humanos). Nesse sentido, sobreveio a Lei nº 11.275, de 7 de fevereiro de 2006, para admitir explicitamente outros meios de comprovação do estado de embriaguez, conforme percebidos pelo agente de trânsito. A propósito, o Conselho Nacional de Trânsito editou a Resolução nº 206, de 20 de outubro de 2006, disciplinando os procedimentos a serem adotados pela autoridade de trânsito no que diz respeito à referida comprovação.

O segundo obstáculo é justamente a visualização do dano potencial a terceiros. É que a lei utiliza a partícula “outrem”, com o propósito de identificar ao menos uma vítima potencial em carne e osso. Convenhamos, a:caracterização desse elemento típico pode ser muito complicada no caso concreto. Nesse contexto; dirigir alcoolizado tornou-se um fato banal, pois o motorista sempre acredita estar em condições de chegar ao destino sem comprometer a sua integridade nem a de outras pessoas.

Sendo assim, considerando os elevados índices de acidentes de trânsito provocados pela ingestão de bebida alcoólica, precisamos dar um passo adiante, alterando a própria redação do art. 306 do CTB. O presente projeto de lei modifica a estrutura do tipo penal em epígrafe, para eliminar a locução “expondo a dano potencial a incolumidade de outrem”. Trocando em miúdos, se a aprovada a proposição, bastará que o condutor assuma, em via pública, a direção do veículo sob influência de álcool ou de substâncias de efeitos análogos. Na linguagem teórica, o crime passa a ser de perigo abstrato, e não mais de perigo concreto. O que estamos propondo é, portanto, a antecipação do momento da tutela penal.

Por que antecipar o momento da criminalização, isto é, punir o simples fato de dirigir embriagado? Porque, no Brasil, os números de acidentes de trânsito são assustadoramente altos. Segundo dados do Ministério da Saúde, 32.753 pessoas morreram em razão de acidentes de trânsito nas ruas e estradas brasileiras; em 2005, esse número saltou para 35.753 mortes. No mesmo ano, as internações no Sistema Único de Saúde (SUS) por acidentes de trânsito chegou a 123.061, ao custo de 118 milhões de reais. Segundo a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), do Ministério da Saúde, mais de 50% das mortes no trânsito estão relacionadas ao consumo de álcool (vide o Boletim Eletrônico nº 27, de março de 2007, da SVS). Portanto, ninguém contesta a demonstração empírica dos riscos provocados pela trágica associação entre álcool e automóvel. Por esse motivo, e tendo em vista a relevância constitucional dos bens em jogo, vida e integridade física, não temos dúvidas de que o simples fato de dirigir embriagado merece ser duramente censurado.

Aliás, é o que já ocorre na Argentina, onde se admite a prisão imediata do condutor na hipótese de intoxicação alcoólica ou por estupefacientes (art. 86, a, da Ley nº 24.449, de 1994 – Ley de Transito). Nos Estados Unidos, o Executivo federal transfere recursos adicionais aos Estados que editarem normas punindo a direção de veículos por pessoas intoxicadas, inclusive fixando penalidades mínimas (conforme Seções de 163 e 164 do Capítulo 1 do Título 23 do **United States Code**).

Finalmente, por imperativo de proporcionalidade, entendemos que o limite máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime do art. 306 do CTB deve cair para dois anos, já que estamos dispensando a verificação concreta do perigo.

Creemos, pois, que esta singela (mas providencial) alteração ajudará a estabelecer um novo paradigma para a cultura de trânsito no Brasil, de tal modo que o crime de embriaguez ao volante possa ser efetivamente punido, deixando de ser socialmente tolerado.

Sala das Sessões, 26 de fevereiro de 2008. – Senadora **Lúcia Vânia**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997,

Mensagem de veto Vide texto compilado

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem:

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

LEI Nº 11.275, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2006

Altera a redação dos arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 165, 277 e 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 165. Dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica:

.....” (NR)

“Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo Contran, permitam certificar seu estado.

§1º Medida correspondente aplica-se no caso de suspeita de uso de substância entorpecente, tóxica ou de efeitos análogos.

§ 2º No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e da perícia previstos no **caput** deste artigo, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas pelo agente de trânsito acerca dos notórios sinais de embriaguez, excitação ou torpor, resultantes do consumo de álcool ou entorpecentes, apresentados pelo condutor.” (NR)

“Art. 302.

Parágrafo único.

V – estiver sob a influência de álcool ou substância tóxica ou entorpecente de efeitos análogos.” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2006; 185º da Independência e 118º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos – Márcio Fortes de Almeida**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 16/08-GLPSDB

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Sérgio Guerra, para integrar como titular, a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organiza-

ções não-governamentais – ONG, e para organização da sociedade civil de interesse público – OSCPI, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 26 de fevereiro de 2008

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Com meus cordiais cumprimentos, informo a este Plenário que assumo, a partir desta data, a cadeira pelo Estado de Mato Grosso, em substituição ao Senador Jonas Pinheiro.

Senador **Gilberto Goellner**.

COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Estado do Mato Grosso, adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido Democratas.

Nome Parlamentar: Gilberto Goellner

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2008.



O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V. Exª que me inscreva para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– V. Exª está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou me ausentar neste instante a fim de atender a um

convite da Assembléia Constituinte do Equador, da Universidade do Equador, para ali expor a proposta da renda básica de cidadania.

Eu também gostaria de dar uma boa nova. Às 12 horas e 05 minutos dessa noite, conversei com o Presidente do Timor Leste, José Ramos-Horta, já restabelecido do atentado que sofreu. Ele está se recuperando e pediu que eu transmitisse ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Ministro Celso Amorim que se encontra melhor. O Ministro Roque Rodrigues, da Defesa, estava ao seu lado e expôs que ele está em plena recuperação. Também essa foi a palavra da Sr^a Carolina Larriera, viúva de Sérgio Vieira de Mello, que se encontrava ao seu lado. Portanto, quero dar a boa nova: o Presidente José Ramos-Horta, do Timor Leste, encontra-se em plena recuperação e com vontade de trabalhar. Ele agradeceu ao Presidente, ao Ministro do Brasil e a todo o povo brasileiro pelo apoio que deram a ele.

Era essa a informação que gostaria de transmitir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Eduardo Suplicy, pela informação importante.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra pela ordem ao Senador Antonio Carlos Valadares e, em seguida, à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela Liderança do PSB, eu gostaria de usar a palavra para uma comunicação urgente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, peço inscrição para uma comunicação inadiável.

A SRA. SERYS SLHESARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, para mim, a primeira suplência de comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a é a terceira inscrita.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares pela Liderança do PSB.

Em seguida, falará o Senador César Borges como orador inscrito.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero

tratar aqui, de forma sucinta, da exportação da carne bovina brasileira para a Europa e do embargo que a União Européia vem executando contra nossas exportações para aquele continente há quase um mês. Desde o início do mês de fevereiro, a Europa fechou as portas para nossa carne, um gesto que atinge a maior parte das nossas exportações na pecuária bovina.

Para que se tenha uma idéia, no ano de 2007, a Europa, na condição de principal importador mundial de carne bovina brasileira, foi responsável por um total de US\$1,4 bilhão em divisas nesse item. A maior parte dessa carne é exportada **in natura**: do total das exportações do ano passado, 100 mil toneladas foram de carne bovina industrializada e quase o dobro, 194 mil toneladas, foram de carne bovina **in natura**. Ambas para a Europa. O bloqueio decretado pela União Européia atinge a carne bovina **in natura**. Ou seja, atinge a maior fatia das nossas exportações de carne.

Qual é a acusação contra a carne bovina brasileira? A União Européia alega que não dá para ter garantias da origem do gado brasileiro porque o sistema de rastreabilidade, isto é, de monitoramento dos bois do nascimento ao abate, não é confiável. E alegam que nesse caso há risco sanitário. Por conta disso, desde o dia 31 de janeiro, a União Européia anunciou a suspensão da importação da carne brasileira **in natura**: as garantias sanitárias não são satisfatórias.

Muita gente competente vem argumentando que o Brasil não precisava passar por esse constrangimento. E não precisava por uma razão muito simples: a nossa carne *in natura* está entre as melhores do mundo, agrada ao consumidor mais exigente e, além disso, é de custo 40% mais baixo do que a carne, por exemplo, dos países mais desenvolvidos.

Na minha opinião, Sr. Presidente, esse argumento tem fundamento: a nossa carne é de primeira. E todos nós sabemos que na própria Europa há setores contra e a favor do embargo da carne brasileira, gente que sai ganhando com o embargo (como os irlandeses, concorrentes dos brasileiros) e há setores que ficaram contrariados ao se verem privados da carne brasileira, de qualidade reconhecida.

Se é assim, onde é que está o problema? Por que se dá este embargo? E por que esta guerra do boi pode ser considerada desnecessária, pode ser considerada como o tipo de problema evitável e contornável?

Em primeiro lugar, deixo claro que sou um defensor da produção bovina brasileira, do crédito para o agricultor e do agronegócio. No entanto, no caso da carne, acredito que este impasse atual deve servir como uma lição ou como uma experiência instrutiva para todos nós. Provavelmente o Brasil teve tempo suficiente para regularizar este problema da procedência

do boi e da carne e, no entanto, não tomou as devidas providências. Basta que se leve em conta a seguinte questão: nem os próprios europeus que nos embargam conseguem afirmar que a carne é de má qualidade. E não podem: o chefe do serviço veterinário do governo russo, que neste momento se encontra no Brasil, veio ampliar a compra de carne por aqui. O que a União Européia está exigindo é simplesmente que o Brasil certifique a procedência do boi. Existem áreas no Brasil onde houve aftosa, existem fazendas que não têm condições de produzir carne de boa qualidade.

Então existe a necessidade de se certificar quais as carnes **in natura** que são de boa procedência e quais as que não são. Nada mais do que isso. Precisamos criar um mapa da carne de boa qualidade no Brasil. Só para dar um exemplo: grande parte, senão a maior parte dos municípios brasileiros, abate o boi em condições precárias, possuem matadouros em condições sanitárias que precisam ser melhoradas ou derrubadas e construídas em seu lugar outras obras com esse mesmo objetivo.

Por outro lado, antes desse embargo as regras já tinham sido acordadas por ambas as partes. O Brasil concordou, diante dos europeus, em só exportar produto rastreado (gado com registro de origem, condições sanitárias e condições de abate). Produtores e frigoríficos locais reagiram. Normal. O Governo devia ter criado as condições para o monitoramento sanitário, sem espera. Os meses se passaram, e o resultado negativo veio, primeiro com uma lista de fazendas que teve de ser bem reduzida e, depois, veio esse embargo.

Devemos ter a plena consciência de que guerras comerciais existem e de que a pressão dos países mais ricos sobre países e economias como a nossa são fortíssimas e são permanentes. Não pode haver ilusões, Sr. Presidente, sobre esse ponto. O próprio Ministro reclama que as exigências da União Européia vão além das necessidades sanitárias e que por trás delas há uma discussão comercial. Muito bem. Estamos tratando de uma coisa chamada mercado, que, por natureza, é desigual. Por natureza, é baseado em relações de força econômica e de relações entre Estados mais fortes e Estados mais fracos. É precisamente por conta disso que interesses comerciais podem aparecer misturados com os interesses de base sanitária.

Não somos ingênuos; sabemos que pode ser assim. Neste caso, a conclusão prática é a de que não pode se fazer de conta que o jogo não tem regras e, pior, regras que podem ser usadas violentamente contra o mais fraco.

A forma de fortalecer o nosso produtor mais competitiva era basicamente uma: procurar cumprir as regras, não dar pretextos a concorrentes. Estamos

naturalmente falando das regras de certificação, de registro de monitoramento legal. No ano passado, ficaram estabelecidas regras, o chamado sistema Sisbov (modelo de produção pecuária), de acordo com o qual determinadas fazendas seriam ou não aceitas como exportadoras para a Europa. No caso, seriam aprovadas as fazendas com sistema de rastreamento do animal, desde o nascimento (através de um brinco), as fazendas fora de área de febre aftosa, os animais que fossem abatidos em locais reconhecidamente preparados.

Baseado nesse sistema, o Brasil enviou para a União Européia uma lista de quase três mil fazendas. Depois reduzidas para seiscentas e que resultaram em trezentas no critério dos europeus. A redução do universo de fazendas, Sr. Presidente, teve a ver com a inclusão, pelo Brasil, na lista de várias fazendas sem documentação completa. Esse fato o próprio Ministro da Agricultura, Reynolds Stephanes reconheceu em público. A lista tinha, portanto, as suas fragilidades.

Qual foi o resultado disso? Já estou terminando, Sr. Presidente. A lista foi sendo impugnada, uma missão veterinária européia está aqui neste momento para vistoriar trinta fazendas e redefinir a lista.

Os russos, segundo maior importador mundial da nossa carne, já estão por aqui – são críticos ao embargo europeu – e os chilenos, idem, também querem inspecionar as fazendas brasileiras. O pretexto foi dado, o concorrente pressionou, seus governos entraram em ação, e está criado o impasse que pode nos prejudicar. Temos de levar em conta que o Brasil vem produzindo mais carne nos últimos tempos, pulou, em poucos anos, do sexto lugar para o de maior produtor de carne do mundo. É claro que iria haver pressão. É claro que tínhamos de nos preparar para isso. Estamos ficando bons, temos agora que ficar mais modernos. Nosso potencial vem se revelando gigantesco. O Brasil é muito competitivo no mundo em se tratando de carne bovina **in natura**. É competitivo na produção agropecuária em geral, com tanto espaço, tanta terra de boa qualidade produtiva e tanta incidência de sol. Isso causa certa preocupação aos estrangeiros. Precisamos estar preparados. Temos de nos adequar às regras modernas de rastreabilidade e abate em função do nosso consumidor interno e também externo. As regras da UE – exageradas ou não, hiperburocráticas ou não – estão aí, e já que foram aceitas de nossa parte sem maiores conflitos, é preciso que sejam garantidas as condições para que sejam cumpridas. Não podemos ficar esperando a hora do embargo. Não podemos entrar nessa guerra do boi fora de hora, justamente quando tanto necessitamos das divisas – foram US\$4,5 bilhões as divisas com exportações de carne no ano passado –,

para – quem sabe? – aplicá-las no crescimento econômico há tanto tempo almejado.

Finalmente, Sr. Presidente, já temos qualidade, já temos preço para a carne brasileira, já temos consumidores pelo mundo afora. Vamos cumprir as regras de saneabilidade do rebanho e também vamos deter o desmatamento desenfreado feito em nome da pecuária de corte. E será dessa forma que o agronegócio tão promissor e de enorme potencial internacional poderá impor-se e ganhar seu certificado formal de qualidade mundial.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Valadares.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata para uma comunicação inadiável. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Cristovam Buarque por permuta com o Senador César Borges.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se há pessoas cujo desaparecimento empobrece o mundo, sem dúvida uma delas era Ernesto Illy. Este italiano de Trieste, falecido no domingo, 3 de fevereiro, em sua cidade natal, aos 82 anos, foi chamado pelo jornal **The New York Times**, que noticiou sua morte com destaque, de “o evangelista do café espresso”. Mas ele foi muito mais que isso.

Dono de uma vitalidade surpreendente, que o acompanhou até o fim da vida – que ele atribuía ao fato de acordar cedo e tomar seis xícaras de café por dia –, Ernesto revolucionou a indústria de café. Percorreu o planeta atrás dos melhores grãos, das melhores misturas, dos melhores fornecedores. Como cientista, graduado em Química pela Universidade de Bolonha em 1947, inovou em pesquisa e tecnologia, seguindo o exemplo do pai, Francesco, fundador da empresa Illy Caffè, hoje conhecida mundialmente.

Presidente da Illy Caffè durante mais de quarenta anos, Ernesto Illy fez da fábrica de Trieste uma referência em matéria de qualidade. Hoje, ela vende sua produção em 140 países. Seu *espresso* é encontrado em mais de quarenta mil restaurantes e bares no mundo, que servem diariamente cinco milhões de xícaras do produto. Para Ernesto, havia algo de sublime no aroma vibrante de um bom café, no seu sabor e na sua cor.

Em 1933, quando a Illy foi fundada por seu pai, um fabricante de chocolate húngaro que se mudou para Trieste depois da Primeira Guerra Mundial, a cidade portuária à beira do Adriático era um entreposto vibrante, o local mais adequado para receber café da

África e da América do Sul, processá-lo e mandá-lo para as metrópoles européias.

Sob a orientação de Ernesto, a empresa construiu um laboratório equipado com instrumentos cada vez mais sofisticados, que incluíam poderosos microscópios para análise dos grãos e computadores que controlam todas as etapas da industrialização. Ele percorria a mesma trajetória do pai, também um inovador. Em 1935, Francesco, seu pai, criou a primeira máquina automática de fazer café, precursora das atuais máquinas de café *espresso*, substituindo o ar comprimido pelo vapor. Também desenvolveu o sistema de pressurização das latas, que preserva todas as características do café dentro da embalagem.

Fluente em cinco línguas, apaixonado pelo café, pela música clássica e pelo cinema, Ernesto tinha outra paixão na sua vida, que era o Brasil, que visitava seguidamente, principalmente o Estado do Espírito Santo. Sempre interessado em incentivar os cafeicultores a produzirem grãos de alta qualidade, idealizou o Prêmio Brasileiro de Qualidade de Café, que se realizava freqüentemente no Estado do Espírito Santo. Agora, esse Prêmio já está em sua décima sétima edição.

O Brasil é hoje responsável por quase 60% do fornecimento de grãos de arábica para a Illy Caffè. Ernesto costumava dizer que nosso País, durante muito tempo, vendeu quantidade, mas, de duas décadas para cá, passou a vender qualidade. Foi ele um dos responsáveis por essa transformação, como atestam dirigentes de entidades ligadas à cafeicultura.

Enviou para cá técnicos que ensinaram segredos do manejo do café, instituiu o prêmio que se tornou uma tradição nacional e criou a “Universidade Illy do Café”, com o objetivo de formar e informar gerações presentes e futuras de produtores de café, visando seu aprimoramento. Em 2006, na divulgação dos resultados da 15ª edição, realizada em São Paulo, Ernesto afirmou: “O futuro da cafeicultura no Brasil está no produto de qualidade com preço justo. E isto, mais que futuro, já faz parte do nosso presente”.

Como não poderia deixar de ser, Ernesto Illy tinha vínculos estreitos com o Espírito Santo e uma amizade muito profunda comigo e com o Governador Paulo Hartung, porque o Espírito Santo é hoje o segundo maior produtor nacional de café. Em 2004, recebeu do Governador Paulo Hartung a mais alta condecoração do Estado, a Comenda Jerônimo Monteiro, e também ganhou o título de Cidadão Vendanovense, da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, onde realizou o concurso Illy de Café. Na ocasião, visitou diversas propriedades produtoras de cafés especiais da região serrana, fiel à sua crença de que o segredo de um bom café está na lavoura.

A carreira de Ernesto Illy foi marcada por uma série de condecorações e cargos, estes últimos ligados principalmente à pesquisa científica.

Foi presidente de entidades italianas e internacionais, como o Comitê de Promoção do Café da OIC, a Organização Internacional do Café. Em 1994, recebeu do então presidente italiano Oscar Luigi Scalfaro o título de “Cavaliere Del Lavoro”, um dos mais importantes da Itália.

Para este alquimista do café, a qualidade era uma obsessão. Na fábrica da Illy, os grãos passam 114 vezes pelo controle de qualidade antes de virarem pó. “São necessários 50 grãos de café para fazer uma xícara de *espresso*. Se um deles estiver ruim, garanto que você vai senti-lo. É como um ovo podre numa omelete”, dizia.

Em 2005, Ernesto cedeu a presidência da empresa ao filho Andréa e tornou-se presidente honorário. Mas isso não significou aposentadoria, pelo contrário. Instalado numa sala defronte à de Andréa, podia ser visto debruçado sobre um computador portátil, examinando imagens ampliadas de grãos de café, empenhado em descobrir como eles se desidratam durante a torrefação.

Foi assim que morreu, em plena atividade. Ernesto, ou Ernie, como os filhos gostavam de chamá-lo, queria ser mais que um negociante de café, e conseguiu atingir seu objetivo. Tornou-se um especialista de reputação internacional, um entusiasta que fez da produção de café de qualidade a meta a ser perseguida sem descanso. Como disse Ana, sua filha e hoje diretora de **marketing** da empresa, “o café era sua vida”. Devemos muito ao empenho de Seu Ernesto, ao seu perfeccionismo, criatividade e dedicação. Ele foi um pioneiro, um líder e um inovador.

Queria registrar que ele é muito ligado à política da Itália. Seu filho, Ricardo Illy é hoje, pela segunda vez, o Presidente – Governador, portanto – da Província Friuli-Venezia Giulia, que é logo aquela província que faz fronteira com a antiga Iugoslávia e que está vizinha, também da Província de Veneza. É um homem ligado à ciência, ligado à política da Itália, mas muito ligado ao Brasil.

O Brasil deve muito a propagação do café de qualidade brasileiro ao empenho e ao amor que esse homem tinha pelo País. Seu produto está presente, como eu já disse aqui, em quarenta mil bares pelo mundo afora, um café de qualidade, Café Illy – inclusive aqui em Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Muito obrigado, Senador Gerson Camata.

Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, por permuta com o Senador César Borges, que havia permutado com o Senador Epitácio Cafeteira. O Senador Cristovam Buarque permutou com o Senador Epitácio Cafeteira, e o Senador César Borges permutou com o Senador Cristovam Buarque. Faço essa correção para deixar bem claro nas notas taquigráficas.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, em primeiro lugar, agradeço aos dois Senadores que permitiram, por permuta, que eu estivesse aqui para falar.

Sr. Presidente, sou de uma geração, como a maior parte aqui, que começou na política com medo de sujar as mãos de sangue no terrorismo, na guerrilha ou sob tortura em prisões. Mas o triste é que essa geração está terminando a sua vida política com medo de sujar-se de lama. Porque a sensação que se tem hoje é que cada pessoa que faz política caminha no rumo em que, a qualquer momento, pode respingar sobre si a lama que pesa hoje sobre todas as cabeças daqueles que se dedicam à vida pública. Por mais honesto que procure ser, a qualquer momento um pinga pode cair.

Uma mãe me disse que seu filho de seis anos chegou em casa, dizendo que uma coleguinha da mesma idade dizia que todos os políticos são ladrões. Não chamou nem de corrupto porque essa palavra não entra na cabeça de uma criança de seis anos. E é a visão que hoje se tem do nosso País. Por quê?

Aqui a gente tem ouvido muitas denúncias. Na mídia, todos os dias há denúncias. Mas eu vim tentar aqui refletir um pouco. Por quê? Porque este é um País que hoje parece completamente abalado no que se refere à atividade política em relação à corrupção. Creio que a primeira causa a gente sabe. Um País que viveu quatrocentos anos com escravidão é um País que durante quatrocentos anos foi corrupto, porque não há corrupção maior do que vender pessoas. E a gente tomava isso como algo legal. Claro que isso deve ter ficado. A história do Brasil é uma história de comportamento de corrupção por conta da escravidão. Além disso, nós devastamos a natureza deste País como uma forma de corrupção, ao ponto de que é o único adjetivo de nacionalidade que termina em eiro é o brasileiro, que quer dizer profissão: madeireiro, padeiro. Argentino é ino, francês é ês. Todos esses adjetivos pátrios terminam em ino ou ês, mas brasileiro é brasileiro porque somos produtores de pau-brasil, não fomos ocupantes sérios da nossa terra.

Além disso, o sistema político faz com que haja um incentivo ao processo de corrupção neste País. É

um sistema político viciado no compadrio, que é algo muito próximo da compra do voto. Um compra com dinheiro, o outro compra com favores, não com propostas, não com idéias, mas com favores. Um sistema que faz com que, para ser eleito, seja preciso pedir dinheiro de contribuições a empresas, a empresários, a pessoas ricas. É claro que há nisso um sistema que permite com que se caminhe para estar próximo da lama. Além disso, a tolerância como a gente vive. Nós vivemos num sistema político e numa sociedade de tremenda tolerância. Nós fechamos os olhos a tudo. Eu vinha para cá e entrei numa porta em que estava escrito *push*, e eu empurrei. Esse é um gesto de tolerância com as ilegalidades, com a falta de regras. Nós fechamos os olhos à corrupção, às grandes, a partir das pequenininhas, que a gente comete e se orgulha chamando de jeitinho.

Nós, povo brasileiro, nos orgulhamos do jeitinho. E o que é o jeitinho senão uma maneira de driblar e passar ao lado das regras e do comportamento certo? Além disso, este é um País, uma sociedade, e nós somos políticos que convivemos com a falta de ética nas prioridades.

Nós aprovamos um orçamento incompatível com a moralidade. Nós vamos colocar quinze bilhões para a Justiça e apenas oito para a educação de base. Não é possível. Nós vamos colocar cinco bilhões para a nossa Casa funcionar e oito para a educação de base. Isso é uma corrupção nas prioridades.

Mas a gente não percebe que há uma corrupção nas prioridades. A gente convive com isso. A gente disputa os recursos canalizando mais para os palácios do que para os casebres, e essa tolerância termina chegando como incentivo a esse clima de chuva de lama que vemos por aí e que poucos guarda-chuvas conseguem segurar por muito tempo.

Nós temos também como causa óbvia da corrupção a impunidade. Mesmo quando se denuncia, se apura, se condena, a pessoa não vai presa. E raramente a gente consegue prender alguém por atos de corrupção.

Aí há, sim, uma causa: a omissão dos honestos. Nós somos um País onde os honestos não têm, como dizia Churchill, a audácia dos canalhas. Dizia Churchill que, para a democracia funcionar decentemente, Senador Papaléo, seria preciso que os honestos tivessem a audácia dos canalhas. Nós não temos essa tradição da combatividade do lado honesto da sociedade.

Ao mesmo tempo, Senador Jefferson Péres, a causa dessa corrupção é a forma como as artimanhas jurídicas permitem, no Brasil, que não haja impunidade. Ou seja, mesmo aquele que comete ato de corrupção consegue chegar de tal forma ao funcionamento do

processo jurídico que, quando está perto de ser punido, sempre descobre alguma ressalva, alguma vírgula, algum truque e a punição é parada.

A passividade da população também é um exemplo. Há, sim, passividade da população perante os atos de corrupção. Como já se dizia há muitos anos, “rouba mas faz”.

Um país onde esse **slogan** existe é um país propício a lama, a ficar chovendo. E aqueles que usam guarda-chuva não sabem se a chuva vai passar ao redor. Não sabem se, de repente, por um descuido qualquer, também estarão sujos de lama. Além disso, creio que não podemos negar o fato fundamental, o exemplo das autoridades, o exemplo dos superiores. O exemplo bem dado de cima dificilmente permite que a corrupção chegue embaixo. A imensa maioria dos atos de corrupção é fruto da omissão, da conivência das autoridades superiores, que fecham os olhos aos que estão embaixo; às vezes por necessidades políticas, que é uma forma de desculpar, mas não de impedir a corrupção; às vezes até por uma maneira de ser que faz com que não dê o exemplo devido. O exemplo de vida e o exemplo devido de uma autoridade ajuda e muito para reduzir a corrupção.

Ainda ponho, por último, antes de passar para os apartes, o baixo valor da honra que tenho no Brasil – essa é a verdade. Há um baixo valor. A honra não é um valor supremo no nosso País por alguma razão ou por causa dessas nove razões anteriores. De tanto aceitar, como já disse se não me engano o próprio Rui Barbosa, de tanto ver a corrupção prevalecer, as pessoas começam a achar que a honra é um estorvo, não é um patrimônio.

Pois bem, Sr. Presidente, evito vir aqui falar em denúncias; eu vim falar em uma reflexão do porquê dessa generalizada sensação no País de que quem faz política é ou está para ser corrupto, é ou está para ser.

Por que essa sensação? Creio que essas são algumas das razões. Deve haver outras, mas seria bom ter tempo e saber como parar isso, como mudar esse comportamento, como mudar essa tolerância, como fazer com que a honra passe a ter mais valor do que outras coisas que este País tem, porque merece muito mais valor, como a ostentação tem mais valor do que a honra das pessoas.

Comecei, Senador Jefferson, dizendo que na minha geração iniciamos a militância com medo de nos sujarmos de sangue, próprio ou de inimigos. Hoje a gente tem medo e conclui a vida pública – e o senhor teve a decisão sua corajosa de dizer aqui que prefere encerrar sua vida pública –, encerra com medo de

se sujar de lama. Isso é muito triste para cada um da gente, mas é uma tragédia para o Brasil inteiro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Passo a palavra, na ordem, à Senadora, em primeiro lugar, que pediu a palavra; depois, ao Senador Jefferson Péres e depois, ao Senador Mão Santa.

A Sr^a Marisa Serrano (PSDB – MS) – Obrigada. Senador Cristovam, é sempre um prazer ouvi-lo e sempre um ensinamento para todos nós. Tenho usado essa tribuna também expondo as coisas mais ou menos na linha do que V. Ex^a colocou. Hoje, por exemplo, eu fui surpreendida pelos jornais – comentei com alguns Senadores – com o caso que está acontecendo no Pará e que, para o meu Estado, não tão próximo como o do Pará, mas com outros exemplos, de a Governadora ter dito que os madeireiros ilegais são ilegais, mas que eles, ilegais, fazem a economia do Pará andar. São, segundo ela – estava lendo – 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará e que ela não pode prescindir disso. Ou é ilegal e deve ser combatido, ou não é ilegal e é importante para a economia do Pará. Se esses recursos faltarem à economia do Pará, temos que achar maneira de fazer com que o Estado progrida de tal forma que o que entre no seu orçamento, na composição do seu PIB, seja recurso legal. É impossível e inadmissível que uma autoridade ache que um dinheiro ilegal é importante para o Estado e, portanto, mesmo sendo ilegal, terá de entrar na economia do Estado. Ilegalidade não pode entrar! E não interessa se é uma tapioca ou um bilhão de tapiocas. O que é decente, neste País, tem que ser decente; e o que não é decente, não pode ser pactuado entre as pessoas de bem. Eu quis colocar isso, porque V. Ex^a falou algo que eu disse na semana passada dessa tribuna. O exemplo deve vir de todos nós. Todos nós! A gente pode escorregar; errar. Somos humanos. Mas isso não pode ser tido como a questão maior da sociedade, colocando sempre para a juventude, para as nossas crianças que tudo é permitido neste País. Não pode ser permitido. Quero parabenizar V. Ex^a pelo discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senadora Marisa, agradeço e quero dizer que esse argumento de que madeireiro tem que ser tolerado, mesmo destruindo a floresta porque é importante para a economia é o mesmo argumento de quem diz que a prostituição infantil tem que ser tolerada porque traz dólares para o Brasil. E há muitas pessoas que pensam assim.

O que está por trás? A idéia de que a economia é mais importante do que a honra. A dinâmica econômica do País vale sacrificar a honra de que uma das fontes

de renda sejam os dólares que vêm pela prostituição infantil. Pela exploração sexual de nossas crianças.

É a mesma coisa, talvez numa dimensão maior. Senador Jefferson Péres, por favor.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador Cristovam, assisti só ao final de seu discurso, mas V. Ex^a levanta um tema da maior relevância. Realmente, a corrupção está tão entranhada no setor público e na sociedade brasileira, Senador Cristovam, que eu acho que vamos levar muitas décadas para corrigir isso. V. Ex^a falou no meu desencanto: é total com a política. Raramente se vê gestos honestos, eu não me refiro nem a dinheiro público; é a história de quem pregou moralidade a vida inteira e chega ao poder, pratica a corrupção e fica dizendo: “Eu estou fazendo, mas vocês também fizeram”. Que coisa mais... Que coisa mais triste, não é? Vêem-se bandeiras de moralização defendidas por décadas serem jogadas fora. Em quem acreditar? V. Ex^a diz que a sociedade é complacente. É, sim. Vamos deixar de demagogia. A classe política é péssima neste País. Mas a sociedade é complacente, sim; pode ver o “rouba mas faz” e é complacente. Quantos corruptos notórios neste País são campeões de voto, Senador Cristovam Buarque? Eu sempre digo o seguinte: eu gostaria muito que o Brasil avançasse pelo menos para chegar ao nível que chegou a sociedade americana. Os Estados Unidos podem ser execrados, mil defeitos, mas há uma coisa que realmente os americanos têm: é a solidez das suas instituições. Pode ser milionário, pode ser o Bill Gates, pode ser um grande astro de cinema, pode ser um campeão olímpico, mas ele não infringe a legislação penal, porque ele vai ser julgado e, se for condenado, vai para a cadeia, Senador Cristovam. Senador Cristovam Buarque, vá à Papuda. Lá V. Ex^a encontra um político? Um magistrado? Um empresário? Não. E nem na Penitenciária do Amazonas, nem em penitenciária nenhuma, Senador Cristovam Buarque. Ninguém neste País que tenha *status* vai para a cadeia. Essa é a triste verdade deste triste País em que transformaram o Brasil. Como aceitar isso, Senador Cristovam Buarque? O que nós estamos fazendo nesta Casa Legislativa quando vemos que transformaram a própria Casa Legislativa em um grande teatro de empulhação, porque, na verdade, não querem combater corrupção nenhuma. É a corrupção dos outros. E quando eu chego lá, faço igual aos outros. Ah! Senador Cristovam, é muito triste tudo isso, é melancólico até. Eu não vou me calar não. Eu vou sair daqui, vou continuar escrevendo no jornal, vou continuar dando entrevista, vou continuar indo às universidades, dar palestras, participar de debates na televisão e no rádio, mas para cá eu não quero voltar mais, não, Se-

nador Cristovam Buarque. Siga V. Ex^a com a bandeira. Meus parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, quando eu disse aqui que o senhor tinha coragem de sair, é porque sei que o senhor tem coragem de deixar esta Casa, mas não a política; vai para uma trincheira que lhe parece – e eu começo a imaginar também – mais eficiente, porque hoje Senador, quando eu publico um artigo no jornal escrito embaixo, Senador Mão Santa – e sei que o senhor é um grande defensor desta legislatura e tem razão em muitas coisas –, mas quando eu assino “Senador”, eu acho que passo uma imagem de menos credibilidade do que se eu assinasse “Professor” ou “Advogado” ou “Engenheiro”, ou qualquer outra profissão.

Isso é que deixa essa nostalgia, essa melancolia, esse sofrimento. E a pessoa entra na política com medo de se sujar de sangue e permanece nela com medo de se sujar de lama. Mesmo assim, Senador, espero que a sua voz agora – e vou passar a palavra ao Senador Mão Santa – seja o contrário disso, porque estamos precisando ouvir quem pense diferente dessa melancolia que hoje o Senador Jefferson e eu estamos trazendo aqui.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Voltaire já teve um debate semelhante ao que digo discordar plenamente do que V. Ex^a está dizendo, mas daria até a vida pelo direito de V. Ex^a dizê-lo. Eu acho este Senado grandioso. Porque é difícil. Hoje de manhã eu disse que para o “senadinho” de Cristo, Ele convocou doze, e deu uma confusão doida lá no “senadinho” de Cristo! Como é que aqui não daria? Mas nós saberemos superar isso. Mas para V. Ex^a eu pedi um aparte para dizer o seguinte. Ali está Rui Barbosa, que comparo a V. Ex^a. Ele ficou consagrado como o Sr. Civilista. Ele foi para o embate, o bom combate. Ulysses, o Sr. das Diretas; Simon Bolívar é o libertador. E V. Ex^a, o Sr. da Educação. Então, quero ler uma mensagem que recebemos do Sesp do Piauí, para V. Ex^a. Estou sendo apenas intermediário do convite do povo do Piauí, em respeito ao significado de V. Ex^a à esperança da Educação neste País. Então, ela é indicada para eu levar ao Sr. Senador Cristovam Buarque por Cléia Brito. E diz o seguinte: “Solicitamos que V. Ex^a interceda junto ao ilustre Senador da República, Cristovam Buarque, reconhecido por todos nós, brasileiros, como um dos maiores idealistas da Educação brasileira, da possibilidade de contarmos com sua honrosa presença na inauguração do Pólo Presencial da Eadcon, em Teresina-Pi, onde será feita uma justa homenagem à sua obstinada luta em defesa da Educação Superior de Qualidade”. A data da inauguração é 14 de março. “Aguardamos confirmação da presença para efeito de

confeção de convites personalizados e das placas de honorarias. Sociedade de Ensino Superior do Piauí Ltda. Cléia Magalhães, Diretora do Pólo Institucional Eadcon”. É essa universidade a distância. O povo do Piauí gostaria da sua presença e da sua experiência para enriquecer essa instituição educacional.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, é um convite vindo por suas santas mãos, e de público. Assim, é impossível ser recusado, ainda mais um convite vindo de uma instituição educacional. Desejo estar presente. Vamos combinar o momento.

Sr. Presidente, quero concluir, dizendo que o que o Senador Jefferson Péres falou e como ele falou, talvez seja um resumo melhor do que todo o discurso que fiz tomando tanto tempo que o senhor nos ofereceu, porque ele falou com a forma melancólica e triste, mas, ao mesmo tempo, de vigor e de luta que vão continuar quando sair daqui. É um exemplo que talvez termine sendo seguido por muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Cristovam, permita-me.

Eu sou também um grande defensor das instituições e esta Casa precisa ser defendida por todos. Nós não podemos ver as pessoas de bem, os representantes do povo que vêm honrar o mandato que recebem do povo aqui desistirem da grande luta, que não é só desta Casa; é a luta da política brasileira representada pelos políticos brasileiros. Nós já estamos cansados de ver cada vez mais pessoas de bem e que fazem o bem se distanciarem da política. Eu vejo que isso é um processo proposital no sentido de que os políticos realmente componham um grupo que não represente com dignidade a sociedade.

Por isso, eu queria pedir a V. Ex^a, ao Senador Jefferson Péres, que continuem sua luta política, porque, se V. Ex^as se afastarem do processo de defesa dessa instituição tão importante... O povo brasileiro precisa conhecer a importância e não se deixar envolver pelo processo de desgaste que está ocorrendo – nós não sabemos quem propriamente está patrocinando esse processo –, de dizer que nenhum político presta, por quê? Para acabar com essa instituição? Eu não aceito isso! Eu prefiro dizer a V. Ex^a que continue lutando por esta instituição que depende muito de nós.

Nós, que somos passageiros nesta Casa, não podemos ajudar a jogar esta instituição numa lata de lixo, porque, quando estamos fazendo isso, estamos fazendo isso com o próprio povo e com uma estrutura de técnicos e de servidores das Casas Legislativas que precisam ser respeitados.

Portanto, faço esse pedido a V. Ex^a e a todos os políticos de bem. A maioria é de bem, mas, infe-

lizmente, quando um, dois ou três praticam o mal, há uma generalização. Desde o início do Governo Lula, nunca vi – volto a dizer – uma campanha tão ostensiva para desgastar o Parlamento brasileiro, para tentar desmoralizar a instituição legislativa deste País e o Judiciário.

Esse é o apelo que faço a V. Ex^a, que todos nós aqui respeitamos. Temos grandes esperanças de que V. Ex^a seja um dos que vão conduzir a ressuscitação da moralização da política brasileira.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável e convido o nobre Senador Alvaro Dias para assumir a Presidência da sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, o Senador Paulo Paim cedeu-me a vaga dele como orador. Portanto, prefiro falar como oradora por ter um pouco mais de tempo. Abro mão da comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sendo assim, fará uso da palavra a nobre Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, já que se abre mais um espaço para as comunicações inadiáveis, eu gostaria de solicitar a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na semana passada, realizou-se no Brasil um fórum internacional de Parlamentares para discutir a questão das mudanças climáticas (Fórum Internacional de Mudanças Climáticas). Compareceram Senadores e Deputados dos Estados Unidos, do Canadá, da Itália, da França, da Rússia, do Japão, da Alemanha, da China, da Índia, do México, da África do Sul e, evidentemente, do Brasil, onde o evento se realizou. Estiveram presentes Parlamentares – Senadores e Deputados – de todos esses países e de outros países convidados. Os que aqui citei são membros do chamado G8+5. Compareceram, ainda, Parlamentares do Congo, da República Africana, de Camarões, de Gana, constituindo um grupo de discussão sobre a questão das mudanças climáticas com vistas a oferecer um documento especialmente para a reunião da cúpula, que se realizará no Japão, em julho deste ano.

Por que elaborar esse documento? Trata-se de um documento que deve trazer no seu bojo questões que vão além daquelas que hoje estão tratadas no Protocolo de Kyoto. Quais seriam essas questões, principalmente? Temos aí os biocombustíveis, temos a questão do desmatamento evitado, a do comércio de carbono, questões essas que não compõem hoje o chamado Protocolo de Kyoto.

Em 2012, precisaremos ter a continuidade do Protocolo de Kyoto, que termina nessa época. Por isso, precisaremos definir, além daquilo que já está assegurado hoje no Protocolo, outras questões fundamentais, da maior relevância, para a proteção do Planeta Terra, como essas que eu aqui citei.

Realmente foram discussões polêmicas. Tivemos lá debatedores da maior envergadura, dos países que citei e especialmente do Brasil. O papel de destaque que lá tivemos foi o da nossa Ministra, Senadora Marina Silva. A fala dela, no debate de que participou, chamou a atenção do mundo e dos Parlamentares que estavam lá presentes, dada a certeza, a convicção, a determinação da nossa Ministra nas questões que lá colocou.

A Ministra impressionou realmente, não só pela sua postura política com relação à questão das mudanças climáticas, mas também com relação às ações que vêm sendo implementadas pelo Governo brasileiro.

O Presidente Lula lá esteve presente. Sua fala durou em torno de cinquenta minutos e foi de um brilho imenso. Ainda hoje recebemos vários *e-mails* da Europa, saudando o Presidente pela sua postura e saudando também a Ministra do Meio Ambiente Marina Silva pelas colocações que fez nesse grande fórum internacional de Parlamentares.

Faço hoje aqui apenas uma introdução do que lá foi discutido, porque eu preciso de muito mais tempo para falar daquilo que realmente foi...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sr. Presidente, peço-lhe um minuto, por favor, para encerrar.

Eu dizia aqui que nós precisamos de mais tempo nesta tribuna para falar das discussões que foram aprofundadas com vistas ao pós-Kyoto, ao que se venha chamar de Kyoto 2 ou do nome que se queira dar, mas que virá, em 2012, com relação à proteção do meio ambiente.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Serys Slhessarenko, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senadora Serys.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Mão Santa. S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Hoje cedo – adentra agora ao plenário Arthur Virgílio, candidato à Presidência da República pelo PSDB –, houve uma sessão de homenagem ao Dia do Aposentado. Senador Neuto de Conto, eu era o primeiro inscrito, mas tive de me deslocar. É como o Senado da República funciona. Fui chamado para a comissão de que faço parte, a Comissão de Assuntos Econômicos, e também para a Comissão de Educação para participar e para votar nomes indicados pelo Senhor Presidente Luiz Inácio. Passei a palavra para Alvaro Dias, o primeiro, e fui. Essa é uma história longa desta Casa. Daí eu discordar do Professor Cristovam Buarque.

Na Comissão era discutida a federalização do Banco do Estado do Piauí, e sabemos o quanto isso foi traumático. Deus, Cristovam, me fez colocar no Banco do Estado do Piauí, assim como Pilatos entrou no Credo. De repente, era o Governador do Estado do Piauí. O Governo Federal, na era Collor, fechou o Banco do Estado do Piauí. Era Governador do Estado Alberto Tavares Silva, que foi Senador e hoje é Deputado Federal. Depois, um extraordinário Senador do Piauí, que foi Governador e que me antecedeu, um dos melhores Senadores da história deste Senado, conseguiu reabrir o Banco do Estado. E eu o sucedi. Quero dizer que voltei muito à vontade, porque aquele Banco do Estado do Piauí era necessário. Aliás, um dos fundadores dele, Bernardino Viana, era o suplente de Petrônio e foi Senador quando Petrônio morreu. Por necessidade, ele se expandira, no passado, muito, em muitas cidades. Na reabertura, permitiram cinco agências. Quero crer que as tenha dobrado, para dez. Muito pouco para o que era no passado.

Então, fomos buscar, para dirigir esse banco, uma pessoa que eu nem conhecia. É assim com os governantes responsáveis. Ele havia sido Secretário de Finanças do Estado do Ceará no Governo Virgílio Távora. Exercia no momento a Presidência da Associação dos Bancos Privados do Brasil.

Com um currículo desse, o banco não deu problema, teve lucro. Depois, ele foi convidado a dirigir a Suframa. Ele mesmo indicou seu sucessor, um técnico gabaritado. O banco não nos deu problema. Graças à histórica honradez e à competência de seus funcionários, o banco sempre deu lucro. Mas o Governo Fe-

deral tinha uma meta: encampar todos esses bancos federais. Veio a exigência de que teríamos que dobrar o capital do banco. Isso seria impossível porque, quando governei o Piauí – ninguém escolhe a época de governar –, ele devia sete meses, que tivemos que parcelar em 24 meses.

O banco sempre deu lucro, cresceu, fazia o pagamento dos funcionários públicos e nos possibilitou também abrirmos um banco do povo igual ao do Professor Yunus, o Grameen, para os pequenos comprarem material de trabalho para a sua profissão. Foi um êxito total. Mas a exigência do Governo Federal era dobrar o capital. Tivemos que ceder, pois o Governo Federal, infelizmente, era mais forte do que o Governo do Piauí.

Foi permitida uma direção compartilhada. Mas nos preocupava o funcionário do banco. Essa era a nossa preocupação. Vem do grego que navegar é preciso, viver não é preciso. Lá, navegar é governar, enfrentar obstáculos, dificuldades. E nós navegamos. Pegamos os excedentes de funcionários e os colocamos, pelos seus méritos, por suas competências, na Secretaria de Fazenda, onde foram de grande utilidade e onde navegamos. Nessa época, havia um número muito, muito maior.

Mas a nossa preocupação foi hoje, quando estava o Deputado Federal, que foi Vice-Governador do meu Governo, do PCdoB, perguntando quantos funcionários ainda existiam. Uns duzentos. Nós nos preocupamos, porque achamos mais importante do que o dinheiro, do que o capital, do que ser privado, do que ser estadualizado, do que ser federal, o homem, o ser humano, o trabalhador. Duas centenas de funcionários. E esse projeto todo de encampação e de integração caiu na mão do nosso honrado irmão do Ceará, Inácio Arruda.

O Ceará tem muita identidade com o Piauí. Nós nos orgulhamos do Ceará porque ele foi o primeiro povo capaz de fazer a independência dos negros. E nós, o Piauí, o mais importante povo deste Brasil, fomos nós que expulsamos os portugueses em batalha sangrenta. Maranhão ficou com os portugueses; seria o país Maranhão, e veio o afilhado-sobrinho, Fidié, tomar conta desse novo país. Pedro I ficaria com o sul e o norte seria de Portugal. Nós enfrentamos uma batalha sangrenta, mas fomos buscar os irmãos cearenses, que lutaram conosco, morreram, e os piauienses tomaram a capital, o palácio, e foram para onde era seguro: o Maranhão. Gonçalves Dias estava na barriga da mãe nessa época que Fidié se refugiou em Caxias. Tanto é verdade que, na aposentadoria, esse herói militar português, que ganhou a batalha – nós éramos piauienses e cearenses contra o exército organizado –, pediu os

honorários da guerra. Então, o nosso bravo Senador Heráclito Fortes também anteviu essas preocupações, e nós estávamos juntos, com outro Senador, João Vicente, e saiu uma emenda. Só abrimos mão depois de ouvir não o Presidente da República, não o Ministro, não o Tesouro, não os poderosos, mas os pequenos.

Foi então que, numa audiência pública, concordamos que dois funcionários antigos, de 25 anos, e a mulher – eu disse para não dizer que tinha 20 anos, porque ela parecia ter 18 anos – contou que os funcionários estavam satisfeitos.

Devemos isso à sensibilidade de Inácio Arruda. Sem trauma, com a participação do Ceará, que tão bem representa, houve um final feliz, de tranqüilidade, para a família do servidor que estava há décadas sem uma solução.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É uma honra conceder um aparte para o Relator dessa transação. E mais: chega em R\$ 180 milhões para o Piauí.

Agora, Governador, não nos envergonhe para sair na IstoÉ. Os Senadores acharam que esse dinheiro deveria ser empregado no Porto de Luiz Correia, que começou com Epietácio Pessoa, na ferrovia, na ponte. Há oito anos, o Governo Federal constrói uma ponte; nós fizemos, no mesmo rio, uma ponte em 87 dias. Heráclito Fortes fez em 100 dias. No mesmo rio.

Agora, afastamos os “aloprados”, como Cristo, que disse “afasta de mim este cálice”, de corrupção.

Ouçõ o Senador Inácio Arruda.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Senador Mão Santa, Sr. Presidente, sei que o tempo é breve, mas é preciso fazer dois registros. O primeiro é quanto à atitude dos Senadores pelo Piauí, que, em consonância com o Governo do Piauí, ligados aos sentimentos dos servidores públicos, discutiram... E essa discussão permitiu a apresentação de uma emenda do Senador Heráclito Fortes, subscrita por V. Ex^a, Senador Mão Santa e pelo Senador João Claudino, que resulta nesse esforço que V. Ex^a levantou: examinar e proteger os servidores, os funcionários do banco. Lembro-me de que, junto com V. Ex^a, lá atrás, foram eles os primeiros a levantar a bandeira contra o programa de privatização do banco. O resultado da privatização dos bancos mostra que os Estados receberam menos recursos... O Estado do Ceará recebeu menos recursos com a privatização do Banco do Estado do Ceará do que vai receber o Estado do Piauí e do que recebeu o Estado de Santa Catarina com a privatização de seus bancos. Então, foram os primeiros a se levantarem o movimento sindical do Piauí, o Governador do Piauí de então, Senador Mão Santa. O sindicalista, hoje Go-

vernador, da tribuna da Câmara, como Deputado Federal, entrou com uma ação na Justiça para impedir a privatização. Lá, no meu Estado, também dei entrada em uma ação e ganhamos a liminar. Mas, infelizmente, a pressão foi imensa. A liminar terminou caindo, e o banco, sendo privatizado. Acho que o resultado que V. Ex^{as} conseguiram no dia de hoje é uma vitória do povo piauiense, depois de uma luta longa. Um período longo de luta resultou nesse êxito fabuloso. O Banco do Estado do Piauí vai ser incorporado ao Banco do Brasil com vantagens adicionais, fruto da observação de V. Ex^{as}, pois os servidores precisavam ter proteção garantida já na resolução do Senado, sem esperar um tratado entre o Banco do Brasil e os funcionários. V. Ex^{as} resolveram a questão de imediato, aqui no Senado da República. Considero que V. Ex^{as} trabalharam de forma ajustada, ligada ao interesse direto dos funcionários e do povo piauiense. O Estado ainda leva para casa R\$180 milhões, dinheiro que – acredito – o Governador do Piauí, Wellington Dias, usará no porto e na ferrovia, tão importantes para o desenvolvimento do Piauí e do nosso Ceará, porque, se o Piauí se desenvolver, o Ceará também vai crescer. Muito obrigado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradecemos. Fazemos nossas as palavras do Relator dessa transação importante. Não poderíamos deixar de citar, durante o período que governei, dois homens extraordinários: um já está no céu, morreu, Osias Furtado, Secretário de Fazenda no governo Virgílio Távora, do Ceará, e, depois, Presidente das Associações dos Bancos Privados. Eu não o conhecia. Ele teve que voltar para o seu Estado, dirigiu a Suframa. E ele mesmo indicou o seu sucessor, um técnico, daí ser possível, com essa vida, vamos dizer, de decência, de grandeza, do Banco do Estado lá, pelos seus, vamos dizer, bancários e seus diretores que aqui anunciamos.

Então, ô, Arruda, lá, o rico, o poderoso que financiou a Batalha do Jenipapo foi buscar um comandante cearense, em Viçosa, cujo nome não lembro. Ele era poderoso, o Simplício Dias da Silva, que estudou na Europa, e financiou, expulsou os portugueses, e V. Ex^a repete a história. V. Ex^a foi o verdadeiro comandante, dando um final feliz.

O Sr. Inácio Arruda (Bloco/PCdoB – CE) – Eu registro a presença nessa movimentação também do atual Deputado Federal, que foi Vice-Governador com V. Ex^a, Osmar Júnior, e que esteve hoje, a manhã inteira, dialogando exatamente com V. Ex^a sobre esses aspectos relativos aos funcionários e aos interesses do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, eu queria deixar registrado apenas que nós do Piauí e do

Ceará conseguimos, no Senado Federal, um final feliz para os bancários do Banco do Estado do Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Parabéns, Senador Mão Santa.

Com a palavra, a Senadora Ideli Salvatti, por concessão do Senador Eduardo Azeredo, que falará logo a seguir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana deveremos ter um momento muito importante para o País e para o Congresso Nacional, quando o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá encaminhar, mais uma vez, uma proposta de reforma tributária, procedimento que ele já adotou em 2003, acompanhado dos 27 Governadores.

Esperamos que, quinta-feira, nós tenhamos a reprise do Presidente da República, juntamente com os 27 Governadores, encaminhando o projeto de reforma tributária.

Para poder entender o significado da chegada desse projeto de reforma tributária, com uma série de medidas importantes, que, semana passada, na reunião do Conselho Político, foram elogiadas por inúmeros líderes da base de sustentação do Governo, tanto na Câmara como no Senado, pela possibilidade concreta de virem a ser aprovadas, mesmo num ano eleitoral, eu queria falar sobre alguns elementos importantes que apontam para a obrigatoriedade, inclusive, de se aproveitar o bom momento do País, indiscutivelmente muito mais favorável para se aprovar uma reforma tributária.

Primeiro, a questão do crédito. A demanda de crédito subiu agora em janeiro de forma surpreendente, até porque janeiro é normalmente um mês em que o crédito tem um decréscimo da demanda e da oferta. E esse crédito aquecido em janeiro foi, inclusive, tratado pelos responsáveis pela área de crédito como se janeiro tivesse sido um verdadeiro “décimo-terceiro” de 2007, porque foi algo inédito, algo que surpreendeu a todos pelo volume e pelo aquecimento da demanda de crédito no País.

A Caixa Econômica, no seu balanço de 2007, apresentou o maior investimento em habitação dos últimos dez anos. Em 2007, a Caixa Econômica Federal aplicou nada mais nada menos que R\$37,2 bilhões – R\$21,5 bilhões em habitação e R\$15,7 bilhões em saneamento e infra-estrutura.

A construção civil, os fabricantes, a indústria da construção civil registrou em 2007 o maior crescimento dos últimos 20 anos, dos últimos 20 anos! O faturamento da indústria da construção civil cresceu 15,5%, algo em torno de R\$73 bilhões no ano passado.

Os Estados Unidos está vivenciando uma crise muito grave exatamente no mercado imobiliário, e, aqui no Brasil, o mercado imobiliário brasileiro cresceu em 2007 nada mais nada menos, Senador Sibá, que 96%, numa demonstração do quanto estamos independentes e num ritmo totalmente diferente do centro da economia mundial, que são os Estados Unidos.

Quanto ao emprego, tivemos um resultado surpreendente em 2007. Normalmente, no mês de janeiro, da mesma forma como acontece no crédito, o emprego tem uma tendência de queda, mas não foi o que aconteceu. No mês de janeiro, foram criadas 143 mil vagas com carteira assinada, um recorde para janeiro desde que o Caged faz o levantamento.

Se compararmos janeiro de 2008 com janeiro de 2007, veremos que houve nada mais nada menos, Senador Sibá, que 35% a mais de empregos com carteira assinada, gerados no início deste 2008.

Aliás, pelos dados do Caged, o Ministro Lupi até sinalizou que, se se mantiver este ritmo tão crescente de geração de carteira assinada, se consolida a perspectiva efetiva de nós termos um crescimento da economia em 2008 da ordem de 6% – um dado extremamente positivo, otimista.

Claro que a Oposição não gosta; ficam incomodados quando a gente vem com aquela história “nunca antes na história deste País”, mas nunca antes na história deste País nós tivemos uma condição em relação à dívida externa de sermos um País credor.

Desde quando Cabral pisou aqui, o Brasil sempre deveu para alguém. O Brasil sempre teve dívida, sempre se endividou. Não sei se vou ter tempo no meu pronunciamento, mas a **Folha de S. Paulo**, quando foi anunciado o zeramento da dívida externa, o fato de o Brasil estar colocado como credor, informou o que aconteceu nas últimas décadas, o que aconteceu em termos de endividamento na década de 70; na década de 80; em 1986, com o fracasso do Plano Cruzado; com a moratória da dívida em 1987; com o amplo acordo durante o Governo Itamar Franco; depois, com a crise asiática, repercutindo com Fernando Henrique tendo que pedir os empréstimos do Fundo Monetário Internacional e a repactuação da nossa dívida; em 2002, de novo; e o que aconteceu a partir de 2003. Mesmo renovando o acordo com o FMI em 2003, o Governo Lula não utilizou os recursos. Depois nós conseguimos zerar a dívida, e agora, com a nossa reserva e com os investimentos, criamos as condições de nos transformarmos em credor.

E foram décadas de dívida, foram séculos de dívida, eu diria até, e essa situação de país agora credor é algo que nos coloca numa perspectiva do grau de investimento, de nós podermos ter uma avaliação po-

sitiva, modificar o patamar de avaliação das agências de risco, com grande potencialidade, grande perspectiva de acontecer ainda em 2008. E todos nós sabemos que, ao acontecer isto, nós mudarmos o grau de avaliação, adquirirmos o **investment grade**, Senador Casagrande, vai-se beneficiar efetivamente o nosso aporte de investimentos internacionais, a diminuição dos juros, ou seja, o cenário econômico é de aceleração e de crescimento ainda maior da economia.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a permite um aparte?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Ouço com muito prazer o Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Primeiro parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento. E quero acrescentar um dado muito importante que foi a Pesquisa CNT/Sensus. Todo o reflexo das informações que V. Ex^a nos traz na tarde de hoje corresponde àqueles números da popularidade, do grau de confiabilidade que a população tem tanto na gestão do Governo como também na pessoa do Presidente da República. Eu acho que, então, seria muito importante anexar esse indicativo ao pronunciamento que V. Ex^a faz. Agora, esse programa lançado na segunda-feira, que tem um objetivo claro de levar mais renda às populações desassistidas do campo, no Brasil, naquelas ainda ilhas de alta pobreza, semelhante àquilo que foi um sucesso do Bolsa-Família nas áreas urbanas, vai atender aos mais pobres da zona rural. Com investimentos dessa natureza – acredito que é também como V. Ex^a se sente – eu até brinco com alguns que é muito prazeroso poder subir à tribuna do Senado e falar de um Brasil tão diferente daquilo que a gente viveu por tão longo tempo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Peça um aparte à nobre Senadora Ideli.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Prazeroso para nós, Senador Sibá, que damos sustentação às ações do Presidente Lula.

Eu queria, ainda, se o Senador Flexa Ribeiro permitir, abordar mais outro dado que está também nos jornais, agora recente, que trata da questão do investimento externo, estrangeiro. Nós tivemos, em 2007, o dobro do investimento. O dobro! Chegamos a 4,8 bilhões. Esse é o maior volume de investimentos externos que o Brasil tem desde 1947. Portanto, há sessenta anos que o Brasil não tinha um volume de investimento externo dessa magnitude como o que alcançamos.

Eu gostaria, se me for permitido, de conceder o aparte ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Ideli Salvatti, primeiro, quero festejar o retorno de V. Ex^a ao convívio dos seus pares.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu já estive aqui a semana passada. V. Ex^a que não me viu.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Mas não tive o prazer e a alegria de cumprimentá-la. Eu quero dizer que V. Ex^a está, eu diria, mais alegre, com as férias curtidas na Espanha e depois numa viagem à Rússia, que V. Ex^a me relatou. Vejo hoje V. Ex^a vir à tribuna e colocar esses números aí fantásticos, com os quais todos nós brasileiros ficamos satisfeitos. Houve mudança na legislação para os empréstimos imobiliários, além da queda de juros e também do aumento do prazo de crédito, que levaram a esse **boom** imobiliário, que é uma onda mundial.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Os Estados Unidos não estão nesta onda. Pelo contrário.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Eu me preocupo só que nós não tenhamos o mesmo problema que houve...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, seja ligeiro e termine o aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Já vou, já vou. V. Ex^a vai me conceder um aparte. Agora, eu só quero cumprimentar V. Ex^a e pedir, para encerrar, o seu apoio como Líder do PT. Nós tivemos hoje aqui uma sessão muito bonita em homenagem aos aposentados. Existe o PLS nº 58, do nobre Senador Paulo Paim, do PT, que está travado na Comissão de Assuntos Econômicos, e o Relator é o Líder do Governo, o Senador Romero Jucá. Então, eu quero pedir o apoio de V. Ex^a, já que o País, graças a Deus, está com esses números fantásticos – V. Ex^a diz que nunca antes, desde 1945, e eu diria que até antes do descobrimento, quando Cabral vinha ainda para descobrir o Brasil, e nós festejamos esses números –, para que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero pedir o apoio de V. Ex^a para que, na terça-feira próxima, o Relator, o Senador Romero Jucá, retorne à CAE com o projeto, para que aprovemos o PLS nº 58 e, depois, em Plenário, nós o aprovemos também. Com a interferência de V. Ex^a, em face da situação do País, que o Presidente Lula faça justiça com os milhões de aposentados que foram representados aqui no Plenário e que sofrem com o reajuste achatando os seus benefícios e as suas aposentadorias. Parabéns pelo pronunciamento de V. Ex^a.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Mão Santa, eu tenho a solicitação do aparte do Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, ele vai já usar a tribuna, está inscrito pela Liderança. Se V. Ex^a encerrar, ele virá à tribuna como Líder da Minoria.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mil perdões, Senador Eduardo Azeredo, mas não posso conceder até pela solicitação do Presidente.

Eu queria...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Solicito apenas dois minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Mas V. Ex^a já vai falar.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Eu vou falar de outro assunto, Sr. Presidente. Eu só queria que a nobre Líder registrasse também os cumprimentos ao Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, que teve a grande iniciativa de converter o PT à responsabilidade fiscal, dando segmento às linhas básica da estabilidade econômica do Brasil. Então, ficam os cumprimentos a Henrique Meirelles, que teve esse papel fundamental.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a me deu a condição de terminar o meu discurso, que, independente do aparte, ia terminar exatamente a partir do que V. Ex^a falou. Há uma colocação permanente de que o sucesso é porque nós fizemos exatamente o que o Governo Fernando Henrique fazia. E quero dizer que todos os indicadores aqui colocados...

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) -... demonstram, de forma inequívoca, que tivemos responsabilidade fiscal sim, tivemos compromisso com a estabilidade econômica sim, mas nós não seguimos a política ortodoxa de crescer primeiro para dividir depois. O diferencial fundamental entre a política adotada pelo Presidente Lula – e estão aqui os indicadores – é que nós ampliamos crédito, nós fizemos inclusão bancária, nós permitimos a geração de emprego, o aumento da renda, a recuperação do salário mínimo, a política de distribuição de renda através de programas sociais de vulto significativo, como é o Bolsa-Família; fizemos toda a parte de modificação da nossa política externa, diversificando as nossas exportações. Hoje, nós não dependemos...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senadora Ideli, V. Ex^a vai para o 17º minuto. Eram

cinco minutos. Eu, por mim, passaria a tarde aqui, e o povo brasileiro, mas há outros inscritos.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É que, como V. Ex^a tem sempre uma grande audiência, eu só quero que estenda o tempo um pouquinho aqui, só um pouquinho.

Então, para concluir, nós diversificamos a nossa política externa, diversificamos mercados, a nossa política de exportação; fortalecemos, na política externa, os emergentes, através do G-20, das ações na OMC, enfrentando os interesses dos Estados Unidos e da União Européia; nós modificamos, de forma frontal, o papel e a ação do Estado na indução do crescimento da distribuição de renda e da inclusão social. Hoje, o que sustenta este desenvolvimento, estes números não são apenas a responsabilidade fiscal e a estabilidade econômica, mas a distribuição de renda, o fortalecimento do mercado interno e a política externa adotada pelo Presidente Lula.

Portanto, os que dizem que seguimos a receita ortodoxa de Estado mínimo e exclusivamente de responsabilidade fiscal, até porque se alguém fez superávit primário para valer, inclusive em percentual maior do que o que foi feito anteriormente, fomos nós. Mas fizemos isso distribuindo renda, fortalecendo o mercado interno e dando oportunidades para o Brasil se fazer presente no cenário internacional, com vantagens para o nosso povo e para o nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Ideli Salvatti, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pois não. Não sei se o Heráclito tem a coragem de dizer, mas V. Ex^a ganhou muito em charme. Juscelino Kubitschek, em seu livro, diz que isso é fundamental na vida política.

Convidamos para usar da palavra, em nome do PSDB de Minas Gerais, Eduardo Azeredo, pela Minoria. Está aqui o documento.

Regimentalmente, V. Ex^a tem direito a usar da palavra por cinco minutos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se o Governo do PT tivesse seguido o que o PSDB vinha fazendo, estaríamos crescendo muito mais do que crescemos hoje. De maneira que, realmente, foi preciso que um Deputado eleito pelo PSDB assumisse o Banco Central para que as coisas se encaminhassem de maneira adequada.

Mas, Sr. Presidente, pedi a palavra para homenagear duas empresas nacionais de grande importância: a Embraer e a Helibras, ambas líderes em tecnologia na fabricação de aeronaves e motivo de grande orgulho para o País.

A Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica, está completando 39 anos de existência como uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Com experiência em projetos, fabricação, comercialização e pós-venda, a Embraer produziu mais de 4 mil aviões, operando em 69 países nos cinco continentes. Trata-se de uma significativa participação no mercado.

Em 2006, ano em que a empresa passou por uma reestruturação societária, as vendas atingiram o dobro das metas previstas, com 225 aeronaves e um aumento de US\$6 bilhões na carteira de pedidos.

A história da Embraer mostra ainda que, depois de sua privatização, em 1994 – mais um exemplo de privatização bem-sucedida – a empresa já foi a maior exportadora brasileira, entre os anos de 1999 e 2001. E foi a segunda maior, em 2002, 2003 e 2004.

Sediada em São José dos Campos, a Embraer tem quase 24 mil funcionários, sendo que 88% deles estão baseados no Brasil. A empresa também contribui para a geração de mais de 5 mil empregos indiretos.

São cinco unidades fabris no Brasil, além de subsidiárias e escritórios na China, Cingapura, Estados Unidos, França e em Portugal. Suas aeronaves voam em companhias aéreas civis e em organizações governamentais.

Esses são apenas alguns dados que mostram o espírito empreendedor que sempre norteou o trabalho da Embraer na busca da eficiência, na qualidade de seus produtos e serviços e, por que não, em sua lucratividade.

Em Minas Gerais, como não poderia deixar de mencionar, também temos o exemplo de empreendedorismo da Helibras – única fabricante de helicópteros da América Latina e subsidiária brasileira do Grupo Eurocopter.

Sua fábrica, inaugurada há 28 anos em Itajubá, no sul de Minas, tem hoje 14 mil m² e é responsável pela montagem, venda e pós-venda da linha Eurocopter no Brasil.

Para acrescentar, a Eurocopter foi criada em 1992 como resultado da fusão das divisões de helicópteros das empresas Aerospaiale – já sócia da Helibras – e a Daimler Chrysler Aerospace. A partir daí, tornou-se a nova matriz da Helibras, que é uma das quatro subsidiárias consolidadas do Grupo.

Desde a sua criação, a Helibras produziu e entregou ao mercado mais de 500 aeronaves. Hoje, da frota brasileira de 813 helicópteros em operação, 54%

são modelos fabricados no meu Estado. Essa qualidade também é comprovada em outros países sul-americanos, como Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Venezuela.

Também é importante ressaltar que o Grupo tem atuação nos mercados civil – com modelos executivos, aeromédicos, de transporte, táxi aéreo, segurança pública e defesa civil. Nesse segmento, são 590 helicópteros em operação no Brasil, dos quais 300 são da Helibras. No mercado militar, a empresa detém uma participação maior ainda: 67% da participação, operando cerca de 150 das 223 aeronaves que compõem a frota nacional.

Caros colegas Senadores e Senadoras, também não poderia deixar de mencionar que, além do Grupo Eurocopter, a Helibras tem como acionistas a MGI Participações – pertencente ao Governo de Minas Gerais – e o Grupo Bueninvest.

Outro fato importante é que a empresa fornece toda a orientação técnica aos operadores.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – No Centro de Treinamento, localizado também em Itajubá, são desenvolvidos mais de 60 programas de formação, com modernos recursos. A Helibras/Eurocopter forma mais de 600 profissionais em seus programas.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Eduardo Azeredo, fico feliz de o senhor trazer aqui um dos orgulhos do Brasil, que é essa indústria aeronáutica cujo ponto-chave é a Embraer e, hoje, outro ponto em Minas Gerais. A meu ver, isso existe graças a dois fatores: o primeiro é a continuidade, governo depois de governo, de um programa voltado para desenvolver essa indústria aeronáutica; e o segundo é a educação. A gente fala muito na Embraer, mas, antes dela, foi, como o senhor começou o seu discurso, o Ita. Na verdade, foram fabricados por uma escola mais até do que por uma fábrica. Então, parableno-o, lembrando-lhe desse fato e da figura do grande Brigadeiro Montenegro, que teve a ousadia de levar adiante aquele projeto há 50 anos. Parabéns ao senhor, mas, sobretudo, ao ITA e ao Brigadeiro Montenegro.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Sem dúvida, se não fosse exatamente esse preparo na educação e na formação, não teríamos essa excelência que temos hoje numa área extremamente sofisticada que é a Aeronáutica. Lembro também a figura de Aureliano Chaves, um grande incentivador desse projeto de helicópteros em Itajubá.

Chega-nos agora a notícia, Sr. Presidente, quando já encaminhado para concluir meu pronunciamento, de que o Governo Federal investirá nos equipamentos das Forças Armadas com helicópteros de grande porte. A previsão é que a Helibras fabrique esses helicópteros mediante a troca de tecnologia com a França. O anúncio foi feito pelo Ministro Nelson Jobim, que, recentemente, visitou o País na comunidade européia.

É importante que essa nova linha de fabricação se dê com a expansão do pólo mineiro da Helibras, que, como eu disse, já deu inúmeras demonstrações de capacidade e excelência no desenvolvimento de projetos e fabricação de helicópteros como os que serão destinados às Forças Armadas.

A Helibras é prova concreta de que investimentos são essenciais para o desenvolvimento do setor aeroespacial, em franca expansão no Brasil e no mundo.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Azeredo!

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sim, Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a me permite, é só para fazer um pequeno complemento.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI. Fazendo soar a campainha.) – Senador Sibá, o companheiro de V. Ex^a, Tião Viana,...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Se V. Ex^a estava preocupado porque um quadro do PSDB foi ajudar no Banco Central, um quadro do PT foi ajudar na Helibras, o Jorge Viana. E vai haver um bilhão em investimentos nessa nova empresa. Com um acordo diferenciado com os franceses, vamos produzir os melhores helicópteros do mundo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Veja bem, Senador, como o PSDB...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sibá, o Senador Tião Viana estava acenando que não podia ter aparte. E eu fico fiel, embora mereça o louvor.

Eu pediria a V. Ex^a para encerrar, Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, o aparte dele é muito pertinente, porque o Governo de Minas é acionista e exatamente está de acordo com a presidência exercida por um ex-petista, ou por um petista, que dirige hoje o grupo Helibras, que é o ex-Governador Jorge Viana.

A Helibras, portanto, vai consolidando a região sul mineira com um verdadeiro pólo aeronáutico. São, a Helibras e a Embraer, empresas nacionais que se consolidaram a partir de empreendimentos estatais e que, por seu valor para a nossa economia e para o

desenvolvimento tecnológico do País, merecem, além de homenagens e respeito, a preferência na aplicação dos investimentos.

Era o que eu tinha a dizer hoje, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade de aqui poder trazer estes cumprimentos à Embraer e à Helibras.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Hoje nós tivemos uma reunião extraordinária em homenagem ao aposentado. Muitos fatos belos ocorreram, mas, entre eles, teríamos de salientar o que eu detectei de beleza. O Sr. Edmilson Joaquim de Oliveira e a sua esposa, D. Terezinha, estavam ali, aposentados, com muito amor, dando exemplo de trabalho e amor.

A árvore boa dá bons frutos. São os pais do nosso funcionário José Edinilson Oliveira, a quem homenageio.

Chamamos para usar da palavra o Senador Alvaro Dias...

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros, do PMDB de Alagoas.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de agradecer a V. Ex^a, em primeiro lugar, e ao Senador Alvaro Dias, por me permitirem fazer uso da palavra neste momento

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dois assuntos especiais me trazem aqui. Em primeiro lugar, é uma honra muito grande juntar-me aos que nesta data dedicaram especial e justa homenagem aos aposentados pelo transcurso do Dia do Aposentado, ocorrido no último dia 24 de janeiro.

Gostaria, desde já, de cumprimentar o ilustre Senador Paulo Paim, autor do requerimento que solicitou sessão especial nesta data. A ele me alio no sentido de render todas as honras aos aposentados do Brasil que estiveram hoje tão bem representados neste plenário, especialmente pelos nossos queridos servidores aposentados desta Casa do Congresso Nacional.

Muitas questões neste momento devem ser lembradas. Todos os que hoje gozam do benefício da aposentadoria contribuíram e muitos ainda contribuem para o desenvolvimento do nosso País. Foram e são os que com sua experiência e dedicação nos ensinaram os melhores caminhos do trabalho e da produção.

Sr. Presidente, hoje, no entanto, temos algumas reflexões a fazer, Senador Alvaro Dias.

O total de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de 21,8 milhões. Desses, mais de oito milhões ganham acima de um salário mínimo, embora tenham o reajuste de seus benefícios sido inferiores ao reajuste concedido ao salário mínimo.

Em 2007, esses mais de oitocentos milhões de aposentados e pensionistas do INSS ganharam reajuste de apenas 3,3%, enquanto a correção do salário mínimo, no mesmo período, foi de 8,57%. Aqui faço um parêntese para dizer com muita satisfação que, como Presidente do Congresso Nacional, constituímos uma comissão especial que foi responsável pela propositura de uma política definitiva, que permitiria a recuperação do poder de compra do salário mínimo.

Precisamos, portanto, corrigir, de maneira equilibrada, essa distorção. Caso contrário, os aposentados pelo INSS poderão estar recebendo, em poucos anos, apenas o valor do mínimo, mesmo quando se aposentarem com valores maiores, com valores superiores.

Devemos, como compromisso público, Senador Alvaro Dias, avançar na discussão sobre a efetiva necessidade de continuarmos adotando o fator previdenciário.

Realmente, a aplicação do fator previdenciário encerra algumas irracionalidades. Uma delas aqui apontada, pela manhã, pelo Senador e Presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho, e também levantada pelo querido Senador Paulo Paim, é que estranhamente o valor da aposentadoria tende a cair à medida que aumenta a expectativa de vida do trabalhador.

Ora, isso não tem o menor sentido! Seria condenar financeiramente os aposentados por causa das melhorias do bem-estar da população.

Tenho absoluta certeza de que contaremos com a colaboração do Ministro Luiz Marinho, no sentido de corrigirmos definitivamente essa distorção.

De minha parte, Sr. Presidente, estarei à disposição do Senado Federal e do meu partido para deliberação de todas as matérias que propiciem uma política previdenciária racional, mas, acima de tudo, justa e fundada na garantia dos direitos adquiridos.

Sr. Presidente, ainda com a aquiescência do Senador Alvaro Dias, gostaria de dizer que recebemos com muita tristeza e com muito pesar a partida do Senador Jonas Pinheiro.

No seu segundo mandato de Senador da República, Jonas Pinheiro deixa uma lacuna na vida pública do Brasil e do Mato Grosso. Jonas Pinheiro marcou a vida pública e pessoal pela simplicidade e proximidade de sua gente, sobretudo da gente do campo. Esses traços de simplicidade somados ao da energia vêm da educação que recebeu do pai, um humilde pescador, cujos ensinamentos foram centralizados na honestidade e também no trabalho.

Mato Grosso sempre estimou Jonas Pinheiro. Foram quase 613 mil votos que o trouxeram novamente ao Senado da República em 2002. Isso revela o justo reconhecimento do seu povo ao incansável

trabalho de um homem que adotou o campo e a sua gente como a grande bandeira de sua atuação política e parlamentar.

Homem de palavras diretas e sem rodeios, Jonas Pinheiro afirmava que: "O povo é simples e quer coisa simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Afinal de contas o povo anseia desesperadamente por dignidade".

Jonas nunca se apegou à retórica fácil. Em artigo recente, publicado em um jornal de Cuiabá, o Diretor-Geral do Senado, Dr. Agaciel da Silva Maia, resgatou texto que bem revela o pragmatismo de Jonas Pinheiro. Peço a permissão de V. Ex^a para reprisá-lo aqui.

Dizia o eterno Jonas:

Não se melhoram as condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza e reconhecimento de causa, medidas severas e plausíveis a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.

Já encerro, Sr. Presidente.

Exatamente neste momento, quero encerrar estas breves palavras para reafirmar que, no Senado Federal, tive o privilégio de conviver com um grande homem, o Senador Jonas Pinheiro, que orgulha o Brasil e o Mato Grosso, seu Estado de origem.

Quero juntar-me, na saudade e no sentimento de perda, aos homens e mulheres, como os Senadores Serys Slhessarenko e Jayme Campos, que puderam compartilhar a amizade singela e respeitosa de Jonas Pinheiro.

À esposa e amiga dedicada, a ex-Deputada Celcita Pinheiro, e aos seus filhos Giorgio Pinheiro e Giani Antonia, minhas sinceras condolências.

Com esta singela homenagem, quero demonstrar o meu mais profundo respeito pelo legado exemplar deixado por Jonas Pinheiro a esta Casa.

Sr. Presidente, a coragem política de Jonas Pinheiro e o seu compromisso com a coisa pública são dignas da minha mais verdadeira admiração.

São essas sementes plantadas por Jonas Pinheiro que precisam ser levadas em consideração, para que façamos delas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma inspiração para as nossas caminhadas na política e nas nossas vidas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Agradecemos a paciência e a compreensão do Senador Alvaro Dias, que já se encontra na tribuna aguardando para usar da palavra, ele que representa com tanta grandeza o Estado do Paraná. V. Ex^a pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta Casa debate dois temas essenciais para o futuro do País: o combate à corrupção e a reforma tributária. Hoje mesmo, ouvimos desta tribuna com o brilhantismo de sempre o Senador Cristovam Buarque fazendo a análise do que significa para o País a corrupção. Ouvimos também o desencanto do Senador Jefferson Péres na esteira do que colocava Cristovam Buarque, mais uma vez reiterando as razões de anunciar o fim da sua trajetória política para breve.

Temos de ser resistentes. Mais do que isso, temos de persistir no combate implacável à corrupção. Não há mal maior para este País do que ela. O Brasil desperdiça oportunidades preciosas de crescimento, de geração de emprego, de renda, de receita pública, de desenvolvimento econômico e social, porque, todos os anos, grandes conglomerados estrangeiros deixam de investir em nosso País, porque procuram países com os menores índices de corrupção para realização dos seus investimentos.

A transparência internacional, anualmente, apresenta para o mundo os índices de corrupção envolvendo as nações, colocando sempre o Brasil numa posição desconfortável para todos nós; posição que afugenta os investimentos produtivos que aqui poderiam ser realizados, fazendo com que este País pudesse alçar vãos maiores na busca do seu desenvolvimento.

Essa transparência internacional revela um dado precioso para a análise do que significa para o povo brasileiro a corrupção. Se tivéssemos o mesmo índice de corrupção da Dinamarca, por exemplo, a nossa renda *per capita* seria 70% maior do que é hoje, ou seja, o brasileiro estaria ganhando 70% a mais do que ganha, e um terço da imensa dívida pública brasileira se deve sobretudo à corrupção.

Faço um parêntese porque, há pouco, a Senadora Ideli Salvatti empolgava-se com o fato de que o Brasil, hoje, possui reservas cambiais superiores à dívida externa.

Há muito tempo a dívida externa deixou de ser o nosso principal problema. O grande, o dramático, o perverso problema é a dívida interna. Tanto o é que, de 2003 a 2007, o Governo Lula despendeu US\$517 bilhões em juros e serviços da dívida, e investiu apenas US\$39 bilhões. Portanto, não devemos vender a

falsa ilusão de que este País não deve mais. Fica a impressão, diante de tanta comemoração, de que o Brasil deixou de ser devedor e passou a ser um País credor, e isso não é real. A dívida interna brasileira é impagável. Não há como pagá-la a curto e médio prazos. É preciso competência para administrá-la.

A outra questão essencial para o futuro do País é a busca de um modelo tributário compatível com a nossa realidade econômica e social. É a instituição de um modelo tributário moderno, capaz de promover crescimento econômico e distribuição de renda adequada. O que temos é atrasado, superado há longo tempo. Eu diria que é um modelo que não faz jus nem mesmo à condição de País de terceiro mundo que ostentamos.

É um modelo incompetente e, ao lado da corrupção, é a causa maior do crescimento insuficiente do nosso País nos últimos anos, muito aquém do crescimento que se verifica nos países emergentes.

O Governo chama a Oposição para discutir reforma tributária.

Creio, Senador Jefferson Péres, que a Oposição não deveria aceitar o convite para debater reforma tributária no Ministério da Fazenda. Afinal, não queremos um modelo para este Governo, queremos um modelo para todos os governos, queremos um modelo para o País. E é com o Brasil que temos de debater reforma tributária. O palco para esse debate é o Congresso Nacional. Aqui, devem comparecer governos estaduais, prefeituras, especialistas em política tributária e, sobretudo, os representantes de entidades de todos os segmentos da economia no País.

O debate deve-se travar, sobretudo, com a sociedade. É evidente que o Governo deve participar dele, mas deve participar aqui, neste palco, no Congresso Nacional, nas audiências públicas que, por certo, se realizarão para ouvirmos o Brasil, todos os segmentos da economia, neste cenário de contradições incríveis, num País-continente, que estabelece, a cada momento, o confronto de interesses.

Os especialistas já bombardeiam a proposta do Governo. Seria cansativo fazer a leitura, aqui, da opinião de todos aqueles que já se manifestaram, de Ives Gandra, passando por Cláudia Petit, Sacha Calmon e tantos outros tributaristas, que apontam distorções e equívocos na proposta apresentada pelo Governo. Todos eles apresentam uma preocupação que deve ser a nossa prioridade: a proposta do Governo aumentará a carga tributária.

Seria inadmissível realizar uma reforma tributária para sobrecarregar, ainda, os setores produtivos deste País, já esmagados por uma carga tributária exorbitante.

te. Não há como se falar em reforma para aumentar a carga tributária.

Eu leria até, por entender ser curioso, o que escreve um grande jornal que reflete uma opinião internacional a respeito do nosso País.

Diz o **Financial Times**, em sua edição recente desta terça-feira, que, no Brasil, “as grandes companhias empregam exércitos de advogados para guiá-las através do labirinto de regulamentações. Mas, ao se depararem com tal complexidade, muitos pequenos empresários ou vão à falência, ou mergulham na “informalidade” – um termo muito utilizado no Brasil como um eufemismo para a sonegação de impostos.”

O jornal destaca, ainda, que “o fardo fiscal no País vem aumentando sistematicamente nos últimos anos, tendo chegado a um patamar de cerca de 37% do PIB (Produto Interno Bruto), tão elevado quanto o de muitos países desenvolvidos, sem entretanto resultar na qualidade dos serviços oferecidos por estes países.”

Essa é a grande diferença, Senador Jefferson Péres. Quando, aqui, se alardeia que a nossa carga tributária é inferior à de alguns grandes países, não se complementa com a afirmação de que, naqueles países, a população recebe serviços públicos de extraordinária qualidade, ao contrário do que ocorre entre nós, brasileiros.

Prossegue o jornal britânico: “o atual sistema baseia-se bastante nos impostos sobre as transações comerciais que são ocultos do consumidor no ponto de venda, de forma que, no Brasil, os pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que os ricos.”

Essa é a essência do modelo praticado no País. Os pobres pagam mais do que os ricos, porque...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – ... o nosso modelo tributário é regressivo, não é progressivo.

Nesse cenário, Sr. Presidente, todas estas distorções são responsáveis pelos desestímulos aos investimentos produtivos, bem como pela insegurança jurídica, sem falar no alto nível de sonegação e elisão fiscal. Nesse ambiente, o que floresce, realmente, é a informalidade. Essa denominação, como diz o jornal britânico, é um eufemismo para esconder, na verdade, a grande sonegação que há em nosso País.

Sr. Presidente, que o Governo aceite esse debate, que o Governo prossiga nesse debate, mas que esse debate se trave no cenário adequado, já que queremos um modelo tributário para o futuro do País e não apenas para o horizonte temporal do Governo Lula.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Queremos um modelo tributário moderno, capaz de promover o

desenvolvimento econômico do Brasil, e justiça social para o povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, como Líder do Democratas. A seguir, concederei a palavra à Senadora Fátima Cleide.

Voltaremos com a lista de oradores inscritos com a Senadora Marisa Serrano.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a a minha inscrição pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito, assim como os Senadores Expedito Júnior e Sérgio Guerra, na condição de Líderes.

Tem a palavra o Senador Jayme Campos. V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Tião Viana.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido na minha fala.

Nesta oportunidade, quero comunicar, neste meu pronunciamento, que apresentarei um projeto de lei. Daí por que ter de me dirigir a V. Ex^{as}, ilustres Pares desta Casa.

Poucos brasileiros foram tão sintonizados com seu tempo e sua gente quanto o Senador Jonas Pinheiro. Sua decantada simplicidade era mais uma virtude daqueles que têm o dom de interpretar a alma do povo com precisão e requinte. Jonas sabia enxergar, com lucidez, os anseios populares, identificando neles alternativa para construção de uma sociedade produtiva e justa. Foi assim que abraçou a causa da agricultura nacional. Principalmente porque viu nela um meio de levar qualidade de vida e desenvolvimento para o homem do interior brasileiro.

Sua luta incansável pelo campo, que teve no início num momento em que ainda havia enorme preconceito sobre o tema, resultou da inserção do setor primário como a principal atividade econômica do País na balança comercial.

Esse trabalho profícuo realizado pelo setor rural, obviamente resultou em conseqüências positivas nas áreas da indústria, do comércio e de serviços. Jonas Pinheiro conseguiu juntar os interesses do meio agrário

com o segmento do meio urbano, justamente por isso seu *slogan* era “o Senador do campo e da cidade”.

Não por acaso, Jonas foi homenageado, informalmente, com o título de patrono da Agricultura brasileira. Láurea concedida não por organismos ou instituições, mas por agricultores, pecuaristas e trabalhadores rurais, homens que, como ele, conhecem os segredos da terra, sabem o valor e o suor do peso das mãos calejadas na lida do campo. Jonas Pinheiro era defensor desta área. Entendia como poucos o coração dos trabalhadores que aram o chão deste imenso Brasil.

Sua trajetória no Congresso Nacional foi marcada pelas grandes conquistas para a agropecuária nacional. Suas teses em favor do homem do campo tornaram-se verdadeiros tratados que, hoje, sustentam o prestígio internacional do agronegócio do País.

Mas, Jonas representava mais que uma voz isolada que vinha dos grotões; ele possuía uma visão estratégica sobre o desenvolvimento do País, que foi clareando com o passar dos anos e com sua militância incessante por uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, pela sua franqueza e pelo rigor técnico de seus argumentos, sua pregação pelo setor produtivo alcançou tamanha repercussão.

Jonas foi um predestinado. Um vencedor. Filho de pescador, desde cedo aprendeu a fisgar seus objetivos com determinação e coragem. Jonas é um exemplo de retidão e caráter. Um brasileiro que fará falta para o País.

Ilustre Senador Geraldo Mesquita, fiz política ao lado de Jonas Pinheiro durante três décadas. Jamais ouvi dele uma palavra desleal ou agressiva. Nunca vi, de sua parte, uma atitude desonesta. Era um homem de sentimentos nobres e postura honrada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu poderia ficar horas e horas, neste plenário, enaltecendo as qualidades deste bravo parlamentar mato-grossense, que deixou uma lacuna insuperável nesta Casa.

Mas, o que me move hoje a esta tribuna é o desejo de consagrar uma homenagem permanente e relevante a esse grande brasileiro.

Nesse sentido, apresentei à Mesa do Senado Projeto de Lei, denominando “Senador Jonas Pinheiro” a rodovia BR-163, que demanda o trecho que liga Cuiabá a Santarém, ilustres Senadores Mário Couto e Flexa Ribeiro. Trata-se da grande via da produção do Centro-Oeste brasileiro. Muitos dos sonhos de Jonas de colher no futuro um país rico, de um povo próspero, estão plantados junto com as lavouras de grãos e invernações na área de influência da BR-163. Nada mais justo, então, que designar seu nome para batizar essa tão importante rodovia.

Peço apoio a todas as Sr^{as} e os Srs. Senadores nesta homenagem ao Senador Jonas Pinheiro.

Tenho, aqui, cópia do Projeto de Lei que apresentei no sentido de transformar a BR-163, trecho que liga Cuiabá a Santarém, em BR-Senador Jonas Pinheiro.

Eram essas, Sr. Presidente, minhas palavras
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– A Presidência incorpora integralmente as palavras de V. Ex^a como uma justa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide; a seguir, a concederei à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.)
– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria, na tarde de hoje, de iniciar o meu pronunciamento saudando o Governo Federal, o Presidente Lula e o Ministro Cassel, pela feliz iniciativa de lançar o Programa Territórios da Cidadania. Na Amazônia, Sr^{as} e Srs. Senadores, serão 13 territórios; no Estado de Rondônia, a região central do meu Estado, haverá 13 Municípios dentro do Programa Territórios da Cidadania. Serão R\$124,8 milhões destinados àquela região, que, no meu Estado, padece com os índices de desenvolvimento humano mais baixos.

Sr. Presidente, em outro momento, quero fazer uma saudação melhor a essa iniciativa, inclusive propondo que os Municípios da Amazônia que mais desmataram possam ser também beneficiados por esse Programa – eu o explicarei depois.

Sr. Presidente, venho a esta tribuna, mais uma vez, repudiar a atitude autoritária do Governador do meu Estado, que – repito – , mais uma vez, atenta contra os trabalhadores em educação, e não é à toa. Os sindicatos dos trabalhadores em Educação no meu Estado, Rondônia, são, na realidade, os únicos focos de oposição, naquele Estado, aos desmandos praticados pelo Governador Ivo Cassol.

Quero informar, Sr. Presidente, a este Plenário, que, seguidamente, têm o Governador e a Assembléia Legislativa do Estado usado pacotes contra os trabalhadores em Educação. Desta feita, os Deputados da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, a mando do Governador, alteraram a Lei Complementar nº 265, de 23 de maio de 2002, que instituiu uma gratificação de incentivo ao magistério, equivalente a 33% do vencimento do professor. Para ter direito a esta gratificação, Sr. Presidente, basta o professor estar em sala de aula. Mas, os Parlamentares do meu Estado

conferiram caráter punitivo à lei: para cada falta, o professor perderá um mês de gratificação, Senadora Marisa Serrano.

Se faltar dois dias, perde dois meses de gratificação, e assim por diante.

Do tanto de autoritarismo já visto na postura desse governo; do tanto de atitude torpe que lança mão para administrar Rondônia; do tanto de desrespeito que pratica contra autoridades de outros poderes; e do tanto de patrimonialismo desbragado que pratica em benefício próprio e familiar, não tenho dúvida, Sr. Presidente: essa é mais uma retaliação. Vingativa retaliação, porque os trabalhadores em educação são, como já disse, a categoria mais organizada e sempre pronta a denunciar a corrupção praticada pelo Governador e seus asseclas.

São tenazes opositores a um modo de governar que coleciona graves processos em diversas instâncias judiciais e cujo titular está na mira da Justiça Eleitoral, acusado de comprar votos nas eleições de 2006.

Uma das denúncias, e que agora se configura verdadeira, diz respeito à contratação de prestação de serviços para a realização dos Jogos Escolares de Rondônia – Joer, dos anos de 2005, 2006 e 2007.

Vejam bem, Srs. Senadores, praticou-se a primeira vez em 2005. Como não houve oposição ou manifestação da Justiça, repetiu-se o desvio nos anos de 2006 e 2007.

Mas, felizmente, a imprensa rondoniense acaba de noticiar: estão indisponíveis, por conta do pagamento a empresas por serviços feitos pela Secretaria de Educação, os bens do ex-secretário Cezar Licório, do atual secretário Ednaldo Lustoza e da mulher do Chefe da Casa Civil, Marli Fernandes Cahula.

A Juíza Keila Alessandra Roeder, da 2ª Vara da Fazenda Pública, decretou, a pedido do Ministério Público, a indisponibilidade de bens de 23 pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é o governo que Rondônia merece. E certamente não é com mais retaliações patrocinadas pelos Governador que a categoria dos trabalhadores em educação deixará de reabilitar direitos e fazer denúncias sobre ilegalidades.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação já impetrou no STF uma Adin contra a lei que retira a gratificação dos professores estaduais em caso de falta.

Além disso, a última investida do Governador, que encontra abrigo no Parlamento, tenta impedir a liberação de funcionários eleitos para a direção dos sindicatos. É uma afronta à Constituição Federal, como é, igualmente, uma afronta à nova tentativa de se criar uma CPI para intervir no Sindicato dos Trabalhadores em Educação.

Outras ações judiciais estão sendo preparadas. O caminho seguro é a Justiça. É nela que estão depositadas as esperanças de grande parte da sociedade rondoniense, que não tolera tantas ilegalidades produzidas, ano a ano, pelo atual governo.

Sr. Presidente, para ser sincera com o Regimento da Casa, e como V. Ex^a esqueceu de anotar nosso tempo no painel, concluo meu pronunciamento pedindo que meu discurso seja dado como lido e publicado na íntegra, registrando, mais uma vez, o repúdio às atitudes autoritárias do Governo do Estado de Rondônia, não apenas – quem dera fosse – com os servidores do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, mas com toda a população rondoniense.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA FÁTIMA CLEIDE.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta tribuna, em diversas ocasiões, manifestei a convicção de que a educação é o instrumento mais eficaz e potente para o crescimento e desenvolvimento de uma sociedade. Na resistente esperança de sensibilizar gestores públicos descomprometidos com a educação, tenho dito também que os investimentos dirigidos ao setor, bem empregados, atrelados a políticas públicas consistentes, encaminham a nossa juventude para uma vida digna e produtiva.

Nosso grande inspirador, o mestre Paulo Freire, dizia que, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa preocupação, entretanto, parece não sensibilizar o Governador de meu Estado, Rondônia. Ele demonstra franco desprezo pela educação. Em seu gene de administrador público habita um deserto de iniciativas destinadas à formação e capacitação do povo, sem nenhuma dúvida o mais valioso patrimônio de um país, de uma nação ou de um estado.

Já tive muitas provas de seu desprezo pela educação. A mais recente, e que mobiliza trabalhadores de Educação de Rondônia para uma paralisação geral no dia 12 de março, foi um pacote de leis aprovadas na Assembléia Legislativa, retirando direitos e benefícios da categoria. Isso vem ocorrendo paulatinamente em sessões extraordinárias, durante o ano passado, e agora, no início deste ano legislativo.

As leis alteradas, Sr^{as} e Srs. Senadores, são produto de manobra desleal e desrespeitosa para com os profissionais da educação, sujeitando-se o Parlamento rondoniense, mais uma vez, à submissão.

A vontade do governante mais autoritário que Rondônia já teve tem sido expressamente acatada. Registro, com orgulho, que os Deputados petistas Ribamar Araújo, Professor Dantas e Neri Firigolo recusaram-se a votar contra os trabalhadores da educação.

Uma das leis aprovadas, a que mais revela falta de compromisso do Governador de Rondônia para com a educação, é a chamada “Lei da Perseguição”. Assim denominada, de ponta a ponta do Estado, porque atinge em cheio a luta por salários justos e melhoria na qualidade de ensino.

Os Deputados, a mando do Governador, alteraram a Lei Complementar nº 265, de 23 de maio de 2002, que instituiu a Gratificação de Incentivo ao Magistério, equivalente a 33% do vencimento do professor.

Para ter direito à gratificação, basta o professor estar em sala de aula. Os Parlamentares conferiram um caráter punitivo à lei: para cada falta, o professor perderá um mês de gratificação. Se faltar dois dias, perde dois meses de gratificação, e assim por diante.

Sr^{as} e Srs. Senadores, do tanto de autoritarismo já visto na postura deste Governo; do tanto de atitude torpe com que lança mão para administrar Rondônia; do tanto de desrespeito que pratica contra autoridades de outros poderes e do tanto de patrimonialismo desbragado que pratica em benefício próprio e familiar não tenho dúvida.

Essa é mais uma retaliação. Vingativa retaliação, porque os trabalhadores em educação são a categoria mais organizada e sempre denunciaram a corrupção praticada pelo governador e seus asseclas.

São tenazes opositores a um modo de governar que coleciona graves processos em diversas instâncias judiciais e cujo titular está na mira da Justiça Eleitoral, acusado de comprar votos nas eleições de 2006.

Uma das denúncias e que agora se configura verdadeira diz respeito à contratação de prestação de serviços para a realização dos Jogos Escolares de Rondônia, Joer, dos anos de 2005, 2006 e 2007.

A imprensa rondoniense acaba de noticiar: estão indisponíveis, por conta do pagamento à empresas por serviços feitos pela própria Secretaria da Educação, os bens do ex-Secretário Cezar Licório, do atual Secretário Ednaldo Lustoza e da mulher do chefe da Casa Civil, Marli Fernandes Cahula.

A juíza Keila Alessandra Roeder, da 2ª Vara da Fazenda Pública, decretou, a pedido do Ministério Público, a indisponibilidade de bens de 23 pessoas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse não é o governo que Rondônia merece. E certamente não é com mais retaliações patrocinadas pelo Governador que a categoria da educação deixará de reabilitar direitos e fazer denúncias sobre ilegalidades.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, CNTE, já impetrou no Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a lei que retira a gratificação dos professores estaduais em caso de falta.

Mas eu disse acima, no início de minha fala, que um pacote de leis foi aprovado, inclusive traindo negociações que – bem ou mal – vinham sendo mantidas entre a categoria e gestor da educação, para tratar do Plano de Carreira. O Plano foi alterado, jogando por terra tudo que havia sido acordado no duro e difícil diálogo que se desenrola há muito tempo.

Além disso, uma investida que o Governador tenta há tempos encontrou abrigo no Parlamento: impedir a liberação de funcionários eleitos para atuação em sindicatos. É uma afronta à Constituição Federal, como é igualmente a nova tentativa de se criar uma CPI para intervir no Sindicato dos Trabalhadores em Educação, Sintero.

Outras ações judiciais estão sendo preparadas. O caminho seguro é a Justiça. É nela que estão depositadas a esperança de grande parte da sociedade rondoniense, que não tolera tantas ilegalidades produzidas ano a ano pelo atual governo.

Rondônia é dirigido por um chefe de Estado autoritário, desrespeitoso, incapaz de compreender a competência dos poderes. Emprega diariamente um tratamento desqualificado para com autoridades constituídas. E aí de quem atrapalha sua trajetória de desmandos.

Com total despudor, utiliza a máquina de governo para inconfessáveis interesses, nela abrigando acólitos que vergonhosamente submissos se prestam a todo trabalho sujo: perseguição a funcionários públicos de carreira, fraude em licitações, coerção de autoridades e desvio de recursos.

Mas essa é outra história, e que merece um capítulo à parte. Vamos, em breve, relatar o trabalho da Justiça rondoniense sobre personagens da tropa do governador. Personagens que tiveram e têm uma participação operosa na engrenagem de enriquecimento ilícito com dinheiro público.

Finalizando, expresso minha completa solidariedade aos trabalhadores da educação, a sua incansável luta pela melhoria salarial e educação pública de qualidade.

Contem comigo.
Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Fátima Cleide, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A solicitação de V. Ex^a será atendida nos termos regimentais.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para uma breve indagação a V. Ex^a, de vez que tramita na Casa o PLS nº 121, de autoria do nobre e eminente Senador Tião Viana, que trata da regulamentação da PEC nº 29, que financia a saúde pública do Brasil, matéria de que fui Relator há algum tempo.

Tenho certeza de que V. Ex^a, dedicado como é à colocação de uma pauta mais rápida possível, dando velocidade à tramitação das matérias nesta Casa, dará prioridade, vez que o Governo Federal, através da própria Receita Federal, anuncia no *site* da **Folha** que, no mês de janeiro, houve um aumento de arrecadação de R\$10 bilhões. Enquanto isso, Sr. Presidente, perdemos R\$15 bilhões com a queda da CPMF. Perdemos R\$3 bilhões no mês de janeiro, mas, ainda assim, a Receita Federal foi capaz de demonstrar que este País tem preponderância, sem dúvida alguma, no que diz respeito ao seu desenvolvimento econômico, e houve um aumento de arrecadação de R\$10 bilhões somente no mês de janeiro.

Portanto, indago a V. Ex^a quando a matéria, que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, entrará em pauta, devido à alta prioridade de seu andamento?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Antonio Carlos Valadares, respondendo a V. Ex^a, depois daquela reunião com a Bancada, a Frente Parlamentar da Saúde, e todas as entidades ligadas à saúde pública, reunião que contou com a presença do Senador Tião Viana, de V. Ex^a e de outros Senadores, estivemos com o Ministro da Saúde e com o Ministro do Planejamento. Tanto o Ministro Temporão quanto o Ministro Paulo Bernardo externaram o pensamento de participar, com as Lideranças desta Casa, de uma reunião para tratar do problema, devido ao impasse que se estabeleceu. Trago essa proposta dos Ministros e, posteriormente, eu gostaria de me reunir com o Presidente da Frente Parlamentar, com V. Ex^a e com o Senador Tião Viana, a fim de chegarmos a um consenso sobre isso.

É a informação que presto a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me associar ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares com relação à regulamentação da PEC nº 29, do nobre Senador Tião Viana. É preciso que o Senado Federal, Senador Tião Viana, agilize a aprovação de vosso projeto.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho e Senador Antonio Carlos Valadares, está demonstrado, pela arrecadação de janeiro de 2008, que foi superior à arrecadação de janeiro de 2007, corrigida a de 2007 pelo IPCA, e retirada de 2008 a CPMF de dezembro, que ainda tinha algo arrecadado em janeiro. Está provado que não houve queda de arrecadação pela derrubada da CPMF. Ou seja, não há por que a saúde ser penalizada. Há arrecadação suficiente, Senador Antonio Carlos Valadares, comprovada pela própria Receita Federal do Brasil.

Senador Tião Viana, V. Ex^a tem um aliado. E não apenas Antonio Carlos Valadares, mas acredito que todos os seus Pares aqui, para que agilizemos... E pedimos o apoio do Presidente Garibaldi Alves, que se tem colocado de forma independente na Presidência do Senado, para que votemos a PEC nº 29, para regulamentarmos, de vez, a questão dos recursos para a saúde no País.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de levantar uma questão que estamos debatendo muito nesta Casa, embora a votação esteja sendo feita na Câmara dos Deputados. Vou falar um pouquinho sobre a TV Pública. Fizemos audiências, discutimos, mas farei algumas ponderações que considero importantíssimas.

Primeiro, a CNT/Census divulgou, no final do ano, que 76% dos brasileiros formam sua opinião através da televisão. Muito abaixo vem o rádio, com 8% – 76% a televisão, 8% o rádio, 7% a Internet, 6% os jornais e 0,7% as revistas.

Portanto, se a população brasileira forma a sua opinião por meio da televisão, daquilo que nela é veiculado – e isso é majoritário neste País –, preocupa-me muito a questão de como vamos votar a criação de uma TV pública, sem que o assunto tenha sido exaustivamente debatido pela comunidade brasileira, por todos

aqueles que têm a obrigação de acompanhar o que se passa no País. Principalmente, a partir do momento em que Governo escolheu a medida provisória como forma de colocar em discussão e votação essa questão nas nossas Casas, isso me preocupa. Não estou aqui fazendo juízo de valor, não estou dizendo se é bom ou ruim: estou colocando a preocupação com um organismo que é tão importante para a formação da consciência do cidadão brasileiro e que não tem sido suficientemente debatido.

Quero apresentar uma preocupação maior: a de que, no momento em que se fez uma medida provisória, todo um complexo começou a andar – a televisão já está constituída, já existe orçamento para essa televisão, convênios estão sendo executados, os conselhos e os debates estão sendo instituídos. Há um fato colocado: a televisão pública, a TV Brasil, está funcionando. E, se por acaso essa televisão, que legalmente é virtual, porque ainda não foi votada; que legalmente não existe, senão por meio de medida provisória, não for aprovada, como já aconteceu anteriormente, por exemplo, com a CPMF, no final do ano? Se isso acontecer, como fica uma televisão que já tem mais de dois mil funcionários, juntando-se a Radiobrás e a TV do Rio de Janeiro? Como fica uma televisão que já nasceu nesses moldes; que já tem, além dos R\$350 milhões no Orçamento, mais R\$150 milhões da Fistel, totalizando-se R\$500 milhões, para o seu início; que tem um conselho curador já instituído? Como fica? Eu me preocupo muito, quando vejo questões tão sérias como essa e que mexem muito com a população brasileira virem a esta Casa por medida provisória. Se a urgência e a relevância são, realmente, as bases de uma medida provisória, como fica aquela medida provisória que chega pronta a esta Casa e que versa sobre algo que já passou a existir, como se os Senadores e Deputados não tivessem mais nada a fazer, a não ser dizer “Amém.”?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Permite-me um aparte, nobre Senadora Marisa Serrano?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Permito o aparte, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Nobre Senadora Marisa Serrano, V. Ex^a traz à tribuna um discurso da maior importância, como sempre. V. Ex^a trata da TV pública, matéria que é uma preocupação de todos nós, não pelo conteúdo, mas pela forma como chegou a esta Casa, como bem disse. Esse Governo não merece a confiança dos brasileiros e dos Parlamentares. Quero dar só um exemplo da utilização político-eleitoreira que pode ser feita de uma TV pública, como V. Ex^a bem disse, induzindo-se a sociedade a formar opinião que não é verdadeira. No meu Estado – vou fazer um pro-

nunciamento sobre isso –, a Governadora se nega a ceder – por cessão onerosa – área da Funtelpa, para lá colocar o equipamento da TV Senado, para que essa seja aberta em Belém. A imagem da TV Senado em televisão aberta, e ela se negou por escrito. O Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Dr. Helival Rios, mandou-me o material todo da troca de correspondência, porque eu tinha feito um pedido para priorizar Belém, no sentido de que tivesse TV aberta, e a Governadora negou. Por quê? Porque ela sabe que a TV Senado é um meio de comunicação visto por todo o Brasil, que, aberta no Pará, demonstraria aos paraenses as inverdades e a falta de gestão do seu Governo. Então, o que ela fez? Negou o espaço, mesmo sendo pago, e a TV Senado vai ter de ir, por meio de uma licitação pública, para uma área privada que queira alugar. Então, V. Ex^a tem toda razão de levantar essa dúvida, essa preocupação com a utilização política da TV Pública.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada.

Gostaria de falar ao Senador Flexa Ribeiro e aos companheiros que estão me ouvindo que, no final de semana, a **Folha de S. Paulo** fez uma entrevista longa com o Professor John Ellis, da Universidade de Londres, sobre a formação da BBC. Ele é um experto no assunto e disse que a BBC – todos aqui, principalmente aqueles que têm uma idade próxima da minha, que viveram e nasceram na época da Segunda Guerra e que acompanharam os fatos, sabem o que se passou –, assim como a TV estatal francesa e a RAI italiana, foi criada na época em que as televisões estavam começando e precisavam do apoio estatal.

A BBC foi criada antes da Segunda Guerra Mundial, e todo o empenho dos governos nos seus respectivos países, naquela época, era justamente para dar força a uma comunicação novel que estava se instalando e que precisava, sim, dessa força. Mas ele mesmo diz que hoje, com a grande gama de apoios, com a tecnologia que existe e com o grande número de televisores que há no mundo todo, neste mundo globalizado, é insustentável que o País ainda queira construir uma televisão estatal. Ele coloca isso. Uma televisão estatal fica amarrada principalmente às licitações para a compra de equipamentos, que, da noite para o dia, têm de ser renovados, e a agilidade de uma televisão hoje tem de ser muito grande, para que ela tenha sucesso e audiência, de modo que não seja apenas um traço na audiência pública.

O que me preocupa é saber por que temos tanta urgência em fazer uma televisão estatal, neste momento, no País.

O conselho curador dessa televisão se reuniu, pela segunda vez, agora em janeiro. Não estou aqui questionando as personalidades que fazem parte do conselho curador, embora não tenham sido escolhidas pelo seu nicho de atuação. Foram escolhidas pelo Presidente da República em que pese o gabarito e a força de cada um.

O que quero colocar para todos os nobres Pares é: sabem V. Ex^{as} para que o conselho curador fez uma reunião em janeiro? O conselho curador pediu à Presidente pluralidade de versões em toda a programação, porque, no programa *Ver TV*, no último dia 12 de janeiro, três debatedores disseram que a não-renovação da concessão à rede de tevê venezuelana RCTV pelo governo Hugo Chávez “era um ato normal e usual nas democracias”. O conselho curador reclamou, perguntando onde estava o contraditório: por que colocar só três debatedores que tenham a mesma visão e não a visão pluralista, necessária para que todos tenham vez e voz?

Ouçõ o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senadora Marisa Serrano, falo apenas para aplaudir o discurso de V. Ex^a. Nós, seus colegas de Bancada, avalizamos de forma absoluta seu pronunciamento. Mas gostaria de destacar, sobretudo, que é lastimável que o Congresso não possa debater de forma mais intensa esse tema da TV Pública porque o Presidente da República opta por enviá-lo por meio de medida provisória. Isso significa dizer: “Não queremos o debate; não queremos mudanças; não queremos aprimoramento; queremos colocar a tevê no ar imediatamente, custe o que custar.” Não importa o modelo de tevê que se oferece à população do País. Portanto, na preliminar, sem discutir o mérito, já somos contra a proposta do Governo, porque é uma medida absolutamente inconstitucional, injurídica, não tem relação alguma com aqueles pressupostos básicos já conhecidos de todos: relevância e urgência. O que há é pressa do Governo em aparelhar o Estado convenientemente para os seus embates eleitorais futuros. Evidentemente, não podemos compartilhar com esse desejo do Senhor Presidente e do seu Governo. Medida provisória não. Dessa forma não. Se o Congresso Nacional quer realmente moralizar essa questão e impedir essa enxurrada de medidas provisórias, não pode aprovar uma medida provisória dessa natureza.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Obrigada, Senador Alvaro.

Para terminar, quero fazer menção a um fato que deve ser pensado por todos aqueles que fazem desta Casa que é. Quando se pensa em uma medida provisória para uma questão como essa é muito preocu-

pante para todos nós, porque começamos a direcionar a questão de uma maneira autoritária e que não condiz com tudo aquilo por que estamos lutando.

Fiz um levantamento de todos os projetos de leis dos Senadores que estão tramitando nas comissões desta Casa. Pedi para fazer também um levantamento na Câmara dos Deputados.

Quantas vezes nós estamos fazendo propostas legais de uma televisão aberta, que é concessão pública: TV Globo, Bandeirantes, Record; são concessões públicas. Temos a obrigação de legislar e de fazer com que essas televisões façam aquilo que seja importante para o País. Se nós queremos mais tempo para a cultura regional, como está na justificativa da criação dessa nova tevê, por que não fazer nas tevês que estão aí, que são concessão pública? E nós temos todo o direito de regulamentar.

Portanto, eu queria deixar aqui a todos essa questão: discutir todos os projetos de lei que estão na Casa, os que estão na Câmara dos Deputados e fazer aquilo que é melhor para o País, de uma forma clara e transparente.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Para uma questão de ordem, com a palavra o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a desculpe a minha insistência, mas é necessário que se faça.

Hoje é terça-feira. Na terça-feira passada, V. Ex^a falou que deveria trazer uma solução para a criação das CPIs, inclusive a CPI solicitada por mim, que é a CPI do DNIT. Eu gostaria que V. Ex^a me desculpasse a insistência, mas se faz necessário insistir devido já ao tempo decorrido desde que colhemos as 37 assinaturas.

Eu gostaria que V. Ex^a pudesse se pronunciar a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Respondo a V. Ex^a, Senador Mário Couto, dizendo que abordamos hoje esse problema na reunião de Líderes, mas não chegamos a um consenso a respeito de como fazer funcionar as CPIs requeridas, que, no caso, são cinco. Todavia, nenhuma delas ainda foi lida. Já agora foi solicitada a CPI dos cartões corporativos.

V. Ex^a há de entender que é preciso haver um consenso das Lideranças, porque são elas que vão indicar os membros dessas CPIs. V. Ex^a há de compreender também que cinco CPIs não podem funcionar

simultaneamente. Algum critério haverá de ser estabelecido para que esta Casa possa compatibilizar o funcionamento das CPIs e o seu próprio funcionamento. A verdade é essa.

V. Ex^a, inclusive, pelo fator tempo, foi o primeiro signatário da segunda CPI. Da primeira CPI foi o Senador Romeu Tuma; V. Ex^a foi da segunda. Mas não houve ainda um consenso.

V. Ex^a também há de me dar razão quanto ao fato de que não posso resolver uma questão dessa natureza sem contar com o apoio das Lideranças, para que tudo isso funcione a contento.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Saiba V. Ex^a que, em hipótese alguma, eu gostaria de criar problema a V. Ex^a.

Fico satisfeito de V. Ex^a reconhecer que a minha solicitação foi a segunda. Já me dá uma tranqüilidade, porque acho que, dessa forma, poderemos estabelecer prioridades. E tenho certeza de que as Lideranças vão compreender o quesito tempo em relação às CPIs foram requisitadas.

Se V. Ex^a acaba de dizer que a minha foi a segunda, já fico satisfeito com o seu reconhecimento. E tenho certeza de que V. Ex^a vai expor isso ao Colégio de Líderes. Por isso, mais uma vez quero externar a minha confiança em V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço, Senador Mário Couto.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de comunicar a V. Ex^a que passa a ser uma exigência do PSDB, num futuro próximo, em prestigamento à iniciativa do Senador Romeu Tuma, a instalação da CPI da Petrobras. Todavia, S. Ex^a, de maneira muito cordata, concorda que é prioritária a investigação dos cartões corporativos. Portanto, aceita fazermos aquele escalonamento que hoje dizíamos a V. Ex^a que seria possível para que os trabalhos pudessem fluir em todos os seus campos possíveis de atuação.

Mas, Sr. Presidente, gostaria de transmitir à Casa informação que julgo muito relevante, do portal de notícias da Globo. A arrecadação somou, segundo a Receita Federal, R\$62,5 bilhões no mês passado, o que, descontada a inflação, e, portanto, em níveis reais, significa R\$10 bilhões a mais do que o mesmo mês do outro ano. E o mesmo mês do outro ano continha, no seu bojo, a arrecadação da CPMF. Ou seja, sem CPMF, a economia brasileira produziu R\$10 bilhões a mais em janeiro, num total de R\$62,5 bilhões.

Então caíram por terra todas aquelas invencionices: que prejudica a saúde, que prejudica não sei o quê.

Precisa de gestão, de seriedade. Cai por terra aquela história de que a prioridade era a saúde. Queriam dar tudo para saúde, porque fizeram o pacote econômico ou, mais exatamente, o pacote fiscal e não destinaram um tostão para a saúde.

Podiam ter dito: a prioridade é a saúde, então aumenta o IOF e joga tudo para saúde. Nenhum real para a saúde. Aumenta a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e nenhum real para a saúde.

Então peço que os **Anais** acolham essa notícia, porque é bom nós sabermos, primeiro, que não tomamos nenhuma atitude irresponsável; segundo, que fizemos algo que é bom para a economia brasileira; e, terceiro, está provada a desnecessidade da CPMF na nossa economia.

Agora, vou dizer a V. Ex^a o que disse hoje ao Ministro Mantega: com essa arrecadação aqui, Sr. Presidente, não sei se o Governo quer mesmo fazer uma reforma tributária. Não sei. Espero que a reforma tributária proposta pelo Governo não seja uma cortina de fumaça para desviar a atenção das acusações. Tomara que não seja.

Espero que não seja uma tentativa de jogar povo contra Congresso, porque, da outra vez, tentaram demonizar a Oposição no episódio CPMF. E a primeira demonstração de boa vontade do Governo, se é que quer mesmo fazer a reforma tributária, Sr. Presidente, vai ser não editar mais medida provisória alguma enquanto não se concluir a votação da reforma tributária em dois turnos na Câmara, depois em dois turnos no Senado. Passará pelo nosso crivo, em um debate que vai mexer com Estado contra Estado, setor econômico contra setor econômico, região contra região. Vai ser um debate muito intenso. Temos apenas quatro meses para fazer a reforma tributária. Ou seja, ou o Governo pára de mandar medidas provisórias, ou não está falando sério quando se refere à reforma tributária. Isso vai ficar claro já nas próximas semanas.

V. Ex^a, hoje mesmo, contou-me da reação maiúscula que teve quando o Ministro do Planejamento disse que precisaria mandar enxurradas de medidas provisórias para cá. Manda enxurradas, e não há tempo para se aprovar a reforma tributária.

Por outro lado, amanhã mesmo, quando formos apreciar três medidas provisórias – numa delas, a da Eletrobrás, descobrimos algo muito cabeludo que tem de ser esclarecido –, vamos ter horas e horas de debate sobre essa medida provisória que envolve a Eletrobrás. É de iniciativa do Deputado Eduardo Cunha, aquele que nomeou para Furnas. É bom; não escondo nada. Na nossa Liderança, há um funcionário que vai marcar o Deputado Eduardo Cunha, como o Garrincha, nos bons tempos: um zagueiro ali, em cima dele.

Então, assinou alguma coisa, queremos saber o que foi e por que foi.

Então quero saber exatamente as razões verdadeiras dessa emenda dele que facilita determinados consórcios da Eletrobrás. Vai ficar para amanhã esse debate.

Mas, por hora, que aguardemos a boa vontade do Governo, porque, com uma arrecadação tão farta assim, custa-me crer que esteja mesmo querendo a reforma tributária. Se quiser, vai ter a nossa ajuda sincera e real. Vamos ajudar o Governo a fazer a reforma tributária em nome do futuro do País, exigindo, em primeiro lugar, que demonstre boa vontade e não mande mais medida provisória para cá; e, em segundo, Sr. Presidente, que tome medidas que alcancem o Governo do Presidente Lula, não jogando supostas medidas de reforma para muito depois. Que sejam testadas essas medidas ainda nesse Governo, até para eventuais correções a partir do próximo período presidencial, que começa em 2011.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador João Pedro. Logo em seguida, concederei a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, não se esqueça de mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo, Senador João Pedro...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Serei breve, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – (...) e esse apelo é extensivo a todos os Senadores, porque temos de votar, ainda nesta sessão, uma matéria relativa a escolha de autoridade. Trata-se da indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema, Ancine.

Com palavra V. Ex^a, Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Serei rápido, Sr. Presidente, até para manter o quórum para a votação que precisamos fazer.

Não poderia deixar de registrar, com muito pesar, que, neste final de semana, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, houve mais um assassinato no Sul do Amazonas. No Município de Lábria, no ramal Jequitibá, o presidente da associação de moradores deste ramal, formado por populações tradicionais, Francisco da Silva, de 53 anos, casado, foi assassinado com um

tiro na testa, justamente porque as populações tradicionais resistem à exploração criminosa da madeira. Essa região do Sul do Amazonas é de floresta. Essa é a segunda liderança assassinada nestes últimos dois anos. O Sr. Gedeão foi assassinado em janeiro de 2006; agora, outro líder assassinado.

Espero que o Governo do Estado remeta para a região uma força policial. Vou participar mais este assassinato à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Enfim, neste meu registro, lamento e repudio a violência. Espero que providências sejam tomadas para evitar o assassinato das lideranças das populações tradicionais do Sul do Amazonas, no Sul do meu Estado, precisamente no Município de Lábria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino, depois ao Senador Sérgio Guerra e, em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem, apenas que V. Ex^a me oriente.

Estou inscrito para falar pela Liderança do meu Partido. Eu gostaria de saber se eu ainda consigo falar antes de V. Ex^a instalar a Ordem do Dia ou V. Ex^a já instalou a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Ainda não, mas da Ordem do Dia vai constar apenas essa escolha do Sr. Sérgio Henrique de Sá Leitão para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Cinema. Será um processo rápido, e V. Ex^a poderá falar após a Ordem do Dia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Não há problema. Peço desculpas por haver atropelado o Senador Sérgio Guerra, que é quem mais entende de Orçamento no Congresso Nacional, para o bem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é muito a propósito do que V. Ex^a está tratando, a instalação das CPIs que já estão lidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero deixar claro ao Plenário e a todos aqueles que nos ouvem...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador José Agripino, já foram lidas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Na reunião de Líderes de hoje foi tratado um assunto que, Senador Valadares, traduz muito mais do que um com-

promisso. É a credibilidade do Líder do Governo e do Presidente do Congresso.

E explico: era nossa intenção exigir como direito regimental – nós, Democratas, e, com certeza absoluta, os tucanos – que a leitura do requerimento entregue à Mesa Diretora na semana passada, pedindo a instalação da CPI só no Senado para investigar os cartões corporativos, fosse realizada hoje, já com bastante atraso.

Foi feito um apelo pelo Líder do Governo, Senador Romero Jucá, para que aguardássemos até às 2h da tarde de amanhã. O Senador Arthur Virgílio propunha que fosse lido imediatamente no abrir da sessão.

Fiz uma proposta conciliatória dando um prazo até às 6h da tarde de hoje, e o Líder do Governo pediu que, em vez de 6h da tarde, lhe fosse dado um prazo para até às 2h da tarde de amanhã.

É conhecido o posicionamento do Presidente do Congresso, Senador Garibaldi Alves Filho, que, com autoridade de Presidente do Congresso, demonstrou já, para conhecimento da Casa, a sua posição favorável ao entendimento para que, na CPI Mista, Câmara e Senado, que investiga cartões corporativos, fosse feita a distribuição do comando entre Governo e Oposição. E que, no Plenário, as forças partidárias se estabelecessem de acordo com as suas participações regimentais, ou seja, o Governo com ampla maioria no Plenário, e a Oposição apenas dividindo os postos de comando, Presidência com Oposição, relatoria com o Governo. Esta é a posição do Presidente da Casa: que seja feito o entendimento para que o comando seja partilhado e a investigação seja transparente.

Essa é a posição também do Líder do Governo; essa foi a posição colocada na reunião de Líderes do Líder do PSB, Senador Renato Casagrande; do Senador João Ribeiro, do PR, que tem posição semelhante; do Senador Zambiasi, Líder do PTB, que tem posição semelhante, e creio do Senador Francisco Dornelles, do PP. Ou seja, os Líderes presentes são favoráveis ao entendimento, assim como o Presidente do Congresso. O Líder do Governo na Casa pede 12 horas de prazo para trazer um entendimento – espero eu com êxito – para a tese dos dirigentes do Senado, dos Líderes e da racionalidade.

De modo que nós concedemos. Arthur Virgílio concordou, eu concordei, consultei a Bancada na Câmara. Agora, espero que o Governo, que é quem vai dar o aconselhamento para que o entendimento seja feito ou não seja feito, não subtraia do Líder do Governo esse pedaço de autoridade que ele sacou contra nós.

Na verdade, nós demos um cheque em branco ao Líder do Governo, e ele sacou a descoberto em matéria de credibilidade junto à Oposição; nós demos a ele o crédito para que fosse buscar, em nome da racionalidade e do equilíbrio, a instalação de uma CPI só, a mista. Demos mais um prazo, abrimos um crédito de confiança que se estende à posição do Presidente do Congresso. Não é possível que o Palácio do Planalto vá querer, não digo insultar, desmoralizar, mas contrariar todos esses seus correligionários e contrariar, mais do que isso, a racionalidade dos fatos.

De modo que quero dizer, Sr. Presidente, que aguardo com otimismo a expectativa de que o Líder Romero Jucá venha, em nome da racionalidade, compor, instalando uma CPI só para investigar cartões corporativos, com a Oposição. Do contrário, nós vamos fazer da instalação da CPI do Senado ponto de honra para a Oposição. Já que ela foi desrespeitada no âmbito do Congresso, nós instalaremos a CPI para investigar, democraticamente e com isenção, no âmbito do Senado. Para isso, contamos com V. Ex^a, que já tomou o compromisso de amanhã, impreterivelmente, ler o requerimento para que se tomem as providências de instalação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já há algum tempo eu venho fazendo uma série de comentários sobre a questão do Orçamento no Congresso. Já falei sobre isso várias vezes. Eu defendo o encerramento das atividades da Comissão Mista de Orçamento. Acho que, se por mais tempo ela for mantida, mais dificuldades, mais vulnerabilidades vão ser produzidas no Congresso, numa relação absolutamente comprometida entre Legislativo e Executivo.

No ano passado, aprovamos no Congresso Nacional uma resolução – um pequeno grupo se reuniu para trabalhar nisso e eu também. Essa resolução deu alguns passos positivos. No entanto, a prática deste ano comprometeu esses modestos passos.

Segundo uma das decisões tomadas, quem fizesse parte da Comissão de Orçamento em um ano dela não faria parte no ano seguinte, mas há uma fortíssima pressão para que essa decisão não se mantenha.

Eu sei que setores organizados na Comissão de Orçamento ameaçam inclusive com a não-aprovação do Orçamento se não cair essa orientação. O fato de um Parlamentar continuar, por mais de um ano, em uma Comissão dessas – ou em qualquer outra Comissão

– não é negativo em si. Ao contrário, interpretado com lucidez, ele é positivo na medida em que especializa pessoas em matérias relativamente complexas. Mas quando a estrutura, como eu sempre disse, está viciada, absolutamente viciada, manter o privilégio daqueles que estão lá é comprometer o funcionamento do Congresso Nacional em um limite que ninguém imagina.

Existe um grupo poderoso que se sobrepõe ao restante da Comissão, muitas vezes ao Relator e ao Presidente – “barricadas” foi a palavra que eu ouvi de pessoas responsáveis na Comissão de Orçamento. Esse grupo aprova arbitrariedades. Não vou falar de corrupção porque não tenho provas para isso, mas afirmo com toda clareza que há encaminhamento ilegal, imprudente, injusto, equivocado.

Por exemplo – o jornal **Folha de S. Paulo** fez matéria grande sobre isso ontem –, este ano introduziu-se um tal de anexo ao PPA. Esse tal anexo foi incluído na LDO e, depois, confirmado no relatório preliminar. Ele simplesmente autoriza o Relator-Geral a fazer Emendas de Relator para aprovar recursos para um pequeno grupo que, em grande parte, manipula a Comissão de Orçamento. É um privilégio absurdo! Todos nós podemos emendar conforme as regras dispostas e conhecidas: Emendas Individuais, Emendas de Bancada, Emendas de Comissão. Agora, porém, há também essas tais Emendas de Relator. Emendas de Relator só podem ser feitas no caso de omissões e erros para produzir sistematização, não para produzir privilégios, arbitrariedades e algo que não pode ser aprovado, mas é muito provável que seja: vantagens indevidas.

Há lá um anexo de quinhentos e tantos milhões que se transformou em Emendas de Relator no mesmo valor. Se o Congresso aprovar isso, é melhor o Congresso fechar, porque ele estará entregando a um pequeno grupo, a uma minoria absolutamente comprometida, recursos dos quais ele não tem o direito de dispor. Como se não bastassem os contingenciamentos, como se não bastasse a utilização do Orçamento para manter a maioria ou para conseguir votos, como se não bastasse a absoluta falta de prioridades no uso do dinheiro público, agora um pequeno grupo se impõe, muito mais do que no passado, para aprovar recursos que lhe interessa de maneira absolutamente comprometida.

Eu tenho convicção total e absoluta de que, ou damos um basta a essa situação – situação que se reproduz apenas de forma visível neste caso, mas que pode ser vista de várias maneiras, em vários locais e de várias formas –, ou não teremos o que fazer de nossos mandatos.

O Orçamento é a lei mais importante que nós aprovamos. As relações do Congresso com o Executivo, do Legislativo com o Executivo, são permeadas pelo Orçamento. Como aprovar isso? Como permitir um absurdo desses?

Acho que os partidos que estão aqui representados devem entender que não dá mais para continuar com o jogo que caracteriza a atual Comissão de Orçamento; independentemente das pessoas que estão lá, que são honradas, o seu conteúdo é comprometedor e não pode ser mantido. Se assim não procedermos, depois de dezenas e dezenas de afirmações, de denúncias, vamos nos preparar para a CPMI que está faltando, que é a CPMI do Orçamento. Essa está faltando.

Vamos investigar cartões corporativos. Tudo bem. Investigar ONGs também está certo, mas temos de investigar antes o que está sendo feito aqui no Congresso com a cumplicidade de muita gente, algo que é comprometedor e contaminado por corrupção. Tenho certeza de que essa medida, essa posição não pode prevalecer ao arrepio da decisão de tanta gente afirmativa, como o Presidente do Congresso e Presidente do Senado, o Senador Garibaldi Alves.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão do Senador Dornelles, porque já havia sido solicitada a palavra pelo Senador Alvaro Dias, a quem concedo a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ) – Sr. Presidente, gostaria de pedir a palavra pela ordem como membro da Comissão de Orçamento.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sr. Presidente, eu e outros Senadores temos uma série de compromissos. A Ordem do Dia deveria ter começado às 16h e já são 17h40min.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, serei breve. Submeto a V. Ex^a o fato e fica a seu critério a convocação da Advocacia Geral do Senado para analisar providências que eventualmente possam ser adotadas a respeito.

Esta Casa aprovou a Lei nº 11.345 no ano de 2006 instituindo a Timemania. Fui autor de uma emenda com o objetivo de moralizá-la e o Congresso Nacional a aprovou. Essa emenda estabelece que só poderão se beneficiar dos resultados da Timemania os clubes

cujos dirigentes não tenham sido condenados em qualquer instância da Justiça.

Pois bem, Sr. Presidente, decreto que regulamenta a lei adotado pela Caixa Econômica Federal altera o conteúdo da lei aprovada pelo Congresso Nacional e permite que clubes com dirigentes condenados participem da Timemania, valendo-se dos benefícios dela decorrentes.

Alega a Caixa Econômica Federal, através de um dos seus porta-vozes, que a lei aprovada pelo Congresso é inconstitucional e que o decreto procurou corrigir essa inconstitucionalidade. Ora, Sr. Presidente, um decreto regulamentador não pode se sobrepor à lei que instituiu a Timemania. De outro lado, não tem a Caixa Econômica Federal ou o Poder Executivo prerrogativas do Supremo Tribunal Federal.

Não cabe à Caixa Econômica Federal deliberar sobre eventuais inconstitucionalidades. Exorbitou, portanto, quem redigiu e aprovou esse decreto de regulamentação da Timemania. Instituímos essa lei com o cuidado de impedir que os benefícios da Timemania fossem utilizados para tapar buracos abertos pela corrupção nos times de futebol e também com o cuidado de não premiar os desonestos.

Parece-me que essa atitude procura acobertar corrupção e proteger desonestos, fazendo-os beneficiários de uma lei que tem por objetivo sanar finanças dos clubes, exatamente porque a corrupção, lastimavelmente, destruiu as finanças de muitos clubes no Brasil.

Por essa razão, Sr. Presidente, houve um desrespeito a uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. Não sei qual medida poderia ser adotada. Deixo isso a critério de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Alvaro Dias, logo darei conhecimento a V. Ex^a das providências que serão tomadas.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão de Orçamento, quero tecer alguns comentários, reiterando inicialmente o maior respeito e a maior admiração que tenho por uma das mais ilustres figuras do Parlamento, o Senador Sérgio Guerra.

Fui testemunha do trabalho feito pelo Senador Maranhão e pelo Deputado Pimentel na Comissão de Orçamento. O Congresso surgiu no mundo para votar o Orçamento. A principal tarefa do Congresso é identificar anualmente o montante de recursos que é transferido do setor privado para o setor público, escolher as incidências cuja realização obrigam aqueles

que com ele têm direto relacionamento a pagar os impostos, estabelecer as diretrizes de aplicação desses recursos e fazer a fiscalização. Essa é a importância do Congresso.

Dentro desse contexto, considero da maior importância o fortalecimento da Comissão de Orçamento, que tem uma assessoria do mais alto gabarito, que tem os técnicos de maior competência nessa área e não somente do Congresso, mas da administração pública brasileira.

Concordo com o Senador Sérgio Guerra que, em qualquer assunto lá votado, transparente, temos condições de, inclusive, introduzir modificações no Senado. Mas quero apenas defender e dizer que o trabalho realizado pelo Deputado José Pimentel e pelo Senador José Maranhão foi da maior importância e transparência. Devemos nos orgulhar do trabalho ali realizado.

Qualquer assunto que realmente tenha de ser corrigido virá ao Plenário. E teremos todas as condições, inclusive com o conhecimento profundo que o Senador Sérgio Guerra tem da matéria – porque é um dos maiores conhecedores que temos de assuntos orçamentários –, para corrigir qualquer distorção que ali seja apresentada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, vamos dar início, agora, à Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É sobre a Ordem do Dia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V. Ex^a disse que, na pauta de hoje, teríamos apenas o processo de aprovação do nome do novo Diretor da Ancine, aprovado hoje pela manhã na Comissão de Educação.

Peço, com a concordância do Colégio de Líderes, que também colocássemos na pauta a votação da indicação da Desembargadora Kátia Magalhães Arruda para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Seu nome foi aprovado na CCJ com pedido de urgência para tramitar no plenário. Que façamos as duas votações na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e informo que após a vo-

tação do primeiro item da pauta farei a consulta às Lideranças a respeito da sua solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item extrapauta:

PARECER Nº 96 DE 2008 (Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, Relator: Senador Francisco Dornelles, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Sr. *Sérgio Henrique Sá Leitão Filho* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 383, VII, combinado com o art. 291, I, e, do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

Vamos abrir o painel eletrônico.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

Trata-se de uma matéria que, na reunião das Lideranças, conseguiu acordo de todos os Líderes partidários.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a votação se processa, peço o comparecimento dos Senadores do PSDB ao plenário para cumprirmos o acordo de votarmos as autoridades que foram sugeridas por V. Ex^a, todas elas devidamente aprovadas nas Comissões temáticas da Casa.

Ao mesmo tempo, quero reforçar a denúncia gravíssima feita pelo Senador João Pedro, do meu Estado, a respeito de um assassinato – fato que não é prática no Amazonas – por um pistoleiro ou por alguns pistoleiros, no sul do Amazonas, no Município de Lábrea. Certamente foram grileiros de terra os responsáveis por isso. Mas, repito, Sr. Presidente, isso não é prática no meu Estado.

Hoje, no entanto, estamos vendo a pistologem no Estado do Amazonas, e com todos os danos que isso pode causar às pessoas que vivem da economia tradicional e, inclusive, ao equilíbrio ecológico da região.

Então, daqui, cobro providências enérgicas do Governador do Estado que não tem como não mandar para lá expressiva força policial de modo a prevenir novos crimes e a encontrar o culpado ou os culpados dessa barbárie.

Governar não é ficar batendo perna de um lado para o outro, mas assumir responsabilidades. E assumir responsabilidades, neste momento, é descobrir o criminoso e colocá-lo na cadeia, para que seja julgado de acordo com as leis brasileiras, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero apenas fazer um apelo para que toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores possa comparecer ao plenário, a fim de que possamos apreciar a indicação do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, que é um acordo de todas as Lideranças. Gostaríamos, assim, da presença de todos para concluir a votação no mais breve espaço de tempo.

Recomendamos o voto “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Faço um apelo ao Senador César Borges, ao Senador Cícero Lucena e ao Senador Tasso Jereissati para que exerçam o direito do voto.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Já votei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador César Borges, que informa que já votou.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Sr. Presidente, também já exerci meu direito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Já votou o Senador Tasso Jereissati. Exerceu legitimamente seu direito de voto.

Consulto se algum Senador ainda deseja exercer o direito do voto. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 96, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sr. SÉRGIO HENRIQUE SÁ LEITÃO FILHO, PARA EXERCER O CARGO DE DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE

1ª Sessão: 1
2ª Sessão: 26/2/2008

Num. Votação: 1
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 26/2/2008 17:45:53
Encerramento: 26/2/2008 17:53:39

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
EM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
SDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
EM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	Votou
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
SDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
loco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
SDB	PB	CÍCERO LUCENA	Votou
DT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
SDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
EM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
loco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
TB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
SDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
loco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	Votou
MDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
MDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
MDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
EM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
MDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
TB	DF	GIM ARGELLO	Votou
EM	PI	HERÁCLITO FORTES	Votou
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
MDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
EM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
DT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
loco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
SDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
TB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
EM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
MDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
EM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
SDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
MDB	PI	MÃO SANTA	Votou
EM	PE	MARCO MACIEL	Votou
EM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	Votou
SDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
MDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
DT	PR	OSMAR DIAS	Votou
SDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
MDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
loco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
EM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
TB	SP	ROMEU TUMA	Votou
MDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
SDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
loco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
MDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
MDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Votos SIM : 47
Votos NÃO : 05
Votos ABST. : 02

Total : 54



Primeiro-Secretário

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Secretário: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 26/2/2008 17:53:41

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votaram SIM 47 Srs. Senadores; e, NÃO, 05. Houve duas abstenções.

Total: 54 votos.

Aprovado o nome do Sr. Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – Ancine.

Será feita a devida comunicação ao Senhor Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consulto os Srs. Líderes, de acordo com solicitação do Senador Flexa Ribeiro, se será votado hoje, conforme decidido na reunião dos Líderes, a indicação da Dr^a Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho (TST) no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo. Nossa preocupação se dá por que há necessidade de 41 votos favoráveis à aprovação da indicada para que ela componha o TST.

Senador Jefferson Péres, V. Ex^a concorda que a votação seja feita ainda hoje?

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a concorda com a votação ainda hoje para a indicação da Dr^a Kátia Magalhães para o TST?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu estava recebendo uma aula de Direito Constitucional do Senador Jefferson Péres e não pude prestar atenção, mas concordo com isso, evidentemente. Trata-se de profissional qualificada que vai honrar essa alta Magistratura, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Senador José Agripino.

Senador José Agripino, V. Ex^a concorda com a votação ainda hoje da indicação da Dr^a Kátia Magalhães para compor o TST?

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Estou de acordo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a também concorda com isso?

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – Concordo, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Sr. Presidente, apenas quero anotar meu voto favorável ao Parecer nº 96.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O voto de V. Ex^a constará dos nossos trabalhos de hoje.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Renan Calheiros.

O SR. RENAN CALHEIROS (PMDB – AL. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pediria que, na forma do Regimento, V. Ex^a se dignasse a mandar registrar minha participação na votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Será atendida a solicitação do Senador Renan Calheiros.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero dizer a V. Ex^a e a todos os nossos Pares que sou absolutamente favorável à votação, nesta sessão, da indicação da Desembargadora do TRT do Maranhão para o Tribunal Superior do Trabalho. É essa a nossa posição. Lamentamos não estarmos presentes na última semana, quando da arguição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para manifestar nosso desejo de que a votação ocorresse nesta tarde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Nery.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, concordo com a votação. A Dr^a Kátia Magalhães, brilhantemente, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, teve seu nome aprovado praticamente por unanimidade. A votação hoje é de bom grado. Estamos de pleno acordo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – **Item extrapauta:**

PARECER Nº 90, DE 2008

(Escolha de autoridade)

Discussão, em turno único, o Parecer nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati, sobre a Mensagem nº 1, de 2008 (nº 998/2007, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação da Dr^a Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

Em discussão o parecer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento V. Ex^a por atender o apelo e colocar a matéria em votação hoje. Os Tribunais têm importância vital. Há indicação de um membro já passado pela Casa e há dificuldade na votação.

Também quero cumprimentar as mulheres, porque, nas últimas votações, temos visto, com muita alegria, que o Tribunal Superior do Trabalho está sendo ocupado por mulheres, Senador Collor. Essa é uma grande vitória do sexo oposto, que está colaborando com a Justiça no sentido da defesa do trabalhador.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 111-A da Constituição Federal, a matéria depende, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta da composição da Casa. A votação deverá ser secreta, feita pelo processo eletrônico.

Em votação a matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a despeito de a votação se realizar de forma secreta, quero registrar esse significativo esforço da Justiça do Trabalho de aumentar a participação das mulheres naquela Corte. São 27 juízes. Se, agora, aprovarmos essa indicação – tenho a convicção de que o nome da Dr^a Kátia será acolhido –, haverá cinco mulheres, num Tribunal de 27 representantes. Digamos que é muito pouco – a língua portuguesa me permite dizer que é “muito” e que é “pouco”; então, é muito pouco –, mas temos de destacar que são três mulheres nas quais votamos, seguidamente, para o Tribunal Superior do Trabalho nos últimos meses: uma goiana, uma mineira e, agora, uma maranhense de carreira, mas nascida no Estado do Ceará, Dr^a Kátia Arruda, que é uma personalidade feminina de grande expressão política.

A Dr^a Kátia Arruda participou ativamente como jovem estudante secundarista da organização dos jovens no Estado do Ceará, da juventude secundarista, num período difícil, porque ainda vivíamos numa situação de arbítrio, de dificuldades. Ali, ela dirigiu a União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas por dois mandatos; participou da diretoria do Diretório Central dos Estudantes, do Centro Acadêmico Clóvis Bevilá-

qua, da Faculdade de Direito da Universidade Federal; trabalhou como servidora pública no Estado do Ceará e no Estado do Piauí. Finalmente, toda sua carreira na Justiça do Trabalho se dá no Estado do Maranhão. Ali, ela é juíza, ascendeu ao posto de desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho no Maranhão. E é dali exatamente, do Estado do Maranhão, que é a indicada pelo Presidente da República para ocupar o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Então, meu desejo é o de que ela seja acolhida, amplamente, por este Plenário do Senado Federal, para ocupar o posto avançado da Justiça trabalhista no nosso País, que é o de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero encaminhar à Mesa requerimento de pesar, assinado por mim e pelo Senador Eliseu Resende, pelo falecimento, em Belo Horizonte, do ex-Deputado Agostinho Patrus, que foi Deputado Estadual por seis mandatos e Presidente da Assembléia Legislativa de Minas. Ele era médico e foi Presidente da Associação Médica do Estado. Foi Secretário-Adjunto no Governo de Francelino Pereira, depois foi Presidente da Assembléia no período do meu governo e, mais recentemente, foi Secretário de Transportes e Obras Públicas do Governador Aécio Neves – e também já havia sido Secretário da Casa Civil ainda no meu Governo.

Desde 2005, Agostinho Patrus estava filiado ao DEM e deixa como herdeiro político seu filho Agostinho Patrus Filho, que exerce seu primeiro mandato.

Sua habilidade política, a seriedade e a busca permanente pelo consenso têm reconhecimento unânime de correligionários e de adversários, e, por meio da TV Assembléia, verificou-se gestão de muita transparência.

Dessa maneira, Sr. Presidente, eu queria encaminhar, com muito pesar, esta comunicação, para que seja enviada à sua viúva, a médica Orcanda Patrus, e aos seus filhos Agostinho, Breno e Lucas.

Eu, que tive o privilégio do seu convívio, como Deputado, como Presidente da Assembléia e, depois, como Secretário da Casa Civil, posso testemunhar a amizade, a lealdade, o cumprimento dos deveres, a obediência ao que tivesse sido acordado e o aprendizado legado por ele em buscar permanentemente o entendimento, fugindo do confronto.

Minas perde em sabedoria com sua ausência.

O Deputado Agostinho era também tio do Ministro Patrus Ananias e membro de uma comunidade de grande presença na sociedade mineira.

É, portanto, com muito pesar que trago esse comunicado ao Plenário do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço aos Srs. Senadores César Borges, Gim Argelo, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Roseana Sarney, Mão Santa, José Agripino que exerçam seu direito de voto. (Pausa.)

O Senador César Borges já votou, bem como o Senador José Agripino e o Senador Arthur Virgílio.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Sr. Presidente, pela ordem, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a tratativa que V. Ex^a está tendo com o Presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, sobre a possibilidade de apressar a votação de alguns projetos nossos que já foram votados no Senado e que, inclusive, estão parados na Câmara, eu gostaria de fazer um apelo, para que pudéssemos tentar votar o projeto de transposição dos servidores do Estado de Rondônia. Aqui se fala tanto em transposição, mas essa é uma transposição dos servidores de nosso Estado.

Trata-se de uma PEC da Senadora Fátima Cleide, já aprovada pelo Senado. É a PEC nº 87. A Comissão já votou, e a matéria já está pronta para ser votada pelo Plenário da Câmara dos Deputados. Se houver modificação no texto, ela retornará a esta Casa.

Então, eu gostaria de fazer este apelo: que V. Ex^a solicitasse a compreensão do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que pudéssemos votar essa medida, muito importante para o Estado e, principalmente, para os servidores do Estado de Rondônia, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Expedito Júnior. Vou procurar incluir a matéria na listagem daqueles projetos que serão encaminhados à Câmara dos Deputados.

Senador Cristovam Buarque, faço um apelo para que V. Ex^a exerça seu direito do voto, bem como o faço ao Senador Sérgio Guerra.

Vamos encerrar a votação.

Consulto as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores se todos já votaram. (Pausa.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, a Senadora Lúcia Vânia está se dirigindo ao plenário. Eu pediria só atenção, porque se trata de uma mulher para votar. Peço, então, para aguardarmos S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos, então, aguardar a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na quinta-feira, esta Casa fará uma sessão de homenagem ao nosso queridíssimo Senador Jonas Pinheiro, recentemente falecido. Quero fazer o registro de que já se encontra entre nós, e não tomou posse porque já o havia feito em oportunidade anterior, o suplente de Jonas, Dr. Gilberto Goellner. Mato-grossense, Senador pelo Estado de Mato Grosso, homem igualmente ligado às coisas da terra e da agricultura, filiado aos quadros do Democratas, que já nos honrou quando exerceu o mandato anteriormente, num período de licença do Senador Jonas Pinheiro, retorna agora, em caráter definitivo, pelo falecimento do titular.

Quero, com isso, manifestar a alegria do meu partido, o Democratas, que lidero com muita honra nesta Casa, pela chegada do Senador Gilberto Goellner, a quem desejo muito bom êxito no exercício do seu mandato e em quem o meu partido deposita as melhores expectativas, por ser S. Ex^a um **expert** em assuntos também de agricultura, do agronegócio e das coisas do campo.

São os nossos votos, com um abraço cordial do companheiro e do Líder, que lamenta profundamente a perda de Jonas e saúda a chegada do Senador Gilberto Goellner.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, demais colegas Senadores e Senadoras, quero apenas complementar a fala do nosso Líder, o querido Senador José Agripino, também desejando boas-vindas ao ilustre e valoroso companheiro democrata de Mato Grosso, Senador Gilberto Goellner.

Evidentemente, imagino que ele não gostaria de substituir o Senador Jonas Pinheiro nessas condições.

Todavia, por força de lei, é obrigado a cumprir o seu papel constitucional, ou seja, o de Senador da República pelo Brasil, mas, sobretudo, o de legítimo representante do povo mato-grossense nesta Casa.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Substituir o Senador Jonas Pinheiro, companheiro Senador Gilberto, é uma missão difícil, até porque V. Ex^a conhece muito bem a trajetória desse valoroso mato-grossense, querido e inesquecível Jonas Pinheiro, homem manso, homem bom e homem amigo. Esta Casa e a sociedade brasileira, que o conheceram em vida, sabem perfeitamente do trabalho exemplar que ele fez como Deputado Federal por três vezes e como Senador da República no seu segundo mandato, exercendo um papel preponderante na luta e na defesa da agricultura e da pecuária brasileira, não só do agronegócio, mas também dos pequenos produtores rurais daquele Estado e de todo o imenso Brasil.

De modo que eu, particularmente, que conheço V. Ex^a há algum tempo, sei perfeitamente que fará um belo trabalho, um trabalho exemplar, substituindo Jonas Pinheiro nessa cadeira, em defesa da sociedade brasileira, não somente em relação ao agronegócio, mas, sobretudo, no que diz respeito a políticas públicas que possam melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro.

Dou-lhe boas-vindas em meu nome e, certamente, no da maioria dos nossos colegas Senadoras e Senadores. Esta Casa espera um trabalho exemplar de V. Ex^a, principalmente em prol de um Brasil e de um Mato Grosso melhores.

Muito obrigado.

Essas são minhas palavras, Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou pedir a atenção de V. Ex^a, porque, na semana passada, fiz uma solicitação quanto ao problema da multa do Paraná, para que V. Ex^a fizesse uma intervenção junto ao Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, hoje, estive na Secretaria do Tesouro Nacional, com o Procurador do Estado do Paraná, e fiz uma sugestão com relação a essa resolução, aprovada aqui, que não está sendo atendida, que está sendo ignorada, sob a alegação do Secretário do Te-

souro Nacional de que é inconstitucional e fere a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Pois bem, de fato, não se trata do texto que a Secretaria do Tesouro Nacional havia proposto ao Paraná. Houve uma alteração de última hora, e o texto que foi aprovado aqui ficou bom para o Paraná, ficou bom para todo mundo, menos para a Secretaria do Tesouro Nacional.

O que propus, hoje, é que eles redijam o texto de uma nova resolução, submetam-no ao Governo do Paraná e, se houver concordância de sua parte, voltaremos a apreciar essa matéria aqui.

Então, na verdade, estou pedindo a V. Ex^a para, por enquanto, não fazer nenhuma intervenção junto ao Supremo Tribunal Federal e aguardar essa possibilidade de um novo acordo para apresentação de uma nova resolução no Senado Federal, que seja de concordância tanto do Estado do Paraná quanto da Secretaria do Tesouro Nacional. Assim, não haverá essa possibilidade de não aceitação por parte do Governo Federal.

Faço esse apelo a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Quero, também, dirigir uma palavra de saudação ao Senador Gilberto Goellner, que hoje reassume a sua cadeira no Senado da República, tendo em vista o desaparecimento do nosso inesquecível colega Senador Jonas Pinheiro.

Quero dizer da confiança de todos nós no exercício do mandato que V. Ex^a exercerá, diante desse trágico desaparecimento. V. Ex^a tem uma missão pela frente das mais difíceis, mas tenho certeza de que V. Ex^a tem a mesma vocação e terá a mesma dedicação e o mesmo empenho em defender a agricultura brasileira e a agricultura mato-grossense que o Senador Jonas Pinheiro sempre manifestou.

Portanto, registro a presença de V. Ex^a no plenário, com grande satisfação, e desejo a V. Ex^a um feliz exercício de mandato de Senador da República.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a votação. Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Se V. Ex^a quiser, pode encerrar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou encerrar a votação.

A Senadora Lúcia Vânia já votou. (Pausa.)

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO SECRETA

Senado Federal

PARECER Nº 90, DE 2008 (ESCOLHA DE AUTORIDADE)

Sra. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA, PARA COMPOR O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Num.Sessão: 1
Data Sessão: 26/2/2008

Num.Votação: 2
Hora Sessão: 14:00:00

Abertura: 26/2/2008 18:00:27
Encerramento: 26/2/2008 18:17:57

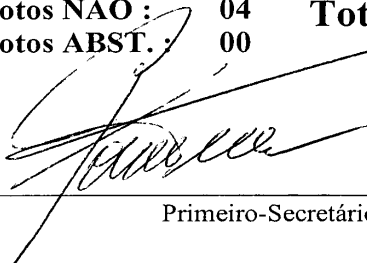
Partido	UF	Nome do Senador	Voto
JEM	DF	ADELMIR SANTANA	Votou
ºSDB	PR	ALVARO DIAS	Votou
JEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	Votou
loco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	Votou
ºSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	Votou
loco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	Votou
loco-PR	BA	CÉSAR BORGES	Votou
ºDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	Votou
ºSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	Votou
JEM	MG	ELISEU RESENDE	Votou
loco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	Votou
ºTB	AL	FERNANDO COLLOR	Votou
loco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	Votou
ºSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	Votou
ºMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	Votou
ºMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	Votou
ºMDB	ES	GERSON CAMATA	Votou
JEM	MT	GILBERTO GOELLNER	Votou
ºMDB	AP	GILVAM BORGES	Votou
ºTB	DF	GIM ARGELLO	Votou
loco-PT	SC	IDELI SALVATTI	Votou
loco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	Votou
ºMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	Votou
JEM	MT	JAYME CAMPOS	Votou
ºDT	AM	JEFFERSON PÉRES	Votou
loco-PT	AM	JOÃO PEDRO	Votou
ºSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	Votou
ºTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	Votou
JEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	Votou
ºMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	Votou
º-SOL	PA	JOSÉ NERY	Votou
JEM	TO	KÁTIA ABREU	Votou
ºMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	Votou
ºSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	Votou
loco-PR	ES	MAGNO MALTA	Votou
ºMDB	PI	MÃO SANTA	Votou
JEM	PE	MARCO MACIEL	Votou
ºSDB	PA	MÁRIO COUTO	Votou
ºSDB	MS	MARISA SERRANO	Votou
ºMDB	SC	NEUTO DE CONTO	Votou
ºDT	PR	OSMAR DIAS	Votou
ºSDB	AP	PAPALÉO PAES	Votou
ºMDB	RJ	PAULO DUQUE	Votou
loco-PT	RS	PAULO PAIM	Votou
JEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	Votou
ºMDB	AL	RENAN CALHEIROS	Votou
loco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	Votou
ºMDB	RR	ROMERO JUCÁ	Votou
ºTB	SP	ROMEU TUMA	Votou
JEM	RN	ROSALBA CIARLINI	Votou
ºMDB	MA	ROSEANA SARNEY	Votou
ºTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	Votou
loco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	Votou
ºSDB	CE	TASSO JEREISSATI	Votou
loco-PT	AC	TIÃO VIANA	Votou
ºMDB	RO	VALDIR RAUPP	Votou
ºMDB	MS	VALTER PEREIRA	Votou

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
---------	----	-----------------	------

Presidente: GARIBALDI ALVES FILHO

Votos SIM : 53
Votos NÃO : 04
Votos ABST. : 00

Total : 57



Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Votam SIM 53 Srs. Senadores; e, NÃO, 4.

Não houve abstenções.

Total: 57 votos.

Está aprovada a indicação da Dr. Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho.

A comunicação será feita ao Presidente da República.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, cumprimento o nobre Senador mato-grossense, que vem assumir o assento do nosso querido Jonas Pinheiro. Quero desejar-lhe toda a sorte do mundo, de maneira que ele possa significar para o seu Estado e para o Brasil o que o Jonas significou para Mato Grosso, para o Brasil e para todos nós.

Registro, Sr. Presidente, que, na segunda-feira próxima passada, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em uma iniciativa belíssima, abriu uma porteira que estava fechada, pois era proibido fazer mais escolas técnicas no Brasil. O Presidente Lula, agora, fez mais de 200 Cefets no Brasil, e tivemos a felicidade de receber um pouco mais de dez.

Na semana passada, o Presidente Lula foi ao meu Município, Cachoeiro de Itapemirim, para inaugurar um Cefet.

Sr. Presidente, o Cefet é o próprio resgate, via educação, da dignidade e da cidadania do jovem e do adolescente brasileiro

Ontem, segunda-feira, em Nova Venécia, o Prefeito Walter de Prá, que foi tão elogiado pelo Ministério da Educação pela sua iniciativa e criatividade com os alunos primários do Município, entregou um patrimônio doado pela Nestlé ao Município de Nova Venécia. Trata-se de uma antiga fábrica, portanto, um grande patrimônio, que a Nestlé doou, Sr. Presidente, ao Cefet que funcionará em Nova Venécia, pólo que atenderá todo o norte do Estado.

Tive o prazer de estar naquela solenidade, juntamente com o Senador Renato Casagrande e o Governador do Estado – lamentei a ausência do Senador Gerson Camata, mas tive a ousadia de representá-lo, porque, para representar o Senador Gerson Camata, é preciso ter ousadia, e eu a tive, pois representei S. Ex^a.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, uma grande festa, por causa daquele Cefet, para todo o norte do Estado, foi realizada em Nova Venécia, terra de um povo trabalhador, de um Prefeito digno, o Sr. Walter de Prá. De igual modo, aconteceu na minha querida cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome do meu partido, o PSDB, também quero desejar um bom desempenho ao Senador Gilberto Goellner, que agora assume, em caráter definitivo, a cadeira de Senador pelo Estado de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, mais uma vez, quero deixar a nossa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro pela presença e dedicação sempre marcantes nesta Casa, em especial à agricultura. Sentiremos muita falta de Jonas Pinheiro. Portanto, a missão que o Senador Gilberto Goellner tem pela frente é a de dar continuidade ao desempenho correto, ético, extremamente produtivo do Senador Jonas Pinheiro.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, um dos temas que abordaremos tem a ver com o conjunto de PECs que tratam sobre a suplência de Senador. Por ser autor de uma dessas PECs, espero que possamos avançar bastante amanhã no sentido de um entendimento, com a finalidade de aperfeiçoarmos, definitivamente, a questão da suplência no Senado.

Sr. Presidente, vejo que um dos grandes problemas reclamados é o da representatividade, ou seja, se um suplente de Senador tem ou não a representatividade.

A PEC que apresentei, Sr. Presidente, tem dois pontos básicos: o primeiro trata da não-permissão de o suplente de Senador ser seu parente em até segundo grau; e o segundo, em não permitir que o suplente

venha a assumir o mandato de Senador em caráter definitivo.

Sr. Presidente, ouvimos muitas sugestões, e parece-me que uma delas vem coroar minha proposta. O Senador Demóstenes Torres – S. Ex^a não está presente neste momento –, Relator dessa matéria, apresenta uma alternativa que, se for nessa direção, tem a nossa concordância. E, nesta oportunidade, peço a toda a Bancada do Partido dos Trabalhadores e à Bancada de Apoio ao Bloco que possamos fechar uma posição unitária em torno da matéria amanhã. E, quem sabe, possamos até votar na CCJ uma proposta minimamente coletiva. Se formos com o conjunto muito fragmentado, temo que possamos ter um prejuízo em não votar a matéria, que já se arrasta por alguns anos. Então, espero isso para amanhã. Gostaria muito que o Relator pudesse nos dar o substitutivo, acatando um entendimento, digamos, extra-oficial que tivemos, eu, o Relator e o Senador Francisco Dornelles, na semana passada. Se, porventura, o substitutivo for nessa direção, acredito que estaremos de pleno acordo para a votação dessas matérias. Com isso, esperamos que o Senado seja o grande aperfeiçoador, e que não deixemos nenhuma falha que tenha de ser corrigida pela Câmara, já que a matéria é oriunda eminentemente desta Casa, Sr. Presidente.

Esse o apelo que faço ao nosso Relator, Senador Demóstenes Torres, fazendo votos de que, amanhã, possamos concluir na CCJ matéria tão importante hoje para esta Casa e para o País.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Tenho a certeza de que o Senador Demóstenes será sensível ao apelo de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro; em seguida, falará o Senador Sibá Machado, como Líder do Governo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^s Senadoras e Srs. Senadores, primeiro, quero agradecer o nobre Senador Papaléo Paes por haver permutado sua inscrição comigo, para que eu pudesse usar da tribuna neste momento, para fazer um pronunciamento lamentável.

Senador Mário Couto, não gostaria de estar nesta tribuna para falar para o meu povo do Pará, por meio da TV Senado e da Rádio Senado, sobre questão que aflige o nosso Estado por estar na mídia nacional. Refiro-me à extração ilegal de madeira. É lamentável isso! É muito lamentável! Digo isto, porque não são essas ações previstas pelo Ministério de Meio Ambiente, realizadas pela operações Guardiões da Floresta e Arco de Fogo que vão resolver o problema. A solução está em criar mecanismos para que se possa fazer a ex-

ploração sustentável dos recursos florestais de forma legal. Ninguém defende a ilegalidade. A apreensão de 19 mil metros cúbicos de madeira, em Tailândia, está correta. A madeira não tem origem legal. Por outro lado, precisamos saber por que não tem origem legal? Isto que é importante. O segmento madeireiro do Estado do Pará busca, isso há décadas, Sr. Presidente. Vou fazer inserir nos Anais do Senado o histórico de todas as ações do setor organizado que representa a segunda base econômica do Estado do Pará, só superada pelo setor da mineração, o esforço despendido – repito – há décadas, para que se possa trabalhar na legalidade. Lamentavelmente, Senador Arthur Virgílio, este setor é obrigado a caminhar para ilegalidade.

Sr. Presidente, recebemos vários *e-mails*, centenas deles – sabe de quem, Senador Romeu Tuma? – dos trabalhadores!

Tenho, aqui, um *e-mail* do Josimar, lá de Tailândia, pedindo que se encontre uma solução para eles, os trabalhadores, Senador Sibá Machado, para quem temos de voltar nossa atenção agora.

O presidente do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Sudoeste do Pará, Luiz Carlos Tremonte – de quem também recebi um *e-mail* –, lançou um *rap*, Senador Sibá Machado, dirigido ao Governo.

Sr. Presidente, vou lê-lo na íntegra. Vejam o que ele diz:

Faço um desafio ao Governo Lula e ao Governo do Pará: fechem todas as madeiras [observe bem, Senador Sibá Machado!], mas fechem mesmo, por um ano. Continuem pagando o salário dos funcionários, para que não haja desemprego. [O Governo Lula tem bolsa disso, bolsa daquilo, bolsa não sei de que mais? Vamos fazer o bolsa ambiental! Vamos pôr esses trabalhadores do setor madeireiro em condições de sustentar suas famílias.] Indenizem os proprietários, e garanto, com toda segurança [diz o Luiz Carlos Tremonte] e sem medo de errar, que o desmatamento aumentará. Será que este Governo tem coragem? [Pergunta ele.]

Há cerca de quatro anos, pedimos, imploramos pela legalidade, que nos é negada [Senador Expedito Júnior], e somos boicotados pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Governo Lula, e agora pelo Governo estadual da Ana Júlia.

Esse é o *e-mail* que recebi de Luiz Carlos Tremonte. Mas o que me impressiona – e quero mostrar aqui, pela TV Senado – é a entrevista da Governadora Ana Júlia ao **Diário do Pará** de segunda-feira, ontem:

“Pará não pode pagar preço sozinho”. Está aqui a entrevista, que, hoje, repercute nacionalmente no artigo da competente jornalista Miriam Leitão, no jornal **Folha de S Paulo**.

Diz a articulista, competente jornalista Miriam Leitão: “É o retrato da ambigüidade comum no Brasil”. “A Governadora Ana Júlia disse que a atividade madeireira ilegal...”

Senador Sibá Machado, V. Ex^a esteve comigo no Pará. Agradeço a V. Ex^a, que foi nos ajudar, ajudar o povo do Pará, junto com outros quatro Senadores. Agradeço a todos, e farei um pronunciamento a respeito da nossa visita para colocar em funcionamento o Hospital Regional do Oeste do Pará.

Mas disse a Governadora que a atividade madeireira ilegal representa R\$2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará. Para depois acrescentar – está no artigo da jornalista Miriam Leitão –: “Não posso perder dois bilhões”. E, mais adiante: “Não queremos destruir a economia do Estado”.

É muita metamorfose ambulante. Uma hora, ela se mostra contrária à ilegalidade. Noutra hora, defende a ilegalidade porque não pode perder R\$2 bilhões de receita.

Senador Sibá Machado, é muito simples. E digo isso pelo carinho, pela admiração e pelo respeito que tenho por V. Ex^a, a quem já pedi que me concedesse uma audiência com a Ministra Marina Silva. Há três semanas, S. Ex^a foi ao Pará e não atendeu à Presidência da Assembléia Legislativa e a quinze Deputados que lhe pediram uma audiência. Como também não atende a mim, Senador da República pelo Estado do Pará, que preciso mostrar a ela que há meios corretos de preservar a floresta e promover seu uso sustentável legalizado.

Continuando, disse mais, nessa lamentável entrevista, a Governadora Ana Júlia. Perguntada sobre a reação da população de Tailândia – como recebi de Josimar, por **e-mail** –, responde: “Esta reação foi incentivada pelos madeireiros inescrupulosos. Foi distribuída cachaça em Tailândia”.

Governadora, o povo de Tailândia não é cachaceiro.

Senador Romeu Tuma, eles não fizeram aquele movimento movidos pela embriaguez. Eles fizeram aquele movimento indignados, porque sabem que, ao perderem o emprego, não terão como sustentar suas famílias. E eles querem dignidade no sustento das famílias. Não querem o Bolsa Família, não querem caridade do Governo Lula. Eles querem emprego.

E peço que sejam incluídos nos Anais do Senado, na íntegra, todos os esforços feitos pelo setor madeireiro organizado no Estado do Pará.

Repito: somos contrários à ilegalidade. Todos aqueles que estão na ilegalidade precisam vir para a legalidade. Como fazer isso? Aprovando os projetos de manejo florestal. É isso que o setor pede à Governadora, é isso que o setor pede ao Ministério do Meio Ambiente, é isso que o setor pede ao Ibama. Senador Mário Couto, Senador José Nery, é isso que o setor pede.

E lamentavelmente, Senador Eduardo Azeredo, Senador Sibá Machado, recebemos aqui uma listagem de processos protocolados na Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará. Sabem quantos processos têm protocolados lá, na data de 6/11/2007? Deve haver mais agora, porque já estamos em fevereiro de 2008. São 3.489 processos.

Antigamente, a aprovação dos planos de manejo era feita pelo Ibama, pelo Governo Federal.

Mas no final de 2006 essa incumbência foi recebida pelos governos estaduais, inclusive o do Pará. Portanto, a partir do final de 2006 e por todo o ano de 2007, a incumbência de aprovação dos planos de manejo é da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. E só de projetos de manejos florestais...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Só nesse item, existem protocolados na Sema, no Estado do Pará, 903 processos, que não têm andamento, que não são aprovados, que não são sequer analisados, porque menos de 20% dos projetos que lá deram entrada foram aprovados pela Secretaria de Meio Ambiente.

Ao longo dos anos, o setor tem sido empurrado para a ilegalidade, porque apresenta a forma legal de atender à necessidade do insumo para continuar gerando emprego e o Governo do Estado do Pará, através da sua Secretaria de Meio Ambiente, não dá andamento a esses projetos, não os aprova. E as madeiras estão fechando, estão desempregando.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Diz a Governadora, na entrevista, que não pode perder – também entendo que não pode – um grupo da economia paraense que gera 7% do PIB. Mas não vamos concordar com a ilegalidade não.

Senador Sibá Machado, vou citar alguns dados para que as Sr^{as} e os Srs. Senadores saibam:

Existem 33 pólos madeireiros no Estado do Pará; 1.592 empresas que geram quase 200 mil empregos. Por ano, essas empresas geram uma renda bruta de US\$1,113 bilhões.

Ministra Marina Silva, vamos encontrar a forma legal para isso. Nós aprovamos aqui todos os proje-

tos que V. Ex^a encaminhou ao Senado, criando o Instituto...

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Flexa Ribeiro?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou conceder, com muita honra, o aparte ao Senador Sibá Machado, ao Senador Expedito Júnior e ao Senador Nery, com a concordância do Presidente, porque este é um assunto da maior gravidade para o Estado do Pará.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, eu apenas peço que sejam rápidos. Ao final do seu discurso, eu quero fazer uma referência a isso, mas gostaria que os apartes fossem rápidos, porque ainda há muitos inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – O que estamos vendo hoje em Tailândia é um clima igual ao de Bagdá.

Está lá a Força Nacional, está lá a Polícia Federal, a Polícia Militar, e a população, que é uma população trabalhadora, uma população ordeira, está se sentindo aprisionada, ameaçada, não tem nem coragem mais de sair às ruas. Então...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Temos que encontrar a solução. E a solução é aprovar o plano de manejo. É aprovar, Senador Sibá, as concessões de florestas públicas, que aprovamos aqui no Senado Federal há três anos, e até hoje nada foi feito de efetivo para o segmento madeireiro. É discutir sem preconceitos, discutir de forma aberta e transparente o projeto de minha autoria, que, lamentavelmente, o *Greenpeace* chama de “Floresta Zero”, tentando enganar a população de nosso País. O projeto de minha autoria vem no sentido exatamente contrário: não mexe na reserva legal da Amazônia. Ele a mantém em 80%; de forma inteligente, Senador Romeu Tuma, de forma inteligente, prevê a utilização apenas dos 20 milhões de hectares já alterados na Amazônia – no Estado do Pará, melhor dizendo – para reflorestamento. Não é para plantar cana, soja, mas para reflorestar com espécies nativas ou exóticas e para fazer a compensação da reserva legal em outra área de preservação, na mesma bacia hidrográfica ou mesmo no Estado do Pará. Essa é a solução.

Eu me coloco à disposição, a qualquer hora, da Ministra Marina Silva, das organizações ambientalistas, para que possamos nos sentar à mesa e verificar como melhorar o projeto. Mas temos de resolver essa

questão de uma vez por todas. E não é pela força. A solução, como diz Luiz Carlos Tremonte: “Fechem todas as madeiras, garantam o salário dos trabalhadores, e o desmatamento vai continuar”. Vamos encontrar a forma legal, correta, de fazer. Esses trabalhadores que me encaminham os *e-mails* sabem que têm no Senador Flexa Ribeiro um defensor da geração de emprego e renda, do desenvolvimento, e não do assistencialismo. Senador Sibá Machado, virei quantas vezes forem necessárias, até que se encontre uma solução, até que a Governadora do Estado do Pará mande dar condições à Secretaria de Meio Ambiente, para aprovar os projetos de manejo, até que as áreas federais e estaduais, aprovadas para exploração de florestas, por meio de concessão...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Flexa Ribeiro, se deseja conceder apartes, peço encarecidamente que o faça, ou, então, suspenda-os e encerre. Mas, em homenagem aos que pretendem aparteá-lo, gostaria que V. Ex^a os concedesse.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela generosidade do Presidente, já concederei um aparte ao Senador Sibá Machado.

Que a Governadora, então, dê condições, para que a Secretaria de Meio Ambiente faça a discussão, a análise e a aprovação dos projetos de manejo.

Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, que é um batalhador, um assíduo debatedor nessa tribuna, especialmente quando se trata do Estado do Pará, que V. Ex^a representa muito bem. Eu só quero dizer a V. Ex^a, Senador, que a Ministra Marina Silva, ao longo da sua experiência como Ministra de Estado do Meio Ambiente, tem buscado seguir rigorosamente as suas obrigações legais e nunca se furtou, também, a tentar encontrar, por meio de negociações, as soluções para os graves problemas, mas sempre com a ótica do respeito à legalidade. E nós vimos realizadas coisas que muitos diziam ser impossível, como os acordos sobre a BR-163 – assunto em que ninguém mais toca, porque foi resolvido –, a situação do rio Madeira, a discussão sobre o rio São Francisco e tantas outras obras de alto impacto. Mas, quando se fala de florestas, há uma coisa que precisa ficar muito clara, e lembro a V. Ex^a, que traz o problema para esta Casa, e a todas as pessoas que se puseram contra a decisão do Governo de apreender toda aquela madeira: agora, a fiscalização está muito mais tecnologicamente aprimorada. Não se depende apenas de denúncia, anônima ou não, de uma pessoa

ou de instituição. Conta-se com imagens de satélite cada vez mais precisas. Então, quanto à ação que foi feita e ao anúncio que a Ministra fez no início deste ano, de que houve um aumento do desmatamento em 36 Municípios, está-se fazendo uma varredura para se saber quais foram as pessoas responsáveis por ele. Para evitar injustiças, não se fez a citação de uma única pessoa, enquanto não se tem absoluta certeza sobre esses nomes. E a ação do Governo foi clara, justa e precisa: ele foi lá, para dizer que aquela madeira era ilegal, com extração ilegal. Portanto, essas empresas e os empregados, no afã de manterem seus empregos, não podem tomar a atitude que tomaram. Aquilo é instalar uma insurreição nacional. Qualquer pessoa que pense que está perdendo seu emprego pode fazer o que quiser? Não. Então, aquela madeira é ilegal, a ação daquelas empresas foi ilegal, e, portanto, se não se legalizar, outras ações vão acontecer. Não se pode insuflar a população a desobedecer à figura do Estado, porque ali a representação é de Estado e não de Governo. Então, agradecendo a tolerância de V. Ex^a, quero dizer muito claramente que o caminho do meio não é o de passar por cima, nem de fazer vista grossa a isso. Quanto àquelas empresas, defendo intransigentemente que... Existe lá o Imazon, respeitado instituto que faz certificação e que orienta, há tanto tempo, como se deve fazer com a parte legal. E o mercado é muito melhor. Acho que deveria haver uma insurreição, no bom sentido, para que nenhum consumidor brasileiro comprasse produto madeireiro sem a certificação de origem. Dessa forma, poríamos, definitivamente, um fim nessa situação. Vide o que aconteceu com a questão do leite. A sociedade é sempre tomada de assalto por graves problemas. Então, digo a V. Ex^a, com toda tranquilidade, que o papel da Ministra está muito claro, objetivo e que não há tergiversação. Quanto à situação do Governo do Estado, a Governadora Ana Júlia tem todo o meu respeito, mas há um problema...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... crônico, de muito tempo, no Estado do Pará, e que se estende para outros Estados da Amazônia: o Pará está vendendo para o Brasil e para o mundo a imagem de que é um Estado onde a lei funciona pouco, porque há pessoas que acham que podem fazer o que querem. Eu vivi no Estado do Pará e vi como algumas circunstâncias acontecem completamente... Não dá nem para mensurar em palavras esse tipo de sentimento. Acho que a nossa irmandade ali tem de ser no sentido de separar o joio do trigo. Todas as pessoas que merecem apoio do Estado... V. Ex^a está coberto de razão: onde falta apoio? É cobrar do Estado, seja o Estado do

Pará ou o Estado nacional, os Ministérios envolvidos, que superem essas dificuldades. Mas as pessoas visivelmente criminosas... Até digo, com toda segurança: está na hora de as instituições que representam esse setor... nem os chamo de empresários. Essas pessoas não podem estar vinculadas a sindicato nenhum, não podem ter proteção de ninguém, porque...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... estão erradas. Esses trabalhadores justamente lutam pela defesa de seus empregos, de seus postos de trabalho, mas não podem, agora, no afã, dizer: “Mantenha a empresa como está”. Ai não há acordo; não dá para seguir nesse caminho. Mas V. Ex^a tem razão. A conversa com a Ministra e com a Governadora... Sempre acho que enfileiramos os problemas. Problema nº 1: O caso dessas empresas pode ser resolvido dessa forma. Problema nº 2: Estas empresas aqui são caso de polícia. E a Polícia resolve. Ninguém toca nelas, ninguém pode chegar perto desse tipo de empresário. Com isso, acho que V. Ex^a chamará todos nós para estarmos juntos na solução desses problemas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a tem toda razão. Nós aqui dissemos que não defendemos a ilegalidade. A apreensão, melhor dizendo, da madeira está correta, só que a Ministra e a Governadora estão combatendo o efeito e não a causa. Temos de combater a causa, ou seja, por que essa madeira foi extraída ilegalmente. E a causa é a falta de ação da política do Estado,...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – ... que é responsável pela aprovação do projeto de manejo. É isso que queremos! Não vamos defender ilegalidade.

Agora, Senador Sibá Machado, Senador Nery, Senador Expedito Júnior, olhem o absurdo: essa madeira ilegal vai ser... Senador Romeu Tuma, preste atenção, Presidente! Doze ou quinze mil metros cúbicos de madeira serão transportados, não sei por quantas mil carretas, da área de Tailândia para Belém. Sabem o que irá acontecer com a madeira em Belém? Será leiloada. Sabem quem vai comprar? Aqueles que extraíram a madeira vão legalizar aquilo que era ilegal. Senador Sibá Macho, por que, então, vão gastar recursos do Erário público para transportar essa madeira? Por que não colocam a Polícia Federal guardando, fiscalizando essa madeira e fazem o leilão onde ela está?

Para que levar a madeira para Belém? Para que gastar dinheiro da sociedade para leiloar em Belém? Coloque a Polícia Federal, a Força Nacional, guardando aquela madeira onde foi apreendida e lá faça o leilão que será feito em Belém.

São essas coisas que não dá pra entender. Senador Sibá Machado, V. Ex^a me desculpe, mas não dá pra entender as ações do Governo do PT. Não dá pra entender!

Ouçó o Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Expedito, para encerrar, por favor.

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – (Bloco/PR – RO) – Bem rápido, Sr. Presidente. Até agradeço a compreensão de V. Ex^a. Na hora em que o V. Ex^a fala sobre um assunto tão importante e tão grave, não poderia deixar de apartear-lo. Eu estava até saindo quando ouvi o pronunciamento de V. Ex^a e retornei. Na quinta-feira, fiz um pronunciamento idêntico, preocupado com a situação do Pará e sabendo que essa operação se desenha também no Estado de Rondônia e em, praticamente, toda a Amazônia. Preocupado, já vim à tribuna do Senado fazer alguns pedidos e algumas recomendações. V. Ex^a está certo quando fala que precisamos encontrar aqui uma solução de convivência entre o meio ambiente e a cadeia produtiva. Precisamos encontrar uma alternativa com a pecuária do nosso Estado, com a agropecuária, com o agronegócio e com o setor madeireiro. Eu não posso deixar, Sr. Presidente. Rondônia existe graças ao setor madeireiro. E não estou falando aqui do setor madeireiro que trabalha na ilegalidade, não. Acho que, para esses que estão trabalhando na ilegalidade, a medida e a ação estão corretas. Agora, a nossa preocupação e o nosso medo é que isso, de repente, se generalize ...

(Interrupção do som.)

O Sr. Expedito Júnior (Bloco/PR – RO) – ... e o madeireiro hoje, Sr. Presidente, infelizmente, lá no meu Estado – e acredito que no Estado de V. Ex^a seja igual – é tratado como bandido. E Rondônia, a economia do nosso Estado, o desenvolvimento e o crescimento do nosso Estado devem muito principalmente ao setor madeireiro. Então, tudo que a Ministra quis, todos os seus projetos foram aprovados por esta Casa. Acho que ela tem que vir aqui, ou ela tem que marcar uma grande reunião. E quem sabe o Senador Sibá poderia ser o embaixador neste sentido, de buscarmos, de repente, uma grande reunião com os Senadores da região Amazônica com a Ministra Marina Silva. Não que estejamos atacando aqui a sua ação, que acho até que está correta, agora, desde que essa ação seja com aqueles que são os chamados criminosos. O que não podemos é deixar que isso se generalize a todo o setor produtivo, a toda a cadeia produtiva, a todo o setor madeireiro. Esta é a nossa preocupação no Estado de Rondônia. Porque, às vezes, os bons madeireiros,

os bons empresários paguem pelos maus empresários que existem no Estado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Expedito Júnior.

Ouçó o aparte do Senador José Nery e, em seguida, ao Senador Jayme Campos e ao Senador Cristovam Buarque.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Flexa Ribeiro, o tema que V. Ex^a aborda, nesta tarde, no seu pronunciamento, realmente é motivo e razão de muitas preocupações para nós que defendemos a Amazônia sustentável, sustentada desenvolvida, porém, jamais podemos concordar com os índices cada vez mais alarmantes de desmatamento, constatados pelos órgãos governamentais, e que, ao longo do tempo, os sucessivos governos não têm dado o tratamento adequado no sentido de coibir o desmatamento ilegal, a grilagem de terras que grassa sobre a Amazônia, especialmente no nosso querido Estado do Pará. Portanto, os fatos que se sucedem em Tailândia, município de um povo bravo e lutador, mas que, infelizmente, tem sido estimulado a ações violentas, como a que ocorreu na semana passada, quando os criminosos – e assim vou dizer – envolvidos com o desmatamento ilegal, ajudaram a promover uma manifestação para expulsar da cidade os fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (Sema) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que faziam a fiscalização com o apoio da Polícia Militar do Estado. Numa cidade com mais de cem empresas madeireiras, foram fiscalizadas apenas sete. Nessas sete, foram constatados 15 mil metros cúbicos de madeira de origem ilegal. Foram multadas e apreendidas as madeiras. Enfim, faltam fiscalizar mais de cem madeireiras. Talvez muito poucas estejam na legalidade. Portanto, quando o Estado decide cumprir a sua missão constitucional e legal de fiscalizar atividades criminosas, como é o desmatamento ilegal, os agentes responsáveis por essas ações não podem ser enxotados no seu dever de cumprir a missão e de respeito à lei. Portanto, a minha opinião é absolutamente favorável à fiscalização desse setor, que muitas vezes consegue, por vias não muito corretas, licenças, elaboração de planos que são, na verdade, pura ilegalidade. Por isso, apóio a fiscalização que está sendo feita, apóio o uso da Força Nacional de Segurança para dar apoio e toda salvaguarda a fim de que a lei seja cumprida. Nesse sentido, a presença da Força Nacional de Segurança em Tailândia é para afirmar o papel do Estado e não permitir o acinte a que povo brasileiro assistiu, que o povo paraense repudia, de meia dúzia de exploradores ilegais da floresta se acharem no direito de não permitir a fiscalização do Estado. Por isso, demitiram os trabalhadores, criaram

um caldo de cultura para promover a manifestação, com cenas de violência, com a interdição da estrada, mas não só isso, com a destruição da ponte na PA-150, com a destruição do Fórum de Justiça da Comarca de Tailândia, ações absolutamente ilegais.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Por favor, Senador, pediria que encerrasse.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Portanto, a ação do Estado, inclusive, não pode ser apenas uma ação emergencial, ou a resposta àqueles desmandos que foram constatados em Tailândia. É preciso ser uma ação permanente. Inclusive me manifestarei, posteriormente, sobre essa questão, porque a Ministra Marina Silva, a Secretária de Meio Ambiente do Estado do Pará, a Polícia Militar, que deu apoio a essa ação, e a Força Nacional de Segurança, com mais de mil homens, que começa a operação Arco de Fogo no Município de Tailândia, que vai deslocar os Estados do Mato Grosso e de Rondônia – que ao lado do Pará são os campeões do desmatamento ilegal –, essa ação precisa ter uma presença e ser uma ação continuada, não apenas uma ação emergencial. Portanto, ao lado da necessidade, sim, de legalizar, para os que quiseram trabalhar na legalidade, acho que têm razão os que querem trabalhar...

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – No entanto, os que estão na ilegalidade precisam sentir a presença do Estado, a força da lei e, principalmente, ter a consciência de que a impunidade, a violência e o desmatamento ilegal não podem continuar com a benevolência do Estado e dos órgãos de fiscalização do Estado na área ambiental. É preciso agir; é preciso ação, é preciso a responsabilidade estatal para que as pessoas não tenham a dimensão de que ali é terra sem lei. Não. O Estado tem que agir e tem que cumprir a sua obrigação constitucional. E quem estiver contra use os instrumentos legais para contestar, mas não use a população trabalhadora de Tailândia para fazer frente aos seus interesses, que é para o lucro de poucos, porque muitos dos que estão nessas frentes de trabalho sequer têm carteira de trabalho assinada.

(Interrupção do som.)

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro, pela oportunidade do aparte. O Brasil e o Pará o conhecem, e acho que devemos, sim, trabalhar para buscar alternativas que sejam viáveis e corretas para que esses trabalhadores do setor madeireiro não fiquem à margem, no desemprego, vítimas da violência e da exclusão. Proponho, então, e

creio que esta seja uma tarefa nossa, já encerrando, Sr. Presidente e Senador Flexa Ribeiro, que o Senado Federal, por meio de uma das nossas comissões, talvez da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle promova uma audiência pública, convidando a Ministra Marina Silva e os órgãos ambientais, a Governadora Ana Júlia, do Estado do Pará, a Secretária de Meio Ambiente e o Ibama, para discutir, sim, que alternativas podem ser implementadas para responder à situação dos milhares de trabalhadores que não podem viver na situação de ilegalidade a que são submetidos. Portanto, creio que essa seja uma tarefa com a qual o Senado Federal pode contribuir e tenho certeza de que idéias como essa podem ser também abraçadas por V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço o pronunciamento do Senador José Nery, que incorporo ao meu pronunciamento. V. Ex^a, Senador José Nery, nada mais disse do que todos nós, tanto eu, da tribuna, quanto os que me apartearam, dissemos. Todos somos contra a exploração ilegal da floresta. Todos! Todos! Mas esperava que V. Ex^a fosse propositivo, no sentido de fazer com que se encontrasse uma forma de aprovação dos manejos das florestas, ou do uso das florestas públicas, para que o setor pudesse trabalhar na legalidade que todos desejamos.

Concedo um aparte ao Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Pediria que não houvesse debate porque as propostas já foram feitas.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Um minuto apenas, Presidente Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Estou dizendo isso porque o Senador José Nery queria responder, mas o debate prejudicaria um pouco os apartes.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Réplica e tréplica não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Peço desculpas, Senador.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Já falou bastante. Estamos sabendo perfeitamente, e ainda há oradores para falar nesta noite. Mas quero externar, Senador Flexa Ribeiro, também a minha preocupação em relação a tudo aquilo que está acontecendo na nossa região: Mato Grosso, Rondônia, Acre e Pará. Na verdade, a Ministra Marina Silva, por intermédio da Presidência da República, baixou o Decreto nº 6.321 sem nenhum critério, sem ver nem ouvir as autoridades locais. Ninguém está aqui, meu caro Senador José Nery, para proteger os que estão na ilegalidade. O que

defendemos, a bem da verdade, são os nossos Estados, que estão sendo prejudicados sobremaneira com essa falta de política pública, o que realmente também preocupa o trabalhador. O Governo Federal tem de tomar algumas medidas que certamente mostrem alternativas. Quando o Senador Flexa Ribeiro coloca aqui a falta de aprovação dos projetos de manejo, é verdade. Isso não ocorre só com o Estado do Pará. O mesmo está acontecendo no Mato Grosso. Lamentavelmente, levam-se às vezes três anos para aprovar um projeto de manejo. Ora, isso está, Senador Romeu Tuma, com certeza, induzindo o cidadão para a clandestinidade, para a ilegalidade. Causa-nos preocupação haver até confronto das forças públicas deste País com o trabalhador. Não acredito, Senador José Nery, em pleno séc. XXI, que ainda exista cidadão menos culto neste País que vá ser induzido por empresários do setor madeireiro ou de outro setor para ir combater com as forças públicas, ou seja com a Polícia Militar, com a Polícia Civil. Na verdade, o que há é uma preocupação dessas pessoas de não terem uma oportunidade de trabalhar, ou seja, de ganharem o seu sustento. Ninguém neste País, com todo o respeito, está atrás de “sacolé”. Na verdade, lamentavelmente, a cada dia que passa, aumenta o número de pessoas dependendo do Bolsa-Escola, dependendo do Bolsa-Família. Ninguém quer isso, nem o trabalhador. O trabalhador quer oportunidades. Em Mato Grosso, para exemplificar, estão fechando algumas cidades do norte do Estado: Apicás, Paranaíta, Monte Verde, Bandeirante, Alta Floresta, sem nenhuma perspectiva. São pessoas, Senador Flexa, que foram, na década de 70, incentivadas pelo Governo Federal. Esse mesmo Governo Federal está transformando essas pessoas, esses brasileiros, em bandidos – como se fossem bandidos. Lamentavelmente, é falta de política pública. E o maior responsável por tudo isso é a Sema, de Mato Grosso, a Secretaria de Meio Ambiente; o próprio Ibama, que muitas vezes quer vender dificuldades para, na frente, vender facilidades. Não vamos desconhecer isso! O Governo tem de ter a responsabilidade, no sentido de fazer com que esse setor seja respeitado. Lamentavelmente, hoje, o que temos acompanhado é apenas essa perseguição. Duvido e aposto! Faço uma aposta aqui no plenário: não existe aquele número do Inpe de 53% ou 51% de aumento do desmate em relação ao ano passado. Conversa fiada! Isso não existe. O que se está fazendo é queimar as reservas florestais deste País. Muitas vezes basta – e V. Ex^a é profundo conhecedor do assunto, Senador José Nery – jogar uma bituca de cigarro na época da seca, e a consequência é aquele incêndio incontrolável. Já propus aqui a criação de uma força nacional de combate a incêndios.

Propus aqui na semana passada, Senador Flexa Ribeiro, a criação de uma comissão deste Senado para averiguar, de fato, os números que a Ministra citou e buscarmos naturalmente uma alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, já apresentei o ofício há um mês.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Exatamente. V. Ex^a me disse, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Quando saíram as notícias, pedi a formação de uma comissão para ver o Inpe e o Sipam/Sivam, que estão lá. Custaram uma fortuna, e acho que V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – E vou mais longe: esse Decreto nº 6.321 – não sei se V. Ex^a tem acompanhado – é um escárnio. Com 30 dias, os Senhores acham, ilustres Senadores, que o Incra, que lamentavelmente não passa de um grande órgão da destruição deste País por falta de competência, vai dar conta de recadastrar todo mundo, Senador Expedito Júnior? Os produtores rurais acima de quatro módulos terão de ser recadastrados daqui a 30 dias. Se não estiverem cadastrados, o CCIR já não valerá mais nada; ou seja, o cidadão não é mais proprietário, não pode fazer nenhum financiamento da sua área, não pode vender, não pode transferir como se fosse herança etc. Ora, aonde vamos chegar, Senador Flexa Ribeiro? Cite-me uma alternativa. Estamos chegando no fundo do túnel, no fundo do poço. Fiquei muito preocupado quando vi a Força Nacional, com a Polícia Federal, em Tailândia; o outro foi o confronto que houve em Eldorado dos Carajás. Fiquei muito preocupado e falei que ia acontecer o mesmo que aconteceu há dez, doze anos, um confronto de trabalhadores com a PM e com a Polícia Federal. Então, de tal forma – já fui muito longo –, não sou um cidadão deste País a concordar com a ilegalidade. Não posso permitir, como cidadão brasileiro, que as nossas riquezas não sejam para o nosso povo. Não! Nós temos de compatibilizar o desenvolvimento com a preservação. Agora, da forma que estão fazendo, chegamos a crer que o Governo Federal está fazendo jogo de alguém, ou seja, está recebendo neste País tráfico de influência na medida em que temos 300 milhões de hectares de reservas públicas, Nery. É o terceiro maior país do mundo em reservas públicas. Entretanto, mal usadas. Agora estão privatizando, terceirizando as nossas florestas. Pergunto: onde vai ficar o trabalhador brasileiro, o cidadão que depende de ganhar salário mínimo de miséria, de R\$380,00, com o fechamento das nossas madeiras, com o impedimento de se plantar em determinada região neste País? E quero crer que com isso aí, para o homem do campo, para o cidadão que está nessa região – são

36 Municípios, para iniciar a conversa, e daqui a pouco serão 100 ou 200 Municípios –, nós estaremos numa situação calhorda, de muita dificuldade. De modo que, como Senador da República, quero solidarizar-me com V. Ex^a, Senador Flexa Ribeiro, dizendo que estaremos sempre atentos, não permitindo, não concordando, não dando guarida a nenhum cidadão que trabalhe fora da lei. Agora, precisamos de ter alternativa, e alternativa cabe ao Governo Federal dar. Caso contrário, estaremos fadados a ter os piores dias, neste País, sobretudo na nossa região, que é a mais penalizada. O Governo tem sido perverso conosco, e não podemos concordar, em hipótese alguma, com a forma errônea e incorreta com que tem sido praticadas as políticas públicas em relação à preservação das nossas riquezas naturais. Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Já não estou mais marcando o tempo, porque fica tocando a campanha...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Romeu Tuma, apesar de tão bem representar o Estado de São Paulo aqui, V. Ex^a é conhecedor da problemática amazônica. Eu quero aqui, pela TV Senado, agradecer a compreensão de V. Ex^a ao permitir que os Senadores possam fazer apartes a este pronunciamento que faço, pela importância que tem para que possamos, em conjunto, encontrar a solução que todos queremos com relação à legalidade para o setor madeireiro.

V. Ex^a fez referência ao Inpe, ao requerimento que V. Ex^a já apresentou. Senador Jayme Campos, o Município de Paragominas, que é um modelo a ser seguido no que diz respeito a reflorestamento e conservação ambiental nos últimos doze anos, foi incluído na lista dos municípios onde houve maior devastação: entre os 36, ele é o 23º. Devastou, nos últimos quatro meses de 2007 – eu já disse isso aqui – 724 hectares se não me falha a memória.

Pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: dos 724 hectares desmatados, mais de seiscentos hectares foram autorizados pelo Ibama, foram autorizados pela Secretaria de Meio-Ambiente, porque envolvia projeto a ser implantado pela Companhia Vale do Rio Doce. Não é possível fazer pirotecnia na Amazônia com base em dados dessa forma.

É por isso, Senador Romeu Tuma, que se não tivéssemos aqui uma lista de CPIs já aguardando para serem instaladas, eu iria propor uma CPI do Incra para verificarmos como o Incra faz os assentamentos, como induz o desmatamento, como leva os colonos, abandona-nos lá e manda desmatar – está provado que grande parte do desmatamento na Amazônia é feito pelos assentamentos do Incra, e o Pará é o Estado que tem o maior número de assentados do Brasil.

Vou ficar esperando na fila para propor uma CPI do INCRA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – V. Ex^a pode propor a instalação de uma comissão externa.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Vou acatar essa sugestão de V. Ex^a, que tem experiência e competência na linha da investigação. É uma boa alternativa para evitar a espera – eu iria ficar lá no fim da fila para abrir a CPI do Incra.

Concedo um aparte ao nobre Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a sabe da admiração que tenho pelas atitudes e pela conduta de um autêntico parlamentar opositor nesta Casa, pela contribuição que tem dado neste Parlamento para o próprio Governo enxergar as suas vísceras e enfrentar algumas questões que, mesmo sendo cruciais, às vezes carecem de visibilidade. Quanto a essa questão que V. Ex^a suscita, acho que o Governo tem uma dose de razão muito grande, porque o Governo tem de fiscalizar, e tem de fiscalizar rigorosamente, eis que tem havido abusos nessa questão do desmatamento. Abusos vêm ocorrendo envolvendo a iniciativa privada e o Governo. Nesse particular V. Ex^a tem razão, sou testemunha disso. Sou testemunha de que, dentro do próprio Governo, enquanto o Ministério do Meio Ambiente e o Ibama estão na linha de frente para coibir esses abusos, o Ministério da Reforma Agrária tem sido muito leniente no que diz respeito aos assentamentos nesse contexto da reforma agrária. Veja, por exemplo, o que tem acontecido no meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, permita-me interromper o aparte de V. Ex^a para prorrogar a sessão até as 19h30min.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Acho que V. Ex^a deveria prorrogá-la até as 20h.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Mas é que teremos a missa em homenagem ao Senador Jonas Pinheiro. Acho que todos os Srs. Senadores concordam com essa posição. A missa se inicia às 19h30min, e o Senador Mão Santa veio me alertar para isso. Já recebi, inclusive, aqui telefonemas de reclamação. Não vou interrompê-lo, só estou pedindo para prorrogarmos até as 19h30min.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Concordo com V. Ex^a. Mas vejam o seguinte: há poucos dias, o Ibama de Mato Grosso do Sul aplicou uma pesada multa no Incra, multa de milhões de reais. Infração: desrespeito às reservas naturais nos assentamentos. Está lá a multa. E o mais grave, Senador Flexa Ribeiro: os Prefeitos do meu Estado têm alertado tanto o

Ibama quanto o Incra no sentido de que a violação de normas ambientais vêm sendo praticada pelo próprio órgão encarregado da realização da reforma agrária. O que se está fazendo no Incra é, efetivamente, um crime não apenas contra o meio ambiente, mas também contra pessoas que imaginam que, entrando num assentamento, participam de um projeto de reforma agrária. Veja o que aconteceu na fazenda Teijin: os lavradores foram induzidos pelo próprio Incra a adentrar a fazenda que foi adquirida por esse órgão e, lá dentro, como não havia parcelamento, como não foram liberados os primeiros recursos para a implantação do assentamento, como única alternativa diante da falta de recursos, desmatar para fabricar carvão. Estão fabricando carvão vegetal, nobre Senador Flexa Ribeiro, dentro da reserva florestal no assentamento do Incra. É muito grave! Então, o Ibama efetivamente está fiscalizando e está certo em fazê-lo. Eu aqui quero dizer do meu aplauso, do meu apoio à Ministra Marina Silva. Ela tem de ser efetivamente rigorosa para que o Brasil não caia no descrédito, como já vem acontecendo, quanto à questão ambiental. O Presidente da República tem feito um discurso ambientalista, mas o satélite acabou mostrando que há uma devastação criminoso no território brasileiro. Esse fato é inquestionável; ele é provado por imagens, fotografias. Então, o Governo está certo, a Ministra está certa, o Ibama está certo em fiscalizar, mas é preciso que o Governo defina claramente o que ele quer. É preciso fazer a reforma agrária? É claro que é preciso. É preciso fazer os assentamentos? É claro que é preciso fazê-los, mas é preciso também respeitar o meio ambiente. Existe uma legislação, e leis são feitas para serem cumpridas. A lei não está sendo cumprida, e a prova disso é que o Ibama está multando, impondo multas pesadas ao Incra. Por quê? Por desrespeito, por transgressão. E é o Incra o responsável; não se pode aqui acusar o lavrador. O lavrador está sendo incentivado pelo próprio Incra a fazer o desmatamento em áreas que seriam de reserva, que teriam de ser preservadas.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Valter Pereira e já o convido para participar dessa comissão que o Senador Romeu Tuma vai presidir, comissão externa do Senado, para que possamos fiscalizar e saber o que está acontecendo com o Incra.

Vou terminar dizendo como comecei: queremos a legalidade do setor, queremos a legalização do setor.

Vamos, Senador Sibá Machado, juntar os nossos esforços, as nossas inteligências, vamos apoiar a Ministra Marina Silva, mas vamos fazer com que as leis sejam cumpridas e os projetos sejam aprovados.

Encerro, dizendo: Governadora Ana Júlia, o povo de Tailândia não é cachaceiro, o povo do Pará não é cachaceiro, o povo do Pará é um povo ordeiro e trabalhador.

Obrigado, Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador, V. Ex^a me permite interrompê-lo um segundo, não mais que isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com toda a honra.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Conheço bem a Região Amazônica, até por dever de ofício, mas não profundamente como V. Ex^a, que lá é nascido e é defensor, principalmente do Pará. E aqui temos representantes da Região Amazônica. V. Ex^a sabe que a maior via de transporte da madeira são os rios. Então, há o entroncamento de três países – Peru, Brasil e Colômbia – em que não se sabe a origem da madeira, quando ela chega à madeireira ou na serraria. Há muitos lugares que as madeireiras são chamadas de serraria; e os madeireiros têm as serrarias.

Quando houve o entrevero em Tailândia, anunciado pela televisão, eu estava na reunião da Comissão dos Direitos Humanos e levantei imediatamente a questão, porque o entrevero não era diretamente com o madeireiro e, sim, com os trabalhadores, que poderiam sofrer conseqüências graves e teriam feridos os seus direitos naquele choque, porque não havia nenhuma força que garantisse o trabalho da fiscalização.

Eu sempre digo, em qualquer situação que se tem de apurar: há que se respeitar a lei e o cidadão.

Hoje, pela manhã, houve início um simpósio, que ainda está sendo realizado, sobre o problema das drogas. Falei com o Diretor da Polícia Federal, Dr. Luiz Fernando, que disse está mandando 300 homens para a região, para uma operação permanente de vigilância e fiscalização.

Conversamos com algumas autoridades a respeito do pagamento de uma taxa como no defeso, pago aos pescadores. Mas não é o caso lá.

Assim, quando V. Ex^a fala que vão remover para leilão, eu me arrepio e me assusto, porque se é produto de crime e de ilegalidade, como se vai vender algo que é prova do crime? O que se está fazendo então? Uma taxação de um imposto para legalizar a madeira. Só que é de terceiro ou talvez do próprio madeireiro, que vai lá e compra no leilão. Temos que nos acautelar com essas coisas.

A Ministra Marina Silva é uma pessoa de bem, correta e acessível a qualquer diálogo. Propus à Comissão de Direitos Humanos que, juntamente com as Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, fizesse algumas audiências públicas. E pedi ao

Senador Paulo Paim, que presidia a Comissão naquele instante, que entrasse em contato com a Governadora Ana Júlia, porque a percebi em desespero, sem saber qual caminho tomar. O Senador Paulo Paim se encarregou de tentar uma solução para tudo isso que V. Ex^a propôs aqui.

Peço desculpas por tê-lo interrompido, pois, como Presidente, não poderia fazê-lo, mas é algo que está me angustiando muito.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço e lhe digo que a participação de V. Ex^a enriquece

o pronunciamento que fiz e nos leva a buscar aquilo que todos queremos, que é a solução para a causa e não o ataque tão-somente ao efeito.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

pode pagar preço sozinho

Ricardo Galhardo

A governadoradoPará, Ana Julia Carepa (PT), diz que seu Estado não pode pagar sozinho o preço do combate ao desmatamento da floresta amazônica no Pará — que chega, segundo ela, a R\$ 2 bilhões ao ano. A governadora quer criar alternativas econômicas nas cidades madeireiras e evitar que se repitam fatos como os ocorridos em Tailândia, terça-feira passada, quando mil manifestantes impediram o confisco de 13 mil metros cúbicos de madeira ilegal.

A senhora pretende pedir ajuda do governo federal no combate ao desmatamento?

Ana Júlia Carepa: Terei reunião com a ministra Marina (Silva) para apresentar o custo do combate ao desmatamento, porque a atividade madeireira ilegal representa R\$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará. A conta não é pequena. O Brasil precisa conhecer o tamanho desta conta. Temos que fazer valer a floresta em pé mais do que vale a floresta derrubada. Propostas como incentivos fiscais federais, o ICMS verde, precisam ser levadas a sério e com urgência. Essa conta não pode ficar só com o povo do Pará porque o benefício é para o Brasil e para o mundo. Não é justo que só nós paguemos a conta.

Quanto custa?

Só as ações de fiscalização e retirada de madeira, iguais a esta que estamos fazendo em Tailândia, são uns R\$ 50 milhões por ano. Além disso, tem o custo para a economia. Não posso perder R\$ 2 bilhões (o orçamento do Estado para 2008 é de R\$ 9 bilhões). Não queremos destruir a economia do Estado. Sou a governadora. Imagine se eu quero destruir a economia do meu Estado! Por isso, alguém tem que pagar a conta. Assim como o Brasil cobra do mundo (na questão da emissão de ga-

ses), o país tem que entender que é preciso ajudar a pagar a conta pelo combate ao desmatamento ilegal.

A senhora vai pedir ajuda da Força Nacional de Segurança?

Todo mundo sabe que o governo federal está preparando uma ação. Se necessário, vamos pedir ajuda. Há quatro meses solicitei ao ministro Tarso Genro que estudasse a possibilidade da Força Nacional ajudar a combater o desmatamento ilegal. Ele disse que iria estudar. Por enquanto, avaliamos que este reforço que virá nas operações do governo federal é suficiente.

Como atenuar o impacto

na vida da população?

Não queremos causar impacto econômico. Vamos entrar lá com ações sociais, com mecanismos como a criação de fiscais ambientais que poderão receber até R\$ 250, fazer cursos de capacitação profissional e incentivar a agricultura familiar. Não queremos custo para a população, mas sabemos que deve haver uma transição.

Como será esta transição?

A transição é para pessoas que querem vir para a legalidade. Tem uma parte que quer isso e outra que não quer. Não vão sobreviver todas. As que não querem se legalizar não vão sobreviver. Estamos dando chance para quem quer vir para a legalidade.

É suficiente para aliviar o impacto de perder R\$ 2 bilhões?

Precisamos valorizar as atividades legais, fazer com que tenham valor econômico no mundo todo. Precisa ter outra atividade econômica, senão as pessoas vão fazer o que é mais fácil. Existe o instinto de sobrevivência. A maioria das pessoas são trabalhadores que querem viver com dignidade.

Os madeireiros criticam a demora na liberação dos planos de manejo da floresta.

A partir de segunda-feira entram mais funcionários. Estamos avaliando os projetos de forma criteriosa. Mas mesmo com este mutirão não tem como (aliviar a situação em curto prazo). Esbarramos na questão fundiária, pois boa parte das terras é pública e só no final do ano poderemos fazer licitações para exploração delas.

A senhora esperava a reação da população em Tailândia?

Esta reação foi incentivada pelos madeireiros inescrupulosos. Foi distribuída cachaca em Tailândia. Foi uma tentativa de intimidar o Estado, mas não vamos nos deixar intimidar. É questão de honra. Vou tirar aquela madeira nem que demore 20, 30, 50 dias. (SÃO PAULO/AG)

“Foi uma tentativa de intimidar o Estado, mas não vamos nos deixar intimidar. É questão de honra. Vou tirar aquela madeira nem que demore 20, 30, 50 dias”.

DADOS DO SETOR MADEIREIRO NO PARÁ

- São 33 pólos madeireiros no estado
- No total, são 1.592 empresas ligadas ao setor
- Ao todo, o setor emprega, direta e indiretamente, quase 200 mil pessoas
- Por ano, estas empresas geram uma renda bruta de quase 1 bilhão e 113 milhões de dólares. É a segunda atividade que mais gera recursos para o Estado.
- Somente nos três primeiros meses de 2007, as empresas do setor movimentaram 754 milhões e 223 mil reais no Sisflora. É dinheiro que entra no Pará na forma de salários, impostos, equipamentos, serviços, energia, combustíveis, etc.
- Em 2007, as exportações dos produtos madeireiros renderam 792 milhões de dólares ao Pará. E 56% destes produtos são beneficiados

CENÁRIO DA CRISE FLORESTAL

- As liberações dos planos de manejo estão diminuindo ano a ano, travando o setor
- Em 2003, foram liberados 5,08 milhões de metros cúbicos
- Em 2004, foram liberados 5,72 milhões de metros cúbicos
- Já em 2005 esta quantidade caiu para 2,14 milhões de metros cúbicos
- Em 2006, a mesma coisa, somente 2,96 milhões de metros cúbicos
- Em 2007, pouco mais de 3 milhões de metros cúbicos
- Por causa da falta de técnicos para analisar os processos, nem para plantar e colher árvores (fazer reflorestamento) a Sema concedeu licenças
- A estrutura de funcionários da Sema precisa de reforço. O corpo técnico é insuficiente e existe poucos procuradores jurídicos para analisar os vários planos de manejo e de licenciamento!
- Acontece uma onda de demissões no Pará. Em Tailândia, por exemplo, as empresas geram 1.800 empregos. Com a crise, quase a metade delas já foi demitida!
- Empresas grandes que possuem o selo verde, fazem o reflorestamento e o manejo florestal, já tiveram que fechar as portas por conta da crise.

- **Em Altamira, existem 28 empresas madeireiras. Mais de 90% já paralisou as atividades por conta da crise. É gente perdendo o emprego.**

AS REIVINDICAÇÕES DO SETOR

- **De um plano de safra anual, como os que existem para a Agricultura, com ações emergenciais.**
- **Com urgência, de um cronograma de liberação dos planos de manejo.**
- **De uma força-tarefa para fazer o licenciamento da exploração madeireira nas áreas de assentamentos. E também uma ação emergencial para liberar os projetos de manejo de até 100 hectares fora das áreas de assentamento e unidades de conservação, com declaração específica do Incra para fins de aprovação de manejo na reserva legal da área (conforme modelo de declaração fornecida pelo Ibama).**
- **Até 2002, foram criados 1.354 assentamentos rurais no Pará, sendo que existem 800 sem licenciamentos. Regularizadas, estas áreas podem fornecer matéria-prima para a indústria e ainda gerar renda para as comunidades.**
- **Da aprovação dos PMFS nas áreas de posse, com base nos instrumentos transitórios existentes.**
- **Cronograma de implantação de 16 milhões de hectares de concessões florestais, em áreas federais e estaduais.**
- **Intervir junto ao Governo Federal para que cumpra-se o mais rápido possível a Lei de Gestão de Florestas Públicas nº 11.284.**
- **Queremos nossa natureza preservada sim, mas queremos que nosso povo possa usá-la de forma sustentável. Não queremos que nosso povo fique desempregado só admirando a beleza de nossas florestas!**
- **A titulação das áreas de 100 hectares e concessão de uso de 500 hectares em áreas de competência do INCRA ao longo da rodovia BR 163.**

O CENÁRIO DE CRISE DO SETOR FLORESTAL NO PARÁ

No Estado do Pará, a atividade florestal-madeireira, que envolve a exploração da floresta nativa, os plantios florestais e a cadeia produtiva da indústria madeireira, tornou-se, em pouco mais de três décadas, um dos principais segmentos econômicos, com forte geração de divisas e empregos na região.

O crescimento desordenado da atividade, aliada às deficiências de ordem fundiária, ambiental e institucional, tem provocado sucessivas crises no setor, colocando em risco sua própria continuidade dentro do Estado.

Recentemente, alguns projetos se propuseram a ordenar o setor florestal no Estado do Pará, dentre os quais destacamos a **Lei de Gestão de Florestas Públicas** (que cria a concessão florestal), a criação das **Florestas Estaduais de Produção** e a criação do **Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará**, que terá a missão de gerir a política de produção florestal do Estado.

Esses projetos podem efetivamente contribuir para o ordenamento e desenvolvimento adequado do setor florestal-madeireiro, desde que sejam priorizados pelo Governo Estadual e Federal. Todas estas políticas, contudo, são propostas estruturais que exigem período razoável para maturação.

Enquanto isso, o setor florestal madeireiro encontra-se debaixo de uma das maiores crises que já atravessou, causada principalmente pela falta de matéria-prima de origem legal, exigindo ações imediatas dos gestores públicos a fim de evitar o colapso da atividade.

É preciso empreender ações e instrumentos que permitam a transição entre atual estágio e o futuro modelo de operação do setor florestal paraense, viabilizando a manutenção dos empregos e divisas geradas pela segunda atividade econômica do Estado.

Abaixo indicamos os principais pontos da crise a que o setor está submetido:

a) Falta de Planos de Manejo - Os planos de manejo que estão em vigor são insuficientes para atender o mínimo da demanda do setor. Se a Sectam não aprovar novos planos de manejo, é certo um colapso no setor industrial e, conseqüentemente, na cadeia social e econômica de vários municípios. Preocupa o fato da secretaria dispor de apenas um procurador jurídico para analisar os PMFS. Caso a situação não seja resolvida imediatamente, os produtores não terão como trabalhar legalmente na safra deste ano.

O volume tradicionalmente autorizado pelo órgão ambiental (Ibama) em 2003 e 2004 era de, respectivamente, 5,085 e 5,720 milhões de m³. Em 2005, o volume caiu para 2,140 milhões de m³ e, em 2006, para 2,967 milhões de m³. Ou seja, existe uma diferença média anual de 2,849 milhões de m³ de matéria-prima, sem as quais não há como a indústria de base florestal continuar suas atividades sem um colapso na produção. Em 2007, foram autorizados pouco mais de 3 milhões de m³.

Atualmente, existem diversos projetos de manejo aguardando a aprovação da Sectam, mas órgão não conta com a mínima estrutura para atender a demanda do setor. Para ser exato, até novembro de 2007, 903 PMFS aguardavam parecer da Sema.

Dessa forma, é urgente que o órgão ambiental realize uma força-tarefa, em caráter emergencial, contratando técnicos para concluir todos os licenciamentos ambientais pendentes.

Além disso, é necessário que as áreas sem titulação definitiva, consideradas de domínio público, sejam autorizadas a produzir transitoriamente, até que comecem as concessões, pois em 2007 poucos planos de manejo foram aprovado pela Sectam.

b) Concessões – O setor privado acredita que somente a implantação das concessões florestais, criadas pela lei 11.284/2006, possibilitarão o desenvolvimento da economia florestal do Pará com estabilidade. Por isso, as concessões de florestas públicas precisam ser efetivadas rapidamente. **São necessários 16 milhões de hectares de florestas nos próximos quatro anos, o que representa 13% do território do Estado, para serem manejados em 30 anos.** Novamente, o grande problema está na capacidade de gestão dos órgãos públicos, pois todos padecem de falta de recursos humanos qualificados, equipamentos e infraestrutura física para fazer funcionar esta política.

c) Assentamentos – Outro problema é a questão dos assentamentos rurais, que no estado são feitos sem planejamento e sem licenciamento ambiental. Por conta disso, os colonos acabam desmatando suas áreas de forma desordenada e são obrigados a vender a madeira que retiram para seu sustento de forma clandestina em vez de se tornarem fornecedores de uma economia florestal legalizada, que inclusive poderia aumentar da renda dos assentados. Enquanto isso, as empresas estão falindo, o desemprego ronda o setor, o caos social impera nos municípios em que a madeira é pilar da economia. Todo este cenário desestimula outras empresas a investirem na indústria madeireira paraense, devido à insegurança jurídica em que se encontra o setor.

d) Desemprego – A cada dia, aumenta o número de empresas que fecham as portas e, conseqüentemente, postos de trabalhos são fechados. Apenas a **indústria madeireira** (sem contar outras atividades de base florestal - movelaria, siderurgia, reflorestamento, etc), **gera mais de 180 mil empregos diretos e indiretos, gerando uma receita de mais de 3 bilhões de reais por ano para o Estado.** Essa receita é internalizada na forma de salários, impostos, serviços, equipamentos, etc e circulam na economia paraense gerando ainda mais emprego e renda.

Encaminhamentos - Para minimizar a crise, permitindo a continuidade das atividades madeireiras no Estado e, ao mesmo, tempo criando as bases para o ordenamento definitivo do setor, visando uma produção sustentável e estável, é preciso que o governo estadual e federal ajam com eficiência e rapidez, investindo recursos humanos e financeiros na área florestal. Governar é, acima de tudo, assumir responsabilidades. Está mais que na hora de assumir o setor madeireiro como importante para a economia do estado e começar a criar soluções para a crise que o assola, pois a inércia pode resultar numa situação de descontrole social.

Conheça a história da crise na indústria madeireira
Os últimos anos foram marcados por forte instabilidade

Novembro de 1999 - o Ministério Público Federal, o Incra, e o Ibama celebram *Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)* exigindo a consulta prévia dos documentos fundiários para aprovação dos PMFS

Maio de 2000 - foi assinado o Primeiro Aditivo ao mencionado TAC que, além de incluir o ITERPA como parte integrante entre suas entidades subscritoras, firmou que tanto o INCRA quanto o ITERPA poderiam emitir declarações de que o imóvel, onde se dará o manejo, encontrava-se em processo de tramitação para regularidade perante o órgão fundiário. Este documento passou a ser reconhecido como suficiente para o prosseguimento da análise até final aprovação dos PMFS.

2001 a 2004 - várias declarações foram emitidas pelos órgãos fundiários para subsidiar a aprovação dos PMFS. Portanto, o TAC conferiu legalidade aos PMFS aprovados.

Dezembro de 2004 - editada a Portaria Incra nº. 10 sobre os procedimentos para os imóveis rurais com situação jurídica de posse por simples ocupação. Através do Memº nº. 619 a Diretoria de Florestas do Ibama determinou a suspensão de todos os PMFS aprovados com base nas declarações de posse expedidas pelos órgãos fundiários. A partir daí, desestabilizou-se a produção e teve início a crise madeireira em diversos municípios paraenses, sobretudo os situados na região oeste do Estado.

Fevereiro de 2005 - firmado um acordo entre o Ibama, MDA, MMA, Incra e Fiepa para construir, no próprio mês de fevereiro de 2005, um termo de compromisso que possibilitasse a continuidade do processo de autorização de exploração nos PMFS que haviam sido suspensos.

Março de 2005 - celebrado entre Ibama e Incra o Termo de Cooperação Técnica nº. 001/2005 visando a avaliação da situação fundiária dos PMFS considerados aptos até novembro de 2004, a fim de reativar os planos suspensos.

Setembro de 2005 – Apesar do Termo firmado entre Incra e Ibama nenhum PMFS foi reativado, pois passou-se a exigir a assinatura de um TAC com o Ministério Público Federal para viabilizar os PMFS. Depois de longos meses de negociações e praticamente uma safra perdida, um novo TAC foi assinado entre o Incra, Ibama, MMA e MPF, autorizando o funcionamento dos planos de manejo, em caráter excepcional, precário e transitório. Apesar do TAC, o Ibama reativou apenas 06 PMFS, boicotando todas as tentativas de amenizar a crise do setor.

Março de 2006 – Com a aprovação da lei, o Ibama passou a exigir a assinatura dos contratos de transição para o funcionamento dos PMFS. Até o final do ano apenas 07 contratos foram assinados, mas não funcionaram porque o Incra criou projetos de assentamento sobre as áreas de manejo, passando por cima dos contratos assinados pelo Serviço Florestal.

Agosto de 2006 – O governo estadual assume a gestão florestal e passa a ser responsável pela aprovação dos projetos de manejo. Até final do ano pouco mais

de 10 PMFS foram aprovados pelo estado, baseados nas autorizações de uso emitidas pela Sectam e Iterpa.

Setembro de 2006 – Entra em vigor o DOF, substituindo a ATPF, causando um verdadeiro caos no setor, porque implantado a toque de caixa, sem o planejamento necessário.

Dezembro de 2006 – Sai o DOF e entra o Sisflora, sistema de controle estadual, como etapa final da transição da gestão do Ibama para a Sectam. Nessa transferência, o setor florestal fica paralisado quase quinze dias.

Janeiro de 2007 – Assume o novo governo estadual, com o compromisso de fazer do Pará referência na área florestal.

Maio de 2007 – Depois de várias manifestações e da crise no setor atingir patamares insustentáveis, a Sectam anuncia a criação de uma força-tarefa para aprovação dos 300 planos de manejo encaixados no órgão, mas até meados do mês nenhum havia sido liberado. O Serviço Florestal Brasileiro entra em acordo com o Incra, que aceita rever os limites dos assentamentos, preservando as áreas dos PMFS.

O histórico acima descreve apenas uma parte da crise, pois outros problemas existiram, como as invasões florestais pelos chamados “sem-toras”, as diversas greves do Ibama, as dificuldades de ordem fundiária nas áreas privadas e a crônica falta de estrutura dos órgãos ambientais.

Esse cenário de instabilidade e adversidade tem provocado o fechamento de empresas e postos de trabalhos, inibido os investimentos tão necessários para o desenvolvimento sustentável da atividade e a agregação de valor aos produtos madeireiros e aumentado a informalidade do setor.

Nesse mesmo período, alguns projetos estruturais foram aprovados, dentre os quais destacamos a Lei de Gestão de Florestas Públicas (que cria a concessão florestal), a lançamento das Florestas Estaduais de Produção e dos Distritos Florestais Sustentáveis, a criação do Ideflor - Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará e do Serviço Florestal Brasileiro. São projetos podem efetivamente contribuir para o ordenamento e desenvolvimento do setor madeireiro, desde que sejam priorizados pelo Governo Estadual e Federal, porém são propostas que exigem período razoável para maturação.

Enquanto isso, o setor florestal madeireiro encontra-se debaixo de uma das maiores crises que já atravessou, causada principalmente pela falta de matéria-prima de origem legal, exigindo ações imediatas dos gestores públicos a fim de evitar o colapso da atividade. É preciso empreender ações e instrumentos que permitam a transição entre atual estágio e o futuro modelo de operação do setor florestal paraense, viabilizando a manutenção dos empregos e divisas geradas pela segunda atividade econômica do Estado.

Arco de fogo

A estranha entrevista da governadora Ana Julia Carepa é o retrato da ambigüidade comum no Brasil e que tem incentivado a destruição da Floresta Amazônica. A atividade madeireira legal representa R\$ 2 bilhões ao ano, 7% do PIB do Pará, disse ela para depois acrescentar: "Não posso perder R\$ 2 bilhões." É mais adiante: "Não queremos destruir a economia do Estado."

Ana Julia contabiliza como parte do PIB um crime e diz que não pode abrir mão desta receita e desta "atividade econômica". Um estado não pode viver de uma atividade criminosa. Depois, garante que combaterá o crime e que retirará a madeira protegida pela sublevação incentivada pelas madeiras em Tailândia, nem que leve "20, 30, 50 luas", disse ela ao GLOBO.

Ou bem a governadora acha que o desmatamento é criminoso e ela, como representante maior do Estado do Pará, quer combatê-lo a qualquer preço; ou acha que é uma "atividade

econômica" que representa 7% do PIB do estado e cuja extinção provocará perdas.

Essa dubiedade com que o ato criminoso é arelto não é apenas paraense. Se a ação que começou ontem no Pará e seguirá para Mato Grosso e Rondônia for para valer, outros setores irão reclamar com os mesmos argumentos: perda de PIB, atividade econômica, emprego, arrecadação, porque legalidade e ilegalidade se misturaram. O desmatamento é apenas o crime em que isso fica mais explícito. O presidente Lula também tem sido ambíguo em suas declarações, como agora, quando praticamente absolveu o desmatamento dos assentamentos. O governador Blairo Maggi, que salta na frente dos seus colegas de ofício para absolver a todos e acusar a ministra Marina Silva e o Inpe, também tem sido ambíguo. O prefeito de Marcelândia, Adalberto Diamante, é madeireiro e é prefeito na cidade campeã da motosserra. Começou sua

"A operação Arco de Fogo pode ser o começo de uma grande notícia"

atividade política no PPS e foi para o PR, a mesma trajetória do governador Blairo Maggi.

No Rio, o carnaval é tratado como grande atividade econômica, e tem sido financiado desde sempre por um estranho consórcio que liga recursos públicos a dinheiro de atividades ilegais, como jogo do bicho e tráfico de drogas. A Mangueira, que um dia se apresentou como um oásis, hoje canta música de Tchinha e o escorade através de saída furtivas. O capto do Corpo de Bombeiros, pago com o seu, o meu, o nosso, carrega o campeão Aniz Abrahão David. Quando se quer mostrar que o país tem apego à moralidade, pune-se um descolado tapa-sexo.

A operação Arco de Fogo foi avisada com antecedência aos criminosos. A ampla divulga-

ção, de um mês, foi tempo suficiente para que eles tomassem a dianteira e escondessem o ilícito, mas, mesmo assim, nas vésperas da chegada das forças federais, a fiscalização do Ibama apreendeu em Sinop, como mostrou o repórter Emanoel Fóoli do GLOBO, caminhão com madeira retirada de um assentamento. A declaração do fiscal ouvido pelo repórter diz tudo: "O crime ambiental compensa." Se não compensasse a tantos, não seria uma atividade com tantos defensores dentro de todos os governos, de todos os partidos e de todas as representações empresariais. Não haveria tantas liminares na Justiça garantindo os "direitos" dos criminosos. Os jornais exibiram, nos últimos dias, a "atividade econômica" do desmatamento em pleno funcionamento, mesmo com o aviso prévio do governo, numa demonstração de que eles têm certeza da impunidade.

Por tudo o que representa, a operação Arco de Fogo é demarcatória. Se for feita a sério, se houver persistência, se

realmente quebrar os elos da cadeia que liga a atividade criminosa à atividade legalizada do Brasil, se os financiamentos forem suspensos e os assentados forem impedidos de desmatar, haverá esperança.

A governadora Ana Julia Carepa tem razão de querer que o Governo Federal participe da construção de alternativas econômicas à atividade madeireira, que invista no combate ao crime, que trabalhe em consórcio com as autoridades policiais do estado. O que ela não pode é apresentar seu pedido desta forma tão esdrúxula, lamentando o fim da "atividade econômica" que gera os tais 7% do PIB. A maneira de apresentar o problema revela a ambigüidade que o Brasil tem que combater.

A governadora já chegou a defender "garantia de matéria-prima para as siderúrgicas" do Pará, na época em que a Vale ainda ameaçava suspender o fornecimento de minério de ferro para as que tinham práticas criminosas. Depois

acertou o passo ao se juntar a quem combate a ilegalidade na área. A maior siderúrgica do polo de ferro-gusa do Pará está operando com liminar. A Cosipar está lá há 25 anos. Foi autuada inúmeras vezes por carvão ilegal e por outros crimes ambientais, como no tratamento de afluentes ou na limpeza dos turnos. E isso vem ocorrendo há vários governos. O estado decidiu embargar o trabalho da siderúrgica porque ela estava claramente usando carvão ilegal proveniente de desmatamento. Ela recorreu e conseguiu liminar.

Só que a Vale também suspendeu o fornecimento de minério. Ela está operando com estoque que tinha e comprando de pequenas mineradoras. A Cosipar produz 70% do que o Pará produz de gusa e o destina a exportação para os Estados Unidos. Dos 2 milhões de toneladas de ferro-gusa, 1,5 milhão são produzidos pela Cosipar.

A operação Arco de Fogo pode ser o começo de uma grande notícia.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pergunto ao Senador Mão Santa se pode assumir a Presidência.

Em seguida, falará o Senador Sibá Machado.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Deus escreve certo por linhas tortas e colocou V. Ex^a aí.

Realmente, a agenda do Senado está aqui: Parlamentares participam, às 19h30, no Salão Negro, da missa pela passagem do sétimo dia de morte de Jonas Pinheiro. Estivemos lá no sepultamento. Vimos o povo chorar por Jonas Pinheiro. S. Ex^a enriqueceu a classe política, pondo por terra toda essa mentira de que não há credibilidade, respeito e amor aos políticos.

Creio que devemos comparecer à missa. Estou na cadeira de S. Ex^a, que tinha, em sua cadeira, uma mensagem bíblica: “Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu filho único, em gente, para que todos aqueles que Nele crêem não pereçam e tenham a vida eterna”. Encontrei ainda uma rosa por meio da qual algumas pessoas, no Dia do Aposentado, manifestaram a S. Ex^a todo o seu carinho. Com certeza, S. Ex^a está no céu e vai defender também os aposentados.

Faltam seis minutos para a missa ser iniciada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Pediria a V. Ex^a que deixasse a rosa aí e que os servidores da Casa não a retirassem daí até amanhã. Peço, inclusive, que, no horário da missa, ela permaneça onde está. Agradeço a todos.

Senador Sibá Machado, V. Ex^a poderia fazer o seu pronunciamento em seis minutos? Ou quer deixar para falar amanhã, como primeiro orador?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Amanhã, acho que será pouco provável por causa das atividades do Congresso e da reunião das CPIs. Retiro meu pronunciamento, então, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Agradeço muito a V. Ex^a e informo que estará inscrito como primeiro orador amanhã. Caso V. Ex^a possa comparecer à sessão, a Mesa ficará avisada de que V. Ex^a será o primeiro orador, sem ferir o direito dos demais. Acredito que isso é importante.

Obrigado, Senador Sibá Machado. Desculpe-me o pedido, mas sei que seu coração é maior do que o volume do seu corpo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Tem a solidariedade cristã do Piauí e do Acre ao nosso passado Senador Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Transcorre hoje a segunda sessão em que as **Medidas Provisórias nºs 395 e 397, de 2007**, e o **Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008**, constam da Ordem do Dia.

Não havendo acordo para sua apreciação, fica sobrestada a apreciação dos demais itens da Ordem do Dia.

São os seguinte os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO **Nº 11, DE 2008**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do arágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apre-

sentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007*.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação*.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar*.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto*

aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(*Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004*)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Eptácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em

separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário

o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o re-*

conhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que*

dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

32

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia nos termos do
Recurso nº 9, de 2007)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

34

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população

brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

35

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

36

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

37

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

38

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo

Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Em votação o **Requerimento nº 162, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma, lido anteriormente, requerendo licença para participar do simpósio sobre segurança e drogas.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e o Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Foi lido também o **Requerimento nº 164, de 2008**, do Senador Inácio Arruda e de outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento aos Requerimentos nºs 114 e 150, de 2008, que o tempo destinado aos oradores da Período do Expediente da sessão do próximo dia 11 de março seja destinado a comemorar os 80 anos da fundação do jornal **O Povo**.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Em sessão anterior, foi lido o **Requerimento nº 160, de 2008**, de autoria do Senador Marconi Perillo e de outros Srs. Senadores, solicitando a realização, no próximo dia 28 de fevereiro, de sessão especial destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Anteriormente foi lido o **Requerimento nº 163, de 2008**, do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando, em aditamento ao Requerimento nº 50, de 2008, que a sessão especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril.

Em votação os requerimentos.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – O Senador Papaléo Paes enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, uma das bases do federalismo é o tratamento equânime dispensado pela União aos diversos entes que integram a Federação. E esse será apenas um dos preceitos que reclamam, compulsoriamente, observância nas múltiplas relações que se desenvolvem no campo institucional de cada Estado. Mas será talvez o fator determinante na manutenção da coesão política e do equilíbrio entre as unidades. No caso do Brasil, a realidade tem demonstrado que é a forma racional e civilizada de induzir o desenvolvimento e evitar que as ponderáveis assimetrias e dessemelhanças que caracterizam nosso País coloquem em questionamento a própria existência da Federação.

O Governo Lula, que há mais de cinco anos detém legitimamente o poder central, abençoado pelas urnas, parece que ainda não conseguiu aprender as lições elementares do constitucionalismo. Um constitucionalismo, aliás, que nos vem orientando desde os primórdios da República. E o preço, altíssimo, desse não-aprendizado, filho da indiferença ou da má deliberação, vem sendo suportado por largas porções da sociedade brasileira. Isso porque, na medida em que o protecionismo semcerimônia, o filhotismo impudico, o interesse rasteiro contemplam esta ou aquela unidade ou cidade em desfavor de outras, impõe-se danos às diversas comunidades que não têm a “sorte” de estar estacionadas nos estados-membros que merecem a especial e continuada atenção do Palácio do Planalto.

Convenhamos que mesmo para os padrões éticos e políticos do Partido dos Trabalhadores tal atitude – de privilegiar descaradamente os amigos e aliados e deixar à própria sorte os adversários – é uma inominável indignidade. Além disso, serve de toco exemplo para eventuais recidivas nos âmbitos estadual e municipal, onde não faltará a vocação imitativa de alguns políticos de ocasião para acompanhar o gesto que emana do Planalto.

Tudo isso vem abalar ainda mais a precária imagem da política e dos políticos junto à população, comprometendo o instrumento mais admirável que a humanidade concebeu para a condução dos assuntos de interesse coletivo, ou seja, exatamente a Política, mas a Política em sua melhor expressão, com “P”, maiúsculo.

Na verdade, faço tais observações com muita tristeza, porque essa realidade medíocre e discriminatória tem prevalecido, nos últimos anos, nas relações entre

o Governo central e certas unidades federadas. E ela não deve, não pode permanecer. Depois, como um dos representantes do Estado do Amapá no Senado Federal, a chamada *Casa da Federação*, não poderia silenciar diante da ignominiosa discriminação que vem sendo infligida ao meu Estado.

Cumpre-me, portanto, trazer ao conhecimento desta Casa e do Brasil que o Amapá é um dos estados que obteve pior desempenho na liberação de verbas por emendas parlamentares no ano de 2007. Conforme denúncia publicada no final de janeiro, pelo jornal **Diário do Amapá**, houve liberação de apenas 19,91 % das emendas aprovadas, em um total de R\$246 milhões.

Não bastasse o descalabro da profusão de medidas provisórias com que o Executivo entope e compromete a pauta do Congresso, subtraindo-nos de uma das mais precípuas e óbvias funções do Poder Legislativo – a atividade legiferante, verifica-se uma mitigação irresponsável e inexplicável na liberação das emendas parlamentares. Assim, um instrumento legítimo e importante na confecção e execução do orçamento nacional fica comprometido pelo contingenciamento imposto por um Governo que se nega, sistematicamente, a dar explicações ao Congresso e à sociedade.

Evidentemente, o Amapá não é um caso isolado. Outros Estados do Norte e do Nordeste, em menor medida, também vêm sendo lesados de maneira drástica. Veja-se o caso de Roraima, Sergipe e Espírito Santo, este no Sudeste, todos com menos de 24% de suas verbas liberadas. Há ainda aqueles, como aponta o **Diário do Amapá**, que ficaram em uma situação melhor – se este for o termo -, mas ainda assim não tiveram sequer 30% das emendas aprovadas liberadas. Em tal situação encontram-se Alagoas, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rondônia.

Para que se tenha uma noção mais clara do quadro que nos impõe o Poder Executivo, tome-se os resultados de pesquisa, realizada no período de 2003 a 2007, divulgada pela CNM – Confederação Nacional dos Municípios. O que se observa é que a maioria dos municípios brasileiros, ou 59,35% (em números absolutos 3.301 municípios) não recebe sistematicamente recursos oriundos de emendas parlamentares. Dados da mesma pesquisa revelam que são os estados mais ricos, dotados de bancadas maiores, aqueles que conseguem carrear mais recursos. São Paulo, por exemplo, principal motor econômico do País, recebeu 56,87%, ou R\$3,769 bilhões das emendas aprovadas nos últimos cinco anos. Minas Gerais, outro portento da economia nacional, conseguiu liberar 51,13% das

emendas, enquanto o Rio de Janeiro foi beneficiário de R\$2,34 bilhões, ou 46,08%.

Proporcionalmente, o valoroso estado do Acre foi a segunda unidade da Federação a conquistar mais liberações a partir das emendas aprovadas entre 2003 e 2007. Os acreanos tiveram a “sorte” de receber 53,07% das emendas, logo abaixo de São Paulo que, como salientei, marcou 56,07%.

De acordo com avaliação do presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski, citado pelo **Diário do Amapá**, os números estão a evidenciar que “o Governo dá prioridade à liberação de recursos de emendas que têm afinidade com os projetos do próprio Executivo”.

Essa postura, digo eu, é uma absurda e intolerável deturpação das prerrogativas do Governo. Além disso, evidencia, uma vez mais, o desrespeito, a indiferença e a inequívoca intenção que o Executivo tem de trabalhar pela desmoralização do Poder Legislativo nacional.

Nosso Presidente, o eminente Senador Garibaldi Alves Filho, no pronunciamento por ocasião de sua posse na chefia do Legislativo, salientou, com extrema correção, visão realista e elevado senso público, a necessidade de o Congresso Nacional reposicionar-se em sua relação com o Executivo. Sem dúvida, é preciso que retomemos a autonomia que a Constituição da República nos assegura; sem dúvida, é preciso que o Executivo respeite as deliberações adotadas no Senado e na Câmara.

Respeitar os Parlamentares na destinação de recursos orçamentários, por meio de emendas, não seria um mau começo para essa virtual nova etapa do relacionamento institucional dos Poderes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, renovando o desejo de que todos compareçam à missa em homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que tão bem representou o Mato Grosso nesta Casa, e lembrando às Sr^{as} Senadoras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007
(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito*

extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.

Parecer sob nº 99, de 2008, do Relator revisor: Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).*

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.3.2008

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
38, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
50, DE 2006**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador

Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal*.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal*.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que *altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece*.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos*.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos*.

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família*.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais*.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001,

na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Se-

nador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões:

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).*

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174,*

entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.*

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos)*.

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

37

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

38

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

39

REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur

Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

40

REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

41

REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 28 minutos.)

Ata da 17ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 27 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Deliberativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Papaléo Paes,
Valter Pereira e Mão Santa

ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E

OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 27/2/2008 07:45:10 até 27/2/2008 21:05:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X	P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X	PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X	DEM	TO	KÁTIA ABREU		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X	PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X	PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X	Bloco-PR	ES	MAGNO MALTA		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X	PMDB	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X	Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X	DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X	PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X	DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X	PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X	PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X	PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR		X	PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X	PDT	PR	OSMAR DIAS		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X	PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X	PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES		X	Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X	PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X	DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X	Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	AP	GILVAM BORGES		X	PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X	PTB	SP	ROMEU TUMA		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X	DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X	PMDB	MA	ROSEANA SARNEY		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X	PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X	PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
DEM	MT	JAYME CAMPOS		X	Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X	Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO		X	PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X	Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X	PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X	PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO		X	PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX		X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X					

Compareceram: 73 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 73 Srs. Senadores.

Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, Ofício do Ministro de Estado da Defesa que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO**DO MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA**

– Nº 1.483/2008, de 19 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.087, de 2007, do Senador Expedito Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

Foi juntada cópia das informações ao processado do **Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2007**, que volta à tramitação normal.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que a **Medida Provisória nº 420, de 2007**, que “Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$12.500.000.000,00 (doze bilhões e quinhentos milhões de reais), para o fim que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º, do art. 2º, da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV 399

Publicação no DO	26-2-2007
Emendas	até 3-3-2008
Prazo final na Comissão	
Remessa do Processo à CD	26-2-2008 a 10-3-2008 (14º dia)
Prazo na CD	De 11-3-2008 a 24-3-2008 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	24-3-2008
Prazo no SF	25-3-2008 a 7-4-2008 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	7-4-2008

Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	8-4-2008 a 10-4-2008 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	11-4-2008 (46º dia)
Prazo final no Congresso	25-4-2008 (60 dias)

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência lembra às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se amanhã, às 10:00 horas, destinada a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, nos termos dos **Requerimentos nºs 156 e 160, de 2008**, dos Senadores Jayme Campos, Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, respectivamente.

Lembra, ainda, que, de acordo com decisão desta Presidência, usarão da palavra os Senhores Líderes ou quem Suas Excelências indicarem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OF. Nº 13/08-DEM

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Gilberto Goellner para ocupar vagas deste Partido nas Comissões infra-mencionadas:

- Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, como titular;
- Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, como titular;
- Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, como titular;
- Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, como titular;
- Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, como suplente;
- Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, como suplente; e
- Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, como suplente.

Atenciosamente, – Senador **José Agripino**, Líder do Democratas no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência designa o Senador Gilberto Goellner para integrar, como titular, as Comissões de Meio Am-

biente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Agricultura e Reforma Agrária; de Desenvolvimento Regional e Turismo, e, como suplente, as Comissões de Assuntos Econômicos; de Educação, Cultura e Esporte e de Serviços de Infra-Estrutura, nos termos do expediente lido.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 174, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à cidade de Oeiras (PI), ao Bispo Augusto Alves da Rocha e ao Bispo Juarez Souza da Silva.

Justificação

A cidade de Oeiras passa, a partir de hoje, a ter diocese própria. Sua Santidade, o Papa Bento XVI, criou a diocese de Floriano ao desmembrá-la da Diocese de Floriano.

Com isso, o Bispo Augusto Alves Rocha, que era o Bispo da Diocese de Oeiras-Floriano, foi nomeado o novo Bispo de Floriano. O Bispo Augusto Alves Rocha, nascido em Bertolínia-PI, foi vigário de Simplício Mendes-PI e Paulistana-PI; Vigário Cooperador da Paróquia de São Pedro de Alcântara, em Floriano-PI. Foi ordenado sacerdote em 1960.

Para a Diocese de Oeiras foi nomeado o Bispo Juarez Souza da Silva. Nascido em Cabeceiras do Piauí-PI, foi ordenado sacerdote em 1994 pela diocese de Campo Maior. É mestre em História Eclesiástica pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008. – Senador **João Vicente Claudino**, PTB/PI

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 175, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do

Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 121-Complementar e do PLS nº 156-Complementar, ambos de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por versarem sobre a mesma matéria: regulamentação do § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata dos recursos mínimos a serem aplicados em saúde.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**.

REQUERIMENTO Nº 176, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do PLS nº 303, de 2005, com os seguintes projetos, que já tramitam em conjunto, PLC nº 151/2001; PLS nº 145/2000 e PLS nº 370/1999. Por regularem a mesma matéria.

Sala das Sessões 27 de fevereiro de 2008. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão publicados e, posteriormente, incluídos em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, II, “c”, 8, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 177, DE 2008

Requeremos, nos termos regimentais, a realização de Sessão Especial no plenário do Senado Federal em homenagem a Luiz Viana Filho, ex-Senador, ex-Presidente do Senado e Patrono da Biblioteca, a realizar-se no dia 26 de março de 2008, às 11 horas.

Justificação

Em 28 de março de 2008 será celebrado o centenário de nascimento de Luiz Viana Filho, homem de vasta cultura, que atuou de forma brilhante na área jurídica, na educação, no jornalismo, na literatura e na política, sempre angariando respeito unânime.

Como escritor, iniciou sua atuação desde a adolescência, escrevendo em jornais na Bahia, destacando-se no jornal **A Tarde**. Além de obras jurídicas e de cunho histórico, suas biografias renderam-lhe a denominação de “príncipe dos biógrafos brasileiros”.

Foi membro da Academia de Letras da Bahia, da Academia Brasileira de Letras, da Academia de Ciências e Letras de Lisboa, da Academia Internacional de Cultura Portuguesa, do Instituto Geográ-

fico e Histórico da Bahia e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Na política, exerceu vários mandados eletivos e cargos políticos. Foi Deputado Federal, Governador da Bahia, Ministro de Estado, Senador da República e Presidente do Senado no período de 1979 a 1981.

Sua brilhante trajetória de vida, que consolidou sua autoridade intelectual e atuação política, merece ser lembrada e homenageada.

Sala das Sessões, 20 de fevereiro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 178, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi, que dedica a vida à difusão do Judô no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi, pela sua dedicação ao Judô, atividade em que se revela notável formador de campeões e de homens.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Confederação Brasileira de Judô.

Justificação

Mais do que meu ex-professor de Judô, Georges Kastriget Mehdi é detentor de diversos títulos de Campeão Brasileiro e de duas medalhas em Jogos Pan-americanos. Além disso, foi, por muitos anos, simultaneamente, atleta e técnico da Seleção Brasileira de Judô. Medhi nasceu na França, mas veio morar no

Brasil quando tinha 9 anos de idade, naturalizando-se brasileiro. Ele é atleta reconhecido em muitos países, sobretudo nos Estados Unidos, França e Espanha, como notável difusor do Judô. Foi o criador do método ocidental de treinamento e promoção de faixas. Mesmo sendo Campeão Brasileiro nas categorias Peso e Absoluto, foi para o Japão para aperfeiçoar sua técnica, graduando-se em Educação Física na Universidade de Tenri, no Estado de Nara. Ali, Jedhi viveu por 10 anos e, ao retornar ao Brasil, introduziu no País a técnica de preparação física de atletas profissionais. Medhi foi também professor na Universidade Gama Filho e da Escola de Educação Física do Exército, realizando, ademais, trabalhos para a OEA.

O Mestre Medhi, assim, dedica sua vida ao ensino do Judô, pelo que é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 179, DE 2008

Requer Voto de Louvor à sambista-cantora Mart’Nália, pela produção do CD “Aula de Samba – a História do Brasil através do Samba”, idealizado por seu irmão Martinho Filho, os dois filhos do notável sambista Martinho da Vila.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Louvor a sambista-cantora Mart’Nália, pela produção do CD “Aula de Samba – a História do Brasil através do Samba”, em que episódios da História Pátria são reproduzidos em sambas-enredo de Escolas de Samba do Rio de Janeiro.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento de Mart’Nália e seu irmão Martinho Filho.

Justificação

Há um momento em que a História do Brasil sai dos livros e, literalmente, cai no samba. Mas no CD “Aula de Samba – a História do Brasil através do Samba”. A idéia foi de Martinho Filho e a produção do disco de Mart’Nália, sambista e cantora, os dois filhos do consagrado compositor e cantor de sambas Martinho da Vila. No CD são reproduzidos sambas-enredos do Carnaval carioca em que os temas versam sobre episódios da História Pátria, desde o famoso “Dia do Fico”, passando por Santos Dumont, Canudos e Getúlio Vargas. A idéia é ótima e foi aplaudida por professores de História, que consideram a música como instrumento propício para o estudo da matéria.

O disco, com 12 faixas, será distribuído para 2 mil e 500 escolas do ensino médio e fundamental do País. Pela oportuna iniciativa, Mart'Nália e seu irmão Martinho Filho são merecedores do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 180, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao Clube Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro, pela conquista da 18ª Taça Guanabara, em 2008.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Aplauso ao Clube de Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro, pela conquista, pela 18ª Vez, da Taça Guanabara.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Diretoria do Flamengo e à Torcida Organizada Flamenguista do Amazonas, a maior do Estado.

Justificação

Não é à-toa que a torcida flamenguista do Amazonas tem o nome de 'Raça Flamengo Manaus': Raça é o que não falta ao grande time do Rio, que, no domingo, 24 de fevereiro de 2008, conquistou pela 18ª vez a Taça Guanabara, ao disputar a final com o valoroso Botafogo. Foi um extraordinário jogo, com dois excelentes times em campo, o que valoriza ainda mais a vitória do clube rubro-negro.

Por tudo isso, o Flamengo é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2008

Requer Voto de Aplauso ao administrador Josué Cláudio de Souza Filho, pela sua posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do senado, voto de aplauso ao administrador Jo-

sué Cláudio de Souza Filho, pela sua posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no dia 22 de fevereiro de 2008.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

Justificação

Conheço o Dr. Josué desde o tempo de minha infância. Ele é cidadão exemplar, marcado pela seriedade pública e pela lealdade pessoal. Agora, ele chega ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, levado como credencial superior sua credibilidade, conquistada pela postura que sempre pautou suas atividades ao longo da vida. Na política, foi o vereador mais votado no pleito de 1978. Após, candidato a Governador pelo PDS, perdeu a disputa enfrentando o mito da política amazonense, Gilberto Mestrinho, que a Anistia devolveu à vida pública. Josué perdeu, embora obtendo votação consagrada. O novo Conselheiro do TCEAM é filho do falecido Deputado Estadual e ex-Prefeito de Manaus, radialista Josué Cláudio de Souza. É pai do ex-Vereador e atual Deputado Estadual Josué Cláudio de Souza Neto, também radialista. Ele próprio, que haverá sem dúvida de honrar o Tribunal, foi, até o dia de sua posse, o radialista de maior audiência no Amazonas, pelos microfones de sua Rádio Difusora. Por tudo isso, ele é merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno, o requerimento será despachado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 182, DE 2008

Requer Voto de Incentivo para novos embates no Futebol do Brasil – e também de agradecimento pelo que fere até aqui ao notável craque Ronaldo, o grande fenômeno esportivo mundial, que honra as cores brasileiras e o esporte em todo o Universo.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado, Voto de Incentivo ao notável craque Ronaldo, em sua recuperação, para que possa o mais breve possível retornar à Seleção Brasileira, a que ele sempre dedicou seu talento, esforços e dedicação, tornando-se um dos maiores futebolistas do Universo.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e à Confederação Brasileira de Futebol.

Justificação

Sobre Ronaldo, nosso grande craque, não é preciso dizer nada. Basta citá-lo como o “Fenômeno”, tal como é visto no mundo inteiro. Ronaldo, de repente, no auge da sua carreira, sofreu contusão e deverá permanecer afastado do futebol por alguns meses. Mas, não se tenha dúvida, ele em breve estará de volta aos gramados, para novos triunfos e, assim, devolver a todos os brasileiros a alegria de vê-lo driblando com categoria seus adversários esportivos. Foi assim ao longo de um tempo em que, com a ajuda do craque, o Brasil conquistou vitórias seguidas, no futebol brasileiro e na Copa do Mundo. Estou certo de que a imensa legião de brasileiros acostumada ao bom futebol de Ronaldo, em suas magistras atuações aqui e no mundo, agora torcem pela sua pronta reabilitação.

Por tudo isso, ele é merecedor do Voto de Incentivo. Que ele, Ronaldo, retorne logo ao futebol brasileiro.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 183, DE 2008

Requeiro nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do Padre José Simionato, da Congregação dos Combonianos, que faleceu no dia 27 de fevereiro de 2008.

Justificação

A trajetória histórica do Padre José Simionato, sempre se pautou nas causas sociais especialmente junto aos movimentos sociais do campo, era conhecido como “o padre que viveu com os sem-terra”. Sempre apoiou a luta dos trabalhadores rurais e foi muito sensível às questões de gênero e minorias.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008. – Senadora **Fátima Cleide**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)
– A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2008

Altera o § 2º do art. 1º do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para prever a atuação de advogado na alteração contratual constitutiva de pessoa jurídica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, e as alterações contratuais supervenientes, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Constituição de 1988, no art. 133, define o advogado como indispensável à administração da justiça e, na linha de essencialidade dos seus trabalhos profissionais, evidencia que está a merecer revisão o disposto no § 2º da Lei Estatutária, no que se reporta à alteração dos contratos mediante os quais se constituem as pessoas jurídicas.

A recomendação de que os contratos constitutivos de pessoas jurídicas sejam visados por advogado encontra eco na própria segurança jurídica preconizada pelo Estado, mas, além disso, a chancela de advogado no instrumento desses contratos tem o condão de afastar eventuais alegações posteriores de desconhecimento dos direitos e deveres dos constituintes da pessoa jurídica.

Por força de lei, toda pessoa jurídica tem, em seu contrato constitutivo, a chancela advocatícia dos termos e condições sob os quais se forma e se propõe a atuar. Tal medida, porém, não se deve restringir ao momento de formação desses entes – e essa é a razão de ser desta proposição –, porquanto recomendável é que seja aplicada às alterações contratuais posteriores.

Isso porque, da perspectiva das pessoas jurídicas, as alterações podem afetar significativamente a

natureza das disposições originais, transformando-as em entidades completamente diversas das concebidas originalmente, e do ponto de vista externo, a transformação deve continuar a servir à sociedade e a pautar-se pelos limites da lei.

A presente medida tem o propósito de estender a atuação dos advogados aos contratos supervenientes, de modo que as modificações estruturais continuem a atender aos interesses das pessoas jurídicas, do modo que julgarem mais adequado ao seu sucesso, porém, que também respondam satisfatoriamente aos interesses da sociedade em que estão inseridas e sobre a qual projetam os efeitos dos seus atos.

São estas as razões pelas quais pedimos a sua aprovação.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.
– Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.906, DE 4 DE JULHO DE 1994

Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Da Advocacia

CAPÍTULO I Da Atividade de Advocacia

Art. 1º São atividades privativas de advocacia:

I – a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;

II – as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas.

§ 1º Não se inclui na atividade privativa de advocacia a impetração de **habeas corpus** em qualquer instância ou tribunal.

§ 2º Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas, sob pena de nulidade, só podem ser admitidos a registro, nos órgãos competentes, quando visados por advogados.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 43, DE 2008

Acrescenta § 4º ao art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940

– Código Penal, para instituir a forma qualificada de esbulho possessório.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 161.
.....

Esbulho possessório qualificado

§ 4º Se o esbulho possessório é cometido em imóvel rural, por mais de três pessoas associadas:

Pena – reclusão, de um a dois anos, e multa. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A gravidade da questão agrária no Brasil, que se materializa na crescente sucessão de conflitos fundiários, exige medidas contundentes, entre as quais se incluem proposições legislativas que alvitrem soluções de cunho pragmático e contribuam, assim, para a pacificação geral dessas divutas.

Apenas com maior severidade a invasão de terras é, indiscutivelmente, uma dessas necessárias medidas. Já hoje, aqueles que insistem em violar o legítimo direito dos proprietários de glebas rurais podem ser criminalmente responsabilizados por esbulho possessório, com fundamento no art. 161, §§ 1º, II, 2º e 3º do Código Penal. Ocorre, porém, que a pena prevista para essa figura penal é a de simples detenção, de um a seis meses, e multa. Como é evidente, tamanha brandura em nada tem servido para dirimir a violência no campo, que, antes, se tem manifestado em nosso País, de forma intensa e progressiva, desde há quase duas décadas.

Levando em consideração esse desolador panorama, a que temos de assistir, com desconcertante frequência, nos telejornais ou, mesmo, em nossas vizinhanças, vimos propor a instituição da forma qualificada de esbulho possessório, para a específica hipótese de perpetração do crime em imóveis rurais, por grupos constituídos por mais de três pessoas.

Creemos estarmos a contribuir, com tal iniciativa, para dirimir esses sangrentos conflitos e esperamos, em face das razões aduzidas, granjear o franco apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008.
– Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CÓDIGO PENAL
Parte Geral

CAPÍTULO III

Da Usurpação Alteração de limites

Art. 161. Suprimir ou deslocar tapume, marco, ou qualquer outro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia:

Pena – detenção, de um a seis meses, e multa, de trezentos mil réis a cinco contos de réis.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

Usurpação de águas

I – desvia ou représa, em proveito próprio ou de outrem, águas alheias;

Esublho possessório

II – invade, com violência a pessoa ou grave ameaça, ou mediante concurso de mais de duas pessoas, terreno ou edifício alheio, para o fim de esbulho possessório.

§ 2º Se o agente usa de violência, incorre também na pena a esta cominada.

§ 3º Se a propriedade é particular, e não ha emprego de violência, somente se procede mediante queixa.

Supressão ou alteração de marca em animais.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2008

Altera o art. 37 para impor que a ocupação de cargos de representação do Go-

**verno na administração indireta sejam pr-
vativos de servidor público ou de empre-
gado público concursados.**

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 37 passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XXIII:

Art. 37.

XXIII – A representação do Poder Público federal, estadual, distrital e municipal, ou do respectivo capital, em entidades da administração pública indireta e em quaisquer outras das quais participem, será feita exclusivamente por servidores públicos concursados ou empregados públicos concursados das respectivas estruturas, em exercício há pelo menos cinco anos. (NR)

Art. 2º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

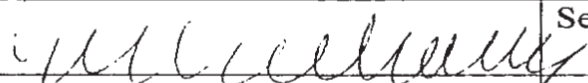
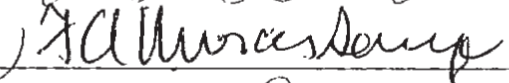

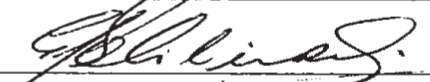
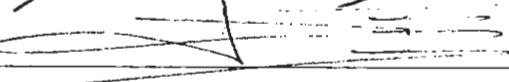
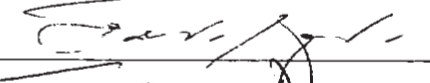
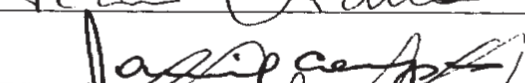
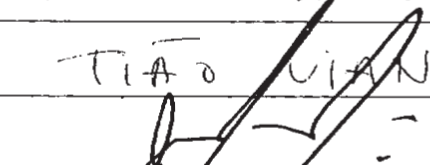
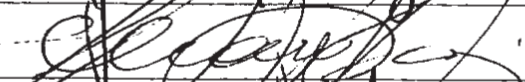

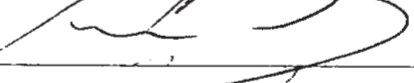
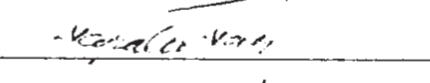
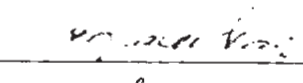
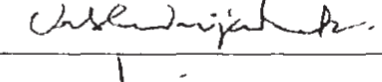
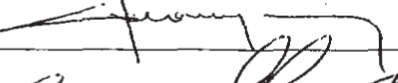
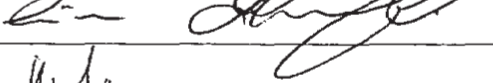
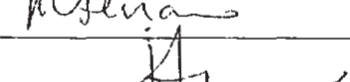


Os quadros do funcionalismo público nacional têm presenciado uma verdadeira invasão de pessoas alheias ao serviço público, os quais estão sendo chamados a representar a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades nas quais os interesses dessas entidades federativas, ou os respectivos capitais, devam ser representados.



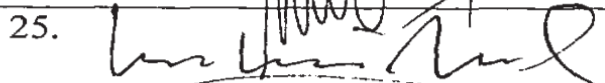


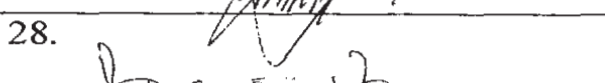
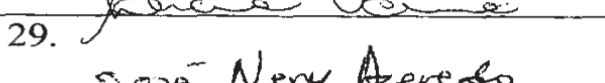
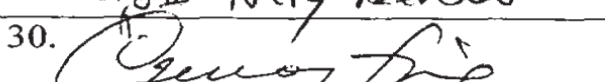
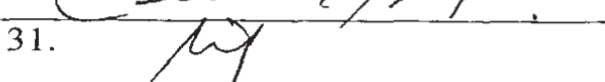
Com esse feroz desvirtuamento, tais posições estratégicas estão deixando de o ser para se verem reduzidas a recantos de acomodações de interesses pessoais ou partidários, com severas repercussões na efetividade dessa atuação.

À toda evidência, o grau de conhecimento, eficiência e comprometimento desses agentes é muito menor do que se poderia obter se essas posições fossem reservadas a agentes públicos concursados e com um tempo mínimo de exercício, requisitos que permitiriam a posse de elementos técnicos, administrativos e científicos muito maiores, com mais expressivos resultados na atuação corporativa.

Esta proposição tem esse objetivo, ao condicionar a representação do Poder Público, ou de seu capital, a pessoas concursadas e em atividade efetiva há pelo menos cinco anos.

Sala das Sessões, 27 de fevereiro de 2008. – Senador **Jarbas Vasconcelos**.

1.		Senador JARBAS VASCONCELOS
2.		Mário Azeite
3.	Uy in Paulo	17/11/11
4.		Rogério E. Costa
5.	Linale J.	EXISTORIAN.
6.	Siba Machado	SIBA MACHADO
7.		Vagner Pereira
8.		JEFERSON PERES
9.		EDUARDO AZEVEDO
10.	Tião Viana	TIÃO VIANA
11.		
12.		ALVARO DIAS
13.		FLEX RIBEIRO
14.		HERICITO
15.		
16.		Arthur Virgílio
17.		EFRAIN MORAIS
18.		ESCENO LUCENA
19.	Mariano	Mariane Senano
20.		GERALDO MESQUITA DA
21.		José Maria
22.		J. Seresatti

23.		Adelino Furtado
24.		Espedito Lima
25.		(MARCO MARIBEL)
26.		CAMATA
27.		VALDIR RUPP
28.		Juarez Lima
29.		JOSÉ NERY
30.		ISMAEL DIAS
31.		CYRO DALTRO
32.		

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 97, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 254, de 2007, (nº 936/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí.

Relator: Senador **Inácio Arruda**

I – Relatório

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, a Mensagem nº 254, de 6-12-2007 (nº 936, de 2007, na origem), pela qual o Presidente da República propõe a autorização do Senado Federal para a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007.

Como parte do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira (PROES), foi firmado, em 26 de fevereiro de 1999, entre a União e o Estado do Piauí, o Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, pelo qual, o Estado transferiu para a União o controle acionário do Banco do Estado do Piauí. Conforme os objetivos do Programa, e nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e do contrato firmado, a União assumiu o compromisso de privatizar o Banco do Estado do Piauí.

No entanto, de acordo com a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda (EM) nº 172/2007, que acompanha a Mensagem nº 254, de 2007, até o presente não foi concluído o processo de privatização daquele Banco. Assim, com o intuito de por fim à indefinição e conseqüente deterioração do patrimônio público, os governos estadual e Federal chegaram à solução de incorporação do Banco do Estado do Piauí a instituição financeira oficial, o que atende também aos anseios da sociedade piauiense pela manutenção do Banco como instituição pública.

Ainda conforme a EM, essa decisão está amparada na Medida Provisória (MP) nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001 (originalmente MP nº 1.514, de 1996), que em seu art. 1º, parágrafo único, estabelece que a extinção das instituições financeiras pode se dar por intermédio de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida. Ao mesmo tempo, respeita-se o objetivo do PROES de retirar as instituições financeiras do controle estadual.

A alteração do objetivo do contrato de empréstimo original, autorizado por intermédio da Resolução nº 17, de 1999, do Senado Federal, tem respaldo igualmente na Lei estadual nº 5.036, de 27 de novembro de 1998.

Sendo assim, considerou-se o Banco do Brasil S.A. a instituição mais adequada à incorporação, por ter o capital aberto e apresentar ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez.

No processado, encontra-se Parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/CAF/Nº 2.456/2007, e Nota-Conjunta nº 127/STN/COAFI-COREF, de 8 de novembro de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional, também favorável à proposta.

II – Análise

O Parecer da PGFN, consonante à mudança na finalidade do contrato original que previa a privatização do Banco do Estado do Piauí, baseia-se essencialmente na Nota-Conjunta da STN, que apresenta os seguintes argumentos para respaldar a proposta:

– o art. 3º, inciso I, da Medida Provisória (MP) nº 1.773-34, de 11 de fevereiro de 1999, atual Medida Provisória (MP) nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a

adquirir o controle de instituições financeiras estaduais exclusivamente para privatizá-las ou extingui-las;

– ademais, a Lei Estadual nº 5.036, de 27 de novembro de 1998, em seu art. 1º, inciso II, autorizou o Estado do Piauí a transferir à União o controle acionário do Banco do Estado do Piauí, para cumprir o objetivo previsto na MP;

– com base nesses dispositivos, a União e o Estado do Piauí celebraram, em 26-2-1999, Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, aditado em 25 de junho de 2001, e em 16 de dezembro de 2003, com o objetivo de privatizar o Banco do Estado do Piauí;

– o processo de privatização não foi concluído, uma vez que o governador, que vinha conduzindo a negociação com o BACEN para as providências necessárias à privatização, foi cassado, o que praticamente paralisou o processo de privatização. Dessa forma, apenas em 4-11-2002, foi publicado o Edital de venda do Banco do Estado do Piauí, marcando o leilão para 23-12-2002. Porém, em 19-12-2002, o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal-seção Piauí determinou sua suspensão. O atual Governador do Piauí, empossado em 2003, posicionou-se contrariamente à privatização;

– tanto o Governo Federal como o governo estadual decidiram que o Banco do Estado do Piauí não será privatizado;

– em reuniões de representantes do Ministério da Fazenda com representantes do Estado ficou definida como melhor alternativa à extinção do Banco do Estado do Piauí sua incorporação a órgão oficial federal, ressaltando-se que a União sempre destacou os aspectos financeiros negativos para aquele ente da decisão de não privatizar o Banco do Estado do Piauí;

– no contexto, o Banco do Brasil S.A. seria a instituição financeira com melhores condições para a operação por apresentar capital aberto, ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez; a operação também seria de interesse do Banco do Brasil S.A., que busca expandir suas atividades;

– há necessidade de aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e

Venda de Ações sob Condição, celebrado em 26 de fevereiro de 1999, e aditado em 25 de junho de 2001 e 16 de dezembro de 2003, e de Resolução do Senado Federal, para aprovar o novo ajuste, bem como de decreto presidencial para retirar o Banco do Estado do Piauí do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Em consonância com essas justificativas, o Parecer da PGFN afirma que a alteração contratual pretendida encontra amparo legal nos termos do inciso I do art. 3º e do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

O mesmo Parecer ressalta que o terceiro Termo Aditivo em nada altera as cláusulas e obrigações financeiras originariamente firmadas entre a União e o Estado do Piauí, que não haverá transferência de recursos, e que o preço final da instituição financeira federalizada, calculado para fins de incorporação, continuará a destinar-se, como antes, a abater a dívida estadual com o Tesouro Nacional.

Além disso, a mudança proposta não configura operação de crédito, tal como definida no inciso III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, – Lei de Responsabilidade Fiscal – nem sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida, o que seria vetado pelo art. 35, **caput**, da referida lei. A PGFN destaca, também, que o Termo Aditivo possui cláusula de eficácia que submete a geração de efeitos à edição de Resolução pelo Senado Federal, e à exclusão do BEP do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Na discussão, ao ser levantada a questão da insegurança dos funcionários do BEP quando de sua transferência para o Banco do Brasil S.A., foi oferecida sugestão de autoria do Senador Heráclito Fortes, apoiada pelos Senadores Mão Santa e João Vicente Claudino, no sentido de incluir no Projeto de Resolução do Senado a ser apresentado como conclusão deste Parecer o seguinte dispositivo:

“A autorização concedida no **caput**, referente ao processo de incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil S.A., implica que a política de gestão de pessoas conferida aos empregados do Banco do Brasil S.A. estender-se-á aos empregados egressos do BEP que optarem pelo regimento funcional do Banco do Brasil.”

Tendo em vista que a condição proposta na Emenda destina-se a assegurar aos empregados do

Banco do Estado do Piauí tratamento isonômico com relação aos funcionários do Banco do Brasil no processo de sua incorporação a esse Banco, considero pertinente incluí-la na Resolução do Senado que autoriza a operação.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela autorização pleiteada na Mensagem nº 254, de 2007, da Presidência da República, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 5, DE 2008

Autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação, datado de 13 de novembro de 2007, ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado com a União em 26 de fevereiro de 1999.

§ 1º O Contrato referido no **caput** objetiva respaldar a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil S.A., em comum acordo entre a União, detentora do controle acionário dessa instituição financeira, e o Estado do Piauí.

§ 2º A União adotará os procedimentos necessários à exclusão do Banco do Estado do Piauí do Programa Nacional de Desestatização (PND).

§ 3º A presente aprovação confere plena eficácia ao referido Termo Aditivo, ficando ratificadas todas as demais disposições do Contrato a que alude o **caput** deste artigo.

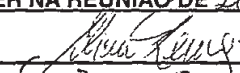
§ 4º A autorização concedida no **caput**, referente ao processo de incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil S.A., implica que a política de gestão de pessoas conferida aos empregados do Banco do Brasil S.A. estender-se-á aos empregados egressos do Banco do Estado do Piauí que optarem pelo regimento funcional do Banco do Brasil S.A.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008.

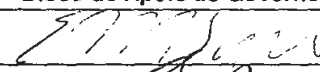
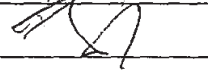
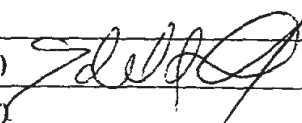
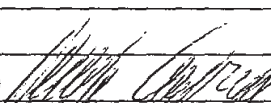

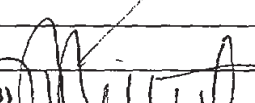
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
 MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 254, DE 2007
 NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/02/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):


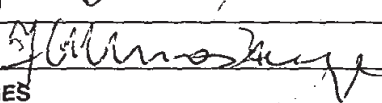
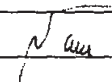
PRESIDENTE:  SEN. ELISEU RESENDE, VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

RELATOR(A): 

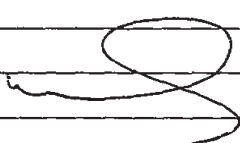
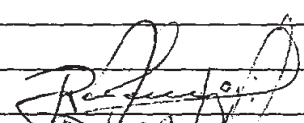
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP) 	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
VAGO	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB) 	9-CÉSAR BORGES (PR)

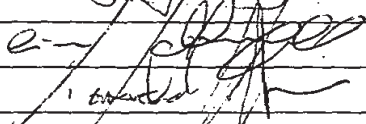
PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP 	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO 	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

DEM

A. ELMIR SANTANA 	1-VAGO
HERÁCLITO FORTES	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO 	6-ROMEU TUMA

PSDB

DÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLÉXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
ASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

ISMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 254, de 2007, (nº 936, de 5-12-2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha, ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí.

Relator: Senador **Inácio Arruda**

I – Relatório

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, a Mensagem nº 254, de 6-12-2007 (nº 936, de 2007, na origem), pela qual o Presidente da República propõe a autorização do Senado Federal para a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí em 13 de novembro de 2007.

Como parte do Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira (PROES), foi firmado, em 26 de fevereiro de 1999, entre a União e o Estado do Piauí, o Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, pelo qual o Estado transferiu para a União o controle acionário do Banco do Estado do Piauí (BEP). Conforme os objetivos do Programa, e nos termos da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, e do contrato firmado, a União assumiu o compromisso de privatizar o BEP.

No entanto, de acordo com a Exposição de Motivos do Ministério da Fazenda (EM) nº 172/2007, que acompanha a Mensagem nº 254, de 2007, até o presente não foi concluído o processo de privatização daquele Banco. Assim, com o intuito de por fim à indefinição e conseqüente deterioração do patrimônio

público, os governos estadual e federal chegaram à solução de incorporação do BEP a instituição financeira oficial, o que atende também aos anseios da sociedade piauiense pela manutenção do Banco como instituição pública.

Ainda conforme a EM, essa decisão está amparada na Medida Provisória (MP) nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001 (originalmente MP nº 1.514, de 1996), que em seu art. 1º, parágrafo único, estabelece que a extinção das instituições financeiras pode se dar por intermédio de processos de incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária legalmente admitida. Ao mesmo tempo, respeita-se o objetivo do PROES de retirar as instituições financeiras do controle estadual.

A alteração do objetivo do contrato de empréstimo original, autorizado por intermédio da Resolução nº 17, de 1999, do Senado Federal, tem respaldo igualmente na Lei estadual nº 5.036, de 27 de novembro de 1998.

Sendo assim, considerou-se o Banco do Brasil a instituição mais adequada à incorporação, por ter o capital aberto e apresentar ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez.

No processado, encontra-se Parecer favorável da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/CAF/nº 2.456/2007, e Nota-Conjunta nº 127/STN/COAFI-COREF, de 8 de novembro de 2007, da Secretaria do Tesouro Nacional, também favorável à proposta.

II – Análise

O Parecer da PGFN, consonante à mudança na finalidade do contrato original que previa a privatização do BEP, baseia-se essencialmente na Nota-Conjunta da STN, que apresenta os seguintes argumentos para respaldar a proposta:

– o art. 3º, inciso I, da Medida Provisória (MP) nº 1.773-34, de 11 de fevereiro de 1999, atual Medida Provisória (MP) nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a adquirir o controle de instituições financeiras estaduais exclusivamente para privatizá-las ou extingui-las;

– ademais, a Lei estadual nº 5.036, de 27 de novembro de 1998, em seu art. 1º, inciso II, autorizou o Estado do Piauí a transferir à União o controle acionário do BEP, para cumprir o objetivo previsto na MP;

– com base nesses dispositivos, a União e o Estado do Piauí celebraram, em 26-2-1999, Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, aditado em 25 de junho de 2001, e em 16 de dezembro de 2003, com o objetivo de privatizar o BEP;

– o processo de privatização não foi concluído, uma vez que o governador, que vinha conduzindo a negociação com o BACEN para as providências necessárias à privatização, foi cassado, o que praticamente paralisou o processo de privatização. Dessa forma, apenas em 4-11-2002, foi publicado o Edital de venda do BEP, marcando o leilão para 23-12-2002. Porém, em 19-12-2002, o juiz da 1ª Vara da Justiça Federal-Seção Piauí determinou sua suspensão. O atual governador do Piauí, empossado em 2003, posicionou-se contrariamente à privatização;

– tanto o governo federal como o governo estadual decidiram que o BEP não será privatizado;

– em reuniões de representantes do Ministério da Fazenda com representantes do Estado ficou definida como melhor alternativa à extinção do BEP sua incorporação a órgão oficial federal, ressaltando-se que a União sempre destacou os aspectos financeiros negativos para aquele ente da decisão de não privatizar o BEP;

– no contexto, o Banco do Brasil seria a instituição financeira com melhores condições para a operação por apresentar capital aberto, ações negociadas no mercado de capitais em significativo volume e elevada liquidez; a operação também seria de interesse do BB, que busca expandir suas atividades;

– há necessidade de aditamento ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado em

26 de fevereiro de 1999, e aditado em 25 de junho de 2001 e 16 de dezembro de 2003, e de Resolução do Senado Federal, para aprovar o novo ajuste, bem como de decreto presidencial para retirar o BEP do Programa Nacional de Desestatização (PND).

Em consonância com essas justificativas, o Parecer da PGFN afirma que a alteração contratual pretendida encontra amparo legal nos termos do inciso I do art. 3º e do § 1º do art. 1º da Medida Provisória nº 2.192-70, de 24 de agosto de 2001.

O mesmo Parecer ressalta que o terceiro Termo Aditivo em nada altera as cláusulas e obrigações financeiras originariamente firmadas entre a União e o Estado do Piauí, que não haverá transferência de recursos, e que o preço final da instituição financeira federalizada, calculado para fins de incorporação, continuará a destinar-se, como antes, a abater a dívida estadual com o Tesouro Nacional.

Além disso, a mudança proposta não configura operação de crédito, tal como definida no inciso III do art. 29 da Lei Complementar nº 101, de 2000, – Lei de Responsabilidade Fiscal – nem sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida, o que seria vetado pelo art. 35, **caput**, da referida lei. A PGFN destaca, também, que o Termo Aditivo possui cláusula de eficácia que submete a geração de efeitos à edição de Resolução pelo Senado Federal, e à exclusão do BEP do Programa Nacional de Desestatização (PND).

III – Voto

Pelo exposto, somos pela autorização pleiteada na Mensagem nº 254, de 2007, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2007

Autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Piauí autorizado a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação, datado de 13 de novembro de 2007, ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado com a União em 26 de fevereiro de 1999.

§ 1º O Contrato referido no **caput** objetiva resguardar a incorporação do Banco do Estado do Piauí ao Banco do Brasil S.A., em comum acordo entre a União, detentora do controle acionário dessa instituição financeira, e o Estado do Piauí.

§ 2º A União adotará os procedimentos necessários à exclusão do Banco do Estado do Piauí do Programa Nacional de Desestatização (PND).

§ 3º A presente aprovação confere plena eficácia ao referido Termo Aditivo, ficando ratificadas todas as demais disposições do Contrato a que alude o **caput** deste artigo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

SUGESTÃO AO PARECER

(À MSG nº 254, de 2007)

Acrescente-se o seguinte § 4º ao art. 1º do projeto de resolução apresentado como conclusão do Parecer do Relator à Mensagem nº 254, de 2007:

“§ 4º A autorização concedida no **caput**, referente ao processo de incorporação do Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil (BB), implica que a política de gestão de pessoas conferida aos empregados do BB estender-se-á aos empregados egressos do BEP que optarem pelo regimento funcional do Banco do Brasil.”

Justificação

A presente emenda tem por finalidade garantir que a absorção pelo Banco do Brasil dos empregados do Banco do Estado do Piauí envolva garantias funcionais aos empregados absorvidos, já que a legislação trabalhista não dispõe de mecanismos amplamente adequados de proteção em situações como esta.

Com a aprovação desta emenda, o Senado Federal assegurará, efetivamente, que os bancários oriundos do Banco do Estado do Piauí tenham tratamento isonômico e igualitário, em direitos, deveres e obrigações, em comparação a seus pares já pertencentes aos quadros do Banco do Brasil.

Sala da Comissão, 26 de fevereiro de 2008. – Senador **Heráclito Fortes** – Senador **Mão Santa** – Senador **João Vicente Claudino**.

(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

PARECER Nº 98, DE 2008

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 39, de 2008 (nº 26/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Fernando Brito Fialho para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI, em votação secreta, realizada em 27 de fevereiro de 2008, apreciando o relatório apresentado pelo Senhor Senador Romero Jucá, sobre a Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2008, opinou pela aprovação da indicação do nome do Senhor Fernando Brito Fialho, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, por dezoito votos “Sim”, um Voto “Não” e nenhuma “Abstensão”, totalizando dezenove votos.

Sala das Comissões, 27 de fevereiro de 2008. – Senador **Marconi Perillo**, Presidente – Senador **Romero Jucá**, Relator.

Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/02/2008, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: *Senador Marconi Perillo*

RELATOR: *Senador Romero Jucá*

Titulares - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

Suplentes - Bloco de apoio ao Governo

(PT / PR / PSB / PC do B / PRB / PP)

SERYS SLHESARENKO - PT	1- FLÁVIO ARNS - PT
DELCÍDIO AMARAL - PT	2- FÁTIMA CLEIDE - PT
IDELI SALVATTI - PT	3- ALOIZIO MERCADANTE - PT
FRANCISCO DORNELLES - PP	4- JOÃO RIBEIRO - PR
INÁCIO ARRUDA - PC do B	5- AUGUSTO BOTELHO - PT
EXPEDITO JÚNIOR - PR	6- RENATO CASAGRANDE - PSB

Titulares - PMDB

Suplentes - PMDB

ROMERO JUCÁ	1- (vago)
VALDIR RAUPP	2- JOSÉ MARANHÃO
LEOMAR QUINTANILHA	3- GILVAM BORGES
(vago)	4- NEUTO DE CONTO
VALTER PEREIRA	5- GERALDO MESQUITA
WELLINGTON SALGADO	6- PEDRO SIMON

Titulares - Bloco da Minoria

(DEM / PSDB)

Suplentes - Bloco da Minoria

(DEM / PSDB)

ADELMIR SANTANA - DEM	1- DEMÓSTENES TORRES - DEM
ELISEU RESENDE - DEM	2- MARCO MACIEL - DEM
JAYME CAMPOS - DEM	3- (vago)
HERÁCLITO FORTES - DEM	4- ROSALBA CIARLINI - DEM
RAIMUNDO COLOMBO - DEM	5- ROMEU TUMA - PTB
JOÃO TENÓRIO - PSDB	6- CÍCERO LUCENA - PSDB
MARCONI PERILLO - PSDB	7- EDUARDO AZEREDO - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	8- MÁRIO COUTO - PSDB
SÉRGIO GUERRA - PSDB	9- TASSO JEREISSATI - PSDB

Titulares - PTB

Suplentes - PTB

GIM ARGELLO	1- JOÃO VICENTE CLAUDINO
-------------	--------------------------

Titulares - PDT

Suplentes - PDT

JOÃO DURVAL	1- (vago)
-------------	-----------

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romero Jucá**

Por meio da Mensagem (SF) nº 39, de 2008 (nº 26, de 29 de janeiro de 2008, na origem), o Senhor Presidente da República submete ao exame do Senado Federal a indicação do Senhor Fernando Antonio Brito Fialho para recondução ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

Nos termos do art. 52, III, f da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de titulares dos cargos enunciados na própria Lei Maior e de outros que a lei determinar.

Autarquia vinculada ao Ministério dos Transportes, a Antaq foi criada pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que “dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências”.

Em seu art. 53, a Lei nº 10.233, de 2001, estabelece que os membros da Diretoria da Antaq serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos do mencionado dispositivo constitucional. Determina, ademais, que o ocupante desses cargos deve ser brasileiro, ter idoneidade moral e reputação ilibada, formação universitária, experiência profissional compatível com os objetivos, atribuições e competências da agência, ao lado de desfrutar de elevado conceito no campo de suas especialidades.

Nascido em 24 de outubro de 1963, na cidade de Fortaleza, Ceará, Fernando Antonio Brito Fialho graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), tendo se especializado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/ISAN-MA). Dotado de elevada capacidade de liderança e diversas habilidades relacionadas com a criação, desenvolvimento e implementação de projetos, tem exercido diversas funções relevantes, tanto na iniciativa privada quanto no âmbito da administração pública.

Como empresário, na condição de gestor ou sócio de companhias regionais de porte médio, realizou empreendimentos imobiliários e outras importantes atividades nas áreas de construção civil e de infraestrutura.

No setor público, foi titular, entre 2002 e 2003, da Gerência de Estado de Articulação e Desenvolvimento Regional de São Luís, cargo equivalente ao de secretário estadual, responsável pelas ações gover-

namentais nas áreas de educação, saúde e infraestrutura na região metropolitana constituída em torno da capital do Estado do Maranhão. De 2003 a 2005, presidiu a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP), empresa pública vinculada ao Governo do Estado do Maranhão, que atua como Autoridade Portuária do Porto de Itaqui e exerce, entre outras atribuições, as de prover a infraestrutura adequada às atividades portuárias, coordenar a movimentação de cargas, regular o uso da área do porto organizado e induzir o desenvolvimento regional. Nessa função, responsabilizou-se pelo programa de modernização da infraestrutura e inserção dinâmica do Porto de Itaqui no mercado e na cadeia logística do Corredor Norte de Exportação, pela negociação de contratos com grandes clientes das operações portuárias, como a Companhia Vale do Rio Doce, e de convênios com o Governo Federal, voltados para o financiamento de projetos estratégicos. Teve também oportunidade de participar de missões internacionais na Holanda, Índia, Vietnã, China e Estados Unidos da América.

Desde julho de 2006, exerce o cargo de diretor-geral da Antaq, no cumprimento do mandato, ora em fase de conclusão, para o qual teve, pela primeira vez, seu nome indicado pelo Senhor Presidente da República e aprovado pelo Senado Federal. Nesse período, foi o principal responsável pela atuação da agência, no desempenho das funções reguladora e fiscalizadora das atividades portuárias e de transporte aquaviário. Comandou, ao longo desse primeiro mandato, um orçamento anual de 58 milhões de reais e um quadro de pessoal formado por mais de 400 funcionários.

Em síntese, as informações contidas no **currículo vitae** anexado à Mensagem nº 39, de 2008, demonstram que, a par de possuir adequada formação acadêmica e profissional, o Senhor Fernando Antonio Brito Fialho reúne toda a experiência e os demais atributos requeridos para o exercício do cargo ao qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República pretende vê-lo reconduzido. Dessa forma, submetemos a indicação constante da referida mensagem presidencial à apreciação e julgamento desta comissão.

Sala da Comissão.

 , Presidente
 , Relator

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 97, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 254, de 2007, concluindo pela apresentação do Projeto de Resolução nº 5, de 2008, que *autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999*.

A matéria ficará perante a mesa durante cinco dias úteis para apresentação de emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, é pela ordem de chegada!

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem de chegada, Fátima Cleide.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Senadora Fátima, eu... Aí não vi se foi o Sibá ou o Senador Mão Santa, mas, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Eu entendo que é pela ordem de chegada, porque, se fosse por cavalheirismo, seria uma das duas Senadoras.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Sr. Presidente, é apenas para pedir minha inscrição para uma comunicação inadiável

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a será atendido.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, da mesma forma, para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Também V. Ex^a será atendida.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem e questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Questão de ordem...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, eu peço inscrição. E questão de ordem: o PT obstruiu aqui toda a comunicação inadiável. Eu nunca vi tanto PT na minha vida: quatro Senadores.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, não foi obstrução nada. Foi uma corrida rápida. Nós conseguimos chegar um pouquinho mais rápido.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então, eu acho que V. Ex^a deve fazer justiça dando oportunidade às vozes da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, então, é o quarto...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O quarto? Aí não tem vez, só são três. Então vou ficar no banco de reservas.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Comunicação inadiável. E o Senador Sibá Machado...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então V. Ex^a pode me inscrever pela Liderança, porque ontem eu estava na tribuna já para falar e houve dificuldades de tempo... Quero que V. Ex^a me inscreva pela Liderança, então.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a, então, tem prioridade, Senador Sibá, visto que o Presidente que encerrou a sessão ontem, quando seria a vez do Senador Sibá Machado, comunicou que ele seria o primeiro hoje.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E ele cede, como bom piauiense, o lugar dele de comunicação inadiável para mim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como o Senador Suplicy não está, eu posso abrir mão da minha comunicação inadiável, e falaria no lugar do Senador Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não. O Senador Suplicy não está presente na Casa, eu peço que V. Ex^a comunique ao gabinete do Senador e...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – E eu fiquei em que lugar?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, por concessão do PT, a quem V. Ex^a acusou de obstruir as comunicações inadiáveis, será atendido, por concessão do PT, representado pelo Senador Paulo Paim...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a revive o rei Salomão: é justo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, eu, que briguei tanto para que o salário mínimo ultrapassasse a barreira dos US\$100.00, não poderia deixar, no dia de hoje, de registrar a minha satisfação de poder anunciar ao País que o salário mínimo, que será anunciado no dia 1º de março, será de US\$245.00, quatro vezes mais, Senadora Ideli Salvatti, do que aquele do dia em que o Presidente Lula assumiu.

Faço este registro porque há um comentário de um famoso jornalista dizendo: “o Paim, no tempo da Oposição, brigava e lutava para ultrapassar os US\$100.00. Hoje ele está realizado. No Governo Lula, o salário mínimo é de 4,3 vezes mais: US\$245.00.”

Acho, Sr. Presidente, que este é um momento importante da nossa economia. É uma prova de que estávamos certos. O salário mínimo é o melhor distribuidor de renda do País. Ninguém tem dúvida de que o povo brasileiro está vivendo melhor. Muitos diziam que o aumento do salário mínimo acima de US\$100.00 – hoje ele está em US\$245.00 – ia aumentar a taxa de juros, ia levar à falência as pequenas microempresas, ia demitir as empregadas domésticas, ia, com certeza, fazer com que a inflação disparasse, que a taxa de juros disparasse, e nós dizíamos tudo ao contrário, inclusive que a Previdência ia ficar melhor, como está. Hoje, já se fala em déficit da Previdência, embora eu não acredite nisso, em torno de 13, 4 bilhões. Já se falou, no passado, em déficit de 40 ou 45 bilhões.

Enfim, quero, mais uma vez, cumprimentar por essa política de recuperação do salário mínimo. A Senadora Ideli Salvatti concordou e foi a primeira a assinar o requerimento de urgência – todos os partidos assinaram – para que votemos o Projeto nº 42, que garantirá uma política permanente para o salário mínimo até 2023, conforme a inflação e o PIB, sem nenhum prejuízo de que a pressão social consiga algo mais. Mas isso vai estar garantido.

Há um dado importante da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dizendo que, se levarmos em consideração os últimos seis anos, o salário mínimo teve um crescimento real, em matéria de distribuição de renda, que podemos dizer que foi de 45%.

Acho que este é um grande momento da economia. Todos os dados apontam nesse sentido. Com certeza, o salário mínimo também contribuiu para isso acontecer. Então, é mais do que justo... O Senador

Valdir Raupp assinou o requerimento e é, inclusive, o Relator do Projeto do salário mínimo.

Faço um apelo à Casa para que votemos, para que o Presidente Lula não precise editar uma medida provisória ainda no sábado ou no domingo. Que construamos um entendimento e votemos a matéria no dia de hoje, assegurando o tempo para que ela seja promulgada, já que ninguém tem dúvida de que a inflação mais o PIB é um enorme avanço. Não nego que gostaria que fosse a inflação e o dobro do PIB. Alguém já me perguntou se passasse a inflação mais o dobro do PIB, e eu respondi que eu iria brigar para que um dia tenhamos a inflação e, quem sabe, três vezes o PIB. Mas é uma avanço! Ninguém pode negar isso. Sou testemunha, digamos, do que tenho ouvido do conjunto do movimento sindical brasileiro, Senador Sibá Machado, que é um avanço nós já termos assegurado na lei, até 2023, a inflação e mais o PIB, sem prejuízo do movimento social, se conseguirmos articular algo mais e assim os governos atenderem.

Então, eu quero fazer esta manifestação e concedo um aparte a V. Ex^a, nobre Senador Valdir Raupp, que foi o Relator da matéria .

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Paulo Paim, hoje, na reunião da Bancada do PMDB, surgiram alguns comentários e todos nós somos unânimes em dizer que V. Ex^a tem sido um grande defensor das classes menos favorecidas, daqueles que têm tido, ao longo do tempo, dos planos econômicos, os seus salários achatados – e os aposentados e pensionistas são uma dessas categorias que têm tido os seus salários achatados – e V. Ex^a tem sido um timoneiro, um baluarte aqui nas Comissões e no Plenário do Senado – já o era na Câmara dos Deputados, quando Deputado Federal – em defesa dessas categorias. E tenha a certeza V. Ex^a de que a Bancada do PMDB está com V. Ex^a e tudo aquilo que V. Ex^a defende aqui em nome dessas classes terá, com certeza, o nosso apoio. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp. Sou testemunha das suas posições acompanhando essa caminhada que visa fazer com que não só o salário mínimo, mas também os aposentados e pensionistas tenham uma política de recuperação das suas perdas.

Quero também enfatizar que concordo, Senadora Ideli Salvatti, com a postura do Presidente Lula. Quando apresentaram para Sua Excelência a reforma tributária diminuindo a contribuição do empregador de 20 para 16%, disse Sua Excelência: “Vamos devagar! Como é que fica a Previdência?” E o Ministro Luiz Marinho, da Previdência, ontem con-

firmou que também quer saber: “se querem reduzir, podemos reduzir, mas vamos ver onde apontar para que a Previdência não tenha prejuízo. Quem sabe, pode-se mexer no faturamento e no lucro? Mas não se pode querer apenas reduzir a contribuição do empregador. Depois, não dá para vir para a tribuna e solicitar que se reajuste ainda mais o aposentado se eu concordar com uma redução na arrecadação da Previdência.

Senadora Ideli, concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Paulo Paim, em primeiro lugar, ontem, eu fiz um pronunciamento sobre inúmeros indicadores de emprego, de crédito, da construção civil, da habitação. E sempre a Oposição vem com essa história de que existe sucesso porque nós mantivemos a política econômica, nós seguimos a receita que eles adotaram durante oito anos. Eu acho que não há prova mais inequívoca de que nós mantivemos a responsabilidade fiscal, sim; de que nós mantivemos a estabilidade e o controle da inflação, sim; mas o diferencial fundamental entre o nosso Governo e os governos que nos antecederam é a distribuição de renda. Nós invertemos a lógica do “crescer para, depois, distribuir” e adotamos uma lógica diametralmente oposta, que é “a distribuição gera e sustenta o crescimento”. Então, sobre a política de recuperação de salário mínimo a que V. Ex^a está agora se reportando, assinei, com muito prazer, o requerimento de urgência para que a gente possa realmente aprovar o projeto, dando garantia de que essa recuperação continue, tenha marcos e regras muito claras para continuar sendo garantida. Isso vai ao encontro do que o Presidente Lula fez, que, volto a dizer, não é a ortodoxia do “Estado mínimo”, não é a ortodoxia do “vamos, primeiro, fazer o bolinho crescer, para, depois, ver se sobram umas migalhinhas para serem distribuídas”. Então, acho muito importante esse resgate da política, para que a gente possa ter a recuperação do poder de compra da ampla maioria. O salário mínimo, como diz V. Ex^a, tem um efeito capilar. A partir de 1º de março... Inclusive, a política foi antecipar um mês por ano.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Até chegar em janeiro.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Até chegar em janeiro. Além da recuperação, os trabalhadores estão ganhando um tempo a mais de salário recuperado, o que também é muito importante. Então, queria saudá-lo e dizer que o pronunciamento de hoje de V. Ex^a complementa a diferença fundamental entre os governos que nos antecederam, que é a política de distribuição de renda como foco central da ação de governo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Concedo o aparte ao Senador Mão Santa e, em seguida, ao Senador Sibá Machado, dentro do meu tempo, já que acho que ainda me restam cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tem mais dois minutos.

Peço a cooperação do Senador Mão Santa para que possa conceder o aparte ao Senador Sibá.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, quero cumprimentá-lo pelo êxito da melhora do salário mínimo. Quando aqui iniciamos, era US\$70,00. Cem dólares seria um sonho. E V. Ex^a nos guiou, conquistamos, e parablenzo V. Ex^a. Mas houve uma decepção para V. Ex^a. Ontem, V. Ex^a viu, naquela bela sessão, a mais justa que este Senado fez em defesa dos aposentados, um *e-mail*. “É uma lástima” – esse era o termo de um jornalista, Deoclécio Dantas, do Piauí. “É uma lástima”, ele começava os comentários dele ao anunciar que iríamos votar o vetos, mas não estava entre os vetos escolhidos pelos Líderes – eu soube na reunião do PMDB, cujo líder está aqui, o Raupp – aquele que era o anseio de justiça salarial dos aposentados, que estão defasados. Esta Casa, na sua soberania e grandeza, irresponsavelmente, deu um aumento de 16,7% para os velhinhos aposentados. Foi vetado, e uma inspiração de alguns aloprados baixou para 4%. Mas não está incluído. Então, quero que V. Ex^a comece agora a sensibilizar as lideranças. Está aqui o grande Líder do meu Partido, o PMDB; está a sensível Ideli Salvatti, que hoje até permitiu que eu falasse aqui. Mas eu quero falar em nome dos velhinhos que você tanto defende e ontem homenageou.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mão Santa.

Senador Sibá.

Depois, eu concluo, Sr. Presidente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a e vou, então, fazer apenas uma comparação entre aquele período e este agora. V. Ex^a foi sempre um ardoroso batalhador da luta das causas sociais e dos trabalhadores. Isso é público e notório. Senador Paim, aquele momento comparo da seguinte maneira: Quando V. Ex^a lutava pelo salário mínimo de US\$100,00, tínhamos dois desequilíbrios: o desequilíbrio da economia e o desequilíbrio do próprio salário mínimo. Ao vinculá-lo a US\$100,00, nós teremos, então, uma renda mínima distribuída no Brasil. E agora, nós estamos com dois equilíbrios: o equilíbrio da economia e, consecutivamente, o equilíbrio do salário mínimo, que não precisa

mais ser vinculado aos US\$100,00, porque a própria economia já pode empurrá-lo para muito mais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Exatamente.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Eu acho que nós poderíamos, então, daqui pra frente, encontrar o elemento mediador para dizer: se o Brasil progride no ritmo “x”, nós temos a cobertura de inflação mais o percentual correspondente a esse crescimento. Fazendo isso, nós temos, então, uma política de longo prazo.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só um instantinho, Sr. Presidente. Eu vou concluir. O salário mínimo de R\$412,00 poderia ser muito maior. Se a CPMF tivesse sido aprovada, seguramente poderíamos ter atingido um salário mínimo acima de R\$450,00. Mas a luta não pára. Confio muito em V. Ex^a. Estamos juntos para lutar, cada vez mais, por ideais dessa natureza a favor do nosso povo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Sibá, Senador Mão Santa.

Quero apenas complementar, Sr. Presidente, que fiquei muito feliz também em saber que a Receita Federal anunciou, ontem, que, da previsão de arrecadação, houve um aumento de R\$10 bilhões. Isso é muito bom, porque mostra a eficácia do Governo e quanto o País está crescendo. É mais uma demonstração de que o salário mínimo tem sido um componente positivo.

Hoje, pela manhã, ouvi um depoimento do Presidente Lula que julguei muito positivo. Disse ele que temos uma dívida externa de US\$196 bilhões, mas temos em caixa US\$203,19 bilhões; ou seja, um superávit de US\$7 bilhões até o momento, que tenho a certeza de que há de aumentar ainda mais.

Isso tudo é muito positivo. Por isso, acho que é mais um motivo, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, de a gente, de uma vez por todas, garantir não só a política do salário mínimo, mas também uma política de reajuste aos aposentados e pensionistas nos moldes do que foi discutido ontem.

Participarei, hoje à tarde, de uma reunião entre as centrais sindicais e o Presidente Garibaldi Alves Filho em que as centrais farão um apelo para que o PL nº 42 seja votado ainda na tarde de hoje. Vamos esperar que isso ocorra.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Há dois Líderes que desejam fazer uso da palavra: o Senador Sibá Machado, que faria uso da palavra

neste momento pelo Bloco, e o Senador Valdir Raupp, que pode fazer uso da palavra por permuta com o Senador Sibá Machado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente e Senador Sibá Machado, pela permuta.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de hoje, a Bancada do PMDB no Senado Federal reuniu-se para discutir temas de nossa pauta legislativa: vetos, medidas provisórias, entre outros, principalmente a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, a CPMI dos cartões corporativos, que tem sido tão debatida nos últimos dias.

Esse tema, Sr. Presidente, a CPMI dos Cartões Corporativos, assumiu boa parte do tempo da reunião de nossa Bancada, que tenho a honra de não liderar, como sempre tenho falado. Sou o Líder da Bancada, mas não quero ter a ousadia de liderar o Presidente do Congresso Nacional, Senador Garibaldi Alves Filho; um ex-Presidente da República, o Senador José Sarney, e tantos ex-Governadores, como o Senador Mão Santa, ex-Governador do Piauí e, hoje, com muita honra, Senador da República; a Senadora Roseana Sarney, ex-Governadora do Maranhão; o Senador Pedro Simon, ex-Governador do Rio Grande do Sul, além de outros ex-Governadores que compõem a minha Bancada. Se não me falha a memória, são 11 ex-Governadores na Bancada do PMDB.

Desse modo, Sr. Presidente, como eu falava, não tenho a ousadia de querer liderar essa Bancada e sim de coordená-la. Sou coordenador da Bancada do PMDB. Assim tenho me intitulado.

É oportuno lembrar aos colegas de Parlamento e à Nação brasileira que o PMDB é um Partido que está na base do atual Governo e esteve também na base do Governo anterior. Por isso se apresenta atualmente como um Partido isento quanto à apuração de irregularidades praticadas com o uso do cartão corporativo por servidores da Administração Pública Federal, Ministros e demais autoridades governamentais de escalões inferiores, até porque não era o PMDB que governava no mandato passado, e sim o PSDB; não é o PMDB que governa atualmente, e sim o PT. Então, entendo que o PMDB estava, talvez, no meio, com condições de presidir ou de relatar essa CPMI dos Cartões Corporativos.

Foi com base nesse entendimento, Sr. Presidente, que indiquei o nome do Senador Neuto de Conto, do PMDB de Santa Catarina, para presidir a CPMI a ser instalada pelo Congresso Nacional para apurar supostas irregularidades com o uso do cartão corporativo.

O Senador Neuto de Conto aceitou prontamente a missão que o PMDB lhe confiou e merece, de nossa parte, reconhecimento e respeito. Entretanto, Sr. Presidente, buscando entendimento nesta Casa e rapidez na apuração dos fatos, em consenso, ouvindo a Bancada e o próprio Senador Neuto de Conto, decidimos abrir mão da presidência da comissão para o PSDB, evitando a existência de duas CPIs, o que, com certeza, atrapalharia o bom andamento dos trabalhos nesta Casa. O próprio Senador Neuto de Conto foi muito incisivo ao dizer que, se fosse para termos duas CPIs, S. Ex^a preferia não presidir nenhuma delas, porque tinha certeza de que isso provocaria uma cizânia nesta Casa, atrapalharia todos os trabalhos, além de desqualificar totalmente o trabalho dessas duas CPIs.

Duas CPIs com certeza poderiam servir mais a um espetáculo teatral do que a uma apuração rigorosa do fato que gerou a CPMI. É uma guerra que interessa à Oposição. Ao PMDB interessa apurar os fatos em todas as suas extensões.

Lembro também que o PMDB aguarda um entendimento entre os Partidos com assento na Casa e que jamais apostamos na cizânia.

Quando a Oposição, Sr. Presidente, indica nomes do PMDB para compor a comissão, isso não ajuda em nada; pelo contrário, atrapalha e muito. Eu não sei de onde surgiu essa infeliz idéia depois que o PMDB tinha um nome já indicado para assumir essa CPMI. E, isso, dada a proporcionalidade das Bancadas, porque se não coubesse ao PMDB, eu jamais indicaria nomes para ocupar um espaço que não fosse do Partido. O que o PMDB fez nesta Casa foi abrir mão de várias prerrogativas pelo bom entendimento e pelo bom andamento da Casa. Então não venham me dizer que eu estava querendo fazer festa na casa alheia, porque isso não é verdade. Caberia, pela proporcionalidade, ao PMDB indicar ou o Presidente ou a Relatoria dessa CPMI.

Nada contra os nomes do PMDB indicados pela Oposição, só que há um detalhe: não cabe a nenhum outro Partido dizer qual membro do PMDB vai assumir cargo nas comissões permanentes ou provisórias desta Casa. Essa indicação é da Bancada, de nenhum outro Partido. Quero deixar isto bem claro: se hoje o PMDB está abrindo mão é pelo entendimento. Como o PMDB é um Partido democrático, um Partido aberto ao diálogo, ao entendimento, que serviu ao Governo passado, é verdade, e está servindo a este Governo, dado o seu porte. Um Partido do tamanho do PMDB não pode se dar ao luxo de fazer oposição a qualquer Governo, porque inviabilizaria não o Governo, a pessoa do Governo, que era, na época, o Presidente

Fernando Henrique e, agora, o Presidente Lula, mas a Nação brasileira.

O PMDB é um Partido de entendimento, de diálogo, porque sabe da sua responsabilidade, do seu tamanho e do seu peso. Por isso, não pode fazer oposição por fazer. E essa foi a decisão do PMDB, no dia de hoje, na reunião da Bancada. Se for para o bom andamento da Casa, se for para apurar verdadeiramente esses fatos, estamos, neste momento, no entendimento da Bancada e do próprio Senador Neuto de Conto, abrindo mão dessa prerrogativa.

Na presença do Senador Jarbas Vasconcelos, um homem do maior respeito na Nação brasileira e no nosso Partido – tanto o Senador Jarbas quanto o Senador Pedro Simon, com quem já tivemos divergências, o que é natural dentro de uma Bancada grande como a do PMDB –, digo que não há nada contra o nome de S. Ex^a para presidir a CPMI dos Cartões Corporativos, mas já tínhamos um nome indicado, que era do Senador Neuto.

Se permanecer no PMDB, será o Senador Neuto de Conto; se for para abrir mão, deverá ser um Senador do PSDB, porque este está sendo o entendimento, já que o problema dos cartões corporativos aconteceu no Governo passado, do PSDB, e continua acontecendo agora, no Governo do Partido dos Trabalhadores.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Valdir Raupp.

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito a oportunidade, após o relato do Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp, para dizer que o mais importante para todos nós – e aí há uma divergência entre mim e meu Partido, que não sei se quer que se apure ou não –, para a Casa, sobretudo para o Senado da República, é que essa CPI seja instalada e que investigue; que ela procure apurar, ir ao fundo do poço, não divida as administrações, verificando o que aconteceu a partir da criação, da instalação, da apresentação desse cartão corporativo.

Não quero oferecer meu nome sob pretexto algum. Quero deixar claro à Casa que não é da minha prática causar cizânia no meu Partido ou disputar com alguém dentro do meu Partido, onde sou minoritário.

Tenho o maior respeito pelo Senador Neuto de Conto, que sabe disso. Fui convidado pela Oposição,

a quem pertença; sou opositorista. Essa história de dissidente, não existe nada disso. Faço oposição ao Governo desde o dia em que aqui cheguei, claramente, sem nenhum subterfúgio.

Considero o Governo péssimo, ruim. Não acredito no Governo. Se fosse Presidente dessa CPI, ou de qualquer uma outra, não poderia ser Presidente de CPI contra PT, contra Lula, contra quem quer que seja. Deveria ser Presidente para apurar as coisas. De forma que não quero oferecer meu nome. Fui citado pelo Líder, daí usar esta prerrogativa que o Regimento me permite. Não quero servir de pretexto para demorar mais ainda a instalação dessa CPI.

Já conversei com o Líder Arthur Virgílio, dos tuca-nos. Disse-lhe que estava liberado do convite que me formulou na sexta-feira à noite, quando eu já estava na cidade do Recife, a capital do meu Estado. Devolvi esse convite para S. Ex^a, que deverá indicar uma pessoa do PSDB, para que essa CPI seja instalada imediatamente. Se houver malandragem, cheiro de *pizza*, como tem acontecido aqui com as outras, vamos usar este microfone de aparte ou aquela tribuna para denunciar.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

Pela ordem, Senador Neuto de Conto.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de fazer uma manifestação também sobre o mesmo assunto.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a pode abordar a seqüência do assunto de sua própria cadeira.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – Sr.

Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, realmente nós fomos convidados. Depois de uma profunda reflexão para buscar tempo suficiente para exercer a importante missão de apurar os gastos com os cartões de créditos corporativos, nós aceitamos. E o meu Líder, eminente Senador Valdir Raupp, aceitou a indicação baseado no princípio de que foram as urnas que mandaram a maior Bancada do PMDB para a Câmara e para o Senado. A segunda maior Bancada é o PT.

Nosso Regimento estabelece que as indicações para formação das comissões são baseadas exclusivamente nas Bancadas partidárias. Em função dos pronunciamentos nesta Casa, Senadores começaram a criar dúvidas sobre a retidão e a honestidade de quem tem longos oito mandatos nos Municípios, no Estado e na União e que tem um patrimônio muito grande a preservar. Não fosse com

retidão, com lisura, não teríamos condições de presidir uma comissão.

Houve manifestações aqui no sentido de que poderia ser o eminente Senador Jarbas Vasconcelos, Senador por quem tenho o maior respeito, dada sua altivez, sua conduta, sua história de vida e seu passado de lutas. Assim mesmo, ficamos um pouco constrangidos, porque éramos indicados pela maior Bancada e pela legislação pertinente, que assim estabelecia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós não gostamos de julgamentos antecipados. Não se julga uma comissão nem com discurso nem com palavras. Julga-se pela ação, pela determinação e pelos resultados, que só são conseguidos no fim.

Na manhã de hoje, em reunião da Bancada, colocamos todo esse quadro e dissemos aos meus Pares que serei presidente se o PMDB fizer parte com o cargo de presidente ou de relator; mas, se for para negociar, se for para abrir, estarei fora. E também não aceitaria, sob hipótese alguma, presidir uma comissão quando houvesse duas instaladas e discutindo o mesmo problema. Isso seria uma afronta não para nós, mas para a sociedade brasileira, que está atenta, com seu sentimento e suas vistas voltadas para as nossas ações em defesa dos interesses do Brasil.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós vamos ficar de vigília, vamos ficar atentos, seremos um fiscal. Já disse o meu Líder que os dois últimos Governos serão examinados. Um pertencia ao PSDB e outro, ao PT, conseqüentemente; a chapa branca não estava com o PMDB. A responsabilidade está, acreditamos piamente, com aqueles que governaram e vão, eles mesmos, fiscalizar as suas administrações.

Deixo meus cumprimentos.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador Neuto de Conto.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra ao nobre Senador Wellington Salgado pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

(PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, eu não poderia deixar passar o que está acontecendo aqui, eu sou um homem de partido. Orgulho-me de ser do PMDB, tenho bases no Estado de Minas, os meus Prefeitos, os meus Vereadores, os Deputados Estaduais, os Deputados Federais e não me sinto bem. Sou um homem que sigo o meu Par-

tido, sigo o meu Líder, deixei isso bem claro hoje na reunião do Partido, em que foi decidida essa abertura de cargo, dando para a Oposição. Eu não concordo com isso, mas sigo o meu Partido.

O meu Partido tem a maior Bancada no Senado, e a todo momento ele tem que ceder para acalmar a Casa. Foi assim quando o Senador Valter Pereira era o Presidente da CPI das ONGs e já tinha comentado nas suas bases que tinha sido convidado para ser o Presidente; e aí, para acalmar a Casa, mais uma vez, o PMDB cede a vaga. Foi assim quando outra vez o Senador Valter Pereira era o Vice-Presidente da CCJ e o Senador Marco Maciel, que tem uma história maravilhosa, foi respeitado e não botamos o candidato, Senador Marco Maciel, Presidente, que muito bem honra esta Casa e honra a CCJ.

E agora, mais uma vez, o Senador é convidado, pensa, diz que aceita o convite e comunica às suas bases que foi convidado para ser o Presidente da CPI dos cartões corporativos. E o que acontece, Sr. Presidente? Mais uma vez, pelo bom entendimento desta Casa, o meu Partido cede outra vez. Eu não sei por que o PMDB precisa ter a maior Bancada. E o que é pior, Sr. Presidente: toda vez que o Partido cede para acalmar a Casa, todos dizem que cedeu para ter cargo no Governo. Toda vez é isso. Quer dizer, o PMDB é o Partido que unifica a Casa e é o Partido que paga a conta sempre. Toda vez é isto: vão para os jornais dizer que é o Partido que está se dando bem.

Não concordo com isso, mas vou seguir. Acho que estão expondo nossos Senadores nas suas bases – bem colocado aqui pelo Senador Neuto. E o que acontece? Ele chega às suas bases, diz que vai ser o presidente e agora acontece o que estamos vendo aqui: numa reunião – claro que isso tudo se resolve em Bancada –, dizem que vamos ceder a vez à Oposição.

Eu penso o seguinte: tem de ser tudo apurado quanto aos cartões, tem de ser tudo apurado, sim, Sr. Presidente; agora, todos têm que saber o que é Situação e o que é Oposição.

Dentro do PMDB temos de tudo. Por isso que é um Partido maravilhoso, ninguém obriga ninguém a nada, nem fecha questão em Bancada. O PMDB chega aqui e cada um vota como acha que deve. Lá dentro, o Líder Raupp não obriga ninguém a votar com Bancada fechada; cada um vota com a sua consciência. Temos Senadores de todas as linhas: esquerda e direita.

Agora, Sr. Presidente, o meu Partido, o PMDB, o maior Partido do País, o maior Partido da Câmara, o maior Partido do Senado, está a todo momento tendo

de ceder espaço pelo bem da Casa e está perdendo prestígio político para os nossos Senadores.

Era essa a posição que eu tinha que colocar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a.

Como Presidente da Mesa, neste momento, quero agradecer ao PMDB a compreensão de manter a paz na Casa. Ao mesmo tempo, é interessante que possamos esclarecer a quem está assistindo à sessão que a questão do PMDB é do Bloco de apoio ao Governo, nenhum Partido de Oposição tem a ver com o fato de o PMDB ter cedido a vaga. Então, deixo bem claro que o PSDB, Partido ao qual foi cedida a vaga, ou o Democratas, se fosse o caso, não tem nada a ver com a negociação feita na Base de apoio ao Governo. O direito justo e certo era a Base de apoio ter o relator e o presidente, mas, por uma questão política, que vem realmente atender aos anseios do próprio Governo, a quem a Base apóia, o PMDB teve que ceder a presidência. Poderia ter ficado na relatoria, e o PT, como bancada menor...

Mas esse é um assunto do Bloco de apoio com o qual eu não quero me envolver. Mas deixo aqui bem claro, para quem está assistindo, que o PMDB, principalmente aos peemedebistas, cedeu a vaga em virtude de um acordo com o Bloco de apoio ao Governo e não de acordo com o PSDB ou com o Democratas.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, consulto V. Ex^a se já estão preenchidas as três vagas para falar em comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Já estão preenchidas sim.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então eu peço a V. Ex^a, como eu sou o Vice-Líder e o Líder Jefferson Péres não vai usar da palavra, que me inscreva para falar pela Liderança do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Já está inscrito o Senador Cristovam Buarque, Senador Osmar. Chegou agora, neste momento, a comunicação.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Então vamos suprimir o cargo de Vice-Líder. Fica aqui exonerado o Vice-Líder do PDT no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – O Líder quem designou.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sim, mas estou dizendo que tem que exonerar a vice-liderança, porque, se a vice-liderança não vale nada, então para que existe?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– É outra questão partidária que deve ser resolvida pelo PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está ficando do jeito que o diabo gosta.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– O PDT designou, por meio de seu Líder, Senador Jefferson Péres, o uso da palavra, como Líder, para o Senador Cristovam Buarque. Mas, se V. Ex^a quiser fazer uso da palavra pela ordem, tem todo direito.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem momentos em que ficam difíceis as coisas aqui, no Senado.

Mas, no final do ano passado, eu tive oportunidade de fazer um pronunciamento saudando o fato de o Brasil ter finalmente ingressado no grupo de países que têm alto Índice de Desenvolvimento Humano.

É claro que a gente entrou tardiamente, na rebeirinha, temos muito ainda a superar em termos de desigualdades, mas o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Pnud identificou melhoras significativas, avanços na área de educação, saúde e saneamento, na redução da desigualdade social e da mortalidade infantil e materna. Por conta desses resultados, finalmente, o Brasil conseguiu ingressar no grupo dos países com os melhores Índices de Desenvolvimento Humano.

Também tive oportunidade, quando saiu a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, de registrar o número fantástico de 20 milhões de brasileiros que, em cinco anos – exatamente o período do primeiro mandato e início do segundo mandato do Presidente Lula –, saíram das classes D e E, conseguindo ingressar na classe C.

Então, essa mobilidade social fantástica, pelo volume, pelo significado, também tive oportunidade de saudar, mais uma vez, pelo acerto da política de aumento de renda, de emprego, de carteiras assinadas, de programas, como o ProUni, permitindo o acesso à universidade a um contingente significativo de jovens com recursos mais apertados na renda familiar.

Tenho feito sempre questão de registrar que esse é, significativamente, o diferencial da política adotada pelo Presidente Lula. É uma política de distribuição de renda que faz com que a estabilidade econômica e o controle da inflação venham, efetivamente, acompanhados dessa distribuição de renda.

Por isso, eu não poderia deixar de saudar esses fatos. Sei que a Oposição está-se preparando para

– não sei se já foi ou não – recorrer ao Supremo Tribunal Federal para derrubar o programa, porque diz que é eleitoreiro, que não sei o quê, não sei o que lá. Causou-me estranheza, sobremaneira, mais uma vez, Senador Neuto de Conto, a manifestação de um Ministro do Supremo, que é, inclusive, impedido constitucionalmente de se manifestar fora dos autos, dizendo que, se alguém recorresse, realmente teríamos de pensar em derrubar o Programa Territórios da Cidadania.

Mas eu não poderia aqui deixar de saudar mais este programa lançado pelo Presidente Lula. Territórios da Cidadania é um conjunto de 135 ações, em que estarão envolvidos onze ministérios, articulados com os governos estaduais e municipais. Esse programa estará voltado para a população rural, para as regiões do nosso País que têm Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) menor, onde existe grande concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, população indígena, quilombolas. Ou seja, situações regionais e de condições sociais que merecem, indiscutivelmente, um aporte maior de recursos e um esforço concentrado de ação de Governo, para superar não só as diferenças regionais, mas também as diferenças sociais.

Foram escolhidos 60 territórios neste ano de 2008. Serão escolhidos mais 60, totalizando 120 territórios. Santa Catarina, Senador Neuto de Conto, foi contemplada com um território, 29 Municípios. Ali, no médio oeste, está Chapecozinho. Trata-se de Municípios que conhecemos e têm assentamento, comunidade indígena, quilombola, muitos agricultores familiares, que precisam, efetivamente, de ações concretas para superar diversas dificuldades.

Isso é muito importante, porque, na concepção e gerenciamento, o Territórios da Cidadania não se limita a atacar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina as diferentes ações de ministérios e dos governos estaduais e municipais, consolidando inclusive as relações federativas; e busca, desse modo, tornar mais eficiente a ação do Poder Público nesses territórios, nessas regiões.

Serão desenvolvidas ações, por exemplo, combinando os financiamentos do Pronaf, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, com a ampliação da assistência técnica, construção de estradas, ampliação do Programa Luz para Todos, do Brasil Alfabetizado, dos centros de referência de assistência social, Saúde na Família, Farmácia Popular, Brasil Sorridente, ou seja, pegando esses programas e interligando-os de tal forma que a população e esses territórios, esses Municípios

tenham uma concentração de esforços articulados para poder superar...

Então, não é uma escolha aleatória, não é eleitoreira, de qualquer outro tipo de desqualificação sumária, como várias pessoas, vários Líderes da Oposição tentam fazer neste momento. Até porque, como no Brasil tem eleições de dois em dois anos – não é, Senador Neuto de Conto? –, se não fizermos nada... Se a gente faz, é porque tem eleição; se não faz, não está governando. Então, para nós é muito importante não paralisar, não ficar interdito e continuar trabalhando, para que o Brasil cresça, distribua renda, resolva os problemas das desigualdades regionais e, principalmente, das desigualdades sociais.

Por isso, eu saúdo, de forma muito contundente, mais esta ação do Governo Lula, Territórios da Cidadania. Sei o quanto isso vai trazer de benefício para a região atendida por Santa Catarina. Já estamos reivindicando, para o ano que vem, pelo menos dois territórios lá no nosso Estado, e a gente sabe o quanto isso será benéfico. Há um dito, que diz: “Jabutí, quando está em cima da árvore, ou foi enchen-te ou alguém o colocou lá”. Então, se a avaliação do Governo Lula está tão positiva, como a CNT/Sensus detectou há poucos dias, com certeza não foi por acaso. É fruto exatamente dessas ações que resultados tão positivos estão proporcionando para a maioria da população.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigada pela gentileza de ter me concedido uns minutinhos a mais.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem – peço desculpas ao Senador Sibá Machado –, porque o assunto é de extrema importância. Vejo o Senador Valadares na Mesa e sei que ele também já se pronunciou sobre esse assunto.

Acontece, Sr. Presidente, que o Senado Federal não pode continuar dependendo da vontade de dois ou três Senadores para votar matérias importantes para o País ou não. Não dá mais. Estamos em Brasília com o compromisso de votar e deixar, no nosso caso, lá no Estado do Paraná, as pessoas cobrando. Chegamos aqui e temos de motivar, mas, como a CPI dos cartões corporativos não foi instalada, não podemos votar, ou, então, temos de esperar o Orçamento.

Este Senado tomou uma decisão, no final do ano passado, de acabar com a CPMF. Recebi, no meu Estado, muitas críticas, porque o meu partido fechou questão de votar a favor da CPMF. Cumpri aquilo que

qualquer Parlamentar faz: votar de acordo com a decisão fechada de seu partido, até porque estamos em tempos de fidelidade partidária. Algumas pessoas entenderam. Tudo bem. Outras, não. O que eu posso fazer? Eu estou aqui para pagar o ônus e o bônus de ser um Senador do PDT, um partido que tem disciplina, rigor e faz aquilo que pensa ser o melhor para o País. Bem, votei.

Mas, agora, Sr. Presidente, está para ser votada uma PEC que pode recuperar e colocar mais dinheiro na saúde do que a própria CPMF colocava. Refiro-me à Emenda nº 29, que foi compromissada pelo Governo, pelo Presidente Lula, que escreveu para mim, pessoalmente, um ofício também, comprometendo-se a votar a Emenda nº 29 se votássemos a CPMF, sem a qual ela se tornou ainda mais importante.

Ontem, conversei com o autor, Senador Tião Viana, que me disse ser importante a inclusão desta matéria na pauta e, por isso, solicita que os Senadores peçam tal inclusão. Temos o Relatório do Senador Augusto Botelho, nosso amigo e companheiro. E até porque se comporta humildemente aqui, no Senado Federal, muitas vezes, ele não está dizendo que a PEC, o parecer e o substitutivo dele estão aí para serem votados; que essa matéria é boa para o País porque vai obrigar os Estados a colocar 12% na saúde, vai obrigar a União a colocar 10%, vai obrigar os Municípios a colocar 15% na saúde. Tudo isso dá um incremento de recursos para a saúde brasileira. Nós poderíamos chegar, somando tudo isso, a R\$90 bilhões em recursos para a saúde. Só da União, podemos chegar a R\$61 bilhões em recursos.

Sr. Presidente, fui candidato a Governador do Paraná e discuti esse assunto. Eu dizia que o Governo do Paraná não colocava 12% na saúde; e ele dizia que colocava. Essa PEC tem outra regra: não conta dinheiro de saneamento, não conta dinheiro de pagamento de funcionário que está em outra atividade, não conta funcionários aposentados da saúde. É o que vai ser gasto em saúde pública efetivamente.

Sr. Presidente, V. Ex^a é médico e sabe que a saúde pública no País está carente de recursos – não só de recursos, mas de gestão também – e precisa irrigar melhor esse sistema de saúde, que atende muita gente no País. Há muita fila, muita gente morrendo, mas o sistema de saúde está atendendo muita gente. Então, nós precisamos de mais dinheiro.

Para isso, precisamos votar a Emenda nº 29. Essa é a matéria mais importante no Senado hoje. Discutir cartão corporativo e CPI é importante. Agora, também não é possível agüentar a criação de CPI para que sirva como holofote para algumas pessoas que querem se exibir para o País inteiro. Se for para fazer

CPI, é preciso investigar de verdade o que aconteceu e clarear o assunto. Agora, fazer CPI para holofote, para vedetismo, Sr. Presidente, aí não dá! É preciso fazer CPI séria.

Outra coisa, Sr. Presidente: o assunto da Emenda nº 29 é mais importante porque afeta a vida de todas as pessoas que não têm dinheiro para pagar uma consulta, para pagar um hospital privado. Ele afeta a vida de todos os Poderes: Estadual, Federal e Municipal. E porque perderam os recursos oriundos da CPMF, as famílias estão hoje com medo de o SUS baixar ainda mais a qualidade de atendimento.

Sr. Presidente, eu faço um apelo aqui em nome da milhares de pessoas, de algumas que protestaram com o meu voto em relação à CPMF e outras que o aplaudiram. Porém, todas têm uma convicção: sem a CPMF é preciso votar a Emenda nº 29, para que não falte dinheiro para a saúde, que é o que mais preocupa a população brasileira neste momento.

Faço um apelo ao Sr. Presidente para que transfira à Mesa minha preocupação, para que se dê a discussão, o debate e a votação dessa matéria.

Sr. Presidente, nós não podemos ficar esperando decisão de quem vai ser Presidente ou Relator de CPI, porque quem está na fila de hospital não pode ficar esperar; quem está na fila do hospital precisa da decisão para que esse dinheiro chegue lá no Município. É o apelo que eu faço, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela tolerância e por me conceder a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a e o parabênico por deixar bem claro um tema tão importante para a saúde pública brasileira quanto o relacionado à Emenda nº 29.

Muito obrigado Senador Osmar Dias.

Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu devo esse pronunciamento desde segunda-feira. Não pude estar presente à solenidade em que o Governo lançou a política dos territórios para o País inteiro, pois estávamos em missão do Senado em Santarém, liderados pelo Senador Flexa Ribeiro. Hoje, agradeço a V. Ex^a por me conceder este momento.

Sr. Presidente, até os críticos mais severos testemunham que, desde que assumiu a Presidência da República pela primeira vez, o Presidente Lula diz que é necessário percorrer o Brasil para que se conheçam devidamente os problemas de cada uma das nossas

regiões. Com apenas dez dias na Presidência da República, liderou uma caravana a Teresina, no Estado do Piauí, e a Recife, em Pernambuco, para que os Ministros vissem de perto a extrema pobreza que há séculos medra o semi-árido nordestino, com a histórica cumplicidade dos Poderes Públicos.

Cinco anos depois, o Presidente Lula lança o Programa Territórios da Cidadania, destinado às populações das localidades com menores índices de desenvolvimento humano e econômico no Brasil. Não por acaso, dos trinta territórios com que inaugura a implementação desse programa, dezesseis estão nas áreas de maior desigualdade social das regiões Norte e Nordeste. Até o fim deste ano, a meta é implementar mais em sessenta territórios e cerca de 120 para o próximo ano.

São 135 ações voltadas ao desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, envolvendo o desempenho de quinze Ministérios, liderados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social, e o da Integração Regional, em parceria com as prefeituras e Governos estaduais, que beneficiarão, só este ano, mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares assentados pela reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e as comunidades tradicionais.

Com um investimento orçado em mais de R\$11 bilhões, só para este ano, o programa amplia o acesso a serviços básicos de saúde, educação e infra-estrutura; promove a geração de trabalho e renda, integrando estrategicamente políticas para o desenvolvimento territorial sustentável. Porém, para além da economia de médio prazo, o programa é estruturado também de modo a assegurar que as ações se desenvolvam com transparência e sob o controle da sociedade, por meio de programas básicos de cidadania.

Os territórios da cidadania foram identificados entre os Municípios com até 50 mil habitantes e com densidade populacional menor que 80 habitantes por quilômetro quadrado, integrados aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social, e as mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional.

Na escolha das localidades beneficiadas, têm prioridade as de menor Índice de Desenvolvimento Humano; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da reforma agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa-Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de Municípios com baixo dinamismo econômico e maior organização social.

A partir desses critérios técnicos, foram identificados 60 Territórios da Cidadania em todos os Estados e no Distrito Federal para dar início ao programa, totalizando, nesta primeira etapa, 958 Municípios que abrigam mais de 23 milhões de habitantes, dos quais 6,8 milhões vivem no campo, sendo 973.949 famílias ocupadas na agricultura familiar, 351.056 mil famílias assentadas pela reforma agrária, 2 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa-Família, 364 comunidades quilombolas e 201 nações indígenas.

No Estado do Acre, como em outras localidades incluídas no programa, integrantes do Programa Territórios da Cidadania do Alto Acre e Capixaba reuniram-se, na manhã daquele mesmo dia, na Escola Joana Ribeiro, em Epitaciolândia, de onde acompanharam a solenidade de lançamento nacional do programa, que se realizou em Brasília. À tarde, participaram de uma videoconferência, direto de Brasília, na qual o Governo Federal apresentou as diretrizes do programa.

Ontem, com a presença de representantes do Governo Federal, os integrantes do colegiado Territórios do Alto Acre e Capixaba começaram a definir o plano de desenvolvimento e o calendário das ações previstas pelo programa no território, etapa com conclusão prevista até o fim do próximo mês de abril.

Não por acaso, a agricultura familiar tem forte expressão em toda a área beneficiada pelos recursos do Governo. Os 60 territórios contemplados este ano representam apenas 17% dos Municípios brasileiros, mas concentram 30% dos agricultores familiares do Brasil.

Com este programa de políticas integradas, o Governo pretende atender, até 2010, 38,6 milhões de pessoas – sendo 1,8 milhão de pequenos agricultores, quase meio milhão de assentados, 507 comunidades quilombolas e 356 territórios indígenas. Nessas áreas, 3,7 milhões de famílias já recebem o Bolsa-Família, mas a maior parte delas ainda não tem o resto: saneamento, energia, escolas, saúde, assistência técnica e crédito.

Sr. Presidente, para não me demorar muito, vou pedir a V. Ex^a que dê como lido todo o meu pronunciamento.

Quero acrescentar ainda a este texto o conjunto da matéria apresentada pelo Ministério, mas pediria só mais um minutinho para fazer alguns comentários.

Primeiramente, quero dizer que na nossa região do Alto Acre, composta pelos Municípios de Capixaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil, realmente tem havido um esforço do Governo do Estado. A Transoceânica, rodovia que vai ligar o Brasil ao litoral

do Peru por via terrestre, passa por aquela região. Do lado brasileiro, o asfalto está 100% pronto, inclusive a ponte que liga o Brasil ao Peru. No entanto, ainda falta um desafio: construir a ponte sobre o rio Madeira, ligando Rondônia ao Acre. Todos os investimentos de grande porte do Governo do Estado estão sendo canalizados para aquela região, como várias indústrias, entre elas a Álcool Verde, que produz cana-de-açúcar, a indústria que vai abater 5 mil aves por dia, a de pisos de madeira e a de preservativos masculinos. Até 2012, 2014, isso certamente vai gerar uma oportunidade de até 10 mil postos de trabalho. Com investimentos dessa natureza, aquela região se apresentará, seguramente, para o Brasil e para o mundo, como um cartão postal de sucesso e de investimento desta parceria entre as Prefeituras, o Governo do Estado e o Governo Federal.

Sr. Presidente, quero agradecer ao Ministro Guilherme Cassel, esse brilhante Ministro de Estado que trata a questão agrária brasileira, juntamente com o Presidente do Incra, Rolf Hackbart. Estamos conseguindo, a passos largos, tirar aquela agenda negativa e pesada da disputa pela terra apenas para falar também do sucesso daqueles que já são proprietários de um pedaço de terra. Essas pessoas merecem cidadania.

Muitos alegam que o campo brasileiro é um lugar que se parece mais com um campo de concentração, destinado aos pobres e miseráveis. Haveremos de romper essas barreiras e chegar a 2020 tendo o campesinato brasileiro como um exemplo do crescimento da nossa economia e da nossa cidadania.

Parabenizo o Presidente Lula e, por intermédio dele, o seu Ministro Guilherme Cassel. Já faço até o convide para que vá ao Estado do Acre a fim de que possamos fazer uma grande festa de homenagem à criação desse programa.

Definitivamente, encerrando, discordo plenamente da idéia de que esse é um programa eleitoral. O campo brasileiro precisa de investimento desse porte e não podemos frear uma ação de governo por causa de eleição. Temos apenas de verificar se a democracia está sendo estabelecida. Senão, precisaremos mudar a agenda de governo para dizer que, doravante, o Governo só pode operar em ano não-eleitoral. Ou seja, teríamos de encurtar o mandato de um governo estadual, municipal ou do Governo Federal para apenas dois anos.

Encerro, agradecendo a V. Ex^a a tolerância no tempo que me concedeu e repetindo que dê como lido o conjunto desta matéria.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR SIBÁ MACHADO.**

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores,

1 – O compromisso com o combate à fome e às desigualdades sociais

Até os críticos mais severos testemunham que, desde que assumiu a presidência da República pela primeira vez, Lula diz que é necessário percorrer o País para conhecer devidamente os problemas de cada região.

Com apenas dez dias na Presidência, liderou uma caravana a Teresina, no Piauí, e Recife, em Pernambuco, para que os ministros vissem de perto a extrema pobreza, que há séculos medra no semi-árido nordestino, com a histórica cumplicidade dos Poderes Públicos.

2– Os Territórios da Cidadania

Cinco anos depois, o presidente Lula lança o Programa Territórios da Cidadania, destinado às populações das localidades com menores índices de desenvolvimento humano e econômico do país.

Não por acaso, dos 30 territórios com que se inaugura a implementação desse programa, 16 estão nas áreas de maior desigualdade social das regiões Norte e Nordeste.

Até o fim deste ano, a meta é implementar 60 Territórios. E mais 120, em 2009:

São 135 ações voltadas ao desenvolvimento regional e garantia de direitos sociais, envolvendo o desempenho de 15 ministérios, liderados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e o da Integração Regional, em parceria com prefeituras e governos estaduais, que beneficiarão, só este ano, mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, de pescadores e de comunidades tradicionais.

Com um investimento orçado em mais de 11 bilhões de reais, só para 2008, o programa amplia o acesso a serviços básicos de saúde, educação e infra-estrutura, promove a geração de trabalho e renda, integrando estrategicamente políticas para o desenvolvimento territorial sustentável.

Porém, para além da autonomia econômica de médio prazo, o Programa é estruturado de modo a também assegurar que as ações se desenvolvam com transparência e sob o controle da sociedade, por meio de programas básicos de cidadania.

2.1 – Os critérios para definição dos territórios

Os territórios da cidadania foram identificados entre os municípios com até 50 mil habitantes e com densidade populacional menor que 80 habitantes por

quilômetro quadrado, integrados aos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (os Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social, e às Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional.

Na escolha das localidades beneficiadas, têm prioridade os de menor Índice de Desenvolvimento Humano; maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico e maior organização social.

2.2 – Números de beneficiários na primeira fase

A partir desses critérios técnicos, foram identificados 60 Territórios da Cidadania, em todos os estados e no Distrito Federal, para dar início ao Programa, totalizando – nesta primeira etapa:

- 958 municípios;
- que abrigam mais de 23 milhões de habitantes;
- dos quais, 6,8 milhões vivem no campo, sendo:
 - 973.949 famílias ocupadas na agricultura familiar,
 - 351.056 famílias assentadas pela reforma agrária,
 - 2 milhões de famílias beneficiárias do Bolsa Família,
 - 364 comunidades quilombolas e
 - 201 terras indígenas

No Estado do Acre, como em outras localidades incluídas no programa, integrantes do Territórios da Cidadania do Alto Acre e Capixaba reuniram-se, na Escola Joana Ribeiro, em Epitaciolândia, de onde acompanharam a solenidade de lançamento nacional do Programa, que se realizou em Brasília, na manhã da segunda-feira desta semana.

À tarde, participaram de uma videoconferência, direta de Brasília, na qual o Governo Federal apresentou as diretrizes do Programa.

Ontem, (terça-feira, 26), com a presença de representantes do Governo Federal, os integrantes do Colegiado Territorial do Alto Acre e Capixaba começam a definir o plano de desenvolvimento e o calendário das ações previstas pelo Programa no Território – etapa com conclusão prevista até o fim do próximo mês de abril.

2.4 – Números de beneficiários até 2010

Não por acaso, a agricultura familiar tem forte expressão em toda a área beneficiada pelos recursos do governo. Os 60 territórios contemplados este ano

representam apenas 17% dos municípios brasileiros, mas concentram 30% dos agricultores familiares do Brasil.

Com este programa de políticas integradas, o governo pretende atender, até 2010, 38,6 milhões de cidadãos – 1,8 milhão de pequenos agricultores, quase meio milhão de assentados, 507 comunidades quilombolas e 356 territórios indígenas.

Porque, nessas áreas, 3,7 milhões de famílias já recebem o Bolsa-Família, mas a maior parte delas ainda não tem o resto: saneamento, luz, escolas, saúde, assistência técnica para a agricultura e crédito.

De modo que os Territórios da Cidadania são um passo adiante do principal programa social federal: o Bolsa-Família – que já fez chegar renda mínima às regiões mais remotas do país. Agora o governo se prepara para dotá-los de estrutura básica.

Com esta determinação, amanhã (quinta-feira) o presidente Lula irá para o Nordeste, prestigiar pessoalmente o lançamento do programa em Quixadá, no Ceará – que, junto com outros 11 municípios compõe o Território da Cidadania do Sertão Central Nordestino.

3 – Cuidados com a realidade urbana

E tudo isso sem descuidar da outra face das realidades brasileiras – a urbana. Como as políticas são integradas e para todos, no dia 7 de março, por exemplo, o presidente Lula lança o *PAC das Favelas* no Rio de Janeiro – o programa que investe 1 bilhão de reais na urbanização de grandes favelas, como as do Pavão/Pavãozinho e Rocinha, complexos de Manguinhos e do Alemão, Rocinha e Morro do Preventório.

Só para a obra no Pavão/Pavãozinho, já iniciada, estão orçados 36 milhões de reais. O Complexo do Alemão receberá 495 milhões de reais, beneficiando 30.788 famílias.

No dia seguinte, ainda no Rio de Janeiro, o presidente Lula participa de um ato do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Pronasci).

4 – Territórios da Cidadania e o relatório do TCU sobre uso eleitoral do Bolsa Família

E por aí vamos avançando no cumprimento do compromisso primeiro deste Governo: o combate à pobreza – sob a gestão pragmática do sertanejo-operário-presidente, atualizada com inspiração democrática e popular, com resultados cada dia mais palpáveis e mais nítidos ao reconhecimento da sociedade brasileira

No entanto, quando ainda se anunciava o lançamento do Programa Territórios da Cidadania, não

faltaram as desqualificações prévias (já bastante desgastadas), afirmando que Lula estaria fazendo uso eleitoral do poder de governar.

Porém, vale lembrar, foi assim também com o Bolsa-Família.

Neste particular, no entanto, a insegurança de uns e a maledicência de outros não resistem ao tempo e às evidências, agora expostas no relatório de acompanhamento do Tribunal de Contas da União, atestando que o governo federal não fez uso eleitoral do programa Bolsa-Família em 2006, durante a campanha da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – como então acusavam seus adversários.

“No plano nacional, não há evidências de favorecimento a partido político nem descumprimento de normas relativas à execução orçamentária e financeira no processo de expansão do programa que pudessem caracterizar desvio de finalidade para utilização do programa visando fins eleitorais”, sustenta o relatório do TCU.

De acordo com o TCU, o *“porcentual de cobertura e o número de benefícios do programa nos municípios administrados pelos quatro maiores partidos políticos brasileiros não apresentaram diferenças significativas, em que pese discrepâncias existentes em algumas localidades específicas.”*

O relatório mostra que nos estados governados por petistas a cobertura do programa atingiu 104,7% da meta em 2006. O índice é apenas um pouco maior que nos estados governados pelo PSDB (102,3%) e pelo PFL (101,8%). Nos estados governados por peemedebistas, a cobertura foi de 99,1%.

Portanto, com moral elevado por alto índice de aprovação popular e a consciência tranqüila diante da sociedade e da mais alta corte de julgamento das contas públicas, celebramos hoje mais este avanço da Nação brasileira, que se concretiza com o lançamento do Programa Territórios da Cidadania – para a redenção da pobreza neste país, o fortalecimento de nossa jovem democracia e a estruturação do desenvolvimento que queremos: economicamente sustentável, socialmente justo e ambientalmente equilibrado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA REDUZIR DESIGUALDADES

O Brasil encontrou o caminho para o crescimento econômico com a redução das desigualdades sociais e regionais. Agora, o desafio é levar cidadania e melhoria da renda e da qualidade de vida a todas as brasileiras e os brasileiros, especialmente no meio rural, onde ainda residem as maiores desigualdades. Para alcançar esta meta, o Governo Federal está lançando o Programa Territórios da Cidadania, em parceria com governos estaduais, municipais e a sociedade.

O **Territórios da Cidadania** é um programa de desenvolvimento regional sustentável e garantia de direitos sociais voltado às regiões do país que mais precisam, com objetivo de levar o desenvolvimento econômico e universalizar os programas básicos de cidadania. Trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território, com a participação da sociedade. Em cada território, um Conselho Territorial composto pelas três esferas governamentais e pela sociedade determinará um plano de desenvolvimento e uma agenda pactuada de ações.

Foram definidos conjuntos de municípios unidos pelas mesmas características econômicas e ambientais que tenham identidade e coesão social, cultural e geográfica. Maiores que o município e menores que o estado, os territórios conseguem demonstrar, de uma forma mais nítida, a realidade dos grupos sociais, das atividades econômicas e das instituições de cada localidade, o que facilita o planejamento de ações governamentais para o desenvolvimento dessas regiões.

Em 2008 serão beneficiados 60 territórios, em 2009 serão 120 territórios em todo o País. Mais de dois milhões de famílias de agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais terão acesso às ações do programa.

Por sua concepção e gerenciamento, o Territórios da Cidadania não se limita em atacar problemas específicos com ações dirigidas. Ele combina diferentes ações de ministérios e governos estaduais e municipais, consolidando as relações federativas, tomando mais eficiente a ação do poder público nos territórios. Por exemplo: serão desenvolvidas ações combinando os financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com a ampliação da assistência técnica; a construção de estradas com a ampliação do Programa Luz para Todos; a recuperação da infraestrutura dos assentamentos com a ampliação do Bolsa Família; a implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) com a ampliação dos programas Saúde da Família, Farmácia Popular e Brasil Sorridente; e a construção de escolas com obras de saneamento básico e a construção de cisternas.

A integração do conjunto de políticas públicas e dos investimentos previstos contribuirá para melhorar o IDH, evitar o êxodo rural e superar as desigualdades regionais.

TERRITÓRIOS

Um território rural se define por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes requisitos:

- Conjunto de municípios com até 50 mil habitantes;
- densidade populacional menor que 80 habitantes/Km²;
- organizados em territórios rurais de identidade;
- integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional (MI).

CRITÉRIOS

Para identificação de quais territórios seriam o foco da atuação do Programa Territórios da Cidadania, foram definidos os seguintes critérios técnicos:

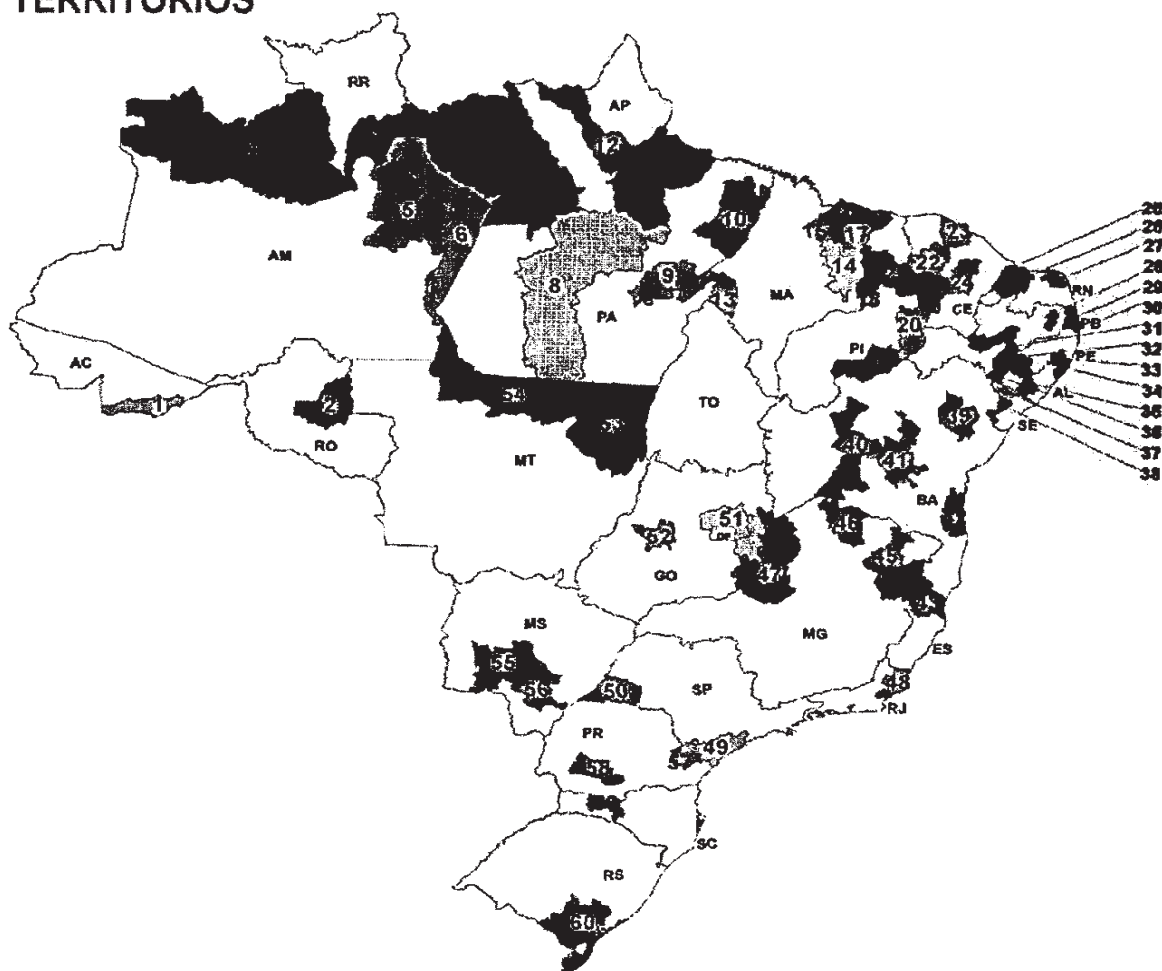
- menor IDH;
- maior concentração de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária;

- maior concentração de populações quilombolas e indígenas;
- maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família;
- maior número de municípios com baixo dinamismo econômico;
- maior organização social;
- pelo menos um território por estado da federação

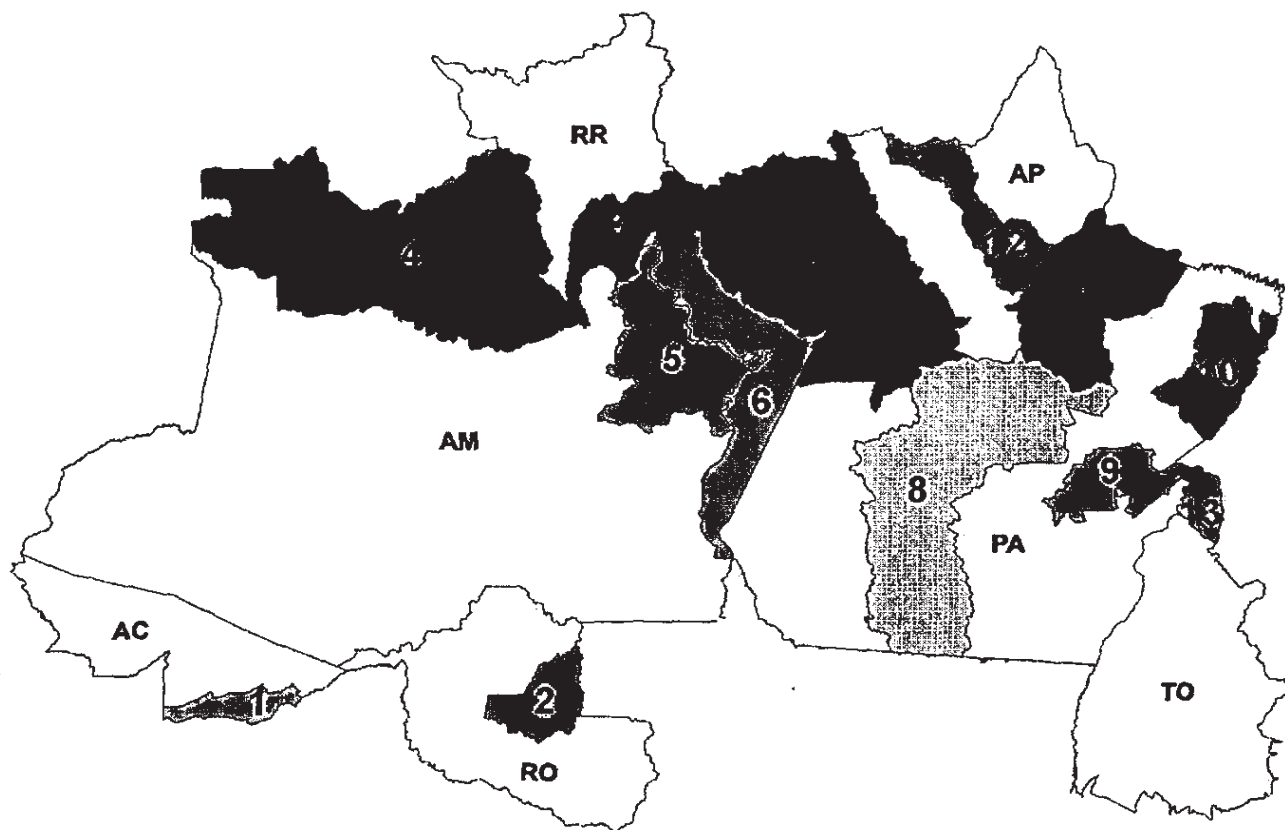
Até 2010 serão 120 territórios atendidos. Para o primeiro ano do programa foram definidos 60 territórios com os seguintes atributos.

- Municípios: 958 (17% do total de municípios)
- População Total: 24 milhões (14%)
- População Rural: 7,8 milhões (27%)
- Agricultura Familiar: 1 milhão de agricultores (24%)
- Assentados Reforma Agrária: 319,4 mil famílias (40%)
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%)
- Comunidades Quilombolas: 350 (37%)
- Terras Indígenas: 149 (25%)
- Pescadores: 127,1 mil (33%)

OS 60 TERRITÓRIOS



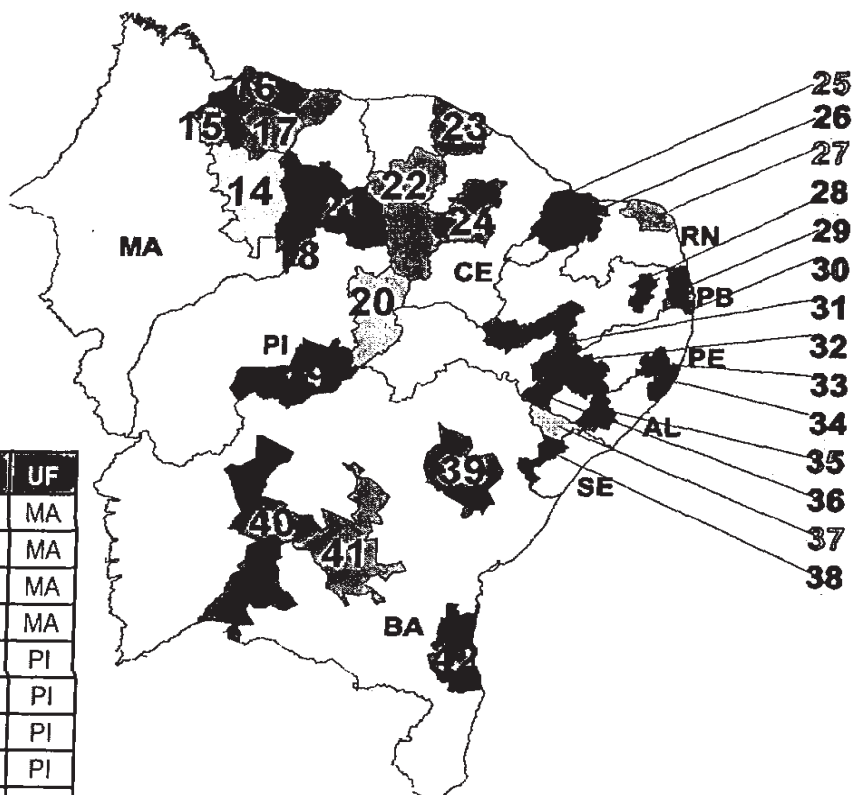
REGIÃO NORTE - 13 Territórios



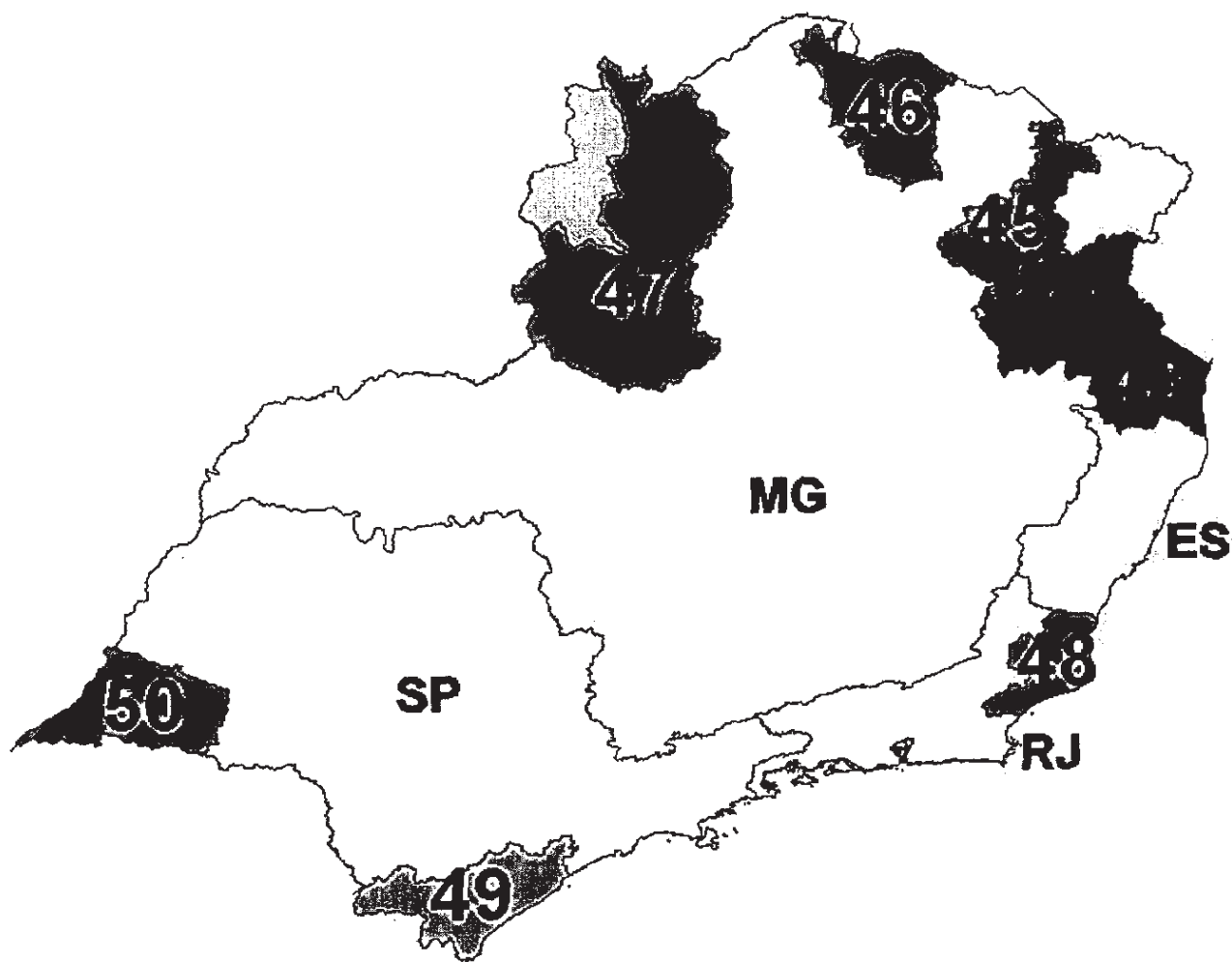
	TERRITÓRIO	UF
1	Alto Acre e Capichaba	AC
2	Central (Ji-Paraná)	RO
3	Sul de Roraima	RR
4	Alto Rio Negro	AM
5	Entorno de Manaus	AM
6	Baixo Amazonas	AM
7	Baixo Amazonas	PA
8	Transamazônica	PA
9	Sudeste Paraense	PA
10	Nordeste Paraense	PA
11	Marajó	PA
12	Sul de Amapá	AP
13	Bico do Papagaio	TO

REGIÃO NORDESTE - 29 Territórios

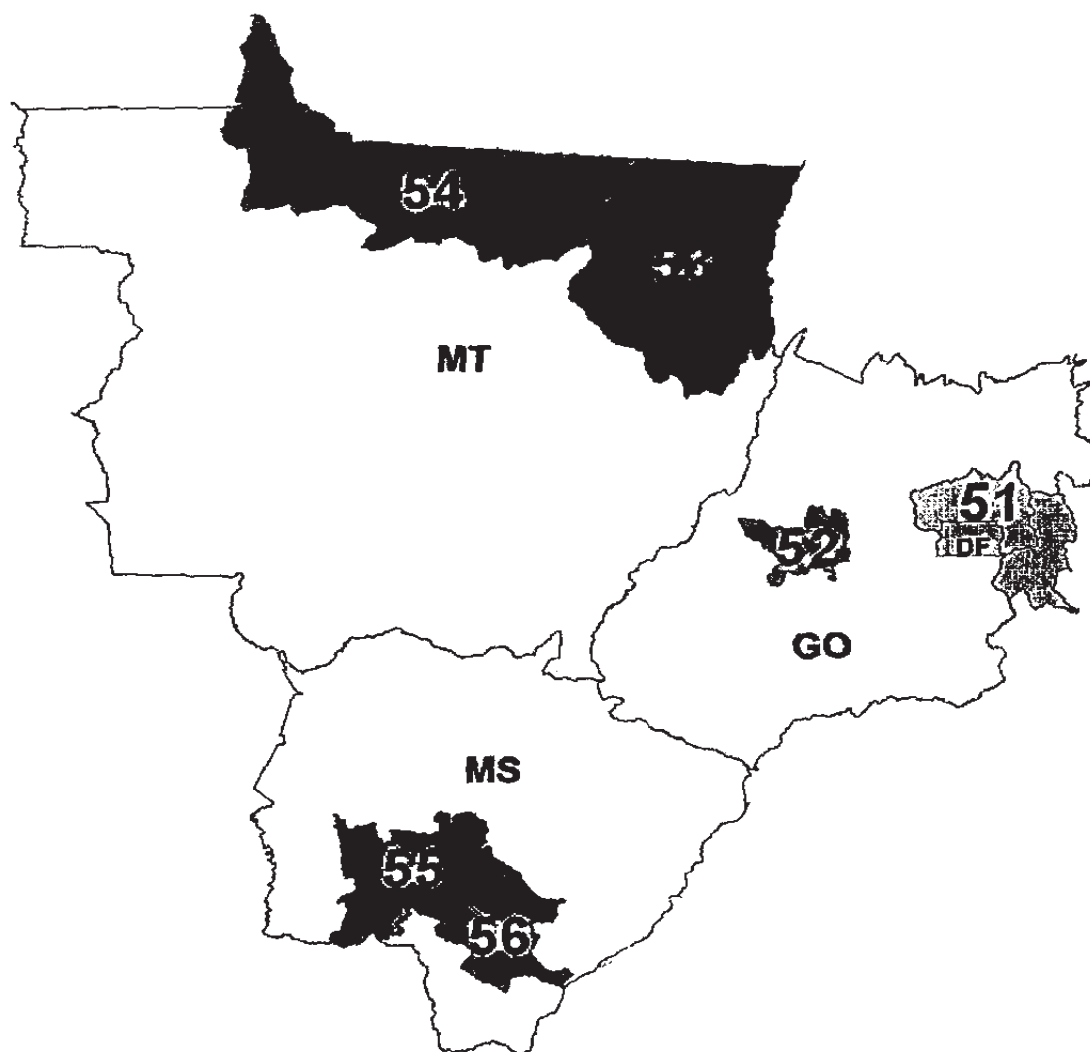
TERRITÓRIO	UF	
14	Cocais	MA
15	Vale do Itapecuru	MA
16	Lençóis Maranhenses / Munin	MA
17	Baixo Parnaíba	MA
18	Entre Rios	PI
19	Serra da Capivara	PI
20	Vale do Guaribas	PI
21	Carnaubais	PI
22	Inhamuns Crateús	CE
23	Itapipoca	CE
24	Sertão Central	CE
25	Açú-Mossoró	RN
26	Sertão do Apodi	RN
27	Mato Grande	RN
28	Borborema	PB
29	Zona da Mata Norte	PB
30	Zona da Mata Sul	PB
31	Sertão do Pajeú	PE
32	Agreste Meridional	PE
33	Mata Sul	PE
34	Litoral Norte	AL
35	Do Agreste	AL
36	Alto Sertão	AL
37	Alto Sertão	SE
38	Sertão Ocidental	SE
39	Sisal	BA
40	Velho Chico	BA
41	Chapada Diamantina	BA
42	Sul	BA



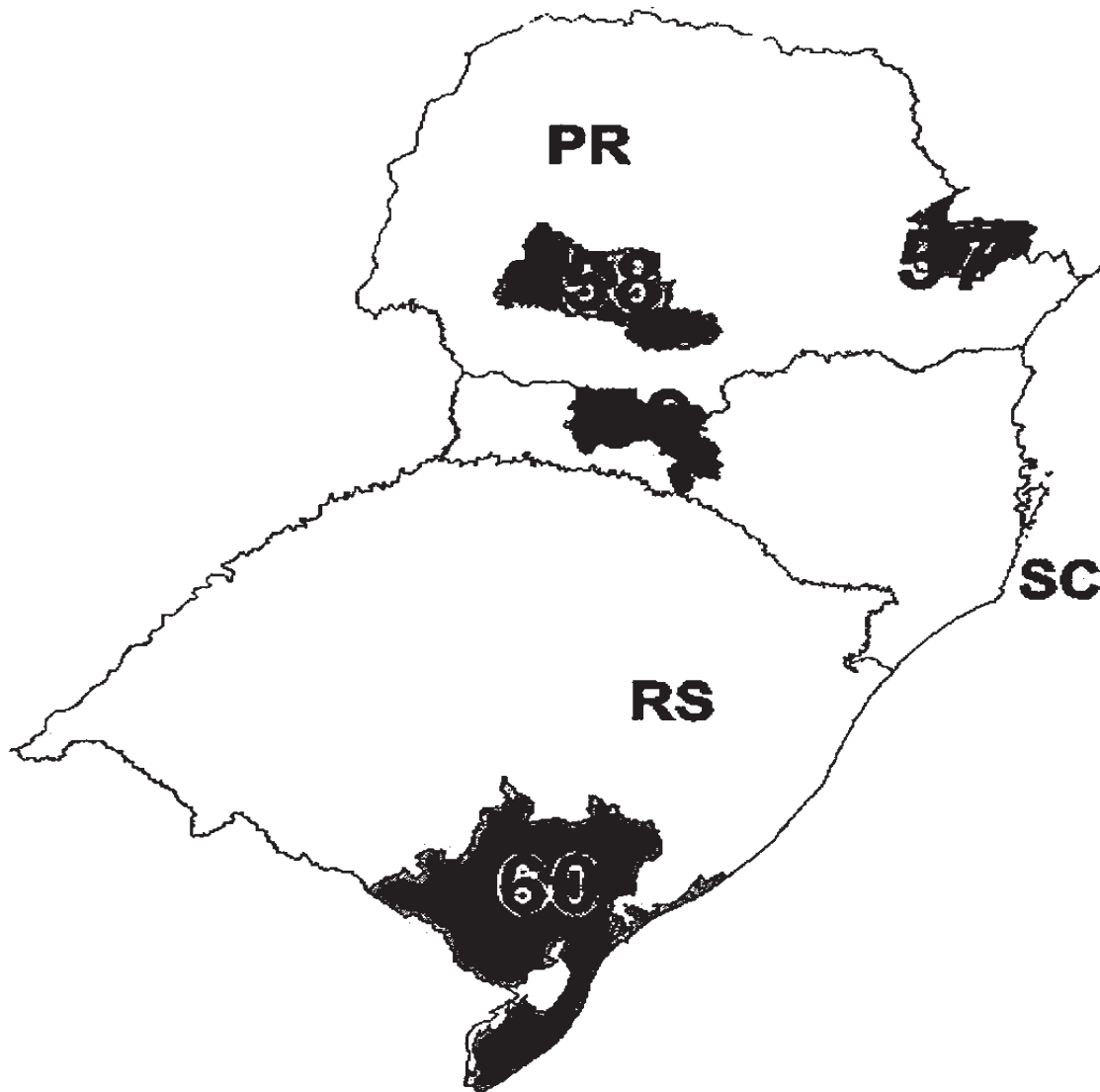
REGIÃO SUDESTE - 8 Territórios



	TERRITÓRIO	UF
43	Norte	ES
44	Vale do Mucuri	MG
45	Médio Jequitinhonha	MG
46	Serra Geral	MG
47	Noroeste de Minas	MG
48	Norte	RJ
49	Vale do Ribeira	SP
50	Pontal do Parapanema	SP

REGIÃO CENTRO-OESTE - 5 Territórios

	TERRITÓRIO	UF
51	Águas Emendadas	DF / GO / MG
52	Vale do Rio Vermelho	GO
53	Baixo Araguaia	MT
54	Portal da Amazônia	MT
55	Da Reforma	MS
56	Grande Dourados	MS

REGIÃO SUL - 4 Territórios

	TERRITÓRIO	UF
57	Vale do Ribeira	PR
58	Cantuquiriguaçu	PR
59	Meio Oeste Contestado (Chapecozinho)	SC
60	Zona Sul do Estado	RS

RELAÇÃO DOS TERRITÓRIOS

UF	Território	Total Munic.	Municípios
AM	Alto Rio Negro - AM	3	Barcelos, Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira
	Baixo Amazonas - AM	7	Barreirinha, Boa Vista do Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã, Urucará
	Entorno de Manaus - AM	13	Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manaquiri, Manaus, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves, Urucurituba
Subtotal		23	
AC	Alto Acre e Capixaba - AC	5	Assis Brasil, Brasília, Capixaba, Epitaciolândia, Xapuri
Subtotal		5	
AP	Sul do Amapá - AP	3	Laranjal do Jari, Mazagão, Vitória do Jari,
Subtotal		3	
PA	Baixo Amazonas - PA	11	Alenquer, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha, Santarém, Terra Santa
	Marajó - PA	16	Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista, Soure
	Nordeste Paraense - PA	15	Dom Eliseu, Garrafão do Norte, São Miguel do Guamá, Ulianópolis, Mãe do Rio, Paragominas, São Domingos do Capim, Aurora do Pará, Cachoeira do Pirá, Capitão Poço, Ipixuna do Pará, Irituia, Nova Esperança do Pirá, Ourém, Santa Luzia do Pará
	Sudeste Paraense - PA	7	Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Marabá, Nova Ipixuna, Parauapebas, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia
	Transamazônica - PA	8	Pacajá, Brasil Novo, Medicilândia, Altamira, Anapu, Senador José Porfírio, Uruará, Vitória do Xingu
Subtotal		57	
RO	Central (Ji-Paraná)	13	Theobroma, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira, Urupá, Mirante da Serra, Alvorada D'Oeste, Nova União, Teixeiraópolis, Jaru, Ji-Paraná, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Vale do Anari,
Subtotal		13	
RR	Sul de Roraima - RR	4	Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz
Subtotal		4	
TO	Bico do Papagaio - TO	25	Aixá do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, Darcinópolis, Riachinho, Angico, Nazaré, Aguiarnópolis, Ananás, Araguaatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Esperantina, Itaguati ns, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Tocantinópolis
Subtotal		25	

MA	Baixo Parnaíba - MA	16	Mata Roma, Chapadinha, Milagres do Maranhão, Água Doce do Maranhão, Anapurus, Araióses, Belágua, Brejo, Buriti, Magalhães de Almeida, Santa Quitéria do Maranhão, Santana do Maranhão, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, Tutóia, Urbano Santos
	Cocais - MA	17	Peritoró, Lagoa do Mato, São João do Soter, Senador Alexandre Costa, Aldeias Altas, Buriti Bravo, Afonso Cunha, Caxias, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Duque Bacelar, Fortuna, Matões, Parnarama, Timbiras, Timon
	Lençóis Maranhenses/Munin - MA	12	Axixá, Bacabeira, Barreirinhas, Cachoeira Grande, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paulino, Neves, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário, Santo Amaro do Maranhão
	Vale do Itapecuru - MA	10	Nina Rodrigues, Anajatuba, Cantanhede, Itapecuru Mirim, Matões do Norte, Miranda do Norte, Pirapemas, Presidente Vargas, Santa Rita, Vargem Grande
Subtotal		55	
PI	Carnaubais - PI	18	Cabeceiras do Piauí, Assunção do Piauí, Alto Longá, Sigefredo Pacheco, São João da Serra, Novo Santo Antônio, Coivaras, Boqueirão do Piauí, Cocal de Telha, Jacobá do Piauí, São Miguel do Tapuio, Capitão de Campos, Boa Hora, Buriti dos Montes, Campo Maior, Castelo do Piauí, Juazeiro do Piauí, Nossa Senhora de Nazaré
	Entre Rios - PI	28	Passagem Franca do Piauí, Lagoinha do Piauí, Lagoa Alegre, Agricolândia, Santo Antônio dos Milagres, Água Branca, Barro Duro, Curalinhos, Angical do Piauí, Jardim do Mulato, Olho D'Água do Piauí, Regeneração, Miguel Leão, Pau D'Arco do Piauí, Altos, Amarante, Beneditino
	Serra da Capivara - PI	18	João Costa, Lagoa do Barro do Piauí, Campo Alegre do Fidalgo, Coronel José Dias, Jurema, São Lourenço do Piauí, Anísio de Abreu, São Braz do Piauí, Guaribas, Bonfim do Piauí, Caracol, Várzea Branca, Fatura do Piauí, Capitão Gervásio Oliveira, Dirceu Arcoverde, Dom Inoc
	Vale do Guaribas - PI	34	Massapê do Piauí, Sussuapara, Vila Nova do Piauí, Caridade do Piauí, São Luís do Piauí, Marcolândia, Monsenhor Hipólito, Francisco Santos, Betânia do Piauí, Padre Marcos, Patos do Piauí, Fronteiras, Alagoinha do Piauí, Campo Grande do Piauí, Francisco Macedo, Caldeirão Grande do Piauí, São Julião, Jacobina do Piauí, Queimada Nova, Alegrete do Piauí, Belém do Piauí, Geminiano, Santana do Piauí, Simões, Pio IX, Santo Antônio de Lisboa, Acauã, Bocaina, Curra
Subtotal		98	
CE	Inhamuns Crateús - CE	20	Ararendá, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Poranga, Catunda, Hidrolândia, Aiuaba, Arneiroz, Crateús, Independência, Ipaporanga, Ipu, Novo Oriente, Parambu, Pires Ferreira, Quiterianópolis, Santa Quitéria, Tamboril, Tauá
	Itapipoca - CE	18	Apuiarés, São Luís do Curu, Miraíma, Amontada, General Sampaio, Irauçuba, Itapagé, Itapipoca, Itarema, Paracuru, Paraipaba, Pentecoste, São Gonçalo do Amarante, Tejuçuoca, Trairi, Tururu, Umirim, Uruburetama
	Sertão Central - CE	12	Milhã, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibareta, Mombaça, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Solonópole
Subtotal		50	

RN	Açu-Mossoró - RN	14	Serra do Mel, Baraúna, Açu, Alto do Rodrigues, Areia Branca, Carnaubais, Grossos, Ipanguaçu, Itajá, Mossoró, Pendências, Porto do Mangue, Tibau, São Rafael
	Mato Grande - RN	15	Parazinho, Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará-Mirim, Jandaíra, João Câmara, Maxaranguape, Rio do Fogo, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, São Bento do Norte, São Miguel de Touros, Taipu, Touros
	Sertão do Apodi (Chapada do Apodi) - RN	17	Governador Dix-Sept Rosado, Patu, Apodi, Augusto Severo, Caraúbas, Felipe Guerra, Itaú, Janduí, Messias Targino, Olho-d'Água do Borges, Paraú, Rafael Godeiro, Rodolfo Fernandes, Severiano Melo, Triunfo Potiguar, Umarizal, Upanema
Subtotal		46	
PB	Borborema - PB	21	Casserengue, Serra Redonda, Serraria, Alagoa Nova, Areia, Areial, Borborema, Lagoa Seca, Massaranduba, Matinhas, Montadas, Píloes, Puxinanã, São Sebastião de Lagoa de Roça, Algodão de Jandaíra, Arara, Campina Grande, Esperança, Queimadas, Remígio, Solânea
	Zona Da Mata Norte - PB	19	Curral de Cima, Cruz do Espírito Santo, Cuité de Mamanguape, Itapororoca, Mari, Pedro Régis, Sobrado, Capim, Baía da Traição, Cabedelo, Jacaraú, Lucena, Mamanguape, Marcação, Mataraca, Riachão do Poço, Rio Tinto, Santa Rita, Sapé
	Zona Da Mata Sul - PB	13	São José dos Ramos, São Miguel de Taipu, Juripiranga, Pilar, Alhandra, Bayeux, Caaporã, Caldas Brandão, Conde, Itabaiana, João Pessoa, Pedras de Fogo, Pitimbu
Subtotal		53	
PE	Agreste Meridional - PE	16	Paranatama, Caetés, Bom Conselho, Capoeiras, Manari, Saloá, Terezinha, Tupanatinga, Águas Belas, Buíque, Iati, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Pedra, Venturosa, Garanhuns
	Mata Sul - PE	19	Xexéu, Amaraji, Joaquim Nabuco, Água Preta, Belém de Maria, Bonito, Catende, Cortês, Gameleira, Jaqueira, Maraial, Palmares, Primavera, Ribeirão, São Benedito do Sul, Barreiros, Rio Formoso, São José da Coroa Grande, Tamandaré
	Sertão do Pajeú - PE	20	Santa Terezinha, Calumbi, Afogados da Ingazeira, Brejinho, Carnaíba, Flores, Ingazeira, Itapetim, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Solidão, Tabira, Triunfo, Tuparetama, Iguaraci, Quixaba, Sertânia
Subtotal		55	
AL	Agreste - AL	16	Arapiraca, Campo Grande, Coité do Nóia, Craibas, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Junqueiro, Limoeiro de Anadia, Olho d'Água Grande, Taquarana, Lagoa da Canoa, Igaci, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Traipu
	Alto Sertão - AL	8	Canapi, Inhapi, Mata Grande, Pariconha, Água Branca, Delmiro Gouveia, Olho d'Água do Casado, Piranhas
	Litoral Norte - AL	12	Campestre, Jacuípe, Jundiá, Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Maragogi, Matriz de Camaragibe, Passo de Camaragibe, Porto Calvo, Porto de Pedras, São Luís do Quitunde, São Miguel dos Milagres
Subtotal		36	

SE	Alto Sertão - SE	7	Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Canindé de São Francisco, Gararu, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo, Porto da Folha
	Sertão Ocidental - SE	11	São Miguel do Aleixo, Carira, Macambira, Pedra Mole, Pinhão, Poço Verde, Ribeirópolis, Simão Dias, Tobias Barreto, Frei Paulo, Nossa Senhora Aparecida
Subtotal		18	
BA	Chapada Diamantina - BA	23	Ibicoara, Nova Redenção, Ibitiara, Novo Horizonte, Barra da Estiva, Boninal, Bonito, Iraquara, Itaeté, Jussiapé, Lençóis, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Mucugê, Palmeiras, Piatã, Souto Soares, Abaíra, Andaraí, Rio de Contas, Seabra, Utinga, Wagner
	Do Sisal - BA	20	Araci, Barrocas, Biritinga, Conceição do Coité, Ichu, Lamarão, Monte Santo, Nordestina, Retirolândia, Santaluz, São Domingos, Serrinha, Teofilândia, Tucano, Valente, Candeal, Cansanção, Itiúba, Queimadas, Quijingue
	Sul - BA	29	Almadina, Arataca, Buerarema, Coaraci, Barro Preto, Ibicaraí, Itaju do Colônia, Aurelino Leal, Camacan, Canavieiras, Floresta Azul, Gongogi, Ibirapitanga, Ilhéus, Itabuna, Itacaré, Itajuípe, Itapê, Itapitanga, Jussari, Maraú, Mascote, Pau Brasil, Santa Luzia, São José da Vitória, Ubatuba, Ubatã, Una, Uruçuca
	Velho Chico - BA	16	Brotas de Macaúbas, Feira da Mata, Matina, Oliveira dos Brejinhos, Riacho de Santana, Barra, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Ibotirama, Igaporã, Malhada, Morpará, Muquém de São Francisco, Paratinga, Serra do Ramalho, Sítio do Mato
Subtotal		88	
MT	Baixo Araguaia - MT	15	Vila Rica, Santa Cruz do Xingu, Canabrava do Norte, São José do Xingu, Alto Boa Vista, Novo Santo Antônio, Serra Nova Dourada, Bom Jesus do Araguaia, Confresa, Luciara, Porto Alegre do Norte, Querência, Ribeirão Cascalheira, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia
	Portal Da Amazônia - MT	16	Apiacás, Marcelândia, Nova Monte verde, Nova Santa Helena, Alta Floresta, Carlinda, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Bandeirantes, Nova Canaã do Norte, Novo Mundo, Paranaíta, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte, Nova Guarita
Subtotal		31	
MS	Da Reforma - MS	11	Jardim, Sidrolândia, Anastácio, Bela Vista, Bodoquena, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Maracaju, Nioaque, Terenos,
	Grande Dourados - MS	12	Glória de Dourados, Juti, Caarapó, Deodápolis, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Jateí, Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Vicentina
Subtotal		23	
GO	Vale do Rio Vermelho - GO	16	Mossâmedes, Sanclerlândia, Guaraíta, Itapuranga, Taquaral de Goiás, Carmo do Rio Verde, Buriti de Goiás, Córrego do Ouro, Itaguari, Itapirapuã, Morro Agudo de Goiás, Goiás, Heitorai, Itaberá, Itaguaru, Uruana
Subtotal		16	

DF	Das Águas Emendadas - DF/GO/MG	11	Mimoso de Goiás, Vila Boa, Formosa, Cabeceira Grande, Água Fria de Goiás, Cabeceiras, Padre Bernardo, Buritis, Unai, Planaltina, Brasília
Subtotal		11	
ES	Norte - ES	17	Água Doce do Norte, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mucurici, Ponto Belo, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Vila Pavão, Águia Branca, Boa Esperança, Conceição da Barra, Jaguaré, Montanha, Nova Venécia, Pedro Canário, Pinheiros, São Mateus
Subtotal		17	
MG	Médio Jequitinhonha - MG	19	Medina, Cachoeira de Pajeú, José Gonçalves de Minas, Angelândia, Chapada do Norte, Comercinho, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Ponto dos Volantes, Águas Vermelhas, Araçuaí, Berilo, Coronel Murta, Itaobim, Itinga, Pedra Azul, Virgem da Lapa
	Noroeste de Minas - MG	22	Guarda-Mor, Uruana de Minas, Chapada Gaúcha, Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Dom Bosco, Formoso, João Pinheiro, Lagamar, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Pintópolis, Presidente Olegário, Riachinho, Santa Fé de Minas, São Gonçalo do Abaeté, São Romão, Uruçuia, Varjão de Minas, Vazante
	Serra Geral - MG	16	Riacho dos Machados, Pai Pedro, Serranópolis de Minas, Catuti, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Espinosa, Jaíba, Janaúba, Manga, Matias Cardoso, Monte Azul, Nova Porteirinha, Porteirinha, Verdelândia
	Vale do Mucuri - MG	27	Frenteira dos Vales, Frei Gaspar, Pescador, Ladainha, Santa Helena de Minas, Ataléia, Setubinha, Teófilo Otoni, Bertópolis, Carai, Catuji, Itaipé, Itambacuri, Machacalis, Ouro Verde de Minas, Pavão, Campanário, Águas Formosas, Carlos Chagas, Crisólita, Franciscópolis, Malacacheta, Nanuque, Novo Oriente de Minas, Poté, Serra dos Aimorés, Umburatiba
Subtotal		64	
RJ	Norte - RJ	9	Conceição de Macabu, Carapebus, Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis, São João da Barra
Subtotal		9	
SP	Pontal do Paranapanema - SP	32	Estrela do Norte, Piquerobi, Regente Feijó, Indiana, Tarabai, Pirapozinho, Marabá Paulista, Sandovalina, Caiabu, Martinópolis, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Ribeirão dos Índios, Rosana, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Teodoro Sampaio
	Vale do Ribeira - SP	25	Iporanga, Ribeira, Eldorado, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Miracatu, Pedro de Toledo, Tapiraí, Itapirapuã Paulista, Ribeirão Branco, Apiaí, São Lourenço da Serra, Cajati, Cananéia, Iguape, Ilha Comprida, Itaóca, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Pariquera-Açu, Peruíbe, Registro, Sete Barras
Subtotal		57	

PR	Cantuquiriguaçu - PR	20	Marquinho, Ibema, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Virmond, Catanduvas, Rio Bonito do Iguaçu, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Candói, Cantagalo, Goioxim, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Porto Barreiro
	Vale do Ribeira - PR	7	Doutor Ulysses, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Adrianópolis, Cerro Azul, Itaperuçu, Tunas do Paraná
Subtotal		27	
SC	Meio Oeste Contestado (Chapecozinho) - SC	29	Erval Velho, Xaxim, Passos Maia, Ipuçu, Coronel Martins, Faxinal dos Guedes, São Domingos, Vargem Bonita, Lajeado Grande, Catanduvas, Ouro Verde, Luzerna, Abelardo Luz, Água Doce, Entre Rios, Ouro, Ponte Serrada, Bom Jesus, Capinzal, Galvão, Herval d'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Jupiá, Lacerdópolis, Marema, Treze Tilias, Vargeão, Xanxerê
Subtotal		29	
RS	Zona Sul do Estado - RS	25	Aceguá, Canguçu, Pinheiro Machado, Arroio do Padre, Cerrito, Pedras Altas, Herval, Piratini, Ul, Hulha Negra, Morro Redondo, Pedro Osório, Amaral Ferrador, Arroio Grande, Candiota, Capão do Leão, Cristal, Jaguarão, Pelotas, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Turuçu
Subtotal		25	

Total Geral de Municípios = 958
Total Geral de Territórios = 60

AÇÕES FEDERAIS

Para o Programa foram mobilizadas ações dos seguintes Ministérios e Órgãos do Governo Federal:

- Casa Civil
- Secretaria-Geral da Presidência da República
- Planejamento
- Secretaria de Relações Institucionais
- Minas e Energia
- Saúde/Funasa
- Integração Nacional
- Trabalho e Emprego
- Meio Ambiente
- Cidades
- Desenvolvimento Agrário/Incra
- Desenvolvimento Social
- Educação
- Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
- Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
- Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca
- Justiça/Funai
- Agricultura, Pecuária e Abastecimento
- Cultura
- Banco do Brasil
- Banco da Amazônia
- Caixa Econômica Federal
- Banco do Nordeste do Brasil
- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

R\$ 11,3 BILHÕES EM 135 AÇÕES

EIXOS DE AÇÃO		
	Ações	Recursos
Apoio às Atividades Produtivas	56	R\$ 2,3 bilhoes
Cidadania e Acesso a Direitos	51	R\$ 5,6 bilhões
Qualificação da Infra-estrutura	28	R\$ 3,4 bilhões
Total	135	R\$ 11,3 bilhões

POR GRUPO DE AÇÕES	
Organização Sustentável da Produção	R\$ 2,3 bilhões
Direitos Desenvolvimento Social	R\$ 4,7 bilhões
Saúde, Saneamento e Acesso à Água	R\$ 615 milhões
Educação e Cultura	R\$ 587 milhões
Infra-estrutura	R\$ 2,5 bilhões
Apoio à Gestão Territorial	R\$ 21,8 milhões
Ações Fundiárias	R\$ 584,7 milhões
Total	\$ 11,3 bilhões

REGURSOROS POR TERRITÓRIO**NORTE (total R\$ 2.501.572.633,17)****ACRE**

Alto Acre e Capixaba - R\$ 28,2 milhões

AMAPÁ

Sul do Amapá - R\$ 36,6 milhões

AMAZONAS

Alto Rio Negro - R\$ 22,4 milhões

Baixo Amazonas - R\$ 93,4 milhões

Entorno de Manaus - R\$ 444,2 milhões

PARÁ

Baixo Amazonas - R\$ 237,4 milhões

Marajó - R\$ 128,4 milhões

Nordeste Paraense - R\$ 234,7 milhões

Sudeste Paraense - R\$ 228,3 milhões

Transamazônica - R\$ 397,2 milhões

RONDÔNIA

Central (Ji-Paraná) - R\$ 124,8 milhões

RORAIMA

Sul de Roraima - R\$ 67,7 milhões

TOCANTINS

Bico do Papagaio - R\$ 456,7 milhões

NORDESTE (total R\$ 6.404.414.419,88)**ALAGOAS**

Agreste - R\$ 250,6 milhões

Alto Sertão - R\$ 110,1 milhões

Litoral Norte - R\$ 57,3 milhões

Camaubais - R\$ 80,9 milhões

Entre Rios - R\$ 325,2 milhões

Serra da Capivara - R\$ 89,7 milhões

Vale do Guaribas - R\$ 208,4 milhões

RIO GRANDE DO NORTE

Açu-Mossoró - R\$ 142,3 milhões

Mata Grande - R\$ 77,9 milhões

Sertão do Apodi - R\$ 118,3 milhões

SERGIPE

Alto Sertão - R\$ 108,7 milhões

Sertão Ocidental - R\$ 123,7 milhões

CENTRO-OESTE (total R\$ 1.056.788.432,00)**DISTRITO FEDERAL**

Das Águas Emendadas - R\$ 348,6 milhões

GOIÁS

Vale do Rio Vermelho - R\$ 68,4 milhões

MATO GROSSO

Baixo Araguaia - R\$ 231,8 milhões

Portal da Amazônia - R\$ 207,4 milhões

MATO GROSSO DO SUL

Da Reforma - R\$ 83,9 milhões

Grande Dourados - R\$ 116,7 milhões

SUDESTE (total R\$ 1.277.903.806,88)**ESPÍRITO SANTO**

Norte - R\$ 156,8 milhões

BAHIA

Chapada Diamantina - R\$ 181,3 milhões
Do Sisal - R\$ 238,4 milhões
Sul - R\$ 362,2 milhões
Velho Chico - R\$ 220 milhões

CEARÁ

Inhamuns Crateus - R\$ 256,7 milhões
Itapipoca - R\$ 183,5 milhões
Sertão Central - R\$ 191,8 milhões

MARANHÃO

Baixo Parnaíba - R\$ 206,3 milhões
Lençóis Maranhenses/Munim - R\$ 118,7 milhões
Cocais - R\$ 484,6 milhões
Vale do Itapecuru - R\$ 118,7 milhões

PARAÍBA

Borborema - R\$ 240,1 milhões
Zona da Mata Norte - R\$ 125,7 milhões
Zona da Mata Sul - R\$ 198,1 milhões

PERNAMBUCO

Agreste Meridional - R\$ 217 milhões
Mata Sul - R\$ 180,9 milhões
Sertão do Pajeú - R\$ 180,6 milhões
PIAUI

MINAS GERAIS

Médio Jequetinhonha - R\$ 114 milhões
Noroeste de Minas - R\$ 195,2 milhões
Serra Geral - R\$ 192 milhões
Vale do Mucuri - R\$ 267,5 milhões

RIO DE JANEIRO

Norte - R\$ 116,5 milhões

SÃO PAULO

Pontal do Paranapanema - R\$ 103,6 milhões
Vale do Ribeira - R\$ 131,9 milhões

SUL (total: R\$ 590.744.719,61)

PARANÁ

Cantuquiriguaçu - R\$ 128,8 milhões
Vale do Ribeira - R\$ 37,5 milhões

SANTA CATARINA

Médio Oeste Contestado (Chapecozinho) - R\$ 108,4 milhões

RIO GRANDE DO SUL

Zona Sul do Estado - R\$ 315,8 milhões

RECURSOS POR REGIÃO *

Região Norte	R\$ 2,5 bilhões
Região Nordeste	R\$ 5,4 bilhões
Região Centro-Oeste	R\$ 1 bilhão
Região Sudeste	R\$ 1,3 bilhões
Região Sul	R\$ 590 milhões

* excluídos os recursos das ações nacionais não territorializadas

PORTAL DO TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

www.territoriosdacidadania.gov.br

Todas as ações estão lançadas no Portal Territórios da Cidadania e podem ser consultadas por totais nacionais e por territórios. A execução do programa também pode ser acompanhada pelo portal.

Ações do Governo Federal

Ações do Governo Federal		
1	Cadastro de Imóveis Rurais Editar	2.000 Imóveis gerenciados
2	Obtenção de Terras para Assentamento de Trabalhadores Rurais Editar	9.209 Famílias Assentadas
3	Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes Quilombolas Editar	629.361 "Área Indenizada (ha)"
4	Programa Nacional de Crédito Fundiário Editar	5.441 Famílias Beneficiadas
5	Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de	51 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação

08:00 AM - 06:00 PM MDA/SE
Inicia conferências territoriais
Bairrada realiza encontros preparatórios para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS) de segunda(28) até 14 de fevereiro

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Obrigado, Senador Sibá Machado. V. Ex^a será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares, sem prejuízo na ordem dos oradores inscritos.

V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de dar início ao pronunciamento desta tarde, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a que um dos compromissos maiores do atual Presidente do Senado, Senador Garibaldi, foi o de dar início, impreterivelmente, à Ordem do Dia na hora determinada pelo Regimento, ou seja, às 16 horas.

Estamos às 15h04 e vejo seis ou sete Senadores presentes a esta sessão. Sei que muitos dos nossos colegas estão em seus gabinetes, nos ministérios, exercendo outras atividades que também são típicas da atividade parlamentar. Mas, às 16 horas, eu espero que seja cumprido o compromisso assumido pelo nobre Presidente Garibaldi, que tem tido um descortino impressionante, que vem adotando posições simpáticas ao fortalecimento do Poder Legislativo. Basta que lembremos aquele discurso histórico da sua posse, quando reiterou que as medidas provisórias não mais bloqueariam os trabalhos do Senado Federal.

Aliás, Sr. Presidente, temos hoje três medidas provisórias bloqueando a pauta do Senado. Na realidade, o que bloqueia neste momento a pauta do Senado Federal não são as medidas provisórias, é a Presidência da CPI, são os holofotes. É a vontade de transformar a CPI não num instrumento de investigação, mas de aparição pública; não em transparência das atividades investigatórias, mas num instrumento de valorização política.

Sr. Presidente, a CPI não pode ser banalizada. Ela é importante, ela é um mecanismo indispensável à Oposição e também ao Governo, para que cheguemos à verdade sobre muitos assuntos que a sociedade reclama que sejam investigados.

Portanto, Sr. Presidente, a minha palavra inicial é no sentido de que a pauta seja realmente cumprida e que às 16 horas todos os Senadores e Senadoras estejam aqui, como eu estou, como V. Ex^a está e outros tantos que aqui chegaram antes das 14 horas, como o Senador Paulo Paim e o Senador Mão Santa que aqui estão cumprindo com a sua obrigação. Não estou dizendo que os ausentes não estão cumprindo obrigações; tenho certeza de que estão nos seus gabinetes trabalhando em novos projetos, novas mensagens, relatorias, etc. Mas às 16 horas eu gostaria que este

compromisso do Senador Garibaldi, que é o compromisso do Senado Federal, fosse cumprido à risca.

Sr. Presidente, a minha fala de hoje é sobre a lucratividade exagerada dos bancos no Brasil. É do conhecimento geral que a economia mundial passa por uma grande crise que ameaça aprofundar-se. Grandes fortunas estão sendo perdidas, e as proporções são de centenas de bilhões de dólares.

Um dos maiores bancos ingleses acaba de falir e foi encampado pelo governo, enquanto nos Estados Unidos sucedem-se os prejuízos ao ponto de o Citigroup, o maior banco dos Estados Unidos, anunciar perdas de US\$10 bilhões em 2007, o pior resultado desde a sua fundação, em 1812. O maior banco dos Estados Unidos!

A questão, no entanto, é que, enquanto perdem-se fortunas lá fora, os bancos, aqui no Brasil, nadam nos lucros, vivem uma verdadeira festa. Seu festival de lucros é sem precedentes. A cada balanço divulgado, os lucros são colossais, às vezes correspondem ao maior lucro da história do banco, são recordes em cima de recordes, enquanto o valor de mercado dos bancos brasileiros vem subindo.

O problema é que a realidade brasileira aponta em outra direção. Nós vivemos em um país pobre, de tremenda concentração de renda, de enormes dificuldades para a economia produtiva e esse festival de lucros financeiros contrasta profundamente com o quadro social brasileiro.

O próprio Presidente Lula, um dia desses, chamou a atenção para esse problema quando falou em uma reunião de sindicalistas no Palácio do Planalto: “Se vocês pegarem as 500 maiores empresas brasileiras, elas nunca ganharam tanto dinheiro como agora. Se pegarem os bancos, nunca ganharam tanto dinheiro como agora. É bom que todo mundo ganhe, mas é bom lembrar que o povo também precisa ganhar dinheiro”. Falou o Presidente Lula.

Ele tem razão. É preciso que se leve em conta que a nossa economia está crescendo pouco, a participação do trabalhador na renda nacional não está crescendo e os bancos querem ganhar mais e mais. E para confirmar a sede de lucro do setor financeiro e sua despreocupação com a vida econômica do País e da população, eis que, em meio à farrá dos bancos, chega-nos, no noticiário de hoje, a notícia de que os bancos aumentaram as taxas de juros para empréstimo ao consumidor em níveis que não se via há muitos e muitos anos.

Veja o que diz a notícia de hoje na **Folha de S. Paulo**:

“Os juros cobrados nos empréstimos bancários tiveram em janeiro a maior alta em

quase sete anos. Segundo levantamento feito pelo Banco Central, a taxa média de financiamento chegou a 37,3% ao ano, aumentou 3,5 pontos percentuais em relação a dezembro. Desde julho de 2001, o custo do crédito não subia nessa velocidade de um mês para outro. A alta foi mais forte nos financiamentos para pessoas físicas. Nesse segmento, a taxa média passou de 43,9% ao ano para 48,8% ao ano. No crédito pessoal, uma das modalidades de empréstimo mais populares, os juros subiram de 59,1% ao ano para 67,3% ao ano. Mesmo nos empréstimos com desconto em folha de pagamento, que costumam ser a opção mais barata de financiamento para pessoas físicas, os juros subiram, passaram de 28,1% para 29,3%.” Escreve a **Folha de S. Paulo** do dia de hoje.

Portanto, Sr. Presidente, os bancos podem até argumentar e defender essa sua fome de lucros. A realidade de nosso País, tomado de conjunto, fala muito mais alto. Mesmo autoridades, como o Ministro Mantega, que elogiou o recorde de lucro dos banqueiros, teve de reconhecer que o *spread* praticado pelo Banco do Brasil é muito alto. Mantega declarou que os bancos podem contribuir um pouco mais para a sociedade – deu uma alfinetada. Abro aspas: “Será melhor, ainda, quando a expansão nos lucros vier acompanhada da redução do **spread**”.

Como os senhores sabem, o **spread** é a diferença entre o que o banco paga, quando capta o dinheiro, e o quanto ele cobra de juros quando empresta. Para que se tenha uma idéia, Sr. Presidente, do abuso dos lucros dos bancos, no ano passado o Banco Central publicou que os bancos captaram recursos a um custo de 11,5% ao ano, e emprestaram a 33,8% ao ano. Sr. Presidente, não sou eu quem está falando isso, é o Banco Central do Brasil. Os bancos tomam dinheiro pagando em torno de 11% e emprestam cobrando em torno de 40%. O lucro é fantástico! Se considerarmos que não são os bancos que produzem riquezas no chão de fábrica nem no campo. Eles apenas lucram em cima de quem produz e de quem trabalha. A magnitude dos bancos que publicaram seus balanços de 2007 é impressionante.

A rentabilidade, ou seja, o lucro líquido sobre o patrimônio líquido dos bancos brasileiros subiu de 18,9%, em 2006, para 26,1% no ano passado. O total de lucro é de R\$23,5 bilhões, portanto, um crescimento de 78%. Trago aqui, Sr. Presidente, uma tabela que ilustra o crescimento da lucratividade dos bancos. Em 2006, eles tiveram um lucro de R\$13,2 bilhões. Em 2007, essa lucratividade subiu para R\$23,5 bilhões,

ou seja, houve 78% de crescimento, quase 80%. O melhor negócio do mundo é ser banqueiro. Aqui no Brasil é o melhor negócio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Antonio Carlos Valadares, não sei se ainda é permitido um aparte bem rápido.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Com muito prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador, quero tecer dois comentários. Primeiramente, cumprimento V. Ex^a sobre a questão das MPs. É um absurdo continuarmos sem votá-las. Temos de votar hoje o Projeto nº 42, que dará um reajuste de mais de 11% ao salário mínimo e aos aposentados, da forma como veio da Comissão de Assuntos Sociais. Temos de votar para que a nova legislação efetivamente passe a vigorar a partir de 1º de março. Em segundo lugar, falam desse lucro fabuloso que os bancos estão tendo. Reconhece-se o lucro dos bancos e fala-se, por outro lado, em reduzir a contribuição do empregador sobre a folha de pagamentos de 20% para 14%, reduzindo os ganhos ou a arrecadação da Previdência. Quero propor mais uma vez: vamos reduzir – não há problema algum – de 20% para 14%, mas vamos aumentar a tributação sobre os lucros para que a Previdência possa efetivamente garantir um reajuste decente para os 20 milhões de aposentados e pensionistas.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a, Senador, que tem razão. Vamos, então, apoiar o trabalho que V. Ex^a vem fazendo no sentido de dar um salário mínimo melhor, muito melhor, ao povo brasileiro, porque assim estaremos não só atendendo ao desejo e às necessidades do povo trabalhador como também estaremos atendendo aos milhares de aposentados e pensionistas que estão ganhando uma miséria.

Sr. Presidente, o Itaú, o segundo banco privado do Brasil, anunciou um lucro de R\$8,5 bilhões em 2007; o Bradesco, o maior banco privado do País, embolsou R\$8 bilhões; o Unibanco, R\$3,5 bilhões, em 2007, 97% a mais que no ano anterior.

No entanto, Sr. Presidente, o que é curioso?

Ao que tudo indica, com aqueles resultados impressionantes a que me referi – já estou encerrando, Sr. Presidente –, os bancos não sentem à vontade para anunciar o seu sucesso; eles fazem isso de forma meio envergonhada. O lucro espetacular não vem sendo anunciado também de forma espetacular.

Na segunda semana de fevereiro, o segundo maior banco do Brasil, o Itaú, anunciou o seu lucro de R\$8,5 bilhões, um lucro histórico, uma façanha para ser comemorada, já que o lucro é o motor do capitalismo, é o motor do negócio. Ao contrário, deu a impressão

de não estar à vontade. O Banco, no seu anúncio de quatro páginas, onde se divulgavam seus resultados e ações de 2007, não havia nenhuma menção àquele espetacular resultado de R\$8,5 bilhões, nenhuma palavra, apenas destacou seus investimentos sociais.

Quanto ao recorde, ele ficou em um caminho, no meio de uma pequena tabela, bem lá no canto, para ninguém ver o lucro exorbitante que teve no ano passado.

Com isso, os bancos terminam, Sr. Presidente, confirmando uma imagem de que não agem de forma adequada com o cidadão, de que sugam até o último real. Enfim, seja como for, parecem mais envergonhados do que orgulhosos. O fato é que não se pode fugir da seguinte realidade: surfando em uma onda de juros que está entre as mais altas do mundo, caprichando no *spread*, emprestando mais do que nunca ao Governo, o maior tomador de dinheiro, os bancos lucram como nenhum outro setor. Na verdade os bancos estão conectados a quase todas as atividades econômicas, sua carteira de crédito ganha em cima de todo o setor que mostre crescimento, seus lucros especulativos crescem por todo lado, só que descolados de qualquer sustentabilidade social e, mais ainda, em termos de crescimento da economia produtiva e do próprio consumidor, que tem de amargar aqueles juros altos sem necessidade.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – Idec divulgou há poucos dias um estudo que mostra o quanto os bancos estão longe de preocupar-se com o consumidor, com os seus trabalhadores e com o meio ambiente.

O estudo mostra que, em uma escala de um a cinco pontos, nenhuma das instituições bancárias chegou a três pontos e a média do setor ficou em torno de dois pontos. Entre uma média de 1 a 5, quem alcançou mais chegou a três pontos.

Foram pesquisados os oito maiores bancos em número de clientes pessoa física, que são Bradesco, Itaú, ABN Amro Real, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Unibanco, HSBC e Santander, entre julho e novembro de 2007. A conclusão do Idec é que o discurso dos bancos é forte no social, mas que isso não chegou ao seu cotidiano. Na relação com o cliente a nota é baixa. Na relação com seus funcionários também é baixa, se forem considerados liberdade sindical, pagamento de benefícios e ações de inclusão.

Concluo, Sr. Presidente, reiterando uma minha antiga preocupação: é necessário que haja uma pressão de nossa parte no sentido de que os bancos mudem o seu comportamento. É preciso que haja uma pressão do Congresso Nacional; é preciso que haja uma mudança de comportamento também do Governo.

Não podemos pagar tão caro por empréstimos nem por serviços bancários. A própria política do Governo, política de juros altos para garantir seu colchão de dólares, deve ser questionada. Esse rolo compressor do lucro especulativo, que sufoca a econômica produtiva, que sufoca o consumidor, é o nó que tem de ser desatado para que nosso País possa crescer a taxas que correspondam ao seu potencial.

Sr. Presidente, fala-se muito aqui em aumento da carga tributária. Realmente, a carga tributária do Brasil é uma das mais altas do mundo. Mas por que não se fala nessa alta lucratividade dos bancos com a mesma insistência, com a mesma persistência, com o mesmo devotamento? Será que há algum interesse em proteger os bancos?

Não. Eu acredito...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Já termino, Sr. Presidente.

Eu acredito que o Senado Federal não tem nenhum compromisso com os bancos, que o Congresso Nacional não tem nenhum compromisso com os bancos, que Lula tem compromisso é com o povão. E por que então permitir, diante dos nossos olhos, diante da miséria em que ainda vivem trinta e quarenta milhões de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, enquanto esse lucro exorbitante acontece em nosso País? Não podemos permitir, Sr. Presidente, que essa caminhada insensata esteja deslustrando o passado do nosso País como um povo solidário, um povo que se lembra acima de tudo da necessidade de atender às camadas mais pobres da população.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a prestimidade e volto a pedir à Mesa a observância àquele compromisso de, às 16 horas, nós começarmos a Ordem do Dia.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – A Mesa também agradece a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Mão Santa, para uma comunicação inadiável. Posteriormente, ocupará a tribuna o Senador Papaléo Paes como orador inscrito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Senador Valter Pereira, que preside esta sessão de 27 de fevereiro, parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, é uma autoridade do Direito nesta

Casa. Mas eu quero dizer, Antonio Carlos Valadares, que eu, pesquisando, denunciei à Pátria que este País tinha 76 impostos, com taxas. Fomos nós também que afirmamos que quem trabalha no Brasil trabalha, dos doze meses, cinco meses para o Governo, e era um mês para o banco. Aumentaram os juros, agora. Esta é a realidade.

Eu pergunto a quem trabalha se, nesses anos de Governo de Luiz Inácio, aumentou seu patrimônio. Eu acho que só aqueles que ganharam mensalão, tiveram cartões corporativos, os 25 mil nomeados, alguns deles com DAS-6 ganhando R\$10.448,00 por mês. Esse é o quadro.

Mas nós advertimos porque o nosso dever aqui é acordar e alertar o Presidente Luiz Inácio. Nós entendemos as coisas, nós fomos Prefeitinho, governamos o Estado do Piauí por duas vezes, fomos Deputado. Setenta e seis impostos!

Há um jornalista no Piauí, que foi político, que dizia: “Isso é uma lástima!” A gente tinha um Boris Casoy, que dizia: “Isso é uma vergonha!” Mas deram sumiço no Boris Casoy. Agora, nós advertimos e rumamos para enterrar a CPMF antes de o povo enterrar esta Casa. Nasceu a esperança, a credibilidade.

A ignorância é audaciosa.

Valter Pereira, o meu professor de cirurgia, Mariano de Andrade, dizia uma frase: “Para onde a gente vai, a gente leva nossa formação profissional.” A ignorância é audaciosa.

Depois, estudando, sei que Sócrates dizia: “Só tem um grande bem: o saber. Só tem um grande mal: a ignorância.”

Nós dizíamos que estava travado por isto: era imposto demais. Dizíamos até que se Cristo passasse no Brasil não ia dizer: “Daí a César o que é de César”, não, que o Luiz Inácio já estava levando muito.

Eles argumentavam. E nós, consciente, acreditando no estudo, no trabalho, na experiência, que é a mãe da ciência.

Nós afirmávamos aqui que não iria acabar nada, contra a mídia mentirosa do Duda Mendonça. Ah! Vai acabar. O fim do mundo. Vai acabar! A saúde vai acabar. Quarenta bilhões! A ignorância é audaciosa. Os aloprados intimidavam o Presidente. Era!

Nós, médicos, dizíamos com convicção, Valter. Sei que V. Ex^a é filhote de Rui Barbosa, amante do Direito. Mas nós, médicos, damos valor à etiologia. É a causa. E nós sabíamos do Adam Smith.

Eu disse aqui, no dia do debate, debatendo com os mais preparados do PT. O Delcídio Amaral, que é uma figura, um engenheiro brilhante. O Mercadante. Que nada! Lavoisier já dizia que na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma. Não vai

acabar o dinheiro, o trabalho. O dinheiro é uma consequência.

Rui Barbosa já dizia que temos de dar primazia ao trabalho e ao trabalhador. Ele que faz a riqueza, ele vem antes, não é, Valter Pereira? O Rui! Pois os aloprados não entendiam. E nós viemos com convicção, porque fomos prefeitinho. E eu disse aqui, convencemos o País e ganhamos mesmo. Porque aqui é que está a sabedoria. O Senado só presta para isso, Senador Papaléo. Se não tiver, fecha. Só tem esse sentido. E nós votamos com convicção. Enfrentamos, quando governamos a minha cidade... Ó, Antonio Carlos Valadares, ninguém viveu... Naquele tempo, Valter Pereira, eu não sei se V. Ex^a era prefeito nessa época. Não, era o filho, ele já botou foi o filho, árvore boa dá bons frutos. Mas a inflação era até de 80%! Oitenta por cento! Teve mês que eu passava a noite fazendo folha de pagamento. Todo mês, porque era 80%! E aproveitava para fazer justiça social: dar mais para os que ganham menos e menos para os que ganham mais, muito. Todo mês! E sabe o que é que eu dizia, Valter Pereira, Luiz Inácio? “Tô lascado! Eu não vou pagar essa folha!” Então, aumentava 80% o salário mínimo, a maioria de prefeitura, não é? Do Nordeste, é isso. Eu dizia: “Tô lascado, não vai dar!” E dava! Sobrava! Sobrava, Papaléo! Por quê? Porque o dinheiro circulava, ficava na mão do povo. Todo mundo comprava mais. Aumentava o IPI das indústrias, aumentava o ICMS, o Governo andava mais. Então, tinha que circular riqueza. Essa era a nossa convicção. Nós, Papaléo, é que devíamos ser o Líder do PMDB, porque nós tivemos essa visão de futuro. Tínhamos essa certeza e essa convicção. “Vamos acabar com isso!” “Vai acabar o bolão, tá lascado!” “Vamos aumentar!” Sem CPMF, a arrecadação sobe 9,6 bi. Fenômeno normal, o dinheiro não acabou, o dinheiro ficou na mãe de família, ficou no pai. Eles compraram mais. Mais IPI, mais emprego, mais ICMS. Eis aqui: é o trabalho; é crescer. Era isso que pregávamos – e não crescer este País de pilantras, de aloprados, de preguiçosos, com o Governo nomeando-se.

Senador Valter Pereira, ...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) –..vou te dar uma ajuda muito importante. Pode me dar um minuto que você que vai ganhar. A vantagem é para você.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS.) – Já é a terceira vez que eu prorrogo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vou lhe dizer. E é para seu filho e filho é coisa que a gente gosta mais. Sou orgulhoso dos meus filhos: tenho um homem empresário, um engenheiro, um advogado e agora uma médica. Compre agora o livro de Ted Gae-

bler e David Osborne, *Reinventando o Governo*, e dê para seu filho.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS.)

– Já fiz esse presente e li a obra duas vezes.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pois é, olha como nos orgulha. Hoje, recebi o livro de Ramez Tebet, que vou ler e comentar. E V. Ex^a é fruto político de Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS.)

– V. Ex^a não vai ler o livro da tribuna agora, não é?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Só vou resumir o livro, porque o Luiz Inácio disse que não gosta de ler, não é, Papaléo, diz que lê uma página e dá uma canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira.

Então eu vou resumir. Foi Bill Clinton quatro vezes governador de Arkansas. Quatro vezes, Papaléo. Você foi prefeito uma vez. Quatro vezes. Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a foi um grande prefeito e esteve lá duas vezes. Bill Clinton foi quatro vezes. Aí ele viu que a democracia é complicada e buscou os maiores técnicos em planejamento e administração: Ted Gaebler e David Osborne. Eu os conheci. Fui a um congresso do PMDB, em Fortaleza, para conhecê-los. Aí ele disse: *Governo não pode ser grande não. A gente não pode nomear não.* Governo grande demais não dá certo; fica igual ao **Titanic** – a maior obra de engenharia do mundo afundou, porque era grande demais. Um governo grande demais afunda. O governo precisa ser pequeno, ágil e olhar com estímulo e motivação aquele que produz, trabalha e faz a riqueza.

É isso, Luiz Inácio. Devemos acabar de vez com esse negócio de Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Isso é vaidade. Isso é coisa de reis.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS.)

– Senador Mão Santa, gostaria de lembrar a V. Ex^a que prorrogamos quatro vezes a sua fala, e há outros oradores inscritos.

Então, vou conceder mais um minuto, para que V. Ex^a conclua efetivamente o seu pronunciamento. Sei que ele é interessante. Todos estão aqui muito atentos a sua fala, mas é preciso respeitar o direito de terceiros.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a é que tem de treinar mais aí. No painel está que eu tenho 11 minutos. Entendemos que só temos um minuto, mas ali está 11. Estou sendo correto.

Cristo fez o Pai-Nosso em um minuto e Ele vai baixar aqui e vai...

Então, onze minutos. Está valendo. Ali tem onze. Olha um técnico para orientar o Presidente para mexer na máquina, para gente ser justo. Ô Papaléo...Ah agora o Presidente aprendeu a manipular...

(O Sr. Presidente fazendo soar a campainha.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Então é o seguinte. Entendo que o poder é Deus. É o povo de Deus que trabalha e que paga a conta. E o povo brasileiro está pagando uma conta muito cara, está trabalhando muito para pagar 40 ministros – 30 desnecessários. Vinte e cinco nomeações desnecessárias, 25 mil entraram pela porta larga sem concurso. Cartões corporativos! E o que está faltando neste Governo – Papaléo, eu digo, basta um segundo – é austeridade. Ô Luiz Inácio, é o casamento da honestidade com a seriedade que vai dar prosperidade ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – A Mesa agradece a compreensão do Senador Mão Santa, que abdicou daquela possibilidade de ler o *Reinventando o governo*, que tem mais de 620 páginas. Foi uma contribuição muito grande para a celebridade desta sessão.

O próximo orador inscrito é o ilustre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, é com certo constrangimento que trago o tema sobre o qual vou discursar hoje. Mesmo constrangido, eu não me omitirei, em face do mais recente escândalo que se abate sobre a Nação perplexa.

Vejam que falo em escândalo “mais recente”, em vez de “último” escândalo. Afinal, se nada for feito ante a sucessão de desvios, erros, equívocos, irregularidades, ou seja lá o termo que o discurso oficial utilize para explicar o inexplicável, a única certeza que se tem é que o escândalo da vez nunca será o último, apenas o mais recente neste aparente infundável desfile de horrores.

As atenções estão voltadas agora para a grave questão dos cartões corporativos. Aliás, parece-me rigorosamente inadequada a denominação dada a tais cartões. Quer dizer que o Estado brasileiro se confunde com mera corporação? Trata-se, porventura, de uma grande empresa, à maneira desses conglomerados econômicos ou financeiros que atuam em escala global? Claro que não. Logo, seria conveniente chamá-los de cartões institucionais, oficiais ou algo dessa natureza, e não cartões corporativos. Todavia, deixemos de lado esse aspecto do problema, mesmo porque ele

se torna irrelevante quando se toma conhecimento de como o uso inescrupuloso do dinheiro público atingiu a dimensão do inimaginável.

Com efeito, Sr. Presidente, independentemente de qualquer investigação, antes mesmo que a indispensável comissão parlamentar de inquérito possa aprofundar o exame das contas, o senso comum aponta para uma certeza: houve exagero, houve descuido, houve irresponsabilidade, houve desonestidade na utilização desses agora tristemente célebres cartões corporativos, em relação aos recursos gerados pelo povo brasileiro.

É a partir da constatação desse absurdo que chego a uma terrível constatação, tão preocupante que sinto a impiedosa necessidade de partilhá-la com a Casa: por detrás desses pavorosos escândalos que enlameiam a República está em marcha um terrível e perigoso processo de deterioração política da Nação. É justamente isso que, ao mesmo tempo em que assusta a consciência dos que ainda não desistiram de ver o Brasil alcançar os padrões de civilidade e de cidadania que tantos outros países atingiram, nos impele e nos obriga à reflexão mais profunda.

Digo mais, Sr. Presidente, essa reflexão haverá de ser feita não apenas entre Senadores, mas também entre Deputados, Vereadores, Governadores de Estado, Prefeitos, Presidente da República e Ministros de Estado, enfim, entre todos os agentes políticos, entre o Governo e a Oposição, entre todos que detêm alguma parcela de responsabilidade na condução da vida pública. Reflexão, diga-se, que haverá de envolver, mais cedo ou mais tarde, o conjunto da sociedade.

O que está em jogo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é bem mais do que desvio de recursos públicos.

O que está em jogo não se confunde apenas com práticas moralmente condenáveis, por mais graves que sejam.

O que está em jogo é a credibilidade da política, a solidez das instituições, o próprio conceito do Estado democrático de direito.

Eis, Sr. Presidente, o cerne da questão: corremos o risco de ver solapadas as bases sobre as quais se assenta a moderna concepção do Estado. E, convenhamos, nada, absolutamente nada foi fácil na conquista desse Estado. Chegamos a ele senão por meio de muita luta, muito esforço e superando enormes obstáculos.

Houve quem perdesse direitos políticos, quem tivesse seu mandato eletivo sumariamente cassado, quem sofresse os rigores da prisão arbitrária ou da tortura aviltante, quem perdesse a vida, tudo isso para que chegássemos ao estágio civilizado da democra-

cia de que ainda desfrutamos. Gente que lutou muito para que os brasileiros, superando a longa noite de trevas do autoritarismo, pudessem desfrutar da plena luminosidade que só os regimes democráticos são capazes de oferecer.

Quando, na esfera pública, se banaliza o mal, se naturalizam comportamentos execráveis, se desrespeitam os mais mezinhos princípios da moralidade e se agride a consciência de cidadãos de bem com atos e atitudes acintosamente criminosas, o que está em perigo é o próprio Estado. É nesse momento que a política, a mais excelsa das ações do homem em sociedade, se apequena e sucumbe. Exorcizar esse risco é dever de todos e de cada um de nós.

Lembro-me, Sr. Presidente, de Mário Covas, fundador do meu Partido, o PSDB, figura ímpar cuja luminosa passagem pela vida pública brasileira – inclusive no Senado Federal – foi exemplo de integridade absoluta e de incondicional desvelo pela ética. Vivesse hoje, por certo, ele próprio substituiria o apelo formulado em 1989 para que o Brasil sofresse um “choque de capitalismo”. Nos dias que correm, Covas estaria conclamando a todos nós por um urgente choque de ética. É disso, Sr. Presidente, acima de qualquer outra coisa, que a Nação mais necessita agora.

Que tenhamos clareza acerca de uma verdade incontestável ou incontestável: a crise ética, ao se alastrar exponencialmente, corrói as instituições, desmoraliza os agentes públicos e liquida a credibilidade de que se nutre o Estado. No presente escândalo, não se trata de examinar apenas a legalidade ou não dos atos praticados por portadores dos tais cartões corporativos. O que não se deve perder de vista é o fato de que não pode haver política sem que esta esteja assentada nos princípios da ética. Assim, sendo a política a responsável pela construção das leis, lei alguma será legítima se não estiver amparada na ética. Esse, Sr. Presidente, é o pressuposto a partir do qual as sociedades se organizaram politicamente. É esse o consenso que mantém de pé os Estados.

Eis, pois, o grande debate de agora. Ou fazemos isso com inteligência, e caráter, espírito público e sinceridade, ou a própria sociedade nacional estará sujeita à melancólica deterioração. Ou assumimos coletivamente essa tarefa, Estado e Nação, ou perderemos o próprio sentido de nossa existência. A gravidade da crise, que atinge indistintamente os três Poderes do Estado e os mais diversos segmentos e os mais diversos segmentos da sociedade, mais parecendo metástase por sua extrema capilaridade, exige imediata reflexão e ação.

Cobrir o País com o manto sagrado da Ética...

(Interrupção do som.)

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu pediria mais um minuto para encerrar o meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – A Mesa concede mais dois minutos para V. Ex^a concluir o seu pronunciamento, lembrando que já foram feitas outras prorrogações. Mas V. Ex^a terá o tempo necessário para concluir o seu pronunciamento, já que a Nação estava aguardando com ansiedade a fala de V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Cobrir o País com o manto sagrado da Ética, dela fazendo o ponto de partida e o de chegada de nossos atos, individuais e sociais, públicos e privados, é dever do qual não podemos, não devemos e não queremos fugir. Ainda é tempo de construir o Brasil com o qual sonhamos homens e mulheres de bem.

Quero deixar registrado este meu pronunciamento, com preocupação relacionada à questão dos cartões corporativos e com a preocupação de que deve ficar bem claro para a população brasileira, coisa que não está acontecendo, que o Executivo é político também. E que não fiquem tentando desgastar o Congresso Nacional ou os políticos que exercem seus mandatos no Legislativo, tentando desmoralizá-los para desmoralizar nossas instituições, porque o povo está de olhos abertos para o Governo, mais propriamente para o Executivo, que está fazendo o que bem entende, o que bem quer fazer, principalmente por meio das malditas medidas provisórias, querendo nos desmoralizar aqui, impedindo o nosso trabalho.

Por isso, Senhor Presidente da República, peço a Vossa Excelência que mantenha a sua conduta de homem público, como sempre o fez, respeitando os votos que recebeu, e mantenha a sua composição com aqueles que querem o Poder Legislativo não sendo usurpado pelo Executivo, principalmente por meio das medidas provisórias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS) – A Mesa agradece a fala de V. Ex^a, que, indiscutivelmente, abordou um tema da mais alta importância, e o convoca para assumir a Presidência desta Casa, já que é o componente mais graduado da Mesa presente nesta sessão.

O Sr. Valter Pereira, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Sem prejuízo da ordem de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador Valter Pereira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Papaléo, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a pede a palavra para uma questão de ordem ou pela ordem, Senador?

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pois não.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Acho que V. Ex^a deve acabar a sessão, pois são 16 horas e não há quatro. Consulte o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senador Mão Santa, digo a V. Ex^a que realmente a Casa está carecendo de que comecemos a Ordem do Dia às 16 horas.

Quero até entrar em defesa de muitos colegas Senadores a quem foram acrescidas faltas no ano passado principalmente por causa de não mantermos o rigor no início da Ordem do Dia. Inclusive eu, Senador Valter Pereira, recebi várias faltas. Estava presente na Casa, com minha presença anunciada no painel, mas, como estava em dúvida se haveria ou não votação, chegava no horário das 18 horas e 30 minutos, término do nosso expediente na Casa, íamos fazer outras atividades relacionadas com a atuação parlamentar e, de repente, começavam uma votação aqui e...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Professor, um momento. Não há quatro, tem de cair a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Como nós – só para esclarecer mais ainda – não estávamos presentes, levávamos falta por não termos votado.

Então, conclamo os Srs. Líderes para que façam o esforço necessário para atender o chamado do Presidente, para que possamos cumprir o início da Ordem do Dia, que é regimental, às 16 horas, ação que deverá ser cumprida hoje.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, interrompendo, gostaria de explicar. Estou vindo da Comissão de Infra-Estrutura e há quase vinte Senadores lá presentes, porque está havendo a reunião daquela Comissão. Esse seria um dos motivos da ausência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A prioridade é do plenário.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Fora do microfone. Sem revisão do orador.) – Pelo Regimento, quatro têm de estar presentes. Cumpra-o.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não é raro ouvir queixas nesta Casa acerca da interferência de outros Poderes na atividade legislativa. Frequentes são os clamores contra o excesso de medidas provisórias, que mutilam e deturpam o processo legislativo.

Todavia, Sr. Presidente, isso acontece, na maioria das vezes, em conseqüência da omissão do próprio Congresso, ao deixar lacunas nos textos legais. E são esses claros que levam o Executivo ou o Judiciário a decidir sobre determinados assuntos que deveriam ser deliberados pelo Legislativo brasileiro.

Uma dessas lacunas, por exemplo, está no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

Reza esse dispositivo que:

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem.

Embora o legislador constituinte não tenha deixado dúvida quanto ao objetivo de evitar favores a criminosos de grande potencial ofensivo, algumas regalias sobreviveram e nos causam profunda indignação.

A principal delas é que delinqüentes que cometem crimes com requintes de perversidade são julgados e condenados, mas dificilmente cumprem, na integralidade, suas penas. São beneficiários da chamada “progressão da pena” – que, aliás, não deveria ter esse nome; deveria chamar-se “redução da pena”.

Graças a esse privilégio, bandidos repulsivos, criminosos que seqüestram, assaltam e matam com frieza e crueldade, ganham as ruas antes de terminar suas penas. E voltam para delinqüir, para roubar, voltar para traficar.

Em 1990, Sr. Presidente, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 8.072, cujo texto regula a figura do crime hediondo, tornando obrigatório o cumprimento integral da pena para os condenados por tais delitos. No entanto, o Supremo Tribunal Federal julgou inconstitucional o art. 2º, § 1º, dessa lei, exatamente o texto que obrigava o condenado a permanecer recolhido até o término de sua pena!

Pontificou aquela Corte que a norma constitucional “afasta apenas a fiança, a graça e a anistia”. E se ela, a regra constitucional insculpida no inciso XLIII

do art. 5º da Carta Magna, não incluiu a progressão da pena no rol das restrições, a lei ordinária não poderia fazê-lo.

Para contornar o problema, o Congresso aprovou outro projeto, que resultou na Lei nº 11.464, de 2007.

Esse novo diploma legal, Sr. Presidente, manteve a regalia da progressão de regime, mas com maior rigidez que a Lei de Execução Penal, exigindo o cumprimento de três quintos da pena para autorizar o condenado por crime hediondo a livrar-se do regime fechado.

Mesmo assim, a transferência de condenados perversos para o regime semi-aberto é um privilégio que causa grande indignação e antecipa novos riscos à sociedade. Afinal, eles voltam às ruas a fim de cometer novos crimes, de delinqüir; voltam para roubar, para traficar.

A ressocialização, em nome da qual esses benefícios são concedidos, a cada dia que passa torna-se mais ficção.

Contam-se nos dedos os condenados por crimes hediondos que deixam os presídios e procuram se reintegrar ao convívio social. E não é apenas pelos defeitos do sistema carcerário que a ressocialização tem ficado mais distante, tem ficado mais no campo da ficção: o *modus operandi* da criminalidade tem influído profundamente no comportamento de presidiários e, sobretudo, ex-presidiários.

Nos anos passados, nas décadas passadas, o crime era obra de delinqüentes, de indivíduos que optavam por essa modalidade de vida; hoje os delitos são, predominantemente, comandados por organizações criminosas. Ontem, seguiam meros impulsos da delinqüência; hoje, executam ações planejadas, decididas e determinadas por aqueles que detêm o poder na organização, na chamada organização criminosas.

Esses agrupamentos se sustentam não só pela adesão voluntária de delinqüentes, mas também pela força, pelo autoritarismo e pelo medo que espalham. Os que caem na sua rede transformam-se em verdadeiros soldados, soldados de um grande exército, exército de delinqüentes.

Para ilustrar melhor o que digo, Sr. Presidente, eu gostaria de relatar aqui um caso ocorrido no meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Recentemente, depois de mais uma fuga na Colônia Penal de Campo Grande – e essas fugas estão se tornando rotina em Campo Grande –, parentes de um dos fugitivos foram procurar a ajuda de uma autoridade amiga, de uma autoridade municipal. Quando essa autoridade lhes informou que a solução seria retornar ao estabelecimento de custódia, a surpresa: o foragido queria voltar, mas queria duas garantias. A primeira

era a de que seria recolhido ao presídio de segurança máxima e a segunda era a de que não seria liberado antes de ter cumprido integralmente a pena.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu gostaria que V. Ex^a me desse o tempo necessário.

Sabe por que, Sr. Presidente, o detento pedia essas garantias? Sabe por que pedia a garantia de ficar na segurança máxima e pedia a garantia de que iria cumprir a pena integral? Porque o presídio de segurança máxima era, na verdade, o único lugar em que ele poderia se livrar das ordens da organização criminosa, das ordens que recebia para empreender novas fugas, com o objetivo de assaltar, de produzir recursos para a hierarquia da organização, para a hierarquia do crime. E ele sabia que a única condição para romper de vez com a organização criminosa era cumprir integralmente a pena.

Só assim ele poderia fugir da própria organização criminosa.

Essa é uma das eloqüentes evidências de que não se pode lidar hoje com o crime e com a pena da mesma forma que lidávamos no passado. Não podemos ser inocentes, sob pena de sermos coniventes com o crime organizado.

Consciente dessa nova realidade, Sr. Presidente, decidi apresentar uma proposta de emenda à Constituição propondo que seja incluída a progressão do regime de cumprimento da pena no rol das proibições do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal.

Sei que vai gerar muita controvérsia na CCJ e neste Plenário, mas, se aprovada, os condenados pela prática de tortura, pelo tráfico de drogas, por terrorismo e por crimes hediondos de maneira geral terão de cumprir integralmente a pena, como a sociedade está cobrando de todos os Congressistas. Perdendo a chance de voltar mais cedo às ruas, vão molestar menos os que cumprem o semi-aberto e refletir mais sobre a crueldade de seus atos.

Ademais, Sr. Presidente, quem usa requintes de crueldade para delinquir não pode ter o mesmo prêmio concedido àqueles que cometeram transgressões menos graves.

A sociedade brasileira não merece continuar a ser vítima de criminosos implacáveis, sanguinários, que todos os dias ceifam vidas, muitas delas, a maioria delas inocentes, e escandalizam os homens e as mulheres de bem deste País.

Por isso, eu gostaria de contar com o apoio indispensável desta Casa, para que possamos, enfim, ouvir os clamores do nosso povo, os clamores das ruas, que pedem justiça.

Encerro minhas palavras agradecendo a V. Ex^a pela tolerância, pois se trata de um tema de tamanha importância e tamanha gravidade. Sei que, no ano passado, a temática da criminalidade rondou, ocupou esta tribuna, e neste ano não vai ser diferente. Precisamos continuar a cumprir com o nosso dever.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço ao Senador Valter Pereira.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Pela ordem, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Se me permitir, Senador Tião Viana, eu gostaria de comunicar à Casa que estou vindo de uma reunião com o Presidente Garibaldi e entreguei, Senador Tião Viana, inclusive com a sua assinatura e de todos os Líderes, da Oposição, da Situação, da Liderança do Governo, requerimento de urgência para que a Casa aprove ainda hoje o Projeto nº 42, que regulamenta uma política permanente do salário mínimo do dia 1º de março, sábado, até 2023.

Faço um apelo a V. Ex^a para que garanta esse acordo firmado na Presidência, com o aval de todos os partidos, para que este projeto seja votado hoje. O projeto já está pronto para pauta, com relatório do Senador Valdir Raupp.

Obrigado, Senador Tião Viana e Presidente Papaléo Paes.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, externo inteira concordância com o Senador Paulo Paim quanto a uma matéria que é à imagem e semelhança dele: a luta pelo salário mínimo no Brasil. Entendo que temos todas as condições para votar no dia de hoje.

Também aproveito para expressar inteira solidariedade à sessão promovida por V. Ex^a no dia de ontem a favor da reintegração de um salário recuperado e justo para o trabalhador aposentado do Brasil. Nós temos uma dívida moral com essa categoria e estou francamente solidário com V. Ex^a na causa e na luta a favor dos aposentados brasileiros.

Sr. Presidente, apresentei, no dia de ontem, no Senado Federal, o PLS nº 37, de 2008, que acrescenta a linha “a” ao art. 19 da Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.203, de 1991 às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.

Ou seja, a Organização Internacional do Trabalho, na sua Convenção nº 15, de 1º de junho de 1983, estabeleceu que as empresas deveriam ter uma relação entre o número de empregados e o acesso de pessoas portadoras de deficiência física. Dessa forma, os deficientes físicos teriam uma cota de acesso ao emprego em determinada empresa a partir do número dos trabalhadores, a partir de cem empregados. Tendo a empresa cem empregados, obrigatoriamente, a empresa acolheria um portador de deficiência; com duzentos empregados, mais de um; com trezentos, mais de dois e com até quatrocentos empregados, uma cota mínima de obrigação a ser preenchida nos quadros da empresa.

Infelizmente, a desobediência é quase ampla e geral no Brasil. Poucos Estados seguem e têm sensibilidade de normatizar e assegurar, por parte do empresário, a sua cota de responsabilidade social para com esse segmento que, muitas vezes, é bem mais eficiente que as pessoas que não são portadoras de deficiência.

O que ocorreu, historicamente, desde a apresentação da norma legal? O descumprimento é regra da empresa.

E o que a lei diz? No caso de descumprimento, aplicar-se-á multa à empresa, que arcará com uma despesa “x” para o Tesouro Nacional, para uma conta única do Tesouro Nacional.

Ultimamente, houve mais influência e sensibilidade do Judiciário, e as empresas começaram a trocar as penas pelo descumprimento dessa lei: em vez da multa, uma obrigação social, ou seja, dez sacolões, dez itens de um determinado material de higiene pessoal e o não-pagamento sequer da multa no seu valor assegurado.

Apresentei, então, este projeto de lei que procura corrigir essa distorção e que assegura que essa multa, ao ser aplicada, seja transferida para o orçamento do Sistema Único de Saúde e que o Ministério da Saúde a destinará à reabilitação de surdos e cegos. Ou seja, temos, só numa conta dessas multas, em torno de R\$30 milhões. Trata-se de um dinheiro de que não se sabe o que é feito, porque fica na conta do Tesouro e serve para finalidades distintas.

Com esta lei aprovada, teríamos a troca por serviços do Ministério da Saúde a favor da reabilitação de surdos e cegos.

Para V. Ex^a ter uma idéia, Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, o custo de uma prótese, de um transplante coclear é da ordem de R\$30 mil no Brasil.

Então, uma criança surda que tem pleno direito de recuperar sua audição, de ser reintegrada socialmente, de poder ouvir e ir e vir sem ajuda especial precisa,

para esse acesso, de um custeio de R\$30 mil, para que a prótese ocorra.

Não há financiamento suficiente para atender aos portadores de deficiência nesse aspecto. Os surdos não têm direito, e os cegos também não. A sua educação e reabilitação, a orientação sobre como proceder, o acesso à reabilitação também não ocorrem.

Com este projeto, estaríamos atendendo a milhares e milhares de deficientes auditivos e visuais a mais no Brasil, porque o dinheiro estaria assegurado de uma fonte do Tesouro que está adormecida, com milhões e milhões de reais guardados, que poderiam estar devidamente servindo, no Ministério da Saúde.

Então, entendo que este projeto de lei do Senado que apresento não só vai estimular a Justiça a manter a pena da multa, do valor financeiro da multa, como determinar que o recolhimento seja feito para a conta do Sistema Único de Saúde, aumentando, com isso, o orçamento do Sistema Único de Saúde e assegurando a prótese auditiva no transplante de cóclea ou no caso da reabilitação do deficiente visual.

Não há impedimento de ordem constitucional, porque, mesmo que a norma constitucional, na sua hermenêutica, preveja que deve haver orçamento único definido por ação única, não há impedimento que multas não possam ser transferidas para o orçamento de uma autarquia ou de um Ministério do Brasil, no caso o Ministério da Saúde.

Entendo que esta matéria traz o mais absoluto item de solidariedade humana, de sensibilidade com os surdos e cegos do Brasil. Teremos milhões e milhões a mais, todos os anos, para proteger as vítimas da surdez e da deficiência visual.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Tião.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte ao Senador Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Estou tomando conhecimento agora do projeto, mas, como Presidente da Subcomissão das Pessoas com Deficiência, eu vejo com, realmente, muita simpatia e entusiasmo até. Vamos agora analisar, tentar aprovar este projeto o mais rápido possível.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a, que é um missionário da causa de solidariedade aos portadores de deficiência física no Brasil, e, já descendo da tribuna, entregarei o projeto em suas mãos. Tenho certeza de que V. Ex^a saberá tratar com a devida urgência e relevância o conteúdo desta matéria, que foi apresentada por mim no dia de ontem.

Eu ouvi especialistas da Universidade de Campinas antes de poder acolher e fazer o estudo legislativo e definir um projeto de lei que atendessem em so-

lidariedade e em resultado portadores de deficiência auditiva e visual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Tião Viana.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, pela ordem, o Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quando ocupava a Presidência dos trabalhos, eu já me referi a isso, mas eu quero até lembrar ao Senador Tião Viana que, durante a gestão de Presidência de S. Ex^a, nós estávamos sempre iniciando a Ordem do Dia às 16 horas. Um dos entusiastas desse horário bem cumprido, que englobou essa relação de cumprimento do Regimento Interno, é o Presidente Garibaldi Alves Filho.

Eu acredito que esteja havendo algum tipo de problema que está impedindo o Sr. Presidente de estar presente neste momento, mas eu faço um apelo aos Srs. Líderes dos Partidos para que antecipem – agora, o Sr. Presidente está chegando – as conversas, os acordos para a parte da manhã, para que possamos, à tarde, ter a nossa agenda cumprida em função do bom cumprimento da agenda do Senado Federal.

Não podemos deixar de marcar, por exemplo, uma audiência no Ministério às 16h e ficarmos aqui esperando a sessão começar às 17h, 18h, 19h. No ano passado, recebi algumas faltas injustas, porque estava presente, mas, como às 18 horas não havia mais expediente para votação, resolviam votar nominalmente. E, já ausente da Casa, quando era avisado, retornava, mas já havia perdido duas ou três votações. Por isso, recebemos falta.

Então, quero que haja o cumprimento do Regimento, porque, se nós o cumprirmos, não estaremos sendo injustos com ninguém e seremos justos ao dar falta aos ausentes. Esse é o desejo da maioria dos presentes, que hoje não acreditam que se possa reaver esse horário mais. É por isso que a Casa está com a presença baixa neste momento.

Faço um apelo a V. Ex^a para que o cumprimento do Regimento seja efetivado não só hoje, mas todos os dias, para não causar prejuízos e injustiça a muitos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Papaléo Paes, V. Ex^a tem razão, tanto que, hoje pela manhã, na reunião da Mesa Diretora, o Presidente Garibaldi Alves Filho decidiu constituir comissão para reforma do Regimento Interno.

Certamente, a modernização do Regimento, que possibilitará a agilização dos trabalhos do Senado Federal, com uma produção legislativa superior à atual, vai estimular o cumprimento do Regimento.

Obviamente, um Regimento novo, aprovado por todos neste Plenário, significará compromisso de todos, no seu mais absoluto e irrestrito respeito.

Aí, V. Ex^a ficará certamente satisfeito, Senador Papaléo Paes.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder quando for possível.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito como Líder.

Passo a presidência ao Presidente da Casa, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias, e peço à Senadora Rosalba Ciarlini que introduza uma comitiva de artistas de teatro, de televisão e de cinema.

Estão aqui, sobretudo, os artistas de teatro, que vieram fazer uma visita ao Senado e solicitar apoio dos Senadores para a aprovação de uma lei orgânica, uma lei geral para o teatro brasileiro.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de reiterar as boas-vindas que já foram dadas pelo Sr. Presidente e de dizer da nossa alegria em receber as atrizes Regina Duarte, Xuxa Lopes, Camila Amado, Nicete Bruno, Virginia Cavendish, Irene Ravache; o ator Marco Nanini; o ex-Ministro da Cultura Luiz Roberto Nascimento Silva, os produtores teatrais do Rio de Janeiro: Eduardo Barata, Norma Thiré, Bianca de Felippes, Ana Luiza Lima, Fernando Libonati; e de São Paulo: Mário Martini, Carlos Mamberti e Roberto Monteiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tivemos, há poucos instantes, na Comissão de Educação, na Subcomissão de Teatro, tivemos a alegria de receber, o Presidente Cristovam Buarque e eu, que faço parte da Subcomissão de Teatro, o anteprojeto, fruto de um

trabalho de discussão em audiências públicas realizadas com artistas, produtores e diversos representantes da área de uma atividade que representa muito para todos nós, para o nosso Brasil. E precisamos dar condições para que ela possa crescer cada vez mais, fazendo com que o nosso Brasil se desenvolva cultural e economicamente. Uma atividade que gera milhares, milhões de empregos, é uma verdadeira cadeia produtiva. Só se tem idéia quando se está dentro do teatro, quando se participa de uma produção é que se vê o quanto isso representa de oportunidades para este Brasil; um Brasil de vocações, um Brasil de um potencial imenso. Em todos os recantos, em todas as regiões, nós encontramos expressões da nossa cultura, valores, vocações que precisam ter oportunidades.

Então, essa lei do teatro é para fazer com que o nosso teatro esteja vivo, esteja forte, para que não tenha mais as portas trancadas, como sabemos que existem em alguns recantos deste País. Nos centros maiores, como o Rio de Janeiro, há teatros com portas fechadas, deixando de levar ao povo a expressão de vida – acho que a palavra é esta: vida – que é o teatro.

Eu gostaria de dizer da alegria de estar com todos vocês que representam essa força artística do nosso País. Realmente, eu sou tiete de todos. Já disse e repito: este projeto foi discutido na nossa Comissão. Inclusive, eu fui autora da audiência pública, no ano passado, levantando de novo essa bandeira que muitos já haviam erguido. Não se trata de um projeto que será apenas da Senadora Rosalba nem do Senador Cristovam, Presidente da nossa Comissão, que tem dado o maior apoio, que é o torcedor número um deste projeto, mas também de toda uma Comissão.

Estivemos, agora, com o Presidente do Senado, Senador Garibaldi Alves, na sala da Presidência, que, depois de um discurso que até nos emocionou, se apresentou também como um defensor desse projeto que vai chegar à Casa, e nos garantiu urgência urgentíssima, porque isso representa muito para o nosso Brasil.

Então, queria dizer da alegria de estar com todos vocês e que esta Casa é do povo, principalmente de vocês, que sabem tão bem, através da sua arte, expressar todas as facetas desse povo bom e forte que é o povo brasileiro. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, a Senadora Rosalba Ciarlini já disse praticamente tudo o que deveríamos dizer. Os artistas que nos visitam têm de tomar os seus aviões para voltar para os seus luga-

res. Queria apenas dizer que nada está mais próximo da alma de um povo do que o teatro. E essa lei demorou muito. Ela chega aqui pelas mãos deles, algo que casa, como V. Ex^a disse há pouco, com a democracia, com a arte e com a prática parlamentar.

A Comissão recebeu, vai transformar em projeto de lei e todos nós, da Comissão, vamos assinar como projeto coletivo. E gostaríamos muito de ter a sua assinatura como um daqueles que subscrevem esse projeto de lei, para que rapidamente o Brasil tenha, a partir do Senado, o teatro brasileiro com o apoio, com a proteção e com a liberdade de que ele precisa das amarras burocráticas que ainda pesam sobre ele.

É isso, Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente. Estamos certos de que podemos contar com o seu apoio. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a visita dessa comitiva tão ilustre, à qual já tive oportunidade de dirigir a minha saudação. Não vou fazer outro discurso, porque não vou fazer melhor do que aquele. Então, é melhor dizer a todos que podem contar conosco. Eu posso falar muito à vontade que esse projeto vai contar com o apoio de todos os Senadores e Senadoras, é claro.

Então, muito obrigado pela visita. Espero que possamos nos reencontrar por ocasião da comemoração da aprovação desse projeto verdadeiramente histórico.

Muito obrigado. (Palmas)

Quero registrar a presença do Senador Adambu Lomalisa Sebastien, Senador Presidente do Grupo Provincial do Equador, que é uma província da República Democrática do Congo. Também quero dizer da nossa satisfação em receber o Vice-Governador da Província do Equador, da República Democrática do Congo, Jean-Claude Baende Efafe Eliko.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O Senador Demóstenes Torres conduzirá essas autoridades do Congo até a Mesa, para que possamos cumprimentá-las.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Demóstenes Torres faz as honras da Casa, recebendo os visitantes, peço a V. Ex^a permissão para anunciar mais uma delegação de visitantes.

Estão nos visitando o Prefeito Osmar Rickli e o Vereador Antonio Joel, secretários municipais e dois representantes do grupo folclórico Elisabeth Van Westering e Anderson Oliveira. Eles antecipam a come-

moração dos 100 anos de imigração holandesa no Brasil, que ocorrerá em 2011, realizando a III Festa dos Imigrantes de Carambeí, no Paraná, entre 4 e 5 de abril de 2008.

Portanto, Sr. Presidente, essa delegação vem ao plenário do Senado Federal fazer esse convite aos Srs. Senadores para a comemoração antecipada dos 100 anos de imigração da colônia holandesa no Brasil, que muito contribuiu para o desenvolvimento econômico e social deste País, sobretudo do Estado do Paraná.

As nossas homenagens ao Prefeito Osmar Rickli e a toda a delegação que ele lidera neste momento, visitando-nos no Senado Federal e honrando-nos com suas presenças aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Vamos iniciar a Ordem do Dia, de acordo com o nosso compromisso, já que os Senadores que estão ansiosos para votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Presidente Garibaldi, pela ordem, se V. Ex^a me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pois não, Senador Paulo Paim. Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, quero fazer um apelo a V. Ex^a neste plenário do Senado, nos moldes que as centrais sindicais – e eu as acompanhei – fizeram em seu gabinete. Refiro-me ao PL nº 42, que trata do salário mínimo, o qual entrará em vigor em 1º de março, sábado. Este Projeto garante política permanente para o salário mínimo até 2023. Apelo a V. Ex^a, mais uma vez – sei de sua sensibilidade –, para que possamos votar a matéria ainda hoje, que tem como Relator o Senador Valdir Raupp.

Era isso.

Desde já, agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Paulo Paim.

Votaremos, obrigatoriamente, claro, as medidas provisórias para desobstruir a pauta e dar oportunidade, então, à votação deste projeto que V. Ex^a destacou ser necessário votá-lo urgentemente.

O Senador Demóstenes Torres acaba de chegar à Mesa com a comitiva da República do Congo da Província do Equador.

Quero, aqui, dizer da nossa satisfação em receber tão ilustre comitiva. (Palmas)

Desejo boa estada a todos os nossos visitantes e autoridades presentes.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

(*Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal*)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins que especifica.

A matéria constou da Ordem do Dia da última sessão deliberativa ordinária, quando deixou de ser apreciada em virtude da falta de acordo das Lideranças para sua deliberação.

Transcorre hoje a terceira sessão da matéria constante da pauta.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

- à Medida Provisória foram apresentadas 23 emendas.
- Proposição foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 16 de outubro, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 11 de fevereiro.
- o Relator da matéria naquela Casa foi o Deputado Pedro Fernandes (PTB – MA).
- o prazo de vigência de 60 dias foi prorrogado por igual período pelo Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 69, de 2007, e se esgotará no dia 8 de março de 2008.
- a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no dia 19 de fevereiro.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Tião Viana, Relator revisor da matéria.

PARECER Nº 99, DE 2008–PLEN

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, estamos diante da Medida Provisória nº 395, de 2007, que tem adequação financeira e orçamentária e atende o §1º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional. Tem relevância, tem urgência e está nos termos da imprevisibilidade das despesas constantes nas Medidas Provisórias; envolve R\$3.118.200.866,00 como recursos para custeio, envolvendo diversos Ministérios, e R\$138.563.000,00 para investimentos nas empresas estatais do Brasil.

As emendas foram devidamente rejeitadas, nos termos da Resolução nº 1 do Congresso Nacional. Não foram admitidas em razão de ferirem normas técnicas de Resolução do Congresso Nacional.

Então, é uma Medida Provisória comum à vida do Poder Executivo brasileiro, porque atende à necessidade de adequação orçamentária e financeira – reserva apenas R\$138 milhões para investimento das empresas estatais –, portanto, devidamente amparada constitucionalmente, do ponto de vista das normas do Congresso Nacional brasileiro.

Sou pela sua aprovação, nos termos em que está apresentada às Sr^{as} e aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O parecer preliminar do Relator revisor, Senador Tião Viana, é pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 1, de 2002-CN.

No mérito, pela aprovação.

Em votação os pressupostos de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária.

Para encaminhar a votação dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da matéria, concedo a palavra ao Senador José Agripino.

A seguir, a concederei ao Senador Alvaro Dias.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Presidente Garibaldi, quanto aos pressupostos de urgência, relevância e de admissibilidade não têm problema. Estamos discutindo o mérito, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É verdade. Agradeço a V. Ex^a pelo esclarecimento.

Tem a palavra, para discutir, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão da matéria.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, veja V. Ex^a: estamos aqui, hoje, votando três Medidas Provisórias. Há o entendimento entre Governo e Oposição em não obstruir – não em votar a favor, mas pelo menos em não obstruir.

V. Ex^a sabe, mais do que eu, que, apreciadas as três Medidas Provisórias, que serão votadas hoje, está por ser lida, porque está sobre a Mesa, mais uma Medida Provisória que, seguramente, gerará intermináveis debates por exigência do tema. Trata-se da Medida Provisória – inexplicável Medida Provisória – que cria a TV Pública. Veja: a criação da TV Pública, que não tem urgência nem relevância, porque ela já

existe, apenas será engordada, é criada por meio de Medida Provisória.

Senador Adelmir Santana, isso se chama agressão ao Parlamento.

Senador Francisco Dornelles, V. Ex^a sabe, porque foi Ministro da Fazenda, que o Governo apresentou, ontem, aos Líderes partidários enunciados ou a intenção de uma reforma tributária. E apresenta-se ao País como o arauto das mudanças por uma reforma tributária que, na minha opinião, deveria ter sido apresentada ano passado, no primeiro ano do Governo, fora de ano eleitoral, sem intenções políticas, sem denúncias de uso defeituoso de cartão corporativo, que gera tensões políticas. Mas não. Não apresentou no ano passado e vem apresentar este ano, agora, num momento político complicado, ano de eleição, ano tenso, marcado pela necessidade de se investigar práticas, no meu entender, ilegítimas de uso de dinheiro público.

Muito bem. E apresenta a proposta de reforma tributária como um instrumento de crescimento econômico que tem que ser feito, e a população tem que entender que tem que ser feito, e com a brevidade possível.

Primeiro ponto, Senador Jefferson Peres: a proposta é apresentada para entrar em vigor ou se completar em 2016. É preciso que o Brasil compreenda que o Governo está com pelo menos um ano de atraso – pelo menos –, cumprindo o que prometeu na campanha eleitoral do Presidente Lula, que é fazer uma reforma tributária.

Está apresentando a reforma tributária com prazo de vigência para daqui a oito anos. E a apresenta ao Brasil como um instrumento de trabalho do Poder Executivo, e querendo que o Poder Legislativo trabalhe. Nós queremos trabalhar. Mas sobrecarregados por medidas provisórias, vai ficar difícil; com uma em cima da outra. Sei que a Câmara dos Deputados está entupida de medidas provisórias.

Fico imaginando, Senador Mão Santa, qual é a do Governo? O que o Governo está querendo? É tentar iludir a opinião pública? É desviar a atenção da opinião pública do debate inevitável do cartão corporativo com uma proposta tardia de reforma tributária que vai vigorar daqui a 8 anos, se for aprovada? E é nosso desejo debatê-la e aprová-la. Entupe a pauta com medidas provisórias para que não nos sobre tempo para debater, porque ele, Governo, nos sufoca? Sufoca-nos com a obrigação de investigar o cartão corporativo, criando CPI; sufoca-nos com a obrigação de investigar as ONGs que estão já em processo de investigação; sufoca-nos com a edição desmesurada de medidas provisórias e com uma proposta de reforma tributária, que é para o que quero chamar atenção da Casa e do País, que é,

mais ou menos, a menos de pequenas bonificações, uma reedição da anterior. Porque, Senador Jefferson Péres, a proposta de reforma tributária anterior está parada na Câmara dos Deputados há anos. Ela foi arredondada no Senado, porque os Senadores souberam se entender, não aceitaram pressões de quem quer que fosse, muito menos de governadores, e aprovaram uma proposta que unifica alíquota de ICMS, unifica impostos em torno de um IVA, um único imposto federal, e cria uma política de combate à guerra fiscal e de desenvolvimento regional. Esses três pontos são os nós que emaranharam a discussão na Câmara, e o Governo, que não tem, na minha opinião, interesse nem vontade política de aprovar a matéria, fez com que esta ficasse dormindo. Os mesmos nós, Senador Alvaro Dias, os mesmos nós remanesçam na nova proposta. E o Governo, que não assume, pelo menos não assume, o comando da sua base, para, com a nova proposta, anunciar que vai enfrentar o problema com governadores, com a unificação dos impostos em torno do IVA, e ter a coragem de criar uma política regional, nos entrega a tarefa de aprovar a reforma tributária em cima da investigação das ONGs, em cima da investigação dos cartões corporativos, em cima de uma enxurrada de medidas provisórias.

Esse é o quadro real do Parlamento, Senador ACM Júnior. Esse é o quadro real. É o quadro com o qual vamos nos deparar pelos próximos meses. Mesmo assim, mesmo assim, vamos nos debruçar, vamos estudar com toda a atenção as carências do País, porque a reforma tributária não é do Governo, é do Brasil. Vamos nos dedicar, agora, com as limitações que o momento político nos impõe, o momento político criado pela obrigação de investigar as ONGs e os cartões corporativos e pelo momento político criado pelo Governo, que nos entope com medidas provisórias, que chegam a nos tirar o fôlego.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Hoje, vamos apreciar apenas, exclusivamente, exclusivamente, medidas provisórias.

Com muito prazer, ouço o Senador Renato Casagrande.

O Sr. Renato Casagrande (Bloco/PSB – ES) – Muito obrigado, Senador José Agripino. Mais tarde, certamente, terei oportunidade de debater também o tema da reforma tributária. Concordo, em parte, com as palavras e com as posições de V. Ex^a. De fato, vamos começar a debater a reforma tributária em um ambiente de denúncias, em um ambiente onde o clima político está comprometido com assuntos de interesse da sociedade e que tomam muito tempo da atuação

dos Líderes. Saúdo e rendo minhas homenagens ao acordo feito hoje, em que a Oposição participará diretamente da direção e da condução da CPMI, que é uma tese que eu pessoalmente defendia, como Líder de um Partido da base do Governo, mas também entendo que o Governo não tinha como esperar mais o encaminhamento da reforma tributária. A mudança no sistema tributário nacional é necessária, fundamental, importante. Nós precisamos dela. E o Senado terá que aprender e desenvolver uma tarefa no sentido de cuidar dos assuntos eventuais, das denúncias que surgem, e vamos ter que tocar a vida nos projetos importantes e prioritários, como é o caso da reforma tributária, como é o caso da regulamentação da Emenda nº 29 e de outros temas importantes. Inclusive, fiz uma proposta ao Presidente, o Senador Garibaldi Alves Filho, de uma pauta positiva para o Senado. Reconheço as dificuldades, mas acredito que o Governo não tinha que esperar mais. E entendo que essa reforma tem que ser aperfeiçoada. Vou debater isso. Todos nós vamos discutir a reforma de olho no Brasil e de olho em nosso Estado. Vamos estar de olho lá e cá: lá no nosso Estado e aqui no Brasil. A mudança do ICMS de origem para destino promove, efetivamente, um corte de 25% na receita do Estado do Espírito Santo. Não somos contra a reforma, queremos aperfeiçoá-la, queremos verificar a forma de compensação do Governo, queremos contribuir para um debate de alto nível aqui no Senado com relação ao tema. Muito obrigado, Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Senador Renato Casagrande, V. Ex^a é Líder de um partido de oposição e se posiciona quase sempre com elegância e com independência, pelo que cumprimento V. Ex^a. Cumprimento realmente V. Ex^a, de público. Senador Renato Casagrande, é claro que o Governo, que tomou o compromisso de mandar para esta Casa a reforma sindical, a reforma trabalhista e a reforma tributária, está cumprindo o primeiro dos compromissos.

Ele até poderia dizer: “Não, estou mandando só agora, com um ano de atraso, porque não havia, há um ano, ambiente econômico. As finanças do País, a economia do País não ia bem”. Ia tão bem quanto hoje. É verdade que hoje, mesmo sem a CPMF, o que coonesto o argumento que sempre usamos, a arrecadação foi de R\$10 bilhões a mais do que em janeiro de 2007, o que vale dizer que o crescimento da economia do País, que já vem de longe, está respondendo pela ação que a oposição produziu de eliminar um pedaço da carga tributária do Brasil. É verdade que o Governo, rapidamente, como um raio, repôs o IOF e uma carga maior de CSSL, na sua gulodice fiscal. Mas, de qualquer maneira, o ambiente econômico de hoje,

que é bom, não é diferente do ambiente econômico de fevereiro do ano passado, quando esta proposta poderia ter chegado e nos encontraria sem denúncia de cartão corporativo, sem denúncia de ONG, sem ser ano eleitoral. Já poderíamos ter ganho um ano inteiro em discussões.

Não tenho nenhuma dúvida, Senador Renato Casagrande, de que vamos ter imensas dificuldades para arredondar a proposta, porque, na questão da unificação de alíquotas, o que o Mato Grosso quer não é o que o Paraná quer, nem o que o Rio Grande do Norte quer. Vamos ter aí um grande confronto e um grande conflito. A unificação dos impostos vai envolver simulações seguidas para ver se há ou não perda de receita e para quem. Para Estados, Municípios, União? Onde está o risco? A política regional, porque a proposta enunciada e anunciada traz o fim da guerra fiscal.

E como ficam as regiões desfavorecidas do País, como o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste? Qual é o instrumento? O Fundo de Desenvolvimento Regional, proposto na matéria do Senado, há quatro anos, continua intacto na Câmara. Nada se materializou, o Governo não teve vontade política de transformar um bom projeto que o Senado produziu em algo politicamente “votável”.

Então, os bodes que amarraram à emenda ou à proposta de reforma tributária na Câmara, que o Senado teve a coragem de pôr para fora da sala – trata-se dos nós que desatamos –, estão lá atados por falta de comando. Se deixarem que os partidos políticos busquem o ajuste, não vão encontrá-lo nunca. Quem tem de encontrar o ajuste é a Base do Governo, que tem de ter um comando com vontade política definida do Presidente da República, que até hoje não demonstrou tê-la. Daí a minha preocupação.

Estamos entupidos de medidas provisórias; estamos com tensões políticas e com a proposta de reforma tributária. Haja tarefa! Agora, que se compreenda a dificuldade do Congresso e que não se jogue nas suas costas a responsabilidade, que é, em enorme medida, do Poder Executivo.

Sr. Presidente, vamos votar contra essa medida provisória, por uma razão muito simples: trata-se de crédito suplementar por medida provisória. Crédito suplementar para quê? Um pouquinho para investimentos e um mundo para custeio. Custeio não previsto? Custeio de uma máquina que não se previa, ou se inchou a máquina de forma desmesurada?

Em assim sendo, tenho o direito de não concordar e de votar contra, para fazer o registro de uma posição, porque esse dinheiro já foi gasto. Foi gasto à nossa revelia e contra o nosso voto. Foi gasto por um “desplanejamento” de Governo, que condenamos. E

o condenamos, de forma efetiva, com o voto contra a MP que o meu Partido vai dar.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador José Agripino e concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM) – Em seguida...

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço que me inscreva também.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em seguida, concederei a palavra ao Senador Jefferson Péres e, depois, ao Senador Osmar Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, se essa matéria realmente fosse de urgência, teria chegado com muito atraso.

Essa medida provisória chegou ao Congresso Nacional em outubro do ano passado. Outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, cinco meses. Se a urgência fosse determinada em razão de um estado de calamidade pública, de uma peste que assolasse o País à época, todos estaríamos mortos provavelmente, se dependêssemos desses recursos.

Portanto, não é possível ousar mais, afirmando ser urgente uma matéria dessa natureza. Há que se imbuir de um espírito de ousadia incomum, para sustentar a tese de que essa medida provisória tem relação com os princípios básicos da relevância e da urgência.

O Congresso Nacional precisa assumir definitivamente uma postura de resistência a essa prática autoritária do Governo Federal. Não basta ficarmos discursando ou constituindo comissões, para debater mudanças no Regimento e na legislação relativamente às medidas provisórias. Basta que o Congresso Nacional decida: “Só apreciaremos medidas provisórias constitucionais, juridicamente perfeitas”. Assim, eliminaríamos mais de 80% das medidas provisórias que tramitam na Câmara e no Senado Federal. Não passaria pela análise rigorosa quanto à constitucionalidade uma medida provisória como esta que estamos votando neste momento.

Para que aqueles que nos assistem nesta hora possam ter conhecimento do que se trata, vou fazer o resumo da medida provisória.

São R\$3.256.764.118,00, com o seguinte detalhamento:

Presidência da República – R\$138,5 milhões em favor das Companhias Docas, que possibilitará a realização de obras e ampliação e modernização de infra-estrutura dos portos nacionais. Se isso fosse ur-

gente e se dependêssemos desse recurso, certamente os navios já teriam afundado nos portos deste País. Essa é a urgência que sustenta a aprovação de uma medida provisória dessa natureza.

São R\$50 milhões para o Ministério da Fazenda: criação de infra-estrutura tecnológica de recepção de notas fiscais eletrônicas. Veja, Sr. Presidente, se isto é urgente: recepção de Notas Fiscais Eletrônicas? O Governo não sabe que se utiliza desse sistema? Há quanto tempo ele se utiliza desse sistema? Por que alegar urgência na alocação desses recursos?

Ministério da Educação para o FNDE. Ora, Sr. Presidente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação existe no País há tantos anos. Ele não foi criado ontem, para exigir um repasse de emergência. Não dá para que o Governo continue a sustentar essa tese de urgência e relevância em matérias dessa natureza.

Ministério da Justiça – R\$84 milhões. Atuação de policiais da Força Nacional de Segurança Pública e manutenção de operações conjuntas com a Polícia Federal e Rodoviária no Estado do Rio de Janeiro. Da mesma forma, se fosse urgente e dependêssemos da atuação da Força Nacional com esses recursos, o que evidentemente deveria ter acontecido de violência já teria acontecido, Senador Romeu Tuma. V. Ex^a, que é do ramo, sabe disso.

Ministério da Saúde. São cinco meses! Esses recursos seriam para salvar vidas no atendimento à saúde do povo brasileiro? Mas, se fosse para isso, a doença esperaria, os doentes suportariam essa urgência de cinco meses de distância?

Ministério dos Transportes para a Rede Ferroviária Federal. Vejam, para o processo de extinção da Rede Ferroviária Federal: R\$385,9 milhões. Mas, há quanto tempo, esse processo demanda recursos? Quando o Governo extinguiu a Rede Ferroviária Federal? Eu sequer me lembro da data; faz tanto tempo, que a minha memória não alcança. Pois bem, para o Governo é urgente este repasse de R\$385,9 milhões.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: monitoramento e gestão dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Então, na verdade, o Governo não tem planejamento. Se tivesse planejamento, não estaria agora, por meio de medida provisória, buscando mais recursos para o planejamento do PAC.

Ministério da Defesa, R\$25 milhões: reaparelhamento das organizações militares no âmbito do Comando do Exército. Há quanto tempo o Exército reclama seu reaparelhamento?

Ministério da Integração Nacional, R\$245,1 milhões: obras de infra-estrutura hídrica, projetos de irrigação etc.

É evidente que não se trata de nenhuma emergência; não há nenhuma catástrofe abatendo-se sobre o interior do País.

Ministério das Cidades, R\$220,2 milhões: obras de infra-estrutura urbana.

Os recursos são provenientes do superávit financeiro, apurado no Balanço da União, do excesso de arrecadação de recursos próprios, gerados pelas empresas, da anulação parcial de dotações orçamentárias e de repasse da União sob a forma de participação no capital de empresas estatais.

Portanto, Sr. Presidente, a Oposição colabora, não está obstruindo os trabalhos, está possibilitando a votação de matérias dessa natureza. Havia a hipótese até de uma obstrução, se hoje não andasse a CPI das ONGs. Ela foi destravada, pelo menos parcialmente andou, caminhou.

Aprovou alguns requerimentos de importância para o aprofundamento das investigações. Se não ocorresse isso, provavelmente estaríamos obstruindo numa postura de, obviamente, protesto em relação à desmoralização, que se pretendia, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito de grande importância, o que significaria a desmoralização da instituição Senado Federal.

Não estamos obstruindo, mas votaremos contra. Votamos contra no que diz respeito, sobretudo, à preliminar. Não há como admitir urgência e relevância em matéria dessa natureza. É uma afronta à Constituição, e continuamos insistindo que não há ninguém mais responsável pela preservação da Constituição do País do que o Congresso Nacional, que a elaborou por meio da Assembléia Nacional Constituinte, em 1988. Trata-se de maltratar a própria filha. A Constituição Cidadã, como dizia Ulysses Guimarães, é a filha cidadã do Poder Legislativo, e permitimos o açoite constante pela afronta reiterada praticada pelo Poder Executivo com o aval do Poder Legislativo, o que é lastimável.

É por essa razão, Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, que entendemos ser da maior importância essa ação que V. Ex^a lidera para alterar as normas que dizem respeito à apreciação de medidas provisórias no Congresso Nacional.

Mas o apelo que reitero é sobretudo no que diz respeito à constitucionalidade e à juridicidade dessas medidas, porque, repito, se colocarmos realmente como premissa atender aos pressupostos básicos que são constitucionais, arquivaremos de 80% a 85% das medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo.

Essa é nossa posição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, para discutir a matéria, ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco, recebemos a visita ilustre de atores do teatro nacional, e o que estamos fazendo aqui hoje é um teatro. A diferença, Sr. Presidente Garibaldi Alves – e digo isso com muita tristeza –, é que eles são artistas. Quando eles vão para o palco encenar uma peça, os espectadores sabem que é ficção. Vivem aquele momento, mas sabem que é ficção. Estamos encenando uma peça de ficção, fingindo, mas o povo pensa que é verdade, que é sério isto aqui, que são legisladores da República Federativa do Brasil cumprindo seu papel de legislar. Nós não legislamos coisa nenhuma! O que está acontecendo hoje – e isso se repete toda semana – é de mentirinha. E não estou atacando o atual Governo, não! Todos os outros fizeram isso, e fomos complacentes sempre com esse teatrinho mambembe.

O Senado não pode votar nada hoje, está trancado. Não podemos votar nenhuma medida importante, porque a pauta está trancada. Está trancada por quê? O que obstrui o Senado? É uma medida provisória que abre um crédito extraordinário. E é curioso, é espantoso como ninguém levantou isto – nem V. Ex^a, Senador José Agripino: crédito extraordinário, segundo a Constituição, só há emergencialmente, em três hipóteses, e a primeira delas é a guerra. O Brasil está em guerra? Será com a Bolívia, do Evo Morales, ou com a Venezuela, do Hugo Chávez? Ainda não. A segunda hipótese é comoção intestina. O Brasil está em guerra civil? Na periferia do Rio de Janeiro e de São Paulo, talvez, mas a Nação não está conflagrada. Não há guerra civil, comoção intestina. Qual é a terceira hipótese? Calamidade pública. Qual é a calamidade pública existente no Brasil? Fora isso, não pode haver crédito extraordinário, Senador Romeu Tuma.

E como é? Fingimos que não estamos vendo isso? A Constituição é rasgada impunemente. A Constituição, que juramos defender, não a defendemos. Nós a rasgamos todas as semanas. Isso é mentira, não podemos abrir crédito extraordinário, porque o País não está em guerra civil, nem em guerra com outra nação, nem há calamidade pública. Isto aqui é uma afronta à Constituição. A Constituição brasileira é um papelucho; não existe para nós!

Vou abster-me, Sr. Presidente. Não vou participar dessa farsa. Isso é uma farsa!

Meu Partido está liberado. Nunca mais vou votar aqui crédito extraordinário nem medida provisória que

não sejam urgentes. Sinto-me simplesmente ridículo. Não agüento mais participar dessa grande farsa.

O Congresso Nacional é um dos Poderes da República e é feito para legislar, mas não legisla coisíssima nenhuma! O Congresso está emasculado.

Sr. Presidente Garibaldi Alves, reporto-me ao seu discurso, no início da sessão legislativa. Não compactue também com essa farsa. Faça o que for possível. Se não for possível mudar isso, é melhor irmos embora. Nem sei se agüento ir até o fim do meu mandato, não sei, Senador Osmar Dias. Fingir que sou legislador? Fingir que sou membro de um Poder e não ser? Não agüento mais isso, não. Aliás, não vou nem me abster; eu vou é embora, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, inscreva-me, por favor, para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito, Senador Mário Couto.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE) – Também gostaria de discutir, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA) – Também quero me inscrever para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Estão inscritos também os Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Júnior.

Vamos conceder a palavra, pela ordem de inscrição, para discutir a matéria, ao Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dizer ao Senador Jefferson Péres: V. Ex^a disse que vai embora, mas peço que, como Líder do meu Partido, espere meu pronunciamento, que vou dar uma razão muito forte para que eu também vá embora e vote contra todas as medidas provisórias que aparecerem do Governo, enquanto o Governo não me der uma explicação.

Estou vendo lá o Senador Tião Viana, que sabe o quanto tenho sido ponderado, o quanto tenho sofrido, às vezes, votando em matérias do Governo, como fizemos, por exemplo, na questão da CPMF, e, até hoje, as pessoas me cobram por isso.

Mas o Senador Jefferson Péres errou ao dizer que estamos vivendo um teatro. Não é teatro, não; é circo mesmo. É uma vergonha o que vou denunciar, mais uma vez, desta tribuna.

Senador-Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, o Senador Tasso Jereissati foi o primeiro Senador a me apoiar, naquela oportunidade, juntamente com V. Ex^a, quando denunciei que o Governo tinha copiado um projeto meu da Lei de Estágio e colocado esse projeto para votar em regime de urgência. O meu projeto era de 2003, estava aprovado e poderia ter sido

votado aqui e na Câmara muito antes de o Governo ter inventado copiá-lo. Pois bem, aquele projeto, Senador Tasso Jereissati, que entrou aqui em regime de urgência e que o Governo havia copiado – e cobrei, V. Ex^a me ajudou, os outros Senadores me ajudaram, para que voltasse a ser de minha autoria – está na Câmara dos Deputados. Sofreu alterações, foi para a Câmara dos Deputados, lá está e não foi votado, ou seja, a urgência que o Governo tinha de votar aquele projeto aqui deixou de existir. O projeto está na Câmara dos Deputados, e ninguém dá bola mais para a Lei de Estágio. Está lá parado. Fomos enganados, porque, aqui, o Líder do Governo, Senador Romero Jucá, e a Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, disseram-me: “É compromisso do Governo votá-lo aqui e na Câmara dos Deputados o mais rapidamente possível; esse projeto vai ser homologado neste ano”. Já está terminando o mês de fevereiro, e o projeto não foi votado.

Agora, vou fazer outra denúncia. Peço a atenção dos Senadores, para ver se podemos continuar assim. O Senador Jefferson Péres disse que não podemos legislar por que o Governo Federal não deixa; o Governo manda uma medida provisória que não tem urgência, que não tem relevância, que não tem nada e diz que é urgente, e vamos votando. Não é somente crédito mais, pois vou votar contra todas as medidas provisórias enquanto o Governo não me explicar essa cara-de-pau de alguns de seus integrantes que copiam projetos que Senadores fazem e os colocam depois para serem votados aqui como se fossem de iniciativa do Executivo.

Vou dizer claramente. O Executivo, em 2001 – portanto, o Governo anterior –, tomou a iniciativa de estabelecer regras para o tempo de direção do caminhoneiro. Esse projeto foi por mim relatado aqui, no Senado Federal, em 2001, Senador Tasso Jereissati. O projeto era do Governo Fernando Henrique Cardoso, e fui o Relator. Não gostei do projeto e apresentei um substitutivo. Esse substitutivo foi aprovado em 2001, de acordo com o Governo da época, que concordou e colocou a maioria para votar no meu substitutivo. Hoje sou surpreendido por uma proposta do Ministro da Justiça, Tarso Genro, que faz uma consulta pública para apresentar ao Congresso um projeto de lei tratando do tempo de direção.

Peço a atenção, porque vou ler exatamente o que diz o meu projeto e o que diz o projeto do Ministro Tarso Genro. O art. 1º do meu projeto diz: “Fica vedado...”.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Já terminou meu tempo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pelo contrário, acionei a campanha, a fim de pedir atenção para o que V. Ex^a vai ler.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – É interessante.

Meu projeto diz:

Fica vedado ao motorista de caminhão e ônibus, trafegando em rodovias, dirigir ininterruptamente por mais de quatro horas, devendo descansar pelo menos 30 minutos de forma contínua ou de modo descontínuo, ao longo de quatro horas dirigidas, exceto se iniciar o período de repouso previsto no § 2º.

O art. 1º do projeto do Ministro Tarso Genro não mudou nenhuma vírgula. É o mesmo. Assim é com o § 1º, com o § 2º e com o art. 2º, ou seja, o projeto que o Ministro Tarso Genro está propondo é o mesmo projeto que apresentei em 2001, que o Senado votou, que está na Câmara dos Deputados e que não é votado.

Se o Ministro Tarso Genro foi enganado pelos seus assessores, S. Ex^a tem até meu entendimento, minha compreensão. Acho que o foi, porque não é possível uma pirataria legislativa desse tamanho. Isto aqui é uma vergonha absoluta, Senador Tião Viana!

A gente trabalha. Fiz audiências públicas com os caminhoneiros do País inteiro, viajei por este País reunindo os caminhoneiros e as entidades de classe que os representam, trabalhei para construir um projeto que fosse do agrado do Governo da época, dos caminhoneiros e do Senado Federal. Foi aprovado por unanimidade o projeto substitutivo que apresentei. Agora, o Governo copia exatamente o mesmo texto, as mesmas vírgulas, os mesmos parágrafos, os mesmos artigos. Do que posso chamar isso? Isso é ser cara-de-pau demais! Isso é não ter vergonha, Sr. Presidente. Isso é não ter vergonha na cara! E não acho que o Ministro da Justiça seja assim. Por isso, penso que seus assessores roubaram meu projeto mais uma vez. Não é a primeira vez, pois roubaram meu projeto de primeiro emprego: copiaram-no, de forma igual, e ele foi aprovado. Roubaram meu projeto de estágio – diziam que era urgente. Aprovado aqui, foi à Câmara dos Deputados, onde está até hoje. Outra vez, não!

Então, Senador Jefferson Péres, não só vou embora do plenário, hoje, como também não voto mais medida provisória alguma, porque já vi que essa é uma enganação com o Senado Federal. Estão enganando os Senadores! E, se os Senadores quiserem realmente ser legisladores e se quiserem fazer jus ao discurso que fazem aqui, de que não aceitam mais medidas provisórias, que sejam, agora, solidários a essa causa, para defender que, quando um projeto de

um Senador é copiado pelo Executivo, votemos contra esse projeto aqui, exigindo que o Governo Federal respeite a iniciativa parlamentar, respeite o trabalho do parlamentar!

Sr. Presidente, é, mais uma vez, vergonhoso que eu tenha de vir à tribuna denunciar que o Governo Federal está roubando uma idéia e apresentando para votação no Senado Federal um projeto já aprovado nesta Casa. Vai ser apresentado na Câmara dos Deputados, porque aqui o projeto já passou.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Flexa Ribeiro, vou conceder-lhe o aparte, mas quero concluir, dizendo algo a respeito dessa atitude do Governo, que me desagrada muito.

Apóio as iniciativas do Governo, voto, às vezes sou cobrado por companheiros, às vezes sou cobrado no meu Estado, mas não dá. Quando chega a esse ponto, a gente desanima. Trabalhei muito para construir esse projeto, que está parado desde 2001. Vão copiar o projeto agora? Não vou aceitar isso!

Então, não voto mais a favor de medida provisória enquanto o Governo não retirar essa porcaria desta cópia e respeitar o trabalho que realizei durante sete anos para que esse projeto fosse aprovado.

Senador Flexa Ribeiro, tem V. Ex^a o aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Osmar Dias, quero solidarizar-me com V. Ex^a. Essa é uma prática que desrespeita o Parlamento brasileiro. Vários projetos seus, e V. Ex^a tem informado aqui, têm sido copiados pelo Governo. A autoria foi assumida como sendo do Executivo, quando, na realidade, a autoria foi de V. Ex^a. No meu caso, aconteceu o mesmo. Um projeto meu e do Senador Cristovam Buarque foi aprovado no Senado Federal. Esse projeto cria a obrigatoriedade do atendimento médico-odontológico nas escolas públicas, com recursos do Sistema Único de Saúde (SUS). O projeto é de minha autoria e foi acrescido de alguns itens do Senador Cristovam Buarque. O projeto está aprovado no Senado, e o Governo aparece agora apresentando como proposta sua o atendimento médico-odontológico nas escolas públicas. Não é possível um negócio desses! Senador Cristovam Buarque, o Senador Osmar Dias tem toda razão de expor aqui sua “indignidade” com relação à usurpação por parte do Governo, do Executivo, assumindo...

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – É indignação, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – A indignação do Senador Osmar Dias tem toda razão de ser, porque estão sendo tiradas de sua autoria ações que

beneficiam a população brasileira e que o Governo quer assumir. O Governo quer aparecer como pai e mãe de todas as coisas feitas no Brasil. Parabéns!

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Senador Flexa Ribeiro, a indignidade é de quem copiou meu projeto. Eu expus aqui minha indignação.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Isso. Está feita a correção: a indignidade é de quem copiou; a indignação é de V. Ex^a.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Está certo, Senador. Muito obrigado pelo aparte.

Acredito firmemente que o Ministro Tarso Genro não é o autor dessa barbaridade. Considero o Ministro Tarso Genro um homem sério, que respeita o Legislativo, porque já foi também legislador. Mas, como Ministro, tem de saber que seus assessores estão, talvez para fazer média e agradá-lo, copiando projeto dos Senadores. Se eles não têm criatividade para apresentar seus projetos, o Ministro tem de chamar a atenção desses seus assessores e pedir que corrijam essa falta grave de caráter, que é copiar aquilo que estão fazendo no Senado Federal.

Espero que o Governo tenha a compreensão de que, dessa forma, vai perdendo, cada vez mais, apoio aqui no Senado Federal. O meu, para votar medida provisória, já perdeu. Vou votar contra todas as medidas provisórias enquanto não me for dada satisfação que eu entenda, compreenda e aceite. Do jeito que está, não voto mais medida provisória, Sr. Presidente!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pela ordem. Peço apenas que me inscrevam para a discussão da medida provisória, pois quero manifestar a minha posição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Iria conceder a palavra agora ao Senador Tião Viana, mas como S. Ex^a é o relator, vou deixá-lo para o final.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

O SR. TASSO JEREISSATI – (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, pela ordem. Acho importante chamar a atenção para o que está acontecendo, para esse protesto feito pelo Senador Osmar Dias – não é a primeira vez que acontece, É uma afronta ao Senado e aos Senadores e não é a primeira vez que está acontecendo isso.

Por outro lado, estamos votando créditos por meio de medida provisória no mês de fevereiro, segundo mês do Orçamento, o que é, evidentemente, inconstitucional. Esta Casa coloca-se mais uma vez em situação de subserviência, desprestígio e desmoralização.

Ouvi com muito entusiasmo o discurso de posse de V. Ex^a, meu amigo e, mais do que isso, pessoa

por quem tenho enorme admiração. Essa admiração cresceu com o discurso de V. Ex^a quando tomou posse. Lembro-me até de expressão usada por V. Ex^a para dizer que esta Casa estava se tornando uma Casa de despejo do Executivo.

Isso está acontecendo hoje, aqui e agora, com a desmoralização evidente de um Senador que tem um projeto copiado – a nossa iniciativa legislativa, portanto, é levada na troça – e com a proposição de crédito suplementar via medida provisória, procedimento cuja inconstitucionalidade foi várias vezes levantada por esta Casa, mas que passa na marra. Isso não pode acontecer.

Vi aqui a indignação do Senador Jefferson Péres e também a de outros Senadores.

Sr. Presidente, com todo apreço: acho que está na hora de V. Ex^a agir. Eu até pediria a suspensão desta sessão para que possamos avaliar a matéria. O que não podemos é votar algo que é evidentemente inconstitucional na marra e ficarmos aqui quietos, absolutamente calados, de cabeça baixa, humilhados. Não dá. Não é esse o Senado que V. Ex^a defendeu quando assumiu com um discurso brilhante e histórico para esta Casa.

Peço a V. Ex^a, como Presidente defensor desta Casa, que tome uma atitude agora para que isso não aconteça.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tasso Jereissati, há um orador na tribuna. Após o pronunciamento do Senador Mão Santa, porém, vou suspender a sessão por vinte minutos para que possamos discutir o encaminhamento dessa matéria.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Convido sobretudo as Lideranças para a reunião que será realizada em nosso salão de recepção.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, gostaria de dizer, ainda antes da manifestação do Senador Mão Santa, que entendo perfeitamente a justa indignação e o desconforto de alguns Senadores com a matéria que estamos votando hoje, com a decisão que estamos tomando hoje.

No entanto, ela é o retrato de uma série histórica desta Casa. Não podemos nos dizer surpresos emocionalmente diante dessa matéria – não é o caso do Senador Tasso Jereissati, que fez uma ponderação sobre um ponto que vem ocorrendo há muitos anos. Não tenho como deixar de trazer ao Plenário a lembrança histórica de que esta Casa votou 365 medidas provisórias nos últimos quatro anos do governo anterior

e 315 nos últimos quatro anos deste governo. Essa é uma realidade da Casa – e, desse teor, centenas, Presidente, centenas. Então, não há nenhuma novidade no que estamos votando hoje. A Câmara dos Deputados votou essa medida provisória e a aprovou com as mesmas contradições, com as mesmas críticas e com as mesmas preocupações.

Eu, no dia de hoje, estou apresentando uma sugestão que vai exatamente ao encontro da preocupação do Senador Tasso Jereissati. Segundo essa sugestão, essas matérias só poderão vir aqui... V. Ex^a disse que temos até às 18h de hoje para mandar sugestões para o Presidente Chinaglia, e estou com a minha pronta, juntamente com a da Senadora Ideli. Essas matérias não podem mais vir para o Senado Federal, elas só podem vir sob a forma de decreto, cumprindo os preceitos constitucionais claros e garantindo que a Casa reconheça, por decreto legislativo, a pertinência do decreto presidencial. Com a aprovação dessa medida, nós daríamos um fim nisso.

Defendo o livre exercício da indignação, devemos ponderar segundo a forma e o mérito que entendermos corretos. Que o voto contra se estabeleça, que a crítica seja feita – não posso tirar o mérito de nenhuma palavra do Senador Tasso Jereissati –, mas reitero que não é uma novidade o que está acontecendo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas ao orador, mas, como o Senador Tasso Jereissati foi citado na réplica do Senador Tião Viana, concederei a palavra a S. Ex^a para que responda a essa réplica.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Senador Tião Viana, hoje eu estou triste porque estou tendo de refutar o que foi dito por pessoas de que gosto muito. Eu não estou numa disputa para ver quem está cometendo mais ilegalidade. A minha intenção é levantar esta Casa e colocá-la no lugar de respeito e dignidade que a Constituição nos designou, lugar em que a população brasileira espera que todos nós nos coloquemos.

Conheço V. Ex^a muito bem e sei de sua seriedade. Não lhe vou fazer uma pergunta para não lhe colocar em situação de constrangimento – a pergunta que eu queria fazer é se V. Ex^a tem convicção de que é constitucional aprovar crédito suplementar via medida provisória. Eu não vou lhe fazer essa pergunta para não lhe deixar constrangido.

Eu acho que precisamos tomar uma decisão. Se temos consciência de que nós estamos fazendo uma coisa que não é correta do ponto de vista constitucional, algo que, do ponto de vista do Poder Legislativo, não é correto e não é adequado ao papel que nós de-

vemos desempenhar, devemos agir de maneira condizente com isso.

Eu acho que o Presidente desta Casa tem de tomar uma atitude. O Senador Garibaldi Alves, quando assumiu, fez um discurso no qual disse que nós devemos aproveitar este momento histórico para fazer isso em nome não só da nossa Casa, do Senado Federal, mas em nossos nomes mesmo, Senadores que precisamos do respeito da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Mão Santa, que já está na tribuna.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Senador Garibaldi Alves, nosso querido Presidente, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação.

Jarbas Vasconcelos, uma vez eu li um livro chamado **Mistificação das Massas pela Propaganda Política**, de autoria de Serge Tchakhotine e traduzido por Miguel Arraes de Pernambuco. Senadores Tasso Jereissati e Tião Viana, o que mais me impressionou no livro foi algo que o autor disse sobre a política. Senador Paulo Duque, o autor disse que, em política, o ridículo mata.

Senador José Agripino, eu estou com medo de que todos nós morramos, porque nós, hoje, estamos ridículos. Isto é ridículo. Ô Eliseu Resende, Serge Tchakhotine disse que o ridículo mata, e isto aqui é ridículo.

Todos nós nos lembramos dos mandamentos constitucionais, e muitos dos senhores têm mais obrigação de lembrar porque foram Constituintes, muitos aqui presentes assinaram a Constituição. Ô Dornelles, refiro-me à Constituição sonhada por Tancredo Neves, de quem V. Ex^a é legítimo herdeiro. Eu, como o povo do Brasil, lá no meu Piauí, assisti ao discurso de Ulysses. Ele beijou esta Constituição cidadã, Garibaldi, e disse: "Desobedecer a Constituição é rasgar a Bandeira brasileira." Palavras de Ulysses. Eu já vi isso muitas vezes e nunca deu certo no mundo.

Senador Garibaldi, atentai bem. Esta Constituição tem 250 artigos. Todos os Constituintes, notáveis brasileiros, inspirados por civismo, fizeram 250 artigos! Mas olhem, estamos na Medida Provisória nº 395. As medidas provisórias já engoliram a Constituição. Isso é um deboche! Bem aí, nos Estados Unidos, só para relembrar, Abraham Lincoln disse: "Caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no Direito". Tem 90 artigos e umas 20 emendas. Duzentos anos! Aqui nós vamos para o ridículo. Trezentos e noventa e cinco! Voltaria ao Ulysses. Isso aqui não é por faz de conta. Não vamos ser... Ulysses a beijou, Garibaldi! Isso aqui

é com o mesmo entusiasmo com que Moisés pegou as Leis de Deus para melhorar o mundo. São as leis, as cartas da lei. Essa é a verdade. O que diz aqui? Art. 167... Art. 165 do Orçamento. São vedados... Parágrafo terceiro: "Abertura de crédito extraordinário somente será admitido para atender às despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidades públicas, observado o art. 62." Vamos ao art. 62. É a medida provisória, relevância e urgência.

Ô Tião Viana, V. Ex^a não foi prefeito e eu fui. Eu governei o Piauí, o Tasso é o campeão de Governo, três vezes. Olha, atentai bem, como estamos ridículos: não deixavam nem a Câmara Municipal de Parnaíba. Ele está certo.

Crédito extraordinário? Fevereiro? Isso é ridículo! Falta de planejamento. Dizem que tem até um planejamento agora, extraordinário. Fevereiro? Mas não é não, o erro é nosso. Eles mandaram, aí vamos... Os ridículos, os fracos somos nós! Eles mandaram isso em 05/11/07. Então, nessa época, devíamos ter tresnoitado e analisado, mas isso para o País fica ridículo.

As câmaras municipais, as cidades, o Congresso, isso tudo já foi gasto, já foi entregue, muito foi roubado, muito está nos cartões corporativos, muito está nos mensalões, muito desse dinheiro está por aí, e essa é a verdade. Está nas nomeações indevidas de 25 mil aloprados que entraram pela porta larga deste Governo. Essa é a verdade, e isso nós não podemos cair no ridículo.

Eu não sei, ô Tião Viana, o Apóstolo Paulo, guerreiro, dizia, esse negócio de "ah, fez?"... Essa sua argumentação, com todo respeito a V. Ex^a, a seu irmão, que está dirigindo, com muita competência, a Helibras, mas esse negócio de dizer era feito é um costume do passado, eu fico com o Apóstolo Paulo, que, em todas as ações, ele dizia: isto eu faço agora.

E o que faço agora é dizer que, em nome do Piauí, em nome da vergonha, em nome da decência, somos contra essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou suspender a sessão, por vinte minutos, por solicitação do Senador...

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Estou inscrito para discutir.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Suspenderei a sessão por vinte minutos, o que significa que, depois dos vinte minutos de discussão da denúncia feita pelo Senador Osmar Dias e da ponderação feita pelo Senador Tasso Jereissati, vamos

retomá-la, e manter as inscrições. É apenas uma suspensão. Não estou encerrando a sessão.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação.

Quanto à medida provisória em discussão, há alguns oradores inclusive falando da sua legalidade. Penso que suspender a sessão de discussão dessa medida por 20 ou 30 minutos não ajuda na discussão com os elementos da politização, mas também com os elementos da racionalidade. Não estamos inventando. Esta Casa não está votando nada diferente do que votou nesses últimos anos.

Quero chamar a atenção para o fato de termos aberto esta legislatura com um discurso em que V. Ex^a trata o complicador das medidas provisórias. Elogio V. Ex^a por isso. Os dois Presidentes, V. Ex^a e o Presidente da Câmara, estão buscando um entendimento para tratar a medida provisória, do ponto de vista legal e político. Ou seja, estamos tratando, o Senado está tratando, a partir da iniciativa de V. Ex^a. Então, penso que suspender a discussão de uma medida provisória que está tratando de políticas públicas de vários Ministérios não ajuda.

Sr. Presidente, essa é a minha ponderação. Quero elogiar a postura de V. Ex^a e do Presidente da Câmara, que estão tratando esse ponto – a medida provisória – que é de indignação dos Parlamentares, de um conjunto significativo da Casa. Pondero que precisamos debater o mérito da medida provisória em discussão neste momento.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador João Pedro, entendi sua colocação como questão de ordem, apesar de V. Ex^a não ter se baseado em nenhum artigo do Regimento. Mas quero responder a V. Ex^a que está nas atribuições do Presidente suspender a sessão a qualquer momento.

Eu não estou suspendendo a discussão. Eu estou suspendendo a sessão por vinte minutos – após esses vinte minutos, ela vai continuar – porque considere grave sobretudo a denúncia do Senador Osmar Dias. Então, respondendo a V. Ex^a, peço a compreensão do Senador João Pedro e concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Estou com a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É para uma questão de ordem?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Para uma questão de ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é para uma questão de ordem tendo em vista que fizemos reunião de Líderes ontem e combinamos que, completado o terceiro dia da tramitação das medidas provisórias, que é o dia de hoje, realizaríamos a votação das matérias. É óbvio que não há o compromisso de votar a favor ou contra. É votação.

Essa medida provisória, para que não paire qualquer dúvida, é a abertura de um crédito extraordinário relacionado a recursos de setembro do ano passado. Portanto, não são recursos, créditos extraordinários, para este ano. Até porque este ano temos uma dificuldade que, talvez, se não dermos conta de votar o Orçamento, talvez tenhamos de vir...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Ideli Salvatti, peço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão de V. Ex^a. V. Ex^a está inscrita. Não estou encerrando a discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sei disso.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a terá oportunidade...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Não quero debater. Quero fazer um encaminhamento, mas preciso dar toda uma seqüência ao meu raciocínio, se V. Ex^a permitir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com este debate, vamos esgotar ou – permita-me – gastar mais tempo do que estou dando para a suspensão da sessão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas talvez não seja nem necessário suspender a sessão. É exatamente por isso que, se V. Ex^a me permitir, gostaria de concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Mas eu já decidi suspender, Senadora Ideli Salvatti.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – E não há possibilidade de debate com o Presidente nessas questões. V. Ex^a me permita, mas V. Ex^a está inscrita. Nós teremos, dentro de vinte minutos exatamente, a retomada da discussão.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Então, informe-me, Sr. Presidente, o objetivo da suspensão da sessão, só para eu entender.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com o objetivo...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...de ouvir a denúncia em maiores detalhes do Senador Osmar Dias – S. Ex^a disse que houve pirataria ou que copiaram o projeto dele – e a sugestão do Senador Tasso Jereissati com relação a esse abuso de medidas provisórias.

Mas tenho de dizer a V. Ex^{as} que o processo de encaminhamento para a votação de um projeto que venha transformar esse encaminhamento de medidas provisórias está se processando na Câmara dos Deputados, não tenhamos dúvida.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Exatamente, Sr. Presidente. Por isso, é que, assim, no que vai...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...re-sultar esse vinte minutos...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – A discussão continua, Sr. Presidente?

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – ...para a gente cuidar de uma denúncia que não incide na questão do que nós estamos deliberando. E a questão da continuação da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está suspensa a sessão por vinte minutos.

(A sessão é suspensa às 17 horas e 42 minutos e é reaberta às 18 horas e 23 minutos.)

(Continua suspensa a sessão.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sr^{as} e Srs. Senadores, está reaberta a sessão.

Antes de continuar a discussão, manifesto meus agradecimentos aos Srs. Líderes partidários que acabaram de discutir, sob a minha presidência e coordenação, providências visando evitar o que aconteceu com relação ao projeto do Senador Osmar Dias. Ao mesmo tempo, serão tomadas as providências competentes no sentido de fazer com que se torne claro que há uma inconstitucionalidade com relação à votação de projetos de abertura de créditos através de medidas provisórias.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos vendo pelo menos três problemas graves a

colocar obstáculos para o andamento normal, natural desta sessão.

Em primeiro lugar, e já aqui prestando a mais clara solidariedade ao Senador Osmar Dias por parte do PSDB, é a repetição de um fato deplorável, lamentável, que era prática na ditadura militar e que, infelizmente, se repete em plena era de democracia brasileira. O Parlamentar apresenta um projeto, o Governo considera que o projeto é bom, não deixa tramitar livremente o projeto do Parlamentar e, depois, suga aquelas idéias. E agora, com requintes de plágio, *ipsis litteris*, todas as letras, as vírgulas, as interrogações e exclamações postas pelo Senador Osmar Dias foram copiadas por assessores do Governo, em matéria momentosa, ligada à segurança de motoristas, de passageiros e cargas. Essa é uma razão que nos leva à solidariedade ao Senador Osmar Dias.

E remeto ao segundo problema, à segunda questão, Sr. Presidente: a inconstitucionalidade de medida provisória para abertura de créditos extraordinários é flagrante. Isso tudo, além de aviltar a posição do Congresso Nacional, porque terminam desmoralizando a peça orçamentária que o Congresso elaborou e elabora, na sua maior parte e na sua maior força, sob a própria orientação do Governo. Essa é a realidade. Depois, na execução, o Congresso é atropelado outra vez.

Tenho sobre essa questão uma proposta muito clara: ou a Base do Governo derruba conosco essa proposta, ou nós, do PSDB, e tenho certeza de que do DEM, nós da Oposição, entraremos em obstrução para que a matéria não seja votada no dia de hoje e que só seja votada quando se exaurirem as nossas forças obstrucionistas.

O terceiro obstáculo, Sr. Presidente, é muito grave, extremamente grave. É o acordo feito aqui ontem, no Senado, envolvendo Deputados e Senadores para a retirada de um anexo que julgamos imoral, indecoroso, ilegal, de R\$570 milhões na Comissão de Orçamento. Algo que coloca sob suspeição aquela Comissão, a ponto de aqui eu reiterar a convicção do Senador Sérgio Guerra de que temos que marchar, sim, para o fim da Comissão Mista de Orçamento, para que as comissões temáticas cuidem dos temas. E, ao final, como aconteceu na Constituinte, uma comissão de sistematização organize o afunilamento do processo para aprovarmos a peça orçamentária de maneira muito mais moderna e sob o foco da imprensa, sob o foco da opinião pública.

Ainda agora dizia o Senador Heráclito Fortes que não há perigo de não sair um escândalo do Orçamento que está sendo votado naquela Comissão. E esse anexo é um escândalo, merece atenção da imprensa, porque está ali toda a cara da negociata, está

ali toda a cara da trampolinagem política, nessa peça orçamentária. Outra razão que nos leva, com clareza, à obstrução.

Ou esse anexo cai, ou nós não consentiremos com votação nenhuma, votação qualquer nesta Casa. Ou se derruba o anexo e se restabelece parte da moralidade perdida já naquela Comissão, ou não votaremos nada aqui.

Portanto, temos duas razões de votação para declarar a obstrução que o PSDB começa a fazer neste momento. E temos outra razão, e também por isso estamos em obstrução.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu pedi pela ordem, Senador. Em seguida, V. Ex^a...

A terceira é a outra razão. É o plágio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, eu não concluí minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Em falas pela ordem, não há aparte.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, não concluí a fala. (Pausa.)

Obrigado.

E a outra razão é a solidariedade muito nítida ao Senador Osmar Dias.

Portanto, o PSDB se declara em obstrução, pede a presença de todos os seus Senadores em Plenário, porque vamos exaustivamente usar a tribuna e os recursos regimentais para impedir toda e qualquer votação na noite de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, já havia solicitado a Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senadora Ideli Salvatti, por favor, apenas um minuto.

Peço desculpas a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, porque, enquanto V. Ex^a falava, eu atendia o telefone. Do outro lado da linha estava, num determinado mo-

mento, o Senador José Maranhão e, depois, a Senadora Roseana Sarney.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Presidente. Não se preocupe, porque sei que V. Ex^a, inteligente como é, devia estar com um ouvido no padre e outro na missa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Obrigado a V. Ex^a.

Senadora Ideli Salvatti, com a palavra.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero deixar consignado, conforme conversamos na Liderança, que a Bancada do PT tem o entendimento de que aquele anexo deve ser absolutamente revisto lá na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Se não for derrubado naquela Comissão, quando o projeto vier ao Plenário, temos o compromisso de buscar derrubá-lo. Esse é um assunto para o qual gostaria que o Senador Arthur Virgílio tivesse um entendimento.

Com relação a plágios de projetos e tal, há duas questões que gostaria de deixar públicas. Primeiro, o Senador Osmar Dias tem um projeto, de 2001, que trata das condições de segurança dos caminhoneiros, dos motoristas nas estradas. O projeto já passou pelo Senado e está na Câmara. Mas o Ministério da Justiça está fazendo uma consulta na Internet para a elaboração de um projeto semelhante. Então, eu me comprometi com o Senador Osmar Dias em alertar, de forma oficial, o Ministério da Justiça: até por economia processual, em vez de se ficar debatendo para enviar tal projeto, que aproveitemos o projeto do Senador Osmar Dias – que já está na Câmara –, para dar celeridade, como já fizemos em outras situações, aqui na Casa.

Com relação a procedimentos de plágio, a Casa tem um Regimento que está em vigor e que tem de ser preservado, observado e colocado sempre em prática. Qual é a questão regimental? A anterioridade. Qualquer projeto que entrar na Casa e que tratar do mesmo assunto de outro que já estiver tramitando a este será apensado, seja de quem for, do Presidente da República ou de qualquer Parlamentar. Então, basta termos o rigor de observar e monitorar. Inclusive, se não diminuir esse tipo de problema, sendo o Regimento observado, teremos tranqüilidade.

Por último, Sr. Presidente, é apenas com relação às medidas provisórias sobre abertura de crédito extraordinário. Obviamente, a Oposição tem todo o direito de questionar. Eles disseram, inclusive, que vão ao Supremo, que vão entrar com uma Adin. Agora, a abertura de crédito extraordinário por medida provisória é uma prática que vem de muito tempo. Já faz muito tempo

que isso acontece, e não apenas no Governo Lula. Já aconteceu no governo que o antecedeu.

E quero testemunhar que, em MPs de abertura de crédito extraordinário, houve relatoria de Senadoras e Senadores da própria Oposição, que já deram pareceres favoráveis, aprovando-as. Portanto, nessa discussão sobre constitucionalidade ou inconstitucionalidade, Senador Garibaldi Alves Filho, não há consenso. Não existe essa discussão de que há inconstitucionalidade, até porque, se houvesse, em situações anteriores, relatorias da própria Oposição não dariam parecer favorável. Nós devemos nos debruçar, com bastante contundência, na modificação da tramitação das MPs.

Então, a meu juízo, devemos nos ater àquela proposta que eu e o Senador Tião Viana apresentamos para a questão dos créditos extraordinários, eliminando a via da medida provisória e encontrando outra solução. Devemos nos esforçar para aperfeiçoar a tramitação das medidas provisórias, para que elas não se avolumem e para que não continuem atrapalhando e obstruindo o trabalho legislativo.

Era isso, Sr. Presidente, que gostaria de deixar consignado, pela Bancada do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aquilo a que estamos assistindo na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização não é aceitável, de maneira alguma. Isso já vem se repetindo, e a Oposição tem denunciado, e somos sempre atropelados nos nossos destaques e nas nossas proposições.

Então, quero aqui, Senador Arthur Virgílio, meu Líder, solicitar a minha exclusão da Comissão de Orçamentos, como suplente, por não concordar com o que acontece naquela Comissão. Já foi colocada aqui pelo Senador Sérgio Guerra a proposta de extinção da Comissão de Orçamento. Acho que deveríamos caminhar nessa linha, Senador Heráclito Fortes.

Então, peço, Senador Arthur Virgílio, a minha exclusão, ainda que como suplente. Por não concordar, repito, nem às reuniões tenho ido. Peço, agora, oficialmente, que o meu Líder me substitua na Comissão de Orçamentos do Congresso Nacional.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Presidente, com a permissão do Senador Tasso Jereissati, apenas desejo dizer que talvez esse seja um caminho a ser adotado por todos do PSDB. Talvez seja um caminho, porque não queremos compactuar com aquilo. Aquilo ali é a crônica do escândalo anunciado. Até me

espanto de tão pouco foco da imprensa naquilo ali. É a crônica do escândalo anunciado, e não queremos compactuar com isso.

Por isso, talvez a sugestão do Senador Flexa Ribeiro deva ser obedecida por todos os membros titulares e suplentes do PSDB, na Câmara e no Senado. É algo para nos reunirmos daqui a pouco e tomarmos uma deliberação.

Fico muito feliz de saber da posição adotada pelo Senador Flexa Ribeiro.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como membro da Comissão de Orçamento, coloco-me à disposição da minha Liderança para não participar mais daquela Comissão, seguindo a orientação do Partido.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra, pela ordem, ao Senador Tasso Jereissati e, em seguida, ao Senador José Agripino.

O Senador Heráclito Fortes desistiu de usar da palavra? (Pausa.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Então, V. Ex^a está inscrito. Não é agora. V. Ex^a está inscrito. Desculpe-me.

Com a palavra, o Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente Garibaldi, primeiramente, gostaria de parabenizá-lo pela atitude, que não é só simbólica, mas que, simbolicamente, teve um aspecto bastante relevante e que, com certeza, terá resultados concretos.

Queria colocar dois pontos sobre a questão que discutimos, ou seja, a da inconstitucionalidade.

A Senadora Líder do PT apresentou sua posição de que não é algo inconstitucional ou o argumento de que, se é inconstitucional, os outros faziam etc. Eu havia parabenizado V. Ex^a pelo seu discurso de posse, no qual disse que tomaria todas as providências no sentido de valorizar esta Casa e de lhe dar o seu lugar histórico. Portanto, é absolutamente inaceitável a idéia de que, se era errado, inconstitucional e se fazia antes, devemos continuar fazendo. Não se trata de campeonato de quem erra mais ou de quem é mais ilegal. Estamos tratando do futuro desta Casa, e V. Ex^a o está fazendo com grande dignidade.

Queria apenas deixar bem claro a todos os Senadores o artigo da Constituição que define claramen-

te a inconstitucionalidade da abertura de crédito por meio de medida provisória. Peço permissão a V. Ex^a para lê-lo. O art. 162 dispõe que isso é vedado, proibido, exceto quanto ao que está previsto no art. 167, inciso XI, § 3º.

Lerei o § 3º do inciso XI do art. 167, com muita clareza.

Art. 167.
[...]

§ 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes [imprevisíveis e urgentes, repito, que estão definidas], como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública [ou grave perturbação da ordem financeira – *crack* da bolsa, quebra sistêmica de bancos etc].

Portanto, não existe a menor margem para qualquer tipo de interpretação que não seja o que está escrito no artigo da Constituição.

Se os outros faziam, os outros estavam errados. Se nós fazíamos, nós estávamos errados. E V. Ex^a age com a maior dignidade, fazendo com que esta Casa volte a respeitar a Constituição e fazendo com que ela seja respeitada não só pelo Executivo, mas também pelo povo brasileiro.

Fazendo um adendo ao que colocou o Senador Arthur Virgílio e ao que colocaram aqui outros Senadores: Sr. Presidente, se continuar como estão andando as coisas na Comissão de Orçamento, vai estourar um grande escândalo naquela Comissão, mais cedo ou mais tarde.

Eu queria aqui também me somar aos outros Senadores – apesar de não pertencer à Comissão – e pedir aos senhores da imprensa que estão aqui que, quando esse escândalo estourar, não digam que foi o Congresso Nacional, não digam que foi o Senado Federal, não digam que são os Parlamentares e os Senadores, de uma maneira geral, que não prestam.

Nós estamos avisando, não estamos nos omitindo, estamos fazendo o possível e o impossível, dentro das nossas forças, para impedir que aconteça. Se isso vier a acontecer, nós estamos fora disso e não estamos participando disso. Os responsáveis são todos aqueles que participaram e que ficaram omissos – a turma do anexo – diante de tudo o que está acontecendo hoje, na cara de todos nós, na Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Quero que fique registrado nos Anais desta Casa. Quero que os senhores da imprensa, por favor, anatem, para que depois não acusem o Congresso de uma maneira geral.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só quero confirmar minha inscrição para discutir a matéria. Já me inscrevi há tempo. Só quero confirmá-la. Espero.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador, V. Ex^a está inscrito para discutir a matéria, mas não estamos dando a palavra para discutir ainda; estamos dando a palavra pela ordem.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Quero garantir a minha inscrição.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, quero pedir minha inscrição também para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou fazer rapidamente três registros.

O primeiro deles: acabamos de vir do Palácio, de uma reunião do PMDB com o Presidente da República, onde foram discutidas, também, as questões da regulamentação das medidas provisórias. Essa é uma questão que permeia o Governo, que preocupa o Governo, que preocupa a Casa. V. Ex^a e o Presidente Arlindo Chinaglia têm feito esforços no sentido de buscar um outro tipo de encaminhamento. Então, creio que estamos indo na direção correta.

Só faço um registro, nessa questão orçamentária muitas vezes a medida provisória termina sendo um instrumento que visa atalhar as dificuldades da própria Comissão de Orçamento. Então, junto com a análise das medidas provisórias, faço um apelo para que se analise também o regimento de tramitação, não só da questão orçamentária mas a tramitação nas duas Casas. Acho que a edição de medidas provisórias tem que ser restrita, mas a tramitação também da Casa, nos assuntos normais, tem que ser mais célere. Mas é uma preocupação do Governo, e nós vamos colaborar no sentido de melhorar o rito e restringir a edição de medidas provisórias.

Segunda questão. A constitucionalidade ou não da medida provisória. Nós temos um momento para definir essa questão, que é exatamente na discussão que antecede o mérito da medida provisória, onde se discutem a constitucionalidade, a urgência e a relevância.

Então, no momento exato, a Oposição poderá dizer que entende que não é constitucional ou que não é relevante e encaminhar o voto contrário. Nós vamos encaminhar o voto a favor. São medidas provisórias importantes. Vamos discutir o mérito no momento apro-

priado, mas entendemos que essa discussão deve vir ao Plenário.

No que diz respeito à questão levantada pelo Senador Osmar Dias, como colocada, já tivemos a oportunidade de nos posicionar aqui: estaremos ao lado do Senador Osmar Dias no sentido de que se respeite, efetivamente, a tramitação de projetos oriundos do Legislativo. Eu acho que o Governo, em vez de mandar um projeto novo, tem é que pedir urgência constitucional, ou nós negociarmos urgência de líderes, para que o projeto do Senador Osmar Dias tramite com mais rapidez.

Essa é a postura da Liderança do Governo.

E quero registrar, finalmente, que nós aprovamos, no ano passado, uma nova regulamentação de funcionamento da Comissão de Orçamento. Se ela não for bastante dura e bastante rígida para atender a todas as questões, vamos mudar novamente para endurecer ainda mais. Nós queremos uma Comissão de Orçamento funcionando bem, com transparência, com responsabilidade, engrandecendo e exercendo o papel do Legislativo, que é exatamente fazer o Orçamento.

Eu espero que cheguemos a ter o Orçamento positivo da forma como nós discutimos aqui no Senado, e a matéria se encontra na Câmara dos Deputados.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria me ater especificamente aos fatos e colaborar com V. Ex^a. Quero colaborar com V. Ex^a. Estamos num momento aqui de indefinições, e acho que o Presidente do Congresso tem de botar ordem nas indefinições que estão postas.

Agora há pouco, no encaminhamento que fiz em nome do meu partido sobre a medida provisória que está sendo apreciada, a abertura de um crédito, repeti o que venho falando há meses, toda vez que encaminho medida provisória que abre crédito extraordinário. Sistemáticamente, coerentemente, há muito tempo, manifesto voto contrário, por entender que não é cabível encaminhar crédito extraordinário por medida provisória, pelas razões que o Senador Tasso Jereissati aqui colocou.

Só vamos ter uma saída. A discussão está posta, vai-se votar. Vamos admitir que se derrube a medida provisória. E daí? Derrubou-se a MP, mas o dinheiro foi gasto, porque essa MP é do ano passado, e não há o que recuperar. Vai-se conviver com a prática do ilícito, porque não se pode, pela Constituição, editar medida

provisória para garantir crédito extraordinário. Mas o Governo insiste em editar uma após a outra, entupindo a pauta com uma medida provisória atrás da outra sobre crédito extraordinário, de assuntos ilegais, em que nós, no máximo, podemos votar contra, como eu venho fazendo; e o votar contra não produz resultados. Vai ter de produzir, Sr. Presidente.

Vamos entrar, nós, Democratas e, com certeza, os tucanos, com uma ação direta de inconstitucionalidade para, num primeiro momento, prevenir o Governo de que não mande, porque isso é ilegal. Vamos tentar derrubar logo na admissibilidade. Mas não é isso que vai resolver. O que vai resolver o problema é a proposta de emenda à Constituição que está em tramitação na Câmara e que trata da tramitação de medidas provisórias. Só vai ter uma saída: o exame da admissibilidade pelas Comissões de Constituição e Justiça, na Câmara e no Senado. Aí o Governo não vai mandar mais medida ilegal, porque ela cai antes de tramitar. Antes de fazer efeito, ela vai cair na CCJ.

Então, o que temos que fazer – e é a solicitação que faço a V. Ex^a, como Presidente da Casa – é continuar as *démarches* que vem fazendo com o Presidente Arlindo Chinaglia para ultimar o processo de votação da proposta de emenda à Constituição sobre tramitação de medida provisória, até para que V. Ex^a, que fez um belo discurso de posse, possa honrar o seu compromisso com a Casa, que é o de evitar a edição de medida provisória inconveniente, desinteressante ou exagerada.

Segundo ponto, Sr. Presidente, a questão do orçamento é outro assunto que exige intervenção de V. Ex^a. Foi feito ontem um acordo no gabinete da Presidência. Passei por lá, onde estavam presentes Líderes, o Relator, o Presidente da Comissão de Orçamento, e foi feito o entendimento de não se votar o anexo, de se colocar o anexo, que é o calcanhar de Aquiles, o pomo da discórdia, à parte das discussões. Votar o corpo do orçamento e separar o anexo.

A informação que temos é de que o anexo estaria em vias de ser aprovado. Eu pediria a V. Ex^a que fizesse um telefonema, alertando o Presidente José Maranhão, o Relator José Pimentel, V. Ex^a mesmo, dizendo: “Olhe, fizemos um acordo, ontem, na presença de líderes. O acordo está sendo quebrado. Usem a autoridade de V. Ex^{as}. Suspendam a votação ou evitem o descumprimento do acordo, senão, no Senado, pára tudo”.

V. Ex^a, como Presidente do Congresso, tem o direito legítimo de fazer a cobrança a eles do compromisso, do acordo que foi feito no gabinete de V. Ex^a.

São as sugestões que dou para que possamos cumprir a nossa tarefa regimental.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador José Agripino, e dou a palavra ao Senador Heráclito Fortes; em seguida, ao Senador Renato Casagrande e, depois, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e quero que minha palavra seja de solidariedade ao Senador Osmar Dias. Já é a segunda vez que o Senador tem um projeto seu aqui clonado impiedosamente pelo Governo. Tive um também, Sr. Presidente, no projeto da Timemania, quando coloquei recursos para as Santas Casas. O Governo retira e devolve como se a autoria fosse dele, num crime, Senador Tasso, inaceitável, partindo do Governo.

Mas quero mesmo, Senador Presidente, dizer que o que revolta esta Casa, nesta tarde, com mais uma medida provisória, é o fato de se notar que o Governo quer desmoralizar o discurso de V. Ex^a. O discurso de posse de V. Ex^a nesta Casa foi contra a banalização da medida provisória, foi pela valorização da medida provisória. E V. Ex^a se reuniu com o Presidente da Câmara, que, no mesmo diapasão, está tentando, de maneira cívica, acabar com essa futilidade em que se transformou uma peça tão importante no estabelecimento normativo brasileiro.

Tivemos, na semana passada, uma medida provisória para transformar um Ministério, que já era Ministério de fato, em Ministério de direito, apenas porque o Ministro não queria receber o salário original do Ministério, por ser menor que o salário que receberá como Deputado licenciado. Envia-se banalmente medida provisória para cá como se manda tapioca na feira, adquirida com cartão corporativo. Não podemos aceitar isso, Sr. Presidente! Agora, essa situação se repete, mandando-se medida provisória para abertura de crédito.

Esta Casa precisa ser respeitada! Esta Casa, Sr. Presidente, não pode se agachar! O discurso de V. Ex^a na abertura dos trabalhos, na presença da Ministra-Chefe da Casa Civil, da Presidente do Supremo Tribunal Federal, para a República, tem que ser ouvido e tem que ter eco. Essa tentativa de desmoralizar, das mais diversas formas, esta Casa tem sido uma constante por esse Governo.

Portanto, Sr. Presidente, a solidariedade desta Casa a V. Ex^a é uma solidariedade natural. Não se curve e não se dobre! O Brasil compreende V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, e concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande; em seguida, ao Senador Marconi Perillo.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para fazer uma correção de um segundo. Tudo o que falei sobre crédito suplementar não é suplementar, mas crédito extraordinário. Faço esta correção: quando me referi a crédito suplementar quis dizer crédito extraordinário. De resto, mantenho integralmente a minha argumentação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vamos proceder à correção solicitada por V. Ex^a.

Senador Renato Casagrande.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Quero fazer, em primeiro lugar, um comentário sobre a polêmica criada com relação ao anexo que está sendo apreciado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Naturalmente, depois das informações que recebemos, também nos posicionamos contra a aprovação daquele anexo apresentado pelo Relator, porque nos pareceu que era uma coletânea de emendas – ou de bancada, ou individuais – que pudessem ser acrescentadas ao Orçamento e que seriam carimbadas para parlamentares. Como existe uma regra efetiva de emendas de bancada e de emendas individuais, nós nos posicionamos contra.

V. Ex^a dialogou com o Presidente da Comissão e com a Líder do Governo no Congresso, Senadora Roseana Sarney. Portanto, estamos na expectativa de que isso se resolva.

A outra questão importante é que considero precipitada a tendência do PSDB em tomar uma decisão – caso tome – de afastamento da Comissão, porque aprovamos uma resolução que está em vigência. Não se podem mais repetir os membros da Comissão. Os membros da Comissão terão de ser trocados; precisaremos de uma nova composição da Comissão a partir do dia 25 de março, para evitar que alguém possa criar raízes naquela Comissão e, com isso, haver qualquer tipo de suspeita sobre a ação de qualquer partido ou de qualquer parlamentar.

Temos de resolver a questão do anexo. Se começarmos a obstruir os trabalhos da Comissão, daqui a pouco, teremos dificuldade de votar o Orçamento.

Acho fundamental que possamos dar a V. Ex^a a condição do diálogo. Do contrário, vamos estabelecer uma disputa entre Senado e Câmara, o que não será bom para o Congresso Nacional.

Quanto à outra questão, Sr. Presidente, com relação às medidas provisórias, votamos os créditos até agora. Concordo plenamente: temos um excesso de

medidas provisórias. V. Ex^a fez o caminho correto. Foi à Câmara e pediu que a Câmara votasse a alteração na regulamentação da tramitação de MPs. Acho que esse é o caminho. E temos de dialogar com o Governo para que, de fato, constatada a inconstitucionalidade, não tenhamos mais esse tipo de proposta de medida provisória de crédito suplementar encaminhada ao Congresso Nacional. Agora, não podemos obstruir o trabalho de votação, porque temos MPs para serem votadas. Quem quiser votar contra, que vote; quem quiser votar a favor, que vote.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – É crédito extraordinário. Só para que V. Ex^a não cometa o mesmo equívoco do Senador José Agripino. É crédito extraordinário.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES) – É crédito extraordinário. Entrei no erro do Senador José Agripino, que já corrigiu o seu erro.

Sr. Presidente, são essas a minhas observações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, pedi a palavra apenas para registrar a minha satisfação em relação à conduta de V. Ex^a como Presidente desta Casa. V. Ex^a tem demonstrado, além do espírito público que já lhe é característico, muita altivez, dignidade e independência. Recentemente, conversamos um pouco em Salvador, e eu já tinha certeza de que V. Ex^a agiria como está agindo, ao conduzir de forma sábia, com pulso firme, os trabalhos desta Casa.

Temos, Sr. Presidente, alguns desafios, e V. Ex^a já sinalizou claramente, desde o discurso de abertura desta Sessão Legislativa, no que diz respeito às medidas provisórias, que têm entupido a nossa pauta, atrapalhando a tramitação dos nossos próprios projetos. E, mais do que isso, tem feito com que a iniciativa parlamentar acabe tendo um desempenho muito menor do que esperávamos.

No ano passado, a aprovação, aqui, de projetos de iniciativa dos próprios Senadores foi limitadíssima, com pouco mais de 1%. As demais matérias aprovadas vieram do Poder Executivo, especialmente medidas provisórias.

V. Ex^a está no caminho certo e vai contar conosco, parlamentares da oposição, porque não dá mais para aceitarmos essa enxurrada de “desmedidas provisórias”, como dizia Ulysses Guimarães. Ainda mais agora, quando se utilizam de medidas provisórias para

copiar projetos de Senadores, como é o caso dos projetos do Senador Osmar Dias.

Mas, Sr. Presidente, não vamos aceitar, em hipótese alguma, qualquer modificação que diga respeito ao trancamento da pauta. Esse é um mecanismo que interessa à oposição. Queremos celeridade, mas não vamos querer perder instrumentos que efetivamente fazem com que a oposição possa ser ouvida nesta Casa.

Por fim, Sr. Presidente, V. Ex^a também merece elogios pelo anúncio que fez, de que V. Ex^a e o Presidente da Câmara Federal, conjuntamente, vão efetivamente cuidar dos vetos, que é outra vergonha que há mais de dez anos contamina esta Casa de leis.

Ao registrar os meus cumprimentos, quero alertar também para o que está acontecendo na Comissão de Orçamento: V. Ex^a tem uma responsabilidade muito grande em relação a esses episódios. Coloco-me à disposição para colaborar com V. Ex^a, que tem sido aqui um bom Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Marconi Perillo e concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiramente tratar da questão do Orçamento e da pretensão de obstruir a pauta de qualquer uma das Casas. Acho que o trabalho das duas Casas não pode ser obstruído em função de uma deliberação que é do Congresso.

Segundo, quero discutir esse problema, essa polêmica criada em relação ao Orçamento, que entrou no debate. Pode parecer que houve um escândalo, mas o que houve é que todas as bancadas, de todos os Estados, cada uma teve uma emenda adicional. No caso do Estado do Ceará, essa emenda adicional significou o atendimento ao Tribunal Regional Eleitoral, que fazia um apelo à bancada. Como tínhamos dezoito emendas e a bancada havia deixado o Tribunal na vigésima posição, o Tribunal Regional Eleitoral tinha ficado de fora. Com os recursos que foram redistribuídos para permitir mais uma emenda de bancada para cada Estado – claro que isso foi discutido na Comissão de Orçamento –, atendeu-se, finalmente, ao pleito do Tribunal Regional Eleitoral. Repito, no caso do Estado do Ceará, foi atendido o Tribunal Regional Eleitoral com a emenda adicional.

Portanto, não houve, por parte do Relator do Orçamento, nenhuma apropriação indébita de recursos, de nenhuma parte, para atender ao Estado do Ceará com mais uma emenda.

Peço apenas que se tenha cautela, no mínimo cautela, ao se anunciar que há uma confusão enorme na Comissão de Orçamento.

Sempre houve problemas. Além do mais, o que tem ocorrido sempre que se faz reestimativa de receita, sempre, é que essa reestimativa de receita seja redistribuída em programas que estão no Plano Plurianual ou estão no Orçamento. Se estão no Plano Plurianual e houve readequação, não há nenhuma ilegalidade.

Acho que as coisas precisam ficar bem claras para a gente não criar um monstro em cima do nada. E, aqui, eu deixo bem claro: o Estado do Ceará teve mais uma emenda. Nós fizemos um apelo ao Relator, Deputado José Pimentel, para que essa emenda fosse para o Tribunal Regional Eleitoral, o que beneficia o Estado do Ceará, mas beneficia a Justiça Eleitoral do Estado do Ceará sobremaneira. Não é nenhum ato ímprobo do Relator ou das bancadas dos Estados, que definiram qual é a emenda a que vão ser destinados esses recursos.

É bom a gente não misturar as coisas, porque senão vou colocar na ilegalidade os recursos que nós estamos repassando para o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Neuto de Conto.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui surpreendido também pela **Folha de S. Paulo**, que fez constar o meu nome na lista de beneficiados pelas emendas.

Não pertença à Comissão, nunca requeri nada, nunca conversei sobre emendas nem com o Presidente, Senador José Maranhão, e muito menos com o Deputado José Pimentel, seu Relator. Estranho que o meu nome esteja lá, porque em nenhum momento reivindiquei nada. Não sei do que se trata e vou procurar saber que benefício estão me dando para tomar uma posição mais segura.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, estou assistindo a esse debate envolvendo a Comissão de Orçamento. Inicialmente, quero dar a minha opinião e testemunhar a correção que tem marcado a conduta do Senador José Maranhão e do Deputado José Pimentel à frente dos trabalhos daquela

Comissão. S. Ex^{as} deram uma grande demonstração de dignidade, de correção e de imparcialidade.

O problema de aprovar ou não um Plano de Metas em anexo é um problema que pode ser examinado, colocando-se contra ou a favor. O que não se pode é colocar dúvidas quanto à correção que marcou a atuação do Relator, Deputado José Pimentel.

Eu quero dizer a V. Ex^a que não foi incluído na LDO um Plano de Metas, e a Comissão de Orçamento o incluiu na LDO e, por sua vez, no Plano Plurianual e no Orçamento, e o Relator José Pimentel outorgou ou destinou o valor dessas emendas a emendas de bancada – 27 emendas de bancada e, posteriormente, 15 outras emendas de bancada que não haviam participado da LDO.

Acho que temos de aperfeiçoar a Comissão de Orçamento. Eu não conheço um Congresso no mundo que não tenha uma Comissão de Orçamento. Quais seriam as conseqüências da não-aprovação do Orçamento?

Sr. Presidente, acho que é tudo o que o Governo quer, porque, no momento em que não houver Orçamento, serão medidas provisórias com crédito extraordinário. De modo que nós, que somos contra medida provisória na votação de crédito extraordinário, não podemos ser contra a votação do Orçamento. Acho que ele tem de ser votado numa discussão ampla. Se for o caso, vamos derrotar o anexo, vamos discuti-lo, mas ele não tem esse sentimento de dolo que está sendo apresentado. O Relator é um homem da maior dignidade e nunca se prestaria a incluir um anexo que estivesse aviltando os princípios da moralidade. Isto eu vou dizer a V. Ex^a, apesar de não ser do meu estilo: é uma injustiça que se está fazendo com o Relator, que é um dos homens mais competentes e mais sérios que conheci na vida pública brasileira.

Pode-se ser contra a sistemática, temos de melhorá-la, mas não se pode jamais levantar qualquer suspeição sobre a honorabilidade de pessoas que integram aquela Comissão e trabalham com presença permanente – muitas pessoas que hoje levantam dúvidas sobre aquela Comissão são membros que lá nunca foram para fazer discurso e pedir modificações na maneira como a matéria está sendo votada.

De modo que acho que temos de discutir, temos de mudar, temos de fazer todas as mudanças possíveis, isso faz parte do jogo democrático. Vamos derrotar os destaques, vamos derrotar o Plano de Metas, mas não vamos levantar dúvidas ou generalizar um problema que, realmente, atinge todos os membros daquela Comissão.

Venho aqui fazer um protesto grande e reiterar – tenho estado aqui no Congresso há muitos anos – a

honorabilidade, a dignidade e a transparência com que se portou o Deputado José Pimentel na relatoria da Comissão de Orçamento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pegando ainda o final da fala do Senador Francisco Dornelles, devo dizer que tampouco eu tenho qualquer desconfiança prévia. Não tenho nenhuma desconfiança. Fui colega do Deputado Pimentel e tenho dele uma boa impressão. Agora, o fato é que dali não vai sair coisa boa, e o próprio Deputado Pimentel, segundo me relatou o Presidente do meu partido, Senador Sérgio Guerra, confessou ao Senador Sérgio Guerra que se sentiu violentado pelo que ele chamou de barricadas que ergueram lá para montar esta imoralidade, que é o tal anexo de R\$534 milhões.

Nós não temos compromisso nenhum com a votação dessa peça orçamentária. Se é bom para o Governo, então vamos prestar esse serviço ao Governo se não estivermos convencidos de que é uma peça limpa a que vem da Comissão. O Governo então nos agradece do jeito que quiser pelo fato de nós, por exemplo, não colaborarmos com a votação da peça orçamentária.

Sr. Presidente, eu trago a V. Ex^a uma outra preocupação, mas, antes de mais nada, presto-lhe contas de um fato: a bancada do PSDB, por meu intermédio, indica para a Presidência da CPMI dos Cartões Corporativos a Senadora Marisa Serrano. Fiz uma sondagem antes ao Senador Marconi Perillo, que se declarou disposto a participar da Comissão, mas, assoberbado pelos compromissos da Comissão de Infra-Estrutura, que preside com brilhantismo na Casa, preferiu auxiliar Marisa e o Relator no bom trabalho, no bom andamento dos trabalhos, como membro titular da Comissão.

Estamos nós cuidando da outra CPI do Senado, a das ONGs. Estamos com força máxima naquela CPI. Vamos, com certeza, fazer um trabalho sério, oferecer satisfações nítidas para a sociedade.

Eu digo isso a V. Ex^a porque eu recebo informações, depois de tudo o que se andou, de que a bancada do PT na Câmara dos Deputados estaria rebelada contra o acordo feito entre a oposição no Senado e o Líder do Governo nesta Casa, Senador Romero Jucá.

Estariam dizendo que alguns aceitariam sob protesto e que outros não aceitariam o acordo de jeito algum e já estariam discutindo se não caberia a nós a relatoria e a eles a presidência. E falam em uma tal

proporcionalidade que dói nos ossos ouvir, porque o PT não é o maior Partido nem aqui nem lá. Então, se fôssemos tomar proporcionalidade de maneira rígida, do PT não seria nem o Relator nem o Presidente em CPMI nenhuma. A maior bancada é o Bloco da Minoria nesta Casa. Se amanhã fizerem, por exemplo, um bloco PMDB e PT, sem dúvida, não poderei dizer que o meu Bloco é o majoritário. Sei Matemática no mínimo, naquela coisa mais comezinha. Então, Sr. Presidente, o maior Partido na Câmara é o PMDB, que pode perfeitamente passar a vez, passar a bola para o PT se quiser. O maior Partido no Senado é o Bloco da Minoria.

Sr. Presidente, vou dizer com toda a clareza: fiquei feliz quando percebi que poderíamos fazer uma CPMI funcionar. “Ah, o Governo tem maioria”. Não me importa. Os fatos se impõem. Se houver fato contundente, a Maioria se curva à Minoria, até porque não acredito em má-fé por parte de ninguém que seja indicado por partido nenhum para funcionar nessa CPMI. Mas, se o acordo não é cumprido, nós, que não retiramos a nossa CPI do Senado, simplesmente vamos fazê-la funcionar. Voltaremos, então, a cobrar a leitura da CPI do Senado e vamos fazer as duas funcionarem.

Sou contra – e aí divirjo de qualquer companheiro de Oposição –, em qualquer circunstância, de retirarmos os nossos nomes, os nossos Senadores e Deputados, da CPMI, com qualquer violência que possam praticar do ponto de vista da burla ao Regimento e até da palavra empenhada. Sou a favor de participar lá, para fiscalizar e para denunciar, se for o caso, e só sair se constatar uma brutal fraude à verdade.

E aqui se faz funcionar a outra. Então, não pensem que desistimos desta CPI. Não desistimos. Ela está aqui e poderá ser lida no momento em que solicitarmos.

Fizemos um acordo. O acordo é: primeiro, uma das funções diretivas, no caso a presidência, caber a nós; segundo, haver efetiva apuração na CPMI, porque se percebermos que estão varrendo alguma coisa para baixo do tapete, vamos simplesmente cobrar que a CPI do Senado funcione e vamos trabalhar e muito o **front** da opinião pública.

Fiquei estarecido com isso. Imagino que o Senador Romero Jucá haverá de ter o que dizer a esse respeito porque fizemos um acordo. Sondei o Senador Marconi Perillo, convidei a Senadora Marisa Serrano, que, depois de, inclusive, ponderar mil inconvenientes pessoais que teria pela frente, aceitou, mudando todos os seus planos para o semestre. E dizem agora que não está valendo mais. Estão querendo jogar por terra a perspectiva de confiarmos em qualquer acordo. É terrível!

Faz-se o acordo e não se derruba o tal anexo. Faz-se o acordo de nunca mais se permitir o plágio e lá vem de novo o plágio, tristemente, em cima do Senador Osmar Dias. Já que gostam tanto do que ele faz, deveriam nomeá-lo ministro do Governo. Seria uma forma mais justa de aproveitar a cabeça brilhante do Senador. E, por outro lado, fizemos um acordo agora para o funcionamento de uma CPMI. Se acham que não é para cumprir, por favor, nos digam e faremos funcionar as duas CPIs, a Mista e a do Senado.

Era essa a comunicação que tinha a fazer. Gos-taria de fazê-la alegremente, constatando o compro-misso com a praxe, o compromisso com o respeito à verdadeira proporcionalidade. É um princípio que seria obedecido e que faria muito bem ao Congresso e ao Senado. Mas, sinceramente, não é algo que me pre-ocupe nem que me tire o sono, não. Se não quiserem cumprir, não cumpram. A palavra está com eles agora. Nós fizemos o que tínhamos de fazer.

Amanhã entregaremos a indicação da Senadora Marisa Serrano e os nomes que comporão, como titu-lares e suplentes, a CPMI. Se houver mais lengalenga, mais chove-não-molha, mais vai lá que não vou para cá, vamos então pedir, amanhã, a leitura da CPI do Senado, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero só entender o seguinte: fizemos um acordo com o PMDB...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Peço também minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – O PMDB fez uma reunião e cedeu a presidência ao Partido de V. Ex^a. Eu, posição pessoal contrária, sigo meu Líder, que me orientou. Agora, V. Ex^a ainda não retirou o requerimento da Mesa criando a CPI aqui? Tirou ou não?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Wellington, não tirei e nem vou tirar enquanto não sentir que é para valer a apuração. Fui claro. É que V. Ex^a não participou. V. Ex^a, talvez, devesse estar presente às reuniões de Líderes. V. Ex^a tem toda credencial para tal

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Sou Vice-Líder, mas não fui. Quero saber o seguinte: para mim, quando fiz o acordo – é que

tive uma reunião com o PMDB em que se abriu mão e foi decidido –, esse requerimento já estaria retirado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não foi retirado, então?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a fez muito bem em ficar contra porque o requerimento não foi e não será retirado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não tinha conhecimento disso.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ele apenas não vai ser lido agora e será retirado no momento em que percebermos que pegou um vôo de cruzeiro a investigação.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então não tem acordo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A palavra não está comigo, a palavra está... Se também quiser roer a corda para o seu lado, não há problema.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, Senador Arthur Virgílio. Não sou homem de roer a corda, sou homem de acordo. Quando faço, assumo. Para mim, está feito. Mas é que agora V. Ex^a fala que...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou dizendo que foi o que eu disse na reunião dos Líderes e estou repetindo agora. Não tenho o que esconder. A palavra é uma só e foi essa a que foi empenhada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Qual é a palavra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A minha.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Qual é a palavra?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Esta de que iríamos, simplesmente, não cobrar mais a leitura enquanto se passava...

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Mas o requerimento continua na Mesa?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Claro, continua na Mesa.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então, não tem acordo. Não tem acordo.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – A minha palavra vale e a outra não vale, Senador Arthur Virgílio? Eu cheguei lá, quando o meu Líder me indicou...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, a sua palavra vale e vale muito. Se V. Ex^a falar

que está chovendo, eu compro logo um guarda-chuva. Eu não duvido de V. Ex^a em nada.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não, não estou falando... Mas não é isso...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só estou dizendo que eu não vou retirar o requerimento. E eu disse isso.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Então não tem acordo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Se V. Ex^a tem poder para decidir por seu Partido, está decidido. Tudo bem!

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não é questão de poder, isso é posicionamento meu, pessoal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não há problema.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Para mim, não tem acordo. Se o meu Líder achar que tem, tudo bem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Não há problema. Se é para romper, digam agora e eu peço a leitura da CPI agora. E faremos funcionar as duas. Eu não quero mais é perder tempo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Arthur Virgílio...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Permita-me, Sr. Presidente. Eu fui chamado à liça pelo Senador Wellington e não vou deixar por menos.

Se vai haver rompimento de acordo, é bom eu saber agora. Assim, eu peço e exijo a leitura da CPI agora, se for o caso. Eu quero mesmo é ouvir a opinião do Senador Romero Jucá, com quem fiz as tratativas todas de maneira muito legítima, muito frontal, muito leal.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG) – Não acho que seja bom para o acordo ficar a todo momento sofrendo ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Wellington Salgado, peço a colaboração de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de fazer um esclarecimento que, talvez, possa dirimir qualquer dúvida e, na verdade, evitar esse embate entre o Senador Wellington e o Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, quero dizer à Casa que, desde o primeiro momento, quando propus a CPI aqui no Senado, tinha em mente que ela teria os comandos divididos entre o Governo e a Oposição. Assim seria a CPI do Senado. Fiz isso e já registrei aqui no plenário para

mostrar e para ficar claro que o Governo não teme a CPI, não teme nenhuma investigação, pois não tem o que esconder. E se alguém tiver feito alguma coisa errada, que responda pelo erro que cometeu. Não é um erro do Governo, é um erro individual de alguém.

Pois bem. Ao propor a CPI no Senado, a Oposição, principalmente da Câmara dos Deputados, solicitou que a CPI pudesse ser mista, para que tivéssemos, então, a participação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal na investigação, que era uma investigação que clamava por ser feita. Nós, mais uma vez, concordamos com o acordo e com a CPI mista.

Defendi, desde o momento da CPI mista, que o comando fosse parcelado. Por quê? Porque entendia que era um assunto que permeava dois Governos – os Governos do PSDB e do PT –, que precisava haver uma completa transparência dessas questões e que não poderia haver dúvida de que o Governo queria ter todo o comando para esconder qualquer investigação. Defendi isso. Houve resistências. Trabalhamos, conversamos e, hoje, chegamos a um posicionamento de que haveria um entendimento: a Câmara indicaria o Relator e o Senado indicaria o Presidente. Caberia ao Senado indicar o Presidente do maior Partido e, portanto, o direito regimental caberia ao PMDB. Nós não estávamos invertendo o Regimento. Hoje, numa reunião da Bancada do PMDB, o Partido autorizou que pudéssemos fazer um entendimento e abrir mão para que o PSDB pudesse fazer uma indicação, como o fez.

Pois bem. Construímos o entendimento. Por que foi feito esse entendimento? Por que o Governo tem medo de uma CPI no Senado? Não, o Governo não tem medo de uma CPI no Senado. Eu defendi o entendimento o tempo todo, porque entendia que, para fazer uma investigação rápida, isenta e que desse respostas à sociedade, era melhor concentrar esforços e foco numa CPI do que termos uma CPI na Câmara e outra no Senado a disputar e a verificar de que forma cada uma iria trabalhar. Já tivemos essa experiência e ela não foi boa.

Conversei com o Senador José Agripino e com o Senador Arthur Virgílio e pactuamos junto às outras lideranças que seria instalada a CPI Mista.

Ora, ao ser instalada a CPI Mista, não é mais necessário se instalar a CPI do Senado, pelo menos no momento. Amanhã, se houver outra conjuntura, qualquer CPI pode ser pedida, a qualquer momento.

O Senador Arthur Virgílio, o tempo todo, participou das negociações. No entanto, não vou dizer para o Senador Arthur Virgílio: só vamos instalar a CPI Mista se retirar o requerimento. Não estamos discutindo isso. O requerimento pode ficar com V. Ex^a, com o Senador Arthur Virgílio ou pode ficar em qualquer lugar, porque,

pelo entendimento que tivemos, não será instalada. Então, não tem por que se fazer nenhum tipo de exigência contra a palavra e o entendimento político que se teve nesta Casa.

Estamos trabalhando para melhorar o clima político, desanuviar as questões. Estamos fazendo isso para que a Oposição vote com o Governo? Não. Estamos fazendo isso para que a Oposição deixe de obstruir alguma medida provisória? Não. Isso faz parte do jogo e do processo democrático. Vamos respeitar. Estamos fazendo isso para que tenhamos a condição de sentar à mesa, procurar o entendimento, conversar com responsabilidade e conseguir construir caminhos que sejam de convergência. Esse tem sido o meu trabalho aqui.

Então, quero dizer que o acordo está de pé. Vamos fazer o entendimento da CPI Mista. O PT da Câmara está com um posicionamento, mas não vou tratar de assuntos daquela Casa, sou Líder no Senado. O PT da Câmara ou a Câmara não teve abertura de qualquer direito nessa questão. Se alguém podia se sentir aqui abrindo mão de alguma coisa é o PMDB do Senado. Na Câmara, o maior partido está indicando o Relator: se vai ser do PT, muito bem, se não for do PT, vai ser do PMDB. É uma questão da Câmara, na qual não nos vamos imiscuir.

Aqui no Senado, o PMDB abriu para que o PSDB pudesse indicar, em nome do convívio, do entendimento político e da focalização de uma CPI que precisa ser feita. Para que se faça o quê? Puna-se alguém? Não! Para que se estudem os gastos públicos, dê-se transparência a eles e possa-se melhorar o padrão deles. Essa é a nossa intenção. Não é punir ninguém, não é ir atrás de gasto do Lula, do Fernando Henrique. A questão não é essa. E tenho dito isto, o tempo todo aqui: vamos agir com responsabilidade.

Então, essa é a posição. O acordo, Senador Arthur Virgílio, está feito. V. Ex^a é dono do requerimento. V. Ex^a vai guardá-lo onde quiser. É uma questão que não vamos cobrar, porque entendemos que, num entendimento político, construímos uma alternativa que é a melhor para esta Casa.

Essa é a posição da Liderança do Governo, Sr. Presidente, e é assim que vamos encaminhar.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, sobre o assunto!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Renato Casagrande e, em seguida, concederei ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. RENATO CASAGRANDE (Bloco/PSB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente, só para podermos fazer o encaminhamento com relação ao Orçamento.

No tocante a essa questão, tivemos alguns discursos aqui muito duros e também alguns discursos mais ponderados, buscando o equilíbrio com relação ao nosso comportamento.

O que sugiro a V. Ex^a é o seguinte: o Presidente da Comissão é do Senado, o Senador José Maranhão; o Relator é o Deputado José Pimentel, que é uma pessoa decente, que também conheço e avalizo. Se tivermos dúvidas, e como as temos, o ideal é que V. Ex^a convide essas pessoas e os líderes interessados a comparecerem em seu gabinete, para que esse anexo da proposta seja esclarecido. Assim, resolvemos isso de forma definitiva. Deixo essa sugestão para V. Ex^a.

Saúdo o entendimento e também a escolha – sem avaliação de nenhum outro Parlamentar, mas pela convivência que tive no ano passado no episódio que envolveu o ex-Presidente Renan Calheiros – da Senadora Marisa Serrano, pessoa equilibrada, decente, justa, que, com toda a certeza, realizará um bom trabalho à frente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos. Essa escolha foi adequada. Espero que essa medida traga tranquilidade para os trabalhos no Senado, porque, se a cada dia, tivermos de buscar o entendimento, não avançaremos na pauta.

Esse é o apelo que o Sr. Presidente já tem feito às lideranças e o qual reforço.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio; em seguida, ao Senador Valdir Raupp; depois, ao Senador Cícero Lucena.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ouvi as explicações convincentes dadas pelo Líder Romero Jucá. A nossa decisão é tratar isso como fato consumado mesmo: simplesmente vamos enviar para Mesa os nomes, indicando inclusive, e já é público, de conhecimento da Nação, o nome da Senadora Marisa Serrano para a presidência da CPMI. Essa é a indicação das oposições, pelo rodízio combinado entre DEM e PSDB, representando a maior bancada do Senado, que é o Bloco da Minoria. Tenho impressão de que isso está acordado, e é assim que vamos proceder.

Quanto ao requerimento, o Senador Romero Jucá foi eloqüente, disse que ele pertence a quem o assinou e, por outro lado, é insubsistente a idéia de retirá-lo, porque, porventura insatisfeitos os Senadores com uma má condução da CPMI, eles poderiam assiná-lo rapidamente.

O Senador Romero Jucá disse que eu poderia guardar meu requerimento onde eu quisesse. E eu respondo: guardo aí, o melhor lugar é na Mesa. Não tem outro lugar mais conveniente do que esse, em se tratando dos meus hábitos e em se tratando do local, porque coletaríamos as assinaturas com muita rapidez, se quiséssemos. Mas já estão aí, são Senadores que não se retratam, que têm um só desejo: ver a apuração dos fatos.

Se for possível isso – e espero que seja, na Mistura –, maravilha! Estaremos prestigiando a Câmara, o Congresso como um todo e teremos mais tempo para cuidar das muitas dificuldades – que V. Ex^a vivi conosco no dia-a-dia do Senado – que fazem parte do exercício democrático. Se não for possível, não queremos pensar nisso, vamos cumprir o ritual: indicar amanhã os membros das oposições e indicar a Senadora Marisa Serrano para presidir a CPMI do Congresso Nacional, para investigar esse escândalo, esse caso dos cartões corporativos, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço a compreensão do Líder, do Senador Valdir Raupp, para dar a palavra ao Senador Antonio Carlos Júnior.

V. Ex^a ainda deseja usar da palavra?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pedi, pela terceira vez seguida também, minha inscrição. Pediria só que V. Ex^a se lembrasse de mim no momento oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Sibá Machado, lembre-se do Evangelho: os últimos serão os primeiros.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Quero ser o último, Presidente Garibaldi.

O SR. ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o abuso de medidas provisórias – hoje temos aqui um exemplo cabal de uma medida provisória inconstitucional, por se tratar de créditos extraordinários – mostra como o Governo trata o Congresso Nacional. Não podemos deixar isso passar dessa forma.

Hoje, em reunião com empresários, o Presidente Lula, referindo-se à proposta de reforma tributária que apresentará ao Congresso Nacional, disse que “se o Governo pudesse, faria por decreto. Como não pode, temos de mandar para as instâncias democráticas aprovarem”. Disse mais: “Nós temos um ano político. Vocês conhecem o Congresso Nacional e sabem que,

a partir de junho, está todo mundo na rua, fazendo campanha.

Se a política tributária merece a pressa que todo mundo diz que merece, eles poderiam discutir e votar este ano ainda”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, além do flagrante desrespeito ao Poder Legislativo e aos Congressistas, contido na fala do Presidente, fica evidente que o Governo nem sequer mandou sua proposta de reforma tributária e já tenta pressionar o Legislativo. Isso é inaceitável! O Governo que nos respeite e faça sua proposta, o que já deveria ter feito há muito tempo. Que a matéria tramite normalmente.

O Congresso Nacional certamente dará a ele a prioridade devida e analisará, discutirá e emendará o que julgar pertinente e o aprovará.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de falar, rapidamente, sobre a Comissão de Orçamento.

Acho que o Senador Renato Casagrande tem razão, quando disse que V. Ex^a deveria, mais tarde – ainda hoje, se possível, novamente, porque sei que V. Ex^a já fez isso várias vezes –, reunir-se com o Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, e com o Presidente e com o Relator da Comissão de Orçamento. São duas pessoas sérias: o Senador José Maranhão, Presidente, e o Senador José Pimentel, Relator. Tenho certeza de que S. Ex^{as} saberão dar direcionamento para a votação e a aprovação do Orçamento da União.

Não posso ficar aqui dando palpite, até porque fui o Relator-Geral da matéria no ano passado. Trabalhei com liberdade na elaboração do relatório geral do Orçamento.

Então, é essa a minha consideração.

A respeito da CPMI, Sr. Presidente, eu queria aqui fazer a defesa do Senador Wellington Salgado, que não esteve na reunião de Líderes.

Pelo que entendi, naquela reunião, o PMDB abriu mão da prerrogativa a que tem direito – o PMDB tem tido esses gestos para o entendimento, para a harmonia desta Casa. Assim foi na escolha da Presidência das Comissões desta Casa: na Comissão de Assuntos Econômicos, abrindo mão para Aloizio Mercadante; na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, abrindo mão para o Senador Antonio Carlos Magalhães. Essa prerrogativa de escolher a primeira Comissão desta Casa era do PMDB, e nós abrimos mão

disso, sempre na intenção do entendimento, do bom andamento da Casa.

Quando abrimos mão da Presidência da CPMI, que caberia também, pela proporcionalidade das Bancadas, ao PMDB, que é a maior Bancada, estava subentendido que o PSDB retirasse o requerimento da CPI pura do Senado. Isso não foi exigido, até porque a Base do Governo já havia também colhido a assinatura para uma CPI, e a matéria foi retirada por ter havido consenso da CPI Mista, Câmara e Senado.

Então, o que quero dizer, para encerrar, é que, para mim, estava subentendido que, ao ser instalada a Comissão Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, estava excluído esse requerimento da CPI do Senado. Não é que a Base do Governo tenha alguma preocupação em se criar a CPI pura do Senado Federal.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Flexa Ribeiro, tenho de passar a palavra agora ao Senador Cícero Lucena, que já a havia solicitado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Aguardo minha vez, Sr. Presidente.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero me somar aos demais Senadores na solidariedade ao Senador Osmar Dias, pela prática que se está tornando rotineira, de clonagem de projetos de Parlamentares.

Quanto à questão do Orçamento – sou membro da Comissão e represento também o PSDB ao lado de outros companheiros –, eu gostaria de esclarecer o seguinte: apresentei hoje, à tarde, na Comissão, um requerimento, tanto eu quanto o Deputado Macris...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Peço desculpas a V. Ex^a...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... porque estou necessitando da presença do Senador Paulo Paim na Mesa.

Senador Paulo Paim, por favor, compareça à Mesa.

V. Ex^a procede com a palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não, Sr. Presidente.

Apresentei um requerimento, tanto eu quanto o Deputado Macris, no sentido de que fosse cumprido o acordo, ontem firmado no gabinete de V. Ex^a, com a presença do Presidente da Comissão de Orçamento,

bem como com a do Relator– Geral e a de outros Senadores que se fizeram presentes. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pode prosseguir...

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ... com sua peroração.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Obrigado, Presidente.

Então, quero dizer que dei entrada na Comissão, porque fomos informados pelo Presidente da Comissão, que havia acordado juntamente com o Relator e com os demais Líderes presentes, que, possivelmente, esse acordo que havia sido firmado seria derrubado na Comissão. Não seria aceito pela Comissão. Então, ao fazer a apresentação desse requerimento, solicito o cumprimento daquilo que ficou acertado ontem na reunião do gabinete de V. Ex^a.

Quanto, especificamente, ao Orçamento – e minha posição é muito clara –, coloquei ontem, na reunião, no seu gabinete, que considerava, no caso específico da Paraíba, que não houve critérios para distribuição e aplicação dos recursos para o Estado da Paraíba. Só para exemplificar – e peço que prestem bem atenção –, no caso específico do item referente à Relatoria Setorial de Turismo, a Relatora foi a Senadora Lúcia Vânia. S. Ex^a adotou o critério de colocar R\$7 milhões para cada emenda na área do Turismo. No caso específico da Paraíba, três emendas de bancada tiveram direito a R\$7 milhões. Na reprogramação financeira, coube ao Estado da Paraíba R\$63 milhões, que foram oferecidos ao coordenador da Bancada. E, aí, na reunião da coordenação da Bancada, ficou definido que os R\$64 milhões seriam divididos pelas 15 emendas de Bancada a que tem direito o Estado da Paraíba. Só que, para surpresa nossa, após essa distribuição da reprogramação, surgiu para o Estado da Paraíba mais R\$60 milhões ao bel-prazer do Relator-Geral. As emendas da área de turismo, que antes eram de R\$7 milhões e foram acrescidas de R\$4 milhões, ficaram com R\$11 milhões. E, para espanto nosso, minha emenda de bancada, que era para o Centro de Convenções do Estado da Paraíba, permaneceu com acréscimo zero, enquanto que a da bancada de sustentação do Governo, a exemplo da emenda do Deputado Luiz Couto, que era genérica, sem especificar que ações turísticas seriam feitas na cidade de João Pessoa, saiu de R\$11 milhões – emenda do PT – para R\$29,1 milhões, quando o total da sua emenda era de R\$30 milhões. Ou seja, acredito que tenha sido a emenda mais bem atendida: mais de 98% do valor proposto.

Fico feliz de o recurso ter ido para a Paraíba, mas lamento profundamente o critério utilizado para se demonstrar que não houve critério, a exemplo de emendas de R\$24 milhões para atendimento ao combate à Doença de Chagas, a problemas habitacionais, que passaram para R\$44 milhões; a exemplo de outras emendas, que eram de R\$7 milhões, de R\$10 milhões e passaram para R\$28 milhões. Ou seja, R\$65 milhões foram distribuídos na Paraíba sem critério nenhum por parte do Relator-Geral.

Então, ressalvo aqui: não me somo àqueles que generalizam as pessoas de bem da Comissão, mas, sem dúvida nenhuma, precisamos rever de forma clara esta Casa como um Congresso Nacional. Não é possível mantermos a prática de Orçamento que estamos mantendo.

Não fiz essa denúncia ontem e não questioneei esses fatos na reunião. Eu o fiz hoje, na Comissão, e faço-o agora, porque não sou daqueles que, eventualmente, fazem denúncias para que a emenda seja acrescida de recursos. Se tiver de ser acrescido algum valor, espero que seja no critério que ficou estabelecido ontem, no acordo feito no gabinete de V. Ex^a, porque não fiz esse registro para ser beneficiado na minha emenda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, vou ceder a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino. E, logo após S. Ex^a, pela ordem, quero fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Agripino.

Senador Sibá, peço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero deixar claro o entendimento feito, ontem – ontem, nós culminamos no entendimento, porque o entendimento vem já de algum tempo com o Líder Romero Jucá –, sobre a instalação da CPMI.

Há, com S. Ex^a, um acordo claro, lógico, racional, de instalarmos uma única comissão, desde que, na CPI Mista, o comando seja democraticamente dividido.

S. Ex^a assumiu riscos, enfrentou até um eventual desgaste, a respeito do qual eu até alertei, e o que é fato é que trouxe a posição do Governo. A presidência foi entregue à Oposição. Os democratas e os tucanos têm o regime de rodízio e cabia aos tucanos indicarem agora, já que na anterior, a das ONGs, o Senador Raimundo Colombo foi indicado e está exercendo a sua

função. A Senadora Marisa Serrano está, já, indicada presidente, o acordo está feito e é, na minha opinião, irreversível. Não tem como o Governo subtrair do Líder do Governo a determinação, já dada, de se dividir democraticamente o comando e não há nenhuma intenção, eu quero deixar claro, da minha parte e da parte do meu partido, em insistir com a CPI no Senado. Esqueça. O que nós queremos é agir racionalmente, estabelecer o ponto e o contraponto. Na medida em que o Presidente é da oposição e o relator é da situação, mesmo sendo o Plenário favorável ao Governo, temos condições de estabelecer o debate com ponto e contraponto e fazer uma investigação correta, séria e isenta.

Quero, portanto, dizer a V. Ex^a, deixando clara a posição do meu partido, que é igual à dos tucanos, como já foi verbalizado pelo Senador Arthur Virgílio, que a CPI do Senado pode ficar guardada com V. Ex^a, mas não vai ser utilizada.

A CPI que vai ser exercida é a CPI Mista, em que Deputados e Senadores vão exercer o legítimo direito, o democrático direito de fazer a investigação dos cartões corporativos.

Essa é a posição do meu partido.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Romero Jucá, antes de V. Ex^a usar a palavra, quero dizer que fui informado, agora, que houve uma pane elétrica na sala da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Então, é preciso que se tome uma providência para que a Comissão possa continuar funcionando. É claro que confio que o Senador José Maranhão, a esta altura, já deve estar tomando as providências.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de registrar que há um sentido de obstrução na Oposição e essa matéria do Item 1 tranca a pauta. Portanto, teríamos votação nominal para explicitar o resultado da matéria, mas, visivelmente, não há número para obtermos 41 votos da base do Governo. Assim, eu solicitaria a V. Ex^a que encerrasse, marcando a votação do Item 1 para a próxima terça-feira, quando estaremos aqui para votar e discutir a matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Se algum Líder...

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, só quero encerrar, permita-me.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Mário Couto, V. Ex^a terá a palavra dentro de dois minutos.

Quero, apenas, que haja a manifestação das demais lideranças sobre a solicitação feita pelo Líder Romero Jucá.

Concedo a palavra ao Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a pudesse me ouvir. Eu estava inscrito para fazer o encaminhamento da matéria, mesmo porque tinha um profundo interesse em falar sobre medidas provisórias e crédito extraordinário, mas, como o Líder do Governo já anunciou que a Bancada governista não tem quórum para garantir uma votação e que se vai deixá-la para terça-feira, eu queria, pelo menos, que V. Ex^a me ouvisse por um segundinho.

V. Ex^a nunca, durante a sua campanha para a Presidência, procurou-me para sequer dizer: “Mário Couto, vote em mim”. Nunca! V. Ex^a também ainda não recebeu este Senador no seu gabinete. Também não. Mas quero, nesta oportunidade, dizer que estou profundamente satisfeito com a administração de V. Ex^a.

Naquele momento em que V. Ex^a ponderou as considerações do nosso Senador Tasso Jereissati, vi que V. Ex^a, realmente, está disposto a solucionar muitas questões inconstitucionais que este poder vota. V. Ex^a está disposto, realmente, a parar com o encaminhamento da ditadura política neste Senado, de se dizer “sim”, todo o tempo “sim”, e o Governo mandando nesta Casa.

Eu vou para a minha casa, hoje, confiando em V. Ex^a, acreditando mais em V. Ex^a, mais ainda que o depósito do meu voto nas urnas em favor de V. Ex^a. Tenho certeza de que V. Ex^a está escutando as ponderações daqueles que querem ver um Senado Federal ético e eficiente.

Saio, nesta tarde, satisfeito com a postura de V. Ex^a e agradeço V. Ex^a por considerar as ponderações da minoria.

Meus parabéns.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PcdoB – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mário Couto, por essa manifestação de confiança.

Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Às vezes, o assunto vem e volta e fica parecendo que o estamos requeitando. Infelizmente, vou ter de falar de um ponto que o calor do Plenário já deu até por encerrado.

Foi apresentada a discussão sobre a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Não é de hoje que alguns propõem a extinção dessa Comissão e que se encontre outro método para se discutir a Lei Orçamentária, o PPA e a LDO.

Sr. Presidente, a discussão desse anexo de metas vem desde a LDO. O conjunto das Bancadas de todo os partidos ali representados discutiu o anexo de metas. Por quê? Porque é início de um novo Governo, início de um novo mandato, então, é claro que o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão não manda essas prioridades de meta neste momento. A Comissão entendeu que deveria fazê-lo e houve uma divergência jurídica, por parte do Governo e da própria Comissão, de que poderia haver vício de origem e de constitucionalidade. A Comissão insistiu nisso e todas as Bancadas concordaram. Foram admitidas essas metas na LDO e, na seqüência, o PPA admitiu-as também. Agora, na Lei Orçamentária, o que se está discutindo é de onde viria o dinheiro para se cobrirem as prioridades ali colocadas.

Na reestimativa das receitas, o Relator retirou do que já seria para distribuição entre as bancadas para fazer essa cobertura. Vários parlamentares, ainda na LDO, apresentaram emendas e a relação foi divulgada por jornal. Ficou entendido que essas emenda seriam acatadas como emendas das Bancadas e não mais como emendas dos Parlamentares.

Pois então, das Bancadas, das Bancadas. Portanto, se há um indicativo de que esse anexo não deve permanecer... Ontem, eu fiquei na reunião da Comissão até muito tarde, até a hora em que ela foi encerrada, por volta das 22horas. E foi, sim, relatado pelo nobre Relator José Pimentel, do qual eu não posso admitir, nem de longe, qualquer tipo de suspeição, assim como do próprio Presidente da Comissão e do Relator das receitas, Senador Francisco Dornelles, que fizeram um verdadeiro milagre ao acordarem, com todas as Bancadas e o próprio Governo, como seria o remanejamento dos recursos a partir do fim da CPMF. Foi uma luta difícil dizer onde seriam os cortes, tentando-se salvaguardar aquilo que todo mundo entendia como

grande prioridade, que não podia sofrer nenhum tipo de impacto negativo de recurso, e assim por diante.

Portanto, Sr. Presidente, ouvi, atentamente, as preocupações, mas, devido ao alto grau de conhecimento orçamentário de alguns Senadores que falaram de maneira tão incisiva, qualquer pessoa que assistiu, na tarde de hoje, à esta sessão, pode dizer que, então, dentro daquela Comissão, houve um verdadeiro complô para resolver a matéria de uma maneira absurda.

Quero dizer a V. Ex^a que, se há um absurdo, houve a participação da representação de todos os Partidos. Na noite de ontem, foi o que ocorreu, porque o Relator José Pimentel e o Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, fizeram um relato dessa conversa que houve entre os Líderes e V. Ex^a.

E foi dito lá que as bancadas concordavam em retirar o anexo de metas da votação. Porém, na hora, houve uma reação muito forte, sim, das bancadas da Câmara dos Deputados, dizendo que não aceitariam, em hipótese alguma – e aí houve a concordância de todas as bancadas, inclusive a do PSDB –, que os Senadores ditassem as regras sem combinar também com as lideranças da Câmara.

Portanto, queria que fizéssemos um pouco de justiça, para evitar que, na tarde de hoje, saíamos daqui dizendo que houve uma gangue, dentro da Comissão de Orçamento, trabalhando essa peça. Pode ser que tenha havido entendimentos errôneos, que, talvez, os mais entendidos, em tempo hábil, evitaram colocar o assunto no momento mais correto. Acho que ainda é tempo, sim, de se corrigir tais mal-entendidos e de se conversar novamente com as pessoas que lidam com essa peça orçamentária, para que fechemos um acordo e até se possa concluir a votação do Orçamento.

Assim, Sr. Presidente, vou agora, neste momento, procurar o nosso Deputado José Pimentel e também o Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, e comunicá-los o que ouvi hoje, se é que eles já não têm conhecimento. Vou lhes rogar – o que eu ouvi aqui – para que busquemos o entendimento imediato entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, para que concluamos essa votação, sem maiores percalços.

São os comentários sobre essa matéria que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra, neste instante, em homenagem à mulher, à Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em nome das mulheres do Brasil, agradeço-lhe a deferência, já que estamos próximo do dia importante para nós, mulheres.

Sr. Presidente, faço minhas as palavras do Senador Mário Couto, no que diz respeito à competência de V. Ex^a e ao meu contentamento com a sua administração nesta Casa. Diferentemente dele, V. Ex^a me procurou, pedindo-me o voto. Votei, e estou bastante satisfeita. Inclusive por V. Ex^a haver me recebido em seu gabinete várias vezes, para tratarmos de assuntos de interesse de várias matérias e de vários segmentos.

Mas, hoje, em nome desse trabalho para a valorização da nossa Casa, o Senado Federal – V. Ex^a sabe que os meus elogios não são para lhe bajular; eles são sinceros –, gostaria de pedir a V. Ex^a, encarecidamente, que pudesse cumprir o Regimento desta Casa ao ler o requerimento, apresentado por mim no dia 20 de novembro de 2007, que diz respeito ao PLS nº 646, de 1999, de autoria do Senador Jorge Bornhausen, sobre o Código de Defesa do Contribuinte.

Esse Projeto está na CAE, e foi-lhe designado como Relator o Senador Romero Jucá. Seguindo os preceitos constitucionais, o Projeto já passou da data de ser relatado. Portanto, estando o requerimento na Mesa, peço a V. Ex^a que faça a sua leitura, para que o Projeto possa vir a plenário, já que é de interesse nacional, porque diz respeito ao contribuinte.

Sr. Presidente, quero aqui, resumidamente, listar os três maiores benefícios que o Projeto trará ao País.

Primeiro, defesa do direito de defesa do contribuinte, que não mais terá – absurdamente – que depositar 30% na hora de sua defesa ou de seu recurso. Estamos tirando o direito de defesa de vários contribuintes que não têm esse recurso para ser depositado na hora de sua defesa. Isso é um incentivo à corrupção, porque, entre depositar 30%, o que o contribuinte não tem, do valor da causa, e o fiscal pedir 5%, o contribuinte, com certeza, vai ser induzido a praticar um ato de corrupção.

O segundo, Sr. Presidente, é transparência nos impostos. Esse Código resume vários pontos de defesa que estão, muitas vezes, espalhados por várias leis, e que os nossos juízes têm dificuldade de julgar. Assim como nos Estados Unidos, o contribuinte tem o direito de ser informado a respeito dos impostos que está pagando. Isso é possível ser feito, não só na rotulagem, mas principalmente na nota fiscal.

Por último, Sr. Presidente, entre tantos outros pontos importantes, quero aqui dizer que ele acaba

também com a possibilidade do uso espalhafatoso e intimidador da força policial nas diligências da fiscalização, exceto, claro, se comprovada a resistência. Portanto, o fiscal, o auditor, só poderá usar a força policial – e não mais coagir e cometer abuso de autoridade, atitude truculenta – com ordem judicial junto ao contribuinte.

Então, Sr. Presidente, em nome dessa valorização do nosso Senado Federal, peço a V. Ex^a que possamos fazer a leitura do Projeto sobre os direitos do contribuinte, que há anos tramita nesta Casa, e que está na CAE, pois, consolida, numa só lei, todos os direitos mais importantes do contribuinte, que hoje estão, como disse, e repito, espalhados em várias legislações e alguns sequer previstos em legislação.

Em nome do contribuinte brasileiro, tenho certeza absoluta de que V. Ex^a vai atender ao requerimento e o Regimento Interno desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou atender ao pedido de V. Ex^a: vou encaminhar à CAE uma solicitação no sentido de que venha ao plenário esse Projeto.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Em nome de todos os contribuintes zelosos deste País, agradecemos seu ato.

Muito obrigada!

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pedido de palavra pela ordem tem prioridade.

Concedo, então, a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço desculpas, mas quero perguntar a V. Ex^a – porque não ouvi – se a votação do item 1 foi suspensa ou não. Várias discussões paralelas estão ocorrendo, mas não dizem respeito ao item 1. Não sei se V. Ex^a suspendeu a votação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Consultei os Líderes, mas S. Ex^{as} não se manifestaram. Apenas o Senador Romero Jucá se manifestou. Mas a Senadora Ideli Salvatti quer fazer uma intervenção. Acredito que seja sobre o mesmo assunto.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Pedi desculpas porque está aqui uma discussão enorme.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Está-se discutindo sobre Orçamento, CPMI... Somos favoráveis

a toda essa discussão, mas... Então, vamos suspender a votação.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, realmente, o que o Senador Romeu Tuma observou é verdade. A diversidade de assuntos que já tratamos durante o debate da Medida Provisória nº 1, que abre o crédito extraordinário, desde setembro do ano passado, é fantástica.

Então, que pudéssemos, efetivamente, suspender a discussão, até porque a Comissão Mista de Orçamento – essa a informação que tenho – teria ou tem reunião agora à noite, e vários Parlamentares irão participar dela, até para

poderem dirimir as dúvidas, as questões que pairaram nesta sessão nas várias intervenções, a fim de que possam ser resolvidas.

Portanto, se nenhum outro Líder for contra, que se suspenda imediatamente, até para que os Parlamentares da Comissão Mista possam comparecer à reunião.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou declarar encerrada a Ordem do Dia, e...

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – ...pedir aos Senadores que solicitarem a palavra...

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, V. Ex^a, encerrando a Ordem do Dia, eu peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Está encerrada a Ordem do Dia, e V. Ex^a está inscrito.

São os seguintes os itens adiados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, de 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008 (Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que *dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de*

18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, de 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que *revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.*

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior, que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).*

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação,

que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 18, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 3, DE 2001**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo*

para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 26, DE 2002**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa*

nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.* (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973* (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003,

na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências* (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos*.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro*.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

32

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

35

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

36

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

37

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei

do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

38

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

39

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN.) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sérgio Guerra.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ausentei-me por alguns minutos, quando fui informado de uma discussão muito incisiva sobre a questão do Orçamento.

Ontem à tarde, afirmei aqui que foram introduzidas emendas de relator no valor de R\$526 milhões por conta de um anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias, se não me engano, da iniciativa do emérito, honrado, Deputado João Leão.

Tenho uma certa opinião sobre isso tudo. Primeiro, emendas de relator são para erros e omissões. Segundo, emendas de parlamentar podem ser emendas individuais, emendas de bancada e emendas de comissão. Essa é a regra que está estabelecida. Há uma outra regra: os relatores setoriais podem trabalhar com 55% dos recursos disponíveis; as bancadas, se não me

engano, com mais 25%, para que distribuam nas bancadas entre as emendas de bancada; e o relator-geral, 20%. Mas um certo grupo organizou – e a expressão não é minha, é do Relator-Geral – barricadas.

Ontem, o Relator-Geral, em uma reunião na minha presença, na presença da Senadora Roseana Sarney, do Presidente da Comissão e do Presidente do Senado disse que foi durante esse processo superado por verdadeiras barricadas. Falou até em uma barricada que impediu o acesso de Parlamentares. Havia alguém que comandava uma espécie de greve naquela instituição democrática, transparente, absolutamente responsável e respeitável, que é a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

É importante que alguns sustentem essa tese, porque terão de sustentá-la depois. Aquela Comissão é transparente, respeitável e merece o apoio do Congresso. Quem sustentar isso aqui, terá de explicar depois o que disse à sociedade brasileira e ao Congresso.

Inventaram agora uma nova modalidade de emenda: um anexo à LDO. No futuro, haverá dois orçamentos: aquele que discutimos aqui, que já é entre nós uma confusão, uma iniciativa absolutamente desmoralizante para o Congresso – porque o Orçamento é isso, nada mais do que isso –; e um outro Orçamento, o anexo da LDO, que vira agora emenda de Relator.

O Relator não deveria fazer emenda para isso. Deveria fazer emendas para a sistematização, para a correção de erros e distorções que estão na peça orçamentária.

Nós podemos aqui votar, aceitar isso? Não é possível. Se assim o fizermos, estaremos consagrando a posição de um certo grupo que rigorosamente faz e desfaz na Comissão de Orçamento. Tivemos um encontro ontem, fizemos um acordo. Vamos retirar as emendas criadas por esse anexo do conjunto do Orçamento.

Não vamos discutir, vamos tirar isso. Não vamos entrar no mérito, e vamos votar a Lei de Orçamento, de acordo com o Presidente e o Relator da Comissão e com todos os representantes de outros partidos.

O acordo saiu daqui e foi vencido pelas barricadas da Comissão de Orçamento, na expressão do Relator-Geral. Se vamos apoiar as barricadas da Comissão de Orçamento, vamos votar a tal relação de emendas que saíram do anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias, que depois foi aperfeiçoada no relatório preliminar, por iniciativa desse mesmo grupo. Amplamente denunciada, aliás, em detalhes, pelo jornal **Folha de S.Paulo**. Não é invenção. Não estou falando de corrupção, porque não posso provar, mas se trata de uma enorme irregularidade, de um desrespeito a todos que trabalham

como Senadores e Deputados comuns, que aprovam lá a sua emendinha e vão defendê-las depois.

Como se já não bastasse a política absolutamente não-racional de liberação de recursos, agora o próprio Congresso compromete ainda mais o seu desempenho com esse tipo de iniciativa atípica, que nunca ocorreu. Ela já surgiu algumas vezes, nós a derrubamos, e hoje é aceita pela maioria da Comissão.

Trata-se de um ato de total irresponsabilidade. Não vou dar meu voto nem como Senador nem como brasileiro. E previno, com muita clareza, a todos: quem quiser sustentar aquela Comissão que levante a voz aqui para fazê-lo, porque ela terá de ser absolutamente transparente no próximo ano. Nós da Oposição não trabalharemos com a Comissão do mesmo jeito.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. Em seguida, ao Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Inácio Arruda.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou ocupar a palavra, Senador Mão Santa, para um fato relevante para o Estado do Piauí e que foge um pouco a esse clima tenso que envolve todos nós neste momento.

Faço o seguinte registro: o Papa Bento XVI criou a diocese de Floriano (PI), ao desmembrá-la da cidade de Oeiras, e a tornou subordinada à Arquidiocese de Teresina. Como Bispo de Floriano, foi nomeado Dom Augusto Alves da Rocha, que já acumulava as duas dioceses. Dom Augusto Rocha é um bispo queridíssimo em todo o Piauí, já tendo exercido suas funções em Suplício Mendes, Bertolinia e Picos.

E para a cidade de Oeiras Sua Santidade indicou o Bispo Juarez Sousa da Silva, que atualmente exercia a função de Diretor de Estudos do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Teresina.

Todos os dois têm currículos fantásticos, com cursos de pós-graduação no Colégio Maior do Vaticano.

Portanto, Sr. Presidente, eu me associo aos católicos piauienses, principalmente as comunidades de Floriano e Oeiras, pela decisão de Sua Santidade o Papa em nomear esses dois Bispos para responder pelas dioceses, agora exclusivas, de Floriano, D. Augusto, e D. Juarez para exercer a diocese de Oeiras.

Era o registro que eu queria fazer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro. Em seguida, ao Senador Paulo Paim.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, trago para conhecimento do Plenário uma lamentável notícia, e registro, mesmo que oralmente, voto de pesar à Governadora Ana Júlia Carepa, em especial a seu irmão, Arthur Carepa, pelo assassinato, hoje pela manhã, do cunhado de Arthur Carepa, Haroldo Luís Pereira Moreira, vítima de assalto, às 8h30min, no Bairro da Cremação. Chegou a ser levado ao Pronto Socorro do Guamá, mas, lamentavelmente, não resistiu aos ferimentos e morreu ao final da manhã.

Peço a V. Ex^a que acate, mesmo que oralmente, o requerimento de voto de pesar à família da vítima, Sr. Haroldo Luís Pereira Moreira, ao irmão da Governadora e cunhado da vítima, Sr. Arthur Carepa, e à própria Governadora pelo infortúnio do assassinato desse familiar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou atender a V. Ex^a, através das notas taquigráficas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Com a palavra o Senador Paulo Paim. Em seguida, V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Faço um apelo para que o serviço de som possa funcionar adequadamente.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, em primeiro lugar, cumprimento V. Ex^a. Hoje, participei de uma reunião em seu gabinete com todas as centrais sindicais. Entreguei em mãos o requerimento assinado por todos os Líderes, da situação e da oposição, para que o PL nº 42 fosse votado na noite de hoje. Esse PL garante uma política permanente de recuperação do salário mínimo até 2023, conforme a inflação e mais o PIB. Mediante discussão que tivemos na Comissão de Assuntos Sociais, nós inclusive garantimos essa mesma política para os aposentados e pensionistas. Mantive aqui uma conversa com diversos líderes, e estava assegurado que o PL nº 42 seria aprovado na noite de hoje. Infelizmente, não houve o acordo, o PL não foi votado. Por isso, lamento a não-votação. Neste momento, só me resta fazer um apelo ao Presidente Lula para que edite uma medida provisória – eu que não gosto de medida provisória –, porque o novo salário mínimo vai entrar em vigor a partir de 1º de março.

O trabalho desta Casa, a meu ver, foi brilhante, e em sintonia com a Câmara dos Deputados. Só nos

resta agora votar o projeto na semana que vem, pedir que a medida provisória saia, para que o salário mínimo de R\$412,40, que corresponde a mais ou menos U\$246,00, possa entrar em vigor a partir do dia 1º de março.

Sr. Presidente, espero ainda que, mediante acordo firmado com os Líderes, possamos votar, na semana que vem, de forma definitiva, esse projeto de lei.

Se ele for votado, pode ter certeza, milhões de aposentados e de pensionistas neste País, milhões de trabalhadores que dependem do salário mínimo saberão reconhecer esse gesto do Senado da República.

Agradeço a V. Ex^a, com muita convicção de que vamos votar essa matéria na semana que vem.

Era isso que tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concederei a palavra ao Senador Arthur Virgílio e, em seguida, ao Senador Jayme Campos. Depois atenderei, com todo prazer, a solicitação de V. Ex^a, Senadora Fátima Cleide.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a quer falar ainda? (Pausa.)

Depois falarão o Senador Expedito Júnior e V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Sr. Presidente, não quero falar “ainda”. Pedi a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Desculpe-me, Senador Inácio Arruda.

O Senador Arthur Virgílio tem a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de ser aceito como subscritor também do voto de pesar requerido pelo Senador Flexa Ribeiro à família Carepa, que conheço bem.

Fui hóspede da família da Governadora Ana Júlia, numa belíssima festa do Círio de Nazaré, e percebi como é unido o clã Carepa, como todos se estimam, como todos participam das mesmas festas, das mesmas dores.

Portanto, quero transmitir à Governadora Ana Júlia Carepa, que foi nossa colega de Senado e minha colega de Câmara dos Deputados, a seu pai e a seu irmão, que é o parente mais próximo de Haroldo, o falecido, enfim, a todos o sentimento mais profundo

e pessoal. E tenho certeza de que é o sentimento de toda a Bancada do PSDB, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves, é com muita alegria que venho a este Plenário para comunicar ao povo mato-grossense que concluímos hoje o projeto de federalização de algumas estradas do nosso Estado.

Por volta da 17h30min, conseguimos aprovar projeto de lei, de autoria do Senador Jayme Campos, da Senadora Serys Slhessarenko e do saudoso Senador Jonas Pinheiro, que dispõe sobre a federalização da MT-174, da MT-080, da MT-242 e da MT-251.

É fundamental para Mato Grosso, Sr. Presidente, a federalização dessas estradas, até porque o nosso problema grave e sério em relação ao escoamento da produção é uma questão de logística. Com essas estradas, damos o primeiro passo no sentido de melhorar, com certeza, o transporte de toda a produção do Estado.

Confesso de público aos mato-grossenses, por meio da imagem da TV Senado, e a nossos ilustres Pares que Mato Grosso conseguiu hoje um grande avanço, até porque é o Estado que tem o menor número de estradas federais. Em que pese ser um Estado de dimensões continentais, temos apenas 2.400 quilômetros de estradas federais. Agora, com esse projeto de federalização, poderemos alocar recursos orçamentários da União para começarmos os primeiros trabalhos relativos a projetos, licitação e alocação de recursos para o início das obras, se possível, no ano que vem.

Esse projeto é terminativo na Comissão de Serviços de Infra-estrutura e será enviado para a Câmara. Espero que a Câmara também o aprove com a maior rapidez possível. Com isso, estaremos realizando um sonho e, sobretudo, melhorando o desenvolvimento do Mato Grosso.

Essa é a minha fala, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, muito obrigada. Quero também, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, subscrever o voto de pesar encaminhado pelo Senador Flexa Ribeiro a toda a família da Governadora Ana Júlia Carepa.

Sr. Presidente, neste momento, também tenho outro voto de pesar para encaminhar. Com muita tristeza, informo a esta Casa o falecimento de uma grande figura de minha cidade chamada Padre José Simionato, da Congregação dos Padres Combonianos, que faleceu aos 83 anos de idade, mas ainda com todo o vigor da juventude.

Padre Zezinho, como era conhecido, era Vigário da Paróquia Nossa Senhora das Graças, mas andou por todo o Estado de Rondônia. Sua trajetória histórica sempre se pautou nas causas sociais. Foi um grande apoiador principalmente dos movimentos sociais do campo. Ainda na sexta-feira passada, participou da abertura do Encontro do Movimento Camponês Corumbiara. Vai deixar muita saudade, porque, infelizmente, no meu Estado, poucos são aqueles que se dedicam efetivamente a apoiar a luta dos trabalhadores.

Padre Zezinho nasceu na Itália. Ele se vai, mas deixa conosco a certeza de que sua vida não foi em vão. A semente plantada por esse grande comboniano no Estado de Rondônia frutificará cada vez mais.

Era isso que queria dizer, Sr. Presidente. O voto de pesar já encaminhei à Mesa.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Inácio Arruda. V. Ex^a não quer ir à tribuna?

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE)

– É claro, Sr. Presidente. Peço licença a V. Ex^a para ocupar a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB

– RN) – V. Ex^a tem total licença.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero solidarizar-me e prestar meu voto de pesar à Senadora e hoje Governadora do Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, subcrevendo o requerimento do Senador Flexa Ribeiro.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, quero destacar o trabalho do PCdoB em relação à participação das mulheres na vida política, nas instâncias partidárias e no País. Por isso, solicito a V. Ex^a que acolha nos Anais do Senado o pronunciamento que faço nesse sentido, acompanhado das decisões da primeira conferência realizada por um Partido sobre a questão da mulher. Ela foi realizada pelo Partido Comunista do Brasil.

Agrego a isso decisões também do seu Congresso, que foi o Congresso da União Brasileira de Mulheres. Que essas duas resoluções, tanto a da Conferência do PCdoB quanto a da União Brasileira de Mulheres, sejam acolhidas nos Anais do Senado da República!

Passo, em seguida, a destacar um episódio, no dia de hoje, que deve ser registrado em função do esforço que o Brasil e os países vizinhos realizam no sentido da integração sul-americana, no sentido da integração dos seus mercados, do Mercado Comum do Sul (Mercosul), do Parlamento do Mercosul, do Parlamento Andino, e de outras iniciativas parlamentares.

O fato que quero destacar e que teve a participação direta da chefe da delegação da Cruz Vermelha, Bárbara Lintermann, é o episódio da libertação de quatro parlamentares que estavam nas mãos das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc): Orlando Beltrán, Gloria Polanco de Lozada, Jorge Eduardo Géchem e Luis Eladio Pérez. Eles foram resgatados, levados até à Venezuela, onde alcançaram a liberdade tão almejada não só pelos prisioneiros que estão nas mãos das Farc, como pelos mais de 500 prisioneiros que estão nas mãos do Estado colombiano.

É importante destacar o papel da Senadora Piedad Cordoba, que tem sido incansável na defesa de um acordo político que garanta a paz na Colômbia, porque paz na Colômbia significa maior integração sul-americana, significa maior integração dos povos latinos. E é evidente, é claro que existem objeções a essa integração. Existem esforços realizados por outras nações que não desejam que essa região do mundo esteja firmemente integrada.

Considero que esse episódio tem grande significado. São duas iniciativas seguidas das Farc contra nenhuma iniciativa ainda do governo colombiano. Sinceramente, é preciso que esse governo mostre se está interessado efetivamente em encontrar o caminho da paz em uma nação tão importante para a América do Sul, como é a Colômbia.

Destaco ainda, Sr. Presidente, que, em Caracas, na Venezuela, haverá a Conferência Mundial da Paz, entre os dias 8 e 13 de abril. Minha expectativa é a de que o Senado brasileiro esteja representado ali. Aliás, espero que o Congresso Nacional esteja representado nessa conferência, que se dará em Caracas. Isso tem um significado importante que destaco aqui, que é exatamente o papel realizado pelo Presidente da Colômbia nesses últimos episódios. São episódios de luta pela paz na nossa região, na nossa fronteira. Ou não queremos a paz? Ou não lutamos pela paz? Se lutamos, temos de reforçar esse esforço latino-americano, para que a paz seja alcançada nessa nação tão importante.

Registro o papel do presidente venezuelano. Alguns setores da vida política brasileira podem criticar, como desejarem, a figura do Presidente Hugo Chávez, mas jamais poderão dizer que esse presidente venezuelano não tem contribuído para a paz na nossa região,

não tem lutado para que a paz se estabeleça na sua fronteira. É fronteira nossa do Brasil, mas é fronteira da Venezuela. Há um esforço do Presidente Hugo Chávez para que se alcance a paz na Colômbia.

Esse é um papel destacado, Sr. Presidente. E é um esforço sul-americano. Se queremos a paz, meu caro João Pedro – a quem concedo um aparte neste momento –, temos de reconhecer esse papel destacado e benéfico para toda a América do Sul. Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Obrigado. Para contribuir com a preocupação de V. Ex^a, primeiro quero saudar esse evento que acontecerá em Caracas, em abril, sobre esse tema, com esse objetivo. Isso é importante. Quero mostrar um número dessa crise, desse conflito na Colômbia: o número de exilados no Brasil. Por sinal, não se aplica muito o termo “exilado”, para não se caracterizar o confronto interno lá. Em agosto de 2007, estive na tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru. A Igreja Católica, que tem uma comissão que trabalha direitos humanos na cidade de Tabatinga, apresentou o número de dez mil colombianos que saíram da Colômbia e que estão no Amazonas. É um número pequeno em Tabatinga, porque eles têm pavor do conflito, principalmente dos grupos paramilitares da Colômbia. Mas dez mil colombianos saíram da Colômbia e estão na calha do rio Solimões, e há um grande número de colombianos vivendo na capital do Estado do Amazonas, Manaus. São dez mil colombianos! Ou seja, além do número de colombianos presos, de um lado e de outro, nesse conflito, existem os colombianos que se exilaram, principalmente a população ribeirinha de trabalhadores rurais da Colômbia, que está em Manaus e na calha do rio Solimões, morando de forma precária. É precária a situação desses colombianos que estão no Amazonas, que estão no lado brasileiro. Mas é um número significativo de colombianos, em torno de dez mil, no Brasil, que fugiram desse conflito. Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, que ilustra bem essa necessidade de encontrarmos esse caminho da paz na região. Isso interessa para o Brasil? Interessa para a Venezuela? Sim, ela é fronteiriça. Interessa para a Colômbia? É claro que tem de interessar para a Colômbia! E interessa para o Brasil.

Veja esse destaque que V. Ex^a apresenta no nosso pronunciamento: dez mil colombianos exilados no nosso País, só no Brasil, praticamente na região amazônica, porque se trata de população rural. Imagine o número de colombianos de zonas urbanas que devem estar espalhados na América do Sul e em ou-

tras nações, exilados frente ao conflito que perdura há algumas décadas naquela nação!

Por isso, destaco, Sr. Presidente, que esse papel do Presidente venezuelano, Hugo Chávez, é muito importante. Temos de retirar nossos preconceitos, que predominam em determinados setores da mídia brasileira, porque é conservadora, é de direita, é preconceituosa – sempre o foi –, e em outros setores da atividade política no Brasil, para enxergar essa atuação destacada, que devemos apoiar no Brasil.

Por isso, é importante que a Venezuela esteja aqui conosco no Mercosul, participando do Parlamento do Mercosul, participando dos acordos realizados no âmbito deste Mercado. Esse esforço deve contar com nosso apoio, com o apoio parlamentar, com o apoio do Congresso Nacional, com o apoio do Governo brasileiro, porque é uma luta pela paz na nossa região.

Sr. Presidente, proponho que V. Ex^a, que preside não só o Senado, mas também o Congresso Nacional, destaque, em combinação com o Presidente da Câmara dos Deputados, uma comissão do Congresso Nacional para representar o Parlamento brasileiro na Conferência Mundial da Paz, na capital da Venezuela, Caracas, de 8 a 13 de abril. É uma conferência importante, uma conferência do mundo na luta pela paz e que diz respeito à nossa região.

Agradeço a V. Ex^a a atenção, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, do qual tenho a honra de fazer parte na condição de vice-presidente, fez a escolha dos nomes que serão agraciados com a comenda, destinada a condecorar mulheres que se destacaram pelo seu trabalho em prol dos direitos da mulher e questões de gênero em diversas profissões. Da lista de 75 indicadas para a edição de 2008 da premiação, foram selecionadas cinco mulheres extraordinárias: a ex-deputada federal pelo Pcdob e médica Jandira Feghali; a Patrona do Feminismo Brasileiro, Rose Maria Muraro; a aeromoça “tia Alice”; a presidente da Associação das Parteiros de Jaboação dos Guararapes, Maria dos Prazeres; e a médica geneticista Mayana Zatz. A entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz acontecerá no dia 11 de março próximo, durante a sessão especial de homenagem ao Dia Internacional da Mulher, quando, na mesma oportunidade, o Senado vai relembrar a luta de outras grandes mulheres: Teresa Zerbini, Olga Benário e Anita Leocádia Prestes.

O PCdoB, Sr. Presidente, ao longo de toda a sua trajetória, sempre esteve na vanguarda da luta pela emancipação da mulher, empreendendo esforços para colaborar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Esse esforço se traduz em contribuir, através da nossa compreensão, para incrementar a participação da mulher na política e no poder. A luta para eleger mulheres consiste em uma marca forte ao longo da história de nosso partido. Ainda na década de 40, o PCdoB criou, de forma pioneira, a Federação de Mulheres. A bancada comunista na Câmara dos Deputados tradicionalmente possui uma das maiores participações femininas, chegando a 50% em alguns momentos. Hoje, dos nossos 13 deputados federais, cinco são mulheres, inclusive nossa liderança, que será desempenhada durante este ano pela ilustre deputada Jô Moraes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a mobilização por uma maior participação das mulheres na política passa pela aproximação com as trabalhadoras do nosso País. Muito se avançou nestes últimos anos, mas precisamos incorporar, no dia-a-dia, a luta pela participação da mulher nos sindicatos, nas escolas, nas universidades, nos bairros, enfim, em todos os espaços da atividade humana.

Enfrentar esse desafio, de criar condições para incorporar mais mulheres nas tarefas partidárias, nas direções dos Partidos Políticos e nos cargos eletivos vai além do mero debate sobre cotas. Passa por uma atitude coletiva, de sensibilidade com a condição feminina e de valorização das mulheres. Assim como em qualquer aspecto da vida, na política também é preciso aprender a ouvir e a falar; partilhar espaços de poder constitui um meio eficaz para construir uma sociedade mais compromissada com a igualdade e com o bem-estar do cidadão.

Quero aqui ressaltar, Sr. Presidente, que o PCdoB procurou materializar esse compromisso, realizando, ainda no ano passado, sua 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher. Esse evento, que constituiu um marco na história do partido, culminou em uma resolução, onde foram definidos dois dispositivos que visam melhorar a inserção da mulher nas fileiras não só do PCdoB, mas em toda a vida política nacional: a criação de um fórum permanente sobre o assunto e de uma secretaria, no âmbito da direção nacional do partido, voltados para a questão da mulher e a luta emancipacionista.

Além disso, ficou estabelecido que é preciso caminhar de forma resoluta para que a participação das mulheres nas instâncias partidárias e nas direções do partido supere a proporção mínima de 30%. Peço por-

tanto, Sr. Presidente, que a íntegra dessa resolução faça parte do meu pronunciamento e que seja incluída nos anais desta Casa.

ÍNTegra DA RESOLUÇÃO PCdoB*

Também cabe destacar, Sr. Presidente, o papel que vem desempenhando a União Brasileira de Mulheres – UBM – na luta conta a discriminação de gênero, racial, religiosa ou de qualquer natureza.

Trata-se de uma entidade nacional, apartidária e sem fins lucrativos, que congrega mulheres a trabalhar pela sua participação na luta pela soberania nacional e pelos direitos sociais, realizando pesquisas, seminários, cursos, palestras e debates sobre questões de gênero, em parceria com outras entidades do movimento popular e social.

A entidade também deu um passo a frente quando, em seu 7º Congresso, discutiu formas de ampliar sua participação de maneira organizada nas lutas políticas pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, fortalecendo os movimentos sociais, urbanos e rurais, de forma que as mulheres possam influir de maneira efetiva nas políticas públicas. O resultado desse encontro foi um documento que elenca vários desafios a serem enfrentados, que peço encarecidamente também seja incluído em sua íntegra neste meu pronunciamento.

****ÍNTegra DA RESOLUÇÃO UBM****

Sr. Presidente, Sras e Srs Senadores, finalizo este meu pronunciamento deixando uma homenagem a todas as mulheres pela passagem do dia 8 de março, torcendo para que esse processo de aproximação com a questão da mulher dentro de nosso partido possa se estender para outras agremiações partidárias e para outros segmentos, envolvendo a todos de forma conseqüente com o debate, em um esforço coletivo que certamente será vitorioso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Resolução sobre o Fórum Permanente e a Secretaria para a Questão Da Mulher

O Estatuto partidário, aprovado no 11º Congresso, fixa no artigo 53 que “A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos

entre gêneros, estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção”.

A aplicação prática dessa definição se deu por meio da convocação periódica, pelo Comitê Central, de Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher para elaborar e implementar políticas de combate à discriminação de gênero, consoante com as demandas da emancipação da mulher e sua participação na luta transformadora, bem como na vida partidária. A Conferência constituirá um Fórum Nacional Permanente, como instrumento da construção da política emancipacionista das mulheres e de acompanhamento de sua aplicação nas diversas esferas de ação do Partido.

O Fórum Nacional Permanente criado na 1ª Conferência sobre a Questão da Mulher tem a responsabilidade de auxiliar na construção e acompanhamento da política feminista emancipacionista, nas diversas esferas de ação do Partido. O Fórum corresponde a uma comissão partidária de tipo especial. Como comissão, é órgão auxiliar da direção nacional, regida pelos mesmos preceitos: possui responsabilidades executivas e responde pelas suas atividades perante os órgãos eletivos de direção – o Comitê Central, a Comissão Política Nacional e, quando houver indicação expressa daqueles, o Secretariado Nacional. Seu caráter especial decorre do fato de que será permanente – o que foi fixado em Estatuto; dada a natureza de suas atribuições, deve ser multissetorial, envolvendo participantes de diferentes frentes e áreas de atuação, destinada a fazer fluir seu trabalho no seio dessas frentes.

Considerando os pressupostos acima apresentados, a 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher indica ao Comitê Central:

1 – A criação de um Fórum Permanente para a Questão da Mulher, integrado por 23 companheiras e companheiros, que tenham compromisso com a frente, nela atuando com dedicação, disposição e condições de intervenção.

2 – O Fórum pode ser composto por um conjunto de companheiras e companheiros que representam o trabalho partidário e sua ação política, como: Secretária de Organização, integrantes da Comissão Política Nacional, coordenadora nacional da entidade feminista emancipacionista, gestores públicos, integrantes do parlamento, da frente sindical, de juventude, do movimento comunitário, do movimento anti-racista, da área acadêmica, da

luta de idéias, das áreas partidárias de formação, de comunicação e organização.

3 – O mandato do Fórum será exercido entre uma e outra Conferência ou até o Congresso partidário subsequente.

4 – A Secretaria Nacional para a Questão da Mulher do Comitê Central tem a função de coordenar o Fórum, garantir a atividade partidária permanente em torno das definições da Conferência e do Fórum, estimular e dirigir a intervenção das e dos comunistas na questão da mulher, junto a todos os movimentos dos quais participam e valorizar a militância na entidade feminista emancipacionista. Seu trabalho deve ser integrado com as demais secretarias.

5 – Respeitadas as condições de cada unidade da federação deve-se propor a criação de Fórum Estadual Permanente e secretarias no âmbito das direções a serem eleitas nas Conferências ordinárias de 2007.

6 – A criação de uma Secretaria Nacional para a Questão da Mulher, em nível do CC e dos CEs e estimular a constituição de secretarias específicas em nível dos municípios, bem como a aplicação das deliberações desta conferência já no âmbito das Conferências ordinárias de 2007.

7 – Relação de nomes integrantes do Fórum: Abigail Pereira, Alice Portugal, Ana Rocha, Augusto Buonicore, Carol Barbosa, Daniele Costa, Eline Jones, Glauce Medeiros, Jô Moraes, Julieta Palmeira, Liége Rocha, Lúcia Antony, Leila Márcia, Lúcia Rincon, Marta Brandão, Mary Castro, Mídia Matos, Olívia Rangel, Olívia Santana, Raimunda Leoir, Ricardo Abreu, Veruska Carvalho, Walter Sorrentino

Luziânia-GO, 31 de março de 2007

DOCUMENTO APROVADO NA 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE A QUESTÃO DA MULHER

Apresentação

Ao convocar a Conferência Nacional Sobre a Questão da Mulher, o Comitê Central propõe a todo o Partido retomar o debate sobre a temática, atualizando sua proposta para a intervenção política e elevando o tratamento coletivo da luta emancipacionista. Esta iniciativa expressa a compreensão de que o desenvolvimento do pensamento emancipacionista e a estruturação de sua corrente é fundamental para a incorporação das mulheres à luta pelo projeto político do Partido – a partir de sua própria condição – como

parte da acumulação de forças para avançar na construção da alternativa socialista.

O 11º Congresso estabeleceu medidas partidárias em seu estatuto, incluindo de forma permanente o debate do tema. Os artigos 53, 54 e 55 prevêem a convocação regular de uma Conferência Nacional e a constituição de um Fórum Nacional Permanente. Ao mesmo tempo, propõe às comunistas e aos comunistas “a participação nas entidades comprometidas com esta causa e a preparação e formação dos quadros e militantes mulheres, definindo políticas de ampliação da sua participação nas diversas instâncias partidárias e na sua direção”.

A 1ª Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher tem o desafio de formular uma proposta política que forje o protagonismo das mulheres na luta por um novo projeto nacional de desenvolvimento com valorização do trabalho, cuja construção está em curso no Brasil. Para isso deverá fazer um diagnóstico da nova situação da parcela feminina da população, no atual estágio do capitalismo neoliberal, nas condições do Brasil. A instância partidária nacional deverá, também, enfrentar a luta de idéias sobre a perspectiva emancipacionista e propor medidas para tornar a luta da mulher tarefa de todo o Partido, valorizando sua atuação nas instâncias partidárias.

Introdução

1. No curto espaço de tempo histórico que abrange as duas gerações contemporâneas, avultou a incorporação das mulheres à vida econômica e social. Na maior parte dos países centrais e dos países dependentes elas são levadas ao mundo do trabalho, em diferentes profissões, chefiam famílias, são em número crescente nas escolas e universidades. Sua presença penetrou na vida social em todas as dimensões. Carecem, entretanto, de igualdade na lei e na vida e de representação política à altura do papel desempenhado. Hoje, das quase duas centenas de países com assento na ONU, chegam a apenas 12 aqueles que têm uma mulher no mais alto cargo de comando (Alemanha, Chile, Libéria, Filipinas, Jamaica, Finlândia, Bangladesh, Letônia, Irlanda, Moçambique, Nova Zelândia e Sri Lanka). No outro pólo, o mapa da pobreza extrema no mundo reserva igualmente às mulheres o papel dominante. Esse é um retrato concentrado da polarização, que coloca as mulheres num papel subordinado na vida social.

2. No Brasil, nas últimas duas décadas, ampliou-se a incorporação da mulher nos diversos espaços da sociedade. Foi marcante o avanço da luta feminista a partir de 1975, com destaque para o processo constituinte de 88, quando se assinalaram muitas conquistas. Sob o governo Lula, construíram-se, com ampla parti-

cipação democrática, políticas de Estado avançadas. De outra parte, segue sendo o contingente feminino da população o mais sujeito ao desemprego, aos baixos salários, à precarização do trabalho, à violência nas relações domésticas, sobretudo quando se trata da mulher trabalhadora e negra. As mulheres negras sofrem o que chamamos de tripla discriminação: de gênero, de raça e de classe. O fato de ser mulher e negra faz com que elas enfrentem obstáculos ainda maiores na sua inserção social. Esta situação guarda relação com o histórico de formação da sociedade brasileira. No Brasil, as relações sociais se desenvolveram sob a sombra do patriarcado e do escravismo. Como consequência, a opressão vivida pelas mulheres negras incorpora diferentes componentes e tem base material de existência. O racismo é pois, uma construção política que se expressa de maneira objetiva e subjetiva nas relações sociais, traduzindo-se em discriminações e exclusões.

3. Com a ofensiva neoliberal das duas últimas décadas, estabeleceu-se a predominância de um ciclo conservador, tendo por pólo dominante o imperialismo norte-americano. Isto vem sendo marcado por uma poderosa ofensiva contra os valores civilizatórios em geral, em particular contra trabalhadores e os direitos sociais, afetando fortemente a situação de vida e trabalho das mulheres. Impõe-se elevar a resistência dos movimentos emancipacionistas das mulheres como parte da luta por superar os marcos do atual sistema dominante e construção de uma alternativa societária avançada. Há que se reconhecer e investir no potencial revolucionário das diferentes vítimas da opressão numa perspectiva emancipacionista e anti-racista.

As conquistas dos movimentos emancipacionistas sempre estiveram em sintonia com os avanços da luta democrática e progressista. Também no Brasil, a construção de um novo projeto para a nação brasileira não é concebível sem a intensa participação das mulheres.

4. Nosso tempo é o de grandes transformações no rumo de uma sociedade mais justa, livre e igualitária. Os processos de rupturas que isso impõe conhecerão a participação sempre crescente das mulheres. Por isso, na resistência que cresce ao neoliberalismo, e na luta pelo projeto político do PCdoB, é indispensável envidar esforços para relançar a luta das mulheres, dar novo desenvolvimento às idéias avançadas de emancipação feminina que emana do referencial marxista e socialista. Trata-se de lutar pela igualdade entre homens e mulheres, para valorizar a diferença entre eles, como base de sua complementariedade nas relações humanas. Para o PCdoB, essa perspec-

tiva de emancipação da mulher é tarefa indispensável para abrir caminho ao socialismo.

Os desafios a enfrentar

5. O PCdoB precisa enfrentar as limitações ainda existentes em sua atuação na luta emancipacionista das mulheres. O primeiro desafio é superar a subestimação do sentido estratégico da luta contra a desigualdade entre gêneros e dar conta do engrandecimento do papel das mulheres na vida social, econômica, política e cultural. Isso envolve confrontar-se com dilemas teóricos, não só da experiência de mais de um século de lutas, como também os colocados por essa nova realidade, particularmente na América Latina e no Brasil. O segundo desafio diz respeito a superar os impasses do movimento feminista constituído, no país nas últimas décadas, que tendo dado passos avançados na conquista de direitos, em boa medida confinou-se corporativamente à luta específica. Trata-se de construir uma perspectiva integrada da luta da mulher à luta do povo brasileiro, recolhendo suas melhores tradições, conferindo-lhe maior protagonismo como agente da luta por um novo projeto para a nação brasileira. Trata-se de armar o movimento com bandeiras, plataformas e entidades que, incorporando suas reivindicações específicas, atuem no leito da luta política e social pelo desenvolvimento democrático de nosso país. O terceiro desafio é sobrelevar a participação da mulher na vida e nas instâncias partidárias, e aprofundar a luta pelos valores avançados contra a discriminação e opressão de gênero, raça e etnia como forma de emancipação dos homens e mulheres comunistas.

Desafios teóricos na luta de idéias

6. A subestimação do papel estratégico da luta contra a desigualdade de gênero envolve a afirmação de concepções avançadas. É preciso firmar a compreensão de que seu surgimento coincide historicamente com a opressão de classe, tendo sido usada ao longo dos tempos para ampliar a exploração. Mas a primeira não é um mero resultante da segunda, nem se resolve automaticamente com o fim da exploração de classes. No capitalismo, a incorporação das mulheres à produção foi feita reforçando-se sua condição subordinada, para rebaixar o valor da força de trabalho como um todo e ampliar a taxa de lucro. Na realidade atual, sob o neoliberalismo, a discriminação, opressão e alienação tomam novas formas e dimensões. A luta por sua superação é parte integrante da luta do proletariado pela sua emancipação, mas não nos exime de dar conta da especificidade da desigualdade nas relações entre gêneros, que ocupa um período histórico mais extenso. A luta contra a opressão da mulher é parte essencial da agenda socialista e combina a busca de

atendimento às demandas específicas com a agenda geral pela emancipação humana reforçando sua perspectiva socialista.

7. A corrente emancipacionista precisa aprofundar o sentido estratégico que tem a inserção da mulher no mercado de trabalho em condições de igualdade na lei e na vida. É fundamental desvelar o limite político da inserção da mulher no mercado de trabalho na sociedade capitalista. Durante o desenvolvimento histórico do capital são ativadas algumas potencialidades positivas para a emancipação da mulher – apenas para serem mais uma vez anuladas sob o peso das contradições do sistema. Isso porque, ao impulso do capital para a expansão lucrativa interessa incluir a mulher no mercado de trabalho, mas impondo limitações e desigualdades, jogando sobre os ombros da mulher o peso das disfunções sociais associadas à crescente instabilidade da família e às injunções do “Estado mínimo”.

Tudo isso se relaciona com a divisão sexual do trabalho que se enraíza na atribuição prioritária do trabalho doméstico à mulher. Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem em consonância com as relações de produção. No universo do mundo produtivo e reprodutivo existe uma construção social de papéis que faz com que homens e mulheres sejam, desde a família e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho.

8. O capitalismo tem sabido se apropriar dessa divisão sexual do trabalho, incorporando o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado. É nesse contexto que a ampliação da presença da mulher no mundo produtivo faz parte de uma emancipação inconclusa, parcial, tanto em relação à sociedade de classes, quanto às inúmeras formas de opressão masculina, fundamentadas na tradicional divisão social e sexual do trabalho. Sob o neoliberalismo, essa desigualdade se aprofundou tanto no âmbito do trabalho produtivo, com as diferenças salariais, de funções e na precarização das condições de trabalho, como no âmbito doméstico, onde os pressupostos do “Estado mínimo” acarretaram sobrecargas às mulheres.

9. A visão marxista sempre considerou justamente que a história de opressão da mulher começa com o seu confinamento ao espaço doméstico, seu afastamento da produção social, que coincide com o surgimento das classes e da exploração e que a volta da mulher à produção social era fundamental à sua caminhada libertadora. Conseqüentemente, essa volta tem de se dar em condições de igualdade, na legislação e na prá-

tica. Por isso, tem centralidade atualmente a defesa da bandeira do trabalho para as mulheres em condições de igualdade, que significa lutar pelo acesso, igualdade salarial, combater a precarização, defender políticas públicas. Trata-se também de travar intensa luta cultural para modificar os valores deformados de submissão da mulher em relação ao homem, de papéis que não correspondem à realidade atual. Isso envolve contestar as relações injustas de produção sob o domínio do capital, e colocar a necessidade de uma outra ordem social, geradora de novas relações sociais livres da exploração, da opressão e alienação, possibilitando o aparecimento de condições histórico-sociais capazes de oferecer novos condicionantes para a igualdade efetiva entre homens e mulheres.

10. No esforço por reafirmar o socialismo e sua perspectiva estratégica como sistema que cria melhores possibilidades para a luta contra as discriminações de gênero, as marxistas e os marxistas necessitam fazer um exame criterioso acerca dos avanços e limites das experiências socialistas. Impõe-se uma avaliação crítica da construção do socialismo e de seus reflexos na situação da mulher, seja nas experiências fracassadas do Leste Europeu, seja nos países que, hoje, persistem na busca de um sistema mais avançado, que supere o capitalismo. Não se pode negar o que representaram as modificações estruturais e sociais ocorridas nos países socialistas em relação à mulher, sobretudo naquelas sociedades de herança pré-capitalista onde puderam arrancar seus “véus” e assumir suas potencialidades, seja na incorporação à vida econômica, política e social, seja nos imensos avanços sociais obtidos sob o socialismo (educação, saúde, habitação, etc), possibilitando maior emancipação da vida doméstica. Sabe-se, no entanto, que embora tenha se conseguido grandes alterações no papel das mulheres nas relações familiares, ainda permaneceram resquícios do passado. Manteve-se, em boa medida, a divisão sexual do trabalho, herdada das sociedades anteriores.

11. Ainda estão por ser analisadas as questões que não permitiram avanços ainda maiores para as mulheres nas experiências socialistas. Enfrentar a dimensão desses problemas exige a compreensão dos limites da nascente experiência socialista, em sua primeira fase, de se constituir como um sistema estruturalmente novo a partir da herança de atraso, opressão e exploração. Parte das dificuldades se relaciona com o estágio de desenvolvimento da sociedade, em que a baixa produtividade social do trabalho impôs pesadas restrições. Mas, no conjunto da experiência socialista do século XX, não se pode desconsiderar o peso do fator subjetivo, a falta de consciência mais avançada, relativo

à questão da decisiva importância de um avanço maior no campo das transformações dos costumes, tradições e modo de vida. Pesaram nesse sentido, também, as limitações relativas ao regime político que dificultaram medidas relativas à transformação de valores e práticas dominantes nas relações sociais de gênero.

12. Um dos principais desafios na atual luta de idéias relaciona-se com o esforço teórico de construção e atualização da teoria emancipacionista, confrontando-se com as idéias pós-modernas e multiculturalistas que anunciam o fim das classes sociais, dos povos, das nações, da política como ação coletiva e da democracia republicana, da luta por liberdade e por igualdade de direitos. A presença dessas idéias conduz, politicamente, a luta feminista ao confinamento e ao corporativismo já referidos anteriormente. A luta pela emancipação da mulher é parte da luta pela emancipação humana e não pode ser vista de forma fragmentária, separada da luta pelo socialismo.

13. O desenvolvimento das idéias emancipacionistas é um importante terreno da luta das idéias na atualidade, parte integrante do esforço por desenvolver e atualizar a teoria revolucionária, bem como as reformulações programáticas e estratégicas para responder aos problemas contemporâneos. Reafirmamos nossas convicções de que a verdadeira emancipação da mulher virá quando, na lei e na vida, os direitos sociais, políticos e econômicos forem uma realidade no seu cotidiano; quando as transformações no seio da família romperem com a divisão sexual e social do trabalho e a maternidade for entendida na sua função social e, ainda, quando mudanças ideológicas possam romper com os preconceitos arraigados, trazendo transformações comportamentais e de visão de mundo, fortalecendo a visão social da mulher cidadã, garantindo a articulação entre o espaço público e o privado, possibilitando preservar o direito de homens e mulheres usufruírem ambos os espaços, sem sacrifícios individuais. Essa luta será melhor equacionada nos marcos de uma sociedade socialista.

O desafio político – um projeto de atuação da corrente emancipacionista

14. Quanto ao segundo desafio, o de dotar o movimento emancipacionista de um projeto de intervenção política, ele precisa estar situado no contexto da realidade da mulher no Brasil hoje. Sob o efeito do neoliberalismo no país, nas últimas décadas, agravou-se a situação da vida das mulheres. Foram reduzidos os equipamentos sociais e serviços públicos, gerando uma sobrecarga para a vida das mulheres, fazendo-as desdobrarem-se em múltiplas tarefas, do espaço público ao privado, muitas vezes dominadas pelo sentimento de culpa e pressionadas para sempre demons-

trar a sua competência em tudo que fazem, reforçando o seu papel de cuidadora. Apesar das conquistas alcançadas, dos direitos adquiridos na lei, mas nem sempre na vida, ainda há muito a lutar pela inclusão das mulheres, em condições de igualdade, nos vários espaços da sociedade e a lutar contra a violência, a injustiça, os preconceitos.

15. As mulheres querem viver numa realidade onde seu papel social seja respeitado e valorizado, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por isso, precisam integrar seus movimentos à grande e prolongada gesta do povo brasileiro por uma nação livre, independente e soberana, de bem estar social para todos e todas. O caminho trilhado pelas mulheres brasileiras sempre permeou a trajetória do povo em busca de mudanças, transformações e construção de um novo Brasil. As mulheres sempre tiveram força e garra para lutarem por seus sonhos e ideais. Em todas as jornadas dessa luta pela construção nacional, forjaram heroínas como Bárbara de Alencar, Anita Garibaldi e Maria Quitéria; nas jornadas pelo direito à educação, com Nísia Floresta; na luta emancipadora, com Chiquinha Gonzaga e Pagu, rebelaram-se contra os costumes tradicionais de sua época. Berta Lutz, que liderou o movimento sufragista no Brasil, considerava a ausência de direitos para as mulheres um obstáculo para o “progresso geral”, conquistando o direito ao voto em 1932. Na luta contra a opressão, na ditadura militar e na Guerrilha do Araguaia destacaram-se figuras como Olga Benário, Elza Monerat, Helenira Resende, Maria Lúcia Petit. Na luta do Movimento Feminino pela Anistia, na Constituinte, no Movimento Contra a Carestia, no Fora Collor, no apoio às greves de trabalhadores e em tantas outras jornadas deram suas contribuições e dedicaram suas vidas à luta do povo brasileiro.

16. Uma das mais recentes conquistas desse processo foi a eleição de Lula à Presidência. Sob esse governo, possibilitou-se o exercício da democracia realizando várias conferências, inclusive a de políticas para as mulheres, como instrumento fundamental para fazer avançar as mudanças que a nação brasileira almeja. Muitas conquistas foram asseguradas, particularmente nos estratos mais pobres da população. Não se pode desconhecer o alcance de um programa como o Luz para todos, ou o Brasil Sorridente, ou principalmente o Bolsa Família, que têm impacto positivo na vida das mulheres, especialmente as de baixa renda. Recuperaram-se salários e avança-se nas condições do desenvolvimento do país. O Presidente Lula sancionou a lei Maria da Penha, aprovada no Congresso Nacional que cria mecanismos de combate à violência contra a mulher. Nesse ambiente criaram-se melhores con-

dições para relançar o protagonismo e a intervenção política do Partido no movimento emancipacionista, atingindo as mulheres trabalhadoras e do povo. O momento exige a participação efetiva das mulheres. Elas devem integrar-se à grande jornada para dar continuidade às transformações em curso no governo Lula, combatendo as forças retrógradas e conservadoras do país. Devem aprofundar sua plataforma para o segundo governo Lula, avançando nas mudanças e nas conquistas de seus direitos.

17. A luta geral das mulheres por sua emancipação deve considerar a condição feminina e ter presente que, para alcançar um novo patamar, exige-se sua inserção no movimento progressista da sociedade brasileira. Às mulheres interessa um novo projeto de desenvolvimento, acelerado e sustentável com mais direitos sociais e distribuição de renda, aprofundando a democracia e fortalecendo a soberania nacional. Para a concretização deste objetivo é imprescindível a atuação numa perspectiva de unir amplas forças políticas e sociais e, ao mesmo tempo, aprofundar a atuação e ligação com os movimentos sociais.

18. O PCdoB compreende que, para reforçar a incorporação das mulheres nesse projeto, faz-se necessário a defesa de uma plataforma específica que leve em conta, como questão central, a valorização do trabalho da mulher, a partir das particularidades de sua exploração e das suas condições de vida:

A – A valorização do trabalho da mulher, que compreende garantia de acesso ao trabalho em condições de igualdade de direitos, na legislação e na vida real, com registro em carteira, salário igual para trabalho igual, acesso aos mecanismos de qualificação e aos cargos de direção, direitos trabalhistas garantidos, a exemplo da licença maternidade e licença paternidade, com redução da jornada de trabalho. Deve ser assegurado o sentido social da maternidade, o combate ao racismo, discriminação étnica, racial e à livre orientação sexual, o combate explícito no interior das empresas ao assédio sexual e moral. Políticas públicas que minimizem a dupla jornada de trabalho, com a ampliação da rede de creches e implementação de outros equipamentos sociais como lavanderias e restaurantes públicos.

B – O enfrentamento da violência contra a mulher, que passa pela implementação de política que contemple a prevenção, a assistência e o combate aos vários tipos de violência que atingem às mulheres. Compreende a melhoria e ampliação dos serviços que atendem as mulheres em situação de violência como

Delegacias de Defesa da Mulher, Centros de Referência, Casas Abrigo, Defensorias Públicas, Serviços de Aborto Legal e atendimento especializado nos postos de saúde. É imprescindível a criação de Redes de Atendimento às Mulheres vítimas de violência, envolvendo os vários serviços, organismos de controle social e sociedade civil. Campanhas educativas e a implantação da Notificação Compulsória são fundamentais.

C – Ampliação dos direitos humanos e de cidadania, particularmente no combate à violência, à discriminação racial, geracional e livre orientação sexual. Abordar a temática ambiental através de ações articuladas e dentro de práticas transversais, compreendendo a dimensão anti-imperialista que a luta pela defesa do planeta terra assume nos dias atuais.

D – Políticas sociais de promoção da cidadania que garantam a documentação pessoal, instrumento elementar de cidadania, alfabetização e elevação de sua formação, direito à titularidade da terra e da moradia, assistência específica às trabalhadoras do mercado informal, tanto na área da saúde como na área de educação e do cuidado com os filhos. Garantia de acesso aos serviços sem discriminação de qualquer espécie.

E – Políticas públicas de saúde em todos os níveis – município, estado e união – que se pautem pelos princípios da universalidade, integralidade e laicidade do estado, dando relevância ao estabelecido no Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Políticas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos, descriminalização e legalização do aborto, redução e prevenção da elevada ocorrência da morbimortalidade materna ainda existente no nosso país. Políticas para controlar e reduzir a incidência do câncer de mama e de colo uterino, as DSTs/AIDs, assim como o cuidado com a saúde da mulher negra e indígena, nas suas particularidades, com o objetivo de mudar o cenário epidemiológico.

F – Estabelecer medidas de inclusão das mulheres no espaço público, complementando as políticas de cotas com outros mecanismos que ampliem a sua presença nas esferas político-decisórias. Na reforma política, aperfeiçoar a legislação referente à participação das mulheres nos espaços de poder, especialmente os relativos à políticas de cotas vigente, prevendo sanção para os casos em que os espaços dos

dois sexos não forem preenchidos plenamente. Em todas as reformas a serem realizadas no país, analisar o que interessa às mulheres. Organizar iniciativas de formação, qualificação e apoio às mulheres para exercerem funções legislativas e executivas. Estabelecer estratégias permanentes de estímulo à participação política das mulheres e criação de oportunidades para suas candidaturas. Criar equipamentos de apoio como creches nos eventos partidários para viabilizar a melhor participação das mulheres.

G – Combate à discriminação, aos preconceitos e racismo nos hábitos e costumes, realizando um forte embate em todas as dimensões da cultura, valorizando a luta pela democratização da mídia, no convívio cotidiano nas organizações sociais para desconstruir os estereótipos estabelecidos. Confrontar-se com as discriminações de gênero, raça, etnia e livre orientação sexual presentes nos livros didáticos, na linguagem preconceituosa e nas salas de aula, garantindo assim uma educação não discriminatória e diferenciada em relação ao papel social da mulher. Lutar por uma educação pública, laica e de qualidade, pela imediata implementação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica que amplia o financiamento à educação e o piso nacional salarial dos profissionais da educação.

H – Incorporar-se à luta pela diminuição da taxa de juros, da atual política econômica, que produza impactos positivos a programas sociais existentes, com destaque para os que repercutem sobre a vida das mulheres como: **a)** – linhas de crédito para a aquisição de bens de consumo, através de crédito consignado entre outros; crédito para as empreendedoras urbanas, incluindo aí a ampliação dos recursos para a economia solidária; **b)** – linhas de crédito específicas para as mulheres de baixa renda, particularmente as chefes de família, para as trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras e indígenas. Lutar pela implantação e implementação do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, com foco para investimentos de cunho social como: **a)** universalização do saneamento básico, luz para todos, programa de habitação para a população de baixa renda, equipamentos sociais como creches, áreas de lazer, atividades culturais etc. Incluir a demanda pela extinção do valor da assinatura fixa da linha telefônica.

19. Para potencializar a ação dos e das comunistas, com o objetivo de infundir os valores do feminismo emancipacionista no conjunto do movimento social e da luta política foi necessário a criação de instrumento de intervenção específico. A União Brasileira de Mulheres – UBM nasceu a partir de iniciativa liderada pelas comunistas respondendo à necessidade de organizar uma entidade para lutar pela garantia de direitos e emancipação das mulheres, na perspectiva de construção de uma sociedade socialista. A UBM é uma entidade feminista emancipacionista que expressa uma corrente de opinião e desenvolve ações políticas e campanhas de massa. É o núcleo irradiador da corrente no movimento político e social, devendo levar as suas idéias e propostas onde as mulheres estejam, seja no sindicato, nos bairros, junto à juventude, a partir de plataforma própria. O momento exige que se alcance uma nova fase na entidade. A UBM precisa desenvolver uma marca própria de atuação, não devendo atuar coadunada apenas com a agenda estabelecida pelo conjunto do movimento feminista, mas construindo seu veio próprio, priorizando as trabalhadoras. Precisa se transformar num pólo aglutinador da luta das mulheres por sua emancipação, inserida na luta política geral do povo brasileiro.

20 – Para o PCdoB, a UBM é o instrumento central de intervenção política de massas na luta das mulheres, por isso a importância da valorização e do reconhecimento da militância das comunistas que aí atuam. É imperativo que se destaque mais mulheres, quadros e militantes comunistas para atuar na UBM como tarefa principal. Este é um movimento que tem como objetivo o fortalecimento da sua estrutura, fazendo dela uma entidade com locus de militância própria – com um protagonismo maior na luta política, transformando-a num referencial da luta das mulheres brasileiras.

21. A luta feminista emancipacionista é tarefa de todo o Partido, de mulheres e de homens, mesmo que isto não implique necessariamente estarem todos filiados à UBM ou atuando prioritariamente na entidade. Além da UBM, é preciso otimizar a atuação de todo o Partido, especialmente das comunistas, onde quer que atuem, levando as idéias emancipacionistas, seja no executivo, nos conselhos de direito da mulher, no parlamento, nos sindicatos, no movimento comunitário, no movimento estudantil e juvenil, nos demais movimentos sociais, na academia, na área artístico-cultural, enfim aonde tiver uma comunista ou um comunista ali deve estar uma/um porta voz da corrente emancipacionista.

Desafio organizativo – tornar a luta da mulher tarefa de todo o partido

22. O terceiro desafio é sobrelevar a participação da mulher na vida partidária, conferindo ao próprio Partido a condição de pólo dinâmico e irradiador dos valores avançados do emancipacionismo. Tendo como referência o marco da reorganização do Partido, a elaboração política e teórica sobre a luta das mulheres ganhou grande impulso após o fim do regime militar, no ambiente da redemocratização do país, da conquista da anistia, da legalidade do Partido Comunista do Brasil, e da convocação da Assembléia Constituinte. Representava o reconhecimento do papel que as mulheres tiveram na resistência à ditadura, inclusive na luta armada, mas também nos movimentos sociais como a luta contra a carestia e movimentos grevistas.

23. Desde a realização do 6o. Congresso (1983), o PCdoB empenhou esforços nesta questão. Neste Congresso foi apresentado um informe especial: “A luta pela emancipação da mulher” que fundamenta as bases da corrente emancipacionista e as tarefas do Partido nesta frente. Sob este impulso foi lançada a Revista Presença da Mulher (em 1986) e depois, fundada a União Brasileira de Mulheres (Agosto de 1988). No 7o. Congresso (1988) quando se aprovou um novo Programa do Partido, o item 14 foi dedicado aos Direitos da Mulher. Ao se reformular o programa, em 1995, reafirmou-se que no regime político pretendido pelos comunistas “às mulheres será garantida a igualdade de gênero”. No 9º e no 10º Congressos os informes atualizaram a análise sobre a realidade da mulher brasileira, trataram da trajetória da UBM, da evolução do nosso trabalho nesta frente e dos limites e contradições que surgiam para o maior desenvolvimento da militância das mulheres na entidade emancipacionista e no próprio Partido. Finalmente, no 11o. Congresso (2005), o balanço das ações na frente de mulheres integra o informe sobre os Movimentos Sociais (onde se registra que atenção especial merece a retomada do trabalho dos comunistas para estruturar a corrente emancipacionista no seio do movimento de mulheres). Mas o avanço da questão feminista e a militância das mulheres, na política e nos movimentos sociais, se fazem presente no novo Estatuto do PCdoB. Pela primeira vez o conceito de gênero permeia todo o documento e sob o título “O Partido e as Mulheres” constam três artigos que afirmam que a luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do Partido e em sua vida interna, propõem a convocação periódica de Conferência Nacional sobre o tema e a criação de um Fórum Nacional Permanente.

24. O Partido esteve sintonizado, nos últimos 20 anos, com os avanços alcançados pelas mulheres na

sociedade e seu protagonismo crescente nas lutas. Definiu uma política de atuação das comunistas no movimento feminista e colaborou para a construção e fortalecimento de uma entidade de mulheres, de caráter emancipacionista, que combinasse um programa de reivindicações próprias com a luta geral dos trabalhadores e do povo brasileiro. Entretanto, é constatação coletiva que se vive atualmente um momento em que é necessário, por um lado, compreender mais profundamente o papel da luta da mulher no projeto político nacional e na própria luta pelo socialismo, e por outro, elevar de forma decidida e consciente o tratamento que o Partido dá à questão da mulher dentro das suas próprias fileiras.

25. É visível e muito positiva a presença da mulher em todas as atividades partidárias. Do total de filiados ao PCdoB nacionalmente, 41% são mulheres. Esta também foi a porcentagem de participação das mulheres no processo do 11o. Congresso, sendo que para a plenária final foram eleitas 25% de delegadas. Dos militantes que contribuem financeiramente com o partido, através do SINCOM, 29,7% são mulheres. Em todo o país, foram eleitas 274 mulheres para os Comitês Estaduais, o que representa 23,2% do total de membros. O Comitê Estadual do Amazonas tem a maior proporção (32,7%), seis Comitês Estaduais apresentam presença menor que 20% e os demais se situam na faixa entre 20 e 30%. Nas Comissões Políticas Estaduais a média de participação das mulheres é de 19,7% e nos Secretariados é de 18,4%. Para o Comitê Central foram eleitas dezessete mulheres, 21% do total de membros, sendo que três destas integram a Comissão Política e nenhuma o Secretariado. Atualmente as comunistas presidem quatro Comitês Estaduais e seis comitês de capital. Da bancada de parlamentares estaduais temos quatro deputadas, de um total de dezessete. Na Câmara Federal temos cinco deputadas do total de onze comunistas, sendo esta a mais elevada proporção de todos os partidos ali representados. A maior cidade administrada pelo partido, Olinda – PE, tem à frente a prefeita reeleita Luciana Santos. A coordenação nacional da Corrente Sindical Classista é composta por 27% de mulheres e na Direção Nacional da União da Juventude Socialista as jovens representam 31%. Estes dados revelam que a presença da mulher na estrutura partidária apesar dos avanços ainda é insuficiente, considerando-se que a esfera de atuação política na sociedade e os espaços de poder são ainda predominantemente ocupados por homens. Entretanto, a evolução desta participação tem sido lenta e em geral, não conseguimos ultrapassar a marca dos 30% nas instâncias de direção e de decisão do partido. Isto tem feito com que o debate da adoção

de cotas para as mulheres nas instâncias dirigentes tenha comparecido de modo recorrente nos fóruns congressuais, inclusive no 11o. Congresso.

26. A primeira causa que contribui para esta situação diz respeito ao foco predominante do debate interno sobre a questão da mulher, em que se destaca esta como mais uma frente de atuação política de massas, com sua estrutura organizativa (corrente, movimento, entidade), definição de bandeiras e plataformas, agenda de atividades, formas de sustentação. Desta forma, a frente é tratada com visão setorializada, cuja responsabilidade recai sobre pequeno grupo de companheiras. Pouco ou quase nada se discute internamente sobre a importância, a necessidade e o valor em si que tem a emancipação feminina para a conquista e a construção de uma sociedade socialista. É preciso desenvolver hoje, no interior do Partido Comunista, concepção, prática e comportamento avançados de militantes homens e mulheres no que se refere às questões de gênero. É imperioso reafirmar que o Partido é a prefiguração da sociedade que almejamos, cujos valores de solidariedade, da igualdade e da não opressão entre pessoas e povos, das relações humanas elevadas e dignas predominem em contraposição ao paradigma da sociedade capitalista e burguesa, de exploração, opressão e degradação humana. Muitos pensamentos e comportamentos retrógrados, próprios da ideologia dominante, manifestam-se em relação ao papel das mulheres, sua imagem, seus direitos, suas diferenças. Se não for questionado, desvendado e enfrentado, o machismo mantém-se entranhado, mesmo que não seja formalmente admitido. É também necessário trazer ao debate e posicionamentos partidários, as novas condições de vida das mulheres sob o capitalismo atual, sua situação no Brasil, com destaque para os desafios e obstáculos enfrentados pela mulher trabalhadora. Numerosas polêmicas que envolvem a condição da mulher, referente à saúde, direitos, imagem, papel na sociedade, carecem de discussão renovada e definições ajustadas ao nosso pensamento progressista.

27. A segunda causa se liga à ausência de um programa definido, permanente e continuado de estímulo ao ingresso, desenvolvimento e crescimento da militância das mulheres no Partido. Até agora têm sido tímidos os esforços neste sentido e certamente poucas experiências concretas podem ser relatadas. Em geral não há quadros com responsabilidade partidária definida para acompanhar e estimular este processo. Por causa disso, medidas relativamente simples, mas indispensáveis para garantir a militância das mulheres que são mães de filhos pequenos, como creche durante as atividades mais gerais do Partido (encontros, conferên-

cias, congressos) são raridades entre as providências adotadas. Ao invés disso, as companheiras passam pelo constrangimento de responder se realmente não tem com quem deixar os filhos. Quantas deixam de se inscrever nos cursos por não ter condições de se ausentar da casa um ou mais dias inteiros? Como fazer com que durante a gestação e a maternidade as mulheres não passem por um período de diminuição da intensidade da militância ou mesmo de exercer funções de maior responsabilidade? Muitas são as companheiras que apontam ser a falta de acolhimento destas demandas o principal obstáculo para seu maior engajamento na militância e funções partidárias. Nas situações onde houve compreensão e apoio do coletivo, o resultado é altamente positivo.

28. No âmbito da formação também a questão de gênero é pouco tratada nos currículos gerais, na indicação de textos, e praticamente cursos sobre o tema são dirigidos somente para as militantes que atuam na frente de mulheres. E mesmo assim, não existe um curso básico para o qual as nossas filiadas sejam chamadas. Ou seja, o entendimento das causas da opressão de gênero, suas manifestações e como se dá a luta pela emancipação não é ainda matéria clara nem mesmo para todas as comunistas. Os esforços neste sentido têm sido feitos principalmente através da UBM, em cursos e seminários, de alguns textos e artigos divulgados na imprensa partidária e da revista *Presença da Mulher*.

29. Vasto terreno a enfrentar também na esfera das relações internas, políticas e pessoais, que carecem de maior visibilidade, discussão e tratamento. Em diferentes níveis, às vezes as opiniões das mulheres e as tarefas que lhes são conferidas são inferiorizadas, atitudes questionadoras e críticas das militantes são vistas como uma contestação da autoridade de alguns dirigentes. Casos que envolvem situações de violência ou assédio devem sempre ser enfrentados com decisão, coragem e sensibilidade.

30. A realização da 1ª Conferência sobre a Questão da Mulher representa uma iniciativa importante e inovadora, capaz de marcar uma nova fase de avanço no tratamento da luta emancipacionista, seja no fortalecimento da intervenção das mulheres nas lutas políticas e sociais e na ampliação dos seus direitos, seja na elevação do tratamento que o PCdoB vem dedicando a esta questão. Partindo das decisões consignadas no novo Estatuto, tem-se condições de ampliar o debate para todo o coletivo, de colocar em prática novos procedimentos de direção e estímulo à militância feminina, e estabelecer processo mais permanente de elaboração política e teórica na questão de gênero. A Conferência Nacional deverá ser o espaço privilegiado para a avaliação e elaboração da nossa política para o trabalho

junto às mulheres, para atualização e exame de novas contribuições teóricas, para traçar indicações que estimulem e promovam a militância das comunistas no Partido e em todas as esferas de atuação social. Sua convocação regular pode se dar entre os Congressos do Partido e seus documentos devem ser debatidos por todo o coletivo. As resoluções da Conferência devem ser encaminhadas para o Comitê Central como contribuição fundamental para a orientação partidária.

31. O Fórum Nacional Permanente para a Questão da Mulher será constituído na Conferência Nacional e terá a responsabilidade de contribuir na elaboração e na aplicação da política emancipacionista, nas diversas esferas de ação do Partido, e será coordenado pela Secretaria para a Questão da Mulher a ser constituída.

32 – A 1ª Conferência Nacional do PCdoB sobre a Questão da Mulher indica ao Comitê Central as seguintes medidas que visam garantir a atividade partidária permanente em torno das definições da Conferência e do Fórum, estimular e dirigir a intervenção das comunistas, na questão de gênero junto a todos os movimentos que participam e valorizar a militância na entidade emancipacionista:

1 – Ao nível do Comitê Central, dos comitês estaduais, distrital e comitês municipais das capitais deve-se promover a eleição de no mínimo 30% de mulheres nas próximas conferências e no Congresso do Partido, sendo vinculado o número de integrantes desses comitês ao cumprimento desse preceito nos marcos dos limites estatutários, realizando-se esforço dirigido para superar esse piso, ao menos nos maiores comitês partidários.

2 – Os Comitês Municipais e comitês intermediários devem criar condições progressivas no mesmo sentido, aplicando no mínimo o preceito de sempre uma a mais, nunca uma a menos, tendo como meta os 30% de mulheres.

3 – Implantação gradativa de eleição obrigatória de mulheres como integrantes de comissões políticas e secretariados buscando garantir no mínimo 30%.

4 – Criação de uma Secretaria para a Questão da Mulher em nível do Comitê Central e Comitês Estaduais, e estimular a constituição de secretarias específicas em nível dos municípios.

5 – A meta de no mínimo 30% de mulheres deve ser considerada na indicação de nomes para integrar representação partidária, cursos, comissões auxiliares e direções de organismos intermediários e de base.

33. Para as eleições municipais de 2008 o Comitê Central deve adotar os critérios abaixo sobre participação de mulheres nas chapas proporcionais: a) as chapas próprias não coligadas, apresentadas pelo Partido às eleições municipais de 2008 terão, no mínimo, um terço de candidatas; b) a mesma regra deve ser adotada nas chapas coligadas em que o Partido participe com mais de um candidato.

34. Além destas medidas estruturantes de caráter político e organizativo, deve-se estabelecer um planejamento de atuação que vá progressivamente avançando em outras proposições importantes, como:

A – Adoção de medidas de apoio à militância das mulheres no Partido, sua formação política e teórica, a promoção de quadros e lideranças para as diversas áreas de atuação; Visar com prioridade a construção no proletariado feminino.

B – Estabelecer junto à Secretaria de Formação um programa de cursos de diversos níveis sobre a concepção marxista da opressão da mulher, bem como aprimorar o tratamento da questão de gênero nos currículos gerais;

C – Promoção de estudos e debates, organizando junto ao IMG grupos de estudos sobre as temáticas relativas à questão da mulher – com destaque para o debate sobre Mulher e Socialismo -, tendo em conta a experiência inicial do campo socialista do século passado, mas principalmente a condição atual da luta das mulheres nos países socialistas.

D – Fortalecer a Revista Presença da Mulher.

E – Pautar nas Comissões de Formação e Comunicação a Questão da Mulher, promovendo elaboração e difusão através do jornal A Classe Operária, a revista Princípios, a página do Partido na Internet e o portal Vermelho, bem como da linha de publicações na Editora Anita.

Luziânia-GO, 31 de março de 2007.

Conferência Nacional sobre a Questão da Mulher
Partido Comunista do Brasil-PCdoB e
Ratificado pelo Comitê Central em sua 7ª reunião em
8 de julho de 2007

Mulheres no Poder e no Desenvolvimento

Nós, mulheres brasileiras reunidas no 7º Congresso Nacional da UBM – União Brasileira de Mulheres – temos como meta dos dias presentes a conquista de um país desenvolvido, soberano, socialmente equilibrado e ambientalmente construído. Queremos que

o Brasil ouse produzir mais riqueza para atender à melhora da vida de sua gente. Buscamos um projeto nacional que promova não só a prosperidade econômica, mas o avanço da igualdade social e das liberdades políticas.

Na busca pelo desenvolvimento, a mulher sabe que, sem sua participação direta nas instâncias de decisão não haverá avanço. Por isso ela faz da conquista de espaços de poder e de políticas que promovam sua autonomia econômica e financeira as duas vias por onde deve caminhar a sua emancipação.

Como parte dessa construção defende medidas que contemplem as mulheres no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, implementado pelo Governo Lula. Precisa-se de um PAC para as mulheres, com linhas de crédito para as empreendedoras urbanas, para as de baixa renda, em especial para as chefes de família, para as trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras e indígenas, com recursos para a economia solidária.

Um PAC feminino tem de incluir medidas que melhorem a vida cotidiana das mulheres como equipamentos sociais – creches, lavanderias coletivas, áreas de lazer e de atividades culturais. A universalização do saneamento, luz para todos e habitação para a população de baixa renda e uma política de segurança são exigências para garantir uma melhor qualidade de vida e ambiental e para minimizar o peso das atividades domésticas.

Um PAC feminino tem que estimular o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, com garantia de direitos trabalhistas, registro em carteira, igualdade salarial, redução de jornada, elevação da presença das mulheres no Plano Nacional de Qualificação e nos encaminhamentos do Sistema Nacional de Emprego.

Para garantir sua inclusão no desenvolvimento as mulheres buscarão ampliar seus espaços de poder. As eleições municipais de 2008 serão um momento decisivo para dar um salto na sua participação. Exigirão de todos os partidos que seja cumprida a cota mínima de candidaturas para cada sexo; que se reproduza a cota mínima também para os cargos de direção partidária; e que sejam realizadas atividades de formação e qualificação para o exercício das funções legislativas e executivas com os recursos do fundo partidário;

Sabemos que, sem a participação direta da mulher nada será alcançado. Por isso nós mulheres presentes ao 7º Congresso Nacional da UBM exigimos da sociedade e do Estado que fortaleça a democracia contribuindo para levar a mulher aos espaços de poder.

Luziânia (GO), 22 a 25 de novembro de 2007.

UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES/UBM

RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO 7º. CONGRESSO DA UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES

Internacional:

Integrar-se no espírito novo da solidariedade internacional expressado no Fórum Social Mundial, que conta com a participação e apoio de milhares de participantes do mundo inteiro;

Apoiar as manifestações das massas contra a política imperialista hegemônica dos Estados Unidos e seus aliados imperialistas;

Consolidar a solidariedade das mulheres e as lutas entre o Sul e o Norte e o Sul-Sul;

Participação Política:

Maior participação das mulheres nos espaços de poder;

Por uma reforma política democrática e com a participação da mulher;

Medidas para implementar o protagonismo político das mulheres;

Campanha de estímulo a candidaturas femininas comprometidas com a luta emancipacionista, em 2008;

Defender e fiscalizar a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, não admitindo retrocessos;

Mulher e o Mundo do Trabalho:

Denunciar o impacto da globalização neoliberal na vida das mulheres, nas condições de trabalho de todas as mulheres, levantando as medidas que defendem os direitos dos trabalhadores, especialmente das mulheres, em países pobres e ricos;

Defender a valorização do trabalho das mulheres com garantia dos direitos trabalhistas, com igualdade salarial para homens e mulheres, com registro em carteira e redução da jornada de trabalho;

Apoiar a ampliação da licença maternidade para 06 meses, com garantia das conquistas, sobretudo do emprego e do salário;

Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos:

Defender o SUS – Sistema Único de Saúde – como bandeira feminista;

Defender a CPMF e sua destinação para a saúde para garantir um modelo de gestão qualificado, eficiente e resolutivo;

Defender a descriminalização e legalização do aborto, como uma questão de saúde pública e em defesa da vida;

Apoio ao projeto encaminhado pela Comissão Tripartite ao Congresso Nacional que descriminaliza o aborto e responsabiliza o Estado para garantir a assistência à saúde das mulheres;

Violência de gênero:

Lutar contra a violência de gênero em todas as formas de sua manifestação contra as mulheres;

Lutar pela efetiva implementação da Lei Maria da Penha em todos os estados;

Articular junto às Delegacias das Mulheres, aos Conselhos das Mulheres e à Rede de Apoio às mulheres vítimas de violência para capacitação dos profissionais que atendem às mulheres que chegam a esses serviços, incluindo o movimento social de mulheres;

Lutar pela ampliação dos serviços de saúde de atenção às mulheres vítimas de violência, delegacias especializadas para o atendimento das mulheres e casas abrigos em todo o país, mas especialmente nas regiões norte, nordeste e centro oeste;

Educação e gênero:

Combater os estereótipos na educação e nos livros didáticos que reforçam as idéias de submissão, desigualdade e subalternidade das mulheres;

Lutar por uma educação inclusiva e não sexista;

Lutar pelo acesso e ampliação à alfabetização, informação e capacitação de mulheres, por meio de políticas públicas e responsabilidade do Estado;

Imagem da mulher e a democratização da mídia:

Combater os estereótipos e imagens discriminatórias sobre a mulher, na mídia;

Denunciar todo tipo de discriminação à mulher nos meios de comunicação de massa;

Exercer com mais rigor o controle social, com olhar de gênero, sobre a imagem da mulher na comunicação de uma forma geral;

Dar maior visibilidade à UBM nos meios de comunicação de massa;

Elaborar um Plano de Comunicação da UBM que contemple a informação, divulgação e imagem, fortalecendo a identidade da entidade;

Participar da discussão sobre a democratização da mídia, a TV Pública e o Conselho de Comunicação;

Lutar para que o Conselho Nacional de Comunicação tenha participação dos movimentos sociais, incluindo o movimento de mulheres, para garantir uma abordagem de gênero;

Lutar pela representação da UBM no Conselho Nacional de Comunicação;

Meio Ambiente e Gênero:

Realizar campanha nacional da UBM, incentivando o consumo sustentável (agricultura sustentável) e o consumo consciente da população;

Desenvolver ações que levem a percepção de que os problemas ambientais são problemas sociais e vice versa;

Lutar por um maior investimento por parte do Governo Lula para o desenvolvimento da biotecnologia e

bioindústria, dentro da política nacional de industrialização dos biomas brasileiros;

Exigir maior controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos no país, evoluindo para a agroecologia.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Inácio Arruda, faço uma solicitação a V. Ex^a no sentido de que formalize esse pedido, para eu poder, inclusive, encaminhá-lo à Mesa, na próxima reunião da Mesa Diretora.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Como tudo está na Taquigrafia, eu já peço as notas taquigráficas e as endereço a V. Ex^a imediatamente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, recebi, no dia de hoje, o Prefeito do Município de Alto Paraíso, o Prefeito Altamiro, que trouxe uma reivindicação de várias famílias, principalmente daquela região que compõe o Município de Buritis, o Município de Alto Paraíso, a região da grande Ariquemes. Essas famílias estão solicitando uma audiência com a Ministra Marina Silva, para que possa ser resolvido um problema crônico do meu Estado.

Ontem, debatemos aqui os problemas do meio ambiente. Hoje, novamente, levantamos esse assunto, porque mais de 2.500 famílias assentadas, algumas não-assentadas, convivem perto de áreas de reservas, algumas dentro da própria área de reserva, há mais de doze anos ou há quase quinze anos, Sr. Presidente, com toda a dificuldade do mundo: sem escolas, sem hospitais.

Enfim, são famílias que enfrentam, no dia-a-dia, muitas dificuldades, principalmente, Sr. Presidente, em Rio Pardo, Marco Azul e Saracura, essa que hoje, Sr. Presidente, é denominada região do Bom Futuro. Como eu já disse, essas famílias residem naquela região há mais de doze anos e vêm passando por dificuldades como miséria, falta de postos de saúde, tendo, muitas delas, perdido os seus entes queridos ali na luta.

Agora, há mais uma dificuldade: não sabem se podem permanecer e se o Incra vai lhes poder oferecer a possibilidade de terem um pedaço de terra para garantir o sustento das suas famílias.

O que deveríamos fazer hoje é buscar o entendimento com esses familiares. É o que eles estão sugerindo, Sr. Presidente, nessa reivindicação à Ministra Marina Silva. Essa proposta é no sentido de que, além de moradores daquelas localidades próximas a áreas de reserva, haja fiscais para cuidar da floresta, para impedir que se invada mais aquela região. Que se faça uma parceria! Foi

isto que o mais se colocou aqui ontem, tanto por parte do Senador Flexa Ribeiro, do Senador Jayme Campos como por vários Senadores da Região Amazônica: que se busque o entendimento, que se busque uma conciliação. Isso é o que os moradores estão pedindo, e eu não poderia deixar de fazer esse registro.

Faço um apelo para que V. Ex^a registre todo esse documento na íntegra nos Anais da Casa, a fim de que façamos aqui o dever de casa: registrar aqui que há uma comunidade tão carente, tão necessitada, que vive com muitas dificuldades e que precisa do apoio do Governo, precisa do apoio do Incra, precisa do apoio do Ibama, precisa da Sedam; enfim, precisa do apoio do Governo Estadual e do Governo Federal.

O Governo Estadual vai fazendo a sua parte, mas enfrenta sérias dificuldades. Às vezes não pode chegar lá com a escola, com os hospitais e estradas, porque, infelizmente, é impedido pela Justiça Federal.

Portanto, faço um apelo a V. Ex^a para que considere lida toda a nossa fala, principalmente, Sr. Presidente, no que tange às 2.500 famílias que convivem em Rio Pardo, Marco Azul e Saracura.

Ontem, Sr. Presidente, fiz uma reivindicação a V. Ex^a, que, de pronto, disse que iria discuti-la com os Líderes. Hoje, tive a oportunidade de conversar com o Líder José Agripino, com o Líder Arthur Virgílio e com o Líder João Ribeiro a respeito e vou fazer praticamente todos os dias uma solicitação, não a V. Ex^a, Sr. Presidente, porque sei que V. Ex^a está-se empenhando em resolver esse problema do nosso Estado. Refiro-me à PEC da transposição dos servidores do Estado de Rondônia PEC, que foi votada aqui no Senado, que já foi votada pela comissão especial criada na Câmara dos Deputados e tão-somente necessita ser aprovada no Plenário da Câmara dos Deputados para que possamos votá-la novamente aqui no Senado. Como houve modificação na Câmara, ela precisa ser apreciada novamente aqui no Senado.

Então, renovo aqui o apelo que fiz ontem a V. Ex^a. Sei que V. Ex^a está tentando fazer com que os projetos do Senado que estão paralisados na Câmara sejam votados; é o entendimento que estão buscando V. Ex^a e o Presidente da Câmara dos Deputados. Que possamos ter a PEC dos servidores públicos do nosso Estado, a PEC da transposição dos servidores públicos de Rondônia, votada mais uma vez aqui nesta Casa, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EXPEDITO JÚNIOR
EM SEU PRONUNCIAMENTO**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Vimos através desta encaminhar a V.^ªs.^ª Ministra do meio ambiente Dr.^ª Marina da Silva. A situação e ao mesmo tempo as propostas feitas em assembléia e reuniões realizadas na sede de cada associação.

Chegamos a uma conclusão de unirmos juntamente com o IBAMA, SEDAM e outros órgãos competentes, para que juntos possamos encontrar uma solução para as mais de 2.500 famílias residentes com moradias fixas e temporárias, nas regiões do Rio Pardo, Marco Azul e Saracura, hoje denominada Ffona Bom Futuro, famílias estas que residem nestas áreas a mais de 12 anos, passando dificuldade, miséria, por falta de postos de saúde e que muitos já perderam entes queridos por falta de recursos, crianças que nasceram neste local e por falta de escola começaram a estudar com idade avançada.

Hoje a existência de escolas é graças aos colonos que com suas poucas condições financeiras conseguiram ergue-la, para que seus filhos aprendam a ler e escrever, por isso Sr.^ª Ministra, estamos colocando a seu conhecimento o que na verdade esta acontecendo, pois quando estas pobres famílias entraram nestas aéreas, as mesmas não tinham Demarcação nenhuma, como continua até hoje não tendo, portanto elas nunca souberam que era área de preservação, pois nenhum órgão competente fez ou colocou, placas ou picadas para que estes colonos fossem informados, nem tampouco impediram a entrada destas famílias nestas áreas, e hoje depois de tantos anos de sofrimentos e luta, simplesmente são informados de um levantamento que o referido órgão acima citado, esta planejando em fazer, uma remoção destas famílias para um assentamento de sem terras, para aguardar até que o INCRA Inst. Col. E Ref. Agrária, faça o assentamento das mesmas.

Sr.^ª Ministra, pense junto, como leva-las para um acampamento, sendo que em todos esses anos de trabalho sofrido, somente com as forças dos próprios braços, pois seus maquinários são as enxadas, foices, e machados com isso conseguiram várias espécies de criações tais como: porcos, galinhas, carneiros, vacas leiteiras e outros, pois no decorrer do tempo todas estas famílias que não obtiveram informação sobre as áreas criaram raízes e tudo que elas tem esta ali. Pessoas idosas, resultado de uma vida inteira de trabalho, e tudo que conseguiram colocaram ali, e voltando a questão do assentamento de sem terras.

E estas terras Sr.^ª Ministra não pertence a outras famílias que também lutaram, sofreram para consegui-las? E muitos sem terra estão invadindo, não-queremos cometer o mesmo ato.

Não devemos incentivar pessoas a invadir o que é do próximo, já pensou quanta desordem pode vir acontecer, até mesmo morte de muitos homens, mulheres e crianças, e essas crianças que não pediram para nascer, o que elas estão pagando, enquanto nós pregamos a paz e nos preocupamos com a preservação do meio ambiente, a vida destas famílias que estão em jogo, quem vai preservar? São crianças de hoje a caminho do futuro da nação do amanhã.

Sr.^ª Ministra em Novembro de 2004, estas famílias reuniram-se na Br-364 Estado de Rondônia, onde aconteceu uma manifestação pacífica no ocorrido não houve nenhum registro de ocorrência policial, por parte dos colonos, o manifesto

foi em prol de resolver a situação de nossas terras, deste acontecido a Senadora Fátima Cleide, tem o devido conhecimento, pois na época por ter sido a mesma a fazer a negociação, com promessas que seria regularizada as terras para os produtores, mas infelizmente até a presente data nada mudou, nada se resolveu, a única proposta, e solução que chega até nós é só uma, retirar as famílias de suas terras e humildes moradas por que é tudo que esse povo tem.

Sr.^a Ministra segue as seguintes propostas de um acordo entre produtores, IBAMA, SEDAM, que aqui se compromete em cumprir o que relata os parágrafos abaixo:

Parágrafo 1. ° Não haverá desmatamento dentro desta área, nem retirada de madeira ilegal ou queimada em 100% da FZONA;

Parágrafo 2. ° Nós nos comprometemos em ajudar os órgãos, IBAMA e SEDAM a fiscalizar toda área;

Parágrafo 3. ° Vamos ceder espaço para posto do IBAMA ou SEDAM junto com a associação para fiscalização diária;

Parágrafo 4. ° Nos comprometemos a fazer, reflorestamento consorciado com pastagem e lavouras, desde que tenha financiamentos para mudas e plantios das espécies, porque nós não temos como fazer sem recursos financeiros;

Parágrafo 5. ° A associação ficará responsável em fazer viveiro de mudas e distribuição das mesmas;

Parágrafo 6. ° O plantio será consorciado com árvores no pasto distanciadas para que possa ser utilizado o pasto;

Parágrafo 7. ° Reflorestar as margens dos córregos e nascentes existentes em cada sítio, com árvores de varias espécies conforme determinação;

Parágrafo 8. ° Reflorestar as lavouras como café, cacau e outras.

O QUE NOS PEDIMOS A SER FEITO PARA OS AGRICULTORES:

Parágrafo 1. ° Que o INCRA de uma carta de Direito de posse para cada colono;

Parágrafo 2. ° Que seja liberado para o prefeito fazer estrada e manutenção das mesmas;

Parágrafo 3. ° Fazer reconhecimento do Projeto Rio Pardo e Marco Azul;

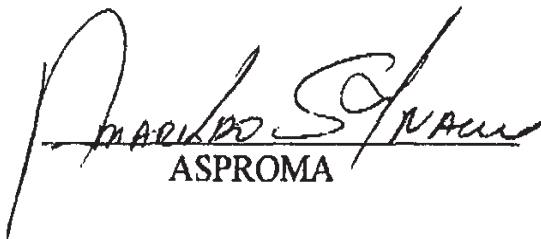
Parágrafo 4. ° Liberação de fundos ou financiamentos para pequenas lavouras e para reflorestamentos.

Parágrafo 5. ° E cada situante que desmatou faça reflorestamento na área que lhe pertence como posse;

Parágrafo 6. ° Aquisição de trator equipado com lamina e grade ara doura para aceiros nas margens das estradas e preparação de terra para pequenas lavouras de arroz, milho, feijão, etc.

Sem mais para o momento, e certos de podermos contar com vossa ajuda e compreensão, para com nossos colonos, estamos no aguardo de uma resposta.

Atenciosamente:


ASPROMA


ASPLS

ACIB


ASS. PROD. RURAIS NOVA UNIÃO

Buritis – RO, 27 de fevereiro de 2008.

**PROPOSTA DE ACORDO DOS
PRODUTORES RURAIS
ASPROMA ASS DOS PRODUTORES
RURAIS DO MARCO AZUL
CNPJ: 06.384.255/0001-19
ACIB: ASS COMERCIAL E INDUSTRIAL
DE BURITIS
ASPLS: ASS: DOS PRODUTORES RURAIS
DA LINHA SARACURA
CNPJ: 05.284.766/0001-68
ASS: DOS PRODUTORES RURAIS DA
NOVA UNIÃO.
CNPJ: 06.926.246/0001-15**

LATICINIOS TROPICAL

**TOTAL DE LITROS DE LEITE MENSAL
REFERENTE AS LINHAS:**

LINHA	QUANT. LTS MENSAL	TOTAL DE PRODUTORES
RIO PARDO	42.343	50
JONATAS - SARACURA	62.993	50
T.ALUIZIO - SARACURA	24.060	13
MARCO AZUL	25.119	30

**BURITIS - RO 26 DE FEVEREIRO DE
2008**

OFÍCIO Nº 016/08 DLSAN/IDARON

Buritis, 26 de fevereiro de 2008.

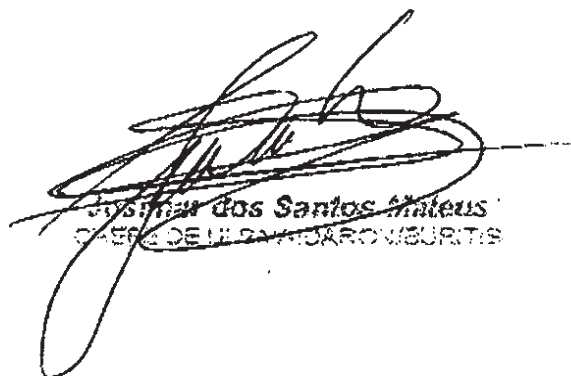
Senhor Presidente,

Em resposta ao pedido formal encaminhado a esta Agência (Ofício nº 001/08 de 26/02/2008 da Associação dos Produtores Rurais de Marcos Azeul - ASPROMA), aproveitamos o ensejo para cumprimentar vossa Senhoria e informo que baseado nos cadastros de rebanho bovino cadastrados nesta Agência de Defesa Sanitária Agrossilvopastoral do Estado de Rondônia, - IDARON/DLSAV-Buritis, datados de dia 15/01/2008, pertencentes as regiões das Unidades de Conservação: Flona Bom Futuro e Rorax e com seus respectivos proprietários são:

Setores	Proprietários	Rebanho Bovino
Jaci Resex	38	7.527
Sanctura	130	12.492
Rio Pardo	331	37.905

Sem mais para o momento, congratulamos vossas boas intenções e sucesso.

Atenciosamente,



José Carlos dos Santos Mateus
CHEFE DE DLSAV/IDARON/BURITIS

AO ILMO SR.
AMARILDO DA SILVA INÁCIO
M.D. PRESIDENTE DA ASPROMA
NESTA.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido.

Concedo a palavra ao Líder do P-SOL, Senador José Nery. É o último orador inscrito.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a um assunto de elevado interesse para todos os povos da Amazônia e especialmente para a população de meu Estado, o Pará. Trata-se do escandaloso processo de desmatamento que recrudescer recentemente, alcançando enorme impacto nacional e internacional. Para além que quaisquer fatores conjunturais, desde logo, é fundamental afirmar que as causas estruturais desse processo estão fincadas em opções político-estratégicas que há décadas subordinam o desenvolvimento da região a interesses que se impõem de fora para dentro e de cima para baixo, desconhecendo os reais anseios dos milhões de brasileiros que lá habitam e sobrevivem em meio a extremas dificuldades, nesta que é, sem dúvida, a mais rica região brasileira em termo de sociobiodiversidade. Entretanto, ao lado desses aspectos que se arrastam há tanto tempo, deve-se imputar com clareza a responsabilidade central desempenhada pela aliança férrea que o atual Governo firmou com o chamado agronegócio – inclusive o Governo atual –, no contexto do aprofundamento e consolidação de um modelo econômico que reserva à região o papel subordinado de produtor de mercadorias para exportação, vetor fundamental das frentes agressivas que trazem no seu bojo o desmatamento criminoso, o avanço da pecuária, da soja e dos agrocombustíveis sobre áreas de floresta, além dos brutais impactos provocados pela produção de carvão vegetal como insumo de indústrias sujas, como podem ser caracterizados os pólos de ferro-gusa localizados no Pará e no Maranhão, principalmente.

Faço questão de levantar essa preliminar precisamente no momento em que o Governo Federal, acossado pelos números alarmantes do desmatamento no segundo semestre do ano passado, inicia mais uma operação de impacto para tentar conter o crescimento da devastação, batizada de Arco de Fogo. Essa significativa mobilização de forças policiais e militares começa pela ocupação da cidade de Tailândia, a 240 quilômetros da capital do Pará, palco, há poucos dias, de sérios de distúrbios em meio a uma ação fiscalizadora contra o comércio ilegal de madeira.

Pela primeira vez desde que foi criada, a Força Nacional de Segurança desembarcou no Pará e, em conjunto com o efetivo da Polícia Federal e de fiscais do Ibama, contando com o auxílio de órgãos estaduais, tenta neste momento dar uma resposta efetiva e firme ao acintoso ataque cometido contra agentes públicos dos órgãos ambientais, quando parte expressiva da população local hostilizou e inviabilizou a continuidade do trabalho de fiscalização em uma ação orquestrada e financiada por organizações criminosas.

É importante ressaltar que essa população, em sua maioria, é refém de um círculo vicioso de miséria, sobrevivendo de ocupações precárias geradas pelo comércio ilegal de madeira e na altamente degradante, não menos criminosa, produção de carvão vegetal, a partir de matéria-prima extraída ilegalmente e que está espalhada em centenas de fornos na região. Ela acaba sendo presa fácil de atos de vandalismo e de afronta às leis ambientais e trabalhistas.

Não quero crer que se trate de mais uma operação tão espetacular quanto superficial em termos de suas ações, como outras tantas já realizadas, inclusive em passado bastante recente. Quem não recorda a ampla mobilização de tropas, inclusive do Exército, nos dias seguintes ao brutal assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, no sudoeste do Pará? Depois de algumas poucas semanas, arrefecida a consternação da opinião pública, os efetivos se retiraram da Terra do Meio, que voltou a ser um triste cenário do mais violento processo de grilagem de terras públicas e de degradação socioambiental sem precedentes.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Nery, V. Ex^a...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Já concedo um aparte a V. Ex^a.

Diante do descalabro e da perda de controle da situação, é indispensável que se faça mesmo uma grande operação de impacto em toda a região, nos 36 Municípios apontados como os de maior concentração de derrubadas ilegais, como faixa mais ampla conhecida como o grande arco do desmatamento. Mas, repito, de pouca valia terá se encenar apenas um jogo de faz-de-conta. O que se exige é uma presença permanente do Estado, ocupando o vasto e abandonado território que serve de caldo de cultura para a proliferação de ações ilegais de madeireiras e de outros tantos agentes da destruição da floresta.

Concedo aparte ao Senador João Pedro, que deseje se manifestar sobre esse importante tema.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Nery, ao fazer um pronunciamento, uma reflexão sobre a vida na Amazônia, V. Ex^a aborda esse episódio

lamentável que aconteceu na cidade de Tailândia. O que mostra esse confronto, esse crime, esta ilegalidade de cortar a madeira? Uma visão de política de terra arrasada, um imediatismo que nós temos de condenar. Está certo o Estado quando pune com rigor. Eu quero dialogar com V. Ex^a como um cidadão da Amazônia, precisamente do Estado do Amazonas: nós precisamos – a sociedade civil, o Governo, Prefeitos, Vereadores – estabelecer um grande encontro para traçar uma pauta, uma agenda para tratar dos problemas da Amazônia. Esgotou-se essa prática de derrubar a floresta, de queimar a floresta. Não podemos aceitar os assassinatos. Quero dizer a V. Ex^a que, no final de semana passado, no sul do Amazonas, em área que compõe esse grande território onde haverá a ação repressiva da Polícia Federal contra o desmatamento, foi assassinada uma liderança, o Sr. Francisco da Silva, 53 anos, pai de família, presidente de uma associação no Município de Lábrea, próximo à BR-364, que liga Rondônia ao Estado do Acre. Mais um crime, mais uma liderança foi assassinada, um homem da Amazônia que se contrapunha ao roubo da madeira, a essa agressão. Esse cidadão, que esteve em Manaus andando pelo Incra e pelo Ibama, que visitou a CPT e denunciou a violência no Município de Lábrea, no sul do Amazonas, foi brutalmente assassinado neste final de semana, no sábado precisamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Ex^a chama a atenção das autoridades e da Amazônia. Precisamos pactuar um entendimento para trabalhar as políticas públicas na Amazônia. Penso que esgotou o que temos de reforma agrária para a Amazônia. Precisamos ter um novo conceito de territorialidade, de como trabalhar com as populações tradicionais, e da presença do Estado no sentido de coibir, com rigor, esse desmatamento, esse crime contra o meio ambiente. V. Ex^a está de parabéns por essa análise acerca da violência, em defesa da nossa Amazônia e pela busca de políticas públicas que valorizem a vida dos homens e respeitem o meio ambiente.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Senador João Pedro, incorporo ao meu pronunciamento a manifestação de V. Ex^a e, ao mesmo tempo, solidarizo-me com os lutadores sociais do Estado do Amazonas, em especial este trabalhador, esta liderança, Sr. Francisco, brutalmente assassinado, como muitos têm sido assassinados por defenderem um desenvolvimento compatível com a preservação ambiental e com a sobrevivência dos trabalhadores, que, efetivamente, precisam da floresta e da nossa rica biodiversidade para garantir a sua vida. Infelizmente, os agentes da

violência atuam todos os dias e em todos os lugares da Amazônia para tentar sepultar essa luta permanente por respeito à dignidade dos amazônidas, do povo da nossa região.

Mesmo os brutais assassinatos ocorridos nos últimos anos, ao longo dos quais o processo de ocupação desordenada vem cada vez mais se consolidando, mesmo a tentativa de silenciar, de matar as vozes que se levantam contra a devastação e contra tudo aquilo que represente um projeto novo para o desenvolvimento, nada disso tem sido capaz de calar os movimentos e suas lutas para firmar conquistas que ajudem o nosso povo a ter um novo modelo de desenvolvimento e ver atendidas as suas reais reivindicações.

Depois, vou fazer referência a uma audiência ocorrida hoje com a Ministra Marina Silva, fruto também dessa nossa preocupação de buscar alternativas reais, afirmativas, que ajudem a encontrar verdadeiras soluções para os graves problemas do povo da Amazônia.

Eu falava da destruição da floresta. Quero, Sr^{as} e Srs. Senadores, dar como exemplo o Município de Tailândia, que já alcançou notoriedade nacional por seus alarmantes índices de violência – é o sexto Município mais violento do País e agora está no epicentro da operação Arco de Fogo, concentrando as atenções da mídia do Brasil e do exterior. Falo com absoluto conhecimento de causa, Sr. Presidente, porque tenho sido testemunha nos últimos 22 anos do violento processo de ocupação daquela região. Acompanhei durante anos, como educador da FASE, o enorme esforço de organização dos assalariados rurais dos diversos grandes empreendimentos lá existentes, basicamente voltados ao plantio e industrialização do dendê.

Da mesma forma, acompanhei, nessas últimas duas décadas, o sangrento embate entre agricultores sem-terra frente a uma estrutura lastreada pelo latifúndio e pela grilagem, que se utilizou das práticas mais violentas para manter o seu *status quo*. Para usar a expressão do professor e geógrafo da USP Ariovaldo Umbelino, Tailândia é o exemplo mais acabado do “agrobandidismo” que se implantou no Pará e em outras áreas do campo brasileiro.

Sr. Presidente, temos um conjunto de questões importantes que relato neste meu pronunciamento que peço à Mesa para dar como lido, mas eu queria, antes de encerrar, fazer aqui uma grave denúncia.

Antes da denúncia, porém, queria anunciar a audiência que tive, agora à tarde, com a Ministra Marina Silva, justamente para, entre outros assuntos, tratar da operação iniciada nesta última semana, justamente

pelo Município de Tailândia, a operação Arco de Fogo, que visa garantir...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo mais três minutos a V.Ex.^a, em respeito à grandeza do Pará e à liderança de V.Ex.^a. Já tinha dado mais cinco em homenagem à Presidenta do seu partido, a extraordinária líder Heloísa Helena.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Heloísa Helena agradece e o Pará também, Sr. Presidente.

Em audiência com a Ministra, discutimos exatamente quais alternativas do Governo em relação à operação que está fiscalizando as madeiras ilegais, punindo-as. Dizem que essa ação levará ao desemprego milhares de trabalhadores, quando, na verdade, muitos desses trabalhadores não têm sequer os direitos trabalhistas minimamente garantidos.

A Ministra anunciou que o Governo Federal, numa ação interministerial, apresentará, nos próximos dias, um conjunto de ações alternativas e emergenciais para enfrentar o problema, especialmente o do desemprego desses que fazem parte da cadeia produtiva do setor florestal e que, de alguma forma, são atingidos pela ação. Quero dizer da nossa absoluta solidariedade ao trabalho e à operação realizada, desde que ela continue de forma efetiva. Esperamos, então, que as medidas venham atacar, de forma integrada, os graves problemas que enfrenta a população da Amazônia, em especial a do Estado do Pará e, neste momento, a de Tailândia.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria dizer que fiquei estarecido com a matéria de capa do jornal *O Liberal* de hoje, que diz que “a DRT do Pará abre fogo contra o Ibama”.

E o Delegado Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho no Pará, Dr. Fernando Coimbra, faz afirmações muito graves, as quais não poderia deixar de registrar, pois, de forma contundente, coloca-se ao lado dos madeiros e devastadores ao dizer que a política ambiental está dificultando e impedindo o desenvolvimento do Pará, ao dizer que o Ministério do Meio Ambiente está promovendo uma intervenção na economia do Pará e que essa operação ocorrida em Tailândia é uma vergonha.

Vergonha é um agente da Administração Pública Federal, do Ministério do Trabalho, portar-se como defensor do desmatamento e da violência contra os trabalhadores.

Portanto, essas afirmações do Delegado Regional do Trabalho no Pará exigem que o Ministro do Trabalho, Carlos Luppi, promova a imediata demissão do Delegado Regional do Trabalho, porque membros

de um mesmo governo não podem fazer uma ação de combate ao desmatamento e um delegado de trabalho dizer que essa é uma ação de intervenção que dificulta e impede o desenvolvimento do Pará. É um acinte.

Para tanto, só cabe uma resposta à altura: a demissão imediata, como já pediu anteriormente o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), por achar que o Superintendente do Ministério do Trabalho no Pará não se tem esforçado para combater as ações do trabalho escravo.

Sr. Presidente, encerro este pronunciamento, nesta noite, esperando que o Ministério do Trabalho, que o Governo Federal, responda a esse insulto em nome daqueles que lutam em defesa da floresta, em defesa dos trabalhadores e que não podem, simplesmente, ficar calados e passivos diante de tamanha incoerência: um delegado do trabalho defendendo os interesses dos fazendeiros, madeiros, devastadores, inimigos do meio ambiente e do povo do Pará!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador do PSOL do Pará, nós, da Presidência, queremos também nos associar às manifestações de pesar que Senadores da República fizeram à ex-Senadora e mulher que governa o Estado do Pará, Ana Júlia Carepa, pelo falecimento de seu cunhado, vítima da violência.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – Exatamente! Manifestação de solidariedade, Sr. Presidente, pela qual nos associamos à família da Governadora Ana Júlia Carepa, lamentando profundamente o ocorrido e esperando que as ações da Segurança Pública do Pará sejam, de fato, efetivas, para não permitir que pessoas, cidadãos de bem tenham suas vidas ceifadas por conta da onda de violência que invade o nosso Estado e, infelizmente, o nosso País.

O Plano Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) precisa sair do papel para que o povo brasileiro, para que as pessoas não tenham que enterrar seus entes queridos, vítimas dessa violência indiscriminada que atinge a todos, especialmente os mais pobres, às vezes pessoas como o cunhado da Governadora Ana Júlia Carepa. Associamo-nos aos pêsames extensivos a toda família Carepa, torcendo para que sejam presos, julgados e punidos os culpados, bem como os responsáveis por todos os outros crimes cometidos contra os pobres do Pará, que muitas vezes não tem sequer um advogado público para lhes fazer a defesa.

Muito obrigado.

SEGUE NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ NERY.

PRONUNCIAMENTO SOBRE A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores:

Volto a um assunto de elevado interesse para todos os povos da Amazônia e especialmente para a população de meu Estado, o Pará. Trata-se do escandaloso processo de desmatamento que recrudescer recentemente, alcançando enorme impacto nacional e internacional. Para além de quaisquer fatores conjunturais, desde logo, é fundamental afirmar que as causas estruturais desse processo estão fincadas em opções político-estratégicas que há décadas subordinam o desenvolvimento da região a interesses que se impõe de fora para dentro e de cima baixo, desconhecendo os reais anseios dos milhões de brasileiros que lá habitam e sobrevivem em meio a extremas dificuldades, nesta que é, sem a menor dúvida, a mais rica região brasileira em termos de socio-biodiversidade. Entretanto, ao lado desses aspectos que se arrastam há tanto tempo, deve-se imputar com clareza a responsabilidade central desempenhada pela aliança férrea que o atual governo firmou com o chamado agronegócio, no contexto do aprofundamento e consolidação de um modelo econômico que reserva à região o papel subordinado de produtora de mercadorias para exportação, vetor fundamental das frentes agressivas que trazem no seu bojo o desmatamento criminoso, o avanço da pecuária, da soja e dos agrocombustíveis sobre áreas de floresta, além dos brutais impactos provocados pela produção de carvão vegetal como insumo de indústrias sujas como podem ser caracterizados os pólos de ferro gusa localizados no Pará e no Maranhão principalmente.

Faço questão de levantar esta preliminar justamente no dia em que o governo federal, acossado pelos números alarmantes do desmatamento no segundo semestre do ano passado, inicia mais uma operação de impacto para tentar conter o crescimento da devastação, batizada de Arco de Fogo. Essa significativa mobilização de forças policiais e militares começa pela ocupação da cidade de Tailândia, a 240 quilômetros da capital do Pará, palco há poucos dias de sérios distúrbios em meio a uma ação fiscalizadora contra o comércio ilegal de madeira. Pela primeira vez desde que foi criada, a Força Nacional de Segurança (FNS) desembarcou no Pará, e em conjunto com efetivos da Polícia Federal e de fiscais do IBAMA, contando com auxílio de órgãos estaduais, tenta neste momento dar uma resposta efetiva e firme ao acintoso ataque cometido contra agentes públicos dos órgãos ambientais, quando parte expressiva da população local hostilizou e inviabilizou a continuidade do trabalho de fiscalização, em ação orquestrada e financiada por organizações criminosas, ~~integradas por madeireiros que dominam o município.~~

É importante ressaltar que essa população, em sua enorme maioria, é refém de um círculo vicioso da miséria, sobrevivendo de ocupações precárias geradas pelo comércio ilegal de madeira e na altamente degradante e não menos criminosa produção de carvão vegetal a partir de matéria-prima extraída ilegalmente e que está espalhada em centenas de fornos na região. Ela acaba sendo presa fácil de atos de vandalismo e de afronta às leis ambientais e trabalhistas.

Não quero crer que se trate de mais uma operação tão espetacular quanto superficial em termos de suas ações, como tantas outras já realizadas, inclusive em passado bastante recente. Quem não recorda a ampla mobilização de tropas, inclusive do Exército, nos dias seguintes ao brutal assassinato da missionária Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu, sudoeste do Pará? Depois de algumas poucas semanas, arrefecida a consternação da opinião pública, os efetivos se retiraram da Terra do Meio, que voltou a ser um triste cenário do mais

violento processo de grilagem de áreas públicas e de degradação socioambiental sem precedentes.

Diante do descalabro e da perda de controle da situação, é indispensável que se faça mesmo uma grande operação de impacto em toda a região, nos 36 municípios apontados como os de maior concentração de derrubadas ilegais, como faixa mais ampla conhecida como grande arco do desmatamento. Mas, repito, de pouca valia terá ser for para encenar um jogo de faz-de-conta. O que se exige é uma presença permanente do Estado, ocupando o vasto e abandonado território que serve de caldo de cultura para a proliferação de ações ilegais de madeiras e de outros tantos agentes da destruição da floresta.

Senhor Presidente,

Senhoras Senadoras,

Senhores Senadores:

Tomemos o exemplo de Tailândia, que já alcançara notoriedade nacional por seus alarmantes índices de violência – é o sexto município mais violento do país, e que agora está no epicentro da operação Arco de Fogo, concentrando as atenções da mídia do Brasil e do exterior. Falo com absoluto conhecimento de causa, porque sou testemunha nos últimos 22 anos do violento processo de ocupação daquela região. Acompanhei durante anos, como educador da FASE, o enorme esforço de organização dos assalariados rurais dos diversos grandes empreendimentos lá existentes, basicamente voltados ao plantio e industrialização do dendê. Da mesma forma, acompanhei nessas últimas duas décadas o sangrento embate de agricultores sem terra frente a uma estrutura lastreada pelo latifúndio e pela grilagem que se utilizou das práticas mais violentas para manter seu *status quo*. Para usar a expressão do professor e geógrafo da USP, Ariovaldo Umbelino, Tailândia é o exemplo mais acabado do *agrobandidismo* que se implantou no Pará e em outras áreas do campo brasileiro.

A cada dia surgem novas denúncias, revelando o quanto essa região foi e ainda permanece entregue à ação de verdadeiras máfias. Veja-se, por exemplo, a revelação trazida na semana passada pelo Jornal Nacional, da Rede Globo, de que 20 projetos de manejo localizados no município foram aprovados, em dezembro de 2006, no tempo recorde de 18 dias, no apagar das luzes do governo do PSDB. Por trás da manobra, que está muito longe de ser inédita, movem-se quadrilhas especializadas em comercializar as autorizações de desmate – através do direito de utilizar as Declarações de Origem Florestal (DORF) hoje informatizadas – originadas de processos fraudulentos.

A promotora pública do município, doutora Ana Maria Carvalho, que teve a coragem de fazer a denúncia, enfrenta atualmente ameaças de morte, o que revela até onde são capazes de ir os bandos criminosos que controlam, de cima a baixo, a sociedade do município. Aproveito para anunciar que apresentarei requerimento, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, propondo que ela seja ouvida em sessão no Senado e possa, de viva voz, relatar em profundidade o estágio de barbárie a que o município foi reduzido. Sendo um exemplo entre tantos outros, mas que pela gravidade do quadro, Tailândia clama por uma ação do poder público em todos os níveis, de caráter permanente e voltada a extirpar, de uma vez por todas, as raízes da violência e do abandono que lá imperam.

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores:


A devastação da floresta Amazônia é um processo objetivo, real e seus culpados precisam ser conhecidos. E mais do que isso, conhecidos para que melhor sejam derrotados. Por isso, concordo com o diagnóstico que a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, fez da situação, particularmente quando identifica, sem meias-

palavras, o agronegócio da soja e da pecuária, a exploração madeireira ilegal e a produção de carvão vegetal para a indústria do ferro gusa, como os principais vetores da destruição. Igualmente, está correta a ministra ao alertar para a forte pressão sobre a floresta que é exercida todas as vezes que ocorre uma potente elevação do preço internacional das *comodities*. É exatamente isso que tem se verificado nos últimos meses e não por coincidência no mesmo período em que os técnicos do INPE, de insuspeita competência, registraram a preocupante elevação dos índices de desmatamento. [Lamentável, porém, é o próprio governo, através da fala do presidente da República, seguidamente das autorizar o trabalho que a ministra Marina, com sua trajetória de décadas em defesa dos povos da floresta, busca levar adiante.]

Porém, a simples presença de uma figura emblemática para a luta ambiental em nosso país à frente do Ministério não será suficiente. O governo precisa realizar, para ser conseqüente com sua promessa de defender a Amazônia, um rompimento efetivo com o modelo agro-exportador, o que implica necessária e obrigatoriamente a superação da aliança com ^{os setores} a retrograda ~~conservadora ruralista~~, defensora de uma estratégia de desenvolvimento altamente concentradora de riqueza, socialmente irresponsável e insustentável do ponto de vista ambiental.

Muito obrigado!

Brasília, 26 de fevereiro de 2008.


Senador José Nery
Líder do PSOL

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Queremos somar às palavras de V. Ex^a um sentimento de pesar. No Senado de Roma, Cícero, uma vez, disse: **Pares cum paribus facillime congregantur**, que significa “a violência gera violência”. Isso é o que ocorre no nosso País. Eu lembraria aos Governantes do Brasil, a Sua Excelência Presidente Luiz Inácio, à própria Ana Júlia Carepa e a todos, que Norberto Bobbio, teórico e político, Senador vitalício da Itália, disse que o mínimo que tem que ser exigido de um governo é a segurança à vida, à liberdade e à propriedade. Desejamos que isso ocorra no Brasil.

Durante o meu período aqui, vi o esforço do Senado em audiências públicas, mas o que mais me impressionou, Senador José Nery, foi o depoimento de um jornalista do Rio de Janeiro. Ele disse que, como freqüentava as favelas, as conhecia. E ele dizia ainda que muitos davam sugestões para diminuir a violência, mas o que ele constatou é que onde havia uma Igreja, havia paz, não havia violência.

O Brasil precisa é de Deus!

Agradeço a Deus e ao Papa Bento XVI, que o representa aqui no nosso mundo e que acaba de autorizar que a nossa ex-capital, Floriano, por três décadas capital do Piauí, passe a ser sede de bispado.

E o povo de Oeiras traduz os melhores princípios cristãos do nosso Estado do Piauí. Lá, sem dúvida nenhuma, na Semana Santa, revivem-se os momentos do Calvário de Cristo. Lá e, talvez, no Norte e no Nordeste, revive-se até aquela procissão do fogaréu: só os homens vão à procissão, munidos de uma vela, de uma lamparina, iluminando e revivendo as dificuldades do nascer do Cristianismo.

Agradecemos ao Papa Bento XVI o reconhecimento de Floriano, essa primeira capital do Piauí, cujas famílias representam o melhor de nossa cristandade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício do 1º Secretário da Câmara, que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. nº 8/08/PS-GSE

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso

Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008 (Medida Provisória nº 398/07, do Poder Executivo), aprovado na Sessão Plenária do dia 26-2-08, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminhado, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que o prazo de 45 dias para apreciação da matéria encontra-se esgotado, e o de sua vigência foi prorrogado por Ato da Mesa do Congresso Nacional, por mais sessenta dias, conforme prevê o § 7º do art. 62 da Constituição Federal.

Uma vez recebida formalmente pelo Senado Federal, nesta data, a matéria passa a sobrestar imediatamente todas as demais deliberações legislativas da Casa até que se ultime sua votação.

Prestados esses esclarecimentos, a Presidência inclui a matéria na Ordem do Dia da sessão de amanhã.

É o seguinte o Projeto de Lei de Conversão submetido à apreciação do Senado:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

Este Avulso contém os seguintes documentos:

- Autógrafo do Projeto de Lei de Conversão
- Medida Provisória original
- Mensagem do Presidente da República nº 747, de 2007

- Exposição de Motivos nº 4/2007, da Ministra Chefe de Estado da Casa Civil
- Ofício nº 8/2008, da Câmara dos Deputados, encaminhando a matéria ao Senado
- Calendário de tramitação da Medida Provisória
- Nota Técnica s/nº, de 2007, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal
- Parecer sobre a Medida Provisória, em substituição à Comissão Mista, proferido no Plenário da Câmara dos Deputados – Relator: Deputado Walter Pinheiro (PT-BA)
- Folha de sinopse da tramitação da matéria da Câmara dos Deputados
- Ato do Presidente do Congresso Nacional nº 72, de 2007, prorrogando a vigência da Medida Provisória
- Legislação citada

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 2, DE 2008**

(Proveniente da Medida Provisória
nº 398, de 2007)

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta lei.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I – complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II – promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III – produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

IV – promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;

V – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

VI – não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

VII – observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;

VIII – autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e

IX – participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

I – oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;

II – desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III – fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

IV – cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V – apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VI – buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII – direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;

VIII – promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX – estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º desta lei e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do caput do art. 8º desta lei.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta lei.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, mantendo como principal centro de produção o localizado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, podendo instalar escritórios, dependências, unidades de produção e radiodifusão em qualquer local, dando continuidade obrigatoriamente àquelas já existentes no Distrito Federal, Rio de Janeiro e Maranhão.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I – implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II – implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III – estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV – produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V – promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI – prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII – distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

VIII – exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e

IX – garantir os mínimos de 10% (dez por cento) de conteúdo regional e de 5% (cinco por cento) de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do **caput** deste artigo, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I – celebração dos ajustes com vistas na formação da Rede Nacional de Comunicação Pública mencionados no inciso III do **caput** deste artigo, que poderão ser firmados, em igualdade de condições, com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão, por até 10 (dez) anos, renováveis por iguais períodos;

II – contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas na realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

§ 3º Para compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, nos termos do disposto no inciso III do **caput** deste artigo, a programação das entidades públicas e privadas deverá obedecer aos princípios estabelecidos por esta lei.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IX do **caput** deste artigo, entende-se:

I – conteúdo regional: conteúdo produzido num determinado Estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais;

II – conteúdo independente: conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

§ 5º Para o cumprimento do percentual relativo a conteúdo regional, de que trata o inciso IX do **caput** deste artigo, deverão ser veiculados, na mesma pro-

porção, programas produzidos em todas as regiões do País.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26 desta lei.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º deste artigo poderá ser realizada mediante a transferência para o patrimônio da EBC de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

§ 4º A EBC divulgará anualmente, como parte do balanço da empresa, listagem contendo nomes dos empregados, dos contratados, dos terceirizados e dos demais prestadores de serviços com que haja contratado nos últimos 12 (doze) meses.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo, e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

I – de dotações orçamentárias;

II – da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta lei;

III – no mínimo, de 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 32 desta lei;

IV – de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

V – de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VI – de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

VII – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;

VIII – da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei;

IX – de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nºs 3.313, de 23 de dezembro de 1991, 9.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 29 de dezembro de 2006;

X – de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

XI – de rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

XII – de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometa os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta lei.

§ 1º Para os fins do disposto nesta lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§ 2º O tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação da EBC.

§ 3º Para os fins do inciso VIII do **caput** deste artigo, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.690, de 19 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por 1 (um) Conselho de Administração e por 1 (uma) Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com 1 (um) Conselho Fiscal e 1 (um) Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I – de 1 (um) presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II – do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;

III – de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – de 1 (um) Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

V – de 1 (um) Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quórum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros e respectivos suplentes designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com 1. (um) representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos 1 (um) membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por 22 (vinte e dois) membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I – 4 (quatro) Ministros de Estado;

II – 1 (um) representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados;

III – 1. (um) representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;

IV – 15 (quinze) representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos 1 (um) conselheiro.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

I – pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II – agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º deste artigo.

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º deste artigo será de 2 (dois) anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º deste artigo será de 4 (quatro) anos, renovável por 1 (uma) única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º deste artigo serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de 2 (dois) e 4 (quatro) anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada 2 (dois) meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º deste artigo perderão o mandato:

I – na hipótese de renúncia;

II – devido a processo judicial com decisão definitiva;

III – por ausência injustificada a 3 (três) sessões do Colegiado, durante o período de 12 (doze) meses;

IV – mediante a provocação de 3/5 (três quintos) dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15 desta lei nas suas reuniões será remunerada mediante **pro labore**, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no **caput** deste artigo não poderá ultrapassar mensalmente 10% (dez por cento) da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I – deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política

de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II – zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta lei;

III – opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta lei;

IV – deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V – encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião;

VI – deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta lei; e

VII – eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

§ 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do § 1º do art. 15 desta lei.

§ 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente:

I – à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos ou da democracia;

II – à educação ou à pesquisa;

III – à promoção da cultura ou das artes;

IV – à defesa do patrimônio histórico ou artístico;

V – à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente;

VI – à representação sindical, classista e profissional.

§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º deste artigo, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição Federal.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de 1 (um) Diretor-Presidente e 1 (um) Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até 6 (seis) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de 4 (quatro) anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem 2 (dois) votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de 12 (doze) meses, emitidos com interstício mínimo de 30 (trinta) dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20. A EBC contará com 1 (uma) Ouvidoria, dirigida por 1 (um) Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Ouvidor somente perderá o mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

§ 3º No exercício de suas funções o Ouvidor deverá:

I – redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva;

II – conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo 15 (quinze) minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre 6 (seis) e 24 (vinte e quatro horas), voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC;

III – elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho Curador até 5 (cinco) dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.

Art. 21. Observadas as ressalvas desta lei e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 22. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 3º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas na contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 4º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 5º As contratações a que se refere o § 3º deste artigo observarão o disposto no **caput** do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do **caput** do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 9.745, de 9 de dezembro de 1993, e não poderão exceder o prazo de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 6º Durante os primeiros 180 (cento e oitenta) dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 3º e 4º deste artigo, mediante análise de **curriculum vitae**, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de

necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de 36 (trinta e seis) meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela Radiobrás serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. Com vistas no cumprimento do disposto nesta lei, no prazo de até 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a Acerp terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta lei, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela Acerp.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 1º deste artigo em decorrência do disposto nesta lei, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no § 1º do art. 5º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no **caput** deste artigo.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea **i** do inciso I do **caput** art. 20 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no **caput** do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A Radiobrás será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta lei.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da Radiobrás serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios de que trata este artigo, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários.

Art. 3º Os servidores em exercício na Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP poderão ser cedidos para a EBC, na forma do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, mediante termo de opção.

Art. 31. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil, realizados no Brasil e no exterior e que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e emissora de radiodifusão que decida não transmiti-lo na televisão aberta.

Parágrafo único. No caso de a emissora detentora dos direitos decidir não gerar o sinal correspondente a um determinado evento, deverá autorizar a EBC a fazê-lo em seu lugar.

Art. 32. Fica instituída a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão pública, com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações.

§ 1º A contribuição é devida pelas prestadoras dos serviços constantes do Anexo desta lei, e o seu fato gerador é a prestação deles.

§ 2º A Contribuição será paga, anualmente, até o dia 31 de março, em valores constantes do anexo desta lei.

§ 3º A Contribuição sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem como, subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos legais.

§ 4º São isentos do pagamento da Contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º A totalidade de recursos de que trata este artigo deverá ser programada em categoria específica e utilizada exclusivamente para o atendimento dos objetivos definidos no **caput** deste artigo.

§ 6º Na ocorrência de nova modalidade de serviço de telecomunicações, será devido pela prestadora, em caráter provisório, o valor da contribuição prevista no item 1 da tabela constante do anexo desta lei, até que lei fixe seu valor.

Art. 33. O **caput** do art. 9º da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a 45% (quarenta e cinco por cento) dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.

.....“(NR)

Art. 34. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente aos arts. 32 e 33 desta lei, a partir do ano seguinte à sua publicação.

Câmara dos Deputados, de fevereiro de 2008.

ANEXO

Valores da Contribuição para o Fomento da Radio-
difusão Pública

1. Serviço Móvel Celular	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
2. Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário/ Teleestrada	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
3. Serviço Radiotelefônico Público	a) até 12 canais	1,34
	b) acima de 12 até 60 canais	6,70
	c) acima de 60 até 300 canais	13,00
	d) acima de 300 até 900 canais	20,00
	e) acima de 900 canais	26,00
4. Serviço de Radiocomunicação Aero-náutica Público - Restrito	a) base	335,00
	b) móvel	26,00
5. Serviço Limitado Privado	a) base	6,70
	b) repetidora	6,70
	c) fixa	1,34
	d) móvel	1,34
6. Serviço Limitado Móvel Especializado	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
7. Serviço Limitado de Fibras Óticas		6,70
8. Serviço Limitado Móvel Privativo	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
9. Serviço Limitado Privado de Radiochamada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
10. Serviço Limitado de Radioestrada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
11. Serviço Limitado Móvel Aeronáutico		6,70
12. Serviço Limitado Móvel Marítimo	a) costeira	6,70
	b) portuária	6,70
	c) móvel	1,34
13. Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais	a) base	6,87
	b) móvel	2,68
14. Serviço Especial de Radiorrecado	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
15. Serviço Especial Radiochamada	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
16. Serviço Especial de Freqüência Padrão		isento
17. Serviço Especial de Sinais Horários		isento

18. Serviço Especial de Radiodeterminação	a) fixa b) base c) móvel	33,00 33,00 1,34
19. Serviço Especial de Supervisão e Controle	a) fixa b) base c) móvel	6,70 1,34 1,34
20. Serviço Especial de Radioautocine		6,70
21. Serviço Especial de Boletins Meteorológicos		isento
22. Serviço Especial de TV por Assinatura		120,00
23. Serviço Especial de Canal Secundário de Radiodifusão de Sons e Imagens		16,00
24. Serviço Especial de Música Funcional		33,00
25. Serviço Especial de Canal Secundário de Emissora de FM		16,00
26. Serviço Especial de Repetição de Televisão		20,00
27. Serviço Especial de Repetição de Sinais de TV Via Satélite		20,00
28. Serviço Especial de Retransmissão de Televisão		25,00
29. Serviço Suportado por Meio de Satélite	a) terminal de sistema de comunicação global por satélite.	1,34
	b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4m, controlada por estação central.	10,00
	c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras	20,00
	d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5m.	670,00
	e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão.	167,00
	f) estação espacial geostacionária (por satélite)	1.340,00
30. Serviço de Distribuição Sinais Multiponto Multicanal	g) estação espacial não-geostacionária (por sistema)	1.340,00
	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
31. Serviço Rádio Acesso	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
		16,00
32. Serviço de Radiotáxi	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
33. Serviço de Radioamador	a) fixa	1,68
	b) repetidora	1,68
	c) móvel	1,34

34. Serviço Rádio do Cidadão	a) fixa	1,68
	b) base	1,68
	c) móvel	1,34
35. Serviço de TV a Cabo	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
36. Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos		260,00
37. Serviço de Televisão em Circuito Fechado		67,00
38. Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	a) potência de 0,25 a 1kW	48,00
	b) potência acima de 1 até 5kW	62,00
	c) potência acima de 5 a 10 kW	77,00
	d) potência acima de 10 a 25 kW	145,00
	e) potência acima de 25 a 50 kW	194,00
	f) potência acima de 50 a 100 kW	243,00
	g) potência acima de 100 kW	291,00
39. Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas		48,00
40. Serviço de Radiodifusão em Ondas Tropicais		48,00
41. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	a) comunitária	10,00
	b) classe C	50,00
	c) classe B2	75,00
	d) classe B1	100,00
	e) classe A4	130,00
	f) classe A3	190,00
	g) classe A2	230,00
	h) classe A1	290,00
	i) classe E3	390,00
	j) classe E2	490,00
	l) classe E1	600,00
42. Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	a) estações instaladas nas cidades com população até 500.000 habitantes	610,00
	b) estações instaladas nas cidades com população entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes	720,00
	c) estações instaladas nas cidades com população entre 1.000.001 e 2.000.000 de habitantes	930,00
	d) estações instaladas nas cidades com população entre 2.000.001 e 3.000.000 de habitantes	1.125,00
	e) estações instaladas nas cidades com população entre 3.000.001 e 4.000.000 de habitantes	1.350,00
	f) estações instaladas nas cidades com população entre 4.000.001 e 5.000.000 de habitantes	1.552,00
	g) estações instaladas nas	1.703,00

	idades com população acima de 5.000.000 de habitantes	
43. Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas, Reportagem Externa, Comunicação de Ordens, Telecomando, Telemando e outros		
43.1 - Radiodifusão Sonora		20,00
43.2 - Televisão		50,00
43.3 - Televisão por Assinatura		50,00
44. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	a) até 200 terminais	37,00
	b) de 201 a 500 terminais	92,00
	c) de 501 a 2.000 terminais	370,00
	d) de 2.001 a 4.000 terminais	737,00
	e) de 4.001 a 20.000 terminais	1.106,00
	f) acima de 20.000 terminais	1.474,00
45. Serviço de Comunicação de Dados Comutado		1.474,00
46. Serviço de Comutação de Textos		737,00
47. Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH)	a) base com capacidade de cobertura nacional	838,00
	b) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	670,00
48. Serviço Móvel Pessoal	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
49. Serviço de Comunicação Multimídia	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34

MEDIDA PROVISÓRIA ORIGINAL N.º 398, DE 2007

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de Lei:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta Medida Provisória.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

- I - complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;
- II - promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- III - produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- IV - promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;
- V - autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão; e
- VI - participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

- I - oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;
- II - desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;
- III - fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação do cidadão;
- IV - cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V - apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento por intermédio do oferecimento de espaços para exibição de conteúdos produzidos pelos diversos grupos sociais e regionais;

VI - buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII - direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores; e

VIII - promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º, e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão, e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do art. 8º.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação - EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Medida Provisória.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e escritório central na cidade de Brasília, podendo instalar escritórios, dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer local.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I - implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II - implantar e operar as suas próprias redes de Repetição e Retransmissão de Radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III - estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas à formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV - produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V - promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI - prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII - distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União; e

VIII - exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do caput, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º É dispensada a licitação para a:

I - celebração dos ajustes mencionados no inciso III, que poderão ser firmados por até dez anos, renováveis por iguais períodos;

II - contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas à realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos cinquenta e um por cento serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta federal, bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º poderá ser realizada mediante a transferência, para o patrimônio da EBC, de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único. O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

I - de dotações orçamentárias;

II - da exploração dos serviços de radiodifusão pública;

III - de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

IV - de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

V - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos;

VI - de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, voltada a programas, eventos e projetos de utilidade pública, de promoção da cidadania, de responsabilidade social ou ambiental;

VII - da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art. 8º;

VIII - de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;

IX - de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

X - de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e

XI - de rendas provenientes de outras fontes.

§ 1º É vedada, nas hipóteses dos incisos V e VI, a veiculação de anúncios de produtos e serviços.

§ 2º Para os fins do inciso VII, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I - de um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II - do Diretor-Presidente da Diretoria Executiva;

III - de um Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV - de um Conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

V - de um Conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Presidente ou por dois terços dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º O quorum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por três membros, e respectivos suplentes, designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com um representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do Estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de quatro anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do Presidente e de pelo menos um membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por vinte membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I - quatro Ministros de Estado;

II - um representante dos funcionários, escolhido na forma do Estatuto;

III - quinze representantes da sociedade civil, indicados na forma do Estatuto, segundo critérios de representação regional, diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais.

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

I - pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e II do § 1º;

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso II do § 1º será de dois anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º será de quatro anos, renovável por uma única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso III do § 1º serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de dois e quatro anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos II e III do § 1º perderão o mandato nas hipóteses de renúncia, processo judicial com decisão definitiva, ou na hipótese de ausência injustificada a três sessões do Colegiado, durante o período de doze meses.

§ 10. Os membros do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º também perderão o mandato por decisão do Presidente da República, mediante a provocação de três quintos dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos no inciso III do § 1º do art. 15, às suas reuniões, será remunerada mediante *pro labore*, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia, para o exercício de suas atribuições, serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no caput não poderá ultrapassar mensalmente dez por cento da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I - aprovar as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II - zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Medida Provisória;

III - opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta Medida Provisória;

IV - aprovar a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V - deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria Executiva, no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta Medida Provisória; e

VI - eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Conselho Curador acompanhar o processo de consulta pública, a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso III do § 1º do art. 15.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de um Diretor-Presidente e um Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de quatro anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem dois votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de doze meses, emitidos com interstício mínimo de trinta dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20. Observadas as ressalvas desta Medida Provisória e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 21. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

Art. 22. A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 1º A EBC sucederá a RADIOBRÁS nos seus direitos e obrigações, e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 2º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas à contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 3º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 4º As contratações a que se refere o § 2º observarão o disposto no caput do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 1993, e não poderão exceder o prazo de trinta e seis meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 5º Durante os primeiros noventa dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 2º e 3º, mediante análise de curriculum vitae, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de trinta e seis meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência privada, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela RADIOBRÁS serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. O contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto - ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, com vistas ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, no prazo de até noventa dias a contar da sua publicação.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a ACERP terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta Medida Provisória, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela ACERP.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 1º em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5º, § 1º, da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBC os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a ACERP pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no caput.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à ACERP sujeitos ao disposto na alínea "i" do inciso I do art. 2º da Lei nº 9.637, de 1998.

Art. 27. A EBC poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A RADIOBRÁS será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta Medida Provisória.

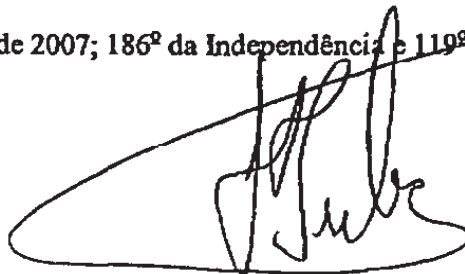
Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da RADIOBRÁS serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de TV a Cabo (CATV), de distribuição de sinais de televisão e de áudio por assinatura via satélite (DTH), de distribuição de sinais multiponto multicanal (MMDS), televisão por assinatura (TVA), bem como as prestadoras de outros serviços afins, independentemente da tecnologia empregada, que vierem a ser disciplinados pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, deverão tornar disponível, gratuitamente, dois canais destinados ao Poder Executivo Federal, a serem operados pela EBC, um deles para o estabelecimento da Rede Nacional de Comunicação Pública e o outro para a transmissão de atos e matérias de interesse do Governo Federal.

Parágrafo único. Caberá à Anatel regulamentar a forma do disposto no caput às atuais e futuras outorgas, sem prejuízo de sua aplicação imediata.

Art. 30. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de outubro de 2007; 185º da Independência e 119º da República.



MENSAGEM Nº 747, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 62 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC. e dá outras providências”.

Brasília, 10 de outubro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EMI nº 4 SECOM-PR/C. Civil/MP

Brasília, 10 de outubro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Temos a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência projeto de medida provisória que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo Federal ou outorgados a entidades de sua administração indireta e que autoriza o Poder Executivo a criar a Empresa Brasil de Comunicação – EBC.

2. A criação de uma televisão pública de âmbito nacional vem ao encontro dos anseios da sociedade brasileira, tal como defendido por representantes de diversos setores sociais e manifestado na Carta de Brasília, resultado do I Fórum Nacional de TV Públicas, realizado na Capital do País, de 8 a 11 de maio de 2007. Sua criação significa o preenchimento de uma necessidade cultural que atualmente não é apropriada pelos sistemas estatal e privado de comunicação e que somente poderia ser ocupada por uma rede pública de comunicação.

3. A nova televisão será veículo relevante na consolidação democrática bem como ator no processo de construção da identidade brasileira. Entre seus objetivos encontra-se o fomento à produção regional e à produção independente, bem como o direcionamento de suas atividades para finalidades educativas, culturais, artísticas informativas, científicas e promotoras da cidadania. Como resultado final, espera-se um incremento do debate público no País, fundamental à reprodução social permanente do processo democrático.

4. Deve-se destacar a preocupação presente de garantir a autonomia da nova empresa, por meio da criação de mecanismos institucionais protetores dos dois flancos que poderiam se constituir em ameaças: a subordinação às diretrizes do governo e o condicionamento às regras estritas de mercado.

5. A nova empresa contará, em sua estrutura, com um Conselho Curador formado por representantes do Governo, dos Funcionários e da Sociedade Civil, esta última com maioria na sua composição. O Conselho será responsável por elaborar e aprovar as diretrizes que constituirão a política de comunicação a ser observada pela EBC e, entre outras competências, poderá imputar voto de desconfiança aos membros da diretoria executiva quando forem verificados desvios aos princípios e objetivos da radiodifusão pública.

6. As formas de captação de recursos e suas vedações, por sua vez, servirão de meio à sustentabilidade econômica da empresa, ao mesmo tempo em que serão baluarte ao cumprimento de duas finalidades não-comerciais. Dessa forma, a autonomia estará inserida na estrutura da empresa, possibilitando o cumprimento de suas finalidades republicanas.

7. A EBC terá a forma de empresa pública com capital formado por ações, o que possibilitará, no futuro, a participação de Estados e Municípios na sua composição. A integralização inicial do capital se fará com recursos orçamentários e com o patrimônio da Empresa Brasileira de Comunicação S.A. – Radiobrás.

8. A sede estará localizada na cidade do Rio de Janeiro, seu escritório central na capital federal, estando prevista a possibilidade de instalar sucursais em outros locais. Poderá celebrar convênios e outros ajustes a fim de constituir a Rede Nacional de Comunicação Pública, integrando nacionalmente os diversos centros de produção cultural regionais.

9. A viabilização operacional da nova empresa se dará por intermédio da incorporação da Radiobrás, de quem herdará os bens e pessoal permanente, necessários ao início das atividades. Está prevista, também, a repactuação do contrato de gestão mantido com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, de forma que sejam revertidos à União, por intermédio da EBC os bens públicos cedidos àquela organização.

10. A relevância e urgência da proposta encontram-se presentes na necessidade de se estabelecer as bases materiais para o sistema complementar ao sistema privado de serviços de radiodifusão, previsto no art. 223 da Constituição, e assegurar uma nova forma de prestação de serviços de comunicação à sociedade, com autonomia editorial em relação ao Governo Federal e diversidade nas abordagens educativa, cultural, artística, informativa, científica e de promoção da cidadania, bem assim contribuir para a viabilização do início das transmissões da televisão digital no País, previsto para o próximo mês de dezembro.

11. Essas, Senhor Presidente, as razões pelas quais temos a honra de submeter à elevada conside-

ração de Vossa Excelência o anexo projeto de medida provisória.

Respeitosamente, – **Franklin de Souza Martins, Dilma Rousseff e Paulo Bernardo Silva.**

OF. nº 8/08/PS-GSE

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Assunto: Envio de PLv para apreciação

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o incluso Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008 (Medida Provisória nº 398/07, do Poder Executivo), aprovado na

Sessão Plenária do dia 26-2-08, que “institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências”, conforme o disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

2. Encaminho, em anexo, o processado da referida medida provisória e os autógrafos da matéria aprovada nesta Casa.

Atenciosamente, – Deputado **Osmar Serraglio**, Primeiro-Secretário.

MPV Nº 398	
Publicação no DO	11-10-2007
Designação da Comissão	15-10-2007 (SF)
Instalação da Comissão	16-10-2007
Emendas	até 17-10-2007 (7º dia da publicação)
Prazo na Comissão	11-10-2007 a 24-10-2007 (14º dia)
Remessa do Processo à CD	24-10-2007
Prazo na CD	25-10-2007 a 7-11-2007 (15º ao 28º dia)
Recebimento previsto no SF	7-11-2007
Prazo no SF	8-11-2007 a 21-11-2007 (42º dia)
Se modificado, devolução à CD	21-11-2007
Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD	22-11-2007 a 24-11-2007 (43º ao 45º dia)
Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de	25-11-2007 (46º dia)
Prazo final no Congresso	9-12-2007 (60 dias)
Prazo final prorrogado	21-3-2008(*)
(*)Prazo prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 72, de 2007 – DOU (Seção I) de 6-12-2007.	

MPV Nº 398	
Votação na Câmara dos Deputados	19-2-2008
Leitura no Senado Federal	
Votação no Senado Federal	

NOTA TÉCNICA DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA MP Nº 398/07

Brasília, 18 de outubro de 2007

Assunto: Adequação Orçamentária da MP nº 398/07, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC”.

Interessado: Comissão Mista de Medida Provisória

1 – Introdução

A Comissão Mista de Medida Provisória solicita o pronunciamento da Consultoria de Orçamentos a respeito da compatibilidade e da adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007.

2 – Análise

Pautarei a minha análise observando o disposto no art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional:

“O exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das Medidas Provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a lei do plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária da União.” (grifei)

O texto da MP 398 informa, em seu art. 9º, § 1º, que:

“A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26.” (grifei)

Mais além, no art. 11, lê-se:

“Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

- I – de dotações orçamentárias;*
- II – da exploração dos serviços de radiodifusão pública;*

III – de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

IV – de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

V – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, a título de apoio cultural admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos;

VI – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, voltada a programas, eventos e projetos de utilidade pública, de promoção da cidadania, de responsabilidade social ou ambiental;

VII – da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal segundo o disposto no § 1º do art. 8º;

VIII – de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nºs 8.313, de 23 de dezembro de 1991, 8.685, de 20 de julho de 1993, e 11.437, de 28 de dezembro de 2006;

IX – de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

X – de rendimentos de aplicações financeiras que realizar; e

XI – de rendas provenientes de outras fontes.

Não restam dúvidas, portanto, que a criação da Empresa Brasil de Comunicação é acompanhada de repercussões sobre a receita e a despesa públicas da União. No entanto, tanto o texto da MP nº 398 quanto a sua Exposição de Motivos (EMI nº 4, SECOM-PR/Ccivil/MP, de 10 de outubro de 2007) silenciam em relação à quantificação, ou mesmo à estimativa, dessas repercussões. Essa preocupação adquire maior dimensão quando se lê no art. 27 que:

“A EBC poderá contratar em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no caput do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.” (grifei)

Quanto ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes, o § 2º do art. 26 esclarece que:

“O Poder Executivo poderá; mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 1º em decorrência do disposto nesta Medida Provisória, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 5º, § 1º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006 inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.”

Dessa forma, o requisito referente ao atendimento das normas orçamentárias e financeiras vigentes está contemplado.

3. Conclusão

Diante do exposto, o texto da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, e a correspondente Exposição de Motivos frustram a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, ao silenciarem quanto à quantificação ou à estimação da repercussão sobre a receita e a despesa públicas da União decorrentes da criação da Empresa Brasil de Comunicação. E, portanto, inadequada do ponto de vista orçamentário e financeiro.

Tarcísio Barroso da Graça, Consultor de Orçamentos.

PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA, EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO MISTA, PROFERIDO NO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. WALTER PINHEIRO (PT – BA. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente quero agradecer a V. Exª a deferência e a possibilidade de contribuirmos com o relatório dessa medida provisória.

Na mesma linha, quero também agradecer a V. Exª por ter possibilitado estabelecer um rito processual nessa medida provisória. Alguns, naturalmente, criticaram o Deputado Paulo Bornhausen – também

fomos contra, por entendermos não ser o modelo ideal – o envio de medida provisória para tratar do tema. V. Exª deve ter-me ouvido dizer isso na Comissão de Ciência e Tecnologia quando decidi aceitar a relatoria da matéria.

Por isso solicitei ao presidente permitir-nos, no ano passado, um conjunto de iniciativas que nos ensejou debater o assunto, como fizemos na Comissão de Ciência e Tecnologia, por mais de 12 horas, se consideradas as diversas intervenções.

Quero agradecer pela compreensão ao Presidente Arlindo Chinaglia, porque, na semana passada, em virtude de estar convalescendo de uma cirurgia a que fui obrigado a me submeter, não pude estar nesta Casa e solicitei a S. Exª a oportunidade de debater a matéria.

Para evitar que esse procedimento ou essa deferência atrapalhasse o bom andamento dos trabalhos, o presidente, junto com meu líder, Deputado Maurício Rands, e com o líder do Governo, Deputado Henrique Fontana, sugeriu que o meu companheiro Deputado Manoel Junior lesse o parecer. Agradeço imensamente ao Deputado Manoel Junior por ter lido aqui sobejamente bem o documento, até porque foi pego de supetão para fazê-lo. Agradeço também ao Deputado Arlindo Chinaglia e aos líderes dos partidos da base.

A matéria foi discutida e a cópia distribuída na semana passada. Portanto, na quarta-feira, as Srªs deputadas e os Srs. deputados já possuíam cópia desse material, mudando a regra de o relator trazer aqui a matéria e apresentar de pronto o “pacote” na tribuna da Casa. Isso permitiu que vários deputados pudessem ler, debater o documento e apresentar sugestões.

O motivo da alteração que farei hoje advém exatamente de correção feita por um deputado, que entendeu que é importante precisar melhorar o art. 31 em relação à redação original.

Dessa forma, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, gostaria de chamar a atenção deste Plenário para alguns pontos, Deputada Luciana Genro, que mostram a importância de um instrumento como a TV pública.

De dezembro para cá, muito se disse que estávamos criando uma TV chapa branca, uma TV estatal, uma TV vinculada à Presidência da República.

O que fizemos foi exatamente construir os caminhos para que isso não fosse operado, porque se o Sr. Presidente da República quisesse continuar, meu caro amigo Pracião, operando com uma TV ligada ao Executivo, bastaria manter integralmente o modelo e o funcionamento da Radiobrás. No entanto, o projeto absorve, Deputado Henrique Fontana, a Radiobrás, que deixa de ser uma TV vinculada ao Executivo e se

associa à estrutura verdadeira de uma TV pública, com todos os seus objetivos.

Um segundo aspecto, Deputado Paulo Rocha, V. Ex^a que é um homem da região Norte, que considero fundamental, é que queremos uma TV pública que possa incidir nesse cenário de radiodifusão pública no País para introduzir uma rica produção cultural, Deputada Lídice da Mata, que a Bahia tem, que o Norte do País possui, assim como o Sul e o Centro-Oeste; pegar essa diversidade cultural e permitir sua publicidade por meio dos veículos de comunicação.

Não queríamos a continuidade pura e simples de publicidade às realizações do Governo, tampouco queríamos um instrumento público que reproduzisse o cenário que a TV comercial já reproduz hoje. Uma TV pública, Deputado Fernando Ferro, não pode, de forma alguma, ter como sua excelência, como seu desejo, Deputado Tadeu Filippelli, a disputa de audiência, mesclando a sua programação com o que chamamos de programação de busca de novos consumidores, e não de espectadores.

A TV pública não pode ter como prioridade arrecadar dinheiro com publicidade, ter programação que aumente sua audiência para vender espaço publicitário. No Brasil, essa é a regra da TV aberta, usada inclusive pela TV por assinatura. Ela se encaixa – não estou fazendo críticas – na TV comercial.

Quem quer verdadeiramente mudar esse cenário tem de propor uma nova roupagem para uma TV que priorize produção cultural, transmissões de eventos artísticos, educação, que priorize utilizar esses canais de informação.

Pensando nisso, inserimos no texto da medida provisória vários mecanismos, Deputado Chico Alencar. V. Ex^a corriqueiramente é convidado pela TV Câmara para falar sobre História do Brasil, mas não é convidado pela TV comercial para contar sua versão sobre a História do Brasil no horário nobre. Talvez até possa ser convidado para falar durante a madrugada, da meia-noite às 6h.

Então, pensando nessa reformulação, introduzimos no texto vários conceitos. O primeiro é o de que TV pública não pode – não pode, está escrito – transformar-se em tela de publicidade. Está escrito com todas as letras: a TV pública não pode fazer publicidade, não pode ter apoio cultural nem institucional que tenha na sua mensagem produtos e serviços. Ela não poderá fazer isso. Essa é uma seara da TV comercial. Esse é um diferencial claro e significativo.

O segundo item importante nessa seara – e faço referência ao exemplo que dei sobre a participação do Deputado Chico Alencar – é que a TV pública, Deputado Ivan Valente, terá de fazer as transmissões de caráter

educativo, cultural e principalmente informativo entre 6h e meia-noite e não entre meia-noite e 6h. A maioria da população brasileira não tem acesso a esse tipo de programação, sequer tem direito a estar acordada nesse horário, uma vez que tem de se levantar de madrugada para enfrentar a dura batalha da disputa pelo transporte coletivo e chegar ao posto de trabalho.

O terceiro item importante que demonstra nosso desejo, Deputado Maurício Rands, inclusive a partir da auscultação aos deputados desta Casa – do PSDB, do DEM e da base do Governo –, é a preocupação com a região. O Deputado Flávio Dino traduziu isso sobejamente bem em uma das emendas que trabalhamos. Refiro-me à possibilidade de trazer para o cenário o que de mais rico seu Maranhão, minha Bahia, nosso Brasil pode ofertar para esta Nação usando o instrumento importantíssimo de interação com a sociedade. Lamentavelmente isso não é disponibilizado hoje.

Estamos assegurando um percentual mínimo de produção cultural regional, decisivo para que a TV pública, na sua programação, permita ao povo do Sul conhecer a história do povo do Maranhão e vice-versa; ao povo do Oiapoque conhecer a história do povo do Chui e vice-versa.

É importante trabalharmos esses elementos e não ficarmos só na intenção ou no desejo. Colocamos isso como obrigatoriedade, como uma forma de imprimir o ritmo para que a TV pública possa verdadeiramente cumprir o papel de modificar o cenário de radiodifusão pública no País.

Outro aspecto decisivo e fundamental é permitir que o produtor independente, o cidadão lá do Ceará, por exemplo, que tem uma pequena produtora, que não está vinculado às grandes redes e à estrutura de produção cinematográfica, que não tem uma grande emissora, possa sobreviver, tenha um instrumento que o incentive, que o ajude verdadeiramente nessa linha de desenvolvimento.

Por que a produtora independente no Ceará, no Brasil de modo geral, não pode ter esse estímulo? Inserimos também um percentual mínimo para garantir que a TV pública absorva a produção cultural das produtoras independentes. Quem sabe podemos mudar a realidade de Guaratinguetá, que consegue botar o time na cabeça da referência nacional, mas não tem oportunidade de expressar o acumulado, que é importante, de pegar e levar para o Brasil algo que possa ser produzido lá, como nas Alterosas, meu caro Deputado Virgílio Guimarães.

Destacamos também a exigência desse debate. Outro aspecto fundamental refere-se à democratização. Aqui disseram que a criação da TV pública obedeceria a certo critério de preferência ou a certa inter-

ferência do presidente. No mundo há diversas formas de TV pública, mas o eixo central é a constituição de um conselho, de um organismo que possa absorver, compreender, interagir e expressar o sentimento da maioria dos telespectadores.

O Brasil tem uma particularidade que talvez poucos saibam: experiência em TV aberta sem igual no mundo. Deputado Paulo Bornhausen, V. Ex^a sabe disso. Assim, é necessária a participação da sociedade.

Por isso, incluímos mecanismos para modificar a composição do próximo Conselho. Que esta e a outra Casa que compõem o Congresso Nacional tenham oportunidade de escolher o seu representante. Aliás, já escolhemos representantes para o Conselho Nacional de Justiça e para outros. Por que não podemos receber sugestões de diversos segmentos e escolher um que possa influenciar, opinar, determinar, ajudar a construir, editar e corrigir aquilo que é a essência da TV pública brasileira, uma programação que guarde sintonia com a realidade do País? Portanto, mais 2 vagas estão sendo incluídas: uma para a Câmara e outra para o Senado.

Além disso, é importante frisar aqui, Deputado Arlindo Chinaglia, porque é fundamental, decisivo, que o Conselho Curador terá a tarefa, meu caro Deputado Inocêncio Oliveira, de fazer consulta pública para sua próxima composição, com a participação dos sindicatos de médicos, radialistas, da OAB, enfim, com a participação da sociedade civil.

Não fizemos uma amarra em que somente aqueles que são vinculados a alguma entidade, de forma corporativa, possam ter assento no conselho. Todos e quaisquer cidadãos brasileiros têm direito a pleitear esse tipo de conquista, a opinar. Ou o cidadão de Recife não pode arvorar-se a querer participar do Conselho Curador para dizer a que tipo de programação cultural gostaria de assistir? Talvez queira assistir ao seu frevo, a sua cultura.

A idéia é de que o Conselho Curador, Deputado Fernando Gabeira, mude completamente de estrutura já a partir da próxima composição. Haverá uma consulta pública, ele gerará um estatuto traçando os caminhos a seguir, como fazemos nas listas tríplice e sêxtupla, que vão para o Presidente, que nomeia os membros. Mas a primeira indicação é da sociedade, colocando um componente vital no debate da TV pública.

Vou concluir, nobre Presidente, para explicitar a questão do art. 31.

Mas, antes de encerrar, quero frisar um aspecto. Todos nós nesta Casa temos, aqui e acolá, uma resistência muito grande a medidas provisórias, principalmente quando elas invadem a nossa "praia". Essa medida provisória, por exemplo, vem de encontro a

um projeto de lei que trata de radiodifusão pública de minha autoria. Poderia estar insatisfeito com isso, por isso bradei.

A grande mudança é na questão do financiamento, na sustentação. Muitos disseram aqui, meu caro Deputado Geraldo Pudim, que vamos dar dinheiro para a TV pública, sendo que o Governo precisa fazer outras coisas, como se a TV pública não fosse essencial para a sociedade brasileira. Comunicação é poder, comunicação é uma estrutura decisiva.

Será que a sociedade brasileira não tem o direito de constituir, Deputado Vicentinho, um veículo de comunicação que abra de uma vez por todas o debate, que meta o dedo na ferida na questão do poder da mídia, da democratização do acesso à informação? A TV pública faz isso, na medida em que propõe a capilaridade, em que propõe parcerias com as TV estaduais. E mais, Deputado Tadeu Filippelli: estamos propondo parceria com a rede privada, que poderá comprar a produção da TV pública. Inserimos, sim, a idéia de um outro nível de financiamento.

A idéia é utilizar recursos do Fistel. Afinal de contas, telecomunicação é radiodifusão. Repito, a radiodifusão está inserida nas telecomunicações, Deputado Paulo Bornhausen. Esse é um debate que foi inserido por V. Ex^a no seu PL n° 29, assim como eu o fiz no meu PL n° 332. Portanto, na convergência, ainda que divirjamos, escrevemos isso, cravando de uma vez por todas, pela convergência tecnológica e pelo que tem acontecido, naturalmente o encontro desses setores. Portanto, a idéia é permitir que a TV pública tenha mais essa parcela para o seu financiamento, para cada vez mais se distanciar dessa amarra de ter de buscar dinheiro.

Volto a frisar a idéia do repasse dos recursos do Fistel no sentido de que eles cada vez mais acentuem, Deputado Arlindo Chinaglia, que a TV pública não pode sobreviver por meio de uma colcha de retalhos de publicidade. A TV precisa fazer produção de qualidade e ter como garantia recursos para sobreviver, recursos para chegar a todos os lugares do Brasil, seja em Petrolina, seja na pequenina Chorocho, na Bahia, seja em qualquer canto do País. Alguns dizem que, por causa dos 10% do Fistel que vamos tirar, vai onerar. Onerar quem? Não aumentamos absolutamente nada. Não acrescentamos absolutamente nada. Pegamos uma parcela dos recursos que inclusive não foram utilizados. O Governo pode contingenciar? Pode. Mas há uma diferença muito clara em relação a isso.

A BBC de Londres cobra uma taxa de cada cidadão que tem televisão. Mas não é possível fazer isso no Brasil. Isso, sim, seria onerar. Portanto, estamos tirando esses recursos do Fistel. Esses recursos, se

porventura forem contingenciados pelo Governo, não poderão ser usados para outra coisa, porque essa parte somente poderá ser utilizada na TV pública. Caso haja contingenciamento, caberá ao Congresso Nacional e à Comissão de Orçamento interferir na LDO, como fizemos no FNDCT e nos fundos constitucionais, para garantir a aplicação dos recursos.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, estamos diante de um passo decisivo para a sociedade brasileira. Aqui, durante o dia, todos reclamam das concessões. Nos discursos, é permanente afirmar que há uma degradação na programação no Brasil, que há um verdadeiro desvirtuamento no cenário da democracia. No momento em que o Congresso Nacional tem a oportunidade de apresentar uma ferramenta que pode ser um instrumento de transformação, estamos avaliando que isso é um passo para trás. Isso é um absurdo. Eis o verdadeiro grande passo para a frente: começar 2008 afirmando que essa estrutura de comunicação não pode continuar como está. Tivemos coragem de extrair a Radiobrás. O Presidente Lula vai perder, Deputada Lídice da Mata, a sua televisão, mas a sociedade brasileira ganha um instrumento de radiodifusão pública para a difusão do conhecimento, da alegria, da ciência, da arte no País, para acabar com a história de que só uns podem ter acesso, enquanto a maioria termina se submetendo a tudo o que é feito aí, sem opção.

Portanto, Sr. Presidente, foi nessa esteira que construímos o art. 31. Aliás, nesse ponto chamo a atenção dos Srs. Líderes, meu caro Deputado Arlindo Chinaglia e Deputado Paulo Bornhausen, que estão nos ouvindo. Vou explicar qual foi a mudança no art. 31. Vou ler a redação anterior do art. 31 para fazermos a comparação. Por que achamos que era importante mexer nessa redação? Não era para mudar o conteúdo, mas para precisar, principalmente, a intenção da chegada da TV pública, com um objetivo, como ampliação da maioria, como ampliação dos serviços, como a possibilidade de ela, verdadeiramente, chegar.

A palavra que acrescentamos é uma ferramenta que permite a chegada: “infra-estrutura”. Foi essa a alteração que fiz.

Diz assim o art. 31 anterior:

“Fica instituída a contribuição para fomento da radiodifusão pública, com o objetivo de propiciar meios para a ampliação e melhoria dos serviços de radiodifusão pública, de acordo com os princípios e objetivos elencados pela lei.

Na nova redação, dizemos o seguinte:

“Fica instituída a contribuição para fomento da radiodifusão pública, com o objetivo

de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para – esse é o acréscimo que fazemos – a ampliação da sua penetração, mediante os serviços de telecomunicações.

Capilaridade, Deputado Paulo Bornhausen, coisa que V. Ex^a também conhece bem. Se observarmos veremos que nenhuma das redações muda o objeto. A diferença é: estamos dizendo que esses meios a que me refiro no texto anterior e que estamos precisando no texto atual são os meios de comunicações. É a última mídia, é o fio que chega à casa, é a empresa de telecomunicação, é o celular nesse mundo da convergência. Afinal de contas, estamos desconhecendo isso?

A redação veio após o alerta de diversos companheiros como sendo a oportunidade de entender esse momento e precisar o que é essa melhoria de ampliação, o que é fazer chegar. Se não usarmos esses meios, Deputado Fernando Gabeira, não teremos como expandir, não teremos como ampliar, não teremos como melhorar.

É essa, Sr. Presidente, a explicação que faço, além da outra correção que fiz. Aliás, fiz questão de não alterar. Na verdade, trata-se da correção de um erro de português, Deputado Paulo Bornhausen. No inciso V desse artigo, em vez de “deverá”, foi grafado “deverão”. Portanto, houve um erro. Usou-se o verbo em relação a “recursos” e não em relação à palavra “totalidade”. Flexionou-se o verbo em relação à palavra “recursos”, quando na realidade deveria ser flexionado em relação a “totalidade”. O texto é o seguinte: “A totalidade dos recursos em vez de estar escrito “deverá”, saiu “deverão”. Essa mudança resolvemos até não fazer para não criar mais confusão.

Eram essas as ponderações, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer nesta tarde.

Mais uma vez quero agradecer aos deputados que apresentaram emendas, ao Deputado Flávio Dino, ao Deputado Otávio Leite, cuja emenda tentamos abraçar até a última hora, a que trata da TV digital, mas não encontramos aspectos legais e jurídicos para essa obtenção e, mesmo assim, ainda estamos na perspectiva de ver a sua viabilização, talvez na medida em que o que propõe o Deputado Otávio Leite é a inclusão da TV Câmara na TV digital. Antecede a isso o problema da definição do espectro de frequência. Encontramos dificuldades para sua viabilização. Por isso disse no texto que é meritória e correta a sua apresentação, mas, lamentavelmente, não foi possível incluí-la.

Agradeço ao meu Líder, Deputado Luiz Sérgio, pela confiança, apesar de ter deixado há pouco a Liderança, bem como ao Deputado Mauricio Rands, que

a assume, hipotecando mais do que solidariedade, hipotecando pleno e total apoio a essa iniciativa.

Para mim é motivo de muita alegria na tarde de hoje poder entregar ao Brasil uma contribuição como essa. Luto por uma TV pública desde os anos 80. Fui militante do Fórum Nacional em Defesa da Democratização das Comunicações no País. Naquela década, começamos essa cruzada no Brasil.

Portanto, é motivo de conquista. Podemos até considerá-la como um primeiro passo, porque temos muito a fazer. Muito se pode avançar ainda. Isto vai depender de o Plenário esta tarde compreender que o que está em jogo não é a tal da TV do Lula, mas a abertura de uma porta para a radiodifusão pública neste País; diria mesmo que seria botar o dedo na ferida da democratização da informação do conhecimento e da cultura no solo brasileiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 398, DE 2007

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Walter Pinheiro**

Complementação de Voto

A tabela de valores da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (Anexo I do Projeto de Lei de Conversão) foi construída a partir de Tabela constante do Anexo III da Lei Geral de Telecomunicações – LGT, que define os atuais valores das taxas de fiscalização de instalação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel. Essa última tabela não inclui dois serviços – Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), porque eles não existiam quando a LGT foi editada.

Mesmo assim, sobre a prestação do SMP e do SCM incidem as taxas do Fistel, porque o art. 10 da Lei nº 5.070 de 7 de julho de 1966 (Lei do Fistel) estabelece que: “na ocorrência de novas modalidades de serviços de telecomunicações, sujeitas a taxas de fiscalização não estabelecidas nesta Lei, será aplicada em caráter provisório a taxa do item 1 da Tabela Anexa, até que a lei fixe seu valor.

Sendo assim, faz-se necessário alterar a tabela do Anexo I do PLV para incluir dois novos itens (48 e 49) referentes ao SMP e SCM, que estão hoje entre as principais fontes de arrecadação do Fistel e, portanto,

também serão as principais fontes de arrecadação da contribuição para o fomento da radiodifusão pública. Ademais, novo parágrafo deve ser incluído no art. 31, para que a referida contribuição possa incidir sobre as prestadoras de nova modalidade de serviço de telecomunicações que seja criada posteriormente, a exemplo do supracitado dispositivo da Lei do Fistel.

Para evitar eventuais questionamentos sobre a aplicação dos recursos da contribuição para o fomento da radiodifusão pública, que será devida por todos os prestadores de serviços de telecomunicações, mas cuja arrecadação deve ser aplicada apenas na radiodifusão pública, entendo conveniente alterar a redação do **caput** do art. 31 de forma a ampliar os objetivos a serem alcançados com a instituição da referida contribuição. Levando em conta o fenômeno de convergência tecnológica, que aproxima cada vez mais os setores de radiodifusão e de telecomunicações, a nova redação do **caput** do art. 31 deve estender a aplicação dos recursos da contribuição, de forma a viabilizar a utilização das redes de telecomunicações para ampliar a penetração da radiodifusão pública.

Ante o exposto, apresento a seguir versão reformulada do projeto de lei de conversão, já incorporando a alteração do **caput** do art. 31, novo § 6º no mesmo artigo, bem como, no Anexo I, a nova versão da tabela,

resultante do acréscimo dos itens 48 e 49.

Sala das Sessões, em de de 2008. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE PELA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 398, DE 2007 PROJETO DE LEI E CONVERSÃO – VERSÃO REFORMULADA

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta, no âmbito federal, serão prestados conforme as disposições desta lei.

Art. 2º A prestação dos serviços de radiodifusão pública por órgãos do Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta deverá observar os seguintes princípios:

I – complementaridade entre os sistemas privado, público e estatal;

II – promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;

III – produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;

IV – promoção da cultura nacional, estímulo à produção regional e à produção independente;

V – respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família;

VI – não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de opção sexual;

VII – observância de preceitos éticos no exercício das atividades de radiodifusão;

VIII – autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão;

IX – participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Art. 3º Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta:

I – oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional;

II – desenvolver a consciência crítica do cidadão, mediante programação educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania;

III – fomentar a construção da cidadania, a consolidação da democracia e a participação na sociedade, garantindo o direito à informação, à livre expressão do pensamento, à criação e à comunicação;

IV – cooperar com os processos educacionais e de formação do cidadão;

V – apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes;

VI – buscar excelência em conteúdos e linguagens e desenvolver formatos criativos e inovadores, constituindo-se em centro de inovação e formação de talentos;

VII – direcionar sua produção e programação pelas finalidades educativas, artísticas, culturais, informativas, científicas e promotoras da cidadania, sem

com isso retirar seu caráter competitivo na busca do interesse do maior número de ouvintes ou telespectadores;

VIII – promover parcerias e fomentar produção audiovisual nacional, contribuindo para a expansão de sua produção e difusão; e

IX – estimular a produção e garantir a veiculação, inclusive na rede mundial de computadores, de conteúdos interativos, especialmente aqueles voltados para a universalização da prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. É vedada qualquer forma de proselitismo na programação.

Art. 4º Os serviços de radiodifusão pública outorgados a entidades da administração indireta do Poder Executivo serão prestados pela empresa pública de que trata o art. 5º, e poderão ser difundidos e reproduzidos por suas afiliadas, associadas, repetidoras e retransmissoras do sistema público de radiodifusão, e outras entidades públicas ou privadas parceiras, na forma do inciso III do art. 8º

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, vinculada à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 6º A EBC tem por finalidade a prestação de serviços de radiodifusão pública e serviços conexos, observados os princípios e objetivos estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. A EBC, com prazo de duração indeterminado, terá sede e foro na cidade do Rio de Janeiro e escritório central na cidade de Brasília, podendo instalar escritórios, dependências e centros de produção e radiodifusão em qualquer local.

Art. 7º A União integralizará o capital social da EBC e promoverá a constituição inicial de seu patrimônio por meio de capitalização e da incorporação de bens móveis ou imóveis.

Art. 8º Compete à EBC:

I – implantar e operar as emissoras e explorar os Serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal;

II – implantar e operar as suas próprias redes de repetição e retransmissão de radiodifusão, explorando os respectivos serviços;

III estabelecer cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão pública, mediante convênios ou outros ajustes, com vistas à formação da Rede Nacional de Comunicação Pública;

IV – produzir e difundir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

V – promover e estimular a formação e o treinamento de pessoal especializado, necessário às atividades de radiodifusão, comunicação e serviços conexos;

VI – prestar serviços no campo de radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal;

VII – distribuir a publicidade legal dos órgãos e entidades da administração federal, à exceção daquela veiculada pelos órgãos oficiais da União;

VIII – exercer outras atividades afins, que lhe forem atribuídas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República ou pelo Conselho Curador da EBC; e

IX – garantir os mínimos de dez por cento de conteúdo regional e de cinco por cento de conteúdo independente em sua programação semanal, em programas a serem veiculados no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas.

§ 1º Para fins do disposto no inciso VII do **caput**, entende-se como publicidade legal a publicação de avisos, balanços, relatórios e outros a que os órgãos e entidades da administração pública federal estejam obrigados por força de lei ou regulamento.

§ 2º E dispensada a licitação para a:

I – celebração dos ajustes com vistas à formação da Rede Nacional de Comunicação Pública mencionados no inciso III, que poderão ser firmados, em igualdade de condições, com entidades públicas ou privadas que explorem serviços de comunicação ou radiodifusão, por até dez anos, renováveis por iguais períodos;

II – contratação da EBC por órgãos e entidades da administração pública, com vistas à realização de atividades relacionadas ao seu objeto, desde que o preço contratado seja compatível com o de mercado.

§ 3º Para compor a Rede Nacional de Comunicação Pública, nos termos do disposto no inciso III, a programação das entidades públicas e privadas deverá obedecer aos princípios estabelecidos por esta Lei.

§ 4º Para os fins do disposto no inciso IX, entende-se:

I – conteúdo regional: conteúdo produzido num determinado estado, com equipe técnica e artística composta majoritariamente por residentes locais;

II – conteúdo independente: conteúdo cuja empresa produtora, detentora majoritária dos direitos patrimoniais sobre a obra, não tenha qualquer associação ou vínculo, direto ou indireto, com empresas de serviço de radiodifusão de sons e imagens ou prestadoras de serviço de veiculação de conteúdo eletrônico.

§ 5º Para o cumprimento do percentual relativo a conteúdo regional, de que trata o inciso IX, deverão

ser veiculados, na mesma proporção, programas produzidos em todas as regiões do País.

Art. 9º A EBC será organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e terá seu capital representado por ações ordinárias nominativas, das quais pelo menos cinquenta e um por cento serão de titularidade da União.

§ 1º A integralização do capital da EBC será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, destinadas ao suporte e operação dos serviços de radiodifusão pública, mediante a incorporação do patrimônio da Radiobras – Empresa Brasileira de Comunicação S.A., criada pela Lei nº 6.301, de 15 de dezembro de 1975, e da incorporação de bens móveis e imóveis decorrentes do disposto no art. 26.

§ 2º Será admitida no restante do capital da EBC a participação de entidades da administração indireta federal bem como de Estados, do Distrito Federal e de Municípios, ou de entidades de sua administração indireta.

§ 3º A participação de que trata o § 2º poderá ser realizada mediante a transferência, para o patrimônio da EBC, de bens representativos dos acervos de estações de radiodifusão de sua propriedade ou de outros bens necessários e úteis ao seu funcionamento.

Art. 10. O Ministro de Estado da Fazenda designará o representante da União nos atos constitutivos da EBC, dentre os membros da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Parágrafo único, O Estatuto da EBC será publicado por decreto do Poder Executivo e seus atos constitutivos serão arquivados no Registro do Comércio.

Art. 11. Os recursos da EBC serão constituídos da receita proveniente:

I – de dotações orçamentárias;

II – da exploração dos serviços de radiodifusão pública de que trata esta lei;

III – no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 31 desta lei;

IV – de prestação de serviços a entes públicos ou privados, da distribuição de conteúdo, modelos de programação, licenciamento de marcas e produtos e outras atividades inerentes à comunicação;

V – de doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

VI – de apoio cultural de entidades de direito público e de direito privado, sob a forma de patrocínio de programas, eventos e projetos;

VII – de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado, vedada a veiculação de anúncios de produtos ou serviços;

VIII – da distribuição da publicidade legal dos órgãos e entidades da administração pública federal, segundo o disposto no § 1º do art 8º.

IX – de recursos obtidos nos sistemas instituídos pelas Leis nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nº 8.685, de 20 de julho de 1993, e nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006;

X – de recursos provenientes de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais, públicas ou privadas;

XI – de rendimentos de aplicações financeiras que realizar;

XII – de rendas provenientes de outras fontes, desde que não comprometam os princípios e objetivos da radiodifusão pública estabelecidos nesta lei.

§ 1º Para os fins do disposto nesta lei, entende-se apoio cultural como pagamento de custos relativos à produção de programação ou de um programa específico, sendo permitida a citação da entidade apoiadora, bem como de sua ação institucional, sem qualquer tratamento publicitário.

§ 2º O tempo destinado à publicidade institucional não poderá exceder 15% (quinze por cento) do tempo total de programação da EBC.

§ 3º Para os fins do inciso VIII, fica a EBC equiparada às agências a que se refere a Lei nº 4.680, de 18 de junho de 1965.

Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, e na sua composição contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Curador.

Art. 13. O Conselho de Administração, cujos membros serão nomeados pelo Presidente da República, será constituído:

I – de um presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;

II – do diretor-presidente da Diretoria Executiva;

III – de um conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão;

IV – de um conselheiro, indicado pelo Ministro de Estado das Comunicações; e

V – de um conselheiro, indicado conforme o Estatuto.

§ 1º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu presidente ou por dois terços dos seus membros.

§ 2º As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 3º o quórum de deliberação é o de maioria absoluta de seus membros.

Art. 14. O Conselho Fiscal será constituído por três membros, e respectivos suplentes, designados pelo Presidente da República.

§ 1º O Conselho Fiscal contará com um representante do Tesouro Nacional, garantindo-se, ainda, a participação dos acionistas minoritários, nos termos do estatuto.

§ 2º Os conselheiros exercerão suas atribuições pelo prazo de quatro anos, vedada a recondução.

§ 3º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Conselho de Administração.

§ 4º As decisões do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria simples, cabendo ao presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

§ 5º As reuniões do Conselho Fiscal só terão caráter deliberativo se contarem com a presença do presidente e de pelo menos um membro.

Art. 15. O Conselho Curador, órgão de natureza consultiva e deliberativa da EBC, será integrado por vinte e dois membros, designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Conselho Curador serão escolhidos dentre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada e reconhecido espírito público, da seguinte forma:

I – quatro Ministros de Estado;

II – um representante indicado pelo Senado Federal e outro pela Câmara dos Deputados;

III – um representante dos funcionários, escolhido na forma do estatuto;

IV – quinze representantes da sociedade civil, indicados na forma do estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais, sendo que cada uma das regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos um conselheiro,

§ 2º É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

I – pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da Diretoria Executiva;

II – agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, à exceção dos referidos nos incisos I e III do § 1º

§ 3º O mandato do Conselheiro referido no inciso III do § 1º será de dois anos, vedada a sua recondução.

§ 4º O mandato dos titulares do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º será de quatro anos, renovável por uma única vez.

§ 5º Os primeiros conselheiros referidos no inciso IV do § 1º serão escolhidos e designados pelo Presidente da República para mandatos de dois e quatro anos, na forma do Estatuto.

§ 6º As determinações expedidas pelo Conselho Curador, no exercício de suas atribuições, são de observância cogente pelos órgãos de administração.

§ 7º O Conselho Curador deverá se reunir, ordinariamente, a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§ 8º Participarão das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, o Diretor-Presidente, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§ 9º Os membros do Conselho Curador referidos nos incisos III e IV do § 1º perderão o mandato:

I – na hipótese de renúncia;

II – devido a processo judicial com decisão definitiva;

III – por ausência injustificada a três sessões do Colegiado, durante o período de doze meses;

IV – mediante a provocação de três quintos dos seus membros.

Art. 16. A participação dos integrantes do Conselho Curador referidos nos incisos II e IV do § 1º do art. 15, às suas reuniões, será remunerada mediante **pro labore**, nos termos do Estatuto, e suas despesas de deslocamento e estadia, para o exercício de suas atribuições, serão suportadas pela EBC.

Parágrafo único. A remuneração referida no **caput** não poderá ultrapassar mensalmente dez por cento da remuneração mensal percebida pelo Diretor-Presidente.

Art. 17. Compete ao Conselho Curador:

I – deliberar sobre as diretrizes educativas, artísticas, culturais e informativas integrantes da política de comunicação propostas pela Diretoria Executiva da EBC;

II – zelar pelo cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta lei;

III – opinar sobre matérias relacionadas ao cumprimento dos princípios e objetivos previstos nesta lei;

IV – deliberar sobre a linha editorial de produção e programação proposta pela Diretoria Executiva da EBC e manifestar-se sobre sua aplicação prática;

V – encaminhar ao Conselho de Comunicação Social as deliberações tomadas em cada reunião.

VI – deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria no que diz respeito ao cumprimento dos princípios e objetivos desta lei; e

VII – eleger o seu Presidente, dentre seus membros.

§ 1º Caberá, ainda, ao Conselho Curador coordenar o processo de consulta pública, a ser implementado pela EBC, na forma do Estatuto, para a renovação de sua composição, relativamente aos membros referidos no inciso IV do § 1º do art. 15.

§ 2º Para efeito do processo de consulta pública a que se a refere o § 1º, a EBC receberá indicações da sociedade, na forma do Estatuto, formalizadas por entidades da sociedade civil constituídas como pessoa jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas, ainda que parcialmente:

I – à promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, ou da democracia;

II – à educação ou à pesquisa;

III – à promoção da cultura ou das artes;

IV – à defesa do patrimônio histórico ou artístico;

V – à defesa, preservação ou conservação do meio ambiente;

VI – à representação sindical, classista e profissional.

§ 3º Não serão consideradas, para efeito do processo de consulta pública a que se refere o § 1º, indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais.

Art. 18. A condição de membro do Conselho Curador, bem como dos órgãos de administração da EBC, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, nos termos do § 2º do art. 222 da Constituição.

Art. 19. A Diretoria Executiva será composta de um Diretor-Presidente e um Diretor-Geral, nomeados pelo Presidente da República, e até seis diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Estatuto da EBC e com as diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º O mandato do Diretor-Presidente será de quatro anos.

§ 3º Os membros da Diretoria Executiva serão destituídos nas hipóteses legais ou se receberem dois votos de desconfiança do Conselho Curador, no período de doze meses, emitidos com interstício mínimo de trinta dias entre ambos.

§ 4º As atribuições dos membros da Diretoria Executiva serão definidas pelo Estatuto.

Art. 20 A EBC contará com uma Ouvidoria, dirigida por um Ouvidor, a quem compete exercer a crítica interna da programação por ela produzida ou veiculada, com respeito à observância dos princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, bem como examinar e opinar sobre as queixas e reclamações de telespectadores e rádio-ouvintes referentes à programação.

§ 1º O Ouvidor será nomeado pelo Diretor-Presidente da EBC, para mandato de dois anos, admitida uma recondução.

§ 2º O Ouvidor somente perderá o mandato nas hipóteses de renúncia ou de processo judicial com decisão definitiva.

§ 3º No exercício de suas funções o Ouvidor deverá:

I – redigir boletim interno diário com críticas à programação do dia anterior, a ser encaminhado à Diretoria Executiva;

II – conduzir, sob sua inteira responsabilidade editorial, no mínimo quinze minutos de programação semanal, a ser veiculada pela EBC no horário compreendido entre seis e vinte e quatro horas, voltada à divulgação pública de análises sobre a programação da EBC;

III – elaborar relatórios bimestrais sobre a atuação da EBC, a serem encaminhados aos membros do Conselho Curador até cinco dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.

Art. 21. Observadas as ressalvas desta lei e da legislação de comunicação social, a EBC será regida pela legislação referente às sociedades por ações.

Art. 22. O regime jurídico do pessoal da EBC será o da Consolidação das Leis do Trabalho e respectiva legislação complementar.

§ 1º A contratação de pessoal permanente da EBC far-se-á por meio de concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

§ 2º A EBC sucederá a Radiobrás nos seus direitos e obrigações, e absorverá, mediante sucessão trabalhista, os empregados integrantes do seu quadro de pessoal.

§ 3º Para fins de implantação, fica a EBC equiparada às pessoas jurídicas referidas no art. 1º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com vistas

à contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 4º Considera-se como necessidade temporária de excepcional interesse público, para os efeitos da Lei nº 8.745, de 1993, a contratação de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, imprescindível ao funcionamento inicial da EBC.

§ 5º As contratações a que se refere o § 3º observarão o disposto no **caput** do art. 3º, no art. 6º, no inciso II do art. 7º e nos arts. 9º e 12 da Lei nº 8.745, de 1993, e não poderão exceder o prazo de trinta e seis meses, a contar da data da instalação da EBC.

§ 6º Durante os primeiros cento e oitenta dias a contar da constituição da EBC, poderá ser contratado, nos termos dos §§ 3º e 4º, mediante análise de **curriculum vitae**, e nos quantitativos aprovados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social, pessoal técnico e administrativo para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público, pelo prazo improrrogável de trinta e seis meses.

Art. 23. Fica a EBC autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência complementar, nos termos da legislação vigente.

Art. 24. As outorgas do serviço de radiodifusão exploradas pela Radiobrás serão transferidas diretamente à EBC, cabendo ao Ministério das Comunicações, em conjunto com a EBC, as providências cabíveis para formalização desta disposição.

Art. 25. A EBC terá regulamento simplificado para contratação de serviços e aquisição de bens, editado por decreto, observados os princípios constitucionais da publicidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e eficiência.

Art. 26. Com vistas ao cumprimento do disposto nesta lei, no prazo de até noventa dias a contar de sua publicação, o contrato de gestão firmado entre a União e a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto – ACERP, nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, será objeto de repactuação, podendo ser prorrogado por até 36 (trinta e seis) meses.

§ 1º Até a data do seu encerramento, o contrato de gestão firmado entre a União e a Acerp terá seu objeto reduzido para adequar-se às disposições desta lei, garantida a liquidação das obrigações previamente assumidas pela Acerp.

§ 2º O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 para o cumprimento do contrato de gestão referido no § 12 em decorrência do disposto nesta lei, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, confor-

me definida no art. 5º, § 1º da Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, inclusive os títulos, descritores, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso e de resultado primário, mantidos os valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária de 2007 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

§ 3º Reverterão à EBO os bens permitidos, cedidos ou transferidos para a Acerp pela União para os fins do cumprimento do contrato de gestão referido no **caput**.

§ 4º Em decorrência do disposto neste artigo, serão incorporados ao patrimônio da União e transferidos para a EBC o patrimônio, os legados e as doações destinados à Acerp sujeitos ao disposto na alínea **i** do inciso I do art. 20 da Lei nº 9.637, de 1998.

Art. 27. A EGO poderá contratar, em caráter excepcional e segundo critérios fixados pelo Conselho de Administração, especialistas para a execução de trabalhos nas áreas artística, audiovisual e jornalística, por projetos ou prazos limitados, sendo inexigível a licitação quando configurada a hipótese referida no **caput** do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 28. A Radiobrás será incorporada à EBC após sua regular constituição, nos termos do art. 5º desta lei.

Parágrafo único. Os bens e equipamentos integrantes do acervo da Radiobrás serão transferidos e incorporados ao patrimônio da EBC.

Art. 29. As prestadoras de serviços de televisão por assinatura deverão tornar disponíveis, em sua área de prestação, em todos os planos de serviço, canais de programação de distribuição obrigatória para utilização pela EBC, pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal, pelo Supremo Tribunal Federal e pela emissora oficial do Poder Executivo.

Parágrafo único. No caso de comprovada impossibilidade técnica da prestadora oferecer os canais obrigatórios de que trata este artigo, o órgão regulador de telecomunicações deverá dispor sobre quais canais de programação deverão ser oferecidos aos usuários.

Art. 30. Deverão ser colocados à disposição da EBC para transmissão ao público em geral, os sinais de televisão gerados a partir de eventos esportivos dos quais participem equipes, times, seleções e atletas brasileiros representando oficialmente o Brasil, realizados no Brasil e no exterior, e que tenham sido objeto de contrato de exclusividade entre entidade esportiva e emissora de radiodifusão que decida não transmiti-lo na televisão aberta.

Parágrafo único. No caso de a emissora detentora dos direitos decidir não gerar o sinal correspondente a um determinado evento, deverá autorizar a EBC a fazê-lo em seu lugar.

Art. 31. Fica instituída a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública, com o objetivo de propiciar meios para a melhoria dos serviços de radiodifusão pública e para a ampliação de sua penetração mediante a utilização de serviços de telecomunicações.

§ 1º A contribuição é devida pelas prestadoras dos serviços constantes do Anexo I e o seu fato gerador é a prestação dos mesmos.

§ 2º A contribuição será paga, anualmente, até o dia 31 de março, em valores constantes do Anexo I desta lei.

§ 3º A Contribuição sujeita-se às normas relativas ao processo administrativo fiscal de determinação e exigência de créditos tributários federais e de consulta, previstas no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, bem como subsidiariamente e no que couber, às disposições da legislação do imposto de renda, especialmente quanto às penalidades e aos demais acréscimos legais.

§ 4º São isentos do pagamento da contribuição o órgão regulador das telecomunicações, as Forças Armadas, a Polícia Federal, as Polícias Militares, a Polícia Rodoviária Federal, as Polícias Civis e os Corpos de Bombeiros Militares.

§ 5º A totalidade de recursos de que trata este adigo deverão ser programados em categoria específica e utilizados exclusivamente para o atendimento dos objetivos definidos no **caput**.

§ 6º Na ocorrência de nova modalidade de serviço de telecomunicações, será devido pela prestadora, em caráter provisório, o valor da contribuição prevista no item 1 da Tabela constante do Anexo 1, até que lei fixe seu valor.

Art. 32. O **caput** do art. 80 da Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a quarenta e cinco por cento dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação.” (NR)

Art. 33. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, relativamente aos arts. 31 e 32, a partir do ano seguinte à sua publicação.

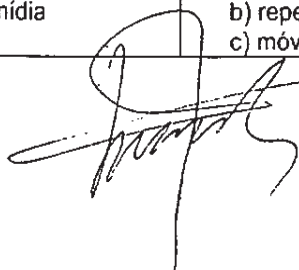
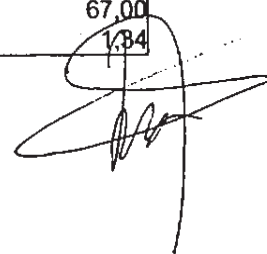
Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2008.
– Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

ANEXO I – VALORES DA CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO PÚBLICA

1. Serviço Móvel Celular	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
2. Serviço Telefônico Público Móvel Rodoviário/Teleestrada	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
3. Serviço Radiotelefônico Público	a) até 12 canais	1,34
	b) acima de 12 até 60 canais	6,70
	c) acima de 60 até 300 canais	13,00
	d) acima de 300 até 900 canais	20,00
4. Serviço de Radiocomunicação Aeronáutica Público - Restrito	a) base	335,00
	b) móvel	26,00
5. Serviço Limitado Privado	a) base	6,70
	b) repetidora	6,70
	c) fixa	1,34
	d) móvel	1,34
6. Serviço Limitado Móvel Especializado	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
7. Serviço Limitado de Fibras Óticas		6,70
8. Serviço Limitado Móvel Privativo	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
9. Serviço Limitado Privado de Radiochamada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
10. Serviço Limitado de Radioestrada	a) base	6,72
	b) móvel	1,34
11. Serviço Limitado Móvel Aeronáutico		6,70
12. Serviço Limitado Móvel Marítimo	a) costeira	6,70
	b) portuária	6,70
	c) móvel	1,34
13. Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais	a) base	6,87
	b) móvel	2,68
14. Serviço Especial de Radiorrecado	a) base	33,00
	b) móvel	1,34
15. Serviço Especial Radiochamada	a) base em área de até 300.000 habitantes	33,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	46,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	60,00
	d) móvel	1,34
16. Serviço Especial de Frequência Padrão		isento
17. Serviço Especial de Sinais Horários		isento
18. Serviço Especial de Radiodeterminação	a) fixa	33,00
	b) base	33,00
	c) móvel	1,34
19. Serviço Especial de Supervisão e Controle	a) fixa	6,70
	b) base	1,34
	c) móvel	1,34
20. Serviço Especial de Radioautocine		6,70
21. Serviço Especial de Boletins Meteorológicos		isento
22. Serviço Especial de TV por Assinatura		120,00
23. Serviço Especial de Canal Secundário de Radiodifusão de Sons e Imagens		16,00
24. Serviço Especial de Música Funcional		33,00
25. Serviço Especial de Canal Secundário de Emissora de FM		16,00

26. Serviço Especial de Repetição de Televisão		20,00
27. Serviço Especial de Repetição de Sinais de TV Via Satélite		20,00
28. Serviço Especial de Retransmissão de Televisão		25,00
29. Serviço Suportado por Meio de Satélite	a) terminal de sistema de comunicação global por satélite.	
	b) estação terrena de pequeno porte com capacidade de transmissão e diâmetro de antena inferior a 2,4m, controlada por estação central.	1,34
	c) estação terrena central controladora de aplicações de redes de dados e outras	10,00
	d) estação terrena de grande porte com capacidade de transmissão, utilizada para sinais de áudio, vídeo, dados ou telefonia e outras aplicações, com diâmetro de antena superior a 4,5m.	20,00
	e) estação terrena móvel com capacidade de transmissão.	670,00
	f) estação espacial geoestacionária (por satélite)	167,00
	g) estação espacial não-geoestacionária (por sistema)	1.340,00
30. Serviço de Distribuição Sinais Multiponto Multicanal	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
31. Serviço Rádio Acesso		16,00
32. Serviço de Radiotáxi	a) base	6,70
	b) móvel	1,34
33. Serviço de Radioamador	a) fixa	1,68
	b) repetidora	1,68
	c) móvel	1,34
34. Serviço Rádio do Cidadão	a) fixa	1,68
	b) base	1,68
	c) móvel	1,34
35. Serviço de TV a Cabo	a) base em área de até 300.000 habitantes	502,00
	b) base em área acima de 300.000 até 700.000 habitantes	670,00
	c) base acima de 700.000 habitantes	838,00
36. Serviço de Distribuição de Sinais de TV por Meios Físicos		260,00
37. Serviço de Televisão em Circuito Fechado		67,00
38. Radiodifusão Sonora em Ondas Médias	a) potência de 0,25 a 1kW	48,00
	b) potência acima de 1 até 5kW	62,00
	c) potência acima de 5 a 10 kW	77,00
	d) potência acima de 10 a 25 kW	145,00
	e) potência acima de 25 a 50 kW	194,00
	f) potência acima de 50 a 100 kW	243,00
	g) potência acima de 100 kW	291,00
39. Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Curtas		48,00
40. Serviço de Radiodifusão em Ondas Tropicais		48,00
41. Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	a) comunitária	10,00
	b) classe C	50,00
	c) classe B2	75,00
	d) classe B1	100,00
	e) classe A4	130,00
	f) classe A3	190,00
	g) classe A2	230,00
	h) classe A1	290,00
	i) classe E3	390,00
	j) classe E2	490,00
	l) classe E1	600,00

42. Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	a) estações instaladas nas cidades com população até 500.000 habitantes	
	b) estações instaladas nas cidades com população entre 500.001 e 1.000.000 de habitantes	610,00
	c) estações instaladas nas cidades com população entre 1.000.001 e 2.000.000 de habitantes	720,00
	d) estações instaladas nas cidades com população entre 2.000.001 e 3.000.000 de habitantes	930,00
	e) estações instaladas nas cidades com população entre 3.000.001 e 4.000.000 de habitantes	1.125,00
	f) estações instaladas nas cidades com população entre 4.000.001 e 5.000.000 de habitantes	1.350,00
	g) estações instaladas nas cidades com população acima de 5.000.000 de habitantes	1.552,00
43. Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos - Ligação para Transmissão de Programas, Reportagem Externa, Comunicação de Ordens, Telecomando, Telemando e outros		
43.1 - Radiodifusão Sonora		20,00
43.2 - Televisão		50,00
43.3 - Televisão por Assinatura		50,00
44. Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)	a) até 200 terminais	37,00
	b) de 201 a 500 terminais	92,00
	c) de 501 a 2.000 terminais	370,00
	d) de 2.001 a 4.000 terminais	737,00
	e) de 4.001 a 20.000 terminais	1.106,00
	f) acima de 20.000 terminais	1.474,00
45. Serviço de Comunicação de Dados Comutado		1.474,00
46. Serviço de Comutação de Textos		737,00
47. Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura via Satélite (DTH)	a) base com capacidade de cobertura nacional	838,00
	b) estação terrena de grande porte com capacidade para transmissão de sinais de televisão ou de áudio, bem como de ambos	670,00
48. Serviço Móvel Pessoal	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34
49. Serviço de Comunicação Multimídia	a) base	67,00
	b) repetidora	67,00
	c) móvel	1,34

**PARECER APRESENTADO EM PLENÁRIO PELO
RELATOR DESIGNADO PARA MANIFESTAR-SE
PELA COMISSÃO MISTA INCUMBIDA
DA APRECIÇÃO DA MATÉRIA**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 398, DE 2007

Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências.

Autor: Poder Executivo

Relator: Deputado **Walter Pinheiro**

Complementação de Voto

A tabela de valores da contribuição para o fomento da radiodifusão pública (Anexo I do Projeto de Lei de Conversão) foi construída a partir de tabela constante do Anexo III da Lei Geral de Telecomunicações – LGT, que define os atuais valores das taxas de fiscalização de instalação do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL. Essa última tabela não inclui dois serviços – Serviço Móvel Pessoal (SMP) e Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), porque eles não existiam quando a LGT foi editada.

Mesmo assim, sobre a prestação do SMP e do SCM incidem as taxas do Fistel, porque o art. 10 da Lei nº 5.070 de 7 de julho de 1966 (Lei do Fistel) estabelece que: “na ocorrência de novas modalidades de serviços de telecomunicações, sujeitas a taxas de fiscalização não estabelecidas nesta Lei será aplicada em caráter provisório a taxa do Item 1 da tabela anexa, até que a lei fixe seu valor.”

Sendo assim, faz-se necessário alterar a tabela do Anexo I do PLV para incluir dois novos itens (48 e 49) referentes ao SMP e SCM, que estão hoje entre as principais fontes de arrecadação do Fistel e, portanto, também serão as principais fontes de arrecadação da contribuição para o fomento da radiodifusão pública. Ademais, novo parágrafo deve ser incluído no art. 31, para que a referida contribuição possa incidir sobre as prestadoras de nova modalidade de serviço de telecomunicações que seja criada posteriormente, a exemplo do supracitado dispositivo da Lei do Fistel.

Para evitar eventuais questionamentos sobre a aplicação dos recursos da contribuição para o fomento da radiodifusão pública, que será devida por todos os prestadores de serviços de telecomunicações, mas cuja arrecadação deve ser aplicada apenas na radiodifusão pública, entendo conveniente alterar a redação do **caput** do art. 31 de forma a ampliar 5 objetivos a serem alcançados com a instituição da referida contribuição. Levando em conta o fenômeno de convergência tecnológica, que aproxima cada vez mais os setores de radiodifusão e de telecomunicações, a nova redação do **caput** do art. 31 deve estender a aplicação dos recursos da contribuição, de forma a viabilizar a utilização das redes de telecomunicações para ampliar a penetração da radiodifusão pública.

Ante o exposto, apresento a seguir versão reformulada do Projeto de Lei de Conversão, já incorporando a alteração do **caput** do art. 31, novo § 6º no mesmo artigo, bem como, no Anexo I, a nova versão da tabela, resultante do acréscimo dos itens 48 e 49.

Sala das Sessões, de de 2008. – Deputado **Walter Pinheiro**, Relator.

Consulta Tramitação das Proposições

Proposição: [MPV-398/2007](#)

Autor: Poder Executivo

Data de Apresentação: 11/10/2007

Apreciação: Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

Regime de tramitação: Urgência

Situação: PLEN: Pronta para Pauta.

Ementa: Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências.

Explicação da Ementa: Cria a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) - TV Pública / TV Brasil.

Indexação: Critérios, serviço, radiodifusão pública, emissora, televisão pública, rádio, Executivo, exploração, concessão, entidade, administração indireta, prestador, televisão via cabo, televisão por assinatura, cessão, reserva, canal, Poder Público, retransmissão, utilização, Empresa Brasil de Comunicação, Governo Federal. ... Criação, Empresa Brasil de Comunicação, televisão pública, sucessão, (Radiobrás), vinculação, Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, sociedade anônima, empresa estatal, competência, implantação, emissora, programação, distribuição, publicidade institucional, sede, Município, Rio de Janeiro, (RJ), escritório, Cidade, Brasília, (DF), capital social, patrimônio, recursos financeiros, administração, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Curador, Diretoria Executiva, concurso público, contratação, servidor, pessoal, contrato por prazo determinado.

Despacho:

26/10/2007 - Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência

- PLEN (PLEN)

[MSC 747/2007 \(Mensagem\) - Poder Executivo](#)

Legislação Citada

Emendas

- MESA (Mesa Diretora)

[EMC 1/2007 MESA \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Alvaro Dias](#)

- PLEN (PLEN)

[EMA 1/2008 \(Emenda Aglutinativa de Plenário\) - Jofran Frejat](#)

- MPV39807 (MPV39807)

[EMC 2/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flávio Dino](#)

[EMC 3/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flávio Dino](#)

[EMC 4/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)

[EMC 5/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Marisa Serrano](#)

[EMC 6/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Arnaldo Faria de Sá](#)

[EMC 7/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 8/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flávio Dino](#)

[EMC 9/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Leonardo Vilela](#)

[EMC 10/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maria do Carmo Lara](#)

[EMC 11/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Eduardo Valverde](#)

[EMC 12/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Maria do Carmo Lara](#)

[EMC 13/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Marisa Serrano](#)

[EMC 14/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 15/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carlos Hauly](#)

[EMC 16/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Flexa Ribeiro](#)

[EMC 17/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Raul Jungmann](#)

[EMC 18/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 19/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Paulo Renato Souza](#)

[EMC 20/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Onyx Lorenzoni](#)

[EMC 21/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Jofran Frejat](#)

[EMC 22/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Cícero Lucena](#)

[EMC 23/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carlos Hauly](#)

[EMC 24/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Otavio Leite](#)

[EMC 25/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Magela](#)

[EMC 26/2007 MPV39807 \(Emenda Apresentada na Comissão\) - Luiz Carlos Hauly](#)

- EMC 27/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela
- EMC 28/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 29/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 30/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Mendes Ribeiro Filho
- EMC 31/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Paulo Vellozo Lucas
- EMC 32/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 33/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 34/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 35/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 36/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Marisa Serrano
- EMC 37/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 38/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heráclito Fortes
- EMC 39/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias
- EMC 40/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Hauly
- EMC 41/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 42/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 43/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 44/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Papaléo Paes
- EMC 45/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 46/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá
- EMC 47/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Moreira Mendes
- EMC 48/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiza Erundina
- EMC 49/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá
- EMC 50/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 51/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiza Erundina
- EMC 52/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cícero Lucena
- EMC 53/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiza Erundina
- EMC 54/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 55/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 56/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 57/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria do Carmo Lara
- EMC 58/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 59/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Moreira Mendes
- EMC 60/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 61/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Papaléo Paes
- EMC 62/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Arnaldo Faria de Sá
- EMC 63/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Raul Jungmann
- EMC 64/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias
- EMC 65/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cícero Lucena
- EMC 66/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Hauly
- EMC 67/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 68/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris
- EMC 69/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 70/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris
- EMC 71/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias
- EMC 72/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 73/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Papaléo Paes
- EMC 74/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Paulo Renato Souza
- EMC 75/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Humberto Souto
- EMC 76/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 77/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 78/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 79/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 80/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Magela

- EMC 81/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Dr. Ubiali
- EMC 82/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Maria do Carmo Lara
- EMC 83/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 84/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 85/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 86/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 87/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 88/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 89/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 90/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heráclito Fortes
- EMC 91/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Marisa Serrano
- EMC 92/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Leonardo Vilela
- EMC 93/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Raul Jungmann
- EMC 94/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris
- EMC 95/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heráclito Fortes
- EMC 96/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Heráclito Fortes
- EMC 97/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 98/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias
- EMC 99/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Duarte Nogueira
- EMC 100/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 101/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Andrcia Zito
- EMC 102/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully
- EMC 103/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flexa Ribeiro
- EMC 104/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 105/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Vanderlei Macris
- EMC 106/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 107/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 108/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 109/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 110/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 111/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Pedro Simon
- EMC 112/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flexa Ribeiro
- EMC 113/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Paulo Vellozo Lucas
- EMC 114/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Mendes Ribeiro Filho
- EMC 115/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Alvaro Dias
- EMC 116/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Onyx Lorenzoni
- EMC 117/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Duarte Nogueira
- EMC 118/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Cícero Luccna
- EMC 119/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Márcio França
- EMC 120/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - José Rocha
- EMC 121/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Expedito Júnior
- EMC 122/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 123/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Silvio Torres
- EMC 124/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Flávio Dino
- EMC 125/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully
- EMC 126/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully
- EMC 127/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully
- EMC 128/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiz Carlos Haully
- EMC 129/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 130/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Otavio Leite
- EMC 131/2007 MPV39807 (Emenda Apresentada na Comissão) - Luiza Erundina

Pareceres, Votos e Redação Final

- MPV39807 (MPV39807)

PPP 1 MPV39807 (Parecer Proferido em Plenário) - Walter Pinheiro

PPR 1 MPV39807 (Parcecer Reformulado de Plenário) - Walter Pinheiro**Originadas**

- PLEN (PLEN)

PLV 2/2008 (Projeto de Lei de Conversão) - Walter Pinheiro => Legislação Citada**Última Ação:****26/2/2008 - PLENÁRIO (PLEN) - A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 398-B/07) (PLV 2/08)**

Obs.: O andamento da proposição fora desta Casa Legislativa não é tratado pelo sistema, devendo ser consultado nos órgãos respectivos.

Andamento:	
11/10/2007	Poder Executivo (EXEC) Publicação da Medida Provisória no Diário Oficial da União.
11/10/2007	CONGRESSO NACIONAL (CN) Prazo para Emendas: 12/10/2007 a 17/10/2007. Comissão Mista: 11/10/2007 a 24/10/2007. Câmara dos Deputados: 25/10/2007 a 07/11/2007. Senado Federal: 08/11/2007 a 21/11/2007. Retorno à Câmara dos Deputados (se houver): 22/11/2007 a 24/11/2007. Sobrestar Pauta: a partir de 25/11/2007. Congresso Nacional: 11/10/2007 a 09/12/2007. Prorrogação pelo Congresso Nacional: 10/12/2007 a 21/03/2008.
26/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação da MSC 747/2007, do Poder Executivo, que "submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências."
26/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Recebido o Ofício nº 465/2007, do Congresso Nacional, que encaminha o processado da Medida Provisória nº 398, de 2007, que "Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências. Informa, ainda, que à Medida foram oferecidas 131 (cento e trinta e uma) emendas.
26/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Publique-se. Submeta-se ao Plenário. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Urgência
26/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Encaminhamento de Despacho de Distribuição à CCP para publicação.
29/10/2007	Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Certidão de fls. 209, que informa que a emenda nº 28, referente ao PL Nº 7.526, de 2006, foi apresentada indevidamente a esta Medida, e devolvido o original ao autor Deputado OTAVIO LEITE, em 23/10/2007. A emenda nº 132 passa a ser a de nº 28. Diante disso, no prazo regimental foram apresentadas 131 (cento e trinta e uma) emendas à MPV 398/2007.
29/10/2007	COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 30/10/2007.
30/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria sobre a mesa.
30/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento do Dep. José Carlos Aleluia, na qualidade de Líder do DEM, que solicita preferência para a apreciação do PLP 1-A/03, item 12 da pauta, como primeiro item da Ordem do Dia.
30/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
30/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.

31/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
31/10/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do encerramento da sessão.
6/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
6/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 392/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
7/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
7/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 393/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
8/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
8/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
12/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 18:00)
12/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
13/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 388-B/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
14/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
14/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 388-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
20/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
20/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
21/11/2007	Presidência da Câmara dos Deputados (PRESI) Designado Relator, Dep. Walter Pinheiro (PT-BA), para proferir parecer em plenário pela Comissão Mista a esta medida provisória e às 131 emendas apresentadas.
21/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
21/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.

27/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
27/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
28/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
28/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
29/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
29/11/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
4/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
4/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
5/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
5/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 03 da pauta, com prazo encerrado.
6/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
6/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
12/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
12/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 394-B/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
13/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
13/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
18/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.

18/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
19/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 14:50)
19/12/2007	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 395-A/07, item 01 da pauta, com prazo encerrado.
11/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
11/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 396/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
12/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
12/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face da não conclusão da apreciação da MPV 397/07, item 02 da pauta, com prazo encerrado.
13/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
13/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes.
14/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)
14/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Leitura em Plenário, pelo Dep. Miguel Corrêa Jr. (PT-MG), do Parecer do Relator, Dep. Walter Pinheiro (PT-BA), pela Comissão Mista, que conclui pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; pela adequação financeira e orçamentária; pela admissibilidade das Emendas de nºs 2 a 120 e 123 a 128; pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 121, 122, 129, 130 e 131; e, no mérito, pela aprovação desta MPV e das Emendas de nºs 10, 12, 52, 59, 62, 72, 83 e 123, na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, e pela rejeição das Emendas de nºs 1 a 9, 11, 13 a 51, 53 a 58, 60, 61, 63 a 71, 73 a 82, 84 a 122 e 124 a 131.
14/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do PLV 2/2008, pelo Dep. Walter Pinheiro, que "institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, e dá outras providências."
14/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a discussão por acordo dos Srs. Líderes. (MPV 398-A/07)
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discussão em turno único.
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. William Woo (PSDB-SP), que solicita a retirada de pauta desta MPV.
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Ronaldo Caiado, na qualidade de Líder do DEM, que solicita a retirada de pauta desta MPV.
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da discussão por duas sessões.

18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita o adiamento da discussão por uma sessão.
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita que a discussão seja feita por grupo de artigos.
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Claudio Cajado (DEM-BA), Dep. José Genoíno (PT-SP), Dep. José Carlos Aleluia (DEM-BA), Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS), Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), Dep. Vicentinho (PT-SP), Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP), Dep. Luiza Erundina (PSB-SP), Dep. Bruno Araújo (PSDB-PE), Dep. José Airton Cirilo (PT-CE), Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO), Dep. Eduardo Valverde (PT-RO), Dep. William Woo (PSDB-SP) e Dep. Fernando Ferro (PT-PE).
18/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da discussão em face do encerramento da Sessão.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da discussão em turno único.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Discutiram a Matéria: Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), Dep. Magela (PT-DF), Dep. Ayrton Xerez (DEM-RJ) e Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encerrada a discussão.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Parecer Reformulado de Plenário, pelo Relator, Dep. Walter Pinheiro (PT-BA), pela Comissão Mista, que conclui por alterações no PLV apresentado.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, que solicita o adiamento da votação por duas sessões.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Requerimento, solicitada pelo Dep. Leonardo Vilela, na qualidade de Líder do PSDB, pelo Dep. Paulo Bornhausen, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Tarcísio Zimmermann, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Rejeitado o Requerimento", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento. Sim: 5; Não: 305; Abstenção: 5; Total: 315.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita o adiamento da votação por uma sessão.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Flávio Dino (PCdoB-MA) e Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação em turno único.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Onyx Lorenzoni, Líder do DEM, que solicita votação artigo por artigo.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS) e Dep. Ayrton Xerez (DEM-RJ).

19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP), Dep. José Genoíno (PT-SP), Dep. Claudio Cajado (DEM-BA) e Dep. Tarcísio Zimmermann (PT-RS).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação preliminar em turno único.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Fernando Coruja (PPS-SC), Dep. Ivan Valente (PSOL-SP), Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP) e Dep. Silvio Costa (PMN-PE).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Parecer, solicitada pelo Dep. Vanderlei Macris, na qualidade de Líder do PSDB, pelo Dep. Paulo Bornhausen, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Vicentinho, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o parecer", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de sua adequação financeira e orçamentária, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN. Sim: 286; Não: 16; Abstenção: 7; Total: 309.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Silvio Torres (PSDB-SP).
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado, em apreciação preliminar, o Parecer do Relator, na parte em que manifesta opinião pela inadmissibilidade das Emendas de nºs 1, 121, 122, 129, 130 e 131, nos termos do artigo 8º da Resolução nº 01, de 2002-CN.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Em consequência, as Emendas de nºs 1, 121, 122, 129, 130 e 131 deixam de ser submetidas a voto, quanto ao mérito, nos termos do § 6º do artigo 189 do RICD.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da votação em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:25)
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação, quanto ao mérito, em turno único.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação do Projeto de Lei de Conversão, solicitada pelo Dep. Paulo Bornhausen, na qualidade de Líder do DEM, e pelo Dep. Vicentinho, na qualidade de Líder do PT, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovado o Projeto de Lei de Conversão", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Medida Provisória nº 398, de 2007, na forma do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, ressalvados os destaques. Sim: 336; Não: 103; Abstenção: 3; Total: 442.
19/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da votação por acordo dos Srs. Líderes.
20/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do levantamento da sessão, nos termos do inciso II do art. 71 do RICD, por falecimento do Senador Jonas Pinheiro (DEM-MT).
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da votação em turno único. (Sessão Extraordinária - 9:00)

21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovado o Requerimento do Dep. Tarcísio Zimmermann, na qualidade de Líder do PT, que solicita a votação em globo dos destaques simples.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitados em globo os requerimentos de destaque simples.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 7, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC).
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 7.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 21, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PR.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Jofran Frejat (PR-DF).
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Verificação da votação da Emenda, solicitada pelo Dep. Simão Sessim, na qualidade de Líder do PP, e pelo Dep. Miro Teixeira, na qualidade de Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMB, PRB, em razão do resultado proclamado pela Mesa: "Aprovada a Emenda", passando-se à sua votação pelo processo nominal.
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicada a verificação de votação por falta de "quorum" (OBSTRUÇÃO).
21/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da votação por falta de "quorum" (OBSTRUÇÃO).
25/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Matéria não apreciada em face do cancelamento da Ordem do Dia por falta de "quorum". (Sessão Ordinária - 14:00).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da votação em turno único.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do Requerimento do Dep. Otávio Leite (PSDB-RJ), que solicita a retirada de pauta desta MPV.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Otavio Leite (PSDB-RJ) e Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitado o Requerimento.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 27, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 27.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Foi apresentada a Emenda Aglutinativa nº 1 pelo Dep. Jofran Frejat (PR-DF), Dep. Maurício Quintella Lessa (PR-AL), Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Dep. Tadeu Filippelli (PMDB-DF), Dep. Jovair Arantes (PTB-

	GO), Dep. Rodovalho (DEM-DF) e Dep. Armando Abílio (PTB-PB), resultante da aglutinação das Emendas de nºs 21 e 25, acolhida pela Mesa após consulta ao Plenário.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Miro Teixeira, na qualidade de Líder do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB, que solicita votação nominal para a Emenda nº 21.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Retirado pelo Autor o Requerimento do Dep. Luciano Castro, Líder do PR, que solicita votação nominal para o Destaque nº 2 (Emenda nº 21).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda Aglutinativa nº 1.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Destaque da bancada do PR para votação em separado da Emenda nº 21.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Destaque da bancada do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB para votação em separado da Emenda nº 25.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Destaque da bancada do PMDB para votação em separado da Emenda nº 25.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Prejudicado o Requerimento de Destaque da bancada do PTB para votação em separado da Emenda nº 25.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do parágrafo 2º do artigo 8º do PLV, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA), Dep. José Carlos Alcuia (DEM-BA) e Dep. Walter Pinheiro (PT-BA).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o dispositivo.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 45, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Paulo Renato Souza (PSDB-SP).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda nº 45.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 75, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PPS.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Fernando Coruja (PPS-SC).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 75. Sim: 129; Não: 274; Abstenção: 0; Total: 403.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 81, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN)

	Rejeitada a Emenda nº 81.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 99, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do PSDB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Duarte Nogueira (PSDB-SP) e Dep. Leonardo Vilela (PSDB-GO).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 99. Sim: 105; Não: 303; Abstenção: 0; Total: 408.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 119, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Rejeitada a Emenda nº 119.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 31 do PLV, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Chico Alencar (PSOL-RJ) e Dep. Paulo Bornhausen (DEM-SC).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Adiada a continuação da votação em face do encerramento da Sessão.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Continuação da votação em turno único. (Sessão Extraordinária - 20:05)
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação do artigo 31 do PLV, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do DEM.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminharam a Votação: Dep. Rocha Loures (PMDB-PR) e Dep. Onyx Lorenzoni (DEM-RS).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Mantido o dispositivo. Sim: 320; Não: 110; Abstenção: 0; Total: 430.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Emenda nº 124, objeto do Destaque para votação em separado da bancada do Bloco PSB, PDT, PCdoB, PMN, PRB.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Encaminhou a Votação o Dep. Flávio Dino (PCdoB-MA).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Emenda nº 124.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Votação da Redação Final.
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) Aprovada a Redação Final assinada pelo Relator, Dep. Walter Pinheiro (PT-BA).
26/2/2008	PLENÁRIO (PLEN) A Matéria vai ao Senado Federal, incluindo o processado. (MPV 398-B/07) (PLV 2/08)

**ATO DO PRESIDENTE
DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL
Nº 72, DE 2007**

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 398, de 10 de outubro de 2007, que “Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados – a entidades de sua administração indireta, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 10 de dezembro de 2007, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 5 de dezembro de 2007.
– Deputado **Narcio Rodrigues**, Primeiro Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 222. A propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 1º Em qualquer caso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 2º A responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, em qualquer meio de comunicação

social. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 3º Os meios de comunicação social eletrônica, independentemente da tecnologia utilizada para a prestação do serviço, deverão observar os princípios enunciados no art. 221, na forma de lei específica, que também garantirá a prioridade de profissionais brasileiros na execução de produções nacionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 4º Lei disciplinará a participação de capital estrangeiro nas empresas de que trata o § 1º (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

§ 5º As alterações de controle societário das empresas de que trata o § 1º serão comunicadas ao Congresso Nacional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 36, de 2002)

.....
DECRETO Nº 70.235, DE 6 DE MARÇO DE 1972

(Vide Decreto nº 6.103, de 2007)

Dispõe sobre o processo administrativo fiscal, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 4.680, DE 18 DE JUNHO DE 1965

Regulamento

Dispõe sobre o exercício da profissão de Publicitário e de Agenciador de Propaganda e dá outras providências.

.....
LEI Nº 5.070, DE 7 DE JULHO DE 1966

Mensagem de veto

Vide Lei nº 9.295, de 1996

Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

.....
Art. 8º A Taxa de Fiscalização de Funcionamento será paga, anualmente, até o dia 31 de março, e seus valores serão os correspondentes a cinquenta por cento dos fixados para a Taxa de Fiscalização de Instalação. (Redação dada pela Lei nº 9.472, de 1997)

§ 1º O não-pagamento da taxa de fiscalização do funcionamento, até a data estabelecida neste artigo, importará em mora de entidade faltosa, que

ficará sujeita ao pagamento de juros de 1% (um por cento) calculado sobre o montante da dívida por mês do atraso.

§ 2º O não-pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento no prazo de sessenta dias após a notificação da Agência determinará a caducidade da concessão, permissão ou autorização, sem que caiba ao interessado o direito a qualquer indenização. (Redação dada pela Lei nº 9.472, de 1997)

§ 3º A cassação, a que se refere o parágrafo anterior, será efetivada mediante decreto do Presidente da República, quando se tratar de concessão, e, por portaria do presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações, no caso de permissão.

.....
LEI Nº 6.301, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1975

Regulamento

Institui política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIÓBRÁS, e dá outras providências.

.....
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990

Mensagem de veto

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

.....
Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)(Regulamento) (Vide Decreto nº 4.493, de 3-12-2002) (Regulamento)

I – para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)

II – em casos previstos em leis específicas. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)

§ 1º Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para

o cedente nos demais casos. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)

§ 2º Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem. (Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)

§ 3º A cessão far-se-á mediante portaria publicada no **Diário Oficial da União**. (Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)

§ 4º Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da administração federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo. (Incluído pela Lei nº 8.270, de 17-12-91)

§ 5º Aplica-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as disposições dos 1º e 2º deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002)

§ 6º As cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independem das disposições contidas nos incisos I e II e §§ 1º e 2º deste artigo, ficando o exercício do empregado cedido condicionado a autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exceto nos casos de ocupação de cargo em comissão ou função gratificada. (Incluído pela Lei nº 10.470, de 25-6-2002)

§ 7º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da administração pública federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso.

.....
LEI Nº 8.313, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1991

Regulamento

Mensagem de veto

Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa

Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) e dá outras providências.

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Mensagem de veto

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências.

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I – para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II – para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III – para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

LEI Nº 8.685, DE 20 DE JULHO DE 1993

Regulamento

Cria mecanismos de fomento à atividade de audiovisual e dá outras providências.

LEI Nº 8.745, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1993

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da administração federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:

I – assistência a situações de calamidade pública;

II – combate a surtos endêmicos;

III – realização de recenseamentos e outras pesquisas de natureza estatística efetuadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

IV – admissão de professor substituto e professor visitante;

V – admissão de professor e pesquisador visitante estrangeiro;

VI – atividades: (Redação dada pela Lei nº 9.849, de 1999).

a) especiais nas organizações das Forças Armadas para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999)(Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

b) de identificação e demarcação desenvolvidas pela FUNAI; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

c) (Revogada pela Lei nº 10.667, de 2003)

d) finalísticas do Hospital das Forças Armadas; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).(Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

e) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações,

sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações – CEPESC; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

f) de vigilância e inspeção, relacionadas à defesa agropecuária, no âmbito do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, para atendimento de situações emergenciais ligadas ao comércio internacional de produtos de origem animal ou vegetal ou de iminente risco à saúde animal, vegetal ou humana; (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999). (Vide Medida Provisória nº 341, de 2006).

g) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM. (Incluído nela Lei nº 9.849, de 1999).

h) técnicas especializadas, no âmbito de projetos de cooperação com prazo determinado, implementados mediante acordos internacionais, desde que haja, em seu desempenho, subordinação do contratado ao órgão ou entidade pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

VII – admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação. (Incluído pela Lei nº 10.973, de 2004)

§ 1º A contratação de professor substituto a que se refere o inciso IV far-se-á exclusivamente para suprir a falta de docente da carreira, decorrente de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para capacitação e afastamento ou licença de concessão obrigatória. (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

§ 2º As contratações para substituir professores afastados para capacitação ficam limitadas a dez por cento do total de cargos de docentes da carreira constante do quadro de lotação da instituição (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

§ 3º As contratações a que se refere a alínea II do inciso VI serão feitas exclusivamente por projeto, vedado o aproveitamento dos contratados em qualquer área da administração pública. (Incluído pela Lei nº 10.667, de 14-5-2003)

.....
Art. 6º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

§ 1º Excetua-se do disposto no **caput** deste artigo, condicionada à formal comprovação da compati-

bilidade de horários, a contratação de: (Redação dada pela Lei nº 11.123, de 2005)

I – professor substituto nas instituições federais de ensino, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987; (Incluído nela Lei nº 11.123, de 2005)

II – profissionais de saúde em unidades hospitalares, quando administradas pelo Governo Federal e para atender às necessidades decorrentes de calamidade pública, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo ou emprego permanente em órgão ou entidade da administração pública federal direta e indireta. (Incluído pela Lei nº 11.123, de 2005)

§ 2º Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado. (Renumerado do Parágrafo Único com nova redação nela Lei nº 9.849, de 1999).

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada:

I – nos casos do inciso IV do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração fixada para os servidores de final de carreira das mesmas categorias, nos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do órgão ou entidade contratante;

II – nos casos dos incisos I a III, V e VI do art. 2º, em importância não superior ao valor da remuneração constante dos planos de retribuição ou nos quadros de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

III – no caso do inciso III do art. 2º, quando se tratar de coleta de dados, o valor da remuneração poderá ser formado por unidade produzida, desde que obedecido ao disposto no inciso II deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.849, de 1999).

§ 1º Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma. (Renumerado pela Lei nº 10.667, de 2003)

§ 2º Caberá ao Poder Executivo fixar as tabelas de remuneração para as hipóteses de contratações previstas na alínea h do inciso VI do art. 2º (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

.....
Art. 9º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá:

I – receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;

II – ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

III – ser novamente contratado, com fundamento nesta Lei, antes de decorridos vinte e quatro meses do encerramento de seu contrato anterior, salvo na hipótese prevista no inciso I do art. 2º mediante prévia autorização, conforme determina o art. 5º. (Redação dada pela Lei nº 9,849, de 1999).

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato nos casos dos incisos I e II, ou na declaração da sua insubsistência, no caso do inciso III, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 12. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa do contratado.

III – pela extinção ou conclusão do projeto, definidos pelo contratante, nos casos da alínea **h** do inciso VI do art. 2º (Incluído pela Lei nº 10.667, de 2003)

§ 1º A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias. (Redação dada Pela Lei nº 10.667, de 2003)

§ 2º A extinção do contrato, por iniciativa do órgão ou entidade contratante, decorrente de conveniência administrativa, importará no pagamento ao contratado de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

LEI Nº 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998

Conversão da MPv nº 1.648-7, de 1998

Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências.

Art. 2º São requisitos específicos para que as entidades privadas referidas no artigo anterior habilitem-se à qualificação como organização social:

I – comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre:

a) natureza social de seus objetivos relativos à respectiva área de atuação;

b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades;

c) previsão expressa de a entidade ter, como órgãos de deliberação superior e de direção, um conselho de administração e uma diretoria definidos nos termos do estatuto, asseguradas àquele composição e atribuições normativas e de controle básicas previstas nesta Lei;

d) previsão de participação, no órgão colegiado de deliberação superior, de representantes do Poder Público e de membros da comunidade, de notória capacidade profissional e idoneidade moral;

e) composição e atribuições da diretoria;

f) obrigatoriedade de publicação anual, no **Diário Oficial da União**, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão;

g) no caso de associação civil, a aceitação de novos associados, na forma do estatuto;

h) proibição de distribuição de bens ou de parcela do patrimônio líquido em qualquer hipótese, inclusive em razão de desligamento, retirada ou falecimento de associado ou membro da entidade;

i) previsão de incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, em caso de extinção ou desqualificação, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito da União, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, na proporção dos recursos e bens por estes alocados;

II – haver aprovação, quanto à conveniência e oportunidade de sua qualificação como organização social, do Ministro ou titular de órgão supervisor ou regulador da área de atividade correspondente ao seu objeto social e do Ministro de Estado da Administração Federal e Reforma do Estado.

LEI Nº 11.437, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2006

Mensagem de veto outras providências.

Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica

ca Nacional – CONDECINE, criada pela Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, visando ao financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e a Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, prorrogando e instituindo mecanismos de fomento à atividade audiovisual; e dá outras providências.

LEI Nº 11.439, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006

Mensagem de veto

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2007 e dá outras providências.

Art. 5º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V – subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VI – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII – concedente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela

transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII – conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal, e as entidades privadas, com os quais a Administração Federal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

IX – descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes, observado o disposto no § 1º do art. 8º desta Lei.

§ 1º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais desdobrados em subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 2º O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1º deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual 2004/2007.

§ 3º Ficam vedadas na especificação dos subtítulos:

- a) alterações do produto e da finalidade da ação; e
- b) referências a mais de uma localidade, área geográfica ou beneficiário, se determinados.

§ 4º As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 5º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 6º No Projeto de Lei Orçamentária será atribuído a cada subtítulo, para fins de processamento, um código seqüencial que não constará da Lei Orçamentária, devendo as modificações propostas nos termos do art. 166, § 5º, da Constituição, preservar os códigos seqüenciais da proposta original.

§ 7º As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 8º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 9º A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área

da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

.....
O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
 –Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 100, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 129, de 2008).

Relator: Senador **Adelmir Santana**

I – Relatório

Retorna a esta Comissão, para reexame, nos termos do art. 279, II do Regimento Interno do Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 57, de 2005, que visa a permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

A proposição foi aprovada por este Colegiado, em reunião realizada no dia 21 de junho de 2006, quando foi relatada pelo saudoso Senador Ramez Tebet, e posteriormente, em 4 de abril de 2007, a Comissão acolheu a Emenda nº 1-PLen e apresentou a Emenda nº 2-CCJ (de redação) à matéria.

Agora o ilustre primeiro signatário da PEC, o nobre Senador Marco Maciel, mediante o Requerimento nº 129, de 2008, aprovado pelo Plenário do Senado Federal em 19 de fevereiro de 2008, solicita o reexame da proposta, lembrando que a proposição tem como principal objetivo agilizar a apreciação dos vetos, coibindo a prática atual da manutenção de estoque de vetos a serem apreciados. Para tal, argumenta Sua Excelência que a proposta deve ser aprimorada de forma que os trabalhos legislativos não sejam impactados, como pode acontecer com a aplicação do disposto no artigo 66, § 6º

II – Análise

É irretorquível o argumento apresentado pelo eminente ex-Vice-Presidente da República.

A difícil deliberação sobre os vetos, pelo Congresso Nacional motivou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, que restabelece a apreciação dos vetos separadamente, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, mas não intenta manter a obstrução da pauta dos trabalhos legislativos em razão da não apreciação dos vetos.

Desse modo, torna-se necessária a retirada da parte final do § 6º do art. 66 da Constituição Federal ou as Casas do Congresso Nacional acabarão sofrendo com uma situação ainda mais grave do que a que vivenciamos com as medidas provisórias, bloqueando o funcionamento do Poder Legislativo.

Em decorrência dessa alteração, impõe-se ajustar a ementa da proposição.

III – Voto

Ante o exposto, reiteramos nosso voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, e das Emendas nºs 1-PLen e 2-CCJ, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 3-CCJ

O § 6º do art. 66 da Constituição Federal, nos termos do art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 66.

§ 6º Esgotado sem de1iberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata.

..... (NR)”

EMENDA Nº 4-CCJ

Dê-se à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, a seguinte redação:

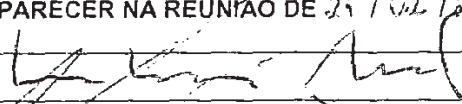
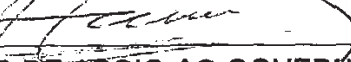
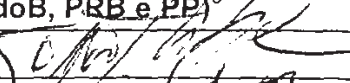
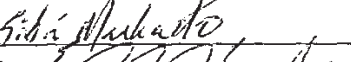

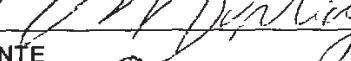
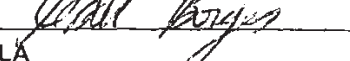

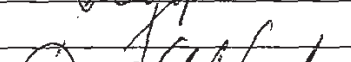
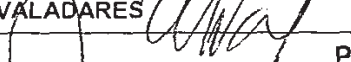

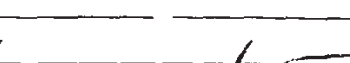
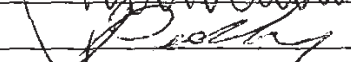

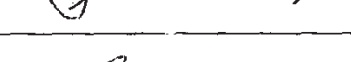
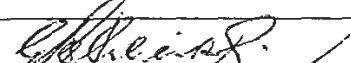
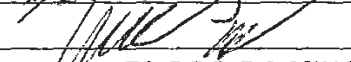
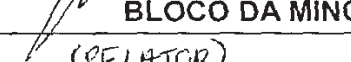

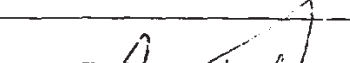

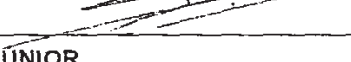

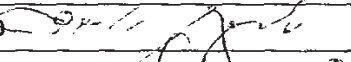
“Dá nova redação aos §§ 4º e 6º do art. 66 da Constituição Federal e para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.”

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 57 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR:  Senador Adelmir Santana	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)³	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO 
SIBÁ MACHADO 	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPLYCY 	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA 	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
AI. MEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GILVAM BORGES 	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA (RELATOR) 	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ² 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES 
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS

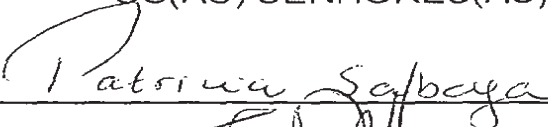
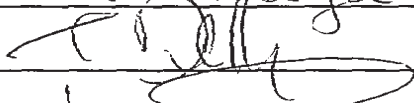


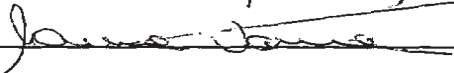
Atualizada em: 29/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas;

(3) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

**ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005
NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21-02-2008, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

1 -		Sen. Patrícia Saboga
2 -		Sen. Francisco Dinelles
3 -		Sen. Heráclito Fortes
4 -		Sen. Kátia Abreu
5 -		Sen. Líria Kóssov
6 -	_____	

LEGISLAÇÃO CITADA

NEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

.....
§ 6º Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no § 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)
.....

PARECER Nº 101, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 49 de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que da nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.

Relator: Senador **Epitácio Cafeteira**

I – Relatório

Submete-se ao exame desta comissão a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 49, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, cuja ementa é transcrita na epígrafe.

A proposição tem por objeto reduzir a largura da faixa de fronteira, que atualmente é de cento e cinqüenta quilômetros, para cinqüenta quilômetros.

O autor da PEC afirma que a fixação da faixa de fronteira em cento e cinqüenta quilômetros encontra-se em descompasso com a realidade internacional. Lembra que vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar.

Nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a proposta foi distribuída a esta comissão. Em atendimento ao art. 332 do Risf, ao final da 52ª Legislatura, foi encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, voltando a tramitar por força desse mesmo dispositivo e do Ato do Presidente nº 92, de 2002.

Ao retomar a esta comissão, o Senador Romeu Tuma, designado relator, manifestou-se contrariamente à proposta. Em razão de o Senador não mais integrar a CCJ, a matéria foi redistribuída a esta relatoria.

II – Análise

Não há vícios no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

Com a intensificação do processo de globalização, verificado sobretudo após o fim da Guerra Fria, passamos a viver em um “mundo sem fronteiras”.

Sabemos que, especialmente após o advento da internet, muitas atividades e transações entre atores internacionais são realizadas a despeito da existência de fronteiras físicas entre os países em que se encontram. Além disso, conceitos tradicionais como o de soberania vêm sofrendo transformações em seu conteúdo.

Diante dessas constatações, não há como negar a necessidade de rever antigos paradigmas que levaram o Estado brasileiro a fixar a faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros de largura.

A faixa de fronteira está tradicionalmente ligada à defesa nacional e, mais precisamente, tem o cunho de proteger o território estatal de eventuais ataques de forças estrangeiras. Entretanto, não deve estar alheia à idéia de desenvolvimento regional.

De fato, não há mais como persistir o atual limite para a faixa de fronteira, tal como estabelecido na Constituição, ignorando-se as mudanças provocadas no Estado brasileiro pelo fenômeno da globalização, bem como pelo processo de integração regional.

Entendemos, nesse sentido, que as fronteiras do centro-sul do território brasileiro – por serem diretamente atingidas pelo processo de integração, notadamente mais intenso nessas regiões, e sobretudo em virtude de sua alta densidade populacional – devem ter disciplina diferenciada em relação às fronteiras do cen-

tro-norte, cujas especificidades locais ainda justificam a manutenção da extensão atual (baixo povoamento nas fronteiras, relativa ausência do Estado, presença de recursos naturais supostamente cobiçados por estrangeiros, entre outras).

Vale lembrar que, na medida em que o próprio Estado brasileiro incentiva a integração regional, deverá dar à população diretamente afetada por esse processo condições para que também possa dele participar. Com isso, a integração certamente será legitimada, pois não se limitará a meros ajustes entre governos.

Por essas razões, somos a favor da aprovação da PEC nº 49, de 2006, em exame, com as alterações propostas.

III – Voto

Do exposto, voto pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se ao art. 20, § 2º, da Constituição, de que trata o art. 1º da PEC nº 49, de 2006, a seguinte redação:

“Art. 20

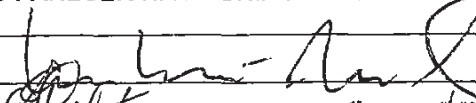

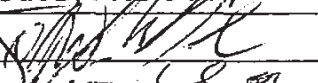
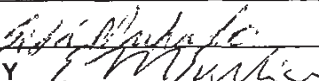
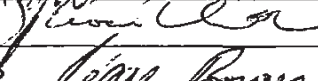
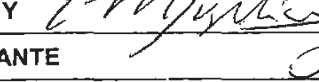
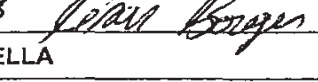


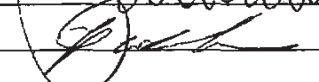





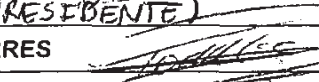


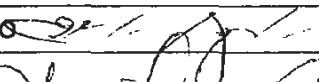

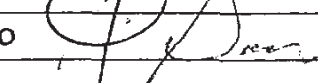
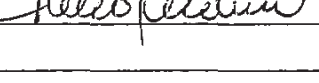
§ 2º A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres dos estados localizados ao norte de Mato Grosso do Sul, e a faixa de até cinquenta quilômetros de largura das fronteiras terrestres dos demais estados, incluindo Mato Grosso do Sul, designadas como faixas de fronteira, são consideradas fundamentais para a defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei. (NR)”

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PEC Nº 49 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 24/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE : 	
RELATOR: 	Senador EPITÁCIO CAFETEIRA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP) ³	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO 
SIBÁ MACHADO 	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA
EPITÁCIO CAFETEIRA (RELATOR)	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON 	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA 	5. JOSÉ MARANHÃO 
GILVAM BORGES 	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA 	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE)	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ² 
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO 	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO 
TASSO JEREISSATI 	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS






Atualizada em: 29/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas;

(3) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006
NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21/02/08, COMPLEMENTANDO
AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

- | | | |
|-----|--|-------------------------|
| 1 - |  | Sen. Francisco Dinelles |
| 2 - |  | Sen.ª Patrícia Saboya |
| 3 - |  | Sen. Heráclito Fortes |
| 4 - |  | Sen.ª Kátia Abreu |
| 5 - |  | Sen.ª Lúcia Elânia |

**DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TER-
 MOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO
 REGIMENTO INTERNO.**

RELATÓRIO

Relator: Senador **Romeu Tuma**

I – Relatório

A Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, dispõe sobre a alteração na faixa de fronteira ao dar nova redação ao § 2º do art 20 da Constituição Federal.

Em 23 de novembro de 2006, a proposição foi distribuída, tão-só, a esta Comissão, conforme determina o art. 356 do Regimento Interno do Senado (RISF).

Finda a 52ª Legislatura, a proposta foi encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Risf. Com base no mesmo art. 332 do Regimento e no Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal, a proposição continuou sua tramitação.

A proposta objetiva reduzir a chamada faixa de fronteira dos atuais cento e cinquenta quilômetros de largura para cinquenta quilômetros. Para tanto, o autor da proposição pondera o seguinte:

“(…) Vivemos o tempo da integração regional e da construção de blocos econômicos. O tecido mais sensível para que se apliquem tais dinâmicas é, em verdade, a faixa de fronteira, que hoje se vê engessada e relegada economicamente à hipossuficiência, diante da legislação que ora pretendemos atualizar.

Hoje, os mecanismos de segurança, controle e informação instantânea dos quais dispõe o Estado transformam a legislação brasileira de faixa de fronteira em obsoleta e comprometedora do desenvolvimento regional. As regiões fronteiriças são sacrificadas pela geografia e pela história. Não há mais razão para que o sejam também pelo Direito e pela política”.

II – Análise

Cumpra ressaltar, de início, que não há reparos a serem feitos ao projeto no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No mérito, contudo, experimentamos dificuldade em aprovar a nova redação proposta. A nosso sentir a conveniência e adequação de eventual redução da área, caracterizada como faixa de fronteira terrestre, deve se dar em atenção não só ao seu aspecto econômico, mas também, e principalmente, em conformidade com sua natureza estratégica e política.

Com isso, devemos considerar de modo superlativo, a faceta da segurança nacional. Esse aspecto não se vincula somente com a remota possibilidade de conflitos com outros Estados, mas com a probabilidade, cada vez maior, de pequenos atentados feitos por grupos organizados contra as riquezas nacionais mediante, por exemplo, o contrabando de minérios e pedras preciosas. Isso para não mencionar o tráfico de armas e de drogas.

Desse modo, a faixa de fronteira passou a ser região altamente estratégica no combate ao crime organizado. Nesse sentido, a Lei Complementar nº 117, de 2004, estabeleceu outras atribuições subsidiárias às Forças Armadas. Ela incluiu, por exemplo, na Lei Complementar, nº 97, de 1999 – que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas – o art. 17-A, inciso IV, que prescreve o seguinte:

Art. 17-A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:

.....
IV – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- a) patrulhamento;
- b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e aeronaves; e
- c) prisões em flagrante delito.

Vê-se, pois, que a faixa de fronteira adquiriu, para além de sua dimensão econômica natural, uma dimensão vinculada à proteção dos interesses mais caros do conjunto dos estar da população.


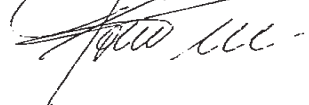
Some-se a essas circunstâncias o fato de a atual faixa ser conhecida pela população, pelas autoridades e pelas administrações locais desde 1955, data em que foi estabelecida. Há mais de cinquenta anos, portanto, os que, por tal ou qual motivo, se encontram

na área de fronteira têm notícia exata de seus direitos e deveres.

III – Voto

Do exposto, voto pela rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, de autoria do nobre Senador Sérgio Zambiasi.

Sala da Comissão.

, Presidente
, Relator

PARECER Nº 102, DE 2008

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para alterar regras pertinentes às eleições, mandato e posse do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos, e acrescenta os arts. 95, 96, 97 e 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

Relator *ad hoc*: Senador **Eduardo Azeredo**

I – Relatório

Esta Comissão analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Marco Maciel. A proposição tem por objetivo alterar as datas de posse dos titulares do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que passaria para o dia 3 de janeiro do ano seguinte ao da respectiva eleição.

Em virtude dessa mudança de data, propõe também que a execução da programação orçamentária desses governos seja restrita, nos dois dias que antecedem a posse, ao atendimento de despesas identificadas com obrigações constitucionais ou legais, ou de caráter inadiável e relevante. Por fim, prevê regra de transição para que os cargos mencionados sejam exercidos pelos sucessores e substitutos legais que menciona, entre os dias 1º e dois de janeiro dos anos seguintes ao término dos atuais mandatos, de modo a evitar prorrogação de mandato dos seus atuais detentores.

A justificação da proposta consiste na constatação de que a posse de novos mandatários no dia 1º de janeiro, imediatamente após as festividades de ano novo, dificulta o comparecimento de dignitários nacionais e estrangeiros.

II – Análise

A proposição ora examinada atende aos requisitos constitucionais de iniciativa e forma, não incidindo, outrossim, em vedações materiais ao poder de emenda. Não há ressalvas quanto à juridicidade e os dispositivos regimentais que orientam sua elaboração e tramitação foram observados.

A técnica legislativa demanda alguns reparos, para que a ementa da proposição reflita melhor seu objeto e não veicule a expressão “e dá outras providências”. Registro ainda que a regra de transição válida para a posse de prefeitos grafa o ano de 2008, quando não haverá sucessão, sendo que o ano correto a mencionar é o de 2009. A menção a um § 3º do art. 29 da Constituição, contida no novo inciso XVI proposto para o mesmo artigo, é equivocada, pois tal parágrafo não existe e a menção correta seria ao novo inciso XV. Há, ainda, que se renumerar os dois artigos finais da proposição.

Ao examinar o mérito da proposição, reconheço que a data atualmente prevista para a posse dos titulares do Poder Executivo de fato traz o inconveniente de dificultar a presença de líderes brasileiros e estrangeiros, além de não facilitar nem mesmo a participação da sociedade brasileira, que também se encontra, nesse dia, envolvida com festejos de fim de ano. Se, como proposto, a data da posse fosse deslocada dois dias, certamente vedamos mais representantes de países estrangeiros e líderes brasileiros nessas cerimônias, criando mais oportunidades para sedimentar as boas relações internas e internacionais.

A fórmula proposta para transição nos anos de 2009 e 2011, quando a posse dos novos mandatários será adiada em dois dias, é bastante conveniente, já que os substitutos legais que ocuparão tais cargos ainda estarão no exercício dos respectivos mandatos. A preocupação com a execução orçamentária também é pertinente e sensata, pois previne gastos injustificados no curto período de substituição.

Com o objetivo de promover a adequação da referida proposta, apresento quatro emendas de relator.

Duas primeiras Emendas apropriam a nova data de posse sugerida para o dia dois de janeiro, e propõe a unificação da linguagem dos artigos que tratam da posse de Presidente e Vice-Presidente da República. Como o dispositivo que trata do Presidente da Repú-

blica e Vice menciona ano seguinte ao da sua eleição, os de Governador e Prefeito e respectivos Vices devem usar a mesma expressão, e não a palavra “subseqüente”. Por se tratar de situações semelhantes, a regra de boa técnica legislativa impõe a utilização do mesmo termo.

A terceira Emenda tem por objetivo promover a adequação da proposta à nova data de posse para o dia dois de janeiro.

A quarta Emenda considera que é mais conveniente postergar a vigência da nova regra para os próximos eleitos, a serem empossados respectivamente em 2013 e 2015. Portanto, em lugar da transição, sugere-se que a mudança se aplique a partir das novas eleições. Isto porque uma regra de transição que aumentasse em um dia o mandato poderia ser vista como prorrogação, e o desgaste que poderia ser provocado por esse entendimento não justificaria antecipar a regra.

O nobre Senador Flexa Ribeiro apresentou à Comissão quatro emendas de números 1, 2, 3, e 4. As três primeiras emendas coincidem com as emendas oferecidas à comissão pelo Relator, à exceção da expressão “ano subseqüente”, substituídas por “ano seguinte”, já comentadas nesta análise, e assim são acatadas.

Entretanto, a Emenda de número 4, também apresentada por ele, é pertinente enquanto é necessária a extensão de um dia ao mandato dos que serão eleitos em 2008 e 2010, não sendo portanto uma prorrogação e sim uma extensão. Ressalto que para estes eleitos não prevalecerão as alterações desta PEC e a Constituição Federal vigente determina o mandato de quatro anos para os cargos de Presidente da República, Governador de Estado, Governador do Distrito Federal e Prefeito, e seus respectivos vices, nos seguintes artigos:

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subseqüente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

.....
Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que

a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos;

I – eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e sim simultâneo realizado em todo o País;

II – eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1 997)

III – posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1º Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

§ 2º A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

Art. 82. O mandato do Presidente da República é de quatro anos e terá início em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

Assim acato a Emenda nº 4/CCJ, adequando sua redação às demais, substituindo no novo art. 96 do ADCT os anos “2004 e 2009” por “2008 e 2013”, e no novo art. 97 do ADCT “2006 e 2011” por “2010 e 2015”.

II – Voto

Em face do exposto, concluo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, com as seguintes emendas, acatando parcialmente, por similaridade, as Emendas nºs 1, 2, e 3/CCJ, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e acatando a Emenda nº 4/CCJ, com nova redação.

EMENDA Nº 1-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 1º

Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em dois de janeiro do ano seguinte ao da eleição, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (NR)

EMENDA Nº 2-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 2º

Art. 29.

III – posse do prefeito e do vice-prefeito no dia dois de janeiro do ano seguinte ao da eleição. (NR);

EMENDA Nº 3-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 3º

Art. 82. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República é de quatro anos e terá início em dois de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição. (NR)

EMENDA Nº 4-CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º **bis** da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, doravante renumerado como art. 5º:

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e se aplica a partir das eleições que ocorrerem em 2012 para prefeito e vice-prefeito e a partir das eleições de 2014 para Presidente da República, governador e respectivos Vices. (NR)

EMENDA Nº 5-CCJ

Dê-se, ao art. 2º **bis** da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, doravante renumerado como art. 4º, a seguinte redação:

Art. 4º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 96 e 97:

“Art. 96. Os mandatos dos prefeitos e vice-prefeitos eleitos em 2008 serão encerrados no dia primeiro de janeiro de 2013. (NR)”

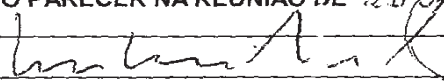

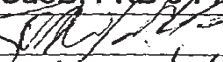
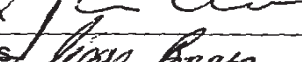
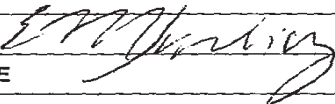
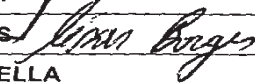
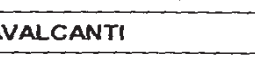
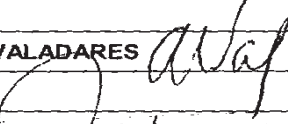
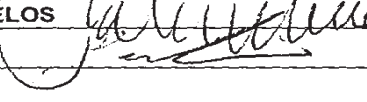
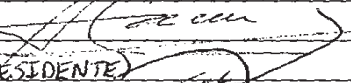
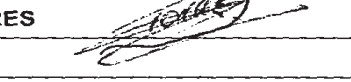
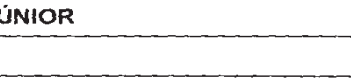
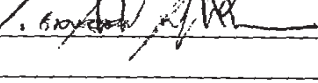

Art. 97. Os mandatos do Presidente e Vice-Presidente da República e dos governadores e vice-governadores eleitos em 2010 serão encerrados no dia primeiro de janeiro de 2015. (NR)”

Sala da Comissão, 21 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: P. C. Nº 51 DE 2006

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/02/2008, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR AD HOC:  Senador Eduardo Azeredo	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdeB, PRB e PP) ³	
SERYS SLHESSARENKO	1. JOÃO RIBEIRO 
SIBÁ MACHADO	2. INÁCIO ARRUDA 
EDUARDO SUPLICY 	3. CÉSAR BORGES 
ALOIZIO MERCADANTE	4. MARCELO CRIVELLA 
EPITÁCIO CAFETEIRA	5. MOZARILDO CAVALCANTI
IDELI SALVATTI	6. MAGNO MALTA
ANTONIO CARLOS VALADARES 	7. JOSÉ NERY (PSOL) ¹
PMDB	
JARBAS VASCONCELOS 	1. ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	2. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	3. LEOMAR QUINTANILHA
ALMEIDA LIMA	4. VALDIR RAUPP
VALTER PEREIRA	5. JOSÉ MARANHÃO
GILVAM BORGES	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
ADELMIR SANTANA 	1. ELISEU RESENDE
MARCO MACIEL (PRESIDENTE) 	2. JAYME CAMPOS
DEMÓSTENES TORRES 	3. JOSÉ AGRIPINO
KÁTIA ABREU	4. ALVARO DIAS ²
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	6. FLEXA RIBEIRO 
EDUARDO AZEREDO (RELATOR AD HOC)	7. JOÃO TENÓRIO
LÚCIA VÂNIA 	8. MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	9. MÁRIO COUTO
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1. OSMAR DIAS



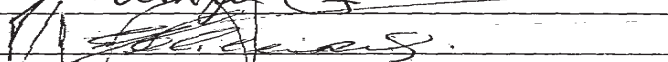
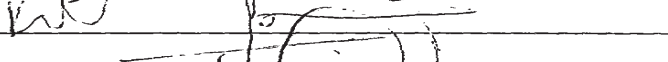
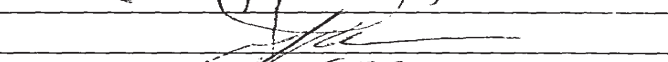

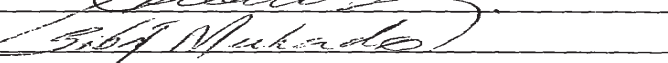





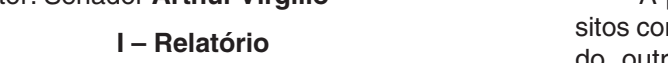
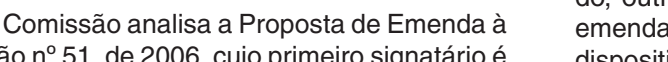
Atualizada em: 29/11/2007

(1) Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo;

(2) Vaga cedida pelo Democratas;

(3) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22/11/2007 (DSF de 28/11/07).

ASSINAM O PARECER
À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2006
 NA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21/02/2008, COMPLEMENTANDO
 AS ASSINATURAS DOS MEMBROS DA COMISSÃO, NOS TERMOS
 DO ART. 356, PARÁGRAFO ÚNICO, DO R.I.S.F.,
 OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS):

1 -		Sen. Heráclito Fortes
2 -		Sen. Jovair Aguiar
3 -		Sen. Cristovam
4 -		Sen. Walter Pinna
5 -		Sen. Kátia Abreu
6 -		Sen. João Olímpio
7 -		Sen. Wellington Salgado
8 -		Sen. Paulo Paim
9 -		Sen. Álvaro Dias
10 -		Sen. Silas Machado
11 -		Sen. Cyllene Borges
12 -		Sen. Augusto Botelho
13 -		Sen. Arthur Virgílio
14 -		Sen. Arthur Virgílio

RELATÓRIO

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Esta Comissão analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Marco Maciel.

A proposição tem por objetivo alterar as datas de posse dos titulares do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que passaria para o dia 3 de janeiro do ano seguinte ao da respectiva eleição.

Em virtude dessa mudança de data, propõe também que a execução da programação orçamentária desses governos seja restrita, nos dois dias que antecedem a posse, ao atendimento de despesas identificadas com obrigações constitucionais ou legais, ou de caráter inadiável e relevante. Por fim, provê regra de transição para que os cargos mencionados sejam exercidos pelos sucessores e substitutos legais que menciona, entre os dias dez e dois de janeiro dos anos seguintes ao término dos atuais mandatos, de modo a evitar prorrogação de mandato dos seus atuais detentores.

A justificação da proposta consiste na constatação de que a posse de novos mandatários no dia 1º de janeiro, imediatamente após as festividades de ano novo, dificulta o comparecimento de dignitários nacionais e estrangeiros.

II – Análise

A proposição ora examinada atende aos requisitos constitucionais de iniciativa e forma, não incidindo, outrossim, em vedações materiais ao poder de emenda. Não há ressalvas quanto à juridicidade e os dispositivos regimentais que orientam sua elaboração e tramitação foram observados.

A técnica legislativa demanda alguns reparos, para que a ementa da proposição reflita melhor seu objeto e não veicule a expressão “e dá outras providências”. Registro ainda que a regra de transição válida para a posse de prefeitos grafa o ano de 2008, quando não haverá sucessão, sendo que o ano correto a mencionar é o de 2009. A menção a um § 3º do art. 29 da Constituição, contida no novo inciso XVI proposto para o mesmo artigo, é equivocada, pois tal parágrafo não existe e a menção correta seda ao novo inciso XV. Há, ainda, que se reenumerar os dois artigos finais da proposição.

Ao examinar o mérito da proposição, reconheço que a data atualmente prevista para a posse dos titulares do Poder Executivo de fato traz o inconveniente de dificultar a presença de líderes brasileiros e estrangeiros, além de não facilitar nem mesmo a participação da sociedade brasileira, que também se encontra, nesse dia, envolvida com festejos de fim de ano. Se, como proposto, a data da posse fosse deslocada meros dois dias, certamente veríamos mais representantes de países estrangeiros e líderes brasileiros nessas ceri-

mônias, criando mais oportunidades para sedimentar as boas relações internas e internacionais.

A fórmula proposta para transição nos anos de 2009 e 2011, quando a posse dos novos mandatários será adiada em dois dias, é bastante conveniente, já que os substitutos legais que ocuparão tais cargos ainda estarão no exercício dos respectivos mandatos. A preocupação com a execução orçamentária também é pertinente e sensata, pois previne gastos injustificados no curto período de substituição.

III – Voto

Em face do exposto, concluo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, com as seguintes emendas:

Emenda nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação à ementa da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

“Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal para estabelecer a data da posse do Presidente da República, dos governadores e dos prefeitos no dia 2 de janeiro do ano seguinte ao da respectiva eleição, e acrescenta os arts. 95, 96, 97 e 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para disciplinar o exercício dos mesmos cargos em substituição até a posse dos novos mandatários.”

Emenda nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 2º
 “Art. 29.

 XVI – O disposto no inciso XV deste artigo não se aplica em caso de reeleição do prefeito. (NR)”

Emenda nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º **bis**, doravante renumerado art. 4º, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 4º

 “Art. 95. (NR)”
 “Art. 96. (NR)”
 “Art. 97. No período compreendido entre os dias 1º e dois de janeiro de 2009, o cargo de prefeito municipal será exercido pelo presidente da Câmara Municipal, e, em caso de impedimento, por seu substituto legal, nos termos da respectiva Lei Orgânica, observado o disposto nos incisos XV e XVI do art. 29 da Constituição Federal. (NR)”

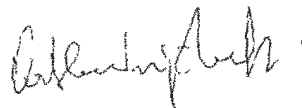
“Art. 98. (NR)”

Emenda nº – CCJ

Renumere-se o art. 3º **bis**, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, que passa a ser seu art. 5º.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

RELATÓRIO:

Relator: Senador **Arthur Virgílio**

I – Relatório

Esta comissão analisa a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, cujo primeiro signatário é o ilustre Senador Marco Maciel. A proposição tem por objetivo alterar as datas de posse dos titulares do Poder Executivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que passaria para o dia 3 de janeiro do ano seguinte ao da respectiva eleição.

Em virtude dessa mudança de data, propõe também que a execução da programação orçamentária desses governos seja restrita, nos dois dias que antecedem a posse, ao atendimento de despesas identificadas com obrigações constitucionais ou legais, ou de caráter inadiável e relevante. Por fim, prevê regra de transição para que os cargos mencionados sejam exercidos pelos sucessores e substitutos legais que menciona, entre os dias 1º e 2 de janeiro dos anos seguintes ao término dos atuais mandatos, de modo a evitar prorrogação de mandato dos seus atuais detentores.

A justificação da proposta consiste na constatação de que a posse de novos mandatários no dia 10 de janeiro, imediatamente após as festividades de ano novo, dificulta o comparecimento de dignitários nacionais e estrangeiros.

II – Análise

A proposição ora examinada atende aos requisitos constitucionais de iniciativa e forma, não incidindo, outrossim, em vedações materiais ao poder de emenda. Não há ressalvas quanto à juridicidade e os dispositivos regimentais que orientam sua elaboração e tramitação foram observados.

A técnica legislativa demanda alguns reparos, para que a ementa da proposição reflita melhor seu objeto e não veicule a expressão “e dá outras providências”. Registro ainda que a regra de transição válida para a posse de prefeitos grafa o ano de 2008, quando não haverá sucessão, sendo que o ano correto a mencionar é o de 2009. A menção a um § 3º do art. 29 da Constitui-

ção, contida no novo inciso XVI proposto para o mesmo artigo, é equivocada, pois tal parágrafo não existe e a menção correta seria ao novo inciso XV. Há, ainda, que se reenumerar os dois artigos finais da proposição.

Ao examinar o mérito da proposição, reconheço que a data atualmente prevista para a posse dos titulares do Poder Executivo de fato traz o inconveniente de dificultar a presença de líderes brasileiros e estrangeiros, além de não facilitar nem mesmo a participação da sociedade brasileira, que também se encontra, nesse dia, envolvida com festejos de fim de ano. Se, como proposto, a data da posse fosse deslocada meros dois dias, certamente veríamos mais representantes de países estrangeiros e líderes brasileiros nessas cerimônias, criando mais oportunidades para sedimentar as boas relações internas e internacionais.

A fórmula proposta para transição nos anos de 2009 e 2011, quando a posse dos novos mandatários será adiada em dois dias, é bastante conveniente, já que os substitutos legais que ocuparão tais cargos ainda estarão no exercício dos respectivos mandatos. A preocupação com a execução orçamentária também é pertinente e sensata, pois previne gastos injustificados no curto período de substituição.

Com o objetivo de promover a adequação da referida proposta, apresento quatro emendas de relator.

Duas primeiras emendas apropriam a nova data de posse sugerida para o dia dois de janeiro, e propõe a unificação da linguagem dos artigos que tratam da posse de Presidente e Vice-Presidente da República. Com o dispositivo que trata do Presidente da República e Vice menciona ano seguinte ao da sua eleição, os de governador e prefeito e respectivos vices devem usar a mesma expressão, e não a palavra "subseqüente". Por se tratar de situações semelhantes, a regra de boa técnica legislativa impõe a utilização do mesmo termo.

A terceira emenda tem por objetivo promover a adequação da proposta à nova data de posse para o dia dois de janeiro.

A quarta emenda trata de uma regra de transição que aumentasse em um dia o mandato poderia ser vista como prorrogação, e o desgaste que poderia ser provocado por esse entendimento não justificaria antecipar a regra. É mais conveniente, portanto, postergar a vigência da nova regra para os próximos eleitos. Portanto, em lugar da transição, sugere-se que a mudança se aplique a partir das novas eleições.

III – Voto

Em face do exposto, concluo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 1º

Art. 28. A eleição do governador e do vice-governador de estado, para mandato de quatro anos, será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em dois de janeiro do ano seguinte ao da eleição; observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (NR)

.....

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 2º

Art. 29.

.....

III – posse do prefeito e do vice-prefeito no dia dois de janeiro do ano seguinte ao da eleição. (NR);

.....

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 3º da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006:

Art. 3º

Art. 82. O mandato do Presidente e do Vice-Presidente da República é de quatro anos e terá início em dois de janeiro do ano seguinte ao da sua eleição.(NR)

EMENDA Nº – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 2º bis da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, doravante reenumerado como art. 4º:

Art. 4º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação e se aplica a partir das eleições que ocorrerem em 2012 para prefeito e vice-prefeito e a partir das eleições de 2014 para Presidente da República, governador e respectivos vices.(NR)

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator Ad hoc

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

Constituição da República Federativa do Brasil 1988

.....
Art. 28. A eleição do Governador e do Vice-Governador de Estado, para mandato de quatro anos, realizar-se-á no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, do ano anterior ao do término do mandato de seus antecessores, e a posse ocorrerá em primeiro de janeiro do ano subsequente, observado, quanto ao mais, o disposto no art. 77. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

Parágrafo único. ~~Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.~~

§ 1º ~~Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público e observado o disposto no art. 38, I, IV e V.~~ (Renumerado do parágrafo único, pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

CAPÍTULO IV Dos Municípios

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

I - eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, para mandato de quatro anos, mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o País;

~~II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até noventa dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de municípios com mais de duzentos mil eleitores;~~

II - eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito realizada no primeiro domingo de outubro do ano anterior ao término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras do art. 77, no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)

III - posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição;

IV - número de Vereadores proporcional à população do Município, observados os seguintes limites:

a) mínimo de nove e máximo de vinte e um nos Municípios de até um milhão de habitantes;

b) mínimo de trinta e três e máximo de quarenta e um nos Municípios de mais de um milhão e menos de cinco milhões de habitantes;

c) mínimo de quarenta e dois e máximo de cinquenta e cinco nos Municípios de mais de cinco milhões de habitantes;

~~V - remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores fixada pela Câmara Municipal em cada legislatura, para a subsequente, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;~~

~~— VI - a remuneração dos Vereadores corresponderá a, no máximo, setenta e cinco por cento daquela estabelecida, em espécie, para os Deputados Estaduais, ressalvado o que dispõe o art. 37, XI; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)~~

V - subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)

~~VI - subsídio dos Vereadores fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; (Redação dada pela Emenda constitucional nº 19, de 1998)~~

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000)

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

VIII - inviolabilidade dos Vereadores por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município; (Renumerado do inciso VI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

IX - proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembléia Legislativa; (Renumerado do inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

X - julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça; (Renumerado do inciso VIII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XI - organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal; (Renumerado do inciso IX, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XII - cooperação das associações representativas no planejamento municipal; (Renumerado do inciso X, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIII - iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado; (Renumerado do inciso XI, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

XIV - perda do mandato do Prefeito, nos termos do art. 28, parágrafo único. (Renumerado do inciso XII, pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992)

.....

Art. 32. O Distrito Federal, vedada sua divisão em Municípios, reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços da Câmara Legislativa, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição.

<P< a>

§ 1º - Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios.

<P< a>

§ 2º - A eleição do Governador e do Vice-Governador, observadas as regras do art. 77, e dos Deputados Distritais coincidirá com a dos Governadores e Deputados Estaduais, para mandato de igual duração.

<P< a>

§ 3º - Aos Deputados Distritais e à Câmara Legislativa aplica-se o disposto no art. 27.

<P< a>

§ 4º - Lei federal disporá sobre a utilização, pelo Governo do Distrito Federal, das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar.

.....

Art. 95. Os nascidos no estrangeiro entre 7 de junho de 1994 e a data da promulgação desta Emenda Constitucional, filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, poderão ser registrados em repartição diplomática ou consular brasileira competente ou em ofício de registro, se vierem a residir na República Federativa do Brasil. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

.....

PARECER Nº 103, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006 nº 70/2003, na Casa de origem, que dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, de autoria do Deputado Luiz Antônio Fleury, obriga a adição de ferro e de ácido fólico nas farinhas de trigo, milho e mandioca produzidas e comercializadas no território nacional, inclusive aquelas destinadas a uso industrial, bem como a informação, nas embalagens, das quantidades adicionadas e “sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades”.

Caracteriza o descumprimento dessa norma como infração à legislação sanitária federal, sujeitando os

infratores às penalidades previstas na legislação correspondente, sem prejuízo de sanções civis e penais cabíveis, e determina que os produtos apreendidos por essa razão sejam destinados a programas federais de combate à pobreza, depois de os referidos aditivos terem sido a eles acrescentados.

Estabelece, por fim, que a lei em que o projeto vier a se transformar entre em vigor no prazo de seis meses a contar da data de sua publicação.

Encaminhado à revisão desta Casa, o projeto foi distribuído à apreciação da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, onde foi aprovado com duas emendas do Senador Flexa Ribeiro. As emendas suprimiram a farinha de mandioca da obrigatoriedade do enriquecimento previsto, em razão de grande parte da produção dessa farinha ser feita artesanalmente, o que dificulta tanto o processo de enriquecimento como sua fiscalização.

Encaminhado ao Plenário, o projeto não chegou a ser votado, em virtude da aprovação de requeri-

mento de autoria do Senador Flávio Arns, para que a matéria fosse apreciada, também, pela Comissão de Assuntos Sociais.

II – Análise

O ácido fólico ou folato é uma vitamina do complexo B cuja ingestão durante a gestação previne a má formação do tubo neural (estrutura precursora do cérebro e da medula espinhal) no feto, prevenindo a ocorrência de deformações como anencefalia (ausência do cérebro), espinha bífida e meningocele (defeitos na coluna), que podem resultar em morte, paralisia dos membros inferiores, hidrocefalia e retardo mental. A ingestão de ferro, por sua vez, é essencial para a prevenção da anemia ferropriva.

Nesse sentido, como muito bem já se manifestou a comissão que nos antecedeu na apreciação da matéria, a proposição tem grande mérito, uma vez que a medida permite aumentar a ingestão de ácido fólico e de ferro pela população, especialmente por crianças e mulheres em idade fértil, razão pela qual a fortificação de farinhas é recomendada pela Organização Mundial da Saúde como estratégia adequada – associada a outras ações – no âmbito de programas de controle da anemia ferropriva.

Também consta do relatório da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e da justificação do projeto a estimativa, feita por nossas autoridades sanitárias, de que cerca de 45% das crianças brasileiras com até cinco anos de idade – aproximadamente dez milhões de pessoas – apresentam algum grau de anemia. Esta carência deve ser prevenida e tratada, mesmo quando leve, porque interfere no desenvolvimento e no desempenho intelectual da criança, além de aumentar a vulnerabilidade a infecções. Gestantes também constituem um grupo de risco para a anemia carencial, pois ela pode levar o recém-nascido a ter baixo peso, além dos problemas acima citados.

O custo da fortificação das farinhas é baixo: cinco centésimos de centavo de real por quilo de alimento fortificado, segundo o Ministério da Saúde. Um valor irrelevante no custo do produto, ainda que ele venha a ser transferido para o preço final ao consumidor.

Em relação às alterações propostas pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, no que diz respeito à obrigatoriedade de enriquecimento não alcançar a farinha de mandioca, somos favoráveis, concordando com suas razões.

Creemos, no entanto, que se fazem necessários alguns aprimoramentos ao projeto: atribuir ao Poder Público – no caso, ao órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde – a responsabilidade para fixar e alterar os teores com que se fará o enriquecimento e

as possíveis excepcionalidades à norma; e adequar os novos requisitos instituídos para a rotulagem do produto ao que já dispõe a lei sobre essa matéria.

Em relação ao primeiro aspecto há que se prever a possibilidade de que a autoridade sanitária possa – com mais agilidade que a concedida pelo processo legislativo – fixar e alterar os teores com que se fará o enriquecimento com base no conhecimento científico e em informações de vigilância epidemiológica, adequando a norma às necessidades da população e a evolução da situação de controle do dano – como, por sinal, já ocorre atualmente, por força de norma infralegal.

É preciso considerar, também, que poderão existir produtos, em especial os industrializados, na composição dos quais o feno ou o ácido fólico possam causar interferências indesejadas – seja do ponto de vista da saúde do consumidor, seja por limitações do processamento tecnológico. Nesses casos, a excepcionalidade do fortalecimento deverá ser determinada caso a caso, a critério da autoridade sanitária, e a lei deve prever que isso possa acontecer.

Por fim, cremos ser necessário dar nova redação ao dispositivo que trata da rotulagem dos produtos.

Em primeiro lugar, “informar sobre os efeitos decorrentes de suas propriedades [do ferro e do ácido fólico]” não apenas é uma formulação muito vaga para um texto legal (quais efeitos? quais propriedades?), como entendemos que o rótulo não é o local apropriado para isso.

Em segundo lugar, a rotulagem de alimentos já é objeto de regulamentos próprios, em nível legal e infra-legal. Nesse sentido, o melhor é exigir, apenas, e em adição às informações determinadas nos regulamentos vigentes, que, nas embalagens de farinhas, seja informado que elas são fortificadas.

Não há óbices quanto à constitucionalidade, à juridicidade ou à técnica legislativa da proposição em comento.

III – Voto

Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, com as emendas nºs 1 e 2 – CRIA, e com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 3 – CAS

Dê-se ao art. 10 do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, a seguinte redação:

Art. 1º

§ 1º O Poder Executivo fixará os teores de feno e ácido fólico a serem adicionados às farinhas de trigo e milho, alterando-os com

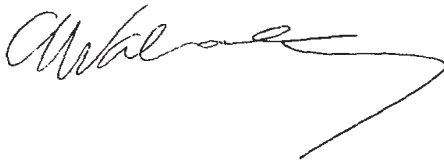
base em informação científica e de vigilância epidemiológica.

§ 2º Sem prejuízo do que dispõem os arts. 10 a 22 do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, os rótulos das farinhas de trigo e milho trarão uma das seguintes expressões:

- I – “fortificada com ferro e ácido fólico”;
- II – “enriquecida com ferro e ácido fólico”;
- III – “rica em ferro e ácido fólico”.

Sala da Comissão.

, Presidente



, Relator

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

DECRETO-LEI Nº 986,
DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos.

**CAPÍTULO III
Da Rotulagem**

Art. 10. Os alimentos e aditivos intencionais deverão ser rotulados de acordo com as disposições deste Decreto-Lei e demais normas que regem o assunto.

Parágrafo único. As disposições deste artigo se aplicam aos aditivos internacionais e produtos alimentícios dispensados de registro, bem como as matérias-primas alimentares e alimentos **in natura** quando acondicionados em embalagem que os caracterizem.

Art. 11. Os rótulos deverão mencionar em caracteres perfeitamente legíveis:

I – A qualidade, a natureza e o tipo do alimento, observadas a definição, a descrição e a classificação estabelecida no respectivo padrão de identidade e qualidade ou no rótulo arquivado no órgão competente do Ministério da Saúde, no caso de alimento de fantasia ou artificial, ou de alimento não padronizado;

II – Nome e/ou a marca do alimento;

III – Nome do fabricante ou produtor;

IV – Sede da fábrica ou local de produção;

V – Número de registro do alimento no órgão competente do Ministério da Saúde;

VI – Indicação do emprego de aditivo intencional, mencionando-o expressamente ou indicando o código de identificação correspondente com a especificação da classe a que pertencer;

VII – Número de identificação da partida, lote ou data de fabricação, quando se tratar de alimento perecível;

VIII – O peso ou o volume líquido;

IX – Outras indicações que venham a ser fixadas em regulamentos.

§ 1º Os alimentos rotulados no País, cujos rótulos contenham palavras em idioma estrangeiro, deverão trazer a respectiva tradução, salvo em se tratando de denominação universalmente consagrada.

§ 2º Os rótulos de alimentos destinados à exportação poderão trazer as indicações exigidas pela lei do país a que se destinam.

§ 3º Os rótulos dos alimentos destituídos, total ou parcialmente, de um de seus componentes normais, deverão mencionar a alteração autorizada.

§ 4º Os nomes científicos que forem inscritos nos rótulos de alimentos deverão, sempre que possível, ser acompanhados da denominação comum correspondente.

Art. 12. Os rótulos de alimentos de fantasia ou artificial não poderão mencionar indicações especiais de qualidade, nem trazer menções, figuras ou desenhos que possibilitem falsa interpretação ou que induzam o consumidor a erro ou engano quanto à sua origem, natureza ou composição.

Art. 13. Os rótulos de alimentos que contiverem corantes artificiais deverão trazer na rotulagem a declaração “Colorido Artificialmente”.

Art. 14. Os rótulos de alimentos adicionados de essências naturais ou artificiais, com o objetivo de reforçar, ou reconstituir o sabor natural do alimento deverão trazer a declaração do “Contém Aromatizante, seguido do código correspondente e da declaração “Aromatizado Artificialmente”, no caso de ser empregado aroma artificial.

Art. 15. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências naturais deverão trazer as indicações “Sabor de e “Contém Aromatizante”, seguido do código correspondente.

Art. 16. Os rótulos dos alimentos elaborados com essências artificiais deverão trazer a indicação “Sabor Imitação ou Artificial de seguido da declaração “Aromatizado Artificialmente”.

Art. 17. As indicações exigidas pelos artigos 11, 12, 13 e 14 deste Decreto-Lei, bem como as que servirem para mencionar o emprego de aditivos, deverão constar do painel principal do rótulo do produto em forma facilmente legível.

Art. 18. O disposto nos artigos 11, 12, 13 e 14 se aplica, no que couber, à rotulagem dos aditivos intencionais e coadjuvantes da tecnologia de fabricação de alimento.

§ 1º Os aditivos intencionais, quando destinados ao uso doméstico deverão mencionar no rótulo a forma de emprego, o tipo de alimento em que pode ser adicionado e a quantidade a ser empregada, expressa sempre que possível em medidas de uso caseiro.

§ 2º Os aditivos intencionais e os coadjuvantes da tecnologia de fabricação, declarados isentos de registro pela Comissão Nacional de Normas e Padrões para Alimentos, deverão ter essa condição mencionada no respectivo rótulo.

§ 3º As etiquetas de utensílios ou recipientes destinados ao uso doméstico deverão mencionar o tipo de alimento que pode ser neles acondicionados.

Art. 19. Os rótulos dos alimentos enriquecidos e dos alimentos dietéticos e de alimentos irradiados deverão trazer a respectiva indicação em caracteres facilmente legíveis.

Parágrafo único. A declaração de “Alimento Dietético” deverá ser acompanhada da indicação do tipo de regime a que se destina o produto expresso em linguagem de fácil entendimento,

Art. 20. As declarações superlativas de qualidade de um alimento só poderão ser mencionadas na respectiva rotulagem, em consonância com a classificação constante do respectivo padrão de identidade e qualidade.

Art. 21. Não poderão constar da rotulagem denominações, designações, nomes geográficos, símbolos, figuras, desenhos ou indicações que possibilitem interpretação falsa, erro ou confusão quanto à origem, procedência, natureza, composição ou qualidade do alimento, ou que lhe atribuam qualidades ou características nutritivas superiores àquelas que realmente possuem.

Art. 22. Não serão permitidas na rotulagem quaisquer indicações relativas à qualidade do alimento que não sejam as estabelecidas por este Decreto-Lei e seus Regulamentos.

Art. 23. As disposições deste Capítulo se aplicam aos textos e matérias de propaganda de alimentos qualquer que seja o veículo utilizado para sua divulgação.

(nº 999/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Relator: Senador **Francisco Dornelles**

I – Relatório

O Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de até US\$ 7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Esse programa, conforme parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, anexo à mensagem, visa contribuir para uma melhor formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas brasileiras. Para tanto, prevê-se que esses recursos sejam utilizados na capacitação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para melhorar a produção, sistematização e disseminação de conhecimentos sobre os desafios do desenvolvimento do País com indicação de alternativas de solução.

Ainda de acordo com dados disponibilizados nesse parecer, para o programa são previstos dispêndios no montante de US\$8,8 milhões, a serem desembolsados em seis anos. Além dos recursos provenientes do empréstimo pretendido, o programa contará com contrapartida do Tesouro Nacional, no valor de US\$1,65 milhão.

Cabe ressaltar que todas as ações desse programa serão executadas pelo Ipea, autarquia pública do tipo fundacional vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN),

PARECER Nº 104, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre a Mensagem nº 2, de 2008

sob o nº TA410313. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut –2007/024, de 16 de março de 2007.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas domésticas ou internacionais.

A presente operação de crédito com o BID, que se processará na modalidade Unimonetário, Moeda Única, incorpora juros vinculados à Libor trimestral, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,75% ao ano.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América).

As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada.

A esse respeito, vale ressaltar que a solicitação em exame foi encaminhada ao Senado Federal em 20 de dezembro de 2007, um dia antes da promulgação da referida resolução. Enquanto tal, todas as informações contidas no processado atendem às determinações expressas pela Resolução nº 96, de 1989, explicitamente revogada pela Resolução nº 48, de 2007.

Acreditamos, todavia, que essa inadequação normativa do pleito em nada obstaculiza sua apreciação pelo Senado Federal. Isso porque:

1 – a Resolução nº 48, de 2007, fundamentalmente procede à compatibilização do controle exercido pelo Senado Federal com as disposições contidas na denominada Lei de Responsabilidade Fiscal;

2 – a despeito da inadequação da referida Resolução nº 96, de 1989, os pleitos da União já vinham sendo instruídos e encaminhados a esta Casa nos termos determinados pela Lei

de Responsabilidade Fiscal, basicamente reproduzidos na nova resolução referida;

3 – toda a conformação do processo de negociação do empréstimo que culminou na mensagem sob exame se processou sob a égide da Resolução nº 96, de 1989, o que não pode, em definitivo, ser desconsiderado pelo Senado Federal;

4 – por fim, como a Mensagem trata de solicitação para a contratação do primeiro empréstimo no exercício que se inicia, é evidente que os novos limites de endividamento definidos pela Resolução nº 48, de 2007, encontram-se plenamente atendidos pela União, independentemente da disponibilidade de seus cálculos no processado encaminhado ao Senado Federal.

Ademais, a Secretaria do Tesouro Nacional encaminhou ao Presidente desta Comissão o Ofício nº 1.196, de 15 de fevereiro do corrente ano, onde afirma a esse respeito que em estudos realizados por esta Secretaria referentes aos limites de endividamento da União, foi confirmada a existência de margem para a contratação da pleiteada operação, conforme os limites estabelecidos pelo Senado Federal na mencionada Resolução nº 48, de 2007. Dessa forma, esta Secretaria mantém o entendimento contido no cito Parecer 258/2007, no sentido de não se opor à contratação da mencionada operação de crédito com o Bid.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, cabe destacar os seguintes aspectos:

a) há suficiente margem de endividamento da União para a contratação da pretendida operação de crédito externo.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/nº 2.793, de 14 de dezembro de 2007, encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo não contém cláusulas de natureza política, atentatórias b soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos. É, assim, observado o disposto no art. 8º da Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, como também exigia a revogada Resolução nº 96, de 1989.

c) relativamente à exigência constitucional, reproduzida na Resolução nº 48, de 2007, de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e

Investimentos Estratégicos (SPI) que o programa referido encontra-se incluído na ação Estudos da Rede Nacional de Instituições e Pesquisa e Planejamento, no Programa Prospecção e Avaliação de Políticas Públicas, do Plano Plurianual da União 2004/2007, programa esse mantido no PPA 2008/2011.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o ingresso de recursos externos, para a contrapartida nacional e para o pagamento dos encargos financeiros na LOA/2007 serem elas suficientes para dar suporte ao programa no exercício.

Ademais, como de praxe, caberá aos órgãos responsáveis pela execução do Programa providenciar, nas épocas oportunas, a suplementação orçamentária quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços, e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,75% a.a., constitui-se em um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar ele propiciará o fortalecimento da missão institucional do Ipea, alavancando sua *expertise* e promovendo maior visibilidade dos resultados do seu trabalho. A maior e mais ampla disponibilidade de informações, metodologias, diagnósticos, alternativas de solução, medidas e instrumentos certamente tornarão mais eficazes as políticas públicas concebidas, formuladas e executadas pelos governos federal, estadual e municipal.

III – Voto

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 2, de 2008, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 6, DE 2008

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Diagnóstico, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *Devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *Credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *Valor Total*: até US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *Prazo de Desembolso*: até seis anos, contados a partir da data de entrada em vigência do contrato;

V – *Amortização*: em trinta parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível, iguais, vencendo-se a primeira seis meses após o prazo do último desembolso e a última vinte anos da data de assinatura do Contrato de Empréstimo;

VI – *Juros*: exigidos semestralmente em 15 de março e 15 de setembro de cada ano, iniciando-se aos seis meses da data de assinatura do contrato, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta pela Libor trimestral para dólar americano, acrescida de spread a ser definido pelo Bid;

VII – *Comissão de Compromisso*: até 0,75% ao ano, calculados sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

VIII – *Recursos para Inspeção e Supervisão Geral*: até 1,0% sobre o valor do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolso, recursos esses destinados a atender as despesas de inspeção e supervisão.

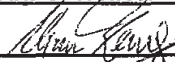
Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 02, DE 2008
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/02/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:  SEN. ELISEU RESENDE, VICE-PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

RELATOR(A): 

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-IDELI SALVATTI (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
VAGO	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-CÉSAR BORGES (PR)
PMDB	
ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS
DEM	
ADELMIR SANTANA	1-VAGO
HERÁCLITO FORTES	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA
PSDB	
CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUEBRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO
PDT	
OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 104, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 6, de 2008** (MSF 2/2008), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de sete milhões, cento e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*.

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os Srs. Senadores Gerson Camata e Adelmir Santana enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem

apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, divulgado há poucos dias, o ranking de países segundo seu desempenho na inovação científica revela mais uma vez o problema persistente do Brasil, que não consegue converter sua produção acadêmica em invenções que produzam patentes.

Embora o número de requisições de patentes internacionais apresentado pelo nosso País tenha crescido mais de 15% em 2007, comparado com o ano anterior, ainda estamos em 24º lugar entre os integrantes do Tratado de Cooperação de Patentes. Apresentamos apenas 384 requisições no ano passado – ou seja, é um crescimento que nos deixa em posição inconciliável com as dimensões da economia do País e com sua produção científica.

Esse divórcio entre a pesquisa acadêmica e setor industrial é um sério obstáculo a qualquer ambição de desenvolvimento econômico significativo, capaz de colocar-nos em posição de destaque entre os países inovadores. Como ressalta o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, Reginaldo Arcuri, inovação é vender ao mundo um produto que, ao menos numa etapa inicial, não tenha concorrentes. E isto não temos sido capazes de fazer.

Uma pesquisa que a Agência encomendou ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo demonstra que estamos longe de atingir uma etapa em que a inovação proporcione impulso real ao nosso desenvolvimento. Ser inovador não é

apenas produzir grãos de qualidade na agricultura, é desenvolver – como, aliás, tem sido feito com sucesso no Espírito Santo, em áreas como a cafeicultura e a fruticultura – variedades geneticamente modificadas, resistentes a doenças, adaptáveis a climas variados, com maior produtividade. Ser inovador não é só produzir veículos – é criar novos materiais, mais leves e resistentes, para automóveis, caminhões e aeronaves.

A pesquisa elaborada pela USP faz parte de um projeto lançado em 2004, e orientou a elaboração da nova política industrial do País. Se der atenção ao diagnóstico traçado pelos pesquisadores, o Governo federal talvez consiga superar o verdadeiro fosso que nos separa de outros países, como China, Estados Unidos, Coreia do Sul e Japão, em matéria de inovação tecnológica e utilização dos recursos destinados à investigação científica.

A pesquisa aponta várias barreiras à inovação no País, a começar pela falta de coordenação entre os órgãos do governo encarregados da área. Mas há outras: as regras existentes são muitas vezes antagônicas, o que resulta em desestímulo aos investimentos. Os prazos para a liberação de financiamentos são longos demais. Falta clareza sobre os instrumentos de incentivo à inovação. Existem barreiras demais para a criação de empresas e de novos produtos. E pouco do conhecimento produzido nas universidades é efetivamente aplicado.

As saídas indicadas começam pelo mais óbvio, uma parceria entre governo e setor privado na elaboração de um projeto de metas de longo prazo, talvez para as próximas duas décadas. Será indispensável, entre outras medidas, aproximar universidades e empresas, ampliando a colaboração entre academia e setor privado e estimulando a contratação de pesquisadores pela iniciativa privada.

O Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional 2007-2010, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pretende aumentar os gastos nacionais em pesquisa, desenvolvimento e inovação dos atuais 1,2 por cento do Produto Interno Bruto para 1,5 por cento em três anos. Para isso, é necessário um investimento de 23 bilhões de reais, o que nos colocaria, em matéria de gastos com pesquisa em desenvolvimento, no mesmo patamar da China e bem próximos da Holanda e da Grã-Bretanha.

Para estimular investimentos das empresas, a intenção é subvencionar as que investirem em pesquisa e desenvolvimento e oferecer uma linha de crédito às que se instalarem em parques tecnológicos.

Se o Plano transformar-se em uma proposta mais detalhada e sair efetivamente do papel, teremos razões para comemorar. O ministro da Educação, Fernando Haddad, já disse que, embora sejamos o 15º país do mundo no ranking da produção científica mundial, as universidades brasileiras não transportam esse conhecimento para o mundo do trabalho e nem para a educação básica. É um conhecimento que, segundo o ministro, fica “encapsulado”, não se difunde. Precisamos romper esse isolamento, e proporcionar condições para que as empresas brasileiras se desenvolvam tecnologicamente, tornem-se inovadoras. Caso contrário, ficaremos sempre afastados da competição mundial.

O SR. ADELMIR SANTANA (PFL – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, vive-se no Brasil uma dura realidade, pois os problemas subsistem em escalas despropositadas. É preciso, por exemplo, ampliar o mercado de trabalho, melhorar a saúde, assegurar moradia digna aos brasileiros e eliminar a violência. Para que o País cresça e se desenvolva é fundamental investir no capital humano, na educação e na formação dos jovens e dos trabalhadores. E só por aí, creio, se poderá mudar e construir um novo Brasil.

Nesse sentido, ressalto a relevante contribuição que o Sistema “S” – Sesc, Senac, Sesi, Senai, Sebrae, Senat, Sest e Senar, dá para o País. Esse tipo de serviço prestado pelas confederações patronais aos trabalhadores dos seus respectivos segmentos produtivos foi instituído em 1942, pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, que autorizou a criação do SENAI, para atender à necessidade de formação de mão-de-obra para a nossa incipiente indústria de base. O Sesi foi criado logo depois para suprir a necessidade de valorização social do patrimônio humano da indústria.

É quase impossível falar em Sistema “S”, sem mencionar como funcionam as instituições as quais eu represento, com muito orgulho, como presidente do Sistema Fecomércio, SESC e Senac no Distrito Federal e presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae. Como senador da República, tenho me esforçado diariamente para divulgar o nobre trabalho dessas instituições, sempre com o comprometimento de ampliar o número de atendimentos e a abrangência dos serviços oferecidos.

O ano de 1946 foi um marco na história do Brasil. O País democratizava-se e, com isso, as forças políticas e sociais emergentes procuravam ocupar o espaço de liberdade que os novos tempos traziam. Mas o pano de fundo deste cenário mostrava um país pobre, atrasado e com fortes conflitos sociais.

Os mais lúcidos representantes do empresariado brasileiro perceberam que os novos tempos exigiam novos métodos nas relações entre capital e trabalho. A época em que a questão social era um caso de polícia estava superada. Esses empresários entenderam que somente mediante uma relação harmoniosa entre as forças produtivas o país teria condições de superar os graves problemas com que se defrontava.

Para encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentavam, as lideranças empresariais do comércio, indústria e agricultura reuniram-se na cidade de Teresópolis na Primeira Conferência das Classes Produtoras – I Conclap. Nessa reunião foi aprovada a Carta Da Paz Social, que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado. Começava a nascer assim uma iniciativa absolutamente inédita em todo o mundo e na história da relação entre capital e trabalho.

A proposta contida na Carta Da Paz Social foi submetida ao Governo Federal. E, naquele mesmo ano de 1946, no dia 13 de Setembro, o presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto-Lei nº 9.853 que autorizava a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio (SESC).

Seis décadas se passaram. E os resultados da atuação do SESC nesse período demonstram que as lideranças empresariais estavam corretas ao criarem uma entidade voltada para o bem-estar social e administrá-la e mantê-la com recursos próprios.

Hoje, o SESC está presente em todas as capitais do País e em cidades de pequeno e médio portes. Em muitas delas, é a única alternativa da população para serviços de educação, saúde, cultura, lazer e assistência social.

Creche, Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos, Pré-vestibular, Medicina Preventiva e de Apoio, Odontologia, Nutrição, Cinema, Teatro, Música, Artes Plásticas, Dança, Artesanato, Biblioteca, Esporte, Ação Comunitária e Assistência Especializada compõem o amplo leque de serviços que o SESC oferece aos trabalhadores do comércio de bens e serviços e à comunidade em geral.

Vou falar um pouco, agora, sobre o Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial). Com a missão de educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo, o Senac promove, há mais de 60 anos, o crescimento profissional e pessoal de milhões de brasileiros, por meio de uma vasta programação de cursos e atividades em 15 áreas de atuação.

Com centenas de ambientes educacionais de ponta e especializados, como, por exemplo, as empresas pedagógicas e as unidades móveis, o Senac está presente no Distrito Federal e em todos os estados, alcançando quase 2.500 municípios. Até hoje o Senac já prestou mais de 45 milhões de atendimentos.

Por tudo isso, o Senac é considerado referência nacional em educação profissional.

Sr^{as} e Srs., por último, e não menos importante, vou contar a trajetória do Sebrae.

O Sebrae surgiu em 1972 para estimular o empreendedorismo e desenvolvimento do Brasil.

Desde de 1972, o Sebrae, uma entidade privada e de interesse público, apóia a abertura e expansão dos pequenos negócios e transforma a vida de milhões de pessoas por meio do empreendedorismo. Estas são algumas das razões pelas quais o Sebrae tem uma missão clara e focada no desenvolvimento do Brasil pela via do empreendedorismo, facilitando a geração de emprego e renda.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade privada sem fins lucrativos que tem como missão promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte.

Os micro e pequenos negócios são essenciais para o desenvolvimento do Brasil, e é necessário que atuem em um ambiente institucional que estimule a criação de empresas formais, competitivas e sustentáveis. O Sebrae atua fortemente na busca desse ambiente, pois acredita que o desenvolvimento do país passa necessariamente pela geração de emprego e renda por meio do empreendedorismo.

No Brasil, de acordo com o IBGE, existem 14,8 milhões de micro e pequenas empresas – 4,5 milhões formais e 10,3 milhões informais – que respondem por 28,7 milhões de empregos e por 99,23% dos negócios do país. O trabalho do Sebrae nesse segmento transforma a vida das pessoas e auxilia o desenvolvimento sustentável de diversas comunidades, de forma comprometida com a construção de um país melhor e de uma sociedade mais justa e equilibrada.

Era o tínhamos a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos do dia 27 de fevereiro de 2008, iniciada às 14 horas e coordenada pela nossa competente Dr^a Cláudia Lyra, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.

Parecer sob nº 99, de 2008, do Relator revisor: Senador Tião Viana, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e adequação financeira e orçamentária, e no mérito pela aprovação.

(Sobrestando a pauta a partir de: 12.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 8.3.2008

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles (Sobrestando a pauta a partir de: 18.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 14.3.2008

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como

contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

Relator revisor: (Sobrestando a pauta a partir de: 23.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 19.3.2008

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que *institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 25.11.2007)

Prazo final (prorrogado): 21.3.2008

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior), que *aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.*

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad*

hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 38, DE 2004

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que *altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.*

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 50, DE 2006

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que *inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar.*

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, pela aprovação parcial, nos termos da Subemenda-CCJ (Substitutivo), que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 86, DE 2007

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro

Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob n.ºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda n.º 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda n.º 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

Parecer sob n.º 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição n.º 20, de 1999, com a Emenda n.º 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epiácio Cafeiteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Shessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição n.º 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

15

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N.º 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição n.ºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição

nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.*

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.* Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.*

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões: – de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e – de Assun-

tos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia)*.

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde)*.

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais)*.

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presi-

dente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior)*.

Parecer favorável sob o nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Eduardo Suplicy .

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho*.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela*.

Parecer sob o nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).*

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional dos Surdos.*

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional do Vaqueiro.*

Parecer favorável sob o nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator "ad hoc": Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.*

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns,

favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

REQUERIMENTO Nº 1302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque;

de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

37**REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

38**REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

39**REQUERIMENTO Nº 1242, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

40**REQUERIMENTO Nº 1494, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

41**REQUERIMENTO Nº 1495, DE 2007**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 21 horas e 2 minutos.)

Ata da 18ª Sessão Especial, em 28 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos e Gilberto Goellner

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 21 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.

Nos termos dos Requerimentos nºs 156 e 160, de 2008, de autoria dos Senadores Jayme Campos, Marconi Perillo e outros Srs. Senadores e Senadoras, passo, então, a anunciar o nome dos oradores que usarão da palavra.

Enquanto isso, vamos compor a Mesa dos nossos trabalhos, convidando, inicialmente, a Deputada Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro, para que componha a Mesa; o Sr. Giorgio Pinheiro, filho do nosso Colega Jonas Pinheiro; a Srª Giani Antonia Pinheiro, filha do nosso Jonas Pinheiro; o Senador Jayme Campos, na qualidade de subscritor do requerimento. E, ainda, convido o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que está aqui presente.

Na verdade, eu não estou me guiando aqui pelo Cerimonial. Eu estou me dirigindo, desta maneira, a todos os presentes, por saber da contribuição clara do Senador Jonas Pinheiro aos trabalhos da CNA, mas não sei efetivamente se algum diretor está presente neste momento. Aliás, fui informado de que está presente o Presidente da CNA, Dr. Fábio Meirelles.

Inicialmente peço desculpas, Dr. Fábio Meirelles, pelo pequeno pecado cometido pelo Cerimonial. Mas o maior pecado foi meu, porque eu gostaria de ter identificado logo V. Sª, tendo em vista que já nos encontramos em várias oportunidades, quando vi V. Sª agir sempre na defesa da nossa agricultura como dirigente da Confederação Nacional de Agricultura. Convido V. Sª a tomar assento à Mesa, o que nos dará grande honra.

Srªs e Srs. Senadores, autoridades que compõem a Mesa e que acabaram de ser nomeadas, foi

com enorme pesar que esta Casa recebeu a notícia do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido no último dia 19 de fevereiro.

Na verdade, tivemos de enfrentar, juntamente com seus amigos e principalmente com sua família, dias de intensa angústia porque o Senador Jonas Pinheiro foi acometido de uma doença que o levou à UTI e de lá ele não nos deu condições mais de convivência.

Deixa aqui no Senado um vazio impreenchível, assim como na vida política do Brasil e, sobretudo, na de seu amado Mato Grosso.

Para nós, seus colegas Senadores e para todos os funcionários desta Casa, fica a saudade do homem simples e afável, que aprendeu com seu pai que a honestidade e o trabalho devem ser as primeiras virtudes de um homem de bem.

Jonas Pinheiro era amado no Mato Grosso. Pude constatar isso quando, em companhia de 25 colegas Senadores, estivemos em seu sepultamento. Vimos a comoção popular, vimos o povo de Mato Grosso em sua casa, e a multidão tomava todas as ruas que circundavam a sua residência. Vimos como o povo chorou a morte de Jonas Pinheiro. Era o justo reconhecimento dos mato-grossenses ao trabalho incansável de um homem que se dizia “representante do lavrador no Senado”, representante do homem do campo.

Jonas Pinheiro era possuído desse amor pela sua terra, e isso se mostrou presente em todas as ocasiões, diuturnamente, no plenário e nas Comissões desta Casa, onde ele defendia, com conhecimento, é verdade, porque foi técnico agrícola, teve formação técnica nessa área. E me dizia, há pouco, o médico veterinário, o Sr. Josélio de Andrade Moura, que se encontra entre nós, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, da qual Jonas Pinheiro era um dos integrantes, fazendo parte da direção científica.

Além do conhecimento, o que se notava em Jonas Pinheiro era o ardor, o entusiasmo, a vontade de transformar uma realidade que ele via ser injusta: aquela em que vive ainda hoje o homem do campo. Então, ele não perguntava apenas por que, como dizia o escritor. Ele perguntava por que não? Por que não transformar aquilo? Por que não dar ao agricultor melhores condições de vida, de trabalho? Ele me disse várias vezes

que não entendia como se subsidiava o agricultor, o verdadeiro agricultor na sua tarefa diuturna.

Em 25 anos de vida parlamentar, militou assim, dessa maneira, defendendo a causa da agricultura. Eu já tive oportunidade de dizer à Deputada Celsita, na sua emoção, pode não ter observado, mas eu tive a oportunidade de dizer que me comoveu o fato de ter sido colega de Jonas Pinheiro na CPI do Endividamento Rural. Era comovente a maneira como ele trabalhava naquela CPI.

Eu não poderia deixar de assinalar que esse trabalho que a CPI realizou se constituiu numa base para que, depois, ele pudesse ser aqui, nas Comissões de Agricultura e na de Reforma Agrária, um defensor dessa causa. Travou uma batalha incessante, que terá, certamente, continuadores: a batalha de processos de renegociação das dívidas dos produtores rurais.

Era integrante da Oposição, membro do Partido Democratas, liderado pelo Senador José Agripino, mas se colocava na linha de frente para negociar com o Governo, em nome da agricultura e dos agricultores que viviam e que vivem ainda hoje esse penoso processo de endividamento rural.

Não tenho dúvidas de que os avanços conquistados têm a marca desse trabalho de Jonas Pinheiro. Grande conhecedor de todos os aspectos do agro-negócio, ele conseguiu construir um acordo entre os Ministérios da Agricultura e o da Fazenda, juntamente com outros Parlamentares, para prorrogar o prazo de amortização das dívidas e melhorar as condições de pagamento.

Portanto, não é apenas o Estado de Mato Grosso que chora a morte de Jonas Pinheiro. São todos os produtores rurais, as suas famílias, que devem ao trabalho dele tudo isso que se obteve ao longo dos anos, apesar de se saber que não foi muito e que é preciso fazer muito mais.

Talvez a melhor definição que eu possa encontrar para o colega e amigo derive de suas próprias palavras. Jonas Pinheiro era um lavrador da política! Como lavrador, trabalhou de sol a sol para defender seus ideais.

Não era um homem de discussões filosóficas nem usava aquele jargão técnico, apesar de ter sido um técnico. Era um homem de trabalho árduo que, com simplicidade e dedicação, arava o terreno na certeza de que depois colheria os frutos.

Em 13 anos de Senado, apresentou 59 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, em sua maioria versando sobre a agricultura e o meio ambiente.

Acreditava, como todos nós acreditamos, que estimular a atividade econômica do campo era a melhor

maneira de combater o êxodo rural, principal responsável pelo agravamento da miséria e pelo aumento da criminalidade nos grandes centros.

Fixar o homem no campo, por meio da geração de emprego e aumento de renda na agropecuária, era para ele a grande saída para as mazelas sociais do Brasil.

Portanto, ao homenagear Jonas Pinheiro, eu quero dizer a sua família do imenso pesar desta Casa por esta perda. Para todos nós, que fomos seus colegas, ele deixou essa impressão, essa certeza de que nós perdemos um homem que dedicou a sua vida ao trabalho em favor do homem do campo.

Quero contar até uma história que eu conto sempre e que contei lá em Mato Grosso, porque ela revela ao mesmo tempo todo o sofrimento do homem do campo e o humor com que ele enfrenta suas dificuldades. Foi uma história que ouvi com Jonas Pinheiro quando ele, na CPI do Endividamento Rural, foi abordado. Eu não me lembro exatamente onde, porque nós percorremos muitos lugares, um homem do campo disse a ele: "Olha, Senador Jonas, aqui não se trata mais as nossas mulheres por minha querida, as nossas mulheres nós não podemos mais chamá-las mais de minha... Nós só podemos chamá-la de amada, de querida, mas não podemos chamá-la de meu bem, porque, senão, o banco penhora".

Então, a partir dessa e de outras histórias, eu fiquei certo de que a identificação do homem do campo com ele era uma coisa maior do que a gente sentia aqui, até mesmo nos seus discursos. Por isso, eu faço questão de, nesta hora, na qualidade de seu colega, de seu amigo, mas de Presidente do Senado, dizer que o trabalho realizado por ele será sempre lembrado por nós, mas que será o trabalho realizado por ele, sobretudo, sempre lembrado por aqueles que estão no campo à espera de que possam surgir outros Jonas Pinheiros para defender a sua causa e a sua luta.

Muito obrigado. (Palmas.)

Registro a presença do nosso colega durante muito tempo Senador Maguito Vilela, hoje Diretor Vice-Presidente do Banco do Brasil; registro sua presença e sei que S. Ex^a sentado em uma dessas cadeiras vai se sentir tão bem como se estivesse sentado aqui à Mesa dos nossos trabalhos.

Peço ao Senador Jayme Campos que assuma a Presidência dos nossos trabalhos porque tenho que estar no meu gabinete para receber o Ministro Guido Mantega, que vem entregar ao Senado Federal o projeto de reforma tributária.

Peço desculpas à família se vou me ausentar, mas fica aqui um amigo, um companheiro do nosso Senador Jonas Pinheiro, que é o Senador Jayme Campos, que passa a presidir a sessão neste momento.

O Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Nós queremos conceder a palavra ao ilustre Senador da República Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente desta reunião em homenagem ao saudoso colega, amigo, e excelente Parlamentar Jonas Pinheiro; quero saudar o Senador Jayme Campos, que preside a reunião e agradecer também haver permitido que eu falasse no início desta reunião, em que lembramos a memória do inesquecível Senador Jonas Pinheiro.

Quero saudar também as presenças do Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. Josélio de Andrade Moura, Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, instituição à qual S. Ex^a pertencia e era membro do seu Conselho Científico; da companheira de toda vida de Jonas Pinheiro, a Deputada Celcita Pinheiro e seus filhos, o Giorgio e a Giani, Sr^s e Srs. Senadores, convidados ilustres, Senador Maguito Vilela, Sr. Presidente,

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, a política foi definida como Ciência, Virtude e Arte do bem-comum. Mais que uma profissão, diria, uma atitude de vida. Igualmente, a política tem um compromisso ético com as nossas convicções, de exercitar a virtude da paciência. É valorizar, também, a importância da convivência. Convivência, porém, não é sinônimo de concordar. Daí, respeitar a importância das convicções, mesmo, quando não são as nossas. Mas, como acredito na força das idéias, sempre entendi, que as nossas convicções não devem ser obstáculo para o diálogo e a transigência. Devemos, pois, buscar, sempre, entre aquilo que nos separa, aquilo que nos pode unir. porque, se queremos viver juntos na divergência, que é, frise-se – o princípio vital da democracia – estamos condenados a nos entender. Fazer política, também, servir e não servir-se.

O exemplo que Jonas Pinheiro nos deixou, cujo desaparecimento tanto, pranteamos, é, exatamente, isso: uma dedicação obstinada, no sentido de servir, não, somente, à sua comunidade, mas, ao País e às instituições. Ele foi exemplo de dedicação integral à política, fazendo da vida pública – como diria Joaquim Nabuco – uma ação missionária. E, para essa ação, ele se preparou, estudando, diuturnamente os problemas ligados à agricultura e à pecuária, que foram também temas a que ele se devotava com a dedicação quase religiosa.

Formado em Medicina Veterinária, posto que natural de um Estado – o Mato Grosso – cuja vocação

é sobretudo para o setor primário da economia, ele era um intérprete sempre atento daquilo que hoje se chama agronegócio.

Cedo, sabemos, revelou o lado de sua carreira profissional, mas cedo também revelou sua sensibilidade para a política.

Exemplo disso é a sua participação no Corpo da Paz, ensinando cursos de agricultura a jovens estudantes americanos destinada a ajudar o desenvolvimento da América Latina, África e Ásia, uma das iniciativas do idealismo do Presidente John Kennedy. Vários daqueles jovens a optar por viverem para sempre nos países ajudados, inclusive no Brasil. Jonas Pinheiro desenvolveu um excelente trabalho integrando grupo do Corpo da Paz.

Foi, posteriormente, Secretário do Interior no seu Estado, Deputado Estadual e, posteriormente, em três sucessivas Legislaturas, Deputado Federal e se elegeu duas vezes Senador da República, em cujos mandatos se dedicou integralmente à defesa das aspirações do seu povo, especialmente na busca de desenvolver a agricultura e a pecuária em nosso País.

Na minha longa convivência com Jonas Pinheiro, devo recordar também sua coerência de conduta política, sua verticalidade de caráter, que se transportava também para o território da fidelidade partidária, cujo exemplo foi a sua participação em nosso Partido, o Democratas, tendo, inclusive, falecido no exercício das elevadas funções de Secretário-Geral do Diretório Nacional.

Não posso, também, deixar de destacar o testemunho de família, que ele e sua querida companheira, também política, Celcita Pinheiro, deram a todos nós. Ressalto, as convicções religiosas do casal, inclusive como integrantes da Pastoral Parlamentar Católica e da ação social que desenvolvia em seu Estado.

“A fé – disse certa feita o apóstolo São Paulo na Carta aos Hebreus – é um modo de já possuir o que se espera; um meio de conhecer realidades que ainda não se vêem”.

Para nós cristãos, a vida não termina com a morte. “A morte – disse certa feita Alceu Amoroso Lima-, não é o contrario da vida; é o avesso dela”. Daí podemos repetir com Rui Barbosa que “a morte não extingue: transforma; não aniquila: renova; não divorcia: aproxima”.

O que nos cabe, pois, a todos nós – seus colegas, companheiros de Partido, seus amigos e admiradores – é dar continuidade às ações que ele desenvolvia, inspirados em seu robusto exemplo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Concedo a palavra ao ilustre Senador da República pelo Estado do Rio de Janeiro Marcelo Crivella.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Senador Jayme Campos, que preside esta sessão solene; Ex^{mos} Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras; senhoras e senhores familiares: Deputada Celcita Pinheiro, Giorgio Pinheiro, Giani Pinheiro; Sr. Flávio Meirelles, Presidente da CNA; em especial, quero agradecer à Senadora Kátia Abreu por, gentilmente, ter cedido a seu colega a oportunidade de prestar este elogio fúnebre. Ao Senador Maguito Vilela, saúdo com a saudade que S. Ex^a deixou em cada um de nós.

Sr. Presidente, no elogio fúnebre de São João Batista, nas palavras inesquecíveis e inimitáveis de Cristo, o evangelista escritor nos narra a cena simples e comovente na qual o Cristo nos fala do profeta que clamava no deserto, que se vestia com pele de camelo, que se alimentava de mel silvestre e gafanhotos e assim nos mostrava claramente que por amor a uma causa, por um ideal, por aquilo que se acredita, um homem vai aos limites da sua existência e entrega a própria vida no altar da devoção.

Sem querer traçar comparações entre a vida dos santos predestinados e a nossa, homens do povo, digo, no entanto, que aquele dom com o qual Deus unge os homens que não vivem para si mesmos, aquele amor obstinado a uma causa, a um ideal, a um princípio pelo qual se vive, luta e morre, de uma maneira misteriosa e esplendorosa, brilhava na alma e continha o ser do deputado, do senador, do servidor do povo, do amigo de todos, Jonas Pinheiro, cuja vida, tecida no estudo, no trabalho, na bondade e na inflexível determinação de defender a causa dos mais humildes, sobretudo do lavrador do seu querido Mato Grosso, foi um marco nesta Casa.

Até o último momento de sua existência, não se afastou do seu destino iluminado. Ao contrário, foi o político presente, atuante, enérgico, lúcido, moderado e eficiente. Morreu lutando. E o fim de sua trajetória não foi um melancólico crepúsculo. Foi radiante. A morte dos justos é a mão de Deus recolhendo o trigo que deu fruto aos celeiros celestiais. Corta-lhes a respiração, e voltam ao pó. Mas a sua alma rompe os horizontes sem fim da esperança, iluminada pelos clarões da eternidade, como os raios de sol que brilham sobre a lavoura de uma manhã sem nuvens.

Ele não temia a morte. Não prevaricou. Não esqueceu seus compromissos. Era o homem de sempre, o brasileiro das boas causas, que provou que a vida só vale quando é vivida na intensidade e na têmpera da forja dos ideais. Ideais que defendia com ardor imen-

surável, nas discussões no partido, nas comissões, no plenário, sempre com competência e extrema dedicação em prol do bravo Estado do Mato Grosso, o qual se orgulhava de representar.

Era um homem com idéias e ideais, com a simplicidade e o jeito modesto do agricultor.

Três vezes foi eleito Deputado Federal, duas vezes Senador. Jamais se afastou da sua origem, dos valores que vincavam sua índole e vocação, dos símbolos da terra que davam forma à sua maneira de ser.

Nasceu, viveu e morreu como homem do povo. Não abandonou a bandeira, o juramento e o altar onde estava a causa do lavrador. Era um guia, um líder que entendia as angústias do seu povo, compreendia as suas necessidades e sabia avaliar as imensas dificuldades que enfrentavam; um carismático, sábio e generoso que refletia em si mesmo as aspirações do povo que representava.

Não vou, Sr. Presidente, traçar aqui uma biografia esquematizada desse ilustre brasileiro. Outros o farão, com uma acuidade e um brilho dos quais eu não seria capaz. Gostaria apenas de assinalar que de cada etapa de sua existência se irradia uma lição de dignidade que enobrece a vida. Do menino pobre, filho de pescador, nos chega a imagem do bom filho e do estudante compenetrado e inteligente. Do médico veterinário remonta o amor à natureza, e do estadista, a probidade, a dedicação cega ao trabalho, o respeito à dignidade humana sobretudo e principalmente do homem do campo em tal linha de honraria que se tornou o apóstolo de sua vida.

Sua presença, nos corredores, nas comissões e no plenário desta Casa, inspirava sempre admiração e respeito. Jamais traiu a sua consciência e nunca e nunca se ouviu falar de um escândalo sequer que envolvesse seu nome. Homem simples, que trazia o cheiro do campo, o sorriso recatado e sóbrio, o olhar sem vaidade e as mãos rijas e firmes, como as de um camponês, que com golpes de tenacidade e bravura, rasga a terra para dela arrancar o sustento e a vida.

Na última vez em que esteve presente na Comissão de Ciência e Tecnologia, pouco antes de partir, ainda que fustigado pela doença que havia de lhe ceifar a vida, o Senador Jonas Pinheiro se apresentou para relatar um projeto de minha autoria, versando sobre a política nacional de sementes. Acompanhei de perto o episódio e verifiquei que ele foi cercado e assediado, como é comum na vida parlamentar, por um grupo no sentido de protelar a votação. Mas ele, parece que pressentindo que seria aquela a derradeira oportunidade que a vida lhe apresentava, mesmo diante dos apelos, fiel aos princípios que sempre defendeu, relatou, discutiu, votou e aprovou aquela matéria que

tanto lhe dizia respeito, que era do interesse legítimo de seu mandato e compromisso parlamentar.

Ali, naquele instante, naquele momento, naquele episódio derradeiro, pude contemplar o traçado da linha dos acontecimentos imprevisíveis e misteriosos do destino que cada um de nós tem. Ali se dava o último encontro do profeta com a profecia, do homem com a causa da sua vida. E mais uma vez cumpria o seu dever com uma autoridade que só ele tinha em temas dessa natureza.

O Brasil deve muito a esse filho ilustre, exemplo de vida pública e dos maiores do seu tempo.

No dia em que seu corpo era dado à sepultura, pairava sobre Mato Grosso uma tristeza imensa. Havia nos lares uma prece, na alma de seus conterrâneos uma lágrima e, em cada coração dos que o conheceram, um voto de pesar e de saudade.

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA(Bloco/PRB – RJ)

–Quando o Senado Federal, em sessão solene, presta o tributo da sua dor em homenagem ao extraordinário brasileiro, apresento, por honrosa delegação do Partido Republicano Brasileiro, ao Brasil, à família e aos amigos, nossos mais profundos sentimentos.

E, para concluir esse pronunciamento, Sr. Presidente, e celebrar a trajetória ilustre e o exemplo primoroso de dignidade e vida do Senador Jonas Pinheiro, não encontro outras palavras, se não aquelas que o apóstolo dos gentios pronunciou para definir o destino e a vida dos bravos: “Combati o bom combate. Acabei a carreira e jamais perdi a fé”. Mais não se podia dizer para definir a trajetória desse valoroso brasileiro. Ele foi um profeta do seu tempo, que sonhou, lutou e sofreu pelo povo que representou, serviu e amou. E, assim como viveu, ele partiu: modesto e moderado, com a certeza do dever cumprido, tranqüilo com a sua consciência e intemorato no seu coração.

Não faleceu, apenas fechou os olhos para enxergar melhor. Como um bom lavrador, plantou nesse mundo a boa semente e foi colher no céu os frutos do seu trabalho honrado. Que Deus o tenha, estimado e saudoso companheiro Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– A Mesa agradece a fala magnífica e extraordinária do Senador Crivella.

Concedo a palavra à ilustre Senadora da República companheira Kátia Abreu e convido para fazer parte da Mesa o ex-Governador, ex-Senador, atualmente Vice-Presidente do Banco do Brasil, companheiro Maguito Vilela.

A SRA. KÁTIA ABREU (DEM – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar V. Ex^a, que preside esta Mesa, Senador Jayme Campos, do nosso querido Estado de Mato Grosso, do Estado querido de Jonas Pinheiro. Cumprimento o Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil, Senador Maguito Vilela; minha querida amiga, Deputada Federal Celcita Pinheiro, esposa de nosso Senador Jonas, também uma guerreira, não só pela educação, pela área social do seu Estado, mas também pelo agronegócio brasileiro; a filha de Jonas Pinheiro, Sr^a Giani Pinheiro; Sr. Giorgio Pinheiro, irmão de nosso Senador; Senador Gilberto, que agora tem a difícil tarefa de substituir o nosso Senador; o Presidente da Confederação Nacional de Agricultura do Brasil, Fábio de Sales Meirelles; Deputados Federais; amigos de Jonas Pinheiro; servidores do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, quero cumprimentar todos, em nome de nosso bravo e querido Farnesi, que era o escudeiro-mor de nosso Senador; senhoras e senhores aqui presentes.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Senadores, familiares e amigos de nosso querido amigo, na atividade parlamentar existem aqueles homens e aquelas mulheres que, pela estridência com que defendem suas idéias, tornam-se conhecidos nacionalmente e chamam a atenção da sociedade para os temas em debate e para as decisões tomadas no Congresso Nacional, que afetam a vida de todos os cidadãos. Outros Parlamentares há que, embora muito ativos e consistentes em sua atuação, primam pela discrição.

O Senador Jonas Pinheiro pertencia a esta categoria de Parlamentares: incansável defensor da produção agrícola do seu Estado, Mato Grosso, foi Deputado Federal por três legislaturas sucessivas e se encontrava em seu segundo mandato de Senador. Sua discrição era inversamente proporcional à consistência de sua atuação parlamentar. Todas as vezes que subiu a esta tribuna foi para manifestar as mais urgentes e relevantes questões atinentes ao setor agropecuário.

E não pensemos, de modo enviesado, que se tratasse da defesa unilateral do agronegócio. De origem humilde, Jonas Pinheiro sempre se preocupou com o homem simples do campo.

O Senador Jonas Pinheiro afirmava que a solução das questões sociais do campo passava pela melhoria da qualificação do trabalhador e pelo aumento da oferta de empregos. Somente assim, dizia, o homem do campo poderá viver com o máximo de dignidade, sem ser explorado nem ludibriado por propagadores de utopias.

Jonas Pinheiro defendia suas idéias com a propriedade de quem nasceu e foi criado no campo. Desde cedo trabalhou a terra e com a terra. Primeiro, como técnico extencionista. Depois, desempenhando a profissão de médico veterinário e, mais tarde, na vida pública.

Conheci Jonas Pinheiro há muitos anos, mas nossos caminhos passaram a se cruzar com maior frequência quando presidi a Federação de Agricultura do Estado do Tocantins e, mais tarde, passei a integrar a diretoria da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, ainda no exercício do mandato de Deputada Federal.

Desde aqueles tempos, Celcita, tornei-me admiradora do trabalho e da pessoa de Jonas Pinheiro, por tudo o que ele conhecia e representava para o setor agropecuário, por sua dedicação e defesa das idéias desenvolvimentistas e, acima de tudo, por sua simplicidade intacta.

Por sua história de luta em favor da sociedade brasileira, o Senador Jonas Pinheiro, esse mato-grossense respeitado pela sua conduta e pelo seu conhecimento, merece a deferência de todos nós, seus Pares.

É lamentável que, no auge de sua vida pública, tenha sido o querido Jonas Pinheiro ceifado de nosso meio de forma tão abrupta. Mas temos o consolo da fé, que nos reanima a prosseguir, e temos a grande lição deixada por ele, um exemplo a ser seguido por todos nós.

Minhas homenagens a Jonas Pinheiro e minhas condolências a você, Celcita, aos seus filhos e netos, aos irmãos e a todos os familiares.

Gostaria ainda, Sr. Presidente, de aqui acrescentar que Jonas Pinheiro era associado à Confederação Nacional da Agricultura. Não se falava em nenhuma ação nesta Casa sem que todos nós não nos lembrássemos de Jonas Pinheiro como nosso salvador, como nosso porta-voz, como nosso defensor de todas as horas. A Confederação Nacional da Agricultura do Brasil, Celcita, deve muito ao seu esposo, ao Senador Jonas Pinheiro, que nunca se negou, em nenhum momento, a atender a casa que representa os agricultores do País.

Deputada Celcita, Presidente Jayme Campos, gostaria de pedir permissão para ler apenas dois trechos de uma bonita correspondência feita pelo Presidente da Federação da Agricultura do Ceará, que era um grande amigo, defensor e admirador de Jonas Pinheiro. Neste momento ele está em Fortaleza, na Federação da Agricultura, com os sindicatos rurais do Estado, com a diretoria da Federação, nos ouvindo, e gostaria muito de estar aqui, inclusive nesta tribuna,

fazendo esta homenagem ao querido amigo Jonas Pinheiro, a quem devemos tanto.

Vou, resumidamente, ler os três parágrafos desta carta, que quero entregá-la em suas mãos, para que você possa guardar como lembrança:

Senador Jonas Pinheiro, contrastando com sua compleição física, de temperamento manso, gentil nos gestos e no tom de voz, e de notória simplicidade, atributos que nos deixaram inteiramente à vontade ao primeiro contato e impressionado pelo seu vasto conhecimento acerca de tudo que dizia respeito aos Fundos Constitucionais de Investimentos e ao endividamento.

Jonas Pinheiro preocupava-se não só com o endividamento da região Centro-Oeste, do seu Estado de Mato Grosso, mas com a região Norte, com a região Nordeste, com o endividamento de todo o País. Ele foi o baluarte nesta Casa e no Senado Federal na defesa daqueles produtores injustiçados com os planos econômicos deste País.

Ainda segue Torres de Melo, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará:

A figura de Jonas Pinheiro agigantou-se e ultrapassou as fronteiras do Mato Grosso que tão bem representava, para transformar-se no Senador dos vinte Estados abrangidos pelos fundos constitucionais FNO, FNE e FCO. Senador Jonas, perdemos a sua convivência física, que muito fará falta ao Senado da República. Restou, no entanto, na memória de todos nós, o seu exemplo de homem público que dedicou toda a sua vida aos interesses maiores da Nação brasileira.

Diz ainda Torres de Melo:

Fica aqui, na voz da Senadora Kátia Abreu, a mais lídima representante de nossa categoria nesta Casa e sua natural sucessora, nossos sentimentos de imorredoura saudade.

Obrigada por tudo, Celcita. Obrigada por tudo que Jonas fez por nós. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Palavras magníficas que realmente expressam o sentimento da Senadora Kátia Abreu.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Lúcia Vânia, que falará pela Liderança do PSDB.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente Jayme Campos, que preside esta sessão solene neste momento; Deputada Federal Celcita Pi-

neiro, esposa do Senador Jonas Pinheiro; Giani Antônia Pinheiro, sua filha; Giorgio Pinheiro, filho; Senador Jayme Campos, representando toda a Bancada de Mato Grosso, abraçando-o, Senador, quero abraçar toda a Bancada do Mato Grosso. Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura; Senador Maguito Vilela, ex-Governador de Goiás e atual vice-presidente do Governo do Banco do Brasil; Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, convidados e amigos do Senador Jonas Pinheiro, venho à tribuna hoje, em nome do meu Partido, o PSDB, associar-me às homenagens ao nosso inesquecível colega e amigo, Senador Jonas Pinheiro, cuja morte deixou um enorme vazio no Senado Federal.

Nesses últimos dias, tenho atravessado o corredor do meu gabinete, que é o mesmo onde se localizava o gabinete do Senador Jonas, e sinto a falta de sua presença tranqüila, de encontrá-lo caminhando em direção ao plenário ou às comissões. Quantas vezes estive em seu gabinete para trocar idéias sobre a nossa região, o Centro-Oeste, que ele tanto amava e pela qual tanto lutou durante toda a sua trajetória política.

Sem sombra de dúvida, ele foi o grande representante dos interesses dos produtores rurais e da agricultura, incansável na defesa da redução das taxas de juros aplicadas aos financiamentos agrícolas.

A sua atuação na presidência da CPI do Endividamento Agrícola foi marcante e fez história nesta Casa.

Como representante do meu Estado, Goiás, eu quero aqui afirmar, Deputada Celcita, que Goiás também perdeu um Senador, perdeu um amigo, perdeu um companheiro, perdeu, sem dúvida nenhuma, o homem sensato nas horas tensas, que negociava com qualquer governo, independente de Partido. Foi o companheiro que nos ajudou a levar para a Região Centro-Oeste o Fundo Nacional de Irrigação. Foi responsável pelo grande instrumento de desenvolvimento da nossa região, o Fundo do Centro-Oeste. Foi responsável agora, neste momento, pela luta a favor da recriação da Sudeco.

Querida amiga Celcita, eu relato o projeto que recria a Sudeco. E, ao meu lado, ele, como Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, era o mentor, era o motivador de todos nós.

Há três dias eu tento levar em frente o projeto, mas não consigo, porque sempre que nós sentamos à mesa olhamos para o lado e sentimos que está faltando alguma coisa: está faltando ele. Ele, que foi, sem dúvida nenhuma, o grande motor da Região Centro-Oeste.

Hoje, quando penso no meu Estado, que cresce acima da média nacional, eu olho para aquela cadeira

vazia, onde durante toda semana nós fizemos questão de colocar um botão de flores para mostrar que para nós ele não morreu.

A Região Centro-Oeste, o Estado de Goiás, sem dúvida nenhuma, agradece. E sei que estou falando aqui em meu nome e em nome de Maguito Vilela, e em nome de todo o povo goiano, que nunca deixou de recebê-lo com todo carinho, com toda honra e com homenagens. E, naquele dia, quando acompanhada dos Líderes dos nossos Partidos, estivemos em Santo Antônio de Leverger, eu, que estive ali antes com ele, como companheira, como secretária nacional de assistência social, pude constatar como ele lutava pelo desenvolvimento e pelo crescimento da Região Centro-Oeste. Ele nunca deixou também de olhar pelos seus conterrâneos, da sua cidade de Santo Antônio de Leverger.

Para mim foi a coisa mais bonita a decisão que você tomou de enterrá-lo ali, porque ali estavam as suas raízes, ali ele passou momentos com o seu povo.

Representando o Partido, eu não posso deixar também de dizer que meus colegas de Bancada têm o mesmo sentimento que eu neste momento. Todos nós sabemos que nesta Casa não mais se falará de agricultura sem pensar em como Jonas agiria nessa ocasião. Tenho certeza de que ele deixa para nós um suplente digno, um suplente que vai dignificar esta Casa. E esse suplente, hoje Senador, que tem o mesmo princípio que o Senador Jonas, desfrutou da amizade dele em todos os momentos de sua vida. E eu quero desejar ao nosso novo Senador que ele seja aqui a âncora forte de que precisamos para defender a Região Centro-Oeste. Somos uma Bancada pequena, mas tenho certeza de que somos uma Bancada unida.

Estamos partindo para a reforma tributária. Quanta falta ele vai fazer ali! Quantas vezes eu estive no seu gabinete para que, juntos, pudéssemos defender a nossa região, para que não perdéssemos os nossos instrumentos de desenvolvimento. E eu tenho certeza de que V. Ex^a haverá de conduzir com toda propriedade esta nova missão que temos nesta Casa.

Por fim, eu quero deixar claro o nosso reconhecimento aqui a toda a família, aos amigos, e tenho certeza, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que esse reconhecimento significa muito para Celcita, que acompanhou a sua trajetória, sua companheira de todas as horas, companheira de luta e de sofrimento, porque todos nós na atividade política temos os nossos desafios, e você mais do que nunca teve um companheiro – um companheiro sereno, um companheiro determinado –, que em todos os momentos esteve ao seu lado, como você também esteve ao lado dele nos momentos de dificuldades.

Era assim o nosso Senador do Mato Grosso, que se definia como um político cuja grande luta seria sempre a favor de novas condições de trabalho para o homem do campo, visando proporcionar aos agricultores os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica – técnica essa que ele dominava com propriedade –; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, estradas; diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que dificultam diretamente a vida daquele que produz e aquele que consome.

Foram 13 anos de atuação nesta Casa, uma atuação discreta, como colocou aqui a Senadora Kátia, mas firme, serena, objetiva, marcante e respeitosa, com a qual o Senador Jonas Pinheiro angariou igualmente o respeito e a consideração de todos – Senadores, servidores, jornalistas e todos aqueles que tiveram a honra de estar com ele em algum momento de sua trajetória política.

Não vou dizer dos cargos que aqui ocupava, porque isso já foi dito, mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado perde um grande Parlamentar. O Brasil perde um representante cuja trajetória sempre primou pela ética e correção no trato da coisa pública. Perde a agricultura brasileira, meu Presidente da CNA, perdemos todos nós, seus amigos, que deixamos de contar com a sua presença serena e seus conselhos oportunos nas horas de crise.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero registrar que o companheiro Maguito Vilela representa neste ato também o Presidente do Banco do Brasil, Lima Neto.

Concedo a palavra, em nome do Democratas, ao nosso Líder José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos; Presidente Fábio Meirelles, da CNA; colega Maguito Vilela; Giorgio e Giani; minha querida amiga Celcita Pinheiro; eu esperava tudo em 2008, menos que este ano nos levasse Jonas.

Jonas tinha problema de coluna, e eu me preocupava com a coluna de Jonas. Eu lhe perguntava: “Como está a coluna?” Ele operou e disse: “Faz de conta que eu nunca tive”. Como é que eu poderia imaginar que Jonas viesse a morrer de parada respiratória?

Celcita, eu já fui, nesses trinta e poucos anos de vida pública, a muitos eventos fúnebres e a despedidas de líderes políticos, líderes de alto coturno. Muito poucos, muito poucos, tiveram a solidariedade, a franqueza, a sinceridade, a emoção que eu vi em Santo Antônio, na casa de vocês, com a presença do povo e com a presença maciça de colegas dele, Deputados e Senadores.

Eu digo isso com a franqueza de quem já foi Governador, Prefeito, Senador; de quem participou de tantos eventos e pode dar um testemunho.

Aquele encontro foi do tamanho do bem-querer que o povo de Mato Grosso e a classe política dedicam a Jonas Pinheiro. Esse é um momento duro, é um momento de homenagem, é um momento de pranto, mas é um momento de recordações, Giorgio. A sua mãe está emocionada; Giani também. Esses são momentos de cortar coração, mas são momentos em que cada palavra que é dita vai ser guardada para vocês recordarem o resto da vida, porque é um momento em que o Senado da República presta homenagem a um homem que cresceu junto com Mato Grosso.

Jayme, eu estive em Cuiabá, pela primeira vez, há vários anos. Eu a comparava com Natal, a minha capital, e achava Natal muito melhor. Eu achava Cuiabá uma cidade aquém da potencialidade do Mato Grosso. Voltei lá, com frequência, ultimamente. Como cresceu!

Como Mato Grosso e como Cuiabá cresceram! É a história do Estado se confundindo com a história de um homem que foi deputado, Deputado e Senador. O Estado e ele cresceram juntos, e a história dos dois eram coincidentes: é o agronegócio, é a agricultura, é a tecnologia agrícola, é a comercialização, é a luta no campo pela sobrevivência. E, nisso tudo, a figura de Jonas Pinheiro foi um protagonista fundamental para que Mato Grosso fosse o que é hoje: um grande produtor de carne, um grande produtor de grãos, um grande produtor de algodão. É um Estado que só está indo para a frente.

Celcita Pinheiro, você não participava das sessões do Senado. O seu marido ficava ali ao lado da Senadora Serys Shessarenko, atrás da Senadora Lúcia Vânia. Ele chegava, discreto, assentava-se ali, ouvia com muita atenção tudo o que se falava e votava discretamente. Agora, quando o assunto era agricultura, as atenções do Plenário se voltavam para aquele cantinho ali. Aí, era a “praia” de Jonas; aí era a opinião em que o Partido dele, da vida inteira dele, estabelecia como referência; aí era o Norte. Era ali atrás da Senadora Lúcia Vânia. Era a opinião que ouvíamos. Sabe por quê? Celcita Pinheiro, seu marido era um homem sério. Por isso ele defendia as causas da terra, mas ele era um homem sério. A Senadora Lúcia Vânia falou que, na renegociação das dívidas, na questão da tecnologia agrícola dos transgênicos, ele era um apaixonado defensor, mas não transacionava com a seriedade. Ele não colocava interesses de ninguém acima do interesse público. Quando ele defendia a renegociação das dívidas ou a comercialização, ele defendia o interesse coletivo de uma categoria que gera milhares de empregos neste País e que ele defendia por conhecimento de causa.

Ele, que tinha sido técnico agrícola, formou-se em Medicina Veterinária, era um homem do assunto, que cresceu junto com o assunto e por isso ele era, Fábio, respeitado dentro do Partido.

Ele vai fazer muita falta ao Mato Grosso, muita falta, Senador Gilberto Goellner! Eu não tenho nenhuma dúvida. Neste momento, as pessoas estão apenas sentindo a falta de Jonas, mas, com o passar dos anos, a experiência acumulada ao longo de uma vida inteira colocada em favor de um Estado vão fazer falta e vocês vão ter que se desdobrar: você, Serys, Jayme, vão ter que se desdobrar para ocupar o espaço que discretamente, sutilmente, sem disputar nem brilho nem espaço, ele ofereceu ao seu Estado para que pudesse crescer.

Mas, o que eu queria mesmo, Celcita, era prestar um depoimento sobre o homem de Partido. Eu vou aqui revelar uma coisa que o Brasil não sabe: ele foi o homem das grandes causas do campo, mas Jonas talvez tenha sido o homem que, no Partido, pela atitude que tomou, independentemente das pressões que sofreu, garantiu ao Partido a vitória na guerra pela CPMF.

Senador Eliseu, você participou de tantas reuniões de Bancada e ouviu os depoimentos que, com franqueza, o Senador Jonas fazia sobre os pedidos que ele recebia do Governador do Estado em favor das causas do Mato Grosso e das pressões que ele recebia para, em nome das causas do seu Estado, ter uma posição compreensiva com o desejo do Governo de manter a CPMF.

Você ouviu dizer, em diversas oportunidades, que ele era homem de partido. O Senador Jayme Campos acompanhou essa história do começo ao fim. Só não participou da última reunião, quando tanto se especulava que Jonas Pinheiro iria votar atendendo ao pedido do Planalto pela prorrogação da CPMF.

Tivemos, Rodrigo Maia, ele e eu, uma última conversa na antevéspera da votação no gabinete da Liderança. Quando ele chegou, manso, perguntei pela coluna dele, e ele respondeu: “Está boa. Parece que nunca tive coluna”. Sentou-se, conversamos afável e amigavelmente, e perguntei: “E a CPMF, Jonas?” Ele me disse: “O Governador me disse que fica assegurado isso, isso e isso para o meu Estado. Estou numa situação difícil, mas sou homem de partido. O que o Partido quiser, eu faço”.

Eu disse: “Jonas, fique certo de que as causas do Mato Grosso que o Governador lhe pede serão causas do seu Partido, e nós exigiremos, em qualquer negociação que se venha a fazer daqui para frente, que essas causas sejam causas do Partido, para que elas sejam cumpridas, independentemente de voto”. Ele disse: “Eu nem precisava ouvir essa sua opinião para

lhe garantir que o meu voto é do Partido”. E definiu: “O meu voto é do Partido e voto como o Partido quer. Eu fui a vida inteira desse Partido e não vou mudar. Se o Partido dá cobertura a que os pleitos do meu Estado sejam pleitos do Partido, fico mais confortável ainda perante o Brasil e perante o meu Estado”.

A partir dali, o Democratas, que foi o Partido que mais lutou para que a CPMF morresse, apresentou ao Brasil uma posição monolítica. Não tem defecção nenhuma, não adianta especular que A, que B ou que C vai votar assim ou assado. Não tem, ninguém vai mudar... Ninguém!

Sempre agiu com muita coragem, com muita determinação, com posição firme de homem com H maiúsculo, que merece o respeito do seu Mato Grosso e do Brasil. A partir daí, os nossos parceiros do PSDB estabeleceram também o “monolitismo” na posição deles. E os companheiros de outros Partidos, ancorados numa posição de perspectiva de vitória, garantiram ao povo do Brasil a vitória do fim da CPMF.

Porém, o seu marido, Celcita, foi talvez o brasileiro que mais pressão recebeu e o brasileiro que mais soube resistir às pressões, em nome do Partido. (Palmas.)

Era só isso que eu queria dizer, além de dizer que o Partido sente muita falta de Jonas. Muita.

Eu – você sabe disto, Celcita – sou amigo do casal e vocês são meus amigos. Demonstraram isso em algumas oportunidades de que eu não me esqueço nunca. Nunca!

Fique certa de que o Partido tem e vai continuar tendo um lugar especial para Jonas Pinheiro no rol daqueles que entendem de um assunto. Jonas Pinheiro entende de seriedade de propósitos, entende de agricultura e entende de espírito público e compromisso com o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Eu quero apenas dizer que fui testemunha de algumas das conversações que tivemos no nosso Partido em relação ao que o nosso Líder acabou de dizer. Realmente, é uma verdade. Jonas foi e sempre será um orgulho dos Democratas deste País.

Concedo a palavra à ilustre Senadora Serys Silhessarenko, uma das autoras do requerimento para a realização desta homenagem especial ao querido e saudoso Senador Jonas Pinheiro.

Na ordem dos inscritos está o Senador Marconi, autor também do requerimento. Após a palavra do Senador Marconi, falará o nosso querido Senador Gilberto; em seguida, o querido Senador Valter Pereira, que falará pela Liderança do PMDB; e, depois, o Senador César Borges.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, também autora do requerimento desta homenagem especial ao saudoso Senador Jonas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Senador Jayme Campos, que preside neste momento a sessão especial de homenagem ao nosso querido companheiro de Senado por Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro; querida Celcita, a quem não vou chamar nem de Secretária, o que a senhora é, nem de Deputada, vou chamar de professora, aquela colega que, com certeza, nos tempos em que trabalhamos na universidade, foi escolhida sempre pela sua competência para participar dos trabalhos do Núcleo de Pós-Graduação. Com certeza o atual Reitor, Prof. Paulo Speller, Olguinha, Artemis, Orestes, nós todos do Núcleo de Pós-Graduação tínhamos a maior confiança no seu trabalho, pela sua dedicação, pelo seu compromisso, pela sua responsabilidade, pela sua competência junto àquele Núcleo, no que diz respeito àquele trabalho que foi feito em acordo com o Estado. Então prefiro chamá-la de professora, porque eu também sou professora. Apenas estamos em outros cargos.

Nossa querida Celcita; nossa querida Giani Pinheiro, filha do nosso Senador; Giorgio, filho do nosso Senador; Senador Jayme Campos; Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento desta sessão; nosso Senador por Mato Grosso, Gilberto Goellner; Sr^{as} e Srs. Senadores; Deputados e Deputadas Federais; servidores – que com certeza sofrem muito também – do gabinete do Senador Jonas Pinheiro; senhoras e senhores, eu quero aqui, antes de iniciar a minha fala, dizer que a Senadora Ideli Salvatti, Líder do nosso Partido, ligou-me pedindo que falasse em nome dela, em nome da Liderança do Partido dos Trabalhadores, à família do nosso Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, esta sessão que homenageia o Senador Jonas Pinheiro, não tenho dúvida, representa para cada um de nós que dela participamos um momento de profunda consternação.

Jonas Pinheiro, pela absoluta dedicação com que cumpriu os diversos mandatos que o povo mato-grossense lhe delegou, é um político que sempre honrou o Parlamento.

Eu e ele sempre militamos em lados opostos, no que se refere às agremiações partidárias, mas quero iniciar esta fala destacando o profundo respeito que o ativo Senador Jonas Pinheiro sempre me inspirou. Todos são testemunhas, aqueles de Mato Grosso, a família dele, de que eu e o Senador nunca tivemos nenhum embate. Conversávamos muito, sim. Discordávamos muitas vezes – sentávamos lado a lado ali –, mas tínhamos sempre o maior respeito um pelo outro,

e nossas discussões sempre eram frutíferas, sempre faziam avançar os interesses de Mato Grosso.

Como eu disse, ele sempre nos inspirou grande respeito. O fato é que, ao longo dos 25 anos em que representou o povo de Mato Grosso no Congresso Nacional, muito fez pelo Brasil. É, portanto, um político que teve uma trajetória invejável, e desta já destaco a responsabilidade que recai sobre o nosso Senador Gilberto Goellner, ao sucedê-lo, de dar continuidade ao seu trabalho, de honrar no dia-a-dia a memória desse político exemplar que foi Jonas Pinheiro. Saiba, Senador Gilberto Goellner, que os agricultores, os pecuaristas, homens e mulheres que sustentam a vida no vasto interior de Mato Grosso esperam contar com o senhor, como sempre contaram com Jonas Pinheiro. Tenha certeza de que o Senador Goellner, o Senador Jayme Campos e eu, nós três, por Mato Grosso, temos um acréscimo de responsabilidade, professora Celcita. Não estou falando isso neste momento aqui por ser uma sessão especial. Já falei inúmeras vezes, após a perda do nosso Senador, para a imprensa de um modo geral. Sempre que me perguntaram, esta foi a minha fala: uma perda irreparável.

Aqui estamos nós para prestarmos nossas homenagens a esse lutador incansável, Jonas Pinheiro. Repito aqui: eu, o Senador Jayme Campos e o Senador Goellner, como componentes da Bancada de Mato Grosso, certamente sentimos um peso muito maior, já que convivíamos ali, naquele cantinho do plenário – como disse o Senador José Agripino há poucos minutos –, onde juntos sentávamos, compartilhando ações que pudessem redundar em benefício do povo de nosso Estado e de toda a população que ali vive e trabalha.

Tenho certeza, Senador Jayme Campos, de que jamais na história da política mato-grossense uma Bancada de Senadores teve tanta vontade de encontrar, como encontramos, pontos comuns na defesa dos interesses de Mato Grosso. O senhor, Senador Jayme Campos, é testemunha de todo esse empenho de Jonas Pinheiro, de Jayme Campos e de Serys Slhessarenko, que, embora de colorações partidárias diferenciadas, estávamos sempre ali na luta para buscarmos pontos comuns que pudessem vir a melhorar a situação do nosso Estado de Mato Grosso. Nosso tratamento sempre foi extremamente respeitoso e se encarregou de fazer com que, mesmo nas defesas antagônicas, o diálogo sempre prevalecesse.

A perda do Senador Jonas Pinheiro, neste momento em que este nosso Senado Federal tanto precisa de equilíbrio, tranquilidade e rapidez em suas decisões, é uma perda – como já disse aqui – irreparável, e temos muita consciência da falta que ele nos fará.

Tranquilo, calmo, muito quieto, mas, na hora necessária, determinado; falando, muitas vezes, pouco, mas dizendo muito naquele pouco que ele se pronunciava e sendo extremamente respeitado por todos.

Lendo sua autobiografia, destaquei um ponto que demonstra sua simplicidade, bem característica de nosso povo mato-grossense. Dizia o Senador Jonas Pinheiro: “Nos tempos de minha infância, e mesmo na minha juventude, vivendo entre pequenos agricultores e pescadores, jamais imaginei que o futuro me reservasse o privilégio de um dia poder estar num cargo de âmbito nacional, no qual eu pudesse ajudar de alguma forma aqueles conterrâneos, cujo trabalho, tão importante, é tão pouco valorizado” – palavras de Jonas Pinheiro. E eu digo: o Senador Jonas Pinheiro fez muito por Mato Grosso e muito pelo Brasil, usando como seu principal instrumento de ação o diálogo aberto e franco. Nunca foi homem de ações extremadas, tanto que não podemos relacioná-lo com aqueles setores mais endurecidos que construíram grupamentos rurais como a UDR. Nascido e fortalecido, sim, na Extensão Rural, é um exagero dizer que Jonas Pinheiro só pugnou nesta Casa pelo interesse dos grandes, porque ele soube muito bem estender a sua ação em favor dos pequenos agricultores, em favor dos assentados. Quantas vezes estive em palanque, Prof^a Celcita, no meio de grandes assentamentos da reforma agrária e de pequenos proprietários rurais e lá encontrei Jonas realmente defendendo os interesses daqueles pequenos e sendo ovacionado por eles, pela luta que sempre travou também em favor deles!

Desculpem-me, pois é difícil falar.

Por tudo isso, não vacilo em dizer, ao lembrar a figura do nobre Senador Jonas Pinheiro, que a memória que me fica é a de um homem bom, de um adversário que sempre soube polemizar nos marcos da democracia, afirmando, por isso mesmo, a cada dia, a importância dessa convivência democrática que ele tão bem praticava, Prof^a Celcita.

Jonas, como gostava de ser tratado, se dizia representante da agricultura nesta Casa, mas, na verdade, procurou trabalhar sempre em favor de todos, indistintamente, pois tinha a exata noção de que seu mandato não era apenas de um só setor, mas um mandato através do qual trabalhava em defesa de todos.

(Interrupção no som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mato Grosso, Sr. Presidente, perdeu um dos seus melhores filhos e, talvez, o que melhor discutia a política agrícola do País.

Fui ao enterro do Senador Jonas Pinheiro prestar minhas últimas homenagens, lá em sua terra natal, a

cidade de Santo Antonio do Leverger. Prof^a Celcita, eu não fui por obrigação de ofício, mas pelo imenso carinho que aprendi a ter, em nossa convivência, pelo Senador Jonas Pinheiro, e pude ver o tanto que era querido esse nosso amigo Jonas. Foram centenas, milhares de amigos, familiares e correligionários, uma entristecida e perplexa multidão que ocorreu à sua casa para prestar solidariedade à família. Todos se sentindo enlutados, todos se sentindo abatidos pelo desaparecimento de uma personalidade tão fraterna, tão presente, tão ativa. Lá estiveram políticos, empresários e líderes de vários setores, mas estiveram, principalmente, seus conterrâneos, homens e mulheres do povo que, aos milhares, sentiram e fizeram questão de prantear a sua saudosa memória.

Quero, portanto, desejar à sua família muita força e que sua companheira de tantos anos, Celcita Pinheiro, Secretária do Bem-Estar Social da Prefeitura de Cuiabá, possa ter a tranquilidade para confortar seus dois filhos, Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antônia Pinheiro de Moraes, na certeza de que os milhares e milhares de amigos e correligionários de Jonas Pinheiro se ressentem, nesta hora, da mesma dor.

Quero registrar, neste plenário, o que talvez muitos não saibam. No dia do seu falecimento, pela manhã, às nove horas, abrimos, com a minha presença na Mesa, e os representantes dos países que compõem o Fórum de Parlamentares Internacionais do G-8+5, composto pelos oitos maiores países em termos de desenvolvimento de riqueza do mundo e mais China, Índia, África do Sul, México e o Brasil, além de cinco países da África, se levantaram, com a presença do nosso Presidente, Senador Garibaldi, e fizeram um minuto de silêncio pela falta, pelo falecimento do Senador Jonas Pinheiro. Ele foi reverenciado pelo mundo na presença de todas as missões aqui presentes no Brasil do G8+5, e em muitos momentos, praticamente todas as missões, ao tomarem a palavra, durante dois dias, se pronunciaram sempre trazendo sua homenagem a esse nosso Senador, falando dessa perda para o Senado da República.

Nossa homenagem à querida família do nosso Senador Jonas Pinheiro.

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra, conforme a lista de inscrição, ao ilustre Senador Marconi Perillo, um dos autores do requerimento desta sessão especial.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente desta sessão especial, Senador Jayme Campos, Exm^a Sr^a Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro, Ilm^a Sr^a Giani Antonia Pinheiro e Sr.

Giorgio Pinheiro, filha e filho do Senador Jonas, Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que nos honra com a sua presença, Senador Maguito Vilela, vice-Presidente do Banco do Brasil, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados ilustres aqui presentes, logo que tomei conhecimento do falecimento do querido amigo, colega Jonas Pinheiro, tomei a iniciativa de apresentar um requerimento propondo, ao lado de outros companheiros, esta sessão solene que homenageia o amigo Jonas Pinheiros.

A Senadora Lúcia Vânia já falou aqui a importância de Jonas Pinheiro para Goiás, não só para o Mato Grosso, mas para Goiás, para o Centro-Oeste, para o Brasil. O Senador Jonas Pinheiro, ao longo desses últimos anos, dessas últimas décadas, foi uma verdadeira âncora na defesa dos interesses da agricultura, da pecuária, do agronegócio, participando de todas as lutas para que houvesse soluções para gravíssimos problemas enfrentados pelo homem do campo, pelo trabalhador do campo, que ajuda a colocar comida na mesa dos brasileiros.

Jonas Pinheiro estava agora concluindo uma negociação importantíssima para o setor rural, que, certamente, vai desafogar o produtor rural brasileiro em relação às suas dívidas. Jonas Pinheiro era um defensor intransigente do seguro rural e de uma série de outros benefícios para a agricultura brasileira. Assim, nós o homenageamos aqui convictos de que estamos tomando uma iniciativa extremamente justa em relação ao grande brasileiro Senador Jonas Pinheiro.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao nos reunirmos nesta sessão solene em homenagem ao saudoso Senador Jonas Pinheiro, não poderíamos deixar de ressaltar duas características exemplares desse Parlamentar de quem teremos a eterna lembrança e também de quem seguiremos os exemplos. O Senador Jonas Pinheiro marcou a vida pelo espírito de simplicidade no modo de agir e tenacidade na maneira de defender o homem do campo e o produtor rural.

O filho de pescador, nascido em 22 de janeiro de 1941, em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Marconi Perillo?

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Só um instante...

Ele encontrou o sucesso na vida pessoal e política não só pelo caminho dos livros, mas também por extrema sensibilidade e capacidade de ouvir as pessoas e se aliar às causas justas.

Com prazer, concedo um aparte ao Líder da minha Bancada, Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Perillo, é duplamente feliz para mim poder prestar

homenagem ao Senador Jonas Pinheiro e fazer isso tendo como instrumento o seu discurso. Eu gostaria muito de fazer um breve depoimento sobre um companheiro tão querido, uma figura tão próxima da sinceridade, tão justa nas suas avaliações, com quem eu concordava em quase tudo no que se referia à sua luta pelo agronegócio. Discordei dele uma vez, no episódio do Código Florestal, por razões de divergências em relação à política ambiental, mas eu sempre recorria a ele até me poupando o trabalho de pensar. Em assuntos ligados ao agronegócio, eu perguntava a duas ou três pessoas da Câmara: Luiz Carlos Heinze, Lupion, Caiado... Aqui, no Senado, eu dizia: Jonas, para onde nós vamos? Ele falava: é para cá, é para cá, vamos juntos. Figura absolutamente correta. Foi meu colega de Câmara, meu adversário na Câmara, mas sempre leal, sempre respeitado. Aqui, no Senado, um companheiro. No último episódio, aquele da CPMF, as especulações eram terríveis: “ah, porque o Jonas não vota, porque o Jonas vai receber pressão daqui ou de acolá”. E o Jonas, simplesmente, quieto como era o feitio dele, cumpriu com o seu dever de lealdade ao seu Partido, ao Bloco das oposições, e deu aquele voto, silencioso, mas firme, como silenciosa e firme era sua vida. Fui aos seus funerais. Encontrei sua esposa, nossa querida Deputada, encontrei companheiros meus e falo em nome também, assim como V. Ex^a, dos nossos companheiros do PSDB, Senador Antero de Barros, Prefeito Wilton Santos, Deputada Thelma de Oliveira. Encontrei pessoas muito humildes, cercando o caixão de um homem muito humilde, muito seguro de si, portanto, vitorioso na vida, vitorioso na vida empresarial, vitorioso na vida parlamentar, na vida política, extremamente humilde na sua forma de ser. Eu vi pessoas do povo, percebi a comoção na sua pequena e querida cidade. Agora, estamos aqui tentando cobrir essa lacuna. Eu gostaria muito de desejar a toda família o máximo de resignação, porque eu sei que foi muito brutal o que aconteceu: de repente, Jonas se interna e não fala com mais ninguém, o que é algo realmente comovente. Obrigado.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio as palavras respeitadas, carinhosas ao nosso homenageado e incorporo ao meu pronunciamento esse seu aparte.

Sr. Presidente, para o menino que cresceu em meio aos lavradores e pescadores, a carreira política vencedora não fazia parte da realidade cotidiana e até mesmo dos sonhos da infância no interior. Era algo distante das brincadeiras de meninos de pé no chão e pipa na mão, decerto vivenciadas também por muitos de nós neste plenário.

Compreender os primeiros passos de nosso saudoso colega é compreender também a essência da personalidade desse ilustre político, desejoso, desde o início da carreira como Deputado Federal, em ver no campo as mesmas condições para o progresso e desenvolvimento nas cidades.

Se o jovem encontrasse meios de sobrevivência digna e perspectivas de realização pessoal na área rural, não se veria levado pelo êxodo, não se veria tragado pela cidade grande. Para o Senador Jonas Pinheiro, era preciso modernizar o interior, criar condições e perspectivas para os jovens nascidos nos distantes rincões deste imenso Brasil.

O caminho para o progresso das zonas rurais estava num compromisso com o desenvolvimento permanente e com a implantação de serviços de base. Para o nobre Senador, sempre foi necessário proporcionar aos agricultores e pecuaristas os meios e os instrumentos de produção; prestar-lhes assistência técnica; dar-lhes escolas, hospitais, crédito, seguro, estradas e diminuir, senão suprimir, os altos tributos que recaem sobre a produção e que a dificultam diretamente.

Jonas Pinheiro acreditava que, para o progresso, deveria haver uma simbiose entre a cidade e o campo. Como está assentado em sua autobiografia, “se forem pelo menos diminuídos os problemas do campo, os da cidade serão mais facilmente resolvidos, porque, na sua maioria, eles foram causados pelo enorme êxodo do homem do campo para as periferias das grandes cidades. Com condições de trabalho e renda no campo, muitas dessas pessoas voltariam para a sua terra natal. E, mesmo que se tenha de resolver concomitantemente os problemas do campo e da cidade, as soluções para isso não exigem cálculos mirabolantes, nem números quânticos, nem silogismos dialéticos ou considerações metafísicas”.

É baseado nessa premissa que nosso homenageado definiu o sentido de seu trabalho como político e Senador, ao dizer: “Minha luta, portanto, tem sido para impedir que os agricultores e os trabalhadores rurais sejam explorados e humilhados, que os grandes arrebatem as terras ou produto de seu trabalho. Enfim, coloquei sempre em primeiro lugar o homem, o trabalhador, com seus problemas, suas necessidades e seus anseios, e não descurei jamais de outras questões de interesse vital para a economia do Estado, que formam, por assim dizer, a base de sua estrutura e de seu progresso”.

A percepção do Senador Jonas Pinheiro sobre a realidade do homem campestre era invejável, sobretudo na capacidade de antever soluções simples para um

povo simples, um povo desejoso de escolas, hospitais, moradia e vestuário, mas, acima de tudo, um povo em busca de um trabalho digno e diuturno.

A perda do Senador Jonas Pinheiro significa muito mais para o Senado, para Mato Grosso e para o Brasil, porque quem nos deixou foi um defensor das grandes causas, um bravo lutador, simples, mas tenaz, combativo, em todos os momentos da sua vida.

O que fazemos hoje nesta sessão solene do Senado Federal revela-se, portanto, Sr. Presidente, apenas como mais uma singela homenagem a quem foi reconhecido nas mais diversas instâncias do poder pelo mérito e, principalmente, pela honradez.

Somamos nossos aplausos aos inúmeros títulos de cidadão honorário recebidos em diversas cidades de seu Estado natal, às comendas da Ordem do Rio Branco, de São José Operário, do Mérito Judiciário do Trabalho, da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, de Gran Mestre de La Orden Del Condor de Los Andes da República de Bolívia, entre outros tantos.

Somamos nossas homenagens a centenas de cidadãos – milhares –, que, em coro uníssono, acompanharam o Senador Jonas Pinheiro até a última morada, cantando uma marcha carnavalesca composta para o filho ilustre do Santo Antônio do Leverger que partia.

Temos certeza de que o Senador Jonas Pinheiro deixa um legado de companheirismo à sua esposa Celcita Pinheiro, aos seus filhos, com quem sempre pode contar ao longo da trajetória política, e uma herança de bons exemplos aos filhos Giorgio e Giani e a todos os seus familiares.

Que Deus ilumine o nosso querido Senador Jonas Pinheiro na sua derradeira jornada.

Muito obrigado a todos.

A nossa homenagem sincera e emocionada ao Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa agradece a V. Ex^a, Senador Marconi Perillo.

Quero conceder a palavra ao ilustre Senador e companheiro Gilberto, que certamente tem a missão de bem substituir o valoroso e operoso Senador Jonas Pinheiro, para bem representar o povo mato-grossense neste Senado Federal.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ex^ma Sr^a Celcita Pinheiro, Sr^a Giani e Sr. Giorgio, filhos; Ex^mos Senadoras e Senadores; Senadores Jayme Campos, Serys Shessarenko e Kátia Abreu,

autores do requerimento desta sessão; Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Deputados Federais; senhores servidores do gabinete do Senador Jonas Pinheiro, em nome do Dr. Paulo Farnese, homenagem todos; senhores representantes de entidades aqui já enunciadas, eu gostaria de fazer uma menção especial à Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão, representada pelo seu Diretor, Carlos Ernesto Augustin, à Aprosmat, Associação dos Produtores de Sementes do Estado de Mato Grosso, representada pelo seu Presidente, Dr. Elton Hamer, e ao Vice-Presidente da Aprosoja, recente entidade defensora de todo o setor de soja do Estado de Mato Grosso, Dr. Ricardo Tomczyk.

Em 2005, assumi, nesta Casa, na condição de seu primeiro suplente, a cadeira do Senador Jonas Pinheiro, que se licenciara para tratamento de saúde. Foi uma experiência muito enriquecedora para mim. Trabalhei num ritmo diferente do meu, conheci de perto o processo legislativo e tive a oportunidade ímpar de me relacionar no Congresso e no Poder Executivo. Vi e senti o elevado espírito democrático que paira no Senado e o respeito e a solidariedade que existem entre os Senadores. Esta homenagem é a demonstração cabal dessa postura.

Portanto, hoje não sou um novato no Congresso Nacional. Conto com a vivência que aqui já tive para cumprir, com denodo, a herança que acabo de receber com o falecimento do Senador Jonas Pinheiro, um companheiro de partido político, mas principalmente um amigo sincero e de muitos anos.

A responsabilidade de substituí-lo é enorme. Ele foi um homem que se projetou pelo trabalho dedicado e competente, e por não deixar de ser simples, apesar de grande. Esse foi seu trunfo.

Volto ao Senado Federal desta vez para cumprir o restante do mandato que o Senador Jonas Pinheiro detinha. Sem abandonar minhas próprias características e minhas convicções, quero tomá-lo como exemplo e continuar o seu trabalho em prol da agropecuária, do homem rural brasileiro e do Estado de Mato Grosso, como ele fazia incansavelmente.

Sempre fui um admirador do Senador Jonas Pinheiro. Desejo, então, prestar-lhe aqui, com o meu trabalho e a minha dedicação, a homenagem a que ele tem direito pelo muito que fez e pelo belo exemplo de homem público que foi.

Quero também manifestar à Deputada Celcita Pinheiro e a seus filhos, Giani e Giorgio Pinheiro, bem como a todos os familiares do Senador Jonas Pinheiro, neste difícil momento de luto por que passam, o

meu pesar pelo falecimento desse ente querido, os meus respeitos e a minha inteira solidariedade.

Jonas Pinheiro, onde quer que esteja – e acredito que, pelo seu exemplo de vida, esteja junto a Deus –, receba o meu preito de gratidão pelo que me ensinou dessa arte que é exercer a política, e o meu preito de amizade pela camaradagem que nos uniu durante tantos anos, a minha admiração pela pessoa honrada que ele sempre foi e o meu respeito pelo seu inesquecível trabalho.

O artigo do Diretor-Geral desta Casa, Sr. Agaciel Maia, por ocasião do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, que foi amplamente divulgado entre todos os Parlamentares e funcionários e que teve uma repercussão muito grande na mídia do Estado de Mato Grosso, demonstra a sensibilidade dos servidores desta Casa diante da morte de um Parlamentar atuante e probo. Em vista disso, solicito ao Sr. Presidente da Mesa que determine que se registre nos Anais desta Casa essa manifestação sincera e calorosa do Diretor-Geral do Senado Federal, ao qual ficam penhoradamente agradecidos os parentes e os amigos do Senador Jonas Pinheiro.

Tomo aqui a liberdade ainda de citar o trecho pronunciado por Jonas Pinheiro e que, certamente, resume, de maneira clara, a sua simplicidade e os princípios que nortearam a sua vida e a sua atuação política. Gostaria que a câmera da TV Senado focasse a frase que fica ali atrás, projetando a figura do Senador, na qual ele falava:

“O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia desesperadamente por dignidade.”

Dito isso, prometo aqui, diante de todos, que me desdobrarei em dedicação ao trabalho parlamentar para cumprir todos os compromissos que o já saudoso Senador Jonas Pinheiro fez com esta Casa e com os produtores rurais e com todos os segmentos em que, modernamente, esse setor se divide e, por conseguinte, com todos os brasileiros.

Que Deus nos abençoe a todos.

Muito obrigado. (Palmas.)

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILBERTO GOELLNER EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o §2º, do Regimento Interno.)

Jonas Pinheiro: ética e simplicidade em defesa do campo**Agaciel Maia (*)**

O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia, desesperadamente, por dignidade. (Jonas Pinheiro)

A passagem acima, extraída de uma autobiografia do Senador Jonas Pinheiro revela bem o caráter do homem simples que era e o seu compromisso com o bem-estar do povo. O nosso eterno Senador Jonas Pinheiro foi um político que tomou a questão do campo como baliza principal de sua vida parlamentar. Sempre valorizou o papel do setor agropecuário, reconhecendo sua importância para a vida econômico-social do País. Para Jonas Pinheiro, “se forem pelo menos diminuídos os problemas do campo, os da cidade serão mais facilmente resolvidos, porque, na sua maioria, eles foram causados pelo enorme êxodo do homem do campo para as periferias das grandes cidades”.

Aos olhos deste grande brasileiro, a vontade política, era fundamental para a superação dos problemas nacionais. Homem de poucas palavras, mas de ação enérgica e comprometida, renegou o palavreado fácil, no enfrentamento dos problemas de renda e emprego no campo, sobre o quais disse que “não se melhoram condições de vida de um povo apenas com frases de efeito ou com boas intenções. Devem ser postas de lado a retórica, as especulações abstratas, a declamação demagógica, e tomadas, com firmeza e conhecimento de causa, medidas severas e plausíveis, a fim de sanear esse descompasso que está havendo entre o trabalho e a renda do campo, a fim de que os problemas ali existentes sejam enfrentados com objetividade.”

Por isso mesmo, como Deputado Federal e como Senador, Jonas Pinheiro marcou a vida no Parlamento pela atenção aos trabalhadores do campo, sob a concepção clara de que eles é que verdadeiramente produzem o nosso alimento. Lutou contra o êxodo rural e dedicou seu tempo para tornar a vida no campo mais produtiva e mais atraente. Dizia Jonas Pinheiro que “a população rural, composta de donos de terra e de empregados rurais, cresceu mais do que o serviço de mão-de-obra no campo pôde utilizar. Assim, os mais jovens demandaram às grandes cidades do estado e até de outras regiões do País, em busca de trabalho e de uma vida mais promissora.” Nessa arena de afirmação do campo e do homem rural, Jonas Pinheiro sempre defendeu uma política creditícia diferenciada para a agricultura, seguida de redução da carga tributária para o setor.

O Senador Jonas Pinheiro participou ativamente do processo legislativo. No Senado, são da sua autoria 60 proposições, entre as quais a Lei nº 9.974, de 2000, sobre a destinação das embalagens vazias de agrotóxicos e dos produtos apreendidos, impróprios para a utilização; e a Lei nº 10.787, de 2003, que prorroga o prazo da ratificação das concessões e alienações de terras estaduais em faixas de fronteira. Além disso, atuou como relator em proposições de importante cunho social, como a Lei nº 11.446, de 2007, sobre o parcelamento de imóveis rurais para a agricultura familiar, e a Resolução nº 57, de 2003, que autoriza a cessão para cobrança, da dívida ativa dos municípios.

No Senado Federal, tivemos o privilégio de conviver com esse grande homem, que orgulha o Brasil e o Mato Grosso, seu Estado de origem e que o Senador Jonas Pinheiro tão bem representou. Juntamo-nos todos, na saudade e no sentimento de perda, à Deputada Celcita, esposa do Senador, e aos seus filhos, Giorgio Pinheiro e Giani Antonia. Esta singela homenagem demonstra o nosso mais profundo respeito pelo legado exemplar deixado pelo Senador Jonas Pinheiro, sempre pautado pela ética na conduta, pela simplicidade nas palavras e pela eficácia nas decisões. As sementes plantadas por Jonas Pinheiro em defesa do meio rural, principalmente em defesa de gente simples, como ele, vão continuar a crescer e a dar doces frutos, por muitos e muitos anos.

(*) Agaciel Maia é diretor-geral do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa vai acolher a solicitação de V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner.

Concedo a palavra, para falar em nome da Liderança do PMDB, ao ilustre Senador da República pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Sr^{as} e Srs. Senadores; ilustres convidados; Senador Maguito Vilela; Sr. Fábio, que está aqui representando a Confederação Nacional da Agricultura; Deputada Celcita, esposa do homenageado; Giorgio e Giani, filhos do grande Jonas Pinheiro; a Liderança do PMDB, por meio do Senador Valdir Raupp, designou-me para representar o meu Partido nesta solenidade. O mesmo fez o Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura, da qual faço parte e onde era colega do eminente e inesquecível Senador Jonas Pinheiro.

É claro que eu não poderia deixar de cumprir esta missão, até porque, como representante de Mato Grosso do Sul e vizinho do vetusto Mato Grosso, do qual Mato Grosso do Sul se originou, temos um vínculo de amizade que há muitos anos nos une. O Senador Jonas Pinheiro, em um período de sua vida, morou em Campo Grande. Aqui, era meu vizinho também. Eu sentava ao lado do meu companheiro e amigo Jayme Campos, compartilhando o mesmo espaço com o Senador Jonas Pinheiro. De sorte que, por muitas vezes, tivemos oportunidade de discutir os problemas da política brasileira, da política de Mato Grosso e da política de Mato Grosso do Sul. Ele sempre indagava sobre Fulano, Beltrano e Sicrano, da mesma forma que me informava sobre o que acontecia no velho Mato Grosso, onde tive oportunidade de exercer o mandato de deputado estadual, na Assembléia Legislativa, na última legislatura que antecedeu a divisão daquele grande território.

Os que me antecederam todos já falaram bastante sobre a personalidade, sobre a dedicação ao trabalho, sobre a fidelidade que o Senador Jonas Pinheiro sempre devotava às causas que abraçava. Indiscutivelmente, o Senador Jonas Pinheiro granjeou a amizade desta Casa pela sua simplicidade, pela sua lealdade, mas granjeou o respeito por sua determinação e dedicação à causa pública.

Eu não posso deixar de reconhecer uma grande virtude da democracia em momento como este. A democracia é um regime que assegura a participação efetiva do povo nas grandes decisões.

Vejam o que a democracia produz: oportunidade a um filho de pescador, de um homem que veio do campo, que conheceu as agruras, a rudeza da vida

campestre, de alçar os cargos mais importantes em seu Estado e na Federação. E o Jonas foi esse filho do pescador que virou Senador. E aqui, no Senado, durante o exercício de seus mandatos, não arredou o pé, seus compromissos e pensamentos das causas do campo, das causas do setor produtivo de nosso País. Esteve sempre atento ao que acontecia em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul e no Brasil, porque, na verdade, a causa que ele abraçava transcendeu, e muito, os umbrais de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, porque a agricultura é efetivamente uma causa do povo brasileiro. A agricultura é um motor que alavanca a economia de nosso País. E, portanto, quando ele abraçava essa causa, transcendia as barreiras de nosso Estado e atendia aos reclamos de todo o nosso País. E, quando vamos investigar a vida do nosso homenageado, para ter autoridade na locução que vamos fazer, deparamo-nos com uma coerência extraordinária, do começo ao fim de sua vida pública, de sua atividade parlamentar.

Qual foi o primeiro pronunciamento que Jonas Pinheiro fez aqui desta tribuna, aliás destas duas tribunas, que ele sabia freqüentar sempre para defender as causas de seu Estado e de seu País? Por quase 300 vezes, Fábio, ele esteve ocupando estas tribunas para defender essas causas.

Qual foi o primeiro pronunciamento dele? Isso, em fevereiro de 1995, se não me engano. Ele veio à tribuna para anunciar a apresentação de um projeto que dava destino às embalagens de agrotóxicos – que até hoje é uma luta de todos os ambientalistas do País e é uma luta que se faz junto com a agricultura. Assim, ele inaugurou a participação que teve em sua luta no Senado Federal.

Portanto, era um homem que tinha uma determinação muito forte com essa causa. Ele preconizava o desenvolvimento da agricultura e a exploração do solo para produzir riquezas, mas com observância da saúde de quem trabalhava e do meio ambiente. Era um homem que encarava essa atividade com responsabilidade, e, até o fim de sua vida, sua luta foi essa.

Assim, a homenagem que hoje o Senado presta ao Senador Jonas Pinheiro é das mais justas: foi um homem exemplar, com sua humildade, simplicidade, mas determinação, coerência, pertinácia e dedicação à causa pública.

Indiscutivelmente, temos de reconhecer que o nosso saudoso e inesquecível amigo deixa aberta uma lacuna muito grande na política brasileira e no Senado Federal. Temos a esperança e a convicção de que o seu substituto, que neste momento preside esta sessão, Senador Gilberto, haverá de preencher-la com competência, porque, quando Jonas o escolheu,

tinha a convicção de que, em sua ausência, ele teria de ter uma pessoa com seu perfil e com a responsabilidade que sempre devotou à causa pública para substituí-lo.

Portanto, Deputada Celcita, V. Ex^a, que aqui hoje comparece a esta sessão com o coração ferido, saiba que nesta Casa a memória dele será inesquecível, como inesquecível também aquela cena, a que eu tive oportunidade de assistir em Santo Antônio do Leverger. Quando cheguei próximo ao esquife, comentei com um colega que estava junto a mim que, se precisássemos realizar uma sessão do Senado Federal, ou do Congresso Nacional, já teríamos quórum suficiente, porque a amizade de que ele desfrutava arrastou para Cuiabá e para Santo Antônio do Leverger o Congresso quase todo.

Foi uma homenagem que, efetivamente, emocionou todos os Senadores que estavam ali presentes e que foi muito bem traduzida aqui hoje pela Senadora Lúcia Vânia, que falou da relação que ele tinha com a região Centro-Oeste. A região Centro-Oeste foi, indiscutivelmente, a mais prejudicada com a sua perda, mas esperamos que seja recompensada com o trabalho de seu substituto, Senador Gilberto, que preside esta sessão.

Minhas homenagens, em nome do PMDB; minhas homenagens, em nome da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; e minhas homenagens, em nome do Mato Grosso do Sul, que represento neste Congresso, ao nosso Estado-Irmão, que perdeu Jonas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Valter Pereira, o Sr. Jayme Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Gilberto Goellner.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Dando continuidade, de acordo com a ordem de inscrição, convidamos para falar o Senador Jayme Campos, do Estado de Mato Grosso, um dos subscritores do requerimento que propôs esta sessão especial.

Em seguida, usará da palavra o Senador César Borges.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Ilustre Senador, companheiro, amigo, Gilberto, que preside esta sessão de homenagem ao Senador Jonas Pinheiro; familiares do querido Senador, que cumprimento na pessoa de sua esposa, Deputada Celcita Pinheiro, de seu filho amigo Giorgio, de sua filha Giani; cumprimento o nosso querido amigo Presidente da CNA, Fábio Meirelles, e, em seu nome, saúdo e cumprimento os

demais produtores do Brasil aqui presentes; prezado amigo e companheiro Maguito Vilela, ex-Governador, Senador e atualmente Vice-Presidente do Banco do Brasil, que, neste ato, representa aquela instituição, na pessoa do Lima Neto; demais companheiras e companheiros Senadores; convidados, amigos presentes, serei rápido, até porque os oradores que me antecederam praticamente falaram tudo sobre a pessoa desse valoroso companheiro e irmão Jonas Pinheiro.

Parece fácil falar de um homem com as virtudes, a integridade e a envergadura moral do Senador Jonas Pinheiro. Mas não o é. Para se falar dele, antes é preciso compreender a tenacidade dos pescadores de Santo Antônio do Leverger, a coragem cívica dos agricultores mato-grossenses e o valor mítico do povo brasileiro.

Jonas foi uma dessas pessoas encantadas pela vida. Simples, era, contudo, um homem de idéias elaboradas e inteligência incomum; conciliador, mas, ao mesmo tempo, um político de convicções firmes e duradouras; generoso, mas também uma rocha inabalável na defesa de seus princípios éticos. Enfim, com seu modo natural de enxergar as coisas, ele era uma figura complexa e admirável.

Para se conhecer o temperamento deste grande mato-grossense seria necessário mergulhar em seu mundo interior, em sua infância, e contemplar a imensidão das tardes do Pantanal, e, assim, entenderíamos a profundidade de seus pensamentos. Seria preciso olhar os cerrados com seus olhos para se vislumbrar a clareza de seu caráter. E, ainda, seria importante lavar sua alma para se colher a energia de seu espírito desbravador.

Jonas Pinheiro foi um semeador de esperança. Um agricultor de sonhos. Em sua trajetória de 25 anos pelo Congresso Nacional, ele fertilizou o sistema agrário brasileiro com debates produtivos, projetos salvadores e propostas milagrosas para o setor.

Não por acaso foi agraciado pelos próprios produtores rurais com o informal mas honroso título de “patrono da Agricultura” do País.

Mais do que o defensor do agronegócio, Jonas foi o Senador do homem do campo, porque soube como poucos interpretar os sentimentos da gente interiorana, porque sentia, ao tocar com sinceridade e respeito aquelas mãos calejadas pelo trabalho na roça, a verdadeira vitalidade da economia brasileira. Para ele, a combinação do suor dos lavradores com a fertilidade de nossas terras, sempre foi a química perfeita para empurrar o País ao seu destino de prosperidade.

Como disse há poucos dias aqui mesmo nesta tribuna, a Nação perde um grande brasileiro, mas, em

compensação, a história recebe mais um vulto para emoldurar sua galeria dos heróis da Pátria.

Sim, para nós mato-grossenses, assim como para todos os brasileiros, Jonas foi um herói moderno. Um homem que fez de seu próprio corpo, de sua própria saúde, uma fortaleza para defender o setor produtivo nacional e para manter seus compromissos éticos. Lutou até o último momento por suas convicções, como cabe aos heróis.

Sr. Presidente Senador Gilberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, caro companheiro César Borges, para alguns homens, a humildade se confunde com fraqueza ou até mesmo covardia; mas, para o Senador Jonas Pinheiro, a humildade era a fonte mais cristalina de sua força interior, de sua imorredoura esperança e de sua coragem indestrutível.

Peço agora que seus exemplos não se apaguem com o passar dos dias, que principalmente o povo mato-grossense aprenda a reverenciar sua memória, apropriando-se de suas qualidades para lutar por uma sociedade mais justa e igualitária. Não me refiro somente aos monumentos ou logradouros, que ele tanto merece, mas sim à obra viva de Jonas, que foi a dignidade na vida pública e a firmeza na lida política. Peço que seu legado seja transferido às gerações futuras como mandamento de honradez do cidadão.

Neste momento, associo-me à família de Jonas Pinheiro, à sua amada esposa Celcita, aos seus queridos filhos Giorgio e Giani, aos seus netos, rogando ao Todo Poderoso que receba o nosso eterno Jonas em sua luz, magnitude e bondade.

Sei que Jonas fará falta a esta Casa, como fará falta ao nosso Partido, ao Mato Grosso e ao Brasil, mas que os exemplos de generosidade, valor e obstinação fecundem em nossos corações por muitos e muitos anos.

Espero, como todos os colegas neste plenário, que o Senador Gilberto Goellner trilhe os caminhos que fizeram de Jonas um Parlamentar lúcido e operoso. Sei que é difícil substituir Jonas, mas nosso caro Gilberto saberá honrar a sua cadeira.

São essas, Sr. Presidente, as minhas palavras. Certamente esta sessão solene é mais do que justa, até porque muitos falam que Jonas só representou ou só defendeu o agronegócio. Não. Jonas Pinheiro também defendeu os pequenos, os assentados, prova inequívoca é que há pouco tempo eu participava, na cidade de Sorriso, da inauguração de uma linha de energia elétrica que Jonas Pinheiro, com a sua emenda que é um direito constitucional, levou também para os assentados.

Faço justiça porque entendo que Jonas não só foi homem do campo, mas também foi homem da cidade,

defendendo aqueles que militam e moram nos perímetros urbanos das cidades mato-grossenses.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, do Estado da Bahia.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que ninguém presidiria melhor esta sessão nesta hora do que V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner, que tem essa grande responsabilidade de dar continuidade aqui nesta Câmara Alta, o Senado Federal, ao brilhante trabalho que realizava, um trabalho insubstituível, mas que sei que V. Ex^a vai procurar de todas as formas superar a imensa falta, o Senador Jonas Pinheiro a todos nós, em especial àqueles que acreditam que o setor primário da nossa economia, a agricultura e a pecuária, é a base para um país forte e um país que possa atender a nossa população na produção de alimentos, de riquezas e na geração de emprego e renda.

Quero, neste momento, com o sentimento profundo de pesar, associar-me à dor da família, viúva Deputada Celcita Rosa Pinheiro da Silva, seus dois filhos Giorgio Pinheiro da Silva e Giani Antônia de Moraes, da agricultura nacional aqui representada pelo Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, Fábio Meirelles, do Senador Maguito Vilela que conhecia o trabalho de Jonas Pinheiro.

Sei da dor de todos os presentes nesta sessão, em particular o Presidente da Sociedade Brasileira de Medicina Veterinária, baiano, meu conterrâneo da cidade de Jequié, do nosso querido Estado da Bahia, José de Andrade Moura, que sempre foi um entusiasta do trabalho desempenhado na vida pública, política e profissional de Jonas Pinheiro. Porque Jonas Pinheiro, antes de ser político, era médico veterinário que amava sua profissão, tinha dedicação a esse mister e que, como médico veterinário, propunha avanços científicos, técnicos, para que a pecuária nacional e internacional pudesse avançar em prol dos povos que ela atendia, particularmente, do Brasil e, mais particularmente ainda, do Centro-Oeste e do seu querido Mato Grosso.

Então, quero neste momento aqui homenageá-lo, destacando que Jonas era filho de pescador, nascido em 22 de janeiro de 1941, em Santo Antônio do Leverger, Mato Grosso, e que costumava dizer que o mandato parlamentar jamais foi cogitado em sua infância, vivida, basicamente, entre pequenos agricultores.

Estudante de escolas agrícolas, formado em Medicina Veterinária, em 1982 ele se elegeu Deputado Federal. Teve função de extensionista como Presidente

da Emater do Mato Grosso e, talvez até influenciado por seus colegas, médico veterinário, reconhecido pelo Governador de Mato Grosso, ele enveredou pela vida pública para servir a mais brasileiros e mato-grossenses, como o fez. Era Senador desde 1994 e exercia, portanto, o seu segundo mandato.

É preciso destacar o que já foi dito pelos que me antecederam: o caráter valoroso e acima de tudo humilde, marcado por uma defesa transparente, direta, sincera de agricultor que era, particularmente para os pequenos produtores, pelos quais tinha especial atenção e preocupação.

Essas características podem ser identificadas num depoimento que aqui está, feito pelo Senador na sua página na Rede Mundial de Computadores. Eu vou repetir porque nunca é demais repetir: “O povo é simples e quer coisas simples: quer alimento, quer vestuário e quer moradia; quer também escolas e hospitais; mas, antes de tudo, o povo quer trabalho. Ao final das contas, o povo anseia desesperadamente por dignidade. Simples também são as coisas que o povo não quer: o povo não quer viver na miséria, não quer ser explorado, nem quer ser ludibriado com promessas que nunca se hão de cumprir”.

Esse talvez seja o resumo mais preciso de Jonas Pinheiro. Eu o conheci, fomos colegas no antigo Partido da Frente Liberal – eu mudei de partido e falo aqui em meu nome pessoal e em nome da Liderança do Partido da República – e tive o prazer de conviver com ele aqui no dia-a-dia, vendo a sua defesa e as suas bandeiras para aprimorar a política agrícola, estimular e aumentar o emprego no campo, combater o êxodo rural e garantir melhores condições de crédito e produção para a agricultura. Trabalhamos em conjunto nesta Casa. Destaco o PLS nº 517 de minha autoria, cujo Relator foi o Senador Jonas Pinheiro, que autoriza a repactuação das dívidas de agricultores familiares no valor de até R\$50 mil. Também atuamos em conjunto em mais um projeto de defesa de agricultores, o PLC nº 142, que dispõe sobre a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito rural na área de atuação da Sudene. Nesse projeto solicitei requerimento de urgência de tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos e que recebeu o pronto apoio do Senador Jonas Pinheiro. Juntos também negociamos em busca de um acordo com o Governo Federal.

Relembro um aparte que fiz ao Senador Jonas Pinheiro no dia 5-2-2006. Assim o qualifiquei: “Senador Jonas Pinheiro, V. Ex^a sempre se pautou pela defesa intransigente da agricultura nesta Casa. V. Ex^a é o Senador que mais conhece do tema de agricultura no Senado Federal, se alguém conhecer como V. Ex^a, no máximo, poderá igualar-se, mas nunca superá-lo,

porque V. Ex^a é totalmente dedicado a esta causa. Por isso, o peso das palavras de V. Ex^a, que é um homem do campo e conhece profundamente a questão da agricultura, vem lá do fundo do nosso País, vem do fundo dos pequenos agricultores, vem do seu querido Estado do Mato Grosso, que é uma nova fronteira agrícola deste País”.

Mais do que isso, Srs. Senadores, eu tive oportunidade de conviver com Jonas Pinheiro em momento bastante interessante e com o Presidente Gilberto Goellner: nós fomos companheiros de camarote, atendendo a convite da Marinha brasileira, em uma viagem de Recife a Fernando de Noronha no Navio-Escola Cisne Branco. Então, se nós tínhamos já um conhecimento partidário da atividade política nas comissões, no plenário, nessa oportunidade nós convivemos ali três dias intimamente e pude ver o seu caráter, a sua retidão, a sua humildade e acima de tudo sua grande amizade.

Então, quero destacar neste momento como a sua vida foi útil para o Brasil, para o Mato Grosso, para a sua família. Nos 13 anos de Senado – já foi dito aqui, mas repito –, ele apresentou 60 proposições, sendo 33 projetos e 26 requerimentos, em sua grande maioria, vinculados à agricultura e ao meio ambiente. A sua atuação mais proeminente foi em defesa da renegociação da dívida dos produtores rurais. Incansável, o que não é pouco, ao considerar que a agricultura está sujeita a fatores não controláveis, como clima; que lamentavelmente o histórico do País é de elevação dos juros e que, muitas vezes, os Poderes públicos não têm tido compreensão com esse setor tão importante. Jonas era aquele incansável batalhador, lutador, que todos respeitavam, no Governo Federal e no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, neste momento, mais uma vez, me resta aqui me solidarizar com a família, com o povo de Mato Grosso, com os agricultores do Brasil, que desde a semana passada estão órfãos de um defensor de suas causas.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – MT) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para manifestar a minha solidariedade à família, o meu respeito ao Senador Jonas Pinheiro. Tive pouca chance de conviver com ele, mas em todas as comissões de que participei ao seu lado e sempre que aqui nos encontramos, eu pude perceber uma figura preo-

cupada com o seu Estado, preocupada com a economia, especialmente a agricultura.

Esta Casa certamente sentirá falta do Senador Jonas Pinheiro. Eu quero apenas deixar registrada esta minha referência e meu sentimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Obrigado, Senador Cristovam Buarque.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero também deixar aqui a minha homenagem a Jonas Pinheiro. A convivência, durante muitos anos aqui, nos mostrou realmente o homem bom que ele foi e a sua dedicação às questões de Mato Grosso, questões do Brasil, de modo especial do Brasil rural.

No ano passado e durante vários anos, me encontrei com ele em Uberaba – ele era freqüentador contumaz da ExpoZebu –, conversamos sempre sobre essas questões que também são tanto do meu interesse como do meu Estado. Jonas Pinheiro tinha também outro ponto que me lembro bem na nossa convivência, que era a ligação com a Canção Nova, ligada à igreja católica.

Recentemente tivemos um dilema muito grande, que era o desejo de ver o Brasil com uma carga tributária menor na votação da CPMF; mas ao mesmo tempo a consciência de que não é simples abrir mão de um tributo tão grande, e nós acabamos realmente optando por seguir o Partido, no caso dele, o DEM, e no meu caso o PSDB, votando pela redução da carga tributária. Mas eu sempre sentia a sua permanente preocupação com a responsabilidade; mesmo nas questões ligadas à renegociação da dívida rural, ele nunca pediu uma renegociação que fosse uma doação, ele sempre buscava encontrar uma conciliação dos interesses.

De maneira, Sr. Presidente, que trago aqui à Deputada Celcita Pinheiro, a toda a família, a minha sincera homenagem a Jonas Pinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Senador Eduardo Azeredo, do Estado de Minas Gerais, obrigado a V. Ex^a pela referência ao Senador Jonas Pinheiro.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa; em seqüência, ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilberto Goellner, que preside esta sessão destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro; Senador Maguito Vilela, V. Ex^a representa – Deus escreve certo

por linhas tortas – muito bem todos os Senadores que passaram por aqui. Sua simplicidade e seu amor aos mais humildes lhe dão essa representatividade.

As autoridades presentes são tantas... Eu prefiro saudar, então, só a esposa de Jonas Pinheiro, Celcita.

Isso é muito significativo para mim. Eu perdi meu pai na véspera de uma eleição e, depois, perdi a eleição para Prefeito da cidade. Nem senti, porque... Ele, fisicamente, até se assemelhava a Jonas. Meu pai era humilde, minha mãe, intelectual. Eu digo aqui que ela deixou um dos escritos mais importantes da literatura do Brasil.

Minha mãe tem livros publicados pela Vozes, como **A Vida é um Hino ao Amor**. Ela escreveu, ô, Jayme Campos, eu fico encantado: **Nossa Senhora, a Viúva**. Eu nunca vi isso. Eu já li muitos livros sobre Nossa Senhora. Então, minha mãe, uns quinze anos depois – eu já era Governador – faleceu. Então, ela escreveu: **Nossa Senhora, a Viúva**. Esse sofrimento de mulher.

A imagem, até fisicamente, e a simplicidade de Jonas me lembram meu pai.

Deus – agradeço a Deus que tem sido muito bom para mim – me colocou detrás do Jonas, como se fosse ele uma luz a nos guiar. Ali detrás, cinco anos ali, e eu atrás dele.

Lembro-me de que eu e o Maguito... Maguito é uma figura extraordinária. Poucos homens têm a decência, a dignidade e a correção do Maguito. Fui Governador na mesma época que ele. Aliás, quando fui eleito, eu estive em Goiás aprendendo a governar com Iris Rezende e com a equipe do Maguito. Mas o Maguito, na eleição do Presidente Luiz Inácio, “lulou” totalmente, com as suas razões, e eu “deslulei”. Eu votei em 1994 em Luiz Inácio. E eu brincava: esse PMDB devia ter candidato. Como eu tinha vontade de ser candidato contra esse Luiz Inácio! Aí abracei Rigotto, Garotinho, Itamar, Pedro Simon e nada do PMDB. E o Maguito “lulando”, com suas razões.

Eu me lembro que, brincando, eu disse: eu queria ser candidato contra esse Luiz Inácio. Vi que todo mundo ficou incrédulo e eu disse: não, eu faria um governo melhor porque o meu secretário de agricultura já está aqui. Era o Jonas. Assim, já teria resolvido a metade dos problemas do Brasil. Mas Deus chamou o Jonas para Ministro seu. É muito mais forte do que a gente, e Deus é quem sabe das coisas. Essa é a verdade.

A minha mãe me ensinou a ler muito – ela era intelectual – e eu li um pensamento, ô Jayme Campos. E o Jonas foi um dos servidores deste Senado que mais serviços prestou. Deus escreve certo por linhas tortas. Eu vi o sofrimento da minha mãe. Hein, Celcita? Deus

é que sabe das coisas. Diz a história que Deus mandou seu filho, que se sacrificou, para nos salvar depois de muitas tentativas que não deram certo, como o dilúvio. Mandou o Cristo, e todos tiveram a esperança de chegar à casa do Pai, como Ele prometeu.

E Jonas? Todos nós sabemos a figura.

Eu me lembro que eu aprendi de um filósofo, ô Jayme Campos. Lacordaire é o nome. Outro dia, um jornalista me perguntou: “Mas por que você diz nome?” E foi porque eu troquei um – às vezes, a gente troca. Eu disse: é porque, depois, um conhece a frase e vai dizer que eu estava roubando, pois a frase é de Fulano de tal. Assim, foi Lacordaire que disse: “A humildade une os homens; o orgulho divide os homens”. Então, eu aprendi e percebi que o filósofo estava certo.

Maguito, tenho saudade de você, quando você era Presidente do PMDB. Maguito, eu fui ao enterro, eu lutei para ir ao enterro. Aqui está o livro do Ramez Tebet, que eu recebi da viúva, também um grande amigo, lá do Mato Grosso. Eu telefonei cedo e a resposta foi que não, o vôo estava lotado. O avião era pequeno. Eu disse: “Que negócio é esse? Que está lotado o quê? O Senado gasta tanto dinheiro aí. Vamos embora, eu quero um lugar. Recorri ao PFL, ao José Agripino, ao Heráclito. Que diabo é isso, Heráclito? Seu partido... Me dê um lugar aí. Não foi nada não. Aí isso chegou até o Luiz Inácio. Eu agradeço, viu, Maguito? Aí ele viu o problema. E disseram: “O Mão Santa está criando caso aqui, porque ele quer ir e não tem mais lugar, por que vamos num aviãozinho pequeno”. Aí ele cedeu o Sucatão, aquele que foi do Fernando Henrique. Mas está novinho, está bom. Aí encheu.

Mas eu fui porque a Bíblia diz: “Alegrai nos momentos de alegria, e chorai nos momentos de tristeza”. E era o Jonas, que Deus botou na minha frente. Eu considero isso um simbolismo. Eu não posso esquecer esses cinco anos. E não vou reviver os diálogos, porque cada um tem muita história. Mas aí nós fomos.

Então, este Senado da República deve a Jonas, como nós devemos a Deus esperança de chegar aos céus com Cristo. Este Senado estava vivendo maus momentos. Nós sofremos. Houve discursos bem ali na Câmara para fechar o Senado. Na Câmara, que não tem condição nenhuma. Aonde chegou o nosso desgaste? Houve pesquisas outro dia. E nós vivíamos o momento. Eu sempre dizia que nós nos esforçávamos, que aqui isso era complicado.

Para o Senadinho de Cristo, ele convocou só doze e deu confusão. Não deu confusão no Senadinho de Cristo? Não eram doze? Rolou dinheiro. Houve confusão. Aqui tinha que dar confusão.

Eu via os homens; eu via todo dia, na minha frente, a dignidade, o respeito, a decência de um homem que falava pouco. Ramez Tebet falava muito, mas muito bem; era um grande orador. Jonas, característica diferente, mas era igual para o Brasil.

Num momento de maior desgaste desta Casa, dos políticos, segundo as pesquisas, que eu relegava, não acreditava, e nós chegamos lá no Sucatão que o Luiz Inácio nos emprestou. Depois, Maguito, chegou o peemedezinho alugado e nem me convidaram. Estou com saudade de você. Chegaram lá isolados e foi bom porque eles ficaram assim... Mas estavam lá.

Então, um quadro vale por dez mil palavras. Jonas mudou a imagem, Jonas trouxe a verdade. Esta é uma Casa que merece ser respeitada. Essa foi a missão de Jonas.

Eu vi o povo chorar, ô Maguito. Era muito choro. A gente ficava até constrangido... O momento, emoção, enterro... Até os céus do Mato Grosso choraram: chovia. A chuva era um choro. O povo na rua, na chuva.

Senador da República! Atentai bem, Brasil! Esse é o verdadeiro conceito. Essa é a pesquisa. Eu vi e chorei. O nosso Presidente – eu sou vizinho dele, o Garibaldi é um irmão meu, eu tenho até um livro dele, de oratória, que eu roubei da coisa... – olha, baixou o Espírito Santo, fez o discurso mais bonito da vida dele. Aquilo foi negócio do Espírito Santo. O Garibaldi é meu vizinho. Baixou... Ganhou de Marco Antonio se despedindo de Júlio César, descrito por Shakespeare. Lembro-me que aí ele comoveu a todos. E as batalhas que tinha? Ele conviveu, em outros mandatos de Senador, com ele. Dizia que trabalhaste muito, luxaste muito, não tiveste tempo de descansar. E Deus: parta! Deus está te chamando para descansar do trabalho que fizeste pelos pequenos. E sou testemunha. Fiz alguns discursos contra a perversidade dos bancos negociando com os pequenos agricultores. Ele era um Papa aqui, era ele que me instruía. Ele me dava os dados e eu vinha à tribuna, nessa negociação. Naquela perversidade dos banqueiros, tomando os carros de boi, os móveis, os bodes, os bezerras, era ele que nos comandava. Muitos dos discursos não fui eu que fiz. Ele dizia os dados, eu o lia, e ele: “Va’mbora!” E foi uma luta bonita. Então, é aquele quadro: o mato-grossense-do-sul, o Mato Grosso e o Brasil respeitam o Senador da República.

E essas pesquisas fajutas do Executivo tentando nos desmoralizar? Não! Está ali Jonas. Eu vi o povo chorar.

Permito-me terminar agora.

Um filósofo disse que, nesta vida, ô Flexa Ribeiro, o mais que a gente consegue, quando dela saímos – a

gente vem ao mundo sorrindo, todos alegres à nossa espera, em torno de nós –, é que o riso e o encanto passam ao choro e às saudades. Isso ele conseguiu, isso eu vi muito. Eu fiz muito parto, fiz cesariana. É alegria da mãe e até do médico. E vi o Jonas conseguir isso.

Agora, este Senado da República é tão grandioso, ô Maguito, que não precisamos buscar exemplo em outras histórias e em outros senados. Está ali Rui Barbosa. Maguito, V. Ex^a representa aqui a grandeza, a luta política. Perder eleição, Rui Barbosa perdeu mais do que você – Maguito, não se apavore – e ele está aí em cima. Não se pode é perder a dignidade e a vergonha.

Nós temos de fazer uma homenagem, e não essas palavras. As palavras vão, e agora é que começou. Está aqui um livro que, ontem, a viúva de Ramez Tebet me mandou. Nós – não o Mato Grosso do Sul, não o outro Mato Grosso, mas o Brasil todo – temos de tornar uma homenagem eterna daquele exemplo de humildade que une os homens. Olhe, passou um Senador aqui, ô Maguito, O Dinarte Mariz – não sei se você o conheceu. Ele foi governador e se encantou com isso aqui. Disse que aqui é mesmo como o céu, é até melhor porque não se precisa morrer. Eu não tenho esse conceito, não. Mas de uma coisa tenho certeza e digo aqui – acredito no céu, nós somos cristãos: se Jonas não for para o céu, nenhum de nós vai. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Como último orador inscrito, concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, nobre Senador pelo Estado do Pará.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Goellner, que preside esta sessão em justa homenagem ao Senador Jonas Pinheiro; Deputada Federal Celcita Pinheiro, viúva do Senador Jonas Pinheiro; Sr^a Giani Antônia Pinheiro, sua filha; Sr. Giorgio Pinheiro, seu filho; Sr. Fábio Meirelles, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; Senador Maguito Vilela, Vice-Presidente de Governo do Banco do Brasil; Senador Jayme Campos; Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras; senhores e senhoras presentes a esta sessão de homenagem ao nosso querido amigo, Senador Jonas Pinheiro.

O Brasil e o Senado têm perdido, nos últimos anos, homens públicos de vulto. Primeiro, Ramez Tebet. Depois, Antonio Carlos Magalhães. Agora, choramos a ausência de nosso querido amigo e colega Jonas Pinheiro. A vida política nacional está mais pobre; a História do Brasil, mais rica.

Uma Sessão Especial é uma homenagem muito simples diante de tudo o que representou para esta Casa, para o Estado do Mato Grosso e para o Brasil a figura do Senador Jonas Pinheiro. Entretanto, é uma homenagem sincera que nós, Senadores da República, prestamos ao eminente colega que, por treze anos, honrou esta Casa com seu trabalho e com suas idéias.

Jonas Pinheiro era um homem obstinado. Nunca se cansou de lutar pela causa da sua vida, a agricultura nacional. Nunca deixou que calassem sua voz quando o assunto era a defesa do homem do campo. Foi Presidente da Emater de Mato Grosso, onde pôde ouvir de perto os anseios dos agricultores do seu Estado. No Parlamento, onde teve oportunidade de difundir seus ideais, exerceu três mandatos de Deputado Federal e estava em seu segundo mandato de Senador da República.

Mesmo ocupando posições de relevo, jamais se deixou contaminar pela soberba e pela arrogância. Ao contrário, manteve-se fiel às suas origens: continuou sendo o filho de pescador que conversava, de igual para igual, com a sua gente, seja para ouvir os seus clamores, seja para anunciar alguma melhoria que havia conseguido.

Jonas Pinheiro não era homem de retórica vazia, muito menos de palavras sem sentido. Era homem de ação. Dizia ele que o povo não quer simples promessas. O povo quer, isto sim, trabalho e dignidade. Essa frase é emblemática, que orienta, com certeza, todos nós Senadores da República. E como esse homem lutou para dar trabalho e dignidade aos mato-grossenses! Por isso, era tão amado por seu povo, que o consagrou nas urnas em todas as eleições disputadas.

Era um homem simples, mas sua simplicidade nunca o impediu de defender com brilho, neste Parlamento ou em qualquer repartição pública das três esferas de governo, os interesses dos agricultores e dos pecuaristas, em especial os mais pobres. Mesmo sendo da Oposição, jamais se furtou a bater nas portas dos ministros para cobrar melhorias para o agronegócio, bem como o cumprimento das muitas promessas que sempre são feitas e nem sempre honradas.

Apesar do jeito manso que lhe foi tão característico, brigava como um leão para solucionar um problema que sempre foi, e ainda é, o calcanhar de Aquiles do agronegócio brasileiro: o endividamento dos produtores rurais. Aqui no Senado, não deixou um minuto sequer de defender a causa de sua vida. Ocupou posição de destaque na CPI do Endividamento Rural, ocorrida entre 1993 e 1994. Além disso, quem não se lembra da figura de Jonas Pinheiro à frente do “tratoração”, manifestação em defesa do campo que tomou conta das ruas de Brasília, em junho de 2005?

Mais recentemente, é digna de nota a sua atuação no processo de renegociação das dívidas dos produtores rurais, ocorrido no ano passado. Trabalhando com afinco, foi capaz de construir um acordo entre o Governo, os Parlamentares da Situação e da Oposição e entidades representativas dos produtores rurais, o que viabilizou a ampliação dos prazos e a melhoria das condições de pagamento, permitindo que os produtores voltassem a ter acesso ao crédito rural para financiamento da safra 2007/2008.

Senador Jayme Campos, eu não tenho medo de afirmar, Senador Gilberto Goellner, que as safras recordes colhidas pelos produtores rurais brasileiros – e que ainda viabilizam o superávit comercial deste País – se devem, em boa medida, à dedicação desse homem simples e lutador que foi Jonas Pinheiro. O Estado do Mato Grosso, maior produtor de soja deste País, deve muito de sua prosperidade econômica ao trabalho de seu filho querido, que tanto amava sua terra e sua gente.

Jonas Pinheiro acreditava no trabalho e na honestidade, pilares da educação recebida de seus pais. Para ele, o produtor rural não precisava de esmolas ou de benesses do Governo. Precisava, sim, de condições justas para o pagamento de suas dívidas, condições essas que viabilizassem sua atividade produtiva. Investir no agronegócio era, para ele, a melhor maneira de fixar o homem no campo. Evitava-se, assim, o êxodo rural, responsável, em grande parte, pelo aumento da miséria e da violência.

Ele mesmo era um trabalhador exemplar. Aqui no Senado participava, como membro titular, de quatro Comissões: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Direitos Humanos e Legislação Participativa; Desenvolvimento Regional e Turismo; e Agricultura e Reforma Agrária, como não poderia deixar de ser. Não tenho dúvida, de que os Presidentes de todas essas Comissões podem atestar o papel de destaque que o Senador Jonas Pinheiro sempre ocupou nos debates e nas votações.

Sem nunca se desgrudar de suas convicções, possuía um tom conciliador e uma maneira sempre amável de lidar com seus colegas Senadores e com os funcionários desta Casa. Por isso era muito querido por todos nós, Deputada Celcita, que temos sentido, e muito, a sua falta.

Olhamos a Bancada em que ele sentava e é como se, neste instante, ele estivesse nos assistindo e recebendo a homenagem por tudo o que fez por Mato Grosso e pelo Brasil.

O tempo passará, mas a figura inesquecível de Jonas Pinheiro estará sempre presente em nossa memória.

Eu não poderia deixar de vir aqui fazer esta homenagem ao meu querido amigo Jonas Pinheiro. Somos de Estados vizinhos. O meu Estado, que tenho a honra de representar no Senado Federal, o Pará, talvez tenha as mesmas problemáticas e os mesmos desejos de desenvolvimento e de diminuição das desigualdades, mantendo as diferenças. Temos diferenças, sim, em relação ao resto do Brasil, mas precisamos diminuir as desigualdades. E a luta do amigo Jonas era neste sentido: asfaltar a Santarém-Cuiabá; transformar em realidade a Teles Pires-Tapajós; e aumentar a competitividade do agronegócio, o qual, eu diria, está sufocado pela falta de infra-estrutura, que tira a competitividade do produtor rural, que tem até a porta da sua propriedade talvez a maior competitividade mundial, mas a partir daí falta, Senador Maguito Vilela, a infra-estrutura necessária, pela qual o Senador Jonas Pinheiro aqui muito batalhou.

E sendo vizinho de Mato Grosso o meu Estado do Pará, por muitas vezes estive nas mesmas batalhas que o Senador Jonas Pinheiro, o Senador Jayme Campos e a Senadora Serys – todos os Senadores que por aqui passaram – para que pudéssemos, juntos, unir as Bancadas dos dois Estados e tentar fazer com que o Executivo nacional voltasse as suas vistas para esses Estados, principalmente Mato Grosso, tão amado pelo Senador Jonas Pinheiro.

Recebam, Deputada Celcita, Sr^a Giani e Sr. Giorgio, os meus sentimentos. Jonas, como todas as pessoas especiais, não morreu. Ele está encantando, está lá em cima, junto com Deus, olhando pelo Mato Grosso, pelo Brasil e por seus amigos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, V. Ex^a me permite?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estando até há pouco nas Comissões em que eu precisava participar, não pude assistir esta sessão de homenagem desde o início. Mas quero aqui expressar à Sr^a Deputada Celcita, aos filhos do Senador Jonas Pinheiro e ao povo do Mato Grosso o meu sentimento de pesar, de solidariedade e, sobretudo, de respeito para com o Senador Jonas Pinheiro, que com todos nós, especialmente comigo, sempre teve um procedimento de defesa do interesse maior, daquilo que era importante.

Ele que era um estudioso da agricultura, da pecuária, um homem que sabia muito bem dos problemas da agropecuária, quando aqui expressava a sua opinião, a sua avaliação, sobre os temas do campo,

por nós todos era sempre muito ouvido. Quero aqui transmitir o meu testemunho como Senador do Partido dos Trabalhadores de que o Senador Jonas Pinheiro sempre soube honrar e muito o povo do Mato Grosso, o povo brasileiro nesta Casa.

Obrigado.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem, Senador Geraldo Mesquita.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por favor, eu também gostaria de me manifestar nesta oportunidade, não sem antes cumprimentar S. Ex^a a esposa do nosso querido e saudoso colega, seus filhos, familiares aqui presentes. Logo no início do Ano Legislativo, este Ano Legislativo, um dos primeiros Senadores que eu reencontrei aqui na Casa foi o querido amigo Senador Jonas Pinheiro. Nós estávamos iniciando a reunião na Comissão de Direitos Humanos, da qual ele fazia parte, e foi um dos primeiros colegas que eu avistei.

Além do fato de estarmos na mesma Casa, modestamente, eu compartilhava com o Senador Jonas a preocupação que ele absorveu durante a vida inteira com as questões de que tinha amplo conhecimento, quais sejam, a agricultura do nosso País, o agricultor, a agricultora. Quando ele se expressava – e não usava a tribuna como o nosso querido companheiro Flexa –, quando vinha à tribuna sempre trazia um posicionamento muito firme, muito ponderado, acerca dos reclamos, das reivindicações das pessoas que estão no campo.

Eu partilhava com o Senador Jonas um sentimento que o acometia e que me incomoda sobretudo: é que no nosso País há quase que um preconceito contra aqueles que estão tentando produzir no nosso campo, seja em que lugar for do País. Eu observo, a partir da realidade do meu Estado, inclusive, que as coisas quando são feitas em prol do homem do campo ou no âmbito do sistema produtivo, as coisas são feitas muitas das vezes de forma, como a gente diz aí na rua, de forma matada, de qualquer jeito, como se existissem cidadãos de primeira e segunda categoria neste País. Eu sempre colhi, do convívio com o Senador Jonas, esse tipo de preocupação. E mesmo quando as coisas são feitas: a escola é mais ou menos, o posto de saúde, quando existe, também é feito de forma... Falta remédio, falta médico. O crédito rural é um drama eterno no Brasil. Nós vivemos brigando nos fóruns internacionais contra os países que concedem subsídios agrícolas a seus nacionais. A gen-

te fica aqui querendo que eles deixem... Ao invés de prover os nossos, de efetivamente nos preocuparmos com quem está aqui, dar-lhes o apoio necessário, não é? Por que brigar para a França tirar o subsídio lá dos agricultores franceses, e não introduzirmos o nosso subsídio aqui?

E nas conversas, no contato com o Senador Jonas, eu sempre senti o Senador Jonas preocupado, angustiado, naquele jeito dele, tão tranqüilo, mas que ninguém deveria se enganar com aquele jeito pacato, de pessoa simples do povo que ele era, aquela expressão dele que está aí, aqui na nossa tela, é de uma coisa impressionante. “O povo é simples e quer coisas simples”.

Tem coisa mais realista do que isso? Os amigos vão. Enquanto estamos aqui perdemos o Senador Ramez Tebet, que era uma pessoa impressionante. Os dois devem estar lá em cima hoje em dia conversando. Eu queria apenas deixar esse meu depoimento de que, mesmo sem tanta intimidade assim com o Senador Jonas Pinheiro, observava-o sempre porque tratava de temas que também me angustiam, que também exige muita reflexão.

Eu não poderia deixar, nesta oportunidade, de prestar uma humilde e singela lembrança, uma homenagem do companheiro de tantas horas, de tantas lutas e de tanta bravura.

Senador Jonas Pinheiro, quero, com muito respeito, oferecer a minha solidariedade a sua família. Gostaria de dizer que estamos todos aqui consternados, sentidos com o desaparecimento do Senador Jonas Pinheiro, da vida material, não do nosso coração, da nossa lembrança. E S. Ex^a estará sempre na nossa lembrança como um valoroso companheiro. Peço a Deus que o acolha com generosidade e que não apague de nossas lembranças a figura, a dignidade e a presença do Senador Jonas Pinheiro.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Não há mais oradores inscritos.

Assim, cumprida a finalidade da Sessão Especial destinada a homenagear o eminente brasileiro Senador Jonas Pinheiro, agradeço as personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Goellner. DEM – MT) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 14 minutos.)

Ata da 19ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 28 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Garibaldi Alves Filho, Alvaro Dias, Gerson Camata,
Augusto Botelho, Jayme Campos e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 28/2/2008 07:48:57 até 28/2/2008 20:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X		PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X		PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X	
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES	X		PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRAX	X	
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLYCI	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PR	RO	EXPEDITO JÚNIOR	X						
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER	X						
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X						
PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
Bloco-PT	AM	JOÃO PEDRO	X						
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X						
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
P-SOL	PA	JOSÉ NÉRY	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X						
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X						
PTB	SP	ROMEU TUMA	X						
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X						

Compareceram: 68 Senadores

Roseana Kfanny

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A lista de presença acusa o comparecimento de 69 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos dos artigos 39, I e 40, § 1º, I, do Regimento Interno, e tendo sido designado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal na Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008), comunico a Vossa Excelência minha ausência do País no período de 3 a 7 de março do corrente ano, e requeiro autorização para ausentar-me dos trabalhos da Casa no referido período.

Brasília, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **João Tenório**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 185, DE 2008

Requer Voto de Pesar e de Solidariedade a família do Monsenhor Rômulo Neves Balestrero.

Requeiro, nos termos de art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar e de Solidariedade a família do Monsenhor Rômulo Neves Balestrero, pelo seu falecimento ocorrido em 25 de fevereiro de 2008.

Dessa forma, nos termos do art. 218 do Regimento Interno e, de acordo com as tradições da Casa, requeiro sejam prestadas as seguintes condolências:

Inserção em ata de voto de profundo pesar às suas irmãs: Sr^{as} Therezinha Balestrero, Zélia Balestrero, Romilda Balestrero e Celeste Balestrero. – End. Rua Maria Elionora Pereira, 120 – Aptº 303 – Jardim da Penha – CEP. 29060-180 – Vitória – ES.

Ao Padre Edmar Endinger – D.D. Pároco da Igreja do Bom Pastor End. Rua D. Luiz Scortegagna, s/nº – Campo Grande – CEP. 29146-400 – Cariacica – ES.

Justificação

O Espírito Santo perdeu na noite de segunda-feira um de seus maiores líderes espirituais, com a morte

de monsenhor Rômulo Neves Balestrero. Durante os 30 anos em que esteve à frente da Paróquia Bom Pastor, em Campo Grande, Cariacica, Padre Rômulo, como era conhecido, dedicou-se com empenho a inúmeras obras sociais coerente com seu propósito de consagrar a vida a minorar o sofrimento dos desprovidos de recursos. “Eles são os amados de Deus, não porque sejam mais santos, mas simplesmente porque são mais pobres”, dizia.

Foi capelão do Orfanato Cristo Rei, fundou o Centro dos Lavradores Unidos para o Progresso, em Viana, e o Recanto de Atendimento ao Menor (Reame), que acolhe 150 crianças órfãs, em Campo Grande. Criou também o Projeto Igreja Irmã, que ajuda dioceses pobres da Amazônia.

Nascido no município de Viana, em março de 1928, Padre Rômulo manifestou vocação para a vida sacerdotal desde a infância. Participou da Cruzada Eucarística Infantil até ser encaminhado, aos 14 anos, pelo então bispo de Vitória, dom Luís Scortegagna, a um seminário em Minas Gerais.

Ordenado em 1954, na Catedral de Vitória, tornou-se secretário do Bispado, mas não perdeu os laços com a comunidade de sua cidade natal: solicitou autorização para celebrar missas em Viana, e para lá seguia todos os finais de semana. Manteve essa tradição durante cerca de 20 anos. Além de trabalhar em Viana-Sede, Padre Rômulo atuou em Jucutuquara e Campo Grande, na Paróquia do Bom Pastor. Deixou esta última ao se aposentar, em 2005, contra a vontade dos paroquianos, mas continuou como pároco solidário.

Padre Rômulo, além de apóstolo da caridade, era um lutador, um guerreiro de Deus, que não desanimava diante de dificuldades. Com o mesmo ânimo que devotava à causa dos pobres, lutou contra a doença, durante quase um ano, até sucumbir. Mesmo em suas últimas horas de vida, a maior preocupação era com os beneficiários de suas obras sociais. “Vamos ser como Jesus, vamos cuidar dos pobres”, afirmava aos que o ajudavam.

Seu legado é imenso, como o de todos os que fazem da ajuda ao próximo o objetivo de suas vidas. Sepultado quarta-feira, no município natal, depois de uma missa celebrada pelo arcebispo de Vitória, dom Luiz Mancilha Vilela, na Igreja Bom Pastor, Padre Rômulo continuará vivo na memória dos paroquianos, que o amavam, e a quem devotou tantas décadas de trabalho. Foi, acima de tudo, um exemplo de grandeza humana para todos nós, capixabas ou não.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 186, DE 2008

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, por se tratar de matéria de elevado interesse para a defesa do consumidor.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Exedito Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. GLPMDB nº 35/2008

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência o nome do Senador Almeida Lima – PMDB/SE que passará a ocupar a Vice-Liderança pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira – PMDB/MG.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração. – Senador **Valdir Raupp**, PMDB/RO.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Of. nº 53/2008

Brasília, 27 de fevereiro de 2008

Assunto: Indicação para Medida Provisória nº 417

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, nos termos regimentais o Senhor Deputado Ricardo Izar (PTB – SP) na qualidade de Titular e em substituição ao Senhor Deputado Jovair Arantes (PTB – GO) para a Comissão Mista que analisa a Medida Provisória nº 417, de 31 de janeiro de 2008, que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de

armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e Define Crimes”.

Ao ensejo, renova a Vossa Excelência, protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **Jovair Arantes**, Líder do PTB.

Ofício nº 6/2008 – GLDBAG

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Antonio Carlos Valadares como membro titular, em substituição à Senadora Fátima Cleide na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar a liberação, pelo Governo Federal de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs e para organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIPs.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência, protestos de estima e consideração. – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

OF./LID./Nº 38/2008

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Assunto: Indicação de membro para Comissão Mista

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Moreira Mendes – PPS/RO, como titular, em substituição ao meu nome, para integrar a Comissão Mista destinada a proferir parecer à MP nº 419/2008, que “Altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.678, de 23 de maio de 2003, transformando o cargo de Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial em Ministro de Estado Chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial”.

Atenciosamente, Deputado **Fernando Coruja**, Líder do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, Propostas de Emenda à Constituição que passo a ler.

São lidas as seguintes:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 4, DE 2008

Dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do artigo 60 da

Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O § 3º do art. 46 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 46.
.....

§ 3º Cada Senador será eleito com um suplente, observadas as seguintes regras para efeito de definição dos eleitos:

I – Cada partido ou coligação deverá indicar à Justiça Eleitoral, respeitados os prazos fixados em lei, os nomes de dois candidatos para cada vaga em disputa no Senado Federal.

II – Dentre os dois nomes indicados, será eleito Senador titular aquele que obtiver o maior número de votos válidos e considerar-se-á suplente o outro candidato do mesmo partido ou coligação. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, que observará o disposto no art. 16 da Constituição Federal.

Justificação

A figura do suplente foi introduzida pela Constituição de 1946. Nos últimos anos, porém, este instituto

tem recebido críticas com relação à forma com que os suplentes são conduzidos ao cargo de Senador sem terem recebido qualquer votação popular.

A proposta ora apresentada, que tem por objeto estabelecer novas regras para a eleição dos Senadores e seus suplentes, determina que o partido ou coligação apresente dois candidatos para cada vaga em disputa no Senado. Seria eleito o mais votado e o outro assumiria a suplência. Pretende-se, portanto, que os suplentes também recebam votos do povo como ocorre com os titulares, suprimindo, dessa maneira, a carência de legitimidade e pondo fim a condição de ser apenas indicado.

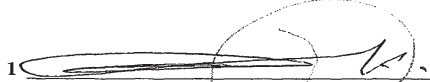
Alguns podem ponderar que a existência de apenas um suplente poderia acarretar a dificuldade para a ocupação do cargo em caso deste também tornar-se vago. No entanto, vale lembrar, que a eficiência do nosso sistema eletrônico de votação garante a celeridade no processo de apuração, facilitando a promoção de uma eleição para escolha de senador no caso de vacância do cargo.


Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação da PEC que ora submetemos à apreciação do Senado Federal, a qual, sem dúvida, representará um importante avanço para a sociedade brasileira.

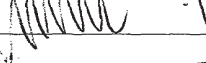
Sala das Sessões, 28 de fevereiro 2008.


Senador Lobão Filho


no início


1 


2 


3 

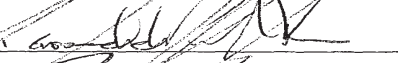
4 


5 


6 


7 

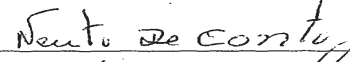
8 

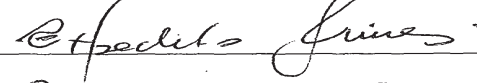
9 

10 


11 







OSMAR DIAS




JANAIAS I

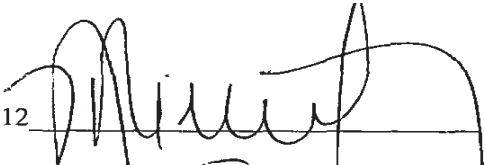
PAULO DUQUE

ALVARO DIAS

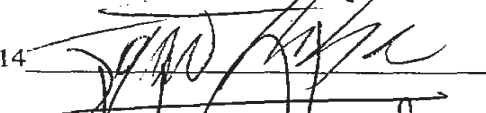
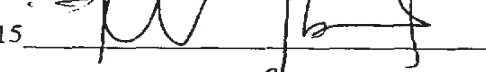
FLEXA RIBEIRO

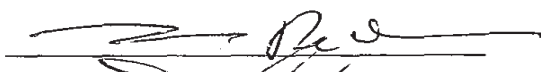
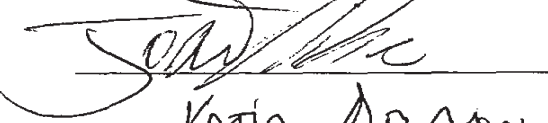


WOLNORON MORAIS

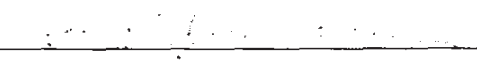
12 
13 JOÃO PEDRO

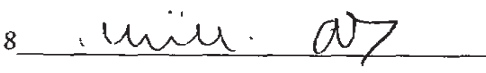
JOÃO VICENTE CLAUDINO

14 
15 

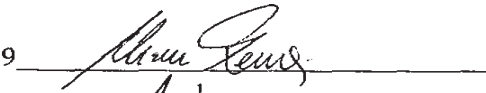



KATIA ARRAS

16 Rosalby Ciraliny
17

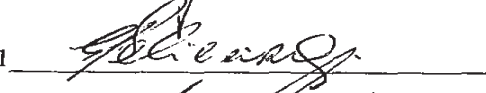
Rosalby Ciraliny


18 

MARIA DO CARMO ALVES

19 
20 


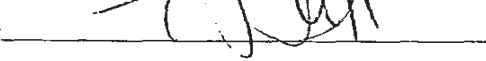
Eliseu Resende

21 

GINA ANELLO

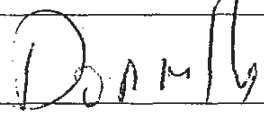
22 

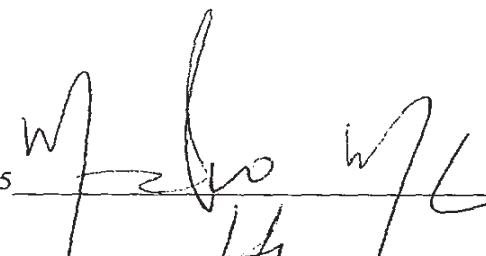
Vautereira

23 
24 

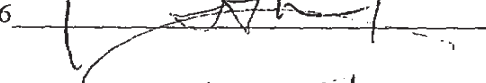
Helmi Santana

CICERO FROEN

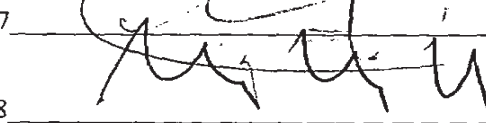


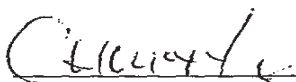
25 

MAGNO MALTA

26 

GERARDO ALESSANDRI JR

27 
28


Flávio Alves

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 5, DE 2008

Altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XLIII do art. 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º.....

XLIII – a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça, anistia ou progressão de regime de cumprimento de pena a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles

respondendo seus mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitiram; (NR)”

Art. 2º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A escalada da violência no Brasil tem deixado toda a sociedade apavorada e o Poder Legislativo tem que dar uma resposta rápida e dura para a impunidade dos bandidos, que a todos revolta.

Observamos que a possibilidade de progressão de regime de cumprimento de pena torna muitíssimo brando o tratamento dispensado aos perversos delinquentes que cometem crimes com requintes de crueldade.

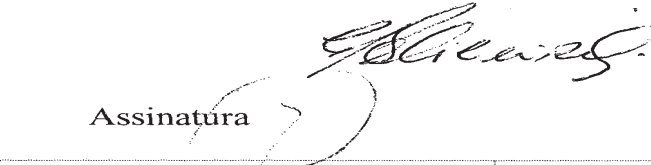
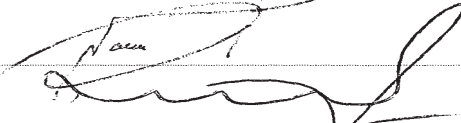
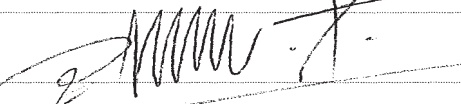
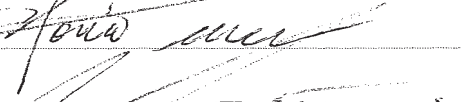
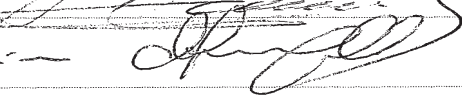

Beneficiados por esse instrumento, odioso privilégio, voltam às mas muito antes de cumprir as penas que lhes foram impostas e passam novamente a cometer delitos graves, que aterrorizam as pessoas de bem.

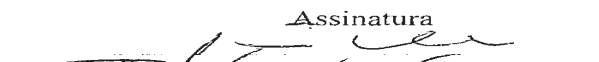


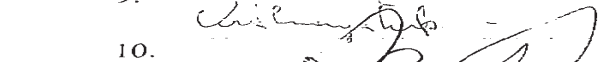
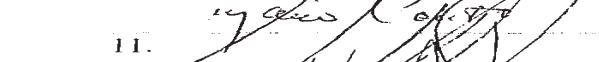
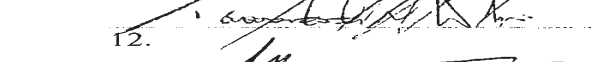


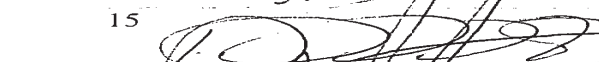


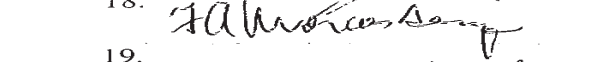
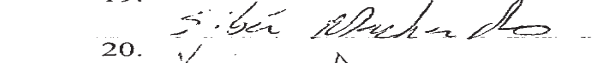
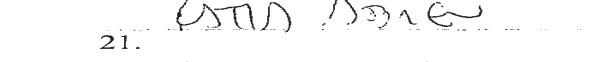
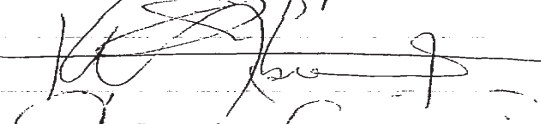










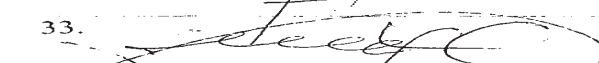


A propalada re-socialização do preso, que deveria ser buscada pelo sistema prisional, não passa de mera ficção. O que acontece efetivamente é que o condenado volta às ruas rapidamente, a despeito da gravidade do crime cometido. E volta para continuar sua atividade delitiva.

Por essas razões, impõe-se a vedação do odioso privilégio da progressão do regime de cumprimento de pena para os crimes hediondos, tortura, terrorismo e tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Acreditamos que nossa proposição certamente contribuirá para o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico brasileiro, razão pela qual conclamamos os nobres pares a aprová-la.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008.

Assinatura	Nome
1. 	NEUTO DE COSTA
2. 	ROQUELE J. dos S.
3. 	Epedito Juvos
4. 	R. Tuma
5. 	Alicia Santana
6. 	ESSENO NEZUM

Assinatura	Nome
	JWS
	ERIBERLANDE
	EDUARDO LETICIA
	ARILSON VIEIRA
	YILLCO
	FLEXA RIBEIRO
	JOSE CARLOS SILVA
	HERAKLITO FORTES
	Maíse Sena
	Augusto Boltho
	Jamil Campos
	Roberto
	Mae Santa
	
	Cláudio
	Jane Jane
	JOAO PEDRO RT/AM
	ANTONIO CARLOS VALADARES
	
	
	PAUL DORVE
	ALVARO DIAS
	GERALDO MESQUITA SR
	VADER RUFF
	OLIM ARNOLD
	
	

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – As Propostas de Emenda à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições constantes dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, Projetos de Lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2008

Define 2009 como o Ano do Ensino Técnico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica definido o ano de 2009, em todo o território nacional, como o Ano do Ensino Técnico.

Art. 2º Fica estabelecido o dia 23 de setembro como dia nacional dos profissionais de nível técnico.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A educação escolar tem-se implantado gradativamente na sociedade brasileira e, com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, tomou novos rumos e novo vigor.

De 1551 a 1827, podemos dizer que a educação escolar era uma instituição elitista, destinada somente aos brasileiros do sexo masculino e com ascendência européia. As crianças afrodescendentes não se podiam matricular e as indígenas tão somente se fossem batizadas.

Em 1827, lei imperial estendeu o ensino primário e secundário às meninas e, paulatinamente, deu condições a que a maioria das crianças se matriculassem em escolas públicas ou privadas. Passamos, porém, por uma fase em que a educação era um mecanismo de controle e seleção social.

Durante quase todo o Século XX, era crescente o número dos estudantes que entravam nas redes de ensino estaduais e municipais, mas pequeno o contingente que conseguia concluir o ensino secundário, necessário para a formação da cidadania e do trabalhador nas sociedades desenvolvidas. Foi a fase da educação escolar seletiva, inclusive na oferta de currículos diferenciados para os filhos de famílias ricas e de famílias pobres. Nesta época, mais precisamente em 23 de setembro de 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou nas capitais dos Estados Escolas de Artífices, que depois se transformaram em Escolas Técnicas Federais de nível médio e, mais recentemente, em Centros Federais de Educação Tecnológicas – os CEFETs.

O ano de 2009, representa o centenário desta iniciativa da União que redundou num sistema federal de ensino técnico, responsável, sem dúvida, não so-

mente pela qualidade da aprendizagem dos estudantes como pela própria qualificação da oferta da educação profissional, em razão da competência acadêmica de seus professores e servidores e do nível de investimento dos recursos financeiros ali aplicados.

O atual Governo Federal, tendo à frente um presidente operário, formado numa instituição de ensino técnico patronal, está sendo sensível à demanda por uma educação profissional qualificada e pública e determinou um programa sem precedentes de expansão do ensino técnico federal em todo o País. Ao mesmo tempo, preocupado com a inserção dos jovens no mundo do trabalho, instituiu o Projovem e o Proeja, que antecipam a qualificação para o trabalho ao nível do ensino fundamental. Concomitantemente, esta Casa aprovou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), pelo qual se dão condições aos Estados de financiar cursos profissionais técnicos de nível médio para adolescentes, jovens e adultos.

A educação profissional e tecnológica brasileira vive a maior expansão de sua história. Até 2002 foram construídas 140 escolas técnicas no país, e só nos últimos cinco anos o Ministério da Educação já entregou à população 39 novas unidades das 64 previstas na primeira fase do plano de expansão da rede federal de educação profissional. Na segunda fase do plano, o MEC disponibilizará mais 150 escolas, cobrindo todas as regiões do País, permitindo, até 2010, a abertura de 500 mil vagas.

Já neste ano, serão criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS, que oferecerão educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi e serão especializados em educação profissional e tecnológica.

Neste contexto, relevante também foi o pleito da Federação Nacional dos Técnicos Industriais – FENTEC, no sentido de instituir-se o ano do Ensino Técnico. Nos últimos 30 anos, a Fentec vem trabalhado energicamente em prol da categoria dos técnicos industriais.

Nada mais oportuno, portanto, que reservar o ano vindouro de 2009, para comemorar o ensino técnico no Brasil e intensificar os investimentos sociais e financeiros para sua consolidação, entendendo que a educação profissional não é uma alternativa coneonente à educação média e superior, mas uma modalidade de articular a transmissão da cultura e da tecnologia com o desenvolvimento econômico e social.

Com estes argumentos, confio na compreensão de meus pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Gerson Camata**.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2008

Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 56-A e 56-B:

“Art. 56-A. Sempre que a segurança do trânsito o exigir e as condições físicas, geométricas e operacionais da via o permitirem, a autoridade de trânsito com circunscrição sobre a via reservará faixa exclusiva para a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.”

Art. 56-B. É proibida ao condutor de motocicletas, motonetas e ciclomotores a passagem entre filas de veículos que trafeguem em faixas adjacentes ou entre o bordo da via e os veículos na faixa adjacente, onde houver faixa de circulação exclusiva”.

Art. 2º O art. 244 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos IX e X:

“Art. 244.

IX – fora de faixa reservada para uso exclusivo de motocicletas, motonetas e ciclomotores, quando houver;

X – entre filas de veículos que trafeguem em faixas adjacentes ou entre o bordo da via e os veículos na faixa adjacente, quando houver faixa de circulação exclusiva;

..... (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A violência do trânsito brasileiro vem assumindo proporções incontroláveis, particularmente dramáticas no segmento das motocicletas. O número de mortes de motociclistas já responde por 25% das vítimas de acidentes fatais de transporte no País e subiu 83% no período de 2002 a 2006. Nesse último ano, não chegou a 10% a diferença entre o número de mortes em acidentes com carros – cuja frota chega a ser três vezes maior que a de motocicletas – e o de motociclistas mortos.

Em 2007, a frota de motocicletas em circulação teve um crescimento de quase 40% – boa parte dele devido a outro fenômeno igualmente intenso: a notável

expansão dos serviços de moto-entrega (os chamados motoboys), sobretudo nos grandes centros urbanos.

À ampliação da frota e dos serviços de motoboy, soma-se a indisciplina e a imprudência de motociclistas no trânsito. Excesso de velocidade e, mais especificamente, a liberdade para circular entre as faixas de rolamento – dando origem aos chamados “corredores” de motociclistas, podem explicar a escalada das tragédias nesse segmento. De acordo com levantamento recentemente divulgado pela Companhia de Engenharia de Tráfego de São Paulo (CET), mais da metade dos acidentes fatais de motocicletas estavam relacionados com condutores que dirigiam entre os veículos.

A presente proposta visa, prioritariamente, combater a prática abusiva do “corredor” – fenômeno pelo qual condutores de motocicletas, na tentativa de escapar das retenções impostas pelos congestionamentos ou pelos semáforos, forçam a passagem entre os veículos em trânsito, numa determinada via, realizando, em condições inseguras, as ultrapassagens que lhes rendem o **status** de veículos ágeis e o diferencial de desempenho sobre os demais. Em especial, a adesão generalizada dos condutores de motocicletas ao “corredor” contribui para o agravamento das tensões no trânsito, potencializando o clima de hostilidade existente entre os condutores de carros e os motociclistas.

Iniciativas destinadas a coibir a passagem de motocicletas entre os veículos têm esbarrado na impossibilidade de multar os condutores, já que a proibição nesse sentido, constante da versão aprovada pelo Congresso Nacional, foi suprimida do texto legal, por força de veto presidencial aplicado ao art. 56 do Código de Trânsito Brasileiro. Alegava-se, à época, que a proibição restringiria a utilização desse tipo de veículo, cuja principal vantagem reside na agilidade do deslocamento.

A despeito do veto, ainda pendente de apreciação, consideramos que aumento da violência e das tensões entre motociclistas e condutores de autos justificam plenamente o restabelecimento da matéria vetada providência esta que o próprio governo já passou a defender.

Em complementação, o projeto busca promover a implantação de faixas ou pistas para uso exclusivo dos veículos motorizados de duas rodas, quando a segregação for necessária à segurança do trânsito e as vias oferecerem condições físicas, geométricas e operacionais adequadas para tal.

Avalia-se que, principalmente nas áreas urbanas – onde os problemas se manifestam com maior intensidade –, os efeitos das medidas ora propostas serão sentidos na redução de acidentes e na melhoria

das condições gerais de trânsito, com destaque para o estabelecimento de uma convivência mais respeitosa, civilizada e harmônica entre os diversos tipos de usuários na disputa pelo espaço viário.

Certos da oportunidade da iniciativa, esperamos contar com o apoio necessário à aprovação do projeto de lei que apresentamos.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008.
– Senador **Marconi Perillo**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO III

Das Normas Gerais de Circulação e Conduta

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

I – utilizando capacete de segurança;

II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;

III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 56. (VETADO)

Art. 57. Os ciclomotores devem ser conduzidos pela direita da pista de rolamento, preferencialmente no centro da faixa mais à direita ou no bordo direito da pista sempre que não houver acostamento ou faixa própria a eles destinada, proibida a sua circulação nas vias de trânsito rápido e sobre as calçadas das vias urbanas.

Parágrafo único. Quando uma via comportar duas ou mais faixas de trânsito e a da direita for destinada ao uso exclusivo de outro tipo de veículo, os ciclomotores deverão circular pela faixa adjacente à da direita.

Art. 244. Conduzir motocicleta, motoneta e ciclomotor:

I – sem usar capacete de segurança com viseira ou óculos de proteção e vestuário de acordo com as normas e especificações aprovadas pelo Contran;

II – transportando passageiro sem o capacete de segurança, na forma estabelecida no inciso anterior, ou fora do assento suplementar colocado atrás do condutor ou em carro lateral;

III – fazendo malabarismo ou equilibrando-se apenas em uma roda;

IV – com os faróis apagados;

V – transportando criança menor de sete anos ou que não tenha, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança:

Infração – gravíssima;

Penalidade – multa e suspensão do direito de dirigir;

Medida administrativa – Recolhimento do documento de habilitação;

VI – rebocando outro veículo;

VII – sem segurar o guidom com ambas as mãos, salvo eventualmente para indicação de manobras;

VIII – transportando carga incompatível com suas especificações:

Infração – média;

Penalidade – multa.

§ 1º Para ciclos aplica-se o disposto nos incisos III, VII e VIII, além de:

a) conduzir passageiro fora da garupa ou do assento especial a ele destinado;

b) transitar em vias de trânsito rápido ou rodovias, salvo onde houver acostamento ou faixas de rolamento próprias;

c) transportar crianças que não tenham, nas circunstâncias, condições de cuidar de sua própria segurança.

§ 2º Aplica-se aos ciclomotores o disposto na alínea b do parágrafo anterior:

Infração – média;

Penalidade – multa.

MENSAGEM Nº 1.056,
DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Senhor Presidente do Senado Federal.

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar parcialmente, por inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público, o Projeto de Lei nº 3.710, de 1993 (nº 73/94 no Senado Federal), que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”.

Ouvidos, os Ministérios dos Transportes e da Justiça assim se manifestaram sobre os seguintes vetos:

Art. 56.

“Art. 56. É proibida ao condutor de motocicletas, motonetas e ciclomotores a passagem entre veículos de filas adjacentes ou entre a calçada e veículos de fila adjacente a ela.”

Razões do veto:

“Ao proibir o condutor de motocicletas e motonetas a passagem entre veículos de filas adjacentes, o dispositivo restringe sobre maneira a utilização desse

tipo de veículo que, em todo o mundo, é largamente utilizado como forma de garantir maior agilidade de deslocamento. Ademais, a segurança dos motoristas está, em maior escala, relacionada aos quesitos de velocidade, de prudência e de utilização dos equipamentos de segurança obrigatórios, os quais encontram no Código limitações e padrões rígidos para todos os tipos de veículos motorizados. Importante também ressaltar que, pelo disposto no art. 57 do Código, a restrição fica mantida para os ciclomotores, uma vez que, em função de suas limitações de velocidade e de estrutura, poderiam estar expostos a maior risco de acidente nessas situações.”

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008

Estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As emissões de gases de efeito estufa decorrentes das atividades de planejamento, divulgação e realização dos eventos relacionados à Copa do Mundo de Futebol em 2014, no Brasil, deverão ser neutralizadas mediante ações efetivas de compensação.

§ 1º O cálculo das emissões a serem compensadas deverá seguir metodologia aprovada pelo órgão governamental competente, conforme regulamento.

§ 2º A compensação obedecerá a projeto elaborado pelo responsável pela organização do evento e aprovado pelo órgão governamental competente.

Art. 2º Os recursos arrecadados com a comercialização dos créditos de carbono decorrentes do cumprimento do disposto nesta Lei serão partilhados igualmente entre o poder público e o responsável pelo evento.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao Poder Público serão alocados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 1º de julho de 1989.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

De acordo com o Quarto Relatório de Avaliação, divulgado em 2007 pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas (ONU), o aquecimento global é inquestionável. Os cientistas afirmam com certeza quase absoluta que o fenômeno está relacionado com

o aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera, decorrente das atividades humanas. A emissão de tais gases advém principalmente do uso de combustíveis fósseis e de mudanças de uso da terra, ou seja, de queimadas e desmatamentos.

Nesse sentido, em que pese a responsabilidade histórica pela intensidade das mudanças climáticas ser diferenciada em razão do estágio de desenvolvimento das nações, trata-se de questão que afeta toda a Humanidade e que requer providências de todos os países. Essa idéia está positivada no princípio das responsabilidades comuns porém diferenciadas, da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, de 1992. Com base nesse princípio, o Brasil não pode se furtar a adotar medidas que contribuam, na medida das nossas possibilidades, para a mitigação das emissões de gases de efeito estufa.

O projeto de lei que submetemos à apreciação de nossos Pares cumpre um duplo objetivo. Por um lado, busca explicitar para a comunidade internacional que o País não foge às suas responsabilidades também no que se refere ao esforço planetário de combate ao aquecimento global. Por outro, sinaliza aos brasileiros a importância do assunto, associando atitudes ambientalmente sustentáveis ao esporte nacional: o futebol.

A Copa do Mundo é um evento esportivo internacional de especial relevância, pois mobiliza seleções dos mais variados países, vindas de todos os continentes. É desnecessário apontar a importância do evento para o Brasil, único País pentacampeão mundial e freqüente ocupante da posição de melhor seleção mundial no ranking da Fifa.

Propomos, desse modo, a neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes de todas as atividades relacionadas à Copa do Mundo de Futebol, a realizar-se no Brasil em 2014. O cálculo das emissões a serem compensadas será efetuado com base em metodologia aprovada pelo órgão governamental competente. A efetiva compensação deverá obedecer a projeto elaborado pelo responsável pela realização do evento e aprovado também pelo órgão governamental competente. O detalhamento dessa sistemática, no entanto, deve ser feito na regulamentação da Lei.

Acreditamos que a presente iniciativa constitui importante contribuição do Senado Federal ao esforço brasileiro e mundial de prevenção e combate às mudanças climáticas e ao seu principal efeito, o aquecimento global. Esperamos, portanto, a acolhida deste projeto de lei pelos ilustres Pares.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Junior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

.....
 (À Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 47, DE 2008**Altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 29.

§ 5º Os veículos automóveis para transporte coletivo de passageiros objetos de perdimento serão destinados a Prefeituras municipais para utilização obrigatória em transporte escolar, segundo lista de prioridade fornecida anualmente pelo Ministério da Educação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A legislação aduaneira prevê a pena de perdimento, aplicável em diversas circunstâncias especificadas em lei, obedecido o devido processo legal.

Como, nos termos da lei, o transportador é equiparado a responsável em alguns tipos de infração, sucede muitas vezes a apreensão da mercadoria flagrada em situação irregular e também do veículo em que ela é transportada, vindo, ao cabo, ser aplicada a pena de perdimento a ambos. Pode, também, suceder de o próprio veículo ser a mercadoria em situação que acarrete a pena de perdimento.

O Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, em seu art. 29, dispõe sobre a destinação das mercadorias apreendidas, separando-os em dois grupos. As de “notórias possibilidades de comercialização externa” serão vendidas a empresas comerciais exportadoras ou a lojas francas. As demais, serão destinadas se-

gundo critérios e condições fixados pelo Ministro da Fazenda.

Segundo a praxe que já se prolonga por mais trinta anos, esses critérios têm sido basicamente a venda em leilão ou a incorporação a órgãos da administração pública ou ainda entidades sem fins lucrativos declarados de utilidade pública, além de sumária inutilização, em determinados casos.

A incorporação a órgãos da administração pública tem sido uma maneira excelente de proporcionar meios de ação aos administradores, a custo zero. Esta é uma prática realmente bastante salutar, pois o castigo aos infratores se converte em utilidade para o bem comum.

Este projeto tem a finalidade de consolidar a prática, que se revelou muito boa, elevando-a da simples discricionariedade ministerial para a determinação legal, especificamente quanto aos ônibus que possam ser utilizados no transporte escolar.

A finalidade é simplesmente garantir que não haverá mudança nesse critério. O transporte escolar é uma das carências mais sentidas pela maioria dos municípios brasileiros, notadamente no atendimento da zona rural. A grande maioria das prefeituras simplesmente não tem margem orçamentária para adquirir sequer um ônibus.

Nos termos propostos, caberá ao Ministério da Educação fornecer à autoridade fazendária a lista prioritária dos municípios que deverão ser atendidos, renovando e atualizando essa lista anualmente.

É o que se coloca à deliberação.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 1.455, DE 7 DE ABRIL DE 1976

.....
 Art 29. A alienação ou destinação será efetivada da seguinte forma:

I – mercadorias com notórias possibilidades de comercialização externa:

a) venda a empresas comerciais exportadoras que assumam compromisso de comprovar sua efetiva exportação;

b) venda a lojas francas.

II – mercadorias de difícil comercialização externa: outras formas de destinação, conforme critérios e condições a serem fixados pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º A partir de 1º de janeiro de 1988, o produto da alienação de que trata este artigo terá a seguinte destinação:

a) 60% (sessenta por cento) ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), instituído pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975;

b) 40% (quarenta por cento) ao Programa Nacional do Voluntariado (PRONAV), da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), instituída pelo Decreto-lei nº 4.830, de 15 de outubro de 1942.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de até Cr\$200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros) em favor do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF, para atendimento dos encargos de administração e alienação das mercadorias apreendidas.

§ 3º Os recursos necessários à execução do disposto no parágrafo anterior decorrerão da anulação de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento.

§ 4º Caberá à Secretaria da Receita Federal a administração e alienação das mercadorias apreendidas.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 48, DE 2008

Dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A estudante grávida tem direito à interrupção do estágio pelo prazo de cento e vinte dias.

§ 1º A data de início da interrupção deve ser informada à parte concedente do estágio e à instituição de ensino por atestado médico e deve ocorrer entre o vigésimo oitavo dia anterior ao parto e a data prevista de sua ocorrência.

§ 2º Em caso de nascimento antecipado, a interrupção prevista no **caput** se inicia na data do parto.

Art. 2º Durante o período de interrupção do estágio, nos termos do art. 1º, suspende-se o cumprimento de todas as obrigações da estudante, da instituição de ensino e da parte concedente.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica à percepção de salário-maternidade pela estudante que seja segurada facultativa do Regime Geral de Previdência Social, nos termos dos arts. 13 e 73, III, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Em caso de abortamento não criminoso, a estudante tem direito à interrupção do estágio pelo prazo de quatorze dias, sem prejuízo da percepção de

bolsa ou de qualquer outra forma de contraprestação que tenha sido ajustada.

Art. 4º Terminado o período de interrupção disposto no art. 1º ou no art. 3º, o estágio prosseguirá nos termos e condições anteriormente ajustados, acrescido do número de dias correspondente àquele período.

Art. 5º É vedado o desligamento da estudante desde o momento da confirmação da gravidez até o término do estágio, nos termos do art. 4º, ressalvadas as hipóteses de:

I – encerramento do tempo de duração do estágio, nos termos do acordo firmado entre as partes antes da confirmação da gravidez, se recair em dia compreendido entre a confirmação e o início da interrupção.

II – grave descumprimento das obrigações assumidas pela estagiária no termo de compromisso firmado entre as partes.

III – solicitação de desligamento efetuada pela estagiária ou seus responsáveis legais, se for o caso.

Art. 6º São vedadas a reprovação e a retenção de diploma da estudante em virtude de interrupção de estágio por gravidez ou abortamento não criminoso.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Criado como mecanismo de introdução do jovem estudante ao mercado de trabalho, o estágio demonstrou, desde que foi inserido no ordenamento jurídico nacional, pela Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, sua eficácia.

De fato, o estágio tem representado instrumento extremamente eficiente de inserção dos estudantes, particularmente os universitários e os alunos de cursos profissionalizantes, no mercado de trabalho.

O estágio constitui-se em recurso fundamental de aprendizado prático do estudante, complementar àquele recebido na escola, de maneira a promover a adaptação do aluno às condições efetivas na qual serão desempenhadas as funções para as quais recebeu sua formação profissional.

No entanto, mesmo que sua eficácia tenha sido plenamente demonstrada ao longo dos últimos trinta anos, o estágio, como instituição, ainda pode vir a ser aperfeiçoado.

Um dos problemas mais perceptíveis é o da transformação do estágio em contrato de trabalho escamoteado. Em diversas empresas e mesmo órgãos públicos, o estagiário se vê reduzido a mão-de-obra explorada e mal remunerada, praticamente sem quaisquer direitos.

A percepção dessas dificuldades motivou a apresentação de proposições legislativas que alteram sig-

nificativamente a prática do estágio, reforçando seu caráter educativo.

Ainda que tais propostas signifiquem um aperfeiçoamento bem-vindo da instituição do estágio, acreditamos que exista ainda uma lacuna essencial na sua regulamentação: a proteção à gestante.

A defesa da maternidade é um dos elementos essenciais da legislação social brasileira, sendo, mesmo, arrolada entre os direitos sociais fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

A intenção do legislador foi a de garantir ao recém-nascido a atenção integral de sua mãe, durante período em que a sua dependência é mais aguda. Trata-se de etapa crucial não apenas para a adaptação da família à chegada de novo membro, mas, primordialmente, para a garantia dos cuidados iniciais à criança que assegurem seu desenvolvimento posterior.

A proposta que ora encaminho tem por objetivo sanar essa lacuna, estabelecendo as condições para a interrupção do estágio por parte da estudante grávida.

De fato, trata-se de conferir, à estudante e ao seu filho, algum grau de proteção, sem prejudicar a realização do estágio.

Naturalmente, temos consciência de que seria infrutífero, mesmo contraproducente, estabelecer condições que iguallassem a estagiária a uma empregada. Os estagiários são, unicamente, segurados opcionais do regime de Seguridade Social e transferir, ao concedente, o ônus financeiro de pagamento de uma hipotética bolsa-maternidade poderia gerar efeitos deletérios.

Além do fato de que tal ônus representaria um obstáculo à contratação de estagiários do sexo feminino, temos também que é relativamente comum a existência de estágios gratuitos, situação na qual seria absolutamente impróprio atribuir ao concedente qualquer despesa.

Assim, propomos estabelecer, tão-somente, a interrupção do estágio e a garantia de que a estudante não venha a ser dispensada em razão da gravidez. Essa solução oferece um compromisso entre a função eminentemente educacional do estágio e as necessidades da futura mãe e de seu filho.

A idéia é a de conferir a possibilidade de a estudante levar a cabo seu estágio, sem que, para isso, tenha de negligenciar seu filho e de impedir que seja dispensada, como acontece com enorme frequência atualmente.

Temos a consciência de que, na maioria das vezes, a estagiária é ainda muito jovem e que a gravidez, nesse momento em que se inicia uma vida profissional, pode ser indesejada ou representar-lhe uma grande dificuldade. Acreditamos, contudo, que ao legislador

compete garantir o máximo de proteção realisticamente possível à maternidade, tendo-se em vista que a gravidez prematura é um fato social inegável.

A presente proposição cria mecanismos de proteção ao estágio e à estagiária no caso de gravidez levada a termo ou de interrupção espontânea da gestação, adaptando-se, cremos, a quaisquer alterações no regime do estágio que possam advir das propostas legislativas ora em tramitação no Congresso.

A aprovação deste Projeto de Lei, destarte, constitui um ponto de apoio fundamental para a proteção da maternidade e do instituto do estágio, razão pela qual solicito, aos meus pares, seu apoio.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2008. – Senador **Expedito Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

.....
 Art. 13. É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.

.....
 Art. 73. Assegurado o valor de um salário-mínimo, o salário-maternidade para as demais seguradas, pago diretamente pela Previdência Social, consistirá:

I – em um valor correspondente ao do seu último salário-de-contribuição, para a segurada empregada doméstica;

II – em um doze avos do valor sobre o qual incidiu sua última contribuição anual, para a segurada especial;

III – em um doze avos da soma dos doze últimos salários-de-contribuição, apurados em um período não superior a quinze meses, para as demais seguradas.

LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977

Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e Supletivo e dá outras providências.

.....
 (À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Encerrou-se ontem o prazo para apresenta-

ção de emendas ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008**, que *aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2007*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria consta da pauta da sessão deliberativa ordinária de hoje, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria que V. Ex^a me inscrevesse para falar para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a é o segundo inscrito para uma comunicação inadiável.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Ideli Salvatti tem a palavra pela ordem.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Senadora Ideli Salvatti é a terceira inscrita para uma comunicação inadiável.

Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Gilvam Borges, que, por cessão e permuta, passa a primazia da palavra para o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

V. Ex^a tem a palavra pelo tempo de dez minutos, Senador.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Camata.

Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, os meus sinceros agradecimentos ao Senador Gilvam Borges, querido companheiro que representa tão bem aqui o Estado do Amapá.

Tenho minhas divergências pontuais com o Presidente Lula, com o seu Governo, mas devo reconhecer a importância do seu papel no contexto do Mercosul. Por consideração dos meus Pares, presido a representação brasileira no Parlamento do Mercosul e sou testemunha de que a atuação do Presidente Lula, a sua persistência em transformar aquele grande fórum no núcleo do processo de integração latino-americana tem sido motivo de observação e de aplauso, Senador Gilvam. O Presidente Lula dá mais um passo nesse

sentido quando volta os olhos para a perspectiva e a possibilidade de integrarmos Cuba ao complexo do Mercosul.

O jornal **Folha de S.Paulo**, na edição de terça-feira, atribuiu ao Presidente Lula a consideração da possibilidade da entrada de Cuba no Mercosul. Segundo o jornal, em entrevista a um canal de televisão da Argentina, o Presidente afirmou que não seria politicamente correto interferir no processo de transição daquele país, mas que há uma disposição do Governo brasileiro de ajudar Cuba, sem interferência, mas como um parceiro regional.

Na mesma ocasião da visita do Presidente Lula à Argentina, o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, apresentou ao Governo daquele País a proposta de criação de um Conselho Sul-Americano de Defesa, que seria responsável pela formulação de uma estratégia conjunta na área. Segundo o Ministro Jobim, o objetivo do Conselho é promover o entendimento com todos os países sul-americanos para ter uma mesma palavra sobre defesa nos fóruns internacionais e resolver as eventuais questões intra-regionais.

A sinalização do Governo brasileiro e, particularmente, do Presidente Lula mais uma vez evidencia um movimento correto no sentido de construir uma nova geopolítica para a região e mesmo para as relações mundiais.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho afirmado, desta tribuna e também no Parlamento do Mercosul, que o mundo, a economia, os interesses políticos se articulam cada vez mais em blocos. O mundo, Senador Gilvam, se globaliza – é um processo que já vem de muitos anos –, mas, ao mesmo tempo, se “localiza”, ou seja, vem se dividindo em grandes blocos. E não podemos ficar à margem desse processo. Nesse sentido, nada mais correto neste momento do que atuarmos para fortalecer as relações entre os países da nossa região, levando em conta – a exemplo da Europa – as diferenças, as assimetrias em todos os terrenos, sejam econômicos, sociais e até mesmo políticos.

É importante registrar, no caso da maior aproximação com Cuba, que recentemente o Ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, foi àquele País acompanhado de trinta empresários. Além disso, a Petrobras confirmou sua decisão de atuar na exploração de petróleo e gás no Golfo do México, em parceria com o Estado cubano.

A recente visita do Presidente Lula a Cuba ratificou essa política, que também inclui investimentos em infra-estrutura. Como contrapartida dessa relação, Cuba tem a oferecer, como é do conhecimento geral, seu enorme potencial no terreno da saúde e também

novas possibilidades de negócios em conjunto, como já sinalizou a Petrobras.

É importante, neste momento, a sugestão do Brasil, que, sem que isso signifique nenhum tipo de ingerência ou disputa de liderança, abre nova perspectiva para o processo de transição e mudanças que, inevitavelmente, ocorrerão em Cuba.

Pela sua posição econômica e política e capacidade de interlocução, o Brasil, por exemplo, e o conjunto do Mercosul podem contribuir decisivamente para a superação de conflitos e situações históricas, como o famigerado bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que já ultrapassa quatro décadas de existência. Com essa postura, tanto diante da transição cubana quanto dos conflitos regionais, o Brasil está dando uma contribuição fundamental, não apenas para o Continente Sul-Americano, mas para todo o mundo civilizado.

O processo de integração regional – que tem no Senador Zambiasi um dos seus mais fervorosos e ardorosos defensores –, além do terreno econômico, também precisa de gestos e de visão estratégica de futuro, que, ao natural, estimulam o conjunto do processo de aproximação dos povos.

É fato hoje que a posição de desprendimento e de grandeza diante dos conflitos, aparentemente insuperáveis, demonstrada pela diplomacia brasileira tem contribuído para o avanço da integração em todos os terrenos.

Acrescento, ao final, que a perspectiva do ingresso de Cuba no Mercosul, na sua estrutura, significa, talvez, a possibilidade de oferecermos ao povo cubano não só o discurso, mas a motivação para que o País inicie a caminhada rumo à consolidação de sua revolução pelo viés democrático, tendo em vista que o respeito ao Estado de direito e ao processo democrático é o principal pilar da construção do processo de integração regional que se constrói em torno e a partir do Mercosul.

Portanto, venho aqui dar o meu testemunho. Em que pesem, como disse no início, as divergências pontuais que tenho com o Presidente Lula e seu Governo, nessa área e nesse campo sua atuação é de se tirar o chapéu. A atuação do Presidente Lula tem sido consistente, tem sido importante e, digo até, fundamental para a consolidação do processo de integração de nosso continente, através do núcleo que hoje temos, que é a própria estrutura do Mercosul, que hoje conta com o seu Parlamento. Esse é o rumo, essa é perspectiva. Tenho certeza absoluta de que, acenando com a possibilidade do ingresso de Cuba, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao mesmo tempo em que contribui para que superemos aquela coisa difícil de se assimilar até

hoje, que é aquele embargo cruel em torno da ilha de Cuba, permite que o País ingresse fortemente no caminho definitivo do processo democrático.

Era o que eu queria, no momento, deixar exposto, agradecendo ao Presidente Camata pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Obrigado a V. Ex^a pelo estrito e regimental cumprimento do tempo que lhe foi destinado, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Continuamos com a lista de oradores.

O Senador Mão Santa, segundo inscrito para uma comunicação inadiável, faz uma permuta do seu tempo com o Senador Gilvam Borges, orador inscrito.

Com a palavra S. Ex^a o Senador Gilvam Borges pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Gerson Camata. PMDB – ES) – A Presidência quer, com a permissão de V. Ex^a, fazer um comunicado.

A Presidência designa o Senador Renato Casagrande Relator-revisor do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta. Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC, altera a Lei nº 5.070, de 07 de julho de 1966, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007).

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Com a palavra o Senador Gilvam Borges, pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente Camata, que ora preside esta sessão, Exm^{os} Sr^{as} e Srs. Senadores, ainda este mês de fevereiro tivemos os tapetes vermelhos estendidos nas entranhas desta Casa, dando acesso à Câmara dos Deputados. Ladeando os tapetes vermelhos estavam os Dragões da Independência. Que dia bonito, festivo, o da abertura do novo ano de trabalho.

Neste mês de fevereiro, tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de estar presentes a essa sessão. Fiz questão de, antes que se encerrasse o mês de fevereiro, ler a Mensagem do Presidente Lula, agora citado várias vezes pelo Senador Geraldo Mesquita, que lhe faz uma oposição equilibrada e responsável, considerando os erros mas também, nas horas oportunas e devidas, elogiando os acertos. Então, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesse dia histórico e importante para a democracia, dá os sinais da vitalidade das instituições. Ele, então, se dirigiu ao Congresso Nacional e à Nação. Dessa forma aqui, agora, Sr. Presidente,

considero importante essa manifestação para que a Nação possa entender este belo momento que a Nação vive, esse período de muita prosperidade.

Ele disse:

“Minhas senhoras e meus senhores, esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de dirigir-me ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem, certamente, comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos governos estaduais, municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.”

O Presidente Lula continua:

“Este momento excepcional, sem dúvida, decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira, certamente, cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação, e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que, no final de 2006, eram de US\$86 bilhões, alcançaram, em dezembro de 2007, US\$180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e

brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

“No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas, entre os quais se destaca o Bolsa-Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que, neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se, cada vez mais, em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias; o preço de pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo de megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. (...)”

O Presidente continua a sua mensagem, fazendo um panorama extremamente positivo do País.

Sr. Presidente, precisei dar repercussão e peço a V. Ex^a que determine que seja encaminhada a todos os Srs. Senadores que não tiveram oportunidade de acessar tão importante mensagem do início das atividades legislativas.

Quero agradecer ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que nos recebeu ontem; agradecer ao Ministro dos Transportes; agradecer à Ministra da Casa Civil, que recebeu a Bancada Federal do Amapá, juntamente com o Governador do Estado e o Presidente da Assembléia Legislativa.

Há muito trabalho. Que isso represente prosperidade.

Nós acreditamos, como o próprio Senador Geraldo Mesquita, que uma Oposição responsável e racional se equilibra, sendo enfático nas horas em que precisa criticar e tendo a altivez e a grandeza de saber fazer as considerações positivas sobre os acertos do Executivo, seja federal, seja estadual, seja municipal.

Os gestores, sim, têm os seus erros, mas também têm os seus acertos. E nos alegra, Sr. Presidente, saber que o Presidente Lula continua a sua saga, a sua disposição e a sua coragem de interligar a América Latina e de colocar o Brasil na rota do desenvolvimento.

Lida na abertura da Sessão Legislativa, nesse mês de fevereiro, é muito importante que essa mensagem chegue ao conhecimento dos Srs. Senadores, para que se possa ter uma idéia do panorama, da retrospectiva dos últimos seis anos e das perspectivas que teremos para a finalização do segundo mandato do Presidente Lula, que se dará, sem dúvida, com uma Nação equilibrada, cuja herança fundamental será a reafirmação, a consolidação da democracia em nosso País.

O Presidente veio ao Congresso Nacional e se manifestou perante todo Parlamento, incluindo-o como peça fundamental nas ações e no desenvolvimento desta Nação, bem como o Poder Judiciário e todas as outras instituições.

Que Deus abençoe o Brasil.

Que Deus abençoe o Amapá.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR GILVAM BORGES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
2008**

Minhas senhoras e meus senhores,

Esta é a sexta vez que tenho a honra e a grande satisfação de me dirigir ao Congresso Nacional com o objetivo de prestar contas das ações do Executivo e apresentar nossos planos de ação e expectativas.

Os dados e os números que estão sistematizados nesta Mensagem certamente comprovam que vivemos hoje em um País muito melhor do que aquele das últimas décadas. Este resultado, que tanto nos orgulha, é fruto de um enorme esforço coletivo, não somente do Governo Federal, mas do Legislativo, do Judiciário, dos Governos Estaduais, Municipais e de toda a sociedade, que se mostra a cada dia mais consciente e participativa.

Este momento excepcional sem dúvida decorre dos avanços da democracia em nosso País e, ao mesmo tempo, contribui para fortalecê-la e consolidá-la ainda mais.

A economia brasileira certamente cresceu mais de 5% no ano passado, com baixa inflação e, neste ano, continuará crescendo em ritmo semelhante porque os seus fundamentos estão sólidos e ganharam a confiança de todos, tanto interna como externamente.

As reservas internacionais do Brasil, que no final de 2006 eram de US\$86 bilhões, alcançaram em dezembro de 2007 US\$180 bilhões, correspondendo a mais do que o dobro da dívida externa pública e à quase totalidade da dívida externa do País, e a balança comercial fechou o ano de 2007 com um superávit de US\$40 bilhões, refletindo a expansão tanto das exportações quanto das importações.

O emprego tem aumentado juntamente com o valor do salário. Em 2007, foram criados 1.617.392 empregos com carteira assinada, um marco na nossa história. As estatísticas apontam que o desemprego tem diminuído de forma contínua. E a massa salarial cresceu 7% no ano passado, com os trabalhadores obtendo reajustes acima da inflação em quase todas as negociações.

Milhões de famílias foram incluídas no mercado de consumo. Estudos apontam que nada menos de 20 milhões de brasileiros e brasileiras ascenderam nos últimos cinco anos das classes D e E para a classe C. O amplo mercado de massas que está sendo criado em nosso País não apenas é um sinal efetivo dessa vigorosa mobilidade social como significa um dos sustentáculos da retomada do nosso crescimento econômico.

No ano passado, a Organização das Nações Unidas (ONU) incluiu o Brasil, pela primeira vez, no grupo dos países com alto índice de desenvolvimento humano. Isso significa que a luta contra a fome e a pobreza, por meio de um conjunto articulado de programas entre os quais se destaca o Bolsa Família, está dando resultado e obtendo reconhecimento crescente no País e no exterior.

Crescer de modo sustentado e com inclusão social tem sido o nosso objetivo maior e, sem dúvida, a mais significativa conquista destes últimos anos.

Um marco das ações do Governo Federal no ano passado foi o lançamento e a consolidação do PAC – o Plano de Aceleração do Crescimento. Tenho certeza de que neste ano de 2008, o Brasil inteiro começará a sentir de perto os efeitos da implantação das ações do PAC, transformando-se cada vez mais em um verdadeiro canteiro de obras. Até 2010, R\$504 bilhões vão ser investidos em rodovias, ferrovias, hidrovias, energia, portos e aeroportos, habitação, água potável e saneamento básico por todo o País.

Tenho de ressaltar que o Governo está empenhado não somente em fazer mais, mas em fazê-lo de forma cada vez mais racional, qualificada e barata, realizando uma gestão eficaz dos recursos públicos. Alguns exemplos significativos demonstram isso: nas licitações para exploração de rodovias, o preço dos pedágios caiu fortemente; no leilão da usina de Santo Antonio, no rio Madeira, o custo do megawatt/hora voltou aos patamares do início da década de 90.

Tudo isso não se consegue sem enfrentar enormes dificuldades e superar obstáculos. Um instrumento fundamental de fortalecimento da democracia e de grande eficácia para garantir esses avanços tem sido o diálogo responsável e qualificado com todos os segmentos da sociedade civil, buscando o equacionamento dos conflitos e a construção de soluções compartilhadas para os graves problemas do País. Este é um dos traços mais marcantes e inovadores do nosso Governo, que sempre faço questão de destacar.

A ampliação dos espaços republicanos e democráticos de diálogo tem dado conseqüência prática ao princípio constitucional da democracia participativa. Esse diálogo está sendo fundamental para a construção de um novo País. Desde o primeiro mandato, temos investido fortemente no processo de interlocução com a sociedade. Fortalecemos os Conselhos existentes e criamos cerca de 30 novos, naqueles setores onde não havia canais institucionalizados de participação. Entre eles, o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e o Conselho Nacional da Juventude. Também reativamos o CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Realizamos mais de 50 Conferências setoriais, mobilizando, até hoje, cerca de dois milhões e meio de participantes nos Municípios, Estados e eventos nacionais, contribuindo diretamente para a elaboração de nossas políticas públicas.

O fortalecimento da integração sul-americana permanece como objetivo prioritário da atuação internacional brasileira. No ano passado, continuou intenso o intercâmbio de visitas entre os mandatários sul-americanos, com a conclusão de inúmeros acordos e medidas concretas de aproximação.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) constitui o mais importante alicerce do projeto de integração regional. Um projeto que vem avançando não só em termos comerciais, mas também nos níveis político e sociocultural. O Parlamento do Mercosul começou a funcionar, o que contribuirá para aumentar a segurança jurídica do processo de integração.

Intensificamos as relações com os países africanos e asiáticos, como também com os parceiros mais tradicionais, Estados Unidos e União Européia.

Em julho de 2007, ao final da Cúpula de Lisboa, foi lançada a Parceria Estratégica Brasil-União Européia, com as seguintes áreas prioritárias: meio ambiente, biocombustíveis e ciência e tecnologia.

Firmamos com os Estados Unidos o Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis para promover a cooperação bilateral, o desenvolvimento do setor em terceiros países e de um mercado global de biocombustíveis.

Em março, foi lançado o Fórum Internacional de Biocombustíveis, em Nova York, pelo Brasil, África do Sul, China, União Européia, Estados

Unidos e Índia, tendo por objetivo estabelecer diálogo de alto nível e coordenar posições sobre o assunto.

Vivemos um momento excepcional no nosso País e estamos no rumo certo, mas tenho plena consciência de que é preciso avançar muito mais. Três áreas terão atenção redobrada em 2008: segurança, educação e saúde.

Na segurança, vamos estreitar ainda mais a colaboração com os Estados, dando continuidade ao fortalecimento da inteligência policial, da Força Nacional de Segurança e da Polícia Federal. Lançamos no ano passado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), que contará com mais de R\$6 bilhões até 2010 para investir no combate ao crime e na defesa de nossos cidadãos.

Em relação à saúde, no começo de dezembro do ano passado, lançamos um vasto programa que ficou conhecido como “PAC da Saúde”, destinando até 2010 mais R\$24 bilhões para o setor. Entre outras coisas, todas as crianças das escolas públicas passariam a ter consultas médicas regulares, inclusive com dentistas e oculistas. Infelizmente, esse processo foi truncado com a derrubada da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), responsável em boa medida

pelos investimentos na saúde. Mas tenho certeza de que o Governo, o Congresso e a sociedade, juntos, encontrarão uma solução para o problema.

Quanto à educação, além do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), criamos o Plano de Desenvolvimento da Educação, o PDE, que fará uma revolução na qualidade do ensino no País. Até 2010, serão aplicados R\$12 bilhões a mais nos ensinos médio e fundamental, melhorando os salários dos professores, garantindo a sua formação continuada e equipando as escolas. E estamos abrindo 10 novas universidades públicas, 48 extensões universitárias no interior e 214 escolas técnicas em todo o País. Também estamos ampliando o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que já ofereceu 400 mil bolsas de estudos em faculdades particulares, e lançando o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que, em 4 anos, vai criar cerca de 400 mil novas vagas nas universidades federais.

O País e o Executivo, Senhoras e Senhores Congressistas, têm muito a agradecer ao Parlamento brasileiro por todas as matérias fundamentais que examinou, e sobre as quais deliberou, durante o ano passado. Juntos, os poderes da República e a sociedade, seremos cada vez mais capazes de trabalhar pelo bem do Brasil, construindo uma nação desenvolvida e socialmente mais justa.

Quero concluir a apresentação desta Mensagem repetindo que sou, ao mesmo tempo, o mais satisfeito e o mais insatisfeito dos brasileiros.

Satisfeito porque fizemos muito, e insatisfeito porque tudo isso ainda é pouco diante do tamanho da nossa dívida social.

Que tenhamos, todos, um profícuo 2008, para o bem do Brasil e de todo o povo brasileiro.

Muito obrigado.

Brasília, 6 de fevereiro de 2008. – **Luiz Inácio Lula da Silva**, Presidente da República.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS) – Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – Estamos na fase dos oradores inscritos e, neste momento, fala o Senador Mão Santa, que tem a palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14 do Regimento Interno.

Logo a seguir, por permuta com o Senador Mário Couto, fala a Senadora Rosalba Ciarlini.

Senador Sérgio Zambiasi, V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela ordem.) – Solicito a minha inscrição para uma comunicação de Liderança, pelo PTB.

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – V. Ex^a estará inscrito e falará logo depois do segundo colocado para uma comunicação inadiável.

Com a palavra, o Senador Mão Santa pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente Camata, Parlamentares, brasileiras e brasileiros que estão presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Mário Couto, mentir é fácil. Agora, sou da geração – viu, Camata? – que mentira... Eu apanhei muito do meu pai. Qualquer mentirinha, ele dizia “quem mente rouba”. E era de cinturão.

Olha, este Governo, de mentira em mentira, vai passando o tempo... Este Governo, além do sistema de comunicação que tem, está para criar um novo sistema.

Perguntaria eu, Mário Couto: ô, Camata, não seria mais justo o Presidente da República pagar as pobres emissoras do sistema de comunicação que transmitem a sua voz, a sua propaganda, todas as noites, em centenas de lares brasileiros? Está todo falido aí esse sistema de comunicação. Vamos criar mais um.

Aí, vêm e dizem: “o Presidente da República não é pé-frio, os outros são pés-frios”. “Somos credores, não somos mais devedores”.

Vocês lembram da Petrobras. A Petrobras, o Monteiro Lobato já falava nela. O Getúlio Vargas: “o petróleo é nosso”. Muita luta, muita conquista, muita pesquisa... Aí, o Luiz Inácio fez a Petrobras...

Eu pergunto: qual é a gasolina mais cara do mundo? É a do Brasil! Fome Zero. O gás mais caro do mundo é este do Brasil. E somos credores!

Ô, Luiz Inácio, Vossa Excelência tem uma dívida muito grande!

Ô, Mário Couto, eu estou aqui, Camata, morto de vergonha. Nós lutamos para que se tivesse coragem de analisar os vetos.

Ó Líder do PSOL, Senador José Nery – olhe, para substituir Heloisa Helena, ô mulher!... –, e já imploramos o veto dos velinhos. Quer dizer, ele não deve mais aos gringos, aos norte-americanos, aos banqueiros; ele não deve, porque dá prioridade a eles, já pagou tudo. Não deve. Mas, e aos velinhos aposentados, deve ou não deve?

Esta Casa, com a responsabilidade da oposição, com lucidez, entramos noite adentro, Gerson Camata. Tasso Jereisati presidia a Comissão, Paulo Paim era o Vice, ameaçaram até para sair, e houve um aumento de 17,6% para os velinhos. Os aloprados fizeram a cabeça de Luiz Inácio, porque ele não entende, e disseram para diminuir. Diminuiu para quatro, vetou.

A Sudene, Luiz Inácio. Juscelino. Por que se fala em Juscelino? Ele tinha pé-frio? Tu tem pé-frio; ele que é o pé- quente. Juscelino disse em um dos seus pensamentos, Ô Mário Couto, que “a velhice é infeliz, e desamparada é uma desgraça” – como estão os nossos aposentados.

Eu vou dar só um cálculo, Senador Gerson Camata. Eu aqui estou porque sei. Isso é uma farsa! Todos os hospitais do Brasil. Ontem eu li a respeito do Rio de Janeiro, pela mídia, o cara analisando um por um. Os que estão abertos estão funcionando 30%, 40%. Eu aqui sou médico-residente, pós-graduado do Hospital HSE, que era padrão. Eu vim e não trouxe nem a mídia, porque fiquei doente. Aquela escola de cirurgiões, da qual eu faço parte – HSE – Hospital Servidor do Estado. Presidente da República ia para lá. Presidente da República, como Castello Branco. Eu me lembro quando ele deu aquele infarto. Depois ele foi se operar, e foi para lá. Fecharam! Ele tem doze andares. Eu vi...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...não tem tempo. Um minuto só, Gerson.

Então, eu lá em cima, vendo a ponte de Niterói – aquilo é que é obra! –, dando plantão naquele hospital. Ô Mário Couto, eu lá em cima, na UTI. Era CTI. Eu até apelidei “Companhia de Transporte para o Inferno”, pois morria muita gente. Mas, olhe bem, ele está com seis andares fechados. Esse é o quadro! Essa é a verdade! De verdade em verdade vos digo. Ô PSOL! Ei rapaz, eu vou falar com a Heloísa Helena, para você dar um jeito aí. Por que não a colocou de suplente aí? É, está errado esse negócio de suplente. Quem tem de vir é a Heloísa Helena.

Meu amigo, eu fui ver os vetos... Você não faz oposição! Até tu, estão dizendo que tu está... Saiu no jornal que o PSOL da Câmara já foi absolvido. Pode pagar a mídia. E aqui...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu fui olhar os vetos...

Lá no meu PMDB, no teu –...e saí envergonhado. Escolheram uns vetos e pensaram: “O dos velhinhos não está lá, não.” O dos velhinhos... Olha, nós demos, responsabilmente – uma oposição responsável, capaz e competente –, 16,7%. Ele baixou para 4%. Nós demos. Vetou.

Eu só vou contar um quadro. Chegou o nosso Senador Paulo Duque, mas ele não é velho, não, ele é novo. Ô Mário Couto, olhe para cá. Hoje nós saudamos o Jonas. Ah, agora vou ter um tempo a mais, porque o Presidente é do Paraná. Comece aí. Deus escreve certo por linhas tortas. Agora temos Presidente.

Camata, você já foi do Rotary? Eu fui. Em 1969...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gerson Camata. PMDB – ES) – A Mesa pede a colaboração de V. Ex^a, que tem mais um minuto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O orador pede que V. Ex^a transfira a Presidência ao Vice-Presidente, que representa a sensibilidade do Paraná e que jamais calou a voz da oposição e do povo, tem esse entendimento.

Fiquei aguardando S. Ex^a chegar, porque S. Ex^a é sensível e me inspira.

Eu só vou apresentar um quadro, porque um quadro vale por mil palavras. É simples. Em 1969, chegávamos a ser uma comissão, eu e Adalgizinha, na casa do meu pai. Eu tinha acabado o curso de Medicina. Aí me convidaram...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agora, *habe-mos papa? Habemos presidente bueno*. Três minutos, já melhorou.

Então, eu, convidado para o Rotary, sonhava ver aquele negócio, fui e logo aceitei. Aquele que convida a gente chama de padrinho. Essa pessoa foi meu padrinho e eu o chamei sempre de padrinho. Ô Camata, o melhor homem que eu vi na minha vida. Eu era Governador do Estado: “Padrinho”, e o pessoal pensava que era padrinho mesmo, mas era de Rotary. “Meu padrinho” ficou aquilo, a deferência. Camata, trabalhador, como esses aposentados, pagaram, descontaram, trabalharam descontando para aposentadoria dez salários mínimos. Olha, esse senhor, o melhor homem que eu já vi, olha o que é a vida – “O Homem é o homem e suas circunstâncias”, Ortega y Gasset – eu não estava lá, suicidou-se. Símbolo do aposentado brasileiro, Luiz Inácio. Eu tenho convicção, se céu existe, ele está lá. Eu não sei se esses daqui estão e se o pessoal que está lá no Alvorada está. Atentai bem, por quê? Deveria ter uns 60 anos de casado, com a sua amada esposa e os filhos. No final da vida, a geração, seus amigos vão morrendo e ele não teve aquela cobertura do diretor velho, que era amigo da Santa Casa, eu não estava lá. Sabe por que ele se suicidou? O melhor homem que eu conheci? Porque, quem acredita em amor, a mulher, depois de 60 anos, a esposa dele estava doente e precisou internar-se, mas ele não tinha dinheiro para pagar o hospital.

Esse drama parece banal, mas quem acreditou quem trabalhou, quem construiu uma família foi embora. Esse aposentado trabalhou muito mais do que Luiz Inácio, do que todo esse pessoal do Partido dos Trabalhadores, e suicidou-se, enforcou-se, porque não

tinha dinheiro para pagar o hospital de sua amada no fim da vida. Foi um instante tresloucado. A vida de um homem digno, trabalhador. Tenho certeza de que Deus vai julgá-lo pela vida.

Esse retrato que passo agora é o dos aposentados do meu Brasil. Eu conheço. Eles são dignos, são honrados, são trabalhadores.

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, infelizmente, eu não tenho a sua inteligência para sintetizar.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Mais um minuto, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Em um minuto, Jesus fez o Pai Nosso e elevou-nos ao céu. Eu quero isso e os aposentados também. Eles estão sofrendo.

E, ainda, esses eunucos, aloprados, disseram na hora de ele vetar: “Não. Os velhinhos não precisam. Eles já têm tudo, eles podem ganhar menos.” Pelo contrário. Eu sou médico. Há o infortúnio, a doença.

Então, Luiz Inácio, Vossa Excelência que diz aí que FHC, o estadista, tem pé-frio, quero dizer-lhe que Juscelino Kubitschek falou: “A velhice é triste. Ela desamparada é uma desgraça”.

Vamos. Mande V. Ex^a mesmo para cá o veto dos aposentados. Vamos dever aos gringos. Vamos dever aos gringos, esses perversos banqueiros, mas vamos pagar aos velhinhos que estamos a dever. Não tem acompanhado... Não entra na cabeça de ninguém um contrato – que País é este? É decente? – em que o velho que trabalha e desconta para ganhar dez salários mínimos está ganhando quatro; o que desconta para quatro está ganhando um.

Então, é isso, Luiz Inácio. Aí, sim, eu virei aqui, como homem do Piauí, agradecer e enaltecer o Presidente. Enquanto isso, Vossa Excelência deve aos nossos velhos. Vamos pagar a nossa dívida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gerson Camata, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senador Mão Santa.

Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Pedi a palavra pela ordem, Sr. Presidente, porque, às vezes, fica um pouco difícil conseguirmos ocupar os espaços.

Quero apenas pedir que seja considerado na íntegra o artigo da jornalista Maria Inês Nassif que está

publicado no jornal *Valor Econômico*, de hoje, porque esse artigo trabalha um assunto que permeou vários discursos e algumas iniciativas dos partidos de Oposição. Ela faz uma análise muito precisa a respeito do significado do Programa Territórios da Cidadania, traçando um histórico – o título do artigo é “Política vai parar de ganhar com a miséria”. E ela estabelece que os Territórios da Cidadania, muito mais até do que uma política são um conceito gerencial que modifica as relações de poder nos pequenos municípios. E, sobre esse conceito gerencial de programas sociais – se V. Ex^a me permite, inclusive porque houve elasticidade para quem me antecedeu –, vou ler um trecho do artigo:

“Há um enorme ganho, inclusive fiscal, nesse conceito gerencial. Atender uma região com o Pronaf sem que a agricultura familiar tenha assistência técnica, ou infra-estrutura para escoamento da produção, ou mesmo educação para trazer a economia de subsistência para o capitalismo, é jogar o Pronaf fora. Dar Bolsa Família sem viabilizar à agricultura familiar uma atividade produtiva é eternizar o Bolsa Família. Incentivar o beneficiamento da produção em cooperativa sem que a região tenha luz elétrica é jogar produção no lixo. Miríade de programas sociais que não se integram jogam dinheiro público fora e não alteram em nada a vida da população.”

Portanto, penso que o artigo da Maria Inês Nassif contribuiria de forma significativa para o debate, que foi extremamente politizado, porque o Democratas anunciou o recurso ao Supremo Tribunal Federal, para derrubar, tendo em vista que o projeto poderia ter viés eleitoreiro. Agora, ela é muito contundente em sua análise dos efeitos e da importância de articular todos esses programas mesmo, para superar a dependência econômico-social e sob o aspecto, inclusive político, de esses rincões terem tido muitas vinculações eleitorais, em épocas anteriores, Senador Zambiasi, de o cacife eleitoral comandar os votos e não terem independência na hora de estabelecer a sua vontade.

Então, o artigo da Maria Inês é extremamente pertinente ao debate que nós estamos fazendo. E, mais uma vez, querer fazer oposição ao Governo Lula não pode se confundir com oposição ao Brasil, muito menos com oposição ao interesse das populações empobrecidas de nosso País.

Era isso, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Política vai parar de ganhar com a miséria

os primeiros dois anos de governo, os efeitos do Bolsa Família passaram batido. Em parte, por conta de uma reconhecida incapacidade do primeiro governo Lula de divulgar seus feitos. Mas, além disso, pela tendência dos brasileiros "de bem" de subestimarem a extensão da miséria brasileira. E o Brasil é tão pobre e tão desigual que um simples programa de transferência de renda teve enorme impacto sobre a vida das famílias pobres. O país que lê e tem emprego só entendeu a extensão dos resultados do Bolsa Família quando as pesquisas eleitorais, no auge do escândalo do mensalão, passaram a dar a dianteira ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre qualquer candidato opositorista, apesar de ter sido mantido durante longo período sob o fogo cerrado da oposição.

Lula teve uma retumbante vitória, em 2006, nos bolsões de pobreza e nos Estados mais pobres da Federação — os mais beneficiados pelo programa de transferência de renda. Mas os efeitos políticos do Bolsa Família devem transcender uma eleição (a de 2006) e um presidente (Lula). As eleições de 2006 desarrumaram o arranjo tradicional, onde os chefes políticos locais levam o rebanho até o candidato apoiado pelo chefe estadual e este, por sua vez, negocia favores da política nacional. Esse desarranjo foi favorecido não apenas pelo Bolsa Família, mas também pela universalização do uso da uma eletrônica, guardião do segredo do voto. Como o chefe político local não era o dono do benefício concedido ao pobre — que vinha na forma de um cadastramento feito pela prefeitura, mas que depois se tornava uma relação entre o beneficiado e o banco onde ele recebe o dinheiro — não era também aquele a quem se deveria retribuir com o voto. Aconteceu de forma bastante ampla, em 2006, uma inversão do que ocorria tradicionalmente: em vez do chefe local dizer em quem o eleitor

Territórios da Cidadania são conceito gerencial

teria que votar — e já não teria total controle sobre esse voto, que é eletrônico —, foi o chefe quem correu atrás do candidato do cidadão pobre. Lula conseguiu apoios nada desprezíveis de prefeitos de todos os partidos. E certamente não foi porque os prefeitos tinham se tornado petistas. Eles simplesmente

adiaram um confronto com seus eleitores — reconciliaram-se com eles por meio de uma adesão pontual ao candidato à reeleição para a Presidência. O efeito Bolsa Família, que foi tão desprezado até o início do processo eleitoral de 2006, é hoje um risco para os políticos tradicionais. A oposição não pode falar contra o programa de transferência de renda — isso é evidentemente impo-

pular —, mas cristalizou uma clara aversão a programas sociais mais amplos, em especial os saídos da lavra deste governo. Não é de se estranhar a reação pronta do ex-PFL, hoje DEM, que promete sustar o programa Territórios da Cidadania na Justiça, por ter sido lançado em ano eleitoral — o que o tornaria ilegal.

O programa anunciado por Lula pode até surtir efeitos eleitorais, mas a sua única novidade — e boa novidade, aliás — é a ação integrada de programas já existentes, em bolsões de pobreza localizados na área rural. O que o governo anunciou, na verdade, foi um conceito de gerência de programas sociais que já se antevia no Bolsa Família, que agregou na sua origem vários programas dispersos, e nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social, que articula ações de vários ministérios.

No caso do Territórios da Cidadania, a coordenação é do Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas até o Ministério da Cultura está envolvido. E tem uma lógica que não é simplesmente eleitoral: é voltado para as populações agrárias porque elas são as que vivem nas regiões de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos do país; atende localidades mais beneficiadas pelo Bolsa Família porque esse é um indicador de miséria; atendem a um planejamento local, feito por colegiados, onde estão representados também prefeitos e representantes dos governos estaduais, além das comunidades. Teoricamente, o fato de abrigar nos colegiados os prefeitos, independente do partido a que pertençam, despem o programa de caráter eleitoral. Mas, na prática, esses colegiados tiram do prefeiteiro, ou dos deputados que são eleitos por essa população, a "autoridade" do benefício à comunidade. Os colegiados são a antiemenda parlamentar. Do outro lado, podem diluir a responsabilidade do governo federal sobre os programas, já que todas as unidades da federação estão lá representadas. O jogo está zerado, portanto. O que definirá o voto desses eleitores é como os políticos se adequam a uma realidade onde gradativamente são trazidos ao mercado de consumo um grande número de brasileiros, que a partir de então passam a ter novas exigências que não a sobrevivência imediata.

Há um enorme ganho, inclusive fiscal, nesse conceito gerencial. Atender uma região com o Pronaf sem que a agricultura familiar tenha assistência técnica, ou infraestrutura para escoamento da produção, ou mesmo educação para trazer a economia de subsistência para o capitalismo, é jogar o Pronaf fora. Dar Bolsa Família sem viabilizar à agricultura familiar uma atividade produtiva é eternizar o Bolsa Família. Incentivar o beneficiamento da produção em cooperativa sem que a região tenha luz elétrica é jogar produção no lixo. Miríade de programas sociais que não se integram jogam dinheiro público fora e não alteram em nada a vida da população.

Fora alguns conselhos que já se reuniram para debater a prioridade de seus Territórios de Cidadania, ele ainda é uma intenção. Se o governo Lula tiver capacidade para implantar esse modelo gerencial de programas sociais, será um ganho para o país. Isso é com o Executivo. Quanto aos políticos, o que eles devem fazer, se a intenção declarada do governo tornar-se de fato um programa bem-sucedido, é repensar a forma de arremessar eleitores. Ações que desintermediam o voto podem até beneficiar um primeiro governo, aquele que o implantou (e esse efeito pode ter ocorrido já no passado, na reeleição de Lula), mas depois passam a ser neutras politicamente. Daí, ganha votos quem fizer a melhor política.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Muito obrigado, Senadora Ideli Salvatti. A solicitação de V. Ex^a será atendida.

Eu quero dizer que também desejo, tanto quanto V. Ex^a, que esse programa seja executado com muita eficiência. Não bastam bons programas. É necessário competência de execução.

Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini, por permuta com o Senador Jayme Campos.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)
– A permuta, Sr. Presidente, foi com o Senador Mário Couto. Eu já havia permutado anteriormente com o Jayme Campos. Em seguida, falará o Senador Mário Couto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desde o primeiro instante, manifestei-me a favor da investigação, pelo Congresso, das despesas feitas com os cartões corporativos do Governo. E porque de logo expressei minha posição sobre a questão, assinei o requerimento para a instalação da Comissão de Inquérito que vai tratar desse problema.

Penso ser do meu dever, Sr. Presidente, porque sou a favor da investigação desde o primeiro instante, tecer algumas considerações, chamando a atenção do Senado para determinados aspectos da controvérsia que se instala e advertir a todos acerca da necessidade de termos um propósito positivo e construtivo na investigação que está prestes a se iniciar.

O interesse público envolvido nessa investigação parlamentar é extremamente relevante e, mais que isso, prepondera, por sua essência e pelas consequências danosas de sua eventual frustração, sobre pessoas acaso envolvidas e sobre proveitos políticos a serem obtidos.

De fato, o que está em jogo como objeto de nossa fiscalização não são propriamente as pessoas, mas os gastos, as despesas, o uso do dinheiro público.

Por essa ótica, a CPMI tem o dever de investigar tudo e completamente, não para buscar primeiramente culpados no cenário político, mas para indicar ao Congresso Nacional, soberano fiscal da execução do Orçamento e dos gastos públicos, se o sistema adotado é o mais adequado, conforme as melhores e mais saudáveis práticas de administração pública.

Os cartões de crédito e débito passaram a ser usados pelos órgãos públicos com o razoável e pertinente propósito de evitar que, para despesas de extrema emergência, ou em circunstâncias muito especiais, houvesse suprimento de fundos em dinheiro vivo pelo Tesouro ao servidor, ao qual incumbiria a realização das despesas. Esses gastos eram poucos e bem res-

tritos no universo das obrigações públicas. Tenho conhecimento de causa, Sr^{as} e Srs. Senadores, por ter sido Prefeita de Mossoró por doze anos, contando já a minha cidade com uma máquina administrativa de razoável complexidade e extensão.

Mas essas despesas, mesmo no âmbito federal, não seriam mais que as referentes ao combustível em viagem fora da sede, aos gastos com alimentação e hospedagem de servidores em viagens freqüentes e demoradas e sem pouso determinado com antecedência. O sistema de suprimento de fundos era usado nas situações em que, nada obstante as diárias concedidas previamente para hospedagem e alimentação, servidores de escalão inferior fossem incumbidos de prover quanto à segurança e a um mínimo de conforto de autoridades em viagens, sendo justificável que pequenas quantias, em tais circunstâncias, não se submetessem aos rigores de empenho prévio e liquidação contábil, antes do pagamento, como na prestação de contas formal e usual do serviço público.

Mas o que servia para os propósitos a que me acabo de referir passou a ser usado abusivamente, ainda ao tempo do antigo sistema de suprimento de fundos, e, a pretexto de ser legal a prática, instalou-se o inchaço, onde se abrigaram então despesas que nada tinham de pequenas, nem de justificadas pela situação de imprevisibilidade. Os suprimentos de fundos foram sendo inflados e se tornaram cancro, corroendo a ética administrativa com artifícios, os ardis mais diversos, justificativas aparentemente legais para fraudar a lei.

Faço esse breve histórico, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que todos possamos perceber a origem da distorção e, percebendo-a, possamos corrigi-la.

Verificada a ruptura ética e a extrema vulnerabilidade do sistema de suprimento de fundos pelo Tesouro em dinheiro vivo, a instituição dos cartões corporativos pareceu um avanço. Sem dúvida, na medida em que o cartão de crédito, na respectiva fatura para pagamento, identifica o montante da despesa e o beneficiário do pagamento, isso foi, sim, um avanço.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é conhecida a capacidade maliciosa dos que se animam a contornar a lei fingindo cumpri-la.

Não há dúvida de que o novo sistema avançava, mas duas graves distorções, que desde o início se anunciavam, não tiveram remédio quer pronto, quer adequado. O primeiro: a falta de critérios para a autorização das compras ou realização de serviços com cartão de crédito levou, por óbvio, aos mais rematados e perdulários dos despropósitos. O segundo: a permissão do uso também de cartões de débito, que manteve e agravou o já declaradamente caduco sis-

tema de suprimento em dinheiro. Manteve o sistema porque o saque em dinheiro, na boca do caixa ou na máquina eletrônica, contra contas do Tesouro é rigorosamente o mesmo que receber dinheiro vivo na tesouraria do serviço.

Os males que acima apontei aqui se repetem, sendo rematada hipocrisia supor que quem saca dinheiro no caixa eletrônico será mais ético do que quem recebeu dinheiro do chefe de sua repartição.

E o vício se agravou porque, agora, deixou de existir o mínimo de controle prévio, pois o servidor, manuseando o cartão, não precisa de autorização de ninguém para sacar e gastar. E gastar, como no sistema anterior: sem critério algum.

O problema não está propriamente no mecanismo ágil, mas nas mãos ágeis dos desonestos, que, a pretexto de despesas de pequeno porte, vão de pronto escancarando o conceito de pequeno porte e de emergência para chegar às estonteantes cifras milionárias das quais, estarrecido, o País está tendo notícia.

Com isso, o urgente encobre o esbanjador, o necessário passa a justificar o supérfluo, e, mais grave, o legal se torna ilegal, quer por ser despesa não razoável no serviço público, quer porque, manipulados ao bel-prazer, os cartões se tornaram desgraçado pé-de-cabra para arrombar a regra geral das licitações e o dever de prestação de contas.

Esse sistema não pode continuar em prática. Não é possível que gastos com passagens aéreas e hospedagens se excluam do dever da licitação, a que ocorram, em igualdade de condições e em busca do melhor preço, as empresas e agências especializadas. Não é lícito, razoável ou legal que as despesas com a manutenção corriqueira dos palácios e residências oficiais não possam prever suas necessidades com a antecedência necessária, de forma a possibilitar a licitação prévia. E é espantoso que uma ação governamental, de cuja essência é o planejamento e a metódica e inteligente busca de informações, qual seja a segurança de autoridades, não se faça com a previsibilidade de gastos e provedores.

Esse sistema não pode continuar também porque, em seu nome ou em sua defesa, além de se violar o dever geral de licitar, também se ocultam gastos à fiscalização universal, pública e irrestrita, sonogando-os ao dever, também geral, de prestação de contas. Nada justifica que um centavo sequer do dinheiro público seja subtraído à prestação de contas, não só por imposição ética inarredável, como porque todos os que têm a guarda do dinheiro público, sem exceção alguma, estão sujeitos ao dever de prestar contas, nos termos da Constituição.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me um aparte, Excelência?

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Pois não, Senador.

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Quero cumprimentá-la, Senadora Rosalba Cialirni, pela oportunidade de sua fala, exatamente agora que começa a se instalar a CPI. Mas acho que nós aqui devemos começar a nos preocupar com o Senado, não com a CPI. Quando correm essas notícias de que está havendo um acordo por trás dos panos, para acobertar as denúncias que V. Ex^a faz agora, temos de nos preocupar com o Senado porque é o Senado que vai para a rua da lama com essas notícias, com essas insinuações. Acho que nós aqui devíamos fazer uma cruzada. O Senador que evita quebrar um sigilo bancário, o Senador que esconde um depoente que é chamado, Conselho de Ética nele. Ele está ferindo o decoro parlamentar porque está impedindo a Instituição de apurar um roubo. Mete esse Senador no Conselho de Ética, cassa o mandato dele para ele aprender a respeitar a Instituição da qual ele faz parte. Se a gente não ficar isso, essa CPI vai terminar com os burros n'água como tantas outras.

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Tomara que possamos fazer isso. Vamos nos somar para que não tenhamos mais uma *pizza* entre tantas outras que já aconteceram.

Penso, portanto, que nada nem a segurança do Presidente ou de pessoas de sua família, em grau de parentesco que não se identifica, justifica gastos absolutamente secretos.

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Já vou terminar, Sr. Presidente.

Basta isso para impor à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que se vai instalar no Congresso, o dever de tudo investigar, sem limitação alguma, quer de matéria, quer de tempo, quer de pessoa. Esse dever a Constituição impõe ao Congresso, e é, repito, um dever e não um direito disponível de que, sem ofensa à ética, fosse possível abrir mão por qualquer conveniência política.

Ao referir-me há pouco às pessoas, devo ainda manifestar uma outra preocupação. As notícias mais escabrosas dão conta de que os servidores subalternos, de escalões bem inferiores, têm sido responsáveis pelos gastos milionários com os cartões corporativos.

É preciso que esses servidores mais humildes não sejam transformados nos grandes e únicos vilões, nem que seus atos sirvam de cortina para ocultar aque-

les que ordenaram ou se beneficiaram da fraude do desvio dos recursos públicos.

É razoável que a manutenção e a segurança dos palácios, gabinetes e residências oficiais, com a necessária sobriedade, se faça às custas do Erário, mas isso não pode levar ao intolerável abuso de despesas pessoais serem pagas com recursos públicos. Todas as autoridades recebem subsídios para seus gastos particulares, e nada justifica, por exemplo, que confraternizações familiares ou festanças de fim de semana também sejam custeadas pelo povo.

Por isso, Sr. Presidente, embora tendo o dever de investigar tudo, a CPMI tem a meu sentir um dever maior. A Comissão precisa ser construtiva no sentido de não apenas indigitar culpados, mas de propor soluções.

Este não é um assunto a ser tratado pelo Poder Executivo nem pelo Poder Judiciário.

A Constituição atribui ao Congresso, com o auxílio do Tribunal de Contas, o irrestrito dever de fiscalizar todos os gastos públicos, e isso, obviamente, inclui a edição das regras necessárias ao exercício dessa fiscalização. Tais regras quanto aos cartões corporativos, a sociedade espera da CPMI e do Congresso.

É certo que a melhor forma de se fiscalizar é na origem, manter aberto tudo à possibilidade de fiscalização, tornando públicas todas as ações que envolvam despesas com recursos do Tesouro Nacional. Nesse sentido, não se pode deixar de louvar a publicidade dada pelo Governo aos gastos com os cartões corporativos, prática que deve ser alargada e incentivada.

Dessa publicidade, porém, nada pode ser sonogado. É estranho que razões de segurança estejam sendo opostas à publicação de muitas dessas despesas.

E mais estranho é que essas razões sejam alegadas de forma genérica, vaga, etérea e abstrata, sem que o País saiba que despesas são essas, que não têm nome nem motivação.

A publicidade, e publicidade imediata, será o grande freio inibidor do gasto perdulário, supérfluo e injustificável no âmbito do serviço público.

O País espera que a CPMI encontre caminhos que possam levar à compatibilidade desejada entre a agilidade do serviço público e sua transparência, entre o atendimento às necessidades imediatas das ações governamentais e a ética administrativa, entre a necessária segurança pessoal e o sóbrio conforto das mais altas autoridades e a moderação e comedimento no uso do dinheiro público.

Manifesto a convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que essa será uma grande oportunidade...

(Interrupção do som.)

A SRA. ROSALBA CIARLINI (DEM – RN) – Sr. Presidente, estou no último parágrafo.

Manifesto a convicção, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, de que essa será uma grande oportunidade para que o Congresso enfrente o vício pela raiz e não permita que o pretexto para ser ágil e eficiente dê ensejo à apropriação dos recursos do povo, pois a agilidade e a eficiência não são atributos só dos honestos. É com mãos ágeis e com práticas eficientes que atuam salteadores, aos quais regras claras e rígidas a serem propostas pela CPMI deverão impedir acesso à administração pública, ao dinheiro público.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado a V. Ex^a, Senadora Rosalba Ciarlini.

Com a palavra, pela Liderança do PTB, o Senador Sérgio Zambiasi, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pela Liderança do PTB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Alvaro Dias. Sr^{as} e Srs. Senadores, estou trazendo à tribuna um tema que sei que não é unanimidade nesta Casa, mas temos que trazê-lo a debate, Senador Paulo Duque. V. Ex^a tem sido um lutador comigo nessa questão. Trata-se do exame da PEC nº 13, de 2003, cuja tramitação está completando cinco anos. A PEC não é de minha autoria. Sou o primeiro signatário. Ela é de autoria das assembleias legislativas do Brasil, em sua maioria. À época e pela premência da necessidade de sua apresentação, foram recolhidas 18 assinaturas de presidentes de assembleias, mediante autorização de plenário das respectivas Casas legislativas.

Do que trata a PEC nº 13, de 2003? Trata da regulamentação das emancipações; trata de destravar um problema que já está completando 12 anos, a partir da PEC 15, de 12 de setembro de 1996. A partir de sua edição não poderiam mais surgir novos Municípios no Brasil. Surgiram alguns mais precisamente 25 Municípios que estão hoje, Presidente, numa situação extremamente delicada. O próprio Supremo Tribunal deu prazo para que esta Casa regule a situação desses 25 Municípios e resolva a questão das emancipações.

Se me permite, leio aqui o voto do Ministro Gilmar Mendes, que estabelece, que sugere este prazo de decisão. Leio parte do seu voto em que ele declara o estado de mora em que se encontra o Congresso Nacional, a fim de que, em prazo razoável de 18 meses – este voto foi em 9 de maio de 2007 –, o Congresso adote todas as providências legislativas necessárias ao cumprimento do dever constitucional imposto pelo art. 18, § 4º, da Constituição, devendo ser contempladas as situações imperfeitas decorrentes do estado de inconstitucionalidade gerado pela omissão.

Não se trata de impor um prazo para atuação legislativa do Congresso Nacional, diz o Ministro, mas apenas da fixação de um parâmetro temporal razoável, tendo em vista o prazo de 24 meses – e aqui é que está o detalhe mais importante – determinado pelo tribunal para que as leis estaduais que criam ou alteram limites territoriais de Municípios continuem vigendo, até que a lei complementar federal seja promulgada contemplando as realidades desses Municípios.

Isso quer dizer que, em maio do ano que vem, completados esses 24 meses, é muito provável que fiquem em situação muito delicada frente à lei alguns Municípios. Apenas para exemplificar: Mesquita, no Rio de Janeiro, com 164 mil habitantes; Luís Eduardo Magalhães, na Bahia, com 20.169 habitantes. E por aí vai. No Rio Grande do Sul, o Município de Pinto Bandeira foi o primeiro a ser cassado: teve que retornar ao município-mãe. Nós podemos corrigir isto examinando a PEC nº 13, que resolve a situação desses 25 municípios e oportuniza às assembleias legislativas o exame dessa questão com responsabilidade.

Há um conceito de farra de emancipações. Nós podemos, por meio da lei, impedir essa farra, mas não podemos impedir o desenvolvimento. É só olharmos o mapa dos nossos Estados para ver onde há mais desenvolvimento: onde há mais Municípios; onde há menos municípios, há menos desenvolvimento.

Se nós examinarmos, se o Senado conseguir examinar a PEC nº 13 este ano, já seria uma grande vitória. Não acredito que a Câmara consiga fazer o mesmo, mas examinará no ano que vem.

Presidente Alvaro Dias, até para tranquilizar esta questão, as assembleias podem conseguir regulamentar a lei em 2010, 2011. A apresentação de novos processos emancipacionistas para análise pelas assembleias seria lá por 2012, eleições propriamente ditas, apenas em 2016 e instalação dos municípios, em 2017.

São um prazo minimamente razoável, para se ver com serenidade e tranquilidade as situações.

Sempre que discuto essa questão, lembro-me dos queridos companheiros e colegas do Pará. O Senador Mário Couto está aqui. Altamira, em Lagoa do Céu – se não me engano é o nome do distrito –, que fica a mil quilômetros da sede, tem quinze mil habitantes. É um distrito de Altamira. Contaram-me que o Prefeito leva uma semana para chegar ali. Quer dizer, o Prefeito, quando visita esse distrito, precisa reservar 15 dias para ir e voltar, se for de carro, abandonando a sede de Altamira. Ele pode até perder o carro, segundo o Senador Mário Couto. Agora, se já houvesse a emancipação, seguramente a mobilização popular

permitiria inclusive meios mais seguros e tranquilos de locomoção.

Então, estamos trabalhando essa questão. Já tivemos as análises todas aqui nas comissões. A CCJ aprovou. Veio a plenário. Retornou à CCJ. Faço um apelo aos Líderes da Casa para que se reexamine, com a sensibilidade necessária; e que se observe nossa responsabilidade, até por sugestão do próprio Supremo, quando o Ministro Gilmar Mendes chama a atenção especialmente com relação a esses 25 Municípios. Desses, do Sul não há nenhum; já perdeu o que tinha. Pinto Bandeira, em Bento Gonçalves, voltou. Depois de eleger prefeito, vereador, ter todo o sistema administrativo montado, teve de retornar ao Município sede, com um prejuízo enorme para os moradores daquele pedacinho de chão gaúcho. Em consequência, sofreremos esse gravíssimo prejuízo.

Nós temos lá no Estado do nosso querido Senador Gerson Camata, no Espírito Santo, o Município de Governador Lindenberg, 9.225 habitantes, que também está nessa mesma situação. Dentro de um ano e pouco, se nós não corrigirmos esta inconstitucionalidade, segundo o próprio Supremo, pode ocorrer um problema sério com relação ao próprio Município, tendo que retornar ao Município mãe, e eu nem sei se o Município mãe vai querer. Talvez sim, porque pode estar tão bem, ou melhor, do que o Município mãe, porque é o que tem acontecido.

Independentemente da posição de cada um, é um tema a se debater. Eu sei que o próprio Senador Alvaro tem uma posição crítica em relação ao assunto, mas não se nega democraticamente a discutir, a olhar e a corrigir essas falhas cometidas no passado, para que possamos olhar para o futuro nesse sentido. Agradeço a compreensão, inclusive a generosidade do tempo oferecido neste momento, Presidente Alvaro Dias. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Sérgio Zambiasi.

Com a palavra o Senador Mário Couto; em seguida, o Senador Gerson Camata.

O Senador Mário Couto dispõe de dez minutos e o Senador Gerson Camata, de cinco minutos, depois.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senador Mão Santa, tivemos a Sessão Especial dos Aposentados nesta Casa. Senador Gerson Camata, foi uma sessão à qual não esperávamos nem tantos Senadores, mas, para minha surpresa e satisfação, mais de 15 Senadores estiveram presentes.

Os aposentados, Senadores, fizeram suas reivindicações diante do Ministro da Previdência Social

Luiz Marinho, mostraram a defasagem de seus salários, encaminharam aos Srs. Senadores os seus contracheques, em resumo, Senador, mostraram a todos nós a dificuldade que vive o aposentado em nosso País, Senador Mão Santa, a que V. Ex^a ainda há pouco fez referência.

Eu fico muito satisfeito, Senador Gerson Camata. Se pensam que a mim ofendem trazendo boas notícias saibam que não me ofendem; eu fico muito satisfeito em saber que o meu País alcança índices de crescimento, e muito.

Para mim, é uma satisfação enorme, mas me preocupo, Senador Mão Santa, com a situação de determinadas classes em nosso País. Esta é a minha grande preocupação, Senador Mão Santa: as condições em que vivem os aposentados comparadas com determinadas situações do Governo. E eu mostro. O País cresceu – o País vinha crescendo – e isso não é novidade! Mão Santa, você que votou contra a CPMF, veja como essa contribuição não fez falta ao País. A arrecadação dos impostos do mês de janeiro ultrapassaram todas as expectativas.

Considerando os países desenvolvidos, os que mais pagam imposto são os brasileiros. A arrecadação em janeiro ainda superou o arrecadado no ano passado em 20%. Como a CPMF não fez falta!

Aí eu pergunto, Senador Camata: tanto crescimento, tanta comemoração, por que – diga-me, Senador Camata – não resolvem a situação dos aposentados deste país? Comprovadamente, é uma situação de miséria, uma situação crítica, uma situação de abandono, de desprezo, Senadores! Será que o Governo não tem sensibilidade? Esse mesmo Governo criou o Bolsa-Família para diminuir diferenças sociais, para diminuir o sofrimento de milhões de pessoas. Por que esse Governo não vê a situação dos aposentados? Será – eu não acredito – que o Governo Lula, Presidente, tem alguma coisa que o faz abandonar os aposentados? Eu não acredito. Eu não acredito e fico a meditar.

Vejo Senadores virem a esta tribuna e mostrarem o crescimento do País.

Mas, quando eu me lembro da situação de brasileiros e brasileiras aposentados e pensionistas que vivem numa situação, dramática, nesse País, eu não posso comungar. E, depois, quando olho, os blogs, os jornais, os *e-mails*, quando olho e começo a ler e vejo que o Ministro do Esporte levou a mulher, babá, filha, e pagou o hotel com cartão corporativo, quando olho para o Blog CMI Brasil, e vejo o quanto o Presidente gasta no Palácio, na sua residência, com alimentação, eu não consigo entender. Quando vejo a classe média do meu País desprezada, abandonada, achatada, eu não consigo entender mais nada. Em que país estou,

Senador? Será que estou no Brasil mesmo? Em que país nós estamos? Olha aqui o cartão do Alvorada! Essa CPI veio em boa hora. Eu não questioneei o fato de ela ter passado na frente da CPI do Dnit, requerida por mim, Senadores, porque sei a importância dessa CPI – já vou falar um pouco dela – dos cartões corporativos. Olhem o que se sabe, superficialmente: despesas alimentícias...

O Sr. Gerson Camata (PMDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Senador Gerson Camata, já vou dar o aparte a V. Ex^a.

Só o que se sabe superficialmente: despesas alimentícias, R\$55 mil em um ano. É só V. Ex^a pegar o total, que dá em torno de R\$115 mil... São despesas da Granja do Torto, só em cartões. São 12 mil cartões distribuídos aleatoriamente. Doze mil, Senador Camata, representam o número de eleitores da cidade onde eu nasci, Salvaterra, no Marajó. Essa tropa toda usa cartão corporativo, Senador. Só no cartão corporativo foram gastos R\$55.400,00 em lojas do Pão de Açúcar (isso foi gasto pelo assessor do Presidente Lula com as compras da Granja do Torto); R\$23.800,00 no Açougue Reisman. Eu vou citar só as maiores, para não perder muito tempo: R\$14.800,00 no mercadinho La Palma; R\$12.400,00 na loja de bebida; R\$12.100,00 na Peixaria Golfinho, só em cartão corporativo.

Eu não posso deixar de aplaudir o crescimento deste País, eu não posso deixar de elogiar o Bolsa-Família, mas eu não posso elogiar isso.

Eu sempre digo nesta tribuna, Senador, que a oposição feita hoje no Senado é uma oposição de responsabilidade, que não critica o que é bom, que respeita o que é bom, que elogia o que é bom, mas que não pode comungar com isso, Senadores, nem dizer que isso é bom para a população brasileira. Dói. E temos de falar.

Ouvi a fala do Senador Cristovam ontem ou anteontem. Fui pensando para a minha casa; Que drama vive a política brasileira! Coube a eu fazer uma profunda reflexão sobre as palavras de V. Ex^a, Senador Cristovam, que se espelha nesses dados. No total, são R\$115 mil de despesas com alimentação só em cartão corporativo, gente do meu País.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Só em cartões corporativos, brasileiros e brasileiras. São quase R\$10 mil por mês. Quanto gasta o aposentado na sua alimentação mensal? O Lula gasta na casa dele quase R\$10 mil. Quanto gasta o aposentado, se o seu ganho total chega a R\$1.000,00?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Não sei. Sinceramente, Srs. Senadores, é preciso que esta Oposição neste Senado seja mais dura. Que possamos divulgar à nossa Nação tudo aquilo que foi feito de irregular com os cartões. Tudo! Desejo que a Senadora Marisa Serrano tenha um trabalho cheio de vitórias, que possa mostrar à população brasileira o quanto a Nação perdeu com gastos com esses cartões. Eles podem até ter sido criados com boas intenções...

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas há quanto tempo estão gastando dinheiro público com cartões? Há quanto tempo se deixa gastar?!

Senador Camata, vou dar aparte a todos. Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mário Couto, o País deve muito a V. Ex^a. O Camata está aí, o Cristovam está aí, o Alvaro Dias está aí, todos foram Governadores. O Expedito Júnior vai já... Ô Expedito Júnior, presta atenção, olha para cá, aprenda. É o seguinte: eu fui Prefeitinho e fui Governador. Luiz Inácio, eu vou contar aqui um fato. Eu fui Governador. Quem é que vai fazer despesas? Terceiros. Há interesse comercial de quem vai vender e fornecer para a casa do Governo. Isso houve no meu Governo, mas...

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – ... temos de estar atentos. Daí advirto o Luiz Inácio para os princípios de administração: planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle. Ele que é o administrador. Houve no meu governo, mas eu estava atento. Vou dizer uma. Tenho uma casa no litoral do Piauí, no Coqueiro, pequeninha, no morro. É a melhor. É como perfume francês: o menor é o melhor. Não é bom perfume francês? Pois é o menor. Aí, de repente, eu chego na minha casa de praia com Adalgisa, nós já tínhamos quase 30 anos de casados. Cristovam Buarque – V. Ex^a foi governador –, eu tomei um susto. A casinha que eu construí como médico-cirurgião, no morro que escolhi nada do que eu fiz, com Adalgisa e amor, tinha, nem a caminha em que nós vivemos. Tudo! Tudo era novo. Eu tomei um susto. De repente, Governador do Estado, eu cheguei, notei. Um mês assim sem ir à casa... mudou tudo. E quem fez? Vamos dizer o encarregado das compras, com um empresário, mudou tudinho. Quer dizer, isso há. O Luiz Inácio é tão ingênuo, ele não teve essa experiência, por isso ele tem nos ouvido. Até a caminha de que eu gostava a casinha, aquelas coisas de que a gente gosta, os móveis antigos, tudo, tudo estava mudado. O que foi isso? O da despesa e o empresário, que quer vender. Tudo, tudo. Não conhecia mais nada. Só não trocaram Adalgisa. Mas os móveis e tudo o empresário

tinha trocado lá. Aí, para não brigar com o empresário, eu peguei, olhei assim e disse: devolva tudo, eu quero é a caminha velha, a cadeirinha, aqueles negócios que temos – e V. Ex^a tem. São valores outros. Para não brigar, eu disse: bem, a geladeira, com a praia, com a maresia, está enferrujada. Ô Luiz Inácio, aprenda! Nós estamos aqui é para ensinar mesmo. Eu vou ficar com a geladeira. Puxei meu talão de cheques. O meu, não foi corporativo não, porque nós temos uma estrutura. Todos nós temos principalmente eu que vinha de uma família que tinha poder. Puxei para dar o exemplo. Isso é o que está acontecendo. Mas vou dizer Luiz Inácio, com Vossa Excelência deve ter havido caso semelhante. Outro dia eu vi uma confusão. Estavam implicando com ele, porque ele tinha um amigo, um compadre que fazia churrasco, cheio de rolo. Eu disse: rapaz, mas isso é normal, eu gosto. Eu gosto de um churrasquinho, de tomar um vinho. Eu sou alegre e feliz. Não tem negócio de conversa não. Eu nunca falei com ele, não sei nem o nome do homem. Rapaz, isso é normal, comer um churrasquinho. É bom. Mas atentai bem, Luiz Inácio, eu vi o *e-mail*. Essa imprensa tem que ser livre. Agora tem esse negócio de Internet. É gente boa, mas é ingênuo. Ele tem que fazer o controle, tem que estar atento. Olha, se eu não tivesse tomado essa providência e dado o exemplo, que roubalheira! Eu não estava aqui. E o exemplo arrasta. Foi no primeiro. Mas olha aqui, Luiz Inácio, é o Henri Fayol, professor de administração, que diz: planejar, ordenar e fazer o controle. Todo mundo diz que o Juscelino era o maior. O médico tem isto na cabeça: o pré-operatório, o trans e o pós. O pré é antes do diagnóstico e o pós é o controle. Então, a gente tem isso na cabeça, faz com rapidez, como eu fiz e fui ver. Por isso é que o Juscelino deu certo. O livro **Taylor, o Mago da Administração**, deu o exemplo de um cirurgião: o pré é o planejamento, o trans é a obra e o pós-operatório é o controle. Então, isso encaixa. Mas olha aqui, ô Luiz Inácio, seu compadre tinha que ser minha especialidade. Não sei preço das coisas, porque não ando comprando. Comprando carne em restaurante, mas sei mais ou menos. Lá no meu Piauí, parece que um quilo de carne é uns cinco ou seis reais. Posso estar errado. Lá no meu Piauí, deve ser isso. Está aqui, estão comprando para lá. Se for mentira, tem que processar e prender esse cara, porque ninguém pode caluniar nenhuma pessoa comum, avalio nosso Presidente da República. Quarenta e oito reais, Camata! Está aqui: CMI Brasil. Se for verdade, nosso Luiz Inácio está sendo ingênuo; se for mentira, vamos prender esse CMI Brasil agora. Mas, R\$48,00 o quilo da carne lá? E parece que é verdade, porque ele diz aqui que é especialidade Reisman: carnes argentinas tipo **Red Angus**. Ele diz até de onde veio,

o tipo. Rapaz, o cabra lá é bom, esse não sei. Quero até que, quem puder, me dê. Olha, quando você for lá em Rondônia... Não foi convidado para ganhar o título? Vou pedir lá ao nosso grande Governador Ivo Cassol: quero comer esse diabo aqui, porque nunca comi. Como muita carne de coelho lá. Custa R\$26,00 o quilo. Mas, R\$48,00 o quilo? Sei que não é um luxo, mas tem que ser, tem que fazer o controle. Então, V. Ex^a está trazendo isso. O Senado tem que ser isto: denunciar, denunciar, denunciar.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Mário Couto, peço a V. Ex^a que encerre.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Já vou encerrar. Quero dar apenas um minuto para cada Senador que pediu aparte.

Senador Cristovam, é um prazer ouvi-lo.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Couto, o prazer é meu dar um aparte ao senhor, que tem empolgado tanto nessas tardes aqui, não só a nós, mas a todo o público, com sua ênfase guerreira.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Obrigado.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Quero insistir, mais uma vez, Senador Mão Santa e todos os Senadores, que a gente não pode ficar paralisado tantos meses por causa de um escândalo e não pode deixar de investigar os escândalos. Parablenizo o Líder do Governo e o Líder da Oposição por terem chegado a um acordo, e, finalmente, a gente tenha essa CPI. Mas já estou vendo que vamos ter outras e outras. Por isso, quero insistir que pensemos como saída para manter a investigação, sem parar esta Casa, criarmos comissão permanente de inquérito. Existe a Comissão de Educação, a de Economia, a de Infra-Estrutura; cria-se uma comissão permanente de inquérito. Toda denúncia vai direto para essa comissão que já está constituída, já tem seus membros prontos, tem o seu presidente. Elege-se apenas o relator, e que seja um relator não do partido do presidente da comissão. Eu estou com essa proposta e vou continuar lutando. Creio que é uma maneira de não fugir da responsabilidade de investigar, sem cair na paralisia que a gente tem caído.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Mas é a pura verdade, Senador Cristovam. Senador, eu, que dei entrada na CPI do Dnit, fui o segundo Senador a dar entrada, ano passado, numa CPI, mas já falei ao Presidente que a prioridade hoje é a CPI dos cartões corporativos. Eu vou esperar para depois não montar

inclusive uma CPI em cima da outra, porque sei, como V. Ex^a falou, pode prejudicar os trabalhos da Casa.

Por isso, até já informei ao Presidente que eu tenho paciência. Eu quero apurar! Vou apurar! De qualquer forma! Vou apurar! É a minha responsabilidade, é meu dever. Mas eu não posso atrapalhar os trabalhos desta Casa. E, assim, já informei ao Presidente. E a sua preocupação é legítima.

Senador Camata, prezado Presidente, vou descer desta tribuna parabenizando, assim como o fez o Senador Cristovam, os Líderes, principalmente os Líderes de Oposição: Senador Arthur Virgílio e Senador José Agripino, por terem colocado suas posições patentes, responsáveis, e mostrado ao Governo que a Oposição aqui neste Senado tem vez, sim! A Oposição aqui neste Senado é uma Oposição responsável e legítima. Portanto, tem de ser respeitada. O escândalo dos cartões corporativos é evidente. Não se pode mais esconder de forma alguma. Aliás, já tem até réu confesso. A ministra, que se demitiu, confessou. O Ministro do Esporte confessou! Agora, ministro, com todo o respeito, peça demissão! Saia do cargo! V. Ex^a vai a público dizer que trocou o cartão corporativo do Governo com o seu particular? Isso é uma vergonha, ministro!

Depois, está comprovado que V. Ex^a pagou um hotel em Copacabana com cartão corporativo e hospedou esposa, filho, empregada doméstica...

Ministro, dou uma sugestão a V. Ex^a: peça demissão. Fica mais ético. É uma mostra de que V. Ex^a não quer um cargo público para usar para si próprio. É uma prova de que V. Ex^a não pode mais, nem deve, esconder o que gastou do povo brasileiro.

Muita gente, Senador Duque, não sabe o que é dinheiro público ou faz que não sabe o que é dinheiro público. É brincadeira, Senador, dizer que eu me enganei ao puxar um cartão do bolso para efetuar um pagamento sem saber que aquele cartão era o do Governo e não o meu. Um Ministro de Estado de um País chamado Brasil ir a público falar isso!? E a Oposição tem que ficar calada?!

Ministro, mais uma vez, peço que respeite a população brasileira. Ministro, respeite a classe média, tão sofrida. Ministro, respeite os aposentados que estão sofrendo tanto neste País. Demita-se, ministro. Dê um bom exemplo aos filhos deste País, a todos os brasileiros e brasileiras. Dê o exemplo, ministro, e se demita. Esse é o melhor caminho que V. Ex^a devia usar para mostrar a todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mário Couto.

Com a palavra o Senador Gerson Camata, para uma comunicação inadiável. Cinco minutos é o tempo regimental.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Primeiro queria dar a V. Ex^a a notícia de que acaba de chegar à Casa...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Gerson é um cumpridor do Regimento e deseja...

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Estou fazendo o maior esforço para isso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – E deseja impor a esta Casa um Regimento moderno que possa realmente ser respeitado.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Acaba de chegar à Casa a Mensagem do Senhor Presidente da República instituindo a reforma tributária. Acaba de chegar exatamente agora. Está quentinha ainda.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quem abre os jornais hoje vê mais uma vez a triste notícia – é triste a notícia – da liberação de reféns das Farc, Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, a narcoguerrilha colombiana. E tanto no jornal a Folha de S. Paulo como no Estadão tem a fotografia dos quatro liberados, mas tem quatro mil seqüestrados, quatro mil seqüestrados, Senadores, Deputados, quatro mil, Senador Suplicy. Estão lá. Não posso conceder aparte a V. Ex^a, embora instado, porque a minha fala é para uma comunicação inadiável, infelizmente.

Pois bem, a gente vê as fotografias desses seqüestrados antes e depois. Cinco anos seqüestrados. Tem gente há dez anos. Crianças há dez anos seqüestradas. E a gente vê que em cinco anos eles envelheceram vinte, quinze anos, tiveram suas fisionomias destruídas, fantasmas vivos entregues àquele ditadorzinho lá da Venezuela, o Chávez.

Pois bem, a América Latina agora está numa confusão tão grande que tem o bandido de esquerda e o bandido de direita. A ideologia de esquerda e de direita está acabando no mundo, mas na América Latina tem o bandido de direita e o bandido de esquerda.

No Haiti, Bastide Aristides, que era o Presidente, tinha lá tipo uns *tonton macoutes*, que eram considerados assim uns bandoleiros de direita. Houve intervenção, o Brasil mandou tropa, prenderam os bandidos, limparam o Haiti, colocaram o Presidente eleito pelo povo nas ruas e levou ele prisioneiro para a África do Sul. Esses, sob os cuidados dele, eram os bandidos de direita. E os bandidos de esquerda da Colômbia?

Cadê a Organização dos Estados Americanos? Por que não se faz uma força multinacional para acabar com aquela vergonha de guerrilheiros traficantes que estão enchendo o Brasil de cocaína, fazendo do Brasil um entreposto de cocaína no mundo, envergonhando o Brasil, passando 30% da cocaína pela Venezuela? Onde está o Brasil que não impõe respeito às suas fronteiras, que asila às vezes esses guerrilheiros do narcotráfico? Onde estamos brasileiros? Cadê a Organização dos Estados Americanos para uma intervenção em acordo com o governo de lá para acabar com isso? Isso é uma vergonha para a América Latina, barbarizando, judiando Deputados, Senadores, pobres e crianças.

Enquanto esta América Latina não se respeitar não vai merecer o respeito do resto do mundo.

Nós não podemos, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ser respeitados se não respeitamos a condição humana desses quatro mil seqüestrados que estão nas mãos desses narcotraficantes. Desses mesmos narcotraficantes que não respeitam a fronteira do Brasil, que transitam as drogas, que compram as suas armas por meio do Brasil, que receberam apoio militar do Sr. Fidel Castro, que está sendo aí exaltado como o grande herói da América Latina, o herói que matou gente no Brasil, matou gente na Bolívia, matou gente em Angola, matou gente em Abissínia e matou gente na Etiópia. Onde estamos? Onde está o Brasil? O que estamos fazendo neste Parlamento que não se levanta num grito político de revolta? Pelo contrário, um Partido político do Brasil dá asilo a um guerrilheiro, procurado pela polícia daquele país, e o acoberta sob a suspeita de ter financiado campanha política desse Partido que hoje está no Governo do Brasil.

Algum coisa muito grave está escondida embaixo disso tudo e eu manifesto aqui, Sr. Presidente, a minha revolta e a revolta do povo colombiano, que colocou cinco milhões de pessoas nas ruas de Bogotá e nas ruas do mundo inteiro contra essa barbárie que praticam contra crianças, velhos, Senadores, senhoras; são quatro mil seqüestrados e milhões de jovens sendo destruídos pela droga, pela cocaína, pela merla distribuídas nesse país, que são também, através do Brasil, jogados para a Europa para financiar as suas atividades.

O Brasil cada dia perde um pouco mais da sua dignidade quando apóia essas barbáries.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, sobre o assunto do Senador Gerson Camata, se o Líder Valdir Raupp me permite, eu gostaria de uma breve informação. Hoje, na Comissão de Relações Exteriores, diversos Senadores apresentaram um requerimento que o Presidente Heráclito Fortes e o Vice-Presidente e Presidente em exercício Eduardo Azeredo acharam por bem que seja apreciado e votado na próxima semana. Praticamente todos os Senadores, pelo menos doze presentes, assinaram no sentido de que seja convidada para vir ao Senado brasileiro, à Comissão de Relações Exteriores, a Senadora Piedad Córdoba, que tem se empenhado para que haja esse entendimento entre o Governo Álvaro Uribe e as Farc e possa haver a libertação de um número cada vez maior de reféns até que se chegue a um entendimento completo.

O Presidente Sarkozy, da França, muito empenhado na libertação da ex-candidata a Presidente da Colômbia, Senadora Ingrid Betancourt, cujo estado de saúde, segundo os que foram libertados ontem, está muito frágil, mencionou no dia de hoje que se trata de uma questão de vida ou de morte para a França. Inclusive ele quer ir à fronteira entre a Colômbia e a Venezuela para ajudar no resgate e na libertação da Sr^a Ingrid Betancourt.

Quero aqui, com o mesmo espírito que o Senador Gerson Camata expressou, transmitir que se trata de uma questão de esforço, de empenho de natureza humanitária, de natureza política, visando a democratização de todos os países das Américas; que possa haver, o quanto antes, a superação dos problemas, inclusive desses seqüestros.

Será muito bom se nós, Senadores, pudermos colaborar com isso – e esse é o sentido da sugestão do convite à Senadora Piedad Córdoba –, para que ela possa aqui nos dar uma explicação desse esforço que faz. Por outro lado, os próprios Senadores, o Senador Heráclito Fortes mencionou a possibilidade de alguns de nós irmos eventualmente à Colômbia, mas obviamente isso requer o convite, o contato, o diálogo prévio.

Enfim, eu gostaria de informar ao próprio Senador Gerson Camata que avalio a necessidade de um empenho de todos nós para colaborar com esse esforço, que é inclusive do próprio Presidente Sarkozy, da França, para que Ingrid Betancourt, o quanto antes, seja libertada, aliás, que todos sejam libertados.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado nominalmente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Gerson Camata, v. Ex^a tem a palavra.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria agradecer ao Senador Suplicy pelo empenho de S. Ex^a e do Senador Heráclito Fortes na Comissão de Relações Exteriores. Desejo dizer que eu nunca, depois do pronunciamento que fiz aqui, teria coragem de ir à Colômbia, por razões óbvias. Depois, dizer também que eu vou lá na Comissão assinar um requerimento para que seja convidada a vir à Comissão a Sr^a Ingrid Betancourt, a grande Senadora da Colômbia, que foi candidata à Presidência da República e que está sendo barbarizada e morta lentamente pela guerrilha. Vamos convidá-la para vir aqui, para ver se esses facínoras vão permitir que ela saia de lá para vir aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que assino conjuntamente o requerimento de V. Ex^a. Aliás, vou acrescentar o nome da Senadora Ingrid Betancourt para que, o quanto antes, possa ela também vir, juntamente com a Senadora Piedad Córdoba, para que inclusive nos transmita tudo o que tem sofrido nesse tempo em que está como prisioneira das Farc.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Valdir Raupp...

Senador Expedito Júnior, pela ordem.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou inscrito para falar. Qual é o meu número de inscrição, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Há dois oradores na sua frente na lista de oradores inscritos.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – De qualquer maneira, vou me inscrever pelo Partido também.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – OK. V. Ex^a está inscrito.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, gostaria de uma informação: se nós vamos ter Ordem do Dia hoje.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ordem do Dia há, mas me parece que a pauta está sobrestada em função das medidas provisórias, mais uma vez trancando a pauta, e certamente nós não teremos deliberação. Deliberação há quando há medida provisória, desde que ocorra entendimento de liderança, já que o **quorum** é sempre um risco para o Governo.

Como não creio em entendimento de liderança no dia de hoje, certamente não teremos deliberação.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Após a Ordem do Dia, mesmo sem deliberação, aumenta o tempo dos oradores e dos líderes.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Exatamente.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Prefiro, então, ficar para falar depois da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex^a fica inscrito para depois da Ordem do Dia, como Líder do PMDB.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Paulo Duque, que fez permuta com o Senador José Nery.

Senador Paulo Duque, V. Ex^a está inscrito. Deseja fazer uso da palavra?

Com a palavra o Senador Paulo Duque, por permuta com o Senador José Nery. Em seguida, o Senador Expedito Júnior poderá fazer uso da palavra.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – De quanto tempo disponho, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – De dez minutos, para o pronunciamento de V. Ex^a. Como os oradores que o antecederam fizeram uso de tempo além do regimental, se V. Ex^a necessitar, também usaremos da mesma medida, em respeito ao direito de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Paulo Duque, do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – O Presidente da Casa, um ex-Governador, Parlamentar há muitos anos, verdadeiramente um **gentleman**, concede-me cinco minutos, ou dez minutos, ou quinze, talvez, quem sabe.

Eu tinha arquitetado falar aqui sobre um assunto, mas a gente, às vezes, é obrigado a mudar na hora; e da tribuna. E quando eu estava ingressando nesse recinto, que considero um recinto sagrado, que eu considero um recinto Brasil, pois o Brasil está aqui dentro, eu ontem fiquei profundamente ferido ao verificar ofensas que foram feitas aqui ao Senado como circo, como farsa. Deixei passar. Deixei passar de propósito. O ambiente estava tão indefinido, tão tenso, tão desagradável, tão antiparlamentar, que eu não quis nem mesmo tomar parte nele. Nem mesmo isso! E vejo com satisfação o brilhantismo em que hoje o Senado se encontra, a preocupação com as pessoas fora do país, como se nós, que temos dificuldade em dar solução aos nossos problemas, possamos dar solução aos problemas dos outros. Seja a Colômbia, seja a Etiópia, sejam os Estados Unidos, seja a Alemanha

Oriental, Ocidental, nós temos de dar, primeiro, solução aos problemas brasileiros.

Eu sou de uma geração que foi e é ainda profundamente nacionalista. Nacionalista! Essa globalização para mim é meio inaceitável, muito embora eu tenha tido ocasião de aprovar as idéias sempre internacionalizadas, no bom sentido, do Senador Eduardo Suplicy, um dos mais queridos no meu Estado.

Quando entrei aqui hoje, eu estava ouvindo a palavra e as idéias de um dos maiores médicos do Brasil, que é o Dr. Francisco de Assis de Souza. Não sei se V. Ex^a sabe quem é. Sabe quem é?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – É o nosso querido Senador Mão Santa.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – É o Senador mais querido do meu Estado hoje, o Senador mais popular, muito mais do que os políticos que já passaram por aqui. É incrível! S. Ex^a conseguiu isso vindo do Nordeste, vindo do Piauí, vindo de uma terra onde foi Prefeito com 98% dos votos, o que é um exemplo sensacional de democracia coletiva. Não sei se ele gostou dessa designação: “democracia coletiva”. Quer dizer, a cidade inteira acordou, lavou o rosto, escovou os dentes, tomou café, olhou o jornal, olhou o tempo, e todo mundo na mesma hora foi votar para prefeito no Dr. Mão Santa. Isso realmente é fenomenal!

Conforme eu já disse uma vez aqui, estou com as pessoas mais poderosas do País: ex-governadores, ex-senadores, Deputados com vários mandatos. Eu só tive um voto, só tive um voto e vim aqui. Depois, dizem que o carioca... Não. Só tive um voto. Suplente, segundo suplente, não esperava, jamais, com um voto, chegar aqui a este Senado. E gostei do Senado. Cada vez que venho ao Senado, defendo mais esta Casa, porque vejo aqui o Brasil. E não é só a figura teórica do Brasil; são as pessoas do Brasil. Pessoas com as feições dos vários Estados brasileiros, os costumes os mais diferenciados. Não estranhei muito, porque existem pessoas de todos os recantos deste País no Rio de Janeiro. É o único lugar em que não existe mulher feia. Nenhuma! Todas são bonitas. É o Rio de Janeiro.

A primeira coisa que fiz ao chegar aqui foi conhecer o Senado na sua estrutura. Conheci a Gráfica, que é a maior da América do Sul, conheci a Diretoria-Geral, a parte financeira do Senado, e ontem conheci, Dr. Francisco de Assis, o setor médico desta Casa, que é uma perfeição. Talvez a grande maioria não conheça, mas é um verdadeiro hospital o Serviço Médico desta Casa, a Secretaria de Assistência Médica e Social do Senado Federal. Não pensem que é uma sala. uma saleta que há ali, não. É um hospital existente aqui, e aconselho todos os médicos que há aqui a participarem, a tomarem conhecimento do perfeccionismo a que se

chegou aqui para dar assistência médica não só aos Senadores – seria injusto – mas aos 10 mil servidores desta organização política.

Por isso, Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, Sr^{as} e Srs. Senadores, pedi a palavra neste momento para fazer uma homenagem toda especial, a fim de que constem, nos Anais aqui de nossa Casa, no nosso Diário Oficial, todos os médicos e todos os servidores que prestam serviços nessa repartição.

O Serviço Médico hoje está sob a direção do Dr. Paulo Roberto Rodrigues Ramalho, que dá 100% das 24 horas do dia, ele e sua admirável equipe, ao serviço médico, no setor médico e odontológico. O servidor, que ouviu tanto falar mal da saúde em todos os Estados da Federação

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – ...deveria conhecer o organismo que trata da saúde do seu servidor, dos seus Senadores. É importante isso. Não sei se o Dr. Francisco de Assis já esteve lá, mas é um dos melhores hospitais por que eu já passei um dos melhores aqui em Brasília. Há outros, mas, em matéria de repartição pública, dificilmente alguém vai encontrar uma assistência dessa natureza. Se eu já tinha uma impressão muito positiva dessa parte, ela se robusteceu muito agora.

Considero esta Casa sagrada, porque foi imaginada, arquitetada por um dos maiores técnicos do nosso País. Neste Senado e no Palácio Tiradentes aconteceram os grandes episódios políticos do Brasil.

Juscelino Kubitschek, por exemplo, que foi Senador, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro e Presidente da República no Rio – tudo indica que o seria duas vezes –, esteve sentado aqui representando Goiás. Tenho uma curiosidade. V. Ex^a talvez possa me esclarecer. Dois dias antes de ter o seu mandato de Senador cassado nesta Casa, ele fez um discurso um pouco lido e um pouco espontâneo. Tenho a curiosidade de saber de que poltrona ele falou: se falou desta tribuna, daquela tribuna ou de uma das poltronas dos 81 lugares desta Casa. Será que alguém aí poderia me esclarecer isso? Porque é uma passagem histórica. Os Parlamentares daquela época, seguramente, poderão me esclarecer. Estou fazendo um desafio, estou fazendo uma pergunta, sem resposta até agora. Tenho esperança de que o Senador Alvaro Dias, que ora preside esta sessão, vai me esclarecer isso.

Estou aqui como um admirador permanente da instituição. A instituição é que vai ficar, vai permanecer. Um ou outro vai embora, “some da parada” e não deixar mais esta tribuna.

Estou inscrito novamente para outro assunto. Se houver oportunidade, voltarei a esta mesma tribuna.

Agradeço, Sr. Presidente Alvaro Dias, pela gentileza do tempo que me concedeu em excesso.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador.

A Presidência convoca sessão conjunta solene do Congresso Nacional a realizar-se no próximo 11 de março, terça-feira, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar o Dia Internacional da Mulher e agraciar as vencedoras do Diploma Mulher Cidadã Bertha Lutz.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência recebeu, do Supremo Tribunal Federal, o **Ofício nº 442/2008**, de 22 do corrente, comunicando que deferiu parcialmente liminar na Medida Cautelar em Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 130, para determinar que juízes e tribunais suspendam o andamento de processos e os efeitos de decisões judiciais, ou de qualquer outra medida que versem sobre determinados dispositivos da Lei nº 5.250, de 1967 (Lei de Imprensa).

O expediente será juntado, em cópia, aos processados dos Projetos de Lei do Senado nºs 257 e 315, de 2005, que retornam à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por decisão da Bancada do PSDB, comunico à Casa e ao País que, levando em conta os eventos da Comissão de Orçamento, a começar por esse tal Anexo 1, que, a meu ver, coloca sob suspeição os trabalhos daquela Comissão, acordo quebrado para se derrubar o tal Anexo 1, no valor de R\$534 milhões, para realizarem privilégios, à revelia do bom senso, cortando recursos essenciais para o funcionamento da Justiça brasileira, fazendo perseguição política e cortando verbas essenciais para obras fundamentais de Estados dirigidos por figuras eleitas pela oposição; levando em conta que temos advertido que aquilo ali vai acabar num grande escândalo; levando em conta que temos proposto, insistentemente, o fim da Comissão de Orçamento, para as questões temáticas serem deliberadas nas comissões temáticas das Casas – Comissão de Saúde da Câmara e Comissão de Saúde do Senado examinando questões de saúde – e, no final – isto é idéia do Senador Sérgio Guerra –, uma comissão de sistematização que, como aconteceu na Constituinte, afunilaria os trabalhos, tudo isso com muita transparência e sob os

olhos da imprensa brasileira e da Nação; levando em conta tudo isso, o PSDB decidiu obstaculizar duramente a aprovação da peça orçamentária no Congresso, manter obstrução aos trabalhos nesta Casa.

Além disso, hoje enderecei ofício à Mesa do Congresso Nacional retirando todos os membros titulares e suplentes do PSDB da Comissão de Orçamento. Nós simplesmente, a partir de hoje, não fazemos mais parte dessa Comissão de Orçamento porque não queremos coonestar os métodos e os rumos que ela adotou.

Posso informar a V. Ex^a que, nesta mesma hora, deve o Deputado José Aníbal, Líder do PSDB na Câmara dos Deputados, estar fazendo comunicação idêntica, porque também sairão da Comissão de Orçamento todos os Deputados titulares e suplentes do nosso Partido. Não somos, portanto, responsáveis pelo que está lá e saímos em protesto pelo que lá está ocorrendo. Essa é uma decisão que tomamos com maturidade, com tranqüilidade, preservando o bom nome do partido e entendendo que está na hora de darmos o primeiro salto para se alertar o País sobre o que possa estar acontecendo de equivocado ali. Talvez isso venha a merecer – essa é uma reflexão para a semana que vem – até uma investigação mais séria e mais profunda, porque não é cabível que a peça orçamentária não seja tratada neste País com a seriedade que este País precisa exigir dos seus representantes Parlamentares, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– A Presidência vai fazer a leitura do ofício do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 23/08-GLPSDB

Brasília, de fevereiro de 2008

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a V. Ex^a, a exclusão dos Senadores Sérgio Guerra e Cícero Lucena, como titulares, e Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como suplentes, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, das vagas destinadas ao PSDB.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– O ofício lido vai à publicação.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Senador Geraldo Mesquita Júnior, pela ordem.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a decisão que a Bancada do PSDB toma, sob a liderança do eminente Senador Arthur Virgílio, é muito grave, mas eu a compreendo. Quando o Senador Renan Calheiros presidia o Congresso Nacional, ano retrasado, ele designou uma comissão para fazer um estudo com vistas à revisão daquela Comissão de Orçamento. Eu pedi para fazer parte dessa comissão e fui designado como um dos seus membros. Lá chegando, na primeira reunião dessa comissão, propus – fui para lá com essa finalidade – que a Comissão de Orçamento fosse de fato extinta e a matéria orçamentária fosse distribuída pelas comissões temáticas tanto da Câmara como do Senado. Para ser sincero, fui quase linchado. A idéia foi rechaçada, porque então era considerada uma idéia absurda.

Vejo já tramitar nesta Casa esse assunto, essa proposta. Estou aqui apenas considerando que, apesar de ser grave a decisão do PSDB, eu a compreendo perfeitamente, porque aquilo ali, de fato, como é usual se dizer aqui ultimamente, é um foco de grande preocupação e pode envolver a Câmara, o Senado e o Congresso Nacional em uma grande confusão, mais uma vez, neste País.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP)
– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)
– Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me perguntar ao Senador Arthur Virgílio e aos Srs. Senadores... Fiz uma viagem, a convite da Assembléia Constituinte do Equador e da Universidade Andina Simon Bolívar, para expor contribuições sobre o que nós, constituintes brasileiros, e o Parlamento brasileiro temos para interagir com a Assembléia Constituinte do Equador. E tive a impressão de que, ontem, havia ocorrido um entendimento entre a Oposição e a Base de Governo no Senado, anunciado hoje na imprensa, segundo o qual a Senadora Marisa Serrano teria sido indicada, de comum acordo, para presidir a CPI Mista sobre os cartões corporativos e o Deputado Luiz Sérgio seria o Relator. Então, os trabalhos hoje iriam fluir naturalmente. Senadores me dizem que, ontem,

houve, de fato, um entendimento, mas eis que o PSDB anuncia nova obstrução.

Então, eu fico, sinceramente, pensando: será que, desta maneira, nós só vamos, de obstrução em obstrução, dificultando os trabalhos do Congresso e, especialmente, os do Senado? Será que o espírito daqueles... Eu quero dizer ao Senador Arthur Virgílio... Eu, por exemplo, transmiti ao Senador Tião Viana, à Senadora Ideli Salvatti, ao Senador Valdir Raupp e ao Senador Romero Jucá que fui favorável a que se chegasse a um entendimento. Eu estava certo de que poderíamos avançar. E eis que noto que a obstrução recomeça. Então, será que o PSDB vai recomeçar a obstrução a cada momento, a cada passo, por cada coisa que se passa? É a pergunta que faço.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito bem, Sr. Presidente. Vou responder ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O Senador Arthur Virgílio tem a palavra para responder à pergunta do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Fico feliz de saber que o Senador Suplicy, depois de sua viagem ao Iraque, esteve também na região andina. Isso mostra como, de fato, é uma pessoa vocacionada para compreender, de maneira muito humanitária, os sentimentos e os sofrimentos dos povos todos da humanidade. Mas, então, vou ser bastante tópico.

São coisas bem diferentes. Houve um acordo. Esse acordo está bancado pelo Ministro José Múcio e pelo Líder Romero Jucá. E nós acreditamos nele. Presidência para o PSDB, porque foi esse o acordo entre o PSDB e DEM, da CPI Mista. O PSDB do Senado indica o Presidente. E o PT da Câmara, por delegação da Câmara, porque não é o maior Partido, indicaria o Relator.

Tem havido, inclusive, um entrosamento bom, Sr. Presidente, entre o Deputado Luiz Sérgio e a Senadora Marisa Serrano. Ele já telefonou para ela, muito cortês. Ela ficou muito feliz com essa primeira abordagem do Deputado. E me parece que ambos estão muito imbuídos do dever de fazer um bom trabalho.

Quero registrar isso, com muita isenção. Então, nós queremos ver, primeiro, o cumprimento disso. A resposta ao não-cumprimento disso seria nós fazermos algo natural, que é pedir a leitura da CPI, que está aqui na Casa. Nós queremos apurar! Se percebermos que não há vontade de apurar, nós teremos de reagir, porque não vamos permitir que não se apurem os fatos.

Segundo, nós estamos diante de uma questão grave – gravíssima –, que é esse tal Anexo I, que é a forma torta como estão elaborando a peça orçamen-

tária brasileira, a forma arbitrária como quebraram acordos celebrados aqui no Senado com Lideranças da Câmara e Lideranças do Senado, para fazer algo que, de forma alguma, exalta aquela Comissão. Exigimos satisfação, o que ficou muito claro.

O Senador Suplicy não acompanhou nossas seguidas manifestações – minhas, do Senador Sérgio Guerra, do Senador Tasso Jereissati, do Senador Flexa Ribeiro. Seguidas manifestações. Aqui falamos, e muito, sobre isso.

Finalmente, deixamos bem claro que não concordamos com medidas provisórias que deturpem a execução orçamentária – a exemplo de uma que estaria para ser votada ontem; mas obstaculizamos essa votação, graças a Deus –, medidas de crédito orçamentário que deturpem a execução do Orçamento. A peça orçamentária passa a não valer muita coisa, além de se configurar uma grande ilegalidade, uma grande inconstitucionalidade, como o Senador Tasso Jereissati demonstrou à farta, com a letra da Constituição nas mãos.

E mais: o Presidente Senador Garibaldi reconheceu que estava diante de uma inconstitucionalidade. Teve esse gesto e foi por todos nós muito elogiado no dia de ontem.

Se isso tudo não é motivo para se pararem os trabalhos legislativos até que se encontrem soluções que reponham a moralidade, o respeito ao Congresso, não sei mais como eu interpretaria a bela história do PT, Partido de que o Senador Suplicy chegou a ser Líder nesta Casa.

Falando em obstrução, Senador Mão Santa, sinto-me uma criança perto do Senador Suplicy em matéria de obstrução, porque faço muito pouca obstrução aqui. Nós votamos, colaboramos, fazemos acordo, ajudamos o Governo a aprovar matérias. O Governo não aprovaria matéria qualquer sem a nossa ajuda aqui. Ao passo que o meu querido amigo Eduardo Suplicy e o seu Partido têm mais horas de obstrução que urubu de vôo. Isso é um fato inequívoco.

Então, estamos aqui exercitando um direito, um dever e aguardando, inclusive, que pare essa agitação da Câmara em relação à promessa feita, ao compromisso empenhado pelo Ministro José Múcio e pelo Senador Romero Jucá, em nome do Governo. Não é para ficar mais havendo chuva nem trovoadas nesse episódio.

Então, Senador, espero ter esclarecido V. Ex^a, mas saiba que V. Ex^a precisa se informar sobre o Anexo I do Orçamento. V. Ex^a, sério, como todos sabemos que é, reconhecemos e proclamamos, V. Ex^a vai ficar horrorizado. V. Ex^a vai perceber que algo de grave se passa naquela Comissão. Estamos falando aqui de

CPI, e talvez mereça uma CPI para o Orçamento, talvez mereça. Não queremos ficar entulhando 20, 30 CPI porque não é possível, não há nem material humano para fazer um trabalho à altura, mas aquela ali está exigindo um cuidado especial. E não podemos deixar de zelar pelo bom nome do Congresso, pela respeitabilidade da Casa que representamos, até para não sermos confundidos com uma minoria que prejudica.

Nós entendemos que a maioria dos Congressistas é de gente honrada, é de gente correta, e temos, por outro lado, de saber muito bem separar o joio do trigo. Se não separamos, o povo, a sociedade vai achar que tudo é joio, nada é trigo; e, aqui, a maioria é trigo, não é joio. Temos de saber proclamar isso com muita clareza.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Suplicy, a advertência que me fez e só peço que V. Ex^a não esqueça passagens tão bonitas da sua vida, inclusive fazendo obstrução aqui, não sei se sempre com razão, Senador Jereissati, mas muita obstrução, muita, muita; o que pôde fazer fez. Pode-se dizer do PT qualquer coisa, não que não tenha sido um Partido, excessivamente até, combativo na Oposição, muitas vezes, inclusive, agredindo a própria ordem jurídica.

Recusei-me a pedir o **impeachment** do Presidente Lula, e não havia pouca razão para isso. Ele, sem razão para pedir o **impeachment** do Presidente, pedia nas ruas o **impeachment** do Presidente: “Fora, FHC”. E não havia razão para isso. Era meramente o jogo da guerra, da tática de guerrilha desarmada – graças a Deus –, que fez do PT um Partido que acabou se viabilizando para chegar ao Poder, e chegou. Chegou talvez sem um grande projeto de Governo, mas chegou com um projeto de poder muito claro e mostrou a sua competência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)
– Agradeço as respostas dadas, Sr. Presidente.

O Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior, pela Liderança do PR.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo à esta tribuna, mais uma vez, para falar do meu Estado, desta feita para defender o Governador Ivo Cassol.

O Senador Mão Santa, de vez em quando, destaca, aqui da tribuna do Senado, mesmo tendo sido um Governador do Piauí, o trabalho que faz o Governador

Ivo Cassol, e eu não vou permitir que se cometa mais injustiça com o meu Estado, como se cometeu no passado. Eu dizia à população de Rondônia que, todas as vezes que fosse preciso que uma voz se levantasse para defender o Governador, para defender o seu povo, enfim, para defender o Estado de Rondônia, eu sempre estaria pronto para defender o meu Estado.

Eu acompanho o Estado de Rondônia desde o início, com o seu primeiro Governador eleito, Jerônimo Santana. Inclusive, com todo o respeito que tenho pelo Líder do PMDB, do maior Partido desta Casa, o Senador Raupp, que também foi Governador do Estado de Rondônia, cuja liderança e trabalho respeito, nunca vi um Governador investir tanto como faz hoje o Governador Ivo Cassol.

Quanto à segurança pública, nunca se fez tanto concurso público como o Governador Ivo Cassol agora. Há 20 anos, Rondônia tinha quase um milhão de habitantes. Tínhamos quatro mil policiais militares. Depois de 20 anos, temos pouco mais de três mil policiais militares no Estado. O Governador fez um concurso público para 2.400 vagas para policiais militares.

Na agricultura, ele faz uma verdadeira revolução no Estado de Rondônia. Ali, sim, acontece a verdadeira agricultura familiar em nosso Estado.

Quanto à educação, se não estou enganado, ouvi o Senador Mesquita, numa Comissão hoje, falando sobre transportes escolares. Rondônia é um exemplo em relação ao transporte escolar, o Governador faz convênios com 52 municípios no Estado de Rondônia, ou seja, com todos os prefeitos do nosso Estado, independentemente se de Oposição ou da Base aliada.

O Governador faz convênio com 52 Municípios do nosso Estado.

Está revolucionando as nossas estradas. Não há quem cuide melhor das suas estradas do que o Governador de Rondônia, Ivo Cassol. Além de reabrir as estradas, além de cascalhar novamente as estradas, o Governador também tem um grande programa de pavimentação asfáltica das nossas rodovias.

Tivemos aqui várias dificuldades. Tivemos a questão do Beron. São dois gargalos de que sempre venho falar aqui da tribuna do Senado. Na questão do Beron, no final do ano passado, tivemos aqui uma compensação feita pelo Senado, corrigindo uma injustiça com o meu Estado. Inclusive eu, o Senador Valdir Raupp e a Senadora Fátima Cleide também tivemos – acho que houve um consenso dos três Senadores do Estado – o apoio da Oposição aqui no Senado para que pudéssemos ver essa dívida resgatada. E quem sabe investíssemos mais esse dinheiro em estradas, investíssemos mais na educação, investíssemos mais na saúde do nosso Estado.

Disse ontem na tribuna do Senado e torno a repetir: o Governo ainda não cumpriu. E isso é ruim para a democracia, porque foi aprovado aqui, pela maioria dos Senadores, tanto na Comissão de Assuntos Econômicos como pelo Plenário da Casa, mas estamos tentando que a Justiça faça o Governo cumprir com aquilo que aprovamos nesta Casa.

A questão da PEC dos servidores. Faço um apelo aqui ao Senador Raupp, que sempre defendeu essas questões, é grande líder também no Estado de Rondônia, é líder absoluto do maior Partido do Senado nesta Casa e que também exerce uma grande liderança na Câmara dos Deputados, com seu Partido, o PMDB, para que possamos fazer um entendimento, um acordo, e entregar ao povo do Estado de Rondônia a transposição dos servidores.

Sei da luta do Senador Raupp há muito tempo, mas acho que é chegado o momento de nos unirmos, aproveitando essa oportunidade que o Presidente da Casa está nos proporcionando, do diálogo entre as duas Casas, Senado e Câmara, para priorizar a votação de alguns projetos do Senado que estão paralisados lá na Câmara e de alguns projetos da Câmara que estão paralisados aqui no Senado.

Então, acho que é a oportunidade. Temos condições de viabilizar isso com a Oposição e teríamos condições de viabilizar com a base aliada, para darmos essa resposta ao povo do Estado de Rondônia e resolvermos aí um dos maiores gargalos do nosso Estado. Vamos resolver o problema de quase 30 mil servidores do Estado de Rondônia. Cada pessoa com que se conversa no Estado, seja do mais humilde ao mais graduado, tem alguém que está sendo beneficiado com essa transposição dos servidores que aconteceu no Amapá, que aconteceu em Roraima e eu não sei por que não aconteceu no Estado de Rondônia.

Eu não quero ficar de pires na mão pedindo favor a ninguém, não, Senador Mão Santa. Isso é uma obrigação com o meu Estado, é uma obrigação com o antigo território.

Acho que é a oportunidade de nós construirmos, Senador Raupp, e pavimentarmos um caminho para que possamos buscar o entendimento, pegando uma carona com o nosso Presidente Garibaldi, que está sinalizando com essa possibilidade de entendimento entre as duas Casas. Quem sabe vamos ter a possibilidade de ver esta PEC, que já foi votada pelo Senado, que já foi votada também lá na Câmara dos Deputados pela Comissão e está parada para ser votada pelo Plenário daquela Casa. E aí, quem sabe, retorne para cá, porque deve ter algumas alterações. Talvez, aqui, tanto eu, quanto o Senador Raupp, quan-

to a Senadora Fátima poderemos fazer com que esse processo acelere.

Mas eu vou conceder a palavra aqui ao Líder do PMDB e também grande líder do Estado de Rondônia, Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Expedito Júnior, V. Ex^a realmente tem demonstrado uma dedicação quase obsessiva nessa questão da transposição dos servidores e do caso Beron. Eu quero dizer que essa bandeira já tinha sido levantada também aqui por mim e pela Senadora Fátima Cleide. Nós já tínhamos aprovado há algum tempo, praticamente dois anos, a transposição dos servidores aqui, no Senado, a PEC 87, e foi remetida à Câmara dos Deputados. É claro que precisa de algum ajuste lá na Câmara. Mas a Câmara, com aquele episódio do ex-Presidente Severino Cavalcanti, acabou emperrando naquele ano e, depois, tudo que passa um ano sem ser apreciado acaba ficando no limbo. Foi levantado pelo Presidente Arlindo Chignalia, com uma Comissão Especial, da qual todos os oito deputados de Rondônia fazem parte. Então, sempre tenho dito ao povo de Rondônia que a bola está na Câmara. A bola saiu do Senado e está na Câmara, é essa PEC. E a Câmara é que tem que cumprir o seu papel de apreciar e aprovar essa PEC da transposição dos servidores, que é uma coisa justa. Como V. Ex^a falou, o Estado do Amapá e o Estado de Roraima já fizeram no passado. Na questão do banco Beron, eu era Governador à época. Fiquei 45 dias com o banco. Apenas 45 dias. Logo passou por uma espécie de intervenção do Banco Central e o rombo foi aumentando. Havia uma dívida, juntando o Beron e a Rondonpoup, uma agência de crédito de habitação, que somava em torno de R\$90 milhões. É claro que depois teve o PDV do servidor, com mais R\$63 milhões. Uns R\$150 milhões o Estado deve. Ou devia. Isso corrigido deu um pouco mais. Mas não os R\$500 milhões que o Banco Central impôs ao Estado de Rondônia. Então, é justo, também, que isso se resolva de alguma forma. Eu advogo a tese do entendimento bilateral. Em tudo que se faz unilateralmente, a outra parte se sente um pouco agredida e acaba não cumprindo, muitas vezes, se não for rigorosamente constitucional. Nem tudo que aprovamos aqui no Senado, infelizmente, Sr. Presidente Senador Garibaldi, tem virado lei. Está aí, para amostra, a questão eleitoral. Achávamos que o Senado tinha aprovado leis para regulamentar a questão eleitoral, mas vira e mexe o TSE manda de lá para cá um petardo, pegando de surpresa todos os Deputados Federais, Senadores, Governadores e toda a classe política do País, porque não reconhece aquilo que foi aprovado aqui no Congresso Nacional. Então, não sei o que está acontecendo quanto a essa questão da re-

solução aprovada e promulgada aqui no Senado, que o Governo Federal, por intermédio dos seus órgãos, o Banco Central e o Ministério da Fazenda, não está acatando. Tem que ver. Se forem aspectos legais, vamos corrigir isso. Vamos tentar traçar um entendimento bilateral entre o Governo, Ministério da Fazenda, Palácio do Planalto, e o Congresso Nacional. Quero dizer que eu, como líder do PMDB, coloquei a minha bancada na CAE, Comissão de Assuntos Econômicos, que foi quem deu a vitória. Fiz as contas ali, na hora. Quem deu a vitória para aprovação daquela resolução foi a Bancada do PMDB. Aqui no plenário do Senado também pedi o apoio, e a Bancada do PMDB, que é a maior do Senado, votou também favoravelmente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – A questão do Beron eu até não vou discutir com V. Ex^a. É verdade. E também acho que eu não deixei, de maneira alguma aqui, de reconhecer o trabalho e o papel importante que foi o de V. Ex^a e também da Senadora Fátima Cleide. Eu divirjo um pouquinho na questão Beron porque eu acho que o que devíamos nós já pagamos, eu acho que o Estado já pagou o que devia. Devíamos pouco mais de R\$40 milhões e já pagamos quase um bilhão, então eu entendo que nós já pagamos. É por isso que o Governador Ivo Cassol adentrou com esse requerimento, pedindo a revisão da dívida.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Uma correção...

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Para que seja justo.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – E eu concordo.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Agora, estou fazendo o apelo porque V. Ex^a é o Líder do maior Partido nesta Casa. Aproveitando a liderança do nosso Presidente, que também é do PMDB, que está buscando esse entendimento com a Câmara, eu acredito que é possível acelerar a votação da PEC dos Servidores Públicos do nosso Estado. Ainda é possível colocar nesse entendimento que o Presidente está buscando com a Câmara dos Deputados. É este o apelo que eu estou fazendo a V. Ex^a. E já reconheci aqui no meu pronunciamento o quanto V. Ex^a foi importante nessa questão da PEC dos Servidores, tanto V. Ex^a quanto a autora, que foi a Senadora Fátima Cleide. Mas agora é hora de aproveitarmos esta oportunidade que está nos proporcionando o Presidente da Casa nesse entendimento que ele busca com o Presidente da Câmara. E, quem sabe, nós vamos definitivamente resolver este gargalo, que é a PEC dos Servidores Públicos, a transposição dos servidores públicos do nosso Estado.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Só para concluir, quero dizer que eu fui o segundo a assinar a PEC da transposição dos servidores de Rondônia. A primeira foi a Senadora Fátima, e eu fui o segundo a subscrever a PEC da transposição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. EXPEDITO JÚNIOR (Bloco/PR – RO) – Mas de qualquer sorte eu vou contar, Senador Valdir Raupp, com o apoio. Tenho certeza de que V. Ex^a não vai se furtar a fazê-lo.

Certamente, haveremos de buscar. O Senador Arthur Virgílio já disse que ia tentar buscar esse entendimento com o Presidente da Casa. O Senador José Agripino e o Senador João Ribeiro, do meu Partido, já se colocaram à disposição para resolvermos esse problema do nosso Estado.

Por fim, Sr. Presidente, agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu e digo aos Senadores desta Casa, com todo o respeito que tenho aos demais Governadores que passaram pelo meu Estado, que nunca vi um governador trabalhar tanto por um Estado, como o Governador Ivo Cassol, que faz hoje seu dever de casa no Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a e concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna do Senado para falar aos amigos e às amigas do meu Estado do Pará a respeito de alguns assuntos.

Primeiro, da viagem que fiz, no sábado passado, ao Município de Marapanim. Participamos de uma reunião com os companheiros do PSDB e, depois, da inauguração do Instituto Social Antônio Dias.

Mando um abraço aos companheiros de Marapanim. Falo dos vereadores Domingos Oeiras, Acilélia Azevedo, Francisco Trindade, Fernando Vilhena, bem como do ex-Prefeito Raimundo Luiz, do Presidente do Partido, Benilson, e da Secretária, Nelcy, de todos os companheiros de Partido que estiveram naquele encontro, além do deputado federal Zenaldo Coutinho (PSDB) e da deputada estadual Suleima Pegaço, também tucana. Foi uma satisfação encontrar o PSDB organizado, com candidato próprio à Prefeitura de Marapanim.

Tenho certeza absoluta de que o trabalho desempenhado quando a prefeitura de Marapanim estava sob a gestão do PSDB é uma demonstração de que todas as obras lá existentes, reconhecidas por todos, foram executadas em Governos do PSDB, de Almir Gabriel

e Simão Jatene. Falo da estrada que liga Castanhal a Marapanim e Curuçá, como a orla de Marudá e tantas outras obras lá realizadas nos governos anteriores.

Tenho certeza absoluta de que sairemos vitoriosos pela vontade do povo de Marapanim, com o candidato que será escolhido entre os nossos companheiros de lá. Hoje, parece que a indicação é pelo Vereador Domingão, o Domingos Oeiras. Mas as tratativas continuam.

E mando um abraço a todos aqueles que nos receberam lá, inclusive ao nosso amigo Anderson Dias, candidato a vereador, que inaugurou o Instituto Antonio Dias, para prestar atendimento social na área da inclusão digital, na área de corte e costura, ou seja, no ensino profissionalizante, dando a oportunidade, Senador Azeredo, para que a juventude de Marapanim tenha assistência e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Senador Suplicy, o Município de Marapanim é a terra do carimbó. E nós estamos em campanha no sentido de tornar o carimbó um Patrimônio imaterial da cultura do nosso Estado do Pará.

Em seguida, no domingo, fomos a Santarém, no oeste do Pará, compondo uma comissão externa do Senado, das Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Presidente Garibaldi Alves Filho, para visitar um hospital regional de média e alta complexidade, inaugurado em dezembro de 2006, com dispêndio de recursos da ordem de R\$90 milhões. E até hoje, passados 14 meses da sua inauguração, ainda não foi colocado em funcionamento nas finalidades para as quais foi construído, que é atender, em média e alta complexidade, 18 municípios da região oeste do Pará.

Lá estivemos acompanhados dos Senadores Sibá Machado, Augusto Botelho, Arthur Virgílio, Cícero Lucena e José Nery. Fizemos uma reunião longa naquele local, e a comissão de Senadores tomou conhecimento da situação real do hospital. Mantivemos contato com a Secretária de Saúde do Estado do Pará, Dr^a Laura Rossetti, e com a direção do Hospital Regional do Oeste do Pará.

Nessa reunião, também mantivemos contato com o Conselho Municipal de Saúde. E todos do Conselho Municipal de Saúde e da Defensoria do Estado deixaram claro que há um movimento da sociedade do oeste do Pará cobrando o pleno funcionamento daquele hospital. Lamentavelmente, o que vimos lá não representa 10% da capacidade instalada do hospital.

Estamos pedindo informações, por intermédio do Ministro Temporão, que vai, evidentemente, solicitar ao Governo do Estado do Pará as informações necessárias para que a comissão que lá esteve – e agradeço

aos companheiros do Senado Federal que estiveram comigo em Santarém – elabore um relatório sempre no sentido de auxiliar o Governo do Estado do Pará para conseguir os meios, Senador Alvaro Dias, de colocar aquele hospital para atender à sociedade, pois vidas estão se perdendo, enquanto há equipamentos de última geração na área de oncologia, de cirurgia cardíaca, de hemodinâmica, de nefrologia e de UTI adulto, infantil e neonatal. Isso tudo precisa ser colocado à disposição da sociedade.

Fomos acompanhados, nessa visita, pelo Deputado Alexandre Von, do PSDB; pelo Deputado Carlos Martins, Deputado Estadual do PT; pelo Deputado Antônio Rocha, do PMDB. Quer dizer, foi uma reunião suprapartidária. Não fomos lá, para fazer política partidária, mas para buscar uma solução de atendimento para a população do oeste do meu querido Estado do Pará.

Em seguida, visitamos a Prefeita Maria do Carmo Martins, do PT, nossa amiga, e colocamos o Senado para ajudá-la, no sentido de que tenha os meios para o funcionamento do hospital.

Estivemos na Câmara Municipal, fomos recebidos pelo Presidente e pela maioria dos Vereadores, de vários partidos; também estivemos no Ministério Público Estadual.

Essa comissão, que lá foi, tem todos os elementos agora, para, junto com o Governo do Estado e pedindo ajuda ao Ministro Temporão, na reunião que ocorrerá na próxima semana, de posse das informações que chegarão buscar os meios para fazer com que o hospital passe a funcionar.

A imprensa do meu Estado e a do Município de Santarém deram destaque ao assunto, Senador Garibaldi Alves, Presidente. Tenho aqui o **Diário do Tapajós**, jornal de Santarém, cuja manchete do dia seguinte ao da nossa ida ao Município dizia: “Senadores ficam indignados com a situação do Hospital Regional”.

Os jornais da Capital do Estado também colocam matérias que dão destaque à visita da Comissão do Senado àquele Município. O **Diário do Pará** coloca em destaque: “Senadores visitam Hospital Regional”. E dá ênfase ao seguinte: “Falta de profissionais dificulta funcionamento”. O **Liberal**, outro jornal do meu Estado, diz: “TCE vê irregularidades no Hospital de Santarém”. E o jornal **O Liberal** lembra: “Hospital preocupa senadores”.

Então, várias foram as manchetes. Os jornais tanto do Município de Santarém, quanto da Capital, Belém, deram destaque e, mais do que isso, apoio à ação do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves, no sentido de ajudar o Estado do Pará a fazer com

que o hospital entre em pleno funcionamento o mais breve possível.

Quero deixar claro para todos os meus amigos e amigas do Pará, principalmente os do oeste do Pará, que não vamos deixar essa luta, Senador Garibaldi Alves. Tenho que agradecer a V. Ex^a e ao Presidente da Comissão, Senador Leomar Quintanilha, que deram os meios necessários para que o Senado Federal pudesse ir até Santarém. Sei que V. Ex^a apóia a ação dos Senadores. E não vamos deixar essa luta. Como dizia, Senador Tião Viana, V. Ex^a, que é médico, sabe o que é um hospital naquela região do nosso Estado e da Amazônia, com todos esses equipamentos a que me referi, mas que não funcionam há 14 meses.

Não vamos – e quero contar com a sua ajuda, Senador Tião Viana – deixar a luta – esse é um compromisso que faço com a população do oeste do Pará -, enquanto o Hospital Regional do Oeste do Pará não estiver efetivamente funcionando, em sua plenitude,

dando condições de atendimento, para uma saúde digna, e impedindo perdas de vidas por falta de atendimento.

Esse é o compromisso que assumo, aqui da tribuna do Senado, com o povo do Pará, com o povo do oeste do Pará. Nós iremos até o final, com a ajuda da Presidência do Senado Federal e dos Senadores que são solidários à causa da saúde, como é o caso do Senador Tião Viana, para que, no menor espaço de tempo possível, vejamos realmente o Hospital Regional do Oeste do Pará uma realidade e não aquilo que foi visto quando da nossa visita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Hospital preocupa senadores

SANTARÉM

Alailson Muniz
Agência Amazônia

Uma comissão formada por seis senadores esteve segunda-feira (26), em Santarém, no oeste do estado, colhendo informações sobre o Hospital Regional Público do Oeste. Eles querem saber o porquê de a unidade de saúde ainda não está funcionando em plena capacidade de seus serviços. Para isso, fizeram uma verdadeira peregrinação reunindo com a secretária estadual de saúde, Laura Rossetti, diretores do hospital, Câmara de Vereadores e Ministério Público Estadual.

A comissão mista é formada pelos senadores José Nery (PSol-PA), Arthur Virgílio (-PSDB-AM), Sibá Machado (PT-AC), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cicero Lucena (PSDB-PR) e Augusto Botelho (PT-RR), todos membros da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Eles chegaram à cidade pela manhã, e logo percorreram as instalações do hospital.

Em seguida, eles ouviram uma explanação proferida pela secretária Laura Rossetti, que relatou brevemente o imbróglia político e judicial que se tornou a demora no oferecimento dos

pital, Laura Rossetti não soube responder a maioria das perguntas dos senadores. A secretária disse que a falta de recursos humanos qualificados e o baixo piso salarial

estão contribuindo para o atraso do oferecimento dos serviços de alta complexidade. Ela também reconheceu que a retirada da Organização Social Maternidade do Oeste do Pará gerou uma perda de hora para a demora. Atualmente, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Curitiba é quem gerencia a unidade de saúde.

Os ânimos se exaltaram quando o chefe da Casa Civil.

palavra e falou que a culpa da demora no oferecimento dos serviços do hospital estaria no governo que antecedeu o de Ana Júlia Carepa. O senador Arthur Virgílio ficou irritado com Charles Alcântara resolveriam os problemas. "Eu quero saber se o povo de Santarém vai ser atendido pelo hospital. Está faltando pessoal. Falta dinheiro. Falta salário. Já foi dado aumento por esse governo? Esse governo tem de honrar a res-

ponsabilidade que ganhou nas urnas. Essa política do não sabia é péssima. Nosso objetivo não é discutir ideologia. Eu tô lá preocupado se Alacid Nunes, se Simão Jatene, se Jader Barbalho, Almir Gabriel, Jarbas Passarinho, ou Ana Júlia, é o culpado? Eu quero saber se quem precisa de hemodiálise vai ter ou não ou o serviço. Não interessa ideologia!", disse Vergílio, elevando o tom de voz e apontando em direção ao chefe da casa civil. "O senhor mexeu um pouco com meus espíritos", emendou o senador amazonense.

Arthur Virgílio criticou ainda o baixo índice de atendimento no hospital. "Eu não vi paciente. O hospital é grande e bonito, mas está atendo ninguém", ressaltou. Pedindo a palavra em seguida, o senador Flexa Ribeiro disse que não se pode enganar a população. "O hospital foi entregue equipado, mas estão fugindo da responsabilidade. Temos de colocar o hospital para funcionar porque pessoas estão morrendo. Se isso, não interessa para o governo, interessa ao Senado

Senadores visitam Hospital Regional

Albanira Coelho

Os senadores, membros da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal, que estiveram ontem em Santarém para vistoriar o Hospital Regional Público do Oeste, se disseram impressionados com os equipamentos de Oncologia (para atender pessoas com câncer), ainda encaixotados e o baixo índice de pacientes atendidos. Segundo eles, não houve planejamento que levasse o hospital a cumprir seus objetivos.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) não conseguiu esconder o descontentamento e chamou o espaço, que absorveu mais de R\$ 90 milhões dos cofres públicos, de fantasma. Ele se irritou com as colocações do chefe da Casa Civil do Estado, Charles Alcantara. "Gostaria que me poupasse dessa história de ideologia, fique com a sua que eu fico com a minha porque questão de gerência do hospital fica a cargo do ministro Temporão, que trabalha em um projeto para isso. Vamos ser diretos porque o que eu gostaria de ver aqui eram pacientes sendo atendidos e não vi".

Arthur sugeriu que os senadores reunissem, após a visita e centralizassem a idéia para que possam ajudar o Governo do Estado do Pará a resolver o problema. Diz que a atribuição de responsabilidade a um ou a outro governo, nesse momento, não contribui em nada. "O que o atual governo tem que fazer é funcionar esse hospital e descongestionar os de Manaus e Belém".

O que Charles Alcantara tentou repassar para os senadores, membros da Comissão, foi que o anseio da população é natural, uma vez que aguarda há anos por um hospital desse porte. "É evidente que não está sendo levado em conta o tempo para funcionar. A construção do prédio foi a parte mais fácil, o difícil é funcionar com pessoas qualificadas para atender a contento. Temos consciência de que precisamos de um modelo de gestão pública e não apenas entregar a administração desses hospitais nas mãos de uma Organização Social. Isso gera muitos problemas, porque existem alguns privilégios que são feitos quando o Estado se ausenta".

O senador Flexa Ribeiro, (PSDB-PA) também ficou incomodado com as explicações do chefe da Casa Civil. Disse que Charles Alcantara teve a intenção de distorcer o objetivo da comissão. "Viemos aqui para ajudar o Estado a resolver os problemas do não funcionamento do hospital e lastimo que o chefe da Casa Civil queira transformar em questões ideológicas". Ele questionou o fato de as 14 máquinas da Oncologia estarem encaixotadas. "O difícil é ver pessoas morrendo por falta de atendimento em hospitais. Se isso não é problema para você, é para o Senado".

Flexa Ribeiro garante que a comissão vai voltar outras vezes a Santarém, até que o hospital esteja em pleno funcionamento. "Só vamos deixar de vir aqui e acompanhar o caso quando pudermos comemorar com a população o resultado de todo o esforço".

O senador Sibbá Machado (PT-AC) foi mais cauteloso em suas colocações. Disse que os atendimentos em Santarém devem ultrapassar os 18 municípios e que virão pacientes de outros Estados em busca dos serviços oferecidos. Ele tomou um susto ao ver a estatística apresentada pela secretária de Estado de Saúde, Laura Rossetti. "O baixo índice de atendimentos dão a impressão de que o hospital começou a funcionar há pouco tempo e questionei: ou começou a funcionar agora ou a população não está querendo vir pra cá? Acredito que temos como ajudar a encontrar uma solução".

90

milhões de reais foram investidos na construção do Hospital Regional de Santarém

» Falta de profissionais dificulta funcionamento

A secretária de Estado de Saúde, Laura Rossetti, explicou ontem, durante o encontro com a comissão de senadores, que embora tenha assumido há pouco tempo a Sespa, é necessário reavaliar algumas questões. Admitiu que o maior impasse para os problemas do hospital em Santarém é o de mão-de-obra qualificada que vem sendo ajustado com o treinamento de profissionais que foram selecionados através do Centro Integrado e Apoio Profissional (Ciap), que administra o hospital atualmente e dos que entraram por concurso público ofertado pelo Governo do Estado. "Outro problema são os baixos salários, que não atraem os profissionais de saúde, mas com a ajuda do Ciap, estamos tentando resolver".

Muitos questionamentos foram feitos a Rossetti. O mais insistente foi sobre a forma de contratação do Ciap, que assumiu o lugar da Organização Social Maternidade do Povo, afastada sob acusação de irre-

gularidades pelo governo de Ana Júlia. O governo de Simão Jatene (PSDB) não teria feito licitação para contratar a OS, o que rendeu o seu afastamento da administração do hospital.

O senador José Néri (PSOL-PA) disse acumular dúvidas sobre a lisura na contratação do Ciap e pediu dados oficiais com valores do que era destinado a OS e do que o Ciap recebe para fazer os serviços. "Queremos saber como foi contratado, uma vez que se alega a falta de licitação de outra. O que rege esse contrato; até quando vai; quais as atribuições do Centro Integrado e outros questionamentos que não foram colocados com clareza".

Rossetti explicou que o Ciap, com sede em Curitiba, no Paraná, veio em um momento crucial. "Havia urgência na contratação de uma entidade até que se resolva o impasse. A vinda desse centro já ajudou a resolver uma série de problemas, mas vamos repassar detalhes

a vocês de tudo como foi feito", garantiu.

INTERNAÇÕES - O deputado estadual Alexandre Von (PSDB) disse que a comissão do Senado deve apurar se houve ou não internação de pacientes no Hospital Regional apenas para impressionar os senadores. Disse que soube extra-oficialmente que as pessoas foram trazidas no fim de semana com problemas (de baixa complexidade) que poderiam ser tratados no Hospital Municipal.

O senador Flexa Ribeiro interferiu na fala do diretor do hospital, Marcos Fortes, dizendo que o HR parecia muito mais um lugar para internação de pacientes de baixa complexidade do que para média e alta.

Fortes defendeu dizendo que "não vejo que um paciente que fez neurocirurgia seja de baixa complexidade". Disse ainda que o HR pode não estar funcionando a contento, mas funciona. Esclareceu que uma

pactuação que consta em ata foi feita entre o Governo do Estado e o Ciap para que algumas atividades fossem colocadas em prática dentro de um cronograma. "Essas atividades pactuadas estão sendo feitas".

Explicou que o impasse com o não funcionamento do setor de hemodiálise está na falta do resultado de exame para atestar a qualidade da água. "Isso foge de nossa alçada, contudo as etapas estão sendo cumpridas. Só não podemos dizer que o hospital não está funcionando".

Marcos Fortes disse que não tem conhecimento sobre as internações forçadas. "Todas as pessoas que estão aqui foram encaminhadas de hospitais municipais e não teríamos como fazer isso. Os que entraram no fim de semana foram para procedimentos cirúrgicos e lógico que essas pessoas entram um dia antes e não com três dias ou mais de antecedência. Desconheço qualquer tentativa de forjar internações".

TCE vê irregularidades no Hospital de Santarém

LICITAÇÃO

Analistas fazem representação contra ex-secretário estadual de Saúde

CARLOS MENDES
Do Rio de Janeiro

Três analistas de controle externo do Tribunal de Contas do Estado (TCE) formularam representação contra a Secretaria Estadual de Saúde (Sespa), no apagar das luzes da

conturbada gestão do secretário Halmélio Sobral, apontando "violação das normas legais" e "grave irregularidade" por ter aditado sete contratos emergenciais com dispensa de licitação, no valor de R\$ 3,7 milhões, para obras e serviços no Hospital Regional de Santarém. Sobral é acusado também de demora injustificada na entrega da documentação solicitada pelos analistas e de não oferecer local adequado para o trabalho de auditoria.

O problema todo é que os contratos vinham sendo cumpridos, mas a partir de 10 de

Gestor aditou sete contratos emergenciais totalizando R\$ 3,7 milhões

outubro de 2007, a vigência deles, assinados em 10 de julho do mesmo ano e firmados com prazo de execução para três meses, foi esgotada. A Sespa poderia ter adotado procedimentos dentro da legalidade para que as atividades essenciais do Hospital Regional de Santarém não fossem prejudicadas. O Tribunal pediu

à Sespa que informasse, no prazo de três dias úteis, o prosseguimento ou não de execução dos contratos celebrados oriundos de dispensa de licitação e caso existentes, apresentasse as cópias dos termos aditivos,

O prazo expirou sem resposta da Sespa. No dia 13 de novembro, contudo, a Sespa enviou ao TCE um ofício no qual informava que sete contratos emergenciais tinham sido prorrogados. Cópias dos termos aditivos foram anexadas ao ofício. De acordo com o TCE, o artigo 24 da Lei 8.666/93, que rege as licitações, no seu inciso IV, diz ser dispensável a licitação "nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada prorrogação dos respectivos contratos".

Os analistas Arão de Jesus Rocha e Ana Cláudia Carmona Rodrigues, além da técnica auxiliar de controle externo, Gisele Borges Martins, dizem na representação que os aditamentos feitos não encontram amparo legal e que a Sespa, no curso da execução dos contratos emergenciais, deixou de adotar as medidas para a continuação das atividades do Hospital de Santarém, como por exemplo a abertura de licitação para a contratação dos bens e serviços necessários à operacionalização do dito hospital ou a adoção de outras medidas com a mesma finalidade.

Citando jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), os analistas do TCE entendem que estava vedada, em qualquer caso, a prorrogação dos contratos emergenciais celebrados com base no inciso IV do artigo 24 da Lei de Licitações. Caso a situação emergencial persistisse, no entendimento deles, poderiam ser celebrados, justificadamente, diversos contratos emergenciais, desde que a somatória dos prazos não ultrapassasse o prazo máximo de 180 dias.

DEFESA

Em sua defesa, Halmélio Sobral alega que o setor técnico do TCE "equivocou-se na contagem dos prazos globais de vigência dos contratos". Ou seja, na soma das vigências dos contratos originários e de seus aditivos. Ele afirma também que não cometeu "grave irregularidade", como acusam os analistas do TCE, e sugere um "exame atento" das alegações e da documentação nos autos que instruíram a representação. Para os contratos assinados em 10 de julho de 2007, o prazo de 180 dias contados continua e ininterruptamente tinha por limite o dia 5 de janeiro de 2008. Já para os assinados em 19 de julho de 2007, o prazo final foi alcançado em 14 de janeiro de 2008. E finalmente, os assinados em 23 e 24 de julho de 2007 tiveram como limite os dias 18 e 19 de janeiro de 2008. Sobral garante ainda que o limite de 180 dias foi "respeitado".

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Vou conceder a palavra...

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 1º de novembro de 2007, o Governo Federal firmou um acordo com a Advocacia Pública Federal da União, sobre um conjunto de carreiras daquela instituição.

E estou aqui hoje, para fazer um apelo no sentido de que o Governo cumpra esse acordo. O Governo sinaliza fortemente para o seu descumprimento, mais uma vez. É lamentável que isso ocorra.

Ontem fui convidado a participar de uma reunião na sede da OAB Federal, aqui em Brasília, como Procurador Federal que sou, Procurador da Fazenda Nacional. Fui convidado pelo Dr. João Carlos Souto, Presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, que está mobilizada.

A advocacia, Senador Garibaldi, é função essencial da Justiça. Isso é preceito constitucional e significa dizer que, sem a atuação do advogado público ou privado, não há o contraditório e não se instala o devido processo legal. Há um pleito para que essas carreiras se aproximem ou se equiparem, no que diz respeito aos níveis salariais, ao Ministério Público Federal e à Magistratura Federal.

E o Governo Federal, mais uma vez, rói a corda, faz jogo duro no cumprimento de um acordo firmado. Foi firmado o acordo.

Ontem, na sede da OAB federal, com a presença do Dr. Cezar Britto, Presidente da OAB federal, pela primeira vez, um fato auspicioso. A causa é tão justa, que a OAB, em seu conjunto, a OAB federal e as suas seccionais, resolveu hipotecar completo apoio à causa dos Advogados Públicos Federais, dos Defensores Públicos Federais, dos Advogados do Banco Central, ou seja, do conjunto das carreiras da Advocacia Pública Federal.

Eu fui lá, com muito prazer, louvar o ingresso da Ordem dos Advogados do Brasil – ou seja, a sua solidariedade, que vem em boa hora – nessa luta, que já se arrasta por anos e anos, do conjunto das carreiras da Advocacia Pública Federal, que é completamente desprestigiado pelo Governo – e não só por este Governo, diga-se de passagem, para ser justo.

Ingressei na Procuradoria da Fazenda Nacional em 1993 e acompanho, desde lá até aqui, o descumpri-

mento de tratativas, de acordos, de negociações, que, via de regra, resultam em absolutamente nada.

Pedi permissão, inclusive, ao Fórum Nacional da Advocacia para ler o manifesto que elaboraram. Não vou fazê-lo nesta oportunidade, por ser extenso o documento. Mas, em uma próxima oportunidade, vou fazê-lo.

Mas quero aproveitar esta oportunidade, para fazer um apelo ao Ministro do Planejamento, ao Ministro da Fazenda e ao próprio Presidente da República, no sentido de que observem essa questão com muita acuidade, com muito cuidado. Isso é crucial, para que a Fazenda Pública, a União, possa continuar tendo das carreiras públicas da Advocacia da União o devido tratamento. As categorias estão paralisadas, mobilizadas no sentido de fazer com que o Governo cumpra um acordo firmado, que, mais uma vez, poderá resultar em absolutamente nada para frustração de centenas, talvez milhares, de profissionais, Senador Duque, que estão, dia após dia, vendo a sua condição remuneratória se deteriorar e as suas condições de trabalho também, porque a reivindicação não é só salarial, mas também de melhoria das condições de trabalho.

Agradeço, Sr. Presidente, a oportunidade de trazer à Casa esta notícia.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem Presidente Garibaldi.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, faço um apelo a V. Ex^a porque o Senador Alvaro Dias é o próximo orador. Sei que V. Ex^a compreende muito bem esse problema e haverá de ser conciso.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu nunca uso da palavra pela ordem para fazer pronunciamento, Presidente. Apenas desejo indagar de V. Ex^a se na decisão da Ordem do Dia V. Ex^a pretende fazer a leitura de material que está sobre a mesa e deve ser lido, porque tenho uma questão de ordem a formular. Para essa questão de ordem, nós temos a dependência da Comissão de Relações Exteriores em fazer uma reunião extraordinária e dar encaminhamento à matéria. É só nesse sentido

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço-lhe, Senador Tião Viana. Acredito que V. Ex^a está se referindo ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, nº 2.440/2007 na Casa de origem, de iniciativa do Presidente da República, que altera os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de oficiais e praças da Marinha. É exato?

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Quando for feita a leitura, eu formularei a questão de ordem sobre a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Eu considero feita a leitura.

Sobre a mesa, Projeto recebido da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2008

(Nº 2.440/2007, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.
.....
II – Vice-Almirante: 23 (vinte e três);
III – Contra-Almirante: 51 (cinquenta e um);
.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.440, DE 2007

(Do Poder Executivo)

Altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“II – Vice-Almirante: 23 (vinte e três);
III – Contra-Almirante: 51 (cinquenta e um);” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

MENSAGEM Nº 853, DE 2007

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha”.

Brasília, 13 de novembro de 2007. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 603/MD

Brasília, 8 de novembro de 2007

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à superior deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a Reestruturação de Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

2. A Lei nº 9.519, de 1997, fixa os limites dos efetivos da Marinha do Brasil (MB), em tempo de paz e a presente proposta visa a atualizar esse diploma legal, a partir de 2008, a fim de que a Força possa efetuar os ajustes necessários para a sua reestruturação e, assim, assegurar o seu emprego eficaz.

3. Ressalte-se que o projeto de Lei em questão obedece ao disposto no inciso I do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, o qual prevê que o efetivo das Forças Armadas seja disciplinado por meio de lei ordinária, de iniciativa do Presidente da República.

4. A medida tem por escopo adequar o quantitativo do efetivo de oficiais-generais da MB às demandas atuais, considerando, principalmente, o incremento das atividades de manutenção dos meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais, a fim de mantê-los operacionais, a despeito do elevado tempo médio de utilização dos sistemas neles empregados; o aumento da esfera de atuação dos Distritos Navais; a necessidade, cada vez maior, de bem utilizar as técnicas de comunicação social; os avanços tecnológicos, que exigem da Instituição rápida reação para acompanhá-los, em termos de ações na área de ciência e tecnologia e da constante capacitação do pessoal; a necessidade de valorização do setor de ensino, mais especificamente quanto à formação dos militares do Corpo de Fuzileiros Navais, e a qualificação do pessoal da Marinha Mercante, em face do incremento previsto para essa atividade; e a ampliação das atividades subsidiárias, relacionadas, principalmente, aos assuntos marítimos e ambientais.

Esses fatores constituem-se macro-indicadores que justificam uma reestruturação.

5. Cumpre destacar que a última alteração dos limites dos efetivos dos oficiais-generais da MB data de 1983, assim, a situação atual dos efetivos de oficiais-generais, em particular, limita a Administração Naval em relação a uma desejável descentralização de várias atividades importantes para prover a necessária agilidade à estrutura administrativa da Força.

POSTO	OM
Vice-Almirante	Secretaria de Ciência e Tecnologia da Marinha
Vice-Almirante	Comando do 7º Distrito Naval
Contra-Almirante	Coordenadoria de Manutenção de Meios
Contra-Almirante	Comando de Operações Navais
Contra-Almirante	Centro de Instrução Almirante Graça Aranha
Contra-Almirante	Comando do 1º Distrito Naval
Contra-Almirante	Centro de Comunicação Social da Marinha
Contra-Almirante	Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes
Contra-Almirante	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo
Contra-Almirante	Centro de Controle de Inventário da Marinha

8. Em decorrência disso, cumpre informar, que:

a) não há impacto orçamentário-financeiro para o exercício corrente;

b) há compatibilidade da parcela das despesas em pauta previstas para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, no tocante às diretrizes, objetivos, prioridades e metas atinentes ao Comando da Marinha; e

c) O custeio da despesa será efetuado com recursos do Orçamento da União alocados no Programa de Trabalho "05.122.0750.2867.0001" (Ação de Governo 2867-Remuneração dos Militares das Forças Armadas).

9. São essas, Senhor Presidente, as razões que me levam a propor a Vossa Excelência a edição do projeto de Lei em questão.

Respeitosamente, – **Nelson A. Jobim**, Ministro de Estado da Defesa.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.519, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1997

Dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha.

Art. 11. Os efetivos de Oficiais, dos diversos Corpos, têm os seguintes limites:

I – Almirante-de-Esquadra: 6 (seis);

6. Nesse sentido, a nova estrutura permitirá uma realocação mais racional de tarefas pelos diversos setores da MB e melhorias de processos em pontos específicos, a começar pelos postos mais elevados da hierarquia, o que possibilitará maior eficácia no cumprimento da missão.

7. A alteração proposta busca ampliar o limite dos efetivos de Oficiais em 2 (dois) Vice-Almirantes e 8 (oito) Contra-Almirantes, assim dispostos:

II – Vice-Almirante: 21 (vinte e um);

III – Contra-Almirante: 43 (quarenta e três);

IV – Oficiais Superiores: 3.360 (três mil, trezentos e sessenta);

V – Oficiais Intermediários: 2.060 (dois mil e sessenta);

VI – Oficiais Subalternos: 1.700 (um mil e setecentos).

§ 1º Os efetivos de Aspirantes da Escola Naval e alunos do Colégio Naval têm o limite de 1.500 (um mil e quinhentos).

§ 2º Não são computados nos limites fixados:

I – os Almirantes, do Quadro Suplementar, Ministros do Superior Tribunal Militar;

II – os Oficiais convocados para manobras, exercícios ou estágios de instrução;

III – os Oficiais agregados e os não-numerados nos respectivos Corpos e Quadros;

IV – os Oficiais da Reserva Remunerada designados para o Serviço Ativo, em caráter transitório;

V – os Oficiais incorporados para prestação do Serviço Militar;

VI – os Guardas-Marinha;

VII – os alunos dos Cursos de Formação e Estágios de Aplicação de Oficiais.

§ 3º Os limites de efetivos estabelecidos na lei específica que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas poderão ser excedidos, desde que não se exceda o total fixado nos incisos IV, V e VI do **caput** deste artigo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

V. Ex^a, então, pode fazer a sua indagação.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT– AC. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nos termos dos arts. 403 e 91 do Regimento Interno, formulo essa questão de ordem.

Nós temos uma preocupação, anunciada ao Plenário, de necessidade de atualização do Regimento do Senado Federal. Historicamente, a Câmara dos Deputados, tendo em vista o Regimento, em regra, toma decisões nas comissões e poucas vezes leva a matéria ao plenário. O Regimento do Senado, em tradição, traz as matérias para o plenário e em minoria toma decisões terminativas nas Comissões. No Regimento do Senado, isso está expresso no art. 91, que diz:

Art. 91. Às comissões, no âmbito de suas atribuições, cabe, dispensada a competência do Plenário, nos termos do art. 58, § 2º, I, da Constituição, discutir e votar

(...)

§1º O Presidente do Senado, ouvidas as lideranças, poderá conferir às comissões competência para apreciar, terminativamente, as seguintes matérias:

(...)

IV – projetos de lei da Câmara de iniciativa parlamentar que tiverem sido aprovados, em decisão terminativa, por comissão daquela Casa;

V – indicações e proposições diversas, exceto:

(...)

Sr. Presidente, a matéria, estritamente técnica relativa à Marinha do Brasil, diz respeito à composição do quadro estratégico de oficiais, suboficiais e praças das Marinha. É uma matéria de grande relevância para a organização interna da Marinha do Brasil. Nosso Regimento tem um dispositivo segundo o qual poderíamos acolher situações como essas, a pauta do Senado Federal está trancada por medidas provisórias, o que inquieta a todos nós. Tenho certeza de que, pelo caráter técnico, restrito a uma visão estratégica da Marinha, poderíamos, por analogia, pedindo emprestado o Regimento da Câmara, também acolher e considerar essa matéria objeto de decisão terminativa da Comissão, para que ela pudesse ir à Comissão de Relações Exteriores e lá, delegados, os Senadores tomarem uma decisão a favor ou contra a aprovação de um projeto estritamente técnico e estratégico da Marinha do Brasil. Por essa razão é que formulo essa questão de ordem, vendo se há concordância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Tião Viana, o inciso V do § 1º do art. 91 do Regimento Interno dispõe que o Presidente do Senado, ouvidas as lideranças partidárias, poderá conferir às comissões competência para apreciar, em caráter terminativo, indicações e proposições diversas.

Assim, a Presidência consulta as lideranças partidárias se há objeção a essa decisão. (Pausa.)

Não havendo objeção, a Presidência despacha o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em caráter terminativo.

Eu ouço o Senador Valdir Raupp, que pediu a palavra.

Não sei se V. Ex^a irá se pronunciar sobre...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Aproveito para fazer as duas coisas.

O PMDB apóia integralmente essa proposição do Senador Tião Viana, que é muito relevante. Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, indago de V. Ex^a se a Ordem do Dia vai começar agora ou não.

Eu pedi a palavra pela Liderança e disse que poderia ser depois da Ordem do Dia, porque eu achava que a Ordem do Dia ia começar às 16 horas. Como tenho um compromisso fora da Casa às 17 horas, já estou no prejuízo.

O Senador Alvaro Dias, que presidia a sessão, estava dando dez minutos aos oradores, mesmo no caso de comunicação inadiável e fala pela liderança. Então, se eu tivesse dez minutos agora, eu poderia até falar antes da Ordem do Dia.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, como...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Valdir Raupp, comunico não apenas a V. Ex^a mas a todos os Líderes e aos Senadores que não houve acordo para a votação das matérias e, por outro lado, a pauta está trancada, porque há quatro medidas provisórias para serem votadas. Então, a Ordem do Dia está automaticamente sobrestada.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 395, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 395, de 2007, que *abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de três bilhões, duzentos e cinqüenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais, para os fins de específica.*

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 1, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2008, que dá nova redação aos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.841, de 18 de fevereiro de 2004, que autoriza a União a permutar Certificados Financeiros do Tesouro, e ao §1º do art. 15 da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961, que autoriza a União a constituir a empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (proveniente da Medida Provisória nº 396, de 2007).

3

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 397, DE 2007

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 397, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 385, de 22 de agosto de 2007, que acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Lei nº 11.368, de 9 de novembro de 2006, para estender ao trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual o prazo previsto no art. 143 da Lei nº 8.213, de 24 de junho de 1991.

4

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 2, DE 2008
(Proveniente da Medida Provisória nº 398, de 2007)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2008, que institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 11, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 11, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 84, de

2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator *ad hoc*: Senador Antonio Carlos Júnior), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2007.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para

estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal* (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que apresenta.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 20, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das

demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Shessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.*

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 90, DE 2003**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e
20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 9, DE 2004**

*(Tramitando em conjunto com as
Propostas de Emenda à Constituição
nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001;
26, de 2002; e 90, de 2003)*

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

16

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2000 (nº 885/95, na Casa de origem), que *estabelece diretrizes gerais de programa nacional de habitação para mulheres com responsabilidade de sustento da família.*

Parecer sob nº 437, de 2007, da Comissão Diretora, Relator: Senador Gerson Camata, oferecendo a redação do vencido.

17

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000, que *altera a Lei nº 9.069, de 29 de*

junho de 1995, para tratar do comparecimento do Presidente do Banco Central do Brasil na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e para extinguir a obrigatoriedade de apresentação da programação monetária trimestral e a vinculação legal entre emissão de moeda e reservas cambiais.

Parecer sob nº 66-A, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Flexa Ribeiro, oferecendo a redação do vencido.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005 da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT*.

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas*.

Pareceres sob nºs 603 e 604, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Magno Malta, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, nos termos da Emenda nº 3-CAS (Substitutivo), que oferece.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 118, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2005 (nº 1.153/2003, na Casa de origem), que *modifica o inciso II do caput do art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996* (dispõe sobre o aproveitamento de matérias cursadas em seminários de filosofia ou teologia).

Parecer sob nº 924, de 2006, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Maria do Carmo Alves, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998* (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Roberto Saturnino.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943* (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº*

5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 43, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários.

Parecer favorável, sob nº 926, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências (determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos).

Parecer favorável, sob nº 1.163, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2007 (nº 1.791/1999,

na Casa de origem), que institui o Dia Nacional dos Surdos.

Parecer favorável, sob nº 979, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2007 (nº 3.986/2004, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional do Vaqueiro.

Parecer favorável, sob nº 722, de 2007, da Comissão de Educação, Relator *ad hoc*: Senador Valter Pereira.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator *ad hoc*: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.*

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

36

REQUERIMENTO Nº 1.302, DE 2004

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.302, de 2004, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando, nos termos regimentais, a instituição, no âmbito do Senado Federal, da Semana de Ciência e Tecnologia, a ser celebrada anualmente no mês de outubro, com o objetivo de mobilizar a população brasileira para questões científicas, enfatizando o papel da Ciência no nosso dia-a-dia e demonstrando a sua importância para a saúde e o desenvolvimento do País.

Pareceres favoráveis sob nºs 448 a 451, de 2007, das Comissões de Educação, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca; de Assuntos Sociais, Relator: Senador Cristovam Buarque; de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo; e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Valter Pereira.

37

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, *solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.*

38

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

39

REQUERIMENTO Nº 1.242, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.242, de 2007, do Senador Arthur Virgílio, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

40

REQUERIMENTO Nº 1.494, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.494, de 2007, do Senador Sérgio Zambiasi, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2006, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.*

41

REQUERIMENTO Nº 1.495, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.495, de 2007, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria.

SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, eu tenho o dever de dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes, Sr. Presidente, apenas para manifestar a concordância com o Senador Tião Viana em relação a matéria a V. Ex^a submetida. O PSDB concorda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo PT, Sr. Presidente, também como Vice-Líder. O Partido dos Trabalhadores está de acordo com a proposição do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, eu tenho o dever de dar a palavra ao Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Antes, Sr. Presidente, apenas desejo manifestar a concordância com o Senador Tião Viana. Em relação a matéria a V. Ex^a submetida, o PSDB concorda.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pelo PT, Sr. Presidente, como Vice-Líder, digo que o Partido dos Trabalhadores está de acordo com a proposição do Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, pelo Democratas, em caráter excepcional, tratando-se de assunto de interesse da Marinha do Brasil, muito bem trazido a esta Casa por essa figura ímpar, que é o Senador Tião Viana, vamos concordar com a proposição.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Gim Argello.

O SR. GIM ARGELLO (Bloco/PTB – DF) – Muito obrigado, Sr. Presidente, da mesma forma que os demais Líderes, a Liderança do PTB concorda com o encaminhamento feito pelo Senador Tião Viana.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Sendo assim, contando com a concordância das Lideranças, eu defiro a proposta do Senador Tião Viana e encaminho a proposição à Comissão de Relações Exteriores.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Sr. Presidente, diante da aprovação e da remessa, quero solicitar aos companheiros que às 17h30min estejam todos os membros da Comissão de Relações Exteriores na sala de reuniões para que possamos dar prosseguimento à tramitação dos projetos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias, quero, no tocante a Lei Timemania, esclarecer que o art. 49, Inciso IV, da Constituição estabelece que é da competência do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa. Essa atribuição é exercida mediante aprovação de projeto de Decreto Legislativo cuja autoria pode caber a qualquer Parlamentar. Portanto, Senador Alvaro Dias, a iniciativa do projeto de sustação do decreto regulamentador poderá ser exercida diretamente por V. Ex^a. Uma vez recebida a proposição, a Presidência a encaminhará à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Aproveito este tempo em que o Senador Alvaro Dias se dirige à tribuna e faço uma solicitação a V. Ex^a.

No pronunciamento que fiz há pouco, esqueci de solicitar a inserção nos Anais das matérias de jornais que aqui expus. Eu gostaria ainda de pedir que também fossem registradas pela Taquigrafia, na visita que fiz a Marapanim, as presenças do Deputado Federal Zenaldo Coutinho e da Deputada Estadual Suleima Pegado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido nos termos do Regimento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma retificação: em vez de 17h30min, faremos a reunião às 17h10min para que os companheiros que têm compromissos urgentes em Ministérios ou outras dependências da Casa possam cumpri-los. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a está inscrito a partir deste momento. Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, quero primeiramente agradecer-lhe a pronta resposta à questão de ordem de ontem.

Nós vamos proceder como V. Ex^a recomenda. Vamos apresentar um projeto de Decreto Legislativo para tornar sem efeito a parte do decreto regulamentador do Governo exatamente onde exorbitou, atribuindo a si prerrogativas do Supremo Tribunal Federal ao considerar inconstitucional uma lei aprovada pelo Congres-

so Nacional. Não cabia ao regulamentador no Poder Executivo considerar a lei inconstitucional. Caberia uma outra providência se desejasse: encaminhar ao Supremo Tribunal Federal uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. Isso, no entanto, não foi feito. Portanto, exorbitou o Poder Executivo.

Nós vamos apresentar, conforme orientação de V. Ex^a, um projeto de Decreto Legislativo para tornar sem efeito a parte do decreto que regulamenta a Timemania, que é exatamente um dispositivo que o Congresso aprovou para tentar moralizar um pouco a administração do futebol no País, penalizando aqueles que eventualmente estejam sendo processados em qualquer instância do Poder Judiciário. Os clubes aos quais pertencem os processados não poderiam se beneficiar dos resultados da Timemania, uma medida moralizadora. É claro que, nem de longe, imaginávamos poder o representante do Governo na Caixa Econômica Federal responsável por essa regulamentação retirar do texto da lei exatamente a parte moralizadora. É desejar que a impunidade prevaleça, é estimular a corrupção, é sobretudo valorizar a desonestidade na administração do futebol.

Por isso, Sr. Presidente, vamos apresentar esse projeto de Decreto Legislativo.

Sr. Presidente, nosso objetivo inicial na tribuna seria abordar a questão que se debate hoje no Congresso Nacional e, claro, no Poder Executivo: a anunciada reforma tributária.

O Governo encaminhou hoje ao Congresso Nacional a sua proposta. Há razões, sem sombra de dúvidas, para a suspeição. Deseja mesmo o Governo instituir um novo modelo tributário para o País ou trata-se apenas de uma manobra diversionista para evitar que as atenções se voltem para fatos graves focalizados no âmbito das duas Casas do Parlamento, especialmente nas duas comissões parlamentares de inquérito, a que investiga as organizações não-governamentais e aquela que pretende investigar a utilização dos cartões corporativos? Há mesmo, entre os especialistas insuspeitos, aqueles que admitem estar o Governo adotando essa estratégia diversionista.

Mas quero, Sr. Presidente, dar sustentação a essa preocupação. Seria dessa forma que se deveria discutir a reforma tributária para o País?

O Presidente Lula, não faz muito tempo, demonstrou desinteresse, afirmou que seu Governo não necessitava da reforma tributária. Obviamente, não necessitava: o Governo arrecada demais, arrecada como nunca. Já chegamos a cerca de 37% do Produto Interno Bruto. A nossa carga tributária chega a 37% do Produto Interno Bruto. Agora em janeiro, mais uma vez, o Governo comemora novo recorde, um re-

corde histórico: a receita em janeiro deste ano é 20% superior à de janeiro do ano passado, e sem a CPMF. O Governo mudou até o discurso: ao invés de falar em cortes, fala em investimentos e anuncia de forma espetaculosa um novo programa com investimentos superiores a R\$11 bilhões.

Diante desse fato, com os cofres abarrotados por uma receita que cresce a cada mês, batendo todos os recordes, o Governo estaria mesmo interessado em uma reforma tributária que reduzisse a carga tributária? Não creio, Sr. Presidente. É possível que queira o Governo debater esse assunto durante o ano todo, exatamente para que uma camada de fumaça possa encobrir outros fatos relevantes que incomodam o Governo neste momento.

Nós temos um projeto de Decreto Legislativo que deve ser discutido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania provavelmente na próxima semana – o seu relator é o Senador Flexa Ribeiro. O projeto procura anular os efeitos do decreto do Governo que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras. Se o Governo arrecada tanto, por que aumentar a carga tributária, afrontando, inclusive, a legislação do País?

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, parece-me que houve um erro na marcação do meu tempo. Creio que os dez minutos não foram sinalizados, e a campanha está me interrompendo a todo o momento.

Mas, Sr. Presidente, por que aumentar impostos se o Governo bate recordes de receita? Esse decreto do Governo é inconstitucional. Aliás, o povo já pagou, no mês de janeiro, por ele. O Governo arrecadou pouco mais de R\$400 milhões em razão do aumento desse imposto sobre operações financeiras. Não cabe ao Governo reajustar a alíquota desse imposto. A legislação estabelece que se trata de um instrumento de regulação. Reajuste só poderia ocorrer se nós tivéssemos vivendo um momento de turbulência financeira no País, e isso não estava ocorrendo no dia 2 de janeiro, quando o decreto foi instituído. O Governo não poderia transformar um instrumento de regulação em instrumento de arrecadação, mas foi o que fez.

De outro lado, não respeitou o princípio da isonomia tributária na medida em que as pessoas físicas pagam o dobro do que pagam as pessoas jurídicas com esse aumento do Imposto sobre Operações Financeiras.

Ainda mais, Sr. Presidente, no fim do ano passado, o Senado Federal, ao rejeitar a prorrogação da CPMF, estabeleceu um novo teto para a receita pública no País. Com esse decreto...

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Sr. Presidente, após a Ordem do Dia, o tempo é de 20 minutos. Creio que não tive nem dez.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem razão. Peço-lhe desculpas. Vou conceder-lhe mais oito minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. O Presidente está pechinchando, mas não há problema. Certamente, encerrarei em oito minutos.

Portanto, Sr. Presidente, o Governo exorbitou, e os Partidos de Oposição encaminharam representação ao Supremo Tribunal Federal sustentando a inconstitucionalidade dessa matéria e dessa providência governamental. Nós adotamos uma medida legislativa por meio desse projeto de decreto legislativo que pretende suspender os efeitos do decreto do Governo. Espero que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania acolha essa nossa pretensão em nome da redução da carga tributária no País.

Falar em reforma tributária aumentando impostos é ofender a inteligência nacional. Não há como admitir. Quanto a esse assunto, a Comissão tem de se reunir e estabelecer uma estratégia de combate. Não há como se admitir o aumento da carga tributária brasileira.

Desejam uma reforma para o inverso. O que queremos é eliminar a informalidade, que é o eufemismo adotado para justificar a sonegação fiscal, a elisão fiscal no nosso País.

Sonegam porque não conseguem pagar, porque cobram demais, porque é insuportável para uma pequena e média empresa arcar com o ônus de uma carga tributária perversa. A modernidade existe – uma equação –, todos pagam, pagam progressivamente. Os que ganham muito mais, pagam mais; os que ganham muito menos, pagam menos. É o chamado processo progressivo de pagamento de impostos.

No Brasil ocorre o inverso: os que ganham menos pagam mais proporcionalmente. E, já que não possuem advogados brilhantes para superar os obstáculos dessa burocracia terrível, são obrigados a partir para a informalidade a fim de sobreviverem.

Não há outra razão para a reforma tributária a não ser esta: possibilitar que todos paguem, mas paguem o que é correto, justo, estimulando o trabalho, o investimento, proporcionando o crescimento econômico e uma mais adequada distribuição de renda no País.

Sr. Presidente, quero-me louvar da opinião do ex-Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ninguém pode acusá-lo de suspeição, Senador Mão Santa, muito menos de despreparo nessa matéria, ainda mais de inexperiente, já que exerceu a função

de arrecadador durante muito tempo no nosso País. Para ele, as novas medidas não garantem redução da carga tributária. Se não garantem, não devem ser aprovadas. Segundo ele, “poderá haver aumento da carga tributária, não redução, para compensar o que seria desonerado, por exemplo, com a eliminação do salário-educação da folha de pagamento”. Isso ele afirma em entrevista. O Governo quer fazer uma reforma tributária sem desoneração, e promete a desoneração para após a aprovação da reforma tributária. Ou seja, na verdade, o Governo não está muito interessado em desoneração.

O ex-Secretário da Receita Federal afirma ainda que é contra uma reforma tributária por meio de emenda constitucional. E ele diz:

Todas as vezes que no Brasil se pretendeu fazer uma reforma tributária pela via constitucional, desde os anos 60, conseguimos piorar o sistema tributário brasileiro, justamente porque a Constituição tem muita matéria tributária e, por isso, um processo de reforma pelo Congresso Nacional, via emenda constitucional, é um processo sujeito à promulgação, sem possibilidade de veto corretivo, inclusive por razões de ordem técnica.

Outras restrições feitas por ele ao projeto de reforma tributária: “Eliminar a Cide dos combustíveis pode estimular a sonegação de impostos. É desnecessário, ruim e pode tornar ainda mais complexo o sistema”. O Secretário, por fim, classifica a proposta da reforma tributária como ruim. Diz ele:

Fazer uma modificação no sistema tributário pode ser oportuno; agora, modificações ruins são inconvenientes. É possível fazer-se uma leitura política desse fato, ou seja, de que seja uma espécie de cortina de fumaça que permita desviar atenção de outros temas que estão em discussão no Congresso.

Portanto, essa não é uma afirmação da Oposição. A cortina de fumaça é a idéia que passa o Governo pela forma como conduz esse processo e faz com que até um técnico qualificado, insuspeito pelo seu comportamento anterior e atual, chegue a esta conclusão: de que seja uma cortina de fumaça que nasce no Palácio do Planalto com o objetivo de esconder fatos importantes que possam ser revelados, inclusive, com a instalação de CPI no Congresso Nacional.

O País precisa de um modelo tributário moderno. Não devemos cansar de repetir que o ideal é um modelo tributário que nos aproxime dos países mais evoluídos do mundo. O nosso está superado, atrasado! O nosso modelo tributário não é nem de Terceiro Mundo. Preci-

samos dar um salto de qualidade. Estamos em desvantagem, sobretudo quando concorremos no comércio exterior, já que somos sufocados aqui por tributos. É evidente que competimos de forma desigual!

O Brasil poderia ser um país mais rico, mais próspero. O povo brasileiro poderia ser socialmente mais feliz se tivéssemos um modelo tributário moderno e competente, que pudesse se consolidar como um instrumento capaz de impulsionar crescimento econômico e distribuir a riqueza mais adequadamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, sobretudo pela resposta à questão de ordem que nos vai inspirar a apresentar um projeto de decreto legislativo na esperança de tornar sem efeito alterações propostas pela Caixa Econômica Federal a uma lei aprovada pelo Congresso, que tinha por objetivo moralizar a aplicação dos recursos da Timemania pelos clubes de futebol.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp. Em seguida, concederei a palavra ao Líder do DEM, Senador José Agripino.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as dimensões de nosso território, a mobilidade e o espírito desbravador de nossa gente recomendam ou, mais do que isso, impõem uma especial atenção à tarefa de interligar fisicamente o nosso Brasil. Além dos aspectos tradicionais de identidade, língua e cultura, integrar é facultar, facilitar e garantir o trânsito de pessoas e também de matérias-primas, de bens e de mercadorias com um mínimo de segurança e de rapidez.

Assim, Sr. Presidente, os negócios e, com eles, as comunidades comunicam-se, trocam experiências, vão à escola e ao trabalho, montam acordos, comem, enfim, prosperam.

À geração da riqueza deve seguir-se sua adequada e rápida distribuição. Estradas, ferrovias, pontes, hidrovias, portos, aeroportos são suportes indispensáveis aos objetivos de integração regional, nacional ou, no caso de nossa região amazônica, internacional.

Aliás, nos últimos anos, a diplomacia brasileira tem concedido crescente ênfase à integração física da América do Sul, desejo coincidente que repercute em diversos países que também vocalizam assiduamente a mesma intenção, como Argentina e Venezuela, para mencionar exemplos mais eloqüentes.

Por tudo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, valho-me desta breve intervenção para alertar o Governo Federal acerca da importância de que sejam implementadas algumas obras simples, porém indispensáveis, em nossa Região. São obras já devi-

damente consensuadas e aprovadas, inclusive com cobertura orçamentária.

É certo que o Presidente Lula, ao longo dos seus dois mandatos no Palácio do Planalto, tem demonstrado inequívoca preocupação com as obras de infraestrutura sempre reclamadas por nosso País. Foi por acreditar na importância desse tipo de iniciativa que Sua Excelência lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos carros-chefes do segundo mandato.

Nessa linha, peço a atenção do Ministério de Transportes e do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT) para a urgência que deve ser concedida à construção de pontes ligando Rondônia e Acre, um reclamo dos dois Estados e, de resto, de toda a nossa região.

A inércia com relação a essas obras tem engendrado perdas substanciais – econômicas e pessoais, inclusive em termos de formação escolar – não somente para Municípios e microrregiões diretamente afetados, mas também para o próprio País.

Cada obra pública necessária, e inclusive anunciada, que não se realiza dissemina a desconfiança na população, que se vê constrangida a situações limitantes, que diminuem suas possibilidades de ascensão social e econômica. São limites que logo se vão refletir em toda a comunidade.

E deve-se observar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que não há razão plausível para manter sob uma espécie de embargo a construção de apenas três pontes, que representarão muitíssimo para as populações que dependem das facilidades de comunicação terrestre.

Sr. Presidente, talvez, essa seja a única região do País em que balsas são utilizadas para atravessar rios. Há balsas para se atravessar de Rondônia para o Acre, para se atravessar de Rondônia para o Amazonas e para se atravessar de Rondônia para a Bolívia, país vizinho. Então, faz-se urgente a construção dessas três pontes que acabei de citar.

Nós, os Parlamentares, temos feito nossa parte, oferecendo os pressupostos orçamentários indispensáveis para a realização dessas obras tão importantes para o povo de Rondônia e de toda a nossa região, como podem atestar os pleitos de muitos outros Senadores e Deputados, independentemente da filiação partidária. Somos todos tão-somente os legítimos intérpretes das aspirações e das necessidades de nossos eleitores.

É preciso agora que o Governo Federal dê consequência ao que ficou acordado, executando as obras, o que, certamente, vai garantir um novo e importante impulso para a integração e para o desenvolvimento

de uma região que merece a constante atenção do Poder Executivo Federal.

Em termos objetivos, Sr. Presidente, o que reivindicamos, em nome do povo de Rondônia e, certamente, de toda a nossa região, concentra-se na construção de três pontes: uma sobre o rio Madeira, em Porto Velho, na BR – 319, que dá acesso a Humaitá e a Manaus; outra ainda sobre o mesmo rio, mas em Abunã, Distrito de Porto Velho, na BR – 364, que dá acesso ao Estado do Acre e, por consequência, à Rodovia do Pacífico, ao país vizinho Peru; e, finalmente, uma ponte sobre o rio Mamoré, na BR – 425, em Guajará Mirim, travessia para Guará, na vizinha Bolívia, por consequência dando acesso a La Paz, capital da Bolívia, e aos portos de Arica e de Iquique, no país vizinho da República do Chile.

Recursos existem, Sr. Presidente, e o volume requerido para as obras não é excessivo. Ao contrário, falta apenas a adoção das providências regulamentares por parte dos órgãos públicos responsáveis.

E tenho a certeza de que o Governo do Presidente Lula – Sua Excelência falou comigo ainda nesta semana – tem interesse pessoal, assim como nossos Estados, na construção de obras tão importantes para a região.

Espero que meu apelo seja ouvido e que o Governo Federal entenda a urgência dessas obras tão singelas, em termos de engenharia e de custos, e acate uma legítima e procedente postulação dos rondonienses e dos habitantes da Região Norte do País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro minha fala, mais uma vez esperançoso, acreditando na força de vontade do Governo Federal, para que, por meio de sua equipe, em especial do Ministério dos Transportes e do Dnit, conclua estas obras tão importantes, as três pontes que ligam meu Estado de Rondônia ao Acre, ao Amazonas e ao país vizinho Bolívia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Líder do Democratas, Senador José Agripino. (Pausa.)

Na ausência do Senador José Agripino, concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, pela ordem.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei rápido. Quero falar sobre dois assuntos hoje no plenário desta Casa, e o primeiro é relativo à visita de representantes da Comunidade Européia, esta semana, ao Brasil.

Com muita tristeza, recebemos informações, por meio da Imprensa Nacional, de que apenas 106 propriedades rurais do Mato Grosso foram credenciadas para a exportação da carne. Para que V. Ex^a, Sr. Pre-

sidente, e esta Casa tenham conhecimento, devo dizer que só o Estado do Mato Grosso tem 106 mil propriedades rurais. Dessas, 3,6 mil estão credenciadas pelo Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (Sisbov), e, dessas 3,6 mil propriedades, 1,7 mil estão em áreas habilitadas para exportação para a Europa. Nesse caso, o Governo Federal tem sido muito passivo em relação às propostas da Comunidade Européia.

Mais triste estou, Sr. Presidente, porque, das 3,6 mil propriedades credenciadas pelo Sisbov e das 1,7 mil propriedades habilitadas para exportação, há, em Mato Grosso, meu caro Líder José Agripino, apenas quatro propriedades. No meu Estado, apenas quatro propriedades estão credenciadas pela Comunidade Européia para exportação. Ora, no nosso Estado, há um rebanho de 27 milhões de cabeças, e a Comunidade Européia vem aqui e credencia apenas quatro propriedades.

Entendo que o Governo tem sido muito passivo. O Governo dá a entender para todos nós, produtores, pecuaristas, homens do campo, que faz uma política já visando às eleições de 2008. O que já se comenta por este Brasil é que o Governo quer que o preço da carne abaxe o máximo possível, penalizando nossos produtores, nossos pecuaristas.

Então, entendo que o Congresso Nacional também tem de se posicionar contra a passividade, sobretudo do Ministério da Agricultura, em relação à Comunidade Européia. Isso é inadmissível, num País que tem, hoje, 200 milhões de cabeças. No último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – e é o que está cadastrado no Instituto de Defesa Agropecuária (Indea) –, verificou-se que temos 201 milhões de cabeças bovinas.

Então, entendo que temos de nos posicionar. Não podemos aceitar, de forma passiva, a regra do jogo implantada pela Comunidade Européia e, sobretudo, pelo Ministério da Agricultura do Governo Federal. Espero que esses números sejam revistos.

Quero fazer um questionamento: quando o Governo Federal fará algumas exigências para a Comunidade Européia, para que aumente o número de propriedades rurais aceitas? Caso contrário, tudo está indicando que, daqui a poucos dias, não teremos capacidade de produzir também a carne bovina neste País, na medida em que tudo sobe, não só o sal, mas também o arame, o salário mínimo, o óleo *diesel* etc.

Sr. Presidente, faço aqui o registro da minha indignação com a passividade do Governo Federal em relação às exigências da Comunidade Européia para exportação da carne bovina.

Além dessa minha preocupação, quero pedir apoio as Sr^{as} Senadoras e aos Srs Senadores em relação à federalização das nossas estradas, em relação à 242, à MT-100, à 080, à 359 e à 174, cuja federalização aprovamos ontem na Comissão de Infra-Estrutura. Precisamos, naturalmente, pedir ao nosso Presidente que encaminhe a matéria o mais rapidamente possível para a Câmara dos Deputados, para que, até o mês de agosto ou setembro, esse projeto esteja concluído. Aí poderemos locar recursos para a fase de projetos, de contratações e de consecuições dessas tão importantes obras para o território mato-grossense. Com certeza, isso vai diminuir os custos do nosso transporte rodoviário, que hoje é muito oneroso e penoso para a agricultura e para a pecuária do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra o Senador José Agripino, Líder dos Democratas.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores; acho que V. Ex^a, hoje, teve oportunidade de receber das mãos do Ministro Guido Mantega a proposta de reforma tributária que S. Ex^a, na terça-feira, anteontem, apresentou-nos. Fomos convidados, Líderes e Presidentes de Partidos de Oposição – PSDB, PPS e Democratas –, a participar de uma reunião na sala do Conselho Monetário Nacional. Reunimo-nos por duas horas para ouvir uma exposição do Dr. Bernardo Appi, que, apoiado em transparências, apresentou-nos o enunciado do que pode significar a proposta de reforma tributária.

Estavam lá, pelo Governo, os Líderes do Governo no Senado e no Congresso: Senadora Roseana Sarney e Senador Romero Jucá, e o Ministro das Relações Institucionais, Deputado José Múcio.

Paciente e interessadamente, ouvimos – eu, pelo menos, ouvi – o enunciado de propostas do Governo para a reforma tributária, que é um imperativo nacional. O Brasil, o Brasil competitivo, clama por uma diminuição no número de impostos, por facilitação no processo de cobrança e pagamento de impostos, pela justiça fiscal, eliminando-se a regressividade de impostos, fazendo com que os mais pobres não paguem a mesma coisa que os mais ricos em matéria de alíquotas; e também a diminuição de carga tributária, que é o fundamental e é o que se espera dessa reforma.

Saí da reunião com a impressão de que o Governo estava, a menos de pequenas modificações ou por variações em torno do tema, repetindo aquilo que foi apresentado no passado. Repito: a menos de algumas pequenas variações em torno do tema. Mas uma coisa o Governo, na reunião de terça-feira, declarou:

a intenção de desonerar a folha de pagamento das empresas, possibilitando-lhes competitividade, com a eliminação da contribuição do salário educação, 2,5%, e com a diminuição progressiva da contribuição patronal para o INSS.

Ao longo dos debates, foi feita uma pergunta por um dos presentes sobre a reunião que teria ocorrido entre representantes de sindicatos e o Ministério da Fazenda, quando a imprensa registrou a manifestação contrária dos sindicatos em relação à diminuição da contribuição patronal. O Ministro Mantega disse que havia ocorrido realmente a reunião, mas que o Governo permanecia na posição inamovível de manter a determinação em diminuir a contribuição patronal de recolhimento à Previdência.

Esse é um elemento no meio de tantos. Minha preocupação, Senador Adelmir Santana – V. Ex^a que é um homem dessa praia –, é que reforma tributária neste País só é feita se houver determinação política por parte do Governo. Votar uma proposta de emenda à Constituição com um quórum de 49 Senadores e três quintos dos Deputados não é fácil. Deve-se arredondar, deve-se juntar argumentos à força política. Os argumentos são as boas idéias, e a força política é de quem tem a maioria, que é o Governo.

O que aconteceu com a proposta de reforma tributária anterior? Está parada na Câmara. Ela foi arredondada no Senado, foi votada por unanimidade por nós e está parada na Câmara. Parada na Câmara por quê? Por falta de vontade política, de determinação política do Governo, que não se dispôs a reagir às ações dos governadores que têm dúvida ou que se manifestam contra a questão do ICMS cobrado no destino, em vez de ser na origem; a unificação das alíquotas. O próprio Governo está tímido com relação à unificação de impostos em torno do IVA federal e da política de desenvolvimento regional com o fim da guerra fiscal pela unificação de alíquotas de ICMS em todos os Estados.

As reações dos governadores, dos agentes econômicos, paralisaram o Governo. Só que em grande monta. Agora, o Governo manda uma proposta de reforma tributária em ano de eleição e em ano de investigação de padrão ético: CPI das ONGs e CPI dos Cartões Corporativos. Cartão corporativo: aquele cartão de crédito que os apaniguados do Governo, as autoridades do Governo, nomeadas pelo Governo do PT, usam para comprar no *free shop*, para comprar, talvez, recuperação de mesa de sinuca, para comprar tudo aquilo que vem sendo denunciado, que é proibido e que está sendo investigado.

Muito bem, manda-se, em ano de investigação, Senador Expedito Júnior, e em ano de eleição, pro-

posta de reforma tributária. Aí, minha preocupação: o Governo não teve determinação política para tocar a proposta que está na Câmara. E já estou informado de que a proposta entregue ao Presidente Garibaldi e ao Presidente Arlindo Chinaglia hoje, Senador Jayme Campos, não contém aquilo que foi dito na reunião dos Líderes que conteria, ou seja, a desoneração da folha de pagamento com a diminuição da contribuição patronal ao INSS, conforme o Governo havia anunciado como um instrumento tributário de apoio ao fortalecimento das empresas, para que elas, fortalecidas, pudessem empregar mais gente. O Governo não teve força para reagir ao primeiro contravapor dos sindicatos e já mandou para cá uma coisa diferente do que nos expôs, a nós Líderes, na sede do Conselho Monetário Nacional.

O que é que vai ser da discussão dessa proposta de reforma tributária? Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Se for assim, no primeiro embate, vai ser igual ao outro. Por isso, acho – tenho o direito de achar e de desconfiar – que este Governo assim agirá; este Governo que entope a pauta com medidas provisórias e que manda uma proposta, hoje, diferente da que anunciou para os Líderes da Oposição na terça-feira, os quais foram, cavalheiresca e democraticamente, à sede do Conselho Monetário Nacional para dizer: “Estamos aqui na disposição de negociar para encontrar um melhor caminho para o País”.

Parece-me que eles não o querem, porque não vão enfrentar as resistências. E a reforma tributária não será feita se não houver consistência política no núcleo do Governo para enfrentar resistências. Não se vai fazer essa omelete sem quebrar ovos. Já não se fez com a proposta que o Senado aprovou e que está parada na Câmara. Se já se começa eliminando um ponto importante – a desoneração de folha – com um recuo por parte do Governo, um recuo explícito, porque anunciou e recuou, onde é que vamos chegar? Com a pauta entupida por medidas provisórias, com o Congresso tendo a obrigação de investigar os cartões corporativos, ONGs e má aplicação de dinheiro público, onde é que o Governo quer chegar? É aquela história de botar o bode na sala para justificar a opinião pública?

E outra: desconfio que o Governo, na verdade, não tem grande interesse em reforma tributária, por uma razão só: a reforma tributária do Governo virá, ou viria, se houvesse necessidade de caixa, tanto que, eliminada a CPMF, o Governo, no dia seguinte, independentemente de reforma tributária, colocou o aumento do IOF e o aumento da CSLL. O IOF já entrou, imediatamente, em vigor. A CSLL, como tem uma noventena e uma medida provisória para ser apreciada,

só vai produzir efeitos financeiros reais em maio, com a cobrança em abril. Repito: decorrida a noventena de janeiro, fevereiro e março, com cobrança em abril e produção de impostos em maio.

O que é que aconteceu?

Senador Expedito Júnior, V. Ex^a, que é um sujeito arguto, defensor das causas de Rondônia, mas defensor das causas do Brasil, percebeu e já leu na imprensa a respeito do recorde de arrecadação de janeiro de 2008. Foi aquilo que nós dizíamos.

V. Ex^a votou pelo fim da CPMF; o Senador Jayme Campos, pelo fim da CPMF; o Senador Adelmir Santana, pelo fim da CPMF. V. Ex^{as}, os três, votaram, como eu votei, pelo fim da CPMF. O que nós dizíamos? Que a CPMF era um imposto que, guardado pela Constituição, tinha prazo de validade, ou seja, 31 de dezembro, que já tinha dado o que tinha que dar e cabia a nós encerrarmos a cobrança em 31 de dezembro, porque era uma atribuição nossa, do Congresso. E íamos votar porque esse imposto já não era mais necessário ao Brasil. O Brasil tem de ser, agora, competitivo, porque arrecadação tem às pamparras. E dizíamos nós que a economia está crescendo, por diversas razões, diversos fatores, e que esse crescimento está aumentando a arrecadação e batendo recordes sucessivos.

O que é que aconteceu em janeiro? Em janeiro não teve mais CPMF. Foram R\$10 bilhões a mais de arrecadação. Para a CPMF de 12 meses previam-se R\$40 bilhões. Em um mês só, houve um excesso de arrecadação de R\$10 bilhões. Aquilo que nós dizíamos, ou seja, que a CPMF não era mais necessária e que estava na hora de se baixar a carga tributária no Brasil para as empresas e os contribuintes respirarem o ar moderno do mundo moderno, aconteceu.

Quanto é que se arrecadou de IOF, que, gulosamente, o Governo já está cobrando? Nesse excesso de R\$10 bilhões, em janeiro, foram R\$62,6 bilhões de arrecadação, contra R\$52 bilhões de janeiro de 2007 – R\$10 bilhões a mais.

Nesse R\$10 bilhões a mais, quanto significou a gulodice do IOF? Quatrocentos milhões. O que significou esse aumento de IOF? Significou um aumento, pasmem, da taxa de juros para a pessoa física, que saiu de 43,9%, em 2007, para 48,8% – digamos que de 44 para 49%. Quem é que paga o pato disso? O contribuinte. Para arrecadar 400 milhões e gerar um aumento na taxa de juros dessa ordem para a pessoa física, para o cidadão comum que compra a geladeira, o liquidificador ou a televisão na loja de eletrodomésticos ou compra o automóvel? Na pessoa jurídica, elevou de 22,9% para 24,7%, ou seja, de 23 para quase 25%.

A brincadeira do Governo, ao aumentar a arrecadação pela gulodice fiscal, sem confiar que a eco-

nomia está crescendo, como dissemos e os números mostraram, produziu um aumento alucado na taxa de juros, que vai prejudicar o contribuinte e vai prejudicar a indústria, porque a demanda vai terminar enfraquecendo pela taxa de juros, isso para arrecadar 400 milhões, quando o crescimento da economia gerou R\$10 bilhões – esse é o número por atacado – de aumento da arrecadação.

Resultado: há uma proposta de reforma tributária que será evidente e democraticamente apreciada, com a disposição de nossa parte de olhar o interesse nacional, mas com a desconfiança de que o Governo está propondo uma coisa para a qual não está dedicando determinação política, porque não soube resistir ao primeiro embate, como no passado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, diante dos números que acabei de assinalar, de registrar, constata-se o acerto com que trabalhamos quando votamos pelo fim da CPMF, o acerto dos argumentos, pois dizíamos que a CPMF já não era mais necessária porque o crescimento da economia geraria arrecadação suficiente para cobrir as necessidades do País, como está gerando R\$10 bilhões de excesso de arrecadação. Mesmo assim, o Governo edita uma medida provisória para instituir um aumento de alíquota de 9% para 15% na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, no caso, financeiras, que vão aumentar ainda mais a taxa de juros ao consumidor e que já aplicam o aumento da cobrança dobrada para o IOF.

Com o IOF não temos o que fazer. Agora, com relação à CSLL, pelas razões que aqui expus, vamos armar barricada. Ah, vamos armar barricada! Da mesma forma como vamos lutar para derrubar a TV pública, que é um gasto absolutamente perdulário, na minha opinião, vamos armar barricadas para derrubar esse aumento escorchante de impostos que vai atingir os brasileiros, que é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Esse é o nosso compromisso e essa é a nossa determinação.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

O SR. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr^{as} e Srs. Senadores presentes, telespectadores da TV Senado, hoje, dirijo-me a esta tribuna para relatar uma visita feita por mim e pelo Ministro Hélio Costa ao Ministro dos Transportes, Alfredo do Nascimento.

Marquei audiência, e o Ministro Hélio Costa me acompanhou. Descemos apenas dois andares para a

audiência com o Ministro Alfredo do Nascimento, visto que os dois estão no mesmo endereço na Esplanada. Nessa visita que fizemos ao Ministro Alfredo do Nascimento, fomos muito bem recebidos e carinhosamente atendidos por S. Ex^a. O Ministro dos Transportes nos comunicou os investimentos em infra-estrutura de transportes que serão feitos no Estado de Minas Gerais.

Dos pleitos apresentados, destaca-se a BR-040, no trecho entre os Municípios de Conselheiro Lafaiete e Juiz de Fora, para o qual eu e o Ministro solicitamos a duplicação, por meio do processo de concessão da rodovia. O Ministro dos Transportes garantiu os investimentos nessa rodovia previstos para este ano. A BR-040 está inclusa na terceira etapa de concessões rodoviárias do PAC, e o leilão, previsto para novembro, contemplará toda a extensão de Minas a Brasília, totalizando mais de 900 quilômetros.

Foi-nos informado, a mim e ao Senador e Ministro Hélio Costa, pelo também Senador e Ministro Alfredo Nascimento – visto que ele também é Senador, eleito pelo Estado do Amazonas –, que, atualmente, além desse programa, o Ministério dos Transportes executa obras em mais de seis mil quilômetros em Minas Gerais.

Durante essa audiência, é claro, agradei ao Ministro a obra de duplicação da rodovia que liga Uberlândia a Uberaba, obra que vinha se estendendo por talvez mais de 10 anos, sem nunca haver sido concluída. Eu, por exemplo, que tenho um irmão que tem uma chácara em Uberaba, já cansei de quebrar rodas de carro antes do Governo Lula e antes do Ministro dos Transportes, para ir até Uberaba, capital do zebu. Hoje, vai-se de Uberlândia a São Paulo em pista duplicada, fazendo uma viagem tranquila.

Aproveitando aquele encontro, o Ministro Hélio Costa também comunicou ao Senador Alfredo Nascimento que, em conversa com o Governador do Amazonas, o Sr. Eduardo Braga, que estava acompanhado por empresários da Zona Industrial de Manaus, o aparelho conversor da TV analógica para a TV digital, a “caixinha preta”, será produzida na Zona Industrial de Manaus pelo valor de R\$180,00. Este é o valor que o Ministro entendia – inclusive já havia declarado isso anteriormente – ser o justo para a produção desse conversor: R\$180,00. Esse aparelho conversor está no mercado por um preço bem mais alto, e o Ministro já havia advertido: “não comprem porque esse preço vai baixar.” Portanto, o Ministro Hélio Costa cumpriu sua promessa junto à população de produzir em terra nacional, não importando de outros países. Acreditamos também que o Governo poderá atribuir certas imunidades tributárias para que possamos produzir

esse conversor na cidade de Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais.

Isso era o que eu queria comunicar aos habitantes de Minas sobre essa visita.

Como ainda tenho tempo, digo que vejo, por parte de todos que vêm à tribuna... não sei como os telespectadores, os que assistem à TV Senado, que tem uma audiência muito grande, agüentam tanta discussão, tanto falatório, como se estivéssemos vivendo um momento difícilíssimo no País. Isso é interessante, porque esse clima está contagiando o Senado. Ontem, ao descer pelo elevador, nesta Casa, disse “bom-dia” para uma pessoa, e ele respondeu-me: “Amanhã eu digo, Senador”. Ou seja, o individuo tem de passar o dia inteiro para saber se será um “bom-dia”, e só responderá no dia seguinte. Esse é o clima que está sendo gerado nesta Casa, um clima que não é verdadeiro.

Este é o Governo mais fácil de se defender. Já falei isto um monte de vezes. É de um Governo em que tudo está dando certo. Não sou do PT, mas tenho um carinho especial pelo Partido. Votei no Presidente Lula, como vários aqui votaram também, senão ele não seria Presidente. E, ao votar, escolhemos um bom líder. Isso é o que todos os veículos de comunicação deveriam falar, mas não falam.

O País está vivendo um momento maravilhoso. Já temos dinheiro para pagar a nossa dívida externa. As empresas estão vendendo assustadoramente. Diz-se que aumentou a arrecadação de impostos. É claro, se se vende mais, arrecada-se mais. É assim que funciona. No entanto, todo mundo sobe à tribuna como essa vontade do Governo de arrecadar fosse uma vontade que não estivesse diretamente ligada ao aumento do PIB e da produção nacional.

Por outro lado, Sr^{as} e Srs. telespectadores, Sr^{as} e Srs. Senadores, também o meu Partido, o PMDB, nesta Casa, vem, historicamente, fazendo a sua parte. A todo o momento segue posições de Bancada, posições de Comissões, posições de CPI, para que haja tranquilidade na Casa. É vendido para o nosso Partido, Senador José Maranhão, que, se cedéssemos a presidência da CPMI dos Cartões Corporativos, esta Casa ficaria mais calma. Muito bem. Meu Líder, o Senador Valdir Raupp, com o Líder do Governo, que é do meu Partido, Senador Romero Jucá, reuniram e cederam a presidência da Comissão. O que acontece? No mesmo dia, pára-se o Senado Federal. Está parado o Senado Federal por outras razões. Cada dia é uma coisa nova: é algo na Comissão de Orçamento; é uma situação da CPMI; é porque clonaram o trabalho de um Senador – o que é errado, eu apóio, isso não pode acontecer –, mas não podemos parar o Senado. Temos de resolver o problema. A todo o momento pára-se o Senado.

Aqui, já estou me tornando um especialista em abotoar e desabotoar o paletó. É o que estou fazendo. Sento-me, desabotoo o paletó; levanto-me, abotoo o paletó. Nas Comissões é onde o Senado está acontecendo. Nas Comissões, o Senado funciona. Lá não tem todo esse jogo político de poder já visando 2010; lá, trabalha-se pelo País. Existe uma série de Senadores que, para usar um termo bem atual, são os chamados “**triploplay**”, aqueles Senadores que aparecem nos jornais, na televisão e no rádio.

Esses Senadores que não são “Senadores **triploplays**”, como o Senador José Maranhão, por exemplo, são Senadores que trabalham. V. Ex^a teve um trabalho duro na questão do Orçamento. Enfrentou dificuldades políticas: tiraram a CPMF, e V. Ex^a teve de refazer; brigas entre Partidos; discussões entre os Estados e entre as Bancadas. V. Ex^a está de parabéns, conseguiu, ontem, resolver esse problema e fechar o Orçamento. Agora, o que vier depois das discussões... V. Ex^a já fez o trabalho pelo País.

Então, senhores telespectadores, quero saber o seguinte: o nosso País vai mal ou o nosso País vai bem? Qual é o tipo de País...? Quando votei para Presidente, votei pensando em um País bom para os meus filhos, talvez, mais à frente, bom para os meus netos. E é isso o que está acontecendo. Ou alguém acha que o Presidente Lula está conduzindo mal este País? Eu não acho. Não é possível..Estudei a minha vida inteira...(o Senador Jayme Campos levantou a mão e disse que acha). Eu não acho. Penso que o País está sendo muito bem conduzido.

Não estou preocupado. Se fosse o Senador Arthur Virgílio, por quem eu tenho grande carinho, o Presidente, eu também falaria o mesmo. Se fosse o Senador José Agripino, aqui presente, o Presidente deste País, porque tem todas as condições para sê-lo, também o defenderia da mesma maneira, porque o País está indo bem. O País vai bem, e todo mundo só fala mal? Num momento, torcem para não chover para que dê crise de energia; noutra hora, sofrem pela segurança. A todo o momento... Chegou ao ponto, Senador Jayme Campos, que, certa vez, no elevador, ao dizer “bom-dia” ao cidadão que lá estava e ele me responder: “Amanhã eu te digo, Senador”. Ele ia esperar o fim do dia para ver se foi um bom dia ou não! Então, isso não é possível,

Quanto à questão das forças no Senado, o meu Partido vem cedendo espaço para se fazer um acordo. Mas estou achando que o momento do confronto é inevitável. Acho que ele vai acontecer. Vai chegar o momento em que teremos de ir para o voto, que é o mais democrático que pode acontecer.

Então, ficamos cedendo, fazendo acordos, vai para cá, vai para lá, um sobe aqui, faz discurso, a Bancada do Governo não defende este Governo. Vai ter uma hora em que, quando um falar, há de haver um outro para defender o Governo. Mas isso não acontece. Esta tribuna só é usada para bater no Governo. Será que é isso que é ser brasileiro: bater no Governo eleito? Vejo em outros países, quando apresentam o presidente, o fazem com uma respeitabilidade que não tem tamanho, seja ele oposição ou não. Nos Estados Unidos, quando o presidente vai dar uma satisfação, com todo o índice baixo que existe, o congresso recebe muito bem e fala muito bem. Por que não acontece isso aqui? O Governo do Presidente Lula já vai acabar e vai entrar o próximo, e o País está dando certo. Ou alguém tem de falar que o País não está dando certo? O que não está dando certo? Agora, eu tenho de vir à tribuna, sendo do PMDB, para defender este Governo? Não é possível que o Partido do Presidente Lula não suba aqui e mostre os dados. Tem hora que acho que estou vivendo num mundo diferente do mundo real. Se eu ficar sentado aqui todos os dias, quando sair e andar na rua, vou ver um mundo diferente. Nos jornais televisivos, todas as notícias são a favor. A cada dia em que há uma posição por um escândalo novo que se tenta criar no Senado, sai uma pesquisa mostrando que o Presidente Lula cresceu mais um pouco.

Então, o que é isso? O que é ser brasileiro e querer o bem do País? É colocar a verdade: que o País vai bem, que a arrecadação aumenta porque a indústria está produzindo mais. Ninguém está aqui para meter a mão no bolso do contribuinte. E todo mundo leva tudo numa discussão, numa brincadeira, e fala mal do Presidente e fala mal da política. Ninguém sobe aqui para falar o que eu estou falando. Hoje, quem é que trabalha em veículos de comunicação, tem um emprego, recebe o dinheiro, e no final do mês tem o mesmo valor?

Derrubou-se a CPMF. O preço do pãozinho caiu? O preço do arroz caiu? O preço do feijão caiu?

No início do ano de 2007, todos subiam aqui e falavam que se o crescimento do País fosse mais do que 3,5%, entregariam o cargo de Senador. Pedi ao meu gabinete para ver quantos discursos havia nesse sentido. Havia vários discursos. Aí, o que acontece? Ninguém fala mais nada sobre o assunto. O Brasil cresceu 5,5%. E todo mundo aqui torcendo para dar errado. Quem é que ganha com o País dando errado? Jornal ganha? Televisão ganha? Rádio ganha? Empresário ganha? Não ganham não. Se o País for mal, vai haver demissão. Se o veículo de comunicação não vender espaço para alguém anunciar – porque está havendo consumo –, o jornalista vai perder o emprego. É assim que funciona a economia capitalista. No entanto,

não está acontecendo isso no País. Está todo mundo com emprego, o numero de carteiras assinadas bateu recorde, a arrecadação sobe porque há mais carteiras assinadas, a fiscalização está acontecendo, e, no entanto, abrimos o jornal todos os dias, e é notícia torcendo para dar errado.

Pelo amor de Deus, Srs. Senadores! Senador Jayme Campos, V. Ex^a é um homem que trabalha. Eu conheço a história de V. Ex^a, que, independentemente do Governo que existe, vai continuar trabalhando, seja ele Serra, seja ele Aécio, seja ele Lula, seja ele quem for, porque a história de V. Ex^a sempre foi trabalhar, independentemente do Governo.

Assim é a minha vida também. Tenho o maior orgulho de ter trabalhado com a minha família. Vesti terno muito tempo depois.

O País é isto: é fruto de trabalho, de educação, de cultura. E este Governo vem fazendo isso. Sou ligado ao ramo de universidade. Minha mãe, que é professora, sempre dizia: “Quem estudar vai mais longe”. Aí, aparece o Presidente Lula, que não estudou, e dá tudo certo. O que vou dizer? Vou deixar de acreditar nele? Vence quem estuda, mas o Presidente Lula conseguiu montar uma equipe de pessoas que estudaram, e está dando certo. Ele é um bom técnico. E o que fazemos? Todo dia, pau na cabeça do homem, pancada nas costas do homem. Mas está dando tudo certo. O que vamos fazer?

Quer dizer, não dá. Não vou subir a esta tribuna para fazer esse tipo de observação todo dia. Mas há uma fila tremenda. Todo mundo sobe e bate no Governo, bate naquele que elegemos, bate naquele que está dando certo. Sou maluco? Estudei a vida inteira, e o que estou vendo não é a realidade? Será que o que escrevem é sobre outro mundo, não é o mundo de que estou participando? Não é possível. As pessoas que escrevem podem até escrever o que aquele determinado grupo quer que escrevam, mas que o País está indo bem, está, que todo mundo está ganhando seu dinheirinho, está alimentando seu filho com dignidade, está comprando sua casa.

Primeiro, o Presidente Lula botou comida na barriga, e comida na barriga é o que vale. Se você vê seu filho em casa passando fome, você vai para a rua disposto a fazer o que tiver de fazer. Essa é a verdade. O primeiro passo do Presidente Lula foi botar comida na barriga.

Agora, alimentado, pode ir para a rua procurar emprego.

Ninguém entende porque o Presidente Lula tem voto em São Paulo e tem voto no Nordeste. Porque ele dá cesta básica lá. E o dinheiro que o nordestino que trabalha em São Paulo mandava para casa já não manda

mais, porque tem a comidinha lá. Então, ele junta para comprar uma casinha depois. E é assim que as coisas funcionam. É assim que o Brasil vai para frente.

Agora, todo dia acordar, abrir o jornal e ter notícia torcendo para dar errado, pelo amor de Deus!

Quem está me ouvindo em casa, imagine aquele vizinho que é chato, que reclama todo dia, que fala que vai dar errado, que vai chover, que vai faltar água, que vai faltar luz. É como eu me sinto com alguns Senadores que ficam do meu lado. Gosto deles, mas é terrível ter de ouvir todo dia torcendo para dar errado. Como é que esse cidadão volta para casa? Encara, em casa... Não é possível. Temos de ter o mínimo de bom humor e o mínimo de boa vontade para que tudo dê certo. É um monte de gente pessimista, torcendo para dar errado. Pelo amor de Deus!

Todo dia, eu sento aqui e fico vendo. Não é possível! Sai um, entra outro, com todo respeito aos Senadores. Temos que levar em consideração a posição política e a posição pessoal. São todos meus amigos, tenho o maior carinho por todos eles. E para chegar ao Senado tem que ter história, senão não chega. Mas não dá para agüentar isso. Certas horas, penso que estou simplesmente ficando maluco. Será que estou maluco? Será que é engraçado falar mal do Governo? Será que dá lbope? Será que você, quando fala mal, e sai na rua, é bem recebido? Pelo amor de Deus!

Todo mundo quer seu emprego, todo mundo quer dignidade, todo mundo quer ganhar seu dinheiro, todo mundo quer ter dinheiro para gastar com seu filho, com seu parente, com sua companheira, e orgulhoso disso, do dinheiro limpo que ganhou.

Sr. Presidente Garibaldi, faça este desabafo porque é extremamente desagradável ver atacarem o que está dando certo, independente de partido. Eu não quero saber. Se o Lula fosse do PSDB,... Elegemos um Presidente que está dando certo. Ótimo que está dando certo. As questões que têm de ser apuradas serão apuradas.

Senador Garibaldi, V. Ex^a, por exemplo, desde que assumiu a Presidência, é outro homem. Está bem, convive bem com o País. Olha o sorriso de V. Ex^a. Isto é que é bom: um Presidente otimista, que vai ajeitar a Casa. V. Ex^a me ligou no dia 31 e disse que daria um novo nome ao Senado, que o Senado teria outra posição. Eu acredito no Senador Garibaldi.

Pelo amor de Deus, senhores, quando escreverem, escrevam o que estão sentindo, não o que o editor manda. Mas se não escreverem o que o editor mandar, estão desempregados, a verdade é essa. Eu olho para alguns jornalistas ali que até baixam a cabeça porque é verdade. É assim que funciona. É assim que funciona.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Senadores, por ouvirem meu desabafo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fiz aqui um histórico que deveria ser lido nesta sessão, porque hoje conseguimos concluir a tarefa-desafio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização: elaborar o Orçamento, fazer o Orçamento. Muito mais do que isso, adequar o Orçamento à nova realidade decorrente da perda da CPMF. Não foi fácil, porque, se já é muito difícil a elaboração do Orçamento, muito mais difícil é fazê-lo diante da realidade da queda da CPMF.

Mas o certo é que, para surpresa dos céticos, dos pessimistas, com a colaboração dos companheiros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Relator-Geral, Deputado José Pimentel, homem dotado de uma capacidade de trabalho extraordinária, muito austero, muito equilibrado e, sobretudo, com alto espírito público, pudemos hoje concluir a tarefa de elaboração do Orçamento, que agora cumpre outra etapa já na área do Congresso Nacional.

Acabei de falar com o Presidente Garibaldi, fazendo-lhe essa comunicação e pedindo que convocasse o Congresso Nacional para discussão e aprovação do Orçamento no âmbito do Congresso Nacional.

É claro que o País não poderia ficar sem Orçamento. Seria um absurdo se o País ficasse sem Orçamento – e não vai ficar, porque hoje conseguimos concluir essa tarefa.

Não sei se o Presidente me concederia o tempo suficiente para ler esse histórico que me parece importante como elemento informativo.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a pode usar o tempo que for necessário, porque o documento tem muita importância para o conhecimento de todos nesta Casa.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Senador Garibaldi. Agradeço-lhe muito a tolerância que já está manifestando.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador José Maranhão, V. Ex^a me permite um minuto, antes de reiniciar a sua fala, seu discurso?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Senador, com todo o prazer.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesta oportunidade em que o nosso Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização fará um pronunciamento em relação às atividades que realizou durante

alguns meses, não poderia deixar de cumprimentá-lo. Eu não poderia, Senador José Maranhão, deixar de solidarizar-me com V. Ex^a e de falar sobre o trabalho exemplar, operoso e, acima de tudo, ético que V. Ex^a, como Presidente, e o Deputado Federal José Pimentel fizeram à frente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Tínhamos de nos orgulhar disso. Fiquei até indignado e triste quando, neste Senado, vi que um ou dois Senadores criticavam a peça orçamentária, chegando ao cúmulo do absurdo de quererem até mesmo condenar ou carimbar membros daquela Comissão, com a afirmação de que não estavam cumprindo, na forma constitucional, com seu papel. V. Ex^a vinha fazendo seu trabalho, já há três, quatro, cinco meses... E não só V. Ex^a, como os demais membros – eu, particularmente, membro daquela Comissão, como Relator Setorial do Ministério das Cidades e do Ministério do Planejamento – fizemos o possível e o impossível para cumprir o que estava regimentalmente previsto dentro daquela Comissão. Não adianta os críticos, aqueles que têm prazer em vir nos criticar, acharem que vão conseguir alguma ressonância diante da opinião pública brasileira. Não! Todo mundo conhece José Maranhão, todo mundo conhece José Pimentel. São pessoas que têm serviços prestados a este País e que fizeram um trabalho naquela Comissão sobre o qual posso afiançar com toda certeza: é um trabalho extraordinário, jamais visto, feito de forma transparente e, sobretudo, igualitária. Ou seja, ninguém foi contemplado ou beneficiado com um ou dois gestos; ao contrário, foram todos tratados de forma igualitária. Dessa forma, meu caro Senador José Maranhão e meu prezado Deputado José Pimentel, que nos honra com sua presença, não poderia deixar de cumprimentá-los, na certeza absoluta de que o trabalho de V. Ex^{as} é indescritível e ficará registrado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade dos conceitos de V. Ex^a e fico muito feliz de saber que questões como essa têm de ser vistas, como V. Ex^a as vê, acima do contexto meramente político-partidário.

O Orçamento da União é uma peça indispensável à gestão pública. É indispensável que haja isso. É claro que é uma peça que consegue atrair os interesses de todos os segmentos da vida nacional: setor público, setor privado, União, Estados, Municípios. Para lá convergem os interesses os mais variados, os mais calorosos, razão por que não é fácil fazer o Orçamento. É claro que essa tarefa não é apenas de um homem – do Presidente da Comissão, do Relator ou dos Relatores Setoriais, como V. Ex^a, que cumpriu sua

missão com todo o brilhantismo –, mas do conjunto dos integrantes da Comissão de Orçamento e de todo o Congresso. O ciclo orçamentário só se encerra com a discussão e a votação no Congresso Nacional, o que ainda está por acontecer. Por decisão do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, isso deverá acontecer na próxima quarta-feira.

Concedo um aparte a V. Ex^a, com todo o prazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Meu caro Senador José Maranhão, peço também a atenção do Deputado José Pimentel, que se encontra aqui no plenário, para este aparte. A estrutura bicameral do Brasil é perfeita ou quase perfeita. Os problemas que existem na convivência do sistema somos nós que fazemos, somos nós que criamos. É lamentável. De vez em quando, aparecem vozes e mentes irresponsáveis e tresloucadas que defendem a extinção desta Casa, o Senado. Sabemos que quem faz isso não está bem-intencionado. São os que têm outros objetivos, que não são os objetivos da democracia. O que temos que evitar – Senadores e Deputados – é confronto envolvendo as duas Casas, tanto quando se trata da maior lei que esta Casa vota anualmente, o Orçamento, quanto do dia-a-dia. A tradição tem sido a de o Orçamento ser votado de maneira pacífica e a de esta Casa – o plenário – ser apenas homologatória. Quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado José Pimentel que quem trouxe o problema das distorções para o plenário do Senado foram membros do fechado grupo que trabalha anualmente no Orçamento, ano após ano. São aqueles que se revezam nas funções, mas que permanecem no espírito da Comissão orçamentária. Talvez V. Ex^a e o Deputado José Pimentel sejam os mais novos dessa Comissão; talvez sejam os novíços. Quero dar este depoimento para um esclarecimento. Antes de ontem, à noite, estava no plenário quando fui chamado pela Senadora Roseana Sarney e pelo Presidente desta Casa para assistir, no gabinete da Presidência, a uma reunião da qual V. Ex^a faria parte, bem como o Relator, Deputado José Pimentel, o Presidente e algumas lideranças. Confesso-lhe que não sabia do que se tratava. Estava lá também o Deputado Gilmar Machado, uma espécie de eminência parda do Orçamento da Nação desde que o PT começou a governar o País. A reunião era de declarações de insatisfações com relação ao rumo do Orçamento. Quero dizer a V. Ex^a que, em 26 anos de Orçamento, apenas participei daquela Comissão por um ano. Não é minha vocação. Não é meu perfil. Mas, como fui convidado, assisti à reunião e, também, naquele momento, a uma pressão que se fez sobre o Relator e sobre o Presidente. Ouvi, pela primeira vez, a intenção do Relator de retirar o anexo

de investimentos – salvo engano, é esse o termo exato –, para reavaliar...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – De metas.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – De metas... corrigindo-se algumas distorções que havia entre bancadas que ali estavam reclamando. A princípio, pela minha experiência, considerei a tarefa um pouco árdua e vi que, pelo ceticismo do Deputado Gilmar Machado, o mais erudito nas questões orçamentárias de todos quantos participavam, era conversa para boi dormir. Mas assisti, ouvi as declarações e a concordância do Relator, que fazia apenas uma ressalva: a redistribuição deveria ser feita pela Líder do Governo. Participei, Senador Wellington, dessa reunião na certeza de que, sendo no gabinete da Presidência, presentes o Relator, o Presidente e um representante formal do PT, que era o Deputado Gilmar, teríamos ali uma definição. Daí por que saí achando, Senador Jayme Campos, que estava tudo equacionado, resolvido, e as distorções corrigidas. Reclamei com relação ao Piauí – o Piauí, governado pelo PT, só tem apanhado nesse Governo, Deputado José Pimentel –, reclamei que o Piauí tinha, no ano passado, recebido um percentual de 3,7% e este ano estava sendo rebaixado para 3,2%, o que iria comprometer o Estado no próximo ano numa nova avaliação trianual. Pedi que a situação do Piauí fosse revista. Em nenhum momento, tratei de questões pessoais. Não é meu feitio, porque sei minha postura como Senador da oposição. Algumas distorções foram anunciadas, como a da bancada de V. Ex^a, do Ceará e de Pernambuco. Eu pensei que o anexo fosse para a correção dessas distorções; embora soubesse, de antemão, que as distorções havidas ali não se processavam no anexo, mas, sim, na farta massa de manobra orçamentária que tem o Relator-Geral e o corpo de relatores auxiliares. As distorções existem. Não são pequenas. Elas são pontuais, Senador Arthur Virgílio. Quero dizer a V. Ex^a que esta Casa não pode ser uma fábrica de crise. Crises dessa natureza caem na cabeça dos que aqui habitam. É preciso que haja, num momento como esse, consenso; é preciso que haja, numa hora como essa, equilíbrio, mas é preciso que haja também boa vontade do Governo e do Relator para equacionar, juntamente com V. Ex^a, essas questões. Quero dizer que não partiu do Senado da República nenhuma suspeita sobre o comportamento do Relator e muito menos sobre o de V. Ex^a. As informações chegaram aqui às enxurradas, exatamente de membros da própria Comissão, naturalmente bem aquinhoados, mas nem tanto quanto gostariam. Então, a questão é essa. É evidente, Senador José Maranhão, que o Orçamento da maneira que está não terá o meu voto. É um pro-

testo silencioso de um Estado sofrido, que apanha e que, na calada da noite, nesta madrugada, foi punido novamente. Tiveram que remanejar recursos da irrigação. Senador Mão Santa, “atentai bem”, como diz V. Ex^a: para beneficiar o Centro-Oeste, foram tirar os recursos exatamente do Piauí. Por que do Piauí? Por que tiraram do Piauí para colocar, atendendo a um preceito constitucional, os recursos para a irrigação do Centro-Oeste? Por que não tiraram da Bahia, que é a mais aquinhoadada de todos os Estados? Se você somar os recursos destinados a dois Estados, que não vou discriminar, para irrigação, verá que ela receberá mais de 50%. Qual é realmente a sinceridade, Relator José Pimentel, do Presidente Lula para com o Piauí? Só promessa? Por que permitiram, na madrugada de ontem para hoje, retirar mais recursos do meu Estado – cerca de 7 milhões, segundo informações que me chegaram? Então, quero dizer a V. Ex^a que o que não constrói é a tentativa, num momento como este, de alguns – que não é o caso dos dois – de tentar jogar o Senado e a Câmara, um contra o outro. Não vai chegar a lugar nenhum! Vamos ficar com a fratura exposta, um fato grave. De forma que faço um apelo ao bom senso. Acho que o Deputado Pimentel foi seminarista, deve ter orado muito na infância e na juventude. Que pense com muita profundidade sobre esse Orçamento para evitar que haja uma fuga em massa, nesta Casa, de Senadores e Deputados no dia da sua votação. É claro que vai passar, vai ser aprovado. O Governo pode, o Governo quer e o Governo manda, mas vai ficar uma mácula muito dura, infelizmente, para esta Casa. E V. Ex^a, Senador José Maranhão, que eu conheço tanto, não merece apor sua assinatura numa peça como essa que não gere a satisfação da Nação, mas a descon-fiança e o protesto contra fatos, para os quais V. Ex^a não colaborou. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Gos-taria de dizer ao meu amigo Senador Heráclito Fortes que a Comissão de Orçamento, como qualquer órgão do Congresso Nacional, é colegiada. Evidentemente, as suas decisões são sempre tomadas de forma co-legiada.

Assisti, por exemplo, no âmbito da Comissão, a essa discussão em torno dos recursos para a área de irrigação do Estado do Piauí, e, hoje pela manhã, no âmbito da própria reunião, houve uma intervenção do Deputado Júlio César, se não me engano, manifestando a posição do Estado do Piauí. Ficou acertado que, no adendo que o Deputado José Pimentel, aqui presente, fará à peça orçamentária, constará um parecer do Relator recomendando ao Congresso Nacional um destaque para corrigir essa distorção, que, sem dúvida nenhuma, prejudica o Estado do Piauí.

V. Ex^a tem toda a razão quando fala desse problema, mas acredito que ainda não é sangria desatada, porque não somente essa mas também outras distorções porventura encontradas e que venham a trazer prejuízo para esse ou aquele setor, para esse ou aquele Estado terão oportunidade de ser corrigidas aqui, no âmbito do Congresso Nacional, porque a última etapa da elaboração do Orçamento ocorre exatamente no Congresso Nacional.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Agradeço a informação de V. Ex^a. Quero dizer que é vital. O Deputado José Pimentel já tinha conversado aqui informalmente comigo sobre isso, mas é preciso que essa conversa seja transmitida para tranquilizar todos. Tenho certeza de que o Deputado José Pimentel vai recolocar o Piauí nos 3,7% do ano passado, para não permitir que o Estado... Trata-se até do Estado em que ele nasceu. Temos tanta matéria humana que exportamos o Deputado José Pimentel para o Ceará. Ele não é um ingrato; ele teve atenção especial para com o Piauí, mas, tendo em vista a força do rolo compressor nessa discussão, o Piauí foi penalizado. Como já ando complexado com a penalização que o Piauí vem tendo no atual Governo, Senador José Maranhão, eu não suporto mais. O Piauí só tem apanhado, o Piauí só tem diminuído, num Governo que é só de promessas. Temos, Senador José Maranhão, o gasoduto, que é fundamental para a infra-estrutura do Piauí. Colocamos dinheiro no Orçamento, foi aprovado, e ele não foi honrado, porque não interessa aos que fazem parte do Governo e que defendem o sul maravilha. Temos a Transnordestina que, por ser do Piauí, passou a ser obra de parceria público-privada e não prioridade do Governo.

Nós temos uma demanda muito grande. O Piauí, quando recebe recursos ou perspectivas de recursos... É como o caso do Luz para Todos, que é aproveitado por um grupo de malandros e se transforma em um lamaçal de corrupção que envergonha a todos nós.

Mas fico muito feliz: a palavra de V. Ex^a, para mim, é absolutamente tranquilizadora. Tenho certeza de que, com esse espírito de V. Ex^a e do Relator, poderemos corrigir as distorções que, além de acontecer no Piauí, acontecem em outros Estados, em nome da unidade das duas Casas.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com toda certeza, Senador.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador José Maranhão, eu gostaria...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Peço licença ao Senador Mão Santa apenas para os assuntos não irem prescrevendo...

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Eu gostaria de fazer uma observação.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – É que V. Ex^a está na tribuna há 27 minutos e só falou 13. Não deixaram o nosso orador falar. Peço aos Senadores que solicitem apartes – sei que há o sofrimento, a mágoa –, mas dêem chance para S. Ex^a falar também.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a é amazônico, tem um coração generoso, maior do que aquela selva impenetrável. Tenho certeza de que, tendo em vista a importância do assunto, será generoso também com os que fazem parte desta Casa, colegas seus.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu tenho por V. Ex^a, pelo Piauí que Mão Santa acentua bem, uma admiração profunda, pelo guerreiro que Mão Santa é, pelo político que tem visão grande dos problemas nacionais. Mas eu gostaria de dizer, até a título de esclarecimento, que essa “perpetuidade” dos membros da Comissão de Orçamento – o termo é meu, não é de Heráclito Fortes, mas traduz bem o espírito de sua observação – é algo que está superado pela Resolução nº 1, que é o Regimento Interno da Comissão.

Nenhum membro da Comissão de Orçamento pode ser reconduzido, seja para integrar a própria Comissão na condição comum de seu membro, seja para integrar os cargos de direção da Comissão – a Relatoria-Geral, a Presidência ou as Relatorias Setoriais –, não há a menor chance.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – V. Ex^a poderia repetir, Senador José Maranhão? Acaba o mandato de todo mundo no dia 5?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – No dia 26 encerra-se o mandato de todos os integrantes da Comissão.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) –Então, quem pediu para sair... Já está encerrado mesmo, acaba dia 26.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Não houve, no sentido prático, uma renúncia, porque temos apenas pouco menos de trinta dias. Isso não existe. De mais a mais, Senador Wellington, a tarefa da Comissão, a tarefa ingente da Comissão, que é fazer o Orçamento, já encerrou, terminou hoje. A Comissão conseguiu, debaixo de todas as dificuldades, da queda da CPMF, fechar o seu trabalho e entregar ao Congresso Nacional a peça orçamentária inteiramente concluída.

Concedo aparte ao meu amigo Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – A figura de V. Ex^a é ímpar, faz crescer o Congresso, o Nordeste. Tenho até uma mágoa, porque o nome de V. Ex^a é José Maranhão: deveria ser José Piauí.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Mas vamos corrigir isso aqui. O Senador Heráclito e eu estamos atentos. O Deputado Júlio César, Heráclito, reivindicou lá no Tabuleiro, em Guadalupe, que é a cidade dele... Mas o Piauí tem dois programas de organização: tem o Tabuleiro Litorâneo, que foi capado...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Eu recebi – quero acusar aqui o recebimento até em homenagem a V. Ex^a – a intervenção de V. Ex^a na Comissão de Orçamento. Embora já tivesse passado o prazo para destaques, nós acolhemos a sugestão de V. Ex^a, que vai também integrar o relatório do Deputado José Pimentel. Essa correção será feita.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – São dois programas de irrigação: um é o Tabuleiro Litorâneo – caparam tudo, Heráclito... E o Heráclito tem razão. V. Ex^a, que representa a Paraíba, assim quis Deus... Epitácio Pessoa, o grande Presidente – eu até almejo que V. Ex^a seja Presidente da República –, começou o Porto do Piauí. E aí também foram... Eu coloquei todas as medidas lá, mas diminuíram. Nós, então, queremos reivindicar... V. Ex^a, como paraibano... Foi iniciado por Epitácio Pessoa, e Heráclito tem toda a razão: foram muitas as promessas, como construção de ferrovias... Estão tirando as ZPEs justamente porque não há portos, não há ferrovias. Estão se acabando os poucos recursos que chegaram lá – nos envergonharam nos ladrões do Sanguessuga, nos envergonharam na associação da quadrilha do Gautama e estamos na Finatec. Então, eu e o Heráclito estamos zelosos para que o Piauí tenha... E vamos continuar no zelo depois de lutarmos no Orçamento para que não ocorra o que aconteceu no passado recente, que foi a maior vergonha de corrupção.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo brilhante aparte.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Eu queria apenas que V. Ex^a...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O ciclo orçamentário previsto na Constituição envolve a seguinte seqüência lógica e temporal: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.

Estou aqui rememorando um pouco a pedagogia e a sistemática dessa Comissão de Orçamento porque, no final, vamos demonstrar que cumprimos todas es-

sas etapas do ciclo orçamentário dentro daquilo que era possível fazer.

O Plano Plurianual inicia-se no segundo ano do mandato presidencial indo até o primeiro ano do mandato subsequente, consubstanciando-se no plano de médio prazo do Governo. Segundo a Constituição, cada plano deve conter as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para esse período.

Na seqüência lógica, também constitucionalmente estabelecida, cabe às leis de diretrizes orçamentárias definir as metas e prioridades da Administração Pública com base no PPA.

Não obstante, no primeiro ano do mandato presidencial, não há PPA com base no qual o Governo possa enviar as suas metas e prioridades na LDO, como aconteceu nas situações anteriores a 2008.

Assim, como de costume, o Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 (PLDO/2008), enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, não incluiu o Anexo de Prioridades e Metas, sob a justificativa da inexistência do plano plurianual e da prática havida em situações semelhantes em anos anteriores.

O entendimento manifestado pelo Poder Executivo àquela oportunidade foi o de que caberia às Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) priorizar, anualmente, as programações e as metas definidas no PPA, haja vista que o § 4º do art. 166 da Constituição estabelece que “as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderiam ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual”. Logo, se as emendas devem ser compatíveis, o projeto não poderia deixar de sê-lo.

Em que pese tal entendimento, o Congresso Nacional aprovou o Parecer da CMO determinando a inclusão do anexo de prioridades e metas na LDO/2008 com base no entendimento de que a sincronia de prazos do art. 35 do ADCT não deveria prejudicar a inclusão de metas e prioridades na LDO.

Eis aí a explicação objetiva, a explicação que não é apenas formal, mas é factual também, pela qual o Relator tratou de organizar, dentro das suas atribuições e de comum acordo com toda a Comissão de Orçamento, o chamado anexo de metas.

Com o objetivo de justificar a não inclusão no PLOA/2008, de prioridades e metas definidas pela LDO/2008 (Lei nº 11.514, de 13.08.07), em atendimento ao art. 4º, § 2º daquela Lei, o Poder Executivo inseriu justificativa na Mensagem Presidencial com o seguinte teor, resumidamente (pág. 173):

“Assim, buscou-se realizar a compatibilização pertinente, alocando-se os recursos nas ações constantes do Projeto de Lei do PPA. Para determinadas situações, foi necessário

aglutinar em algumas ações, aquelas inseridas na LDO, para finalidades ou localidades específicas. Em outros casos, a programação de determinadas ações ficou prejudicada por não se encontrar atendido o preceito do mencionado § 4º do art. 166 da Constituição Federal.

É de se destacar que as metas e prioridades, socialmente relevantes e altamente aderentes aos objetivos de redução de desigualdades e de aceleração do crescimento econômico, receberam incrementos expressivos em relação às metas previstas na LDO.”

Assim sendo, para que as metas e prioridades aprovadas pela LDO/2008 integrassem o PPA – 2008/2011 e também a LOA/2008 caberia aos autores das emendas das ações daquele anexo, caso não se sentissem atendidos pelas novas programações propostas pelo Poder Executivo e permanecesse o interesse na respectiva política pública, a apresentação de emendas aos projetos de lei citados contemplando as ações pretendidas, em cumprimento ao art. 89 da Resolução nº 01/2006 – CN, que é o Regimento Interno da Comissão.

Depois de intensos debates sobre a matéria, inclusive com o Relator do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008/2011 – PPPA 2008/2011, Deputado Vignatti, os membros da Comissão decidiram, por unanimidade – é bom frisar esse aspecto, quer dizer, todos os membros da Comissão presentes à reunião –, equacionar o problema da seguinte forma, conforme consta do parecer preliminar do PPA: primeiro, atendimento, de forma prioritária, pelo Relator do PPA 2008/2011 das emendas apresentadas àquele projeto com a finalidade de incluir ações orçamentárias constantes do anexo de prioridades e metas da LDO/2008, cabendo-lhe discriminá-las em seu relatório.

Dessa forma, ações relativas ao Anexo de Metas da LDO constaram do Relatório do PPA 2008/2011 aprovado pela CMO, em reunião de 07.11.2007, conforme se observa no respectivo item 1.8.2.

Simultaneamente, esta Comissão, também com participação do PSDB, decidiu incluir no parecer preliminar do PLOA/2008 o item 27.1.6, com a finalidade de autorizar o Relator-Geral a alocar, por intermédio de emendas de Relator, a importância de até R\$534 milhões, distribuídos da seguinte forma:

27.1.6. alocar recursos nas programações atendidas prioritariamente no parecer ao Projeto de Lei nº 31/2007 – CN (PLPPA 2008/2011), nos termos da segunda parte do item 2.3.19, “d”, do respectivo parecer preliminar, aprovado na reunião de 17/10/07 da

CMO, por unanimidade – é bom repetir, por unanimidade – no valor total de R\$534 milhões (quinhentos e trinta e quatro milhões de reais), com as seguintes destinações:

27.1.6.1. R\$26,7 milhões (vinte e seis milhões e setecentos mil reais), para inclusão de ações oriundas de emendas individuais atendidas no PLPPA 2008/2011, dividido igualmente entre os autores;

27.1.6.2. R\$240,3 milhões (duzentos e quarenta milhões e trezentos mil reais), divididos igualmente entre as bancadas estaduais, para inclusão de ações oriundas de emendas por elas apresentadas e atendidas no PLPPA 2008/2011;

27.1.6.3. R\$267 milhões, distribuídos na proporção de 1/27 (um vinte e sete avos), por bancada estadual, para inclusão de ações ou atendimento de emendas indicadas pelas respectivas bancadas, constantes ou não do parecer do PLPPA 2008/2011, referido no item 27.1.6, atendidos os artigos 46 e 47 da Resolução nº 1/2006 – CN.”

Com esse grande acordo construído pelos membros da CMO, foi possível contemplar, no PLOA 2008, grande parte das metas e prioridades constantes da LDO 2008, o que valoriza e ratifica o papel do Congresso Nacional na definição de alocação dos recursos públicos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos trazendo esses fatos históricos, registrados nos documentos, atas e gravações da Comissão de Orçamento, para, no final, mostrarmos que houve absoluta lisura e legalidade em todos os atos que foram praticados pela Comissão de Orçamento. Cumpre-me ainda dizer – até ratificando, em parte, as palavras do Senador Heráclito Fortes, porque estivemos presentes à reunião, eu, o Relator, o Senador Heráclito Fortes e o Presidente desta Casa, Senador Garibaldi Alves Filho – que discutimos a possibilidade de revogar, na própria Comissão, o plano de metas a que nos referimos nesse documento. Assim o fizemos em um esforço hercúleo para chegar-se a uma solução que pudesse harmonizar de forma mais adequada os interesses e os conflitos porventura existentes naquele momento.

Fiz ver que aquela proposta representava uma contribuição, mas ao mesmo tempo deixei claro que levaria a proposta à Comissão e que sua aceitação estava a depender da Comissão como um todo, de todos os Partidos lá representados, Deputados e Senadores, porque a Comissão é mista. É, evidentemente, uma tarefa difícil, já que aqueles que tinham elaborado suas emendas não queriam renunciar ao direito de preser-

vá-las no documento que já estava aprovado, ou seja, no plano de metas.

O que quero dizer é que, não obstante os meus esforços e os do Deputado José Pimentel, essa equação não foi possível. Porém, no curso da discussão, outras luzes surgiram, como o destaque especial que fará o próprio Relator, visando, no âmbito do Congresso Nacional, aprovar emendas – e é, também um expediente absolutamente legal e, na prática, muito viável – que possam restabelecer o maior equilíbrio entre as regiões do País, entre os Estados brasileiros.

Para finalizar, passo a ler um cronograma que me parece importante.

Votação dos pareceres preliminares do PLDO/2008, PLPPA/2008-2011 e PLOA/2008.

1) Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2008:

O parecer preliminar foi aprovado contra o voto do Deputado Paulo Rubem Santiago, na 7ª reunião ordinária, realizada em 23 de maio de 2007.

2) Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período 2008-2011:

O parecer preliminar foi aprovado por unanimidade, na 23ª reunião ordinária, realizada em 17 e 18-11-2007.

Observação: após a votação do relatório final, o Deputado Vanderlei Macris solicitou o registro do voto contrário do PSDB.

3) Projeto de Lei Orçamentária para 2008:

O parecer preliminar foi aprovado por unanimidade, na 4ª reunião extraordinária, realizada em 6-11-2007.

Hoje, o parecer da Relatoria-Geral foi aprovado na sessão que se iniciou pela manhã e terminou à tarde.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Permite-me V. Exª uma pergunta?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Pois, não.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – Aproveito para falar na presença do ilustre Líder do PSDB – e não vou provocar, Senador Hércilio Fortes. Apenas gostaria de saber o que efetivamente acontece quando esses membros do PSDB protocolarem – o Líder assim me disse – a sua saída da Comissão neste momento? O que efetivamente quer dizer isso? Essa Comissão ainda existe ou não existe mais?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – O mandato da Comissão encerra impreterivelmente no

dia 26 de março. Evidentemente, ainda restariam aos membros do PSDB alguns dias de mandato. Mas a tarefa fundamental da Comissão já foi cumprida e se encerrou hoje.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Até para prestar maiores esclarecimentos à Nação, sobretudo, e também a V. Exª e ao Senador Wellington Salgado de Oliveira: não indicaremos nomes para o orçamento do próximo ano, a serem mantidos os métodos atuais. Estamos, inclusive, discutindo se não é hora de pensar numa segunda CPI do Orçamento. Portanto, a nossa posição...

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – V. Exª, desde já, tem a minha inteira anuência para a realização dessa CPI.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Permita-me concluir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Porque eu acho, Deputado, com todo respeito que tenho...

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Senador, desculpe-me, e dos mais brilhantes e atuantes nesta Casa Legislativa. Com todo respeito que tenho por V. Exª, acho que essa CPI vai consagrar a atuação da Comissão de Orçamento.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deus permita.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com toda certeza digo a V. Exª.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Deus permita. Se não, quando nada, consagrará uma verdade diferente dessa. E queremos a verdade que seja a verdade verdadeira.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Claro.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Mas, de fato, por agora, foi um gesto. A gente toma gestos. Se não se tomar gesto, não se fica num campo de futebol quando se está perdendo de quatro a zero. Continua-se até o fim dos 90 minutos, enfim; um candidato derrotado previamente numa eleição não ficaria até o final cumprindo o rigor do compromisso democrático. Por enquanto, foi um gesto, mas, no ano que vem, a se manter os métodos que condenamos, não participaremos. Estaremos analisando, na semana que vem, se faremos essa CPI que, quem sabe, possa ser mesmo a consagração ou não da Comissão de Orçamento. Mas será uma decisão do partido a ser proposta a todos

e já com a assinatura ilustre do meu prezado amigo Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – E direi a V. Ex^a: decisão que louvo e aplaudo. Não vejo por que razão me opor à realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, sobretudo porque tenho absoluta consciência e certeza de que a atual Comissão Mista de Orçamento agiu com absoluta lisura. Pode ter errado. Qualquer ser humano, bem como os órgãos que são criados e...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Como ia dizendo, qualquer ser humano, assim como os órgãos que são de sua lavra, que são criados, mantidos e muitas vezes até cultuados pelos seres humanos, estão sujeitos a falhas de qualquer natureza, mas nada que pudesse sugerir desonestidade, desequilíbrio ou qualquer atitude desabonadora dos integrantes da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. São todos homens de bem, tanto os que permanecem ainda na Comissão, nesse resto de mandato, nesse ocaso de mandato, como os integrantes do PSDB que renunciaram aos seus cargos. Quatro membros do PSDB, hoje às 14 horas e 25 minutos, protocolaram as suas renúncias.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador José Maranhão, peço permissão a V. Ex^a apenas para fazer um registro histórico. Esse aparte agregador e pacificador foi feito pelo Senador Wellington Salgado, homem da absoluta confiança do Governo, que tem responsabilidade também na aprovação desse Orçamento, uma vez que representa Minas Gerais, que detém o Ministério das Comunicações, um dos grandes aquinhoados com o Orçamento, à medida que seja aprovado. Quero apenas fazer o registro desse espírito agregador e conciliador que o Senador Wellington demonstra neste final de tarde chuvosa em Brasília.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Obrigado pela intervenção de V. Ex^a, que evidentemente foi muito mais breve do que a primeira, que durou 27 minutos, mas que não me cansou e espero que não tenha cansado os Senadores aqui presentes nem os telespectadores, porque V. Ex^a...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador José Maranhão, ainda há vários oradores inscritos.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Tenho certeza de que suas palavras não cansaram ninguém, porque V. Ex^a tem espírito público, muita erudição e, sobretudo, entusiasmo e garra na defesa de suas idéias.

Agradeço, Sr. Presidente, a tolerância que me foi concedida no começo do discurso pelo Senador Garibaldi Alves Filho e que V. Ex^a manteve ao assumir interinamente a Presidência.

Agradeço também a tolerância dos colegas por terem me ouvido nessas modestas explicações que presto sobre a atuação da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Durante o discurso do Sr. José Maranhão, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelos Srs. Augusto Botelho e Jayme Campos, sucessivamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Peço a palavra pelo art. 17, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Pelo art. 17 não é regimental. Imagino que seja o art. 14.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele está no 14 e no 17. Ele falou demais!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – É pelo art. 14. À hipótese não se enquadra o art. 17.

De qualquer forma, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – V. Ex^a me desculpe, mas, com essa questão orçamentária, a gente fica trocando os números!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a presença do Deputado José Pimentel no plenário do Senado mostra uma coisa, Senador Arthur Virgílio, muito bem exposta aqui por V. Ex^a. Esse modelo de Orçamento nacional, sob a responsabilidade do Congresso brasileiro, está desgastado, falido, desmoralizado, e não pode mais continuar.

Temos no processo orçamentário, Senador José Maranhão – e V. Ex^a muito bem o disse –, dois tipos de participantes: os que têm estado-maior e os que não têm estado-maior; os que podem apresentar emenda e os que dependem, para apresentação de emenda, da generosidade de um companheiro que pertence à Comissão. Logo, não é um processo democrático em relação ao qual todos têm uma oportunidade.

Não se pode dizer, Senador Arthur Virgílio, que é uma satisfação geral. É uma satisfação, isto sim, localizada.

O que estamos vendo hoje aqui é uma lengalenga que atravessa ano após ano. No ano passado, num esforço, tentou-se fazer aqui, por meio da Resolução nº 1, algumas correções, Senador José Maranhão e Relator, Deputado José Pimentel. Mas existem os apro-

veitadores, existem os representantes na Comissão de Orçamento – e V. Ex^a reconheceu, de maneira humilde, que foi vítima de uma pressão terrível de forças que não quis declarar –, existem os que não defendem o País, mas as empreiteiras; existem os que não querem, por exemplo, o Nordeste aquinhoado e o Nordeste beneficiado. Estes, por meio de subterfúgios, impediram, por exemplo, o desdobramento de recursos orçamentários para os Estados pobres do Nordeste. Dou um exemplo: um hospital, fisicamente, pode ser construído no Nordeste por R\$5 milhões, mas a emenda é de R\$20 milhões. Isso é um convite ao pecado! Ou se faz um monstro de um hospital, de R\$20 milhões, ou se faz um acordo com a empreiteira, ou se constrói por R\$5 milhões e perdem-se os R\$15 milhões restantes, penalizando o Estado.

O subterfúgio na Resolução nº 1, Senador Arthur Virgílio, proibiu o desdobramento; e o cinismo dos que argumentavam em prol dessa medida era no sentido de que havia uma tal “rachadinha”, que era um método vergonhoso de distribuição descontrolada de verbas orçamentárias devidamente fulanizadas.

O que se precisa no Orçamento, Senador José Maranhão, é rever principalmente questões dessa natureza. Somos de uma Região pobre. Temos de ter a possibilidade de prestar benefício a quatro ou cinco Municípios desde que o objeto do contrato seja o mesmo. Acabou-se com isso. O Nordeste paga um preço alto.

Estou citando esse fato, porque ele é símbolo disso tudo.

O Vice-Presidente da Câmara e do Congresso Nacional criou uma comissão, mas essa comissão nunca se reuniu.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer, Senador José Maranhão, concedo-lhe o aparte.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a pela tolerância do aparte. Eu queria dizer a V. Ex^a que as chamadas “rachadinhas”, que V. Ex^a até defende...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a não me ouviu. Não faça isso! Não seja injusto comigo!

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Então, desculpe-me V. Ex^a se entendi mal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Condenei a “rachadinha” aqui, como condenei a unificada.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Quero dizer que V. Ex^a é vitorioso, porque não há mais “ra-

chadinha” no regime da Resolução nº 1. Não houve “rachadinha”.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois é, V. Ex^a não prestou atenção.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Há outra coisa que gostaria de dizer a V. Ex^a, que menciona a área de saúde: todas as emendas da área de saúde foram acatadas pelo Deputado do PSDB Rafael Guerra, que, reconhecidamente, é homem de bem. Essa informação é dada para tranquilizar V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador José Maranhão, infelizmente, diferentemente de V. Ex^a, quando V. Ex^a falou, prestei atenção, porque seu discurso para mim é uma aula. No meu caso, foi o inverso: V. Ex^a não prestou atenção no que seu Colega disse. E sou um grande admirador do trabalho de V. Ex^a!

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Heráclito Fortes?

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB. *Fora do microfone.*) – Desculpe-me. Já retifiquei.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ouço V. Ex^a em seguida, Senador Arthur Virgílio.

Eu disse exatamente o contrário: eu disse que o que se alegou para se acabar com a “rachadinha” foi que não se podiam desmembrar recursos para duas obras iguais com o mesmo objeto. E citei, como exemplo, hospitais, como poderia ter citado escolas, como poderia ter citado estradas.

Ocorre que as empreiteiras brasileiras não se interessam por obras fracionadas, porque a instalação do canteiro de obra é cara. Vamos ser claros e dizer a verdade para o País. A estrada é infinita, o açude se coloca como quer. A construção da escola, do hospital, da obra física tem dimensão limitada. E não interessa aos potentados construtores do País sair instalando canteiro de obra para atender à necessidade da educação e à necessidade da saúde.

V. Ex^a não tem culpa, absolutamente. Estou citando uma regra, dentro da tese do Senador Arthur Virgílio, de que o modelo orçamentário brasileiro está falido e está nos levando à desmoralização.

Votamos, há três anos, aqui, por exigência do Governo, um famoso acordo envolvendo o Fundo Monetário Internacional (FMI) para tapa-buraco. Protestamos, e a matéria foi votada. Estranho esse FMI, que ainda não pediu a prestação de contas do Governo do que gastou, de como e onde gastou esses recursos.

Senador Arthur Virgílio, concedo-lhe o aparte.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – Senador Heráclito, até para fazer justiça ao Senador José Maranhão, que tem voz nesta Casa e que conhecemos muito bem, e ao meu Colega de Congresso José Pi-

mentel, que, infelizmente, não tem voz nesta Casa, mas que conheço bem também, como seu Colega, como seu amigo e como seu adversário de Câmara que fui, devo dizer que não tenho nenhuma dúvida de que os dois devem ter procurado mesmo agir com a maior lisura. Informou-me o Senador Sérgio Guerra que havia uma sensação de desconforto do Deputado Pimentel em relação ao que seriam as tais barricadas armadas para praticar, para chegar...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Declara-o humildemente, de maneira sincera. É verdade.

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – ...ao tal anexo, enfim. O fato – eu dizia isto agora ao meu querido amigo José Maranhão – é que não vamos torcer a verdade. Vamos admitir. Estou dizendo do apreço que tenho por ambos. Mas, se eu tivesse de buscar um santo para fazer um milagre, eu ia ter de procurar. Não estou convencido de tanta santidade assim, não.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Arthur Virgílio (PSDB – AM) – E vejo mais, Sr. Presidente – tolere-me um minuto: há Deputados que não falam nada, absolutamente nada, no plenário. Se se está falando de aborto, ele não opina; se se está falando de Lei Maria da Penha, não opina; se se está falando de divórcio, não opina; sobre a matéria que for, não opina. Mas vai à Comissão de Orçamento e é uma fera! Sabe tudo. Conhece o Regimento, é bom orador, dá nó em pingo d'água, faz e acontece. E você se pergunta: por que essa pessoa não brilha assim no plenário da Câmara, por que não brilha assim no plenário do Congresso, por que só manifesta sua sabedoria, sua sapiência, seu conhecimento regimental aqui, na Comissão? Algo o faz se interessar por aquilo. Fico impressionado! Quem não conhece imagina que são pessoas que não atuam. Quem vai ver percebe que atuam, que atuam até demais! Então, volto a dizer: meu Partido – é um direito dele – não se sente confortável com os padrões que são praticados naquela Comissão. Por isso, retirou-se. Não se retirou por que vai acabar amanhã, não. Não vai entrar na do ano que vem e está vendo que medidas tomar para que não continuemos a permitir que o Congresso marche para um novo escândalo, como o que já houve no passado. E V. Ex^a deu uma explicação sobre as tais “rachadinhas” – e talvez até sobre o porquê do fim delas – muito convincente. Eu dizia ao Senador Nery que foi muito inteligente e muito convincente sua explicação. Eu a anotei, porque era algo que não havia passado pelo meu descortino. Mas volto a dizer que não tenho dúvida alguma de que cumpriram sua missão da melhor maneira que puderam. Tenho respeito por ambos e gostaria de poder dizer a mesma

coisa de todos os membros da Comissão. Não quero generalizar, há muita gente boa ali, mas eu gostaria muito de rever aqueles métodos. Gostaria muito disso. E gostaria de ver algumas pessoas que são tão brilhantes lá o serem também na Câmara; gostaria que se interessassem por debate de política externa, que se interessassem por debate de política de educação e que não guardassem suas energias só para aquela briga de emenda para cá, emenda para acolá. É uma coisa muito estranha, que a mim me chama atenção e que a mim me causa espécie.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Arthur Virgílio, muito obrigado pelo aparte.

Senador José Maranhão...

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não, com o maior prazer e com a generosidade do Presidente, a quem agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Quero comunicar aos ilustres Senadores, sobretudo ao Senador Heráclito, valoroso Senador, que há outros oradores inscritos. E, na oportunidade, que seja bem pragmático na sua oração! Fico muito grato a V. Ex^a.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Garanto ao Presidente, que é um zeloso cumpridor do Regimento, e a V. Ex^a, Senador Heráclito Fortes, que meu aparte será mais breve que o seu. Quero só dizer que também advogo mudanças institucionais no processo de elaboração do Orçamento. A Resolução nº 01 do Congresso Nacional foi um passo, mas, na medida em que aperfeiçoou o processo, ela ainda deixou muitas brechas, muitas janelas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Está precisando de algumas correções essa resolução.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Ela precisa ser corrigida. Mas pessoas como V. Ex^a e como o Senador Arthur Virgílio e todos nós, que temos preocupação com esse processo de elaboração do Orçamento, temos de nos fazer presentes para a elaboração de uma resolução que venha a substituir essa com vantagem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É claro.

O Sr. José Maranhão (PMDB – PB) – Não é a vantagem pessoal para quem quer que seja, mas que, institucionalmente, sejam evitadas determinadas falhas e determinados processos que beneficiam aqueles que são mais presentes, atuando na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização! É preciso que a gente crie algum dispositivo – não sei qual é, no momento – que permita à totalidade de Deputados e de Senadores participar igualmente do processo de

elaboração do Orçamento. Não sei se isso é possível, mas é um esforço que temos de empreender. Desde já, comprometo-me com V. Ex^a, com o Senador Arthur Virgílio e com outros companheiros interessados no assunto, para, juntos, trabalharmos a n mãos e para alcançarmos esse resultado. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Concorde plenamente com V. Ex^a.

Aliás, Deputado José Pimentel, a primeira posição em que temos de brigar por mudança é com relação ao orçamento impositivo, porque discutimos, aqui, uma peça de ficção, já que as emendas da Base do Governo são aprovadas, são liberadas, e as da Oposição, não.

Isso faz parte da regra do jogo, mas é um erro. É um erro, porque a fome que dá em José dá em Francisco, ou a que dá em Francisco dá em José, mas essa é outra questão, que será debatida no futuro.

Quero dizer, Senador Maranhão e Deputado José Pimentel, que a presença de V. Ex^as aqui, no plenário, é altamente positiva, porque vieram com a responsabilidade, que ambos têm neste momento, de prestar esclarecimento e de corrigir dúvidas. Era preciso que isso fosse feito de maneira permanente. E repito: os que trouxeram as dúvidas para cá talvez sejam os que mais se beneficiaram, de maneira pouco clara, no Orçamento. É só uma questão de ver, é só uma questão de ver!

Louvo V. Ex^a por estar aqui, adotando postura diferente da de uns sub-reis do Orçamento que estavam, ontem à tarde, incitando uma divisão entre Câmara e Senado, o que não leva a lugar nenhum, a não ser para aqueles que são inimigos da democracia.

Finalizando, Senador Maranhão, quero dizer a V. Ex^a e ao Deputado José Pimentel que fico muito feliz com a liberação de recursos para o Tabuleiro Litorâneo, para o Tabuleiro do Norte.

Eu, como Senador da República, só peço o seguinte: de Corrente a Luís Correia, em qualquer quadrante do Piauí, botem um tostão, que serei grato! Não quero dizer que tenho prioridade em algum projeto, porque, indo dinheiro para o Piauí, para aplicação em recursos, atendendo Parnaíba no projeto litorâneo, atendendo Floriano, atendendo Corrente, atendendo o Piauí, para mim, é o bastante.

Como Senador da República, ao lado do Mão Santa, estamos aqui, no dia-a-dia, nessa luta, exatamente para não permitir que nosso Estado, tão injustiçado, seja olhado de viés, seja olhado com indiferença e com ingratidão por aqueles que governam o País neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Peço a palavra pela ordem, Presidente Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Informo ao ilustre Senador Mão Santa que o ilustre Senador José Nery está inscrito desde cedo e quer ter o direito à fala.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas serei muito breve, porque quero ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Se V. Ex^a se comprometer, serão apenas dois minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu e o País queremos ouvir José Nery.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Por apenas dois minutos, a Mesa concede a palavra a V. Ex^a.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pois não. Olha, vai saindo, ali, o Líder do Governo. Interessante, ô Jayme Campos, pois eu tinha acabado de convidar a senhora dele para ir lá. Recebi um *e-mail* dizendo que não pode, é tudo mentira nesse Governo do PT.

Olha, Luiz Inácio, o governadorzinho de lá, o que saiu no sanguessuga, o que saiu no Gautama, na Finatec, o campeão da corrupção, encheu que tem aeroporto internacional no Piauí.

Heráclito, eu já tinha até encomendado uma passagem, porque eu chego e vou para o litoral.

Convidei V. Ex^a e a família, ô Jayme Campos, para fazer do Piauí a sua praia, mas acontece que eu recebi um *e-mail* dizendo que retiraram o avião. Não tem nem mais teco-teco, e o Luiz Inácio e o Governador do Piauí, o rei da corrupção, botam em toda a imprensa que tem aeroporto internacional em São Raimundo Nonato, na Serra da Capivara. Lá, só tem jumento no aeroporto.

Então, é ridículo esse Governo, por isso é que não tem mais ninguém dele aqui. É o Governo da mentira.

Aeroporto internacional, Heráclito Fortes, não tem mais.

Eu e o Heráclito conseguimos a **Ocean Air**, viu, Jayme Campos, mas ela tirou do ar, forjou, porque o Governo do PT não pagava as passagens.

Então, nós lamentamos. V. Ex^a pode ir, mas vai ter de ir de carro para o litoral, porque não tem.

Quando eu era criança, ô Jayme Campos, saía-se de lá para Brejo, Teresina, Petrolina, Recife, Natal, Salvador e Rio de Janeiro. Aerovias Brasil, você se lembra? Cruzeiro do Norte, Pan Am, tinha até o Paranaense Transporte Aéreo, chamado de PTA – “prepara tua alma” –, porque caía de vez em quando. Quando eu era criança, tinha.

Eu governei o Piauí por seis anos, dez meses e seis dias, e nunca deixou, por um dia, de ter uma linha aérea. Então, o PT é o apagão do desenvolvimento e do turismo do Piauí.

Estamos aqui para conclamar, Heráclito, para viabilizar nova linha aérea. Em tudo não dá certo e, agora, no Orçamento também estamos sendo ludibriados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Eu vou aceitar o convite de V. Ex^a para conhecer o Estado do Piauí dentro em breve, como convidado V. Ex^a também, Senador Mão Santa, para ir ao nosso Pantanal Mato-Grossense.

Concedo a palavra ao brilhante e valoroso Senador do Estado do Pará, José Nery.

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na verdade, quero registrar e comentar o afastamento do poder do líder cubano Fidel Castro, depois de uma vida pública de 50 anos como referência mundial e, particularmente, latino-americana de luta e de resistência. Fidel Castro se afasta até numa demonstração de grandeza política, que garante que outros dirigentes comandem Cuba.

Por sinal, no último domingo, o Congresso de Cuba escolheu o conselho de Estado e, como Presidente, Raúl Castro, para continuar o processo de mudanças e de afirmação de um projeto de sociedade que, ao longo dos últimos 50 anos, recebeu todo tipo de ataque e bloqueio por parte do imperialismo. Mais do que nunca, recordo que, neste momento, a necessidade de destruir o exemplo cubano é grande, particularmente em toda a mídia internacional e nacional.

É impossível destruir a referência que é Cuba, um país que resistiu ao bloqueio econômico dos Estados Unidos durante 50 anos; um país literalmente ilhado, não apenas geograficamente, mas econômica e politicamente. Houve muitas tentativas de isolá-lo e bloqueá-lo, pelo exemplo que significou para outros povos no mundo, e Fidel Castro foi o líder contrário a esse processo, alguém que fez história, alguém que já está cravado na história latino-americana.

Houve 22 tentativas de assassinato pelo serviço secreto americano e tentativas de invasão de Cuba, como a da Baía dos Porcos, no tempo do Governo Kennedy, e tantas outras, mas o regime resistiu heroicamente. Mais do que isso, Fidel Castro colocou Cuba na geografia mundial, pelos inúmeros resultados positivos alcançados pela revolução.

Com o fim da União Soviética e o aumento do bloqueio econômico feito pelos Estados Unidos, Cuba enfrentou períodos difíceis. De 1989 a 1993, Cuba perdeu 90% das importações de petróleo, 80% do seu comércio exterior e 34% do seu PIB. Seu governo

precisou tomar medidas drásticas de racionalização do uso de energia e derivados do petróleo. Foi implantado um planejamento denominado “Período Especial”, que criou espaços para a iniciativa privada, especialmente na mineração e no turismo, além da permissão para o surgimento de negócios autônomos e o cooperativismo nas áreas rurais.

O bloqueio americano não venceu! Cuba é um país capaz de dizer que não tem analfabetismo; que tem um médico para cada 160 habitantes; onde a mortalidade infantil é do nível da dinamarquesa – 5,3 para cada mil nascidos vivos, contra 7 nos Estados Unidos e 27 no Brasil. Cuba conseguiu espetacular desempenho no esporte e, sem dúvida, mostrou o que é colocar o povo participando e sendo protagonista do seu próprio destino. É um dos países que têm o melhor nível cultural do mundo.

Nos últimos anos, Cuba tem atingido as taxas mais altas de crescimento na América Latina: 5,4% em 2004; 11,8% em 2005; 12,5% em 2006 e 7,5% em 2007. E conseguiu isso sob implacável cerco econômico dos Estados Unidos.

Desta tribuna, quero dizer que a grande vergonha é que o Presidente dos Estados Unidos mantenha uma base de prisão e tortura em território cubano, em Guantánamo. Esse é o governo americano.

Só haverá uma distensão maior em Cuba quando se quebrar o cerco total à ilha e os Estados Unidos pararem de apoiar ditadores sanguinários no mundo todo e, ao mesmo tempo, bradarem que falta democracia em Cuba.

O povo cubano tem o direito de continuar livremente escolhendo os seus caminhos políticos e econômicos, bem como seus governantes. Minha voz se soma à do Grupo Parlamentar Brasil-Cuba, que, nesta semana, entregou manifesto de solidariedade irrestrita ao povo cubano e de repúdio à cruzada beligerante norte-americana contra a pequena e valente ilha caribenha.

Ontem, uma delegação de mais de 15 Deputados e 2 Senadores dirigiu-se à Embaixada de Cuba. Fomos recebidos pelo Embaixador Núñez Mosquera, oportunidade em que o Grupo Parlamentar entregou esse manifesto. Recebemos do Embaixador a garantia de que o processo iniciado há 50 anos terá continuidade. Evidentemente, os novos dirigentes terão a sensibilidade política necessária para adotarem e melhorarem as conquistas que o povo cubano alcançou nas últimas cinco décadas.

Sr. Presidente, na ocasião, o Grupo Parlamentar Brasil-Cuba recebeu um convite para visitar o país, dialogar com seus novos dirigentes e continuar, na verdade, esse processo de integração, de amizade,

de respeito, que nos une ao processo, à luta, e às conquistas do povo cubano.

Viva o povo cubano! Viva o seu líder, nos últimos 50 anos, o Presidente Fidel Castro!

Viva a autodeterminação dos povos!

Fim imediato do bloqueio econômico imposto contra Cuba!

Sr. Presidente, esse é o sentimento daqueles que, ontem, estiveram manifestando irrestrito apoio à luta do povo cubano e às suas conquistas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Nery, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, V. Ex^a acertou muito bem quando deu um “viva” ao povo cubano – aqui está o Senador Arthur Virgílio, que simboliza o Itamaraty, o internacional.

Quero dizer a V. Ex^a, Senador José Nery, que, em 1979, eu era Deputado Estadual, fui fazer um curso em planejamento familiar. Passei por Manaus para pegar o avião, num vôo Bogotá-México, que terminava lá na Flórida. Então, conheci, em 1979, os cubanos que lá chegaram. E fui... “Nova Havana” é como eles a chamam. Atentai bem! Era uma cidade interiorana do Nordeste. Eles tinham acabado de chegar. E, agora, recentemente, fui à Jamaica, em companhia de Hércilio Fortes, em missão da Comissão de Relações Exteriores, e fiquei em Havana. E voltei, Arthur Virgílio, à “Nova Havana”. Atentai bem! O povo cubano, todos ricos, prósperos e feliz. Na *Calle 8*, entrei num restaurante, dancei... a felicidade. Então, o povo cubano é grandioso. O povo cubano, aquele que está na região de “Nova Havana” encontra-se numa civilização alta: freqüenta **shopping** etc. Então, V. Ex^a acertou quando disse: “Viva o povo cubano!”

O SR. JOSÉ NERY (P-SOL – PA) – E viva a revolução!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Viva o Brasil! Viva o Congresso Nacional! Viva Arthur Virgílio, que é melhor do que o Barão do Rio Branco, porque o Barão do Rio Branco, em sua biografia, tem passagens racistas. E o Arthur Virgílio, eu acho, pode ser o Obama louro nas campanhas políticas a Presidente da República.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, sou neto de um negro, e fruto de toda essa miscigenação que forma a raça brasileira. Muito obrigado a V. Ex^a.

Sr. Presidente, encaminhei hoje alguns requerimentos. Um voto de aplauso ao meu Clube de Regatas do Flamengo, do Rio de Janeiro, pela conquista da 18^a Taça Guanabara, em 2008, derrotando o valoroso time do Botafogo, num extraordinário jogo, com duas excelentes equipes em campo, o que valoriza ainda mais a vitória rubro-negra.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, encaminhei um voto de incentivo ao notável craque Ronaldo, para que ele possa, em sua recuperação, retornar o mais breve possível à Seleção Brasileira, a que ele sempre dedicou seu talento, seus esforços e sua dedicação, tornando-se um dos maiores futebolistas do universo.

Do mesmo modo, Sr. Presidente, encaminhei um voto de aplauso à vida de Georges Kastriget Mehdi, que dedica a sua vida à difusão do judô no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países.

Georges Kastriget Mehdi, que foi meu professor, meu mestre, uma querida figura, é o famoso “Georges francês”. O Rio de Janeiro inteiro o conhece como “Georges francês”. Campeão brasileiro, duas medalhas em jogos Pan-Americanos, grande técnico da Seleção Brasileira de Judô. Nasceu na França, mas veio morar no Brasil a partir dos 9 anos de idade. Naturalizou-se brasileiro, sendo reconhecido internacionalmente. Como havia dito, ele foi campeão brasileiro nas categorias pesado e absoluto. Foi para o Japão, a fim de aperfeiçoar a sua técnica, graduando-se em Educação Física na Universidade Tenri, no Estado de Nara. Ali, Mehdi viveu por dez anos inteiros e, ao retornar ao Brasil, introduziu no País a técnica de preparação física de atletas profissionais. Foi também professor na Universidade Gama Filho e na Escola de Educação Física do Exército, realizando, ademais, trabalhos para a Organização dos Estados Americanos.

Jorge Mehdi – desejo-lhe muita vida – merece ser homenageado assim, nos seus 80, 81, 82 anos, como o grande brasileiro, francês um pouco, mas o grande brasileiro que sempre foi.

Sr. Presidente, estive há pouco no gabinete do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, com outros parlamentares e familiares das vítimas do acidente com o avião da TAM em Congonhas, que fazia, em 17 de julho de 2007, o vôo 3054.

Fomos pedir providências mais rápidas para a solução definitiva do problema, que envolve centenas de familiares dos passageiros que perderam a vida naquele dia. Foi o mais trágico acidente da aviação brasileira, com a morte de 187 pessoas a bordo e outras que estavam no prédio da empresa.

O acidente ocorreu em 2007. Daqui a pouco, chegaremos ao mês de julho de 2008 e se completará então um ano.

No domingo retrasado, parentes e amigos dos vitimados participaram de caminhada de protesto pedindo a punição dos culpados pelo acidente.

Eles tinham o propósito de ouvir o Ministro Nelson Jobim, em primeiro lugar, quanto a medidas para resolver o problema que aflige os parentes dos passageiros mortos naquele acidente. E, ademais, também quanto às medidas de segurança para o aeroporto de Congonhas, inclusive a controvertida questão da liberação da pista em dias de chuva e a volta de conexões e escalas para o aeroporto.

Falo um pouco da pauta, Sr. Presidente.

No encontro a que tive o prazer de comparecer, os familiares das vítimas do acidente com o voo 3054 apresentaram ao Ministro uma pauta sincera do que pretendem. Os tópicos traduzem a angústia de que todos estão tomados. Transcrevo, para os Anais do Senado, os pontos principais do que foi entregue como documento ao Ministro Nelson Jobim.

Dizem os familiares das vítimas:

(...) Audiência com Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Integra a comitiva dos familiares o Coronel Dalmo Itaboraí dos Santos Nascimento, ex-chefe da Casa Militar do Governo do RS, designado pela Governador Yeda Crusius para tratar de questões relativas ao acidente com o Airbus da TAM e cuidar dos interesses dos familiares das vítimas.

Na audiência com o Ministro, além de tratar de questões específicas relativas às investigações das causas e responsabilidades do acidente com o Airbus da TAM em Congonhas, solicitando apoio do Ministro para a liberação de documentos solicitados pela Polícia de São Paulo a órgãos federais como ANAC e INFRAERO e também da transcrição integral dos dados da caixa preta, os representantes da Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo TAMJJ3054 – AFAVITAM querem saber o que mudou em Congonhas depois da tragédia do voo TAMJJ3054 para que ele seja considerado pelo Ministério da Defesa como um aeroporto seguro.

Os familiares apontam para a inexistência de áreas de escape na pista do aeroporto paulista, em desacordo com normas internacionais de segurança, fator determinante

para a morte de 199 pessoas na noite de 17 de julho de 2007.

De acordo com os familiares, as modificações posteriormente feitas na pista de Congonhas, com a simples demarcação de 150 metros de área de escape em cada uma das cabeceiras, é insuficiente para garantir a segurança de pousos e decolagens de grandes aeronaves como o Airbus A320 e Boeing 737-700 e 737-800. Além de reduzir a pista em 300 metros, a medida não atende às especificações técnicas ideais para uma área de escape, que deve ser projetada de forma a reter ou ajudar a frear o avião numa eventual saída de pista.

E continua o documento da Afavitam:

De acordo com as normas internacionais, a segurança de pousos e decolagens de grandes aeronaves em pistas curtas como a de Congonhas está diretamente relacionada principalmente ao peso e à velocidade dos aviões na hora do pouso. A fiscalização deficiente, no entanto, faz com que este controle seja responsabilidade única e exclusiva da companhia aérea, assim como a manutenção das aeronaves.

Um relatório divulgado pela ANAC em 31 de outubro do ano passado, no mesmo dia em que Milton Zuanazzi deixou a presidência da agência, diz que a situação é crítica na fiscalização e manutenção dos aviões de grande porte. De acordo com a Superintendência de Segurança Operacional, são 21 inspetores na equipe. Destes, somente dois chegaram por recente concurso público. Outros 12 são militares cedidos pelo antigo DAC e já têm direito de ir para a reserva.

O número reduzido de inspetores faz com que apenas sejam verificados os registros em papel, quando o ideal seria verificar pessoalmente os procedimentos de manutenção. O responsável pelo setor estima que são necessários 50 fiscais para otimizar o trabalho, com fiscais “residentes” nas principais empresas, como ocorre nos Estados Unidos.

Afavitam quer seguro obrigatório corrigido e avanços incorporados assegurados para outros familiares de vítimas no caso de outro acidente.

Outra questão a ser tratada pela Afavitam nas audiências em Brasília diz respeito ao valor do seguro obrigatório (RETA), cujo valor, estabelecido em 1986, ainda é calculado em OTNs. Para assegurar o pagamento dos valores corrigidos, considerando os expurgos inflacionários de todo o período que se segue após a determinação deste valor, o segurado precisa hoje ingressar com uma ação judicial solicitando a correção, o que pode demorar até dois anos. Devidamente corrigido, o valor do seguro obrigatório é quase 10 vezes maior ao que é praticado hoje pelas seguradoras. Os familiares querem a interferência do Ministro Jobim junto à SUSEPE e à ANAC para que a correção destes valores seja feita de forma mais rápida e definitiva. Também vão solicitar o apoio de Chinaglia e Ivan Valente para que familiares de vítimas de outros acidentes aéreos possam ter assegurado, no futuro, o direito ao pagamento deste valor já corrigido.

Nesta mesma linha, a Afavitam vai sugerir ao Ministro Jobim que os avanços conquistados pelos familiares das vítimas do vôo TAMJJ3054 através da assinatura de um termo de compromisso pela companhia aérea sejam incorporados a IAC 200-1001 (Instrução de Aviação Civil que regulamenta o plano de assistência às vítimas de acidente aeronáutico e apoio a seus familiares) no caso de ocorrer outra tragédia como a de Congonhas.

Neste momento, encerro o documento. Aqui acaba o documento dos familiares e amigos de vítimas do vôo da TAM.

Concluo essa parte do meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que a caminhada que os familiares das vítimas no acidente fizeram recentemente incluiu uma visita ao local onde ocorreu o choque do Airbus da TAM, como se recorda, no prédio da TAM-Express.

Nessa manifestação ordeira, a Sr^a Ana Maria Finzsch, mãe de Peter, que morreu no acidente, segurava uma faixa com a foto da ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil, Denise Abreu, estampada, cobrando para que a ex-diretora prestasse depoimento sobre o caso.

A referida senhora não compareceu a nenhuma das três convocações policiais para prestar depoimento.

Agora, a Anac está entregue às mãos responsáveis da Diretora Solange Paiva Vieira, a quem dirijo o

apelo dos familiares das vítimas, que pedem solução para o problema.

A TAM preocupa-se muito mais com o visual dos seus novos aviões. Um deles, com a nova logomarca da empresa, traz assinaturas de centenas de pessoas. Será que aí estão também os nomes de algumas das vítimas do acidente? Pergunto eu. Os familiares desses que perderam a vida não pleiteiam isso. Querem apenas justiça e maior presteza.

O Ministro Jobim, em suas respostas, foi preciso e consistente. Deu-me esperanças. Louvo ainda a organização da Afavitam (Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas da TAM), que, por cima de tanta dor, pensa agora nos outros, procurando ajudar a evitar novos acidentes, novos desastres, novas lágrimas.

Quanto a essa parte, Sr. Presidente, era o que tinha a dizer.

Tenho ainda uma pequena comunicação a fazer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, semear livros à mancheia foi a mensagem do poeta, pela cultura e educação do Brasil. Como os livros, a receita de Castro Alves serve também para estimular a criação de escolas: semear escolas à mancheia. Qualquer que seja a escola. E hoje quero referir-me aos aeroclubes espalhados pelo Brasil, funcionando como simples, mas autênticos, centros de formação de pilotos para nossa aviação civil.

Semear, sim! Fechar, jamais! E Isso não passa pela cabeça de ninguém, a não ser, inadvertidamente, por alguns escalões da Agência Nacional de Aviação Civil, agora felizmente entregue à competente direção de Solange Paiva Vieira.

Falei em ações inadvertidas. Porém, com o único objetivo de transmitir o que parece ser um risco para os aeroclubes brasileiros. Risco sim. Eles podem deixar de existir, se vier a prevalecer a idéia da Anac de leiloar os pequenos aviões monomotores cedidos aos aeroclubes, por empréstimo, pelo antigo Departamento de Aviação Civil – DAC, de que a Agência Nacional de Aviação Civil, a Anac, é sucessora.

O fato, que hoje assusta os aeroclubes, é a descoberta, feita em levantamento que aponta a Anac, como dona de 433 pequenos aviões, que a agência herdou do DAC.

Além de realizar o levantamento, a Anac estaria propensa a leiloar os aviões, sob a alegação de que não pretende manter esse patrimônio nem ministrar cursos de aviação civil, ressaltando que “estimula a formação de novos pilotos”. Nem precisa. Basta apoiar os existentes, naturalmente com os pequenos aviões. Não sei dos planos da Anac nem qual seria o pensa-

mento da Dr^a Solange. O que sei é que não são poucos os *e-mails* que recebo dos aeroclubes do interior brasileiro, lamentando o que já seria uma decisão da agência.

Não creio que a venda desses pequenos aviões seja o melhor caminho, Sr. Presidente. Mais conveniente seria acompanhar os versos de Castro Alves e ajudar a “semear escolas à mancheia”, no caso, escolas de pilotos, por todos os títulos, uma boa ajuda à aviação civil brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Arthur Virgílio, temos de nos orgulhar, porque duvido muito, muito mesmo que Obama, que está encantando os Estados Unidos, esteja à altura de V. Ex^a. V. Ex^a é o grande Líder deste País.

Quero lembrar o momento mais bonito deste Senado, quando enterramos a CPMF, e dizíamos com convicção e preparo que o País não iria acabar, e que o dinheiro ia ficar nas mãos santas e boas dos operários e das mães, que circularia, e que isso aumentaria a receita, por nossa experiência. Era com convicção. E um dos dias mais felizes quando V. Ex^a me escolheu para ser o vice-líder daquele grupo, que lembra os 300 de Atenas.

Lembro, então, que V. Ex^a tem que continuar nessa liderança, porque V. Ex^a é o líder das oposições do Brasil. V. Ex^a pode surpreender, como Obama está surpreendendo.

Mas há dois problemas a respeito dos quais quero adverti-lo.

Atentai bem, estou decepcionado. Aqueles vetos contra os quais lutamos e esbravejamos vêm aí, mas que não venha o dos velhinhos aposentados, aqueles que estudamos na calada das madrugadas, na Comissão dirigida pelo competente Tasso Jereissati. Paulo Paim foi ameaçado a ter de deixar, e nós ficamos com a responsabilidade: restituímos aos velhinhos 16,7%, e os aloprados fizeram a cabeça do nosso Presidente, que os reduziu para 4%. Ele não vem. E mais: não vêm a Sudene, nem a Sudam, só nos papéis, só na demagogia. O Orçamento não virá, para se discutir. Então, digo a V. Ex^a que, com a liderança que tem na Oposição, ainda há tempo de fazermos esses votos.

O Governo se gaba: “Somos credores, não devemos aos banqueiros, não devemos aos gringos”. Mas deve aos nossos velhinhos. Vamos passar a dever, como Fernando Henrique, mas não vamos dever aos nossos velhinhos aposentados.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente. O Governo se esquece de dizer

que deve de dívida pública interna alguma coisa como R\$1,1 trilhão, ou seja, dívida existe. Existe dívida grave, que não deve jamais ser caloteada, até porque é dívida que pertence basicamente à classe média brasileira. Ela é que tem rolado os nossos títulos.

Enfim, agradeço a V. Ex^a suas palavras, seu estímulo. E, nessa sessão dos vetos, tenho certeza de que V. Ex^a, eu e tantos outros Senadores, como o Senador José Agripino e tantos companheiros, estaremos aí para fazer uma bela sessão e exigir que sessões de veto virem rotina e que nenhum veto deixe de ser apreciado. Se o Governo tem força, que mantenha os vetos; se não tem, que o veto caia, mas que o Congresso não abra mão – e aí é um papel a ser cobrado dessa boa figura humana e política que é o Senador Garibaldi Alves – da sua prerrogativa inteira. E a prerrogativa inteira exige que se faça, regularmente, sessão para apreciação de vetos presidenciais. Veto mantido, rito feito: o Presidente ganhou. Veto batido significa também rito feito, completado e vitória do Congresso. Em qualquer circunstância, nós nos conformamos. O que não queremos é a subversão das regras do jogo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– E os nossos aplausos, também, para V. Ex^a. O nosso Poder é para isto mesmo: orientar. Somos os pais da Pátria. E, quanto à administradora Solange, é adverti-la sobre os aeroclubes. Esta é a história: Assis Chateaubriand, ex-Senador desta Casa e Embaixador, quanto fez por isso. Os aeroclubes deram inspiração na formação dos nossos jovens aviadores.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O meu pai foi fundador do Aeroclube do Amazonas. Tenho um grande carinho pelos aeroclubes brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– V. Ex^a dá essa grande contribuição. Eu quero dar uma contribuição para o Ministro Nelson Jobim. Ele mandou, e nós agimos rapidamente – este é o melhor Senado da República –, para aumentar o quadro dos almirantes e contra-almirantes. Mas não é isso, não. É uma vergonha. O capitão da Marinha e o equivalente na Aeronáutica e no Exército. Olhem, R\$10.448,00 é o DAS-6 para os que são nomeados aí, graciosamente, sem concurso, e um capitão da Marinha está ganhando menos da metade disso. Esta, então, é a grande reforma que precisa ser feita: a revisão do salário das nossas Forças Armadas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concordo plenamente, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 105, DE 2008

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem), que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha.

Relator: Senador **Heráclito Fortes**

I – Relatório

Esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem). O referido Projeto, originário do Poder Executivo, altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha.

A proposição, encaminhada pelo Senhor Presidente da República, nos termos do art. 61 da Constituição Federal, foi aprovada pela Câmara dos Deputados, tendo passado naquela Casa pelas Comissões de Finanças e Tributação, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e de Constituição, Justiça e de Cidadania.

O Projeto de Lei em epígrafe altera o limite máximo do efetivo de oficiais-generais do Comando da Marinha, para adequá-lo às atuais demandas da Força. Em sua Exposição de Motivos nº 603/MD, de 2007, Sua Excelência o Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, esclarece que a proposição busca atualizar e racionalizar o diploma legal em vigor, com vistas a modernizá-lo e consolidar em um único documento a legislação sobre a matéria. Aduz, ainda, que as alterações propostas asseguram o respaldo para efetuar os ajustes considerados imperiosos para a reestruturação da Força, garantindo o seu eficaz emprego.

Dessa forma, o PLC contempla a ampliação do limite dos efetivos de Oficiais em dois Vice-Almirantes e oito Contra-Almirantes. Argumenta-se que isso permitirá à nova estrutura uma realocação mais

racional de tarefas pelos diversos setores daquela Força, bem como melhorias em pontos específicos, a começar pelos postos mais elevados da hierarquia, possibilitando maior eficácia no cumprimento de sua missão.

A Exposição de Motivos destaca, ainda, que não há impacto orçamentário-financeiro decorrente da aprovação da proposição em tela, uma vez que o efetivo da Marinha autorizado pelo Presidente da República no Decreto nº 6.089/2007 é de 6.865 oficiais enquanto o estabelecido pela Lei nº 9.519/1997 é de 7.190 oficiais, 335 aquém do máximo permitido.

II – Análise

O Projeto em apreço revela a busca pela adequação do perfil do Comando aos desafios advindos da sua atual dimensão, da magnitude de suas atribuições e da tendência irrefutável do desenvolvimento tecnológico dos sistemas de defesa, de ensino, de preservação do meio ambiente e do preparo e emprego da Força. Também contribui para a melhoria dos Corpos e Quadros.

Cabe ressaltar que a última alteração dos efetivos de oficiais-generais da Marinha ocorreu em 1983, há 25 anos e, portanto, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 e da Lei Complementar nº 97 de 1999, que prevêem diversas atividades subsidiárias para a Força Naval.

No que concerne às competências desta Comissão, a alteração mostra-se necessária e benéfica à Marinha do Brasil e, portanto, aos interesses nacionais. Contribuirá, certamente, para o aumento da eficiência da Força, uma vez que constitui medida importante para a renovação, o equilíbrio e a regularidade no acesso dos diferentes Corpos e Quadros da Marinha do Brasil.

A proposição não encontra óbices regimentais ou legais, e é produzida em boa técnica legislativa.

III – Voto

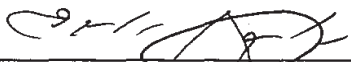

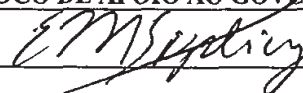
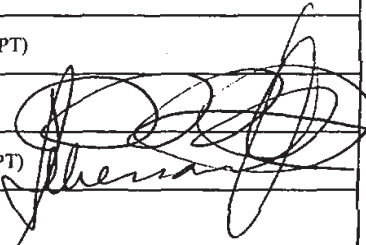
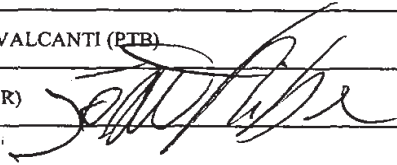

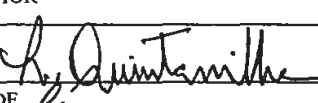
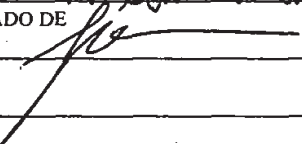



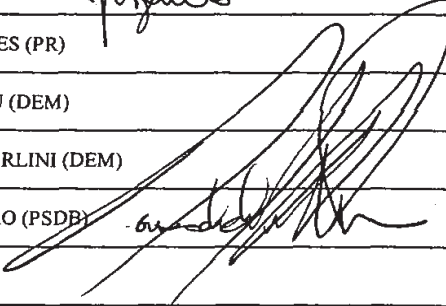

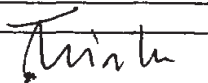
Pelo exposto opinamos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008.

Sala da Comissão, 28 de fevereiro de 2008.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 11, DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE ___/___/___, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
TITULARES SUPLENTE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)	
EDUARDO SUPLICY (PT) 	1 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	2 - ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	3 - AUGUSTO BOTELHO (PT)
MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	4 - SERYS SLHESARENKO (PT) 
JOÃO RIBEIRO (BR) 	5 - FÁTIMA CLEIDE (PT)
	6 - FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB	
PEDRO SIMON	1 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR
MÃO SANTA 	2 - LEOMAR QUINTANILHA 
ALMEIDA LIMA	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 
JARBAS VASCONCELOS	4 - GILVAN BORGES
PAULO DUQUE 	5 - VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES (DEM) 	1 - JOSÉ NERY (PSOL) 
MARCO MACIEL (DEM)	2 - CÉSAR BORGES (PR)
MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	3 - KÁTIA ABREU (DEM)
ROMEU TUMA (PTB)	4 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	5 - FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 - VAGO
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	7 - SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR 	1 - VAGO
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - JEFFERSON PÉRES

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 11 DE 2008 DATA: 28 / FEVEREIRO / 2008

AUTORES		SUPLENTE	
VOTO	AUTOR	VOTO	AUTOR
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB, PP)			
<input checked="" type="checkbox"/>	1. EDUARDO SUPLICY (PT)	<input checked="" type="checkbox"/>	1. INACIO ARRUDA (PC do B)
<input checked="" type="checkbox"/>	2. MARCELO CRIVELLA (PRB)	<input checked="" type="checkbox"/>	2. ALOIZIO MERCADANTE (PT)
<input checked="" type="checkbox"/>	3. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	<input checked="" type="checkbox"/>	3. AUGUSTO BOTELHO (PT)
<input checked="" type="checkbox"/>	4. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	4. SERYS SLHESARENKO (PT)
<input checked="" type="checkbox"/>	5. JOAO RIBEIRO (PR)	<input checked="" type="checkbox"/>	5. FATIMA CLEIDE (PT)
<input checked="" type="checkbox"/>		<input checked="" type="checkbox"/>	6. FRANCISCO DORNELLES (PP)
PMDB			
<input checked="" type="checkbox"/>	1. PEDRO SIMON	<input checked="" type="checkbox"/>	1. GERALDO MESQUITA JUNIOR
<input checked="" type="checkbox"/>	2. MAO SANTA	<input checked="" type="checkbox"/>	2. LEOMAR QUINTANILHA
<input checked="" type="checkbox"/>	3. ALMEIDA LIMA	<input checked="" type="checkbox"/>	3. WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
<input checked="" type="checkbox"/>	4. JARBAS VASCONCELOS	<input checked="" type="checkbox"/>	4. GILVAM BORGES
<input checked="" type="checkbox"/>	5. PAULO DUQUE	<input checked="" type="checkbox"/>	5. VAGO
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)			
<input checked="" type="checkbox"/>	1. HERACLITO FORTES (DEM)	<input checked="" type="checkbox"/>	1. JOSE NERY (PSOL)
<input checked="" type="checkbox"/>	2. MARCO MACIEL (DEM)	<input checked="" type="checkbox"/>	2. CESAR BORGES (PR)
<input checked="" type="checkbox"/>	3. MARIA DO CARMO ALVES (DEM)	<input checked="" type="checkbox"/>	3. KATIA ABREU (DEM)
<input checked="" type="checkbox"/>	4. ROMEU TUMA (PTB)	<input checked="" type="checkbox"/>	4. ROSALBA CIARLINI (DEM)
<input checked="" type="checkbox"/>	5. ARTHUR VIRGILIO (PSDB)	<input checked="" type="checkbox"/>	5. FLEXA RIBEIRO (PSDB)
<input checked="" type="checkbox"/>	6. EDUARDO AZEREDO (PSDB)	<input checked="" type="checkbox"/>	6. VAGO
<input checked="" type="checkbox"/>	7. JOAO TENORIO (PSDB)	<input checked="" type="checkbox"/>	7. SERGIO GUERRA (PSDB)
PTB			
<input checked="" type="checkbox"/>	1. FERNANDO COLLOR	<input checked="" type="checkbox"/>	1. VAGO
PDT			
<input checked="" type="checkbox"/>	1. CRISTOVAM BUARQUE	<input checked="" type="checkbox"/>	1. JEFFERSON PERES

TOTAL: 14 / SIM- 14 / NÃO- 0 / AUTOR- 0 / ABS- 0

OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, RISF)

Última gravação CRE 27/02/2008

PARECER Nº 106, DE 2008

Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sobre a Indicação nº2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, o estudo de todas as matérias que se encontram em tramitação nesta Casa e que tratem da questão do Trabalho Escravo.

Relator *ad hoc*: Senador **Flávio Arns**

Relator: Senador **José Nery**

I – Relatório

Esta Comissão examina a Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que propõe, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado (RISF), que, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo analise todas as matérias que tratem dessa temática e que se encontram em tramitação nesta Casa.

Na justificação, a autora afirma que a questão do trabalho escravo é um problema grave enfrentado em nosso País: “A luta pela acumulação de riquezas continua levando, ainda hoje, seres humanos a espoliarem outros seres humanos de forma a auferirem o máximo de lucro possível, mesmo que para isso esta espoliação seja total, tornando o trabalhador em mais uma máquina do sistema produtivo”.

Registra, ainda, que tramitam, nesta Casa, inúmeros projetos sobre esta questão. No entanto, a tramitação é lenta. Faz-se necessária a realização de um esforço adicional para o avanço da legislação, para que

possamos responder, de forma contundente, à esta barbaridade que é o trabalho escravo.

II – Análise

Nos termos do inciso III do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa opinar sobre “garantia e promoção dos direitos humanos”.

Sem sombra de dúvida, o trabalho escravo é a negação completa dos direitos inerentes à pessoa humana. A temática, portanto, insere-se no âmbito da competência desta Comissão.

A indicação, por sua vez, é uma provocação para que determinado assunto seja objeto de providência ou estudo, com vistas a um esclarecimento ou para se transformar em proposição legislativa. Trata-se, em nosso entendimento, do instrumento adequado para suscitar a análise ampla do tema proposto junto à Subcomissão de Trabalho Escravo. Cremos que, do estudo conjunto das proposições em andamento, poderá ser obtido um denominador comum e poderão ser encontradas formas de agilizar as mudanças na legislação, que são urgentes para milhares de trabalhadores brasileiros.



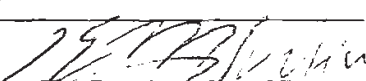

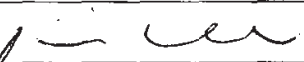


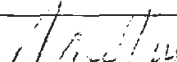
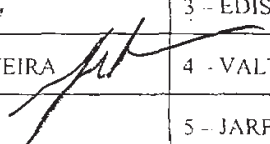

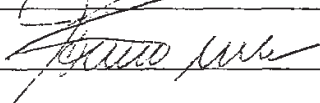

III – Voto

À vista do exposto, opinamos pela aprovação da indicação. Um amplo debate e a análise em conjunto das diversas sugestões pode, com certeza, representar um avanço qualitativo no combate ao trabalho escravo.

Sala da Comissão, 6 de dezembro de 2007.

INDICAÇÃO Nº 2 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 06 / 12 / 2007, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: 	
RELATOR: 	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS (RELATOR "Ad Hoc")	1 - SERYS SLHESSARENKO
FÁTIMA CLEIDE	2 - EDUARDO SUPLYC 
PAULO PAIM (PRESIDENTE)	3 - SÉRGIO ZAMBIASI 
PATRÍCIA SABOYA	4 - SIBÁ MACHADO
INÁCIO ARRUDA 	5 - IDELI SALVATTI 
JOSE NERY (vaga cedida pelo PSOL)	6 - MARCELO CRIVELLA 
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - MÃO SANTA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	2 - ROMERO JUCÁ
PAULO DUQUE 	3 - EDISON LOBÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA 	4 - VALTER PEREIRA
GILVAM BORGES	5 - JARBAS VASCONCELOS
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
CÉSAR BORGES	1 - VAGO
ELISEU RESENDE 	2 - HERÁCLITO FORTES
ROMEU TUMA 	3 - JAYME CAMPOS
JONAS PINHEIRO	4 - MARIA DO CARMO ALVES
ARTHUR VIRGÍLIO	5 - MÁRIO COUTO
CÍCERO LUCENA	6 - LÚCIA VÂNIA
MAGNO MALTA	7 - PAPALÉO PAES
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE 	1 - VAGO
PSOL	

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de serem lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa ofício que passo a ler.

É lido o seguinte

OF. Nº 12/2008 – CRE

Brasília, 28 de fevereiro de 2008

Assunto: Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 11 de 2008.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Garibaldi Alves Filho
Presidente do Senado Federal
Senado Federal

Nesta

Senhor Presidente,

1. Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, na reunião do dia 28 de fevereiro do corrente, nos termos do art. 91, § 2º, aprovou em decisão terminativa Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2008, de autoria da Presidência da República, que “altera os incisos II e III do **caput** do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praça da marinha”.

2. Por oportuno, aproveito para renovar meus protestos de estima e consideração. – Senador **Heráclito Fortes**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Com referência ao expediente lido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, seja apreciado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Convidamos todos para a reunião amanhã, sexta-

feira. Este é o Senado que se reúne às sextas-feiras, às 9h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Está encerrada esta sessão de 28 de fevereiro, sob a orientação e coordenação da nossa Secretária-Geral da Mesa Drª Cláudia Lyra.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

Ata da 20ª Sessão Não Deliberativa, em 29 de fevereiro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Garibaldi Alves Filho, Mão Santa,
Geraldo Mesquita Júnior e Pedro Simon*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Havendo número regimental, hoje, sexta-feira, 29 de fevereiro de 2008, às 9 horas e 18 minutos, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos do Senado da República do Brasil.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 187, DE 2008

Requer Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pelo seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pela publicação de seu livro **Lendário Amazônico**, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, editada pela Norte Editorial.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do autor.

Justificação

O jornalista Apolonildo Britto é um estudioso da cultura popular da Amazônia. Ao longo do tempo, ele publicou na revista **Amazon View** textos de sua autoria sobre as lendas que povoam o imaginário das populações. “Passei a divulgar as lendas – explica – por insistente sugestão de minha filha Jimenne, editora da revista”. E mais: “Acredito que o jornalista tenha o dever não apenas de conscientizar a sociedade presente, como mostrar à posteridade a realidade que o cerca.” O **Lendário Amazônico** é primorosamente impresso

em cores, iniciativa cultural que, por todos os títulos, credencia o autor e a editora como merecedores do Voto de Aplauso que proponho.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– A Presidência encaminhará o voto de louvor solidificado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 188, DE 2008

Solicita informações a Governadora do Estado do Pará, através do Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações ao Excelentíssimo Ministro da Saúde, Sr. José Gomes Temporão, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará:

1. Cópia dos Processos licitatórios de compra de material e serviços dos anos 2007/2008;

2. Cópia dos contratos de compra de material, serviços e pagamentos efetivados em 2007/2008;

3. Relação dos funcionários contratados em 2007/2008, com data de admissão, critério de seleção, função desempenhada, experiência e qualificação na função;

4. Relatório mensal de atendimento com nome, data de internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007/2008;

5. Informação sobre contratos e relatórios de serviços prestados pela OSCIP Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP/PR), que atualmente presta serviços ao HROP, com os respectivos custos;

6. Custo mensal de manutenção do HROP nos anos 2007/2008.

Justificação

O Hospital Regional de Santarém, de média e alta complexidade, e o mais importante da região do Baixo-Amazonas, inaugurado em dezembro de 2006, vem tendo seu funcionamento pleno retardado pelo Governo do Estado, causando indignação na população.

A Procuradoria da República em Santarém denunciou irregularidades na contratação de bens e serviços para o Hospital, irregularidades estas apontadas também pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Nessa situação, requeremos, em observância dos princípios constitucionais que regem a administração pública, especialmente da legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, as informações e os dados acima enumerados.

Sala das Sessões, 29 de fevereiro de 2008. – Assinam o requerimento em 26 de fevereiro de 2008, os senhores senadores: – Presidente: **Leomar Quintanilha** – Autor: **Cícero Lucena** – Autor: **Flexa Ribeiro** – **César Borges** – **Augusto Botelho** – **Jefferson Péres** – **Marisa Serrano** – **Renato Casagrande** – **Inácio Arruda**.

(À Mesa, para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECERES NºS 107 E 108, DE 2008

Sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dá o nome de Arqui-

vo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

PARECER Nº 107, DE 2008

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Maguito Vilela**

I – Relatório

Pelo Projeto de Resolução nº 1, de 2004, a Senadora Serys Slhessarenko propõe seja atribuída ao Arquivo do Senado Federal a designação Arquivo Cora Coralina. Em sua justificação, a representante de Mato Grosso aduz uma série de razões para que esta Casa Legislativa adote tal homenagem. Entre os motivos, está o fato de 2004 haver sido definido por lei como Ano da Mulher. Como uma das inúmeras providências para marcar o transcurso desse período, o Arquivo do Senado Federal, esse importante referencial da memória brasileira, passaria a ter o nome da ilustre escritora goiana.

Alega também a senadora a tradição desta Casa de homenagear edifícios, alas, anexos e órgãos sempre com nomes de ilustres personagens da História brasileira, todos homens. Ainda que tal tradição se escude no fato de as escolhas recaírem sobre nomes de ex-integrantes desta Casa, ela não deixa de ser injusta com o sem-número de mulheres brilhantes que ajudaram a construir esta Nação, ainda que não tenham ocupado cargos eletivos.

Lembra-nos a autora quão representativo é o nome da Cora Coralina para simbolizar a mulher ‘que vence, apesar de todas as vicissitudes enfrentadas. Ao lançar seu primeiro livro – **Poemas dos becos de Goiás** e estórias mais – aos setenta anos, revelou-se como uma expressão literária de valor, reconhecida por grandes escritores e críticos, e consagrada pela opinião pública, nas quase três décadas seguintes, em que se manteve ativa. Juntamente com ela, foi reconhecida toda a importância de sua cidade, Goiás, hoje tombada como patrimônio cultural de humanidade pela Unesco.

Tendo sido ela, como nos lembra a proponente da resolução, uma mulher que marcou seu tempo pelas atitudes libertárias, ao homenageá-la, o Senado estaria, simultaneamente promovendo a memória da

mulher brasileira em sua luta pela afirmação da identidade nacional.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

II – Análise

À Comissão de Educação compete apreciar as proposições que tratam das homenagens cívicas, nos termos do art. 102, Inciso II do Regimento Interno do Senado Federal.

Do ponto de vista constitucional, a medida encontra amparo nos preceitos do art. 216 de nossa Carta Magna, os quais consideram como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza imaterial que veiculem referências à identidade, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, em suas formas de expressão, especialmente em suas criações artísticas.

Esse patrimônio – e a conseqüente responsabilidade de mantê-lo se estende às obras, documentos e edificações. Juntamente com essas prescrições vem o mandamento ao Poder Público de promover e proteger, em colaboração com a comunidade, esse patrimônio, por diversos meios. Entre eles, se incluem os inventários, registros, vigilância, tombamento, além de outras formas de acautelamento e preservação. Igualmente compete à administração pública a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. Entendemos que, ao denominar Arquivo Cora Coralina o atual arquivo público do Senado, todas essas determinações constitucionais estarão sendo simultaneamente cumpridas. Desse modo, vemos que o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, está amplamente escudado nos mandamentos constitucionais.

Do ponto de vista das competências desta Comissão, entendemos que a homenagem cívica que aqui se propõe está repleta de significados para esta Casa, para as mulheres brasileiras e para a própria Nação. Para o Senado Federal, por constituir uma excelente oportunidade para rever a tradição de nomear suas dependências apenas com nomes de homens. Para as mulheres brasileiras, que aqui veriam inscrito o nome de uma mulher que é símbolo de várias conquistas.

E para a nação porque, ao reconhecer uma de suas mais ilustres filhas, estará propagando sua memória e seu exemplo para as futuras gerações.

Como bem lembra a autora da proposição, Senadora Serys Slhessarenko, Cora Coralina é um ícone para este País. Mulher nascida em um tempo em que a elas não era franqueado acesso à educação formal ou ao desempenho artístico, esta superou tais limitações externas, ao tomar-se uma leitora “poderosa”, germe da futura escritora. Ainda que por muito tempo limitada à tradicional condição de “dona-de-casa”, jamais deixou de afirmar-se em sua individualidade. Tanto é assim, que, seus versos, suas histórias, enfim, sua literatura reflete sempre um conteúdo crítico, ainda que aparentemente apenas fale de situações do cotidiano. Mas nada supera a imagem que temos dela por ser a mulher que, já aos setenta anos, não tendo desistido dessa vocação, revela-se ao País como poeta talentosa. Ela é a própria imagem e modelo da capacidade de superação das adversidades; um modelo de mulher, que vence num mundo de predominância masculina; um exemplo de ternura e tolerância perante uma sociedade machista e excludente.

O Arquivo do Senado Federal, por sua vez, é um repositório privilegiado da memória deste País, por guardar aqui 180 anos da vida pública nacional, uma vez que, desde o Império, já era um local onde eram decididos fatos importantes da história brasileira. Esse arquivo tem sido – e tem – potencial para ser muito mais – uma fonte inesgotável de pesquisas sobre a história brasileira. Com a atribuição do nome de Arquivo Cora Coralina a ele, estaremos propiciando a junção de dois repositórios significativos da memória nacional: um físico, representado pelos documentos, e outro imaterial, representado por tudo quanto significa Cora Coralina para o Brasil.

III – Voto

Pelo exposto, e não encontrando óbices de natureza constitucional, jurídica e de técnica legislativa, manifestamo-nos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2004.

Sala da Comissão, 16 de março de 2004.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 001/04 NA REUNIÃO DE 16/03/2004
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:

Osmar Dias (Senador Osmar Dias)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)

FÁTIMA CLEIDE	1- TIÃO VIANA
FLÁVIO ARNS <i>M. Arns</i>	2- ROBERTO SATURNINO <i>Aelfer</i>
IDELI SALVATTI <i>Ideli Salvatti</i>	3- (VAGO)
JOÃO CAPIBERIBE <i>João Capiberibe</i>	4- (VAGO)
DUCIOMAR COSTA	5- (VAGO)
AELTON FREITAS	6- (VAGO)
CRISTOVAM BUARQUE <i>Cristovam Buarque</i>	7- (VAGO)
VALMIR AMARAL	8- (VAGO)

PMDB

HÉLIO COSTA <i>Helio Costa</i>	1- MÃO SANTA
MAGUITO VILÉLA RELATOR <i>Maguito Vilela</i>	2- GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves Filho</i>
VALDIR RAUPP	3- PAPALÉO PAES
GERSON CAMATA <i>Gerson Camata</i>	4- LUIZ OTÁVIO
SÉRGIO CABRAL <i>Sergio Cabral</i>	5- ROMERO JUCÁ
JOSÉ MARANHÃO <i>Jose Maranhão</i>	6- (VAGO)

PFL

DEMÓSTENES TORRES <i>Demostenes Torres</i>	1- EDISON LOBÃO
JORGE BORNHAUSEN <i>Jorge Bornhausen</i>	2- JONAS PINHEIRO
JOSÉ JORGE	3- JOSÉ AGRIPINO
EFRAIM MORAIS	4- MARCO MACIEL
MARIA DO CARMO ALVES	5- PAULO OCTÁVIO
ROSEANA SARNEY	6- JOÃO RIBEIRO

PSDB

SÉRGIO GUERRA <i>Sergio Guerra</i>	1- ARTHUR VIRGÍLIO
LEONEL PAVAN <i>Leonel Pavan</i>	2- EDUARDO AZEREDO
REGINALDO DUARTE <i>Reginaldo Duarte</i>	3- JOÃO TENÓRIO
ANTERO PAES DE BARROS <i>Antero Paes de Barros</i>	4- LÚCIA VÂNIA

PDT

OSMAR DIAS <i>Osmar Dias</i>	1- JEFFERSON PÉRES
ALMEIDA LIMA <i>Almeida Lima</i>	2- JUVÊNCIO DA FONSECA

PPS

MOZARILDO CAVALCANTI	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
----------------------	--------------------------

PARECER Nº 108, DE 2008

(Da Comissão Diretora)

Relator: Senador **Efraim Morais****I – Relatório**

Em pauta o Projeto de Resolução do Senado nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

A autora da proposição justifica sua iniciativa, salientando que o ano de 2004, no qual foi apresentada a proposição ora relatada, fora designado Ano da Mulher, e atribuir o nome da poetisa Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal seria uma justa homenagem que engrandeceria o Senado Federal.

A matéria foi analisada pela Comissão de Educação, que em reunião de 16 de março de 2004, aprovou parecer favorável do Senador Maguito Vilela.

Em seguida a proposição foi encaminhada à Mesa Diretora, perante a qual o então Primeiro-Secretário, Senador Romeu Tuma, também apresentou parecer favorável. Porém o parecer do Senador Romeu Tuma não foi apreciado pela Comissão Diretora, e a matéria continua em exame pela Mesa Diretora.

II – Análise

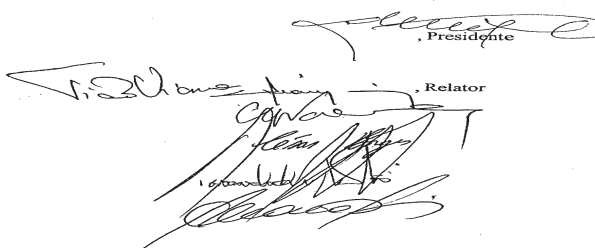
Não temos dúvidas quanto ao caráter meritório da proposição em análise, pois Cora Coralina é um verdadeiro ícone da mulher brasileira, tendo publicado o seu primeiro livro de poesias aos 75 anos de idade, sendo em seguida agraciada com inúmeros prêmios e homenagens nacionais e internacionais.

Com relação aos aspectos legais e regimentais, a proposição em análise encontra-se perfeitamente em consonância com os dispositivos da Constituição Federal, que estabelece no inciso XIII do art. 52, que compete privativamente ao Senado Federal dispor sobre a sua organização e funcionamento.

III – Voto

Diante do exposto, considerando o caráter meritório do projeto em tela, e que o mesmo encontra-se ao amparo constitucional e de acordo com os dispositivos regimentais, manifestamos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.

Sala de Reuniões,



Presidente

Relator

PARECERES NºS 109 E 110, DE 2008

Sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”.

PARECER Nº 109, DE 2008,

(Da Comissão de Educação)

Relator: Senador **Cristovam Buarque****I – Relatório**

O Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, tem por meta render homenagem ao falecido Senador Lauro Campos, cujo nome passará a designar a Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), em Brasília.

Segundo lembrou, na justificação, o Senador Tião Viana, o Professor Lauro Campos exerceu magistério em Economia na Universidade Federal de Minas Gerais, entre 1954 e 1957, tendo lecionado na Universidade Federal de Goiás e também na Universidade de Sussex, na Inglaterra, em 1976.

Na Universidade de Brasília, Lauro Campos integrou o Departamento de Economia entre 1966 e 1991, tendo lecionado na graduação e no mestrado em Economia da instituição. Entre as obras de sua relevante produção acadêmica destacam-se “**A crise da ideologia keynesiana**”, lançado pela Editora Campus, em 1980, e “**A crise completa: a economia política do não**”, publicado pela Editora Boitempo, em 2001.

Além de tudo isto, o Prof. Lauro Campos deixou uma extensa lista de alunos formados por ele no entendimento do sistema econômico, com uma ótica revolucionária, contra as correntes tradicionais. Para isto, além de dispor de uma excelente formação intelectual, dispunha também de um forte caráter, capaz de enfrentar a repressão política e os discursos acadêmicos da época. Como cidadão e homem público Lauro Campos é um exemplo de coerência de pensamento e posições políticas e ideológicas. Seu exemplo é um marco em um País e em um tempo de tanta incoerência, oportunismo e fraqueza ética.

II – Análise

A proposta de atribuir à Unilegis o nome do Professor Lauro Campos reveste-se de inegável justiça e reconhecimento ao saudoso Senador, em face da importância desse eminente brasileiro para a História do Brasil.

Além de emérito acadêmico, o Senador Lauro Campos obteve destaque em sua atuação legislativa no Senado da República, por sua notável sensibilidade social e defesa intransigente dos desvalidos. Atribuir à Unilegis o nome de “Campus Universitário Senador Lauro Campos” enobrece a instituição, ao mesmo tem-

po em que contribui para fixar o nome do parlamentar em nossa memória coletiva.

Além de toda justificativa histórica, cabe registrar que a Unilegis é órgão da administração direta do Poder Legislativo Federal, sem personalidade jurídica própria, integrante da estrutura desta Casa Legislativa, razão pela qual nada existe para obstar a que o Senado Federal decida a respeito da proposição.

No que concerne à formalização da iniciativa, parece-nos necessária a adequação da cláusula de vigência do projeto, já que a medida envolve uma resolução e não uma norma legal **stricto sensu**.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, com a emenda a seguir.

EMENDA Nº 1 – CE

Dê-se ao art. 2º do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala da Comissão, 6 de novembro de 2007.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PRS Nº 020/07 NA REUNIÃO DE 06/11/07 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL: *L. Quintanilha* Sen: *Leomar Quintanilha*
Presidente Eventual da Comissão de Educação

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)

FLÁVIO ARNS	1- PATRÍCIA SABOYA GOMES
AUGUSTO BOTELHO	2- JOÃO PEDRO
FÁTIMA CLEIDE	3- ALOÍZIO MERCADANTE
PAULO PAIM	4- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
IDELI SALVATTI	5- FRANCISCO DORNELLES
INÁCIO ARRUDA	6- MARCELO CRIVELLA
RENATO CASAGRANDE	7- MAGNO MALTA
SÉRGIO ZAMBIASI	8- JOÃO VICENTE CLAUDINO
JOÃO RIBEIRO	9- SIBÁ MACHADO

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- ROMERO JUCÁ
GILVAM BORGES	2- LEOMAR QUINTANILHA
MÃO SANTA	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP	4- VALTER PEREIRA
PAULO DUQUE	5- JARBAS VASCONCELOS
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	6- (VAGO)
GERSON CAMATA	7- NEUTO DE CONTO

BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)

EDISON LOBÃO	1- ADELMIR SANTANA
HERÁCLITO FORTES	2- DEMÓSTENES TORRES
MARIA DO CARMO ALVES	3- JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4- JOSÉ AGRIPINO
RAIMUNDO COLOMBO	5- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	6- ROMEU TUMA
MARCONI PERILLO	7- CÍCERO LUCENA
MARISA SERRANO	8- EDUARDO AZEREDO
PAPALÉO PAES	9- SÉRGIO GUERRA
FLEXA RIBEIRO	10- LÚCIA VÂNIA

PDT

CRISTOVAM BUARQUE RELATOR	1- JEFFERSON PÉRES
------------------------------	--------------------

PARECER Nº 110, DE 2008

(Da Comissão Diretora)

Relator: Senador **César Borges****I – Relatório**

Vem a exame da Comissão Diretora do Senado Federal (CDIR) o Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, de iniciativa do Senador Tião Viana, que designa a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro (UNILEGIS), em Brasília, “**Campus** Universitário Senador Lauro Campos”.

À guisa de justificar a proposição, o autor relembra que o homenageado, Senador e Professor Lauro Campos, lecionou em diversas universidades brasileiras e na de Sussex, Inglaterra, tendo dedicado à Universidade de Brasília mais de vinte e cinco anos de magistério, mormente entre 1966 e 1991, nos cursos de graduação e de mestrado em Economia. O Professor Lauro Campos é reconhecido, também, por sua consistente produção acadêmica.

A apreciação da proposição pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte desta Casa ensejou a aprovação de emenda para a inserção de cláusula de vigência na nova norma.

II – Análise

A designação do nome do Senador Lauro Campos para compor o da Unilegis é um gesto de reconhecimento ao saudoso professor, a enaltecer sua memória, mas, igualmente uma honraria que enobrece esse órgão de difusão e produção do conhecimento no Senado Federal.

Além de acadêmico respeitado, autor de obra relevante para a formação de economistas e cidadãos brasileiros, o Senador Lauro Campos, em sua passagem pelo Senado da República, deixou a marca da sensibilidade social e compromisso com a transformação social do País.

Com efeito, sendo desnecessário arrolar mais razões para a demonstração do mérito da iniciativa, há de se considerar o fato de a Unilegis integrar a estrutura do Poder Legislativo federal, sem personalidade jurídica própria, com o que nada há, no que concerne aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, a impedir o Senado Federal de decidir em favor do projeto.

No mais, no que respeita à técnica legislativa de que cuida a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, parece-nos oportuno e mais adequado proceder à formalização da mudança no texto da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, norma

instituidora da Unilegis, para o que apresentamos as competentes emendas.

III – Voto

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, com as emendas a seguir.

EMENDA Nº 2 – CDIR

Dê-se ao art. 1º da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, nos termos do art. 1º do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Art. 1º

Parágrafo único. Fica denominada ‘**Campus** Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Unilegis, localizada em Brasília, Distrito Federal. (NR)”

EMENDA Nº 3 – CDIR

Dê-se à ementa do Projeto de Resolução do Senado nº 20, de 2007, a seguinte redação:

“Altera a Resolução do Senado Federal nº 1, de 2001, para denominar ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, localizada em Brasília, Distrito Federal.”

Sala da Comissão,

....., Presidente

....., Relator

PARECER Nº 111, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.299, de 2007, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem (passagens, estadia etc.) de índios Yanomamis

à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Submete-se ao exame desta Secretaria-Geral da Mesa o Requerimento nº 1.299, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Segundo o autor do requerimento, a imprensa brasileira divulgou recentemente a viagem de alguns índios da etnia Yanomami para os citados países da Europa, notícia que foi seguida de críticas à ação do governo brasileiro sobre a administração das terras indígenas.

Dessa forma, o ilustre Senador deseja verificar, com o requerimento, se os aludidos indígenas tiveram suas despesas de viagem custeadas com recursos públicos e quem foi o responsável pela liberação da despesa em questão, no intuito de avaliar se a referida ação realmente atendeu ao interesse público, o que, não se confirmando, ensejará as providências cabíveis por parte desta Casa.

II – Análise

Trata-se de expediente legislativo destinado a fornecer informações ao Congresso Nacional, no exercício de sua função de fiscalização do Poder Executivo, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição Federal, a fim de possibilitar o conhecimento das ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça ou pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), entidade da administração indireta sob a supervisão daquela Pasta, no exercício de atividade-fim.

O § 1º do art. 1º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, prevê que a autoridade à qual deve ser encaminhado o requerimento de informações é sempre o Ministro de Estado ou a autoridade máxima de órgão diretamente vinculado à Presidência da República. Assim, no caso em exame, o requerimento deve ser encaminhado ao Ministro de Estado da Justiça, independentemente de o ato ter sido praticado no âmbito deste Ministério ou da aludida fundação.

A indagação parece-nos extremamente relevante em seu mérito e não esbarra em qualquer óbice constitucional, legal ou regimental, bem como não fere as disposições colimadas no inciso I do art. 2º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, que veda a interrogação de caráter especulativo, uma vez que se trata de pergunta objetiva.

O teor do Requerimento está amparado pelo art. 50, § 2º, da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como pelo art. 216, I, do Regimento Interno desta Casa. Além disso, atende aos requisitos de admissibilidade previstos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que disciplina internamente o encaminhamento de requerimento de informações, pois é dirigido à autoridade ministerial competente e refere-se a atos submetidos à ação fiscalizadora do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso X, da Constituição, não contendo tema vedado ou sujeito a sigilo.

III – Voto

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Requerimento nº 1.299, de 2007.

Sala de Reuniões,

The image shows several handwritten signatures and stamps. At the top right, there is a stamp that reads "Presidente" and "Relator". Below it, there are several cursive signatures, including one that appears to be "Álvaro Dias".

PARECER Nº 112, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.301, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Subscrito pelo eminente Senador Marconi Perillo, vem à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.301, de 2007, que objetiva a solicitação de informações ao Ministro de Estado da Justiça, sobre a existência de inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal relativamente à atuação das empresas construtoras que menciona.

Assinala o Requerimento que se trata de pedido com o propósito de esclarecer se há algum procedimento em curso para apurar irregularidades que teriam

sido praticadas pelas empresas em questão, conforme noticiado na imprensa nacional e internacional.

II – Análise

De acordo com o art. 216 do Regimento Interno desta Casa, são critérios de admissibilidade dos requerimentos de informação previstos no § 2º do art. 50 da Constituição da República:

Art. 216

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

.....

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação, preceitua que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer (art. 1º, § 2º) e que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido (art. 2º, inciso I).

A leitura atenta dos termos do Requerimento sob exame permite inferir que, a nosso juízo, o Requerimento sob exame não incorre em nenhum dos óbices previstos na legislação em vigor.

III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Requerimento nº 1.301, de 2007, por atender aos critérios regimentais de admissibilidade e em face das razões de mérito expendidas.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer nº 113, DE 2008. The President's signature is on the right, and the Reporter's signature is on the left. There are several other signatures below them.

PARECER Nº 113, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.304 de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da redução no fornecimento de gás para o Estado do Rio de Janeiro.

O Nobre Senador Marcelo Crivella deseja conhecer, além de outras informações, os motivos da redução drástica no fornecimento de gás para as companhias CEF, CEG-Rio e COMGÁS; por quanto tempo prevalecerá a redução; quais os critérios adotados; qual o prejuízo estimado e qual a responsabilidade da Aneel em relação a tais fatos.

Sua excelência justifica seu Requerimento argumentando que, tendo a Petrobras confirmado a redução no fornecimento de gás para as distribuidoras do Estado do Rio de Janeiro, é necessário que esta Casa Legislativa seja plenamente informada desse lamentável fato, que se traduz em medida arbitrária e unilateral, que lesa os direitos do consumidor e também das companhias instaladas no Estado.

Segue sua Excelência afirmando que a medida afetou diretamente o fornecimento de gás ao comércio, residências, hospitais e postos de gasolina, o que prejudica diretamente a milhares de taxistas.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer nº 114, DE 2008. The President's signature is on the right, and the Reporter's signature is on the left. There are several other signatures below them.

PARECER Nº 114, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.310, de 2007.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório.

O Senador Heráclito Fortes, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), apresentou o Requerimento nº 1.310, de 2007, no qual solicita ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão informações detalhadas sobre o cumprimento ou não da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Estado do Piauí, assim, como sobre a situação fiscal e financeira daquela unidade da Federação.

Segundo a Justificação do autor, desde 2006, a imprensa piauiense vem publicando notícias sobre um suposto calote do governo estadual em instituições financeiras que realizam operações de crédito sob consignação em folha de pagamento dos servidores estaduais.

Ademais, o Tribunal de Contas do Estado apurou e comprovou, segundo o Autor, que o governo estadual reteve ilegalmente a quantia de R\$67 milhões, oriunda de descontos em folha para pagamento de empréstimos de servidores que deveria ter sido repassada às instituições financeiras.

Ressalta, por fim, que compete ao Senado Federal ter conhecimento da real situação financeira dos estados para, se necessário, adotar as providências cabíveis.

Nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 3º do Ato da Mesa nº 1, de 2001, a proposição foi despachada à Mesa para decisão.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que regulamenta o pedido de informações, previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, no âmbito desta Casa, assim reza:

Art. 216. Os requerimentos de informações estão sujeitos às seguintes normas:

I – serão admissíveis para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora;

II – não poderão conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirija;

III – lidos na hora do expediente, serão despachados à Mesa para decisão;

.....

Nos termos da Lei Complementar nº 105, de 2001, não foi formulado qualquer questionamento de caráter sigiloso. Portanto, o Requerimento nº 1.310, de 2007, enquadra-se no dispositivo acima citado, assim como nos requisitos de admissibilidade dos requerimentos de informações de que trata o Ato da Mesa nº 1, de

2001, cabendo a esta Mesa decidir terminativamente sobre o mesmo.

III – Voto

Pelas razões acima expostas, manifesto-me pela aprovação do Requerimento nº 1.310, de 2007.

Sala de Reuniões,

.....
Presidente
.....
Relator

PARECER Nº 115, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.312, de 2007.

Relator: Senador Álvaro Dias

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 1.312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pedido de informações a respeito das ações que estão sendo adotadas para viabilizar a implantação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Município de Parnaíba, Piauí, criada pelo Decreto nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988.

Na justificativa, o requerente diz que o Estado do Piauí vive momento de grave estagnação econômica, necessitando de ações inovadoras, como seria a implantação da ZPE.

Complementa com a afirmativa de que a implantação da ZPE de Parnaíba é estrategicamente imprescindível para a retomada do crescimento econômico daquela região, refletindo também em todo o Estado.

O referido requerimento veio a esta Mesa, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

Cabe à Mesa examinar se o pedido atende aos requisitos de admissibilidade previstos nas normas atinentes aos requerimentos de informações.

O requerimento atende o disposto no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que trata de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado, e tem por

escopo ações do Poder Executivo que se submetem à fiscalização e controle desta Casa, tendo em vista a competência exclusiva do Congresso Nacional estabelecida no art. 49 da Carta de 1988.

De acordo com o art. 27, IX, e, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, cabe ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior.

Portanto, o pedido está dirigido à autoridade competente e atende aos dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como às normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.312, de 2007.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer Nº 116, DE 2008. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below them are several other signatures, likely of the members of the Mesa do Senado Federal.

PARECER Nº 116, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.341, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes psiquiátricos.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.341, de 2007, no qual requer sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre a qualidade e a fiscalização a que estão submetidos os medicamentos genéricos destinados aos pacientes psiquiátricos.

O referido requerimento é de autoria do Senador Eduardo Azeredo e foi originalmente apresentado à CAS, na sessão de 31 de outubro passado, e por ela aprovado e adotado.

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea **a**, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento em tela está, igualmente, amparado no art. 49, inciso X da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.341, de 2007.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and the Reporter for Parecer Nº 117, DE 2008. The President's signature is at the top, followed by the Reporter's signature. Below them are several other signatures, likely of the members of the Mesa do Senado Federal.

PARECER Nº 117, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.343, de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado das Minas e Energias acerca do andamento do Programa Luz para Todos no Estado de Rondônia.

O Nobre Senador Marcelo Crivella deseja conhecer, além de outras informações, o número de novas ligações realizadas no Estado de Rondônia; o montante de recursos utilizado; previsão de novas ligações e envio de cópia de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica no Estado de Rondônia, desde o ano de

2003 até a presente data, bem assim os respectivos instrumentos legais que deram aval a tais contratações.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and several Senators, including the Relator.

PARECER Nº 118, DE 2008

Para instruir decisão da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.347, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Senador Álvaro Dias, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.347, de 2007, no qual solicita ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito do processo licitatório e de contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco, pela Caixa Econômica Federal. São requisitados documentos comprobatórios dos procedimentos adotados, desde os estudos preliminares até a afetiva contratação da empresa.

Como justificção ao requerimento aponta-se a realização, pela Polícia Federal, de operação destinada a apurar fraudes fiscais na importação de equipamentos

pela empresa de informática Cisco, aliada à suspeita de que tenha havido mudança no instrumento convocatório da licitação realizada pela Caixa Econômica Federal para permitir a vitória da empresa Damovo, em uma contratação de R\$9,9 milhões.

II – Análise

A fundamentação do Requerimento nº 1.347, de 2007, centra-se no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o envio de pedidos de informação aos Ministros de Estado e titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República. Adicionalmente, encontra suporte na exigência de efetividade da competência atribuída ao Congresso Nacional e as suas Casas para fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo.

No aspecto regimental, não existem reparos à proposição, elaborada dentro dos limites estabelecidos pelos dispositivos que regulam o encaminhamento dos pedidos de informações às autoridades do Executivo, particularmente os arts. 216 e 217 do Regimento Interno, e o Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento é dirigido à autoridade competente para apresentar as informações em questão, bem como oportuno para o exercício da função fiscalizadora do Senado Federal.

III – Voto

À vista do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Requerimento de Informações nº 1.347, de 2007.

Sala de Reuniões,

Handwritten signatures of the President and several Senators, including the Relator.

PARECER Nº 119, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.352, de 2007, que objetiva obter do Ministro dos Transportes informações sobre a situação em que se encontra

a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.

Relator: Senador **Magno Malta**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.352, de 2007, de iniciativa do Senador Arthur Virgílio, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro dos Transportes informações sobre o processo de construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre, no Estado do Amazonas.

Para tanto, pretende ver respondidas as seguintes questões:

- 1 – Houve alguma alteração no valor contratado inicialmente para a execução da obra?
- 2 – Qual a previsão atualizada para a conclusão da obra?
- 3 – Quais foram as alterações promovidas na execução da obra em relação ao projeto inicial?

Complementarmente, Sua Excelência solicita que cópias do edital da licitação e de suas eventuais alterações sejam anexadas às informações prestadas.

Ao justificar a proposição, o autor do requerimento afirma que, em atendimento ao Requerimento nº 254, de 2007, também de sua autoria, o Senhor Ministro dos Transportes, por meio do Aviso nº 157 GM/MT, de setembro de 2007, havia informado que o projeto deveria sofrer algumas alterações decorrentes das características físicas locais, o que, de outra parte, ensejaria a prorrogação do prazo para a conclusão da obra. Sua Excelência pretende agora obter a atualização dessas informações.

Apresentado no dia 20 de novembro de 2007, o requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição em pauta, que opera no sentido de subsidiar a ação legislativa e fiscalizadora do Senado Federal, rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, **a**, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação.

A iniciativa satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado ato, uma vez que é dirigida a Ministro de Estado; solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer; não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e não contém pedidos referentes a mais de um Ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.352, de 2007.

Sala das Reuniões,
, Presidente
, Relator
je02191-200800225

PARECER Nº 120, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.357, de 2007, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre as faixas de frequência destinadas à radiodifusão que foram transferidas para os serviços de telecomunicações.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

Trata-se de examinar o Requerimento nº 1.357, de 2007, de autoria do Senador Wellington Salgado, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre faixas de frequência destinadas aos serviços de radiodifusão e de telecomunicações.

O autor submete uma série de questionamentos a respeito do realinhamento do espectro proposto pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) por meio da Consulta Pública nº 833, de 2007, com a transferência de faixas de frequências do serviço de radiodifusão para o de telecomunicações. Fundamentalmente, indaga sobre o impacto econômico dessas novas destinações sobre a operação das emissoras de rádio e televisão.

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso I, alínea **a**, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a Ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Análise

O Requerimento nº 1.357, de 2007, encontra respaldo no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combi-

nado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. Está igualmente amparado no inciso X do art. 49 da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Ademais, a proposição está de acordo com os dispositivos regimentais que tratam dos pedidos de informações a autoridades do

Poder Executivo, especialmente o que consigna o inciso IV do art.

216, e com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da esa nº 1, de 2001.

III – Voto

À luz do exposto, voto favoravelmente à aprovação do Requerimento nº 1.357, de 2007.

Sala de Reuniões,

Presidente
Relator

PARECER Nº 121, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.375, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acompanhadas de documentação, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários acerca de operações de compra e venda de ações da Petrobras no período que especifica.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.375, de 2007, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno, o Senador Flexa Ribeiro solicita que se requeira ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entidade autárquica vinculada à sua pasta, acerca de operações de compra e venda de ações da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007, promovidas com o fito de averiguar possível vazamento de informações, em benefício de alguns investidores. Na referida data, a empresa anunciou o promissor potencial produtivo da

área de Tupi, que se estende pelas bacias do Espírito Santo, Campos e Santos.

Requer o Senador o envio de relatório conclusivo da CVM sobre a matéria, que esclareça as seguintes questões:

1 – Qual a conclusão da CVM sobre a possibilidade de ter havido vazamento de informações antes do referido anúncio?

2 – Houve informação privilegiada ou qualquer outra irregularidade de mercado envolvendo ações da Petrobras?

3 – Em caso positivo, que instituições e/ou pessoas foram beneficiadas?

Na justificativa, o ilustre Senador lembra as competências desta Casa em relação à matéria financeira, cambial e monetária e no que tange às instituições financeiras e suas operações, enfatizando a necessidade do mais amplo conhecimento possível quanto às matérias relevantes nessa seara para que os senadores exerçam adequadamente suas atividades legislativas.

O Senador Flexa Ribeiro expressa preocupação com a existência de tráfico de informações privilegiadas no mercado acionário brasileiro, dado o potencial que tal prática tem de “causar prejuízos econômicos mais amplos, abalando a confiança dos investidores”. O parlamentar aduz também ser fundamentalmente relevante manter a transparência do mercado de capitais.

De acordo com o noticiado na imprensa, a CVM instituiria procedimento investigatório, pelo qual solicitaria à Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) levantamento dos negócios envolvendo a Petrobras no período acima referido, bem como estaria disposta a checar o histórico dos investidores, averiguar fichas cadastrais e pedir informações adicionais à Bovespa e a outras fontes do mercado financeiro.

II – Análise

Compartilhamos do posicionamento do ilustre requerente. É imprescindível que esta Casa tenha conhecimento das informações objeto do Requerimento nº 1.375, de 2007, em especial por envolver especulação fraudulenta com papéis da maior empresa brasileira.

Não resta dúvida da presença do interesse público na investigação dos fatos relatados pelo nobre Senador Flexa Ribeiro. A hígidez, transparência e confiabilidade de nosso mercado financeiro é fator fundamental para o desenvolvimento do País. É intolerável a prática de vazamento de informações privilegiadas, que enriquece uns poucos e mina, sobretudo no que é afeto à confiabilidade e à maturidade, o mercado de capitais brasileiro.

O pleno desenvolvimento desse mercado é imprescindível para nosso desenvolvimento econômico, e o Senado Federal tem que estar munido de todas as informações possíveis para o fiel desempenho de seu papel institucional.

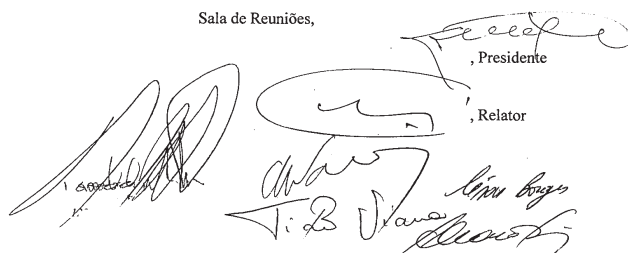
Acreditamos, pois, no acerto do requerimento que, ademais, encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, estando expressamente abrigado no que prevê o art. 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que determina que o requerimento de remessa de documentos equipara-se ao de pedido de informações.

Igualmente, atende aos requisitos de admissibilidade exigidos pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, uma vez que se refere à matéria submetida à apreciação do Senado Federal e atinente à sua competência fiscalizadora, não contém tema vedado por aquele diploma legal e nem sujeito a sigilo, conforme estabelece o § 2º do art. 80 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e se encontra dirigido à autoridade competente, o Ministro de Estado da Fazenda, a quem está atribuída à supervisão ministerial sobre a CVM.

III – Voto

A vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento nº 1.375, de 2007.

Sala de Reuniões,



, Presidente
, Relator

PARECER Nº 122, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.380, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por aquela pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País.

Relator: Senador Tião Viana

I – Relatório

O Senador Arthur Virgílio, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, encaminhou a esta Mesa o Requerimento nº 1.380, de 2007,

no qual solicita o envio de questões ao Ministro de Estado da Saúde.

As informações solicitadas dizem respeito ao seguinte:

- a) Que providências o Ministério da Saúde pretende tomar para evitar que o atual surto de rubéola se transforme em uma epidemia?
- b) Quais foram os motivos que levaram o País a enfrentar esse surto de rubéola?
- c) A partir de que momento o Ministério da Saúde pretende implantar as ações de combate à doença?
- d) Qual o orçamento disponível para essas ações?

Vem à apreciação e decisão da Mesa em razão do que dispõe o art. 215, inciso 1, alínea a, do Regimento Interno desta Casa, segundo o qual os requerimentos de informação a ministro de Estado dependem de decisão da Mesa do Senado.

II – Análise

A proposição encontra-se de acordo com os dispositivos constitucionais e regimentais que regem os pedidos de informações a autoridades do Poder Executivo, bem como com as normas de admissibilidade estabelecidas pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001.

O requerimento em tela está, igualmente, amparado no art. 49, inciso X, da Constituição Federal, que dá ao Congresso Nacional a prerrogativa de fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

III – Voto

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 1.380, de 2007.

Sala de Reuniões,



, Presidente
, Relator

PARECER Nº 123, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.388, de 2007.

Relator: Senador Efraim Morais

I – Relatório

O Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

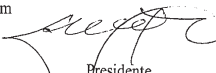
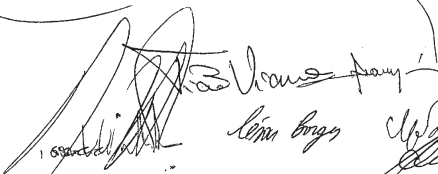
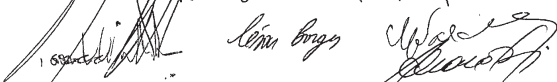
Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

Nos termos do requerimento ora em análise, deseja-se conhecer o teor dos relatórios de auditoria relativos ao exercício de 2006, com a apresentação de resultados dos exames realizados sobre os atos e fatos de gestão dos administradores dos fundos acima elencados.

A justificativa do requerimento menciona a competência do Senado Federal para cuidar do equilíbrio do pacto federativo e assegurar atenção ao objetivo constitucional de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Portanto, nos termos do requerimento, deseja-se conhecer como estão sendo aplicados os R\$11 bilhões que os fundos têm disponíveis para a aplicação em 2007. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento devem ser uma prioridade para as atividades do Senado Federal e, em especial, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala de Reuniões, em 
 , Presidente

 , Relator


PARECER Nº 124, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.389, de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e

Fiscalização e Controle, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

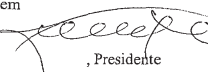
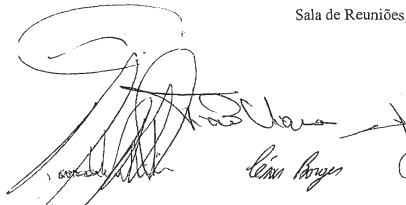

Nos termos do requerimento ora em análise, deseja-se conhecer o teor dos relatórios de avaliação da gestão dos fundos constitucionais de financiamento relativos ao exercício de 2006; da proposta técnica que deu origem à Resolução nº 319, de 14 de setembro de 2007; e a transcrição de notas taquigráficas e cópia da ata ou memória da reunião do Condell/FCO realizada em 14 de setembro do ano passado, na cidade de Bonito, Mato Grosso do Sul.

A justificativa do requerimento menciona a competência do Senado Federal para cuidar do equilíbrio do pacto federativo e assegurar atenção ao objetivo constitucional de “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”. Portanto, nos termos do requerimento, deseja-se conhecer como estão sendo aplicados os R\$11 bilhões que os fundos têm disponíveis para a aplicação em 2007. Além disso, o acompanhamento e a avaliação da gestão dos Fundos Constitucionais de Financiamento devem ser uma prioridade para as atividades do Senado Federal e, em especial, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – Voto

Considerando que o requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.389, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Sala de Reuniões, em

Sala de Reuniões, em 
 , Presidente

 , Relator


PARECER Nº 125, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.393, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal,

informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Vem à Mesa do Senado Federal o Requerimento nº 1.393, de 2007, que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Acompanha o expediente em apreço justificativa de seu autor, da qual cabe destacar os seguintes termos:

Em definição clássica, a diplomacia tem como funções representar, informar e negociar. As negociações internacionais com frequência deságuam na elaboração e na celebração de acordos internacionais – atos jurídicos entre entidades de Direito Internacional Público – Estado e Organizações Internacionais. Essas entidades têm a capacidade de serem sujeitos de direito e de contraírem obrigações no plano internacional. A contratação de obrigações pode chegar a ser cessação de atributos soberanos.

Nossa Constituição diz que compete à União manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais (art. 21, I) e que compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional (art. 84, VII). Estatui também que é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional (art. 49, I).

Em sua motivação, o autor da proposta aduz, ademais, que embora a Constituição determine que os atos internacionais dependam da chancela do Congresso, como essa chancela é dada **a posteriori e in totum**, depois de o ato ter sido firmado, o Congresso Nacional tem tido atuação precária nesse domínio. A rejeição do ato a ele submetido levaria a graves problemas de credibilidade dos agentes diplomáticos e afetaria a própria imagem externa do Brasil. Destaca também que seria prudente que a Comissão de Relações Exteriores passasse a acompanhar mais de perto a própria negociação dos acordos internacionais, inclusive cumprindo determinação constitucional. Afinal, tem-se estipulado na Lei Maior que é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar a ratificação pelo Poder Executivo dos atos internacionais que gerem encargos ou compromissos gravosos ao País, nos termos do art. 49, inciso I. Parece claro que tal acompanhamento, sem ferir as atribuições do Poder Executivo, visa a resguardar o interesse nacional e a legitimar o próprio processo negociador.

II – Análise

O art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal regulamenta a propositura de requerimentos, como importantes instrumentos de atuação parlamentar, a proporcionar a esta Casa congressual a oportunidade de manifestar-se acerca de relevantes acontecimentos de política externa, no pleno exercício da função de **controller** atribuída ao Poder Legislativo nas democracias modernas.

A solicitação contida no requerimento, ao solicitar que o Ministério de Relações Exteriores encaminhe a esta Casa a relação de atos bilaterais e multilaterais atualmente em negociação, inclusive ajustes complementares, mais esclarecimento sobre a iniciativa de negociação, se brasileira ou de outro Estado ou Organização Internacional interessada e a justificativa sobre o interesse brasileiro na negociação, corresponde a forma eficaz de trazer ao Poder Legislativo e à opinião pública a realidade da política externa.

A partir das informações solicitadas, será possível formular juízo de valor acerca da condução dos negócios exteriores pelo Poder Executivo, a permitir que o Congresso Nacional passe a exercer, com efetividade, a função relevante de fiscalizar a atuação dos formuladores da política externa, o que lhe é garantida no permissivo constitucional. A complexidade das modernas relações internacionais e o alto grau de especialização que as múltiplas agendas externas estão a exigir demandam maior controle da condução da política externa protagonizada pelo Presidente da República e por seus ministros.

Resta salientar que as obrigações internacionais contraídas pelo Estado brasileiro não obrigam apenas o Poder Executivo, trazendo significativas e imediatas conseqüências para toda a sociedade brasileira, pelo que o Poder Legislativo não deve ser apenas destinatário de informações finais sobre decisões que se tomam a portas fechadas.

III – Voto

Em face do exposto, por ser o Requerimento nº 1.393, de 2007, conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versado em boa técnica legislativa, opinamos pela sua aprovação.

Sala de Reuniões,

Presidente
Relator

PARECER Nº 126, DE 2008

Requerimento nº 1.394, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art.

216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Vem ao Plenário do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.394, de 2007. Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, de informações atinentes à fronteira entre Brasil e Bolívia.

O requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, informações a “respeito da situação de nossas forças de defesa na região fronteira Brasil-Bolívia”.

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a Ministro de Estado, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange à obtenção de informação tópica.

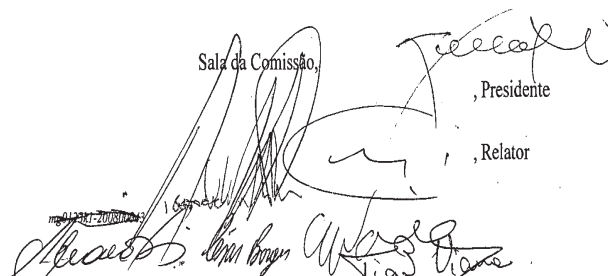
Buscam-se, em resumo, informações sobre a região de fronteira entre Brasil e Bolívia relacionadas,

sobretudo, com aspectos ligados às nossas forças de defesa na região.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.394, de 2007, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores o pedido de informações de que trata.

Sala da Comissão,
 , Presidente
 , Relator



PARECER Nº 127, DE 2008

Requerimento nº 1.395, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

Vem ao Plenário do Senado Federal para apreciação, nos termos regimentais, o Requerimento nº 1.395, de 2007. Busca-se com a iniciativa a prestação, pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, de informações atinentes à fronteira entre Brasil e Bolívia.

O Requerimento funda-se no prescrito pelo § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal. A proposta objetiva angariar, de modo específico, informações a “respeito da situação de nossas forças de defesa na região fronteira Brasil-Bolívia”.

II – Análise

Por se tratar de proposta de requerimento que se destina à obtenção de informações de Ministro de Estado, o tema deve ser analisado à vista do que dispõe o Ato da Mesa nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento dessa natureza.

Referido Ato prescreve, para hipóteses como a presente, que eventual pedido de informação deverá versar sobre assunto atinente à competência fiscalizadora do Senado Federal. Dispõe, também, que o requerimento deverá ser dirigido a ministro de Estado,

ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública sob sua supervisão. Prevê, por igual, que as informações solicitadas deverão ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer.

O quadro normativo indicado aponta, ainda, que o requerimento não poderá conter pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação de caráter especulativo ou sobre propósito da autoridade a quem é dirigido.

Esse o quadro, observamos, de um lado, que, do modo como elaborado, o requerimento em apreciação está inserido na competência constitucionalmente outorgada ao Congresso Nacional de fiscalização e controle – por qualquer de suas Casas – dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta (art. 49, inciso X); de outro, que ele não afronta dispositivo do Ato da Mesa mencionado, tampouco é exorbitante no que tange à obtenção de informação tópica.

Buscam-se, em resumo, informações sobre a região de fronteira entre Brasil e Bolívia relacionadas, sobretudo, com aspectos ligados às nossas forças de defesa na região.

III – Voto

Pelo exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 1.395, de 2007, para que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Estado da Defesa o pedido de informações de que trata.

Sala da Comissão,

 , Presidente
 , Relator

PARECER Nº 128, DE 2008

Da mesa, sobre o Requerimento nº 1.437, de 2007, que objetiva obter do Ministro de Estado das Cidades informações sobre as ações que têm sido adotadas no sentido de assegurar, no trânsito, a “convivência pacífica” entre pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas.

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.437, de 2007, de iniciativa da Senadora Lúcia Vânia, tem o propósito de solicitar ao Senhor Ministro de Estado das Cidades informa-

ções sobre as ações que têm sido implementadas pelo Governo Federal no sentido de assegurar, no trânsito urbano, as condições adequadas de segurança para a circulação de pedestres e dos diversos veículos de locomoção.

Para tanto, a autora formula as seguintes questões:

1) Quais providências têm sido adotadas pelo Ministério das Cidades para garantir melhor interação entre os diversos usuários das vias urbanas, como motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres?

2) O atual conteúdo temático das auto-escolas e dos exames com vistas à habilitação de motoristas prevê a questão da convivência pacífica entre esses segmentos de usuários? Há planos para aperfeiçoar esse conteúdo?

Ao justificar a proposição, Sua Excelência argumenta que uma das medidas do grau de desenvolvimento das nações, utilizado não apenas em seu sentido econômico, são as regras prevaletentes no trânsito urbano. Nos países mais desenvolvidos, pedestres e ciclistas, exatamente os usuários mais expostos a riscos, “têm prioridade e proteção do Estado contra abusos dos motoristas”.

Para a autora do requerimento em pauta, no Brasil ainda vigora uma ênfase excessiva em favor dos automóveis, o que torna mais vulneráveis os demais usuários das vias de trânsito, razão por que importa ao Poder Legislativo conhecer e examinar as medidas que, nesse campo, vêm sendo implementadas pelo Governo Federal.

Apresentado no dia 11 de dezembro de 2007, o requerimento veio à Mesa para decisão.

II – Análise

A proposição sob exame rege-se pelo disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, e 216, I, do Regimento Interno, tendo a tramitação regulamentada pelo Ato da Mesa nº 1, de 2001, que estabelece os requisitos para a apresentação e aprovação de requerimento de informação. Nesse sentido, satisfaz adequadamente todas as condições impostas pelo mencionado Ato, uma vez que:

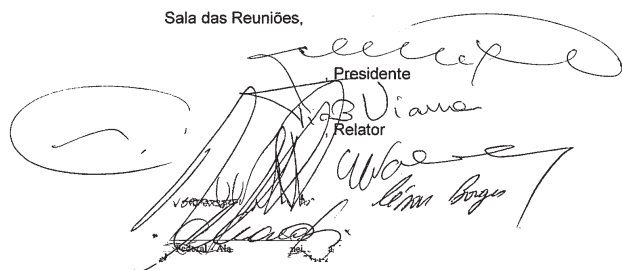
- 1) é dirigida a ministro de Estado;
- 2) solicita informações que guardam relação estreita e direta com o assunto que procura esclarecer;
- 3) não se refere a intenção ou propósito da autoridade a quem se destina; e

4) não contém pedidos referentes a mais de um ministério.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Requerimento nº 1.437, de 2007.

Sala das Reuniões,



Presidente
ABDiane
Relator
Wolney
Lima Borges

PARECER Nº 129, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.484, de 2007.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, inciso I, do Regimento Interno, solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acerca das investigações da Polícia Federal no âmbito da denominada “Operação Ouro Branco” e seus desdobramentos no que se refere à área de competência do ministério.

O Nobre Senador Heráclito Fortes deseja conhecer, além de outras informações, se técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento participaram da “Operação Ouro Branco”; como se desenvolveram os trabalhos; quantas e quais cooperativas ou empresas foram fiscalizadas na operação; quais os resultados conclusivos; e quais as ações tomadas pelo Ministério com vistas à melhoria do sistema de inspeção do leite e derivados.

Sua Excelência justifica seu requerimento argumentando que, de acordo com a imprensa, a chamada “Operação Ouro Branco” foi deflagrada pela Polícia Federal em outubro de 2007 com o objetivo de investigar denúncias de que estava sendo comercializado leite supostamente adulterado com soda cáustica e água oxigenada. Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária só teriam tomado conhecimento da ocorrência após o anúncio do início da operação policial, da qual não teriam participado.

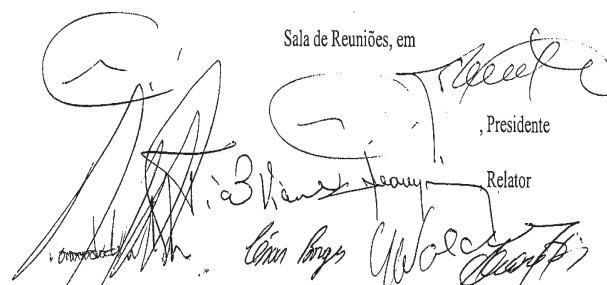
Segue sua Excelência afirmando tratar-se de matéria da maior gravidade, considerando não apenas os reflexos para a saúde pública, como a importância da indústria do leite na economia nacional. Portanto é o objetivo do requerimento conhecer todos os dados sobre o tema e suas repercussões.

II – Voto

Considerando que o Requerimento em análise insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 1.484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

Sala de Reuniões,

Sala de Reuniões, em



, Presidente
Relator
Lima Borges
Wolney

PARECER Nº 130, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.485, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que Requer, com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações concernentes ao vôo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, conforme farto noticiário da imprensa, teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina.

Relator: Senador **Álvaro Dias**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.485, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que solicita, de acordo com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215 e 216, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa sobre o vôo realizado entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, segundo notícias da

imprensa, teria transportado recursos financeiros para a campanha eleitoral na Argentina.

O Requerimento foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 13 de dezembro de 2007 e distribuído ao relator signatário no dia 21 de dezembro subsequente.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente à sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O Requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especialmente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.

Sala de Reuniões,

President
Relator

PARECER Nº 131, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 1.486, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

que requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Vem ao exame da Mesa o Requerimento nº 1.486, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que solicita, nos termos do § 20 do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

II – Análise

O Requerimento tem por fundamento o § 20 do art. 50 da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal o encaminhamento de pedidos escritos de informação a Ministros de Estado.

O pedido está fundado na competência exclusiva do Congresso Nacional para a fiscalização e o controle, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, nos termos do art. 49, X, da Constituição Federal. No plano regimental, está em consonância com o disposto no art. 216 do Regimento Interno que, por sua vez, em seu inciso I, somente admite a formulação de requerimentos de informação que tenham por finalidade o esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação desta Casa ou atinente a sua competência fiscalizadora, não admitindo sua utilização para pedido de providências ou medidas administrativas.

O requerimento também está de acordo com as disposições do Ato da Mesa nº 1, de 2001, especial-

mente com o § 1º do art. 1º, que estabelece a necessidade de que seja “dirigido a Ministro de Estado ou a titular de órgão diretamente subordinado à Presidência da República, ainda que contenha pedido relativo a órgão ou entidade da administração pública indireta sob sua supervisão”.

No que concerne ao mérito, é fundamental que o Senado Federal conheça as medidas que vêm sendo tomadas pelo Governo Federal sobre tema de tão significativa relevância. Esta Casa não pode ficar alheia à situação de descaso com que nossas Forças Armadas têm sido tratadas, e é importante que sejamos informados sobre os desdobramentos de quaisquer projetos para recuperação dessas instituições fundamentais a nossa soberania.

III – Voto

Ante o exposto e em face da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do requerimento em exame, opinamos pela sua aprovação, a fim de que esta Mesa solicite ao Ministro da Defesa as informações requeridas.

Sala de Reuniões,

Presidente
Relator

Alvaro Dias

PARECER Nº 132, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 1.493, de 2007.

Relator: Senador **Alvaro Dias**

I – Relatório

Por intermédio do Requerimento nº 1.493, de 2007, o Senador Romeu Tuma propõe que sejam solicitadas ao Ex^{mo} Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Pereira do Nascimento, as seguintes informações relativas à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) –

1. listagem de todos os contratos, vigentes e encerrados, realizados pela ANTT com fundações, universidades, empresas de prestação de serviços, prestadores de serviços de consultoria e demais entidades, públicas e privadas, que tenham sido beneficiárias de recursos públicos, detalhando o valor do contrato, o valor aditivado (se for o caso) e o valor total repassado à entidade, no período de 2002 a 2007;

2. cópias dos contratos, respectivos processos licitatórios e documentação de que trata o item anterior, em meio eletrônico.

II – Análise

A proposição encontra fundamento no disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que faculta às Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal encaminharem pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República.

A proposição está, também, em conformidade com o art. 216, incisos I e II, do Regimento Interno, uma vez que envolve matéria sujeita à competência fiscalizadora exclusiva do Congresso Nacional, prevista no art. 49, inciso X, da Constituição Federal. Além disso, respeita a vedação quanto à obrigatoriedade de os requerimentos não conterem pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige.

No mais, a proposição atende aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 2001, que regulamenta a tramitação dos requerimentos de informação.

III – Voto

Pelo exposto, manifestamo-nos pela aprovação do Requerimento nº 1.493, de 2007.

Sala de Reuniões,

Presidente
Relator

Efraim Morais

PARECER Nº 133, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o
Requerimento nº 11, de 2008.

Relator: Senador **Efraim Morais**

I – Relatório

O Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, nos termos do parágrafo segundo, do artigo 50, da Constituição Federal, solicita ao Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia, “para que providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir demanda por energia para energia para os próximos cinco anos”.

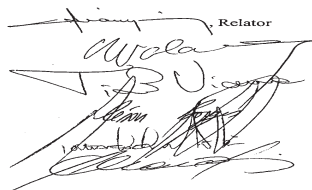
O nobre parlamentar justifica sua proposição, alegando que “os níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas que atendem a região nordeste estão abaixo do nível de segurança, faz-se necessário conhecer a capacidade do sistema elétrico para atender a demanda decorrente do atual nível de crescimento econômico”.

II – Voto

Considerando que o Requerimento nº 11, de 2008, insere-se na competência fiscalizadora do Congresso Nacional, conforme dispõe o art. 49, X, da Constituição Federal, estando, de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, somos favoráveis à aprovação do Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias.

Sala de Reuniões,


Presidente


Relator

PARECER Nº 134, DE 2008

Da Mesa do Senado Federal, sobre o Requerimento nº 242, de 2006, que requer a solicitação de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a emissão de títulos no exterior, por parte do Banco BMG e do Banco Rural.

Relator: Senador **Gerson Camata**

I – Relatório

O Requerimento nº 242, de 2006, ora sob análise, de autoria do Senador Alvaro Dias, tem por objetivo solicitar ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior, pelos Bancos BMG S.A. e Rural S.A.. As informações solicitadas são as seguintes:

1. relação de todos os títulos emitidos no exterior, desde o ano 2000 até hoje, pelas instituições financeiras mencionadas, com identificação dos agentes, dos emittentes e dos valores;
2. compatibilidade dos volumes emitidos por cada um dos bancos referidos com as limitações de alavancagem financeira aplicáveis.

A justificação do requerimento cita anúncio veiculado pelo jornal **O Globo**, do dia 23 de dezembro de 2005, segundo o qual teria havido emissão de títulos

no mercado internacional, por parte do Banco BMG, no total de US\$500 milhões.

O autor do requerimento julga estranha a emissão de títulos dessa magnitude pelo referido Banco, que até recentemente enfrentava grave crise financeira, lembrando que, em 2004, a instituição chegou a suspender as operações de concessão de crédito consignado.

Cita que também existem informações de que o Banco Rural operava no mercado de capitais internacional, e foi investigado pela CPMI dos Correios em virtude de fortes indícios de irregularidades em transações financeiras. Segundo se apurou, algumas entidades, como fundos de pensão, podem ter sido usadas para viabilizar a emissão dos títulos. Mostra-se preocupante, assim, o papel desempenhado por entidades fechadas de previdência complementar vinculadas a empresas públicas ou a sociedades de economia mista nas operações de emissão de títulos apontadas.

O Requerimento foi analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que concluiu o parecer pela admissibilidade da matéria, assinalando que às perguntas formuladas no documento não se aplicam as normas estabelecidas no Ato da Mesa nº 1, de 2001, quanto aos procedimentos atinentes aos requerimentos que envolvam informações sigilosas. Cita a Lei Complementar nº 105, de 2001, que determina o sigilo às referidas instituições em suas operações ativas e passivas e serviços prestados, mas por outro lado dispõe, no seu art. 4º, que as entidades *forneçam ao Poder Legislativo Federal as informações e os documentos sigilosos que, fundamentalmente, se fizerem necessários ao exercício de suas competências constitucionais e legais.*

II – Análise

As solicitações formuladas no Requerimento sob análise estão em conformidade com os mandamentos constitucionais e regimentais sobre o assunto. A Constituição Federal, no § 2º de seu art. 5º, faculta às duas Casas do Poder Legislativo o encaminhamento de pedido de informações a Ministros de Estado. O pedido em epígrafe é compatível com as exigências contidas no art. 216 do Regimento Interno: que os requerimentos tenham por objetivo o esclarecimento de assunto *submetido à apreciação do Senado ou atinente a sua competência fiscalizadora*, e que não contenham *pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirige* (incisos I e II).

O Ato da Mesa nº 1, de 2001, encerra as mesmas exigências, determinando ainda que *as informações*

solicitadas devam ter relação estreita e direta com o assunto que se procura esclarecer (art. 1º, § 2º). Tal imposição também é atendida pelo presente Requerimento.

No entanto, considerando fatos posteriores a sua apresentação, o pedido de informações não mais se justifica, tendo perdido a oportunidade.

III – Voto

Ante o exposto, nos termos do art. 334, I, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, opinamos que seja declarada a prejudicialidade da matéria e arquivado o Requerimento nº 242, de 2006.

Sala de Reuniões,

, Presidente

, Relator

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— A Presidência comunica ao Plenário que a Mesa do Senado Federal aprovou, em Reunião realizada em 27 de fevereiro do corrente, os seguintes Requerimentos de Informações, nos termos de seus relatórios: n.ºs. 1299, 1301, 1304, 1310, 1312, 1341, 1343, 1347, 1352, 1357, 1375, 1380, 1380, 1388, 1389, 1393, 1394, 1395, 1437, 1484, 1485, 1486, 1493, de 2007; e n.º 11, de 2008.

Comunica, ainda, que foram aprovados pareceres favoráveis aos seguintes Projetos de Resolução: PRS n.º 1, de 2004; e, com duas emendas, PRS n.º 20, de 2007.

Comunica, também, que foi aprovada a reiteração do pedido de informações objeto do Requerimento n.º 1016, de 2007.

Comunica, por último, que a Mesa deliberou pelo arquivamento do Requerimento n.º 242, de 2006.

Tendo em vista a aprovação dos Requerimentos n.ºs. 1388 e 1389, de 2007, fica interrompida a tramitação do Ofício “S” n.º 46, de 2007, nos termos do inciso IV do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal.

Serão cumpridas as decisões da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— Foram encaminhados à publicação os Pareceres n.ºs. 107, 108, 109 e 110, de 2008, da Comissão de Educação, da Comissão Diretora, da Comissão de Educação e da Comissão Diretora sobre os Projetos de Resolução n.ºs. 1, de 2004, e 20, de 2007, que, res-

pectivamente, “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”, e “Denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— Foram encaminhados à publicação os Pareceres n.ºs 107, 108, 109 e 110, de 2008, da Comissão de Educação, da Comissão Diretora sobre os Projetos de Resolução n.º 1, de 2004, e 20, de 2007, que, respectivamente, “Dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”, e “Denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’, a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB — PI)

— Há oradores inscritos.

A sessão é não deliberativa, portanto, as Sr^{as} e os Srs. Senadores podem debater os problemas do nosso País.

O primeiro orador inscrito é o extraordinário Senador do Distrito Federal, nascido no Piauí, em Uruçuí, líder empresarial de perspectivas invejáveis na política de Brasília e do Brasil. V. Ex^a, Senador Adelmir Santana, pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. Jamais ousarei interromper as palavras e o pensamento desse grande líder do Brasil.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando se anuncia o envio de projeto de reforma tributária, quero, mais uma vez, voltar a tratar desse tema.

O jornal **Folha de S. Paulo**, no dia 27 próximo passado, publicou artigo com o seguinte título: “Sistema tributário ‘bizantino’ prejudica empreendedores, diz **Financial Times**”.

Faz um relato, este artigo, de pequenos empreendedores que iniciam os seus negócios e começam tendo um certo sucesso. Em dado momento, resolvem ampliar esses negócios e, ao fazê-lo, deparam-se com um sistema tributário, dito pelo jornal, bizantino. Sistema esse, segundo o articulista, que impede o crescimento dos pequenos empreendedores.

Aparece quase sempre um empreendedor mais estruturado, de maior tamanho, e faz a aquisição desses menores, voltando esses pequenos empreendedores à informalidade e, muitas vezes, à condição de empregados.

E a afirmação de um sistema tributário bizantino se baseia também em um recente estudo do Banco Mundial, que constatou que uma empresa típica brasileira precisava de 2.600 horas ao ano para pagar os seus impostos – vejam bem, para pagar os impostos –, o que coloca o nosso País, nesse estudo feito com 177 nações, em penúltimo lugar.

Na Irlanda, por exemplo, nesse mesmo estudo, o prazo para recolhimento de empresas/ano dessa mesma tarefa é de apenas 76 horas.

O mesmo articulista fala de um estudo recente feito pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo, que tece considerações sobre essas dificuldades do processo de recolhimento de tributos no Brasil: “Alguns impostos são pagos à União (Governo Federal) e repassados aos Estados, outros passam dos Estados aos Municípios, outros dos Estados à União e de volta a outros Estados”. É um movimento monstruoso, desnecessário, um legado de mais de cem anos de aprovação de novos impostos, novas regras, de maneira improvisada e quase sempre sem levar em conta o aspecto da redução da carga tributária.

Na semana anterior, estivemos aqui, nesta tribuna, fazendo considerações do que entendíamos como reforma tributária. Mais uma vez, volto a esse tema. A reforma tributária é um tema vasto, complexo, polêmico, que vai ensejar debates em diferentes fóruns e na mídia em geral, à vista da iniciativa do Governo Federal de promover – está fazendo isso e fez antes – consultas a diferentes segmentos da sociedade sobre a proposta que foi enviada ao Congresso Nacional no dia de ontem.

Como já enfatizei em pronunciamento que fiz nesta Casa na última semana, um dos principais problemas do sistema tributário brasileiro é a carga tributária elevada e desproporcional aos serviços públicos ofertados à população.

Essa carga tributária, segundo estudo recente, chegou, em 2006, a 35,21% do PIB, crescendo, entre 1997 e 2006, dez pontos percentuais. E agora estudos também indicam que já estamos atingindo ou superando 38% do PIB.

É preciso, pois, estabelecer mecanismo institucional de controle do crescimento dessa carga tributária asfixiante, que limita o desenvolvimento do País, bem como definir um órgão técnico e representativo apto a realizar o acompanhamento da evolução da carga tributária e elaborar sugestões para sua redução. O

resultado dessa avaliação, por sua vez, seria encaminhado aos Poderes Legislativos de cada ente estatal para auxiliar em suas deliberações.

Com respeito a esses pontos, apresentarei, nos próximos dias, projetos que prevêem esse tipo de controle pelo Congresso Nacional. O Governo sinaliza com a criação de um gatilho que limita a carga. Isso não é suficiente. Temos de limitar a carga não nesse patamar em que ela se encontra, mas buscar o processo de redução e, ao mesmo tempo, encontrar um formato que limite a sua evolução.

Por outro lado, no tocante à racionalização e simplificação da tributação sobre o consumo – outra medida indispensável a qualquer projeto de reforma tributária, como também já destaquei no pronunciamento anterior –, penso que a anunciada configuração centralizada de um novo ICMS, que já contempla a reforma encaminhada, deveria levar em conta as seguintes características mínimas, e o projeto preceitua isto:

- as alíquotas seriam fixadas pelo Senado Federal, em face da iniciativa do Presidente da República, de um terço dos senadores ou de um terço dos governadores, mediante aprovação por três quintos dos votos dos membros desta Casa legislativa;

- o imposto seria regulado por lei complementar, de aplicação nacional, e teria regulamentação única, editado com base no disposto na lei complementar de Instituição, assegurando-se em sua elaboração a participação de representantes da União, dos Estados e do Distrito Federal, por meio de órgão colegiado a ser criado, ficando vedada norma estadual autônoma;

- o ICMS conservaria sua característica de não cumulatividade, não incidiria sobre as exportações e incidiria sobre os bens importados, inclusive por pessoas físicas, assegurando-se igualdade de tratamento entre os produtos nacionais e estrangeiros;

- uma seletividade moderada seria adotada, estabelecendo-se, em princípio, cinco alíquotas para classes de produtos e serviços, a maior não excedente a 25% e a menor de 4%, incidindo sobre gêneros de primeiras necessidades. Nós já temos alíquotas de ICMS de até 28%. É preciso que se busque mecanismo de redução. Não me canso de enfatizar essa matéria;

- ainda não deveria ser permitida a concessão de novos incentivos ou benefícios fiscais ou financeiros pelos Estados e Distrito

Federal, salvo os previstos na lei complementar e no seu regulamento;

– o julgamento de contencioso administrativo em primeira instância se daria no âmbito da administração fazendária de cada Estado e do Distrito Federal, mas caberia recurso para órgão administrativo colegiado e paritário, uniformizador da jurisprudência;

– a competência para dirimir as demandas judiciais permaneceria com a Justiça estadual.

Ao lado dessas alterações, referentes apenas ao novo ICMS, quer me parecer que a reforma tributária deveria focar outras ações de racionalização e de simplificação do sistema, como também ampliar as garantias fundamentais dos contribuintes.

A esse título, alinharia as seguintes medidas:

– vedar a utilização de medidas provisórias para instituir ou aumentar tributo;

– vedar a instituição de empréstimo compulsório se empréstimo anterior não tiver sido saldado;

– extinguir a atual competência residual da União para instituir tributo novo mediante lei complementar.

– extinguir – e a proposta diz isso – a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), fundindo-se suas alíquotas com as do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, prevendo-se que este poderia ter alíquotas diferenciadas em razão da atividade econômica – a proposta contempla a sua extinção, sem, no entanto, diferenciar as atividades econômicas;

– fundir a Cofins com o PIS – a proposta cria o IVA Federal com a fusão do PIS, da Cofins, da Cide e salário-educação.

Eu acho que a Cide, em boa hora, deveria realmente ser extinta e absorvida, como está na proposta, por um tributo federal.

– é preciso remanejar o Imposto sobre a Propriedade Territorial (ITR) para a competência do Estado e do Distrito Federal, fixando-se, porém, alíquotas máximas mediante lei complementar;

– também uma necessidade é explicitar que o IPVA incidirá sobre veículos automotores, terrestres, aéreos e aquáticos;

– definir que o Fundo de Participação dos Estados e o Fundo de Participação dos Municípios seriam alimentados mediante participações percentuais incidentes sobre a to-

talidade da receita tributária da União, à exceção unicamente das receitas decorrentes das contribuições vinculadas à previdência e dos adicionais desta, recalculando-se os novos percentuais de modo a assegurar fluxos financeiros semelhantes aos atuais.

A proposta trata dessa matéria; é muito bem-vinda essa questão da repartição das contribuições entre os entes federativos. Relativamente a este ponto, a atual modelagem do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios mostra, no mínimo, três aspectos negativos.

Primeiro, uma dependência arriscada da arrecadação do Imposto de Renda e do IPI, suas atuais únicas fontes, o que gera instabilidade. Segundo, a inflexibilidade das políticas tributárias adotadas pela União para esses impostos. Terceiro, o estímulo para a criação de novas contribuições de cuja receita os Estados, o Distrito Federal e o Municípios não participam – a proposta tende a incluí-los no processo de rateio. Isso é muito bem-vindo

Continuo com a sugestão de medidas:

– assegurar aos Municípios participação nas receitas tributárias dos Estados nas mesmas proporções estabelecidas hoje, sendo que, em relação ao remanejamento de impostos sobre a propriedade territorial, essa participação seria de 50%, nos termos da mesma lei complementar que fixar a alíquota máxima;

– respeitar os direitos aos incentivos fiscais e financeiros já concedidos pelos Estados e Distrito Federal por quinze anos a partir da data da entrada em vigor da emenda constitucional que alterasse o sistema tributário.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, além das medidas aqui preconizadas, e de muitas outras que emergirão dos debates a serem travados nesta Casa, estou convencido de que a proposta do Governo que nos foi enviada nos vai exigir, igualmente, a análise de pontos que possam eventualmente impactar o segmento das micro e pequenas empresas, fundamentais para a geração de emprego, distribuição de renda e sobretudo para o desenvolvimento brasileiro.

Nos jornais de hoje, que já fazem a análise da proposta recebida, vê-se que muitos analistas focados na questão tributária chegam a afirmar que o aspecto da redução de carga tributária não é assegurado na proposta enviada ao Congresso.

Sabemos que essa proposta traz avanços no que diz respeito à simplificação, mas isso não é suficiente.

Devemos aproveitar este momento para buscar a redução da carga tributária. É inaceitável que tenhamos uma carga tributária de 38% sobre o PIB nacional, carga tributária essa que sacrifica os mais pobres, carga tributária essa que não faz a divisão equânime entre os entes federativos.

A redução dos entraves burocráticos é uma vantagem. A união de vários tributos em uma única contribuição, em um único imposto, numa única guia, numa única data, significará certamente um avanço e diminuirá sobremaneira o número de horas que as empresas gastam para o recolhimento desses tributos. Isso, no entanto, não é suficiente. É bem-vindo, é bom, faz bem às empresas, mas é preciso que se encontre um caminho para reduzir essa drástica, inexorável quantidade de tributos em termos de participação percentual sobre o PIB – volto a repetir – e que prejudica sensivelmente os mais pobres, porque, significativamente, os tributos embutidos nos produtos comprados por aqueles que detêm a menor renda são, do ponto de vista percentual, extremamente mais elevado em relação àqueles que têm maior renda.

Sr. Presidente, haveremos de nos debruçar sobre a análise dessa proposta enviada, mas estou certo de que chega numa hora difícil, numa hora em que as ações do Congresso estão voltadas para duas comissões: uma comissão mista, que ainda não foi instalada, que trata da questão dos cartões corporativos; e outra em desenvolvimento, que trata das ONGs. Essas são questões fundamentais que precisam ser aprofundadas.

Estamos, porém, em um ano eleitoral, de pequeno tamanho legislativo portanto, uma vez que as atenções estarão voltadas para as eleições municipais. Certamente não era a intenção chegarmos à conclusão que desejamos.

A reforma que foi enviada no passado, respaldada por todos os Governadores, avançou de certo modo, foi arredondada aqui no Senado, mas voltou à Câmara por falta de vontade política. Na hora em que entrou a questão do pacto federativo, da divisão dos recursos, ficou paralisada.

Do mesmo modo, mesmo tendo sido recebida aqui, o Ministro da Fazenda, acompanhado de outros Ministros... As intenções são das melhores, mas eu temo que não tenhamos uma reforma tributária como a sociedade deseja. Claro que a redução de entraves burocráticos, a simplificação, a junção de tributos em uma única contribuição – volto a repetir, uma única guia, uma única data – significará um avanço, uma melhoria, mas não é o suficiente e não é aquilo que nós todos desejamos e que a sociedade espera.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Adelmir Santana, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB - AC) – Eu quem agradeço, Senador Adelmir. V. Ex^a tem razão. Talvez não se deva chamar o que recebemos no Congresso Nacional de uma reforma tributária. Talvez seja o início de um processo de simplificação do emaranhado que é a cobrança de tributos em nosso País. Mas a reforma tributária está longe disso! Como V. Ex^a disse, ela deve ser mais profunda, deve ser no sentido da própria redução da carga tributária que pesa sobre os ombros do povo brasileiro, daqueles que trabalham, daqueles que produzem.

Portanto, creio que devemos encarar essa proposta do Governo como o início do processo de simplificação do sistema de cobrança de tributos em nosso País, que, como V. Ex^a mesmo admite, trará um certo conforto em alguns setores, mas não significa ainda uma complexa reforma tributária como estamos carecendo e merecendo.

V. Ex^a está de parabéns! O Congresso Nacional precisa ouvi-lo com muita acuidade. V. Ex^a é um estudioso e um especialista no assunto.

Parabéns!

Concedo a palavra ao eminente Senador representante do Estado do Piauí, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira no Senado da República do Brasil, é bom salientar que nunca na História do Brasil e do Senado da República esta Casa abriu às sextas-feiras. Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Geraldo Mesquita, a verdade é uma busca. Essa preocupação é tão grande que quis Deus que o nosso Presidente Garibaldi Alves adentrasse o plenário. Quis Deus! Esta televisão, a TV Senado, e o povo buscam a verdade. Caiu por terra isso que querem impregnar na consciência do povo do Brasil: que somos desacreditados, que há uma pesquisa negativa. Eu sempre contestei isso, porque entendemos as coisas.

Senador Geraldo Mesquita, adentrou o plenário o nosso Presidente Garibaldi Alves, a quem não tenho restrições. Tenho restrições ao PMDB, mas não a V. Ex^a. Vamos analisar, ô Luiz Inácio. Vamos comparar a um time de futebol, que é comum no Brasil. Vejamos: um time jogar dez vezes, vencer nove e perder uma, nem o Real Madrid; nem o Santos de Pelé e Coutinho; nem o Fluminense dos anos 50, que hoje só tem de torcedor eu e o Chico Buarque de Holanda.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Nem o Botafogo de Garrincha.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – O Fluminense de Castilho, Píndaro e Pinheiro; Jair; Édson e Bigode; Telê, Didi, Carlyle, Orlando, Quincas e Veludo. Foi a euforia do Brasil. E o Botafogo ficou grande porque emprestamos o nosso Didi para eles. Foi para lá, depois para o Real Madrid. Mas, atentai bem! Em dez partidas, ganharam nove e perderam uma, brasileiros! Garibaldi Alves nos simboliza. Dez disputas eleitorais. Perdeu uma, na prorrogação, nos pênaltis, e ainda desconfio que os bandeirinhas e o juiz roubaram, porque houve muita corrupção nessas eleições com os Bolsa-Família. Não que sejamos 81 Garibaldis, mas somem os votos! O Mercadante recebeu quase 10 milhões de votos. Então, Luiz Inácio, atentai quando mandar o seu Duda Mendonça, Goebbels, atingir o Senado. Vossa Excelência estudou no Senai, onde se aprendia aritmética. É boa a escola do Senai. Quem a fundou no Piauí foi o meu tio-padrinho, José de Moraes Correia, e a escola é dirigida por um irmão meu. Então, havia aquela aritmética do Trajano. Some os votos aqui que darão muito mais do que os que Vossa Excelência teve

Aqui, somos filhos da democracia, somos filhos do voto!

Sr. Presidente Geraldo Mesquita, para verem como aqui funciona, o povo busca a verdade. Hoje, a audiência da TV Senado é incomensurável. Eu sei aonde ando. Cidades em que nunca fui, quando vou pela primeira vez, todo mundo me conhece. Não foi o meu trabalho de médico cirurgião no Piauí, na Santa Casa, de político – Prefeito e Deputado –, que me proporcionou isso.

Há pouco, encontrei um senhor, Presidente Geraldo Mesquita, que é de bem a verdade dizer, que me disse: “Mão Santa, você está botando até Geraldo Mesquita na tribuna para falar toda vez.” Quero dizer a verdade, porque é esse senhor que nos lidera. Ele é o direito. É a verdade. Quando dou um passo, às vezes o indago.

Presidente Geraldo Mesquita, há um livro que traduz isso, sobre o qual devemos filosofar, a respeito do que é a política. Não é de hoje, não. É de autoria de Patrick Charaudeau, professor da universidade de Paris, que relaciona muito à política francesa. Mas há um que a gente vê – a história se repete –, e nós é que estamos desestimulados, Luiz Inácio, nós que estamos desconsiderados.

Vou dar um quadro: “Deus escreve certo por linhas tortas”. Eu vi, eu assisti a um povo chorar na morte de um Senador. Isso acaba com essa pesquisa de um pilantra, que fez uma síntese, e não sei o quê,

de que temos menos de seis pontos. Olhem os proprietários dessas porcarías! Compra-se tudo aqui, até vida. Mata-se. Então, num País como este, avaliem uma pesquisa! E dizer que não somos acreditados?! Nós somos é muito acreditados! Nós é que somos a crença. Nós é que somos a verdade. Nós somos filhos da democracia, do voto, ô Luiz Inácio! Respeite-nos. Somos pais da Pátria; temos de ser! Foi longa e sinuosa a nossa chegada aqui. Foi estudando e trabalhando, Luiz Inácio; foi trabalhando e estudando.

Mas eu daria aquele quadro do Jonas: “Deus escreve certo por linhas tortas”. Ninguém queria, mas no momento que quiseram nos desmoralizar... Eu vi um Estado, uma cidade, um povo chorar por um dos nossos. Eu vi, agora. E não chorou só isso, não. Deus fez até os céus chorarem – chovia na hora. É Luiz Inácio! É este o Senado. V. Ex^a que, antes de nos ouvir, vai ouvir os seus aloprados. Aí é que está errado. Daí vir a mentira, naquela frase dita por Goebbels de que “uma mentira repetida se torna verdade”. Esses aloprados... Coloquem aí: ninguém é idiota, não. Nós sabemos, nós os entendemos. Tenho 65 anos e muitos quilômetros de páginas lidas. Luiz Inácio disse que ler uma página dá uma canseira. Eu não estou cansado, não. Quanto mais eu leio, mais aprendo, é o mesmo que o Romário jogando. Então, essa é a diferença.

Mas, olhem a barbárie: “Não devemos a ninguém. O Fernando Henrique era pé-frio”.

Não era, não – nunca votei no Fernando Henrique –, era estadista. Ô homem competente! Essas mudanças todas foram feitas por ele. Ele plantou. Eu fui Governador e não votei nele. Votei, no primeiro mandato, no meu partido e, no segundo, votei no Ciro Gomes, porque é vizinho ali, de Sobral, de Parnaíba. Não votei, mas isso tudo, disseram, era uma zorra, Luiz Inácio.

Eu fui prefeitinho com Sarney, com Collor, com Itamar e depois Governador com o Fernando Henrique. Era uma zorra esse País. Com Fernando Henrique não tenho nada, não lhe devo nada, não sou do PSDB. Ainda estou no PMDB – não sei até quando. Isso aqui era uma zorra. E a inflação? Olha, a gente entrava no supermercado, comprava e quando ia pagar o preço já estava havia dobrado. Não é brincadeira, não.

Fui prefeitinho, e a inflação era 80% ao mês. Ô Luiz Inácio, é a experiência. Geraldo Mesquita, todo mês, eu varava a madrugada para dar um reajuste salarial. Daí a nossa convicção quando bati aqui, ouviu Geraldo, e disse que ia acabar a CPMF e ia melhorar o País porque o dinheiro ia sair da mão dos aloprados e ficar na mão da dona-de-casa, do operário; ia aumentar o ICMS... E aconteceu.

Eu vi isto: todo mês tinha inflação. Fernando Henrique e Itamar acabaram com a inflação. Eles cumpriram a missão deles. Está ali o Garibaldi, o homem mais honrado desse País. Eu não sei não, se Deus permitisse que eu fosse Presidente desse País, seria melhor do que está aí. Olha aí, Geraldo Mesquita: V. Ex^a seria Ministro da Justiça. Eu não quero que aconteça o que aconteceu com nosso Jonas: eu disse que ele ia ser Ministro da Agricultura e Deus o levou. Mas, eu buscaria o Malan, que é o homem mais correto que conheço no País.

Eu negocieei as dívidas. Eu vi as dificuldades. Eu tive muitos encontros com ele. Nunca mais o vi, não sei onde está. Outro, o assessor dele, Pedro Parente, foi quem venceu o apagão. Vocês se lembram? Eu sei que ele é filho de um piauiense. Isso é que eu sei, tenho ligação com ele. Então, o Governo de Fernando Henrique Cardoso foi muito bom, veio para botar ordem. Ninguém sabia quanto devia, não. Eu vou lá para esse negócio do decoro, mas é esculhambação esse nome que se dá.

Olha, ninguém sabia, todo mundo tirava dinheiro e ninguém sabia o que se devia. Só se soube o quanto devia e onde se devia depois dessa equipe. Foi traumático. Pagamos. Pagar não é bom, mas se ordenou. E foi isso. Fernando Henrique foi isto: estadista.

Então, Vossa. Excelência pegou este País organizado, respeitado, sabendo quanto devíamos e o que íamos pagar. Essa é a verdade. Agora, dizer que o homem é perfeito? Não é não. Eu governei com ele. Essa é observação minha, não sei. O que se diz do Pedro Malan? É homem honesto, honrado. Mas é isso, Luiz Inácio. Agora, encher a cabeça do povo brasileiro dizendo que paga mais, que é auto-suficiente? E o povo? E “O Petróleo é Nosso”? Monteiro Lobato já dizia, é a gasolina mais cara do mundo, Luiz Inácio. É o gás de cozinha mais caro do mundo. “Não devemos aos americanos, aos gringos. Somos credores. “Em 506 anos, só Luiz Inácio conseguiu isso”. Mentira! Vossa. Excelência não está devendo aos gringos, aos banqueiros. Vossa. Excelência pagou os gringos e os banqueiros, que são fortes – e vou lhe mostrar –, mas Vossa. Excelência é o que deve mais. Vossa. Excelência deve aos velhinhos, aos aposentados.

Vai adentrando aqui nosso Garibaldi. E eu venho aqui pedir que derrubemos aquele veto apostado pelo Luiz Inácio, quando os aloprados mandaram baixar de 16,7% para 4% o aumento responsável dado aos aposentados. Esse é, Garibaldi, o veto que nós queremos derrubar em defesa dos velhinhos aposentados. Vossa. Excelência, Luiz Inácio, deve aos velhinhos aposentados. Seria melhor dever aos gringos, como Fernando Henrique, aos banqueiros. Vossa. Excelência pagou

aos banqueiros. Pague aos velhinhos aposentados. Essa é a verdade.

Aqui está o Presidente Garibaldi – o exemplo arasta – na sexta-feira, dando o exemplo do trabalho.

Geraldo Mesquita, Patrick Charaudeau – como V. Ex^a ainda não escreveu o seu livro, e eu vou ler o que ele disse – afirma:

Entretanto, Balzac, aquele que escreveu *A mulher de Trinta Anos*, daí o termo “balzaquiano”, escreveu *A Comédia Humana*, que V. Ex^a deve ter lido, não, Geraldo Mesquita? (Pausa.) Ainda, não! Rapaz, é a coisa mais difícil, porque ele sabe de tudo. Balzac, em *A Comédia Humana*, afirmava que na época da “todopoderosa nota de cem sous [hoje seriam os cem euros, que o Ademir Santana tem muitos] em que o “banco, realza formidável...” Atentai Lula, o banco, realza formidável, como ele dizia.

Ele pagou aos banqueiros. A dívida era para com os bancos. Os velhinhos estão aí. Tem muita dívida esse Governo. A dívida é interna. Deve a nós mesmos, aos empresários, às instituições.

Eu li, Geraldo Mesquita, um artigo, há dois dias, de um médico sobre a saúde no Rio de Janeiro, com nomes e data. Todos os hospitais estão decadentes. Todos. Ele analisa: fecharam os serviços de urgência, fecharam UTIs. No Hospital dos Servidores do Estado, o Daltro, o Heráclito, Daltro Ibiapina, o Hospital dos Servidores do Estado – HSE, onde eu me formei, –, no Rio de Janeiro, cinco andares estão fechados.

Essa é a dívida do Lula, a dívida interna. Todas as instituições estão aí: a universidade, a escola pública, a polícia.

Ontem o Heráclito, num esforço tremendo de liderança, atendeu à Marinha, aumentando o seu número de almirantes e contra-almirantes. Mostrou a eficiência deste Congresso. Fomos lá. Heráclito, o Ministro da Defesa tem de mandar é o aumento salarial deles. Um capitão da Marinha – eu conheci um capitão lá em Recife, que é da minha cidade, Parnaíba – ganha pouco mais de R\$4 mil. Ele ganha o mesmo que um soldado da polícia aqui do Distrito Federal. Não é que o soldado da polícia do Distrito Federal não mereça – ele merece o que ele ganha, corre risco, trabalha para manter a tranquilidade e a segurança –, mas, Vossa. Excelência, Luiz Inácio, cometeu o erro, a injustiça. Vossa. Excelência deixou soltos os aloprados, que nomearam 25 mil, que entraram pela porta larga, com DAS-6. Garibaldi, V. Ex^a não sabe porque no seu governo, no nosso, só tinha DAS-4. O DAS-6 ganha R\$10.448,00, quando um capitão dos portos, numa cidade assim como Recife, ganha quase um terço.

Então Vossa. Excelência tem essa dívida com aqueles que garantiram a ordem e o progresso, as

nossas Forças Armadas. Mas o que ele diz? Olha aí Geraldo Mesquita: “O banco, realeza formidável, domina os tronos e os povos”. Os bancos dominaram o nosso Presidente Luiz Inácio, ele pagou as contas dos banqueiros, mas está devendo aos velhinhos aposentados, devendo à saúde brasileira, devendo à educação, devendo à segurança nossa.

Geraldo, o dinheiro é o único deus moderno ao qual se faz fé, essa é a crença do partido trabalhista.

Eles têm fé nisso, o que já denunciava nosso Balzac. “O dinheiro é o único deus moderno ao qual se faz fé.” Esses aloprados têm fé no dinheiro mesmo! As malandragens são para buscar o dinheiro, e eles estão é fortes. Nós, aqui, temos de reagir.

(...) que “os únicos que negam são os parvos e os palermas, uma vez que, apesar de tantas declarações ingênuas sobre o dinheiro, sempre é preciso (...) beijar o casco fendido do bezerro de ouro”.

É isso o que a nossa sociedade está fazendo, é isso o que o Governo que nos representa está fazendo.

Nosso autor, Geraldo Mesquita, diz que é esper-teza quando a pessoa diz: “Eu não sei, eu não vi, eu não soube”. O autor, aqui, diz que é esperteza, quando se diz “eu não sei, eu não sabia, eu não vi, eu não estava presente”.

Isso é o que acontece no Brasil. E diz o autor Patrick Charaudeau que isso é fuga de responsabilidade.

Quero chamar a atenção para o fato de que, no mundo moderno, os princípios de administração têm de ser aceitos, têm de ser obedecidos. Nos princípios de administração, são sagrados: unidade de comando e unidade de direção. É isso. Então, não podemos aceitar essa resposta do Luiz Inácio. É fuga de responsabilidade. E o único responsável por isso é o nosso Presidente da República.

Garibaldi, não sei se ocorreu com V. Ex^a, mas, ontem, entrei em um *site* da Internet e verifiquei que a carne que o Presidente da República comia, comprada pelos créditos corporativos – li e citei o fato –, custava R\$48,00 o quilo. Geraldo Mesquita, a carne que também quero comer, quando eu for ao Acre ou ao Rio Grande do Norte, é a de coelho, que custava R\$30,00 o quilo. Achei caro, mas a dele...

Ô Pedro Simon, V. Ex^a, nesta sessão, qualitativa-mente, é uma das figuras mais belas do Senado. Quero lhe dar um exemplo: fui Governador do Estado, como V. Ex^a o foi, como Garibaldi o foi. Nunca me esqueço. Ô Luiz Inácio, eu também era rodeado de aloprados por todos os lados, mas, no Piauí, dizem o seguinte:

“Pode ter havido roubo no Governo do Mão Santa, mas ele, não. Ele não.”

Eu me lembro, Pedro Simon, de que eu já o con-videi para ir ao Piauí com a Ivete. Tenho inveja daquele seu retrato, namorando com ela num rio, numa canoa. Quero levá-los aos verdes mares bravios do Piauí, para que vejam as dunas brancas, o vento nos acariciar, o sol a nos tostar, o rio a nos abraçar! E quero, Pedro Simon, levá-lo à nossa casinha. Adalgisa e eu a construímos com muito amor. Pedro Simon, o Heráclito a conhece demais. Ele tem um irmão que tem uma casa no fundo.

Heráclito, com cinco meses, deu saudade da ca-sinha, da Adalgisinha, da praia. Aí eu disse: “Vamos embora.” Está ouvindo, Garibaldi? Aí fui para minha casinha no Morro do Coqueiro. Pedro Simon – ô Luiz Inácio, aprenda! –, quando entrei, quase tive um en-farte. Heráclito, você sabe que, entre meus assesso-res, também havia uns aloprados. Todo mundo sabe – mas o Mão Santa não danificou o Estado. Heráclito, haviam trocado todos os móveis. Até minha caminha, onde eu dormia com Adalgisa. Vivemos tão bem por 30 anos! Tudo, tudo, tudo, tudo. Minha casa, com um coqueiro bem no meio – João Paulo dos Reis Velloso escolhia o coqueiro. Heráclito, levei um susto. Fui ao quarto, e até a caminha não estava mais! Tão boa, deu tanta saudade. Só não trocaram a Adalgisa, porque aí seria demais. Tudo, tudo, tudo. Aí, levei um susto. A casa era minha, todo mundo sabia. Luís Correia é o nome do irmão do meu avô. Minha família tinha pos-ses, fui médico, fui cirurgião. Rapaz, quando vi aquilo, perguntei: “Quem foi?” Foi um aloprado que havia no meu governo. No meu governo havia, no do Lula há mais, e ele não toma providência. Geraldo Mesquita, Adelmir: “O que é isso?” “Foi um aloprado, que foi a uma empresa e mudou tudinho. Botou tudo novo.” Até minha cama?! Tomei um susto.

Aí, olhei – ô Luiz Inácio, isso é para a história – e perguntei: “Quem fez isso?” Identifiquei o aloprado, um daqueles assessores militares; a empresa, e também não quis briga. Aí, Heráclito, eu disse: “Vá buscar um caminhão e tire tudo. Eu quero é minha caminha velha, minha colcha.” Para não brigar com a empresa, eu disse: “Vou ficar com essa geladeira – a minha estava enfer-rujada.” Puxei meu talão de cheque – sempre trabalhei, sou médico há 41 anos, e minha tinha posses – e dei um cheque meu para ficar só com a geladeira.

Luiz Inácio, eu sei que Vossa Excelência não tem culpa dessa carne de R\$48,00 o quilo. Foram seus aloprados, mas Vossa Excelência tem culpa de não entender de administração, porque está escrito: plane-jar, administrar, orientar, coordenar e fazer o controle, Pedro Simon. Ele tem de fazer isso. Eu fiz.

Pedro Simon, você sabe qual foi o dia mais difícil da minha vida, Heráclito? Médico, cirurgião, feliz, Santa Casa, minha vida! A Teresina, eu não ia; eu ia para Fortaleza, Rio de Janeiro e Buenos Aires comprar livros com Adalgisa – sempre a mesma mulher. Aí, de repente, o cão atenta, eu era eleito prefeito. Pedro Simon, eu não dormia. É verdade! Adalgisinha, dormindo, e eu, estudando. Eu dizia: “Tô lascado! Por que diabo fui me meter nessa fria?!” Tão bom médico cirurgião da Santa Casa, conceituado, todos os cursos.

Fortaleza é bom. Estudei lá. Rio de Janeiro. Por isso que gosto de Buenos Aires. Livro era *O Ateneu*. Só tinha livro em espanhol.

Prefeito! Digo: “Vou me lascar. Que diabo, cirurgião! Como é que fui entrar nessa fria?”

Aí, acredito em Deus, no estudo e no trabalho. Comecei a estudar. Livro, Luiz Inácio!

A primeira apostila que li foi do Banco do Nordeste, que era do Rotary, e a entidade me deu. O autor era Francisco não sei quê. *Chefia e Liderança*. Fui lendo. Fui lendo Henri Fayol, o pai da administração; Mestre Taylor; Whitaker Penteadado. Nosso amigo do Dasp Wagner Estelita.

Estudava e dizia: “Tô lascado!”

Era dia 1º, e o bicho, chegando. Dia 27. Adalgisa dormindo, e eu aprendi a estudar. “Vou me lascar! Tô lascado, sem coragem.” É a pior coisa. Aí, lá pela madrugada, no escritório, vi um livro. Capa amarela: **Taylor, o Mago da Administração**.

Geraldo Mesquita, mudei.

Ele dizia: “Administrar é fácil.”

O cirurgião só tem a equipe. Por exemplo, o cirurgião, que trabalha em equipe, tem de ter coragem, tem de tomar decisão, saber começar e terminar; tem de ter noção do tempo, corre risco. Aí, pensei: “Ah! É comigo mesmo.” Enfrentei e estou aqui. Assim foi com Juscelino. Ele dizia que o pré-operatório, Luiz Inácio, é o planejar. Aponte aonde estamos e aonde queremos chegar. O transoperatório é a operação em si, é a obra. E o pós-operatório é o controle.

Por isso. O pós-operatório é o controle da administração. Luiz Inácio, Vossa Excelência tem de controlar esse pessoal.

Senador Geraldo Mesquita, aquele negócio de estar no *site*, Garibaldi dizendo... Por isso que ouvi o Heráclito falando lá de um churrasqueiro, compadre dele, e eu ficava ali, porque eu gosto muito de churrasco. Sou muito franco. Convide-me que eu estou lá; tomo umas; todo mundo sabe. Não gosto mais do Pedro Simon porque ele é gaúcho e nunca me convidou para um churrasco. Mas, com a turma que me convida, tomo umas. Ontem mesmo, tomei umas ali com um sobrinho meu. O Garibaldi sabe disso, ele era meu vizinho, e eu

o chamava para tomar um vinho. Não gosto mais do Geraldo Mesquita porque ele toma pouco vinho. Nunca falei do Luiz Inácio, porque eu também gosto e tomo uma – nós tomamos a do nosso Piauí; eles tomam a *Havana*; para nós é aquela *Mangueirinha* e tal.

Ô Garibaldi, ele que assuma a Presidência. Ele não tem tanta guarda? Manda prender o *site*, porque ninguém pode desonrar ou caluniar o nosso querido Presidente da República. Mas acho que é verdade, porque ele diz o tipo da carne “argentina” – e aí está justificado aquele compadre para cuidar da carne, porque custa R\$48,00 o quilo, pago com cartão corporativo.

Então, para ele está faltando o que eu fiz na minha casinha: fazer o controle. Ele talvez não saiba. Então, são essas as nossas palavras. Queremos dizer que o Senado cumpre a sua função, mas este Governo precisa ter austeridade, Heráclito, para que as mentiras ditas no Piauí se tornem verdade – daí eu dizer aquela frase: três coisas que só se faz uma vez – nascer, morrer e votar no PT – porque o Piauí está um descalabro.

Porto – prometido, começado por Epitácio Pessoa: dez milhões de dólares. Estrada de Ferro: Heráclito Fortes, vamos nos debruçar no seguinte. Aeroporto Internacional: o Parnaíba não tem mais nem teco-teco. E V. Exª que é bom nisso, vamos nos debruçar. Nós colocamos a OCE, o Governador não pagou as passagens e ela saiu. Aquele empresário parnaibano, Abdon Teixeira, não sei o que deu. Eu ia para pegar aviãozinho, mas não tem mais, Pedro Simon. Eu era menino e tinha aviões em Parnaíba. Eu saí menino na Aerovia, na Aerofast, na Panair: passava no Brejo, Teresina, Petrolina, Natal, Sergipe e acabava chegando no Rio. E o pior, Garibaldi, é que todos os jornais, toda a mídia fala em aeroporto internacional. Não tem mais nem teco-teco. E o de São Raimundo, ô Heráclito, ô Heráclito, só tem jumento na pista. O de São Raimundo? É uma mentira.

Então, nós temos que acabar com essas despesas supérfluas. Austeridade para que Vossa Excelência nos ajude a concluir o porto; as ZPEs, que estão tirando; a ferrovia desativada; uma ponte que é uma marca que envergonha. Vossa Excelência foi lá e disse que depois de 150 ia ter a ponte. Há oito anos está lá parada a ponte. O Heráclito fez a ponte no mesmo rio em cem dias, e eu fiz uma em noventa. No mesmo rio. Então, isso é a descrença.

Ô Pedro Simon eu não sei como é que está o Rio Grande do Sul, mas o governadorzinho do PT conseguiu a mídia. Saiu – olhem o nosso Obama louro ali; chegou o Obama louro: o Arthur Virgílio –, ele conseguiu ganhar o Jornal Nacional. O Luz Santa foi uma rouba-lheira louca, aliás, o Luz Para Todos. Luz Santa era

no meu tempo o projeto, mas o Luz para Todos foi. Ele conseguiu, só perdeu do Silas Rondon em gravações comprometedoras com Gautama: 17 vezes gravados. E a Finatec foi primeiro – olha como eles são ligeiros; têm um preparo físico e uma intuição de onde está o roubo – que fez contato.

Então, é isso e é essa nossa colaboração.

Luiz Inácio, Vossa Excelência tem viajado muito. Faça uma viagem e eu quero que Garibaldi também vá para olhar e permitir a nossa ação e dizer que é necessária.

Lá no México, num palácio tem uma frase, de um general de quem eu já esqueci o nome – eu também não sou de gravar nome de homem, não. Mas tem um general que disse o seguinte, Garibaldi: “Eu prefiro um adversário que me traga a verdade a um aliado amigo que me traga a mentira”.

Enfim o que o Lula qualificou como aloprado.

Luiz Inácio, austeridade no Governo de V. Ex^a. Austeridade é o casamento da honestidade com a seriedade, que vai dar fruto à prosperidade para o Brasil.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, por concessão do Senador Heráclito Fortes.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna, na manhã desta sexta-feira, para trazer à baila uma questão regional, mas que, certamente, haverá de ter implicações expressivas em todo o território do País.

O Governo publicou sexta-feira, 15 de fevereiro, a Medida Provisória nº 418, que acrescenta um novo artigo à Lei nº 11.508, de 2007, lei esta aprovada em julho do ano passado e que estabelece o regime tributário, o regime cambial e o regime administrativo que irão vigorar nas Zonas de Processamento de Exportações, as chamadas ZPE.

Entre os diversos pontos abordados pela Medida Provisória nº 418, está aquele que fixa prazos para conclusão das obras de infra-estrutura necessárias ao efetivo funcionamento das ZPE, sob pena de anulação de seu ato de criação. A MP regulamenta a suspensão de tributos na aquisição de equipamentos e insumos para empresas cuja receita bruta decorrente de exportação seja de, no mínimo, 80% de sua receita bruta total. Além disso, restringe a importação de bens usados para conjuntos industriais que constituam o capital

social da empresa. A Medida Provisória não limita ainda a manutenção, no exterior, de recursos em moeda estrangeira relativos aos recebimentos de exportações brasileiras de mercadorias e serviços.

Quero lembrar aqui, neste momento, que a última reunião havida no gabinete do Líder do Governo, Senador Romero Jucá, antes da edição da Medida Provisória, não contou com a presença do representante dos segmentos empresariais do meu Estado, Dr. Saleh que representa o Pólo Industrial de Manaus.

Por conta disso, pedi que não se fechassem os termos da medida provisória antes de se ter um a reunião com as forças parlamentares e técnicas completas. Mas, infelizmente, os fatos se precipitaram e a medida provisória foi editada com evidentes danos potenciais para a economia do Estado do Amazonas. Não estou aqui para corroborar nem colaborar com danos à economia do meu Estado.

Entendo que a Medida Provisória está imperfeita e, por isso, põe em risco o Pólo Industrial de Manaus e o próprio Amazonas, sua população, uma vez que o Pólo representa 93% da economia do Estado,

Aliás, Sr. Presidente, se não tomarmos cuidado, se prejudica por aí o parque tradicional industrial do País que está sediado, praticamente todo ele, no Centro-Sul; se prejudica a indústria brasileira de informática, em sua maior parte, sediada no Centro-Sul, com algumas ramificações importantes pelo Nordeste e um pingüinho no meu Estado. Mas eu sei que atinge, de rijo, as perspectivas do Pólo de Manaus, e isso para mim é algo intolerável. Por isso apresentei as emendas e por isso proponho que se abra um diálogo muito franco, para se montar uma medida provisória que seja boa para o País, e que não esmague esforços e trabalhos que há muito tempo já estão sendo executados com competência, com percuciência, com clarividência, com lucidez.

Mas, Sr. Presidente, nesse contexto, gostaria de informar que, na semana passada, como já havia prometido em outros momentos desta tribuna, apresentei 11 emendas que, de alguma forma, buscam corrigir as imperfeições da medida provisória. Meus colegas de Bancada no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, certamente, apresentaram tantas outras emendas, Senador Geraldo Mesquita Júnior, que visam a preservar os interesses constituídos do Pólo Industrial de Manaus.

Apresentei 11 emendas, que são emendas simples e dentre elas destaco algumas:

Primeira: Que não seja admitida venda no mercado interno de produtos industrializados em zona de processamento de exportação, cuja fabricação em

outras áreas do território nacional esteja sujeita ao cumprimento de processo produtivo básico.

Explicando, Sr. Presidente, então não se exige processo produtivo básico nas ZPEs e se exige processo produtivo básico – portanto, incorporação de valor tecnológico, incorporação de valor industrial, incorporação de valor de mão-de-obra – a onerar os custos no Pólo de Manaus? Termina havendo uma concorrência desleal, até porque se pretende permitir os tais 20% jogados no mercado interno e eu temo que, não conseguindo exportar os 80% prometidos, depois digam: “Olha, só exportamos 30%, estamos com 50% encailhados, não podemos ter esse prejuízo, vamos mexer nisso aí, passar de permissão de 20 para permissão de 50.” Ou seja, estamos prontos para tudo isso e queremos alertar o País para que não se cometa um erro, inclusive, deixando, por alienação, de perceber que 98% da Floresta Amazônica no Estado do Amazonas está de pé, precisamente por causa do Pólo de Manaus, senão, teria havido o que aconteceu no sul do Pará, teria havido o que aconteceu no Estado do Acre, bem representado pelo Senador Geraldo Mesquita, teria havido o que aconteceu em Rondônia, teria havido o que aconteceu pela Amazônia inteira. Menos de 2% da cobertura florestal do Amazonas foram devastados. Isso se deve ao Pólo Industrial de Manaus e o Brasil tem – numa hora em que se discute o aquecimento global – a obrigação de não ser alienado diante de um problema tão grave, tentando municipalizar, por olhos brasileiros meio vesgos, uma questão que, na verdade, é de interesse até planetário.

Estou convidado para um seminário muito relevante em Londres, no mês de abril, e irei para discutir aquecimento global. Aqui dentro, nós tomamos medidas que de repente levarão a desmatamentos no Estado do Amazonas.

Muito bem, Sr. Presidente. A segunda emenda que destaco das 11 que apresentei ao projeto das medidas provisórias das ZPEs é que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação leve em consideração, na análise e aprovação de projetos, a inexistência de conflito com empreendimentos ou segmentos industriais já instalados ou em instalação no País.

Em outras palavras, pretende-se, com isso, evitar a canibalização da indústria brasileira, ou seja, o que já está feito vai sofrer com a ocorrência do que ainda não está feito. Por quê? Por que não se pensar em evitar o conflito, em se fazer a convergência, unindo o Brasil e o Brasil e não dividindo o Brasil de Brasil?

Terceira: Que a solicitação de instalação de empresa em Zonas de Processamento de Exportação venha acompanhada de prévia comprovação de que não

tem participação em outra pessoa jurídica localizada fora de ZPE, seja direta ou indiretamente, seja através de pessoa jurídica localizada no País ou no exterior. Quer dizer, que sejam empresas constituídas para fins de atuarem como ZPEs, iniciando uma carreira, para evitarmos que, de repente, 20% do que produz uma gigantesca multinacional... E isso seria possível de internalização no Brasil? Seria muito mais do que pudesse absorver o mercado interno de Brasil, Argentina e México somados. Cito o exemplo dos Hard Disks, dos HDs. Senador Heráclito, há um mercado para seis milhões anuais de HDs no Brasil neste momento. Ora, se as ZPEs produzirem no Brasil 30 milhões de HDs, elas simplesmente vão impedir que o Amazonas venda qualquer HD, porque os 20% passíveis de internação serão equivalentes aos seis milhões que hoje o Amazonas fornece ao mercado brasileiro.

Quarta emenda das 11 que pincei para este breve pronunciamento.

Que o Poder Executivo possa, a qualquer tempo, adotar as medidas previstas nos casos de constatação de impacto negativo à indústria nacional relacionado à venda de produto industrializado em ZPE para o mercado interno, ou seja, eliminando a necessidade de se ouvir previamente o Conselho;

Quinta: que se aumente o compromisso exportador da empresa instalada em ZPE de 80% para 90%.

Neste caso, ficaria pactuada a internação possível de apenas 10%, o que não é pouco – 10% da empresa A, da empresa B, da empresa C e do Estado D, do Estado E, do Estado F. No final, isso resulta num grande bolo, que pode inviabilizar, sim, setores fundamentais da indústria brasileira em todo o País e, com certeza, ferir de morte o Pólo Industrial de Manaus.

Finalmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, repito que em nenhum momento hesitarei em defender a economia do Amazonas. Fui eleito para isso e qualquer coisa que ameace o Pólo Industrial de Manaus e o povo do Amazonas terá de enfrentar minha resistência nesta Casa. Cumprirei com esse dever estritamente até o fim.

Sr. Presidente, gostaria ainda de transmitir à Casa outro comunicado, trazendo à baila...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite o aparte? Agradeço-lhe muito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida, Senador Geraldo. Com muita honra, com muita alegria!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O discurso de V. Ex^a me chama atenção, entre outros aspectos, para um em especial. V. Ex^a falou algo aqui

que precisamos observar e refletir. V. Ex^a referiu-se à sua preocupação com a questão do desmatamento, ao convite que recebeu para ir a Londres falar sobre o aquecimento global e introduziu, na forma de uma afirmativa, algo muito interessante. De acordo com o que V. Ex^a disse, deduzi aqui uma ilação. Observando o mapa do desmatamento na nossa região Amazônica, pude notar que o Estado do Amazonas é onde há o desmatamento mais rarefeito. V. Ex^a afirmou, de certa forma, que isso talvez se deva ao fato de que, há muitos anos, introduziu-se ali um pólo industrial na Capital do seu grandioso Estado, o Amazonas, que talvez seja o grande responsável pelo fato de esse Estado, entre todos os outros Estados da Região Norte, apresentar o menor índice de desmatamento. Isso é uma coisa muito interessante. E cruzo essa informação com o que acontece no meu Estado, que não ostenta a mesma situação que a do seu. Ou seja, ali temos, em algumas regiões, uma concentração maior de desmatamento. O Estado do Amazonas, na sua Capital, criou, instituiu, um pólo industrial que, hoje, absorve milhares de trabalhadores, milhares mesmo de trabalhadores! No meu Estado, por exemplo, onde o desmatamento em algumas regiões é mais concentrado, é maior, atrevo-me a dizer que mais de 50% dos habitantes, principalmente da Capital, Rio Branco, têm origem na zona rural, Senador Arthur Virgílio. São pessoas que saíram da zona rural por não encontrarem mais ali as condições básicas, mínimas, necessárias para a sua sobrevivência e da sua família e vão principalmente para o entorno da capital de Rio Branco, que hoje é composta de bairros, Senador Arthur Virgílio, que são uma calamidade. São pessoas que vendem a janta para comprarem o almoço do dia seguinte; não têm trabalho, não têm uma forma de adquirir renda. A verdade é essa. Portanto, é uma coisa muito interessante. Uma afirmativa, um raciocínio que V. Ex^a introduziu aqui... Talvez as autoridades que tratam desse assunto em nosso País, ou seja, a questão do desmatamento, do meio ambiente, devessem se preocupar porque, normalmente, o que observamos... E, hoje, lastimavelmente, abro o jornal e vejo que a nossa querida companheira, Ministra Marina Silva, em uma palestra em São Paulo, se não me engano, ontem, começa a sinalizar para a possibilidade de se atribuir àqueles de regiões de densidade de desmatamento uma bolsa, Senador Arthur Virgílio. É um negócio impressionante. Não se cuida de reforma agrária, não se cuida de instalar na nossa região, como no seu Estado foi introduzido, um pólo industrial forte que absorva grande quantidade de mão-de-obra. Então, começa-se a pensar em distribuir bolsa para aqueles que estão sendo aliados de algumas atividades na região. E tenho dito

aqui – estou cansado de dizer – que o povo da Região Norte, do Estado de V. Ex^a e do meu Estado, gostam é de trabalhar, Senador Arthur Virgílio; está aí o Pólo Industrial de Manaus comprovando isso. As pessoas ali gostam de trabalhar, ter um emprego e renda para sustentar a si e a sua família. Então, precisamos pensar em soluções como essa para a Região Amazônica. Já começo a ficar preocupado: esse negócio de bolsa... As pessoas gostam de trabalhar, Senador Arthur Virgílio. Acho que o seu raciocínio, a sua reflexão hoje é de fundamental importância para que nos preocupemos de uma vez por todas com o que fazer com a nossa grande Região Amazônica.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Geraldo. V. Ex^a toca num ponto que é fundamental: oferecer a forma de trabalho que não agrida a perspectiva do desenvolvimento sustentável na nossa Região.

O Governador do meu Estado gosta muito de apregoar por todos os cantos do País – inclusive com farta propaganda paga pelos cofres do Amazonas – que detém o desmatamento porque inventou o tal Bolsa Floresta. A palavra bolsa agrada ao Presidente Lula. Mas o fato é que os 2% de desmatamento são os mesmos, com bolsa ou sem bolsa, e, se não houver uma política de desenvolvimento do Estado do Acre – não digo que nos mesmos moldes de uma Zona Franca, porque não me parece que isso caiba no País de hoje –, não vai acabar a pressão sobre a floresta, a pressão vai continuar.

A Zona Franca financia a manutenção da floresta em pé porque ela financia, bem ou mal, o funcionamento da economia do Estado. Manaus é uma cidade que tem uma das melhores rendas *per capita* do País, padecendo de uma injustíssima distribuição de renda, e, por outro lado, ainda assim, a pressão sobre a floresta é quase nenhuma porque as pessoas têm reflexos diretos e indiretos do Pólo Industrial de Manaus que lhes permitem viver sem agredir o meio ambiente.

Então, eu também desconfio um pouco dessa história de solução via bolsa. Não é o caso da Ministra Marina – isso eu tenho certeza –, confio muito nela. Mas a cabeça desse Governo é um pouco de formar clientela; e a clientela, depois, se alinha para votar. Isso aí deturpa o próprio processo democrático. Nós temos de pensar em projetos de desenvolvimento. Cadê a Sudam? Derrubar os vetos do Presidente que impedem o funcionamento da Sudam e da Sudene. Aqueles vetos é essencial que sejam derrubados. Nós temos de enfrentar. O Presidente Garibaldi já está conseguindo que nós retomemos as sessões de veto. Nós temos de votar todos! Primeiro, os de consenso – é claro –, mas, depois, votar os de dissenso também. Se

quiserem manter os vetos injustos, que mantenham! Mas nós vamos marcar nossa posição, e o País vai compreender que não se desenvolve a região Norte do País, porque a Sudam está emperrada por vetos incoerentes e inconseqüentes opostos pelo Presidente da República. E a mesma coisa em referência ao Nordeste e em referência à Sudene.

Agradeço a V. Ex^a, mas antes gostaria, Sr. Senador, de dizer mais uma coisa. Um paradoxo... A mesma Ditadura Militar que V. Ex^a e eu combatemos estabeleceu um paradoxo: no Amazonas, o Marechal Castelo Branco, Presidente da República, e o Ministro Roberto Campos, do Planejamento à época, criaram a Zona Franca de Manaus, mostrando clarividência e pensando na segurança nacional, pensando no desenvolvimento de uma área estratégica, como a França fez na sua região do meio-dia, Midi; como a Itália fez em sua região do Mezzogiorno (meio-dia também); como os Estados Unidos fizeram, também à base de incentivos fiscais, na sua região, à época subdesenvolvida, do Tennessee Valley. Muito bem... No Acre, essa mesma Ditadura – e por isso tenho ojeriza a qualquer expressão ditatorial –, com financiamentos da Sudam, e deturpando a Sudam, para propiciar negociatas vis, permitia que os estabelecimentos de seringais fossem substituídos pelos estabelecimentos da pata do boi. Não vingou praticamente nada daquilo. O dinheiro era investido mesmo na Avenida Paulista, essa é a verdade.

Tivemos o desmatamento sem sequer a contrapartida que este trouxe à Europa. Destruíram a Floresta Negra, mas a Europa é desenvolvida. E nos cobram que não desmatemos a nossa floresta. Não quero desmatá-la sem abrir mão, de jeito algum, do desenvolvimento que atingiu a Europa, por exemplo. Mas o fato é que não deixaram nada de lucro para o Estado do Acre. Nada. Foi feito o dano ecológico, foi feita a distribuição de riquezas, e o dinheiro sequer foi aplicado por lá.

Fui Deputado à época em que se discutia isso. Tive o dever de enfrentar uma ditadura e de denunciar, entre outras distorções, essa, focando o seu Estado do Acre, hoje tão bem representado pelo caráter e pela firmeza de V. Ex^a, Senador Geraldo Mesquita.

Sr. Presidente, para concluir, faço uma pequena comunicação. No Diário Oficial da União de 31 de dezembro último foi publicada a Portaria nº 6, de 2007, assinada pelo Secretário-Adjunto de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, determinando a redução, em média, de 20% dos valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos. Não reduz o volume dos serviços que são prestados, mas reduz,

sim, os valores pagos às empresas pela prestação dos serviços, cuja maior parte são por elas repassados aos trabalhadores e ao Estado, na forma de salários, encargos e impostos.

Para chegar a essa redução, o Ministério tomou por base uma tabela que se diz decorrente de cálculos do Ministério Público e de seus próprios técnicos, retirando valores percentuais que as empresas terceirizadas estão obrigadas a pagar, como salários, férias, auxílio-doença, faltas legais dos empregados, aviso prévio, 13º salário e FGTS.

O assunto referente à tabela de encargos sociais e trabalhistas em serviços terceirizados é muito sério, sendo inclusive objeto de processo tramitando no TCU (Processo nº 016.721/2007), cujo relator é o ilustre Ministro Guilherme Palmeira e para o qual o julgamento ainda não foi realizado, revelando assim uma falta de prudência e de cautela do Governo, ao já impor, por meio de Portaria, a redução de percentuais/valores.

É certo que essa Portaria, editada açodadamente, sem o devido respeito às normas legais, e sem aguardar a decisão do TCU (Tribunal de Contas da União) sobre a matéria, ensejará muitas ações judiciais e altos custos com juros, multas e correção monetária, isso além de violar direitos assegurados aos trabalhadores e aos empresários, e ocasionar altos prejuízos para o Estado e para a sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, o que peço neste momento é que o Ministro Relator do Processo no Tribunal de Contas União – e tenho certeza de que não lhe faltará o espírito público, o que me faz um admirador de S. Ex^a, o Ministro Guilherme Palmeira – examine o caso à luz das informações técnicas elencadas pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist, e que o Governo, especificamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeite a recomendação do Ministério Público para que aguarde o julgamento do TCU sobre a matéria e, portanto, revogue de imediato a Portaria nº 6, de 2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Diário Oficial da União de 31 de dezembro último foi publicada a Portaria nº 6, de 2007, assinada pelo Secretário-Adjunto de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, determinando a redução, em

média, de 20% dos valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos. Não reduz o volume dos serviços que são prestados, mas reduz, sim, os valores pagos às empresas pela prestação dos serviços, cuja maior parte são por elas repassados aos trabalhadores e ao Estado, na forma de salários, encargos e impostos.

Para chegar a essa redução, o Ministério tomou por base uma tabela que se diz decorrente de cálculos do Ministério Público e de seus próprios técnicos, retirando valores-percentuais que as empresas terceirizadas estão obrigadas a pagar, como salários, férias, auxílio-doença, faltas legais dos empregados, aviso prévio, 13º salário, FGTS.

O assunto referente à tabela de encargos sociais e trabalhistas em serviços terceirizados é muito sério, sendo inclusive objeto de processo tramitando no TCU – Processo nº 016.721/2007, cujo relator é o Ministro Guilherme Palmeira e para o qual o julgamento ainda não foi realizado, revelando assim uma falta de prudência e de cautela do governo, ao já impor, por meio de Portaria, a redução de percentuais/valores.

É certo que essa Portaria, editada açodadamente, sem o devido respeito às normas legais, e sem aguardar a decisão do TCU sobre a matéria, ensejará muitas ações judiciais e altos custos com juros, multas e correção monetária, isso além de violar direitos assegurados aos trabalhadores e aos empresários, e ocasionar altos prejuízos para o Estado/sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, o que peço neste momento é que o Ministro Relator do Processo no TCU, Guilherme Palmeira, examine o caso à luz das informações técnicas elencadas pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – Fenavist, e que o Governo, especificamente o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respeite a recomendação do Ministério Público para que aguarde o julgamento do TCU sobre a matéria e, portanto, revogue de imediato a Portaria nº 6, de 2007.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito grave, e além de grave triste, a situação por que passa o Estado do Piauí. O descaso com que o Governo Federal trata a minha terra e a minha gente é de causar decepção àqueles que tinham expectativa de que, havendo um

Governo estadual petista, receberiam a correspondente atenção por parte do Governo Federal.

Senador Geraldo Mesquita, se nós olharmos os números com que o Piauí é tratado pelo Governo Federal, veremos que tudo não passou de uma ilusão e que o Piauí vive apenas de promessas e de esperança.

Senador Simon, se virmos a peça orçamentária deste ano, o Piauí foi impiedosamente reduzido de 3,5% para 3,2%. E chama atenção, Senador Garibaldi: no ano retrasado, o Piauí recebeu 3,7% do bolo orçamentário; no ano passado, caiu para 3,5% e, neste ano, para 3,2%. E o fato mais grave – e o silêncio de alguns companheiros me assusta – é que, anteontem, retiraram os recursos, poucos, que o Piauí ia receber para a irrigação, para deslocá-los para o Centro-Oeste. Nada contra essa região de muito futuro no Brasil, mas por que o Piauí pagar por isso? Por que não a Bahia, que recebe o maior percentual da área de irrigação do Ministério? Só o Piauí perder isso? Caímos, então, em números absolutos, para 3,1%. É lamentável, Senador Mão Santa, porque vamos cair mais.

Foi colocada no Orçamento a emenda do Porto de Luís Correia. Só que o Porto foi privatizado anos atrás e o processo de retorno ao Estado não terá tempo hábil para ser concluído a ponto de ser habilitada a liberação dos recursos com esse destino, e o Piauí perderá mais R\$16 milhões, e vai cair para 2,8% ou 2,9%, o que é lamentável e uma vergonha para o nosso Estado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, enquanto tudo isso ocorre, o Governador, que deveria estar no Brasil, com a responsabilidade de defender recursos para seu Estado, está numa caravana da alegria, passeando pela Europa, enganando os piauienses, dando-lhes a ilusão de que é uma viagem de trabalho. Trabalho onde? Trabalho para quê? Se lermos nos jornais o roteiro de S. Ex^a, é de fazer pena.

Em Lisboa, procuraram o Presidente da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, no sentido de obter uma linha de Lisboa para Parnaíba. Seria muito bom, Governador, se fosse verdade. Mas, para que isso fosse feito, V. Ex^a deveria ter cumprido os compromissos assumidos com as companhias nacionais, que começaram a servir o litoral piauiense e retiraram as linhas porque não houve a contrapartida do Governo de V. Ex^a. Foi à Espanha – vai ver que foi assistir a uma tourada. E agora está na Itália. Segundo o jornalista Cláudio Humberto, não lhe faltou no roteiro a sempre bela Veneza. O que será que S. Ex^a foi buscar em Veneza para implantar no Piauí? Gôndolas? É brincadeira!

É brincadeira que nós, piauienses, assistamos a tudo isso, a um Governador ausente na discussão da peça orçamentária, mas também ausente para se

defender das denúncias de corrupção do seu Governo, manchete das duas maiores revistas do Brasil esta semana. Estou mantendo silêncio sobre este assunto porque estou esperando o seu retorno, mas está demorando demais. Terça-feira voltarei a falar sobre isso.

O Piauí está envolvido no caso da Finatec. O Piauí está envolvido na Operação Navalha. O Piauí esteve envolvido com seu Delúbio, lá atrás. O Piauí tem vivido, nesses últimos dias, nesses últimos anos, num mar de acusações, de envolvimento e de suspeitas, e o silêncio do governante é assustador.

O Piauí precisa acordar, Senador Mão Santa, para este fato. O Governador ausente no momento em que todos os Governadores do Brasil estão nos corredores do Congresso Nacional e da Esplanada dos Ministérios discutindo melhorias orçamentárias para os seus Estados. E S. Ex^a passeando em Veneza, passeando em Roma... Deve estar no Coliseu... Paciência!

Nós somos um dos Estados mais pobres da Federação e que tem, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, todas as condições de deslanchar num processo de desenvolvimento. Há três anos, aprovamos, no Orçamento da União, recursos para a construção de um gasoduto ligando o Ceará ao Piauí e ao Maranhão, numa ação conjunta da Bancada dos três Estados. O dinheiro foi colocado, foi aprovado e, pelo capricho de setores do Governo, setores que mandam, e mandam em tudo, o Governador baixou a cabeça e não se impôs como governante de um Estado que foi beneficiado com esses recursos e vem, de maneira subserviente, aceitando mais esse crime que se pratica contra o Estado do Piauí.

O gasoduto, num momento como este, é de vital importância para o nosso Estado, não só porque atrairá empresas para a capital, mas também para fomentar o crescente aumento de produção agrícola dos cerados piauienses.

Nós temos, Senador Pedro Simon, a Transnordestina, que, nascendo em Eliseu Martins, vai cortar a região piauiense de solo mais rico, de riquezas naturais: ferro, cobre, níquel, gesso, mármore. E nós não vemos o Governador empunhar a bandeira na defesa desse projeto. Isso nos assusta, porque sabemos que, enquanto ele é vital para o Estado do Piauí, não é interessante para outros Estados, pela concorrência.

Há sabotagem regional, como nós sabemos, que, às vezes, é legítima e outras vezes, não. Mas ela existe. E o Governador se mantém omissos e silenciosos com relação a isso, citando apenas a possibilidade de eventos e banquetes, sem dar nenhuma consequência, porque a consequência tem que ser travada nos gabinetes de Brasília, enfrentando a frieza dessa bu-

rocracia insensível que teima em não querer ajudar o Piauí. O Governador solta foguetes.

O Presidente da República lança o programa Território da Cidadania. Nós abrimos os jornais e a imprensa desmascara dizendo que o Piauí é o Estado menos contemplado. Aliás, esse Território da Cidadania é mais um engodo praticado por este Governo, uma vez que não se trata de nenhum projeto novo; é apenas a mudança de nome e a realocação de cidades. É um projeto demagógico. É um projeto com a finalidade de criar expectativa em um povo sofrido, que se deixa enganar pelas mais tênues esperanças.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é lamentável que, em um momento destes, num momento de gravidade, o Governador, depois de passar os primeiros dias do ano entre a neve de Bariloche, Buenos Aires e as belezas do rio chileno, menos de um mês depois, saia nessa caravana *holliday* com destino a Portugal, com passagem por Coimbra – vai ver que até recebeu um título de Doutor *honoris causa*.

Não nos podemos calar com isso, Senador Mão Santa. Tivemos, nesta semana, um episódio clássico do que essa gente pensa sobre o povo que engana: a federalização do Banco do Estado do Piauí, que foi assumido pelo Banco do Brasil. Esse processo de negociação durava desde 1999. O Governador do Estado assumiu em 2003 e vinha fazendo essa negociação até esta semana, quando a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado a aprovou.

O Governador do Piauí é um bancário da Caixa Econômica, líder sindical, defensor dos trabalhadores e da sua classe e não teve a sensibilidade de colocar sequer uma linha para salvaguardar os direitos e o futuro dos funcionários daquela instituição. Tudo era para ser deixado para depois. Sabe bem V. Ex^a como é a discussão trabalhista: os acertos e o cumprimento, a diferença que existe entre um fato e outro. Mas é de causar espécie e é de estarrecer que um governo de origem trabalhadora não tenha tido a preocupação com a sua classe. A argumentação é de que eram apenas 140, 160, 180 – nem o número de servidores era conhecido. Não sabem eles que esses números se multiplicam pelos familiares. E não sabem eles também que, além dos servidores ativos, nós temos os inativos, os que estão aposentados e que deram a vida inteira de trabalhos por essa causa.

Recebi, Senador Mão Santa, anteontem à noite – fiquei até muito contente –, um telefonema da Senadora Heloísa Helena, que me pediu uma cópia da emenda que apresentei dando garantias aos servidores. Ela se lamentava, com a experiência que teve aqui no Senado, e me disse: “Heráclito, nas federalizações antigas, não se colocou essa cláusula de segurança,

e os servidores, na sua grande maioria, entraram forçados no tal do PDV e, pela idade – todos com mais de 20 anos, 25 anos de serviços prestados –, não conseguem outra oportunidade e estão aí, penando, ociosos nos seus Estados.

Não era de se imaginar, meu caro Senador Geraldo Mesquita, que, logo no Estado do Piauí, um bancário, com sensibilidade maior do que qualquer outro para enxergar o problema de seus colegas, tenha fechado os olhos para essa classe e tenha deixado para o fim exatamente a peça mais importante numa negociação como essa, que é o cidadão, que é o ser humano. Os detalhes financeiros foram tratados, mas tudo na calada da noite.

Sabe-se do preço, sabe-se da incorporação, mas não se sabe sequer se a venda da folha de pessoal do Estado, que hoje é a galinha dos ovos de ouro de qualquer Estado e de qualquer Município, passou por um processo de avaliação ou se foi submetido a uma licitação.

Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito, eu quero dar o testemunho da sua ação para que o orçamento do Piauí melhorasse. Ontem, eu acho que só nós dois aqui permanecemos a discutir com o Presidente, Senador Maranhão, e com o Deputado Pimentel para melhorar o orçamento do Piauí. Mas, quanto ao Porto de Luís Correia, antes nós nos comunicamos com o Governador, e ele garantiu que já estava de posse do Porto. Foi um contrato antigo, feito no Governo Alberto Silva por uma empresa do Ceará que nada fez. Já está na mão do Estado. Mas a nossa preocupação, Senador Heráclito Fortes, é a ZPE de Parnaíba. Há um jornalista muito bom de lá, Carlos Pessoa, que disse, em seu *site*, que faltam só 148 dias para caducar, porque não fizeram nada, este Governo que V. Ex^a está a mostrar. Então, a nossa preocupação com o Porto é que ela é uma infra-estrutura para a ZPE. Não é? A ferrovia. Mas o Governador tem seus méritos, porque, nunca dantes, o Piauí teve tanta divulgação. V. Ex^a esqueceu. Ele saiu no Jornal Nacional, da Globo: Luz para Todos, a maior roubalheira que houve. Ele foi citado 17 vezes, conversando com o homem da Gautama – falcatrua. Por isso que parou esse negócio de cassação de Governador. Sete honestos e o do Piauí. Do mais desonesto não se falava, porque é blindado, porque é do Partido do Presidente da República. Dezesete gravações comprometedoras, e a Finatec. Foi o primeiro. Ele é ligeiro, não só para passear. Quanto a esses aeroportos internacionais, lá não existe nem mais teco-teco. Eu vou agora. A empresa não conseguiu e mandou me dizer que não existe mais. Ó Geraldo, nós vamos é de carro mesmo, porque eu já o convi-

dei, para Teresina. Eu e Heráclito conseguimos pela Ocean Air, mas o Governador não pagou as passagens e eles tiraram. Mas nós vamos de carro mesmo, porque o atrativo é grande. Mas, Heráclito, os nossos cumprimentos. V. Ex^a tem sido um gigante na defesa dos interesses. Muito me sensibilizou a preocupação de V. Ex^a com o ser humano, o funcionário do Banco do Estado. Nós estivemos, todo o tempo, sendo seu Cirineu nessa conquista.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a e quero dizer que, por dever de justiça, Senador Mão Santa, V. Ex^a colocou uma emenda à disposição do Estado. E o Estado, Senador Pedro Simon, resolveu colocá-la para a recuperação do Porto, só que, de antemão, houve avisos da minha parte e de outros de que seriam impraticáveis os recursos para este ano.

Vai ver, Senador Mão Santa, que V. Ex^a foi enganado na sua boa-fé, e o Estado espera o momento propício para realocar esses recursos, dando outra destinação, sabe lá Deus para beneficiar quem.

Meus caros amigos, o que se está fazendo, neste Governo, com o Piauí, é impiedoso.

Senador Mão Santa, Senador Pedro Simon, temos a BR-020, iniciada por Juscelino Kubitschek. Sistemáticamente, os recursos são colocados à extensão. O que falta para completar essa rodovia está exatamente no Estado do Piauí, e é uma embromação de ano a ano. O Governo não libera aquilo que o Orçamento aprova.

Aliás, esse Orçamento está sendo transformado numa peça de ficção, num clube de falsa felicidade, pois o remanejamento feito pelos setores do Governo, geralmente após o início do segundo semestre, deforma de maneira desleal e desonesta uma peça legal, uma lei aprovada pelo Congresso da República.

Senador Pedro Simon, com o maior prazer.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Fico impressionado, porque V. Ex^a e o Senador Mão Santa têm uma atitude a mais progressista e a mais colaboracionista com o Governo do Piauí. Vejo o Senador Mão Santa e V. Ex^a cobrando do Governo Federal mais carinho e mais apoio ao Governo do Piauí. Eu estranho, porque, quanto ao Governo do Rio Grande do Sul, a Governadora está na frente, e a gente vai atrás. Com relação aos outros Estados, o Governador está na frente, e os Parlamentares vão atrás para ajudar. Agora, quanto ao Piauí, V. Ex^as estão presentes, e o Governador está em Veneza, e o Governador não responde, e o Governador não diz “Presidente”, e ele é do PT. Para ser muito sincero, eu não sei se foi o Governo do Lula que diminuiu o orçamento para o Piauí; custa-me acreditar nisso, porque é um absurdo, não tem lógica. Enquanto,

nas manchetes, a ONU diz que o Brasil é o País onde as injustiças sociais estão aumentando, não dá para acreditar que o Governador não tem respeitabilidade com o Piauí. Mas, a mim, parece-me que, talvez, foi o Governador que não se fez presente, que não bateu na mesa, que não disse... Ele é o Governador do Piauí, ele representa todo o povo do Piauí. Ele pode ser do PT, mas ele é do PT e Governador do Piauí. Então, ele tinha condições, tinha obrigação de vir ao Congresso, procurar V. Ex^a ou outro Senador, o Senador Mão Santa, reunir a Bancada e cobrar as coisas a que o Piauí tem direito. Vejo V. Ex^{as}, mais uma vez, cobrarem e, mais uma vez, dizerem que o Governador não faz. Eu não consigo entender essa posição do Governador. Juro por Deus que eu não consigo entender. Outros Governadores – até do PT – brigam e exigem aquilo a que eles acham que têm direito. Mas esse Governador, eu não sei, a não ser as notícias e coisas equivocadas que ele tem feito, eu não vejo nada de positivo pelo qual ele tenha tentado lutar, pelo menos, pelo Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, mas um exemplo vale mais do que qualquer palavra. Nós estamos na discussão do Orçamento há 10 dias.

O Governador está, durante todo esse período, viajando pela Europa. Ele foi conversar com o Presidente da TAP para pedir linha para o Piauí. Isso não é tarefa, não é papel de Governador, mas de secretário, de assessor. O fórum não é esse. Uma viagem dessas custa uma fortuna para o Estado do Piauí. O Governador não viaja em classe econômica, não se hospeda em qualquer hotel, e a sua assessoria muito menos. Uma viagem dessas não custa, diariamente, menos de US\$1 mil para um povo sofrido como o povo do Piauí. A objetividade é nenhuma. Conversas com espanhóis que são empresários no Piauí. As conversas poderiam ocorrer no Estado, o que seria mais barato e mais cômodo para ambos.

É tudo um exibicionismo fácil. Uma estrutura e um aparato publicitário mandando informações equivocadas para o povo do Piauí. Quanto não custa o deslocamento de uma equipe com câmera, com TV, para mostrar o Governador nessa viagem? Quero crer que, se verdade for a informação do jornalista Cláudio Humberto, eles têm a obrigação de mostrar o Governador singrando pelas águas turvas de Veneza numa gôndola e ouvindo aqueles cantos napolitanos para embalar o seu passeio.

É lamentável, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, e estarrecedor o silêncio de setores da imprensa do Piauí com tudo isso.

É estarrecedor o silêncio que há, a anestesia que se processa.

Lembro-me muito dos reclamos feitos aqui constantemente pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior, e sabemos como isso acontece. Estamos entrando no sexto ano do Governo, e todo ano é renovado de promessas. É o início de novas obras que não acontecem. É o governo do tapa-buraco, das decisões alopradas. É um governo que começou colocando como meta a instalação no Estado de três presídios de segurança máxima, um deles para hospedar Fernandinho Beira-Mar. Esse é o começo do governo. Qual será o fim? Demagogia, promessas eleitoreiras não-cumpridas.

O Governador do Piauí ganhou a eleição, Senador Pedro Simon, indo de Município a Município. Ele prometeu estradas de 90 quilômetros e fez somente cinco. Fez obras de qualidade duvidosa e inaceitável, apenas eleitoreiras. Mas, como diz Mão Santa, parece que o Piauí está blindado a esse tipo de coisa. Parece que o Piauí, por ser governado pelo PT, não é atingido por uma fiscalização mais rígida por parte das autoridades. Nesse governo, já aconteceu de tudo, até suspender o impedimento no Siafi por falta de prestação de conta do Estado para que ele pudesse receber recurso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em respeito à ausência do Governador em território nacional, não quero falar, hoje, sobre o teor das matérias trazidas pelas revistas **Veja** e **ISTOÉ** desta semana. Tomei conhecimento de que ele chegará na segunda-feira ao Brasil. Devo fazê-lo na terça, Senador Mão Santa, porque tenho medo de que ele viaje para algum outro lugar, para toda a Ásia, incluindo a China, para a Oceania, em busca de oportunidades para o Piauí. Tem sido sempre assim, esse eterno clube de falsa felicidade, onde S. Ex^a engana de maneira vergonhosa os piauienses. E em relação à oportunidade do Piauí de crescer, por meio da infra-estrutura, nada é feito de maneira concreta.

O Luz para Todos, Senador Mão Santa, que era uma esperança do Piauí, transformou-se em escândalo nacional, cujo nascedouro foi exatamente às margens do Rio Parnaíba.

Senador Mão Santa, é lamentável. É lamentável que o Governador se cale com esse tratamento que o Piauí está tendo no orçamento; que veja os recursos dos Tabuleiros Litorâneos e dos Platôs de Guadalupe serem retirados para beneficiar outros Estados e lugares.

Senador Mão Santa, quando o Príncipe espanhol pediu a um governante sul-americano que se calasse foi porque havia inconveniência nos gestos e nas palavras do governante. O silêncio do Governador agora é inconveniente, sim, e inaceitável. É a hora de se perguntar e de todo o Piauí perguntar: por que não falas, Wellington Dias? Por que não justificas a omissão e a

ausência, deixando o Piauí à mingua e a ver navios? Ou então a ver gôndolas.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Garibaldi Alves Filho, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Pronunciamento brilhante, contundente e firme de Heráclito Fortes, o maior líder municipalista do Estado do Piauí.

Ainda há dois oradores inscritos: Pedro Simon, pelo art. 17, e Geraldo Mesquita, que está junto comigo porque já usamos muito a tribuna. Então concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, que o Rio Grande do Sul e o Brasil aguardamos ansiosamente.

Não bastasse, brasileiras e brasileiros, o falecimento, que lamentamos, de Jonas Pinheiro, que botou por terra toda a intenção do Poder Executivo de nos desmoralizar. Eu vi um povo chorar. O céu chorou – choveu. Era um Senador da República.

Pedro Simon, Luiz Inácio precisa saber que somos filhos do povo, do voto e da democracia, somados aqui os votos, e este Senado – por isso que eu digo – é o melhor dos 183 anos, é o Senado do qual faz parte Pedro Simon, que temos como ícone.

V. Ex^a pode usar da palavra o tempo que achar conveniente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço muito a V. Ex^a, Sr. Presidente, a gentileza de suas referências.

Esta semana estou vindo pela primeira vez a esta tribuna. Não nego que foi uma semana angustiante para mim. A CPI dos Precatórios, o que está acontecendo na Comissão de Orçamento, olha, estou angustiado. As coisas que estão acontecendo na Comissão de Orçamento são mais graves do que aquelas que aconteceram na CPI dos Anões do Orçamento. Na CPI do Orçamento foram coisas feitas à margem, com empreiteiras, foram coisas feitas na ilicitude, mas, agora, estão oficializando. Agora, sem mais nem menos, temos um orçamento paralelo feito por alguns e aceito por outros. Sei que o Senador Tasso Jereissati está coordenando a criação de uma CPI sobre o escândalo desse orçamento, e eu quero assiná-la junto com ele e com outros Senadores, porque acho que isso não pode parar assim.

A CPI que foi criada... Eu acho que fez bem o PMDB ao abrir a Presidência. Eu acho que a Senadora Serrano, na Presidência, é algo de excepcional. Ela já teve muita categoria no relatório que apresentou

junto com o Líder do Partido Socialista na questão da Presidência do Senado. E ela reúne a serenidade, o equilíbrio, o bom senso. Acho que a escolha não poderia ter sido mais feliz do que a da ilustre Senadora. E vamos ver se começa... É muito difícil que as Bancadas do ex-Presidente Fernando Henrique e a do atual Presidente Lula estejam muito apaixonadas no sentido de defender e não de buscar a verdade. Mas eu acho que nós haveremos de ir adiante.

Mas eu venho aqui, agora, nesta tarde, tratar de um assunto que... Ontem, eu tive a honra de ser entrevistado pelo extraordinário homem de rádio e televisão que é Heródoto Barbeiro, da rádio CBN. É interessante, é impressionante, pois eu falo em muitas rádios – nós todos! – em televisões e em jornais, e a repercussão é muito positiva. Mas, cada vez que eu falo para o Sr. Heródoto Barbeiro, na CBN, o meu telefone não pára, e os *e-mails* que recebo são um atrás do outro, favoráveis e contrários. É impressionante a audiência do programa.

Falei ontem sobre como deve ser feita a questão dos candidatos. Dizem alguns que todos podem ser candidatos desde que não tenham condenação passada em julgado. Aliás, li um erro muito grave do Lula. Quando cobraram dele que demitisse alguns membros de seu Governo porque estavam sendo processados e já haviam sido condenados em instâncias, ele disse: “Mas a sentença não passou em julgado; logo, não podemos dizer que a pessoa é ré condenada”, o que é verdade.

O Lula não faz diferença entre o penal e o político. Alguém que está sendo processado por assassinato, por roubo, por falcatura, está sendo processado. É condenado em primeira instância, recorre para o Tribunal Regional; é condenado, recorre no Tribunal Federal. Enquanto não for condenado com sentença irrecorrível, não é réu. O nome dele não é lançado como réu. Isso é verdade. Politicamente, é diferente.

O Lula não pode demitir um ministro que está sendo processado. Não pode. Mas o Lula deve demitir um membro de seu Governo se ele já está em primeira e em segunda instância condenado, porque aqui o que interessa é a idoneidade moral, é o conceito que ele tem, é a sua pessoa e a sua história.

É o caso do Presidente do Banco Central. Ele foi denunciado, foi. O Procurador-Geral da República o denunciou perante o Supremo. O Supremo aceitou a denúncia e processou o Presidente do Banco Central. Para mim, ele deveria ter sido afastado. Para mim, ele deveria ter sido afastado, mas não o foi. Agora o Governo diz que ele foi absolvido, foi, e que o Procurador-Geral pediu o arquivamento, pediu. Absolvido, mentira; peço desculpas, arquivado. Por que foi arquivado? Por-

que o Procurador-Geral da República pediu para abrir as contas, o Supremo negou a abertura de contas e o processo passou e não tinha mais o que fazer.

Hoje, sobre a entrevista que dei ontem para o Heródoto Barbeiro, a ilustre e importante Sr^a Lucia Hippolito, comentarista da CBN, fez uma análise muito profunda.

Ela analisa um aspecto muito importante. O Brasil está dando mais um passo para ser o País com o processo eleitoral mais moderno do mundo inteiro.

Já demos um passo excepcional com a urna eletrônica. Só tem um erro, minha ilustre jornalista Lúcia Hippolito. Na primeira eleição feita com a urna eletrônica, caía também na urna o voto na cédula. A urna eletrônica aprovava, mas tinha o voto na cédula permitindo que, em caso de dúvida, pudesse ser apurado o resultado na cédula. Lamentavelmente, encerraram esse procedimento. Não tem mais nem urnas de experiência. E a minha interrogação é esta: o processo é perfeito, mas qual a garantia de que lá pelas tantas não apareça algo? Aconteceu aqui no painel do Senado. Então, eu acho que o processo é perfeito, mas poderia haver ou em todas ou em um número respeitável, porque, se houvesse dúvidas, poderia ser feita a fiscalização por meio das cédulas. Mas, agora, o processo está avançando. Vai votar, Senador, e no título vai ter a fotografia e a impressão digital do eleitor.

A primeira experiência será nas próximas eleições numa série de Municípios. O que vai acontecer? Vai desaparecer a notícia do eleitorado fantasma; a notícia de que em alguns Municípios tem mais eleitor do que população; a notícia de que alguém está votando no lugar daquele que morreu – pega o título e vai votar. O título tem a fotografia dele. Ele vai assinar e botar o dedão dele ali, colocando a sua impressão digital. Nota 10.

Mas aí diz a ilustre e extraordinária comentarista Lúcia Hippolito hoje, na CBN: com relação ao voto, tudo bem, mas e com relação ao candidato? Qual é a segurança? Qual é a perspectiva? Como o eleitor vai votar? O que ele sabe da figura do candidato? Aí ela analisou um projeto que está sendo discutido e será votado, na quarta-feira, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O projeto é muito singelo. Ter os espaços de rádio e televisão gratuitos durante a campanha. E a Justiça Eleitoral tem um espaço destinado a ela para esclarecer. O que se pode fazer? Esclarecer. São candidatos a prefeito fulano, fulano e fulano. Mas se alguém está respondendo a processo, as coisas mudam. Por exemplo, se o Pedro Simon é candidato a Prefeito, mas está respondendo aos processos A, B, C e D, devem ser observados alguns procedimentos. Os processos não transitaram em julgado, mas ele já foi

condenado em primeira instância. Nesse caso, há um procedimento a seguir para que possa ser candidato. Acho que já seria um passo importante para orientar o eleitorado.

Ilustre Sr^a Lúcia Hipólito, ilustre companheiro Heródoto Barbeiro – companheiro não, seria uma honra para mim –, brilhante homem de rádio e televisão, a tese que defendo e que muita gente defende é a seguinte. Está claro, a Sr^a Lúcia deixou claro: uma coisa é punição penal – só pode ser considerado culpado o réu condenado em última instância, quando não houver mais recurso; não há dúvida nenhuma quanto a isso, é preceito que está na Constituição –, outra é ter conceito ilibado, é ter idoneidade, é ter respeitabilidade. Para ser funcionário público tem de ter reputação ilibada; para assumir qualquer cargo, tem de ter biografia respeitável. No entanto, para ser Senador ou para ser Deputado, não precisa, basta não ter contra si condenação transitada em julgado. Não pode ser assim.

Eu defendo uma tese, Sr. Presidente, e ela é mostrada em projetos que estão tramitando. Um deles é aquele que a ilustre Sr^a Lúcia mencionou hoje. Outro propõe que se coloque na Constituição que, além de não ter condenação transitada em julgado, para ser candidato, é preciso ter biografia inimputável, tem de ter idoneidade moral.

E mais, eu inverteria o processo. O que está acontecendo hoje? Nós temos alguns nomes conhecidos, eu não vou nem citá-los, que estão sendo processados há quarenta anos – um crime, dois crimes, três crimes, quatro crimes, cinco crimes, dez crimes, cinquenta crimes pesam contra eles. Mas eles têm bons advogados, estão recorrendo, recorrendo, recorrendo, recorrendo – um deles responde a processos instaurados quando era Prefeito de São Paulo, quando foi novamente Prefeito, depois Governador, quando foi novamente Prefeito. Uns prescreveram, outros não, mas não há nenhuma condenação.

A Justiça é lenta? É. A Justiça é falha? É. No Brasil só vai para a cadeia ladrão de galinha? É. O Brasil é o país da impunidade. Se estou sendo processado, sei o que fazer: vou empurrando com a barriga, recorro pra cá, pra lá, passa o prazo e não acontece nada.

Agora, se eu botar na lei que, se eu for condenado, ainda que seja por sentença de que se pode recorrer, eu não posso ser candidato, as coisas mudarão. Se eu botar na lei que o tribunal tem obrigação de julgar o meu processo antes da convenção que vai escolher os candidatos, muda tudo: eu vou querer ser julgado logo. Em vez de acontecer como acontece agora – todos os réus correm para não deixar seu processo ser julgado, para ganhar tempo –, vou brigar para ser julgado.

A minha lei propõe que, se o meu processo está na fila para ser julgado, na gaveta do Procurador, do Promotor ou do Tribunal, e sou candidato, o meu passará a ser o primeiro processo a ser julgado. Torna-se obrigatório que ele seja julgado até a convenção. Se eu for absolvido, sou candidato; se eu for condenado, não posso ser candidato.

Eu acho que, se nós invertermos o processo, tudo muda. Não pode é continuar acontecendo o que está acontecendo hoje. O cidadão pode ser Senador ou Deputado, mas não pode ser síndico de edifício – na assembléia destinada à eleição do síndico, os condôminos dizem: “Não, com essa biografia não dá; esse cara tem isso aqui contra ele, não me serve”.

Para ser nomeado juiz ou promotor, ou até funcionário público é preciso ter folha corrida. Para ser político, não há essa exigência. Isso tem de terminar.

É por isso, Sr. Presidente, que a credibilidade do Senado e da Câmara na penúltima pesquisa era de 1,1% dos entrevistados e, na última pesquisa, baixou para 0,5%. São essas coisas que nos levam a essa posição.

Creio, com toda sinceridade, que há má vontade em relação à classe política. Generalizar não é justo. Conheço muitos homens públicos – falo principalmente do meu Rio Grande do Sul –, de todos os partidos, até os da época da ditadura militar, que, com relação ao trato da coisa pública, em sua imensa maioria, merecem respeito – tenho restrições radicais contra os que eram a favor da ditadura, tenho restrições contra os Governadores nomeados e condeno as violências que aconteceram. Nosso povo não quer ver isso, o povo nivela por baixo e, nivelando por baixo, temos um dos piores índices de credibilidade já registrados.

É verdade que somos um pouco incompetentes. Este mês que perdemos para discutir a questão da CPI dos Cartões Corporativos foi doloroso – talvez até o povo já tenha esquecido os fatos que dizem respeito à criação dessa CPI. Veio o escândalo do Orçamento; a manchete de que o Brasil pagou a sua dívida externa e agora é credor; veio o Presidente entregar a reforma tributária na Câmara dos Deputados, e nós ainda nem pensamos na instalação da CPI. É por isso, Sr. Presidente, que ninguém leva a sério manchetes como as que saíram nos jornais de ontem. Noticiou-se o que disse o Presidente Lula: “Se eu pudesse, eu fazia a reforma tributária por medida provisória”. É a coisa mais fantástica: “Se eu pudesse, eu fazia a reforma tributária por medida provisória”. Nem a ditadura fez isso, nem o General Geisel, nem o Médici, nem o Costa e Silva, nem o diabo fez uma afirmativa infeliz como essa do Lula, que arrematou: “Mas, como eu não posso, eu vou ter que mandar para o Congresso”. Esse é o apreço

que o Presidente tem por esta Casa. Esse é o apreço que o Presidente da República tem pela democracia. Essa é a realidade que nós estamos vivendo.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já lhe darei.

Enquanto isso, estão discutindo uma reforma relativa às medidas provisórias.

Presidente Garibaldi, essa emenda que estabelece que a medida provisória tranca a pauta, que eu achei absurda, foi uma tentativa de evitar o exagero de medidas provisórias. Então, não; vai trancar a pauta e, trancando a pauta, o Governo vai entender que não pode exagerar. O Governo não deu bola para nós. Não deu bola para ninguém: aumentou o número de medidas provisórias e que se dane se não votar. O Governo, a rigor, não precisa mais do Congresso. Vota tudo por medida provisória!

O que quer fazer agora? Não se tranca mais a pauta. Mas é um escândalo! Não se tranca mais a pauta. O Congresso tem a coragem de dizer: “Não tranca mais a pauta, mas não pode reeditar”. Aí muda tudo. Não pode reeditar 10, 20, 30, 40 vezes como estava acontecendo. Agora, se não tranca mais a pauta, e o Governo pode reeditar, é humilhação, é a gota d’água no Congresso Nacional. Fez-se um levantamento de quantas medidas foram votadas; quantos foram os projetos de iniciativa do Congresso e quantos forem por medida provisória. Esqueceu-se de fazer o levantamento de quantos projetos votados pelo Congresso foram vetados pelo Presidente! Foram 600 ou 700, que estão aí na gaveta. Além de termos um limite insignificante de votar e de aprovar projetos, o Presidente os veta; e, vetando-os, está vetado, não acontece mais nada.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Senador Simon, o Brasil já se acostumou a ouvi-lo nessas sextas-feiras, a qual chamamos de “sem-lei”, porque o tempo é mais elástico, e as pessoas podem desenvolver com mais liberdade o raciocínio. Semana passada, V. Ex^a fez um discurso que começa a ser colocado em prática. Refiro-me a Cuba. Vimos aí a primeira declaração do novo presidente de Cuba; aliás, não se trata de uma declaração, já é o primeiro ato.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Excepcional!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Excepcional! Ele firmou acordo com a ONU em relação aos direitos humanos, o que o irmão dele se negava a fazer há mais de 30 anos. É o primeiro passo. Lamentavelmente, o nosso Colega Cristovam não está aqui, porque esse assunto foi tema de um debate na sexta-feira passada,

para mostrar a S. Ex^a que a tese que V. Ex^a defendeu, com a qual eu concordei, está completamente certa. Temos de dar o nosso apoio a essa expectativa e a essa perspectiva de mudança em Cuba, que o próprio Raúl Castro demonstra querer. O segundo ponto é a citação feita por V. Ex^a de o Presidente Lula querer usar o decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A medida provisória.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Não, não, usar o decreto. Os jornais, aqui – o Senador Geraldo Mesquita e eu estávamos vendo –, dizem que é até mais grave. Bom, o Presidente pode não diferenciar...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ele quer baixar medida provisória por meio de decreto?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Se pudesse, ele o faria por decreto; a baixaria por decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – A reforma tributária?

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É. Por decreto.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Então, voltaríamos ao tempo da ditadura, porque na ditadura que era por decreto-lei.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É mais grave! Pois, é. É mais grave!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ah...!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – É mais grave. Aqui, é por decreto. Mas, como a gente...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Espera aí: é muito sério! Eu não havia me dado conta disso!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – A gente saber que ele não diferencia bem decreto de medida provisória, vá lá, mas agora quero lhe dizer uma coisa: se formos raciocinar friamente, o Brasil deve muito aos alopados, aos envolvidos na CPI do Banestado, aos sanguessugas, porque se não fosse esse mar de corrupção que esse partido se meteu, se o partido tivesse executado a pureza que pregou, já teríamos o decreto, já teríamos o sistema unicameral, já teríamos o terceiro mandato, porque esse pessoal, Senador, tem a vocação de ditador.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E há quem diga que não havia decreto cassando gente!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Olha, ... olha...!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Pois é. Cassando ou, quem sabe, sumindo gente! A vocação desse pessoal...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não é a vocação. Quem tem o poder absoluto é imprevisível no que pode fazer.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Exatamente. Mas não deixa de ser vocação. A gente vê a maneira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu não diria que o Lula tem vocação.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – O Lula, não.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Ninguém sente ali, com poderes absolutos, sem que termine fazendo bobagens.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Na verdade, o Lula é apenas uma peça nesse processo. A mais importante, porque é a blindada, é a que tem popularidade, é a que tem voto. Mas, o que está...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas é a melhor ainda.

O SR. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Sim... O problema são os que o cercam.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – É verdade.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – São os que cercam o Presidente Lula; são os que fazem com que ele defenda o indefensável, de justificar o injustificável. Senador Pedro Simon, eu quero ver, segunda-feira, o que vai acontecer com essa extraordinária figura de homem público, chamado Sepúlveda Pertence, Presidente do Conselho de Ética! Quero ver: se o Lula vai desmoralizá-lo – e ele não vai aceitar isso –, ou se vai tomar uma providência, atendendo à Comissão de Ética, criada por ele, nomeada por ele, para exercer suas funções de maneira isenta. Eu quero ver. A próxima semana será de uma simbologia fantástica neste caso!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu garanto a V. Ex^a que ele vai cumprir o que o Sepúlveda disser. Ele não é louco de não cumprir o que o Sepúlveda disser! Pelo Sepúlveda, pela biografia dele, pela dignidade dele, pela correção dele, pela seriedade dele, ou ele aceita ou, nessa altura, o Brasil fica contra o Lula e do lado do Sepúlveda!

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Concordo plenamente com V. Ex^a. Bom, fica feito esse registro. Acho que o Presidente Lula está abusando da sua blindagem. Mas, tem tido sorte até aqui; as coisas têm dado certo. Vamos para frente. Parabéns, Senador!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Fazer a reforma tributária por decreto!? Eu pensei que fosse por medida provisória, e já achei um absurdo! Por decreto é voltar à ditadura! Quer dizer, por medida provisória é até pior do que por decreto, não quero discutir, mas pelo menos é um ato da Constituinte de 88. Ato burro, porque não deveria ter saído de lá. Quando caiu o parlamentarismo, a Comissão de Redação Final tinha

de ter tirado, porque não existia mais. Agora, por decreto?! Eu não sei não...

Concedo o aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita (PMDB – AC) – Caro Senador Simon, a quem o Senador Mão Santa, generosamente, trata de “Dom Pedro Simon”, V. Ex^a se referiu há pouco à expressão “poder absoluto”. Antes, V. Ex^a havia feito reflexões acerca do fato de o Governo não precisar do Congresso sequer para apreciar medida provisória. Aliás, o Governo não precisa sequer que o Congresso aprecie e vote o próprio Orçamento, Lei mais importante que nos traz a este Congresso Nacional. Pergunto a V. Ex^a o seguinte: quando não precisamos mais de alguma coisa, o que fazemos com essa coisa, Senador Simon? Ela vai para o lixo. Tenho me preocupado muito, e digo sempre que isso não é teoria da conspiração não, mas essa situação preocupa-me muito. Às vezes, sinto no ar que se trama, de fato, contra o Congresso. Essa campanha solerte, essa campanha massiva, essa campanha permanente de desmoralização do Congresso materializa-se, Senador Simon. Às vezes falamos e tal, mas ela se materializa no fato de o Governo não precisar mais do Congresso para aprovar medida provisória; se ela não for apreciada, melhor ainda. O Governo não precisa do Congresso para aprovar Orçamento da União; se ele não for votado, melhor ainda para o Governo, que fica gastando dinheiro do Tesouro por meio de medidas provisórias, inclusive com créditos extraordinários. Então, preocupa-me muito esse aspecto. O Senador Mão Santa, por exemplo, é um defensor ardoroso do Senado Federal. Acho que S. Ex^a está certo. Talvez este aqui não seja o melhor dos mundos. Temos nossos defeitos. Esta Casa tem defeitos, tem crises e tal. Mas será melhor, em nosso País, vivermos sem o Senado Federal, sem a Câmara dos Deputados e sem o Congresso Nacional? Será melhor? É isso que o povo brasileiro quer e deseja? Preocupa-me muito o desequilíbrio que se afigura em nosso País entre os Poderes desta República. Há uma forte tendência ao poder absoluto mesmo, Senador Pedro Simon. E V. Ex^a diz, com muita propriedade, que quem senta naquela cadeira com poderes absolutos numa hora ou noutra faz besteira. É inexorável. Então, creio que devemos evidentemente expiar nossas culpas e nossos defeitos, mas não devemos abrir mão da defesa dessa instituição – não da defesa do Senador Pedro Simon ou do Senador Heráclito Fortes em particular, mas da instituição Poder Legislativo – para que possamos contribuir decisivamente para o reequilíbrio dos Poderes nesta nossa grande Nação. Sem isso, iremos para a balata, Senador Pedro Simon. Sem isso, estaremos reféns de

uma situação que pode se tornar incontrolável neste País. Quando V. Ex^a fere esse assunto, com a autoridade que tem, devemos prestar muita atenção. Precisamos não só nos solidarizar com V. Ex^a, mas também estar a seu lado na defesa de uma causa, na defesa dessa tese. Devemos todos nós nos constituir em soldados do sistema de equilíbrio de poder em nosso País, sob pena de naufragarmos numa situação... Já vimos muita coisa feia neste País: regimes autoritários... Temo que consigamos, mesmo assim, naufragar numa situação em que vamos nos surpreender por ser muito pior do que já vimos acontecer neste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Quer ver uma coisa, Senador, dentro do que V. Ex^a disse? Se V. Ex^a me perguntar onde está a origem de tudo o que acontece no Brasil, dos desequilíbrios, dos crimes, dos absurdos, dos escândalos, das irregularidades, vou responder a V. Ex^a: está na impunidade. Não pense ninguém que está me assistindo que no Brasil os deputados são mais ladrões do que os dos Estados Unidos, os da Alemanha, os da Itália. Não pense que se rouba mais no Brasil do que nos Estados Unidos. Não pense que os escândalos e a corrupção que há no Brasil, não existam na Europa, na França, na Itália, no Japão. Existem! Qual é a diferença? É que lá eles vão para a cadeia. Mais de três primeiros-ministros japoneses se suicidaram de vergonha de irem para a cadeia. Na Itália, com a operação Mãos Limpas, foram presos mais de 100 parlamentares. O Presidente da Fiat foi para a cadeia! No Brasil, ninguém vai. A Justiça brasileira não mandou um homem importante para a cadeia. Está aí uma maravilha, um espetáculo. Viva a justiça, porque o Procurador-Geral da República aceitou a denúncia contra 40! Aceitou a denúncia contra 40! Mas se algum deles vai ser condenado, eu não sei. Vai levar tanto tempo o processo, vai levar tanto tempo que não sei o que vai acontecer. Qual é o único órgão no Brasil que apura fatos de corrupção? É o Congresso Nacional, que cassou o Collor, que cassou dez parlamentares da CPI dos Anões do Orçamento, denunciou, na CPI do Sistema Financeiro, três Governadores, mais de dez parlamentares, dois diretores e o presidente do Banco Central. Denunciou, quer dizer, condenou.

As manchetes dizem que as CPIs terminaram em *pizza*. O que o povo não entende, meus amigos, é que o Congresso não tem condições de colocar ninguém na cadeia. O Congresso conclui e manda para o Procurador-Geral. Durante o Governo Fernando Henrique, por oitos anos, o Brindeiro colocou todas as denúncias na gaveta. Agora – a justiça seja feita – os procuradores estão denunciando, mas até agora não aconteceu nada.

Três presidentes do Senado tiveram que sair para não serem cassados. Nós fizemos a nossa parte. Um saiu, renunciou; hoje é Governador. Outro saiu, renunciou para não ser cassado; voltou. Outro saiu, renunciou; hoje é deputado. Não aconteceu nada. Então, se diz que terminou em *pizza*, mas o Congresso não pode denunciar. Só quem pode denunciar é o procurador e só quem pode botar na cadeia é o Judiciário. Nós fizemos a nossa parte. O que tem de ruim agora é que parece que estão querendo desmoralizar a CPI. Olha, a CPI que afastou um Presidente da República, a CPI que afastou dez parlamentares. Naquela época, eu fazia parte da CPI, porque, naquela época, a gente julgava buscando a verdade; hoje, metade é de um partido e metade é de outro partido e se julga querendo acobertar tudo. Aqui, sim, Senador, nós estamos correndo o risco de desmoralizar a CPI. Agora, o indicado para relator da CPI dos Cartões, que é do PT, diz que não aceita porque é muito ruim trabalhar com presidente da Oposição na comissão. Mas o que é isso? Onde é que nós estamos? Ele queria relator do Governo e presidente do Governo, maioria do Governo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Isso, em outras épocas, Senador Simon, chamava-se truçulência e intolerância. Gozado, estamos vivendo.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o relator do PT, o velho e histórico PT de ontem, diz o seguinte: “Não posso ser relator porque o presidente é da Oposição”. Ele queria que o presidente também fosse do PT ou do PMDB, do Governo; ele é do Governo e a maioria do Governo. Mas que CPI é essa?! A CPI, meu caro relator do PT, é arma da Oposição, da Minoria. É arma da Minoria.

Eu acho que a escolha da Senadora Marisa Serano foi muito boa. E, Sr. Presidente, se o Relator do PT quiser cair fora, que caia!

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Só falta, Senador Simon, baixar um decreto extinguindo a Oposição.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Se pudesse...

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Se pudesse...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – ...aconteceria isso.

Eu acho que o levantamento feito pelo nobre Presidente da Comissão do Mercosul foi muito importante. Nós estamos caminhando para nos humilharmos no Congresso Nacional. Aquele mês de debate em torno da CPI foi muito triste. O que está acontecendo na Comissão de Orçamento é pior do que o que aconteceu na CPI dos Anões do Orçamento. Por que é pior?

Porque lá era o escândalo da bandalheira feita fora; e agora quer se oficializar. Está-se oficializando um orçamento extra feito por alguns.

Eu assino o requerimento dessa CPI na segunda-feira, se o Senador Tasso coordenar.

Eu creio, Sr. Presidente, que vivemos horas interessantes. Lula vive a euforia de ser credor internacional. Ele agora não deve mais. Ele é credor. É interessante um artigo publicado na *Zero Hora* pela ilustre Deputada, Líder do PSOL, Luciana Genro, em que ela diz que nós deixamos de dever em dólar e agora devemos em real, pagando os juros mais altos do mundo. Não sei... Vou estudar com mais calma.

Mas creio, Sr. Presidente, que vamos aguardar.

Sei que não vou fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito, pois já fui excluído. O argumento foi a idade avançada. Já tenho mais de 75 anos. Então, tenho o direito de descansar.

Mas, pelo amor de Deus! Se bem que não tenho preocupação. Foi dito aqui muito bem: duas CPIs consideradas chapas brancas, e os presidentes e relatores das mesmas foram excepcionais. Acredito nisso sinceramente. Mas não exagerem ao indicar os nomes. Indiquem homens que são do Governo, que são da Oposição, mas que tenham um mínimo de independência, para agirem de acordo com sua consciência.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o Senado da República, que se torna um dos melhores ao longo dos 183 anos de história, graças à presença de homens virtuosos como Pedro Simon, a quem convido a presidir esta sessão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo-lhe a palavra pela ordem, mas, Heráclito Fortes, eu queria ajudá-lo. V. Ex^a representa tão bem o Piauí!

Recebi agora um *e-mail*, informando que, mais uma vez, o Piauí foi destaque de forma negativa na TV Globo. A notícia saiu hoje, no Bom Dia Brasil, na manhã desta sexta-feira, em matéria da jornalista Neyara Pinheiro: saúde, um colapso, vivendo os piores momentos – e o Piauí tinha tradição de boa saúde. A matéria da jornalista mostra o descalabro em que vive o Piauí, o que estamos a denunciar.

Eu pediria ao Presidente da República que fosse agradecido ao povo que endereçou voto a ele.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Pedro Simon.

Dr^a Cláudia Lyra, veja como a TV Senado é bem ouvida: falei aqui sobre a viagem de trabalho do Go-

vernador pela Europa e recebi alguns telefonemas. Pessoas me diziam que minha informação estava incompleta e que eu não sabia das coisas. Quero corrigir, para não cometer injustiça com o Governador e sua comitiva.

Além de Veneza, eles estiveram em Florença. Naturalmente, o Governador foi contemplar a estátua de Davi, passear pela Ponte Vecchia e, quem sabe se, estando em Veneza, foi ver a maravilhosa torre inclinada de Pisa. Como, no caminho, fica Pistoia, ele deve ter colocado flores na sepultura dos brasileiros, homenageando-os, pela participação dos mesmos em batalha da Segunda Guerra Mundial naquele país.

O Governador, realmente, cumpriu roteiro de trabalho fantástico, e quero crer que trará resultados positivos para o Piauí.

Quero, por isso mesmo, pedir desculpas a S. Ex^a pelo fato de eu não ter citado mais essas duas cidades do roteiro. E peço aos ouvintes que, se houver mais alguma cidade que tenha freqüentado, podem me passar a informação, que, com o maior prazer, anunciarei. Não quero ser injusto com o Governador, não tenho o direito de ser injusto com S. Ex^a.

Senador Pedro Simon, o que me traz aqui é um fato lamentável. Aliás, o Presidente Lula, depois das três da tarde, fica ofensivo. Não sei se é o cansaço, mas fica agressivo com as pessoas.

Ontem, em Fortaleza, ele disse – é uma coisa difícil de compreender, mas o jornal traz a notícia na íntegra: “Minha resposta a determinadas críticas é um ato como esse [existe uma assinatura de uma ordem de serviço]. Responde por mim. Responde [Senador Pedro Simon] a 200 baratas”.

O Presidente não identificou as baratas, mas, depois, afirmou ter como adversários o DEM e o outro, “que já se sabe quem é”, referindo-se aos tucanos.

Para que o Presidente Lula agride dessa maneira a Oposição? Aliás, antigamente, ele dizia que o Congresso era composto de 300 picaretas, quando ele participava inclusive. Agora, mudou. Não são mais picaretas; são baratas.

É uma maneira descabida, despropositada de Sua Excelência ofender o Congresso, sem nenhum sentido. Parte de um Chefe de Estado, de um Presidente da República.

Lamento, Sr. Presidente, que Sua Excelência se emocione no cair da tarde e dê declarações dessa natureza, principalmente em Fortaleza, que é uma cidade hospitaleira, que é uma cidade acolhedora. Naturalmente, existem os puxa-sacos, os picaretas, os que gostam, mas existem os que têm horror a ofensa dessa natureza.

Senador Simon, V. Ex^a falou há pouco em Procuradores da República que estão sumidos. Não era o Luiz Francisco, aquele famoso?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – José Francisco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Acho que está de férias ou aposentou-se.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS. *Fora do microfone.*) – José Francisco.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – É José Francisco ou Luiz Francisco? (Pausa.) Acho que é Luiz Francisco, aquele famoso.

Mas, Sr. Presidente, vi uma coisa estranha na CPI das ONGs. Quiseram chamar um Procurador, que foi, anos a fio, usado, citado como bandeira pelo PT, o Sr. Celso Três. E foi um deus-nos-acuda. O PT não permitiu que o Sr. Celso viesse aqui. Quero saber por quê. Lembro-me muito bem de que o PT, para tudo, citava o Procurador Celso Três. Quero saber agora por que o PT corre do Celso Três como o diabo corre da cruz?

Era uma indagação, Sr. Presidente, e, neste registro, lamento o Presidente Lula comparar a Oposição brasileira com baratas. Para quem convive com os ratos que o acompanham, até que barata é um bom negócio.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – O final não foi feliz. (Risos.)

Com a palavra o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Pedro Simon, caros colegas, vim aqui falar sobre dois assuntos, mas, antes, permitam-me. Recebi, nesta manhã, um presente do Senador Mão Santa: um livretinho com frases e expressões que S. Ex^a proferiu ao longo da sua vida pública. E me chamou muito a atenção, Senador Mão Santa, aquela que V. Ex^a dedicou aos jovens. Eu pediria permissão desta Casa, inclusive, para ler, porque achei muito rica de conteúdo.

V. Ex^a, numa solenidade, com jovens do seu Estado, quando governava o Piauí, disse que “os jovens, especialmente os adolescentes, quando despertam suas atenções para a magia do embate político, trazem na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas, colocar-se frontalmente contra as ações discriminatórias, projetando em seus discursos fantasias e realidades de aspirações e desejos”.

Conclui V. Ex^a dizendo: “a prática política contrária a esses postulados decepciona a juventude, afastando as lideranças consolidadas daqueles que haverão de nos suceder”.

Eu digo que me comovi com a sua fala naquela oportunidade, Senador Mão Santa, porque essa é uma causa legítima, brava, importantíssima no nosso país, atrair a juventude para a prática política. A juventude, que por vezes nela é incutida a idéia de que a política é ambiente para quem não presta, para quem não serve, é um ambiente sujo. E não é, V. Ex^a sabe disso. E ele se enriquece assustadoramente quando a juventude participa, a juventude do nosso país. Como diz V. Ex^a, quando ela bota o pé na política, ela traz na alma a pureza de condenar as arbitrariedades, defender as justas causas e colocar-se frontalmente contra as ações discriminatórias. Ela enriquece a política.

A política passa a ser outra coisa quando a juventude de forma maciça bota seu pé, assume posições dentro do mundo político. Parabéns a V. Ex^a!

Eu quero cumprir aqui uma promessa que fiz aos integrantes das carreiras da Advocacia Pública da União. Ontem, fiz questão de registrar nesta Casa o convite que recebi do eminente colega João Carlos Souto, presidente do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal. No dia 27, na última quarta-feira, ele me convidou para participar de um ato realizado no auditório da sede da OAB Federal, em Brasília, com a presença, inclusive, do Dr. César Britto, presidente da OAB Federal. Ali presentes estavam integrantes das carreiras da Advocacia Pública da União, inclusive defensores públicos, procuradores da Fazenda, procuradores da União etc. E foi algo muito comovente, porque a OAB, através da sua organização federal, em todas as seccionais do País, houve por bem manifestar-se publicamente em favor da luta encetada pelos Advogados Públicos da União com vistas a fazer com que o Governo cumpra um acordo firmado em novembro do ano passado, Senador Mão Santa, acordo esse que tem por finalidade resolver questões pendentes anos e anos neste País, questões salariais, questões de estrutura de trabalho, de condições de trabalho dessas categorias, pelo País afora.

Como eu disse, vim aqui cumprir com o que prometi naquele fórum. Pedi permissão ao fórum e a seus integrantes para ler, da tribuna do Senado, um manifesto dado a conhecimento exatamente pelo fórum; lido naquela oportunidade, com muita emoção, por um decano da Ordem. E aqui estou cumprindo o que prometi, ao contrário do Governo, que não cumpre um acordo firmado com essas categorias.

Quero me apressar em ler, porque é um pouco extenso: *Manifesto do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal*.

Dia Nacional de Mobilização com a OAB.

Imagine: a OAB decisivamente se solidariza e se incorpora nessa luta dos Advogados Públicos da União, o que deveriam fazer juizes, Ministério Público, do mesmo jeito, porque a própria Constituição, Sr. Presidente, no seu Título IV, Capítulo IV, trata a advocacia pública, a advocacia em geral – privada e pública – Senador Mão Santa, como atividade essencial da Justiça.

O que significa isso? Função essencial à justiça? Significa dizer que, sem a atuação dos advogados privados e públicos, não se instaura o devido processo legal, Senador Mão Santa.

É por isso que a atividade do advogado é essencial ao funcionamento da Justiça. E veja a que eles estão relegados. As condições de trabalho dos magistrados do nosso País, dos Tribunais Superiores, dos magistrados em geral, são satisfatórias. As condições de trabalho e de remuneração dos membros do Ministério Público também são satisfatórias. Elas são essenciais ao funcionamento da Justiça. Os advogados privados e públicos também são essenciais. Senador Pedro Simon, V. Ex^a sabe disso. O tratamento de condições de trabalho, sobretudo quando adentramos a questão remuneratória, é uma indecência no nosso País. É uma disparidade brutal.

Ora, se as três atividades são essenciais, elas devem, no mínimo, ser equiparadas, em termos de condições de trabalho, em termos remuneratórios.

Portanto, passo a ler, como prometi – ao contrário do Governo, que se compromete e não cumpre – o Manifesto, exarado pelo Fórum dos Advogados Públicos da União:

As entidades de classe da área jurídica federal, integrantes do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal, vivem hoje na data de hoje um momento ímpar na mobilização de seus associados – advogados da União, procuradores federais, procuradores do Banco Central, procuradores da Fazenda Nacional e defensores públicos da União – empenhados no resgate de sua dignidade remuneratória, comprometida pelo não cumprimento de um Acordo firmado com o Governo Federal no dia 1º de novembro de 2007, momento esse especial, em face da convocação do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Cezar Brito, para a realização simultânea de atos de apoio dessa nobre instituição ao movimento dos advogados e defensores públicos federais, tanto na sede

nacional em Brasília como nas 27 Seccionais da OAB nos Estados, envolvendo as respectivas Comissões de Advocacia Pública.

Desde abril do ano passado, quando o Palácio do Planalto aprovou uma proposta do Advogado-Geral da União para a concessão de honorários advocatícios havidos pelos advogados públicos nas ações vitoriosas nos Juízos e Tribunais do País, a exemplo dos advogados liberais, o Conselho Federal da OAB posicionou-se publicamente pela legitimidade do pleito.

Na oportunidade, substituir a remuneração dos advogados públicos por honorários seria desonerar a folha de pagamento desses servidores, em valores suficientes para cobrirem o reaparelhamento da Advocacia-Geral da União e outras despesas de custeio e investimento.

Em julho de 2007 seria publicada uma Medida Provisória nesse sentido, em caráter não singular, eis que algumas Procuradorias dos Estados e a Procuradoria do Município de São Paulo, a maior cidade do País, já haviam adotado a iniciativa. Mas como já ocorrera com primeira proposta de subsídio constitucional dos advogados públicos, em 2004, ao teor do art. 135 da Constituição Federal, a área técnica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se opôs à iniciativa da AGU, gerando profundo mal-estar na classe jurídica.

Abrimos um parêntese para realçar que são somente seis mil os advogados e defensores públicos federais em atividade, em todo o território nacional, somando-se igual número de aposentados e pensionistas. A média individual de ações judiciais e administrativas sob sua responsabilidade é superior a 600 processos, sendo notória em algumas unidades jurídicas especializadas a distribuição individual de mais de 1500 processos, envolvendo os mais diversos ramos do direito público, a missão constitucional na defesa das rendas e do patrimônio da União, das políticas públicas governamentais e ainda dos mais necessitados.

Integrantes das Funções Essenciais à Justiça (MP, AGU, DPU), incluídas na Constituição em capítulo à parte dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, perdem esses servidores, a cada realização de concurso público, cerca de 30% de seus quadros qualificados para carreiras mais atrativas do próprio Ministério Público e da Magistratura, em nível nacional e estadual.

Esse quadro veio a se agravar ainda mais com as negociações que se seguiram à proposta de honorários advocatícios. A partir de maio do ano passado, os integrantes do Fórum sentaram-se novamente à mesa de negociações com a AGU e o MPOG, obtendo ao final de outubro, em meio à intensa mobilização das bases associativas, uma nova tabela de subsídio, em valores que se assemelhavam aos oferecidos aos Delegados e Peritos da Polícia Federal, sem demérito dessas categorias.

Foi então firmado, em 01 de novembro de 2007, um Termo de Compromisso com a Representação Governamental (AGU e MPOG), seguido da promessa, várias vezes reiterada de público, de edição de uma Medida Provisória. Em pleno processo de votação da CPMF no Congresso Nacional, o Governo editou a MP de reajuste dos Policiais Federais, passando a alegar, mais à frente, que a suspensão da Contribuição Provisória, pelo Senado Federal, colocava “em cima do telhado” (expressão de uma alta autoridade) o Acordo firmado com as carreiras jurídicas.

Não restou outro caminho às bases associativas da classe jurídica, percebendo menos de 30% do piso e do topo salarial dos policiais, que a deflagração de uma greve geral, a partir do dia 17 de janeiro, para o cumprimento do acordo firmado com o Governo Federal.

Esse o estágio em que se encontram os membros das carreiras jurídicas da União, alvo de desprestígio e de desvalorização no seio do serviço público que os remunera. Com toda a cautela, seguindo as diretrizes da Lei nº 7.783, de 89, aplicada à greve de servidores públicos por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, organizaram-se plantões de 30% nas unidades jurídicas, para o atendimento às causas e intervenções emergenciais, envolvendo a sociedade e os interesses da União.

A greve jamais entraria na pauta dos advogados e defensores públicos da União a não ser feridos os princípios basilares e a natureza de suas atividades, isentos a políticas de defesa do patrimônio e interesses públicos, consagrados como a Advocacia do Estado, tal como na Itália, berço do nosso direito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Com o maior prazer, Senador Heráclito.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Quero louvã-lo por esse oportuno pronunciamento, em solidariedade a categorias que lutam por uma reivindicação que é justa. O Governo usa o argumento de que o fim da CPMF atrapalhou qualquer negociação. Sabem todos que é um blefe e que, como bem disse V. Ex^a, uma

decisão favorável não vai onerar os cofres públicos; muito pelo contrário, vai estimular uma produtividade muito maior por parte dos que trabalham nessas áreas, principalmente os Procuradores. De forma que felicito-me com V. Ex^a pela oportunidade do pronunciamento, empresto-lhe a minha solidariedade e espero que o Governo acorde e tenha a sensibilidade para resolver esse impasse.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Obrigado, Senador, pela solidariedade, inclusive.

Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Mão Santa

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Geraldo Mesquita Júnior, entendo que a justiça tem que ser como o sol: igual para todos. Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça! Montaigne: a justiça é o pão de que mais a humanidade necessita. Daí, digo que nesta Casa somos os pais da Pátria. Quando prefeito, criei uma pequena defensoria municipal. Não há o procurador que defende o prefeito? E os pobres? Um advogado é para defensoria familiar, para problemas de família, você sabe como é, e outro é para estar na cadeia. É complicado, é muito pobre, não tem defesa. Isso é tão grave! E Deus me permitiu governar o Piauí logo depois. Fui prefeito de Parnaíba. Você sabe por que existe esse problema carcerário? Eu, Heráclito, eu me dediquei mesmo. Fui um governador e acho que só se o Heráclito for governador vai me superar porque os outros, não. E eu tive essa sensibilidade, ouviu, Senador? Eu peguei o chefe lá dos defensores públicos, que é Reginaldo Furtado, e mandei-o estudar todos os presos. Olha, o que tem de preso que está preso porque nunca foi defendido, que já passou o mandato!... Dá trabalho, é complicado. Mas o que tem de preso aí porque nunca teve um advogado para defendê-lo!... Você entendeu? Então, nós diminuimos o número de presos pela lei. E construí no Piauí o Palácio da Defensoria Pública. Porque eu me lembrava, ô Pedro Simon, V. Ex^a está aí de Cristo, daquele julgamento: Anás e Caifás, tudo contra ele, Herodes e tal, o povo e os ricos. Nenhum advogado de defesa. Não teve advogado de defesa. Então, eu imaginava que aquilo era uma lembrança para nós. E eu fiz o Palácio da Defensoria Pública. Eles eram 30. Uma vez, falou-se em Sepúlveda Pertence, que é uma figura, é um Rei Salomão dos melhores homens. No espírito da lei, não há esses DAS? Lá é o DAS-4 do governo. Porque 200 – eu criei muita cidade, 78 novas – não podia ter... A lei só tinha 30 defensores públicos com um salário razoável. Então, eu dava DAS-4 para advogados nas outras cidades, para ter como um bico. Uma vez eu fui, vamos dizer,

um defensor novo que estava querendo criar duas categorias: uma de defensor verdadeiro e outro. Eu digo: “Não, porque eu também ganhei bolsa para ser cirurgião e nunca me considerei médico”. Eu dou como uma bolsa de estudos para que as cidades pequenas também tenham aqueles advogados coordenados por um defensor público. Então, V. Ex^a chama a atenção justamente para isso. Esses homens têm que ser iguallados. No Piauí, eles são chamados de advogados do pobre. Quem ajuda o pobre serve a Deus.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Eu quero concluir a leitura do manifesto, como havia me comprometido, e digo, estou cumprindo um acordo que fiz com a categoria, ao contrário do Governo, que não cumpre: “A greve jamais entraria na pauta dos advogados e defensores públicos da União, a não ser feridos os princípios basilares e a natureza de suas atividades isentas, apolíticas, de defesa do patrimônio e interesse públicos, consagrados como Advocacia do Estado, tal como na Itália, berço de nosso Direito.

Ao se dirigir, na data de ontem, à Ex^{ma} Sr^a Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministra Ellen Gracie, em defesa dos advogados públicos federais, nos autos do pedido de suspensão de tutela antecipada, ajuizado pela Procuradoria-Geral da União, o advogado e ex-Ministro Francisco Rezek produziu as seguintes e oportunas, além de verdadeiras, considerações:

Há um extremo desconforto, para muitos de nós, em ver nos rótulos que capeiam a presente série de litígios em nome da União como sendo a parte que se contrapõe aos grevistas, ou seja, aqueles que justamente são seus defensores (...). É do Governo que os integrantes de todos os setores de defesa do Estado recolheram garantias de tratamento retributivo minimamente idôneo, para vê-las agora inteiramente desonradas mediante argumentos que a própria linguagem da Advocacia-Geral da União e da decisão singular de Brasília denunciam como inconsistentes.

O nosso mais profundo respeito e gratidão à Ordem dos Advogados do Brasil – agora é o Fórum que se pronuncia – pelo carinho e atenção em defesa dos advogados públicos, que são seus membros ao lado dos colegas advogados privados, aos quais também renovamos a nossa estima.

Assina a Diretoria do Fórum por diversas categorias e um conjunto enorme de profissionais.

Alguém poderia perguntar por que o Senador Geraldo Mesquita está lendo na íntegra o documento, o manifesto. Respondo, Senador Mão Santa: simplesmente para constranger, para mostrar a esta Casa e ao País que, neste particular, o Governo reluta em cumprir um acordo firmado, Senador Mão Santa, sob o fragilíssimo argumento de que, com a rejeição da medida provisória que tentava manter a CPMF, como diz uma alta autoridade, “coloca em cima do telhado o acordo”.

Isso é um deboche, Senador Pedro Simon. Sou Procurador da Fazenda Nacional há mais de 15 anos, Senador Mão Santa, e acompanho, até por questão de justiça, de se dizer a verdade, desde aquela época, o tratamento que essas categorias sofrem em termos de menosprezo e de negligência do Governo Federal. Passa o Governo, e o tratamento é o mesmo. Acordos são feitos e não são cumpridos, tratativas são entabuladas e não são cumpridas nem levadas a efeito.

V. Ex^a falou, em seu discurso, no ex-Ministro Pedro Malan. Ele comprometeu-se e também não cumpriu, Senador Mão Santa. Sou testemunha. Eu estava sentado à mesa no momento em que ele se comprometia a tomar medidas concretas para resolver a questão salarial dos Procuradores da Fazenda, da estrutura de trabalho da Procuradoria da Fazenda, um órgão de fundamental importância neste País. Ele foi um dos que prometeu e não cumpriu – em nome do governo que ele exercia.

Passa governo, entra governo, sai governo e as categorias da Advocacia Pública Federal são tratadas dessa forma. Abro os jornais da minha terra e vejo aqui, para meu estarecimento, que, da mesma forma, são tratados assim os defensores públicos lá do meu Estado, uma categoria briososa, uma categoria que defende os interesses dos menos favorecidos, Senador Mão Santa, daqueles que ficavam, e testemunhei isto várias vezes, ao relento, três, quatro horas da madrugada, para pegar, de manhã cedo, uma fichinha para ser atendido por um defensor público, órgão que também, entra governo, sai governo, não tem sua estrutura devidamente aparelhada, não tem a remuneração de seus defensores devidamente equacionada.

Então é uma questão que diz respeito ao povo brasileiro, que precisa saber disso! O povo brasileiro precisa saber disso! Uma importante categoria, como a Defensoria Pública Federal, Senador Mão Santa, tem pouco mais do que 100 defensores federais atuando em todo o país. Imagine uma coisa dessa! Deveria

haver de centenas a milhares de defensores públicos federais, atuando neste país, na defesa dos interesses dos menos favorecidos.

E é esse o tratamento que o Governo Federal concede, é esse o tratamento que os defensores públicos lá do meu Estado também recebem, para não dizer os do restante do país. Essa é uma situação generalizada! O Congresso Nacional precisa tomar medidas concretas, ou, ao menos, tomar conhecimento. Por isso que li, na íntegra, aqui, o manifesto do Fórum dos Advogados Públicos da União.

Para encerrar, Senador Simon, quero aqui me penitenciar por um fato. Há dias, venho falando em relação à nossa pujante Região Amazônica. E dizia, até por provocação, que o Governo Federal, que tem 40 ministérios, deveria criar talvez o mais importante deles, ao longo de todos os tempos, o Ministério da Amazônia, porque ali, Senador Simon, poderíamos centralizar as ações, os órgãos e as instituições que atuam ali na Amazônia de forma planejada, de forma coordenada para elaborarmos um grande projeto ou vários projetos para aquela região, para não estarmos aí correndo atrás dos prejuízos, apagando incêndios, criando bolsas.

O Governo está aí. Li estarecido também que o Governo pretende agora instituir mais uma bolsa para conceder àqueles trabalhadores que atuam em atividades ilegais, em madeiras no Pará, seja lá onde for. Senador Simon, os trabalhadores na Amazônia gostam é de trabalhar. Eles querem é que o Governo firme com eles uma grande parceria no sentido de criar condições para que eles continuem produzindo seja em que setor for.

Tenho certeza absoluta de que, ao invés de uma bolsa, eles prefeririam... Lá no meu Estado, por exemplo, ... os pequenos agricultores precisam que o Estado, que a União seja o grande parceiro, o fator que detone o processo de desenvolvimento de fato, fazendo com que eles possam substituir tecnologias seculares, hoje absolutamente superadas e que entram em conflito direto com os interesses de todos os brasileiros na preservação da Amazônia.

Mas eles não têm alternativas e ficam sendo apontados como criminosos, como aqueles que, levemente, estão destruindo a floresta. Não falo dos verdadeiros assassinos que estão na Amazônia, destruindo de forma irresponsável e criminosa a floresta; estou-me referindo a um conjunto enorme, Senador Simon, de trabalhadores, pequenos trabalhadores,

pequenos agricultores – e, olha, estou falando dos pequenos mesmo; são milhares, Senador Mão Santa, milhões ali, na Amazônia –, que estão sendo emparedados, estão sendo impedidos de produzir, estão sendo colocados na parede, porque não têm, de parte do Estado, da União, a devida parceria necessária para que eles possam até mudar de atividade, para que eles possam retomar uma atividade produtiva, seja ela qual for, porque – repito –, se colocarem na frente deles uma bolsa e as condições adequadas e oportunas de trabalho, eles vão preferir continuar trabalhando, Senador Mão Santa, tenho certeza absoluta, conheço o povo da Região Amazônia.

E aqui, por dever de justiça, como eu dizia, falei já por várias vezes, a título de provocação, na criação do Ministério da Amazônia e, para minha surpresa – e devo confessar: inclusive para minha alegria –, naquele dia da nossa reunião da Bancada do PMDB, conversando antes da reunião com o Senador Raupp e falando desse assunto, ele disse: “Geraldo, mas eu já apresentei o projeto autorizativo de criação do Ministério da Amazônia em 2005”. Disse: “Raupp, você me perdoe”. Para os que me ouviram – e sabiam desse fato –, poderia parecer até que eu, deliberadamente, omiti esse fato.

O Senador Raupp protocolou na nossa Casa, no Senado Federal, em 2005, um projeto autorizativo que cria o Ministério da Amazônia. Está nas gavetas do Senado, como outros grandes projetos, entende? Eu estou aqui dizendo, eu estou aqui me penitenciando pelo fato de não ter feito referência a isso, porque, honestamente, eu desconhecia esse fato. Entende? Eu estou aqui, hoje, humildemente, me penitenciando, porque aqueles que me ouviram, repetidas vezes, poderiam pensar – e sabendo da iniciativa do Senador Raupp – e dizer: “O Senador Geraldo é colega do Senador Raupp e omite um fato importante como esse”. Não o fiz deliberadamente. Quem me conhece sabe disso. Quero aqui, inclusive, louvar a iniciativa do Senador Raupp. Ele me falou, inclusive (no mesmo dia), que tinha estado com o Presidente da República e tinha entregado na mão do Presidente da República o material relativo ao seu projeto, na tentativa de sensibilizar o Governo Federal – o próprio Presidente da República – para uma iniciativa tão importante como essa. Portanto, eu me coloco como mais um soldado aqui, na luta iniciada pelo próprio Senador Raupp, nosso colega do PMDB.

Parabenizo o Senador Raupp, louvo a sua iniciativa e acho que aqueles Parlamentares da Amazônia, e outros do Piauí e Rio Grande do Sul deveriam encarar uma proposta como essa com muita seriedade, Senador Simon, porque creio que essa iniciativa... Como disse: “O Governo tem 40 Ministérios”. Talvez a instituição do Ministério da Amazônia fosse a iniciativa mais importante de um Governo como este. E, talvez, viesse a ser o Ministério mais importante, criado ao longo da História da República deste País. Muito obrigado pela atenção e me desculpe a extensão do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Eu quero dizer a V. Ex^a que, se já existe um processo pedindo a criação de um Ministério da Amazônia, vamos pedir o desarquivamento e a tramitação. Falo com toda a sinceridade: acho que não há ministério mais importante a ser criado do que o da Amazônia. Para um Governo que já tem 38 ou 39 ministérios, talvez seja fechar com chave de ouro criar o quadragésimo: o da Amazônia.

Concordo com V. Ex^a que assinemos, na segunda-feira, um requerimento pedindo o desarquivamento do projeto e a urgência em sua votação. Acho que o momento é agora e que, se o Governo criou tantos ministérios por conta própria, que crie um por recomendação do Congresso Nacional. Leve a idéia adiante, e, segunda-feira, pediremos o desarquivamento e a urgência na votação desse projeto.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS) – Pois não, Senador.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o quadro é muito bonito: Rui Barbosa e V. Ex^a. E pensar que Rui Barbosa não foi Presidente desta Casa, mas V. Ex^a, neste instante, o é, mostrando a grandeza dos dias que vive o Senado da República hoje. V. Ex^a faz parte dessa grandeza. Aquelas pesquisas representam mais a intenção do Poder Executivo de nos humilhar, porque uma Casa que tem homens como V. Ex^a merece o respeito do povo do Brasil, não só do Rio Grande do Sul.

Eu queria dizer ao Senador Geraldo Mesquita que o veto que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, fez à Sudene e à Sudam, órgãos fundamentais, desde que o indicado seja uma indicação partindo de homens como V. Ex^a, para, vamos dizer, minimizar o sofrimento dos amazônidas, o veto não virá, pois não foi um dos escolhidos. Então, vamos nos

unir também para buscar os vetos, analisar os vetos que Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, fez à melhoria do orçamento, que desse vitalidade à Sudene e à Sudam.

Para encerrar – quis Deus que estivesse presente o Senador Heráclito Fortes –, quero ler um *e-mail* que recebi. Se eu não o lesse, não poderia chegar ao Piauí.

Heráclito, quero representar Nelito Marques, porque hoje é seu aniversário. Ele é novo, porque só faz aniversário de quatro em quatro anos, pois nasceu em 29 de fevereiro. Ele é o Ibrahim Sued do Piauí. É um grande jornalista do Piauí. Os piauienses pediram para eu dar ênfase ao que vou ler, sobre a crise que vivemos, que foi noticiado hoje no programa Bom Dia Brasil, matéria da jornalista Neyara Pinheiro.

O Sr. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Quer dizer que hoje ele está fazendo 17 anos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É, felizardo.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– De quatro em quatro anos...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a, por exemplo, disse que setenta e...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Setenta e oito.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Eu só tenho 39, vou fazer 40 anos. Só considero os anos casados com Adalgisinha. Antes eu não tinha vida, era uma pedra... É como Shakepeare diz: não tem bem nem mal; o que vale é a interpretação. A vida começou quando eu casei.

Mas o que diz a jornalista, Heráclito Fortes, é uma lástima – não era o Deoclécio Dantas que dizia isso? O Boris Casoy dizia “é uma vergonha”; o nosso jornalista Deoclécio Dantas, do Piauí, foi político e, na Rádio Pioneira, dizia “é uma lástima!”

Então, ela diz:

Pacientes têm que correr dentro de hospitais públicos para serem atendidos. As filas são enormes, faltam médicos e os poucos que atendem admitem falhas. Em Teresina, pacientes têm que correr dentro de hospitais públicos para serem atendidos. As filas são enormes e um médico faz uma confissão preocupante. Uma senhora trouxe uma rede para enfrentar a noite em um hospital. Desde novembro do ano passado, ela tenta uma consulta para a filha de 7 anos. ‘Amanheci o dia, passei o dia todo e vou passar a noite, até amanhã’, disse.

Esse é o Governo do PT no Piauí.

A falta de médicos nos hospitais municipais de Teresina já dura quase um ano.

O Prefeito de Teresina também é culpado por isso.

Os portões dos hospitais se abrem e começa o desespero para conseguir atendimento. Faltam pediatras e não há vagas para internação. Às vezes, é preciso improvisar. ‘É uma humilhação mesmo. As autoridades têm que tomar alguma providência sobre isso, porque nem todo mundo tem dinheiro para pagar plano de saúde para dar uma vida melhor aos seus filhos’, afirma a estudante Ana Paula Vieira. A situação piora ainda mais neste período chuvoso. O número de atendimentos dobra nos hospitais da rede municipal. Um só médico chega a atender 130 pacientes em um plantão de 12 horas. A menina Suziane é a 47^a paciente do pediatra Renato Leal, e o plantão está apenas começando. ‘Na realidade, quando se passa de 50 pacientes em um plantão, você está despachando os pacientes. Você não tem condições de dar um bom atendimento’, admite o pediatra Renato Leal.

Enquanto isso, o Governador do Estado do Piauí está em Veneza.

Esse é o Governo do Piauí.

Ó Deus, salve-nos, dê-nos uma esperança de melhores dias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– O Senador Paulo Duque enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exa. Será atendido.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, para que conste dos **Anais** desta Casa, encaminho à publicação o artigo “Crédito para Educar”, de Jorge Gama, Secretário Municipal de Governo, publicado no jornal **Hoje**, do Rio de Janeiro, para que fiquem publicadas e preservadas suas idéias.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR PAULO DUQUE EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

Crédito para Educar

Jorge Gama

Prefiro neste caso não utilizar a expressão crédito educativo porque, na verdade, não se trata do mesmo assunto, trata-se isto sim, de uma nova proposta: linha de crédito para atender aos alunos do 2º grau ou de ensino Superior dos estabelecimentos privados.

A variedade das operações de crédito existentes no mercado, nos oferece a dimensão exata da agilidade do sistema capitalista quando elas estão devidamente sustentadas pelas garantias.

O amplo e variado universo das linhas de crédito existentes hoje no mercado financeiro nos dão a visão exata de que é possível fazer quase tudo em tempo real. As operações de crédito e seus respectivos formatos só se tornam burocratizados quando tratamos do pequeno empresário, da casa própria, agora melhor elaborada ou mesmo do crédito educativo, este apenas restrito à Caixa Econômica.

O setor privado quando há garantias é rápido e eficiente, porém, adora ficar o tanto quanto possível, fora das políticas de crédito de fomento, isso não lhes interessa muito. Crédito com carência, juros diferenciados ou mesmo parcerias de risco, características dos programas de crédito de fomento são sempre destinados aos bancos oficiais, hoje quase inexistentes, exceto Banco do Brasil, BNDES.

É comum se dizer que banco não é casa de caridade e não deve ser haja vista para seus balaços semestrais. O que nos interessa neste momento é promover a abordagem de um tema que vem afligindo a classe média, que tem seus filhos matriculados e não esta podendo enfrentar os encargos de matrículas e mensalidades da escola particular.

A abordagem sociológica de que a classe média abandonou a escola pública e optou pelos planos de saúde merece uma análise bem mais profunda, porém, no momento, o que queremos encontrar um caminho para o impasse que aí está.

As escolas privadas tem, sua clientela na classe média, hoje empobrecida pelo desemprego, pela falta de uma tabela corrigida do imposto de renda, pelo achatamento salarial, fruto de um longo período de estagnação econômica do País.

O momento é de se buscar alternativas para o enfrentamento dessa realidade e apontamos a flexibilização do Fundo de Garantia, como forma de sustentar o crédito, e que irá servir

apenas de caução à operação financeira para atender os alunos do 2º grau e da Universidade.

O saldo do Fundo de Garantia poderá ser oferecido ao setor bancário público ou privado e o financiamento realizado com base na garantia oferecida. Trata-se de operação simples e já há precedentes na compra de ações da Petrobras com recursos do FGTS.

Em última análise o saldo do fundo pertence ao trabalhador e não é justo que permaneça blindado quando o filho do trabalhador dele necessita para fazer face aos seus estudos. A garantia poderá ser oferecida pelo saldo de qualquer pessoa, será amplo o conceito de caução.

Por outro lado, os juros dessa operação cercada de garantias quase "on line", deverão ser diferenciados e os estabelecimentos de ensino hoje atravessando as dificuldades que conhecemos, certamente, também saberão oferecer sua parcela de contribuição ao programa.

Devemos reconhecer que ficará longe do ideal o número de alunos que irão se beneficiar do projeto enquanto o sistema financeiro não se convence de que o crédito para a educação, pode perfeitamente, figurar no cardápio de suas instituições a exemplo de outras linhas existentes, esta fórmula, cercada de garantias, poderá significar o início de uma nova linha a ser analisada, amadurecida e ampliada pelo setor.

É tempo de pensar em alternativas para sair da crise e tempo de ceder e criar condições para avançar e voltar ao desenvolvimento econômico e social com criatividade e sem preconceito.

Jorge Gama é Secretário Municipal de Governo

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon. PMDB – RS)

– Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 34 minutos.)

SECRETARIA-GERAL DA MESA**2ª Sessão Legislativa Ordinária da****53ª Legislatura -2008****Resenha Mensal**
(269, II, do RISF)

(Período de 6 a 29/02/2008)

A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL**I – PROJETOS DE LEI APROVADOS E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados 3
 De iniciativa do Senado Federal 1
Total 4

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

Sessão: **13.02.2008.**

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, na Câmara dos Deputados), que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Sessão: **19.02.2008.****II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De iniciativa da Câmara dos Deputados 4

De iniciativa do Senado Federal 15
Total 19

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que altera o §2º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.

Sessão: **12.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para ampliar a abrangência da norma disposta no dispositivo, bem como para nele inserir parágrafo único que prevê a adoção de programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades federais (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005).

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que *acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta dispositivos ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a extensão da licença-maternidade, nos casos em que especifica.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 609, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: **13.02.2008.**

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

Sessão: **13.02.2008.**

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional,

no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente.

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.

Sessão: **13.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, que *autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: **18.02.2008.**

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as prefeituras municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Sessão: **19.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir que bolsas remanescentes do programa sejam destinadas a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.*

(Apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: **25.02.2008.**

Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.*

(Apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: **26.02.2008.**

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados 101
De iniciativa do Senado Federal 5
Total 106

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007
(nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato.

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2007
(nº 2.436/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2007
(nº 118/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tenório, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2007
(nº 177/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2007
(nº 102/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Desenvolvimento Artístico e*

Cultural de Sobrália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobrália, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2007
(nº 107/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Copas Verdes de Prudentópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2007
(nº 193/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna de Palotina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2007
(nº 251/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolândia, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2007
(nº 189/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespasense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2007
(nº 234/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (Radcom) Rádio Líder Frequência Modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2007 (nº 255/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – Arcomnossa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2007 (nº 256/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reduto, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2007 (nº 257/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2007 (nº 283/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2007 (nº 161/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Platinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2007 (nº 166/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Sedenovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sede Nova, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2007 (nº 176/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2007 (nº 179/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária – Educacional e Cultural de Urânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2007 (nº 160/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação, Cultura e Educação de Jijoca de Jericoacoara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2007 (nº 106/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Alternativa de Lins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lins, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2007 (nº 120/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2007 (nº 141/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Prata FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em frequência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2007 (nº 144/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Jurema – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jurema, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2007 (nº 157/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação Mariana Resende Costa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2007 (nº 223/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária de Hidrolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolina, Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2007 (nº 254/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bem Estar Social de Pequizeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequizeiro, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2007 (nº 210/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Resolução nº 98, de 2007, que *suspende a execução, com efeitos “ex-tunc”, do parágrafo*

único do art. 11 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007 (nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.*

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007 (nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007 (nº 2.137/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.*

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), que *autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.*

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2007 (nº 111/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007 (nº 123/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourenciana de Artes e Recreação – Solar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2007 (nº 146/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova*

o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2007

(nº 153/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2007

(nº 154/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2007

(nº 155/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2007

(nº 159/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2007

(nº 207/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2007

(nº 218/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2007

(nº 222/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2007

(nº 268/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – Assomira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2007

(nº 272/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2007

(nº 91/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Bel Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2007

(nº 78/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Camaragibe, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2007 (nº 84/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2007 (nº 86/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – Adecom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2007 (nº 88/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2007 (nº 109/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2007 (nº 168/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2007 (nº 230/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – Acomant para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2007 (nº 232/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2007 (nº 238/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2007 (nº 245/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2007 (nº 248/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2007 (nº 252/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranaíba, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2007 (nº 264/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2007 (nº 270/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2007 (nº 286/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2007 (nº 287/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2007 (nº 291/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2007 (nº 292/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2007 (nº 349/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacio-*

nal de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2007 (nº 90/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2007 (nº 117/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2007 (nº 130/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2007 (nº 145/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2007 (nº 170/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2007 (nº 195/2007, na Câmara dos Deputados), que *apro-*

va o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2007

(nº 212/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica.Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2007

(nº 215/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2007

(nº 227/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2007

(nº 239/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2007

(nº 77/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2007

(nº 82/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2007

(nº 169/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Sistema SJV de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2007

(nº 187/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2007

(nº 273/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Parense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2007

(nº 194/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2007

(nº 299/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2007 (nº 308/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2007 (nº 310/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2007 (nº 315/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2007 (nº 330/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (Acocalema) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **18.02.2008.**

Projeto de Resolução nº 1, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 85, de 2008), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quarenta e quatro milhões de dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET.

Sessão: **19.02.2008.**

Projeto de Resolução nº 2, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 86, de 2008), que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco In-

teramericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até dez milhões de dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos do Estado de São Paulo.

Sessão: **19.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2007 (nº 74/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Avahy FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **25.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2007 (nº 114/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Macabu Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro.*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **25.02.2008.**

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2007 (nº 1.506/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu, Estado do Ceará;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **26.02.2008**

Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2007 (nº 164/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: **26.02.2008**

Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2007 (nº 208/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejiptó para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2007

(nº 253/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2007

(nº 275/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2007

(nº 151/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2007

(nº 171/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2007

(nº 225/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2007

(nº 236/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2007

(nº 247/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2007

(nº 217/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2007

(nº 89/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2007

(nº 241/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Acas – Associação Comunitária de Alto Santo – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2007 (nº 297/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007 (nº 300/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais;*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007 (nº 313/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.*

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 2

Parecer nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Sessão: 26.02.2008.

Parecer nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 1/2008 (nº 998/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A da Constituição, o nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, na

vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

Sessão: 26.02.2008.

V – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total 2

Requerimento nº 140, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218 a 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família do parlamentar e ao Estado de Mato Grosso, observância de um minuto de silêncio e levantamento da sessão.

Sessão: 20.02.2008.

Requerimento nº 143, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando, *com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de voto de profundo Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto.* Na mesma sessão, foram também aprovados, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto, o **Requerimento nº 146, de 2008**, de autoria do Senador César Borges, e o **Requerimento e 155, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Sessão: 21.02.2008.

VI – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 11

Requerimento nº 2, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 15 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 3, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, destinada a comemorar os Duzentos Anos da Abertura dos Portos no Brasil. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 44, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, aprovado em 12.02.2008, solicitando a transferência da realização da Sessão Especial para as 10 horas do dia 21 de fevereiro de 2008.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 4, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 26 de fevereiro de 2008, destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 46, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Solene, destinada a homenagear a organização “Armazém Paraíba”, pelo transcurso dos 50 anos de criação.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 114, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 6 de março de 2008, em comemoração aos 80 anos de fundação do jornal O Povo. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 150, de 2008**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores, aprovado em 21.02.2008, que solicita a remarcação da data da Sessão Especial para o dia 11 de março do corrente ano; e pelo **Requerimento nº 164, de 2008**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores, aprovado em 26.02.2008, solicitando que a comemoração seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março próximo.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 24, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o período da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 18 de março de 2008, seja dedicado a comemorar o Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H2O”.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 48, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de maio de 2008, destinada a comemorar os 120 anos da abolição da escravatura, assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 104, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando autorização para que seja realizada, no dia 7 de outubro de 2008, Sessão Especial para comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição Federal do Brasil, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988. Na mesma sessão, foi também aprovado o **Requerimento nº 107, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 7 de outubro de 2008, destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 156, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro, no dia 28 de fevereiro de 2008. Na sessão de 26.02.2008 foi aprovado o **Requerimento nº 160, de 2008**, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 28 do corrente mês, destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 49, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que Requerem, com fundamento no disposto no inciso III do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial Solene do Senado Federal para marcar os 200 anos da Imprensa Brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa, a ser realizada, preferencialmente, em 1º de junho de 2008, Dia da Imprensa (Lei nº 9.831, de 13/09/1999). O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 144, de 2008**, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, aprovado na sessão de 21.02.2008, solicitando a alteração da data proposta para a referida Sessão Especial, a fim de que seja realizada no dia 3 de junho do corrente ano.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 50, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, a realizar-se no mês de abril de 2008. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 163, de 2008**, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 26.02.2008, solicitando que a Sessão Especial seja realizada no dia 8 de abril.

Sessão: 26.02.2008.

VII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total 23

Requerimento nº 1299, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações ao Ministro da Justiça, TARSO GENRO, sobre as despesas de viagem (passagens, estadia, etc) de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1301, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Fede-

ral sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando sejam prestadas, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, informações acerca da redução no fornecimento de gás para o Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1310, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Estado do Piauí, bem como sua situação fiscal e financeira.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre as ações que estão sendo adotadas para viabilizar a implantação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Parnaíba-PI, criada pelo Decreto nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1341, de 2007, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes em psiquiatria.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o montante de recursos e qual a previsão de ligações para o Estado de Rondônia até o final do ano de 2008, relativo ao andamento do Programa Luz para Todos.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1347, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1352, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a atual situação em que se encontra a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1357, de 2007, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando informações ao Mi-

nistro de Estado das Comunicações, sobre as faixas de frequência destinadas à Radiodifusão que foram transferidas para serviços de telecomunicações e qual o impacto econômico sugerido sobre a operação de emissoras de Rádio e de Televisão: com base na Consulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1375, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acerca das operações de compra e venda de ações da Petrobras no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1380, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no país.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1389, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1393, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1394, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores, sobre região fronteira Brasil-Bolívia.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1395, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro da Defesa, a respeito da situação de Forças brasileiras na região de fronteira Brasil-Bolívia.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1437, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Cidades, informações sobre providências que têm sido adotadas pelo Ministério para garantir melhor interação entre os diversos usuários das vias urbanas, como motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres, e informações sobre o atual conteúdo temático das auto-escolas e dos exames com vistas à habilitação de motoristas e motociclistas que prevejam a questão da convivência pacífica entre esses segmentos de usuários.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro da Agricultura informações sobre as investigações da operação Ouro Branco da Polícia Federal (comercialização de leite supostamente adulterado), no que se refere à área de competência do Ministério.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1485, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, solicitando sejam prestadas pelo Ministro da Defesa, informações concernentes ao voo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que conforme fato noticiário da imprensa, teria transportado número para beneficiar candidatura na Argentina.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1486, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, solicitando sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 1493, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos vigentes e encerrados, no período de 2002 a 2007, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Sessão: **29.02.2008**

Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, para que este providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos cinco anos.

Sessão: **29.02.2008**

VIII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total 1

Requerimento nº 101, de 2008, de autoria dos Senadores José Agripino, Renato Casagrande e Alvaro Dias, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000.*

Sessão: 13.02.2008.

IX – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal 3

Total 3

Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do PRS nº 37, de 2007, com o qual tramitou em conjunto).

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, como qual tramitou em conjunto).

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 424, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando “ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, no período de 2000 até a presente data”.

(Arquivado conforme deliberação da Mesa do Senado Federal em 27.02.2008)

Sessão: **29.02.2008.**

X – MATÉRIA REJEITADA

De iniciativa do Senado Federal 1

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, de iniciativa da CPI do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

(Rejeitado nos termos do art. 254 do RISF)

Sessão: **19.02.2008.**

XI – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES**Total 2**

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que *altera o artigo 57 d Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.*

(Retirado pelo Requerimento nº 119, de 2008).

Sessão: 18.02.2008.

Requerimento nº 103, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, *nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de março de 2008, Sessão Especial em razão do Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá no dia 08 de março.*

(Retirado pelo Requerimento nº 142, de 2008).

Sessão: 21.02.2008).

XII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal 61

Total 61

Requerimento nº 5, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Zilda Monteiro Serrano.*

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 6, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Gleyde Costa Vitor.*

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 7, de 2008, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em Mato Grosso.*

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 21, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de congratulação à Escola de Samba Vai Vai de São Paulo.*

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 22, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Dulce de Souza Leão Sampaio.*

Sessão: 08.02.2008.

Requerimento nº 23, de 2008, de autoria do Senador Papaléo Paes, *solicitando voto de aplauso ao povo macapaense pelo transcurso dos 250 anos da fundação da cidade de Macapá – AP.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Norton Nascimento, ocorrido em 21 de dezembro de 2007.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 28, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anna Leopoldina Alvim Mello Franco Chagas.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 29, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário João Batista Sérgio Murad (Beto Carrero).*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 30, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 31, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-diretor do Jornal do Brasil Liwal Salles.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 32, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Luiz Carlos Tourinho.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 33, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Patarra.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 34, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da atleta Dora Bria.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 35, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Socorro Leitão Formiga.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 36, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marina Cruz Lyra.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 37, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Sra. Violeta Jafet.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 38, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao advogado Maurício de Campos Bastos.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 39, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor e economista Gustavo Franco.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 40, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Município de Envira – AM, pelo transcurso de seu 46º aniversário de criação.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 41, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Georgete Abrahim Lima.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 42, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Elis Regina.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 43, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor José Alberto Neves.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 45, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual da Paraíba Aécio Pereira de Lima.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 51, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Hélio Adami.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 54, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Danton Vasconcelos Correia Lima.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 96, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Illy.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 98, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando votos de congratulações aos Senhores Desembargadores: Dr. Roberto Vallim Bellocchi – Presidente do Tribunal de Justiça de SP, Dr. Jarbas João Coimbra Mazzoni – Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de SP, Dr. Ruy Pereira Camilo – Corregedor da Justiça de SP, Dr. Eduardo Pereira Santos – Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de SP, Dr. José Geraldo de Jacobina Rabello – Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de SP e o Dr. Antônio Carlos Viana Santos – Presidente da Seção de Direito Público do Tribu-

nal de Justiça de São Paulo, pela posse em seus cargos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o biênio 2008/2009.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 99, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Jordão Pereira.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 105, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Professor Djalma Antonino de Oliveira.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 106, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Aderbaldo Soares de Oliveira.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 111, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando voto de aplauso ao Chargista Amarildo Luis Leite Lima.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 112, de 2008, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 113, de 2008, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Augusto Botelho, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Salomé de Lucena.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 116, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Henri Salvador.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 117, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aloysio Novis.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 118, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Salomé de Lucena.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 120, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Araújo Rocha.

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 126, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Londrina e ex-deputado federal, Wilson Rodrigues Moreira.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 135, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao cineasta José Padilha, por ter seu filme “Tropa de Elite”, conquistado o Urso de Ouro, no Festival de Cinema de Berlim.**

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 136, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Rui Souto de Alencar.**

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 137, de 2008, de autoria do **Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplausos, congratulações e êxito para José Padilha, diretor, e para todo o elenco do filme “Tropa de Elite”, pela conquista do Urso de Ouro, no Festival de cinema de Berlim.**

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 138, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Juan Revilla.**

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 145, de 2008, de autoria do **Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Sr. Euderson Kang Tourinho.**

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 148, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao velejador Lars Grael.**

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 157, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Noronha Portella.**

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 161, de 2008, de autoria do **Senador João Pedro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do diretor do “Sistema A Crítica de Rádio e Televisão”, Rui Souto de Alencar.**

Sessão: 25.02.2008.

Requerimento nº 165, de 2008, de autoria do **Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jogador de futebol Antônio do Nascimento Rodrigues.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 167, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Rubens de Falco.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 168, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro, no Rio Amazonas.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 169, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Giuseppe Ghiaroni.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 170, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Oswaldo Louzada.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 172, de 2008, de autoria do **Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 173, de 2008, de autoria do **Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrus.**

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 178, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi.**

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 179, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor à sambista cantora Mart’Nália.**

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 180, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Clube de Regatas Flamengo, pela conquista da 18ª Taça Guanabara, em 2008.**

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 182, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de incentivo ao jogador de futebol Ronaldo.**

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 183, de 2008, de autoria da **Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre José Simionato.**

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 185, de 2008, de autoria do **Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar e de solidariedade à família do Monsenhor Rômulo Neves Balestero, pelo seu falecimento ocorrido em 25 de fevereiro de 2008.**

Sessão: 28.02.2008.

Requerimento nº 187, de 2008, de autoria do **Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pela publicação de seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica.**

Sessão: 29.02.2008.

(*) XIII – REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

Total 40

Requerimento nº 1, de 2008-M, Senadora Ideli Salvatti – art. 43, II – 12 a 14/02/2008.

Requerimento nº 2, de 2008-M, Senador Antonio Carlos Júnior – art. 43, II – 6, 7 e 12/02/2008.

Requerimento nº 3, de 2008-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 19/02/2008.

Requerimento nº 4, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 6 a 8/02/2008.

Requerimento nº 5, de 2008-M, Senador João Pedro – art. 13 – 12/02/2008.

Requerimento nº 6, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 12, 13 e 14/02/2008.

Requerimento nº 7, de 2008-M, Senador Antonio Carlos Júnior – art. 13 – 12, 13 e 14/02/2008.

Requerimento nº 8, de 2008-M, Senador Mozerildo Cavalcanti – art. 13 – 12 a 15/02/2008.

Requerimento nº 9, de 2008-M, Senador José Sarney – art. 13 – 12/02/2008.

Requerimento nº 10, de 2008-M, Senador Jonas Pinheiro – art. 43, I – 11/02/2008 a 11/03/2008.

Requerimento nº 11, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 09 a 23/02/2008.

Requerimento nº 12, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 12/02/2008.

Requerimento nº 13, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 14/02/2008.

Requerimento nº 14, de 2008-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 14/02/2008.

Requerimento nº 15, de 2008-M, Senador João Durval – art. 43, I – 12 a 26/02/2008.

Requerimento nº 16, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 19/02/2008.

Requerimento nº 17, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 13 – 19/02/2008.

Requerimento nº 18, de 2008-M, Senador Renato Casagrande – art. 13 – 19/02/2008.

Requerimento nº 19, de 2008-M, Senador Renan Calheiros – art. 43, II – 20 e 21/02/2008.

Requerimento nº 20, de 2008-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 21/02/2008.

Requerimento nº 21, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 21/02/2008.

Requerimento nº 22, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 21/02/2008.

Requerimento nº 23, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 13 – 21/02/2008.

Requerimento nº 24, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 25, de 2008-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – 26 e 27/02/2008.

Requerimento nº 26, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 27, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 24 a 29/02/2008.

Requerimento nº 28, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 29, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 26/02/2008 a 15/03/2008.

Requerimento nº 30, de 2008-M, Senador Epi-tácio Cafeteira – art. 43, I – A partir de 26/02/2008.

Requerimento nº 31, de 2008-M, Senador João Durval – art. 43, I – 27/02/2008 a 12/03/2008.

Requerimento nº 32, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 43, II – 28/02/2008.

Requerimento nº 33, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 27/02/2008.

Requerimento nº 34, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 35, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 27/02/2008.

Requerimento nº 36, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 37, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 11/03/2008 a 19/03/2008.

Requerimento nº 38, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 39, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 04, 05 e 06/03/2008.

Requerimento nº 40, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – 11, 12, 13, 18 e 19/03/2008.

(*) XIV – REQUERIMENTO APROVADO PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total 1

Requerimento nº 162, de 2008, Senador Romeu Tuma – de 25 a 26/02/2008 – Simpósio Internacional de Segurança Pública e Políticas Públicas sobre Drogas – Rio de Janeiro – Brasil.
Sessão: **26.02.2008**.

(*) Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.
Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

(*) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior.

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(6 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008)**

Deliberativas Ordinárias	9
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	3
Total	20
Sessão não realizada	0

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO
SENADO FEDERAL**

(6 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008)

Matérias aprovadas (ITENS I A XI) 168

I – Projetos aprovados e enviados à sanção 4

II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 19

1 – Por decisão do Plenário 5

1.1 – Do Senado Federal 1

1.2 – Da Câmara dos Deputados 4

2 – Em decisão terminativa 14

2.1 – Projetos de Lei do Senado 14

III – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação 106

1 – Concessões de telecomunicações 97

2 – Atos Internacionais 4

3 – Operações de crédito 3

4 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 1

5 – Projetos de Resolução 1

IV – Escolha de Autoridades 2

VI – Requerimentos de Homenagem de Pesar 2

VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente 11

VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa 23

XI – Requerimentos Diversos 1

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII a XIV) 6

XII – Matérias rejeitadas 1

XIII – Matérias prejudicadas 3

XIV – Matérias retiradas pelos autores 2

Total de matérias apreciadas (Itens I a XIV) 174

Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões 41

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Minoria-DEM - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Eпитácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais* (S)
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Peres*
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Sibá Machado* (S)
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Serys Silhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Eduardo Azeredo (PSDB)
PDT PMDB PSDB (1)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)

RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM)	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Patrícia Saboya (PDT) (1)	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shlessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO (5)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO (4)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) (2)
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. VAGO
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2. VAGO
Maioria (PMDB) e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO
Flávio Arns (PT)	2. VAGO
Majoria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Kátia Abreu (DEM)
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Sibá Machado (PT)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. José Nery (PSOL)
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Eleito em 8.8.2007.

2. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	8. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR)	9. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	6. VAGO
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Demóstenes Torres (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. VAGO (5)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Sibá Machado (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Shhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (4)	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. VAGO (3)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (1)
VAGO (6)	3. VAGO (5)
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Lúcia Vânia (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
João Ribeiro (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. VAGO (9)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
VAGO (10)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (11)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

10. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Sibá Machado (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽¹⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS DIREITOS DAS MULHERES

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Fátima Cleide (PT)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. VAGO (1)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Fernando Collor	1. VAGO
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽³⁾	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Peres

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do titular, Senador Fernando Collor.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Jefferson Peres	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Fernando Collor foi substituído na Comissão de Relações Exteriores, conforme Ofício n.º 146/2007 - GLDBAG, lido em 05/09/2007, pelo Senador Euclides Mello.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Shlessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. VAGO (3)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. Gilvam Borges (PMDB)
VAGO (4)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (6)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao

Telefone(s): 3311-4607

Fax: 3311-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (5)	
Fátima Cleide (PT)	1. Sibá Machado (PT)
Patrícia Saboya (PDT) (4)	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) (1,2)
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
VAGO (6)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
VAGO (7)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. César Borges (PR)
Expedito Júnior (PR)	4. Augusto Botelho (PT)
João Pedro (PT)	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Majoria (PMDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eliseu Resende (DEM)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Raimundo Colombo (DEM)
Kátia Abreu (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
6. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Sibá Machado (PT-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Sibá Machado (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. João Ribeiro (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽²⁾	1. Raimundo Colombo (DEM)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB)	3. Mão Santa (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (1)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (3)	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽²⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽¹⁾	4. VAGO
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5. VAGO
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA)
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE)
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM)
Marisa Serrano (PSDB-MS)	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
Jefferson Peres (AM)	1. VAGO
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Shessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Eptácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).
2. Eleitos na Sessão de 29.5.2007
3. Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.6.2007
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS

PMDB

Roseana Sarney (MA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Serys Slhessarenko (MT)

PTB

Sérgio Zambiasi (RS)

PR

VAGO

PDT

Cristovam Buarque (DF)

PSB

Patrícia Saboya (PDT-CE)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PP

VAGO

PSOL

VAGO

Atualização: 02/10/2007

Notas:

1. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3311-5255 Fax: 3311-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
ADELMIR SANTANA			
Saudações ao anúncio de que o poder Executivo enviará proposta de Reforma Tributária ao Congresso Nacional e considerações acerca do que poderá ser feito.....	48	Ponderações sobre a criação da TV Pública e sobre a atitude do Presidente da República de enviar o assunto por Medida Provisória. Aparte à Senadora Marisa Serrano.....	201
Parecer nº 100, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. (Em reexame, nos termos do Requerimento nº 129, de 2008).....	427	Críticas ao decreto que alterou a lei aprovada pelo Congresso Nacional, permitindo que clubes com dirigentes condenados por corrupção participem da timemania.....	205
Ressalte para a contribuição que as confederações patronais (Sesc, Senac, Sesi, Senai, Sebrae, Senat, Sest e Senar) prestam para o País.....	450	Saudação à visita de autoridades municipais que convidam para a terceira Festa dos Imigrantes de Carambeí no Paraná, entre 4 e 5 de abril de 2008.....	305
Anuncio de que apresentará projetos com propostas para redução da carga tributária brasileira e controle de seu crescimento.....	591	Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.....	309
ALVARO DIAS			
Parecer nº 95, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820, de 2000, na Casa de origem).....	80	Agradecimentos ao Presidente Garibaldi Alves Filho pelos esclarecimentos sobre a Lei da Timemania.....	536
Críticas à tramitação de projetos e medidas provisórias no Congresso Nacional. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	93	Considerações sobre a reforma tributária....	536
Crítica à não aprovação do projeto que regulamenta a fabricação de pneus remoldados no País.....	94	Parecer nº 111, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.299, de 2007, ao Ministro de Estado da Justiça, solicitando informações sobre quem financiou a viagem (passagens, estadia etc.) de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.....	574
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.....	120	Parecer nº 115, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.312, de 2007.....	577
Considerações sobre o combate à corrupção e a reforma tributária.....	194	Parecer nº 130, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.485, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer que sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações concernentes ao vôo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que, conforme farto noticiário da	

	Pág.		Pág.
imprensa, teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina.....	587	dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca.....	442
Parecer nº 131, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.486, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que requer que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.....	588	ARTHUR VIRGÍLIO	
Parecer nº 132, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.493, de 2007.....	589	Requerimento nº 167, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido em São Paulo, do ator Rubens de Falco.....	160
Parecer nº 133, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 11, de 2007..	589	Requerimento nº 168, de 2008, que requer Voto de Pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro de 2008, no rio Amazonas, imediações de Novo Remanso, município de Itacoatiara–AM.....	160
ANTONIO CARLOS JUNIOR		Requerimento nº 169, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 25 de fevereiro de 2008, em São Paulo, de Giuseppe Ghiaroni, consagrado o radialista brasileiro.....	161
Considerações acerca relação entre Governo e o Congresso Nacional.	329	Requerimento nº 170, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento, ocorrido dia 25 de fevereiro de 2008, em São Paulo, do ator Oswaldo Louzada, consagrado ator brasileiro de televisão..	161
ANTONIO CARLOS VALADARES		Defende a prioridade para instalação da CPI dos cartões corporativos.....	202
Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado e considerações acerca da regulamentação da concessão de aposentadoria aos servidores públicos sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.....	145	Considerações sobre a realização da reforma tributária.....	202
Requerimento nº 165, de 2008, que requer voto de pesar pelo falecimento do jogador Antônio do Nascimento Rodrigues, natural do Estado de Sergipe, com a inserção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família. .	159	Reforço da denúncia feita pelo Senador João Pedro, de um assassinato, praticado por pistoleiros, no Município de Lábrea, no sul do Amazonas e cobra providencias do Governador do Estado.	207
Considerações sobre a exportação de carne bovina para a Europa e do embargo da União Européia.....	178	Requerimento nº 178, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi, que dedica a vida à difusão do Judô no Brasil, nos Estados Unidos e em diversos outros países.....	250
Indagação de quando o projeto de lei, de autoria do Senador Tião Viana, que regulamenta a PEC 29, que trata da regulamentação da saúde pública no Brasil, entrará na Ordem do Dia.....	199	Requerimento nº 179, de 2008, que requer Voto de Louvor à sambistacantora Mart’Nália, pela produção do CD “Aula de Samba – a História do Brasil através do Samba”, idealizado por seu irmão Martinho Filho, os dois filhos do notável sambista Martinho da Vila.....	250
Exigência para que a pauta das Sessões Plenárias do Senado sejam cumpridas.	294	Requerimento nº 180, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao Clube Regatas Flamengo, do Rio de Janeiro, pela conquista da 18ª Taça Guanabara, em 2008.....	251
Críticas a lucratividade exagerada dos bancos no País.....	294	Requerimento nº 181, de 2008, que requer Voto de Aplauso ao administrador Josué Cláudio de Souza Filho, pela sua posse no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas....	251
Parecer nº 103, de 2008 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006 nº 70/2003, na Casa de origem, que		Requerimento nº 182, de 2008, que requer Voto de Incentivo para novos embates no Futebol do Brasil – e também de agradecimento pelo que fere até aqui ao notável craque Ronaldo, o grande	

	Pág.		Pág.
fenômeno esportivo mundial, que honra as cores brasileiras e o esporte em todo o Universo.	251	do acidente com o avião da TAM, em Congonhas, no dia 17 de julho de 2007.	558
Comentário sobre problemas que geram obstáculos para o andamento normal da sessão plenária.....	317	Requerimento nº 187, de 2008, que requer Voto de Louvor ao jornalista e escritor Apolonildo Britto, pelo seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica.....	568
Apoio à decisão do Senador Flexa Ribeiro de se ausentar da Comissão de Orçamentos. Expressa opinião de que todos os Senadores do PSDB deveriam fazer o mesmo.....	319	Considerações acerca da decisão do Governo de reduzir os valores dos contratos de terceirização de serviços de vigilância que empresas firmam com entidades e órgãos públicos.	599
Indicação da Senadora Marisa Serrano para a Presidência da CPMI dos Cartões Corporativos. Considerações acerca do trabalho feito na CPI das ONGs.....	325	Críticas à Medida Provisória 418/2008, por conter medidas que provocarão danos à economia do Estado do Amazonas.....	599
Indicação da Senadora Marisa Serrano para a Presidência da CPMI dos Cartões Corporativos. Considerações acerca de requerimentos de S.Exa. e do Senador Romero Jucá que encontram-se na mesa.....	328	CÉSAR BORGES	
Voto de pesar à Governadora Ana Júlia Carepa, ao seu pai e ao seu irmão, pelo falecimento de membro da família.	342	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	475
Parecer nº 102, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para alterar regras pertinentes às eleições, mandato e posse do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos, e acrescenta os arts. 95, 96, 97 e 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.....	433	Parecer nº 110, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”.....	574
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira. Aparte ao Senador Marconi Perillo.....	469	CÍCERO LUCENA	
Decisões do PSDB, com relação à Comissão de Orçamento, em protesto a irregularidades que ali ocorrem.....	515	Esclarecimentos acerca da apresentação de requerimento para o cumprimento de acordo feito em reunião no gabinete do Presidente do Senado e da denúncia sobre a Comissão de Orçamento...	330
Resposta ao Senador Eduardo Suplicy acerca da obstrução anunciada pelo PSDB.....	517	Requerimento nº 188, de 2008, que solicita informações a Governadora do Estado do Pará, através do Ministério da Saúde.	568
Resposta ao questionamento do Senador Wellington Salgado e proposta de outra CPI do Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão. ..	552	CRISTOVAM BUARQUE	
Defesa da lisura do Senador José Maranhão e do Deputado José Pimentel, que compõem a Comissão de Orçamento. Dúvidas acerca dos outros componentes da Comissão. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	554	Apoio ao pronunciamento do Senador Paulo Paim, acerca da candidatura do Senador Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos. Aparte ao Senador Paulo Paim. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	24
Justificativas a requerimentos apresentados por S.Exa.	558	Oposição ao envio de mensagem ao Presidente da Assembléia Nacional de Cuba. Aparte ao senador Pedro Simon.	36
Relato de reunião com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, para pedir providências rápidas para a solução dos problemas dos familiares das vítimas		Projeto de Lei do Senado nº 31, de 2008, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede	

	Pág.		Pág.
de Ensino facultativo da temática “História e Cultura Indígena Brasileira”, e dá outras providências.....	62	EDISON LOBÃO FILHO	
Considerações acerca das dívidas interna e externa do País. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador	83	Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2008, que dá nova redação ao art. 46 da Constituição Federal de modo a introduzir novas regras para a eleição de Senador e seu respectivo suplente. ...	484
Análise acerca das dívidas e da política econômica do Brasil.	85	EDUARDO AZEREDO	
Reação da imprensa brasileira em relação aos acontecimentos em Cuba.	85	Requerimento nº 173, de 2008, que requer inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrús, ocorrido em São Paulo, em 24 de fevereiro de 2008.....	163
Preocupação com as inundações na cidade de São Paulo.	85	Cumprimento a Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, por ter convertido o PT à responsabilidade fiscal. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	190
Preocupações acerca do futuro da Amazônia. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita júnior.	92	Homenagem às empresas brasileiras EMBRAER e HELIBRAS, ambas líderes em tecnologia na fabricação de aeronaves.....	190
Considerações acerca do caso do ex-Ministro Antonio Palocci. Aparte ao senador Tião Viana.....	100	Encaminhamento de requerimento de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Agostinho Patrús.....	210
Parecer nº 96, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE, na vaga do Senhor Leopoldo Nunes da Silva Filho.....	164	Votos, em nome do PSDB, de bom desempenho ao Senador Gilberto Goellner, que assumiu a cadeira de Senador do Mato Grosso.....	214
Reflexão sobre a conceituação generalizada no País, de que quem faz política é corrupto.....	181	Comentário acerca da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 37 apresentado pelo Senador Tião Viana. Aparte ao Senador tião Viana.....	303
Apoio à homenagem do Senador Eduardo Azero à empresa brasileira EMBRAER. Aparte ao Senador Eduardo Azeredo.	191	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	477
Apoio aos artistas que visitam o Senado para solicitar a aprovação de uma lei orgânica para o teatro brasileiro.	305	EDUARDO SUP LICY	
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	476	Testemunho sobre o ex-Ministro Antonio Palocci. Aparte ao senador Tião Viana.	99
Sugestão para que seja criada uma Comissão Permanente de Inquérito. Aparte ao Senador Mário Couto.	511	Saudações ao Ministro do Conselho Constitucional da França e ao Embaixador da França no Brasil, presentes no Plenário do Senado Federal no dia 25 de fevereiro de 2008.	110
Parecer nº 109, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Resolução nº 20, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, que “denomina ‘Campus Universitário Senador Lauro Campos’ a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro – UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal”.....	572	Preocupação com cidadãos brasileiros que estão tendo problemas para ingressar em diversos países da Europa.....	110
DEMÓSTENES TORRES		Aviso de que o Presidente José Ramos-Horta, do Timor Leste, já se restabeleceu do atentado que sofreu.....	177
Projeto de Lei do Senado nº 38, de 2008, que altera o § 2º do art. 244-A da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para declarar, como efeito da condenação, a perda de valores e bens utilizados na prática ou exploração de prostituição de criança ou adolescente.	168	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	480

	Pág.		Pág.
Convite da Comissão de Relações Exteriores para comparecimento ao Senado da Senadora Piedad Córdoba, que tem se empenhado para que haja entendimento entre o governo colombiano de Álvaro Uribe e as Farc e possa haver a libertação de reféns.....	513	posta de Emenda à Constituição nº 49, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que da nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira.....	429
Questiona o Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB, sobre o anunciado recomeço da obstrução parlamentar, dificultando os trabalhos do Congresso Nacional.....	516	EXPEDITO JÚNIOR	
EFRAIM MORAIS		Apelo ao Presidente do Senado para que solicite a compreensão do Presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, para que seja votada a PEC nº 87, sobre a transposição dos servidores de Rondônia.....	211
Perplexidade com o depoimento de Rogério Tadeu Buratti, registrado em cartório, negando declaração feita à CPI dos Bingos acerca do Deputado Palocci.....	43	Apoio ao pronunciamento do Senador Flexa Ribeiro, com relação à criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	219
Reitera posicionamento em relação ao discurso proferido na última sexta-feira, sobre acusação feita por Rogério Tadeu Buratti ao ex-Ministro Palocci.....	100	Reivindicação de famílias dos municípios de Alto Paraíso e Buritis, em Rondônia, que solicitam audiência com a Ministra Marina Silva para fazer um acordo a respeito de suas moradias que encontram-se próximas ou dentro de reservas ecológicas.....	357
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.....	121	Requerimento nº 186, de 2008, que requer que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 210, de 2007, seja ouvida a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além das comissões constantes do despacho inicial de distribuição, por se tratar de matéria de elevado interesse para a defesa do consumidor.....	484
Requerimento nº 177, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no plenário do Senado Federal em homenagem a Luiz Viana Filho, ex-Senador, ex- Presidente do Senado e Patrono da Biblioteca, a realizar-se no dia 26 de março de 2008, às 11 horas.....	250	Projeto de Lei do Senado nº 46, de 2008, que estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014.....	492
Parecer nº 108, de 2008 (da Comissão Diretora), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.....	572	Projeto de Lei do Senado nº 47, de 2008, que altera o art. 29 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, para dispor sobre a destinação de veículos objeto de pena de perdimento.....	493
Parecer nº 113, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.304 de 2007.....	576	Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2008, que dispõe sobre a interrupção do estágio da estudante grávida.....	494
Parecer nº 117, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.343, de 2007.....	578	Manifestação em defesa do Governador Ivo Cassol, do Estado de Rondônia.....	518
Parecer nº 123, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.388, de 2007.....	582	FÁTIMA CLEIDE	
Parecer nº 124, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.389, de 2007.....	583	Parecer nº 94, de 2008 (da Comissão de Educação Esporte e Cultura), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 67, de 2007 (nº 6.633/2006, na Casa de origem), que denomina “Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha” a segunda ponte sobre o Estreito dos Mosquitos, na BR-135, ligando a ilha de São Luís ao continente, no Estado do Maranhão..	18
Parecer nº 129, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.484, de 2007.....	587		
EPITÁCIO CAFETEIRA			
Parecer nº 101, de 2008 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre a Pro-			

	Pág.		Pág.
Saudação ao Governo Federal pela iniciativa de lançar o Programa Territórios da Cidadania.	196	Considerações acerca da Comissão de Orçamentos do Congresso Nacional e pedido para que seja isento dessa comissão.....	319
Repúdio à atitude do Governador do Estado de Rondônia com relação à educação.	196	Voto de pesar à Governadora Ana Júlia Carepa, em especial ao seu irmão Arthur Carepa, pelo assassinato de seu cunhado Haroldo Luís Pereira Moreira, vítima de assalto em Belém, Pará.....	341
Requerimento nº 183, de 2008, que requer nos termos dos artigos 218 e 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresentação de condolências à família do Padre José Simionato, da Congregação dos Combonianos, que faleceu no dia 27 de fevereiro de 2008.	252	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	479
Em nome da bancada do PT, subscreve voto de pesar a toda a família da governadora Ana Júlia Carepa, cujo irmão tem um cunhado que foi assassinado em assalto. Homenagem póstuma ao Padre José Simionato, da Congregação dos Padres Combonianos.	342	Relato da viagem feita por S.Exa. aos Municípios de Marapanim e Santarém, no Pará.	520
FLÁVIO ARNS		FRANCISCO DORNELLES	
Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado.....	143	Em resposta ao senador Sérgio Guerra, defende a transparência da Comissão Mista de Orçamento.	206
FLEXA RIBEIRO		Opinião e testemunho acerca do debate envolvendo a Comissão de Orçamento.....	324
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado, comemorado no dia 24 de janeiro.	123	Parecer nº 104, de 2008 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 2, de 2008 (nº 999/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).....	445
Solicitação de apoio da Senadora Ideli Salvatti para aprovação do Projeto de Lei do Senador nº 58, sobre os aposentados. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.	189	Projeto de Resolução nº 6, de 2008, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$7.150.000,00 (sete milhões e cento e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).	447
Indagação de quando o projeto de lei, de autoria do Senador Tião Viana, que regulamenta a PEC 29, que trata da regulamentação da saúde pública no Brasil, entrará na Ordem do Dia.....	199	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	
Ponderações sobre a criação da TV Pública. Aparte à Senadora Marisa Serrano.	200	Solidariedade às famílias dos vitimados no desastre com embarcação que transitava do Pará para o Amazonas.....	91
Solicitação para que seja incluída na pauta de votação a indicação da desembargadora Kátia Magalhães Arruda para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.	206	Reflexão sobre os sucessivos recordes de lucro obtidos pelos bancos no Brasil.	91
Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais.....	215	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e apoio às causas deles.....	126
Requerimento nº 176, de 2008, que requer a tramitação em conjunto do PLS nº 303, de 2005, com os seguintes projetos, que já tramitam em conjunto, PLC nº 151/2001; PLS nº 145/2000 e PLS nº 370/1999. Por regularem a mesma matéria.....	249	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	481
Apoio à indagação do Senador Osmar Dias com relação a atitudes governamentais em referência a projetos de autoria dos senadores. Aparte ao Senador Osmar Dias.	313	Reconhecimento da importância do papel do Presidente Lula no contexto do Mercosul, e consi-	

	Pág.		Pág.
derações sobre a possibilidade da entrada de Cuba no referido Bloco comercial.....	496		
Apoio às decisões do PSDB com relação à Comissão de Orçamento.....	516	Parecer nº 125, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.393, de 2007, que solicita informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.....	583
Acordo firmado entre a Advocacia Pública Federal da União e o Governo Federal para a melhoria de salário e condições de trabalho para um conjunto de carreiras daquela instituição.....	526	Parecer nº 126, de 2008, sobre o Requerimento nº 1.394, de 2007, que solicita que sejam prestadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.....	584
Comparação entre o desmatamento no Estado do Amazonas e no Estado do Acre e da política empregada em ambos os Estados. Aparte ao senador Arthur Virgílio.....	600	Parecer nº 127, de 2008, sobre o Requerimento nº 1.395, de 2007, que solicita que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Defesa informações referentes à situação de nossas forças de defesa na fronteira entre Brasil e Bolívia.....	585
Considerações acerca da Desmoralização do Congresso Nacional. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	611	Parecer nº 134, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 242, de 2006, que requer a solicitação de informações ao Presidente do Banco Central do Brasil sobre a emissão de títulos no exterior, por parte do Banco BMG e do Banco Rural.....	590
Registro de Manifesto do Fórum Nacional da Advocacia Pública Federal.....	613		
Defesa da criação do Ministério da Amazônia.....	613		
GERSON CAMATA		GILBERTO GOELLNER	
Homenagem ao Sr. Ernesto Illy, um revolucionário da indústria do café, falecido no dia 24 de fevereiro de 2008.....	180	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.....	470
Conversão da produção acadêmica brasileira em invenções que produzam patentes.....	449		
Requerimento nº 185, de 2008, que requer Voto de Pesar e de Solidariedade a família do Monseñor Rômulo Neves Balestrero.....	483	GILVAM BORGES	
Projeto de Lei do Senado nº 44, de 2008, que define 2009 como o Ano do Ensino Técnico.....	489	Anúncio de liberação de recursos para municípios do Amapá.....	28
Considerações cerca da CPI dos cartões corporativos. Aparte à Senadora Rosalba Ciarlini.....	506	Ressalte para a necessidade de uma reforma política no Congresso Nacional.....	28
A condição dos seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e posicionamento em favor de uma ação de força multinacional para extinguir a guerrilha.....	512	Leitura da Mensagem Presidencial de 2008 ao Congresso Nacional.....	497
Agradecimento ao empenho da Comissão de Relações Exteriores e apoio ao requerimento de convite à Senadora Colombiana Piedad Córdoba, solicitando também o convite a Sra. Ingrid Betancourt, que se encontra sequestrada pelas FARC..	513		
Parecer nº 121, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.375, de 2007, do Senador Flexa Ribeiro, de informações ao Ministro de Estado da Fazenda, acompanhadas de documentação, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários acerca de operações de compra e venda de ações da Petrobrás no período que especifica.....	581	HERÁCLITO FORTES	
		Apoio ao pronunciamento do Senador Mão Santa acerca das contradições do Governo Lula. Aparte ao Senador Mão Santa.....	43
		Referências à matéria publicada na revista Piauí, sobre o ex-Ministro José Dirceu. Críticas ao Sr. Luis Favre, marido da Ministra Marta Suplicy..	52
		Requerimento nº 171, de 2008, que requer que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito do contrato firmado entre o Estado do Piauí, o Banco do Estado do Piauí (BEP) e o Banco do Brasil com vistas à transferência do pagamento da folha de servidores do Estado para o Banco do Brasil.....	162

	Pág.		Pág.
Saúda a criação, pelo Papa Bento XVI, da diocese de Floriano, no Estado do Piauí, desmembrando-a da cidade de Oeiras. Regozijo pela nomeação do Bispo Dom Augusto Alves da Rocha para Floriano e de Dom Juarez Souza da Silva para Oeiras.	341	Saudação ao Programa Territórios de Cidadania.....	272
Considerações acerca de reunião que participou sobre os rumos do Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão.....	547	Explicações acerca de questionamentos apontados durante a sessão, como plágio de projetos e medidas provisórias sobre abertura de crédito ordinário.....	318
Críticas ao modelo de Orçamento nacional. Senador Heráclito Forte.....	553	Pedido para que seja suspensa a discussão da Medida Provisória nº 395, de 2007.....	334
Parecer nº 105, de 2008 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008 (nº 2.440, de 2007, na origem), que altera os incisos II e III do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e Praças da Marinha... ..	562	Registro do artigo intitulado “Política vai parar de ganhar com a miséria”, publicado no jornal <i>Valor Econômico</i> , edição de 28 de fevereiro de 2008.....	503
Ofício nº 12, de 2008, que encaminha Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2008, de autoria da Presidência da República, que “altera os incisos II e III do caput do art. 11 da Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos corpos e quadros de oficiais e de praça da marinha”.....	567	INÁCIO ARRUDA	
Protesto contra a diminuição de recursos federais para o Estado do Piauí.	603	Requerimento nº 163, de 2008, que requer, na forma de aditamento ao Requerimento nº50 de 12-2-2008, que a Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, seja realizada no dia 8 de abril de 2008.....	158
Apoio ao discurso do Senador Pedro Simon feito na semana de 22 de fevereiro de 2008, sobre Cuba e suas possíveis mudanças. Considerações acerca de citação do Presidente Lula sobre baixar a Reforma Tributária por decreto. Aparte ao senador Pedro Simon.	609	Requerimento nº 164, de 2008, que requer, em aditamento aos Requerimentos nºs 114 e 150 de 2008, que a sessão destinada a comemorar os oitenta anos da Fundação do Jornal O Povo, seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março de 2008, nos termos do artigo 160 do Regimento Interno.	158
Correção de informação dada sobre as cidades visitadas pelo governador do Piauí na Europa.....	612	Considerações sobre a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos acerca da federalização do Banco do Estado do Piauí. Aparte ao Senador Mão Santa.....	187
Crítica ao Sr. Presidente da República, pelo desrespeito aos partidos de oposição no Congresso Nacional.....	612	Encaminhamento à votação do parecer nº 90, de 2008, que submete à apreciação do Senado a indicação da Drª Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de Ministro Togado, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.....	210
Louvor ao senador Geraldo Mesquita Júnior pelo pronunciamento em solidariedade a categorias que lutam por uma reivindicação. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.....	615	Parecer nº 97, de 2008 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 254, de 2007, (nº 936/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí.....	256
IDELI SALVATTI		Projeto de Resolução do Senado nº 5, de 2008, que autoriza o Estado do Piauí a firmar o terceiro Termo Aditivo de Retificação e de Ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado em 26 de fevereiro de 1999.	258
Anuncia que o Presidente Lula enviará ao Congresso Nacional, nesta semana, nova proposta de reforma tributária.	188		
Comentário acerca da política de recuperação de salário mínimo. Aparte ao senador Paulo Paim.....	267		

	Pág.	IX	Pág.
Parecer nº 97, de 2008 (da Comissão de Assuntos Econômicos), sobre a Mensagem nº 254, de 2007, (nº 936/2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal, proposta para que seja autorizada a adição do terceiro Termo Aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí.....	256		
Considerações acerca da questão orçamentária e da obstrução de pautas das casas do Congresso.....	323		
Destaque para o trabalho do Pcdob em relação à participação das mulheres na vida política, nas instâncias partidárias e no País.....	343		
Considerações a respeito da libertação de quatro parlamentares que estavam seqüestrados pelas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).....	343		
JARBAS VASCONCELOS			
Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2008, que altera o art. 37 para impor que a ocupação de cargos de representação do Governo na administração indireta sejam privativos de servidor público ou de empregado público concursados.....	254		
Considerações sobre a CPMI dos cartões corporativos e convite para Presidir a mesma.....	269		
JAYME CAMPOS			
Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2008, que denomina Senador Jonas Pinheiro a rodovia BR-163.....	166		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, com apresentação de projeto denominando "Senador Jonas Pinheiro" a rodovia BR-163.....	195		
Boas vindas ao Senador Gilberto Goellner que tomou posse no lugar do Senador Jonas Pinheiro, pelo falecimento do titular.....	211		
Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	220		
Comunicação feita ao povo mato-grossense da aprovação no Senado, de projeto de lei, para federalização de algumas rodovias do Estado.....	342		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.....	474		
		Considerações sobre a passividade do Governo em relação ao embargo da União Européia à carne bovina brasileira.....	540
		Solicita apoio ao projeto que federaliza rodovias em Mato Grosso.....	540
		Cumprimento ao Senador José Maranhão e ao Deputado José Pimentel pelo trabalho desempenhado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Aparte ao Senador José Maranhão.....	546
		JEFFERSON PÉRES	
		Apoio ao discurso do Senador Cristovam Buarque acerca da visão da sociedade brasileira sobre os políticos e a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	183
		Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.....	311
		JOÃO PEDRO	
		Considerações acerca da cultura e das eleições norte americanas. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	25
		Considerações acerca de Cuba e de sua política internacional. Aparte ao Senador Pedro Simon.....	40
		Observações às experiências positivas com atividades econômicas realizadas de forma sustentável na Amazônia.....	54
		Comentário acerca das contribuições que o ex-Ministro Antonio Palocci prestou ao Governo. Aparte ao Senador Tião Viana.....	97
		Requerimento nº 161, de 2008, que requer a inserção em ata de votos de profundo pesar pelo falecimento do diretor do "Sistema a Crítica de Rádio e Televisão", Rui Souto de Alencar, 58 anos, ocorrida no dia 17 de fevereiro de 2008, em Manaus (AM) e solicita que esta deferência do Senado Federal seja comunicada aos familiares do homenageado, aos funcionários e à direção da Rede Calderaro de Comunicação (RCC) e aos diretores do Sindicato das Empresas de Radiodifusão do Amazonas (SIDERPAM).....	102
		Apoio ao pronunciamento do Senador Marco Maciel acerca do sistema político brasileiro. Aparte ao Senador Marco Maciel.....	105

	Pág.		Pág.
Registra o assassinato do presidente da associação de moradores no município de Lábrea - AM.	203	sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.	307
Ponderação acerca do debate de mérito da medida provisória 395/2007.	316	Cabimento em encaminhar crédito extraordinário por medida provisória. Discórdia em votação de um orçamento.	321
Considerações acerca do conflito na Colômbia e registro do número de exilados cubanos que encontram-se no Brasil. Aparte ao Senador Inácio Arruda.	344	Esclarecimento acerca de acordo sobre a instalação da CPMI.	331
Considerações acerca do desmatamento na Amazônia e solicitação por um entendimento para trabalhar as políticas públicas da Amazônia. Aparte ao Senador José Nery.	363	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	465
		Considerações sobre a proposta de reforma tributária do Governo, enviada ao Congresso Nacional.	541
JOÃO TENÓRIO		JOSÉ MARANHÃO	
Euforia quanto a independência absoluta do Brasil nas questões da dívida externa e preocupação com as exportações.	48	Relato sobre os trabalhos da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. ...	546
Requerimento nº 184, de 2008, que requer autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 3 a 7 de março, tendo sido designado pelo Presidente da Casa para representar o Senado Federal na Conferência Internacional sobre Energia Renovável de Washington, DC (WIREC 2008).	483	Advoga mudanças institucionais no processo de elaboração do Orçamento. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	555
		JOSÉ NERY	
JOÃO VICENTE CLAUDINO		Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.	128
Requerimento nº 172, de 2008, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva, superintendente regional da Codevasf no Piauí.	162	Considerações acerca do desmatamento na Amazônia e do ocorrido no Município da Tailândia, onde foi feita uma manifestação para expulsar os fiscais da Secretaria do Meio Ambiente do Estado e do IBAMA. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	219
Requerimento nº 174, de 2008, que requer que seja consignado, nos anais do Senado, voto de aplauso à cidade de Oeiras (PI), ao Bispo Augusto Alves da Rocha e ao Bispo Juarez Souza da Silva.	249	Processo de desmatamento em crescimento, que alcançou impacto nacional e internacional no Estado do Pará. Audiência com a Ministra Marina Silva para discutir alternativas para o problema do desemprego em virtude da fiscalização das madeiras ilegais. Comentários sobre a reportagem do Jornal O Liberal intitulada "TRT abre fogo contra o Ibama".	363
JOSÉ AGRIPINO		Registro e comentários acerca do afastamento do poder do líder cubano Fidel Castro.	557
Registra o acordo feito com o Líder do Governo Romero Jucá para viabilizar entendimento no compartilhamento da presidência e relatoria da CPI dos cartões corporativos.	203	Parecer nº 106, de 2008 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre a Indicação nº 2, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere, nos termos do art. 224 do Regimento Interno do Senado, o estudo de todas as matérias que se encontram em tramitação nesta Casa e que tratem da questão do Trabalho Escravo.	565
Registro de posse do Dr. Gilberto Goellner, no lugar do Senador Jonas Pinheiro, pelo falecimento do titular.	211	KÁTIA ABREU	
Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e		Pedido de leitura do Projeto de Lei sobre o Código de Defesa do Contribuinte e explicação dos benefícios do Projeto.	333

	Pág.		Pág.
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	462	que objetiva obter do Ministro dos Transportes informações sobre a situação em que se encontra a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.	579
LEOMAR QUINTANILHA		MAGUITO VILELA	
Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado.....	141	Parecer nº 107, de 2008 (da Comissão de Educação), sobre o Projeto de Resolução nº 1, de 2004, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “dá o nome de Arquivo Cora Coralina ao Arquivo do Senado Federal”.	569
LÚCIA VÂNIA		MÃO SANTA	
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e apoio às causas deles....	142	Contestação à pesquisa que exalta o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e critica outras áreas do Governo.	41
Requerimento nº 166, de 2008, que requer explicações ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior considerando que a Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex) nº 42, de 19 de dezembro de 2006, manteve, por tempo indeterminado, a incidência do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue, à alíquota de 9%, abandonando o escalonamento até zero previsto em resoluções anteriores.....	159	Comentário acerca de pesquisa feita sobre o prestígio do Poder Legislativo. Aparte ao Senador Tião Viana.....	98
Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2008, que concede isenção do Imposto de Exportação sobre o couro wet blue.....	172	Considerações sobre as atividades irregulares no programa Luz Para Todos no Estado do Piauí, citado no relatório da inteligência da Polícia Federal.....	106
Projeto de Lei do Senado nº 41, de 2008, que altera o crime de embriaguez ao volante previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro.	175	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado.....	139
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	463	Convite ao Senador Cristovam Buarque para inauguração do Pólo Presencial da Eadcon, em Teresina-Pi, onde será feita uma homenagem a S.Exa pela luta em defesa da Educação Superior de Qualidade. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.....	184
MAGNO MALTA		Comentário sobre a discussão na Comissão de Assuntos Econômicos acerca da federalização do Banco do Estado do Piauí.	186
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.	133	Cumprimentos ao êxito da melhora do salário mínimo e decepção com o veto ao aumento de 16.7% no salário dos aposentados. Aparte ao Senador Paulo Paim.	267
Registro da criação, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de 200 novos Cefets – Centro Federal de Educação Tecnológica no Brasil.....	214	Críticas à excessiva carga tributária do País.....	296
Parecer nº 114, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.310, de 2007.....	576	Recomendação do livro “Reinventando o Governo”, de Ted Gaebler e David Osborne.	298
Parecer nº 118, de 2008 (para instruir decisão da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.347, de 2007, que solicita informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca de processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.....	579	Considerações acerca da aprovação de Medidas Provisórias atribuídas pelo Governo.	315
Parecer nº 119, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.352, de 2007,		Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	477
		Defesa da votação da derrubada do veto ao aumento dos aposentados e pensionistas do INSS.	501

	Pág.		Pág.
Advertência ao Presidente Luiz Inácio para os princípios da Administração. Aparte ao Senador Mário Couto.	510	Requerimento nº 175, de 2008, que requer a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 121-Complementar e do PLS nº 156-Complementar, ambos de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2007-Complementar, por versarem sobre a mesma matéria: regulamentação do § 3º do art. 198 da Constituição Federal, que trata dos recursos mínimos a serem aplicados em saúde.	249
Reivindicação a respeito do orçamento destinado ao Piauí. Aparte ao Senador José Maranhão.	550	Projeto de Lei do Senado nº 43, de 2008, que acrescenta § 4º ao art. 161 do Decreto - Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para instituir a forma qualificada de esbulho possessório.	253
Protesta contra a corrupção do governo do Piauí e critica especialmente a falta de transporte aéreo para a região.	556	Satisfação em relação à conduta do Senador Garibaldi Alves Filho como Presidente do Senado Federal.	323
Contraposição em relação à pesquisas que apontam falta de credibilidade dos políticos.	594	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	468
Testemunho do empenho do Senador Heráclito Fortes em tentar melhorar o orçamento do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	605	Projeto de Lei do Senado nº 45, de 2008, que acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a circulação de motocicletas, motonetas e ciclomotores.	490
Considerações acerca da importância do defensor público. Aparte ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.	616		
Comentário sobre o veto do Sr. Presidente da República a SUDAM e SUDENE.	618	MARIO COUTO	
Leitura de um e-mail demonstrando a precariedade da rede hospitalar pública do Piauí.	618	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado e comentário acerca de projetos necessários para melhorar a situação dos mesmos.	125
MARCELO CRIVELLA		Defesa do aumento salarial aos aposentados e pensionistas.	508
Projeto de Lei do Senado nº 42, de 2008, que altera o § 2º do art. 1º do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), para prever a atuação de advogado na alteração contratual constitutiva de pessoa jurídica.	252		
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	461	MARISA SERRANO	
MARCO MACIEL		Parecer nº 92, de 2008, (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2006 (nº 5.434/2005, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte.	7
Registro da posse do Doutor Edmundo Machado Ferraz, médico pernambucano, como Presidente da nova Diretoria do Diretório Nacional do Colégio Brasileiro de Cirurgiões.	57	Crítica à comentário da Governadora do Pará ao afirmar que os madeireiros ilegais são importantes para a economia do Estado. Aparte ao Senador Cristovam Buarque.	183
Considerações acerca do sistema político brasileiro e da forma de Estado.	102	Ponderações sobre a criação da TV Pública.	199
Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	460	Elogios ao Presidente Garibaldi Alves Filho por sua administração do Senado.	332
MARCONI PERILLO			
Requerimento nº 160, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 28 de fevereiro de 2008, destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.	61		

	Pág.		Pág.
NEUTO DE CONTO		PAULO PAIM	
Considerações acerca da CPMI dos cartões corporativos.....	270	Comentário acerca da candidatura do Senador Americano Barack Obama à Presidência dos Estados Unidos.....	22
Comentário acerca de matéria que citava S.Exa. no jornal <i>Folha de São Paulo</i>	324	Satisfação com a conquista, em reservas, alcançada pelo Brasil para pagamento da dívida externa, alerta para a dívida interna.....	81
OSMAR DIAS		Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado e apoio às suas causas.	146
Pedido para que o Presidente Garibaldi Alves Filho aguarde a possibilidade de um novo acordo entre o Estado do Paraná e a Secretaria do Tesouro Nacional acerca de uma multa do Paraná para intervir junto ao Supremo Tribunal Federal.....	212	Satisfação de anunciar ao País o novo índice do salário-mínimo.	266
Cobranças da imediata votação da proposta que trata de percentuais a serem aplicados pela União, por Estados e Municípios na saúde.	273	Apoio à redução da contribuição do empregador sobre a folha de pagamento, junto a um aumento da tributação sobre os lucros para garantir um reajuste à Previdência. Aparte ao Senador Antonio Carlos Valadares.....	295
Encaminhamento a votação da Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.	311	Apelo para que seja votado Projeto de Lei nº 42, que regulamenta uma política permanente do salário mínimo a partir do dia 01 de março, até 2.023.	302
PAPALÉO PAES		Apelo para que seja votado Projeto de Lei nº 42, que regulamenta uma política permanente do salário mínimo a partir do dia 01 de março, até 2.023.....	306
Considerações sobre o projeto franco-brasileiro da criação da Universidade da Biodiversidade da Amazônia.....	84	Comunicação da não votação do Projeto de Lei 42 que garante uma política permanente de recuperação do salário mínimo.....	341
Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado.....	137	PEDRO SIMON	
Reflexão sobre o respeito aos parlamentares na destinação de recursos orçamentários por meio de emendas.....	238	Considerações acerca da carta-renúncia do Presidente de Cuba, Fidel Castro.....	29
Considerações sobre a questão do uso irregular dos cartões corporativos.....	298	Questionamentos acerca do Governador do Piauí. Aparte ao Senador Heráclito fortes.	605
Apela para que o Regimento seja cumprido efetivamente, sempre iniciando a Ordem do Dia às 16 horas, para não causar prejuízos e injustiças a muitos.	304	Repercussão da entrevista concedida por S.Exa. ao jornalista Heródoto Barbeiro, da rádio CBN, e análise sobre a mesma feita pela jornalista Lúcia Hippolito.	607
PAULO DUQUE		RENAN CALHEIROS	
Elogios ao Senador Mão Santa. Homenagem aos médicos e servidores que prestam serviço no setor médico do Senado Federal.....	514	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado, ocorrido no dia 24 de janeiro. ..	192
Registro do artigo “Crédito para Educar” de Jorge Gama, Secretário Municipal de Governo da cidade do Rio de Janeiro, publicado no jornal <i>Hoje</i>	619	Homenagem de pesar pelo falecimento do Senador Jonas Pinheiro.....	192
		RENATO CASAGRANDE	
		Projeto de Lei do Senado nº 39, de 2008, que cria o Fundo Soberano do Brasil – FSB.	171

XIV

	Pág.		Pág.
Apoio ao posicionamento do Senador José Agripino com relação ao debate da reforma tributária em um ambiente de denúncias. Aparte ao senador José Agripino.	308	Referências a projeto em favor do teatro brasileiro.....	304
Comentário sobre polêmica criada com relação a anexo apreciado na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.	322	Expectativas de que a CPMI irá investigar a fundo as despesas realizadas por intermédio dos cartões corporativos do Governo.....	505
Sugestão para resolver a discussão sobre anexo de proposta que envolve a Comissão de Orçamento.	328	ROSEANA SARNEY	
ROMERO JUCÁ		Registro do lançamento, dia 25 de fevereiro de 2008, pelo Presidente Lula, do Programa Territórios da Cidadania, que é um programa de desenvolvimento regional sustentável de garantia de direitos sociais.....	109
Parecer nº 98, de 2008, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre a Mensagem nº 39, de 2008 (nº 26/2008, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal, o nome do Senhor Fernando Brito Fialho para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.	262	Homenagem aos aposentados e pensionistas brasileiros, pelo dia Nacional do Aposentado.....	154
Registros feitos acerca da regulamentação das medidas provisórias e da análise do regimento de tramitação delas, acerca da constitucionalidade das mesmas e acerca de uma nova regulamentação de funcionamento da Comissão de Orçamento.....	320	SÉRGIO GUERRA	
Esclarecimento acerca das intenções de S.Exa. para ter proposto da CPI das ONGs.	327	Considerações sobre as irregularidades na Comissão Mista de Orçamento.....	204
ROMEU TUMA		Indignação contra a criação de uma nova modalidade de emenda de Relator, o anexo da lei de diretrizes orçamentárias.	340
Requerimento nº 159, de 2008, que requer a realização de Sessão Especial no dia 17 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a homenagear o Dia do Exército Brasileiro, comemorado no dia 19 de abril em referência à vitoriosa Batalha dos Guararapes; e que sejam especialmente convidados os Senhores: Ministro de Estado da Defesa e o Comandante do Exército Brasileiro.	21	SÉRGIO ZAMBIASI	
Requerimento nº 162, de 2008, que solicita licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias 25 e 26 de fevereiro de 2008 para representar o Senado Federal no Simpósio Internacional de Segurança e Políticas públicas sobre Drogas, evento a cargo da Secretaria Nacional Antidrogas da Presidência da República.....	158	Defesa da votação da Proposta de Emenda à Constituição 13, de 2003, que dispõe sobre a organização dos municípios.	507
ROSALBA CIARLINI		SERYS SLHESSARENKO	
Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.	124	Registro do lançamento, dia 25 de fevereiro de 2008, pelo Presidente Lula, do Programa Territórios da Cidadania.....	89
Saudação à comitiva de artista de teatro, cinema e televisão que visita a Casa.	304	Agradecimento às manifestações de apoio a projeto de autoria de S.Exa. propondo um adicional de periculosidade aos vigilantes.....	89
		Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.	129
		Comunicação de fórum internacional de parlamentares realizado no Brasil para discutir as mudanças climáticas.	185
		Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	467
		SIBÁ MACHADO	
		Acrescenta ao pronunciamento da Senadora Ideli Salvatti dado da pesquisa CNT/Sensus acerca	

	Pág.		Pág.
do grau de confiabilidade que a população tem na gestão do Governo e no Presidente da República. Aparte à Senadora Ideli Salvatti.....	189		
Considerações acerca de um conjunto de PECs que têm a finalidade de aperfeiçoar a questão da suplência do Senado.....	214	Parecer nº 99, de 2008 (de Plenário), sobre a Medida Provisória nº 395, de 2007 que abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 3.256.764.118,00 (três bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, cento e dezoito reais), para os fins que especifica.....	306
Exaltação do trabalho prestado pela Ministra Marina Silva ao Longo de sua experiência como Ministra de Estado do Meio Ambiente. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.....	217	Considerações acerca de críticas contra a imposição de Medidas Provisórias.....	314
Comparação entre períodos do salário mínimo e da economia brasileira. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	267	Questão de ordem onde defende a atualização do Regimento Interno do Senado e questiona a possibilidade de autorizar a votação de matérias relevantes nas comissões, durante o trancamento da pauta, para análise de medida provisória.....	529
Considerações sobre o lançamento do Programa Territórios de Cidadania.....	274	Parecer nº 112, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.301, de 2007, que solicita, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado como art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Federal sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.....	575
Considerações acerca da proposta de extinção da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.....	332	Parecer nº 116, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.341, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes psiquiátricos.....	578
TASSO JEREISSATI		Parecer nº 120, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre o Requerimento nº 1.357, de 2007, que contém pedido de informações ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações sobre as faixas de frequência destinadas à radiodifusão que foram transferidas para os serviços de telecomunicações.....	580
Indignação com relação ao competência que o Poder Executivo está exercendo sobre o Senado Federal.....	313	Parecer nº 122, de 2008 (da Mesa do Senado Federal), sobre Requerimento nº 1.380, de 2007, relativo a envio de informações pelo Ministro de Estado da Saúde sobre as providências que estão sendo tomadas por aquela pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no País.....	582
Explicação Pessoal acerca da intenção que possui com o pronunciamento que fez sobre o uso das Medidas Provisórias.....	314	Parecer nº 128, de 2008 (da mesa), sobre o Requerimento nº 1.437, de 2007, que objetiva obter do Ministro de Estado das Cidades informações sobre as ações que têm sido adotadas no sentido de assegurar, no trânsito, a “convivência pacífica” entre pedestres, ciclistas, motociclistas e motoristas.....	586
Considerações acerca de questões discutidas, na sessão, sobre inconstitucionalidade.....	319		
TIÃO VIANA		VALDIR RAUPP	
Considerações acerca da situação do ex-Ministro Antonio Palocci, sob investigação de denúncias apresentadas por um delegado de Ribeirão Preto e por membros do Ministério Público de São Paulo.....	96	Parecer nº 93, de 2008 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei da Câmara	
Resposta à citação feita pelo Senador Efraim Morais em pronunciamento acerca das acusação feita por Rogério Tadeu Buratti ao ex-Ministro Palocci.....	101		
Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 8.212, de 1991, a fim de vincular o montante das multas aplicadas pelas infrações ao art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991, às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.....	166		
Justificativa para apresentação do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2008, de sua autoria, que vincula o montante das multas aplicadas pelas infrações às ações de habilitação e reabilitação profissional e social.....	302		

	Pág.		Pág.
nº 42, de 2007 (nº 1/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023. (Em audiência nos termos do Requerimento nº 958, de 2007).....	12	do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural. ..	72
Apoio do PMDB ao Senador Paulo Paim e à sua luta em favor dos menos favorecidos. Aparte ao Senador Paulo Paim.....	266	Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.....	75
Relato sobre reunião do PMDB destinada a indicar o Senador Neuto de Conto para presidir a CPI dos cartões corporativos.....	268	Homenagem aos aposentados, pelo dia Nacional do Aposentado.	135
Considerações acerca da Comissão de Orçamento.	329	Considerações acerca da extração ilegal de madeira e da criação de mecanismos de exploração sustentável dos recursos florestais. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro.	222
Acordo entre PMDB e PSDB acerca da Comissão Mista de Inquéritos dos Cartões Corporativos e da CPI do Senado.....	329	Contrário ao regime semi-aberto para crime hediondo.	301
Considerações acerca da transposição dos servidores e do caso Beron. Aparte ao Senador Expedito Júnior.	519	Homenagem ao Senador Jonas Pinheiro, que exerceu importantes cargos, dedicando sua vida pública a serviço do País e em defesa da agricultura brasileira.	473
Alerta ao Governo Federal da importância da implementação de algumas obras de infra-estrutura na região Norte, que já foram consensuadas e aprovadas com cobertura orçamentária.	539	Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2008, que altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.	487
VALTER PEREIRA		WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	
Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....	64	Apoio ao PMDB e questionamento por ser esse o partido com a maior bancada do Senado e da Câmara e tenha que continuamente ceder para acalmar a Casa.....	270
Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE).....	67	Relato de visita realizada juntamente com o Ministro Hélio Costa ao Ministro Alfredo Nascimento, e a garantia de investimentos em infra-estrutura de estradas no Estado de Minas Gerais.....	543
Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008 dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular		Considerações acerca do momento político em que o Senado e o País se encontram.....	543
		Questionamento acerca da saída dos membros do PSDB da Comissão de Orçamento. Aparte ao Senador José Maranhão.....	552